TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
Estado do Amazonas

Diário da Justiça
Eletrônico

Caderno 2
JUDICIÁRIO - CAPITAL

Presidente:
Desembargador
Yedo Simões de Oliveira

Ano XII • Edição 2689 • Manaus, segunda-feira, 2 de setembro de 2019 dje.tjam.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEÇÃO I

PRESIDÊNCIA

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0000918-55.2019.8.04.0000 - Recurso Extraordinário - Manaus - Recorrente: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Recorrido: Marlon Araújo Monteiro - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Andrea Fonseca Oliveira (5959/AM) e Flávio da C. F Oliveira (5960/AM), advogado (a,s) de Marlon Araújo Monteiro, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 30 de agosto de 2019 - Advs: Luciane Barros de Souza (OAB: 4789/AM) - Andrea Fonseca Oliveira (OAB: 5959/AM) - Flávio da C. F Oliveira (OAB: 5960/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0002481-84.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: O Município de Manaus - Recorrida: Débora Regina Pará Melo - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Vasco Pereira do Amaral (28837/SP), advogado (a,s) de Débora Regina Pará Melo, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 30 de agosto de 2019 - Advs: Ariel Shalom Benchimol de Resende (OAB: 6095/AM) - Vasco Pereira do Amaral (OAB: 28837/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0003234-41.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: O Estado do Amazonas - Recorrido: Napoleão Protásio Lopes - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Caliria Maia Hayek (2858/AM), Christine Monteiro Augusto Souza (5087/AM), Daisy Feitosa Coutinho (6989/AM), Elcinete Cardoso de Almeida (6946/AM), Franrobson Rodrigues Ribeiro (5441/AM), Frederico Gustavo Távora (6462/AM), Marcelo Oliveira Lopes (6083/AM), Maria Luiza Castelo Barros (6904/AM), Patricia Sena Praia (8244/AM), Sidney José Vieira de Souza (5798/AM) e Suziane Santos de Alencar (7071/AM), advogado (a,s) de Napoleão Protásio Lopes, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 30 de agosto de 2019 - Advs: Adriane Simões Assayag Ribeiro (OAB: 2531/AM) - Christine Monteiro Augusto Souza (OAB: 5087/AM) - Frederico Gustavo Távora (OAB: 6462/AM) - Elcinete Cardoso de Almeida (OAB: 6946/AM) - Patricia Sena Praia (OAB: 8244/AM) - Suziane Santos de Alencar (OAB: 7071/AM) - Franrobson Rodrigues Ribeiro (OAB: 5441/AM) - Caliria Maia Hayek (OAB: 2858/AM) - Marcelo Oliveira Lopes (OAB: 6083/AM) - Maria Luiza Castelo Barros (OAB: 6904/AM) - Daisy Feitosa Coutinho (OAB: 6989/AM) - Sidney José Vieira de Souza (OAB: 5798/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0004093-57.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Benedita Liene da Silva Santos - Recorrido: Igor Carlos Barreto de Lima - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Carla Josefina Lima de Lima (9783/AM), advogado (a,s) de Igor Carlos Barreto de Lima, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 30 de agosto de 2019 - Advs: Alex Mendes dos Santos (OAB: 7308/AM) - Carla Josefina Lima de Lima (OAB: 9783/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0004275-43.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Bruna Lima Tavares - Recorrido: Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas S/A - Sodecam - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Roberto Trigueiro Fontes (692A/AM), advogado (a,s) de Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas S/A - Sodecam, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 30 de agosto de 2019 - Advs: Maria Dione Bentes Diniz (OAB: 6107/AM) - Roberto Trigueiro Fontes (OAB: 692A/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0004312-70.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Ouro Fino Indústria de Plásticos Reforçados Ltda - Recorrida: Nadaf Pisos e Revestimentos Ltda - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Andre Luiz Silva Pinto (7736/AM), Daniel Coelho Silva (10581/AM) e José Mario de Carvalho Neto (4861/AM), advogado (a,s) de Nadaf Pisos e Revestimentos Ltda, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 30 de agosto de 2019 - Advs: Francisco José Zampol (OAB: 52037/SP) - Francis Fernanda França C Martins (OAB: 269628/SP) - José Mario de Carvalho Neto (OAB: 4861/AM) - Andre Luiz Silva Pinto (OAB: 7736/AM) - Daniel Coelho Silva (OAB: 10581/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0005248-95.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Servisolo Sondagens e Fundações Ltda - EPP - Embargado: Chibatão Navegação e Comércio Ltda - Embargada: J.F. de Oliveira Navegação Ltda - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Ana Rita Lima Freire (3056/AM), Cinthya Feitosa de Souza (6978/AM), Fernanda Gabriella Ferreira e Silva (9442/AM), João Bosco A. Toledano (1456/AM) e Sandro Abreu Torres (4078/AM), advogado (a,s) de Chibatão Navegação e Comércio Ltda e J.F. de Oliveira Navegação Ltda, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 30 de agosto de 2019 - Advs: Valinda Cinque Iantorno de Jesus (OAB: 53797/RS) - Fernando Luis Simões da Silva (OAB: 6063/AM) - Ricardo de Carvalho Torres (OAB: 7917/AM) - Cinthya Feitosa de Souza (OAB: 6978/AM) - Fernanda Gabriella Ferreira e Silva (OAB: 9442/AM) - João Bosco A. Toledano (OAB: 1456/AM) - Sandro Abreu Torres (OAB: 4078/AM) - Ana Rita Lima Freire (OAB: 3056/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0005250-65.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Servisolo Sondagens e Fundações Ltda - EPP - Embargado: Chibatão Navegação e Comércio Ltda - Embargada: J.F. de Oliveira Navegação Ltda - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Cinthya Feitosa de Souza (6978/AM), Fernanda Gabriella Ferreira e Silva (9442/AM), João Bosco A. Toledano (1456/AM) e Sandro Abreu Torres (4078/AM), advogado (a,s) de Chibatão Navegação e Comércio Ltda e J.F. de Oliveira Navegação Ltda, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 30 de agosto de 2019 - Advs: Fernando Luis Simões da Silva (OAB: 6063/AM) - Valinda Cinque Iantorno de Jesus (OAB: 53797/RS) - Ricardo de Carvalho Torres (OAB: 7917/AM) - Cinthya Feitosa de Souza (OAB: 6978/AM) - Fernanda Gabriella Ferreira e Silva (OAB: 9442/AM) - João Bosco A. Toledano (OAB: 1456/AM) - Sandro Abreu Torres (OAB: 4078/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

SEÇÃO II

TRIBUNAL PLENO

Conclusões de Acórdãos

PROCESSO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0004935-37.2019.8.04.000. Embargante: **O ESTADO DO AMAZONAS.** Embargada: **ANDRÉA CRISTINA DE CARVALHO DIXO.** Advogado: João Ricardo de Souza Dixo Junior (OAB/AM nº 3.236). Relator: Desdor. **ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA.** Procuradora-Geral de Justiça: Dra. Leda Mara Nascimento Albuquerque. **EMENTA**: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. AUSÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO MÉRITO E REANÁLISE DOS ELEMENTOS PROBATÓRIOS E FÁTICOS. VEDAÇÃO. REJEIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS. I - Os embargos de declaração são cabíveis nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão ou erro material, conforme dispõe o art. 1.022, I, II e III, do CPC/15. II - Todas as questões apontadas pela embargante foram analisadas de forma expressa, clara e com fundamentação adequada por esta Corte, inexistindo vício a ser sanado.III - Manifesta intenção de reanálise dos elementos dos autos e rediscussão do mérito da demanda, objetivos vedados em sede de embargos de declaração (art. 1.022 do CPC/2015). IV - Além disso, consoante a jurisprudência do c. STJ, "não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução" (Edcl nos EDcl nos EDcl no AgRg no Resp 1265074/SC, DJe 19/12/2017). V - **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. ACORDAM** o Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, REJEITAR os embargos de declaração, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante. **EXTRATO DA ATA-DECISÃO**: "Por unanimidade, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu REJEITAR os embargos de declaração, consoante os termos do voto do Relator." **VOTARAM** os Exmos. Srs. Desdores. Ari Jorge Moutinho da Costa, Relator, Maria do Perpétuo Socoro Guedes Moura, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Besa, Cláudio César Ramalheira Roesing, Carla Maria Santos dos Reis, Welington José de Araújo, Lafayete Carneiro Vieira Júnior, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Joana dos Santos Meireles, Délcio Luís Santos, Djalma Martins da Costa, Maria das Graças Pesôa Figueiredo, Airton Luís Corêa Gentil, Onilza Abreu Gerth e Mirza Telma de Oliveira Cunha,Juízas de Direito convocadas. **AUSÊNCIAS JUSTIFCADAS**: Exmos. Srs. Desdores. João de Jesus Abdala Simões, Domingos Jorge Chalub Pereira, Flávio Humberto Pascareli Lopes, Aristóteles Lima Thury, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, Jomar Ricardo Saunders Fernandes e Elci Simões de Oliveira. Presidiu a Sessão o Exmo. Sr. Desdor. Yedo Simões de Oliveira. **Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas,** realizada no dia 27.08.2019.

PROCESSO: RELATÓRIO DE CORREIÇÃO EXTRAORDINÁRIA nº 0204780-81.2019.8.04.0022. Origem: Vara do Juizado Infracional da Infância e Juventude de Manaus. Remetente **COREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA.** Relator: Desdor. **ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA. EMENTA**: CORREIÇÃO EXTRAORDINÁRIA. VARA DO JUIZADO INFRACIONAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. RELATÓRIO. RECOMENDAÇÕES. HOMOLOGAÇÃO. 1. Deve ser homologado, sem ressalvas, o relatório de correição extraordinária, que, após minudente trabalho, analisou todos os aspectos da unidade fiscalizada e apontou, com precisão, as suas deficiências, apresentando recomendações pertinentes, inclusive com o desiderato de reduzir a taxa de congestionamento processual. 2. Relatório homologado. **ACORDAM** o Egrégio Plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, homologar o relatório de correição ordinária, conforme relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante. **EXTRATO DA ATA-DECISÃO**: "Por unanimidade, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu homologar o relatório da coreição ordinária, nos termos do voto do Relator." **VOTARAM** os Exmos. Srs. Desdores. Ari Jorge Moutinho da Costa, Relator, Maria do Perpétuo Socoro Guedes Moura, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Besa, Cláudio César Ramalheira Roesing, Carla Maria Santos dos Reis, Welington José de Araújo, Lafayete Carneiro Vieira Júnior, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Joana dos Santos Meireles, Délcio Luís Santos, Djalma Martins da Costa, Maria das Graças Pesôa Figueiredo, Airton Luís Corêa Gentil. **AUSÊNCIAS JUSTIFCADAS**: Exmos. Srs. Desdores.João de Jesus Abdala Simões, Domingos Jorge Chalub Pereira, Flávio Humberto Pascareli Lopes, Aristóteles Lima Thury, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, Jomar Ricardo Saunders Fernandes e Elci Simões de Oliveira. **IMPEDIDAS**: Onilza Abreu Gerth e Mirza Telma de Oliveira Cunha,Juízas de Direito convocadas. Presidiu a Sessão o Exmo. Sr. Desdor. Yedo Simões de Oliveira. **Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas,** realizada no dia 27.08.2019.

PROCESO: RELATÓRIO DE CORREIÇÃO ORDINÁRIO nº 0209031-45.2019.8.04.0022. Origem: 2ª Vara da Comarca de Manacapuru. Remetente: **DESEMBARGADOR COREGEDOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS** - Relator: Desdor. **ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA. EMENTA**: CORREIÇÃO EXTRAORDINÁRIA. 2ª VARA DA COMARCA DE MANACAPURU/AM. PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. FORMALIDADES ATENDIDAS. HOMOLOGAÇÃO. I - A Corregedoria Geral de Justiça deste Tribunal, a fim de verificar a regularidade dos atos praticados na 2ª Vara da Comarca de Manacapuru/AM, resolveu proceder Correição Extraordinária no referido cartório. II - Deve ser homologada a presente Correição Extraordinária, tendo em vista que preencheu todas as formalidades exigidas pelos arts. 74, inciso III e 75 e seguintes, todos da Lei Complementar n.º 17/97, bem como atingiu o objetivo para o qual foi instituída por meio da Portaria n.º 90/2019-CGJ/AM. **ACORDAM** vistos, relatados e discutidos os autos da Correição Extraordinária n.º 0209031-45.2019.8.04.0022 - procedida no Cartório da 2ª Vara da Comarca de Manacapuru/AM sob a presidência do Exmo. Des. Jorge Manoel Lopes Lins, acordam os Senhores Desembargadores em Sessão Plenária do Tribunal de Justiça do Amazonas, à unanimidade, em HOMOLOGAR a referida correição, face ter preenchido as formalidades legais. **EXTRATO DA ATA-DECISÃO**: "Por unanimidade, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu HOMOLOGAR a referida coreição, nos termos do voto do Relator." **VOTARAM** os Exmos. Srs. Desdores. Ari Jorge Moutinho da Costa, Relator, Maria do Perpétuo Socoro Guedes Moura, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Besa, Cláudio César Ramalheira Roesing, Carla Maria Santos dos Reis, Welington José de Araújo, Lafayete Carneiro Vieira Júnior, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Joana dos Santos Meireles, Délcio Luís Santos, Djalma Martins da Costa, Maria das Graças Pesôa Figueiredo e Airton Luís Corêa Gentil. **AUSÊNCIAS JUSTIFCADAS**: Exmos. Srs. Desdores.João de Jesus Abdala Simões, Domingos Jorge Chalub Pereira, Flávio Humberto Pascareli Lopes, Aristóteles Lima Thury, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, Jomar Ricardo Saunders Fernandes e Elci Simões de Oliveira. **IMPEDIDAS**:Onilza Abreu Gerth e Mirza Telma de Oliveira Cunha,Juízas de Direito convocadas. Presidiu a Sessão o Exmo. Sr. Desdor. Yedo Simões de Oliveira. **Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas,** realizada no dia 27.08.2019.

PROCESSO: CONFLITO DE COMPETÊNCIA CÍVEL nº 0001914-53.2019.8.04.0000. Suscitante: **EXMA DESDORA. MARIA DO PERPETUO SOCORO GUEDES MOURA.** Suscitado: **EXMO DESDOR ARISTÓTELES LIMA THURY.** Relator: Desdor. **YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA.** Procuradora-Geral de Justiça: Dra. Leda Mara Nascimento Albuquerque. **EMENTA:** CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PROCESSO CIVIL. PREVENÇÃO. ART. 930, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC. INAPLICABILIDADE. AÇÃO RESCISÓRIA TEM NATUREZA DE AÇÃO AUTÔNOMA DE IMPUGNAÇÃO E NÃO RECURSO. DESEMBARGADORA SUSCITANTE COMPETENTE. CONFLITO DE COMPETÊNCIA IMPROCEDENTE I. Alega o suscitante a prevenção do suscitado, nos termos do art. 930, parágrafo único

do Código de Proceso Civil, em razão do julgamento anterior da Ação Rescisória nº 40217-27.2013.8.04.00 pelo Desembargador; I. Nos termos do art. 930, parágrafo único do Código de Proceso Civil, o relator de um recurso fica prevento para os demais recursos interpostos no mesmo proceso ou naqueles em que haja conexão. Ocore que, sendo a ação rescisória um ação autônoma de impugnação e não um recurso, a mencionada regra de prevenção não se aplica; I. Nos julgamentos dos Conflitos de Competência nº 007353-16.2017.8.04.00 e 005030-40.2018.8.04.00 por ese Egrégio Tribunal, restou decidido que a regra de prevenção prevista no parágrafo único do artigo 930 do Código de Proceso Civil não se aplica às ações autônomas de impugnação. IV. Rejeita-se o presente Conflito Negativo de Competência, para julga-lo improcedente, reconhecendo a competência da desembargadora suscitante para procesamento e julgamento da Apelação Cível nº 0321464-75.207.8.04.001. **ACORDAM**, os Excelentísimos Senhores Desembargadores que compõem o Tribunal Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e julgar improcedente o presente Conflito de Competência para reconhecer como competente a Desembargadora suscitante. **EXTRATO DA ATA-DECISÃO**: "Por unanimidade de votos, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu conhecer e julgar improcedente o presente Conflito de Competência para reconhecer como competente a Desembargadora suscitante." **VOTARAM** os Exmos. Srs. Desdores. Yedo Simões de Oliveira,Presidente e Relator, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Besa, Cláudio César Ramalheira Roesing, Carla Maria Santos dos Reis, Welington José de Araújo, Lafayete Carneiro Vieira Júnior, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Joana dos Santos Meireles, Délcio Luís Santos, Djalma Martins da Costa, Maria das Graças Pesôa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Domingos Jorge Chalub Pereira, Airton Luís Corêa Gentil,Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Juízas de Direito convocadas. **AUSÊNCIAS JUSTIFCADAS**: Exmos. Srs. Desdores.João de Jesus Abdala Simões, Domingos Jorge Chalub Pereira, Flávio Humberto Pascareli Lopes, Aristóteles Lima Thury, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, Jomar Ricardo Saunders Fernandes e Elci Simões de Oliveira. **IMPEDIDA**: Desa. Maria do Perpetuo Socoro Guedes Moura. Presidiu a Sessão o Exmo. Sr. Desdor. Yedo Simões de Oliveira. **Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas,** realizada no dia 27.08.2019.

PROCESSO: AGRAVO INTERNO CÍVEL nº 0003324-49. 2019.8.04.0000. Agravante: **O ESTADO DO AMAZONAS.** Procurador Dr. Laércio de Castro Dourado Júnior Agravado: **MARCOS QUEIROZ DANTAS.** Advogados: Aline Maria Pereira Mendonça Landim (OAB/AM nº 3.242), Fábio Gouvêa de Sá (OAB/AM nº 3.801), Renata Andréa Cabral Pestana Vieira (OAB/AM nº 3.149) e Rosangela Galvão Oliveira (OAB/AM nº 5.630/AM). Relatora: Desdora. **MARIA DO PERPÉTUO SOCORO GUEDES MOURA.** Procuradora-Geral de Justiça: Dra. Leda Mara Nascimento Albuquerque. **EMENTA**. AGRAVO INTERNO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS. 1. Em julgamento monocrático, esta julgadora negou conhecimento ao recurso (fls. 22/24), explicando equívoco na nomenclatura do documento que, em vez de ser intitulado como DESPACHO, foi nomeado como DECISÃO, tratando-se de manifestação sem cunho decisório, portanto, irrecorrível, nos termos do artigo 1.001, do Código de Processo Civil. 2. Ademais, vale a pena ressaltar a impossibilidade de remessa dos autos à instância superior ante a inexistência de interposição de qualquer recurso após o julgamento dos Embargos de Declaração nº. 0003120-73.2017.8.04.0000. 3. Ressalte-se, também, a interposição extemporânea do Agravo de Instrumento nº. 0043-16-44.2018.8.04.0000, com lapso temporal de mais de 06 (seis) meses, reforçando a sua inadmissibilidade. 4. Recurso conhecido e desprovido. Decisão mantida. **ACORDAM**, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem Tribunal Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, para conhecer o recurso e negar-lhe p´rovimento nos termos do voto condutor da decisão. **EXTRATO DA ATA-DECISÃO**: "Por unanimidade de votos, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu conhecer o recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto da Desa. Relatora." **VOTARAM** os Exmos. Srs. Desdores. Maria do Perpétuo Socoro Guedes Moura, Relatora, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Besa, Cláudio César Ramalheira Roesing, Carla Maria Santos dos Reis, Welington José de Araújo, Lafayete Carneiro Vieira Júnior, Airton Luís Corêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Joana dos Santos Meireles, Délcio Luís Santos, Djalma Martins da Costa, Maria das Graças Pesôa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha,Juízas de Direito convocadas. **AUSÊNCIAS JUSTIFCADAS**: Exmos. Srs. Desdores.João de Jesus Abdala Simões, Domingos Jorge Chalub Pereira, Flávio Humberto Pascareli Lopes, Aristóteles Lima Thury, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, Jomar Ricardo Saunders Fernandes e Elci Simões de Oliveira. Presidiu a Sessão o Exmo. Sr. Desdor. Yedo Simões de Oliveira. **Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas,** realizada no dia 27.08.2019.

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0004906-84.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Embargante: Ramon da Silva Barroncas Advogado: Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB: 11691/AM) Embargado: Governador do Estado do Amazonas Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Djalma Martins da Costa. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MERO ERRO MATERIAL CONTIDO NO RELATÓRIO. CORREÇÃO. NECESSIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARCIALMENTE ACOLHIDOS. - Os Embargos de Declaração são cabíveis quando houver omissão, contradição, obscuridade ou erro material no acórdão embargado; - Constatado mero erro material contido no relatório do Acórdão embargado, no qual constou, de forma errônea, parecer ministerial pela denegação da segurança, quando, na verdade, o Graduado Órgão Ministerial emitiu opinião favorável pela concessão do mandamus, deve ser acolhido os Embargos de Declaração para sanar o vício apontado, todavia, sem alterar o julgado;- Ademais, o Acórdão embargado está bem fundamentado, deixando claro que não ficou demonstrada a preterição arbitrária do ora Embargante em relação ao concurso público para o qual fora aprovado fora do número das vagas ofertadas; - Dessarte, como se observa de forma clara, a pretensão recursal não trata da existência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, mas sim de inconformismo direto com o resultado da decisão, que foi contrário aos interesses do Embargante. Ressalte-se que a mera insatisfação com o conteúdo da decisão embargada não enseja Embargos de Declaração. Esse não é o objetivo dos Aclaratórios, recurso que se presta tão somente a sanar os vícios decorrentes da ausência de análise dos temas trazidos à tutela jurisdicional, no momento processual oportuno, conforme o art. 1.022 do CPC. Nesse sentido: EDcl no AgInt nos EDcl no REsp 1.446.326/PR, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 13/6/2018; EDcl nos EDcl no REsp 1.688.528/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2018;- Embargos de Declaração parcialmente acolhidos apenas para retificar erro material contido no relatório do acórdão.. DECISÃO: “Por unanimidade de votos, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu acolher parcialmente os Embargos de Declaração interpostos por Ramon da Silva Barroncas, para, tão somente, retificar o erro material contido no relatório do Acórdão recorrido.”. Sessão: 27 de agosto de 2019.

Processo: 4000370-59.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Impetrante: Eraldo Rufino Paulino Advogado: Paulo Victor Pereira Barros (OAB: 13050/AM) Impetrado: Governador do Estado do Amazonas Impetrado: Coronel PM José Claudio Nonato da Silva Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Jorge Manoel

Lopes Lins. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. PROMOÇÃO À GRADUAÇÃO DE 2.º TENENTE DE POLÍCIA MILITAR. CONCLUSÃO DE CURSO DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS ADMINISTRATIVOS. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. INEXISTÊNCIA. SEGURANÇA DENEGADA.1. O cabimento do mandado de segurança depende, em especial, da existência de prova pré-constituída do direito líquido e certo supostamente violado, exigindo, assim, que fatos incontroversos e documentalmente provados na inicial do mandamus sejam suficientes para formar convicção sobre a caracterização da ilegalidade.2. O impetrante sustenta a existência do direito líquido e certo à promoção à patente de 2.º Tenente PM, principalmente, com base no fato de que concluiu o Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos – CHOA/2017, argumentando, ainda, que foi preterido porque na lista de promovidos constaram apenas Subtenentes.3. O impetrante não foi incluído no Quadro de Acesso para a promoção à patente de 2.º Tenente PM por não preencher os requisitos previstos no artigo 25, § 8.º, inciso III, e § 13, da Lei n.º 4.044/2014, c/c o Decreto n.º 34.594 de 18 de março de 2014, de modo que não possui direito líquido e certo à respectiva promoção.4. Segurança denegada.. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, em consonância com o parecer do Ministério Público, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu denegar a segurança pleiteada, nos termos do voto do Relator.". Sessão: 27 de agosto de 2019.

Processo: 4000697-20.2019.8.04.0900 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Impetrante: Mayara Elisa Meneghini Romao Advogado: Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB: 11691/AM) Advogado: Frederico Santos Paiva (OAB: 6569/AM) Advogado: Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB: 6236/AM) Impetrado: Governador do Estado do Amazonas Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Airton Luís Corrêa Gentil. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATA APROVADA FORA DO NÚMERO DE VAGAS. NOMEAÇÃO E DESISTÊNCIA DE CANDIDATOS MELHOR CLASSIFICADOS. CONTRATAÇÕES PRECÁRIAS. PRETERIÇÃO CONSTATADA. MERA EXPECTATIVA DE DIREITO CONVOLADO EM DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO.1.O Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que havendo desistência de candidatos melhor classificados, fazendo com que os seguintes passem a constar dentro do número de vagas, a expectativa de direito se convola em direito líquido e certo, garantindo, assim, o direito a vaga disputada ;2.Comprovada a existência de cargo efetivo vago a alcançar a classificação da impetrante, decorrente da desistência de candidatos em classificação superior, bem como a preterição de sua nomeação em razão de contratação precária, imperioso reconhecer que a expectativa de direito antes conferida à impetrante convolou-se em inegável direito líquido e certo à nomeação para o cargo público.3.Segurança concedida, em consonância com o parecer ministerial.. DECISÃO: "Por unanimidade de votos e em consonância com parecer ministerial, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu conceder a segurança, nos termos do voto do desembargador relator.". Sessão: 27 de agosto de 2019.

Processo: 4002354-78.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Impetrante: Roosemberg Lameira de Souza Advogado: Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB: 11691/AM) Impetrado: Governador do Estado do Amazonas Impetrado: O Estado do Amazonas Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Djalma Martins da Costa. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO APROVADA FORA DO NÚMERO DE VAGAS. AUSÊNCIA DE DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO E POSSE. MERA EXPECTATIVA DE DIREITO. CONTRATAÇÃO DE TEMPORÁRIOS. PRETERIÇÃO NÃO COMPROVADA. SEGURANÇA DENEGADA.- O direito do candidato aprovado fora do número de vagas é excepcionalíssimo, não bastando a simples existência de cargo vago ou supostamente ocupado por servidor temporário para que a Administração Pública seja obrigada a nomear;- A alegada existência de vagas preenchidas por servidores designados, contratados temporariamente, por si só, não são suficientes para garantir o direito do Impetrante à sua imediata nomeação no cargo efetivo para o qual prestou concurso que ainda encontra-se vigente;- No caso, o Edital do certame ofertou 535 vagas para o cargo de enfermeiro dos quadros da SUSAM com lotação em Manaus. Assim, o fato é que o Impetrante foi aprovado 524 posições para além das vagas disponibilizadas, razão pela qual não possui direito subjetivo à nomeação- A tese adotada pelo Impetrante incorre em equívoco ao quantificar 305 (trezentos e cinco) desistências de candidatos melhores posicionados, tomando como base decretos de nomeações tornados sem efeitos, e somá-las ao número de candidatos já convocados, uma vez que se a convocação alcançou posição superior ao que foi inicialmente estabelecido foi porque, ao passo que foram convocados os candidatos e estes desistiram, foram chamados os próximos de acordo com a ordem de classificação, já que as vagas não foram preenchidas; - Segurança denegada; . DECISÃO: "Por maioria de votos e em dissonância com o parecer ministerial, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu denegar a segurança pleiteada, extinguindo o feito com a resolução do mérito, nos termos do voto do Relator.". Sessão: 27 de agosto de 2019.

Processo: 4006411-76.2018.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Impetrante: Joselho Silva Moraes Advogado: José Antonio do Nascimento Pinheiro (OAB: 6353/AM) Impetrante: Marcelo da Silva Cunha Advogado: José Antonio do Nascimento Pinheiro (OAB: 6353/AM) Impetrado: O Estado do Amazonas Impetrado: Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. PROMOÇÃO À GRADUAÇÃO DE 2.º TENENTE DE POLÍCIA MILITAR. CONCLUSÃO DE CURSO DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS ADMINISTRATIVOS. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. INEXISTÊNCIA. SEGURANÇA DENEGADA.1. O cabimento do mandado de segurança depende, em especial, da existência de prova pré-constituída do direito líquido e certo supostamente violado, exigindo, assim, que fatos incontroversos e documentalmente provados na inicial do mandamus sejam suficientes para formar convicção sobre a caracterização da ilegalidade.2. Os impetrantes sustentam a existência do direito líquido e certo à promoção à patente de 2.º Tenente PM, principalmente, com base no fato de que concluíram o Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos – CHOA/2017, argumentando, ainda, que foram preteridos porque na lista de promovidos constaram apenas Subtenentes.3. Os impetrantes não foram incluídos no Quadro de Acesso para a promoção à patente de 2.º Tenente PM por não preencherem os requisitos previstos no artigo 25, § 8.º, inciso III, e § 13, da Lei n.º 4.044/2014, c/c o Decreto n.º 34.594 de 18 de março de 2014, de modo que não possuem direito líquido e certo à respectiva promoção.4. Segurança denegada.. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, em consonância com o parecer do Ministério Público, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu denegar a segurança pleiteada, nos termos do voto do Relator.". Sessão: 27 de agosto de 2019.

Secretaria do(a) Tribunal Pleno , em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Intimações

4002488-81.2014.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível

Impetrante: Izarlene de Souza da Silva Advogado: Antonino Machado da Silva (7231/AM) Advogado: Jose Marconi Moreira

Filho (9552/AM) Impetrado: Governador do Estado do Amazonas Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge

FICA INTIMADA a Impetrante, por meio de seus representantes legais, Advogados: Dr(a). Antonino Machado da Silva (7231/AM) e Jose Marconi Moreira Filho (9552/AM), do DESPACHO de fl. 251, proferido pelo Exmo. Senhor Desembargador Yedo Simões de Oliveira, Relator destes autos, cujo teor é o seguinte: "Intime-se a Impetrante para manifestação sobre a Petição de fls. 247 e documentos de fls. 248/249, no prazo de 05 (cinco) dias". Manaus, 30 de agosto de 2019.

Secretaria do Tribunal Pleno
30 de agosto de 2019

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 4002368-96.2018.8.04.0000 - Petição Cível - Manaus - Autor: Ministério Público do Estado do Amazonas - Réu: Walber Luis Silva do Nascimento - FICA INTIMADO o Réu, por meio de seus representantes legais, Advogados: Drs. Felix Valois Coêlho Júnior (339/AM), Diego Marcelo Padilha Gonçalves (7613/AM), do DESPACHO de fl. 185, proferido pelo Exmo. Senhor Desembargador Domingos Jorge Chalub Pereira, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Considerando a certidão de fls. 184, intime-se os advogados constituídos nos autos para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem rol de testemunhas, no máximo de 10 (Dez), a serem ouvidas, caso entendam necessária a produção de prova testemunhal". - Advs: Carlos Fabio Braga Monteiro - Felix Valois Coêlho Júnior (OAB: 339/AM) - Diego Marcelo Padilha Gonçalves (OAB: 7613/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 4004339-53.2017.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Associação dos Praças do Estado do Amazonas – Apeam - Impetrado: Governador do Estado do Amazonas - FICA INTIMADO o Impetrante, por meio de seus representantes legais, Advogados: Dr. Ciro Gonçalves Botelho (39395/BA) e Leonardo Anastácio Mascarenhas (27975/BA), da DECISÃO MONOCRÁTICA fls. 314/316, proferido pelo Exmo. Senhor Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Ante o exposto, em conformidade com o artigo 61, VI, do Regimento Interno c/c o art. 5º, §5º da LMS, julgo prejudicado o presente mandamus, razão pela qual denego a segurança requerida. Intime-se. Decorrido o prazo legal sem a interposição de recurso, arquive-se os autos, com a respectiva baixa na Distribuição". - Advs: Ciro Gonçalves Botelho (OAB: 39395/BA) - Leonardo Anastácio Mascarenhas (OAB: 27975/BA) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4000169-83.2019.8.04.0900 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Josiane Costa Castilho - Impetrado: Governador do Estado do Amazonas - FICA INTIMADA a Impetrante, por meio de seus representantes legais, Advogados: Drs. Francisca Kassia Ricarte Alencar (OAB 44665/PE) e Marcela Pably Batista Arraes (OAB 41941/PE), da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Diante do exposto, homologo a desistência deste mandamus, para que produza os efeitos de direito. ". Manaus, 30 de agosto de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno. - Advs: Marcela Pably Batista Arraes (OAB: 41941/PE) - Francisca Kassia Ricarte Alencar (OAB: 44665/PE) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 4000611-49.2019.8.04.0900 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Thiago Francisco Coimbra Araujo - Impetrado: Governador do Estado do Amazonas - FICA INTIMADO o Impetrante, por meio de seus representantes legais, Advogados: Drs. Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB 11691/AM), Frederico Santos Paiva (OAB 6569/AM) e Outro, da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Diante do exposto, homologo a desistência deste mandamus, para que produza os efeitos de direito. ". Manaus, 30 de agosto de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno - Advs: Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB: 11691/AM) - Frederico Santos Paiva (OAB: 6569/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Exmo. Sr. Desdor. Yedo Simões de Oliveira, Presidente do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, torno público para conhecimento de todos os interessados que, de acordo com o artigo 934 do Código do Processo Civil, após cumpridas as formalidades legais, serão julgados nas próximas sessões, os seguintes processos:

Agravo Regimental Criminal nº 0004875-64.2019.8.04.0000.
Agravante: M. P. do E. do A. - P. G. Advogada: Leda Mara Nascimento Albuquerque (OAB: 2950/MP) Agravado : R. N. Advogado: Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB: 6821/AM) Advogado: Haroldo Malizia Junior (OAB: 13447/AM) Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: João de Jesus Abdala Simões.
Secretaria do Tribunal Pleno, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

De ordem do Presidente da Egrégia Tribunal Pleno, Exmo(a). Des(a) Yedo Simões de Oliveira, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Direta de Inconstitucionalidade nº 4004744-89.2017.8.04.0000, de Vara de Origem do Processo Não informado
Requerente: Ministério Público do Estado do Amazonas Procurador: Carlos Fabio Braga Monteiro Requerido: Art. 5º da Lei Ordinaria nº 3.300/2008, de outubro de 2008. Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível Terceiro I: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. Revisor: Revisor do processo Não informado

Direta de Inconstitucionalidade nº 4004776-94.2017.8.04.0000, de Vara de Origem do Processo Não informado
Requerente: Ministério Público do Estado do Amazonas Procurador: Carlos Fabio Braga Monteiro Requerido: Lei do Municipio de Guajara nº 126, de 13 de dezembro de 2012. MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira. Revisor: Revisor do processo Não informado

Embargos Infringentes nº 0006356-04.2015.8.04.0000, de 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante: Mapfre Seguros Gerais S.a Advogado: Julio Costa (OAB: 91064/RJ) Advogado: Gustavo Lasalvia Besada (OAB: 206758/SP) Embargada: Chibatão Navegação e Comércio Ltda Advogado: João Bosco A. Toledano (OAB: 1456/AM) Advogado: Sandro Abreu Torres (OAB: 4078/AM) MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira. Revisor: Revisor do processo Não informado

Mandado de Segurança Cível nº 0657773-36.2018.8.04.0001, de 1ª Vara da Fazenda Pública

Impetrante: Osvanir Pinheiro dos Santos Advogado: Matheus Lobato Beltrão (OAB: 13287/AM) Impetrado: Governador do Estado do Amazonas Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Airton Luís Corrêa Gentil. Revisor: Revisor do processo Não informado

Mandado de Segurança Cível nº 0657825-32.2018.8.04.0001, de 2ª Vara da Fazenda Pública

Impetrante: Miqueias Costa da Silva Advogado: Matheus Lobato Beltrão (OAB: 13287/AM) Impetrado: Governado do Estado do Amazonas Impetrado: O Estado do Amazonas Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Airton Luís Corrêa Gentil. Revisor: Revisor do processo Não informado

Mandado de Segurança Cível nº 4001283-75.2018.8.04.0000, de Vara de Origem do Processo Não informado

Impetrante: Garavelo & Cia. Advogado: Ivo Rodrigues do Nascimento (OAB: 49889/SP) Impetrado: Exmo. Desdor. Presidente do Egregio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira. Revisor: Revisor do processo Não informado

Mandado de Segurança Cível nº 4001707-83.2019.8.04.0000, de Vara de Origem do Processo Não informado

Impetrante: Jhullye Anne Ribeiro Lima Advogado: Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB: 10714/AM) Impetrado: Governador do Estado do Amazonas Impetrado: Estado do Amazonas Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Airton Luís Corrêa Gentil. Revisor: Revisor do processo Não informado

Mandado de Segurança Cível nº 4001762-34.2019.8.04.0000, de Vara de Origem do Processo Não informado

Impetrante: Arlison Jose dos Passos Dias Advogado: John Lennon Melo Vasques (OAB: 22319/PA) Advogado: Rodrigo Martins de Oliveira (OAB: 25852/PA) Impetrado: Governo do Estado do Amazonas Impetrado: O Estado do Amazonas Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Airton Luís Corrêa Gentil. Revisor: Revisor do processo Não informado

Secretaria do(a) Tribunal Pleno, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

De ordem do Presidente da Egrégia Tribunal Pleno, Exmo(a). Des(a) Yedo Simões de Oliveira, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Mandado de Segurança Cível nº 4000243-40.2019.8.04.0900, de Vara de Origem do Processo Não informado

Impetrante: Gláucia Abreu da Costa Advogado: Andrey Farache Barroso (OAB: 12705/AM) Impetrado: Governador do Estado do Amazonas Impetrado: Ilmo. Sr. Comandante Geral da Policia Mlitar do Estado do Amazonas Procuradoria Ge: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge Intssado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Lafayette Carneiro Vieira Júnior. Revisor: Revisor do processo Não informado

Mandado de Segurança Cível nº 4001970-18.2019.8.04.0000, de Vara de Origem do Processo Não informado

Impetrante: Rosilene Pereira de Jesus Santos Advogado: Everton Carlos Lise (OAB: 10411/AM) Impetrado: Governo do Estado do Amazonas Intssado: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge Intssado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Lafayette Carneiro Vieira Júnior. Revisor: Revisor do processo Não informado

Mandado de Segurança Cível nº 4002556-55.2019.8.04.0000, de Vara de Origem do Processo Não informado

Impetrante: Ramon Alves Pires Advogado: Izaque Newton da Silva Dutra (OAB: 10636/AM) Impetrado: Governador do Estado do Amazonas Impetrado: O Estado do Amazonas Intssado: Procurador Geral do Estado do Amazonas - PGE Intssado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Lafayette Carneiro Vieira Júnior. Revisor: Revisor do processo Não informado

Secretaria do(a) Tribunal Pleno, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

De ordem do Presidente da Egrégia Tribunal Pleno, Exmo(a). Des(a) Yedo Simões de Oliveira, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Mandado de Segurança Cível nº 4002298-45.2019.8.04.0000, de Vara de Origem do Processo Não informado

Impetrante: Myriam de Oliveira Frois Advogado: Diego Rossato Botton (OAB: 495A/AM) Advogado: Dilma Lira Porto Botton (OAB: 13493/PA) Impetrado: Secretário de Saúde do Estado do Amazonas - Susam Impetrado: Governador do Estado do Amazonas Impetrado: O Estado do Amazonas Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Airton Luís Corrêa Gentil. Revisor: Revisor do processo Não informado

Secretaria do(a) Tribunal Pleno, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Intimações

Processo nº 0213233-65.2019.8.04.0022 - CNJ - Representação por Excesso de Prazo**.** Requerente, Maria das Graças Pessoa Martins, **advogada, Dra. Luciana Viana Cidrônio de Andrade (OAB/AM sob o nº 8.104).** Requerido, L. F. H. **DECISÃO-CGJ/AM** – Exmo. Sr. Corregedor-Geral de Justiça, Desembargador **LAFAYETTE CARNEIRO VIEIRA JÚNIOR:** "Acolho o parecer às fls. 101/102, razão pela qual determino o cumprimento das recomendações nele contidas. Ao Setor de expediente para providências. Cumpra-se". Manaus, 28 de agosto de 2019. **Desembargador Lafayette Carneiro Vieira Júnior, Corregedor-Geral de Justiça**. Fica a parte intimada, por meio de seu representante, do inteiro teor da presente decisão, a contar da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

SEÇÃO III

CÂMARAS REUNIDAS

Conclusão de Acórdãos

Processo n.º 0001057-07.2019.8.04.0000 - Agravo Interno - Agravante**: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - AMAZONPREV. (Advogado: Dr. Fábio Martins Ribeiro - OAB/AM n.º A-449).** Agravado: **Alvadir Assunção Carolino da Silva. (Advogada: Dra. Danielle Vasconcelos Corrêa Lima Leite - OAB/AM n.º 3337).** **Presidente, em exercício:** Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relator:** Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Desembargadores presentes:** os Exmos. Srs. Desdores. Wellington José de Araújo(Relator), Jorge Manoel Lopes Lins, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Onilza Abreu Gerth, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Domingos Jorge Chalub Pereira, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques e Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA:** AGRAVO INTERNO. REFORMA DE DECISÃO UNILATERAL DE RELATOR - INDEXADORES DE DÉBITOS DA FAZENDA PÚBLICA - SUSPENSÃO DA REPERCUSSÃO GERAL - TEMA 810 - NÃO INCIDÊNCIA DA PORTARIA nº 1855/2016 - PTJ PARA APLICAÇÃO DA DECISÃO PROFERIDA NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4.357/DF. PORTARIA nº 1855/2016 - PTJ ELABORADA NOS TERMOS DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº4.357/DF E 4425. 2. Manutenção do entendimento adotado em sede de decisão monocrática. 3. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E IMPROVIDO. **ACORDAM,** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem as egrégias Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos e fundamentos do voto do relator.

Processo n.º 0002318-07.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Agravante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - AMAZONPREV. (Advogado: Dr. Fabio Martins Ribeiro - OAB/DF n.º 19295). **Agravado: Ruy Nelson Mourão Martins.** (Advogado: Dr. Luiz Felipe da Luz de Queiroz - OAB/AM n.º 7271). **Presidente, em exercício**: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relator: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. Desembargadores presentes:** os Exmos. Srs. Desdores. **Wellington José de Araújo(Relator)**, Jorge Manoel Lopes Lins, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Domingos Jorge Chalub Pereira, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques e Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA**: AGRAVO INTERNO. REFORMA DE DECISÃO UNILATERAL DE RELATOR - INDEXADORES DE DÉBITOS DA FAZENDA PÚBLICA - SUSPENSÃO DA REPERCUSSÃO GERAL - TEMA 810 - NÃO INCIDÊNCIA DA PORTARIA nº 1855/2016 _ PTJ PARA APLICAÇÃO DA DECISÃO PROFERIDA NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4.357/DF. PORTARIA nº 1855/2016 - PTJ ELABORADA NOS TERMOS DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4.357/DF E 4425. 2. Manutenção do entendimento adotado em sede de decisão monocrática. 3. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E IMPROVIDO. **ACORDAM**, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem as egrégias Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos e fundamentos do voto do relator.

Processo n.º 0603855-25.2015.8.04.0001 - Apelação - Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública. **Apelante: Deuza de Fátima Feitosa Oliveira.** (Advogados: Dra. Cintia Rossette de Souza - OAB/AM n.º 4605, Dr. Melquisedec Freitas Pantoja - OAB/AM n.º 10412 e Dr. Celso Antônio da Silveira - OAB/AM n.º 5807). **Apelada: Universidade do Estado do Amazonas - UEA.** (Procuradores da UEA: Dra. Wanessa Cavalcante Fecury Soares - OAB/AM n.º 6367). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Délcio Luís Santos. Procurador de Justiça**: Exmo. Sr. Dr. Públio Caio Bessa Cyrino. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Délcio Luís Santos(Relator)**, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, José Hamilton Saraiva dos Santos, Elci Simões de Oliveira e Joana dos Santos Meirelles. **EMENTA**: APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO CIVIL. CONCURSO PÚBLICO. SEGURANÇA DENEGADA. APELAÇÃO QUE NÃO ENFRENTA OS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. O Princípio da Dialeticidade constitui um dos requisitos extrínsecos necessários para o regular processamento do recurso, devendo o recorrente impugnar os pontos específicos da decisão; 2. Não tendo o apelante demonstrado os desacertos da decisão impugnada, limitando-se a expor seu inconformismo sem, todavia, atacar os fundamentos adotados pela sentença, não resta atendido o Princípio da Dialeticidade, dando causa ao não conhecimento do recurso. Precedentes; 3. Recurso não conhecido. **ACORDAM** os Senhores Desembargadores, à unanimidade, em desacordo com o parecer ministerial, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado. **** Impedido: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes.***

Processo n.º 0201779-14.2016.8.04.0016 - Conflito de Competência - Origem: 6ª Vara Criminal da Capital(AM). **Suscitante: Juízo de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca da Capital(AM). Suscitado: Juízo de Direito da 18ª Vara do Juizado Especial Criminal da Capital(AM).** **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Délcio Luís Santos. Procuradora de Justiça**: Exma. Sra. Dra. Suzete Maria dos Santos. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Délcio Luís Santos(Relator)**, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, José Hamilton Saraiva dos Santos, Elci Simões de Oliveira e Joana dos Santos Meirelles. **EMENTA**: CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL. ACUSADO NÃO LOCALIZADO. NECESSIDADE DE CITAÇÃO POR EDITAL. REMESSA AO JUÍZO COMUM. ART. 66, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE DE COLETA DE INFORMAÇÕES EM SISTEMAS OFICIAIS DE DADOS. NÃO ESGOTAMENTO DAS POSSIBILIDADES PARA LOCALIZAÇÃO DA PARTE. CONFLITO PROCEDENTE. 1. A necessidade da citação editalícia é causa de deslocamento da competência para a Justiça Comum, pois considera-se que tal medida é incompatível com o procedimento sumaríssimo dos Juizados Especiais, calcado nos princípios da celeridade e informalidade. 2. Nesse sentido, o art. 66, parágrafo único, da Lei 9.099/95 dispõe que: _ não encontrado o acusado para ser citado, o Juiz encaminhará as peças existentes ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei". 3. Todavia, é imprescindível o esgotamento das possibilidades de localização da parte, o que não ocorreu no caso concreto, pois o acusado somente foi procurado em um único endereço e não foram determinadas diligências complementares para a obtenção de novos dados. 4. Conflito procedente para declarar competente a 18ª Vara do Juizado Especial Criminal. **ACORDAM** os Senhores Desembargadores, à unanimidade, em conhecer do conflito para julgá-lo procedente, no sentido de declarar competente a 18ª Vara do Juizado Especial Criminal da Capital, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado. ****Impedido: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes***.

Processo n.º 4006084-34.2018.8.04.0000 - Mandado de Segurança - Impetrante: Maria Dione da Silva. (Advogado: Dr. Nonato Vinicius dos Santos França - OAB/AM n.º 13703). **Impetrada: Secretaria de Estado da Educação e Qualidade**

do Ensino-Seduc. (Procuradora do Estado: Drª. Glícia Pereira Braga - OAB/AM n.º 2269). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Ari Jorge Moutinho da Costa. Procuradora de Justiça**: Exma. Srª. Drª. Antonina Maria de Castro do Couto Vale. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Ari Jorge Moutinho da Costa(Relator)**, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Wellington José de Araújo, Jorge Manoel Lopes Lins, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, José Hamilton Saraiva dos Santos, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa e Maria das Graças Pessoa Figueiredo. **EMENTA**: MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. ANULAÇÃO DE QUESTÕES. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. AUSÊNCIA. ALEGAÇÕES SEM LASTRO DOCUMENTAL. 1. A impetrante não demonstrou que tivesse errado as questões 4 (quatro) e 7 (sete) da prova matriz; relativamente à questão 7 (sete), não identificou qual seria a outra resposta correta; relativamente à questão 4 (quatro), não demonstrou houvesse necessidade de negritar as formas verbais; e não demonstrou que, em decorrência da anulação das referidas questões, teria sido incluída entre os candidatos aprovados dentro do limite de 4 (quatro) vezes o número de vagas, conforme cláusula de barreira prevista pelo edital. 2. 1. A impetração do mandado de segurança exige a demonstração de plano do alegado direito líquido e certo, por meio de prova documental juntada na petição inicial, sendo inadmissível dilação probatória_ (STJ-1.ª Seção, AgIntMS 24.961-DF, rel. Min. Og Fernandes, DJE 01.07.2019). 3. Inevitável concluir pela ausência de direito líquido e certo. Mandado de segurança indeferido. **DECIDEM** as E. Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, em consonância com o parecer ministerial, denegar o mandado de segurança, conforme relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante. ***Impedido: Exmo. Sr. Des. Délcio Luis Santos.***

Processo nº 4005826-24.2018.8.04.0000 - Mandado de Segurança - Impetrante: **Defensoria Pública do Estado do Amazonas. (Defensor Público: Dr. Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa - OAB/AM n.º 4589).** Impetrado: **Juízo de Direito da 1ª Vara de Direito de Coari(AM). Presidente:** Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator:** Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira. **Procuradora de Justiça:** Exma. Srª. Drª. Noeme Tobias de Souza. **Desembargadores presentes:** os Exmos. Srs. Desdores. Elci Simões de Oliveira (relator), Joana dos Santos Meirelles, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins e José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA:** Mandado de Segurança. Honorários de advogado dativo. Suportados pelo FUNDPAM. Impossibilidade. Ônus do Estado. Segurança concedida. 1. Não pode o Magistrado fazer destinação diversa à verba recolhida ao FUNDPAM, além daquela prevista em Lei. Assim, os honorários fixados em favor do defensor dativo nomeado em razão da ausência de Defensor Público na Comarca devem ser suportados pelo Estado pela via propria e não pelo Fundo de Apoio da Defensoria Pública do Estado do Amazonas. 2. Segurança concedida. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem as Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em harmonia como o parecer do Ministério Público, conceder a segurança, nos termos e fundamentos do voto do relator. **Impedido: Exmo. Sr. Des. Jomar R. Saunders Fernandes.*

Processo nº 4005739-68.2018.8.04.0000 - Mandado de Segurança - Impetrante: Louise Martins Ferreira. (Advogada: Dra. Érika Lima Barbosa - OAB/AM n.º 10665). **Impetrados: Estado do Amazonas e Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas - SUSAM. Presidente:** Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques. Procuradora de Justiça**: Exma. Sra. Dra. Suzete Maria dos Santos. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Sabino da Silva Marque (Relator)**, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira e João Mauro Bessa. **EMENTA**: MANDADO DE SEGURANÇA. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PLEITO DEFERIDO ADMINISTRATIVAMENTE E POSTERIORMENTE NEGADO O PAGAMENTO SOB JUSTIFICATIVA DE LIMITE PRUDENCIAL EM RAZÃO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. SEGURANÇA CONCEDIDA. 1. A argumentação do Estado do Amazonas acerca da ausência de recursos para adimplir o direito da impetrante, e que tal ato, implicaria na violação da Lei de Responsabilidade Fiscal, não encontra amparo nas normas que cuidam do assunto, isto porque os limites estabelecidos na Lei nº 101/00, no que tange às despesas de pessoal, jamais podem servir de justificativa para não cumprimento de direitos do servidor público, assegurados por lei. 2. Comprovado nos autos o preenchimento dos requisitos legais para o recebimento da gratificação, a concessão da segurança é medida que se impõe. 3. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. 4. Segurança concedida. **ACORDAM**, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem as Colendas Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conceder a segurança, nos termos do voto do Relator que passa a integrar o presente. ***Impedido: Exmo. Sr. Des. Délcio Luis Santos.***

Processo nº 4000993-26.2019.8.04.0000 - Revisão Criminal - Vara Única Fórum de Nhamundá(AM). **Requerente: Elivandra Soares Pereira.** (Advogado: Dr. Antônio Monte Júnior - OAB/AM n.º 1574). **Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau. Presidente**:Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Délcio Luís Santos. Revisor**: Exmo. Sr. Des. Djalma Martins da Costa. **Procurador de Justiça**: Exmo. Sr. Dr. Carlos Fábio Braga Monteiro. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Délcio Luís Santos (Relator)**, Djalma Martins da Costa, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira e Joana dos Santos Meirelles. **EMENTA**: DIREITO PROCESSUAL PENAL. REVISÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE. AUTOR DIVERSO DO ROL CONSTANTE DO ARTIGO 623 DO CPP. NÃO PREENCHIMENTO DE CONDIÇÃO DA AÇÃO. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. ARTIGO 485, VI DO CPC. I - A Revisão Criminal possui natureza jurídica de ação autônoma, e como tal deve preencher os requisitos referentes às condições da ação (legitimidade e interesse processual) para que se adentre no seu exame meritório; II - O rol de legitimados da Revisão Criminal consta do artigo 623 do Código de Processo Penal, não se enquadrando a requerente em nenhum deles lá relacionados; III - Processo extinto sem julgamento de mérito nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil, em consonância com o parecer ministerial. **ACORDAM** os Desembargadores que compõem as Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade e em consonância com o parecer ministerial, em extinguir a ação sem julgamento do mérito, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado. ***Impedido: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes.***

Processo nº 4001813-45.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Origem: 2ª Vara de Manicoré(AM). **Agravante: Secretaria Municipal de Administração de Manicoré(AM).**

(Advogado: Dr. Alex Anufriev - OAB/AM n.º 11766). **Agravada: Hanna Luzia Santos do Rosário.** (Advogada: Dra. Maria da Conceição Souza Vera - OAB/AM n.º A-1001). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relatora: Exma. Srª. Desª. Carla Maria Santos dos Reis. Procuradora de Justiça**:Exma. Srª. Drª. Antonina Maria de Castro do Couto Valle. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Carla Maria Santos dos Reis** (relatora), Jorge Manoel Lopes Lins, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, José Hamilton Saraiva dos Santos, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing e Sabino da Silva Marques. **EMENTA**: RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - EFEITO SUSPENSIVO INDEFERIDO - FUMUS BONIS IURIS E PERICULUM IN MORA PRESENTES - DECISÃO SINGULAR MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. 1- Manejou, a Secretária de Administração de Manicoré, o presente recurso, com a finalidade de rever a decisão interlocutória prolatada pelo Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Manicoré que, nos autos da ação mandamental nº 0000191-74.2019.8.04.5601, determinou a inclusão da agravada, no rol dos beneficiados à bolsa universitária instituída pelo Decreto nº 098/2019. 2- De se concluir pelo acerto da Secretária Municipal de Administração de Manicoré como parte legítima para figurar no pólo passivo da ação mandamental, já que ela figurou como Presidente da Comissão Gestora do Programa de Bolsa Universitária, responsável por realizar a avaliar e divulgar a relação de todos os munícipes contemplados pelo projeto, entre as quais se acha a Agravada. 3- É sabido e consabido que para a concessão da medida vindicada exigese a conjugação de dois pressupostos, a saber, risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e demonstração da probabilidade de provimento do recurso, nos precisos termos do disposto no artigo 995, do Código de Processo Civil. 4- O perscrutar dos autos revela que a urgência quanto à tutela jurisdicional almejada repousa, exclusivamente, sobre a agravada, sobretudo porque a concessão da medida colocaria, sem sombra de dúvidas, em risco o direito à educação da recorrida, assegurado constitucionalmente 5- A celeuma jurídica consiste em aquilatar se a renda familiar líquida da agravada obede aos ditames do Edital nº 005/2018, como também da Lei Municipal nº 895/2017, que assegura incentivo "a Estudantes naturais do Município de Manicoré, ou que nele residam, matriculados em cursos de nível superior de graduação e pós-graduação, em Instiuições de Ensino Superior Públicas e Privadas, situadas em outras localidades e na sede do município de Manicoré", consoante o disposto em seu artigo 1º. 6- Os contracheques anexados aos autos às fls. 56/57 são suficientemente claros a comprovar que a renda familiar líquida da agravada é de R$ 2.270,92 (Dois mil duzentos e setenta reais e noventa e dois centavos), portanto, inferior a três salários mínimos, cuja soma é de R$ 2.994,00 (Dois mil novecentos e noventa e quatro reais), de onde se conclui inexistir a verossimilhança do direito alegado para a concessão da medida. 7- No que pertine ao perigo de dano, insta destacar que o benefício foi deferido a outros estudantes desde o início do ano letivo, de sorte que a agravada é quem estava a suportar os prejuízos com a sua não concessão. 8- Não encerrando a decisão agravada conteúdo apto a trazer imediato prejuízo à parte, nem demonstrado dano no aguardo do julgamento da ação mandamental, deve ela ser mantida em todos os seus termos. 9 - Recurso de agravo de instrumento conhecido e desprovido. **ACORDAM** os Desembargadores integrantes das Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o parecer Ministerial, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto da relatora. ***Impedido: Exmo. Sr. Des. Délcio Luis Santos**.

Processo n.º 001927-81.2019.8.04.0000 - Ação Rescisória - Autora: Antonia Farias Kanawati. (Advogados: Dr. Marco Antônio Portella de Macedo - OAB/AM n.º 2039, Dr. Wagner Sulzbach Portella de Macedo - OAB/AM n.º 14555 e Dra. Cláudia Sulzbach Portella de Macêdo - OAB/AM n.º 9886). **Réu: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - AMAZONPREV.** (Advogado: Dr. Fábio Martins Ribeiro - OAB/AM n.º A-449). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos. Procuradora de Justiça**: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **José Hamilton Saraiva dos Santos(Relator)**, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Paulo César Caminha e Lima, Aristóteles Lima Thury, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis e Jorge Manoel Lopes Lins. **EMENTA**: PROCESSO CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. MANIFESTA VIOLAÇÃO AO ART. 7.º DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E AO ART. 5.º, INCISOS LIV E LV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, QUE TRATAM SOBRE OS PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. ART. 966, INCISO V, DA LEI ADJETIVA CIVIL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA PROFERIDA PELO JUÍZO A QUO SEM QUE FOSSE INSTAURADA A RELAÇÃO JURÍDICA DE DIREITO PROCESSUAL. INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO À DECISÃO SURPRESA E INAPLICABILIDADE DO INSTITUTO DA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR. NECESSÁRIA RESCISÃO DO DECISUM, A FIM DE QUE A AÇÃO ORDINÁRIA SEJA PROCESSADA E NOVAMENTE JULGADA PELA INSTÂNCIA ORIGINÁRIA. AÇÃO RESCISÓRIA CONHECIDA E JULGADA PROCEDENTE. 1. Prima facie, ressai salientar que a decisão de mérito transitada em julgado que pode vir a ser rescindida, nos termos do art. 966, inciso V, do Código de Processo Civil, é aquela que violar, manifestamente, norma jurídica, isto é, aquela que possui erro crasso na aplicação do direito no caso concreto, podendo-se elidir error in procedendo ou error in judicando. 2. No vertente episódio, a Autora objetiva a rescisão da sentença proferida na Ação Ordinária n.º 0626041-71.2017.8.04.0001, por considerar que, ao julgar improcedente o pedido, sem que houvesse sido instaurada a relação jurídica de direito processual, o referido decisum violou, expressamente, o art. 7.º da Lei Adjetiva Civil, e o art. 5.º, incisos LIV e LV, da Carta Magna, tornando-se imperiosa a decretação de nulidade da aludida sentença e a desconstituição da coisa julgada, nos termos do art. 966, inciso V, do Código de Processo Civil de 2015. 3. Com efeito, o art. 5.º, inciso LIV, da Constituição Federal da República, abrange o princípio do devido processo legal, que é uma das mais amplas e relevantes garantias do ordenamento jurídico brasileiro, como instrumento para garantir a efetividade do Estado Democrático de Direito. Significa a existência de um processo justo, que deve ser construído de forma adequada e razoável, para a proteção e garantia dos direitos fundamentais, uma vez que é no âmbito das garantias dos direitos e liberdades básicas do indivíduo, que o devido processual legal assume amplitude e significado únicos, como postulado que traduz as garantias, expressamente, previstas na ordem jurídica. 4. Por sua vez, o princípio do direito ao contraditório e à ampla defesa, insculpido no art. 7.º da Lei Adjetiva Civil e no art. 5.º, inciso LV, da Lei Maior, também está vinculado à concepção formal do processo. Nesse diapasão, nenhum litigante em processo judicial pode ter seu pedido rechaçado em razão de elemento probatório que não conheceu previamente e que não teve possibilidade de acesso. Além disso, é sabido que o julgador deve motivar suas decisões, tendo como base, em geral, as provas colhidas sobre as quais as partes do processo puderam discutir e contestar. 5. In casu, depreende-se a existência de flagrante error in procedendo na Ação Originária n.º 0626041-71.2017.8.04.0001, tendo em vista a clara violação às normas jurídicas, que amparam os princípios do devido processo legal e do contraditório e da ampla defesa, tendo em vista que, após apresentada a pretensão inicial, o douto Juízo de Direito da extinta 4.ª Vara da Fazenda Pública Estadual e dos Crimes contra a Ordem Tributária da Comarca de Manaus/AM, de forma liminar, sem qualquer ato processual antecedente, apesar de haver verificado a suposta ausência de interesse de agir, na modalidade interesse-adequação, julgou improcedente o pedido, resolvendo o mérito da causa douto Juízo a quo ofendeu o art. 10 da Lei Adjetiva Civil, que - ao disciplinar que é vedado ao magistrado decidir, em qualquer grau e jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não haja concedido às partes oportunidade de se manifestar - , também, ampara os princípios do devido processo legal

e do contraditório e da ampla defesa. De igual sorte, não se utilizou, decerto, do disposto no art. 332 do Estatuto Processual Civil, visto que a situação enfrentada não se enquadra nas hipóteses previstas nos incisos I a III, e no § 2.º, da aludida norma jurídica. 8. Sendo assim, em juízo rescindente, por vislumbrar a existência de nulidade absoluta na decisão impugnada, por haver violado, manifestamente, o disposto no art. 7.º do Código de Processo Civil de 2015, e no art. 5.º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal, conclui-se que a respeitável sentença proferida pelo douto Juízo de Direito da 4.ª Vara da Fazenda Pública Estadual e dos Crimes contra a Ordem Tributária, deve ser rescindida. 9. Lado outro, quanto ao Juízo rescisório, infere-se que a matéria de fundo deve ser, efetivamente, reapreciada em primeiro grau de jurisdição, após regular tramitação processual, assegurando aos litigantes, o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, em observância ao devido processo legal, uma vez que os Autos originários não se encontram em condições de imediato julgamento por este egrégio Sodalício. 10. AÇÃO RESCISÓRIA CONHECIDA E JULGADA PROCEDENTE. **DECIDEM** as colendas Câmaras Reunidas deste egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o Graduado Órgão do Ministério Público, CONHECER A PRESENTE AÇÃO RESCISÓRIA E JULGÁ-LA PROCEDENTE, nos termos do voto do Relator, que integra esta Decisão para todos os fins de direito. **** Impedido: Exmo. Sr. Des. Jomar R. Saunders Fernandes.***

Secretaria das Câmaras Reunidas, em Manaus, 30 agosto de 2019. (a) - Maria Goreth Souza Ruiz.

Intimações

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Wellington José de Araújo**, Relator nos autos de **Ação Rescisória** nº **4003230-38.2016.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Autor **O Estado do Amazonas**. Procuradores: **Dr**a. **Leila Maria Raposo Xavier Leite 3726/AM, Dr. Franklin Arthur Martinez Filho A-1251/AM e Drª. Élida de Lima Reis Corrêa 7458/AM**,e Réus Clarisse Nascimento Queiroz da Silva**,** Ren~e Ferreira da Silva, Francisco das Chagas da Silva, Djalma Furtado Belém e Carlos Alberto Pereira, Advogados: **Drs. José Eldair de Souza Martins 1822/AM, Drª. Amanda Lima Martins 2487/AM e Dr. Antonio Carlos Gama Alves 16.215/PA,** ficam os Réus, intimados, na pessoa de seus Advogados: **Dr. José Eldair de Souza Martins 1822/AM, Drª. Amanda Lima Martins 2487/AM e Dr. Antonio Carlos Gama Alves 16.215/PA,** para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do interesse ou não no julgamento dos presentes autos (art. 114-A, §2º da Ementa Regimental nº 001/2018), . Em 26 de agosto de 2019. Desembargador **Wellington José de Araújo-Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Wellington José de Araújo**, Relator nos autos de **Ação Rescisória** nº **4002554-27.2015.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Autor **O Estado do Amazonas**. Procuradora: **Dr**a. **Luciana Barroso de Freitas, 5144/AM** e Réu **Frederico de Souza Oliveira,** Advogada: **Dra. Martha Mafra Gonzalez 4103/AM,** fica o Réu, intimado, na pessoa de sua Advogada: **Dra. Martha Mafra Gonzalez 4103/AM**, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do interesse ou não no julgamento virtual dos presentes autos (art. 114-A, §2º da Ementa Regimental nº 001/2018). Em 26 de agosto de 2019. Desembargador **Wellington José de Araújo-Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Cláudio César Ramalheira Roessing**, Relator nos autos de **Embargos de Declaração Cível** nº **0002913-06.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Embargante **Esther Sabbá Guimarães de Paula** Advogadas: **Drª**. **Esther Sabbá Guimarães de Paula, (4521/AM), Drª. Tatiana Muniz Sabbá Guimarães, (6104/AM) e Drª. Ana Esther Muniz Sabbá Guimarães (12.338/AM**),e Embargado: **Estado do Amazonas,** Procurador: **Dr. Laércio de Castro Dourado Júnior (13.184/AM),** fica a parte **Embargante** intimada, na pessoa de seu Advogadas: **Drª**. **Esther Sabbá Guimarães de Paula, OAB nº 4521/Am, Drª. Tatiana Muniz Sabbá Guimarães, (6104/AM) e Drª. Ana Esther Muniz Sabbá Guimarães (12.338/AM**), para tomar ciência do inteiro teor do despacho de fl.27, dos autos acima referidos. Em 30 de agosto de 2019. Desembargador **Cláudio César Ramalheira Roessing-Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Domingos Jorge Chalub Pereira**, Relator nos autos de **Ação Rescisória N.º 4001932-16.2013.8.04.0000 Manaus(AM)**, em que é Autor **O Estado do Amazonas,** Procurador: Dr. Aldenor de Souza Rabelo (8030/AM)) e Réu **Sebastião Cezar Nunes de Souza**, Advogada: Drª. Martha Mafra Gonzalez (4103/AM), fica a parte Ré intimada, na pessoa de sua Advogada, **Drª**. **Martha Mafra Gonzalez (4103/AM),** para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se caso possua interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, (Emenda Regimental nº 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual). Em 29.08.2019. Desembargador **Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Domingos Jorge Chalub Pereira**, Relator nos autos de **Mandado de Segurança Cível N.º 4001024-56.2013.8.04.0000 Manaus(AM)**, em que é Impetrante **Aline de Albuquerque Wright,** Advogado: Dr. Jano de Souza Melo (4587/AM) e Impetrado **Secretaria de Estado de Administração e Gestão-Sead,** fica a parte impetrante intimada, na pessoa de seu Advogado, **Dr**. **Jano de Souza Melo (4587/AM),** para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se caso possua interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, (Emenda Regimental nº 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual). Em 29.08.2019. Desembargador **Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Domingos Jorge Chalub Pereira**, Relator nos autos de **Ação Rescisória N.º 0000276-92.2013.8.04.0000 Manaus(AM)**, em que é Autor **O Estado do Amazonas,** Procuradora: Drª. Andréa Pereira de Freitas (4845/AM) e Réu **Arnaldo de Barros Lima,** Advogado: Dr. José Eldair de Souza Martins (1822/AM), fica a parte Ré intimada, na pessoa de seu Advogado, **Dr**. **José Eldair de Souza Martins (1822/AM),** para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se caso possua interesse em que o julgamento virtual do processo se dê de maneira presencial (Emenda Regimental nº 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual). Em 29.08.2019. Desembargador **Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator.**

Vice-Presidência

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 1**, nos autos de **Cumprimento de Sentença N.º 4000807-03.2019.8.04.0000/Manaus (AM)**, em que é Requerente **Nathalia Louyse Magalhaes Pereira**, Advogada: Drª Nathalia Louyse Magalhaes Pereira (12515/AM) e Requerido **Estado do Amazonas**, Procurador: Dr. Ernando Simião da Silva Filho (9069/AM). Fica a parte **Requerente/Exequente** intimada, na pessoa de sua Advogada, **Drª Nathalia Louyse Magalhaes Pereira (12515/AM)**, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar se possui interesse no prosseguimento do feito, caso em que deverá providenciar a juntada aos autos dos documentos necessários à expedição de Requisição de Pequeno Valor, nos termos da Resolução nº 04/2014. Em 22/08/2019. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 1.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 1**, nos autos de **Mandado de Segurança Cível N.º 1006882-95.2008.8.04.0000/Manaus (AM)**, em que é Impetrante **Arlindo Corrêa de Almeida**, Advogada: Drª Jaqueline Ponce de Leão Lima Almeida (5200/AM) e Impetrada **Secretaria de Estado da Administração e Gestão – Sead**, Procuradores: Drª Glícia Pereira Braga (2269/AM), Dr. Franklin Arthur Martinz Filho (A1251/AM), Drª Ingrid Monteiro (3629/AM). Fica a parte **Impetrante/Exequente** intimada, na pessoa de sua Advogada, **Drª Jaqueline Ponce de Leão Lima Almeida (5200/AM)**, para, no prazo de 30 (trinta) dias, manifestar-se sobre a Impugnação de fls. 329/330. Em 26/08/2019. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 1.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 1**, nos autos de **Mandado de Segurança Cível N.º 0000200-**

78.2007.8.04.0000/Manaus (AM), em que é Impetrante **Douglas Monteiro de Souza**, Advogada: Dr. Martha Mafra Gonzalez (4103/AM) e Impetrados **Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev e Secretaria de Estado da Administração e Gestão – Sead**, Procuradores: Drª Ana Marcela Grana de Almeida (7513/AM), Drª Vanessa Lima do Nascimento (9007/AM), Drª Lorena Silva de Albuquerque (6023/AM), Dr. Fábio Martins Ribeiro (A449/AM), Drª Luciane Barros de Souza (4789/AM). Fica a parte **Impetrante/Exequente** intimada, na pessoa de sua Advogada, **Dr. Martha Mafra Gonzalez (4103/AM)**, para, no prazo de 30 (trinta) dias, manifestar se ainda possui interesse no prosseguimento do feito. Em 28/08/2019. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 1.**

-

Secretaria das Câmaras Reunidas, em Manaus, 30 de agosto de 2019. Maria Goreth de Souza Ruiz

Pauta de Julgamento Designado

CÂMARAS REUNIDAS

De ordem da Presidente, em exercício da Egrégia Câmaras Reunidas, Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo, faço público que, de acordo com o artigo **934 do Novo Código do Processo Civil/2015 e Portaria n.º 001/2016-VPTJAM**, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Apelação Cível nº 0607545-23.2019.8.04.0001, de 3ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Grêmio Recreativo e Escola de Samba Unidos do Alvorada. Advogado: Dr. Altemir de Souza Pereira (OAB: 6773/AM). **Apelados: Secretaria de Estado da Secretaria de Estado de Cultura - SEC.** Procurador do Estado: Dr. Paulo José Gomes de Carvalho e **Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos - MANAUSCULT.** Procuradoras da MANAUSCULT: Dra. Marizete de Souza Caldas (OAB: 6405/AM) e Dra. Maria do Perpetuo Socorro Cunha Paulain (OAB: 4988/AM). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões.** Procurador(a) de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Karla Fregapani Leite.

Apelação Cível nº 0626304-40.2016.8.04.0001, de Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual

Apelante: Alemã Industrial LTDA. Advogados: Dr. Geraldo Vinícius dos Santos(OAB/SC n.º 20.665); Dra. Thianne Silva Silveira(OAB/AM n.º 8532) Dr. Luiz Fernando Sachet (OAB: 18429/SC) e Dr. Marcelo Gasparino da Silva (OAB: 10188/SC) e outros. **Apelado: Governador do Estado do Amazonas**. Procuradores do Estado: Dra. Altiza Pereira de Souza(OAB/AM nº 6881. **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil.** Procurador(a) de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Pedro Bezerra Filho.

Apelação Cível nº 0632509-85.2016.8.04.0001, de Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual

Apelante: Governador do Estado do Amazonas. Procurador do Estado: Dr. **Apelado: SAPORE S.A**. Advogado: Dra. Paulo Victor Vieira da Rocha (OAB: 231839/SP); Dr. Bruno Giotto Gavinho Frota (OAB: 4514/AM) e Dr. Ricardo Hübner (OAB: 9398/AM); Dra. Débora Maiuri Cruz(OAB/SP n.º 360.939) e Dra. Mariana Guedes Gama Rodrigues(OAB/SP n.º 386.560). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo**.Procurador(a) de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos.

Apelação Cível nº 0633711-97.2016.8.04.0001, de 1ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Diógenes Vidal Pessoa Neto. Advogado: Dr. José Francisco Lima Pessoa (OAB: 1897/AM). **Apelado: Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito - MANAUSTRANS.** Advogados(as): Dr. Júlio César Lima (OAB: 6182/AM); Dra. Tatiana Lameira da Costa (OAB: 10259/AM) e Dra. Natalia Malta Diniz (OAB: 9592/AM). **Apelado: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM**. **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira.**Procurador(a) de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a).Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos.

Apelação Cível nº 0659922-05.2018.8.04.0001, de 3ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas – AMAZONPREV. Advogada: Dra. Caroline Retto Frota (OAB: 4411/AM). **Apelada: Suely Maria Silva de Almeida.** Advogada: Dra. Jussara da Silva Pontes (OAB: 7062/AM). LitsPassivo: Estado do Amazonas. **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa**. Procurador(a) de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Sandra Cal Oliveira.

Conflito de Competência Cível nº 0000580-61.2018.8.04.3801, de 1ª Vara de Coari

Suscitante: Juízo de Direito de 1ª Vara de Coari/AM. Suscitado: Juízo de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Coari/AM. Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Mirza Telma de Oliveira Cunha.** Procurador(a) de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Karla Fregapani Leite.

Conflito de Competência Cível nº 0638832-38.2018.8.04.0001, de Vara de Registros Públicos e Usucapião

Suscitado: Juízo de Direito da 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca da Capital/am. Suscitante: Juizo da Vara de Registros Públicos e Usucapião. **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões**. Procurador(a) de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Karla Freagapani Leite.

Embargos de Declaração Cível nº 0002039-26.2016.8.04.0000

Embargante: Estado do Amazonas. Procuradora da Estado: Dra. Élida de Lima Reis (OAB: 7458/AM). **Embargada: Aliete Velloso da Fonseca**. Advogados: Dr. Anderson Freitas da Fonseca (OAB: 114879/RJ) e Dr. Aldemir Doce da Fonseca (OAB: 113A/AM). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Mandado de Segurança Cível nº 4004973-15.2018.8.04.0000

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Defensor Público: Dr. Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa (OAB: 4589/AM). **Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Coarí/AM**. Procurador(a) do Estado: Dr(a). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil**.Procurador(a) de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Noeme Tobias de Souza.

Revisão Criminal nº 4001751-05.2019.8.04.0000

Requerente: Judibal Carvalho Cabral. Advogados(as): Dr4. Miguel de Holanda Vital (OAB: A399/AM) e Dra. Caroline Azeredo de Lima Sousa (OAB: 36019/DF). **Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau.** Promotor de Justiça: Dr. Darlan Benvides de Queiroz. **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima**. Procurador(a) de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Carlos Fábio Braga Monteiro.

Revisão Criminal nº 4004173-84.2018.8.04.0000, de 4ª V.E.C.U.T.E.

Requerente: Deivison Ribeiro Vale. Defensora Pública: Dra. Flávia Lopes de Oliveira (OAB: 4382/AM). **Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau**. **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Délcio Luís Santos.** Revisor: Exmo. Sr. Desw. Djalma Martins da Costa. Procurador(a) de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Carlos Fábio Braga Monteiro.

Secretaria das Câmaras Reunidas em Manaus/AM, 30 de agosto de 2019, Dra. Maria Goreth de Souza Ruiz, Secretária.

SEÇÃO IV

CÂMARAS ISOLADAS

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Embargos de Declaração Cível nº 0005620-44.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Embargante: U. R. da Fonseca Renovadora de Pneus e Serviços - Me**. (Advogado(a): Dr(a). Wagner de Oliveira Vieira, Vitor de Souza Vieira(2786/AM, 6843/AM). **Embargado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)**. (Advogado(a): Dr(a).Bruno Henrique Soré, Gustavo Henrique Wykrota Tostes(1010/AM, A1065/AM). **DECISÃO: "**Diante disso, chamo o processo à ordem, para tornar sem efeito a decisão de p. 162, que recebeu o recurso de Apelação de n.º 0621713-69.2015.8.04.0001 em ambos os efeitos, suspensivo e devolutivo, por entender, equivocadamente, que os autos não se enquadravam nas exceções previstas no art. 1012, do CPC. Assim, considerando que o juízo de origem, ao sentenciar, confirmou em sentença a tutela provisória anteriormente deferida, estando a decisão enquadrada na exceção prevista no inciso V, do §1.º, do art. 1012, do CPC, recebo o recurso de apelação de n.º 0621713-69.2015.8.04.0001 apenas no efeito devolutivo. Determino que a presente decisão seja juntada ao recurso de Apelação de n.º 0621713-69.2015.8.04.0001. Após o cumprimento da Decisão, determino que sejam tomadas as medidas cabíveis para o encerramento do feito. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0000219-44.2014.8.04.7500** - Manaus/Am, em que **é Apelante: O Município de Tefe.** (Advogado(a): Dr(a). Emer de Senna Gomes(7602/AM). **Apelado: Pedo Muniz Mendes**. (Advogado(a): Dr(a).Saul Max Pinheiro Vasconcelos(3524/AM). **DECISÃO:** "Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, do CPC/2015, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Uma vez que o caso ora em exame não se enquadra a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se. À Secretaria, para providências." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4002405-89.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Banco Itaucard S/A.** (Advogado(a): Dr(a). Roberta Beatriz do Nascimento, José Lídio Alves dos Santos(1164A/AM, 1163A/AM). **Agravado: Fabricio Lopes Figueiredo. DECISÃO**: "Assim, nos termos do artigo 932, inciso III, do Código de Processo Civil, julgo prejudicado o presente Agravo de Instrumento, em razão da perda do objeto recursal causada pela superveniência de sentença no processo principal. Transcorrido o prazo legal sem a interposição de recurso, executem-se os procedimentos de praxe para baixa e encerramento do feito. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se." **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Agravo Interno Cível nº 0005615-22.2019.8.04.0000 -** Manaus em que é **Embargante: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda** (Advogado(a): Dr(a). Pedro Camara Junior, Isabelle Benlolo de Azevedo, Elaise Moss Portela, Elisa Gomes Valente Bulboo, Keyth Yara Pontes Pina, Carolina Farias de Barros. 2834/AM, 11737/AM, 7689/AM, 9767/AM, 3467/AM, 8005/AM) e **Embargado: Mara Rosani Oliveira Guerra** (Advogado(a): Dr(a). Rafael Nascimento Picanco, Geysila Fernanda M. de Melo 10349/AM, 6594/AM), **fica INTIMADO o agravado,** por meio de seu advogado Dr(a). Rafael Nascimento Picanco, Geysila Fernanda M. de Melo 10349/AM, 6594/AM, para apresentação de contrarrazões ao recurso em epígrafe, no prazo da lei, contados da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do portal de serviços e-saj. **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Agravo Interno Cível nº 0005645-57.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)** (Advogado(a): Dr(a). Bruno Henrique Soré, Luis Phillip de Lana Foureaux, Gustavo H. W. Tostes, Isabela Montuori Bougleux de Araujo, Gustavo Henrique Wykrota Tostes, Guilherme Vilela de Paula 1010/AM, 1011/AM, 1065/AM, 1069/AM, A1065/AM, 69306/MG) e **Agravado: Jose Felicio da Silva** (Advogado(a): Dr(a). Kelma de Souza Lima 5470/AM), **fica INTIMADO o agravado**, por meio de seu advogado Dr(a). Kelma de Souza Lima 5470/AM, para apresentação de contrarrazões ao recurso em epígrafe, no prazo da lei, contados da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do portal de serviços e-saj**. PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Embargos de Declaração Cível nº 0005646-42.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Embargante: Ifer da Amazônia Ltda.** (Advogado:Gabriel Antonio Soares Freire Junior, Rafaela Oliveira de Assis, Carolina Peron de O. Gasparotto167198/SP, 183736/SP, 287815/SP e **Embargado: Fama da Amazônia Indústria Metalurgica S/A.** (Advogado: [Maria Luiza de Sabóia C. A. Oliveira, Juliana Monteiro Ferraz 171291/SP, 232805/SP]. **Fica INTIMADO, o embargado** na pessoa de seu Advogado Dra. Maria Luiza de Sabóia C. A. Oliveira, Juliana Monteiro Ferraz (171291/SP, 232805/SP) para apresentação das contrarrazões aos Embargos de Declaração no prazo legal. **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0648134-91.2018.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Irazêr Mendonça de Lira.** (Advogado(a): Dr(a). Luis Albert dos Santos Oliveira(8251/AM). **Apelado: Banco Bradesco S/A**. (Advogado(a): Dr(a).Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, Sérgio Rodrigo Russo Vieira, Sérgio Rodrigo Russo Vieira(A598/AM, 24143/BA, 808A/AM**). DECISÃO**: "Tendo em vista que o caso dos autos se amolda à hipótese do inciso V, do prefalado art. 1012, recebo o presente recurso em seu efeito meramente devolutivo. À Secretaria, para providências." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4004040-08.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Arlene da Gloria Alves Monteiro**. (Advogado(a): Dr(a). Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Mario Lima Wu Filho (454A/AM)). **Agravado: Marcia Monteiro Drumond Geraldo**. (Advogado(a): Dr(a). Dra. Noeme Tobias de Souza e Herbert Bruno Magalhães Assis (10348/AM**)). DECISÃO: (....)** "Pelo exposto e em harmonia com parecer Ministerial (p. 128-1335), nego a concessão de efeito suspensivo requerido no presente Agravo de Instrumento, por entender não demonstrado os requisitos autorizadores da medida." **Fica INTIMADO o agravado**, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Dra. Herbert Bruno Magalhães Assis (10348/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4004189-04.2019.8.04.0000** - Comarca de Origem do Processo Não informado/Am, em que é **Agravante: Enio Lima Costa.** (Advogado(a): Dr(a). Aniello Miranda Aufiero (1579/AM) e Mário Vitor Magalhães Aufiero (8787/AM)). **Agravado: Primeira Classe Medicamentos e Informática Ltda..** (Advogado(a): Dr(a). Cristina Helena de Oliveira Vila (10841/AM) e

Suelen Guedes Barbosa (6533/AM)). **DECISÃO:** (....) "Acautelo-me quanto à concessão do efeito suspensivo pleiteado pelo Agravante. " **Fica INTIMADO o agravado**, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Cristina Helena de Oliveira Vila (10841/AM) e Suelen Guedes Barbosa (6533/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4004191-71.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Maria Suely Guimaraes Tiago**. (Advogado(a): Dr(a). Débora Pureza Cotta Bisinoto, Nilcilene Pereira Cavalcante(2678/AM, 641A/AM). **Agravado: Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias - SNPH. DECISÃO**: "Acautelo-me quanto à concessão do efeito suspensivo pleiteado pela Agravante. Intime-se a parte Agravada para apresentar contrarrazões no prazo de lei. Cumpra-se." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4004220-24.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Emerson da Silva Cruz.** (Advogado(a): Dr(a). João de Melo Cardoso Junior(10643/AM). **Agravado: Prefeitura Municipal de Codajas/AM. DECISÃO**: "Ex positis, diante do efeito suspensivo recursal ope legis, dê-se ciência desta decisão ao MM. Juízo da Vara Única de Codajás, na forma do art. 1.019, do CPC. Desnecessária a intimação da parte Agravada, tendo em vista que a r. Decisão impugnada, segundo consta dos autos principais, fora proferida antes da sua citaçãoApós, dê-se vista ao graduado órgão do Ministério Público. Manaus/Am, 29 de agosto de 2019. Desembargadora Joana dos Santos Meirelles Relatora" **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação / Remessa Necessária nº 0207737-65.2012.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Maria dos Anjos Lima de Souza**. (Advogado(a): Dr(a). Gustavo Hitzschky Junior, Sávio Carvalho Cavalcante, Bruno Murilo Rodrigues(17561/CE, 16215/CE, 27480/CE). **Apelado: Governador do Estado do Amazonas. DECISÃO:** "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências.". **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0604844-60.2017.8.04.0001 -** Manaus/Am, em que é **Apelante: Massa Falida do Banco Cruzeiro do Sul S/A**. (Advogado(a): Dr(a). Oreste Nestor de Souza Laspro(98628/SP). **Apelado: Antônio Diniz de Souza**. (Advogado(a): Dr(a).Maria Auxiliadora Bicharra, Janne Sales Gomes(3004/AM, 3045/AM). **DECISÃO:** "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências.". **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4004195-11.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Lume Comercial Ltda.** (Advogado(a): Dr(a). Luiz Allberto Monteiro Medeiros(3970/AM). **Agravado: Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra.** (Advogado(a): Dr(a).Rebeka da Silva Riça, Karla Freixo Braga(9900/AM, 3775/AM). **DECISÃO: "**Ex positis, diante do efeito suspensivo recursal ope legis, dê-se ciência desta decisão ao MM. Juízo da 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho, na forma do art. 1.019, do CPC. Desnecessária a intimação da parte Agravada, tendo em vista que a r. Decisão impugnada, segundo consta dos autos principais, fora proferida antes da sua citação Após, dê-se vista ao graduado órgão do Ministério Público. Manaus/Am, 29 de agosto de 2019. Desembargadora Joana dos Santos Meirelles Relatora". **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4004169-13.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Centro Educacional Século Ltda**. (Advogado(a): Dr(a). Luciana Rodrigues Pinto (9164/AM)). A**gravado: Ana Carolina de Alencar Balieiro.** (Advogado(a): Dr(a). Luciana Rodrigues Pinto (9164/AM)). **DECISÃO: (....)** "Diante destas razões, considerando a ausência de demonstração requisitos, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela recursal."**Fica INTIMADO o agravado**, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Luciana Rodrigues Pinto (9164/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4003455-53.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Gonder Incorporadora LTDA.** (Advogado(a): Dr(a). Fabio Rivelli(297608/SP). **Agravado: Rosangela de Fatima Colmanetti.** (Advogado(a): Dr(a).Felipe Carneiro Chaves, Geraldo Uchôa de Amorim Júnior, Isabela Ribeiro Colmanett(9179/AM, 12975/AM, 9229/AM). **DECISÃO:** "À vista disso, nos termos do artigo 932, inciso III, do Código de Processo Civil, deixo de conhecer do agravo. Arquive-se." **PT**

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Cível, Exmo. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Código do Processo Civil, após cumpridas as formalidades legais, serão julgados os seguintes processos:

Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima

Apelação Cível nº 0627458-64.2014.8.04.0001
Origem: 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Lia Maria Guedes de Freitas
Apelantes: Santa Giana Empreendimentos Imobiliários Ltda, Santo Ildelfonso Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogados: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP), Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB: 8759/AM), Raphaela Batista de Oliveira (OAB: 9169/AM) **Apelados: Erick da Silva Alves, Silvia Cristina Carvalho Alves** Advogados: Sandro Abreu Torres (OAB: 4078/AM), João Bosco A. Toledano (OAB: 1456/AM) **Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.**

Apelação Cível nº 0627523-54.2017.8.04.0001
Origem: 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rogério José da Costa Vieira
Apelante: Sul América Companhia de Seguro Saúde Advogado: Thiago Pessoa Rocha (OAB: 29650/PE) **Apelada: Virgínia Maria Liuzzi Gomes** Advogados: Filipe Mendes Silva (OAB: 9766/AM), Rafaela da Silva Gomes (OAB: 8946/AM) Procuradora de Justiça: Dra. Sandra Cal Oliveira **Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.**

Apelação Cível nº 0630436-43.2016.8.04.0001
Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Leoney Figliuolo Harraquian
Apelante: O Estado do Amazonas Procurador: Eugenio Nunes Silva (OAB: A763/AM) **Apelado: Yuri Tuma Camilo** Defensor: Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB: 4368/AM) Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas Procuradora de Justiça: Maria José da Silva Nazaré **Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.**

Apelação Cível nº 0649724-06.2018.8.04.0001
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de Queiroz
Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogados: Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB: A1065/AM), Nájela Noara Dias Tomé (OAB: 159666/MG), Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG) **Apelado: Antônio Carlos Santos dos Reis** Advogados: Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB: A1065/AM), Antônio Carlos Santos dos Reis (OAB: 2208/AM) **Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.**

Relatora: Exma. Sra. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Agravo de Instrumento nº 4001470-49.2019.8.04.0000
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Agravante: Maria Marcia Bringel Batista - Portal Olm - O Outro Lado da Moeda Advogado: Gualter Moraes dos Reis (OAB: 8804/AM) **Agravado: Arlison Pereira Leite** Advogados: Alexandre Coelho da Silva (OAB: 5846/AM), Luciana Lopes Xavier (OAB: 8022/AM), Félix de Melo Ferreira (OAB: 3032/AM), Kardinallenn Teixeira dos Santos (OAB: E1229/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Agravo de Instrumento nº 4001966-78.2019.8.04.0000
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Agravante: Banco Bradesco S.a. Advogado: Edson Rosas Junior (OAB: 1910/AM) **Agravados: Cezio Comercial Ltda - C. C. I, Ely Gonçalves de Souza Junior** Advogado: Bergson Mendonça Lacerda (OAB: 8963/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Agravo de Instrumento nº 4002692-52.2019.8.04.0000
Origem: Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal
Juiz Prolator: Ana Maria de Oliveira Diógenes
Agravante: Irismar Ribeiro Davila Advogada: Tatiana Rocha de Menezes e Rocha (OAB: 3663/AM) **Agravado: O Município de Manaus** Procuradora: Tracey Maria da Silva Resende (OAB: 4329/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Agravo de Instrumento nº 4003001-73.2019.8.04.0000
Origem: 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rogério José da Costa Vieira
Agravante: Renata Silva dos Santos Advogados: Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM), Kelson Girão de Souza (OAB: 7670/AM) **Agravado: Banco BMC S/A** Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Agravo de Instrumento nº 4003241-62.2019.8.04.0000
Origem: 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Lia Maria Guedes de Freitas
Agravante: Max Joaquim Martins de Araújo Advogados: Antonio Fabio B. de Mendonça (OAB: 2275/AM), Adriana Lo Presti Mendonça (OAB: 3139/AM) **Agravados: Vicente dos Anjos Liberato Neto, Alexandre Martins Soares** Advogado: Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB: 5641/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Apelação / Remessa Necessária nº 0629356-44.2016.8.04.0001
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Paulo Fernando de Britto Feitoza
Apelante/Apelado: O Município de Manaus Procurador: Aldenaira Paula de Freitas (OAB: 21/91) **Apelante/Apelado: Alexandro José de Menezes Silva** Advogada: Sarah Marques Barbosa (OAB: 11217/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Apelação Cível nº 0000022-89.2018.8.04.3801
Origem: 1ª Vara de Coari
Juiz Prolator: Fábio Lopes Alfaia
Apelante: Municipio de Coari/am Procurador: Laura Macedo Coelho (OAB: 11723/AM) **Apelado: Luiz de Lima** Advogados: Christiane Saraiva Domingues (OAB: 6568/AM), Leandro Castilho (OAB: 6082/AM) Procuradora de Justiça: Dra. Sandra Cal Oliveira **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Apelação Cível nº 0000290-09.2015.8.04.7501
Origem: 1ª Vara de Tefé
Juiz Prolator: Luís Claudio Cabral Chaves
Apelante: Município de Tefé/am - Prefeitura do Município Procuradores: Emer de Senna Gomes (OAB: 7602/AM), Alvimar Costa Monteiro Junior (OAB: 8580/AM) **Apelado: Ludimilson Artiago Vieira** Advogado: Duarte Sávio Rodrigues Alves de Menezes (OAB: 9598/AM) Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Apelação Cível nº 0202613-09.2009.8.04.0001
Origem: 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: José Renier da Silva Guimarães
Apelante: S. V. Instalações Ltda Advogados: Rennalt Lessa de Freitas (OAB: 8020/AM), Leonardo Fernandes Rodrigues sa Silva (OAB: 6276/AM), Maria Lúcia da Costa Valenzuela (OAB: 5724/AM) **Apelado: Werther Nascimento da Silva Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Apelação Cível nº 0603117-71.2014.8.04.0001
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Paulo Fernando de Britto Feitoza
Apelante: Cristiano Caxias da Silva Advogados: Karen Bezerra Rosa Braga (OAB: 6617/AM), Juarez Camelo Rosa **Apelado: O Estado do Amazonas** Procuradora: Ingrid Khamylla Monteiro Ximenes de Sousa (OAB: 3629/AM) Procuradora de Justiça: Dra. Noeme Tobias de Souza **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Apelação Cível nº 0606533-81.2013.8.04.0001, de
Origem: 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Mônica Cristina R. da Câmara C. do Carmo
Apelante: José Fernando Brasil de Araújo Advogados: José Fernando Brasil de Araujo (OAB: 9633/AM), Ivson Coêlho (OAB: 550A/AM), Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (OAB: 7432/AM) **Apelado: Condomínio Edifício Ajuricaba** Advogados: Roberto Marques da Costa (OAB: 4135/AM), Auton Francisco Furtado Maia (OAB: 5821/AM), Adolfo Praia Ferreira do Nascimento (OAB: 10804/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Apelação Cível nº 0607445-73.2016.8.04.0001
Origem: 6ª Vara de Família
Juiz Prolator: Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro
Apelante: M. do S. C. de O. Advogado: Roberto Wallace Souza Rodrigues (OAB: 9770/AM) **Apelado: N. M. de O.** Advogados: Phelipe Ernesto Silva Pinto (OAB: 7725/AM), Andre Luiz Silva Pinto (OAB: 7736/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Apelação Cível nº 0608108-17.2019.8.04.0001, de
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Kathleen dos Santos Gomes
Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A Advogado: Marco Antonio Crespo Barbosa (OAB: 115665/SP) **Apelado: Gracilago Ferreira Santos Sobrinho** Advogado: Gabriel Eduardo da Silva Machado (OAB: 13340/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Apelação Cível nº 0610195-77.2018.8.04.0001
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade
Apelante: H. Y. Mouas Produções e Comércio Ltda. Advogado: Sérgio Marinho Lins (OAB: 2414/AM) **Apelado: Mario Cesar Filgueiras Gomes** Advogados: Mario Cesar Filgueiras Gomes (OAB: 8335/AM), Alyssonn Antonio Karrer de Melo Monteiro (OAB: 6310/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Apelação Cível nº 0611772-66.2013.8.04.0001
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Ronnie Frank Torres Stone
Apelante: Antônio de Araújo Pereira Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas Defensora: Caroline Pereira de Souza (OAB: 9052/AM) **Apelado: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - Detran/AM** Procuradores: Marita Santos de Oliveira Corrêa (OAB: 5391/AM), Marta Maria Vale Oyama (OAB: 7146/AM), Ike Kennedy Veiga da Silva (OAB: 4519/AM), Sérgio Augusto G. Cavalcante (OAB: 4895/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Apelação Cível nº 0614593-72.2015.8.04.0001
Origem: 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro Lima
Apelante: TOP SERVICE COMERCIO E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO IND. LTDA Advogados: Sheila Bartolotti Ravedutti, Maria das Graças Carvalho Monteiro (OAB: 1964/AM), Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (OAB: 8196/AM) **Apelado: Metalurgica Brasferro LTDA** Advogados: Manoel Pedro de Carvalho (OAB: 4890/AM), Francyne Negro Vaz Leal (OAB: 10447/AM), Viviane Nunes de Oliveira da Costa (OAB: 8944/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Apelação Cível nº 0618405-20.2018.8.04.0001
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Kathleen dos Santos Gomes
Apelante: Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento Advogados: Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB: 21678/PE), Bruno Rosas Hidalgo (OAB: 10732/AM) **Apelados: Trio Car Comercio e Locaçao de Veículos Ltda-me, José Pinto de Matos, Diana Liz da Silva Matos** Advogado: Tony Felix Tomé (OAB: 7688/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Apelação Cível nº 0619778-86.2018.8.04.0001
Origem: 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rosselberto Himenes
Apelante/Apelado: Banco Bmg S/A Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE) **Apelante/Apelado: Socorro de Assunção Lima** Advogados: José Mário de Carvalho Neto (OAB: 4861/AM), Camilly Martins Brasil (OAB: 11085/AM) Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Apelação Cível nº 0644062-66.2015.8.04.0001
Origem: 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Mônica Cristina R. da Câmara C. do Carmo
Apelante: Manaus Ambiental S/A Advogado: Thiago Almeida Rebello (OAB: 12327/AM) **Apelado: Allison Felix da Silva** Advogado: Jorge Luiz Viana de Carvalho (OAB: 8291/AM) Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Apelação Cível nº 0659461-33.2018.8.04.0001
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade
Apelante: Banco Itaucard S/A Advogado: Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB: 1117/AM) **Apelado: Rayane Coelho de Lima Dantas Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing

Apelação Cível nº 0601337-91.2017.8.04.0001
Origem: 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de queiroz
Apelante: Banco da Amazônia S/A Advogados: Eder Augusto dos Santos Picanço (OAB: 10396/PA), Northon Sérgio Lacerda Silva (OAB: 2708/AC), Annabelle de Oliveira Machado (OAB: 4419/AM) **Apelado: D. D. Incorporações Imobiliárias Ltda.** Advogado: Francisco Maciel do Nascimento (OAB: 2091/AM) **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing**

Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Agravo de Instrumento nº 4003306-57.2019.8.04.0000
Origem: 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rogério José da Costa Vieira
Agravante: Petroleo Brasileiro S/A. - Petrobras Advogado: César Augusto de Pinho Pereira (OAB: 12893/AM) **Agravado: Parente Andrade Ltda** Advogado: Paulo César Laborda Valente (OAB: 1403/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Agravo de Instrumento nº 4005313-56.2018.8.04.0000
Origem: 17ª Vara Cível de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Agravante: Hospital Adventista de Manaus Advogado: Dougllas D´ouro Carvalho (OAB: 2953/TO) **Agravado: Amf de Souza Serviços** Advogado: Mauro da Gama Monteiro (OAB: 9734/AM) **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**

Remessa Necessária Cível nº 0616806-80.2017.8.04.0001
Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública
Remetente: Juízo de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública do Estado do Amazonas **Requerente: Silvania Teixeira da Costa** Advogados: Juarez Camelo Rosa, Karen Bezerra Rosa Braga (OAB: 6617/AM) **Requerido: Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs** Advogados: Alcineia da Silva Rodrigues (OAB: 3887/AM), Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB: 7159/AM), Wellington Filgueira Sampaio (OAB: 5308/AM) Procuradora de Justiça: Dra. Maria José da Silva Nazaré **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**

Remessa Necessária Cível nº 0651853-81.2018.8.04.0001
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Remetente: Juízo de Direito da 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Capital/Am **Requerente: Jose Mauricio da Costa Rodrigues** Advogados: Gustavo Michelotti Fleck (OAB: 21243/DF), Queila Coelho de Souza (OAB: 7931/AM), Cairo Lucas Machado Prates (OAB: 33787/SC) **Requerido: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social**
Procuradora de Justiça: Dra. Noeme Tobias de Souza **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**

Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Apelação Cível nº 0007867-32.2018.8.04.0000
Origem: Vara Única de Manaquiri
Juiz Prolator: Igor Caminha Jorge
Apelante: Francisco Gomes de Oliveira Advogado: Pedro Cavalcante da Costa (OAB: 7292/AM) **Apelado: Câmara Municipal de Manaquirí** Advogados: Rubxley Castro de Oliveira (OAB: 11469/AM), Karla Caroline dos Santos Freitas (OAB: 11023/AM) **Apelado: Municipio de Manaquiri** Procurador: Lauro Domingos dos Santos de Carvalho (OAB: 4379/AM) Procuradora de Justiça: Dra. Sandra Cal Oliveira **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles**

Apelação Cível nº 0214876-29.2016.8.04.0001
Origem: 2ª Vara de Família
Juiz Prolator: Everaldo da Silva Lira
Apelante: R. T. C. Defensora: Raquel El-bachá Figueiredo (OAB: 23953/BA) Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas **Apelado: R. F. S. do N.** Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas Defensora: Carolina Matos Carvalho Procuradora de Justiça: Dra. Noeme Tobias de Souza **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles**

Apelação Cível nº 0602281-59.2018.8.04.0001
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Apelante: Alex Tavares Coricos Advogado: Rodrigo José Rodrigues Alves Brasileiro **Apelado: Banco Bmg S/A** Advogada: Marina Bastos Porciunla Benghi (OAB: 983-A/PE) Procurador de Justiça: Dra. Sandra Cal Oliveira **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles**

Apelação Cível nº 0606068-96.2018.8.04.0001
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante: Edjane de M Barbosa M Rodrigues Advogado: Christiano de Oliveira Santiago (OAB: 9536/AM), Glaucio Nunes da Luz (OAB: 6326/AM) **Apelado: Supermercados DB Ltda.** Advogado: Humberto Rossetti Portela (OAB: 91263/MG), Julio de Carvalho Paula Lima (OAB: 1149/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles**

Apelação Cível nº 0609226-62.2018.8.04.0001
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rogério José da Costa Vieira
Apelante: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 831A/AM), Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 86415/RJ) **Apelado: Francisco Ferreira de Lima** Advogado: Adna Lima da Silva (OAB: 11171/am) Procuradora de Justiça: Dra. Noeme Tobias de Souza **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles**

Apelação Cível nº 0615999-26.2018.8.04.0001, de
Origem: 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Hermidas de Aragão Filho
Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A Advogado: Antonio Braz da Silva **Apelado: Jackson Gama Fernandes** Procuradora de Justiça: Dra. Maria José da Silva Nazaré **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles**

Apelação Cível nº 0620480-66.2017.8.04.0001
Origem: 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Hermidas de Aragão Filho
Apelante: Banco Bradesco S.a. Advogados: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: A598/AM), Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 3056/MT) **Apelados: M S Pacheco-comercio de Artefatos de Madeiras-me, Maria Socorro Pacheco** Advogado: Jakson Alves de Souza (OAB: 8840/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles**

Apelação Cível nº 0630910-77.2017.8.04.0001
Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Áldrin Henrique de Castro Rodrigues
Apelante: Banco do Brasil S/A Advogada: Joany Sillas Pereira (OAB: 9646/AM) **Apelados: Alfil Participações Societárias S.a, Simeone Participações Ltda., Alcimar Leão de Oliveira, Sebastião Gonçalves Gomes Filho, Cátia Luzia de Oliveira Feitoza, Jose Rosildo de Souza Oliveira, Márcio da Silveira Pereira, Maria Eliana Cruz de Almeida Pereira, Arlete Geraldinho.,** Advogada: Maria Santana de Freitas (OAB: 5708/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles**

Apelação Cível nº 0637952-46.2018.8.04.0001
Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Áldrin Henrique de Castro Rodrigues
Apelante: Bradesco Saúde S/A Advogados: Eloy Pinto de Andrade (OAB: 819/AM), Eugênio F. Pinto de Andrade (OAB: 3424/AM) **Apelado: José Carlos Reston Filho** Advogado: Igor Barbosa Ferreira (OAB: 5464/AM) Procuradora de Justiça: Dra. Sandra Cal Oliveira **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles**

Apelação Cível nº 0644673-48.2017.8.04.0001
Origem: 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Hermidas de Aragão Filho
Apelante: Banco Industrial do Brasil S/A Advogados: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE), Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM) **Apelado: Paulo Kennedy Souza Silva** Advogado: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM) Procuradora de Justiça: Dra. Noeme Tobias de Souza **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles**

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

Intimação

Agravo de Instrumento nº4000209-83.2018.8.04.0000, Agravante: **Município de Manaus** (Procuradora: Dra. Cely Cristina dos Santos Pereira (1716/AM). Agravado: **Maria das Graças Nascimento Evangelista** (Advogado: Dr. Gilmar Madalozzo da Rosa (1142A/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.
Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.
Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4001150-67.2017.8.04.0000, Agravante: **Domingos Rolando Damiani Júnior** (Advogados: Drs. Janaina M Calado de Lima (8891/AM), Marcelo de Lima (2797/AM) e Renata da Silva Santos Bandeira de Melo (9523/AM)). Agravado: **Bianca Alves da Silva.** (Advogados: Drs. Daniele de Freitas Correa (9287/AM) e Michele Freitas Correa (3348/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4001333-04.2018.8.04.0000, Agravante: **Frank Queiroz de Azevedo** (Advogado: Dr. Antonio Azevedo de Lira (5474/AM)). Apelado: **Estado do Amazonas** (Procurador: Dr. Franklin Arthur Martins Filho (A1251/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4001386-82.2018.8.04.0000, Agravante: **Central Nacional Unimed – Cooperativa Central** (Advogado: Dr. Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda (367876/SP)). Agravado: **Alaide Moura Pessoa** (Advogado: Dr. Luis Juscelino Augusto Leite (4092/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4003632-56.2015.8.04.0000, Agravante: **Construtora São Francisco Ltda** (Advogado: Dr. Ulysses Faias de Magalhães Neto (7166/AM)). Agravado: **Metacon Construções Montagem e Comércio Ltda** (Advogados: Drs. Glaucio Bessa de Andrade Figueira (4993/AM) e Michel Macedo Bessa (4058/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4003787-59.2015.8.04.0000, Agravante: **Banco Santander Brasil S/A** (Advogado: Dr. José Quagliotti Salamone (103587/SP) e outros). Agravado: **Marcelo Rego Soares**. (Advogada: Dra. Marizete Neves Gomes (3038/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4004319-33.2015.8.04.0000, Agravante: **Banco Santander Brasil S/A** (Advogado: Dr. Henrique José Parada Simão (221386/SP) e outros). Agravado: **Imagem Comercio Importaçoes e Exportaçoes Ltda (infocentro).** (Advogado: Dr. Antonio Carlos Santos dos Reis (OAB/AM 2208)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4004516-51.2016.8.04.0000, Agravante: **Api Spe 10- Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários** (Advogados: Drs. Amanda Araújo dos Santos (6150/AM), Lucas Nunes Chama (16956/PA) e outros). Agravado: **Sérgio da Silva Fernandes** (Advogado: Dr. Carlos da Costa Rocha (72035/RJ)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4001650-36.2017.8.04.0000, Agravante: **INSS- Instituto Nacional do Seguro Social** (Procurador: Dr. Luiz Gustavo Isoldi). Agravado: **Ricardo Ferreira Rodrigues** (Advogada: Dra. Elisabete Lucas (4118/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4002613-10.2018.8.04.0000, Agravante: **Banco Bmg S/A** (Advogado: Dr. Antonio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) e Urbano Vitalino Advogados (313/PE)

e outros). Agravado: **Pedro de Souza** (Advogados: Drs. Philippe Nunes de Oliveira Dantas (8872/AM)) e Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB/AM 10.057). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4002638-23.2018.8.04.0000, Agravante: **O Estado do Amazonas** (Procurador: Dr. Júlio Cezar Lima Brandão (2258/AM)). Agravado: **Municipio de Borba - Prefeitura Municipal** (Advogados: Drs. Renata Andréa Cabral Pestana Vieira (3149/AM)) e Maxsuel da Silveira Rodrigues (OAB/AM 7118). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4003518-49.2017.8.04.0000, Agravante: **Banco do Brasil S/A** (Advogados: Drs. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM), Rafael Sganzerla Durand (737/AM e 211648/SP) e outros). Agravado: **Braulio Ghidalevich** (Advogado: Dr. Braulio Ghidalevich (2248/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4003542-77.2017.8.04.0000, Agravante: **Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda** (Advogado: Dr. Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)). Agravado: **Maria Mosalina Pinheiro Lima** (Advogados: Drs. Elaine Bonfim de Oliveira (336ACE) e Isabela Farias Neves (7950/AM)) e outros. De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0000002-31.2013.8.04.0000, Apelante: Elizene Carvalho da Cunha (Advogado(a): Dr(a). Júlio Pinheiro (2823/AM)). Apelado: Banco da Amazônia S/A (Advogado(a): Dr(a). Joao M de Albuquerque (2029/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019.Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0000087-29.2013.8.04.6301, Apelante: Joemar de Souza Freire (Advogado(a): Dr(a). Rodrigo César da Silva e Silva (7260/AM)). Apelado: Município de Parintins/am (Advogado(a): Dr(a). Ed da Silva Maia (50086/RS) e Elias Marinho Sicsú (2330/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0030964-15.2005.8.04.0001, Apelante: Maria Izabel Oliveira dos Santos (Advogado(a): Dr(a). Caroline Oliveira dos Santos (4094/AM)). Apelado: Tech View - Comércio, Importação e Exportação Ltda. De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4002663-36.2018.8.04.0000, Agravante: PAULO ROBERTO DE ASSIS (Advogado(a): Dr(a). Alice da Silva Welgert (12614/AM) e Bairon A. do Nascimento Junior (3795/AM)). Agravado: Banco Bradesco Financiamentos S/A (Advogado(a): Dr(a). José Augusto de Rezende Júnior (1109A/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019.Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4002719-40.2016.8.04.0000, Agravante: O Município de Manaus (Advogado(a): Dr(a). Ladyane Serafim Pereira (4990/AM)). Agravado: Andrea Paula da Silva Rebello (Advogado(a): Dr(a). Diogo Coelho de Freitas (10733/AM) e Félix de Melo Ferreira (3032/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o

julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019.Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4002787-19.2018.8.04.0000, Agravante: Alexandre Souza dos Santos (Advogado(a): Dr(a). Carolina Matos Carvalho Norões e Defensoria Pública do Estado do Amazonas). Agravado: Luana Maia de Souza. De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4002887-08.2017.8.04.0000, Agravante: Estado do Amazonas (Procuradora: Dr(a). Patrícia Petrucelli Marinho (3319/AM)). Agravado: Distribuidora de Alimentos Luky Ltda (Advogado(a): Dr(a). Ricardo Cruz da Silva (2628/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4002951-18.2017.8.04.0000, Agravante: O Município de Manaus (Procurador: Dr(a). Marco Aurelio de Lima Choy (4271/AM)). Agravado: Jss Comercio de Tecidos Ltda – Epp. De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4003120-39.2016.8.04.0000, Agravante: Petroleo Brasileiro S.a. - Petrobras (Advogado(a): Dr(a). Angelo Roncalli Osmiro Barreto (26766/CE), Felipe Antonio Lopes Santos (7250/AM) e Gustavo Monteiro Rodrigues (5150/AM)). Agravado: O Estado do Amazonas De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4003152-44.2016.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Procuradora: Dr(a). Patrícia Petrucelli Marinho (3319/AM)). Agravado: Polynorte Industria e Comercio de Embalagens Ltda (Advogado(a): Dr(a). Alexandre Gomes Ribeiro (6199/AM) e Marcos Paulo Coelho de Souza (4395/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4003563-24.2015.8.04.0000, Agravante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau (Promotora: Dr(a). Neyde Regina Demósthenes Trindade. Agravado: Elynaldo Albuqueque da Rocha.De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4003616-68.2016.8.04.0000, Agravante: Petrobras Distribuidora (Advogado(a): Dr(a). Barbara Casado Prado (122914/RJ), Frederico Cosme Perez Melhado (131390/RJ), Jose Guilherme Fontes de Azevedo Ccsta (126729/RJ) e Vinicius Pedroso de Albuquerque Lima (66642/RS)). Agravado: O Estado do Amazonas. De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.**Jpns.**

Agravo de Instrumento nº4003669-78.2018.8.04.0000, Agravante: Pedro Lucas Silva Passos (Advogado(a): Dr(a). Carolina Matos Carvalho Norões e Izabela Neves da Silva). Agravado: Francisco Iraldo de Souza Passos (Advogado(a): Dr(a). Mauro Socorro Mendonça Pinto (10342/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.**Jpns.**

Agravo de Instrumento nº 4003729-51.2018.8.04.0000, Agravante: Banco Bmg S/A (Advogado(a): Dr(a). Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) e Urbano Vitalino Advogados (313/PE)). **Agravado: Julieta Vieira das Merces** (Advogado(a): Dr(a). Andrey Augusto B. Ramos (7526/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4003859-41.2018.8.04.0000, Agravante: Manaus Ambiental S/A (Advogado(a): Dr(a). Ney Bastos Soares Junior (4336/AM)). Agravado: Ericson Santos Botelho (Advogado(a): Dr(a). Jose Carlos H dos Santos (9945/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4004142-64.2018.8.04.0000, Agravante: Banco Bmg S/A (Advogado(a): Dr(a). Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) e Urbano Vitalino Advogados (313/PE)). Agravado: Nailê Albuquerque Lasmar (Advogado(a): Dr(a). Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4004167-82.2015.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Procuradora: Dr(a). Patrícia Petrucelli Marinho (3319/AM)). Agravado: Gera Amazonas Geradora de Energia do Amazonas S/A (Advogado(a): Dr(a). João Vitor Luke Reis (24837/DF)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4004196-30.2018.8.04.0000, Agravante: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda (Advogado(a): Dr(a). Elaise Moss Portela (7689/AM), Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM) e Pedro Camara Junior (2834/AM)). Agravado: Antonio Carlos da Silva Freitas (Advogado(a): Dr(a). Rosemeire Simões de Almeida (3558/AM) e Wilson José da Silva Cunha (3479/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4004500-29.2018.8.04.0000, Agravante: Manaus Previdência - MANAUSPREV (Advogado(a): Dr(a). Eduardo Alves Marinho (7413/AM) e Rafael da Cruz Lauria (5716/AM)). Agravado: Alegria de Gonzaga Simões (Advogado(a): Dr(a). Paulo Dias Gomes (2337/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004584-98.2016.8.04.0000, Agravante: Departamento Estadual de Transito do Amazonas - Detran/AM (Advogado(a): Dr(a). Ike Kennedy Veiga da Silva (4519/AM), José Roberto Gióia Alfaia (1746/AM), Marita Santos de Oliveira Correa (5391/AM) e Sergio Augusto G. Cavalcante (4895/AM)). Agravado: Thalita Neves Costa Se Souza Castelo Branco (Advogado(a): Dr(a). Rubenito Cardoso da Silva Júnior (4947/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4004597-63.2017.8.04.0000, Agravante: Viviane Chaves do Carmo (Advogado(a): Dr(a). Tonny André de Souza Silva (8893/AM)). Agravado: Banco Itaucard S/A (Advogado(a): Dr(a). Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (18335AP/A)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004751-18.2016.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a).

Jucelino Araújo Lima (8039/AM)). Agravado: Telefonica Brasil S/A (Advogado(a): Dr(a). Carlos Alexandre Guimarães Pessoa (80572/RJ), Mauricio Sada Neto (178969/RJ) e Vitor Morais de Andrade (182604/SP)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4005011-32.2015.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Micael Pinheiro Neves Silva (6088/AM)). Agravado: Carmen de Menezes Dias (Advogado(a): Dr(a). Antonio Augusto Brito Feijó Júnior (8408/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4005196-65.2018.8.04.0000, Agravante: Conef Brasil Construções e Administração de Bens Ltda (Advogado(a): Dr(a). Thiago Andrade de Melo (7214/AM)). Agravado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0609532-02.2016.8.04.0001, Apelante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (2538/AM)). Apelado: Raimundo de Oliveira Queiroz (Defensor: Dr(a). Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (4368/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0627785-38.2016.8.04.0001, Apelante: Maria Edinaide Maciel de Mello (Defensor: Dr. Arlindo Gonçalves dos Santos Neto). Apelado: Mediservice - Administradora de Planos de Saude S/A (Advogado(a): Dr(a). Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados e Eloy Pinto de Andrade (819/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004629-05.2016.8.04.0000, Agravante: Enedino Rodrigues de Oliveira (Advogado(a): Dr(a). Katarini Oliveira Gadelha (11747/AM) e Márcia Caroline Milleo Laredo (8936/AM)). Agravado: Bv Financeira S/A C.f.i (Advogado(a): Dr(a). Fernando Luz Pereira (658A/AM) e Moisés Batista de Souza (469A/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004639-49.2016.8.04.0000, Agravante: Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Advogado(a): Dr(a). Erik Lorenzzo Marinho da Silva (4944/AM), Gustavo Viseu (117417/SP) e Roberto Trigueiro Fontes (A692/AM)). Agravado: Norton Carlos de Paula Bezerra (Advogado(a): Dr(a). Francine Karin Silva de Menezes (41909/BA) e Leonardo Santos de Souza (14926/BA)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004643-86.2016.8.04.0000, Agravante: Elienai Pereira Cursino (Advogado(a): Dr(a). Paulo Bernardo Lindoso e Lima (11333/AM) e Yuri Dantas Barroso (4237/AM)). Agravado: Ricardo Picanço Monteiro (Advogado(a): Dr(a). Bruno Rodrigo Vale Palheta (7932/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4004717-77.2015.8.04.0000, Agravante: Antunes Ordones de Oliveira (Advogado(a): Dr(a). Claudia de Santana (8369/AM)). Agravado: Elicéia Dias da Sena

(Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4004748-63.2016.8.04.0000, Agravante: Banco Itaucard S/A (Advogado(a): Dr(a). Antonio Braz da Silva (12450/PE)). Agravado: Erisom Rodrigues de Souza (Advogado(a): Dr(a). Euler Passos de Moura (6646/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4004750-33.2016.8.04.0000, Agravante: Swiss Park Manaus Incorporadora Ltda (Advogado(a): Dr(a). Claudia R de Melo Melchert (250386/SP) e Luciana Buzatto Peres (239449/SP)). Agravado: Emerson Leite Ferreira de Souza (Advogado(a): Dr(a). Eugenio dos Santos Gomes (8930/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4005155-06.2015.8.04.0000, Agravante: Banco Santander Brasil S/A (Advogado(a): Dr(a). Elísia Helena de Melo Martini (1183A/PE) e Henrique José Parada Simão (221386/SP)). Agravado: Imagem Comércio Importação e Exportação Ltda (infocentro (Advogado(a): Dr(a). Antônio Carlos Santos dos Reis (2208/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4005466-94.2015.8.04.0000, Agravante: Acácia Branca Seco Ferreira (Advogado(a): Dr(a). Acácia Branco Seco Ferreira (2507/AM)). Agravado: Manoel Messias Marques de Sousa (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0642520-76.2016.8.04.0001, Apelante:Alessandra da Silva Costa (Advogado(a): Dr(a). Alex Mendes dos Santos (7308/AM) e Andreza Silva de Oliveira (9241/AM)). Apelado: Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs (Advogado(a): Dr(a). Alcineia da Silva Rodrigues (3887/AM), Tibiriçá Valério de Holanda Filho (7159/AM) e Wellington Filgueira Sampaio (5308/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0701411-32.2012.8.04.0001, Apelante: Potência Construções Elétricas Ltda. (Advogado(a): Dr(a). Alberto Simonetti Cabral Neto (2599/AM), Breno de Almeida Rodrigues (8121/AM) e Jéssica Ferreira Botelho (6826/AM)). Apelado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) (Advogado(a): Dr(a). Danilo Carvalho Freire (162033/MG), Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (56543/MG), Leonardo José Melo Brandão (53684/MG) e Rodrigo Freire (129725/MG)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4002366-29.2018.8.04.0000, Agravante: Banco Bmg S/A (Advogado(a): Dr(a). Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E) e Urbano Vitalino Advogados (313/PE)). Agravado: Angela Maria de Souza Lopes (Advogado(a): Dr(a). Andrey Augusto B. Ramos (7526/AM) e Gustavo da Silva Grillo (7883/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002607-03.2018.8.04.0000, Agravante: Evandro Carvalho de Freitas (Advogado(a): Dr(a). Bruno Benevides Ferreira (8632/AM) e Fernando da Silva Lima (9218/AM)). Agravado: Renato da Silva Galvão (Advogado(a): Dr(a). José Ricardo Martins Pontes (900A/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003698-65.2017.8.04.0000, Agravante: Município de Manaus/am (Advogado(a): Dr(a). Edmara de Abreu Leão (4903/AM)). Agravado: Vinicius Henrique de Souza (Maria do Socorro Moura) (Advogado(a): Dr(a). Bruno Oliveira Medeiros (7203/AM), Frederico Gustavo Távora (6462/AM) e Patricia Sena Praia (8244/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003799-68.2018.8.04.0000, Agravante: Sebastião Almeida Freitas (Advogado(a): Dr(a). Deldson Souza de Oliveira (8848/AM), Gyorney Matos Nery (13151/AM) e Melquisedec Freitas Pantoja (10412/AM)). Agravado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) (Advogado(a): Dr(a). Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Gustavo Henrique Wykrota Tostes (1065A/AM), Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM) e Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.**Jpns.**

Agravo de Instrumento nº 4004518-21.2016.8.04.0000, Agravante: Açaí Transportes Coletivos Ltda (Advogado(a): Dr(a). Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (2790/AM)). Agravado: Gerson Rodrigues da Silva (Advogado(a): Dr(a). Ronan Batista Moreira (8849/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.**Jpns.**

Agravo de Instrumento nº 4004549-41.2016.8.04.0000, Representante: P. de S. S. (Advogado(a): Dr(a). Max Eduardo Vieira Sarubi (9540/AM)). Agravado: M. V. L. B. (Advogado(a): Dr(a). José Antonio do Nascimento Pinheiro (6353/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 4004608-29.2016.8.04.0000, Agravante: Oficial 5 Consultoria , Planejamento e Treinamento Em Segurança (Advogado(a): Dr(a). Jorge Henrique Gonzaga Dias Júnior (9953/AM)). Agravado: Condominio Bem Viver Vida Nova (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº0000611-48.2012.8.04.0000, Agravante: Lian Construtora Ltda (Advogado(a): Dr(a). Karina Seffair de Castro de Abreu (3780/AM)). Agravado: Banco Santander Brasil S/A (Advogado(a): Dr(a). Alfredo Zucca Neto (154694/SP) e Bairon Antônio do Nascimento Júnior (3795/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0000828-53.2013.8.04.5401, Apelante: C. de S. D. (Advogado(a): Dr(a). Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Elias Cruz Lima Junior (6947/AM)). Apelado: Daniele Barroso Mendonça (Advogado(a): Dr(a). André da Silva Pessoa (7617/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0217875-96.2009.8.04.0001, Apelante: Carrefour Comércio e Indústria Ltda (Advogado(a): Dr(a). Luciano

de Almeida Souza Coelho (9919/AM), Roberto Trigueiro Fontes (692A/AM) e Sylvia Beatriz Barbosa da Rocha Aguiar (7718/AM)). Apelado: Atra Prestadora de Serviços Gerais S/c Ltda (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0237042-65.2010.8.04.0001, Apelante: Igb Eletronica S.a (Advogado(a): Dr(a). Milton Flavio de A C Lautenschager (162676/SP)). Apelado: Serviço Social da Indústria - SESI (Advogado(a): Dr(a). Pedro Henrique Braz Siqueira (37996/DF)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0251999-71.2010.8.04.0001, Apelante: Ralc Construções ltda (Advogado(a): Dr(a). Thelma Saidt Robustelli (5021/AM)). Apelado: M. de F. de A. Serra e Silva (Advogado(a): Dr(a). Francisco João Leite (7460/AM) e Gustavo Corrêa (5071/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0255087-88.2008.8.04.0001, Apelante: José Vieira dos Santos (Advogado(a): Dr(a). José C. Pereira de Oliveira (2772/AM)). Apelado: Banco da Amazônia S.A - BASA (Advogado(a): Dr(a). Alfredo Moacyr Cabral (341/AM), Caroline Cunha e Silva Meirelles (4940/AM), Christina Cunha e Silva Meirelles (7896/AM) e Serafim P. D. Meirelles Neto (1694/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004126-13.2018.8.04.0000, Agravante: Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda (Advogado(a): Dr(a). Elaise Moss Portela (7689/AM), Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM), Pedro Camara Junior (2834/AM) e Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (613/AM)). Agravado: Cristiana Moreira Botelho (Advogado(a): Dr(a). Romario Marcos Nunes Trindade (13525/AM)). De ordem do Exmo**. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004782-04.2017.8.04.0000, Agravante: Santa Cordelia Empreendimentos Imobiliarios Ltda (Advogado(a): Dr(a). Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) e Paloma Tavares Feitoza Vieira (8759/AM)). Agravado: Yamile Benaion Alencar (Advogado(a): Dr(a). Joelson Gláucio Luzeiro (4392/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0260176-87.2011.8.04.0001, Apelante: Banco BradesCard - Banco IBI S/A (Advogado(a): Dr(a). Eduardo Arruda Alvim (118685/SP), Fernando A Rodrigues (132932/SP) e José Manoel Arruda Alvim Neto (12363/SP)). Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau (Promotor: Dr(a). Otávio de Souza Gomes). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0264127-60.2009.8.04.0001, Apelante: Google São Paulo (Google Brasil Internet Ltda) (Advogado(a): Dr(a). Fabio Rivelli (297608/SP) e Ivana da Cunha Leite (4814/AM)). Apelado: Omar José Abdel Aziz (Advogado(a): Dr(a). Anibal Guedes Lobo (1475/AM), Fabio Rivelli (297608/SP), Ivana da Cunha Leite (4814/AM) e Kennedy Monteiro de Oliveira (7389/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0601835-32.2013.8.04.0001, Apelante: Sotreq S/A (Advogado(a): Dr(a). Antônio Cláudio Pinto Flores (8700/PA) e Nelson Luiz Mestieri de Macedo (608A/AM)). Apelado: UNIPAR Construtora S.A (Advogado(a): Dr(a). Solon Angelim Alencar Ferreira (3338/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0601936-35.2014.8.04.0001, Apelante: Abel Almeida Monteiro Filho (Advogado(a): Dr(a). Martha Mafra Gonzalez (4103/AM)). Apelado: O Estado do Amazonas (Procurador: Dr(a). Carlos Alexandre M. C. M. de Matos (2364/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0602428-56.2016.8.04.0001, Apelante: Banco do Brasil S/A (Advogado(a): Dr(a). Muriel Flávia Godoi (21140AM/S), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM) e Rafael Sganzerla Durand (737A/AM)). Apelado: William Franca de Azevedo (Advogado(a): Dr(a). Felipe Almeida Ferreira (10271/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0602706-23.2017.8.04.0001, Apelante: Águas do Amazonas S/A (Advogado(a): Dr(a). Paulo Jaqson Freire Pinto (7967/AM), Raimundo Simao Jeronimo Filho (13056/AM) e Thiago Almeida Rebello (12327/AM)). Apelado/Apelante: Águas do Amazonas S.A. (Advogado(a): Dr(a). Daniel Fábio Jacob Nogueira (3136/AM), Ney Bastos Soares Junior (4336/AM), Paulo Jaqson Freire Pinto (7967/AM), Raimundo Simao Jeronimo Filho (13056/AM) e Thiago Almeida Rebello (12327/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0616139-31.2016.8.04.0001, Apelante: A. M. N. de S. (Advogado(a): Dr(a). Alexandre César Menezes Cabral Fagundes (5334/RN)). Apelado: A. C. C. M. de S. (Advogado(a): Dr(a). Francesco Robustelli Neto (8268/AM), Mário Oliveira Robustelli (8267/AM), Shaira Castro do Vale e Thelma Saidt Robustelli (5021/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0621934-81.2017.8.04.0001, Apelante: Israel Barnabé de Melo (Advogado(a): Dr(a). Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM)). Apelado: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Debora Bandeira Koenow (12898/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0623486-23.2013.8.04.0001, Apelante: Priscila de Araujo Estrela Recchioni (Advogado(a): Dr(a). Louise Caroline Miquiles Guimarães (9251/AM) e Louise Caroline Miquiles Guimarães (9251/AM)). Apelado: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda (Advogado(a): Dr(a). Andrade GC Advogados (57/AM) e Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0623591-97.2013.8.04.0001, Apelante: Paulo Roberto de Souza Lopes (Advogado(a): Dr(a). Ana Virginia Arakian Izael (3701/AM)). Apelado: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social (Advogado(a): Dr(a). Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP) e Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0623886-66.2015.8.04.0001, Apelante: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda (Advogado(a): Dr(a). Amandio Ferreira Tereso Júnior (A739/AM) e Maria Lucília Gomes (84206/SP)). Apelado: Oliveira e Martins Empreendimentos e Protjetos Ltda. - EPP (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0623907-71.2017.8.04.0001, Apelante: Mara Marly Leite Ramos (Advogado(a): Dr(a). Jessica Souza Lemos (11436/AM) e Karen Pricilla Coelho Satana (11459/AM)). Apelado: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Thiago Oliveira Costa (13187/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0624153-72.2014.8.04.0001, Apelante: Ana Paula Alencar de Souza (Advogado(a): Dr(a). Anelson Brito de Souza (5342/AM), Jacqueline Freire Bitar (8810/AM), Raphaela Batista de Oliveira (9169/AM) e Rennalt Lessa de Freitas (1722E/AM)). Apelado: Construtora Capital S.A. (Advogado(a): Dr(a). Anelson Brito de Souza (5342/AM), Carolina Ribeiro Botelho (5963/AM) e Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0625659-49.2015.8.04.0001, Apelante: Wendrew Souza dos Santos (Advogado(a): Dr(a). Wilson Molina Porto (805A/AM)). Apelado: Porto Seguro Cia de Seguros Gerais (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0627962-65.2017.8.04.0001, Apelante: Leny Jaqtinon Folhadela (Advogado(a): Dr(a). Kelson Girão de Souza (7670/AM) e Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM)). Apelado: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Luís Carlos de Paula e Sousa (1667/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0628617-37.2017.8.04.0001, Apelante: Maria Madalena do Nascimento (Advogado(a): Dr(a). Ricardo de Carvalho Torres (7917/AM)). Apelado: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Eugênio Nunes Silva (763A/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0629146-27.2015.8.04.0001, Apelante: Raimundo Nazaré Oliveira Costa (Advogado(a): Dr(a). Martha Mafra Gonzalez (4103/AM)). Apelado: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Carlos Alexandre M. C. M. de Matos (2364/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0629952-28.2016.8.04.0001, Apelante: Antônio Severiano Lopes de Oliveira (Advogado(a): Dr(a). Ana Hellen Brandão Furtado (8509/AM)). Apelado: O Município de Manaus (Advogado(a): Dr(a). Ariel Shalom Benchimol de Resende (6095/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0630278-56.2014.8.04.0001, Apelante: O Município de Manaus (Advogado(a): Dr(a). Fernanda Miranda Ferreira de Mattos (5003/AM)). Apelado: Ministério Público do

Estado do Amazonas - Primeiro Grau (Advogado(a): Dr(a). Aguinelo Balbi Junior (089AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000319-19.2017.8.04.0000, Agravante: Marcos Itassuce Ituriacu (Advogado(a): Dr(a). Caroline Pereira de Souza (9052/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas). Agravado: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - Detran/AM (Advogado(a): Dr(a). Ike Kennedy Veiga da Silva (4519/AM), José Roberto Gióia Alfaia (1746/AM), Marita Santos de Oliveira Correa (5391/AM) e Sergio Augusto G. Cavalcante (4895/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000367-41.2018.8.04.0000, Agravante: Defensoria Pública do Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Thiago Nobre Rosas (4773/AM)). Agravado: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000485-51.2017.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Micael Pinheiro Neves Silva (6088/AM)). Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau (Advogado(a): Dr(a). Nilda Silva de Sousa). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000705-88.2013.8.04.0000, Agravante: O Município de Manaus (Advogado(a): Dr(a). Ellen Larissa de Oliveira Frota (4310/AM)). Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000778-21.2017.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Ticiano Alves e Silva (A764AM)). Agravado: Rafaela Lopes Simas Monteiro (Advogado(a): Dr(a). Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (4368/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000814-29.2018.8.04.0000, Agravante: O Município de Manaus (Advogado(a): Dr(a). Fernanda Miranda Ferreira de Mattos (5003/AM)). Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau (Advogado(a): Dr(a). Paulo Stélio Sabbá Guimarães (146MP/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000981-80.2017.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Micael Pinheiro Neves Silva (6088/AM)). Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau (Advogado(a): Dr(a). Nilda Silva de Sousa). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001011-81.2018.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Benedito Evaldo de Lima Moreno (4821/AM)). Agravado: Raimunda Barbosa (Advogado(a): Dr(a). Christiano Pinheiro da Costa (3542/AM) e

Defensoria Pública do Estado do Amazonas). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0012976-89.1998.8.04.0012, Apelante: O Município de Manaus (Advogado(a): Dr(a). Aldenaira Paula de Freitas (2191/AM)). Apelado: Plimel Industria e Comercio da Amazonia Ltda. (Advogado(a): Dr(a). Cid da Veiga Soares Junior (2374/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0012976-89.1998.8.04.0012, Apelante: O Município de Manaus (Advogado(a): Dr(a). Aldenaira Paula de Freitas (2191/AM)). Apelado: Plimel Industria e Comercio da Amazonia Ltda. (Advogado(a): Dr(a). Cid da Veiga Soares Junior (2374/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0249090-85.2012.8.04.0001, Apelante: Telemar Norte Leste S/A (Advogado(a): Dr(a). Alexandre Miranda Lima (596A/AM)). Apelado: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Ivânia Lucia Silva Costa (7530/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0267236-14.2011.8.04.0001, Apelante: Edy Soraya Michiles Vianez (Advogado(a): Dr(a). Carolina Ribeiro Botelho (5963/AM), Felipe dos Anjos Thury (4518/AM), Germano Costa Andrade (2835/AM), Jaime Marques Brasil (3979/AM), Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) e Rennalt Lessa de Freitas (1722E/AM)). Apelado: Patri Quatro Empreendimentos Imobiliários Ltda (Advogado(a): Dr(a). Carolina Ribeiro Botelho (5963/AM), Felipe dos Anjos Thury (4518/AM), Germano Costa Andrade (2835/AM), Jaime Marques Brasil (3979/AM), Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) e Rennalt Lessa de Freitas (1722E/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0601185-14.2015.8.04.0001, Apelante: Agra Bergen Incorporadora Ltda. (Advogado(a): Dr(a). Lucas Nunes Chama (16956/PA)). Apelado: Janne Wilma Batista Nunes (Advogado(a): Dr(a). Christiano Pinheiro da Costa (3542/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0603970-46.2015.8.04.0001, Apelante: Intituto Nacional de Seuridade Social (Advogado(a): Dr(a). Cassiano Cardoso Calandrelli (371064/SP) e Wilson Molina Porto (805A/AM)). Apelado: Maycon Dany da Silva Araújo (Advogado(a): Dr(a). Cassiano Cardoso Calandrelli (371064/SP) e Wilson Molina Porto (12790AM/T)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004510-78.2015.8.04.0000, Agravante: O Município de Manaus (Advogado(a): Dr(a). Edmara de Abreu Leão (4903/AM)). Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau (Advogado(a): Dr(a). Neyde Regina D. Trindade (P/RO)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004630-87.2016.8.04.0000, Agravante: Dione Vieira Corrêa (Advogado(a): Dr(a). Caroline Pereira de Souza (9052/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas). Agravado: Departamento Estadual de Transito do

Amazonas - Detran/AM (Advogado(a): Dr(a). Ike Kennedy Veiga da Silva (4519/AM), José Roberto Gióia Alfaia (1746/AM), Maria do Perpétuo Socorro Aparício de Souza (7142/AM), Marita Santos de Oliveira Correa (5391/AM) e Sergio Augusto G. Cavalcante (4895/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004717-43.2016.8.04.0000, Agravante: Pedro de Souza Batista (Advogado(a): Dr(a). Caroline Pereira da Costa (5249/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas). Agravado: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - Detran/AM (Advogado(a): Dr(a). Ike Kennedy Veiga da Silva (4519/AM), José Roberto Gióia Alfaia (1746/AM), Maria do Perpétuo Socorro Aparício de Souza (7142/AM), Marita Santos de Oliveira Correa (5391/AM) e Sergio Augusto G. Cavalcante (4895/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004736-49.2016.8.04.0000, Agravante: Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano - IMPLURB (Advogado(a): Dr(a). Oleisia Maximina Abreu da Silva (5513/AM)). Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau (Advogado(a): Dr(a). Paulo Stélio Sabbá Guimarães (146MP/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0000128-81.2013.8.04.0000, Apelante: Banco do Brasil S/A (Advogado(a): Dr(a). Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna (27109/PR)). Apelado: Ivanete Feitosa dos Santos (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0000176-40.2013.8.04.0000, Apelante: Banco do Brasil S/A (Advogado(a): Dr(a). Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna (27109/PR)). Apelado: Marcia Maria da Silva (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0000191-09.2013.8.04.0000, Apelante: Banco do Brasil S/A (Advogado(a): Dr(a). Louise Rainer Pereira Gionédis (8123/PR) e Rafael Sganzerla Durand (211648/SP)). Apelado: Francisco Robson de Brito Gomes (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0603996-78.2014.8.04.0001, Apelante: Imbrasco Empreendimento Imobiliários Ltda (Advogado(a): Dr(a). Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM), Paloma Tavares Feitoza Vieira (8759/AM) e Raphaela Batista de Oliveira (9169/AM)). Apelado: Heloisa Fernandes Pinheiro de Souza (Advogado(a): Dr(a). Júlio Magalhães dos Santos (6766/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0604207-12.2017.8.04.0001, Apelante: José Francisco de Lima Martins (Advogado(a): Dr(a). Alex Mendes dos Santos (7308/AM)). Apelado: Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs (Advogado(a): Dr(a). Alcineia da Silva Rodrigues (3887/AM), Tibiriçá Valério de Holanda Filho (7159/AM) e Wellington Filgueira Sampaio (5308/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0605348-66.2017.8.04.0001, Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A (Advogado(a): Dr(a). Marco Antonio Crespo Barbosa (115665/SP)). Apelado: Jessica Almeida Cabral (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0606089-09.2017.8.04.0001, Apelante: Marcos Paulo Lobo da Silva (Advogado(a): Dr(a). Alex Mendes dos Santos (7308/AM) e Andreza Silva de Oliveira (9241/AM)). Apelado: Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs (Advogado(a): Dr(a). Alcineia da Silva Rodrigues (3887/AM), Tibiriçá Valério de Holanda Filho (7159/AM) e Wellington Filgueira Sampaio (5308/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0628155-46.2018.8.04.0001, Apelante: Marjory Bruna Cruz Freiras (Advogado(a): Dr(a). Andrei Farias de Barros (6074/AM)). Apelado: Banco Bradesco S.a. (Advogado(a): Dr(a). Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0639653-47.2015.8.04.0001, Apelante: Thamyrys Borges Gomes (Advogado(a): Dr(a). Bernardo Silva de Seixas (7910/AM) e Ellen Carolina Lima Colares (11239/AM)). Apelado: Juízo de Direito da Vara de Registros Públicos e Precatórias (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº0000430-18.2010.8.04.0000, Agravante: José Raimundo Nunes Pereira (Advogado(a): Dr(a). Leila de Oliveira Sousa (5310/AM)). Agravado: Overseas Factoring Fomento Mercantil Ltda (Advogado(a): Dr(a). Francisco Marques (1192/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0000495-03.2016.8.04.0000, Apelante: Elizene Carvalho da Cunha (Advogado(a): Dr(a). Júlio Pinheiro (2823/AM)). Apelado: Banco da Amazônia S/A (Advogado(a): Dr(a). Silas Araújo Lima (788A/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº0000568-14.2012.8.04.0000, Agravante: O Espolio de Eduardo Silveira Lima (Advogado(a): Dr(a). Eduardo Ferrão (9378/DF), Eduardo Ferrão (9378/DF), Irapuan Sobral Filho (1615A/DF), Irapuan Sobral Filho (1615A/DF), Maria José Rodrigues Menescal de Vasconcelos (3109/AM), . Agravado: O Estado do Amazonas De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0000726-76.2006.8.04.0001, Apelante: Iracema da Silva Melo (Falecida) (Advogado(a): Dr(a). Defensoria Pública do Estado do Amazonas e José Ivan Benaion Cardoso (1657/AM)). Apelado: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev (Advogado(a): Dr(a). Fabio Martins Ribeiro (449A/AM) e Jean Carlos Pimentel dos Santos (4176/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº0000737-69.2010.8.04.0000, Agravante: Banco Bradesco S/A (Advogado(a): Dr(a). Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM) e Thales Silvestre Júnior (2406/

AM)). Agravado: Di Felicia Indústria e Comércio de Alimentos Ltda (Advogado(a): Dr(a). RAIMUNDO CARDOSO DOS SANTOS (73701/RJ), De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº0000749-10.2015.8.04.0000, Agravante: Instituto de Medicina Intensiva Ltda (Advogado(a): Dr(a). Fábio Silva Andrade (9217/AM), Luiz Felipe Brandão Ozores (4000/AM) e Luís Henrique Medeiros da Silva (5953/AM)). Agravado: O Município de Manaus (Advogado(a): Dr(a). Ladyane Serafim Pereira (4990/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0000896-75.2013.8.04.4601, Apelante: Prefeitura Municipal de Iranduba/am (Advogado(a): Dr(a). Cristiane Barros de Castro (1061A/AM)). Apelado: Oriovaldo da Silva Jordao (Advogado(a): Dr(a). Franrobson Rodrigues Ribeiro (5441/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº0001889-21.2011.8.04.0000, Agravante: Banco da Amazônia S/A (Advogado(a): Dr(a). Eder Augusto dos Santos Picanço (10396/PA)). Agravado: Espolio de Jose Marconi Moreira (Advogado(a): Dr(a). Rafael de Araújo Romano Júnior (3652/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0002431-63.2016.8.04.0000, Apelante: INSS - Instituto Nacional de Seguro Social (Advogado(a): Dr(a). Laila Lacerda de Sá (5000A/AM) e Procuradoria Federal No Estado do Amazonas). Apelado: Mateus Souza de Sá (Advogado(a): Dr(a). Anderson Manfrenato (698A/AM).De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0002541-62.2016.8.04.0000, Apelante: Prefeitura Municipal de Anamã/am (Advogado(a): Dr(a). Andre Gomes Velloso (5072/AM)). Apelado: Suzy Pereira da Silva (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº0002734-87.2010.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Luciana Barroso de Freitas (5144/AM)). Agravado: Vitória Maria Paixão Ribeiro de Assis (Advogado(a): Dr(a). Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Vitor Kikuda (424/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Cautelar Inominada nº0002927-97.2013.8.04.0000, Requerente: Prefeitura Municipal de Novo Airão- Secretaria Municipal de Assistencia Social (Advogado(a): Dr(a). Andre de Souza Oliveira (5219/AM)). Requerido: Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Novo Airão - Sindisep-na (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº0003224-80.2008.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Cláudio Roberto Barbosa de Araújo (5402/AM)). Agravado: José Suedney de Souza Araújo (Advogado(a): Dr(a). Jose Augusto Montenegro Freire (6029/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados,

ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0004772-96.2015.8.04.0000, Apelante: HSBC BANK BRASIL S. A. - Banco Multiplo (Advogado(a): Dr(a). Daniel Olympio Pereira (133045/RJ), Marcus Vinicius Campos Lage (203156E/SP) e Rosa Oliveira de Pontes (4231/AM)). Apelado: O Município de Manaus (Advogado(a): Dr(a). Ivson Coêlho (550A/AM) e João dos Santos Pereira Braga (273/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº 0006974-85.2011.8.04.0000, Agravante: Pátio Sertório Shopping Ltda (Advogado(a): Dr(a). Frederico Santos Paiva (6569/AM) e José Alberto Maciel Dantas (3311/AM)). Agravado: Agnaldo José Mendonça (Advogado(a): Dr(a). Rafael da Silva Menezes (6915/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº0007002-53.2011.8.04.0000, Agravante: Câmara Municipal de Manaus - CMM (Advogado(a): Dr(a). Antônio Raimundo Barros de Carvalho (2267/AM), Eid Badr (2524/AM) e Ilídio B. V. Carvalho Junior). Agravado: Empresa de Jornais Calderaro Ltda (Advogado(a): Dr(a). Júlio Antonio de Jorge Lopes (2023/AM), Olivar Durães Filho (2273/AM) e Walter Siqueira Brito (4186/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº0007332-50.2011.8.04.0000, Agravante: Matos Alho Factoring Fomento Mercantil Ltda (Advogado(a): Dr(a). Eli Marques Cavalcante Junior (2881/AM)). Agravado: Brasil Factoring Fomento Comercial Ltda (Advogado(a): Dr(a). José Luiz Cantuaria dos Reis (2896/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0018554-13.2010.8.04.0012, Apelante: Vera Cruz Seguradora S/A (Advogado(a): Dr(a). Gina Carla Sarkis Romeiro (2669/AM)). Apelado: Aruanã - Transporte e Turismo Ltda (Advogado(a): Dr(a). Erivelton Ferreira Barreto (5568/AM), Fernando Souza Machado (5975/AM), João Thomas Luchsinger (186A/AM) e Michel Macedo Bessa (4058/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0029596-39.2003.8.04.0001, Apelante: Banco do Brasil S/a. (Advogado(a): Dr(a). Louise Rainer Pereira Gionédis (8123/PR) e Sérvio Túlio de Barcelos (1048A/AM)). Apelado: Etelvino Menezes Penalber (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0034894-32.2010.8.04.0012, Apelante: Varig S.a Viacao Aerea Rio Grandense (Advogado(a): Dr(a). Carlos Abener de Oliveira Rodrigues (642/AM)). Apelado: Copalam - Comercio de Produtos Alimenticio da Amazonia (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0202890-54.2011.8.04.0001, Apelante: Francisco Gonçalves da Silva Filho (Defensor: Dr(a). Karleno José Pereira (9059/AM). Apelado: Francisca das Chagas de Farias Matos (Defensor: Dr(a). Vitor Kikuda (424A/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de

5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0203775-39.2009.8.04.0001, Apelante: Dibens Leasing S.A - Arrendamento Mercantil (Advogado(a): Dr(a). Claudio Kazuyochi Kawasaki (122626/SP)). Apelado: Maria Dinorá Rodrigues do Rego (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0208313-97.2008.8.04.0001, Apelante: Banco Bradesco S/A (Advogado(a): Dr(a). Carlos Alberto Baião (19728/RJ), Fabio Vinicius Lessa Carvalho (5614/AM), Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM) e Thales Silvestre Júnior (2406/AM)). Apelado: Anne Janaína Coelho Gorgonha (Advogado(a): Dr(a). Ademario do Rosario Azevedo (2926/AM) e Wiston Feitosa de Sousa (6596/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003253-18.2015.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Ingrid Monteiro (3629/AM)). Agravado: Ariomar Barbosa Reis (Advogado(a): Dr(a). Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa (4589/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº0000111-16.2011.8.04.0000, Agravante: Frank Lopes Pereira (Advogado(a): Dr(a). José Renato Chíxaro de Menezes (3321/AM) e Ulysses Faias de Magalhães Neto (7166/AM)). Agravado: Neiron José da Silva (Advogado(a): Dr(a). Harrington Praia Marques (3199/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0006733-21.2005.8.04.0001, Requerente: Rosemeiry Barros de Oliveira (Advogado(a): Dr(a). Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Maria Domingas Gomes Laranjeira (1239/AM)). Requerido: O Município de Manaus (Advogado(a): Dr(a). Aldenaira Paula de Freitas (2191/AM)). De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator** dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0210931-78.2009.8.04.0001, Apelante: Banco Citicard S/A (Advogado(a): Dr(a). Karina de Almeida Batistuci (685A/AM)). Apelado: IVANEIDE ALVES DA SILVA (Advogado(a): Dr(a). Jeferson Ney Vasconcelos Damasceno (6792/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0211405-15.2010.8.04.0001, Apelante: O Município de Manaus (Advogado(a): Dr(a). Margaux Guerreiro de Castro (3917/AM)). Apelado: José Orlando Maia (Advogado(a): Dr(a). João Batista Andrade de Queiroz (2372/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0211646-18.2012.8.04.0001, Apelante: Banco Bradesco S/A (Advogado(a): Dr(a). Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM) e Thales Silvestre Júnior (2406/AM)). Apelado: Jandira Maria da Fonseca -ME (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0212032-19.2010.8.04.0001, Apelante: José Feijão da Silva (Advogado(a): Dr(a). David Neves Martins (5776/AM)). Apelado: Alex Sandro Batista Vieira (Advogado(a): Dr(a). Mayka Salomão Cordeiro Viana (6321/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0212036-80.2015.8.04.0001, Apelante: João Thomé Verçosa Mestrinho de Medeiros Raposo (Advogado(a): Dr(a). Samuel Cavalcante da Silva (3260/AM)). Apelado: Banco da Amazônia Sociedade Anônima (Advogado(a): Dr(a). Cynthia Luiza Mafra e Silva (5627/AM), Nicolle Souza da Silva Scaramuzzini Torres (679A/AM) e Serafim P. D. Meirelles Neto (1694/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0212841-38.2012.8.04.0001, Apelante: Cristina Favela Ribeiro Ramos (Advogado(a): Dr(a). Ademario do Rosario Azevedo (2926/AM) e Wiston Feitosa de Sousa (6596/AM)). Apelado: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Evandro Ezidro de Lima Regis (2498/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0215676-67.2010.8.04.0001, Apelante: Arm Telecomunicações e Serviços de Engenharia Ltda (Advogado(a): Dr(a). Leandro Henrique Mosello Lima (27586/BA), Marcelo Sena Santos (30007/BA), Murilo Gomes de Souza e Silva (34533/BA) e Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)). Apelado: Edimar Costa (Advogado(a): Dr(a). Celso Ricardo Pereira dos Santos (173252/SP) e Marco Túlio Zaghi Pacheco (8161/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0215780-59.2010.8.04.0001, Apelante: Fábio Vasconcelos Maciel (Advogado(a): Dr(a). Hely de Souza Pinheiro (5720/AM)). Apelado: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Andréa Pereira de Freitas (4845/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0219044-45.2014.8.04.0001, Apelante: Atlantis da Amazonia Comercio Ltda (Advogado(a): Dr(a). Jose Luiz Leite (622AMG)). Apelado: Companhia de Navegação da Amazônia - CNA (Advogado(a): Dr(a). Bruna do Canto Machado (405143/SP), Eduardo Doria Nehme (34320/DF), Felipe de Assis Serra (47114/DF), João Betchmans C. Serra (6122/DF), Matheus de Rossi Alves (57051/DF) e Ubiratan Mattos (1023/DF)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0219770-58.2010.8.04.0001, Apelante: Município de Manaus - SEMED - Secretaria Municipal de Educação (Advogado(a): Dr(a). Ariel Shalom Benchimol de Resende (6095/AM)). Apelado: Raimundo Torres de Albuquerque (Advogado(a): Dr(a). Leandro de Oliveira Violin (4857/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0223265-47.2009.8.04.0001, Apelante: Leo Heimer S/A (Advogado(a): Dr(a). Carlos Henrique Furukawa Maia (8426/AM), Marcelo Furukawa Maia (4527/AM) e Tulio Vilaça Rodrigues (17087/PE)). Apelado: Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico LTDA (Advogado(a): Dr(a). Adriano César Cabral de Aquino e Silva (4194/AM), Ana Carolina Jansen Pereira de Araújo Prado (7510/AM), Bruna Souza de Figueiredo (7742/AM), Cesar Augusto Santos Pereira (1908/AM) e João Antônio S. Tolentino (2300/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto

na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0224428-91.2011.8.04.0001, Apelante: Raimunda Luiza Silva da Costa (Advogado(a): Dr(a). Jean Carlos Pinto da Silva (5328/AM)). Apelado: Leon Marcel Honorato Maquiné (Advogado(a): Dr(a). Ewerton Almeida Ferreira (6839/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0225884-71.2014.8.04.0001, Apelante: Jose Ribamar Batista Silva (Advogado(a): Dr(a). Jairo Barroso de Santana (604/AM) e Jairo Sandrey Israel Santana (6765/AM)). Apelado: Detran-am (Advogado(a): Dr(a). José Roberto Gióia Alfaia (1746/AM), Maria do Perpétuo Socorro Aparício de Souza (7142/AM) e Marita Santos de Oliveira Corrêa (5391/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0227436-13.2010.8.04.0001, Apelante: Fazenda Pública do Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Adriane Simões Assayag Ribeiro (2531/AM)). Apelado: Net Serviços de Comunicação S/A. (Vivax S/A.) (Advogado(a): Dr(a). Deborah Sabbá Galvão (3048/AM) e Tatiana Rocha de Menezes e Rocha (3663/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0227619-42.2014.8.04.0001, Apelante: M. G. B. da S. (Advogado(a): Dr(a). Andréia Sabino Correia (7074/AM)). Apelado: A. G. C. (Advogado(a): Dr(a). Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Fabiana Maria Dias Diógenes (26906/CE)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0228535-52.2009.8.04.0001, Apelante: Nazaré Souza de Aragão (Advogado(a): Dr(a). Christiano Pinheiro da Costa (3542/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas). Apelado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Advogado(a): Dr(a). Guilherme Vilela de Paula (69306/MG) e Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0228822-44.2011.8.04.0001, Apelante: Banco Safra S/A (Advogado(a): Dr(a). Ivanildo Rodrigues da Gama Junior (8525/PA)). Apelado: Gatsby do Brasil Ltda (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0228995-68.2011.8.04.0001, Apelante: TNL PCS S/A (Advogado(a): Dr(a). Eladio Miranda Lima (86235/RJ)). Apelado: Michael Azambuja Lemes Monteiro (Advogado(a): Dr(a). Lívia Gottardo de Oliveira (255776/SP) e Michael Lemes Monteiro (10013/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0229583-75.2011.8.04.0001, Apelante: Canopus Motos (Advogado(a): Dr(a). Andréa Cristina da Costa Le Sueur (6161/AM), Annie Mara Arruda de Sá e Brito (6286/AM) e Gisele Cordeiro Sampaio (8091/AM)). Apelado: Associação dos Moradores do santana - AMOS (Advogado(a): Dr(a). Daniel Marinho Pereira (5157/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.
Jpns.

Apelação / Remessa Necessária nº0230870-10.2010.8.04.0001, Apelante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Enysson Alcantara Barroso (5097/AM), Marcelo Augusto A. Cunha (2.538) e Vivian Maria Oliveira da Frota (6880/AM)). Apelado: Adriano da Silva Amaro (Advogado(a): Dr(a). Douglas Herculano Barbosa (6407/AM), Douglas Herculano Barbosa (6407/AM), Douglas Herculano Barbosa (6407/AM) e Marina das Graças Paula Araújo (3906/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.
Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.
Jpns.

Apelação Cível nº0231195-53.2008.8.04.0001, Apelante: Eletro - Ferro Construções Sa (Advogado(a): Dr(a). Igor Matheus Weil Pessoa (5764/AM), Madja Ramos Bezerra (4642/AM) e Priscilla de Oliveira Gomes (8623/AM)). Apelado: Ivanildo Mota de Souza (Advogado(a): Dr(a). Alcides Ferreira Costa (4450/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.
Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.
Jpns.

Apelação Cível nº0231212-16.2013.8.04.0001, Apelante: Arnaldo Centurion Cattebeke (Advogado(a): Dr(a). João Francisco Wanderley da Costa (2120/AM) e José Barbosa de Souza (1478/AM)). Apelado: Associação dos Profissionais Liberais Universitarios do Brasil - APLUB (Advogado(a): Dr(a). Luciana Pedrosa de Moraes Rego Figueiredo (2819/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.
Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.
Jpns.

Apelação Cível nº0235477-90.2015.8.04.0001, Apelante: O Município de Manaus (Advogado(a): Dr(a). Lisieux Ribeiro Lima (4486/AM) e Margaux Guerreiro de Castro (3917/AM)). Apelado: Nina Rosa da Silva Batista (Advogado(a): Dr(a). Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Thiago Nobre Rosas (4773/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.
Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.
Jpns.

Apelação Cível nº0236568-60.2011.8.04.0001, Apelante: Valin Patrocino de Souza (Advogado(a): Dr(a). João Paulo Monteiro de Lima (7618/AM)). Apelado: Sul America Cia Nacional de Seguros (Advogado(a): Dr(a). Karina de Almeida Batistuci (685A/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.
Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.
Jpns.

Apelação Cível nº0237654-95.2013.8.04.0001, Apelante: Fernando Antonio de Carvalho Dantas (Advogado(a): Dr(a). Jorge Luiz de Carvalho Dantas Júnior (27635/PE)). Apelado: Universidade do Estado do Amazonas - Uea (Advogado(a): Dr(a). Giordano Bruno Costa da Cruz (761A/AM) e Wanessa Cavalcante Fecury Soares (6367/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.
Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.
Jpns.

Apelação Cível nº0621962-83.2016.8.04.0001, Apelante: Maria Idalice Bentes da Silva (Advogado(a): Dr(a). Wilson Molina Porto (805A/AM)). Apelado: Instituto Nacional de seguridade Social (Advogado(a): Dr(a). Fernanda Meyge de Brito (35105/BA) e Procuradoria Federal No Estado do Amazonas). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.
Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.
Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000080-20.2014.8.04.0000, Agravante: JORNADAS TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA (Advogado(a): Dr(a). Alexandre Magno Aranha Rodrigues (6821/AM)). Agravado: TRANSLOGISTICA TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos

interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000094-62.2018.8.04.0000, Agravante: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda (Advogado(a): Dr(a). Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) e Tatianne de Alcântara Azulay Mello (11998/AM)). Agravado: Ernesto Seiychi Minami Tsukuda (Advogado(a): Dr(a). Pablo da Silva Negreiros (4227/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000135-63.2017.8.04.0000, Agravante: Translogística Transporte e Logística LTDA (Advogado(a): Dr(a). Fabiano Cortez de Negreiros (9281/AM) e Marcelo Rosas Barros (8588/AM)). Agravado: Jornadas Transportes e Logistica LTDA (Advogado(a): Dr(a). Edson Amaral dos Santos (8274/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000269-90.2017.8.04.0000, Agravante: Clito dos Santos Santana (Advogado(a): Dr(a). Roicildo Pingarillho Martins (4136/AM)). Agravado: Instituto Adventista de Manaus/am. (Advogado(a): Dr(a). Eduardo Vasconcelos Correa Júnior (11692/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000281-07.2017.8.04.0000, Agravante: Francisco Lopes do Nascimento (Advogado(a): Dr(a). Defensoria Pública do Estado do Amazonas e José Ivan Benaion Cardoso (1657/AM)). Agravado: Luiz Carlos Lopes Pontes (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000331-33.2017.8.04.0000, Agravante: Swiss Park Manaus Incorporadora Ltda (Advogado(a): Dr(a). Claudia R de Melo Melchert (250386/SP) e Luciana Buzatto Peres (239449/SP)). Agravado: Washington Luis Grassi (Advogado(a): Dr(a). Ellen Caroline Oliveira de Alcantara (10616/AM) e Lorena Santana Pimentel (11224/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000346-02.2017.8.04.0000, Agravante: Capital Rossi Empreendimentos S/A (Advogado(a): Dr(a). Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP)). Agravado: Dayan Fonseca dos Santos (Advogado(a): Dr(a). Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (7432/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000353-91.2017.8.04.0000, Agravante: Direcional Engenharia S/A (Advogado(a): Dr(a). Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)). Agravado: Odarlison Almeida Chagas (Advogado(a): Dr(a). Israel Lamego de Lima Júnior (8475/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000409-32.2014.8.04.0000, Agravante: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes ativas Não informado). Agravado: Augusto Feliciano de Castilho (Advogado(a): Dr(a). Adair Jose Pereira Moura (1251/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000427-14.2018.8.04.0000, Agravante: Fernando Bivaqua de Araujo Filho (Advogado(a): Dr(a). Carolina Postigo Silva (9214/AM) e Eduardo Bonates de Lima (5076/AM)). Agravado: Federação dos Trabalhadores nas Industrias do Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000473-03.2018.8.04.0000, Agravante: Companhia Mutual de Serviços (Advogado(a): Dr(a). Bruno Silva Navega (83522/PR)). Agravado: Paulo Sérgio Pantoja Gonçalves (Advogado(a): Dr(a). Ely Rodrigues de Souza Junior (7236/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000594-65.2017.8.04.0000, Agravante: Itaú Seguros S/A (Advogado(a): Dr(a). Amandio Ferreira Tereso Junior (739/AM) e Maria Lucília Gomes (1579A/AM)). Agravado: Reginaldo Nascimento de Mello (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000638-50.2018.8.04.0000, Agravante: Bradesco Saúde S/A (Advogado(a): Dr(a). Eloi Pinto Andrade (819/AM), Eloi Pinto de Andrede Junior (3840/AM), Eugênio F. Pinto de Andrade (3424/AM) e Maria Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (6566/AM)). Agravado: Bonifácia Olgarina de Souza Ribeiro (Advogado(a): Dr(a). Illy Soares de Souza (10263/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000652-34.2018.8.04.0000, Agravante: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda (Advogado(a): Dr(a). Carlos Murilo Laredo Souza (7356/AM) e Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)). Agravado: Messias Freitas da Silva (Advogado(a): Dr(a). Wilson Molina Porto (805A/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000663-63.2018.8.04.0000, Agravante: Bv Financeira S/A C.f.i (Advogado(a): Dr(a). Cristiani Belinarti Garcia Lopes (751/AM), Gilberto Borges da Silva (58647/PR) e Pio Carlos Freiria Junior (1118A/AM)). Agravado: Lucilene Santos da Silva (Advogado(a): Dr(a). Karla Patrícia Brasil Luzzi (4714/AM), Maurílio César Nunes Brasil (4201/AM) e Roberval Mendes de Souza (4314/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001200-93.2017.8.04.0000, Agravante: Bmw Financeira S/A – Crédito, Financiamento e Investimento ("bmw") (Advogado(a): Dr(a). Caio Medici Madureira (236735/SP), Carlos Augusto Tortoro Junior (247319/SP) e Plinio Rodrigues de Morães Filho (232681/SP)). Agravado: Gabriela Barile Tavares (Advogado(a): Dr(a). Moises Cavalcante G. de Oliveira (5912/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001419-09.2017.8.04.0000, Agravante: Banco Bradesco S.a. (Advogado(a): Dr(a). Claudio Kazuyoshi Kawasaki (1117/AM)). Agravado: Mieko Araújo Sekiguchi França (Advogado(a): Dr(a). Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Wilsomar de Deus Ferreira (12134/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002344-05.2017.8.04.0000, Agravante: Manaus Ambiental S/A (Advogado(a): Dr(a). Ney Bastos Soares Junior (4336/AM)). Agravado: Centro Amazonense de Oftalmologia Ltda (Advogado(a): Dr(a). Daniel Pereira da Silva Neto (5055/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002633-35.2017.8.04.0000, Agravante: Banco Bmg S/A (Advogado(a): Dr(a). Flavia Almeida Moura Di Latella (109730/MG) e Marcelo Tostes de Castro Maia (63440/MG)). Agravado: Davina Araujo de Oliveira (Advogado(a): Dr(a). Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002695-75.2017.8.04.0000, Agravante: Banco Bmg S/A (Advogado(a): Dr(a). Flavia Almeida Moura Di Latella (109730/MG) e Marcelo Tostes de Castro Maia (63440/MG)). Agravado: Lourdes Marina Vieira Gonçalves (Advogado(a): Dr(a). Penelope A. Antony Lira (7357/AM) e Yonete Melo das Chagas (8827/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003078-82.2019.8.04.0000**, em que é **Agravante: Winners Brasil Produtos Esportivos Ltda.** (Advogados: Dra. Juliana Witt OAB: 75.144/RS, Dr. Miguel Marques Vieira OAB: 58.249/RS). **Agravados: Wilmar Fonteneles de Oliveira – ME, Maria Rosineide Bentes da Silva - ME., Maria Rosemary Bentes da Silva - Me., Maria Auxiliadora Marques de Asis - Me., Betânia da Paixão B. Jordão - Me., Carla Maria Bentes Jordão - Me. Fica o Agravante intimado do DESPACHO de fls. 21,** exarado nos autos acima referidos na qual: "...Acautelo-me quanto à concessão da liminar pleiteada, ocasião em que determino seja intimada a parte agravada, para apresentar contrarazões, no prazo de Lei (CPC, art. 1.019, I). Cumpra-se. Manaus, 05 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator".**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 28 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4002370-71.2015.8.04.0000**, em que é **Agravante: Patri Quatro Empreendimentos Imobiliários Ltda.** (Advogados: Dra. Carolina Ribeiro Botelho OAB: 5.963/AM, Dr. Rennalt Lessa de Freitas OAB: 1.722E/AM e outros). **Agravado: Marcos Santos Maciel.** (Advogados: Dr. Leonardo Guimarães Brito OAB: 4.096/AM, Dr. Pablo da Silva Negreiros OAB: 4.227/AM). **Fica o Agravante intimado do DESPACHO de fls. 698,** exarado nos autos acima referidos na qual: "...Às fls. 649, o agravado veio aos autos informar a existência de julgamento proferido por esta Segunda Câmara Cível, nos autos do Agravo de Instrumento n 403489-04.2014.8.04.00, cujo conteúdo fático e formal induz a caracterização da litispendência. Pois bem, em razão do exposto acima, e em respeito ao princípio da não surpresa estabelecido no art. 10 do CPC, determino que o Agravante se manifeste no prazo de 05 dias acerca da existência de litispendência entre os processos. Decorrido o prazo, com ou sem manifestações, devolvam-me conclusos. Publique-se. Manaus, 09 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator".**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 28 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0000295-45.2014.8.04.5600**, em que é **Apelante: Manoel Moreira Paes.** (Advogada: Dra. Maria da Conceição Souza Vera OAB: 573/RO). **Apelado: Município de Manicore-AM.** (Advogados: Dr. Fábio Moraes Castello Branco OAB: 4.603/AM, Dr. Marcos Daniel Souza Rodrigues OAB: 10.987/AM). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fls. 202,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, **recebo o presente apelo em ambos efeitos. Dê-se vista dos autos ao Graduado Órgão Ministerial.** Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 12 de agosto de 2019. (as) Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 28 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0649137-81.2018.8.04.0001**, em que é **Apelante: Águas do Amazonas S.A.** (Advogado: Dr. Ney Bastos Soares Júnior OAB: 4.336/AM e outros). **Apelado: Condominio Residencial Islamorada.** (Advogados: Dr. Edilson Batista de Menezes Júnior OAB: 26.464/BA, Dra. Fabíola Maria Carvalho Vasques OAB: 4.167/AM). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fls. 129**, exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Tendo em vista que o caso dos autos se amolda à hipótese do inciso V, do prefalado art. 1012, recebo o presente recurso em seu efeito meramente devolutivo. À Secretaria, para providências. Manaus, 12 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator".**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 29 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0609052-53.2018.8.04.0001,** em que é **Apelante: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social.** (Procurador Federal: Dr. Fabrico Perrotta da Silva). **Apelado: Francisco França Caetano Paulino.** (Advogado: Dr. Wilson Molina Porto OAB: 805A/AM e outros). **Fica o Apelado intimado da DECISÃO de fls. 229,** exarado nos autos acima referidos na qual: "...Tendo em vista que o caso dos autos se amolda à hipótese do inciso V, do prefalado art. 1012, recebo o presente recurso em seu efeito meramente devolutivo. Dê-se vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências. Manaus, 12 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator".**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 29 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003771-66.2019.8.04.0000,** em que é **Agravante: Francisco Deodato Guimarães.** (Advogados: Dr. Fabio Pereira Garcia dos Santos OAB: 4.850/AM, Dr. Jorge Henrique de Freitas Pinho OAB: 1.644/AM, Dra. Veranice Mello da Frota OAB: 2.611/AC). **Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** (Promotora: Dra. Neyde Regina Demosthenes Trindade OAB: 795/MP). **Fica o Agravante intimado da DECISÃO de fls. 77/80,** exarado nos autos acima referidos na qual: "...Ante o exposto, presentes os requisitos autorizadores da medida, DEFIRO o pedido de antecipação da tutela ao presente Recurso de Agravo de Instrumento, para desconstituir a indisponibilidade dos bens do Agravante. Outrossim, intime-se o agravado para, querendo, oferecer contrarrazões, no prazo legal (art. 1019, I do CPC). Oficie-se, COM URGÊNCIA, ao Juízo a quo dando ciência ao efeito suspensivo ora concedido, para imediata repercussão. À Secretaria, para providências. Manaus, 28 de agosto de 2019. Des. **Wellington José de Araújo - Relator".**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 29 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0215431-12.2017.8.04.0001**, em que é **Apelante: M. E. L. de M., representada por sua genitora N. L. de M.** (Defensor: Defensoria Pública do Estado do Amazonas). **Apelado: L. B. G. Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fls. 25,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, **recebo o presente apelo em ambos efeitos. Dê-se vista dos autos ao Graduado Órgão Ministerial.** Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 12 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator".**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 29 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0203608-41.2017.8.04.0001,** em que é **Apelante: K. dos S. C.** (Defensor: Defensoria Pública do Estado do Amazonas). **Apelado: L. P. G. Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fls. 31,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, **recebo o presente apelo em ambos efeitos.** Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 12 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator".**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 29 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0248121-31.2016.8.04.0001,** em que é **Apelante: C. L. C. B., representado por sua genitora A. P. C.** (Defensor: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: R. D. B. Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fls. 31,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, **recebo o presente apelo em ambos efeitos.** Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 12 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator".**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 29 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0245484-10.2016.8.04.0001,** em que é **Apelante: R. B. da S.** (Defensor: Dr. Antônio Cavalcante de Albuquerque Júnior OAB: 2.992/AM). **Apelado: V. P. V. Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fls. 23**, exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, **recebo o presente apelo em ambos efeitos.** Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 12 de agosto de 2019. (as) Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 29 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0230195-37.2016.8.04.0001,** em que é **Apelante: A. D. dos S. - M. I., representado por sua genitora R. P. dos S.** (Defensor: Defensoria Pública do Estado do Amazonas). **Apelado: E. A. N. Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fls. 31,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, **recebo o presente apelo em ambos efeitos.** Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 12 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator".**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 29 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0217725-71.2016.8.04.0001,** em que são **Apelantes: S. O. de H., S. O. de H. S. O. de H. e S. O. de H. representados por sua genitora S. O. de H.** (Defensor: Defensoria Pública do Estado do Amazonas). **Apelado: R. R. V. Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fls. 29**, exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "... Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção,

recebo o presente apelo em ambos efeitos.l Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 12 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator".**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 29 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0228190-42.2016.8.04.0001,** em que é **Apelante: W. C. C. de S.** (Defensora: Dra. Valéria Araújo Neves OAB: 120.303/MG). **Apelada: K. R. de S., representada por sua genitora A. da C. R. Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fls. 29,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, **recebo o presente apelo em ambos efeitos.** Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 12 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 29 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003750-90.2019.8.04.0000,** em que é **Agravante: Jose Jhones Correa Lima.** (Advogados: Dr. Lorenzo Del Prete Misurelli OAB: 70.121/PR, Dr. Pedro Lucas Portugal Al- Behy Kanan OAB: 8.587/AM). **Agravado: Wapmetal Ind e Comercio de Componentes Metálicos, Maq e Equip de Automação Ltda.** (Advogados: Dr. Jorge Pecht Souza OAB: 278.591/SP, Dr. Julio Kahan Mandel OAB: 128.331/SP, Dr. Paulo Cezar Simões Calheiros OAB: 242.665/SP, Dra. Thais Kodama da Silva OAB: 235.014/SP). **Fica o Agravado intimado**, na pessoa de seus advogados para, querendo, **apresentar Contrarrazões** ao presente recurso, **bem como o Agravante para conhecimento do Despacho de fls. 244,** cujo teor final é o seguinte: "...Haja vista que o Agravante renovou os fundamentos do pedido para deferimento do efeito suspensivo às fls. 237/241; tendo constatado que, à primeira vista, o valor do bem imóvel vendido no leilão foi bastante inferior ao percentual mínimo definido no Plano de Recuperação Judicial; e que os atos judiciais de arrematação, adjudicação e imissão na pose têm se seguido de forma célere, **suspendo a decisão de fls. 5.873 e os atos dela decorrentes**, proferida nos autos do processo nº 0636105-14.2015.8.04.001, em trâmite perante a 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Intime-se o Agravado para apresentar contrarrazões, no prazo de lei. Após, determino seja dada vista dos autos ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria para providências. Manaus, 23 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator".**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 30 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc)

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
INTIMAÇÃO

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo** - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4002923-79.2019.8.04.0000, em que é Agravante: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social** (Advogado: Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM). **Agravado: Marco Vinicius da Silva Freitas** (Advogado: Dr. Breno de Almeida Rodrigues (8121/AM). **Fica o Agravado intimado, na pessoa de seu advogado para, querendo, apresentar Contrarrazões ao presente recurso, bem como o Agravante para conhecimento do Despacho de fl. 297**, cujo teor final é o seguinte: "Acautelo-me quanto à concessão da liminar pleiteada, ocasião em que determino seja intimada a parte agravada, para apresentar contrarrazões, no prazo de Lei (CPC, art. 1.019, II). Cumpra-se. Manaus/AM, 16 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 30 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo** - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4002922-94.2019.8.04.0000, em que é Agravante: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social** (Advogado: Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM). **Agravado: Miguel Viana** (Advogado: Dr. Breno de Almeida Rodrigues (8121/AM). **Fica o Agravado intimado, na pessoa de seu advogado para, querendo, apresentar Contrarrazões ao presente recurso, bem como o Agravante para conhecimento do Despacho de fl. 297,** cujo teor final é o seguinte: "Acautelo-me quanto à concessão da liminar pleiteada, ocasião em que determino seja intimada a parte agravada, para apresentar contrarrazões, no prazo de Lei (CPC, art. 1.019, II). Cumpra-se. Manaus/AM, 16 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 30 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo** - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4002926-34.2019.8.04.0000, em que é Agravante: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social** (Advogado: Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM). **Agravado: Manoel Fagundes da Silva** (Advogados: Dra. Ezelaide Viegas da Costa Almeida (1339/AM), Dr. João Mendes de Almeida (1552/AM) e Dra. Rylene Álvares Bastos Rodrigues (10145/AM). **Fica o Agravado intimado, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar Contrarrazões ao presente recurso, bem como o Agravante para conhecimento do Despacho de fl. 298,** cujo teor final é o seguinte: "Acautelo-me quanto à concessão da liminar pleiteada, ocasião em que determino seja intimada a parte agravada, para apresentar contrarrazões, no prazo de Lei (CPC, art. 1.019, II). Cumpra-se. Manaus/AM, 16 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 30 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo -** Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4002927-19.2019.8.04.0000, em que é Agravante: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social** (Advogado: Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM). **Agravado: Luiz Carlos Castro Vilar** (Advogada: Dra. Ana Virgínia Arakian Izel (3701/AM). **Fica o Agravado intimado, na pessoa de sua advogada para, querendo, apresentar Contrarrazões ao presente recurso, bem como o Agravante para conhecimento do Despacho de fl. 297,** cujo teor final é o seguinte: "Acautelo-me quanto à concessão da liminar pleiteada, ocasião em que determino seja intimada a parte agravada, para apresentar contrarrazões, no prazo de Lei (CPC, art. 1.019, II). Cumpra-se. Manaus/AM, 16 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 30 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo -** Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4002928-04.2019.8.04.0000, em que é Agravante: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social** (Advogado: Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM). Agravado**: Jose Arnaldo Gomes dos Santos** (Advogada: Dra. Ana Virgínia Arakian Izel (3701/AM). **Fica o Agravado intimado, na pessoa de sua advogada para, querendo, apresentar Contrarrazões ao presente recurso, bem como o Agravante para conhecimento do Despacho de fl. 297,** cujo teor final é o seguinte: "Acautelo-me quanto à concessão da liminar pleiteada, ocasião em que determino seja intimada a parte agravada, para apresentar contrarrazões, no prazo de Lei (CPC, art. 1.019, II). Cumpra-se. Manaus/AM, 16 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 30 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo -** Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4002931-56.2019.8.04.0000, em que é Agravante: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social** (Advogado: Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM). **Agravado: Gilberto Gomes Arruda** (Advogados: Dra. Ezelaide Viegas da Costa Almeida (1339/AM), Dr. João Mendes de Almeida (1552/AM) e Dra. Rylene Álvares Bastos Rodrigues (10145/AM). **Fica o Agravado intimado, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar Contrarrazões ao presente recurso, bem como o Agravante para conhecimento do Despacho de fl. 299,** cujo teor final é o seguinte: "Acautelo-me quanto à concessão da liminar pleiteada, ocasião em que determino seja intimada a parte agravada, para apresentar contrarrazões, no prazo de Lei (CPC, art. 1.019, II). Cumpra-se. Manaus/AM, 16 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 30 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária**.**

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo** - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003778-58.2019.8.04.0000, em que é Agravante: Elizeu Carvalho da Silva** (Advogado: Dr. Luís Carlos Palheta Silva (9717/AM). **Agravada: Maria Santina da Costa** (Advogada: Dra. Vanderlene Soares Barroso (10599/AM). **Fica a Agravada intimada, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar Contrarrazões ao presente recurso, bem como o Agravante para conhecimento do Despacho de fl. 7**, cujo teor final é o seguinte: "Acautelo-me quanto à concessão da liminar pleiteada, ocasião em que determino seja intimada a parte agravada, para apresentar contrarrazões, no prazo de Lei (CPC, art. 1.019, II). Cumpra-se. Manaus/AM, 16 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 30 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo -** Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003786-35.2019.8.04.0000, em que é Agravante: O Estado do Amazonas (**Procuradora: Dra. Debora Bandeira Koenow (12898/AM). **Agravada: Raimunda de Jesus Brito** (Advogada: Dra. Mariana Marques dos Santos (10339/AM). **Fica a Agravada intimada, na pessoa de sua advogada para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 16 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 30 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo -** Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003876-43.2019.8.04.0000, em que é Agravante: Carlos Pinto da Cruz** (Advogada: Dra. Maria da Conceição Souza Vera (1001A/AM). **Agravada: Celita Bentes da Costa** (Advogados: Dr. Irio Jabes Guerra de Souza (9570/AM) e Dr. Miguel de Jesus da Silva (8822/AM). **Fica a Agravada intimada, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar Contrarrazões ao presente recurso, bem como o Agravante para conhecimento da Despacho de fl. 18,** cujo teor final é o seguinte: "Acautelo-me quanto à concessão da liminar pleiteada, ocasião em que determino seja intimada a parte agravada, para apresentar contrarrazões, no prazo de Lei (CPC, art. 1.019, II). Cumpra-se. Manaus/AM, 16 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 30 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo -** Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003877-28.2019.8.04.0000, em que é Agravante: Pelmex da Amazônia Ltda. (**Advogados: Dra. Andréa Marques Teles de Souza (3283/AM), Dra. Cláudia da Silva David (4863/AM) e Dr. William Daniel Brasil David (6796/AM). **Agravado: North Hoteis Ltda** (Advogado: Dr. Rafael Reis Pereira (7219/AM). **Fica o Agravado intimado, na pessoa de seu advogado para, querendo, apresentar Contrarrazões ao presente recurso, bem como o Agravante para conhecimento da Despacho de fl. 35,** cujo teor final é o seguinte: "Acautelo-me quanto à concessão da liminar pleiteada, ocasião em que determino seja intimada a parte agravada, para apresentar contrarrazões, no prazo de Lei (CPC, art. 1.019, II). Cumpra-se. Manaus/AM, 16 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 30 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo -** Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003878-13.2019.8.04.0000, em que é Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (**Advogado: Dr. Décio Flávio Goçalves Torres Freire (697A/AM). **Agravados: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e outros. Fica o Agravante intimado do DESPACHO de fl. 77,** exarado nos autos acima referidos na qual "Acautelo-me quanto à concessão da liminar pleiteada, ocasião em que determino seja intimada a parte agravada, para apresentar contrarrazões, no prazo de Lei (CPC, art. 1.019, II). Cumpra-se. Manaus/AM, 16 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 30 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo** - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003885-05.2019.8.04.0000, em que é Agravante: Diego Ribeiro Gomes (Advogado: Dr. Diego Ribeiro Gomes (10614/AM). Agravado: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social** (Procurador: Dr. Daniel Ibiapina Alves (5980/AM). **Fica o Agravante intimado do DESPACHO de fl. 312,** exarado nos autos acima referidos na qual "Acautelo-me quanto à concessão da liminar pleiteada, ocasião em que determino seja intimada a parte agravada, para apresentar contrarrazões, no prazo de Lei (CPC, art. 1.019, II). Cumpra-se. Manaus/AM, 16 de agosto de 2019. Des.

Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 30 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo -** Relator os autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4001868-93.2019.8.04.0000, em que é Agravante: Geysa Gleyne Rodrigues Viana (**Advogads: Dr. Gedson de Oliveira Matute (13858/AM) e Dr. Josildo Viana de Souza (13893/AM). **Agravado: Centro Educacional Santa Teresinha(CEST)** (Advogados: Dra. Cristiane Genda Ribeiro (11885/AM), Dr. João Antônio da Silva Tolentino (2300/AM) e outros**. Ficam as partes intimadas da DECISÃO MONOCRÁTICA de fls. 112/113,** exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Logo, pelas razões acima indicadas, incabível o recurso interposto. Diante das razões e fundamentos escandidos, com fulcro no art. 932, III, do CPC/20151 (art. 557 do CPC de 1973), não conheço do recurso. À Secretaria, para providências. Manaus/AM, 13 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 30 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo -** Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003941-38.2019.8.04.0000, em que é Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A** (Advogado: Dr. Décio Flávio Goçalves Torres Freire (697A/AM). **Agravado: Municipio de Alvaraes/am** (Procurador: Dr. Ricardo de Souza Guimarães (8675/AM). **Fica o Agravado intimado, na pessoa de seu advogado para, querendo, apresentar Contrarrazões ao presente recurso, bem como o Agravante para conhecimento do Despacho de fl. 65,** cujo teor final é o seguinte: "Acautelo-me quanto à concessão da liminar pleiteada, ocasião em que determino seja intimada a parte agravada, para apresentar contrarrazões, no prazo de Lei (CPC, art. 1.019, II). Cumpra-se. Manaus/AM, 19 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 30 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária**.**

RPCR

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Délcio Luís Santos - Relator** nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003590-65.2019.8.04.0000**, em que é **Agravante: Central Nacional Unimed - Cooperativa Central**, Advogado: Dr. Antônio Eduardo Gonçalves de Rueda (16.983/PE). **Agravada: Joiciane Simas Gomes**, Advogado: Dr. Rodrigo Nadais Jurela (414.251/SP). **Fica a Agravada intimada, na pessoa de seu advogado para, querendo, apresentar Contrarrazões ao presente recurso, bem como a Agravante para conhecimento da Decisão de fls. 209/214**, cujo teor final é o seguinte: "Posto isso, pelas razões delineadas, INDEFIRO o pedido de efeito suspensivo, por estarem ausentes os requisitos do art. 995, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Intime-se a parte agravada para ofertar contrarrazões, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso. Após, vista ao Ministério Público. Publique-se. Cumpra-se. À Secretaria para os fins devidos. Manaus/AM, 28 de agosto de 2019. Des. Délcio Luís Santos - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 30 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

MBV

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Délcio Luís Santos - Relator** nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0632785-48.2018.8.04.0001**, em que é **Apelante: Energia Participações e Representações S/A**, Advogados: Dr. Marco Lúcio Souto Maior de Athayde (4.524/AM), Dr. Saul Rogério Ramos de Athayde (3.264/AM) e Dr. Vanderley Almeida Clarindo (8.560/AM). **Apelados: Nathan Macena de Souza e Heber Tavares Câmara. Ficam as partes intimadas da Decisão de fl. 153**, exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Posto isso, homologo o acordo de fls. 163/164 para que produza seus efeitos legais, de acordo com artigo 487, III, b do Código de Processo Civil. Determino a remessa dos autos ao Juízo de origem. À Secretaria para providências. Manaus/AM, 15 de julho de 2019. Des. Délcio Luís Santos - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 30 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

MBV

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Délcio Luís Santos - Relator** nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0607052-56.2013.8.04.0001**, em que é **Apelante: Banco Volkswagen S/A**, Advogados: Dr. José Lídio Alves dos Santos (1.163-A/AM) e Dra. Roberta Beatriz do Nascimento (1.164-A/AM). **Apelado: Célio Henrique Guerra. Fica o Apelante intimado da Decisão de fl. 142/143**, exarada nos autos acima referidos na qual o teor final é o seguinte: "Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de desistência da ação e determino a intimação do Apelante para, querendo, adequar seu pedido à presente fase processual. À Secretária para as providências cabíveis. Manaus/AM, 28 de agosto de 2019. Des. Délcio Luís Santos - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 30 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

MBV

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Délcio Luís Santos - Relator** nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003237-25.2019.8.04.0000**, em que é **Agravante: José Arly Santana Lisboa**, Advogados: Dr. Jorge Antônio Veras Filho (5.693/AM) e Dr. Luiz Alberto Barbosa Nazareth Junior (6.281/AM). **Agravado: 18ª PRODEMAPH - O Ministério Público do Estado do Amazonas. Fica o Agravante intimado da Decisão de fls. 86/90**, exarada nos autos acima referidos na qual o teor final é o seguinte: "Posto isso, com fulcro no art. 1.019, I c/c art. 932, inc. II, do Código de Processo Civil, ATRIBUO PARCIAL EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO, para suspender os efeitos da decisão agravada somente no que diz respeito ao valor de R$ 2.868.000,00 (dois milhões, oitocentos e sessenta e oito mil reais) até final julgamento deste agravo, devendo a execução prosseguir em relação ao valor de R$ 63.832,75 (sessenta e três mil oitocentos e trinta e dois reais e setenta e cinco centavos) referente a condenação pelos danos causados. Oficie-se, de ordem, ao Juízo de origem para imediato cumprimento desta decisão. Intime-se a parte agravada para ofertar contrarrazões, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso. Publique-se. Cumpra-se. À Secretaria para os fins devidos. Manaus/AM, 16 de julho de 2019. Des. Délcio Luís Santos - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 30 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

MBV

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Délcio Luís Santos - Relator** nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003296-13.2019.8.04.0000**, em que é **Agravante: General Motors do Brasil Ltda.**, Advogados: Dra. Bruna de Moura Paura Peres (46.507/PE), Dr. Diogo Dantas de Moraes Furtado (33.668/PE) e Dra. Paula Marinho Nunes (38.344/PE). **Agravada: Larissa Macêdo Magalhães**, Advogado: Dr. Pedro Marcelo Bezerra Pinheiro (4.162/AM). **Fica a Agravada intimada, na pessoa de**

seu advogado para, querendo, apresentar Contrarrazões ao presente recurso, bem como o Agravante para conhecimento da Decisão de fls. 252/254, cujo teor final é o seguinte: "Portanto, diante das razões acima delineadas, em juízo de cognição sumária, indefiro o pedido de efeito suspensivo e de antecipação de tutela. Intime-se a parte Agravada para, querendo, responder no prazo legal, nos termos do art. 1.019, inciso II, do Código de Processo Civil. Após, com ou sem resposta da Agravada, retorne os autos para julgamento. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus/AM, 28 de agosto de 2019. Des. Délcio Luís Santos - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 30 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

MBV

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0000275-35.2018.8.04.7501 - Apelação Cível, 1ª Vara de Tefé

Apelante: O Município de Tefe Procurador: Emer de Senna Gomes (OAB: 7602/AM)

Procurador: Aline Cintrão Ferreira (OAB: 9275/AM) **Apelado: Ana Lucia da Silva Batalha** Advogado: Duarte Sávio Rodrigues Alves de Menezes (OAB: 9598/AM) **Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. PROGRESSÃO HORIZONTAL. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. INÉRCIA DO PODER PÚBLICO EM REALIZAR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO. DIREITO SUBJETIVO DA SERVIDORA PÚBLICA. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NÃO PODE SER ÓBICE PARA CONCESSÃO DE DIREITO FUNDAMENTAL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.I - Consoante normas municipais, a progressão horizontal dos servidores do município de Tefé/AM obedece a dois critérios, um objetivo (interstício máximo de 2 [dois anos]) e o outro subjetivo, quais sejam: merecimento e antiguidade, gerando o aumento de 5% (cinco por cento);II - No caso em tela, conforme termo de posse da Apelada, a mesma está vinculada ao Poder Executivo Municipal desde de 16/04/2007 (fl. 14), preenchendo, portanto, o requisito tempo de serviço. Ademais, comprova que há bastante tempo, desde janeiro de 2017, espera uma resposta do Recorrente acerca de sua progressão, o qual se queda inerte sem trazer provas sobre a regularidade dos seus atos administrativos;III - A jurisprudência pátria já fixou entendimento no sentido de que o argumento de inexistência de prévia dotação orçamentária não pode ser usado como justificativa para não cumprir os direitos dos servidores públicos, tais como promoções;IV - Apelação conhecida e não provida com majoração de honorários.. DECISÃO: "EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. PROGRESSÃO HORIZONTAL. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. INÉRCIA DO PODER PÚBLICO EM REALIZAR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO. DIREITO SUBJETIVO DA SERVIDORA PÚBLICA. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NÃO PODE SER ÓBICE PARA CONCESSÃO DE DIREITO FUNDAMENTAL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. I - Consoante normas municipais, a progressão horizontal dos servidores do município de Tefé/AM obedece a dois critérios, um objetivo (interstício máximo de 2 [dois anos]) e o outro subjetivo, quais sejam: merecimento e antiguidade, gerando o aumento de 5% (cinco por cento); II - No caso em tela, conforme termo de posse da Apelada, a mesma está vinculada ao Poder Executivo Municipal desde de 16/04/2007 (fl. 14), preenchendo, portanto, o requisito tempo de serviço. Ademais, comprova que há bastante tempo, desde janeiro de 2017, espera uma resposta do Recorrente acerca de sua progressão, o qual se queda inerte sem trazer provas sobre a regularidade dos seus atos administrativos; III - A jurisprudência pátria já fixou entendimento no sentido de que o argumento de inexistência de prévia dotação orçamentária não pode ser usado como justificativa para não cumprir os direitos dos servidores públicos, tais como promoções; IV - Apelação conhecida e não provida com majoração de honorários. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.".

Processo: 0003108-88.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 4ª Vara da Fazenda Pública

Embargante: O Município de Manaus Procurador: Eduardo Bezerra Vieira (OAB: 6147/AM) **Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau** Promotor: Paulo Stélio Sarbá Guimarães (OAB: 50/AM) **Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. APRECIAÇÃO DE TESE. CONCLUSÃO ENTRE OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO E O DISPOSITIVO. NÃO OCORRÊNCIA. VINCULAÇÃO DO JULGADOR À TESE DA PARTE. LIVRE CONVENCIMENTO. NÃO OBRIGATORIEDADE DE APRECIAÇÃO DE TODAS AS TESES. AUSÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA INSTITUIDORA DE UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIA DE IMÓVEIS SUBUTILIZADOS E NÃO EDIFICADOS E DE INSTITUIÇÃO DE IPTU PROGRESSIVO. INICIATIVA DE LEI DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL. -O inconformismo da parte com a decisão não enseja embargos de declaração com intuito de modificar substancialmente o comando da decisão.-Estando devidamente fundamentada a decisão em conclusão como dispositivo, e não questionado os próprios termos do mesmo, carece de omissão a ser afastada.-O óbice ao cumprimento da decisão suscitado por ausência de legislação municipal específica não se revela apto a justificar a inércia do ente municipal em promover ações à compelir os proprietários de imóveis subutilizados e abandonados a promover a destinação de uso, posto que o interesse público, especialmente quando envolvidas questões de saúde e segurança pública reclamam atuação. Ademais, o ente embargante detém o poder de iniciativa de lei para tal fim.-EMBARGOS ACOLHIDOS SEM EFEITO MODIFICATIVO. . DECISÃO: "EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. APRECIAÇÃO DE TESE. CONCLUSÃO ENTRE OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO E O DISPOSITIVO. NÃO OCORRÊNCIA. VINCULAÇÃO DO JULGADOR À TESE DA PARTE. LIVRE CONVENCIMENTO. NÃO OBRIGATORIEDADE DE APRECIAÇÃO DE TODAS AS TESES. AUSÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA INSTITUIDORA DE UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIA DE IMÓVEIS SUBUTILIZADOS E NÃO EDIFICADOS E DE INSTITUIÇÃO DE IPTU PROGRESSIVO. INICIATIVA DE LEI DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL. -O inconformismo da parte com a decisão não enseja embargos de declaração com intuito de modificar substancialmente o comando da decisão. -Estando devidamente fundamentada a decisão em conclusão como dispositivo, e não questionado os próprios termos do mesmo, carece de omissão a ser afastada. -O óbice ao cumprimento da decisão suscitado por ausência de legislação municipal específica não se revela apto a justificar a inércia do ente municipal em promover ações à compelir os proprietários de imóveis subutilizados e abandonados a promover a destinação de uso, posto que o interesse público, especialmente quando envolvidas questões de saúde e segurança pública reclamam atuação. Ademais, o ente embargante detém o poder de iniciativa de lei para tal fim. -EMBARGOS ACOLHIDOS SEM EFEITO MODIFICATIVO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0003108-88.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer dos embargos de declaração para lhe dar provimento sem efeito modificativo, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0003137-41.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Priscila Ferreira de Lima Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM) **Embargado: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social** Procuradora: Fernanda Meyge de Brito (OAB: 35105/BA) **Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: EMBARGO DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. VICIO NÃO CARACTERIZADO. - A finalidade dos Embargos de Declaração é o aperfeiçoamento da tutela jurisdicional prestada, eliminar de seu conteúdo eventuais defeitos advindos de erro material, omissão contradição ou obscuridade, conforme disposto no art. 1.022 do CPC.- RECURSO NÃO PROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: EMBARGO DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. VICIO NÃO CARACTERIZADO. - A finalidade dos Embargos de Declaração é o aperfeiçoamento da tutela jurisdicional prestada, eliminar de seu conteúdo eventuais defeitos advindos de erro material, omissão contradição ou obscuridade, conforme disposto no art. 1.022 do CPC. - RECURSO NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0003137-41.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a/o (s) Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0004457-29.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Integração Transportes Ltda Advogada: Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB: 4083/AM) Advogado: Talvani Franco Leite Brito (OAB: 680A/AM) **Embargado: Companhia Mutual de Serviços** Advogado: Bruno Silva Navega (OAB: 354991/SP) **Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO EM DANOS MORAIS. OMISSÃO. ALEGAÇÃO DA NÃO OBSERVÂNCIA DO ARTIGO 944 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO. DESCABIMENTO. CRITÉRIOS, PARÂMETROS E CIRCUNSTÂNCIAS CONSIGNADAS NA DECISÃO. UTILIZAÇÃO DO CRITÉRIO BIFÁISCO. -Para acolhimento dos embargos de declaração, necessária a ocorrência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, nos termos do artigo 1.022, do Código de Processo Civil.-No caso, a embargante suscita omissão no Acórdão quanto aos critérios para análise de extensão do dano a fim de subsidiar o valor da condenação em danos morais.-Restou claro no Acórdão vergastado, especialmente com menção à aplicação do critério bifásico para fixar o montante da indenização por dano moral, subsidiado em farta jurisprudência.-EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. . DECISÃO: "EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO EM DANOS MORAIS. OMISSÃO. ALEGAÇÃO DA NÃO OBSERVÂNCIA DO ARTIGO 944 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO. DESCABIMENTO. CRITÉRIOS, PARÂMETROS E CIRCUNSTÂNCIAS CONSIGNADAS NA DECISÃO. UTILIZAÇÃO DO CRITÉRIO BIFÁISCO. -Para acolhimento dos embargos de declaração, necessária a ocorrência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, nos termos do artigo 1.022, do Código de Processo Civil. -No caso, a embargante suscita omissão no Acórdão quanto aos critérios para análise de extensão do dano a fim de subsidiar o valor da condenação em danos morais. -Restou claro no Acórdão vergastado, especialmente com menção à aplicação do critério bifásico para fixar o montante da indenização por dano moral, subsidiado em farta jurisprudência. -EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0004457-29.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0206547-04.2011.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Marcia Lúcia Rodrigues da Silva Advogado: Eneias de Paula Bezerra (OAB: 2354/AM) **Apelado: O Estado do Amazonas** Procuradora: Indra Mara Bessa (OAB: 1877/AM) **Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. NULIDADE. FGTS. PRESCRIÇÃO TRINTENAL. REPERCUSSÃO GERAL DO STF. VERBAS TRABALHISTAS.- No presente caso as sucessivas prorrogações evidenciam que a atividade desempenhada, pela apelante, não se tratava de "contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público", conforme dispõe o art. 37, IX da Constituição Federal- -Sentença modificada.- uma vez que a apelante fora contratada em regime temporário cujo contrato teve prorrogações sucessivas (2001 a 2007), desobedecendo a normal legal, ocasiona a nulidade do contrato. Conclui-se pelo direito da apelante ao saque das verbas depositadas referente ao FGTS.- Quanto o prazo de prescrição a Corte Suprema no ARE 709212, declarou inconstitucionais os arts. 23, §5.º, da Lei n.º 8.036/1990 e art. 55, do regulamento do FGTS aprovado pelo Decreto n.º 99.684/1990, e, assim, considerou que o prazo de prescrição da pretensão de cobrança do FGTS é de 05 (cinco) anos. Sendo que houve a modulação dos efeitos dessa decisão, com a finalidade de resguardar a segurança jurídica, para que não fossem atingidos os direitos dos processos já em curso, como no presente caso.- RECURSO PROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. NULIDADE. FGTS. PRESCRIÇÃO TRINTENAL. REPERCUSSÃO GERAL DO STF. VERBAS TRABALHISTAS. - No presente caso as sucessivas prorrogações evidenciam que a atividade desempenhada, pela apelante, não se tratava de "contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público", conforme dispõe o art. 37, IX da Constituição Federal- -Sentença modificada. - uma vez que a apelante fora contratada em regime temporário cujo contrato teve prorrogações sucessivas (2001 a 2007), desobedecendo a normal legal, ocasiona a nulidade do contrato. Conclui-se pelo direito da apelante ao saque das verbas depositadas referente ao FGTS. -Quanto o prazo de prescrição a Corte Suprema no ARE 709212, declarou inconstitucionais os arts. 23, §5.º, da Lei n.º 8.036/1990 e art. 55, do regulamento do FGTS aprovado pelo Decreto n.º 99.684/1990, e, assim, considerou que o prazo de prescrição da pretensão de cobrança do FGTS é de 05 (cinco) anos. Sendo que houve a modulação dos efeitos dessa decisão, com a finalidade de resguardar a segurança jurídica, para que não fossem atingidos os direitos dos processos já em curso, como no presente caso. - RECURSO PROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0206547-04.2011.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a/o (s) Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, conhecer do recurso para lhe dar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0243526-62.2011.8.04.0001 - Apelação Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A Advogado: Thales Silvestre Júnior (OAB: 2406/AM) Advogado: Marcondes Fonseca Lunieri Junior (OAB: 2897/AM) **Apelada: Ademildes Batista de Souza** Advogado: Ana Flavia da Silva Gomes (OAB: 9615/AM) **Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge.**

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA – APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATOS BANCÁRIOS.

EMPRÉSTIMOS SUCESSIVOS. SUPERENDIVIDAMENTO. ABUSIVIDADE. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO. QUANTUM MANTIDO. DEVOLUÇÃO EM DOBRO DOS VALORES DESCONTADOS APÓS CIÊNCIA DA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. RECURSO DESPROVIDO.I - O princípio da boa-fé objetiva e o dever de cautela impõem que as instituições financeiras se abstenham de conceder sucessivos empréstimos ao consumidor, sabendo, ou tendo condições de saber através dos sistemas informatizados, que a situação financeira do cliente está comprometida, podendo levá-lo ao estado de superendividamento, com a consequente inadimplência.II - No caso, é suficiente saber que os descontos promovidos pela instituição financeira estavam consumindo a integralidade dos proventos da autora, que é professora da rede de ensino estadual, em patente quadro de superendividamento, de forma a justificar a intervenção do Poder Judiciário para, observada a proteção constitucional do salário, bem como o princípio constitucional da dignidade humana, limitar o valor dos descontos mensais originalmente pactuados, objetivando preservar fração suficiente dos proventos do devedor para o fim de assegurar o mínimo existencial e a satisfação de suas necessidades básicas.III - Repetição em dobro dos valores indevidamente descontados após a ciência da tutela provisória, haja vista que o banco agiu de má-fé ao não cumprir de forma imediata a ordem no mês subsequente.IV - O dano moral restou configurado, haja vista que os descontos se deram de forma indevida e ilegal, privando a autora dos seus proventos, necessários para a sua subsistência e de seus familiares. Manutenção do quantum indenizatório de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).V – Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da sentença.. DECISÃO: "EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATOS BANCÁRIOS. EMPRÉSTIMOS SUCESSIVOS. SUPERENDIVIDAMENTO. ABUSIVIDADE. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO. QUANTUM MANTIDO. DEVOLUÇÃO EM DOBRO DOS VALORES DESCONTADOS APÓS CIÊNCIA DA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. RECURSO DESPROVIDO. I - O princípio da boa-fé objetiva e o dever de cautela impõem que as instituições financeiras se abstenham de conceder sucessivos empréstimos ao consumidor, sabendo, ou tendo condições de saber através dos sistemas informatizados, que a situação financeira do cliente está comprometida, podendo levá-lo ao estado de superendividamento, com a consequente inadimplência. II - No caso, é suficiente saber que os descontos promovidos pela instituição financeira estavam consumindo a integralidade dos proventos da autora, que é professora da rede de ensino estadual, em patente quadro de superendividamento, de forma a justificar a intervenção do Poder Judiciário para, observada a proteção constitucional do salário, bem como o princípio constitucional da dignidade humana, limitar o valor dos descontos mensais originalmente pactuados, objetivando preservar fração suficiente dos proventos do devedor para o fim de assegurar o mínimo existencial e a satisfação de suas necessidades básicas. III - Repetição em dobro dos valores indevidamente descontados após a ciência da tutela provisória, haja vista que o banco agiu de má-fé ao não cumprir de forma imediata a ordem no mês subsequente. IV - O dano moral restou configurado, haja vista que os descontos se deram de forma indevida e ilegal, privando a autora dos seus proventos, necessários para a sua subsistência e de seus familiares. Manutenção do quantum indenizatório de R$ 20.000,00 (vinte mil reais). V - Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da sentença. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0243526-62.2011.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da(s) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora.".

Processo: 0349107-08.2007.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Manaus Energia S/A) Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM) Advogado: Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM) **Apelado: Francisco Gomes Lima** Defensor: Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto (OAB: 2968/AM) Defensor: Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB: O/AM) **Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – APLICAÇÃO DO CPC/73 – EXTINÇÃO DO PROCESSO – ART. 267, III, CPC/73 – NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DA AUTORA – AUSÊNCIA – SENTENÇA ANULADA.- Se o magistrado entendeu que a conduta do autor se enquadrava no inciso III, do art. 267, do Código de Processo Civil, fazia-se necessária sua intimação pessoal para suprir a falta em 48 horas, por força do disposto no § 1º do mesmo artigo, o que não ocorreu nos autos;- Por óbvio que o juiz não poderia ter sentenciado de plano, sem a necessária intimação prévia e pessoal da parte autora, ensejando a nulidade do ato judicial;- RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - APLICAÇÃO DO CPC/73 - EXTINÇÃO DO PROCESSO - ART. 267, III, CPC/73 - NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DA AUTORA - AUSÊNCIA - SENTENÇA ANULADA. - Se o magistrado entendeu que a conduta do autor se enquadrava no inciso III, do art. 267, do Código de Processo Civil, fazia-se necessária sua intimação pessoal para suprir a falta em 48 horas, por força do disposto no § 1º do mesmo artigo, o que não ocorreu nos autos; - Por óbvio que o juiz não poderia ter sentenciado de plano, sem a necessária intimação prévia e pessoal da parte autora, ensejando a nulidade do ato judicial; - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0349107-08.2007.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe dar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0601314-14.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Luciana de Souza Freire Advogado: Rosquild Azedo Omena (OAB: 605A/AM) **Apelado: O Estado do Amazonas** Procurador: Ingrid Monteiro **Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. SERVIDORA PÚBLICA ESTADUAL. INTEGRANTE DO MAGISTÉRIO. PROMOÇÃO VERTICAL PARA CLASSE SUPERIOR. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. PAGAMENTO DA DIFERENÇA SALARIAL COM DEDUÇÃO. RECURSO PROVIDO.I – Ao observar o disposto nos arts. 24 e 26, da Lei nº 3.951/2013, e os documentos acostados aos autos (em especial, o diploma juntado nas fls. 13), constata-se o direito da apelante ser promovida verticalmente na carreira de magistério, bem como o de receber a diferença salarial do período correspondente.II - A jurisprudência deste Egrégio Tribunal, no exame de circunstâncias idênticas, tem compreendido o ato de promoção na carreira como sendo ato vinculado. Nestes casos, incumbe ao administrador tão somente conferir o preenchimento dos requisitos previstos em lei.III - A alegação de impedimento fiscal em decorrência da legislação eleitoral não prospera. É que o cumprimento legal de ato relativo à promoção de carreira não se enquadra nas limitações estabelecidas no art. 73, da Lei nº 9.504/97. IV - Tendo a apelante preenchido os requisitos necessários à promoção funcional, deve ser concedida, a partir da data em que foi protocolado o pedido (21/07/2016), a diferença salarial, a ser paga com desconto do percentual já recebido como professora de nível PF40-LPL-IV, 4ª classe.V Apelação conhecida e provida.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. SERVIDORA PÚBLICA ESTADUAL. INTEGRANTE DO MAGISTÉRIO. PROMOÇÃO VERTICAL PARA CLASSE SUPERIOR. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. PAGAMENTO DA DIFERENÇA SALARIAL COM DEDUÇÃO. RECURSO PROVIDO. I - Ao observar o disposto nos arts. 24 e 26, da Lei nº 3.951/2013, e os documentos acostados aos autos (em especial, o diploma juntado nas fls. 13), constata-se o direito da apelante ser promovida verticalmente na carreira de

magistério, bem como o de receber a diferença salarial do período correspondente. II - A jurisprudência deste Egrégio Tribunal, no exame de circunstâncias idênticas, tem compreendido o ato de promoção na carreira como sendo ato vinculado. Nestes casos, incumbe ao administrador tão somente conferir o preenchimento dos requisitos previstos em lei. III - A alegação de impedimento fiscal em decorrência da legislação eleitoral não prospera. É que o cumprimento legal de ato relativo à promoção de carreira não se enquadra nas limitações estabelecidas no art. 73, da Lei nº 9.504/97. IV - Tendo a apelante preenchido os requisitos necessários à promoção funcional, deve ser concedida, a partir da data em que foi protocolado o pedido (21/07/2016), a diferença salarial, a ser paga com desconto do percentual já recebido como professora de nível PF40-LPL-IV, 4ª classe. V Apelação conhecida e provida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.".

Processo: 0601339-32.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Ícaro Felipe Alves Coelho Advogado: Sérgio Emerson Cordeiro Rabelo (OAB: 9240/AM) **Apelado: Universidade do Estado do Amazonas - Uea** Procuradora: Wanessa Cavalcante Fecury Soares (OAB: 6367/AM) Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge **Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra.Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CONSTITUCIONAL À EDUCAÇÃO. LONGO PERÍODO TRANSCORRIDO ENTRE O DEFERIMENTO DA MEDIDA LIMINAR E A PROLAÇÃO DA SENTENÇA. APLICAÇÃO DA TEORIA DO FATO CONSUMADO. SITUAÇÃO CONSOLIDADA PELO DECURSO DO TEMPO. PRECEDENTES DO STJ E DESTE TRIBUNAL PÁTRIO. SENTENÇA REFORMADA.I – A Constituição Federal assegura a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205), bem como estipula que a educação será efetivada mediante garantias, consoante prevê o art. 208.II - Excepcionalmente, quando se constata que a restauração da estrita legalidade ocasionaria mais danos sociais do que a manutenção da situação consolidada pelo decurso do tempo, a jurisprudência do STJ tem se firmado no sentido de aplicar a Teoria do Fato Consumado.III – O recorrente já realizou a quase integralidade do curso, estando em seu provável penúltimo ano letivo, de sorte que o reconhecimento da irregularidade em sua matrícula levaria à perda de validade de todos os atos praticados, ensejando enormes prejuízos sociais.IV Apelação conhecida e provida.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CONSTITUCIONAL À EDUCAÇÃO. LONGO PERÍODO TRANSCORRIDO ENTRE O DEFERIMENTO DA MEDIDA LIMINAR E A PROLAÇÃO DA SENTENÇA. APLICAÇÃO DA TEORIA DO FATO CONSUMADO. SITUAÇÃO CONSOLIDADA PELO DECURSO DO TEMPO. PRECEDENTES DO STJ E DESTE TRIBUNAL PÁTRIO. SENTENÇA REFORMADA. I - A Constituição Federal assegura a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205), bem como estipula que a educação será efetivada mediante garantias, consoante prevê o art. 208. II - Excepcionalmente, quando se constata que a restauração da estrita legalidade ocasionaria mais danos sociais do que a manutenção da situação consolidada pelo decurso do tempo, a jurisprudência do STJ tem se firmado no sentido de aplicar a Teoria do Fato Consumado. III - O recorrente já realizou a quase integralidade do curso, estando em seu provável penúltimo ano letivo, de sorte que o reconhecimento da irregularidade em sua matrícula levaria à perda de validade de todos os atos praticados, ensejando enormes prejuízos sociais. IV Apelação conhecida e provida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer ministerial (fls. 151/155), conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.".

Processo: 0607997-67.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Banco Bradesco S.a. Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 877A/AM) **Apelado: Joao Batista Bento Campos Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ACORDO PARA PAGAMENTO PARCELADO DO DÉBITO EM LITÍGIO. NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DO FEITO EXECUTIVO ATÉ O CUMPRIMENTO DO PACTO FIRMADO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.I – De acordo com o artigo 922 do CPC, no processo executivo, a convenção das partes não determina a extinção do feito, mas a sua suspensão até o adimplemento integral da obrigação. Findo o prazo determinado do acordo, sem cumprimento pelo executado, o processo retorna ao seu curso normal;II – Incabível a extinção da demanda satisfativa em razão de pacto celebrado entre as partes para adimplemento parcelado do débito em questão, subsistindo, apenas, a suspensão do feito executivo;III Apelação conhecida e provida.. DECISÃO: "EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ACORDO PARA PAGAMENTO PARCELADO DO DÉBITO EM LITÍGIO. NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DO FEITO EXECUTIVO ATÉ O CUMPRIMENTO DO PACTO FIRMADO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. I - De acordo com o artigo 922 do CPC, no processo executivo, a convenção das partes não determina a extinção do feito, mas a sua suspensão até o adimplemento integral da obrigação. Findo o prazo determinado do acordo, sem cumprimento pelo executado, o processo retorna ao seu curso normal; II - Incabível a extinção da demanda satisfativa em razão de pacto celebrado entre as partes para adimplemento parcelado do débito em questão, subsistindo, apenas, a suspensão do feito executivo; III Apelação conhecida e provida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator".

Processo: 0609434-12.2019.8.04.0001 - Apelação Cível, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Banco Bradesco S.a. Advogado: Edson Rosas Junior (OAB: 1910/AM) Advogada: Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB: 5109/AM) **Apelado: Amazon Serviços de Ferramenta Ltad Me Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ACORDO PARA PAGAMENTO PARCELADO DO DÉBITO EM LITÍGIO. NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DO FEITO EXECUTIVO ATÉ O CUMPRIMENTO DO PACTO FIRMADO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.I – De acordo com o artigo 922 do CPC, no processo executivo, a convenção das partes não determina a extinção do feito, mas a sua suspensão até o adimplemento integral da obrigação. Findo o prazo determinado do acordo, sem cumprimento pelo executado, o processo retorna ao seu curso normal;II – Incabível a extinção da demanda satisfativa em razão de pacto celebrado entre as partes para adimplemento parcelado do débito em questão, subsistindo, apenas, a suspensão do feito executivo;III - Apelação Cível conhecida e provida.. DECISÃO: "EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO

DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ACORDO PARA PAGAMENTO PARCELADO DO DÉBITO EM LITÍGIO. NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DO FEITO EXECUTIVO ATÉ O CUMPRIMENTO DO PACTO FIRMADO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. I - De acordo com o artigo 922 do CPC, no processo executivo, a convenção das partes não determina a extinção do feito, mas a sua suspensão até o adimplemento integral da obrigação. Findo o prazo determinado do acordo, sem cumprimento pelo executado, o processo retorna ao seu curso normal; II - Incabível a extinção da demanda satisfativa em razão de pacto celebrado entre as partes para adimplemento parcelado do débito em questão, subsistindo, apenas, a suspensão do feito executivo; III - Apelação Cível conhecida e provida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Manaus, 20 de agosto de 2019.".

Processo: 0612832-40.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Cristina Santos Vieira Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas Defensor: Christiano Pinheiro da Costa (OAB: 3542/AM) **Apelado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A)** Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM) Advogado: Luis Philipe de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM) **Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO MONITÓRIA – VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE - NÃO OCORRÊNCIA - FATURA ENERGIA ELÉTRICA – COBRANÇA – PRESCRIÇÃO NÃO CONHECIDA – PRAZO DECENAL – STJ – DOCUMENTO HÁBIL – RECURSO DESPROVIDO.- Noto que, apesar de o inconformismo ser o mesmo, o apelante adaptou seu recurso à decisão, o que afasta a ausência de violação ao princípio da dialeticidade. - O serviço de fornecimento de energia elétrica consiste em tarifa ou preço público, sobre o qual recai a prescrição decenal prevista no artigo 205 do CC, de acordo com o entendimento sedimentado do Superior Tribunal de Justiça.- É prova bastante para a instrução do procedimento monitório o documento escrito, emitido pelo próprio credor, hábil a formar o convencimento do juízo acerca da existência da dívida. Sendo, a apelada prestadora de serviços públicos, se faz desnecessária a juntada de documentos outros que não faturas e planilhas de débito, na medida em que a relação estabelecida entre concessionária de serviço público e usuário se reveste de boa-fé.- Não se desincumbindo a ré do ônus de provar sobre o fato modificativo do direito do autor, impõe-se a improcedência de sua pretensão, nos termos do art. 373, inciso II, do CPC.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO MONITÓRIA - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE - NÃO OCORRÊNCIA - FATURA ENERGIA ELÉTRICA - COBRANÇA - PRESCRIÇÃO NÃO CONHECIDA - PRAZO DECENAL - STJ - DOCUMENTO HÁBIL - RECURSO DESPROVIDO. - Noto que, apesar de o inconformismo ser o mesmo, o apelante adaptou seu recurso à decisão, o que afasta a ausência de violação ao princípio da dialeticidade. - O serviço de fornecimento de energia elétrica consiste em tarifa ou preço público, sobre o qual recai a prescrição decenal prevista no artigo 205 do CC, de acordo com o entendimento sedimentado do Superior Tribunal de Justiça. - É prova bastante para a instrução do procedimento monitório o documento escrito, emitido pelo próprio credor, hábil a formar o convencimento do juízo acerca da existência da dívida. Sendo, a apelada prestadora de serviços públicos, se faz desnecessária a juntada de documentos outros que não faturas e planilhas de débito, na medida em que a relação estabelecida entre concessionária de serviço público e usuário se reveste de boa-fé. - Não se desincumbindo a ré do ônus de provar sobre o fato modificativo do direito do autor, impõe-se a improcedência de sua pretensão, nos termos do art. 373, inciso II, do CPC. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0612832-40.2014.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe NEGAR provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0617770-73.2017.8.04.0001 - Remessa Necessária Cível, 4ª Vara da Fazenda Pública

Requerente: Suzy Christine Cunha de Almeida Advogado: Douglas Herculano Barbosa (OAB: 6407/AM) **Requerido: O Município de Manaus** Procurador: Aldenaira Paula de Freitas (OAB: 2191/AM) **Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: REMESSA NECESSÁRIA. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. NOMEAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO APROVADO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS. CENÁRIO MACROECONÔMICO NEGATIVO NÃO ELIMINA O DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. EXISTÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PRÉVIA. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL RESPEITADA. I – O Supremo Tribunal Federal, no emblemático RE 598.009, dotado de repercussão geral (Tema 784), assentou que quando a administração pública lança edital de concurso e arregimenta interessados em aceder ao quadro funcional estatal, incute neles a ideia de que há necessidade de serviço público e de que há uma certa premência no provimento de cargos, fazendo crer nos interessados que, se optarem por inscrever-se no certame e se sagrarem aprovados e bem classificados, aquele contingente de vagas ofertadas será efetivamente preenchido.II - É dever da administração pública, inclusive do Poder Judiciário no exercício de função administrativa, fazer estudos de impacto orçamentário e obter todas as autorizações necessárias para a publicação de edital de concurso público (STJ, REsp 1.181.365/SP), tal como estabelece o artigo 16 da LRF. III Remessa necessária conhecida e não provida.. DECISÃO: "EMENTA: REMESSA NECESSÁRIA. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. NOMEAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO APROVADO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS. CENÁRIO MACROECONÔMICO NEGATIVO NÃO ELIMINA O DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. EXISTÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PRÉVIA. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL RESPEITADA. I - O Supremo Tribunal Federal, no emblemático RE 598.009, dotado de repercussão geral (Tema 784), assentou que quando a administração pública lança edital de concurso e arregimenta interessados em aceder ao quadro funcional estatal, incute neles a ideia de que há necessidade de serviço público e de que há uma certa premência no provimento de cargos, fazendo crer nos interessados que, se optarem por inscrever-se no certame e se sagrarem aprovados e bem classificados, aquele contingente de vagas ofertadas será efetivamente preenchido. II - É dever da administração pública, inclusive do Poder Judiciário no exercício de função administrativa, fazer estudos de impacto orçamentário e obter todas as autorizações necessárias para a publicação de edital de concurso público (STJ, REsp 1.181.365/SP), tal como estabelece o artigo 16 da LRF. III Remessa necessária conhecida e não provida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer ministerial (fls. 273/278), conhecer e negar a re, nos termos do voto do Relator.".

Processo: 0619403-22.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 4ª Vara de Família

Apelante: A. J. F. Advogada: Mariana de Moraes Zeni (OAB: 86976/PR) **Apelada: I. A. F.** Advogada: Anna Luiza Mendonça Biatto de Menezes (OAB: 5314/AM)

Advogado: José Manoel Biatto de Menezes (OAB: 432A/AM) **Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Pinto dos Santos Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: PROCESSO CIVIL E DIREITO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ALIMENTOS. INEXISTÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. ADVOGADO COM PROCURAÇÃO SEM PEDIDO DE RENÚNCIA. CONTESTAÇÃO E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO RÉU. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. SENTENÇA FUNDAMENTADA. ALIMENTOS DEFINITIVOS. NECESSIDADE-POSSIBILIDADE. VALOR ADEQUADO. DOCUMENTOS INSUFICIENTES PARA IMPUGNAR O DIREITO À PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.I – Rechaçado o suposto cerceamento de defesa, pois o réu, ora apelante, obteve sucesso na apresentação de contestação, bem como colacionou procuração outorgada ao Dr. Calefe Moraes de Jesus (fl. 58) e juntou documentos de fls. 59/62 com o fito de comprovar sua incapacidade financeira em arcar com os valores de alimentos arbitrados;II – Inexistindo qualquer petição de renúncia ao mandato por parte de seu patrono, este permanece responsável pelos atos processuais durante o processamento da demanda em primeiro grau, ausente, portanto, qualquer prejuízo ao recorrente;III - Concernente à preliminar de ausência de fundamentação, esta não merece guarida, porquanto a sentença apresenta um raciocínio decisório escorreito e coerente com as provas documentais constante dos autos, cumprido o artigo 93, IX da Carta Magna de 1988;IV - Inolvidável o respeito ao binômio possibilidade-necessidade ao estabelecer o valor a ser pago a título de prestação alimentícia à menor, ressaltando ainda que os alimentos devem viabilizar para o credor uma vida digna, compatível com a sua condição social, em conformidade com a possibilidade do devedor de atender ao encargo;V - Patente que uma criança de quase 7 (sete) anos da idade possui necessidades robustas com todo o tipo de despesas, comprovadas, devidamente, conforme o conjunto probatório acostados aos autos, outrossim, os documentos apresentados pelo apelante não são capazes de modificar o direito à prestação alimentícia digna;VI - Apelação conhecida e não provida.. DECISÃO: "EMENTA: PROCESSO CIVIL E DIREITO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ALIMENTOS. INEXISTÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. ADVOGADO COM PROCURAÇÃO SEM PEDIDO DE RENÚNCIA. CONTESTAÇÃO E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO RÉU. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. SENTENÇA FUNDAMENTADA. ALIMENTOS DEFINITIVOS. NECESSIDADE-POSSIBILIDADE. VALOR ADEQUADO. DOCUMENTOS INSUFICIENTES PARA IMPUGNAR O DIREITO À PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. I - Rechaçado o suposto cerceamento de defesa, pois o réu, ora apelante, obteve sucesso na apresentação de contestação, bem como colacionou procuração outorgada ao Dr. Calefe Moraes de Jesus (fl. 58) e juntou documentos de fls. 59/62 com o fito de comprovar sua incapacidade financeira em arcar com os valores de alimentos arbitrados; II - Inexistindo qualquer petição de renúncia ao mandato por parte de seu patrono, este permanece responsável pelos atos processuais durante o processamento da demanda em primeiro grau, ausente, portanto, qualquer prejuízo ao recorrente; III - Concernente à preliminar de ausência de fundamentação, esta não merece guarida, porquanto a sentença apresenta um raciocínio decisório escorreito e coerente com as provas documentais constante dos autos, cumprido o artigo 93, IX da Carta Magna de 1988; IV - Inolvidável o respeito ao binômio possibilidade-necessidade ao estabelecer o valor a ser pago a título de prestação alimentícia à menor, ressaltando ainda que os alimentos devem viabilizar para o credor uma vida digna, compatível com a sua condição social, em conformidade com a possibilidade do devedor de atender ao encargo; V - Patente que uma criança de quase 7 (sete) anos da idade possui necessidades robustas com todo o tipo de despesas, comprovadas, devidamente, conforme o conjunto probatório acostados aos autos, outrossim, os documentos apresentados pelo apelante não são capazes de modificar o direito à prestação alimentícia digna; VI - Apelação conhecida e não provida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer ministerial (fls. 204/206), conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.".

Processo: 0622439-72.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Estado do Amazonas Advogado: Jucelino Araújo Lima (OAB: 8039/AM) **Apelado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A)** Advogado: Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB: A1065/AM) Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 1069A/AM) Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM) **Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. ANULATÓRIA. AUTOS DE INFRAÇÃO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA GRADAÇÃO DO VALOR DAS MULTAS. INOBSERVÂNCIA AO ART. 57 CDC. -A aplicação de multas administrativas com espeque no Código de Defesa do Consumidor visa proteger o vulnerável na relação de consumo, contudo deve ser fixada dentro dos parâmetros objetivos e identificados conforme exigência do artigo 57, do CDC.-O PROCON/AM, ao graduar a multa, limitou-se em apontar a inobservância da concessionária de energia elétrica às normas consumeristas, não havendo elementos que identifiquem as razões e proporções entre a conduta e a sanção. -RECURSO DESPROVIDO. . DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. ANULATÓRIA. AUTOS DE INFRAÇÃO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA GRADAÇÃO DO VALOR DAS MULTAS. INOBSERVÂNCIA AO ART. 57 CDC. -A aplicação de multas administrativas com espeque no Código de Defesa do Consumidor visa proteger o vulnerável na relação de consumo, contudo deve ser fixada dentro dos parâmetros objetivos e identificados conforme exigência do artigo 57, do CDC. -O PROCON/AM, ao graduar a multa, limitou-se em apontar a inobservância da concessionária de energia elétrica às normas consumeristas, não havendo elementos que identifiquem as razões e proporções entre a conduta e a sanção. -RECURSO DESPROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0622439-72.2017.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0624849-06.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. Advogado: Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB: A739/AM) Advogada: Maria Lucília Gomes (OAB: 313A/AM) **Apelado: P H Transportes e Serviços da Construção - Eireli Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. RECURSO RECEBIDO APENAS NO EFEITO DEVOLUTIVO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 10, CPC. NÃO EFETIVAÇÃO DA CITAÇÃO. ÔNUS DA PARTE AUTORA. REQUISITO PROCESSUAL DE VALIDADE. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR. SENTENÇA MANTIDA.I - No caso em tela, o apelante não se desincumbiu do ônus de provar a probabilidade de provimento do recurso e ou grave dano de difícil ou incerta reparação, tendo se limitado a alegações genéricas de prejuízos à instituição financeira sobre o não cumprimento de medida liminar em processo que até o momento a parte adversa ainda não foi sequer citada e os endereços encontradas não foram suficientes para encontrá-la, portanto, o recurso deve ser recebido apenas no efeito devolutivo, conforme a artigo 1.012, § 1.º, V do CPC;II - Infere-se que não há surpresa alguma na sentença combatida, haja vista a controvérsia da ausência de citação da parte requerida vir sendo discutida desde o momento em que deferida a tutela provisória de urgência e constatada a insuficiência dos endereços apresentados pelo autor;III - O dever de promover a citação é imputado ao autor, nos termos do art. 240, §2º, do CPC;IV - A não consecução da citação caracteriza ausência de pressuposto processual de constituição e de desenvolvimento válido do processo, e impõe, como

consequência, a extinção do feito, com fundamento no art. 485, IV, do CPC.V - A exigência legal de intimação pessoal, prevista no §1.º do art. 485, é apenas imposta aos casos de extinção previstos nos incisos II e III do referido dispositivo legal;VI Apelação conhecida e não provida.. DECISÃO: "EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. RECURSO RECEBIDO APENAS NO EFEITO DEVOLUTIVO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 10, CPC. NÃO EFETIVAÇÃO DA CITAÇÃO. ÔNUS DA PARTE AUTORA. REQUISITO PROCESSUAL DE VALIDADE. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR. SENTENÇA MANTIDA. I - No caso em tela, o apelante não se desincumbiu do ônus de provar a probabilidade de provimento do recurso e ou grave dano de difícil ou incerta reparação, tendo se limitado a alegações genéricas de prejuízos à instituição financeira sobre o não cumprimento de medida liminar em processo que até o momento a parte adversa ainda não foi sequer citada e os endereços encontradas não foram suficientes para encontrá-la, portanto, o recurso deve ser recebido apenas no efeito devolutivo, conforme a artigo 1.012, § 1.º, V do CPC; II - Infere-se que não há surpresa alguma na sentença combatida, haja vista a controvérsia da ausência de citação da parte requerida vir sendo discutida desde o momento em que deferida a tutela provisória de urgência e constatada a insuficiência dos endereços apresentados pelo autor; III - O dever de promover a citação é imputado ao autor, nos termos do art. 240, §2º, do CPC; IV - A não consecução da citação caracteriza ausência de pressuposto processual de constituição e de desenvolvimento válido do processo, e impõe, como consequência, a extinção do feito, com fundamento no art. 485, IV, do CPC. V - A exigência legal de intimação pessoal, prevista no §1.º do art. 485, é apenas imposta aos casos de extinção previstos nos incisos II e III do referido dispositivo legal; VI Apelação conhecida e não provida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.".

Processo: 0629351-22.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Águas do Amazonas S.A. Advogado: Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB: 3136/AM) Advogado: Thiago Almeida Rebello (OAB: 12327/AM)

Advogado: Ney Bastos Soares Junior (OAB: 4336/AM) **Apelado: Siddharta Gautama de Almeida Antony** Advogado: Siddharta Gautama de Almeida Antony (OAB: 3962/AM) **Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – FORNECIMENTO DE ÁGUA – COBRANÇA INDEVIDA – INSCRIÇÃO NO SPC - DANO MORAL IN RE IPSA – QUANTUM ADEQUADO - INEXIGIBILIDADE DO EXCESSO COBRADO – NECESSIDADE DE READEQUAÇÃO DA COBRANÇA EXORBITANTE - REPETIÇÃO DE INDÉBITO – COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO – NECESSIDADE – INEXISTÊNCIA – SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.- Não se deve eximir o consumidor ao pagamento do consumo de água, mas recalcular as faturas debatidas em juízo pela média dos 12 (doze) meses anteriores, com intuito de adotar o melhor critério para apuração do consumo dos meses debatidos em juízo, conquanto esta é a medida que mais se aproxima do consumo efetivo;- Como o autor não comprovou o pagamento dos valores cobrados indevidamente, deve-se afastar a condenação da repetição do indébito;- RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - FORNECIMENTO DE ÁGUA - COBRANÇA INDEVIDA - INSCRIÇÃO NO SPC - DANO MORAL IN RE IPSA - QUANTUM ADEQUADO - INEXIGIBILIDADE DO EXCESSO COBRADO - NECESSIDADE DE READEQUAÇÃO DA COBRANÇA EXORBITANTE - REPETIÇÃO DE INDÉBITO - COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO - NECESSIDADE - INEXISTÊNCIA - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. - Não se deve eximir o consumidor ao pagamento do consumo de água, mas recalcular as faturas debatidas em juízo pela média dos 12 (doze) meses anteriores, com intuito de adotar o melhor critério para apuração do consumo dos meses debatidos em juízo, conquanto esta é a medida que mais se aproxima do consumo efetivo; - Como o autor não comprovou o pagamento dos valores cobrados indevidamente, deve-se afastar a condenação da repetição do indébito; - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0629351-22.2016.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para lhe dar parcial provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0635132-25.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 4ª Vara de Família

Apelante: R. P. C. Advogado: Michele Vitória Custódio (OAB: 19664/DF) Advogada: Elane Cristina de Oliveira Karam (OAB: 5904/AM) **Apelada: R. E. B. C. P. L. E. B.** Advogado: Maria Santana de Freitas (OAB: 5708/AM) Advogada: Nadia Almeida Lima (OAB: 10786/AM) **Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS. TRINÔMIO NECESSIDADE, PROPORCIONALIDADE E POSSIBILIDADE. DOCUMENTOS QUE DEMONSTRAM ELEVADO PADRÃO DE VIDA DO ALIMENTANTE. AUSÊNCIA DE MUDANÇA NA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA. GASTOS DA FILHA COMPROVADOS. REVOGAÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.I – O Código Civil de 2002 preceitua em seu artigo 1.699 a possibilidade de rever o valor fixado a título de alimentos, caso haja mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, configurada, portanto, a natureza rebus sic stantibus de toda e qualquer decisão a respeito de alimentos, por se tratar de relação jurídica continuativa de tempo indeterminado;II - De acordo com o caderno probatório acostado, o valor de 5,5 salários mínimos (R$5.489,00 (cinco mil quatrocentos e oitenta e nove reais, atualmente) é adequado e proporcional para uma jovem que ainda está cursando faculdade de odontologia e condizente com alto padrão de vida de seu genitor;III - No que tange ao pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita, as declarações de imposto de renda colacionadas aos autos (fls. 289/313) conseguem elidir a presunção relativa de veracidade da declaração de hipossuficiência, devendo ser mantida a revogação do supracitado benefício, consoante artigo 99, § 2.º do CPC;IV Apelação conhecida e não provida.. DECISÃO: "EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS. TRINÔMIO NECESSIDADE, PROPORCIONALIDADE E POSSIBILIDADE. DOCUMENTOS QUE DEMONSTRAM ELEVADO PADRÃO DE VIDA DO ALIMENTANTE. AUSÊNCIA DE MUDANÇA NA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA. GASTOS DA FILHA COMPROVADOS. REVOGAÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. I - O Código Civil de 2002 preceitua em seu artigo 1.699 a possibilidade de rever o valor fixado a título de alimentos, caso haja mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, configurada, portanto, a natureza rebus sic stantibus de toda e qualquer decisão a respeito de alimentos, por se tratar de relação jurídica continuativa de tempo indeterminado; II - De acordo com o caderno probatório acostado, o valor de 5,5 salários mínimos (R$5.489,00 (cinco mil quatrocentos e oitenta e nove reais, atualmente) é adequado e proporcional para uma jovem que ainda está cursando faculdade de odontologia e condizente com alto padrão de vida de seu genitor; III - No que tange ao pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita, as declarações de imposto de renda colacionadas aos autos (fls. 289/313) conseguem elidir a presunção relativa de veracidade da declaração de hipossuficiência, devendo ser mantida a revogação do supracitado benefício, consoante artigo 99, § 2.º do CPC; IV Apelação conhecida e não provida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do

Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.".

Processo: 0717328-91.2012.8.04.0001 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A) Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM) Advogado: Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM) **Apelado: Raimundo Nascimento da Cunha Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. NÃO EFETIVAÇÃO DA CITAÇÃO. ÔNUS DA PARTE AUTORA. REQUISITO PROCESSUAL DE VALIDADE. SENTENÇA MANTIDA.I – O dever de promover a citação é imputado ao Autor, devendo observar o prazo de 10 (dez) dias (art. 240 do CPC/2015). Neste ínterim, embora o prazo não seja peremptório, a prorrogação deve se pautar dentro de uma margem de razoabilidade, o que não se verifica no caso em questão, eis que o lapso temporal transcorrido foi superior a 06 (seis) anos. II - Como a totalidade das tentativas restaram infrutíferas, observa-se o prolongamento do processo sem a perfectibilização da relação processual, o que constitui afronta aos princípios constitucionais da celeridade, efetividade processual e razoável duração do processo.III - A não consecução da citação caracteriza ausência de pressuposto processual de constituição e de desenvolvimento válido do processo, nos termos do artigo 485, IV, do CPC.IV Apelação Cível conhecida e não provida.. DECISÃO: "EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. NÃO EFETIVAÇÃO DA CITAÇÃO. ÔNUS DA PARTE AUTORA. REQUISITO PROCESSUAL DE VALIDADE. SENTENÇA MANTIDA. I - O dever de promover a citação é imputado ao Autor, devendo observar o prazo de 10 (dez) dias (art. 240 do CPC/2015). Neste ínterim, embora o prazo não seja peremptório, a prorrogação deve se pautar dentro de uma margem de razoabilidade, o que não se verifica no caso em questão, eis que o lapso temporal transcorrido foi superior a 06 (seis) anos. II - Como a totalidade das tentativas restaram infrutíferas, observa-se o prolongamento do processo sem a perfectibilização da relação processual, o que constitui afronta aos princípios constitucionais da celeridade, efetividade processual e razoável duração do processo. III - A não consecução da citação caracteriza ausência de pressuposto processual de constituição e de desenvolvimento válido do processo, nos termos do artigo 485, IV, do CPC. IV Apelação Cível conhecida e não provida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidades de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.".

Processo: 4003054-88.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128431/SP) **Agravado: Autcom Engenharia Ltda** Advogado: Carolina Augusta Martins (OAB: 9989/AM)

Advogado: Hugo Fernandes Levy Neto (OAB: 4366/AM) **Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra.Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE DEFERIU A EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ. LEVANTAMENTO DO VALOR PELO AGRAVADO. PERDA DO OBJETO.-Insurgindo-se o recorrente contra decisão que deferiu a expedição de Alvará, e ocorrendo o respectivo levantamento do valor, impõe-se a perda do objeto do recurso.-RECURSO NÃO PROVIDO. . DECISÃO: "EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE DEFERIU A EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ. LEVANTAMENTO DO VALOR PELO AGRAVADO. PERDA DO OBJETO. -Insurgindo-se o recorrente contra decisão que deferiu a expedição de Alvará, e ocorrendo o respectivo levantamento do valor, impõe-se a perda do objeto do recurso. -RECURSO NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Agravo de Instrumento nº 4003054-88.2018.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 4004466-54.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual

Agravante: O Estado do Amazonas Advogado: Fabio Pereira Garcia dos Santos (OAB: 4850/AM) **Agravado: Metalúrgica Magalhães Comércio e Indústria Ltda** Advogado: Paulo Victor Vieira da Rocha (OAB: 231839/SP) Advogado: Bruno Giotto Gavinho Frota (OAB: 4514/AM)

Advogado: Paulo Victor Vieira da Rocha (OAB: 540A/AM) Advogado: Bruno Giotto Gavinho Frota (OAB: 301487/SP) **Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO – DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL – EXECUÇÃO FISCAL – PENHORA ON-LINE – REQUERIMENTO DE DESBLOQUEIO – AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO AGRAVANTE PARA SE MANIFESTAR – ART. 5º, LV, CF/88 – CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA VIOLADOS – VEDAÇÃO À DECISÃO-SURPRESA – ARTS. 9º E 10, CPC – PRECEDENTES DESTA CÂMARA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - PENHORA ON-LINE - REQUERIMENTO DE DESBLOQUEIO - AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO AGRAVANTE PARA SE MANIFESTAR - ART. 5º, LV, CF/88 - CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA VIOLADOS - VEDAÇÃO À DECISÃO-SURPRESA - ARTS. 9º E 10, CPC - PRECEDENTES DESTA CÂMARA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Agravo de Instrumento nº 4004466-54.2018.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para lhe dar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 4004760-09.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Ednelza Pais de Freitas Braga Advogado: Assurbanipal de Freitas Braga (OAB: 8883/AM) **Agravado: Águas do Amazonas S.A.** Advogado: Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB: 3136/AM) Advogado: Ney Bastos Soares Junior (OAB: 4336/AM) Advogado: Thiago Almeida Rebello (OAB: 12327/AM) **Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO – JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE – HIPÓTESE NÃO CONTEMPLADA NO ROL TAXATIVO DO ART. 1.015 DO CPC – NÃO CONHECIMENTO.- O rol de que trata o artigo 1.015 do vigente Código de Processo Civil é taxativo: "se a decisão interlocutória está arrolada nos incisos ou no parágrafo único, contra ela cabe agravo de instrumento; se não está, não cabe" (THEOTONIO NEGRÃO, JOSÉ ROBERTO FERREIRA GOUVÊA, LUIS GUILHERME A. BONDIOLI e JOÃO FRANCISCO N. DA FONSECA, "Código de Processo Civil e Legislação Processual em vigor", Ed. Saraiva, 47ª edição, pág. 933);- Descabe, então, a interposição de Agravo de Instrumento para questionar o julgamento antecipado da lide, uma vez que tal hipótese é estranha ao rol taxativo previsto no supracitado dispositivo comentado;- AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO.. DECISÃO: "EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - HIPÓTESE NÃO CONTEMPLADA NO ROL TAXATIVO DO ART.

1.015 DO CPC - NÃO CONHECIMENTO. - O rol de que trata o artigo 1.015 do vigente Código de Processo Civil é taxativo: "se a decisão interlocutória está arrolada nos incisos ou no parágrafo único, contra ela cabe agravo de instrumento; se não está, não cabe" (THEOTONIO NEGRÃO, JOSÉ ROBERTO FERREIRA GOUVÊA, LUIS GUILHERME A. BONDIOLI e JOÃO FRANCISCO N. DA FONSECA, "Código de Processo Civil e Legislação Processual em vigor", Ed. Saraiva, 47ª edição, pág. 933); - Descabe, então, a interposição de Agravo de Instrumento para questionar o julgamento antecipado da lide, uma vez que tal hipótese é estranha ao rol taxativo previsto no supracitado dispositivo comentado; - AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Agravo de Instrumento nº 4004760-09.2018.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 4005687-72.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 1ª Vara de Humaitá

Agravante: Arleson de Oliveira Almeida Agravante: Israel Bueno Oliveira Agravante: José Marconio da Costa Agravante: José Rogaciano Amorin Agravante: Junior Carlos Satiro dos Santos Agravante: Luciano de Souza Tavares Advogado: Wilisvan Moura Strege (OAB: 11453/AM) Advogada: Daiana Moura Strege (OAB: 13620/AM) **Agravado: Leonidas Soupinski Representa: Gislaine Roberta Supinski** Advogado: Robson Gonçalves de Menezes (OAB: 3895/AM) **Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. LOTES. LIMINAR. ESBULHO. POSSE NOVA. REQUISITOS DO ARTIGO 561, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ATENDIMENTO.-Infere-se dos elementos acostados aos autos da ação de reintegração de posse que o agravado detinha a posse indireta, a data do esbulho, sua manutenção, à exceção de um lote objeto da reintegração, por militar a favor de um dos agravantes termo de posse pretérita à data do esbulho. -RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. . DECISÃO: "EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. LOTES. LIMINAR. ESBULHO. POSSE NOVA. REQUISITOS DO ARTIGO 561, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ATENDIMENTO. -Infere-se dos elementos acostados aos autos da ação de reintegração de posse que o agravado detinha a posse indireta, a data do esbulho, sua manutenção, à exceção de um lote objeto da reintegração, por militar a favor de um dos agravantes termo de posse pretérita à data do esbulho. -RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Agravo de Instrumento nº 4005687-72.2018.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe dar parcial provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0629728-90.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Edson Pedreira de Queiroz Advogado: Danilo Torres de Queiroz (OAB: 35872/BA) **Apelado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A)** Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM) Advogado: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 1069/AM) **Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.**

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. RELAÇÃO DE CONSUMO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. INADIMPLÊNCIA INCONTROVERSA. INTERRUPÇÃO DO SERVIÇO. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE LASTRO PROBATÓRIO MÍNIMO APTO A SUSTENTAR AS ALEGAÇÕES FORMULADAS NA INICIAL. PARTE REQUERENTE, ORA APELANTE, QUE NÃO SE DESINCUMBIU DE DEMONSTRAR OS FATOS CONSTITUTIVOS DO DIREITO ALEGADO. ÔNUS QUE LHE COMPETIA, NA EXEGESE DO ARTIGO 373, I DO CPC. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. RELAÇÃO DE CONSUMO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. INADIMPLÊNCIA INCONTROVERSA. INTERRUPÇÃO DO SERVIÇO. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE LASTRO PROBATÓRIO MÍNIMO APTO A SUSTENTAR AS ALEGAÇÕES FORMULADAS NA INICIAL. PARTE REQUERENTE, ORA APELANTE, QUE NÃO SE DESINCUMBIU DE DEMONSTRAR OS FATOS CONSTITUTIVOS DO DIREITO ALEGADO. ÔNUS QUE LHE COMPETIA, NA EXEGESE DO ARTIGO 373, I DO CPC. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0629728-90.2016.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover o recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0636254-78.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal

Apelante: O Município de Manaus Procurador: José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior (OAB: 5517/AM) **Apelado: Josias Viana da Silva** Advogado: Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB: 9528/AM) Advogado: Anderson Lincoln Vital da Silva (OAB: 8525/AM) Advogado: Rennan Lessa Ferreira (OAB: 13046/AM) **Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.**

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA TRIBUTÁRIA. COBRANÇA INDEVIDA DE IPTU. PARTE AUTORA QUE LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR O FATO CONSTITUTIVO DE SEU DIREITO. INTELIGÊNCIA DO ART.373, I, CPC/2015. 1. Embora não se olvide que sobre os atos administrativos repousa presunção juris tantum de legalidade, cabe a parte autora o ônus de demostrar a pretensão do seu direito, no caso, a cobrança de IPTU de imóvel que não faz parte de seu patrimônio e a parte ré não se desincumbindo do ônus de provar quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, impõe-se a manutenção da sentença recorrida. 2. Recurso conhecido e desprovido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA TRIBUTÁRIA. COBRANÇA INDEVIDA DE IPTU. PARTE AUTORA QUE LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR O FATO CONSTITUTIVO DE SEU DIREITO. INTELIGÊNCIA DO ART.373, I, CPC/2015. 1. Embora não se olvide que sobre os atos administrativos repousa presunção juris tantum de legalidade, cabe a parte autora o ônus de demostrar a pretensão do seu direito, no caso, a cobrança de IPTU de imóvel que não faz parte de seu patrimônio e a parte ré não se desincumbindo do ônus de provar quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, impõe-se a manutenção da sentença recorrida. 2. Recurso conhecido e desprovido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0636254-78.2013.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover o recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0637913-20.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Defensoria Pública do Estado do Amazonas Defensor: Danilo Germano Ribeiro Penha (OAB: 6077/AM) **Apelado: O Estado do Amazonas** Procurador: Virginia Nunes

Bessa (OAB: 3591/AM) **Apelante: Estado do Amazonas** Advogado: Virginia Nunes Bessa (OAB: 3591/AM) **Apelada: Francisca Santos da Silva** Defensor: Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB: 4368/AM) Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas **Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.**

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. REMÉDIO FORA DA LISTA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS. LAUDO MÉDICO AFIRMANDO A NECESSIDADE DO FÁRMACO, SOB PENA DE IRREVERSSIBILIDADE DA DOENÇA. POSSIBILIDADE. REQUISITOS FIXADOS EM REsp 1.657.156-RJ. TESE 106 DO STJ. MODULAÇÃO DE EFEITOS. 1. O Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar o REsp 1.657.156-RJ, sob a sistemática dos recursos repetitivos, fixou a Tese 106, definindo requisitos cumulativos para concessão dos medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS,2. Em julgamento dos Embargos de Declaração no mesmo REsp 1.657.156-RJ em 12/09/2018, modulou-se os efeitos da tese fixada em recurso especial repetitivo para a data da publicação do Acórdão embargado, ou seja, 04/05/2018.3. Tendo a ação sido protocolada e distribuída em 22/11/2016, deve-se levar em consideração apenas a demonstração de imprescindibilidade do medicamento, a qual fora comprovada.4. Matéria referente à condenação da Fazenda Pública do Estado ao pagamento de honorários advocatícios em favor da Defensoria Pública está suspensa por força da decisão proferida pela Presidência desta Corte do Amazonas nos autos do Recurso Especial nº. 0007023-82.2018.8.04.0000 e nº. 0007260-19.2018.8.04.0000.5. Recurso de apelação interposto pelo Estado do Amazonas conhecido e desprovido. Suspensão do recurso de apelação interposto pela Defensoria Pública, em consonância com o Parecer Ministerial.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. REMÉDIO FORA DA LISTA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS. LAUDO MÉDICO AFIRMANDO A NECESSIDADE DO FÁRMACO, SOB PENA DE IRREVERSSIBILIDADE DA DOENÇA. POSSIBILIDADE. REQUISITOS FIXADOS EM REsp 1.657.156-RJ. TESE 106 DO STJ. MODULAÇÃO DE EFEITOS. 1. O Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar o REsp 1.657.156-RJ, sob a sistemática dos recursos repetitivos, fixou a Tese 106, definindo requisitos cumulativos para concessão dos medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS, 2. Em julgamento dos Embargos de Declaração no mesmo REsp 1.657.156-RJ em 12/09/2018, modulou-se os efeitos da tese fixada em recurso especial repetitivo para a data da publicação do Acórdão embargado, ou seja, 04/05/2018. 3. Tendo a ação sido protocolada e distribuída em 22/11/2016, deve-se levar em consideração apenas a demonstração de imprescindibilidade do medicamento, a qual fora comprovada. 4. Matéria referente à condenação da Fazenda Pública do Estado ao pagamento de honorários advocatícios em favor da Defensoria Pública está suspensa por força da decisão proferida pela Presidência desta Corte do Amazonas nos autos do Recurso Especial nº. 0007023-82.2018.8.04.0000 e nº. 0007260-19.2018.8.04.0000. 5. Recurso de apelação interposto pelo Estado do Amazonas conhecido e desprovido. Suspensão do recurso de apelação interposto pela Defensoria Pública, em consonância com o Parecer Ministerial. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0637913-20.2016.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com parecer ministerial, em conhecer e desprover o recurso de Apelação interposto pelo Estado do Amazonas, e suspender o recurso de apelação interposto pela Defensoria Pública, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0638666-06.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Almira Sobreira Conte Advogada: Jamile Ribeiro da Silva (OAB: 4977/AM)

Advogada: Jackeline Salazar dos Santos (OAB: 10166/AM) **Apelado: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.**

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DANO MATERIAL. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO POR ENTENDER QUE OBJETO REFERE-SE AO DESCUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE PROCESSO DIVERSO. NÃO-OCORRÊNCIA. CAUSA DE PEDIR E PEDIDO DIVERSO.1. Sentença extinguiu o feito ao argumento de que os danos materiais que constituem causa de pedir e pedido exordial são oriundos do descumprimento de sentença proferida nos autos de n.º 0632538-72.2015.8.04.0001;2. Em sentença proferida naqueles autos, o Juízo da 10º Vara Cível não conheceu do pedido de restituição dos novos valores, objeto destes autos originários, ao fundamento de já ter ocorrido a estabilização processual. ;3. Causa de pedir e pedido diversos;4. Recurso conhecido e provido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DANO MATERIAL. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO POR ENTENDER QUE OBJETO REFERE-SE AO DESCUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE PROCESSO DIVERSO. NÃO-OCORRÊNCIA. CAUSA DE PEDIR E PEDIDO DIVERSO. 1. Sentença extinguiu o feito ao argumento de que os danos materiais que constituem causa de pedir e pedido exordial são oriundos do descumprimento de sentença proferida nos autos de n.º 0632538-72.2015.8.04.0001; 2. Em sentença proferida naqueles autos, o Juízo da 10º Vara Cível não conheceu do pedido de restituição dos novos valores, objeto destes autos originários, ao fundamento de já ter ocorrido a estabilização processual. ; 3. Causa de pedir e pedido diversos; 4. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0638666-06.2018.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem o(a) Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e prover o recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0640080-44.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 5ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Ines Maria Pereira de Castro Advogado: Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB: 6086/AM) Advogada: Ana Maria Bezerra Pinheiro (OAB: 5052/AM)

Advogado: Daniella Karina Kanda (OAB: 6576/AM) Advogado: Deolinda Maria Nogueira Cardoso (OAB: 4127/AM) **Apelado: Manaus Previdência - MANAUSPREV** Advogado: Rafael da Cruz Lauria (OAB: 5716/AM) Advogado: Iza Amélia de Castro Albuquerque (OAB: 3814/AM)

Advogado: Caio Feldberg Porto (OAB: 7995/AM) **Procuradora de Justiça: Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.**

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO EM AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MATERIAIS. SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL INATIVADA. EQUIPARAÇÃO E INCORPORAÇÃO AOS PROVENTOS DE VALORES RECEBIDOS A TÍTULO DE VANTAGEM PESSOAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. O cerceamento de defesa ocorre quando a parte tem legítimo interesse em produzir um ato ou prova e fica impedida pelo órgão judicial. 2. No julgamento do RE 563.965/RN, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal concluiu que, respeitada a irredutibilidade da remuneração, inexiste direito adquirido do servidor à manutenção da forma de cálculo e de reajuste de sua remuneração. 3. Recurso conhecido e desprovido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO EM AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MATERIAIS. SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL INATIVADA. EQUIPARAÇÃO E INCORPORAÇÃO AOS PROVENTOS DE VALORES RECEBIDOS A TÍTULO DE VANTAGEM PESSOAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. O cerceamento de defesa ocorre quando a parte tem legítimo interesse em produzir um ato ou prova e fica impedida pelo órgão judicial. 2. No julgamento do RE 563.965/RN, com repercussão

geral, o Supremo Tribunal Federal concluiu que, respeitada a irredutibilidade da remuneração, inexiste direito adquirido do servidor à manutenção da forma de cálculo e de reajuste de sua remuneração. 3. Recurso conhecido e desprovido.”.

Processo: 0642346-04.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 5ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: O Município de Manaus Procurador: Deniel Rodrigo Benevides de Queiroz (OAB: 7391/AM) **Apelado: Francisco de Assis Ataide Silva** Advogado: Almir Albuquerque dos Santos Anselmo (OAB: 8441/AM)

Advogado: Cândido Honório Ferreira Filho (OAB: 1270/AM) Advogado: Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB: 5199/AM) Advogado: André Luiz Duarte da Cruz (OAB: 7694/AM) Advogado: Kleibianno Teles de Souza (OAB: 7098/AM) Advogado: Roberto de Souza Simonetti Neto (OAB: 8454/AM) Advogado: Neila Maria Dantas Azrak (OAB: 10584/AM) Advogado: Igor Costa de Souza (OAB: 10608/AM) **Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.**

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS C/C DANO MORAL. PROTESTO INDEVIDO DE IPTU. ERROR IN PROCEDENDO. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO A QUO. COMPETÊNCIA DA VARA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL. NULIDADE DO JULGADO. APLICAÇÃO DA TEORIA DA CAUSA MADURA. IMPOSSIBILIDADE. 1. A incompetência absoluta pode ser alegada e reconhecida a qualquer tempo e grau de jurisdição, nos termos do art. 64, § 1º, do novo Código de Processo Civil;2. A fixação de competência da Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal vem disciplinada pelo art. 153, inciso II, alínea “b” da Lei Complementar Estadual n.º 17/1997, que dispõe sobre a Divisão e Organização Judiciária do Estado do Amazonas ;3.Considerando o pleito exordial possuir conteúdo desconstitutivo da relação jurídica tributária c/c reparação por danos morais, sendo esta matéria acessória daquela, reputo ser da Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal a competência para processar e julgar a ação originária;4.Impossibilidade de aplicação da teoria da causa madura, tendo em vista que, dentre as hipóteses arroladas pelo art. 1.013, §3º do CPC/15, não se encontra a possibilidade de julgamento pelo tribunal em casos de incompetência absoluta do Juízo de primeiro grau, sob pena de irremediável supressão de instância.5. Recurso conhecido e provido.. DECISÃO: “EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS C/C DANO MORAL. PROTESTO INDEVIDO DE IPTU. ERROR IN PROCEDENDO. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO A QUO. COMPETÊNCIA DA VARA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL. NULIDADE DO JULGADO. APLICAÇÃO DA TEORIA DA CAUSA MADURA. IMPOSSIBILIDADE. 1. A incompetência absoluta pode ser alegada e reconhecida a qualquer tempo e grau de jurisdição, nos termos do art. 64, § 1º, do novo Código de Processo Civil; 2. A fixação de competência da Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal vem disciplinada pelo art. 153, inciso II, alínea “b” da Lei Complementar Estadual n.º 17/1997, que dispõe sobre a Divisão e Organização Judiciária do Estado do Amazonas ; 3.Considerando o pleito exordial possuir conteúdo desconstitutivo da relação jurídica tributária c/c reparação por danos morais, sendo esta matéria acessória daquela, reputo ser da Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal a competência para processar e julgar a ação originária; 4.Impossibilidade de aplicação da teoria da causa madura, tendo em vista que, dentre as hipóteses arroladas pelo art. 1.013, §3º do CPC/15, não se encontra a possibilidade de julgamento pelo tribunal em casos de incompetência absoluta do Juízo de primeiro grau, sob pena de irremediável supressão de instância. 5. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0642346-04.2015.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem o(a) Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e prover o recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator.”.

Processo: 0645252-93.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Julio Almeida da Silva Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas Defensora: Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB: 4846/AM) **Apelado: O Estado do Amazonas** Procurador: Micael Pinheiro Neves Silva (OAB: 6088/AM) **Apelante: O Estado do Amazonas** Procurador: Micael Pinheiro Neves Silva (OAB: 6088/AM) **Apelado: Julio Almeida da Silva** Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas Defensora: Caroline Pereira de Souza (OAB: 200401/AM) **Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.**

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. PRISÃO INDEVIDA E DEMORA NA SOLTURA. CULPA CONCORRENTE. NÃO DEMONSTRADA. INDENIZAÇÃO DEVIDA. QUANTUM. REDUÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO. PRETENSÃO DE CONDENAÇÃO À FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL. CONFUSÃO PATRIMONIAL. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSOS CONHECIDO E DESPROVIDO DA DEFENSORIA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO DO ESTADO DO AMAZONAS.1. O Sr. Júlio Almeida Silva foi denunciado pelo crime de homicídio doloso praticado no ano de 1995 durante um assalto em uma universidade quando exercia função de segurança do local. Foi preso em 02/12/2016 por meio de despacho de renovação de mandado de prisão, sendo solto em 28/01/2017 após sentença datada de 06/01/2017, que julgou extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva;2. A responsabilidade civil objetiva estatal aplica-se quando da presença de prisão indevida e demora na soltura. No caso dos autos, a punibilidade encontrava-se extinta diante da prescrição da pretensão punitiva, tendo o crime ocorrido em 1995 e sua prisão sido decretada em 2016. Ademais a sentença julgando extinta a punibilidade é datada de 06/01/2017, todavia a soltura tão somente se deu em 28/01/2017;3. A culpa concorrente suscitada pelo Estado sob a alegação de que a prescrição se deu pelo fato de o requerido se encontrar foragido, não deve prosperar porque não demonstrou que media esforços para encontrá-lo uma vez que o requerido foi preso em um lanche que possuía em Manacapuru;4. A sentença extintiva da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva se deu, em sede plantão, em 06/01/2017; no entanto, a soltura se deu em 28/01/2017, ou seja, 22 dias após a sentença, gerando abalo;5. Em relação ao quantum atribuído a título de danos morais, ele merece ser reduzido considerando que o autor tinha conhecimento de que contra si existia um processo criminal e nada fez para acompanhar o feito, tão somente alegando a ocorrência da prescrição após o cumprimento da ordem de prisão contra ele expedida, como também ficou preso 22 dias além da data da sentença extintiva;6. Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença (Súmula n. 421, do STJ). Precedentes do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal;7. Sentença parcialmente reformada;8. Apelação conhecida e desprovida de Julio Almeida da Silva. Apelação conhecida e parcialmente provida do Estado do Amazonas.. DECISÃO: “EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. PRISÃO INDEVIDA E DEMORA NA SOLTURA. CULPA CONCORRENTE. NÃO DEMONSTRADA. INDENIZAÇÃO DEVIDA. QUANTUM. REDUÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO. PRETENSÃO DE CONDENAÇÃO À FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL. CONFUSÃO PATRIMONIAL. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSOS CONHECIDO E DESPROVIDO DA DEFENSORIA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO DO ESTADO DO AMAZONAS. 1. O Sr. Júlio Almeida Silva foi denunciado pelo crime de homicídio doloso praticado no ano de 1995 durante um assalto em uma universidade quando exercia função de segurança do local. Foi preso em 02/12/2016 por meio de despacho de renovação de mandado de prisão, sendo solto em 28/01/2017 após sentença datada de 06/01/2017, que julgou extinta a punibilidade pela

prescrição da pretensão punitiva; 2. A responsabilidade civil objetiva estatal aplica-se quando da presença de prisão indevida e demora na soltura. No caso dos autos, a punibilidade encontrava-se extinta diante da prescrição da pretensão punitiva, tendo o crime ocorrido em 1995 e sua prisão sido decretada em 2016. Ademais a sentença julgando extinta a punibilidade é datada de 06/01/2017, todavia a soltura tão somente se deu em 28/01/2017; 3. A culpa concorrente suscitada pelo Estado sob a alegação de que a prescrição se deu pelo fato de o requerido se encontrar foragido, não deve prosperar porque não demonstrou que media esforços para encontrá-lo uma vez que o requerido foi preso em um lanche que possuía em Manacapuru; 4. A sentença extintiva da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva se deu, em sede plantão, em 06/01/2017; no entanto, a soltura se deu em 28/01/2017, ou seja, 22 dias após a sentença, gerando abalo; 5. Em relação ao quantum atribuído a título de danos morais, ele merece ser reduzido considerando que o autor tinha conhecimento de que contra si existia um processo criminal e nada fez para acompanhar o feito, tão somente alegando a ocorrência da prescrição após o cumprimento da ordem de prisão contra ele expedida, como também ficou preso 22 dias além da data da sentença extintiva; 6. Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença (Súmula n. 421, do STJ). Precedentes do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal; 7. Sentença parcialmente reformada; 8. Apelação conhecida e desprovida de Julio Almeida da Silva. Apelação conhecida e parcialmente provida do Estado do Amazonas. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0645252-93.2017.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem o(a) Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover do recurso de apelação de Julio Almeida Lopes e em conhecer e prover parcialmente do recurso de apelação do Estado do Amazonas, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0646318-11.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 5ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: O Município de Manaus Advogada: Ladyane Serafim Pereira (OAB: 4990/AM) **Apelado: M I dos S Rodrigues - Transportes - Epp** Advogada: Maria Ione dos Santos Rodrigues (OAB: 9521/AM) **Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.**

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA EM FACE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO POR VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. INOCORRÊNCIA. REJEIÇÃO. PRESCRIÇÃO. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DEMORA IMPUTÁVEL À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SUSPENSÃO DO PRAZO PRECRICIONAL. INCIDÊNCIA DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DE ACORDO COM O ART. 1º-F DA LEI 9494/97.1. Embora a repetição, nas razões de recurso, dos argumentos utilizados na petição inicial ou na contestação não seja a melhor técnica processual, tal circunstância, por si só, não deve conduzir ao não conhecimento daquele recurso. Preliminar rejeitada;2. O requerimento administrativo suspende a contagem do prazo prescricional, que retomará o seu curso quando da decisão final da Administração Pública sobre o pleito;3. Deve incidir a Taxa Referencial (TR) como índice de correção monetária ou o índice que o Supremo Tribunal Federal definir quando do julgamento definitivo do RE nº 870.947/SE, com a atualização do débito em consonância com o determinado pelo art. 1º-F, da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/2009, a partir de sua vigência, seguindo-se os juros de mora o disposto no art. 5º da Lei n.º 11.960/2009;4. Recurso conhecido e parcialmente provido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA EM FACE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO POR VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. INOCORRÊNCIA. REJEIÇÃO. PRESCRIÇÃO. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DEMORA IMPUTÁVEL À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SUSPENSÃO DO PRAZO PRECRICIONAL. INCIDÊNCIA DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DE ACORDO COM O ART. 1º-F DA LEI 9494/97. 1. Embora a repetição, nas razões de recurso, dos argumentos utilizados na petição inicial ou na contestação não seja a melhor técnica processual, tal circunstância, por si só, não deve conduzir ao não conhecimento daquele recurso. Preliminar rejeitada; 2. O requerimento administrativo suspende a contagem do prazo prescricional, que retomará o seu curso quando da decisão final da Administração Pública sobre o pleito; 3. Deve incidir a Taxa Referencial (TR) como índice de correção monetária ou o índice que o Supremo Tribunal Federal definir quando do julgamento definitivo do RE nº 870.947/SE, com a atualização do débito em consonância com o determinado pelo art. 1º-F, da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/2009, a partir de sua vigência, seguindo-se os juros de mora o disposto no art. 5º da Lei n.º 11.960/2009; 4. Recurso conhecido e parcialmente provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0646318-11.2017.8.04.0001,em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem o(a) Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e prover parcialmente o recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0651845-07.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Ginclarke Dias Pereira Advogado: Gustavo Michelotti Fleck (OAB: 21243/DF) Advogada: Queila Coelho de Souza (OAB: 7931/AM) Advogado: Cairo Lucas Machado Prates (OAB: 33787/SC) **Apelado: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.**

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-ACIDENTE. PROVA. PERÍCIA MÉDICA. INDISPENSABILIDADE. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. INTIMAÇÃO NEGATIVA. ENDEREÇO INCOMPLETO. INTIMAÇÃO REALIZADA NA PESSOA DO ADVOGADO NÃO SUPRE A INTIMAÇÃO PESSOAL. NULIDADE. SENTENÇA ANULADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-ACIDENTE. PROVA. PERÍCIA MÉDICA. INDISPENSABILIDADE. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. INTIMAÇÃO NEGATIVA. ENDEREÇO INCOMPLETO. INTIMAÇÃO REALIZADA NA PESSOA DO ADVOGADO NÃO SUPRE A INTIMAÇÃO PESSOAL. NULIDADE. SENTENÇA ANULADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0651845-07.2018.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e prover o recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator.".

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível , em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0000214-42.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 6ª Vara de Família

Embargante: W. M. L. Advogado: Danilo de Aguiar Corrêa (OAB: 3168/AM) Advogado: Affimar Cabo Verde Filho (OAB: A229/AM) **Embargada: A. M. P. da S.** Advogado: Jarson Ariday da Silva Costa (OAB: 741A/AM)

Advogado: Jarson Ariday da Silva Costa (OAB: 15997/PA) Advogada: Maria Cristtiane dos Reis Sousa (OAB: 12319/AM) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO POR MORTE. DEMANDA ENTRE CÔNJUGE SEPARADO DE FATO E COMPANHEIRA COM QUEM O FALECIDO CONVIVEU SEUS ÚLTIMOS 16 ANOS. DEPENDÊNCIA ALIMENTAR DE AMBAS AS PARTES COM O ORA FALECIDO. DIVISÃO IGUALITÁRIA DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA ACLARAR O JULGAMENTO.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0000214-42.2019.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em acolher os embargos de declaração para aclarar o julgamento". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0000518-41.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível, 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Izabela Barroso da Fonseca Agravante: Murilo Guilherme Barroso da Fonseca Representante: Lilyan Marha dos Santos Barroso Advogado: Affimar Cabo Verde Filho (OAB: A229/AM)

Advogado: Affimar Cabo Verde Filho (OAB: 73974/RJ) **Agravado: Débora Cristina de Miranda Leão** Advogada: Carla Luz Abreu (OAB: 7038/AM) Advogado: Mariana de Jesus Rodrigues Ramos (OAB: 9702/AM) Advogada: Luzilena Gomes Mota (OAB: 9991/AM) Advogado: Lourival Siqueira Silva Neto (OAB: 11828/AM) Advogada: Joyce Vivianne Veloso de Lima (OAB: 8679/AM) Advogado: Filipe de Freitas Nascimento (OAB: 6445/AM) Advogado: Letícia Sant'anna Xavier (OAB: 12.994/AM)

Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

AGRAVO INTERNO. PRETENSÃO DE REFORMA DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE RESTITUIU PRAZO PROCESSUAL À AGRAVADA. OS AGRAVANTES NÃO APRESENTARAM CONTRARRAZÕES NO PROCESSO DE ORIGEM. VEDAÇÃO À REDISCUSSÃO DO MÉRITO SOBRE A RESTITUIÇÃO DO PRAZO NESTE AGRAVO EM VIRTUDE DA PRECLUSÃO. ARTIGO 507 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. FIXAÇÃO DE MULTA DE 1%. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo Interno Cível nº 0000518-41.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe negar provimento.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0002073-93.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível, 1ª Vara da Dívida Ativa Estadual

Agravante: O Estado do Amazonas Procurador: Vivian Maria Oliveira da Frota (OAB: 6880/AM) **Agravado: ABF Administração e Participação LTDA** Advogado: Roberto Carlos Keppler (OAB: 68931/SP)

Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA - AGRAVO REGIMENTAL – DECISÃO QUE NEGOU CONHECIMENTO AO AGRAVO INTERNO POR SUA INTEMPESTIVIDADE – RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO – DECISÃO MANTIDA.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo Interno Cível nº 0002073-93.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por UNANIMIDADE de votos, conhecer e negar provimento ao Recurso, nos termos do voto Desembargador Relator.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0002160-49.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Premium Participações e Planejamentos Ltda Advogado: Paulo Sérgio Hilário Vaz (OAB: 13834/DF) Advogado: Adriano Soares Branquinho (OAB: 19172/DF) Advogado: Diogo Borges Naves (OAB: 28817/GO) **Embargado: José Francisco Lemos Neto Embargada: Deizineia Nair Ferraz Campanha** Advogado: João Antônio S. Tolentino (OAB: 2300/AM) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DA PREMISSA FÁTICA EQUIVOCADA E DAS OMISSÕES APONTADAS. MERA PRETENSÃO DE MODIFICAÇÃO DO RESULTADO DO JULGAMENTO. MATÉRIA FÁTICO-PROCESSUAL JÁ EXAUSTIVAMENTE TRATADA EM TRÊS ACÓRDÃOS INTEGRATIVOS SUCESSIVOS. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS E IMPOSIÇÃO DE MULTA POR RECURSO MANIFESTAMENTE PROTELATÓRIO. ARTIGO 1.026, §2º, DO CPC.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0002160-49.2019.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em rejeitar os embargos de declaração.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0002407-30.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal

Embargante: Rondônia Transportes Ltda Embargante: Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - Smtu Embargante: Sinetram - Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Amazonas Advogado: Eduardo Talamini (OAB: 19920/PR) Advogado: Guilherme F. Dias Reisdorfer (OAB: 42475/PR) Advogada: Mônica B. de Mello Lefêvre (OAB: 57540/PR) Advogado: Fernando Borges de Moraes (OAB: 446A/AM) **Embargante: Município de Manaus Embargante: Açaí Transportes Coletivos Ltda** Advogado: Fernando Borges de Moraes (OAB: 446/AM) Advogado: Marçal Justen Neto (OAB: 35912/PR) Advogado: Eduardo Talamini (OAB: 19920/PR) Advogado: Guilherme F. Dias Reisdorfer (OAB: 42475/PR) Advogado: Isabella Moreira de Almeida Vosgerau (OAB: 61211/PR) Advogado: Marina Kukiela (OAB: 61870/PR) Advogado: Felipe Scripes Wladeck (OAB: 38054/PR) Advogado: Daniel Siqueira Borda (OAB: 63688/PR) **Embargante: Viação São Pedro Ltda Embargante: Transtol Transportes Ltda Embargante: Via Verde Transportes Coletivos Ltda Embargante: Integração Transportes Ltda Embargante: Expresso Coroado LTDA Embargante: Auto Onibus Lider Ltda Embargante: Global Gnz Transportes Ltda Embargante: Vega Manaus Transporte de Passageiros Ltda Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau** Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – CONTRATO ADMINISTRATIVO – EQUILÍBRIO ECONÔMICO -FINACEIRO – ERRO MATERIAL – OCORRÊNCIA – EMBARGOS ACOLHIDOS APENAS PARA SANAR TRECHO AMBÍGUO – AUSÊNCIA DE ALTERAÇÃO NO JULGADO.. DECISÃO: "Este recurso, não tem o propósito de revisão do julgado, tampouco de rediscussão da matéria de mérito enfrentada de forma satisfatória pela decisão, em verdade, encontra-se limitado ao saneamento das incongruências apontadas por lei e constantes no decisório. UNANIMIDADE DE VOTOS.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0002739-94.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargado: Manoel da Piaxão dos Santos Simões Embargante: Sociedade Fogás Ltda. Advogado: José Alberto Maciel Dantas (OAB: 3311/AM) **Embargada: Cecy Santos de Souza** Advogado: Tude Moutinho da Costa (OAB: 564/AM)

Embargado: João Dias Neto Advogado: Lindon Carlos Cruz de Oliveira (OAB: 3577/AM) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – PREQUESTIONAMENTO – FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA – REDISCUSSÃO DE MÉRITO – IMPOSSIBILIDADE – ACÓRDÃO MANTIDO – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Embargos de declaração manifestados com o notório propósito de prequestionamento não tem caráter protelatório. Entendimento súmula n.ª 98 do STJ.2. Inexistindo qualquer omissão, contradição, obscuridade ou violação legal na decisão, a rejeição dos embargos declaratórios é medida que se impõe, uma vez que não se caracteriza como via própria para rediscussão do mérito da lide3. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão.4. Acórdão mantido.5. Embargos de Declaração conhecidos e desprovidos. . DECISÃO: "ACÓRDÃO.Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0002739-94.2019.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover dos Embargos de Declaração, nos termos do voto do desembargador relator.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0002868-02.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível, 4ª Vara de Família

Agravante: Cacildo Garcia Macedo Júnior Agravante: Valeria Cristina Campos Macedo Agravante: Jullia Anne Macedo Agravante: Larissa Campos Macêdo Haraoui Agravante: Stella Maris Campos Macedo de Sousa

Advogado: Fernando José Garcia (OAB: 134719/SP) Advogada: Thais Araújo de Castro (OAB: 384659/SP) **Agravada: Carla Roberta Tiradentes** Advogado: Ronaldo Lázaro Tiradentes (OAB: 4113/AM) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: AGRAVO INTERNO EM TUTELA ANTECIPADA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. PARTILHA DE BENS. BLOQUEIO DE BENS DISCUTIDOS EM RELAÇÃO PROCESSUAL. PROBABILIDADE DO DIREITO E PERIGO DA DEMORA. REVERSIBILIDADE DA MEDIDA. ART. 300 DO CPC. PRESENÇA. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO.1. A decisão do juiz a quo determinou o desbloqueio dos bens os quais a agravada afirma possuir meação, restando presente a verossimilhança das alegações, bem como o periculum in mora ante a possibilidade de venda dos referidos bens em que ainda se discute a meação.2. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Art. 300 do CPC.3. O bloqueio dos bens até ulterior deliberação não ocasionará prejuízo a nenhuma das partes litigantes, uma vez que a decisão é plenamente reversível, contrariamente ao caso de desbloqueio dos bens.4. Decisão recorrida mantida.5. Agravo interno conhecido e desprovido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo Interno Cível nº 0002868-02.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem A Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover o recurso de Agravo Interno, nos termos do voto do desembargador relator.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0003690-88.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Edileude Oliveira Rodrigues Advogado: Roosevelt Jobim Filho (OAB: 3920/AM) Advogada: Fabíola Maria Carvalho Vasques (OAB: 4167/AM) Advogado: Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB: 2599/AM) Advogado: José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB: 3725/AM) **Embargada: Toyota do Brasil Ltda** Advogado: João Tranchesi Jr. (OAB: 58730/SP) Advogado: Roberta Cezar Bourgogne de Almeida (OAB: 131642/SP)

Presidente/Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIO DE OMISSÃO. CONSTATADO. EFEITOS INFRINGENTES. DANO MORAL. TERMO INICIAL DE JUROS. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. SÚMULA 54 – STJ. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE E SÚMULA 326 – STJ. EMBARGOS ACOLHIDOS. EFEITOS INFRINGENTE APLICADO.I – Para o acolhimento dos Embargos de Declaração é indispensável a existência de um dos vícios insertados no art. 1.022 do CPC/2015. O acórdão embargado apresenta vício de omissão.II - Dada a natureza extracontratual, necessária a correção do julgado em relação ao termo inicial dos juros de mora para o fim de adequar ao entendimento da Súmula 54 do STJ. III – O exame do autos da apelação demonstra que a embargante foi obrigada a ajuizar a ação, pois, sem a intervenção do Judiciário, a embargada não haveria de indenizá-la. Especificamente em relação ao dano moral, a Súmula 326 do STJ enuncia que: "na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca". Diante de tais considerações, a sucumbência deverá ser suportada unicamente pela embargada. IV – Embargos de Declaração acolhidos com efeito infringente.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em acolher os embargos de declaração, com efeito infringente, para afastar omissão, nos termos do voto do Relator.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0003792-13.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Toyota do Brasil Ltda Advogado: João Tranchesi Jr. (OAB: 58730/SP) Advogado: Roberta Cezar Bourgogne de Almeida (OAB: 131642/SP) **Embargada: Edileude Oliveira Rodrigues** Advogado: Roosevelt Jobim Filho (OAB: 3920/AM) Advogada: Fabíola Maria Carvalho Vasques (OAB: 4167/AM) Advogado: Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB: 2599/AM) Advogado: José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB: 3725/AM) **Presidente/Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. TESES JÁ AFASTADAS PELO DECISUM VERGASTADO. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.I – Para o acolhimento dos Embargos de Declaração é indispensável a existência de um dos vícios insertados no art. 1.022 do CPC/2015, descabendo o acolhimento de aclaratórios que não comprovam, remarque-se, qualquer uma das falhas ensejadoras da sua admissão. II – Inviável a utilização dos embargos, sob a alegação de vícios, quando a intenção é, em verdade, a reapreciação do julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório do acórdão embargado.III – Embargos de Declaração rejeitados.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0004298-86.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Dalvair B de Souza e Cia Ltda Advogado: Pedro Henrique Barros de Sena (OAB: 13600/AM) **Embargante: A. A. S. Móveis Ltda** Advogado: Carlos Roberto Deneszczuk Antonio (OAB: 146360/SP) **Embargante: Daland Moveis e Eletrodomesticos LTDA** Advogada: Keyth Yara Pontes Pina

(OAB: 3467/AM) **Embargante: Vitor Comércio de Móveis e Representações LTDA Embargante: André Luiz Vitor de Souza Embargante: Dalvair Batista de Souza** Advogado: Henrick Lôbo Bezerra (OAB: 9276/AM) Advogado: Denizom Moreira de Oliveira (OAB: 9040/AM) Advogado: João Bosco A. Toledano (OAB: 1456/AM) Advogada: Juliana Santana de Oliveira (OAB: 11836/AM) **Embargado: Banco do Brasil S/A** Advogado: Diego Rios de Araújo (OAB: 293907/SP) Advogada: Érika Seffair Riker (OAB: 7735/AM) Advogado: Andrea Gonçalves Oliva Itacarambi (OAB: 25246/GO) Advogado: Grace Kelly da Silva Barbosa (OAB: 3627/AM) Advogado: Herlane Moreira de Oliveira Abade (OAB: 4229/RO) Advogada: Joany Sillas Pereira (OAB: 9646/AM) Advogado: Rui de Jesus Soares Junior (OAB: 7253/AM) Advogado: Alexandre Bocchetti Nunes (OAB: 93294/RJ) Advogado: Marco Aurélio Aguiar Barreto (OAB: 39287/DF) Advogado: Marcos Edumundo Magno Pinheiro (OAB: 64233/MG) Advogado: Paulo Sérgio Galizia Biselli (OAB: 25219/DF) Advogado: Silvio Oliveira Torves (OAB: 29355/RS) Advogado: Alexandre Silva dos Santos (OAB: 104731/RJ) Advogado: Amir Vieira Sobrinho (OAB: 15235/GO) Advogado: André Luiz de Medeiros e Silva (OAB: 5539/DF) Advogado: Antonio Carlos Rosa (OAB: 4990B/MT) Advogado: Antonio Carlos da Rosa Pellegrin (OAB: 15672/SC) Advogado: Carlos Guilherme Arruda Silva (OAB: 68106/MG) Advogado: César José Dhein Hoeflin (OAB: 24758/DF) Advogado: Cláudio Bispo de Oliveira (OAB: 16109B/PB) Advogado: Fernando Alves de Pinho (OAB: 97492/RJ) Advogado: Índio Brasil Leite (OAB: 19624/DF) Advogado: Jorge Elias Nehme (OAB: 4642/MT) Advogado: José Augusto Moreira de Carvalho (OAB: 138424/SP) Advogado: José Roberto Chieffo Júnior (OAB: 203922/SP) Advogada: June Elce Matoso de Medeiros (OAB: 65701/MG) Advogado: Mário Eduardo Barberis (OAB: 148909/SP) Advogado: Paulo Sérgio França (OAB: 115012/SP) Advogado: Plínio Marcos de Souza Silva (OAB: 148171/SP) Advogada: Raquel Perez Antunes Chust (OAB: 119574/SP) Advogado: Solon Mendes da Silva (OAB: 32356/RS) Advogado: Wagner Martins Prado de Lacerda (OAB: 111593/SP) Advogada: Alessandra Farias de Oliveira Barboza (OAB: 7141/PA) Advogado: Altemir Bohrer (OAB: 41844/RS) Advogado: Angelo Cesar Lemos (OAB: 64228/MG) Advogado: Ari Alves da Anunciação Filho (OAB: 34752/RS) Advogado: Astor Bildhauer (OAB: 19882B/MS) Advogado: Celso Yuami (OAB: 116613/SP) Advogada: Cláudia Portes Cordeiro (OAB: 219265/SP) Advogado: Evandro Lúcio Pereira de Souza (OAB: 133091/SP) Advogado: Frademir Vicente de Oliveira (OAB: 5478/MT) Advogado: Geraldo Chamon Júnior (OAB: 67956/PR) Advogado: José Carlos de Souza Crespo (OAB: 115951/SP) Advogado: Jorge Marcelo Câmara Alves (OAB: 13724/BA) Advogado: Marcelo Vicente de Alkmim Pimenta (OAB: 62949/MG) Advogado: Marcus Antonio Ribeiro Ribas (OAB: 9491/SC) Advogado: Renato Chagas Machado (OAB: 66233/PR) Advogado: Ricardo Matos e Ferreira (OAB: 18291/PE) Advogado: Sandro Domenich Barradas (OAB: 115559/SP) Advogado: Sandro Nunes de Lima (OAB: 24693/DF) Advogado: Sérgio Murilo de Souza (OAB: 24535/DF) Advogado: Vicente Paulo da Silva (OAB: 19578/DF) Advogado: Volnei Roque Zanchetta (OAB: 11464/SC) Advogado: Rui de Jesus Soares Júnior (OAB: 7253/AM) Advogado: Marcelo Guimarães Marotta (OAB: 10856/AM) Advogada: Érika Cristina Frageti Santoro (OAB: 128776/SP) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA – PROCESSUAL CIVIL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA – INOCORRÊNCIA – NÃO CABIMENTO – ART. 1022 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO,OU ERRO MATERIAL – EMBARGOS REJEITADOS.- Embargos de declaração é recurso de fundamentação vinculada e, portanto, suas razões devem estar sempre centradas em seus permissivos legais, posto que sua admissibilidade resta condicionada às temáticas próprias e previamente determinadas pelo Código de Processo Civil.- Matéria impugnada e devidamente decidida de forma clara e inequívoca pela decisão recorrida.- Embargos rejeitados. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0004298-86.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por UNANIMIDADE de votos, em rejeitar os Embargos, nos termos do voto do Desembargador Relator.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0004429-61.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Sociedade Fogás Ltda. Advogado: José Alberto Maciel Dantas (OAB: 3311/AM) **Embargado: Joao Dias Neto** Advogado: Oassis Trindade de Oliveira (OAB: 495/AM) Advogado: Lindon Carlos Cruz de Oliveira (OAB: 3577/AM) **Embargada: Cecy Santos de Souza** Advogado: Tude Moutinho da Costa (OAB: 564/AM) **Embargado: Manoel da Paixão dos Santos Simões** Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ARGUIÇÃO DE NULIDADE. TEMA JÁ DEBATIDO. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. CARÁTER PROTELATÓRIO. MULTA. 1. Tendo a arguição de nulidade já amplamente sido discutida e julgada tanto em sentença, quanto em acórdão, a rejeição dos embargos declaratórios é medida que se impõe, uma vez que não se caracteriza como via própria para nova rediscussão do mérito da lide.2. Oposição de Embargos Declaratórios como instrumento de rediscussão de matéria já decidida, sendo flagrante o seu escopo protelatório. Aplicação da multa prevista no artigo 1.026, §2º do CPC/2015.4. Acórdão mantido5. Embargos de Declaração conhecidos e desprovidos. . DECISÃO: "ACÓRDÃO.Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0004429-61.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover dos Embargos de Declaração, nos termos do voto do desembargador relator.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0009155-49.2017.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Izabela Barroso da Fonseca Embargante: Murilo Guilherme Barroso da Fonseca Representante: Lilyan Marha dos Santos Barroso Advogado: Affimar Cabo Verde Filho (OAB: A229/AM)

Advogado: Affimar Cabo Verde Filho (OAB: 73974/RJ) **Embargada: Débora Cristina de Miranda Leão** Advogada: Carla Dayany Luz Abreu (OAB: 7038/AM) Advogado: Mariana de Jesus Rodrigues Ramos (OAB: 9702/AM) Advogada: Luzilena Gomes Mota (OAB: 9991/AM) Advogado: Lourival Siqueira Silva Neto (OAB: 11828/AM) Advogada: Joyce Vivianne Veloso de Lima (OAB: 8679/AM) Advogado: Filipe de Freitas Nascimento (OAB: 6445/AM) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DO ARTIGO 1.022 DO CPC. REJEIÇÃO DO RECURSO. 1. É descabida a alegação de vício de contradição entre o relatório e os fundamentos da decisão, pois o que há é o não acolhimento dos argumentos do recurso que foram lançados para o relatório. 2. Em reiteração do entendimento embargado, esta Câmara Cível entende pela impossibilidade de cumulação da pensão previdenciária com a pensão proveniente de responsabilidade civil por causa morte, tendo em vista a mesma origem e finalidade das pensões, isto é, o falecimento do contribuinte e a necessidade de garantir subsistência à família. 3. Embargos de declaração rejeitados por ausência de vício do artigo 1.022 CPC.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0009155-49.2017.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do

Amazonas, por unanimidade de votos, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Excelentíssimo Desembargador Relator.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0230008-05.2011.8.04.0001 - Apelação Cível, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Patri Quatro Empreendimentos Imobiliários Ltda Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) Soc. de Advogados: Andrade GC Advogados (05797/AM) **Apelada: Lúcia de Fátima Ribeiro Magaçhães Apelado: Júlio César Moraes Magalhães**

Advogado: Mário José Pereira Júnior (OAB: 3731/AM) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. ATRASO NA OBRA. CLÁUSULA DE PRORROGAÇÃO DE 180 DIAS INCABÍVEL. CUMULAÇÃO DE CLÁUSULA PENAL COM LUCROS CESSANTES. IMPOSSIBILIDADE. TEMA N.º 970 DO STJ. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0230008-05.2011.8.04.0001, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer o recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Relator. PROFERIU SUSTENTAÇÃO ORAL, DR. CARLOS MURILO LAREDO SOUZA, ADVOGADO DA APELANTE.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0231203-59.2010.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: O Estado Amazonas Procurador: Raquel Bentes de Souza do Nascimento (OAB: 4819/AM) Procurador: Heloysa Simonetti Teixeira (OAB: 2561/AM) Procurador: Rafael Cândido da Silva (OAB: 6499/AM) **Apelada: Primeira Classe Medicamentos e Informática Ltda** Advogado: Diego D'Avilla Cavalcante (OAB: 6905/AM) Advogada: Fabíola Maria Carvalho Vasques (OAB: 4167/AM) Advogado: José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB: 3725/AM) Advogada: Jéssica Ferreira Botelho (OAB: 6826/AM) Advogado: Bruna da Silva Bessa (OAB: 8034/AM) Advogado: Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB: 2599/AM) Advogado: Alan Yuri Gomes Ferreira (OAB: 10450/AM) **Apelado: O Estado do Amazonas** Procurador: Leandro Venicius Fonseca Rozeira (OAB: 10483/AM) **Apelante: Primeira Classe Medicamentos e Informática Ltda** Advogada: Jéssica Ferreira Botelho (OAB: 6826/AM) Advogado: Alan Yuri Gomes Ferreira (OAB: 10450/AM) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

EMENTA: APELAÇÃO CIVIL RECÍPROCA. AÇÃO DE COBRANÇA. SENTENÇA ANTERIOR À VIGÊNCIA DO CPC/2015 FORNECIMENTO DE PRODUTOS HOSPITALARES. NOTA FISCAL. Nº 2020, 2021 E 2022. PARTE AUTORA QUE NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR O NEGÓCIO JURÍDICO CELEBRADO. FATO CONSTITUTIVO DE SEU DIREITO. INTELIGÊNCIA DO ART.333, I, DO CPC/73 ((atual 373,I CPC/2015). DECISÃO ESCORREITA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PEDIDO DE MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. 1. Trata-se de ação de cobrança lastreada em nota fiscal com a finalidade de exigir o pagamento pelo fornecimento de insumos médicos. 2. Cabe a parte autora o ônus de demostrar a pretensão do seu direito, no caso, o crédito concernente às notas fiscais nº 2020, 2021 e 2022 nos termos do art.333, I, do CPC/73 ((atual 373,I CPC/2015) e não se desincumbindo de tal ônus, impõe-se a manutenção da sentença recorrida. 3.Nas ações em que for vencida a Fazenda Pública os honorários advocatícios deverão ser fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do § 3º do art. 20 do CPC/73 (atual art. 85,§ 2º)4. Recurso do Estado do Amazonas conhecido e não provido e da empresa apelante conhecido e parcialmente provido em consonância com parecer ministerial. . DECISÃO: "ACÓRDÃO.Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0231203-59.2010.8.04.0001, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com parecer ministerial, em conhecer e negar provimento a apelação interposta pelo Estado do Amazonas e conhecer e dar parcial provimento a Apelação interposta pela Empresa Primeira Classe Medicamentos e Informática LTDA, nos termos do voto do desembargador relator.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0240602-73.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Pastifício Araguaia Ltda Advogada: Ana Lúcia da Silva (OAB: 37897/GO) **Apelante: Moka Fund I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial** Advogado: Eduardo Casillo Jardim (OAB: 125443/SP) Advogado: Márcio Eduardo Moro (OAB: 41303/PR)

Apelado: Distribuidora de Alimentos Piarara Ltda Advogado: Charles Baccan Júnior (OAB: 2823/RO) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E DANOS MORAIS. AGRAVO RETIDO. PRELIMINAR. JULGAMENTO ANTECIPADO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTENTE. LEGITIMIDADE PASSIVA ARAGUAIA. PRESENTE. RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA. PRESENTE. DANO MORAL CARACTERIZADO. QUANTUM MANTIDO. SENTENÇA MANTIDA. AGRAVO RETIDO CONHECIDO E DESPROVIDO. APELAÇÕES CONHECIDAS E DESPROVIDAS.1. Em 05/11/2013, Moka Fundo de Investimentos encaminhou um e-mail à apelada comunicando acerca da presença de uma duplicata em aberto emitida por Pastifício Araguaia Ltda no valor de R$6.000,00 a vencer no dia 11/11/2013. Embora tenha comunicado acerca do não conhecimento da duplicata, teve seu nome negativado, o que lhe acarretou danos perante a transação que fazia com o FINAME. Tempos depois, Moka promoveu abaixa do protesto.2. O cerceamento de defesa alegado não resta evidenciado pelo fato de o Juízo de piso ter prolatado sentença, sem que tenha fixado pontos controvertidos e oitiva de testemunhas quando das provas carreadas nos autos há a existência de fatos incontroversos que afastam a necessidade de prova oral ou de qualquer dilação probatória.3. A duplicata em aberto que ensejou a negativação do nome da recorrida foi cedido pela Araguaia à Moka, sendo parte legítima para integrar o feito no polo passivo juntamente com Moka.4. São elementos indispensáveis para configurar a responsabilidade e o consequente dever de indenizar: conduta, dano causado a outrem, nexo de causalidade e culpa.5. É possível a condenação em danos morais em favor da pessoa jurídica, em especial por violação à sua honra objetiva, aos conceitos de que goza no meio social, a qual a apelante logrou êxito em demonstrar ante a ocorrência de prejuízos em transações comerciais devido à negativação do nome.6. Em relação ao quantum dos danos morais, mantenho o valor fixado pelo juízo de piso por se apresentar dentro dos parâmetros da razoabilidade e proporcionalidade.7. Sentença mantida.8. Agravo retido de Moka conhecido e desprovido. Apelação de Moka conhecida e desprovida. Apelação de Araguaia conhecida e desprovida.. DECISÃO: "ACÓRDÃO.Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0240602-73.2014.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover ao recurso de agravo retido da Moka, em conhecer e desprover ao recurso de apelação de Moka e em conhecer e desprover recurso de apelação de Araguaia, nos termos do voto do desembargador relator.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0267132-22.2011.8.04.0001 - Apelação Cível, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogado: Germano Costa Andrade (OAB: 2835/AM) Advogado: Rennalt Lessa de Freitas (OAB: 1722E/AM) Advogado: Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB: 9372/AM) Advogado: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) Advogada: Ingryd dos Santos Mousse (OAB: 8304/AM) Advogada: Carolina Ribeiro Botelho (OAB: 5963/AM) Advogada: Carlos Murilo Laredo Souza (OAB: 7356/AM) **Apelada: Darcleide Ferreira de Souza** Advogado: Leonardo Guimarães Brito (OAB: 4096/AM) Advogado: Pablo da Silva Negreiros (OAB: 4227/AM) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria Jose da Silva Nazaré

APELAÇÃO CÍVEL. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL POR PARTE DA CONSTRUTORA. POSSIBILIDADE DE CONGELAMENTO DE SALDO DEVEDOR. DANO MORAL CABÍVEL. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de n.º 0267132-22.2011.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em dissonância com o Parquet, conhecer do recurso e, no mérito, dar parcial provimento. PROFERIRAM SUSTENTAÇÃO ORAL, DR. CARLOS MURILO LAREDO SOUZA, ADVOGADO DO APELANTE E DR. LEONARDO GUIMARÃES BRITO, ADVOGADO DA APELADA.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0600585-56.2016.8.04.0001 - Remessa Necessária Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Requerente: Shirley da Silva Penedo Advogado: Ademario do Rosario Azevedo (OAB: 2926/AM) Advogado: Wiston Feitosa de Sousa (OAB: 6596/AM) **Requerido: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social** Procuradora: Fernanda Meyge de Brito (OAB: 35105/BA) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA. BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO. INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU.1. Na hipótese dos autos, restou evidenciada a incapacidade permanente da parte autora para executar seu trabalho habitual, entretanto, ressalvou-se a possibilidade de exercer outras funções, o que torna incabível a aposentadoria por invalidez, porquanto só será cabível quando constatada a incapacidade total para outras atividades laborais que garantam sua subsistência;2. Tendo em vista que a parte autora preenche as exigências previstas na Lei n.º 8.213/91, constata-se que estão presentes os requisitos autorizadores do benefício previdenciário de auxílio-doença;3. Sentença mantida em reexame necessário, em consonância com o Parecer Ministerial.. DECISÃO: "ACÓRDÃO.Vistos, relatados e discutidos estes autos de Remessa Necessária Cível nº 0600585-56.2016.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com parecer ministerial, em conhecer e confirmar a sentença objeto da remessa necessária, nos termos do voto do desembargador relator.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0609350-45.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Emilson Bonet de Oliveira Advogado: Jonilson Maia Pereira (OAB: 7871/AM) **Apelado: Policia Militar do Estado do Amazonas Apelado: O Estado do Amazonas** Procurador: Vitor Barbosa de Oliveira (OAB: 8285/TO) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

Membros: Airton Luís Corrêa Gentil e Des. João de Jesus Abdala Simões

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. INTEMPESTIVIDADE COMPROVADA. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 1.003 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. - Não se conhece de apelação interposta após exaurido o prazo recursal de 15 dias previsto no § 5º do artigo art. 1.003 do CPC. - Recurso não conhecido.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDAM os senhores desembargadores, por unanimidade, em não conhecer do recurso interposto, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0612463-46.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Servengloc Serviços e Locação de Equipamentos Ltda Advogado: Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB: 799A/AM)

Advogado: Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB: 189340/SP) **Apelado: Brascooper Cbc Brasileira de Condutores Ltda** Advogado: Henrique Campos Galkowicz (OAB: 301523/SP) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA – RECURSO DE APELAÇÃO – AÇÃO DE ORDINÁRIA – DUPLICATA SEM ACEITE – COMPROVAÇÃO DE ENTREGA E RECEBIMENTO DE MERCADORIA – DECURSO DO TEMPO SEM O PAGAMENTO DA DÍVIDA – INVIABILIDADE DE ANULAÇÃO - RAZOABILIDADE E ECONOMIA PROCESSUAL – RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO – SENTENÇA MANTIDA.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0612463-46.2014.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por UNANIMIDADE de votos, em conhecer e negar provimento, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0612750-72.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Servengloc Serviços e Locação de Equipamentos Ltda Advogado: Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB: 189340/SP)

Advogado: Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB: 799A/AM) **Apelado: Brascooper Cbc Brasileira de Condutores Ltda** Advogado: Henrique Campos Galkowicz (OAB: 301523/SP) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA – RECURSO DE APELAÇÃO – AÇÃO DE EXECUÇÃO – DUPLICATA SEM ACEITE – COMPROVAÇÃO DE ENTREGA E RECEBIMENTO DE MERCADORIA – TÍTULO EXECUTIVO VÁLIDO – RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO – SENTENÇA MANTIDA.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0612750-72.2015.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por UNANIMIDADE de votos, em conhecer e negar provimento ao Recurso, nos termos do voto Desembargador Relator. PRESENTE, DR. HENRIQUE CAMPOS GALKOWICZ, OAB/SP 301523, ADVOGADO DO APELADO.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0613310-77.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Laercio da Costa Gomes Defensor: Thiago Nobre Rosas (OAB: 4773/AM) Defensoria: Defensoria Pública do Estado

do Amazonas **Apelado: O Estado do Amazonas** Procurador: Clara Maria Lindoso e Lima (OAB: 2602/AM) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. João de Jesus Abdala Simões

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL. RECALCITRÂNCIA NÃO CARACTERIZADA NO FORO ADEQUADO. DEVER INDENIZATÓRIO NÃO DEMONSTRADO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.- O descumprimento de decisão judicial, enquanto causa de pedir do dever indenizatório deduzido, deve ser reconhecido e caracterizado no foro próprio, sem o que se rechaça qualquer tentativa de responsabilização civil.- Recurso conhecido e desprovido.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os senhores desembargadores, por unanimidade, em conhecer do recurso para desprovê-lo, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0614747-61.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 4ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Marlene Oliveira Venâncio Apelante: Mario Joao Reis Moraes Defensor: Viviane Maran Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas **Apelado: Manaus Previdência - MANAUSPREV** Procurador: Rafael da Cruz Lauria (OAB: 5716/AM) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. João de Jesus Abdala Simões

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. PENSÃO POR MORTE. RECEBIMENTO INDEVIDO APÓS ÓBITO DA PENSIONISTA. DEVOLUÇÃO DO VALOR. CABIMENTO. 1.Quando a familia continua realizando as operações bancárias, em nome do segurado, está cometendo irregularidade e terá que devolver aos cofres da autarquia previdenciária todos os valores recebidos indevidamente, em razão de má-fé na conduta.2.Aquele que recebe o que não lhe era devido, fica obrigado a devolver, conforme dispõe o art. 876 do CC .3. Recurso conhecido e não provido.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDAM os senhores desembargadores, por unanimidade, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0615566-95.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: L F Imóveis Advogado: Walter Frota de Oliveira Júnior (OAB: 9866/AM) **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau** Promotor: Otávio de Souza Gomes (OAB: 1789/AM) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. João de Jesus Abdala Simões

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

EMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. REVELIA. CITAÇÃO POR EDITAL.CONFISSÃO QUANTO A MATÉRIA DE FATO. ATIVIDADE DE CONSÓRCIO PRIVATIVA DE ENTES AUTORIZADOS PELO BANCO CENTRAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1) Ação civil pública para a defesa de direitos individuais homogêneos de consumidores que adquiriram consórcio de imóveis de pessoa jurídica que não possui autorização para esse fim;2)Contratos declarados nulos pela sentença;3) Resguardados os direitos dos consumidores;4) Recurso conhecido e desprovido.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDAM os senhores desembargadores, por unanimidade, em negar provimento ao recurso e manter a sentença, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0615755-39.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Global Green Transportes Ltda Advogado: Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB: 2790/AM) Advogado: Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB: 2167/AM) **Apelada: Maria Nunes Pinto** Defensor: Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho (OAB: 7593/AM) Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. João de Jesus Abdala Simões

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. TRANSPORTE COLETIVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. QUEDA NO INTERIOR DO ÔNIBUS. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA NÃO DEMONSTRADA. DANOS MORAIS. QUANTUM. CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. 1. As empresas concessionárias de serviços públicos de transporte coletivo respondem objetivamente pelos danos que causarem aos seus passageiros, nos termos do artigo 37, § 6º, da CR/88, pois têm a obrigação de levá-los incólumes até o seu destino, só se eximindo da responsabilidade mediante prova da existência de caso fortuito, força maior ou culpa exclusiva da vítima ou de terceiro. 2. Provado o nexo de causalidade entre o evento danoso e os danos morais sofridos pela vítima do acidente, é cabível indenização. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os senhores desembargadores, por unanimidade, em conhecer do recurso para julgá-lo não provido, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0616853-54.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Fabíola Rodrigues Advogada: Karen Bezerra Rosa Braga (OAB: 6617/AM) Advogado: Juarez Camelo Rosa (OAB: 2695/AM) **Apelado: Fundação de Vigilância Em Saúde - FVS** Advogado: Wellington Filgueira Sampaio (OAB: 5308/AM) Advogado: Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB: 7159/AM) Advogada: Alcineia da Silva Rodrigues (OAB: 3887/AM) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. João de Jesus Abdala Simões

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO. CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO. PRAZO INDETERMINADO E INOBSERVÂNCIA DA REGRA DO CONCURSO PÚBLICO. VIOLAÇÃO AO ART. 37, II E IX, DA CF. CONTRATO NULO. FGTS. INCIDÊNCIA DO ART.19-A, DA LEI 8.036/90. PRESCRIÇÃO NÃO VERIFICADA. PAGAMENTO DAS PARCELAS REFERENTES A TODO PERÍODO TRABALHADO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. - Verificada a desvirtualização do contrato de trabalho temporário, tendo em vista as prorrogações sucessivas, as quais burlam o princípio do acesso aos cargos públicos por intermédio de concurso público, o contrato encontra-se eivado do vício de nulidade, com fundamento no art. 37, § 2º, da CF, devendo ser aplicado o disposto no art. 19-A da Lei 8.036/90, fazendo jus o trabalhador ao pagamento de FGTS, conforme entendimento sedimentado do Supremo Tribunal Federal. - Nos casos em que a prescrição já estava interrompida quando proferida decisão pelo STF no julgamento do ARE 709.212, mantém-se o prazo trintenário.- Apelo conhecido e provido.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDAM os senhores desembargadores, por unanimidade, em consonância com o parecer ministerial, em conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0617442-17.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: SP Construções e Incorporações Ltda Advogado: Vasco Pereira do Amaral (OAB: 28837/SP)

Advogado: Vasco Pereira do Amaral (OAB: 99A/AM) **Apelado: Amilcar Monte Rey Junior** Advogado: Claudionor Claudio Dias Júnior (OAB: 2654/AM)

Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. LUROS CESSANTES PRESUMIDOS. PRECEDENTES DO STJ. INVERSÃO DA CLÁUSULA PENAL. DANO MORAL DEVIDO. DEVOLUÇÃO DA QUANTIA ACRESCIDA AO SALDO DEVEDOR APÓS O DIA DA ENTREGA. SUSPENSÃO DO SALDO DEVEDOR. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. RECURSO ADESIVO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0617442-17.2015.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso de apelção para negar-lhe provimento e conhecer do recurso adesivo para dar-lhe parcial provimento, no termos do voto do relator. PROFERIU SUSTENTAÇÃO ORAL, DR. CLAUDIONOR CLÁUDIO DIAS JÚNIOR, ADVOGADO DO APELANTE/APELADO AMILCAR MONTE REY JÚNIOR.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0617602-08.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social Representante: Procuradoria Federal No Estado do Amazonas **Apelado: Gesiel Braga Barbosa** Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. João de Jesus Abdala Simões

Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AUXÍLIO-ACIDENTE. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. CESSAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA. PRECEDENTES STJ. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.- Para a concessão do auxílio-acidente deve haver o preenchimento dos requisitos insertos no art. 86 da Lei nº 8.213/91. O benefício deve ser pago desde a data da cessação do pagamento do auxílio-doença, como prevê o § 2º do art. 86 da referida lei e jurisprudência.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDAM os senhores Desembargadores, por unanimidade, em conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0619763-54.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Ângela Maura Cunha de Barros Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM) **Apelado: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social** Procurador: Cassiano Cardoso Calandrelli (OAB: 371064/SP) ProcuradorMP: Antonina Maria de Castro do Couto Valle Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. João de Jesus Abdala Simões

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

EMENTA:APELAÇÃO CÍVEL. PEDIDO DE CONVERSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PARA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE TOTAL E PERMANENTE PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADES LABORATIVAS. REQUISITO ESSENCIAL NÃO ATENDIDO. BENEFÍCIO INDEVIDO. - Nos termos do art. 42 da Lei 8.213/91, a aposentadoria por invalidez deve ser concedida quando o segurado, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade laboral. - Se o laudo pericial descarta a inaptidão para o desenvolvimento de outras atividades profissionais pelo requerente, resta ausente o requisito essencial à concessão do benefício, qual seja, a incapacidade laborativa total. - Nos termos do art. 42 da Lei 8.213/91, a aposentadoria por invalidez deve ser concedida quando o segurado, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade laboral.- Se o laudo pericial descarta a inaptidão para o desenvolvimento de outras atividades profissionais pelo requerente, resta ausente o requisito essencial à concessão do benefício, qual seja, a incapacidade laborativa total. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os senhores desembargadores, por unanimidade, em consonância com o parecer ministerial, em conhecer do recurso para julgá-lo não provido, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0622935-72.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Rh Amazonas Trabalho Temporário Ltda Advogado: Vera Lucia Matos Falcão (OAB: 3758/AM) Advogado: Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB: 2790/AM) Advogado: Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB: 2167/AM) **Apelado: Detran-am** Advogado: José Roberto Gióia Alfaia (OAB: 1746/AM) Advogada: Marita Santos de Oliveira Correa (OAB: 5391/AM) Advogado: Ike Kennedy Veiga da Silva (OAB: 4519/AM) Advogado: Maria do Perpétuo Socorro Aparício de Souza (OAB: 7142/AM) Advogado: Sergio Augusto G. Cavalcante (OAB: 4895/AM) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. João de Jesus Abdala Simões

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM PEDIDO DECLARATÓRIO. PEDIDO DECLARATÓRIO. IMPROCEDÊNCIA. COMUNICAÇÃO DE VENDA INTEMPESTIVA. ART. 134, DO CTB. PLEITO COMINATÓRIO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. JULGAMENTO CITRA PETITA. ANULAÇÃO DE OFÍCIO. VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 2º, 141, 490 E 492, DO CPC. JULGAMENTO IMEDIATO. CAUSA MADURA. ART. 1.013, §3º, II, DO CPC. TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DO VEÍCULO. OBRIGAÇÃO DESCUMPRIDA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. SENTENÇA PARCIALMENTE ANULADA. JULGAMENTO IMEDIATO.- Não é ilegítima a recusa do órgão de trânsito ao recebimento da comunicação de venda feita pelo antigo proprietário fora do prazo do art. 134, do CTB. Acerto da rejeição ao pedido declaratório.- Recurso conhecido e desprovido.- A sentença que não aprecia um dos pedidos cumulados na inicial padece de nulidade por julgamento citra petita por violação aos artigos 2º, 141, 490 e 492, todos do CPC.- Nos termos do art. 1.013, §3º, II, do CPC, se o processo estiver em condições de imediato julgamento, o tribunal deve decidir desde logo o mérito quando decretar a nulidade da sentença por não ser ela congruente com os limites do pedido ou da causa de pedir.- O órgão executivo estadual de trânsito, porque alheio ao núcleo subjetivo do negócio jurídico de compra e venda, não pode ser compelido a efetivar a transferência de propriedade do veículo negociado por terceiros.- Ausência de demonstração de justa causa para o descumprimento da obrigação de efetivar o registro da transferência do veículo negociado por parte do comprador.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os senhores desembargadores, por unanimidade, em conhecer do recurso para desprovê-lo, além de anular, em parte, a sentença e promover, de pronto, ao julgamento da lide, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0622989-72.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Patri Vinte e Quatro Empreendimentos Imobiliarios Ltda Advogado: Rennalt Lessa de Freitas (OAB: 1722E/AM) Advogado: Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB: 9372/AM) Advogada: Carolina Ribeiro Botelho (OAB: 5963/AM) Advogado: Raphaela Batista de Oliveira (OAB: 9169/AM) Advogado: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) Advogada: Carlos Murilo Laredo Souza (OAB: 7356/AM) **Apelado: Francisco Ferreira de Araujo Apelado: Iva Rodrigues de Araújo** Advogado:

Carlos César Moreira de Souza (OAB: 8610/AM) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

APELAÇÃO CÍVEL. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. REPARAÇÃO DE DANO MATERIAL. PRESUNÇÃO. REPARAÇÃO POR DANO MORAL FIXADO POR FRUSTRAÇÃO DO DIREITO À MORADIA. TAXA CONDOMINIAL REPASSADA AO CONSUMIDOR SOMENTE APÓS A IMISSÃO NA POSSE. INVERSÃO DA CLÁUSULA PENAL COM DANOS MATERIAIS. IMPOSSIBILIDADE – BIS IN IDEM. TEMA N.º 970 DO STJ. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0622989-72.2014.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe parcial provimento.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0624549-49.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Onix Empreendimento Imobiliário (Sócia da Empresa Direcional Engenharia) Apelante: Construtora Direcional Engenharia S/A Soc. Advogados: Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM) **Apelada: Maryjane Figueiredo de Sousa** Advogada: Isabela Ribeiro Alves (OAB: 5270/AM) Advogada: Alexandra Zangerolame (OAB: 3098/AM) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. DANO MATERIAL. PAGAMENTO DE ALUGUEIS. LUCROS CESSANTES PRESUMIDOS. ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. TAXA CONDOMINIAL SÓ PODERÁ SER REPASSADA AO CONSUMIDOR APÓS A ENTREGA DO IMÓVEL. DANO MORAL EM R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS). VÍCIOS OCULTOS NO IMÓVEL. GARANTIA QUINQUENAL DE RESPONSABILIZAÇÃO DA CONSTRUTORA. ARTIGO 618 DO CÓDIGO CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO ADESIVO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0624549-49.2014.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer dos recurso para dar-lhe parcial provimento à Apelação e ao recurso Adesivo.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0624551-82.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 5ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: O Município de Manaus Procurador: Margaux Guerreiro de Castro (OAB: 3917/AM) **Apelado: Fundação para o Remédio Popular - Furp** Advogado: José Adriano Noronha (OAB: 138501/SP) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. João de Jesus Abdala Simões

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DE VALORES DESCONTADOS COM BASE NO ART. 3º, I, DA LEI MUNICIPAL Nº 1.332/2009. COMPRA DIRETA. EXCLUSÃO NOS TERMOS DO ART. 3º, PARÁGRAFO ÚNICO, III, DA MESMA NORMA. INTERPRETAÇÃO AMPLIATIVA. DESCABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE ANTINOMIA NORMATIVA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.- Se a redação do texto legal é clara quanto ao campo de sua incidência, desnecessária qualquer atividade hermenêutica.- Não há antinomia jurídica se uma das normas não mais vigora dentro do mesmo sistema normativo.- Recurso conhecido e desprovido.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os senhores desembargadores, por unanimidade, em conhecer do recurso para desprovê-lo, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0625715-53.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Elizardo Jansen Lima Advogado: Tude Moutinho da Costa (OAB: 564/AM) Advogado: Lídia Maura Lopes da Costa (OAB: 6399/AM) **Apelado: O Estado do Amazonas** Procurador: Giordano Bruno Costa da Cruz (OAB: 761A/AM) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. João de Jesus Abdala Simões

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA DE ESCRITURA PÚBLICA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL CONFIGURADA. FAZENDA PÚBLICA. CONHECIDO E NÃO PROVIDO.Em conformidade com o artigo 1º, do Decreto 20.910/32, todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Pública prescreve em cinco anos, contados da data do ato ou fato do qual se originou, ou, ainda, da data em que teve a parte ciência da violação de seu direito. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDAM os senhores desembargadores, por unanimidade, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0625785-70.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Ana Maria Oliveira da Silva Advogado: Ronny Oneti Lima (OAB: 13040/AM) Advogado: Roque de Almeida Lima (OAB: 7216/AM) **Apelado: O Estado do Amazonas** Advogada: Karina Broze Naimeg Grossi (OAB: 119869/MG) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. João de Jesus Abdala Simões

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

EMENTA: DIREITO CIVIL. DANO MORAL E MATERIAL. DANO EM VEÍCULO ESTACIONADO EM PRÉDIO PÚBLICO DESTINADO A ESSE FIM. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 627 E SEGUINTES DO CCB. ENTENDIMENTO FIRMADO PELAS CORTES SUPERIORES. RECURSOS CONHECIDOS. RECURSO INTERPOSTO PELO ESTADO DESPROVIDO. RECURSO INTERPOSTO PELA AUTORA PROVIDO EM PARTE.1- Quando a administração pública oferece estacionamento a seus servidores dotado de controle de acesso em área cercada se submete à regulamentação do contrato de depósito;2- Nos contratos de depósito, os riscos da coisa depositada devem ser suportados pelo depositário;3- Danos morais compensáveis decorrem do abalo à autoestima.4- Recursos conhecidos, recurso do Estado desprovido e recurso da autora provido em parte.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDAM os senhores desembargadores,por unanimidade em conhecer dos recursos para dar parcial provimento ao primeiro apelo e negar provimento ao segundo, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0626291-41.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Altair Polucena Mafra Advogado: Thiago Vinícius Mendonça Moreira (OAB: A1087/AM) **Apelado: INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social** Procuradora: Fernanda Meyge de Brito (OAB: 35105/BA) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. João de Jesus Abdala Simões

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO. PROVA PERICIAL. INCAPACIDADE TEMPORÁRIA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.1. O benefício de auxílio-doença acidentário é um benefício pago em decorrência de incapacidade temporária. Com efeito, o segurado diagnosticado pela prova pericial portador de incapacidade temporária parcial para o trabalho habitual faz jus ao seu recebimento, e sendo o caso de restabelecimento do benefício, os efeitos financeiros retroagem à data da cessação que se revelou indevida. 2. Para os débitos judiciais previdenciários, os juros moratórios devem ser calculados com respaldo nos juros incidentes sobre a caderneta de poupança, nos termos da regra do art. 1º-F da Lei 9.494/1997, redação dada pela Lei 11.960/2009, e a correção monetária deverá ser calculada de acordo com o INPC, conforme no art. 41-A da Lei nº 8.213/91. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os senhores desembargadores, por unanimidade, em conhecer do recurso para julgá-lo provido, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0626435-83.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Neli Nascimento Andrade Advogado: Celso Antônio da Silveira (OAB: 5807/AM) Advogada: Rosemary Alves de Oliveira (OAB: 5239/AM) **Apelado: Superintendência de Habitação do Amazonas - SUHAB** Advogado: Luiz Gustavo Cardoso Maia (OAB: 6971/AM) Advogado: Ismael de Melo Silva (OAB: 4921/AM) Advogado: Daniel Augusto Maues Carvalho (OAB: 5629/AM) Advogada: Elisangela Pereira Daniel (OAB: 5725/AM) Advogado: Hugo Fabio Sampaio Telles de Souza (OAB: 7153/AM) Advogada: Samara Guerra Almeida (OAB: 7194/AM) Advogado: Marcio Pinheiro Azêdo (OAB: 7539/AM) Advogado: Nyton Paes de Oliveira (OAB: 8448/AM) Advogado: Anna Claudia Ferraz Rocha (OAB: 8874/AM) Advogada: Anatole Maria Araújo Marques dos Santos (OAB: 2462/AM) Advogada: Meyre Anne Magalhães Neves (OAB: 4242/AM) Advogada: Monica Santa Rita Bonfim (OAB: 3384/AM) Advogado: Helane Araújo da Costa (OAB: 7350/AM) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. João de Jesus Abdala Simões

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE NEGÓCIO JURÍDICO E DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO DO NOME DO DEVEDOR NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. EXISTÊNCIA DO CONTRATO IMOBILIÁRIO COMPROVADA. DÍVIDA REGULAR. EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.- Comprovada a contratação do negócio imobiliário, além da dívida decorrente de tal avença, constitui exercício regular de direito a negativação do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito.- Recurso conhecido e desprovido.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os senhores desembargadores, por unanimidade, em conhecer do recurso para desprovê-lo, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0626745-55.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: São Hipólito Empreendimentos Imobiliários Ltda Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP)

Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: A598/AM) **Apelado: Allan Danny Monteiro das Chagas Apelada: Juliana de Souza das Chagas** Advogado: Maurício dos Santos Pereira Júnior (OAB: 7768/AM) Advogada: Camila Ferreira Lúcio Henrique Pereira (OAB: 8417/AM) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

APELAÇÃO CÍVEL. RESCISÃO CONTRATUAL POR ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. CULPA DA CONSTRUTORA. SÚMULA N.º 543 DO STJ. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. DANO MORAL EM R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS). PRESCRIÇÃO TRIENAL DA COMISSÃO DE CORRETAGEM. REPETITIVO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. APELAÇÃO CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0626745-55.2015.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe parcial provimento. Proferiu sustentação oral, Dra. Paulo Carolina Araújo da Silva, advogada do Apelante e Dra. Camila Ferreira Lúcio Henrique Pereira, advogada do apelado.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0626845-10.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal

Apelante: O Município de Manaus Procurador: Rodrigo Monteiro Custódio (OAB: 6452/AM) Procurador: Janary Yoshizo Kato Yokokura (OAB: 6324/AM) Procurador: Deniel Rodrigo Benevides de Queiroz (OAB: 7391/AM) Advogado: Ivson Coêlho (OAB: 550A/AM) Advogado: José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior (OAB: 5517/AM) **Apelado: Bioplus Comércio e Representações de Medicamentos e Serviços de Equipamentos Médico-hospitalares Ltda. - Me** Advogado: Ananias Ribeiro de Oliveira Júnior (OAB: 1628/AM) Advogado: Antonio Adalberto Magalhães Martins (OAB: 2792/AM) **Presidente/ Relator: João de Jesus Abdala Simões**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: DIREITO TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO SOBRE SERVIÇO (ISS) EM CONTRATOS DE LOCAÇÃO. SÚMULA VINCULANTE 31 E PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO, EM PARTE, PROVIDO. I – O enunciado de súmula vinculante 31 consigna que "é inconstitucional a incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS sobre operações de locação de bens móveis".II - A solução adotada pelo juízo a quo em relação aos contratos administrativos nº 57 e nº 98/2013 mostra-se acertada. As etapas de instalação, integração e mesmo a obrigação de possuir protocolos constituem, como bem acentuou o juízo a quo, prestações acessórias ou pré-operacionais inerentes à própria locação. Tais circunstâncias não desnaturam a natureza jurídica da locação, que, in casu, classifica-se como "pura" e, nestes casos, não há incidência do ISS. III - Por outro lado, no que diz respeito ao contrato administrativo 47/2012, que detém natureza mista (locação e serviço), a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) é no sentido de afastar a incidência do ISS sobre a locação do bem móvel em si e, noutro giro, permitir a incidência da exação na parte relativa aos serviços, desde que o objeto do contrato e o valor estejam claramente segmentados. IV - Ao analisar o contrato nº 47/2012 (fls. 115/123), percebe-se que o regime de preço global da contratação, isto é, sem a especificação da composição de preços, impossibilita a aplicação, em separado, do imposto. V Apelação conhecida e, em parte, provida, com adequação do ônus da sucumbência.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. COM A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS, O DES. AIRTON LUÍS CORRÊA GENTIL ACOMPANHOU O VOTO DO RELATOR. PRESENTE O PROCURADOR DO MUNICÍPIO, DR. JOSÉ LUIZ FRANCO MOURA MATTOS JÚNIOR". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0634156-86.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau Promotor: Lincoln Alencar de Queiroz **Apelado: Hospital São Lucas - Samesp - Sociedade de Assistência**

Médica Especializada Advogado: Vasco Pereira do Amaral (OAB: 99A/AM) **Apelado: Hapvida Assistencia Medica Ltda** Advogado: Fabianne Ribeiro Halinski (OAB: 7059/AM) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS NÃO ARGUÍDAS NA INSTÂNCIA PRIMEVA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIAS. OFENSA AO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO.1. A matéria trazida ao conhecimento desta Instância Recursal não foi apresentada quando da proposição da demanda, o que caracteriza como verdadeira inovação recursal e, caso seja admitida a apreciação pelo Tribunal, supressão de instâncias;2. É defeso ao recorrente alegar matérias que não foi objeto de discussão em primeiro grau de jurisdição, sob pena de violação aos princípios do duplo grau de jurisdição, da não-surpresa, e do devido processo legal;4. Recurso não conhecido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0634156-86.2014.8.04.0001, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em dissonância com parecer ministerial, em não conhecer do recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0714769-64.2012.8.04.0001 - Apelação Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Jose Ribamar Rodrigues Apelante: Edna da Silva Rodrigues Advogado: Marcos André Palheta da Silva (OAB: 3987/AM) **Apelado: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda** Advogado: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) Soc. Advogados: Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DETERMINAÇÃO DE EMENDA À INICIAL. MANIFESTAÇÃO EXTEMPORÂNEA QUE NÃO CUMPRIU A DECISÃO EM SUA TOTALIDADE. PRECLUSÃO TEMPORAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃO.Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0714769-64.2012.8.04.0001, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover o recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 4000506-72.2019.8.04.0900 - Agravo de Instrumento, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Vieiralves Imobiliária Ltda Advogada: Fabiana Caroline Silva (OAB: 8019/AM)

Advogada: Elaine Dib Botelho Ribeiro (OAB: 8028/AM) **Agravado: Shiro Yamazaki** Advogado: Antônio do Nascimento Araújo (OAB: 2085/AM) **Agravado: Ruy Valente Cavalcante** Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas Defensor: Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB: 4808/AM) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AÇÃO DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES. SENTENÇA MODIFICADA EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NULIDADE. EXERCÍCIO DE RETRATAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 505 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. DECISÃO QUE EXTRAPOLA OS LIMITES DO RECURSO. REFORMATIO IN PEJUS. 1. Por força do art. 505 do Código de Processo Civil, não pode o magistrado se aproveitar da oposição de embargos de declaração para rever sua decisão, notadamente quando extrapola por completo os limites do recurso apresentado. 2. A decisão que decide fora da matéria impugnada, reformando a sentença para piorar a situação do único recorrente, fere o princípio do non reformatio in pejus. 3. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. 4. Recurso conhecido e provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 4000506-72.2019.8.04.0900 em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso em decorrência da presença dos pressupostos de admissibilidade recursal e, quanto ao mérito, prover da irresignação conforme voto condutor da decisão. Sala das Sessões da Egrégia Terceira Câmara Cível em Manaus, 19 de agosto de 2019.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 4001699-43.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 1ª Vara da Fazenda Pública

Agravante: Maíza Guedes da Silva Advogado: Erivelton Ferreira Barreto (OAB: 5568/AM) Advogado: Andre Luiz Guedes da Silva (OAB: 5261/AM) **Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau** Advogada: Wandete de Oliveira Netto (OAB: 180/AM) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procurador de Jutiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA COM PEDIDO CAUTELAR DE INDISPONIBILIDADE DE BENS. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE ADMITE O PROCESSAMENTO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO MEMBRO DA SUBCOMISSÃO DE LICITAÇÃO NÃO AFASTADA DE PLANO. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA NO MOMENTO PROCESSUAL DO PRINCÍPIO "IN DUBIO PRO SOCIETATE". 1. A imprescindibilidade de produção probatória para o esclarecimento dos fatos debatidos no feito, aliada à incidência ao momento processual analisado do princípio in dubio pro societate impõem a manutenção da decisão vergastada e o prosseguimento do feito. 2. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 4001699-43.2018.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com parecer ministerial, conhecer e desprover do recurso de Agravo de Instrumento, nos termos do voto do desembargador relator.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 4002281-48.2015.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Marcelo Antônio Paolino Agravante: Marcia Iara dos Santos Paolino Advogado: Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB: 3795/AM) **Agravado: Agra Bergen Incorporadora Ltda** Advogado: José Alberto Maciel Dantas (OAB: 3311/AM) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ATRASO DE OBRA. CONGELAMENTO DO SALDO DEVEDOR DOS JUROS E MULTA. IRDR TJAM PROIBINDO O CONGELAMENTO DA CORREÇÃO MONETÁRIA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 4002281-48.2015.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do

Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 4002756-62.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Banco Bradesco S.a. Agravante: Bradesco Vida e Previdência S/A Advogado: Jose Manoel de Arruda Alvim Netto (OAB: 12363/SP) Advogado: Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim (OAB: 118685/SP) **Agravado: José Melo de Oliveira** Advogado: Laryssa Araujo Muller (OAB: 13197/AM) Advogado: Christhian Naranjo de Oliveira (OAB: 4188/AM) **Presidente/ Relator: João de Jesus Abdala Simões**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: DIREITO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ENCERRAMENTO UNILATERAL DE CONTRATO DE CONTA CORRENTE POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. COMUNICAÇÃO PRÉVIA POR ESCRITO. REQUISITOS DA RESOLUÇÃO BACEN N. 2.025/1993. POSSIBILIDADE. DECISÃO REVOGADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.I – A jurisprudência pátria é uníssona em admitir o encerramento unilateral de conta corrente pela instituição financeira, mediante prévia comunicação escrita ao cliente e a adoção de outras regras previstas em normas do Banco Central do Brasil – BACEN, notadamente a resolução n. 2.025/1993;II - Incontroverso o cumprimento estrito dos requisitos exigidos pela resolução n. 2.025/1993 do BACEN e ratificados pela jurisprudência pátria, de acordo com documentos de fls. 31/32 dos autos de primeiro grau;III – Agravo de Instrumento conhecido e provido.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 4004260-16.2013.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Patri Vinte e Quatro Empreendimentos Imobiliários S/A Advogada: Carolina Ribeiro Botelho (OAB: 5963/AM) Advogado: Rennalt Lessa de Freitas (OAB: 1722E/AM) Advogada: Carlos Murilo Laredo Souza (OAB: 7356/AM) **Agravado: Paulo Antônio Nascimento Motta** Advogado: Abrahim Jezini Junior (OAB: 8073/AM) Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Relator: Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONCESSÃO DE TUTELA PROVISÓRIA NA ORIGEM. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. CONGELAMENTO DO SALDO DEVEDOR DE FINANCIAMENTO DE OBRA E FIXAÇÃO DE MULTA COMINATÓRIA. ADEQUAÇÃO DA DECISÃO À TESE FIXADA EM IRDR NESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. CONGELAMENTO DO SALDO DEVEDOR QUE NÃO ALCANÇA A CORREÇÃO MONETÁRIA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 4004260-16.2013.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe dar parcial provimento. PRESENTE, DR. CARLOS MURILO LAREDO SOUZA". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 4004602-85.2017.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Banco Bradesco S.a. Advogado: Jose Manoel de Arruda Alvim Netto (OAB: 12363/SP) Advogado: Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim (OAB: 118685/SP) **Agravado: Friller do Brasil Alimentos Ltda** Advogado: Lucas de Castro Rivas (OAB: 46431/DF) Advogado: Marcos Aldenir Ferreira Rivas (OAB: 2250/AM) Advogado: Laureano Cezar Elias Muller (OAB: 367109/SP)

Presidente: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Relator: Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

Suspeito: Des. João de Jesus Abdala Simões

EMENTA – AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INVALIDADE C/C COBRANÇA E REMOÇÃO DO ILÍCITO – JULGAMENTO PARCIAL DE MÉRITO – DESCONTOS INDEVIDOS DA CONTA DO CLIENTE – RELAÇÃO DE CONSUMO – ACORDO ABUSIVO – REPETIÇÃO DO INDÉBITO – RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO – DECISÃO MANTIDA.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 4004602-85.2017.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por UNANIMIDADE de votos, em conhecer e negar provimento ao Recurso, nos termos do voto Desembargador Relator. PROFERIRAM SUSTENTAÇÃO ORAL, DR. GABRIEL SANTOS, OAB/SP 267881, ADVOGADO DO AGRAVANTE E DR. LAUREANO CEZAR ELIAS MULLER, OAB/SP 367109, ADVOGADO DO AGRAVADO.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível , em Manaus, 28 de agosto de 2019.

Despachos

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator dos Autos Virtuais de **Embargos de Declaração Cível nº. 0005660-26.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Embargantes, Lourivaldo Oliveira da Costa**, advogado, Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Maria Domingas Gomes Laranjeira (1239/AM) e como **Embargado, Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas – Detran/am, Ednaldo Gama Penha e O Estado do Amazonas**, . **Despacho:** "(...) Ante a possibilidade do efeito modificativo do julgado, intime-se a parte embargada para, no prazo legal, manifestar-se acerca do teor dos Embargos de Declaração, nos termos do art. 1023, §2º, do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências necessárias. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator dos Autos Virtuais de **Embargos de Declaração Cível nº. 0005665-48.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Embargante, Maria do Perpetuo Socorro Lira Barros**, advogado, Dr. Rosquild Azêdo Omena (A605/AM) e como **Embargado, Rossi Residencial S/A - Capital Rossi e São Constantino Empreendimentos Imobiliários Ltda**, advogado, Dr. Nelson Willians F. Rodrigues (128341/SP). **Despacho:** "(...) Ante a possibilidade do efeito modificativo do julgado, intime-se a parte embargada para, no prazo legal, manifestar-se acerca do teor dos Embargos de Declaração, nos termos do art. 1023, §2.º, do Código Processo Civil. À Secretaria para providências necessárias. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões** Relator dos Autos Virtuais de **Embargos de Declaração Cível nº. 0005663-78.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Embargante, Raimundo Nonato de A. Arruda**, advogados, Drs. Marcelo de Figueiredo Arruda (4505/AM) e Munick Albuquerque Costa (7874/AM) e como **Embargado, Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S/A**, advogados, Drs. Karina de Almeida Batistuci (685A/AM), Karina de Almeida Batistuci (9558/AL) e Renato Tadeu Rondina Mandaliti (115762/SP). **Despacho:** "(...) Considerando que os aclaratórios podem implicar a modificação do julgado, intime-se a parte embargada para apresentar manifestação no prazo disposto no art. 1.023, §2º, respeitando-se o que preceitua o art. 219, ambos do CPC. Cumpra-se com as cautelas de praxe. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões** Relator dos Autos Virtuais de Agravo de Instrumento nº. **4004165-73.2019.8.04.0000/**Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Aluilson Guedes Correa**, advogado, Dr. José Bezerra de Araújo (4871/AM) e como **Agravada, Larissa Barreto de Araújo**, advogado, Dr. Izaque Newton da Silva Dutra (10636/AM). **Despacho:** "(...) Na forma dos arts. 10¹ e 933³ do CPC, intime-se a parte Recorrente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre eventual não conhecimento do recurso por ofensa ao princípio da dialeticidade recursal, tendo em vista o descumprimento do artigo 1.016, III do CPC. Cumpra-se com as cautelas de praxe. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4004227-16.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Amazonas Distribuidora de Energia S/A**, advogados, Drs. Guilherme Vilela de Paula (69306/MG), Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG) e Ligia de Souza Frias (84507/MG) e como **Agravado, Ariovaldo Francischini de Souza**, advogado, Dr. Henrique Caboclo de Macedo (8816/AM). **Despacho:** "(...) Acautelo-me quanto à concessão de efeito suspensivo, e, na oportunidade, determino a intimação da parte agravada para apresentar contrarrazões no prazo legal. À secretaria para as providências. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pela Exma. Sra. Doutora **Mirza Telma de Oliveira Cunha** Relatora dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4004246-56.2018.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Karyne Ribeiro de Medeiros Santos**, advogadas, Dras. Milcyete Braga Assayag (5006/AM) e Suzana Pinto Lorenzoni (9155/AM) e como **Agravado, Bento Augusto da Cunha Santos**, advogado, Dr. Marcelo dos Santos Ergesse Machado (167008/SP). **Despacho:** "(...) Determino o desentranhamento da petição de fls. 379/381 e cadastramento e autuação em separado como recurso de "embargos de declaração" vinculado aos autos do agravo de instrumento epigrafado. Após, determino a degravação do ato realizado em sessão desta Terceira Câmara Cível do dia 26.09.2019 no qual foi acordado em deferir provisoriamente até julgamento definitvo do presente recurso à antecipação de tutela, em homenagem ao princípio do melhor interesse da criança, primando de maneira absoluta para que seja assegurado ao menor Bento Augusto da Cunha Santos Filho, o direito à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à dignidade, ao respeito e à liberdade e à convivência familiar e comunitária, onde foi determinado, com a anuência dos representantes das partes, que se deram por intimados, o cumprimento do acordo realizado em primeira instância, para garantir a continuidade do tratamento de saúde do referido menor. Após, a degravação, em razão da expressa veiculação de pedido de efeitos infringentes pelo impugnante, intimem-se o embargado para querendo, oferecer resposta ao recurso no prazo da lei. Após, voltem-me conclusos para análise do mérito do pedido. À Secretaria para as devidas providências. CUMPRA-SE. Manaus, 29 de agosto de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha-Relatora, Juíza Convocada _ Portaria n. 1762/2019-PTJ." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Decisões

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0651522-02.2018.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figuram como **Apelante, Rosimar Nogueira Moura**, advogado, Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM) e como **Apelado, Banco Bmg S/A**, advogado, Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM), Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM) e Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM). **DECISÃO: "(...)** Ante as razões, determino o sobrestamento dos autos, ressaltando que a presente decisão poderá ser prorrogada ou revista após a decisão do Plenário desta Corte a respeito da admissão do IRDR. 05. À secretaria para as providências. Manaus, 28 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0643492-75.2018.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figuram como **Apelante, Banco Bmg S/A**, advogado, Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM) e Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM) e como **Apelado, Denis Vasconcelos Rêgo**, advogado, Daniel de Lima Albuquerque (6548/AM). **DECISÃO: "(...)** Ante as razões, determino o sobrestamento dos autos, ressaltando que a presente decisão poderá ser prorrogada ou revista após a decisão do Plenário desta Corte a respeito da admissão do IRDR. 05. À secretaria para as providências. Manaus, 28 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0641805-63.2018.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figuram como **Apelante, Banco Bmg S/A**, advogado, Marina Bastos da Porciuncula Benghi (911A/SE) e Marina Bastos da Porciuncula Benghi (983A/PE) e como **Apelado, Marly Bonifacio Clarinho**, advogado, Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM). **DECISÃO: "(...)** Ante as razões, determino o sobrestamento dos autos, ressaltando que a presente decisão poderá ser prorrogada ou revista após a decisão do Plenário desta Corte a respeito da admissão do IRDR. 05. À secretaria para as providências. Manaus, 28 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0640477-98.2018.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figuram como **Apelante, Banco Bmg S/A**, advogado, Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM), Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM) e Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM) e como **Apelado, André Wodson Almeida Oliveira**, advogado, Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM). **DECISÃO: "(...)** Ante as razões, determino o sobrestamento dos autos, ressaltando que a presente decisão poderá ser prorrogada ou revista após a decisão do Plenário desta Corte a respeito da admissão do IRDR. 05. À secretaria para as providências. Manaus, 28 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0625884-64.2018.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figuram como **Apelante, Banco Bmg S/A**, advogado, Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM), Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM) e Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM) e como **Apelado, Wellyngton Miranda Mesquita**, advogado, Orandle Redman Ambrosio (10646/AM). **DECISÃO: "(...)** Ante as razões, determino o sobrestamento dos autos, ressaltando que a presente decisão poderá ser prorrogada ou revista após a decisão do Plenário desta Corte a respeito da admissão do IRDR. 05. À secretaria para as providências. Manaus, 28 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0608393-44.2018.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figuram como **Apelante, Luciane Lopes de Souza**, advogado, Kelson Girão de Souza (7670/AM) e Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM) e como **Apelado, Banco Industrial do Brasil S/A**, advogado, André de Souza Oliveira (5219/AM) e Wilson Sales Belchior (17314/CE). **DECISÃO: "(...)** Ante as razões, determino o sobrestamento dos autos, ressaltando que a presente decisão poderá ser prorrogada ou revista após a decisão do Plenário desta Corte a respeito da admissão do IRDR. 05. À secretaria para as providências. Manaus, 28 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0617456-93.2018.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figuram como **Apelante, Geison Barros de França**, advogado, Kelson Girão de Souza (7670/AM) e Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM) e como **Apelado, Banco Bmg S/A**, advogado, Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE). **DECISÃO: "(...)** Ante as razões, determino o sobrestamento dos presentes autos, ressaltando que a presente decisão poderá ser prorrogada ou revista após a decisão do Plenário desta Corte a respeito da admissão do IRDR. 05. À secretaria para as providências. Manaus, 28 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0659753-18.2018.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figuram como **Apelante, Arlene Porfirio de Souza**, advogado, Penelope A. Antony Lira (7357/AM) e Yonete Melo das Chagas (8827/AM) e como **Apelado, Banco Bmg S/A**, advogado, Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM), Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM) e Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM). **DECISÃO: "(...)** Ante as razões, determino o sobrestamento dos autos, ressaltando que a presente decisão poderá ser prorrogada ou revista após a decisão do Plenário desta Corte a respeito da admissão do IRDR. À secretaria para as providências. Manaus, 28 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0659759-25.2018.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figuram como **Apelante, Gleison Pereira Ribeiro**, advogado, Penelope A. Antony Lira (7357/AM) e Yonete Melo das Chagas (8827/AM) e como **Apelado, Banco Bmg S/A**, advogado, Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM), Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM) e Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM). **DECISÃO: "(...)** Ante as razões, determino o sobrestamento dos autos, ressaltando que a presente decisão poderá ser prorrogada ou revista após a decisão do Plenário desta Corte a respeito da admissão do IRDR. À secretaria para as providências. Manaus, 28 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4001958-04.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Banco Bmg S/A**, advogado, Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) e como **Agravado, Neocira Ribeiro Nunes**, advogado, Rodrigo Jose Rodrigues Alves Brasileiro (13558/AM). **DECISÃO: "(...)** Ante as razões, determino o sobrestamento dos autos, ressaltando que a presente decisão poderá ser prorrogada ou revista após a decisão do Plenário desta Corte a respeito da admissão do IRDR. À secretaria para as providências. Manaus, 28 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0611508-10.2017.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figuram como **Apelante, Banco Bmg S/A**, advogado, Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E) e Diogo Henrique Vieira Barreto (9487/AM) e como **Apelado, Tatiana Souza da Silva**, advogado, Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM). **DECISÃO: "(...)** Ante as razões, determino o sobrestamento dos presentes autos, ressaltando que a presente decisão poderá ser prorrogada ou revista após a decisão do Plenário desta Corte a respeito da admissão do IRDR. À secretaria para as providências. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0630553-63.2018.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figuram como **Apelante, Ruth Pereira de Lima**, advogado, Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM) e como **Apelado, Banco Bmg S/A**, advogado, Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E). **DECISÃO: "(...)** Ante as razões, determino o sobrestamento dos presentes autos, ressaltando que a presente decisão poderá ser prorrogada ou revista após a decisão do Plenário desta Corte a respeito da admissão do IRDR. À secretaria para as providências. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Mirza Telma de Oliveira Cunha**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4003828-84.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Polimix Concreto Ltda**, advogado, Priscila Lima Monteiro (5901/AM) e como **Agravado, Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Extracola Indústria de Argamassas e Artefatos de Cimento Ltda**, advogado, José Ivan Benaion Cardoso (1657/AM). **DECISÃO: "(...)** Posto isso, com suporte no art. 932, II c/c 1.019, I, do CPC, admito provisoriamente o processamento do recurso e defiro a antecipação dos efeitos da tutela recursal postulada para determinar o prosseguimento do incidente nº 022601-33.2019.8.04.0001, com a citação dos sócios da executada para responderem o pedido. Intime-se o agravado, por seu curador especial, para que, querendo, apresente contrarrazões no prazo da lei. À Secretaria para as providências cabíveis. CUMPRA-SE. Manaus, 29 de agosto de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha- Relatora. Juíza de Direito Convocada - Portaria nº 1762/2019-PTJ

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Mirza Telma de Oliveira Cunha**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4003527-40.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social**, advogado, Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e Francisco Nonato Boary (1058/AM) e como **Agravado, Jose Sergio Alves de Paula**, advogado, Jose Reynaldo Saraiva Pinheiro (4682/AM) e Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM). **DECISÃO: "(...)** O recurso necessita de saneamento nos seguintes termos. Desentranhem-se a petição de fls. 819/829 e os documentos anexos (fls. 830/904), autuando-os em separado, de forma incidental, na classe agravo interno. Feito isso, excluam-as os aludidos documentos dos autos do recurso principal, a fim de não tornar o álbum desnecessariamente volumoso e intime-se o agravado José Sérgio Alves de Paula para, querendo, oferecer contrarrazões ao recurso interno. Por sua vez, intime-se o agravante para que se manifeste sobre os documentos colacionados pelo agravado juntamente com as contrarrazões (fls. 649/705) e com a petição de fls. 805/807 (fls. 808/829), no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 437, §1º, do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. CUMPRA-SE. Manaus, 29 de agosto de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha-Relatora. Juíza de Direito Convocada - Portaria nº 1762/2019-PTJ

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e Francisco Nonato Boary (1058/AM) do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Cláudio César Ramalheira Roessing**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo Regimental Cível nº. 0000671-16.2015.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Construtora Capital S/A**, advogado, Carolina Ribeiro Botelho (5963/AM) e Germano Costa Andrade (2835/AM) e como **Agravado, Jonny Cleuter Simões Mendonça e Julieta Simões Mendonça**, advogado, Jonny Cleuter Simões Mendonça (8340/AM). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Pelo exposto, nos termos do artigo 932, inciso III, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso, haja vista estar prejudicado. Manaus, 29 de agosto de 2019. Cláudio Roessing-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, Carolina Ribeiro Botelho (5963/AM) e Germano Costa Andrade (2835/AM) do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4005488-50.2018.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, RC Recebíveis Ltda**, advogado, Rennalt Lessa de Freitas (1722E/AM) e como **Agravado, Francisco de Ávila Costa, Francisco de Ávila Costa - ME e Maria Amelia Xavier Padilha**. **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Dessa forma, o bloqueio de valores, da forma como pretendida pelo agravante, fere os princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, tendo em vista que retira do agravado a oportunidade de pagar a dívida ou oferecer outros bens passíveis de penhora. Portanto, em face da ausência de citação, desprovejo monocraticamente do recurso para efeito de manter íntegra a decisão interlocutória agravada. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, Rennalt Lessa de Freitas (1722E/AM) do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4003972-58.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Banco Bmg S/A**, advogado, Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) e como **Agravado, Maria da Conceição de Souza Brasil**, advogado, Andrey Augusto B. Ramos (7526/AM). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Ante todo o exposto, conheço da irresignação, face a presença dos pressupostos de admissibilidade recursal e quanto ao mérito, desprovejo monocraticamente do recurso para efeito de manter íntegra a decisão recorrida. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004051-37.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Rosilene Maria da Silva**, advogado, Beatriz de Souza Souza (12761/AM), Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (799A/AM) e Vito Sasso Filho (10344/AM) e como **Agravado, Mahara Rodrigues Monteiro**. **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Ante o exposto, provejo monocraticamente da irresignação para, em face do error in procedendo, anular a decisão interlocutória recorrida nos termos da fundamentação acima e determinar a remessa dos autos ao Juízo de origem para análise do pedido. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Embargos de Declaração Cível nº. 0005206-46.2019.8.04.0000**/ Manaus - AM, em que figuram como **Embargante, Ana Márcia da Silva Oliveira, Carlos Orlando Menezes de Barros Sobrinho e North Serviços de Construções e Hotelaria Spe Ltda.**, advogado, Carolina Gomes Mar (8627/AM) e como **Embargado, Agência de Fomento do Estado do Amazonas**, advogado, Caroline Cunha e Silva Meirelles (4940/AM), Christina Cunha e Silva Meirelles (7896/AM), Ivana Maués Marques (4462/AM), Karen Esther de Queiroz Noronha (9293/AM) e Serafim Perira D` Alvim Meirelles Neto (1694/AM). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Ante todo o exposto, não conheço dos embargos, fundamentado nas razões acima. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, Carolina Gomes Mar (8627/AM) do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4001312-91.2019.8.04.0000**/ Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Dante Morelli Junior**, advogado, Dantemorelli Junior (316710/SP) e José Carlos Sakovic (226831/SP) e como **Agravado, Renata Lopes Da Silva Anhert**. **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Pelo exposto, provejo monocraticamente do recurso para deferir ao agravante os benefícios da assistência judiciária gratuita, neste momento processual, sem prejuízo de reanálise posterior em caso de modificação de sua situação fático-jurídica. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0629341-75.2016.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figuram como **Apelante, Cv Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.**, advogado, Geysa Mitz Dantas Guimarães (6395/AM) e como **Apelado, Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano - Implurb**, advogado, Oleisia Maximina Abreu da Silva (5513/AM). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Pelo exposto, monocraticamente, homologo o acordo de fls. 309/310 para que produza seus efeitos legais, de acordo com artigo 487, III, b do Código de Processo Civil. À secretaria para providências. Manaus, 29 de agosto de 2019. Relator Airton Luís Corrêa Gentil-Desembargador

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação / Remessa Necessária nº. 0616866-53.2017.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figuram como **Apelante, Banco Bradesco Financiamentos S/A**, advogado, Mauro Paulo Galera Mari (877A/AM) e como **Apelado, O Município de Manaus**, advogado, Deniel Rodrigo Benevides de Queiroz (7391/AM). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Pelo exposto, com fundamento no art. 932, III do Código de Processo Civil, nego seguimento monocraticamente ao recurso. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, Mauro Paulo Galera Mari (877A/AM) do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0238348-06.2009.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figuram como **Apelante, Marcelo Passos da Costa**, advogado, Enéas de Paula Bezerra (2354/AM) e Mauricio Pereira da Silva (1122/AM) e como **Apelado, Município de Manaus - SEMOSB - Secretaria Municipal de Limpeza Publica**, advogado, Andréa Regina Vianez de Castro e Cavalcanti (2413/AM). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Pelo exposto, com fundamento no art. 98, I, d, da Lei Complementar 17/97, encaminhem-se os autos ao Juízo de origem. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 30 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4003971-73.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Marmud Cameli & Cia Ltda**, advogado, Jéssica Ferreira Botelho (6826/AM) e como **Agravado, Invasores**. **DECISÃO: "(...)** Em face da existência desses elementos, em cognição sumária, defiro o pedido de tutela antecipada recursal, sem prejuízo de re-análise posterior, para determinar a reintegração de posse do agravante, porquanto presentes os requisitos para sua concessão. Dê-se ciência desta decisão ao Juízo de origem, abrindo-se vista à Defensoria Pública em face da ocorrência de hipótese legal de sua atuação institucional. Após, encaminhem-se os autos Graduado Órgão do Ministério Público para promoção. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, Jéssica Ferreira Botelho (6826/AM) do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0603025-88.2017.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figuram como **Apelante, Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda**, advogado, Caio Patrick Coelho Silva Andrade (13408/AM), Elaise Moss Portela (7689/AM), Elisa Gomes Valente Bulboo (9767/AM), Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM) e Pedro Camara Junior (2834/AM) e como **Apelado, Amazonina Raposo Passos Teles de Sousa, Ana Maria Coelho Marques, Carlos Eduardo de Paula Nazareth, Felicidad Santos Gimenez e Ivan Tramujas da Costa e Silva**, advogado, Antonio Adalberto Magalhães Martins (2792/AM). **DECISÃO: "(...)** Ante o exposto, suscito o conflito negativo de competência nos termos do artigo 951 e seguintes do Código de Processo Civil. . Encaminhem-se os autos ao Presidente desta Corte de Justiça, para processamento e julgamento nos termos do artigo 162 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004217-69.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, O Estado do Amazonas**, advogado, Franklin Arthur Martinz Filho (20217/CE) e como **Agravado, Bruna Maia Cordeiro Gomes**, advogado, Adalberto Teixeira Bittar (5275/AM), Ana Paula da Silva Souza (6608/AM) e Priscila Costa de Meneses (12471/AM). **DECISÃO: "(...)** Pelo exposto, neste momento processual, indefiro o pedido de efeito suspensivo sem prejuízo de reanálise posterior. Intime-se o agravado, para, querendo, ofereça contrarrazões recursais. Após, com ou sem manifestação, abra-se vista ao Graduado Órgão do Ministério Público. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, Adalberto Teixeira Bittar (5275/AM), Ana Paula da Silva Souza (6608/AM) e Priscila Costa de Meneses (12471/AM) do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4003105-65.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Bag Plastic Embalagens Plásticas Eireli-epp**, advogado, Eli Marques Cavalcante Junior (2881/AM) e como **Agravado, Manaus Energia S/A**. **DECISÃO: "(...)** Após analisar os argumentos do agravante, constata-se a ausência de modificação fático e jurídica a proporcionar o reexame da matéria, razão pela qual indefiro o pedido, mantendo-se íntegra a decisão anteriormente proferida (fls. 14/18). À Secretaria para cumprimento das determinações constantes no despacho de fls. 21/22 dos autos. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, Eli Marques Cavalcante Junior (2881/AM) do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Embargos de Declaração Cível nº. 0004934-52.2019.8.04.0000**/ Manaus - AM, em que figuram como **Embargante, Peugeot Citroen do Brasil Automóveis Ltda**, advogado, Carlos Tavares e Silva (59567/DF), Gisela Araújo Nicolau (10759/AM), Ivan Ferreira Filho (403269/SP) e Luciana Goulart Penteado (167884/SP) e como **Embargado, Alexsander Barroso Lopes Me**, advogado, Erivelton Ferreira Barreto (5568/AM) e Rafael Fernando Tiesca Maciel (7187/AM). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Diante do exposto, com fundamento no art. 932, inciso III, do NCPC, não conheço do presente recurso. À secretaria para providências. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, Carlos Tavares e Silva (59567/DF), Gisela Araújo Nicolau (10759/AM), Ivan Ferreira Filho (403269/SP) e Luciana Goulart Penteado (167884/SP) do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4001598-69.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Marta de Oliveira Atem**, advogado, Emerson da Silva Castro (5591/AM), Mayra de Castro Maia Florencio Cavalcanti (11740/PB) e Pedro Xavier Coelho Sobrinho (598/RR) e como **Agravado, Francisco Luís Simões da Silva**, advogado, Fernando Luís Simões da Silva (6063/AM). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Pelo exposto, com fundamento no art. 1007 § 5º do Código de Processo Civil, não conheço do recurso por deserção. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4003931-91.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Sidclei Lima da Silva**, advogado, Dr. Mauro Gilberto Froata Lobato (10848/AM) e como **Agravado, I. S. DE SOUZA**, advogados, Drs. Ewerton Almeida Ferreira (6839/AM), Fabiana Nogueira Neris (12366/AM) e Sarah Lima Toledano (10106/AM). **DECISÃO: "(...)** Pelo exposto, defiro o pedido de tutela antecipada recursal para obstar o cumprimento da medida antecipatória até ulterior decisão desta Corte de Justiça. Intime-se o agravado para, querendo, ofereça contrarrazões recursais. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos para voto. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil- Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4003147-17.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Marizom Miranda da Silva**, advogados, Drs. Isla Queiroz Monteiro (14000/AM) e Michael Lemes Monteiro (10013/AM) e como **Agravado, Glaicom Luis Carlot**, advogado, João Antonio de Souza Junior (1170A/AM). **DECISÃO: "(...)** Pelo exposto, em cognição sumária, indefiro o pedido de tutela antecipada recursal. Intime-se o agravado para, querendo, apresente contrarrazões recursais. Após, com ou sem resposta, abra-se vista ao Graduado Órgão do Ministério Público. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4003145-47.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Manoel Pereira Barbosa**, advogados, Drs. Isla Queiroz Monteiro (14000/AM) e Michael Lemes Monteiro (10013/AM) e como **Agravado, Glaicom Luiz Carlot**, advogado, Dr. João Antonio de Souza Junior (1170A/AM). **DECISÃO: "(...)** Pelo exposto, em cognição sumária, indefiro o pedido de tutela antecipada recursal. Intime-se o agravado para, querendo, apresente contrarrazões recursais. Após, com ou sem resposta, abra-se vista ao Graduado Órgão do Ministério Público. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4003141-10.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Ivanor Souza dos Santos**, advogado, Dr. Michael Lemes Monteiro (10013/AM) e como **Agravado, Glaicom**

Luiz Carlot, advogado, Dr. João Antonio de Souza Junior (1170A/AM). **DECISÃO: "(...)** Pelo exposto, em cognição sumária, indefiro o pedido de tutela antecipada recursal. Intime-se o agravado para, querendo, apresente contrarrazões recursais. Após, com ou sem resposta, abra-se vista ao Graduado Órgão do Ministério Público. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004100-78.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Peter Kehinde Ogunniya**, advogado, Dr. Cainã Taveira Melo (11378/AM) e como **Agravado, Condominio Residencial Nascentes do Taruma**, advogados, Drs. Auton Francisco Furtado Maia (5821/AM) e Roberto Marques da Costa (4135/AM). **DECISÃO: "(...)** Pelo exposto, em cognição sumária, indefiro o pedido de efeito suspensivo ativo, sem prejuízo de reanálise posterior. Intime-se o agravado para, querendo, ofereça contrarrazões no prazo legal. Após, com ou sem manifestação, voltem-me conclusos para voto. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004122-39.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Ricardo dos Santos Pacheco**, advogado, Dr. José Eduardo Silva de Sales (7700/AM) e como **Agravada, Thais Rubia Castro Pacheco**, advogado, Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Wilson Oliveira Melo Júnior (3220/AM). **DECISÃO: "(...)** Pelo exposto, em cognição sumária, indefiro, por hora, o pedido de efeito suspensivo ativo sem impedimento de reanálise posterior. Intime-se a agravada para, querendo, ofereça contrarrazões recursais no prazo legal. Após, com ou sem manifestação, voltem-me conclusos para voto. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de Agravo de Instrumento nº. **4001312-91.2019.8.04.0000/**Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Dante Morelli Junior**, advogado, Dantemorelli Junior (316710/SP) e José Carlos Sakovic (226831/SP) e como **Agravada, Renata Lopes Da Silva Anhert**. **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Pelo exposto, provejo monocraticamente do recurso para deferir ao agravante os benefícios da assistência judiciária gratuita, neste momento processual, sem prejuízo de reanálise posterior em caso de modificação de sua situação fáticojurídica. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pela Exma. Sra. Doutora **Mirza Telma de Oliveira Cunha**, Relatora do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4003477-14.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas**, advogado, Dr. José Alberto Maciel Dantas (3311/AM) e como **Agravados, Carmem Ângela Marques e Demosthenes Marques**. **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Considerando, portanto, que a desistência do recurso prescinde da concordância da parte adversa, homologo o pedido para que surta os seus jurídicos e legais e efeitos, nos termos do art. 20, parágrafo único, do CPC. Posto iso, com amparo no art. 932, III, do CPC, não conheço do recurso. À Secretaria para as providências. CUMPRA-SE. Manaus, 29 de agosto de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha-Relatora, Juíza de Direito Convocada - Portaria nº 1762/2019-PTJ." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Mirza Telma de Oliveira Cunha**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004126-76.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Silvane Nascimento de Souza Corrêa**, advogados, Drs. Alan Johnny Feitosa da Fonseca (7799/AM), Daniella Lopes Cavalcante (4164/AM), Francelina Giordana Feitosa Góes (12041/AM) e Rosa Maria Feitosa da Fonseca (11120/AM) e como **Agravado, Milton Itaru Shibuya**. **DECISÃO: "(...)** Posto isso, com fulcro no art. 932, inc. II c/c art. 1.019, inc. I, ambos do CPC, admito o processamento do recurso e defiro o efeito suspensivo para sustar os efeitos da decisão recorrida até o julgamento de mérito do recurso. Intime-se o agravado para que, querendo, apresente contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias. À Secretaria, para as providências devidas. CUMPRA-SE. Manaus, 29 de agosto de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha-Relatora, Juíza de Direito Convocada - Portaria nº 1762/2019-PTJ." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004208-10.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Auxílio Agenciamento Financeiro e Serviços Ltda**, advogados, Drs. Bruna da Costa Velho (30371/CE), Clarice Biasoli Moura (38666/CE), Denyson Sales do Nascimento Rios (19995/CE), Felipe Silveira Gurgel do Amaral (18476/CE) e Suyane Sales do Nascimento Rios (26500/CE) e como **Agravado, Ministério Público do Estado do Amazonas**, advogado, Neyde Regina Demosthenes Trindade (795/MP). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Ante o exposto, inexistindo previsão legal para o seu cabimento e não estando comprovado o prejuízo de apreciação em preliminar de apelação,

não conheço do presente Agravo de Instrumento, nos termos do art. 932, III, do CPC/2015. Intimem-se as partes por intermédio do Diário de Justiça Eletrônico. Transcorrido o prazo recursal sem irresignação, encaminhem-se os autos à Vara de Origem. Cumpra-se com as cautelas de praxe. Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4002856-17.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Vinmar International Ltda.**, advogados, Drs. Felipe Ramos Carvalho (324729/SP), Gabriel Pereira Valente Lombardi (427469/SP) e Humberto Gordilho dos Santos Neto (156392/SP) e como **Agravado, Híbrida Indústria de Materiais Termoplásticos Ltda**. **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Assim, tendo em vista que o recurso tornou-se prejudicado pela perda do objeto, é possível o seu não conhecimento por meio de decisão monocrática, ante o permissivo do inciso I supra. Diante do exposto, com fundamento no art. 932, inciso I, do NCPC, não conheço do presente recurso, julgando-o prejudicado, em razão da perda superveniente do objeto. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. À Secretaria para providências. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 29 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Nélia Caminha Jorge, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Jameson Damasceno Pinheiro de Menezes (3339/AM) e Lindonor Ferreira de Melo Santos (6710/AM) - Processo 0000104-43.2019.8.04.0000 - Apelação Cível - Títulos de Crédito - Apelante : Municipio de Tabatinga/AM- Prefeitura - Apelado : Algemiro Bezerra Bentes Apelado : Aluisio Ferreira da Costa Apelado : Amarildo dos Santos Silva Apelado : Angela Maria Souza Obando Apelado : Arlindo Faba Ruiz - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Angelus Cruz Figueira e Débora dos Santos Marinho (7677/AM) e Daniel Lourenço (3192/AM) - Processo 0000718-57.2013.8.04.5400 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Município da Manacapuru/am - Apelado : Luzia Ricardo do Nascimento - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Annabelle de Oliveira Machado (4419/AM), Boniek Pereira da Silva (8303/AM), Helen Susane Machado de Miranda (7627/AM) e Pôlly Weudson Fernandes de Souza (1588/RR) e Jorge Alberto Mendes Junior (3000/AM) e Rosquild Azedo Omena (605A/AM) - Processo 0005407-38.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos À Execução - Embargante : Banco da Amazônia S/A - Embargada : Maria Aparecida Gadelha Teixeira - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Eloi Pinto Andrade (819/AM), Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados (46/AM), Eloi Pinto de Andrade Junior (3840/AM), Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (3424/AM), Fabíola da Silva Gesta Caruso (4662/AM), Júlio Feitosa Pereira (6745/AM) e Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (6566/AM) e Claudionor Claudio Dias Júnior (2654/AM) - Processo 0005446-35.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Seguro - Embargante : Bradesco Saúde Sa - Embargado : Manoel Pinheiro Martins - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (127956/AM) e Raimundo de Amorim Francisco Soares (1137/AM) e Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (5505/AM) - Processo 0238690-17.2009.8.04.0001 - Apelação Cível - Acidente de Trabalho - Apelante : Olinda Hidaka de Oliveira - Apelado : Luis Reis de Oliveira - Relator: Aristóteles Lima Thury

ADV/REP.: Fabio Pereira Garcia dos Santos (4850/AM) e Diogo Marcos Machado Peres (158234/RJ) - Processo 0239004-89.2011.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos À Execução - Apelante : O Estado do Amazonas - Apelado : Josué Rubens Mil-Homens Costa - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Bruno Henrique Soré (1010/AM), Guilherme Vilela de Paula (69306/MG), Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG) e Luis Phillip de Lana Foureaux (1011/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0605372-65.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Apelado : Carlos Jorge da Silva Lima - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Jimmy da Silva Araújo (9072/AM) e Jorge Henrique Gonzaga Dias Júnior (9953/AM) e Carla Passos Melhado Cochi (187329/SP), Carlos Felyppe Tavares Pereira (9512/ES), Celso Marcon (566A/AM) e Mário Henrique da Silveira (201605/SP) - Processo 0614736-61.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Imissão Na Posse - Apelante : Tania Maria da Silva Araujo - Apelado : Banco Itaucard S/A - Relator: Aristóteles Lima Thury

ADV/REP.: Daniel Pereira da Silva Neto (5055/AM), José Luiz Cantuaria dos Reis (2896/AM) e Luana de Assis Pires (5030/AM) e Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (11441/AM), Luis Felipe Avelino Medina (6100/AM) e Pedro de Araújo Ribeiro (6935/AM) - Processo 0621304-88.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Perdas e Danos - Apelante : Antônio Carlos Barroso da Silva Junior Apelante : Daniel Pereira da Silva Neto - Apelado : Oliveira e Ferreira Refeições Ltda - Me - Relator: Aristóteles Lima Thury

ADV/REP.: Janilson da Costa Barros (13152/AM) e André de Souza Oliveira (5219/AM) e Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM) - Processo 0625178-18.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Fgts/fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - Apelante : O Estado do Amazonas - Apelada : Kelly Cristina Sousa dos Reis - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Crhisty Ane Melo Bastos (88919/RJ) e Natalie Magalhães Coutinho (12334/AM) e Antonio Braz da Silva - Processo 0628306-46.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Regularidade Formal - Apelante : Ômega Construções e Terraplanagem Eirelli - EPP - Apelado : Banco John Deere S/A - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Indra Mara Bessa (1877/AM) e Wagner Amâncio dos Santos (4660/AM) - Processo 0630610-18.2017.8.04.0001 - Apelação / Remessa Necessária - Rescisão - Apelante : O Estado do Amazonas Remetente : Juízo de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública do Estado do Amazonas - Apelada : Rosilda de Araujo Castro - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Edson Rosas Junior (1910/AM) e Lúcia Cristina Pinho Rosas (5109/AM) e Devid Vinicius Xavier da Costa (9673/AM), Ezequiel de Freitas Medeiros (9818/AM) e Marcos Antonio Vitor da Silva (7841/AM) - Processo 0630730-95.2016.8.04.0001 - Apelação Cível - Cédula de Crédito Bancário - Apelante : Banco Bradesco S.a. - Apelado : Gonçalo Rodrigues de Sousa Filho - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E) e Mário Alberto da Fonseca Monteiro Junior (1431/AM) - Processo 0634335-78.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Empréstimo Consignado - Apelante : Banco Bmg S/A - Apelado : Neandro Garcia Nakanome - Relator: Aristóteles Lima Thury

ADV/REP.: Luana Pereira Regis (9340/AM) e Marcio Clebson da Silva Costa (10116/AM) e Maria Elizabeth dos Santos Oliveira (1948E/AM) e Olívia Moreira Pereira (12032/AM) - Processo 0640699-03.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Inventário e Partilha - Apelante : Luciano Valente de Souza - Apelada : Luana Deyse Correira Souza - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Paulo Bernardo Lindoso e Lima (11333/AM) e Camila Pontes Torres (12280/AM) e Marcus da Costa Tribuzi (12408/AM) - Processo 0659293-31.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem Despejo - Apelante : Maria das Graças Nogueira Haddad Apelante : Ralph Nogueira Haddad Apelante : Vivian Nogueira Haddad - Apelada : Rayna Coelho Barbosa Apelado : Cleitman Rabelo Coelho - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Thatiane Tupinambá de Carvalho (3696/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0660546-54.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Busca e Apreensão - Apelante : Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A - Apelado : Pedro Oliveira Ferreira - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM) e Luís Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM) e Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (8948/AM) e Suzana Pinto Lorenzoni (9155/AM) - Processo 4003614-93.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Defeito, Nulidade Ou Anulação - Agravante : Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Agravado : Physio Vida Comércio de Materiais Ortopédicos, Esportivos e Serviços de Pilates Ltda Me - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM), Pedro Câmara - Sociedade de Advogados Oab/am Nº 613/2017 (999999/AM) e Pedro Câmara Junior (2834/AM) e Sergio Roberto Bulcão Bringel Junior (14182/AM) e Yuri Dantas Barroso (4237/AM) - Processo 4003653-90.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Repetição de Indébito - Agravante : Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Agravado : Maria da Conceição Almeida Schettini - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Edgard Angelim de Alencar Ferreira (3995/AM) e Solon Angelim Alencar Ferreira (3338/AM) e Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (6721/AM) - Processo 4004408-56.2015.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Revisão do Saldo Devedor - Agravante : Aliança Incorporadora Ltda - Agravado : Antonio Carlos Conde Holanda - Relator: João de Jesus Abdala Simões

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Nélia Caminha Jorge, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

Embargos de Declaração Cível nº 0005098-17.2019.8.04.0000, de 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda., advogados: Pedro Camara Junior (OAB: 2834/AM), Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB: 11737/AM) e Soc. Advogados: Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB: 613/AM). Embargada: Lucilene Medeiros Gadelha, advogados: Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB: 6164/AM), Natasha Yasmine Castelo Branco Donadon (OAB: 9992/AM) e Tâmara Mendes Gonçalves (OAB: 6857/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury.

Embargos de Declaração Cível nº 0005332-96.2019.8.04.0000, de 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Porto Veículos S/A., advogados: Luis Felipe de Souza Rebelo (OAB: 17593/PE) e Marisa Paiva de Moura (OAB: 23647/PE). Embargada: Maria Vânia Oliveira Silva, advogado: Erivelton Ferreira Barreto (OAB: 5568/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões.

Embargos de Declaração Cível nº 0005345-95.2019.8.04.0000, de 2ª Vara da Fazenda Pública. Embargante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev, Procurador: Fábio Martins Ribeiro (OAB: 449A/AM). Embargado: Edmilson Alves da Silva, advogados: Ademario do Rosario Azevedo (OAB: 2926/AM) e Wiston Feitosa de Sousa (OAB: 6596/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury.

Embargos de Declaração Cível nº 0005453-27.2019.8.04.0000, de 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Colmeia Residencial do Bosque Empreendimentos Imobiliarios Ltda-spe, advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) e Soc. Advogados: Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM). Embargada: Eliana Carvalho da Silva, advogada: Gabriela Barreto Lima de Carvalho (OAB: 10244/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões.

Apelação Cível nº 0612176-20.2013.8.04.0001, de 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante/Apelado: Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda., Soc. Advogados: Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM). Apelante/Apelado: Robério Castro de Oliveira Júnior, advogados: Fabricio da Silva Henriques (OAB: 7744/AM) e Monique Kelly Costa de Oliveira (OAB: 7925/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões.

Apelação Cível nº 0613038-54.2014.8.04.0001, de 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda., advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM). Apelado: Glauber Augusto Garcia de Almeida. Apelada: Fabiane Lugli de Almeida. Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões.

Apelação Cível nº 0616367-35.2018.8.04.0001, de 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Todeschini S/A Indústria e Comércio, advogada: Michele de Melo Freitas Araújo (OAB: 4822/AM). Apelada: Maria da Conceição Mangabeira da Silva, advogada: Samarah Serruya Assis (OAB: 6531/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury.

Agravo de Instrumento nº 4001428-05.2016.8.04.0000, de 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Aliança Incorporadora Ltda., advogado: José Mario de Carvalho Neto (OAB: 4861/AM). Agravado: Antonio Carlos Conde Holanda, advogado: Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB: 6721/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões.

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

De ordem da Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge, faço público que, de acordo com o artigo 931 e 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes autos digitais:

Agravo de Instrumento nº 4000625-51.2018.8.04.0000, de 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Angela Monteiro Simão, advogadas: Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB: 8595/AM) e Mayra Mamed Levy (OAB: 8598/AM). Agravada: Denise Moura Macedo da Silva, advogados: Denise Moura Macedo da Silva (OAB: 4464/AM) e Ricardo Mendes Lasmar (OAB: 5933/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior. Membros: Exmo.

Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exma. Sra. Desa. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procuradora de Justiça: Antonina Maria de Castro do Couto Valle

Agravo de Instrumento nº 4001809-08.2019.8.04.0000, de 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Antônio Augusto Menezes de Souza, Defensor: José Ivan Benaion Cardoso (OAB: 1657/AM) e Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Agravado: Google Brasil Internet Ltda., advogado: Fábio Rivelli (OAB: 1119A/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Membros: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Desa. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Agravo de Instrumento nº 4002524-50.2019.8.04.0000, de 3ª Vara da Fazenda Pública. Agravante: Hellen Passos Santana, advogado: Bruno Oliveira Medeiros (OAB: 7203/AM). Agravado: O Estado do Amazonas. Agravado: Comandante Geral da Polícia Militar. Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exma. Sra. Desa. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Agravo de Instrumento nº 4003075-30.2019.8.04.0000, de 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Hexium Importadora e Exportadora Ltda, advogados: João Antônio S. Tolentino (OAB: 2300/AM), Guilherme Carvalho Melo (OAB: 11086/AM), Cristiane Genda Ribeiro (OAB: 11885/AM), Glicia Caroline Rocha Cauper (OAB: 11728/AM), Thayenne Loran Gouvêa de Mendonça (OAB: 11731/AM). Agravada: Amanda Campos Correa, advogados: Antônio Fabio Barros de Mendonça (OAB: 2275/AM), Adriana Lo Presti Mendonça (OAB: 3139/AM) e Ruy Silvio Lima de Mendonça (OAB: 867A/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relatora: Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação / Remessa Necessária nº 0629451-11.2015.8.04.0001, de 4ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Manaus Previdência - MANAUSPREV, Procurador: Geraldo Uchôa de Amorim Júnior (OAB: 12975/AM). Apelada: Iza Maria Rodrigues de Souza, advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Desa. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procurador de Justiça: Pedro Bezerra Filho.

Apelação Cível nº 0609913-05.2019.8.04.0001, de 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Gmac S.A., advogado: Hiran Leão Duarte (OAB: 10422/CE). Apelada: Rosa Helena Soares dos Santos. Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Desa. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0617383-92.2016.8.04.0001, de 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Bradesco Cartões S/A., advogado: André Nieto Moya (OAB: 235738/SP). Apelado: Transfort-transporte e Comercio de Alimentos LTDA. Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Desa. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0622978-38.2017.8.04.0001, de 4ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: O Estado do Amazonas, Procurador: Laércio de Castro Dourado Júnior (OAB: 13184/AM). Apelado: Carlos Roberto Costa Júnior, advogado: Hállice Moreira Teixeira (OAB: 9003/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Aristótles Lima Thury. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exma. Sra. Desa. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procuradora de Justiça: Antonina Maria de Castro do Couto Valle

Apelação Cível nº 0630504-95.2013.8.04.0001, de 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Zerbinatti Construção Ltda., advogado: Ney Bastos Soares Junior (OAB: 4336/AM). Apelado: I Place - Madeireira Herval Ltda. Apelado: Global Distribuição de Bens de Consumo Ltda., advogado: Carlos Emílio Jung (OAB: 22038/RS). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Membros: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Desa. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0632253-50.2013.8.04.0001, de 3ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Raimundo Nonato Tavares da Silva, advogada: Juliana Carla Teixeira Vinagre Cotta (OAB: 4364/AM). Apelado: O Estado do Amazonas, Procuradora: Maria Hosana de Souza Monteiro (OAB: 2333/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Aristótles Lima Thury. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exma. Sra. Desa. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procuradora de Justiça: Antonina Maria de Castro do Couto Valle.

Apelação Cível nº 0644482-66.2018.8.04.0001, de 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Clemilton de Oliveira Aragão Junior, Soc. Advogados: Fred Figueiredo Cesar (OAB: 9508/AM), Fred Figueiredo Cesar (OAB: 9508/AM) e Jorge Luis Enrique Gallardo Ordinola (OAB: 10044/AM). Apelado: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social, advogado: Fabrício Perrotta da Silva (OAB: 165909/RJ). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Aristótles Lima Thury. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exma. Sra. Desa. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0706559-24.2012.8.04.0001, de 2ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Valdete Santos de Araújo, advogado: Cássio França Vieira (OAB: 4409/AM). Apelado: Universidade do Estado do Amazonas - Uea, Procuradora: Wanessa Cavalcante Fecury Soares (OAB: 6367/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Desa. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Criminal, Exmo(a). Des(a) Sabino da Silva Marques, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Davi Santana da Câmara e Danilo Germano Ribeiro Penha (6077/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Processo 0607284-35.2018.8.04.0020 - Apelação Criminal - Ameaça - Apelante : M. P. do E. do A. - P. G. - Apelado : J. A. de S. F. - Relator: João Mauro Bessa

ADV/REP.: Carla Louanny de Andrade da Silva (6378/AM) e Walter da Cunha Azevedo Filho (3828/AM) e Hilton Serra Viana - Processo 0611192-94.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - Apelante : Matheus Rodrigues Ribeiro de Araújo - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

Secretaria do(a) Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Julgamento Virtual

CONCLUSÕES E ACÓRDÃOS: Foram lidos e assinados em conferência da egrégia 1ª Câmara Criminal, os acórdãos dos seguintes feitos.

Conclusão de Acórdãos - Julgamento Virtual

1. Processo: 0613355-13.2018.8.04.0001 - Recurso Em Sentido Estrito, 2ª Vara do Tribunal do Júri. Recorrente: M. B. da S. Advogado: Fabricio Arteiro de Paiva (OAB: 11185/AM). Advogada: Dora Mestanza Barcio de Paiva (OAB: 12764/AM). Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procurador MP: Púbio Caio Bessa Ciryno. Presidente/Relator: Sabino da Silva Marques. **EMENTA**: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. ÂMBITO DOMÉSTICO. DECISÃO DE PRONÚNCIA. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. PLEITO DE IMPRONÚNCIA. IMPOSSIBILIDADE. PRESENÇA DE SUFICIENTES INDÍCIOS DE AUTORIA E DE MATERIALIDADE DELITIVA. INTELIGÊNCIA DO ART. 413, DO CPP. AUSÊNCIA DE PROVAS CABAIS DE OCORRÊNCIA DA LEGÍTIMA DEFESA. INVIÁVEL ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO IN DUBIO POR SOCIETATE. SOBERANIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. REQUISITOS PARA RESPONDER AO PROCESSO EM LIBERDADE. INOCORRÊNCIA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. **DECISÃO:** "Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso em Sentido Estrito nº 0613355-13.2018.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em consonância com o Graduado Órgão Ministerial, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e negar provimento, nos termos do voto do Relator que passa a ser parte integrante do julgado. PUBLIQUE-SE. Manaus/AM, 2019.".

2. Processo: 4003317-86.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 1ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes. Impetrante/Advogado: Moysés Roberto Geber Corrêa (OAB: 5678/AM). Paciente: Benilton Rolim da Silva. Impetrado: 1ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes. Procurador MP: Carlos Lélio Lauria Ferreira. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: João Mauro Bessa. **EMENTA:** "HABEAS CORPUS - ESTUPRO DE VULNERÁVEL - NULIDADES NO INQUÉRITO POLICIAL - PEDIDO NÃO FORMULADO NO PRIMEIRO GRAU - RISCO DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA - PRISÃO PREVENTIVA - LEGALIDADE - GRAVIDADE CONCRETA DO CRIME - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - RÉU FORAGIDO POR QUASE CINCO ANOS - NECESSIDADE DE SE RESGUARDAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL - SEGREGAÇÃO FINCADA NAS HIPÓTESES DO ART. 312 DO CPP - ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA.1. Não tendo sido formulado o pedido de relaxamento da prisão do paciente em virtude das apontadas nulidades no Inquérito Policial, resta inviável a análise direta por esta Corte de Justiça, sob pena de indevida supressão de instância. Precedentes. 2. A prisão preventiva do paciente está devidamente fundamentada nos requisitos legais previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal, notadamente a necessidade de se garantir a ordem pública, em razão da suposta prática do crime de estupro de vulnerável contra a sua própria filha (criança de apenas 10 anos de idade), fato, inclusive, presenciado pelo irmão da mesma, o qual figura como testemunha no processo. 3. Há de se considerar, ainda, que a prisão preventiva do paciente foi decretada em 2014 (data da ocorrência dos fatos), todavia, o mesmo somente foi preso em 2019, ou seja, permaneceu foragido por quase cinco anos, o que demonstra o intento de se furtar da aplicação da lei penal, configurando motivo apto a justificar a manutenção da custódia. 4. Encontrando-se a segregação preventiva arraigada nas hipóteses do artigo 312 do Código de Processo Penal, refuta-se o alegado constrangimento ilegal, despiciendo o paciente ostentar condições subjetivas favoráveis. Precedentes. Precedentes. 5. Habeas Corpus parcialmente conhecido e, nessa extensão, denegado. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus n.º 4003317-86.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em parcial consonância com o parecer ministerial, em conhecer parcialmente da presente ordem de Habeas Corpus para, nessa extensão, denegá-la, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

Secretaria da Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Mastewenwer Abreu Nery
Secretário da 1ª Câmara Criminal

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Conclusão de Acórdãos

JULGAMENTO VIRTUAL da 2CCRIM.

1. Processo: 4003511-86.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 9ª Vara Criminal. Impetrante: Jefferson da Paixão Leite. **Paciente: Adenilson Bentes Duarte.** Advogado: Jefferson da Paixão Leite (OAB: 7857/AM). **Impetrado: Juízo de Direito da 9ª Vara Criminal da Comarca da Capital/am.** Procurador: Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. LATROCÍNIO. PRISÃO TEMPORÁRIA. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. OBJETIVOS ALCANÇADOS PELA AUTORIDADE POLICIAL. ORDEM CONCEDIDA. 1. A prisão temporária é uma medida de natureza cautelar e somente pode ser decretada nas hipóteses taxativas elencadas no art. 1º da Lei nº 7.960/89, através de decisão devidamente motivada. 2. Na hipótese, o édito constritivo carece de fundamentação idônea, porquanto deixou de demonstrar a imprescindibilidade da medida para o êxito das investigações na fase inquisitorial. 3. Ademais, a própria autoridade representante manifestou-se pelo desinteresse na segregação do Paciente, em razão da conclusão do inquérito policial. Portanto, o objetivo da prisão temporária restou devidamente alcançado, inexistindo motivos para que seja mantida. 4. Ordem concedida, para revogar a prisão temporária imposta ao Paciente.1. A prisão temporária é uma medida de natureza cautelar e somente pode ser decretada nas hipóteses taxativas elencadas no art. 1º da Lei nº 7.960/89, através de decisão devidamente motivada.2. Na hipótese, o édito constritivo carece de fundamentação idônea, porquanto deixou de demonstrar a imprescindibilidade da medida para o êxito das investigações na fase inquisitorial.3. Ademais, a própria autoridade representante manifestou-se pelo desinteresse na segregação do Paciente, em razão da conclusão do inquérito policial. Portanto, o objetivo da prisão temporária restou devidamente alcançado, inexistindo motivos para que seja mantida.4. Ordem concedida, para revogar a prisão temporária imposta ao Paciente.. DECISÃO: "EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. LATROCÍNIO. PRISÃO TEMPORÁRIA. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. OBJETIVOS ALCANÇADOS PELA AUTORIDADE POLICIAL. ORDEM CONCEDIDA.1. A prisão temporária é uma medida de natureza cautelar e somente pode ser decretada nas hipóteses taxativas elencadas no art. 1º da Lei nº 7.960/89, através de decisão devidamente motivada.2. Na hipótese, o édito constritivo carece de fundamentação idônea, porquanto deixou de demonstrar a imprescindibilidade da medida para o êxito das investigações na fase inquisitorial.3. Ademais, a própria autoridade representante manifestou-se pelo desinteresse na segregação do Paciente, em razão da conclusão do inquérito policial. Portanto, o objetivo da prisão temporária restou devidamente alcançado, inexistindo motivos para que seja mantida.4. Ordem concedida, para revogar a prisão temporária imposta ao Paciente. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos autos da Habeas Corpus Criminal

nº 4003511-86.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E CONCEDER A ORDEM, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

Despacho: "*Retornam os autos a esta relatoria, com a informação da Secretaria deste Juízo (fl. 145) de que, em 13.08.2019, a Autoridade Coatora decretou a* ***prisão preventiva*** *do Paciente*.

Considerando-se que o Acórdão proferido às fls. 137/144 se reporta tão-somente à concesão da ordem em razão da manutenção da ***prisão temporária*** *após a conclusão do inquérito policial, não há como expedir o alvará de soltura, pois há outra razão que justifca a custódia do Paciente*.".

Secretaria da Segunda Câmara Criminal , em Manaus, 29 de agosto de 2019

Despachos

Segunda Câmara Criminal
DESPACHO DE RELATORES

4004239-30.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Frank Jacob Junior. Paciente: Moisés Chaves da Silva. Advogado: Frank Jacob Junior (OAB: 9657/AM). Impetrado: Juízo de Direito da Vara da Auditoria Militar da Comarca da Capital/am. Despacho: - Fica INTIMADO o PacienteMoisés Chaves da Silva, na pessoa de seu Advogado Frank Jacob Junior (9657/AM), para tomar conhecimento do seguinte DESPACHO, da lavra do Des. Djalma Martins da Costa, cujo teor final é o seguinte: "Diante do exposto, intime-se o Impetrante para juntar certidão de antecedentes criminais, cópia do pedido de liberdade e a decisão do respectivo indeferimento, com a finalidade de evitar usurpação da competência do Juízo condutor do feito, e demais provas que lhe convier para provar o que alega, no prazo de 5 (cinco) dias".

Total de feitos: 1

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0605468-12.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Fenix Maciel de Mendonça - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - INTIME o Apelante Fenix Maciel de Mendonça, na pessoa de seu advogado Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (7790/AM), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. Relator Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. - Advs: Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (OAB: 7790/AM) - Andre Alecrim Marinho (OAB: 2870/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0614362-06.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: W. B. dos S. - Apelado: M. P. do E. do A. - P. G. - INTIME o Apelante W. B. dos S., na pessoa de seu advogado Dr. Alderlan Castro Leal (13828/AM), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. Relator Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. - Advs: Alderlan Castro Leal (OAB: 13828/AM) - Rogerio Marques Santos - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **Jomar Ricardo Saunders Fernandes,** Relator dos autos de **Apelação Criminal nº 0209446-09.2010.8.04.0001 (Processo Digital).** Manaus/AM, em que é **Apelante M. P. T. A., Advogado: Dr. Ananias Gomes de Souza OAB 9772/AM** e Apelado **Ministério Público do Estado do Amazonas,** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, **INTIME** o Apelante **M. P. T. A.,** na pessoa de seu advogado **Dr. Ananias Gomes de Souza (9772/AM)**, para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. **Relator Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes.**

Secretaria da Egrégia 2ª Câmara Criminal, em Manaus, 30 de agosto de 2019. *M31526*

Geysa Marjory P. Ramirez
Secretária
M27863

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Segunda Câmara Criminal, Exmo. Des Jomar Ricardo Saunders Fernandes, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e **prazo para manifestação de cinco (05) dias, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018,** os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

01. ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Renata Cintrão Simões de Oliveira - Processo 0005019-38.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal - Embargante: Manoel Cunha Tavares - Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relatora: Onilza Abreu Gerth

02. ADV/REP.: Cristine Gama Guimarães (4507/AM), Fábio Moraes Castello Branco (4603/AM), João Evangelista Generoso de Araujo (12394/AM), Marcos Daniel Souza Rodrigues (10987/AM), Mariana Moraes Castello Branco (12421/AM) e Sulamita Augusta da Silva (435/AM) e Adriano Alecrim Marinho - Processo 0005465-41.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal - Embargante: A. da S. R. - Embargado Ministério Público do Estado do Amazonas - Relatora: Onilza Abreu Gerth

03. ADV/REP.: Raimundo Miguel Trindade dos Santos (11263/AM) e Reinaldo Alberto Nery de Lima (2583/AM) - Processo 0643317-81.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Marcel Prestes Silva - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

04. ADV/REP.: Daniel Britto Freire Araujo (12641/MA) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Sarah Pirangy de Souza - Processo 0653562-54.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Mikeias da Silva Rodrigues - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

05. ADV/REP.: Tomás Gomes da Silva Neto (12978/AM) - Processo 4003408-79.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Tomás Gomes da Silva Neto - Paciente: Antônio Raimundo Lima Braga - Impetrado: Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Rio Preto da Eva - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

06. ADV/REP.: Elielton dos Santos Paulo (9567/AM) - Processo 4003568-07.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Elielton dos Santos Paulo - Paciente: Milziane Neves Marques - Impetrada: Juízo de Direito da Comarca de Itapiranga/Am - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

07. ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Larissa Vianez Sant Anna Figueira Macedo (9047/AM) - Processo 4003809-78.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Paciente:

Nardson Silva de Alencar - Impetrado: Juízo de Direito da 4ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes de Manaus (4ª VECUTE) - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

08. ADV/REP.: Melquisedec Freitas Pantoja (10412/AM) - Processo 4003832-24.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Melquisedec Freitas Pantoja - Paciente: Orismar Nunes Carrio - Impetrado : Juizo de Direito da Vara Unica Criminal da Comarca do Careiro Castanho - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

09. ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Luise Torres de Araujo Lima (9946/PI) - Processo 4003849-60.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Luise Torres de Araujo Lima - Paciente: Carlos Guerreiro Batista - Impetrado: Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Urucara - Am - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

10. ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Diego Luiz Castro Silva (6402/TO) - Processo 4003867-81.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Paciente: Steve Pinheiro da Silva - Impetrado: Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Lábrea/AM - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

Secretaria da Segunda Câmara Criminal, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

SEÇÃO V

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Decisões

Pedido de Providências N.º 0600007-25.2019.8.04.0022 .
Requerente: Luís Felipe Belmonte dos Santos Advogado: Dr. Mayko de Souza Aguiar (3711AC) Recorridos: Corregedoria Geral de Justiça do Trinunal de Justiça do Estado do Amazonas, Cartório Extrajudicial da Comarca de Boca do Acre/AM.

Decisão Monocrática:

Ficam as partes, através de seus representantes legais, intimadas da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pelo Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Dessa forma, NÃO CONHEÇO DO PRESENTE PEDIDO e determino seu arquivamento, de forma monocrática, consoante permite o art. 61, X, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça, pelo não cabimento a este órgão julgador.

Secretaria do Conselho da Magistratura
Manaus/AM 30 de agosto de 2019

Juliana Andrade David
M58815
Secretária

Agravo de Instrumento N.º 4002636-19.2019.8.04.0000.
Agravante : Estado do Amazonas - Secretaria de Estado da Saúde Procuradora : Dra. Luciana Araújo Paes (4478/AM) Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau Promotora: Dra. Nilda Silva de Souza - 27ª PJI

Decisão:

Ficam as partes, através de seus representantes legais, intimadas da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pelo Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "*Ex posits*, não conheço do presente agravo de instrumento, ante a perda superveniente do objeto recursal causada pela superveniência de sentença no processo principal, com fundamento no art. 932, I do CPC. ". Manaus, 30 de agosto de 2019.

Secretaria do Conselho da Magistratura
Manaus/AM 30 de agosto de 2019

Juliana Andrade David
M58815
Secretária

Agravo de Instrumento N.º 4004135-72.2018.8.04.0000 .
Agravante: O Município de Manaus Procurador: Dr. Daniel Octavio Silva Marinho (4301/AM) Agravado: Renato Augusto Moreira Moura Defensor: Dr. Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (4368/AM)

Decisão:

Ficam as partes, através de seus representantes legais, intimadas da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pelo Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Portanto, caracterizada a hipótese de litispendência entre as duas ações, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos moldes do art. 337, § 3º c/c art. 485, V, ambos do Código de Processo Civil. ". Manaus, 30 de agosto de 2019.

Secretaria do Conselho da Magistratura
Manaus/AM 30 de agosto de 2019

Juliana Andrade David
M58815
Secretária

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente do Egrégio Conselho da Magistratura, Exmo. Des Yedo Simões de Oliveira, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto (2968/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Romina Carmem Brito Carvalho - Processo 0661743-44.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - Apelante : C. H. S. de L. - Apelado : M. P. do E. do A. - P. G. - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

ADV/REP.: Mário Lima Wu Filho (2135A/DP) - Processo 4001179-49.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Cível - Seção Cível - Impetrante : Mário Lima Wu Filho Paciente : K. V. R. dos S. - Impetrado : Juízo de Direito da Vara do Juizado da Infância e da Juventude Cível - Relator: Wellington José de Araújo

Secretaria do Conselho da Magistratura, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

SEÇÃO VI

VARAS - COMARCA DA CAPITAL

2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0336/2019

ADV: PAULO ROBERTO MACHADO JÚNIOR (OAB 53038/MG) - Processo 0220748-20.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Gilberto Francisco Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: PATRÍCIA PERTEL BROMONSCHENKEL BUENO (OAB 9395/ES) - Processo 0226116-10.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Atos executórios - EXEQUENTE: Fundação Novo Milênio - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0260020-02.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - DIANTE DO EXPOSTO, julgo extinta a presente execução, nos termos do disposto no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: CÉSAR ITUASSU DA SILVA NETO (OAB 9506/AM), ADV: VITOR BERENGUER BARBOSA JÚNIOR (OAB 8336/AM) - Processo 0602799-83.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Igoam - Instituto de Ginecologia e Obstetrícia do Estado do Amazonas S/S Ltda. - REQUERIDO: Claro S/A - Claro S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0611868-71.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM), ADV: KAMILA MEIRELLES PAULO (OAB 16572/ES) - Processo 0614643-64.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - EXEQUENTE: Pátio Sertório Shopping Ltda. - EXECUTADO: Lolybalas Comércio e Guloseimas Ltda. - De ordem, intimo a parte requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, promover o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção. (art. 485, III, do CPC).

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: ELISÂNGELA PEREIRA DANIEL (OAB 5725/AM) - Processo 0619749-75.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: MARA RUBIA DOS SANTOS BENES - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: ISABELA RIBEIRO ALVES (OAB 5270/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: GISELLE RACHEL DIAS FREIRE (OAB 5138/AM) - Processo 0621803-48.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: WANDERLEY NUNES DE MEDEIROS SOARES e outro - REQUERIDO: PATRIONZE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0621899-92.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: NORBERTO TARGINO DA SILVA (OAB 166595/SP), ADV: ADNA LIMA DA SILVA (OAB 11171/AM) - Processo 0622156-49.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: Afonso de Souza Melo - REQUERIDO: Banco Pan S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0622508-70.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se ao desbloqueio de eventuais penhoras on line, consoante requerido na petição retro e, seguidamente, proceda-se à baixa definitiva dos autos.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 19613A/MA), ADV: LUÍS FELIPE DE SOUZA REBÊLO (OAB 17593/PE), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM) - Processo 0622758-74.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Toyota do Brasil S/A - REQUERIDO: Bruno Infante Fonseca - RECONVINDO: Toyolex Autos Ltda. - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0623047-41.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Capitalização / Anatocismo - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: B. S. N. Comércio de Veículos Ltda. e outros - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

(OAB A598/AM) - Processo 0626074-27.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MÁRCIA LÚCIA TURIEL HAGGE (OAB 7681/AM) - Processo 0626726-78.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Empreitada - EXEQUENTE: Júlio César Pinto de Souza - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0627398-52.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Francisco Glauber Gomes de Abreu - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: TATIANE MEDINA OLIVEIRA (OAB 6336/AM) - Processo 0628157-79.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Pneu Forte Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0629126-94.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP) - Processo 0629618-91.2016.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Ecofibra Indústria e Comércio de Compósitos Ltda. - REQUERIDO: Construtora Triunfo da Amazônia Ltda. - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: KAREN ESTHER DE QUEIROZ NORONHA (OAB 9293/AM), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA) - Processo 0630477-15.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Rayson Pereira Rodrigues - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0632522-16.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0633166-61.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: VALDECIR MARQUES DE ALMADA - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0635320-47.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria do Rosário Maciel Machado - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) Autora(s) para que se manifeste(m) acerca da petição e documentos de fls. 269/274, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NATHALIA PEREIRA LEITE VILELA TEIXEIRA (OAB 167006/RJ), ADV: LUIZ GUSTAVO FERNANDES DA COSTA (OAB 149048/MG), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0636293-02.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: João Bosco de Lima Lelo - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0641899-11.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM), ADV: SILVANA CASTRO MUNIZ (OAB 3328/RO) - Processo 0643899-81.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Tatiane Soares da Silva - REQUERIDO: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: WANDERLEY ROMANO DANADEL (OAB 78870/MG), ADV: DEBORAH RESENDE RODRIGUES SOUZA (OAB 179414/

MG) - Processo 0647549-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud e Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0649394-09.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: BRUNO CALHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 5986/AM) - Processo 0660062-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Tutela Provisória - REQUERENTE: Casa Lotérica Sorte Certa Ltda-me - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adna Lima da Silva (OAB 11171/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Antônio Praia Caldas (OAB 9546/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bruno Calheiro de Oliveira (OAB 5986/AM)
César Ituassu da Silva Neto (OAB 9506/AM)
Deborah Resende Rodrigues Souza (OAB 179414/MG)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Elisângela Pereira Daniel (OAB 5725/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
Giselle Rachel Dias Freire (OAB 5138/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabela Ribeiro Alves (OAB 5270/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
Kamila Meirelles Paulo (OAB 16572/ES)
Karen Esther de Queiroz Noronha (OAB 9293/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Felipe de Souza Rebêlo (OAB 17593/PE)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB 149048/MG)
Márcia Lúcia Turiel Hagge (OAB 7681/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 19613A/MA)
Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB 167006/RJ)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Norberto Targino da Silva (OAB 166595/SP)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Patrícia Pertel Bromonschenkel Bueno (OAB 9395/ES)
Paulo Roberto Machado Júnior (OAB 53038/MG)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Silvana Castro Muniz (OAB 3328/RO)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Tatiane Medina Oliveira (OAB 6336/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Vitor Berenguer Barbosa Júnior (OAB 8336/AM)
Wanderley Romano Danadel (OAB 78870/MG)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO SANTOS TAKETOMI

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0337/2019

ADV: JOÃO ADELINO MORAES DE ALMEIDA PRADO (OAB 220564/SP) - Processo 0206786-27.2019.8.04.0001 (processo principal 0601540-58.2014.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Marchon Brasil Ltda. - M. T. R. Comércio Óptico Ltda. - EPP - O peticionamento inicial que deu ensejo à criação do presente processo novo se deu de maneira equivocada, haja vista que se trata de petição que deveria ter sido protocolizada de forma intermediária nos autos do processo de cumprimento de sentença n. 0245564-08.2015.8.04.0001 . Diante disso, proceda-se à imediata baixa definitiva dos presentes autos, ressalvando-se ao peticionante a possibilidade de, se entender pertinente, (re)apresentar seu requerimento nos autos corretos (0245564-08.2015.8.04.0001).

ADV: VARCILY QUEIROZ BARROSO (OAB 2683/AM) - Processo 0206843-45.2019.8.04.0001 (processo principal 0230062-39.2009.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Rose Mary Mendes Carneiro - Renato Mendes Carneiro - REQUERIDO: Renato Marcelo Fernandes - O peticionamento inicial que deu ensejo à criação do presente processo novo se deu de maneira equivocada, haja vista que se trata de petição que deveria ter sido protocolizada de forma intermediária nos autos do processo principal n. 0230062-39.2009.8.04.0001. Diante disso, proceda-se à imediata baixa definitiva dos presentes autos, ressalvando-se ao peticionante a possibilidade de, se entender pertinente, (re) apresentar seu requerimento perante os autos corretos (0230062-39.2009.8.04.0001).

ADV: OTÁVIO FERREIRA MENDES FILHO (OAB A998/AM) - Processo 0207273-94.2019.8.04.0001 (processo principal 0228704-58.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Ailton Rabelo de Sá - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Intime-se o INSS a implantar ou comprovar ter implantado o benefício determinado em antecipação de tutela na sentença de fls. 302/304 dos autos principais n. 0228704-58.2017.8.04.0001,

no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de 15 dias-multa.

ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM) - Processo 0208264-70.2019.8.04.0001 (processo principal 0642040-30.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Duplicata - REQUERENTE: Sanellva Sheilla Rocha - REQUERIDO: Condomínio Vivendas do Rio Negro Praças - O peticionamento inicial que deu ensejo à criação do presente processo novo laborou em equívoco, haja vista que se trata de petição que deveria ter sido protocolizada de forma intermediária nos autos do processo principal n. 0642040-30.2018.8.04.0001. Diante disso, proceda-se à imediata baixa definitiva dos presentes autos, ressalvando-se ao peticionante a possibilidade de, se entender pertinente, (re)apresentar seu requerimento nos autos corretos (0642040-30.2018.8.04.0001).

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0611307-23.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Mosanilce Falcão de Matos - ME (K & M Variedades) - Mosanilce Falcão de Matos (Representante da Empresa Mosanilce Falcão de Matos - ME) - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 1117A/AM) - Processo 0618443-66.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDA: Maria Amélia da Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DANILO JOSÉ DE ANDRADE (OAB 6779/AM), ADV: LUCAS RODRIGUES LUCAS (OAB 9493/AM) - Processo 0621766-79.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: José Antônio Pinho da Silva - REQUERIDA: Márcia Gomes Ovídio - Paute-se audiência de instrução e julgamento para dia 04 de outubro de 2019, às 9 horas. Anoto às partes o prazo de 10 (dez) dias para arrolamento de testemunhas que pretendam ouvir, sob pena de preclusão.

ADV: RIGONEY SARAIVA AMORIM (OAB 13582/AM), ADV: PAULO ROGÉRIO ARANTES (OAB 1509/AM), ADV: DIVINO FRANCISCO DE OLIVEIRA BARRETO JÚNIOR (OAB 8487/AM), ADV: RAINERI RAMOS RAMALHO DE CASTRO (OAB 7598/AM), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: MARIA GLADES RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 2144/AM) - Processo 0625486-88.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: Jedson de Oliveira Lopes - REQUERIDO: Medicon Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda. - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos; ou por publicação oficial, no caso de réu revel citado na forma do art. 256, a fim de, no prazo de 15 (quinze) dias, promover o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios também de 10% (dez por cento).

ADV: FABÍOLA MARIA VASQUES PAREJA LOBO (OAB 4167/AM), ADV: EDILSON BATISTA DE MENEZES JUNIOR (OAB 26464/BA), ADV: RODOLFO RIPPER FERNANDES (OAB 121045/RJ) - Processo 0628098-28.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0622626-46.2018.8.04.0001) - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: S. A. Serviços de Academia de Ginástica Ltda. - CONSIGNADO: Shopping Manaus Norte SPE S/A - INTSSADO: Serasa Experian - Indefiro o pedido de fls. 410/416, uma vez que inviável o processamento de cumprimento provisório de sentença nos mesmos autos de processo em grau de recurso.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0628909-61.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: E. A. Reis - EPP (Distribuidora Empacotadora Paraná) - Edson Aparecido Reis - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DAYANA DE MENEZES AZEVEDO (OAB 10500/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0637824-94.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria da Conceição Castro Lopes - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos; ou por publicação oficial, no caso de réu revel citado na forma do art. 256, a fim de, no prazo de 15 (quinze) dias, promover o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios também de 10% (dez por cento).

ADV: NICOLLE SOUZA DA SILVA SCARAMUZZINI TORRES (OAB 14839/PA) - Processo 0641656-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Magali Pinto Monte - REQUERIDO: Fausto Mendonça Ventura - Defiro a gratuidade, observado nos autos indícios que o requerente possui requisitos necessários para a concessão do benefício pleiteado. De acordo com o art. 334, do CPC, porque a petição inicial preenche os requisitos e não é o caso de improcedência liminar, determino que seja designada data para realização de audiência de conciliação ou de mediação. Cite-se a parte requerida para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

ADV: DAVID NEVES MARTINS (OAB 5776/AM) - Processo 0642896-57.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Francisco Pereira de Aguiar - REQUERIDO: E. de J. de S. Melo - Me (DNA Empreendimentos Imobiliários) - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700, do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º, do artigo 701, CPC. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no caput do art. 701, do CPC, até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15 (quinze) dias, nos termos do art. 702, § 5º, do CPC. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º, c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/

ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I, do Provimento nº 261/2015 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: PAULO FELIPE SARAIVA DA SILVA (OAB 10242/AM) - Processo 0643949-44.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Eunice Sarah Filgueiras - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - DIANTE DO EXPOSTO, julgo extinta a presente execução, nos termos do disposto no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0645460-09.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - REQUERIDO: Tomaz da Silva Dias - A considerar a natureza do requerente, assim como os indícios juntados nos autos, condizentes com os requisitos necessários para concessão do benefício de gratuidade, defiro neste sentido. Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700, do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º, do artigo 701, CPC. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no caput do art. 701, do CPC até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15 (quinze) dias, nos termos do art. 702, § 5º, do CPC. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º, c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I, do Provimento nº 261/2015 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0645844-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Thais Saraiva Lima - REQUERIDO: Clínica Femina de Ginecologia e Obstetrícia Ltda. - Defiro a gratuidade, observado nos autos que a requerente possui requisitos necessários para a concessão do benefício pleiteado. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. De acordo com o art. 334, do CPC, porque a petição inicial preenche os requisitos e não é o caso de improcedência liminar, deveria ser designada data para realização de audiência de conciliação ou de mediação. No entanto, destaco que cabe ao magistrado verificar a conveniência da realização dessa audiência. Conforme determina o art. 4°, do CPC, “as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa”. A fim de alcançar a duração razoável e a efetividade, o novo sistema permite, dentre outras coisas, a flexibilização procedimental (CPC, 139, VI), sendo que a doutrina moderna defende a possibilidade de adequação do procedimento utilizando técnicas que vão além da simples alteração de prazos e/ou modificação da ordem de produção das provas. Além disso, é possível determinar a realização da audiência de conciliação a qualquer momento do procedimento (CPC, 139, V), sem prejuízo de as partes poderem recorrer a qualquer forma de solução alternativa extrajudicial de conflitos. Assim, a postergação da conciliação ou da mediação não acarretará nulidade (STJ - AgRg no AREsp 409.397/MG), já que não se vislumbra prejuízo para as partes (CPC, 282, § 1° e 283, parágrafo único). Também deve ser observada a necessidade de preservar a garantia da isonomia, enfatizada no art. 7°, do CPC. Da forma como está disciplinada a audiência em questão, o réu ocupa posição de vantagem no momento da conciliação ou da mediação. Afinal, ele já tem ciência da tese do autor, ao passo que este não sabe quais são os argumentos que aquele vai utilizar para afastar o acolhimento da pretensão deduzida na inicial. Finalmente, a autorização expressa para a não realização do ato “quando não se admitir a autocomposição” (CPC, 334, § 4°, II) deve ser interpretada de maneira extensiva, abarcando os casos em que quaisquer das partes seja notoriamente refratária à resolução do litígio consensualmente, ou porque o autor já manifestou initio litis desinteresse nessa audiência, ou ainda, por fim, porque as características, a natureza ou o objeto da ação indiquem que a conciliação seja bastante improvável no caso concreto. Dessarte, deixo de designar a audiência neste momento, sem prejuízo de fazê-lo oportunamente, se o caso dos autos demonstrar que será adequada para melhor solução da lide. Cite-se a parte requerida para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0646364-29.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: Cláudia Regina Silva Barata - Após o cumprimento da liminar, cite-se o(a) Requerido(a) para no prazo de cinco dias pagar o valor cobrado pelo credor fiduciário ou apresentar contestação no prazo de 15 dias. Determino, de pronto, o bloqueio do veículo pelo Renajud e que se proceda à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud/SIEL. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, acrescente-se no mandado. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado. Prazo de 10 dias. I.

ADV: LUCIANA VIEIRA DA ROSA SIQUEIRA (OAB 120373/RJ), ADV: LYMARK KAMAROFF (OAB 109192/RJ), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM) - Processo 0717758-43.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Celiane Eduardo Santos Rocha -

REQUERIDO: Carlos Jorge Cury Mansilla - INTSSADO: Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas - Cuida-se de processo que teve a primeira sentença anulada pelo TJ/AM sob o fundamento de cerceamento da defesa do requerido, quanto à produção de prova pericial. Retornando os autos a esta primeira instância, oportunizou-se ao requerido a produção da vindicada prova, contudo, ele alegou não ter condições financeiras de pagar os honorários periciais em única parcela. O senhor perito anuiu ao parcelamento dos honorários em 5 (cinco) prestações, desde que estas fossem quitadas antes do início dos trabalhos periciais. Entretanto, o requerido, na última petição de fl. 362, mudou de ideia e alegou hipossuficiência financeira, razão pela qual pugnou pelo pagamento das despesas periciais ao final do processo. Pois bem. O pedido de fl. 362 não comporta deferimento, porquanto não se mostra razoável impor ao senhor perito a realização de trabalho sem o custeio prévio dos correspondentes honorários, além do que tal pedido contraria expressamente o disposto no caput do art. 95, do CPP, in verbis: Cada parte adiantará a remuneração do assistente técnico que houver indicado, sendo a do perito ADIANTADA pela parte que houver requerido a perícia ou rateada quando a perícia for determinada de ofício ou requerida por ambas as partes. (os destaques nã constam do original) Descumprido o dispositivo legal, impõe-se o reconhecimento da desistência pela parte requerida da prova pericial que requereu. Nesse sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. PERÍCIA. REAVALIAÇÃO. HONORÁRIOS. NÃO PAGAMENTO. PRECLUSÃO. O não recolhimento do valor dos honorários periciais, na forma do previsto no art. 95 do Código de Processo Civil, equivale à desistência e implica ao indeferimento da produção da prova. (TRF-4 - AG: 50093909020194040000 5009390-90.2019.4.04.0000, Relator: RÔMULO PIZZOLATTI, Data de Julgamento: 04/06/2019, SEGUNDA TURMA) Por derradeiro, pertinente destacar que a intimação para depósito do valor correspondentes aos honorários periciais se deu há mais de um ano - vide fls. 350/351. Ex positis, indefiro a produção da prova pericial requerida exclusivamente pela parte passiva, homologando a desistência tácita quanto a realização da referida prova, em razão do não recolhimento antecipado do valor dos honorários periciais, malgrado o decurso de prazo razoavelmente longo para fazê-lo. Seguindo com o rito processual, verifica-se pelo quadro fático que o processo está maduro para julgamento, uma vez que a questão sub judice poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente, motivo pelo qual anuncio o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I, do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 1117A/AM)
Danilo José de Andrade (OAB 6779/AM)
David Neves Martins (OAB 5776/AM)
Dayana de Menezes Azevedo (OAB 10500/AM)
Divino Francisco de Oliveira Barreto Júnior (OAB 8487/AM)
Edilson Batista de Menezes Junior (OAB 26464/BA)
Fabíola Maria Vasques Pareja Lobo (OAB 4167/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
João Adelino Moraes de Almeida Prado (OAB 220564/SP)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Lucas Rodrigues Lucas (OAB 9493/AM)
Luciana Vieira da Rosa Siqueira (OAB 120373/RJ)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Lymark Kamaroff (OAB 109192/RJ)
Maria Glades Ribeiro dos Santos (OAB 2144/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Nicolle Souza da Silva Scaramuzzini Torres (OAB 14839/PA)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Otávio Ferreira Mendes Filho (OAB A998/AM)
Paulo Felipe Saraiva da Silva (OAB 10242/AM)
Paulo Rogério Arantes (OAB 1509/AM)
Raineri Ramos Ramalho de Castro (OAB 7598/AM)
Rigoney Saraiva Amorim (OAB 13582/AM)
Rodolfo Ripper Fernandes (OAB 121045/RJ)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Varcily Queiroz Barroso (OAB 2683/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0302/2019

ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: VICTORIA DUTRA DE ALENCAR ARANTES (OAB 10316/AM), ADV: ISALTINO JOSÉ BARBOSA NETO (OAB 9055/AM), ADV: MARIA FERNANDA VIANEZ DE CASTRO E CAVALCANTI (OAB 13000/AM), ADV: JÚLIA GABRIELA TRINDADE DE MELO (OAB 8074/AM), ADV: LUCIANA TRUNKL FERNANDES DA COSTA (OAB 3006/AM), ADV: MARIA GLADES RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 2144/AM), ADV: RAFAEL ALLBUQUERQUE GOMES DE OLIVEIRA (OAB 4831/AM), ADV: PAULO ROGÉRIO ARANTES (OAB 1509/AM), ADV: MARCOS RICARDO HERSZON CAVALCANTI (OAB 2324/AM), ADV: RUBENS SAMUEL BENZECRY NETO (OAB 9212/AM) - Processo 0621272-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Akc Souza Eireli - REQUERIDO: Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra - ANTE O EXPOSTO, com fundamento no art. 485, IV do CPC, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, por inércia do autor em não promover os atos de sua incumbência. Revogo a liminar deferida às fls. 163/165. Após o trânsito em julgado da presente decisão, determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. Encaminhem-se os autos à Contadoria a fim de verificar custas pendentes. Custas pelo Autor.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: FRANK SILVA DE MORAIS (OAB 6403/AM) - Processo 0633680-14.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Giberlene Lima Leda - Vistos, etc... Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a propsota de acordo efetuada pelo exequente, de fls.141/142,, com anuência expressa da parte executada às fls. 146/1477 no presente processo de Execução de Título Extrajudicial movido por Amazonas Distribuidora de Energia S/A contra Giberlene Lima Leda. ANTE AO EXPOSTO, com fundamento no Art. 924, III c/c o art. 487, III, b, ambos do NCPC, julgo extinto o presente processo. Determino, após o cumprimento integral do acordo, o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. P.R.I.C.

Frank Silva de Morais (OAB 6403/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isaltino José Barbosa Neto (OAB 9055/AM)
Júlia Gabriela Trindade de Melo (OAB 8074/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Luciana Trunkl Fernandes da Costa (OAB 3006/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Marcos Ricardo Herszon Cavalcanti (OAB 2324/AM)
Maria Fernanda Vianez de Castro e Cavalcanti (OAB 13000/AM)
Maria Glades Ribeiro dos Santos (OAB 2144/AM)
Paulo Rogério Arantes (OAB 1509/AM)
Rafael Allbuquerque Gomes de Oliveira (OAB 4831/AM)
Rubens Samuel Benzecry Neto (OAB 9212/AM)
Victoria Dutra de Alencar Arantes (OAB 10316/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO MANUEL AMARO DE LIMA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EDNA MOUZINHO BARRETO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0303/2019

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: OYAMA CEZAR R. MAGALHAES (OAB 001.970/AM), ADV: GRAZIELA FERNANDES DE MELLO BONFIM (OAB 6808/AM) - Processo 0011264-44.2010.8.04.0012 (012.10.011264-4) - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Maria Eliete Magalhaes Coelho - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Determino à secretaria para que certifique se o presente processo encontra-se em cargo. Após, façam-me os autos conclusos. P.R.I.C.

ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM), ADV: RUY GAMA E SILVA (OAB 312A/AM), ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: ROSÂNGELA LEMOS DE MELLO GUIMARÃES (OAB 2747/AM), ADV: MÁRCIO ALEXANDRE SILVA (OAB 2970/AM) - Processo 0025822-98.2003.8.04.0001 (001.03.025822-8) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - REQUERIDO: Antônia do Espírito Santo Ferreira Furtado - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas realizadas via sistemas RENAJUD, INFOJUD e ERIDFT, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0028959-88.2003.8.04.0001 (001.03.028959-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco do Brasil S.A. - REQUERIDA: Adriana da Silva Rufino - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: ANTÔNIO AZEVEDO DE LIRA (OAB 5474/AM), ADV: SANDRA NAZARÉ DIAS BARRETO (OAB 1346/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM) - Processo 0049856-40.2003.8.04.0001 (001.03.049856-3) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Tania Maria Monteiro da Silva - REQUERIDA: Empresa Viação Vitória Régia Ltda - Auto Viação Vitória Régia Ltda. - Global GNZ Transportes Ltda. - Ante o montante já recebido pela parte exequente, bem como o valor pendente de recebimento, verifico que a hipossuficiência alegada pela parte autora na exordial, não merece mais guarida, razão pela qual, revogo a justiça gratuita previamente concedida. Ato contínuo, determino a intimação do requerente para, no prazo legal de 15 (quinze), proceder ao pagamento das custas processuais, colacionadas à f. 831 dos autos. P.R.I.C.

ADV: FÁBIO GUEDES DOS REIS (OAB 3132/AM), ADV: IASMIM DA SILVA DE OLIVEIRA (OAB 215438/RJ), ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM), ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM), ADV: MÁRCIO COSTA ONETY (OAB 3621/AM) - Processo 0082416-98.2004.8.04.0001 (001.04.082416-1) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Aliança Navegação e Logística Ltda e Cia. - REQUERIDO: D. F. Coelho & Cia. Ltda. - INTSSADO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Vivo S/A - Tim Celular S/A - Claro S/A (Net Serviços de Comunicação S/A - Vivax S/A) - NEXTEL - Telecomunicações Ltda - Indefiro pedido de fls. (514/515), tendo em vista que todas as tentativas anteriores de bloqueio dos ativos financeiros em nome do executado, não lograram êxito, portanto, é improvável que desta vez se obtenha resultado positivo. Ademais, é dever do magistrado, em sua função jurisdicional, filtrar diligências inúteis ou desnecessárias, conforme interpretação analógica do parágrafo único do art. 370 do Código de Processo Civil, no intuito de promover um processo mais eficaz. Saliento que a execução está correndo há mais de 10 (dez) anos, sem quaisquer resultado que satisfaça a execução. Portanto, sob à luz do art. 921, III, §§ 1º e 2º, CPC/2015, DECIDO: I - À secretaria para que suspenda o processo em epígrafe, pelo prazo de 1 (um) ano. II - Decorrido o referido prazo, sem que seja localizado o executado (a) ou encontrados bens penhoráveis, o juiz ordenará o arquivamento dos autos. III - Transcorrido o prazo de que trata o § 1o do art. 921 do NCPC/2015, sem manifestação do exequente, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente. Saliento que, suspensa a execução, NÃO SERÃO PRATICADOS ATOS PROCESSUAIS, podendo o juiz, entretanto, salvo no caso de arguição de impedimento ou de suspeição, ordenar providências urgentes, bem como se forem encontrados bens penhoráveis, conforme preconizado no art. 921, §3º c/c 923 do NCPC/2015. Adverto a parte autora sobre a não incidência de pedidos ulteriores a esta decisão, com conteúdos meramente procrastinatório, sob pena de configurar-se ato atentatório à dignidade da justiça, com a possibilidade de punição pecuniária, nos termos do que dispõe o art. 77, inciso IV, e §§1º e 2º do NCPC/2015, ensejando a aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta, revertida ao Fundo de Modernização do Poder Judiciário, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, como determina o art. 97 do novo Código de Processo Civil. P. R. I. C.

ADV: BRUNA SOUZA DE FIGUEIREDO (OAB 7742/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: LEONARDO PEREIRA DE MELLO (OAB 15841/PA), ADV: CÉSAR AUGUSTO SANTOS PEREIRA (OAB 1908/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM) - Processo 0089447-72.2004.8.04.0001 (001.04.089447-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Unimed de Manaus - Cooperativa de Trabalho Medico - REQUERIDO: José Antonio Gomes da Silva - DEPRECADO: Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: MÁRIO DA CRUZ GLÓRIA (OAB 4013AM), ADV: BRUNO BARBOSA DOS REIS GLÓRIA (OAB 9432/AM), ADV: DOUGLAS ALEIXO SANTOS DA CRUZ (OAB 9426/AM), ADV: ANDRÉ GUIMARÃES DA CRUZ (OAB 7549/AM) - Processo 0102524-51.2004.8.04.0001 (001.04.102524-6) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Rymo Imagem e Produtos Graficos da Amazonia Ltda - REQUERIDA: G. Castro da Silva Comercial - De ordem, intimo a parte autora para que efetue o pagamento das custas processuais, conforme fls. 194, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 491A/AM), ADV: FELIPE ANDRADE MONTEIRO (OAB 9954/AM) - Processo 0205318-77.2009.8.04.0001 (001.09.205318-2) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: RC Recebiveis Ltda - EXECUTADA: Incompe Indústria de Componentes Eletrônicos - 5 Estrelas Crédito e Empreendimentos Ltda - Edson dos Santos Gomes - André Luiz de Souza Alves - Compulsando os autos, verifico que houve equívoco quanto decisão de fl. (265), posto que existe citação válida nos autos, portanto, chamo o processo a ordem e torno sem efeito decisão retro. Portanto, tendo em vista que todas as tentativas anteriores de bloqueio dos ativos financeiros em nome do executado, não lograram êxito, portanto, é improvável que desta vez se obtenha resultado positivo. Ademais, é dever do magistrado, em sua função jurisdicional, filtrar diligências inúteis ou desnecessárias, conforme interpretação analógica do parágrafo único do art. 370 do Código de Processo Civil, no intuito de promover um processo mais eficaz. Portanto, sob à luz do art. 921, III, §§ 1º e 2º, CPC/2015, DECIDO: I - À secretaria para que suspenda o processo em epígrafe, pelo prazo de 1 (um) ano. II - Decorrido o referido prazo, sem que seja localizado o executado (a) ou encontrados bens penhoráveis, o juiz ordenará o arquivamento dos autos. III - Transcorrido o prazo de que trata o § 1o do art. 921 do NCPC/2015, sem manifestação do exequente, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente. Saliento que, suspensa a execução, NÃO SERÃO PRATICADOS ATOS PROCESSUAIS, podendo o juiz, entretanto, salvo no caso de arguição de impedimento ou de suspeição, ordenar providências urgentes, bem como se forem encontrados bens penhoráveis, conforme preconizado no art. 921, §3º c/c 923 do NCPC/2015.

Adverto a parte autora sobre a não incidência de pedidos ulteriores a esta decisão, com conteúdos meramente procrastinatório, sob pena de configurar-se ato atentatório à dignidade da justiça, com a possibilidade de punição pecuniária, nos termos do que dispõe o art. 77, inciso IV, e §§1º e 2º do NCPC/2015, ensejando a aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta, revertida ao Fundo de Modernização do Poder Judiciário, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, como determina o art. 97 do novo Código de Processo Civil. P. R. I. C.

ADV: DOUGLAS GOMES DA SILVA (OAB 6980/AM), ADV: CLÓVIS ROBERTO SOARES MUNIZ BARRETO (OAB 2968/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: DANIEL DO NASCIMENTO SILVA (OAB 7472/AM) - Processo 0209202-12.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Nova Comercial Pescados Ltda - EPP - REQUERIDO: Bia Comercio e Representaçoes de Produtos Alimentos Ltda - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Por ora, deixo de analisar tal petitório, posto que não consta nos autos o recolhimento das devidas custas. Portanto, intimo a parte interessada para promover o recolhimento das custas processuais pertinentes, no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem resposta, voltem-me os autos conclusos. P.R.I.C.

ADV: BRUNO SILVA NAVEGA (OAB 83522PR), ADV: DIOGO CEZAR DOS SANTOS FEUSER (OAB 749A/AM), ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM), ADV: MILTON AURÉLIO ROSAS GOMES (OAB 4723/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: RAFAEL WERNECK COTTA (OAB 167373/RJ), ADV: MIRIAM DE SOUZA SANTOS (OAB 6798/AM) - Processo 0209631-76.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: José Ribamar Sampaio Fonseca - REQUERIDO: EUCATUR - Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda. - DENUNCIADO: Companhia Mutual de Seguros - PERITO: José Militão Rodrigues da Silva - Cel PM R/R - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM), ADV: RAFAEL DA SILVA MENEZES (OAB 6915/AM), ADV: MARCELO FURUKAWA MAIA (OAB 4527/AM), ADV: THATIANA NEVES COSTA DE SOUZA CASTELO BRANCO (OAB 5715/AM) - Processo 0215963-93.2011.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Energia Participações e Representações S/A - REQUERIDO: Djalma de Souza Castelo Branco - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: PAULO SÉRGIO OLIVEIRA AMORIM (OAB 12779/AM) - Processo 0219115-71.2019.8.04.0001 (processo principal 0613725-89.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Fábio Tavares Amorim - Trata-se de Cumprimento Provisório de Decisão proposta por Fábio Tavares Amorim, em face de Todas as Partes Passivas \<\< Informação indisponível \>\>. Compulsando os autos, verifico que já existe petição para os mesmos fins e seu cumprimento deverá correr nos mesmos autos (n°0613725-89.2018.8.04.0001), e não em apartados. Determino à Secretaria a remessa dos autos para fila “Distribuição Cancelar”, para cancelamentos dos autos. P.R.I.C.

ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA) - Processo 0229981-75.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Raimunda de Souza Lima - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - INTSSADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Tendo em vista acordo às fls. 175-181, homologado por sentença à fl. 204, determino a expedição de Requisição de Pequeno Valor (RPV), nos termos do art. 30.º da Resolução nº 10/2010 do TJAM para pagamento da quantia indicada no ponto 2, fl. 176. Após, intime-se por ato eletrônico a Autarquia Previdenciária, a fim de que deposite a importância devida, através de DJO (Depósito Judicial Ouro) junto à Caixa Econômica Federal, Agência 3205, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art.535, §3º, II, do NCPC. Após cumprida tal determinação, hei por bem determinar o arquivamento dos presentes autos, bem como a baixa na distribuição.

ADV: JANAINA LEÃO BRAGA (OAB 12906/AM), ADV: MÁRCIA REGINA PACHECO OLIVEIRA (OAB 14067/AM) - Processo 0231524-79.2019.8.04.0001 (processo principal 0616487-44.2019.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Danilo Meireles Lima - Trata-se de Cumprimento Provisório de Decisão proposta por Danilo Meireles Lima. Compulsando os autos, verifico que o cumprimento provisório de sentença está tramitando em uma nova numeração 0231524-79.2019,sendo que nos autos principais sob nº 0616487-44.2019, já existe a mesma peça requerendo o prosseguimento da lide, logo, seu cumprimento deve correr nos mesmos autos, e não em apartados. Portanto, diante dos principios da economia processual que preconiza o máximo resultado na atuação do direito com o mínimo emprego possível de atividades processuais, bem como o da celeridade processual, que determina que os processos devem desenvolver-se em tempo razoável, de modo a garantir a utilidade do resultado alcançado ao final da demanda, hei por bem determinar o arquivamento dos presentes autos. Adverto as partes interessadas que peticione, somente, nos autos CORRETOS, sob pena de configurar-se ato atentatório à dignidade da justiça, com a possibilidade de punição pecuniária, nos termos do que dispõe o art. 77, inciso IV, e §§1º e 2º do NCPC/2015, ensejando a aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta, revertida ao Fundo de Modernização do Poder Judiciário, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, como determina o art. 97 do novo Código de Processo Civil. Determino que à secretaria para que arquivem-se os autos assim como proceda à baixa na distribuição. P.R.I.C.

ADV: CARLOS CHRISTIANO KRAKHECKE FILHO (OAB 4132/AM), ADV: EDSON BELMONT DE LIMA (OAB 8931/AM) - Processo 0237785-65.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Jorge Ferreira da Costa - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Tendo em vista apresentação de cálculos pela Autarquia Federal às fls. (158/167), determino a intimação da parte requerente para informar se acata ou não o valor apresentado, no prazo de 15 (quinze) dias. P.R.I.C.

ADV: CARLOS ABENER DE OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 642/AM), ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0240732-24.2018.8.04.0001 (processo principal 0607133-29.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Ester Moraes da Silva Costa - EXECUTADO: JOSÉ TADROS & CIA LTDA - Ante acordo homologado pelas partes nos autos n° 0607133-29.2018, determino expedição de alvará em favor da parte autora, em nome de seu patrono com poderes para tal ato. P.R.I.C.

ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: CARLOS CARIOCA DA COSTA FILHO (OAB 14349/AM), ADV: VANESSA BENAYON DE CARVALHO (OAB 5977/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0240874-43.2009.8.04.0001 (001.09.240874-6) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cleire Maria Carioca da Costa - REQUERIDO: TNL PCS S/A - Certifico para os devidos fins, que foi efetivado o desbloqueio do veículo objeto da lide por este Juízo.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0245199-90.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia

S/A - REQUERIDA: Maria Ascenção de Gama - INTSSADO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Tim Celular S/A - VIVO - Norte Brasil Telecom S/A - Filial Manaus - Claro S/A (Net Serviços de Comunicação S/A - Vivax S/A) - Clube de Diretores Lojistas - CDL - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Certifico para os devidos fins que os Embargos de Declaração foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intime-se o Embargado para se manifestar acerca dos Embargos de Declaração opostos nas fls. 276/291, no prazo legal de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.023 §2º CPC.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0257902-53.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Marco Aurélio de Castro Ferreira - ATO ORDINATÓRIO Diante da Carta Precatória de fls. 294, de ordem, intimo o autor para que cumpra o estabelecido no Despacho de fl. 288: "(...) imprima a carta e os documentos pertinentes, bem assim remeta-os ou protocole um processo eletrônico autônomo junto ao juízo deprecado (...) a parte autora deve comprovar nestes autos o protocolo da precatória junto à vara competente, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção. Com a juntada do protocolo, o autor deverá comprovar o cumprimento da diligência em até 6 (seis) meses, sob pena de extinção." Manaus, 29 de agosto de 2019. Micaelle Tamara Sa Ribeiro Schwab Assistente Judiciária

ADV: AMILCAR AUGUSTO CÉSAR DE CARVALHO (OAB 1450/AM), ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM) - Processo 0340112-06.2007.8.04.0001 (001.07.340112-0) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Karina Ferreira Sussuarana - REQUERIDO: Mario Jonas Thaumaturgo de Souza - NÃO INFORM: Andréa Caldeira do Couto - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0600215-82.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Marco Antonio Castro Teixeira - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0600272-32.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Manoel dos Santos Melo - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0600669-28.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: OCA ROUPAS LTDA (TACO) - ERICK IANINO ROCHA - FÁBIO DE CARVALHO GENTIL - VICTORIA BANDEIRA DE MELLO - INTSSADO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA - RO - Certifico para os devidos fins que os Embargos de Declaração foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intime-se o Embargado para se manifestar acerca dos Embargos de Declaração opostos nas fls. 411/414, no prazo legal de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.023 §2º CPC.

ADV: REBECA AGUIAR LARRAT (OAB 9964/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0601655-11.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: Sony Dadc Brasil Indústria Comércio e Distribuição Video-fonográfica Ltda. - REQUERIDO: Promoserv Construcao e Locacao LTDA - Ante pedido de desistência formulado por parte estranha à lide, determino a intimação da parte autora para ratificar pleito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de indeferimento. P.R.I.C.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0602103-76.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Maria de Jesus Azevedo Gomes - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: EDGAR PORTELA DA SILVA AGUIAR (OAB 9941/AM), ADV: MILTON ANTÔNIO RIVERA REYES (OAB 9851/AM), ADV: JONATHAN SOLON MELO NUNES (OAB 12119/AM), ADV: ALAN AUGUSTO DE SOUZA SANTOS (OAB 14742/AM) - Processo 0603309-62.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alan Augusto de Souza Santos - Angelo Serrão dos Santos - Andryo Serrão dos Santos - REQUERIDO: Medic Lab Servicos e Atividade Medica Ltda - Trata-se de Cumprimento de Sentença proposta por Alan Augusto de Souza Santos, Andryo Serrão dos Santos e Angelo Serrão dos Santos, em face de Medic Lab Servicos e Atividade Medica Ltda. Havendo relevantes indícios de formação de grupo econômico, em que as empresas estão submetidas a unidade gerencial, laboral e patrimonial, sendo organizadas em estrutura societária meramente aparente, será regular sua inclusão no polo passivo da execução. Pois bem. A parte exequente requer em síntese a desconsideração da personalidade jurídica pelo reconhecimento de grupo econômico sem que tenham sido cumpridos os requisitos legais para tanto. Ante exposto, intime-se o autor, no prazo de 5 (cinco) para promover a citação das empresas informadas à fl. 413. P.R.I.C.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM), ADV: BÁRBARA ANTUNES ANDRADE (OAB 10919/AM), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0603901-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Ana Josefa Rodrigues dos Santos - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Instituto Médico Legal - IML - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Assim, dou-me em condições de conhecer do pedido, nos termos do Art. 355, I do NCPC/2015. Decorrido o prazo recursal, façam os autos conclusos para sentença. P.R.I.C.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUCÉLIA MACHADO DIAS (OAB 11279/AM), ADV: DIEGO CASTRO AMARAL (OAB 11339/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0605441-29.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Francisco Junio da Silva Pontes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intime-se a parte executada, a pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas

processuais, conforme Portaria 116/2017, tabela II, Procedimentos Incidentes, "d". Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, sob pena de indeferimento. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do NCPC/2015, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes a consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD, ERIDFT. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. P.R.I.C.

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM), ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM), ADV: CARLOS FELYPPE TAVARES PEREIRA (OAB 9512/ES), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: DEBORAH MOREIRA DA COSTA SOUZA (OAB 4956/AM), ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0605498-86.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Marcus Antonio Alves de Carvalho - REQUERIDA: BV Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - De ordem, INTIME-SE o Requerido para que proceda o pagamento das custas no prazo de 10 (dez) dias, conforme G.R.J de páginas 242.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0605864-52.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Tania Berenice Freitas Julio - Compulsando os autos, verifico que assiste razão a parte autora, tendo em vista o esgotamento das vias judicias disponíveis para localização do requerido. Ante ao exposto, defiro pedido e determino a citação por edital da ré, na forma do art. 256 do CPC. À Secretaria proceda as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 53182/DF), ADV: ROSIANE RIBEIRO DE SOUZA (OAB 195762/RJ), ADV: MARCELE DE ALMEIDA MONTEIRO (OAB 11190/AM), ADV: NATHALIA PEREIRA LEITE VILELA TEIXEIRA (OAB 167006/RJ), ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 37491A/BA), ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP) - Processo 0608066-02.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Keith Braz Nogueira - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: RENATA BERNARDINO PAIVA (OAB 10345/AM) - Processo 0609255-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Juracy Leite de Araujo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Tendo em vista despacho à fl. 60, intime-se o autor para que proceda o recolhimento das custas do oficial de justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. P.R.I.C.

ADV: SUELLEN APARECIDA DE CARVALHO BELASQUE (OAB 811A/AM) - Processo 0609519-95.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Corporate Trade Center - REQUERIDO: Senso Engenharia e Comercio Ltda - ATO ORDINATÓRIO De ordem, dê-se vistas ao Exequente para que se manifeste acerca do Retorno do AR de fl. 204 no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MÁRCIO CÉSAR OLIVEIRA LEITE (OAB 9195/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: ANA PAULA NOGUEIRA DE SÃO MARCOS BATISTA MOURA (OAB 6677/AM) - Processo 0609694-60.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fernanda Kelly Diran Rodrigues - REQUERIDO: Avelino e Nelson Consultoria Imobiliária Ltda. - Epp - Imbrasco Empreendimento Imobiliario - Laion Empreendimentos Imobiliários Ltda - Banco do Brasil S.A - Em obediência ao Despacho de fl. 698, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0610673-51.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Busca e Apreensão - REQUERENTE: S.S. - REQUERIDA: F.B.S.L. - Ante o cumprimento da carta precatória, determino sua devolução ao juiz de origem como nossos cumprimentos. Oportunamente, arquivem-se os autos e proceda a baixa na distribuição. P.R.I.C.

ADV: MARIA DE FÁTIMA LIMA DA SILVA (OAB 6785/AM), ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: SIMONE WAUGHAN FREITAS DE SOUZA (OAB 11830/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM) - Processo 0611257-21.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0611251-14.2019.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Leonnardo Gomes Cruz - REQUERIDO: Banco Bmc S/A - Banco Bradesco Financiamentos S/A - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: EVERTON BERNARDO CLEMENTE (OAB 26506/GO), ADV: EVERTON BERNARDO CLEMENTE (OAB 1100/AM) - Processo 0611733-64.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: MARIA MIRLENE PENA BARBOSA - REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0611803-76.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria Aparecida Viana dos Santos - Intime-se a parte executada, a pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais, conforme Portaria 116/2017, tabela II, Procedimentos

Incidentes, "d". Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, sob pena de indeferimento. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do NCPC/2015, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes a consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD, ERIDFT. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVEZ DOS SANTOS (OAB 1163/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0611912-27.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Jsafra Sa - REQUERIDO: Jocivalda Calixto da Silva - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: PAULO CÉSAR AZEVEDO DOS SANTOS (OAB 13278/AM) - Processo 0612408-56.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Valmir Bernardo Crispim-me - Leonardo Queiroz Crispim - Valmir Bernardo Crispim - Por ora, deixo de analisar pedido retro, bem como intimo a parte executada acerca de petição de fl. (210/215) para que, querendo, se manifeste sobre tal petitório, no prazo de 10 (dez) dias. P.R.I.C.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0613102-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: José Orivaldo Meira Peres - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: PAULO SÉRGIO OLIVEIRA AMORIM (OAB 12779/AM), ADV: ANA LUISA LIMA CAVALCANTI (OAB 39124/PE), ADV: CARLOS ANTÔNIO HARTEN FILHO (OAB 19357/PE), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 20335/PE), ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB 1185A/AM) - Processo 0613725-89.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: F.T.A. - REQUERIDO: T.C. - Intime-se a parte executada, a pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais, conforme Portaria 116/2017, tabela II, Procedimentos Incidentes, "d". Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, sob pena de indeferimento. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do NCPC/2015, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes a consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD, ERIDFT. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. No outro, giro expeça-se Alvará Judicial no nome do patrono do autor (fl.209). P.R.I.C.

ADV: ELISIANE DE DORNELLES FRASSETTO (OAB 1234A/AM), ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI (OAB 1044A/AM), ADV: PAULO CESAR ROSA GOES (OAB 148467/MG), ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 1084A/AM) - Processo 0613762-24.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Renova Securitizadora de Créditos Financeiros S/A - EXECUTADA: DEUZIMAR MARIA B VENANCIO - Determino o cumprimento da certidão de crédito colacionada à folha 178 dos autos. À Contadoria proceda as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0616362-76.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Manoel Maia dos Santos - Intime-se a parte executada, a pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença,

no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais, conforme Portaria 116/2017, tabela II, Procedimentos Incidentes, "d". Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, sob pena de indeferimento. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do NCPC/2015, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes a consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD, ERIDFT. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. P.R.I.C.

ADV: FRANCISCO ANDRÉ CARDOSO DE ARAÚJO (OAB 279455/SP), ADV: FRANCISCO ANDRÉ CARDOSO DE ARAÚJO (OAB 1159A/AM), ADV: GABRIELLY DE OLIVEIRA GOMES (OAB 14294/AM), ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM), ADV: SANDRO LUCIANO MARTINS RASZL (OAB 9087/AM), ADV: ANA MARIA HOLANDA FARIAS SALES (OAB 4502/AM), ADV: HELEN LEÃO BRAGA (OAB 13406/AM), ADV: BIANCA ALENCAR HOLANDA FARIAS (OAB 6858/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: JANAINA LEÃO BRAGA (OAB 12906/AM), ADV: MÁRCIA REGINA PACHECO OLIVEIRA (OAB 14067/AM), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: BEATRIZ BATISTA DOS SANTOS (OAB 1153A/AM), ADV: BEATRIZ BATISTA DOS SANTOS (OAB 295353/SP), ADV: CARLOS JOSÉ VEIGA CRESPO (OAB 5177/AM) - Processo 0616487-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Danilo Meireles Lima - REQUERIDO: Google Brasil Internet Ltda - Televisao A Crítica Ltda - R de H Farias - Me / (Blog Portal do Holanda) - Editora Crata Ltda Jornal Mascate - Sociedade de Televisão Manauara Ltda - Ante ausência de planilha descritiva do crédito perquirido pelo parte autora, indefiro pedido de fls. 279/281. Cumpra-se decisão retro. P.R.I.C.

ADV: MARCELO DE CARVALHO SARMENTO (OAB 4316/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: JAYME ARANHA CHACON JÚNIOR (OAB 8497/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0616818-31.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Adriana Cardoso Ribeiro - REQUERIDO: São Hipólito Empreendimentos Imobiliários Ltda - Capital Rossi Empreendimentos S.A. - Ante o exposto, mantenho decisão à fl. 180. Determino à secretaria para que mantenha os autos arquivados até o transito em julgado do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas n° 0005477-60.2016.08.04.0000. P. R. I. C.

ADV: FRANCISCA NILCE PINHEIRO ROCHA (OAB 9906/AM), ADV: JÉSSIKA THAYS DO NASCIMENTO MARTINS (OAB 9252/AM) - Processo 0616940-39.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: J. A. F. de Lima - REQUERIDO: Dalmir Alves dos Santos - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 65, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LÚCIA DE FÁTIMA LLANOS AGUIRRE (OAB 11948/AM), ADV: PRISCILA NEVES SILVA COSTA (OAB 12879/AM), ADV: RAQUEL TINÔCO NÉIA (OAB 10222/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM) - Processo 0617691-94.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Construtora Capital S/A - REQUERIDO: Fabiano Maues de Melo - Fabiolo Amaro de Melo - I Vista ao apelado para responder ao recurso de apelação de fls. 251/266 no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: HUGO FERNANDES LEVY NETO (OAB 4366/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: ROBERT MERRILL YORK JÚNIOR (OAB 4416/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0618284-60.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condomínio Weekend Club Ponta Negra - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - TERCEIRO I: Instituto de Perícias da Amazônia - INPEAM - Concedo prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, com a fim das partes informarem acerca de eventual acordo pactuado. Decorrido os autos, façam os autos conclusos. P.R.I.C.

ADV: GERALDO SÉRGIO ALBUQUERQUE RIBEIRO (OAB 8400/AM), ADV: CLÁUDIA SULZBACH PORTELLA DE MACÊDO (OAB 9886/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO (OAB 2039/AM), ADV: ANTÔNIO DE LUCENA BITTENCOURT NETO (OAB 2395/AM) - Processo 0618670-61.2014.8.04.0001 - Despejo - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Sayonara Auxiliadora B. de Souza - REQUERIDA: Vidraçaria Atual Ltda - INTSSADO: Ministerio Publico Estadual - Procurador Geral de Justiça - Intime-se a parte executada, a pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais, conforme Portaria 116/2017, tabela II, Procedimentos Incidentes, "d". Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou,

ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, sob pena de indeferimento. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do NCPC/2015, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes a consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD, ERIDFT. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. P.R.I.C.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC) - Processo 0619391-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Orly Jose Ribeiro - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0620706-76.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: SECARFON COMÉRCIO E TRANPORTES LTDA ME - Sebastião Carlos Fonseca - Alair Barone Fonseca - Intime-se o requerente para que se manifeste acerca das pesquisas de enderço realizadas e requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de julgamento sem resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, §1º, do NCPC/2015. Decorrido os prazos, conclusos os autos. P.R.I.C.

ADV: MARTHA OCHSENHOFER (OAB 107674/SP), ADV: GERALDO CORRÊA DANTAS DE ARAÚJO (OAB 1370/AM), ADV: URIEL CARLOS ALEIXO (OAB 98776/SP), ADV: AMILCAR AUGUSTO CÉSAR DE CARVALHO (OAB 1450/AM) - Processo 0620867-86.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Juliana Vieira Rafael - REQUERIDO: SPA Odontológico - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0623005-84.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria do Perpetuo Socorro de Lima Peso - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: JOSÉ PERCEU VALENTE DE FREITAS (OAB 7200/AM), ADV: AMANDA ARAÚJO DOS SANTOS (OAB 6150/AM), ADV: LUCAS NUNES CHAMA (OAB 16956/PA) - Processo 0623128-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Juros - REQUERENTE: Erica Guedes de Oliveira - REQUERIDO: Api Spe 15 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda - PDG Realty S/A Empreendimentos e Participações - Determino a intimação a intimação da Requerida pra se manifestar acerca da presente demanda, apresentado provas ou documentos que compreender cabíveis,no prazo de 30 (trinta) dias, consoante dispositivo do art. 510 do Código Processual Civil. Oportunamente, proceda ao apensamento desses autos ao processo de origem. P.R.I.C.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0623708-15.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Jose dos Santos Ferreira Fo - Indefiro, por ora, o pedido de citação por edital, nos termos do art. 256, §3º, do CPC, segundo o qual o réu será considerado em local ignorado ou incerto se infrutíferas as tentativas de sua localização, inclusive mediante requisição pelo juízo de informações sobre seu endereço nos cadastros de órgãos públicos ou de concessionárias de serviços públicos. Em razão disso e por decorrência de não ter sido encontrado o réu, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do endereço do requerido via RENAJUD e nos demais cadastros de órgãos públicos ou de concessionárias e delegatários de serviço público (arts. 319, §3º, 256, §3º, do NCPC). Antes, porém, intime-se a parte interessada para que proceda ao recolhimento das custas de despesas de processamento eletrônico, tendo em vista o requerimento de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados, cobrado (por cada ato), conforme Portaria 116/217 - PTJ, Tabela III, item 9 (atos Processuais), no prazo de 10 (dez) dias. Após, recolhimento das devidas custas, determino à secretaria para que efetue as respectivas pesquisas eletrônicas. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: RACHEL TÁVORA DE QUEIROZ (OAB 83351/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0623966-64.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Cleuci Almeida Fernandes - INTSSADO: CDL - Clube dos Diretores Lojistas - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Compulsando os autos, verifico que houve prolação equivocada de sentença às fls. (198/199). Portanto, chamo o processo à ordem e torno-a sem efeito. Determino à secretaria para que certifique o trânsito em julgado de sentença de fl. (185/192), bem como intimo a parte requerente para apresentar nova planilha de débito atualizado nos moldes da Portaria 1855/2016 - PTJ, saliento, a subtração dos débitos ora prescritos. P.R.I.C.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0624625-73.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Pereira e Silva Comércio de Alimentos LTDA - ME - Sérgio Henrique da Silva - TERCEIRO I: ANDRE CARVALHAL ROSA - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte interessada, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado ao endereço informado na fl. 141.

ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0624674-80.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: RAIMUNDO NONATO DE CARVALHO NEVES - REQUERIDO: Jose Ivo Ferreira Lima - DEPRECADO: Fórum da Comarca de Iranduba/AM - Defiro pedido às fls. 230-231 para conceder dilação de prazo de 30 (trinta) dias para que o autor possa diligenciar juntos aos Cartórios para confirmação do óbito da parte requerida, sob pena de extinção do art. 485, IV, do CPC. Após a comprovação do óbito e sob à luz do

art. 313 do Código de Processo Civil, determino a suspensão dos autos, e determino que o autor promova a citação do respectivo espólio, de quem for o sucessor ou, se for o caso, dos herdeiros, no prazo de dois meses, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito. P.R.I.C.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0624937-49.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: PAULO ROBERTO JANSEN PEREIRA DE ARAUJO - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP), ADV: OTACÍLIO NEGREIROS NETO (OAB 4069/AM) - Processo 0626441-85.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Sulamérica Companhia de Seguros Saúde - EXECUTADO: Unionica Comercio de Maquinas e Equipamentos Industriais e Servicos de Manutencao e Instalacao Ltda - Epp - Certifico para os devidos fins que os Embargos de Declaração foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intime-se o Embargado para se manifestar acerca dos Embargos de Declaração opostos nas fls. 296/299, no prazo legal de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.023 §2º CPC.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0626722-46.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Mútuo - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: MARIA DO ROSARIO LEITE BENTES - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: GILMARA VALÕES CAVALCANTI DA SILVA (OAB 24533/PE), ADV: THACIANNA SABINNE NERIS LINO (OAB 29026/PE), ADV: SILVIA VALERIA DO NASCIMENTO MUNIZ (OAB 27033/PE), ADV: EMERSON MINEIRO PONTES (OAB 22148/PE), ADV: FABIOLA GASPAROTO GARCIA (OAB 49122/PR), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: RODRIGO GHESTI (OAB 33775/PR), ADV: RUY ACHER (OAB 44066/PR), ADV: EWERTON ALMEIDA FERREIRA (OAB 6839/AM) - Processo 0627938-71.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ewerton Almeida Ferreira - REQUERIDO: HSBC Bank Brasil S/A - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: MARCELO TEIXEIRA DE SOUZA (OAB 9740/AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0629338-18.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Ketly de Araujo Silva Gomes - Prima facie, não merece acolhimento o pedido de reconsideração, posto que, no tocante às Decisões Interlocutórias existe recurso próprio para a parte insatisfeita pugnar pela reforma do decisum, cabendo indagar até que ponto pode o pedido de reconsideração apresentar-se como sucedâneo do recurso apropriado. Consigno que tal peça não encontra respaldo legal no sistema processual brasileiro, analisar tal pleito sem previsão legal, implicaria em ofensa ao princípio da taxatividade dos recursos, segundo o qual os recursos a serem interpostos pelas partes interessadas deverão estar sempre previstos no ordenamento jurídico. É de se ressaltar para o princípio da taxatividade recursal, que não admite a criação de qualquer espécie recursal se a mesma não for criada, por força de Lei Federal. Sendo assim, possibilitar a reforma de uma decisão pelo próprio julgador, quando não houver previsão expressa em lei, é criar um recurso não previsto no ordenamento jurídico. Forte nessas razões, indefiro o pedido de fls.41/51, mantendo a Decisão de fls.24/25, na forma que está lançada. Oportunamente, verifico que o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SIMONE APARECIDA SARAIVA LIMA (OAB 931A/AM), ADV: FÁBIO VINÍCIUS LESSA CARVALHO (OAB 5614/AM), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056/AM) - Processo 0629494-16.2013.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - EXECUTADA: Rosalina Barbosa Pedrosa - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0629887-96.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S. A. - EXECUTADO: Prologam Provedor Logistico Ltda - Paulo Choit Miyakawa - Lidia Mina Hashiguchi Miyakawa - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Exequente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas (endereço) realizadas via sistemas RENAJUD, INFOJUD, SIEL e BACENJUD, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME MATOS CARDOSO (OAB 249787/SP), ADV: GUSTAVO LORENZI DE CASTRO (OAB 129134/SP), ADV: CRISTIANO SILVA COLEPICOLO (OAB 291906/SP), ADV: CAMILA A. C. OLIVEIRA (OAB 333908/SP), ADV: BRUNA ROBERTA CARDOSO MINHOTO (OAB 356898/SP), ADV: GABRIEL TOSETTI SILVEIRA (OAB 252852/SP), ADV: REGINA APARECIDA SEVILHA SERAPHICO (OAB 147738/SP), ADV: SIMONE PATRÍCIA WANDERLEY DA SILVA (OAB 5353/AM), ADV: REGIANE LOPES GIOIA (OAB 3728/AM) - Processo 0632183-33.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Carrefour Comercio e Industria Ltda - EXEQUENTE: Gustavo Lorenzi de Castro - REQUERIDO: Loterica Tres Athan Ltda (SORTE CERTA) - Maria do Carmo Barros Magalhães - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas realizadas através dos sistemas RENAJUD, INFOJUD e ERIDFT, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: JÉSSICA LORENA FALCÃO DE OLIVEIRA BELEZA (OAB 9568/AM), ADV: LÍGIA BEZERRA GONÇALVES (OAB 10161/AM), ADV: LAÍS MONIQUE DA SILVA SANTOS (OAB 10340/AM), ADV: AMANDA ARAÚJO DOS SANTOS (OAB 6150/AM), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: MICHELLE PEREIRA CRUZ (OAB 7072/AM), ADV: RONALDO SPERRY JÚNIOR (OAB 9308/AM), ADV: JOSEANE DE ANDRADE COELHO (OAB 8365/AM), ADV: JULIO CEZAR RODRIGUES LIMA (OAB 8461/AM), ADV: JUSCELINO ROSA GOMES JÚNIOR (OAB 9278/AM), ADV: DANIELLA RODRIGUES DE ARAÚJO (OAB 8199/AM), ADV: ELAINE NAVEGANTE DO AMARAL (OAB 9092/AM), ADV: HILCIA REGINA LIMA DE AQUINO (OAB 5648/AM) - Processo 0632374-10.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Marcio Fernando de Carvalho - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Seguros DPVAT S/A - INTSSADO: Diretor do Instituto Médico Legal (IML) - Manaus/AM - ATO ORDINATÓRIO De ordem, dê-se vista ao interessado para que se manifeste acerca das fls. 150/153 no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0634442-64.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Antônio Ferreira da Costa - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: CLEVER RODRIGUES MENEZES JUNIOR (OAB 14055/AM), ADV: MARIANA GOUVÊA LESSA (OAB 11018/AM), ADV: JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO (OAB 4871/AM), ADV: JAIRO RAFAEL MORAES MUNHOZ (OAB 8703/AM) - Processo 0634824-

86.2016.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Verde Comércio de Peças ee Lubrificantes Ltda - REQUERIDO: F. C. Comércio e Servicos LTDA - ME - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Intime-se a parte requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas realizadas via sistemas BACENJUD e RENAJUD, conforme fls. retro, no prazo de 5 (cinco) dias. II - Informamos, também, que foi feita somente duas pesquisas via sistema BACENJUD e RENAJUD, haja vista o requerente ter juntado aos autos o pagamento de apenas 1 (uma) pesquisa eletrônica e tal medida ser cobrado por cada ato. III - Caso, ainda, haja interesse em que seja realizada pesquisa via sistema INFOJUD, intime-se a parte interessada para que junte as devidas custas eletrônicas, no mesmo prazo supracitado.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0635341-28.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: WALTER CANDIDO DA SILVA - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Intime-se a parte executada, a pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais, conforme Portaria 116/2017, tabela II, Procedimentos Incidentes, “d”. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, sob pena de indeferimento. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do NCPC/2015, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes a consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD, ERIDFT. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. P.R.I.C.

ADV: MÁRIO JORGE DA SILVA ARAÚJO (OAB 6570/AM), ADV: PAULO CÉSAR RODRIGUES DOS REIS. (OAB 4728/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0636029-53.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Aurora Leite de Freitas - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S.a. - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: THAMMY DAS NEVES ATHAYDE (OAB 7312/AM), ADV: MARCO LÚCIO SOUTO MAIOR DE ATHAYDE (OAB 4522/AM) - Processo 0637021-48.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0633338-03.2015.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Eliana Silva Peixoto - REQUERIDO: Lisiane da Silva Goncalves - Ronny de Souza Chiroque - Verifica-se que os ARs positivos às fls. 70 e 79, foram assinados por funcionário da portaria de um condomínio edilício, portanto, considera-se válida a citação nos conformes do art. 248, §4°, do CPC. Art. 248. Deferida a citação pelo correio, o escrivão ou o chefe de secretaria remeterá ao citando cópias da petição inicial e do despacho do juiz e comunicará o prazo para resposta, o endereço do juízo e o respectivo cartório. § 4º Nos condomínios edilícios ou nos loteamentos com controle de acesso, será válida a entrega do mandado a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência, que, entretanto, poderá recusar o recebimento, se declarar, por escrito, sob as penas da lei, que o destinatário da correspondência está ausente. Apesar de devidamente citados, denota-se que não fora acostado contestação aos autos. Façam-me os autos conclusos para sentença. P.R.I.C.

ADV: JANEYLA SANTOS SUIJKERBUIJK (OAB 5874/AM) - Processo 0637440-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Glauco Osean Mendes de Souza - REQUERIDO: Benchimol Irmão & Cia Ltda - Bemol - Motorola Industrial Ltda - Amazon Cell Serviço Autorizado Motorola - Indefiro pedido à fl. 20. Intime-se o autor para que junte nos autos documentos contudentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, seu parcelamento, ou mesmo a redução em pontos percentuais, no prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de indeferimento. P.R.I.C.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0637975-89.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jaceme Cunha de Menezes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0638813-37.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - REQUERIDO: Willer de Souza Nazaré ME - ATO ORDINATÓRIO De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I- Intime-se o Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca da Devolução da Carta Precatória de fls. (183/207), no prazo legal de 5 (cinco) dias.

ADV: GERALDO DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 12039/AM), ADV: CRISTIANO VALENTE MAIA (OAB 10138/AM), ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM), ADV: MARIANA VALENTE MAIA (OAB 7749/AM) - Processo 0638956-84.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Tatiane Bezerra de Souza - REQUERIDA: Daniela Souza Melo - TERCEIRO I: Lindemberg

Melo de Lima - Determino o desbloqueio do veículo objeto da lide, tendo em vista o bem já se encontrar na posse da parte autora. Aguarde-se prazo para contestação do réu, após façam os autos conclusos. P.R.I.C.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0641167-98.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Jorge Romberge da Costa Menezes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intime-se a parte executada, a pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais, conforme Portaria 116/2017, tabela II, Procedimentos Incidentes, “d”. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, sob pena de indeferimento. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do NCPC/2015, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes a consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD, ERIDFT. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. P.R.I.C.

ADV: SUZANY SERAFIM PEREIRA (OAB 12494/AM) - Processo 0641879-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Marcelo Amaro dos Santos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Indefiro o benefício da justiça gratuita ao autor, vez que concedida a oportunidade para a parte juntar documentos hábeis a concessão do benefício, este colacionou apenas declaração de hipossuficiência, sem informar seus provimentos e despesas. O benefício da justiça gratuita presta-se a conceder acesso à justiça àqueles que não possuem condições econômicas o suficiente para arcar com as despesas judiciais. Conceder o comentado benefício com base, unicamente, em declaração firmada pelo próprio autor, sem considerar demais fatores atinentes ao requerente é, no mínimo, temerário. Nesse sentido: APELAÇÃO CÍVEL - INDEFERIMENTO DA JUSTIÇA GRATUITA PARA PESSOA FÍSICA - AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PARA RECOLHIMENTO DAS CUSTAS - PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DE MÉRITO - SENTENÇA ANULADA. - O STJ firmou entendimento no sentido de que a presunção de hipossuficiência é relativa, permitindo ao juiz determinar a comprovação da dificuldade financeira da parte ou mesmo a possibilidade de indeferimento de plano da aludida benesse, caso não comprovada a incapacidade financeira; - Apesar do correto indeferimento da justiça gratuita por parte do juiz de piso diante da inércia da autora para sua comprovação, a Lei 13.105/2015 também exalta o princípio da primazia do julgamento de mérito, o qual deve o juiz, bem como todos os sujeitos do processo, buscar com todo esforço o julgamento de mérito; - Desta forma, em razão do supracitado princípio, deveria o magistrado, após o indeferimento da justiça gratuita, intimar a autora para realizar o pagamento das custas processuais e não indeferir a petição inicial de plano. - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJ-AM - APL: 06398880920188040001 AM 0639888-09.2018.8.04.0001, Relator: Aristóteles Lima Thury, Data de Julgamento: 04/02/2019, Terceira Câmara Cível, Data de Publicação: 04/02/2019) (grifou-se). À luz do art. 290, do NCPC, intime-se o requerente para, sob pena de cancelamento da distribuição, antecipar as custas processuais, no prazo legal de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção. No mesmo passo, deverá, também, o autor pagar as custas referentes à emissão do aviso de recebimento (AR), nos termos do que determina o Portaria 116/217 - PTJ, (atos Processuais), no mesmo prazo supracitado. P.R.I.C.

ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG), ADV: ITALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM) - Processo 0642322-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: N. G. Miranda Panificadora Modelo - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ato continuo, quanto ao descumprimento da liminar majoro a multa por descumprimento da obrigação para R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), limitado a 30 (trinta) dias - multa. Expeça-se mandado da presente decisão. Ressalto que a presente decisão não produzirá efeitos para débitos posteriores ao vencimento 12/08/2019 (fls. 23/24). Saliento que não deverá a parte autora proceder com quaisquer medidas, além desta decisão, para restabelecer seu fornecimento de energia, sob pena de eventual sanção, por configuração da má fé e abuso de direito. Oportunamente, verifico que a parte autora requereu a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça. No entanto, por se tratar de pessoa jurídica, verifico a existência de alguns elementos nestes autos que demonstram a falta dos pressupostos legais para concessão integral do solicitado. Vejamos: Conforme Súmula 481, do STJ: Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais. Desse modo, necessária a juntada de documentos que comprovem a hipossuficiência econômica da empresa, para seu deferimento. Nesse sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO - DIREITO PROCESSUAL CIVIL - JUSTIÇA GRATUITA - PESSOA FÍSICA - BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA - PRESUNÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA - PESSOA NATURAL - INEXISTÊNCIA DE PROVAS CONTRÁRIAS À HIPOSSUFICIÊNCIA - PESSOA JURÍDICA - COMPROVAÇÃO POR DOCUMENTOS QUE DEMONSTRAM A HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA - SÚMULA 481/STJ - DECISÃO REFORMADA - AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO. 1. A simples afirmação do estado de pobreza para o requerimento do benefício da gratuidade judiciária configura uma presunção iuris tantum em favor da pessoa física segundo o entendimento das Cortes Superiores, somente podendo ser elidida diante de prova em contrário. 2. A pessoa jurídica para gozar do benefício da gratuidade judiciária necessita comprovar a incapacidade de arcar com as despesas processuais, inexistindo a presunção de miserabilidade em favor das pessoas jurídicas.

Entendimento da Súmula n.º 481 do STJ. 3. Agravo de Instrumento conhecido e provido. (TJ-AM - AI: 40053967220188040000 AM 4005396-72.2018.8.04.0000, Relator: Airton Luís Corrêa Gentil, Data de Julgamento: 11/03/2019, Terceira Câmara Cível, Data de Publicação: 11/03/2019) (grifei). Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, seu parcelamento, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento. Saliento que por se tratar de medida conservativa, deverá a parte autora formular o pedido principal em 15 (quize) dias após a efetivação da medida concedida, sob pena de cessar sua eficácia, consoante disposto no art. 303, I, do CPC/15. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JAMIL RIBEIRO DA SILVA (OAB 7167/AM) - Processo 0642646-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: C.E.P.A. - REQUERIDO: P.S.M. - Da análise dos autos, verifico que as custas processuais não foram devidamente recolhidas. Destarte, INTIME-SE o Requerente para que proceda o pagamento da primeira parcela das referidas custas no prazo de 15 (quinze) dias, conforme G.R.J de página 66.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0643461-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Rainei Campos Azevedo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Da análise dos autos, verifico que as custas processuais não foram devidamente recolhidas. Destarte, INTIME-SE o Requerente para que proceda o pagamento da 1ª parcela das referidas custas no prazo de 15 (quinze) dias, conforme G.R.J de páginas 109.

ADV: ALAN DE MOURA MENDES (OAB 13404/AM) - Processo 0643984-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Tereza Correia Queiroz - REQUERIDO: Banco BMG S/A - TERCEIRO I: Banco BMG S/A - Compulsando os autos, verifico que a Carta de Citação e Intimação da Decisão de fls. 29/30 deve ser encaminhada à comarca de São Paulo/SP. Desta feita, remetam-se os autos à Secretaria para que confeccione Carta Precatória ao foro deprecado de São Paulo/SP para citação e intimação do requerido no endereço indicado na exordial, sendo neste caso, a parte interessada responsável pela diligência, conforme dispõe , §2º, art. 1º, Portaria nº 2072/2016-PTJ: A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos Assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Requerente já intimado para recolher o necessário em 05 (cinco) dias na Decisão Interlocutória de fls. 29/30. Estando a carta precatória nos autos, intime-se a parte autora, para que imprima a carta e os documentos pertinentes, bem como remeta-os ou protocole um processo eletrônico autônomo junto ao juízo deprecado. Saliento que a parte autora deve comprovar nestes autos o protocolo da precatória junto à vara competente, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção. Com a juntada do protocolo, o autor deverá comprovar o cumprimento da diligência em até 3 (três) meses, sob pena de extinção, com fulcro no art. 485, IV, do CPC. P.R.I.C.

ADV: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 1300A/AM), ADV: ALAN DE MOURA MENDES (OAB 13404/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0643985-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Tereza Correia Queiroz - REQUERIDO: Banco Bmg Consignado S/A - TERCEIRO I: ITAÚ CONSIGNADO S/A - Compusando os autos, verifico que o mandado de intimação da liminar de fls. 29/30 deve ser expedido a endereço da Comarca de São Paulo/SP. Desta maneira, remeto o processo à Secretaria para que confeccione Carta Precatória ao foro deprecado de São Paulo/SP para citação do requerido no endereço indicado na inicial, sendo neste caso, a parte interessada responsável pela diligência, conforme dispõe , §2º, art. 1º, Portaria nº 2072/2016-PTJ: A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos Assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Requerente já intimado pela referida Decisão a recolher o necessário no prazo de 05 (cinco) dias. Estando a carta precatória nos autos, intime-se a parte autora, para que imprima a carta e os documentos pertinentes, bem como remeta-os ou protocole um processo eletrônico autônomo junto ao juízo deprecado. Saliento que a parte autora deve comprovar nestes autos o protocolo da precatória junto à vara competente, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção. Com a juntada do protocolo, o autor deverá comprovar o cumprimento da diligência em até 3 (três) meses, sob pena de extinção, com fulcro no art. 485, IV, do CPC. P.R.I.C.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM) - Processo 0644156-09.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reivindicação - REQUERENTE: Mac Empreeendimentos Imobiliarios - REQUERIDA: Maria das Gracas Andrade de Souza - José Pereira Pontes - Ante a controvérsia quanto a valor da causa previamente arbitrado, determino que o autor colacione aos autos comprovante de remessa do recurso mencionado no prazo de 5 (cinco) dias. P.R.I.C.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0645335-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Francisco Ivanilson Pessoa - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Da análise dos autos, verifico que as custas processuais não foram devidamente recolhidas. Destarte, INTIME-SE o Requerente para que proceda o pagamento da 1ª parcela das referidas custas no prazo de 15 (quinze) dias, conforme G.R.J de páginas 83.

ADV: MARTHA LORENA GOMES DE JESUS PEREIRA (OAB 9261/AM) - Processo 0645820-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Rla Imobiliária Eireli - REQUERIDO: Comac Importação e Exportação Ltda. - O autor em sede preliminar informou que pode arcar com as despesas judicias de forma parcelada. Ante o exposto, e nos termos da Portaria n° 490/2017 PTJ,e do art. 98, §6°, doCPC, defiro o pagamento das custas processuais em seis prestações. Determino remessa dos autos à Contadoria do foro, para providências necessárias. Efetuada a juntada do comprovante de pagamento da primeira parcela, façam os autos imediatamente conclusos.

ADV: MARCOS CIRINO SERRA (OAB 5843/AM) - Processo 0645907-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: L A Revendedora de Derivados de Petroleo Ltda (Pontão Rio Negro) - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, seu parcelamento, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA DO ROSÁRIO NEVES FILARDI (OAB 5504/AM) - Processo 0645942-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: Ml Santos Comércio de Alimentos Ltda - Me - REQUERIDA: Monica de Andrade - À luz do art. 290 do Código de Processo Civil, intime-se o requerente para, no prazo legal de 15 (quinze), antecipar as custas processuais, sob pena de cancelamento do feito na distribuição. P.R.I.C.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0646036-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Aluisio Ferreira da Silva - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Ante ao exposto, CONCEDO A TUTELA ANTECIPADA DE URGÊNCIA, a fim de que o Banco Requerido proceda a SUSPENSÃO DAS COBRANÇAS descontadas no contracheque do autor, denominadas OLÉ .BONSUCESSO CARTÃO 10 , referente ao contrato objeto da lide. Informo que o descumprimento desta determinação ensejará multa diária de R$1.000,00 (hum mil reais), inerente a cada mês em que houver o desconto a partir desta decisão. Defiro os benefícios da justiça gratuita. No caso dos autos, inegável a existência de relação de consumo entre as partes, quando inseridos na definição de consumidor e fornecedor, constante dos arts. 2º e 3º do CDC. Assim, a hipossuficiência de que fala o art. 6º, inc. VIII, do CDC, se configura na espécie, quer na dificuldade econômica do autor, quer na dificuldade técnica de comprovar as suas alegações,

razão pela qual concedo a inversão do ônus da prova. Expeça-se o competente mandado de intimação para cumprimento da decisão e citação pessoal do Requerido, podendo, no entanto, ser feita na pessoa do representante legal ou do procurador, devendo constar as advertências do Art. 344 do NCPC. Caso a parte passiva não possua cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme o Provimento n° 273 CGJ/AM. Ato contínuo, Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, determino remessa dos autos ao CEJUSC/Cível para que seja pautada audiência de conciliação, após a comprovação do pagamento das despesas postais, se não for o caso de citação eletrônica.

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM) - Processo 0646178-06.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDA: Adrileide Lira de Sena - À luz do art. 290 do Código de Processo Civil, intime-se o requerente para, no prazo legal de 15 (quinze), antecipar as custas processuais, sob pena de cancelamento do feito na distribuição. Também deverá o autor, no mesmo prazo, pagar as custas referentes à emissão de aviso de recebimento (AR), ou mandado, conforme o caso requeira, nos termos do que determinam a Portaria 116/217 - PTJ, (atos Processuais). P.R.I.C.

ADV: IAGO DA SILVA RODRIGUES (OAB 13954/AM) - Processo 0646309-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Edmar Lúcio da Costa - REQUERIDO: Rubclei Medeiros de Souza - Leila Medeiros de Souza-me - Portanto, passo a decidir. Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, seu parcelamento, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento. P.R.I.C

ADV: MARCILINHA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 4964/AM) - Processo 0656582-53.2018.8.04.0001 - Despejo - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Marlon Cruz Gonçalves - REQUERIDA: Marenilce Dias Costa - Assim sendo, diante da demonstração dos requisitos elencados no art. 59, §1º, IX, da Lei 8.245, de 18.10.91, CONCEDO a liminar de desocupação do imóvel, no prazo de quinze dias, sob pena do pagamento de multa cominatória de R$ 1.000,00 (mil reais) por dia de atraso, pelo prazo máximo de 20 (vinte) dias, desde que prestada a caução no valor equivalente a três meses de aluguéis. Depois de prestada a referida caução, expeça-se mandado e cumpra-se. Por força do princípio da promoção da solução por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia a ser estabelecido pela secretaria, consoante art. 334, do CPC, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), localizado no 3º andar, setor 1, do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que, com fulcro no art. 334, §8º, do CPC, o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. Com base no provimento nº 63/02-CGJ, intime-se o requerente para que no prazo de 10 (dez) dias, providencie o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme tabela constante no Provimento nº 261-CGJ/AM c/c Portaria nº 11/2015, sob pena de extinção do feito. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se

ADV: SAMANTHA DE SOUZA PENHA (OAB 13297/AM), ADV: YURI GUILHERME CAVALCANTE RAMOS (OAB 11017/AM), ADV: MÁRCIA PEIXOTO DE OLIVEIRA BORBA (OAB 9246/AM) - Processo 0657320-41.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: A.S.S. - REQUERIDO: R.V.V.S. - TERCEIRO I: M.P.E.A.P.G. - Tendo em vista pedido de citação de testemunhas às fls. 51-52, informo que a intimação das testemunhas cabe ao advogado da parte, nos conformes do art. 455, do CPC. Art. 455. Cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo. § 1º A intimação deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, cumprindo ao advogado juntar aos autos, com antecedência de pelo menos 3 (três) dias da data da audiência, cópia da correspondência de intimação e do comprovante de recebimento § 2º A parte pode comprometer-se a levar a testemunha à audiência, independentemente da intimação de que trata o § 1º, presumindo-se, caso a testemunha não compareça, que a parte desistiu de sua inquirição. § 3º A inércia na realização da intimação a que se refere o § 1º importa desistência da inquirição da testemunha. § 4º A intimação será feita pela via judicial quando: I - for frustrada a intimação prevista no § 1º deste artigo; II - sua necessidade for devidamente demonstrada pela parte ao juiz; III - figurar no rol de testemunhas servidor público ou militar, hipótese em que o juiz o requisitará ao chefe da repartição ou ao comando do corpo em que servir; IV - a testemunha houver sido arrolada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública; V - a testemunha for uma daquelas previstas noart. 454. § 5º A testemunha que, intimada na forma do § 1º ou do § 4º, deixar de comparecer sem motivo justificado será conduzida e responderá pelas despesas do adiamento. Ante o exposto, indefiro pedido às fls. 51-52, e determino ao patrono da parte requerente para que junte aos autos, com antecedência de pelo menos 3 (três) dias da data da audiência, cópia do comprovante de intimação. Não havendo a intimação, irá se presumir a desistência da inquirição da testemunha. Noutro giro, determino à secretaria para que paute audiência de instrução e julgamento. P.R.I.C.

ADV: RAFAEL GOOD GOD CHELOTTI (OAB 139387/MG), ADV: DIANE GISELLE ANGELIM DE MACEDO (OAB 10051/AM), ADV: ANA CAROLINA REMÍGIO DE OLIVEIRA (OAB 86844/MG), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0658952-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Angelina Angelim Araújo de Araújo - REQUERIDA: Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM), ADV: DANIELLE SALGADO FREIRE (OAB 5349/AM), ADV: GIOVANA ISABELLE PIMENTEL LIMA (OAB 3981/AM), ADV: PAULA DONOLINA MEIRELES RAMOS (OAB 8559/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: SARA REGINA OLÍMPIO MAMEDE (OAB 4504/AM), ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM), ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0714684-78.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Janine Teixeira Torres - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Certifico para os devidos fins que os Embargos de Declaração foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intime-se o Embargado para se manifestar acerca dos Embargos de Declaração opostos nas fls. 245/247, no prazo legal de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.023 §2º CPC.

ADV: NÚBIA BATISTA PINHEIRO (OAB 11184/AM), ADV: SARA REGINA OLÍMPIO MAMEDE (OAB 4504/AM), ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM), ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM), ADV: GEFERSON BATISTA PINHEIRO (OAB 11931/AM), ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM) - Processo 0718400-16.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Juracy Pinto do Nascimento - REQUERIDO: Paulo Lucivaldo Reina Torres - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
Alan Augusto de Souza Santos (OAB 14742/AM)
Alan de Moura Mendes (OAB 13404/AM)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Alan Sampaio Campos (OAB 37491A/BA)
Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)

Alexandre Fleming Neves de Melo (OAB 6142/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Amanda Araújo dos Santos (OAB 6150/AM)
Amilcar Augusto César de Carvalho (OAB 1450/AM)
Ana Carolina Remígio de Oliveira (OAB 86844/MG)
ANA LUISA LIMA CAVALCANTI (OAB 39124/PE)
Ana Maria Holanda Farias Sales (OAB 4502/AM)
Ana Paula Nogueira de São Marcos Batista Moura (OAB 6677/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Guimarães da Cruz (OAB 7549/AM)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)
Antônio Azevedo de Lira (OAB 5474/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antonio Claudio Pinto Flores (OAB 583/AM)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio de Lucena Bittencourt Neto (OAB 2395/AM)
Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB 1300A/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bárbara Antunes Andrade (OAB 10919/AM)
Beatriz Batista dos Santos (OAB 1153A/AM)
Beatriz Batista dos Santos (OAB 295353/SP)
Bianca Alencar Holanda Farias (OAB 6858/AM)
Bruna Roberta Cardoso Minhoto (OAB 356898/SP)
Bruna Souza de Figueiredo (OAB 7742/AM)
Bruno Barbosa dos Reis Glória (OAB 9432/AM)
Bruno Silva Navega (OAB 83522PR)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
CAMILA A. C. OLIVEIRA (OAB 333908/SP)
Carlos Abener de Oliveira Rodrigues (OAB 642/AM)
Carlos Antônio Harten Filho (OAB 19357/PE)
Carlos Carioca da Costa Filho (OAB 14349/AM)
Carlos Christiano Krakhecke Filho (OAB 4132/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 53182/DF)
Carlos Felyppe Tavares Pereira (OAB 9512/ES)
Carlos José Veiga Crespo (OAB 5177/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
César Augusto Santos Pereira (OAB 1908/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 20335/PE)
Cláudia Sulzbach Portella de Macêdo (OAB 9886/AM)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Clever Rodrigues Menezes Junior (OAB 14055/AM)
Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto (OAB 2968/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiano Silva Colepicolo (OAB 291906/SP)
Cristiano Valente Maia (OAB 10138/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Daniel do Nascimento Silva (OAB 7472/AM)
Daniella Rodrigues de Araújo (OAB 8199/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Danielle Salgado Freire (OAB 5349/AM)
Deborah Moreira da Costa Souza (OAB 4956/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Diane Giselle Angelim de Macedo (OAB 10051/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego Castro Amaral (OAB 11339/AM)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB 1185A/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diogo Cezar dos Santos Feuser (OAB 749A/AM)
Douglas Aleixo Santos da Cruz (OAB 9426/AM)
Douglas Gomes da Silva (OAB 6980/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edgar Portela da Silva Aguiar (OAB 9941/AM)
Edson Belmont de Lima (OAB 8931/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elaine Navegante do Amaral (OAB 9092/AM)
ELISIANE DE DORNELLES FRASSETTO (OAB 1234A/AM)
EMERSON MINEIRO PONTES (OAB 22148/PE)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Everton Bernardo Clemente (OAB 1100/AM)
Everton Bernardo Clemente (OAB 26506/GO)
Ewerton Almeida Ferreira (OAB 6839/AM)
Fábio Guedes dos Reis (OAB 3132/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fábio Vinícius Lessa Carvalho (OAB 5614/AM)
FABIOLA GASPAROTO GARCIA (OAB 49122/PR)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Felipe Andrade Monteiro (OAB 9954/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Francisca Nilce Pinheiro Rocha (OAB 9906/AM)
Francisco André Cardoso de Araújo (OAB 1159A/AM)
Francisco André Cardoso de Araújo (OAB 279455/SP)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gabriel Tosetti Silveira (OAB 252852/SP)
Gabrielly de Oliveira Gomes (OAB 14294/AM)
Geferson Batista Pinheiro (OAB 11931/AM)
Geraldo Corrêa Dantas de Araújo (OAB 1370/AM)
Geraldo de Souza Nascimento (OAB 12039/AM)
Geraldo Sérgio Albuquerque Ribeiro (OAB 8400/AM)
GILMARA VALÕES CAVALCANTI DA SILVA (OAB 24533/PE)
Giovana Isabelle Pimentel Lima (OAB 3981/AM)
Graziela Fernandes de Mello Bonfim (OAB 6808/AM)
Guilherme Matos Cardoso (OAB 249787/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Lorenzi de Castro (OAB 129134/SP)
Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli (OAB 1044A/AM)
Helen Leão Braga (OAB 13406/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hilcia Regina Lima de Aquino (OAB 5648/AM)
Hugo Fernandes Levy Neto (OAB 4366/AM)
IAGO DA SILVA RODRIGUES (OAB 13954/AM)
Iasmim da Silva de Oliveira (OAB 215438/RJ)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Italo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
Jacques Machado Portela (OAB 2722/AM)
Jairo Rafael Moraes Munhoz (OAB 8703/AM)
Jamil Ribeiro da Silva (OAB 7167/AM)
Janaina Leão Braga (OAB 12906/AM)
Janeyla Santos Suijkerbuijk (OAB 5874/AM)
Jayme Aranha Chacon Júnior (OAB 8497/AM)
JÉSSICA LORENA FALCÃO DE OLIVEIRA BELEZA (OAB 9568/AM)
Jéssika Thays do Nascimento Martins (OAB 9252/AM)
João Antônio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
Jonathan Solon Melo Nunes (OAB 12119/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Bezerra de Araújo (OAB 4871/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Lídio Alvez dos Santos (OAB 1163/AM)

José Perceu Valente de Freitas (OAB 7200/AM)
Joseane de Andrade Coelho (OAB 8365/AM)
Júlio César de Almeida Lorenzoni (OAB 5545/AM)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Julio Cezar Rodrigues Lima (OAB 8461/AM)
Juscelino Rosa Gomes Júnior (OAB 9278/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laís Monique da Silva Santos (OAB 10340/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Leandro Souza Benevides (OAB 491A/AM)
Leonardo Pereira de Mello (OAB 15841/PA)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Lígia Bezerra Gonçalves (OAB 10161/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 8123/PR)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Lucas Nunes Chama (OAB 16956/PA)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Lucélia Machado Dias (OAB 11279/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Lúcia de Fátima Llanos Aguirre (OAB 11948/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC)
Marcele de Almeida Monteiro (OAB 11190/AM)
Marcelo de Carvalho Sarmento (OAB 4316/AM)
Marcelo Furukawa Maia (OAB 4527/AM)
Marcelo Teixeira de Souza (OAB 9740/AM)
Márcia Peixoto de Oliveira Borba (OAB 9246/AM)
Márcia Regina Pacheco Oliveira (OAB 14067/AM)
Marcilinha Santana de Oliveira (OAB 4964/AM)
Márcio Alexandre Silva (OAB 2970/AM)
Márcio César Oliveira Leite (OAB 9195/AM)
Márcio Costa Onety (OAB 3621/AM)
Marco Antônio Portella de Macêdo (OAB 2039/AM)
Marco Lúcio Souto Maior de Athayde (OAB 4522/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Cirino Serra (OAB 5843/AM)
Maria de Fátima Lima da Silva (OAB 6785/AM)
Maria do Rosário Neves Filardi (OAB 5504/AM)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
Mariana Gouvêa Lessa (OAB 11018/AM)
Mariana Valente Maia (OAB 7749/AM)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mário da Cruz Glória (OAB 4013AM)
Mário Jorge da Silva Araújo (OAB 6570/AM)
Martha Lorena Gomes de Jesus Pereira (OAB 9261/AM)
Martha Ochsenhofer (OAB 107674/SP)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Michelle Pereira Cruz (OAB 7072/AM)
Milton Antônio Rivera Reyes (OAB 9851/AM)
Milton Aurélio Rosas Gomes (OAB 4723/AM)
Miriam de Souza Santos (OAB 6798/AM)
Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB 167006/RJ)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Núbia Batista Pinheiro (OAB 11184/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Otacílio Negreiros Neto (OAB 4069/AM)
Oyama Cezar R. Magalhaes (OAB 001.970/AM)
Paula Donolina Meireles Ramos (OAB 8559/AM)
Paulo César Azevedo dos Santos (OAB 13278/AM)
Paulo César Rodrigues dos Reis. (OAB 4728/AM)
PAULO CESAR ROSA GOES (OAB 148467/MG)
Paulo Sérgio Oliveira Amorim (OAB 12779/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
Priscila Neves Silva Costa (OAB 12879/AM)
RACHEL TÁVORA DE QUEIROZ (OAB 83351/MG)
Rafael da Silva Menezes (OAB 6915/AM)
Rafael Good God Chelotti (OAB 139387/MG)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rafael Werneck Cotta (OAB 167373/RJ)
Raquel Tinôco Néia (OAB 10222/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Rebeca Aguiar Larrat (OAB 9964/AM)
Regiane Lopes Gioia (OAB 3728/AM)
Regina Aparecida Sevilha Seraphico (OAB 147738/SP)
Renata Bernardino Paiva (OAB 10345/AM)
Robert Merrill York Júnior (OAB 4416/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Frassetto Góes (OAB 1084A/AM)
RODRIGO GHESTI (OAB 33775/PR)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Ronaldo Sperry Júnior (OAB 9308/AM)
Rosângela Lemos de Mello Guimarães (OAB 2747/AM)
ROSIANE RIBEIRO DE SOUZA (OAB 195762/RJ)
RUY ACHER (OAB 44066/PR)
Ruy Gama e Silva (OAB 312A/AM)
Samantha de Souza Penha (OAB 13297/AM)
Sandra Nazaré Dias Barreto (OAB 1346/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
SANDRO LUCIANO MARTINS RASZL (OAB 9087/AM)
Sara Regina Olímpio Mamede (OAB 4504/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
SILVIA VALERIA DO NASCIMENTO MUNIZ (OAB 27033/PE)
Simone Aparecida Saraiva Lima (OAB 931A/AM)
Simone Patrícia Wanderley da Silva (OAB 5353/AM)
Simone Waughan Freitas de Souza (OAB 11830/AM)
Suellen Aparecida de Carvalho Belasque (OAB 811A/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Suzany Serafim Pereira (OAB 12494/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Tatiana Dantas Portela (OAB 6562/AM)
THACIANNA SABINNE NERIS LINO (OAB 29026/PE)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thammy das Neves Athayde (OAB 7312/AM)
Thatiana Neves Costa de Souza Castelo Branco (OAB 5715/AM)
Uriel Carlos Aleixo (OAB 98776/SP)
Vanessa Benayon de Carvalho (OAB 5977/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wallestein Monteiro de Souza (OAB 4907/AM)
Yuri Guilherme Cavalcante Ramos (OAB 11017/AM)

4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0282/2019

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0625538-89.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Zilma Silva Gomes - Intimem-se as partes para manifestarem-se acerca do retorno dos autos da superior instância, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO NAIRA NEILA BATISTA DE OLIVEIRA NORTE

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL OCIAN VIRGILIO AYRES

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0281/2019

ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM), ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: JEFFERSON ORTIZ MATIAS (OAB 002.998/AM) - Processo 0021886-85.2010.8.04.0012 (012.10.021886-8) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Maria Jose Vidal Guimaraes - REQUERIDO: Condominio Amazonas Shopping Center - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Contrarrazoar, no prazo de 15 (quinze) dias o recurso de apelação juntado às fls. 258/273, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, § 2º e 1.010. §§ 1º e 2º, NCPC). Com o decurso do prazo, proceda-se a remessa dos autos, após as formalidade legais, ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1º, inciso XXX, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: BRUNO BRAZ CORDEIRO (OAB 6849/AM), ADV: ALESSANDRA COSTA PACHECO (OAB 4876/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB A-313/AM), ADV: FERNANDO JOSÉ DE CARVALHO (OAB 463A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM) - Processo 0043634-51.2006.8.04.0001 (001.06.043634-5) - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Pedro Agostinho Ferreira - SENTENÇA Vistos, etc. Trata-se de Embargos de Declaração opostos, às fls. 166/168. É latente que a pretensão dos embargos visa modificar a sentença proferida às fls. 163. Todavia, o Código de Processo Civil, em seu art. 1.022, enumera as hipóteses em que são cabíveis os embargos de declaração, in verbis: Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. Cotejando o artigo acima e os argumentos constantes nos embargos, forçoso reconhecer a inexistência dos pressupostos, pois não se verifica qualquer omissão, obscuridade ou contradição a ser dirimida na Sentença de fls. 163. No que se refere a novel previsão legal, relacionado a possibilidade de embargos de declaração com finalidade de corrigir erro material, entendo que no caso ora em análise não se aplica. Nessa linha, Theodoro Júnior leciona que: Se o caso é de omissão, o julgamento dos embargos supri-la-á, decidindo a questão que, por lapso, escapou à decisão embargada. No caso de obscuridade ou contradição, o decisório será expungido, eliminando-se o defeito nele detectado. Em qualquer caso, a substância do julgado será mantida, visto que os embargos de declaração não visam à reforma do acórdão, ou da sentença. (THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 633) A decisão aponta, fundamentadamente, os pontos de convencimento deste Juízo, razão por que mantenho o entendimento nela exarado. Ademais, a rediscussão da matéria suscitada e a reavaliação de provas devem ser feitas por meio de recurso apropriado, que é apelação e não por embargos de declaração, meio impróprio para tanto. Diante do exposto, entendo que a matéria ventilada não se amolda às hipóteses do art. 1.022, do CPC, motivo por que denego os embargos de declaração opostos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG), ADV: SÔNIA MARIA CANSANÇÃO DA SILVA (OAB 2431/AM) - Processo 0048252-39.2006.8.04.0001 (001.06.048252-5) - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - REQUERIDO: Marcílio Brito da Silva - Intimação de: ( ) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao SIEL devolvidos e juntados aos autos, às fls. 152, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: FRANCISCA LOUREIRO DE SOUZA (OAB 8343/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: SÔNIA MARIA CANSANÇÃO DA SILVA (OAB 2431/AM), ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0076787-46.2004.8.04.0001 (001.04.076787-7) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - REQUERIDA: Walcicléia de Souza Fernandes - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao SIEL devolvidos e juntados aos autos, às fls. 184, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: JANDERCLEIDE ROCHA DE SOUZA FIACADORI (OAB 11064/AM), ADV: ALESSANDRA COSTA PACHECO (OAB 4876/AM), ADV: FERNANDO JOSÉ DE CARVALHO (OAB 463A/AM), ADV: CELSO RICARDO DE ALMEIDA FROTA (OAB 3915/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB A-313/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP), ADV: LUANE LIMA DE OLIVEIRA (OAB 6984/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: BRUNO BRAZ CORDEIRO (OAB 6849/AM), ADV: CESAR DE BARROS COELHO SARMENTO (OAB 11336/PA), ADV: FABÍOLA CAMPOS SILVA (OAB 2930/AM) - Processo 0088471-65.2004.8.04.0001 (001.04.088471-7) - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco Alvorada S/A - REQUERIDA: Silvanilde Ferreira Veiga - SENTENÇA Vistos, etc. Trata-se de Embargos de Declaração opostos, às fls. 129/132. Os embargos foram opostos em face de Sentença proferida pelo magistrado que me antecedeu no feito e, tendo cessado as atribuições da mesma neste Juízo, a análise do recurso deve ser feita por mim, já que titular do Juízo. É latente que a pretensão dos embargos visa modificar a sentença proferida às fls. 122/126. Todavia, o Código de Processo Civil, em seu art. 1.022, enumera as hipóteses em que são cabíveis os embargos de declaração, in verbis: Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. Cotejando o artigo acima e os argumentos constantes nos

embargos, forçoso reconhecer a inexistência dos pressupostos, pois não se verifica qualquer omissão, obscuridade ou contradição a ser dirimida na Sentença de fls. 122/126. No que se refere a novel previsão legal, relacionado a possibilidade de embargos de declaração com finalidade de corrigir erro material, entendo que no caso ora em análise não se aplica. Nessa linha, Theodoro Júnior leciona que: Se o caso é de omissão, o julgamento dos embargos supri-la-á, decidindo a questão que, por lapso, escapou à decisão embargada. No caso de obscuridade ou contradição, o decisório será expungido, eliminando-se o defeito nele detectado. Em qualquer caso, a substância do julgado será mantida, visto que os embargos de declaração não visam à reforma do acórdão, ou da sentença. (THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 633) A decisão aponta, fundamentadamente, os pontos de convencimento deste Juízo, razão por que mantenho o entendimento nela exarado. Ademais, a rediscussão da matéria suscitada e a reavaliação de provas devem ser feitas por meio de recurso apropriado, que é apelação e não por embargos de declaração, meio impróprio para tanto. Diante do exposto, entendo que a matéria ventilada não se amolda às hipóteses do art. 1.022, do CPC, motivo por que denego os embargos de declaração opostos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se

ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: EDSON JOSÉ CAALBOR ALVES (OAB 86705/SP), ADV: EURICO FERNANDES ALVES JÚNIOR (OAB 4456/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: MICHEL TADEU MARQUES (OAB 180612/SP) - Processo 0089023-30.2004.8.04.0001 (001.04.089023-7) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Protenorte Materiais de Segurança e Representações Ltda - REQUERIDO: Jose Murilia Bozza Comercio e Industria Ltda - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 1.023, § 2º do NCPC), sobre os embargos declaratórios opostos, nos termos do art. 1º, inciso XXIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: CLÓVIS ROBERTO SOARES MUNIZ BARRETO (OAB 2968/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM) - Processo 0209129-45.2009.8.04.0001 (001.09.209129-7) - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Paulo Renato Soares Winovski - REQUERIDO: Raimundo Marques Viana - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao INFOJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. 195/196, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: HIRLEY VERÇOSA DOS SANTOS (OAB 2591/AM), ADV: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 4246/PE), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: FLORINDO SILVESTRE POERSCH (OAB 800/AC), ADV: ELIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493A/AM), ADV: SILVANA CASTRO MUNIZ (OAB 648A/AM), ADV: OLAVO CÉSAR CASTRO MENDES (OAB 513A/AM) - Processo 0213927-78.2011.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Alexandre Rodrigues de Lima - REQUERIDO: Cia Excelsior de Seguros S/A - PERITO: Instituto Médico Legal - IML - A parte fo intimada para manifestar interesse no prosseguimento do feito, e quedou-se inerte, mudou-se e não comunicou ao juízo. À luz do exposto, em razão da inércia do postulante, Julgo Extinto o presente feito sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, III do Novo Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento de custas em 10% sobre o valor da causa e despesas processuais. No entanto, suspendo a exigibilidade, nos termos do art. 98, §3º do Código de Processo Civil. Após o trânsito em julgado, e nada sendo requerido arquive-se com as baixas e anotações de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIA PEREIRA DA SILVA (OAB 5841/AM), ADV: RODRIGO ALVES OMENA (OAB 6840/AM), ADV: SALOMÃO GUEDES BRANDÃO DE FARIAS (OAB 3036/AM) - Processo 0224323-51.2010.8.04.0001 (001.10.224323-0) - Alvará Judicial - Concessão / Permissão / Autorização - REQUERENTE: Cilene Maria de Oliveira Prado - Antônio Rodrigues Fernandes - SENTENÇA Vistos, etc. Trata-se de Embargos de Declaração opostos, às fls. 71/76 É latente que a pretensão dos embargos visa modificar a sentença proferida às fls. 69. Todavia, o Código de Processo Civil, em seu art. 1.022, enumera as hipóteses em que são cabíveis os embargos de declaração, in verbis: Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. Cotejando o artigo acima e os argumentos constantes nos embargos, forçoso reconhecer a inexistência dos pressupostos, pois não se verifica qualquer omissão, obscuridade ou contradição a ser dirimida na Sentença de fls. 69. No que se refere a novel previsão legal, relacionado a possibilidade de embargos de declaração com finalidade de corrigir erro material, entendo que no caso ora em análise não se aplica. Nessa linha, Theodoro Júnior leciona que: Se o caso é de omissão, o julgamento dos embargos supri-la-á, decidindo a questão que, por lapso, escapou à decisão embargada. No caso de obscuridade ou contradição, o decisório será expungido, eliminando-se o defeito nele detectado. Em qualquer caso, a substância do julgado será mantida, visto que os embargos de declaração não visam à reforma do acórdão, ou da sentença. (THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 633) A decisão aponta, fundamentadamente, os pontos de convencimento deste Juízo, razão por que mantenho o entendimento nela exarado. Ademais, a rediscussão da matéria suscitada e a reavaliação de provas devem ser feitas por meio de recurso apropriado, que é apelação e não por embargos de declaração, meio impróprio para tanto. Diante do exposto, entendo que a matéria ventilada não se amolda às hipóteses do art. 1.022, do CPC, motivo por que denego os embargos de declaração opostos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se

ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM) - Processo 0248114-68.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Hilderson Belarmino da Costa - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Intime-s o INSS para que este e manifeste, em cinco dias, acerca da petição de fls. 149. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846), ADV: CLAUDOMILTON ROBERTO DA SILVA (OAB 10291/AM), ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: JOÃO ANTONIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM), ADV: JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 002.300/AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM) - Processo 0335850-13.2007.8.04.0001 (001.07.335850-0) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco da Silva dos Santos - REQUERIDO: Visoclin - Centro de Diagnóstico e Cirurgia Ocular Ltda. - PERITO: Eduardo de Vasconcellos - Rose Mary Diniz Santim - Compulsando os autos, verifica-se que a perita anteriormente nomeada, Dra. Rose Mary Diniz Santim, informou estar impedida de exercer o encargo como perita judicial, conforme Certidão e Declaração às fls. 268/269. Em razão disto e ante a necessidade da prova pericial, nomeio como perito judicial o Dr. Cláudio do Carmo Chaves Filho, inscrito no CRM/AM sob o Nº 5.271, com endereço profissional na clínica CLC Serviços Médicos LTDA (Eye Center), sito à Av. Mário Ypiranga Monteiro, Nº 1.300, Manaura Shopping, Loja 51, Bairro Adrianópolis, CEP: 69057-002, Manaus/AM e telefone (92) 3584-4075, para realização de perícia oftalmológica, devendo entregar o Laudo Pericial no prazo de 30 (trinta) dias. Intime-o para, conforme art. 465, § 2º, do CPC, informar se aceita o encargo e apresentar proposta de honorários periciais, no prazo de 5 (cinco) dias. Intimem-se as partes para, nos termos do §1º do artigo supracitado e em 15 (quinze) dias,

arguirem o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso, bem como indicarem assistente técnico e apresentar quesitos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se. Manaus, 13 de agosto de 2019

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0600633-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Edita da Silva Lopes - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Intimem-se as partes, para que no prazo de 05 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: ANNE CLÍCIA ALVES DA SILVA GUILHERME (OAB 3881/AM), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ), ADV: SIMONE APARECIDA SARAIVA LIMA (OAB 931A/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 30820/RS), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG) - Processo 0602651-14.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Hsbc Bank Brasil S/A - REQUERIDO: Antônio José Santana de Lima - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao INFOJUD e SIEL devolvidos e juntados aos autos, às fls. 179/180, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: SUANY MENDES FONSECA ROCHA (OAB 12710/AM), ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM), ADV: JAMILLY VIANA DA SILVA (OAB 10666/AM), ADV: CHRISLINE PATRICIA PANTOJA WILLIAMS (OAB 15746/PA) - Processo 0603857-92.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: ALCIONE MARIA COSTA DA SILVA - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerido/Executado; para: (X) Contrarrazoar, no prazo de 15 (quinze) dias o recurso de apelação juntado às fls. 158/166, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, § 2º e 1.010. §§ 1º e 2º, NCPC). Com o decurso do prazo, proceda-se a remessa dos autos, após as formalidade legais, ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1º, inciso XXX, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: JANNE SALES GOMES (OAB 3045/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA BICHARRA DA SILVA SANTANA (OAB 3004/AM), ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0605057-66.2017.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - REQUERIDA: Lorena Edwards de Souza - CONCLUSÃO. Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado por MASSA FALIDA DO BANC CRUZEIRO DO SUL S.A. contra LORENA EDWARDS DE SOUZA, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra. Mantenho a gratuidade da justiça (fls. 164). Condeno a parte requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, o que será suspenso, tendo em vista ser a beneficiária acobertada pela justiça gratuita. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Transitada em julgado esta sentença, sem manifestação das partes e tendo sido efetuado o pagamento das despesas devidas, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0605696-84.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio do Conjunto Residencial Ariranhas - EXECUTADA: Rejane Pinheiro Andes - Intime-se a parte interessada, para no prazo de 5 (cinco) dias informar o CPF do réu, uma vez que as consultas solicitadas necessitam do mesmo, sob pena de indeferimento da pesquisa

ADV: CARLA SEVERO BATISTA SIMÕES (OAB A778/AM), ADV: GUSTAVO DE MARCHI (OAB 84288/MG), ADV: CAMILA RODRIGUES DA SILVA (OAB 8847/AM), ADV: IRANDY RODRIGUES DA CRUZ (OAB 3294/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG), ADV: ISABELLA JACOB NOGUEIRA (OAB 8800/AM) - Processo 0606890-22.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nedson Cunha de Castro - Raimunda Vieira da Cunha - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, chamo o processo a ordem e torno sem efeito o despacho de fls.174, eis que tal demanda necessita de dilação probatória e deve ser devidamente saneada. Motivo pelo qual passo ao saneamento, na forma do Art. 357, do CPC. 1- Quanto às questões pendentes (inciso I): A Requerida Amazonas Distribuidora de Energia, alegou preliminar de inépcia da inicial, com o argumento de que o autor não pleiteou pedido certo e determinado, ao passo que requereu um único valor a título de indenização por danos morais e estéticos. Ocorre, que em consonância com o artigo 292, VI do CPC, na Ação em que há cumulação de pedidos, o valor da causa será a quantia correspondente à soma de valores de todos eles, razão pela qual, rejeito tal preliminar, salientando que a aferição dos valores condenatórios será feita na ocasião da sentença. Alega ainda, cerceamento de defesa em razão de confusão na peça inicial, bem como a falta documentos indispensáveis à propositura da Ação, afirmando que não há comprovada relação nos autos entre o fato ocorrido e o dano sofrido pelo autor, restando possível extrair a causa de pedir e o pedido, não havendo nenhum prejuízo quanto ao entendimento da pretensão ali esboçada e ao exercício do direito de defesa pelo Réu, rejeito, portanto, tal arguição. 2- Delimitação de questões de fato para a atividade probatória e questões de direito relevantes para decisão de mérito (incisos II e IV) Verifico que a controvérsia da lide consiste na alegação da parte requerente de que a culpa pelo acidente foi exclusivamente da requerida, em razão de os fios de alta tensão estarem desencapados no momento do acidente, o que causou graves sequelas ao autor. O requerido por sua vez, alega que a culpa é exclusiva do autor e de sua curadora, uma vez que há confissão de que este deliberadamente e sem a supervisão adequada tentou resgatar o papagaio preso na fiação, apesar de haver o cuidado da requerida de botar afastadores nos cabos para evitar que os fios sejam tocados pelos cidadãos. É incontroverso nos autos que houve o acidente com os fios elétricos, que vitimou a parte autora, gerando-lhe sequelas. A matéria de direito consiste em responsabilidade civil por danos morais e estéticos. 3- Quanto aos meios de prova admitidos (incisos II, in fine): Em relação as provas requeridas defiro as provas documentais já juntadas, bem como depoimento pessoal das partes, além das testemunhas do Requerente e Requerido, que deverão ser arroladas impreterivelmente no prazo de dez dias, e trazidas espontaneamente a Audiência de instrução e julgamento, a ser designada por este Juízo, salvo imperiosa necessidade de intimação. Para o deslinde da presente demanda faz-se necessária a produção de prova pericial médica e de engenharia elétrica. Motivo pelo qual, nomeio como perito judicial o Sr. Ernandes Siqueira Moreira Neto, com endereço à Rua Tenente Pinto Sá, Conjunto Residencial Aripuanã, casa 11, quadra H - Chapada, telefone: 3347-0440 e 99439-2111 e e-mail: ernandes.neto@yahoo.com.br, para realização de perícia elétrica nos cabos de alta tensão, devendo entregar o Laudo Pericial no prazo de 30 dias. Nomeio ainda, como perita deste Juízo, a Dra. Letícia Rocha Franklin, com endereço no Hospital Getúlio Vargas, Av. Boulevard Álvaro Maia, Nossa Senhora das Graças, telefone: 98444-8000, para realização de perícia médica na no autor, a fim de averiguar o grau das queimaduras sofridas, devendo entregar o Laudo Pericial no prazo de 30 dias. Intimem-se os peritos, para informarem se aceitam o encargo, apresentarem proposta de honorários periciais, conforme art. 465, § 2º, do CPC, no prazo de 05 dias. 4- Quanto à distribuição do ônus da prova (inciso III): O ônus da prova incumbe

ao autor no que se refere ao fato constitutivo de seu direito, qual seja a comprovação dos danos sofridos, bem como se houve dano moral e estético a indenizar. O réu, por sua vez, tem o ônus de provar fato impeditivo do direito do requerente, qual seja a alegação de que a culpa foi exclusiva do autor e que atuou com dever de cuidado em relação aos fios elétricos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 156187/SP) - Processo 0607657-60.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Safra S/A - REQUERIDO: Alex Adan Santos Batista - SENTENÇA Vistos, etc. Trata-se de Embargos de Declaração opostos, às fls. 71/74. É latente que a pretensão dos embargos visa modificar a sentença proferida às fls. 68. Todavia, o Código de Processo Civil, em seu art. 1.022, enumera as hipóteses em que são cabíveis os embargos de declaração, in verbis: Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. Cotejando o artigo acima e os argumentos constantes nos embargos, forçoso reconhecer a inexistência dos pressupostos, pois não se verifica qualquer omissão, obscuridade ou contradição a ser dirimida na Sentença de fls. 68. No que se refere a novel previsão legal, relacionado a possibilidade de embargos de declaração com finalidade de corrigir erro material, entendo que no caso ora em análise não se aplica. Nessa linha, Theodoro Júnior leciona que: Se o caso é de omissão, o julgamento dos embargos supri-la-á, decidindo a questão que, por lapso, escapou à decisão embargada. No caso de obscuridade ou contradição, o decisório será expungido, eliminando-se o defeito nele detectado. Em qualquer caso, a substância do julgado será mantida, visto que os embargos de declaração não visam à reforma do acórdão, ou da sentença. (THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 633) A decisão aponta, fundamentadamente, os pontos de convencimento deste Juízo, razão por que mantenho o entendimento nela exarado. Ademais, a rediscussão da matéria suscitada e a reavaliação de provas devem ser feitas por meio de recurso apropriado, que é apelação e não por embargos de declaração, meio impróprio para tanto. Diante do exposto, entendo que a matéria ventilada não se amolda às hipóteses do art. 1.022, do CPC, motivo por que denego os embargos de declaração opostos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se

ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0608920-35.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: M N COM DE PROD ALIM LTDA - MARCELO JOSÉ NORONHA DE OLIVEIRA - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 139, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: JONATHAS MARCELINO ANDRADE DOS SANTOS (OAB 7607/AM), ADV: LENINE YURI SAMPAIO GUEDES CAVALCANTE (OAB 9517/AM), ADV: MÁRIO ANDRÉ DE OLIVEIRA CARDOSO (OAB 8329/AM) - Processo 0609156-16.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Michelle Serafim Maximiniano - REQUERIDO: Instituto de Ensino Hilda Ferreira S/S Ltda - MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - CONCLUSÃO. Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por GABRIEL MAXIMIANO SOARES, contra INSTITUTO HILDA FERREIRA com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra, e, via de consequência, condeno a parte requerida ao pagamento de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a serem atualizados pelos índices da Portaria n. 1855/2016 deste Tribunal. Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 16 de agosto de 2019.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0609880-83.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda Administradora - REQUERIDA: Loyanna Sthefanie G. Gomes Oliveira - SENTENÇA Vistos, etc. Trata-se de Embargos de Declaração opostos, às fls. 73/76. É latente que a pretensão dos embargos visa modificar a sentença proferida às fls. 69/70. Todavia, o Código de Processo Civil, em seu art. 1.022, enumera as hipóteses em que são cabíveis os embargos de declaração, in verbis: Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. Cotejando o artigo acima e os argumentos constantes nos embargos, forçoso reconhecer a inexistência dos pressupostos, pois não se verifica qualquer omissão, obscuridade ou contradição a ser dirimida na Sentença de fls. 69/70. No que se refere a novel previsão legal, relacionado a possibilidade de embargos de declaração com finalidade de corrigir erro material, entendo que no caso ora em análise não se aplica. Nessa linha, Theodoro Júnior leciona que: Se o caso é de omissão, o julgamento dos embargos supri-la-á, decidindo a questão que, por lapso, escapou à decisão embargada. No caso de obscuridade ou contradição, o decisório será expungido, eliminando-se o defeito nele detectado. Em qualquer caso, a substância do julgado será mantida, visto que os embargos de declaração não visam à reforma do acórdão, ou da sentença. (THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 633) A decisão aponta, fundamentadamente, os pontos de convencimento deste Juízo, razão por que mantenho o entendimento nela exarado. Ademais, a rediscussão da matéria suscitada e a reavaliação de provas devem ser feitas por meio de recurso apropriado, que é apelação e não por embargos de declaração, meio impróprio para tanto. Diante do exposto, entendo que a matéria ventilada não se amolda às hipóteses do art. 1.022, do CPC, motivo por que denego os embargos de declaração opostos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0611201-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Clewilton Andrade dos Santos - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - ATO ORDINATÓRIO De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (x) Perito, Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, para: (X) Entregar o laudo pericial, findo o prazo estipulado para a finalização da perícia, nos termos do art. 1º, inciso XIX, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: INALDO XAVIER DE SIQUEIRA (OAB 9270/MT), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM) - Processo 0611311-60.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota

Promissória - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: ROBERTA NASCIMENTO DOS SANTOS - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao SIEL devolvidos e juntados aos autos, às fls. 118, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: DENISE FABIANE MONTEIRO VALENTINI (OAB 176836/SP), ADV: GILMAR CESAR DA SILVA SANTOS (OAB 10770/AM), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: AGUINALDO DA SILVA AZEVEDO (OAB 160198/SP), ADV: ANDRÉ UCHIMURA DE AZEVEDO (OAB 309103/SP), ADV: TATIANI SCARPONI RUA CORREA (OAB 230486/SP) - Processo 0611904-16.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Classificação de créditos - REQUERENTE: Nahar Vessan Souza do Nascimento - REQUERIDO: Construtora Aliança Ltda - Intime-se a parte autora para manifestar- se acerca da petição de fls. 29, no prazo de 5 dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0612707-04.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: J W PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME - OMAR DE OLIVEIRA DA SILVA - CARLOS MIGUEL LABORDA DE CASTRO - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 107/108, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: BÁRBARA ANTUNES ANDRADE (OAB 10919/AM), ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM) - Processo 0613849-38.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Jfdd Participações e Administração Ltda - REQUERIDO: Igor Gabriel Melo e Silva - Me - Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O feito SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, na forma do artigo 485, III e VI, do NCPC, e conforme fundamentação supra, sem prejuízo de que a demanda seja renovada, caso subsista legítimo interesse nesse sentido (art. 486 do NCPC). Sem condenação em honorários advocatícios, uma vez que não implementada nos atos a condição prevista em lei para esse fim. Pendendo de pagamento de custas, ressalvo ao Cartório desta Vara, titular de tais custas, o direito subjetivo de cobrança, em procedimento próprio. Saliento, contudo, que, sendo a parte beneficiária da gratuidade de justiça, a cobrança de custas fica suspensa. Transitada em julgado esta decisão, independente de novo despacho, proceda-se à baixa no SAJ e na Distribuição, e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 1053A/AM), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0614411-18.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDO: Wendel de Lima Pereira - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao RENAJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. 70/71, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: SUDJANE DA LUZ RODRIGUES (OAB 6718/AM), ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM), ADV: CHRISTIANO DE OLIVEIRA SANTIAGO (OAB 9536/AM) - Processo 0615103-46.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito dos Empresários de Manaus - REQUERIDO: Wilton Pereira dos Santos - Intimação de: (x) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao INFOJUD e SIEL, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 75/76, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0620280-64.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: MEGAMIX COMÉRCIO DE MATÉRIAIS DE CONSTRUÇÃO E LOGÍSTICA LTDA - REQUERIDO: TNL PCS S/A - A parte apelada, devidamente intimada, apresentou contrarrazões. Remetam-se os autos à Superior Instância com as cautelas devidas. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0620860-89.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Benefícios em Espécie - REQUERENTE: Stafany Raianna Ferreira - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: I.n.s.s. - Instituto Nacional de Seguro Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 1.023, § 2º do NCPC), sobre os embargos declaratórios opostos, nos termos do art. 1º, inciso XXIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: JOÃO DA SILVA PESSÔA JÚNIOR (OAB 13074/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0621879-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Carlos Henrique Barbosa Teixeira - REQUERIDO: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0623999-54.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Vitor Ciarlini Rabelo - ATO ORDINATÓRIO De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC) e nos termos do art. 4º da referida Portaria Conjunta, o qual aduz que o Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisório, não relacionados na citada Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal, procedo também o seguinte ato: Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas

das pesquisas junto ao RENAJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. 151, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: VALDIR ALVES DE VASCONCELOS JUNIOR (OAB 13500/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0625915-60.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: VANESSA SOLIANY DE SOUZA FREIRE - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Contrarrazoar, no prazo de 15 (quinze) dias o recurso de apelação juntado às fls. 424/438, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, § 2º e 1.010. §§ 1º e 2º, NCPC). Com o decurso do prazo, proceda-se a remessa dos autos, após as formalidade legais, ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1º, inciso XXX, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: NELSON ABDON SOUTO KIZEM (OAB 5454/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: CATHARINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 6484/AM) - Processo 0625961-78.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: WILLIAM FRANÇA DA COSTA - REQUERIDO: Esepo Empreendimentos Imobiliarios Ltda (Construtora Capital Rossi) - Hibride Emprendimentos Imobiliários LTDA - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por WILLIAM FRANÇA DA COSTA contra Esepo Empreendimentos Imobiliarios Ltda (Construtora Capital Rossi) e Hibride Emprendimentos Imobiliários LTDA, com fundamento no art. 487, I, do novo Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra, para, via de consequência: Declaro válida a Cláusula de Tolerância; Julgo procedente o pedido de devolução integral das quantias pagas, devendo as Requeridas restituírem 100% (cem por cento) dos valores pagos pelo Autor a título de sinal e parcelas, o que corresponde à quantia de R$ 67.172,47 (sessenta e sete mil, cento e setenta e dois reais e quarenta e sete centavos), o qual deve ser corrigido e atualizado a partir do evento danoso e com incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação, nos termos da Portaria 1855/2017 deste Tribunal de Justiça; Julgo procedente o pedido de lucro cessante e condeno as Requeridas ao pagamento de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor do imóvel pelo período compreendido entre 27/10/2014 (data prevista para entrega incluindo o prazo de tolerância de 180 dias) até 27/11/2014, data da expedição do HABITE-SE. Condeno as Requeridas ao pagamento, a título de dano moral R$ 10.000,00 (dez mil reais), atualizados nesta data, acrescidos de correção monetária e juros de mora de 1% ao mês a partir da publicação da presente sentença. Condeno as Requeridas ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor total da condenação. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, intime-se o Apelado para responder no prazo legal. Após, proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal, ressalvando que o juiz a quo não exerce juízo de admissibilidade de recurso de apelação. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. Publique-se, Registre-se, Intime-se e Cumpra-se.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: ALBERTO ALVES DE MORAES (OAB 17578/PA), ADV: ROBERVAL VIEIRA JÚNIOR (OAB 244234/SP), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE), ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP), ADV: RAPHAEL NEVES COSTA (OAB 225061/SP), ADV: RICARDO NEVES COSTA (OAB 120394/SP) - Processo 0626321-81.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - EXECUTADO: Frigorifico Torelles Ltda - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Proceder ao recolhimento das custas referente a diligência deferida às fls. 117 , no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP), ADV: BRUNO BRAZ CORDEIRO (OAB 6849/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0628267-49.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - REQUERIDO: Elias Santana dos Santos - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao RENAJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. 111/112, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: NELSON PASCHOALOTTO (OAB 108911/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0628955-11.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: B M de Souza Comercial - Tendo em vista que o veículo, objeto da presente lide, encontra-se bloqueado pelo juízo da 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho (fls.81), desta comarca, fica impossibilitado o bloqueio por este juízo. Isto posto, intime-se a parte autora para no prazo de 5 (cinco) dias requerer o que entender de direito. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: SANDRA JOELMA P. PAIVA VAZ (OAB 8831/AM), ADV: VANESSA ALENCAR DA SILVA (OAB 7326/AM), ADV: SARAH CORREIA OLIVEIRA (OAB 8781/AM), ADV: RAFAEL CLEMENTINO PINTO DA SILVA (OAB 10269/AM), ADV: JOSÉ FRANCISCO SANTOS SILVA (OAB 1993/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO DE SOUZA MARQUES JÚNIOR (OAB 9197/AM), ADV: DORA MESTANZA BARCIO DE PAIVA (OAB 12764/AM), ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM), ADV: ANA PAULA CARDEAL CLOS (OAB 6939/AM), ADV: ANDRÉA DA SILVA GUEDES (OAB 10966/AM) - Processo 0629005-37.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: Bruno de Souza Paulo - REQUERIDO: Edy Almeida Encarnação - Condomínio Villa Jardim Lírio - Cumpra-se imediatamente a decisão de fls. 137, intimando-se pessoalmente o perito para informar se aceita o encargo e apresentar sua proposta de honorários. Intime-se o réu para constituir novo advogado, na forma legal, em razão da renúncia. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 15 de agosto de 2019.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0629581-93.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDA: Janethe Ayres da Cunha - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para:

(X) Proceder ao recolhimento das custas referentes as diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito.

ADV: RAYZA BAREM DE OLIVEIRA (OAB 23849/MS), ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0631438-43.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Lucas Araujo de Oliveira - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (X) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 61, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0631499-69.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Artemio de F Campos - Me - Artemio de Freitas Campos - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao SIEL devolvidos e juntados aos autos, às fls. 102, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: LUIS GUSTAVO CIGANA CRIVELLARO (OAB 250156/SP), ADV: FÁBIO DO CARMO GENTIL (OAB 208756/SP) - Processo 0632293-95.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Transporte de Coisas - REQUERENTE: ULG LOGÍSTICA DO BRASIL LTDA - REQUERIDO: Ever Eletric Appliances Indústria e Comércio LTDA - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 1.023, § 2º do NCPC), sobre os embargos declaratórios opostos, nos termos do art. 1º, inciso XXIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0632739-25.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Alvenira de Oliveira Vasconcelos - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 77, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: SIMONE WAUGHAN FREITAS DE SOUZA (OAB 11830/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM) - Processo 0635290-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonia Celestina Rodrigues Oliveira - REQUERIDO: Renault do Brasil S/A - Porto Veículos Ltda. - Du Nort Comércio de Veículos Ltda - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 07 de outubro de 2019, às 9 horas e 30 minutos, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC).

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0635686-57.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S. A. - EXECUTADO: Yavari Serviços de Manutenção e Reparação de Veículos Automotores Ltda. (Centro Automotivo Porto Seguro - Caps) - Jose Arnoldo Cezar de Oliveira - Intimação de: (x) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao INFOJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. 65/66, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: NILCILENE PEREIRA CAVALCANTE (OAB 9834/AM) - Processo 0636079-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Elquilene de Sousa Seixas - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - No caso sub examen, entendo presentes os requisitos para a concessão da medida e, a fim de evitar grave prejuízo ou de difícil reparação, DECIDO antecipar PARCIALMENTE os efeitos da tutela, e DETERMINO que seja intimada a parte requerida para que providencie, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento desta determinação, que se abstenha de efetuar o a interrupção do fornecimento de energia da parte autora, sob a unidade consumidora de nº 0005892-0, DO IMÓVEL SITUADO NA RUA COM. VICENTE CRUZ N. 412, SANTO ANTONIO, a retirada do nome da parte autora dos cadastros de inadimplentes, relativamente ao débito discutido nestes autos, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos e, tudo de conformidade com o artigo 294 e ss. da Lei do Rito Civil. Faço-o com arrimo na existência de prova inequívoca e diante da induvidosa verossimilhança da alegação. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$ 500,00 (Quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa, a serem suportados pela parte ré. Da inversão do ônus da prova. Por entender como verossímil a alegação da parte autora, DETERMINO a inversão do ônus da prova em seu favor, estabelecendo-se incontinenti a paridade no tratamento processual, consoante permissivo que exsurge do artigo 6°, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Da gratuidade da justiça. Defiro a gratuidade da justiça pleiteada, nos termos do art. 98 e ss do Código de Processo Civil. Dos procedimentos de praxe. 1- Após a citação/intimação da parte a acerca da liminar concedida, paute-se audiência de conciliação, nos termo do artigo 334 e ss. do CPC e intime-se as partes. Ressalvo que o prazo de contestação fluirá após a audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC. E a não apresentação de contestação implicará na aplicação das medidas contidas nos artigos 344 e ss., do Código de Processo Civil, salvo se a demanda versar sobre direito indisponível. Outrossim, no mesmo prazo, a parte ré deverá informar, motivadamente, quais provas pretende produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide. 2- Apresentada contestação e havendo alegação de preliminares, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a contestação, nos termos do art. 351, do Código de Processo Civil, indicando, motivadamente, as provas que pretende produzir ou requerendo o julgamento antecipado da lide. Destaco às partes que requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, fica desde logo indeferido. 3- Havendo juntada de documentos por ocasião da réplica, determino, à parte requerida que se manifeste acerca da referida documentação. 4- Caso seja ou não necessária a réplica, já tenha sido apresentada

ou já tenha decorrido o prazo para sua apresentação, voltem-me os autos conclusos para designação de audiência ou deliberação sobre o pedido de julgamento antecipado da lide, se for o caso. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho deverá ser dado pelos próprios servidores, na forma do art. 206 e ss. do Código de Processo Civil. Observe-se que a ré insere-se no rol das grandes demandadas, o que implica em intimação/citação eletrônica. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: ALEXANDRE COELHO DA SILVA (OAB 5846/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0636634-04.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: IVENS BRAULE PINTO DOS REIS - THAYS BARBOSA CARVALHO - REQUERIDO: DIRECIONAL ENGENHARIA S.A. - ARNOUD DE CASTRO COELHO - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Contrarrazoar, no prazo de 15 (quinze) dias o recurso de apelação juntado às fls. 251/278, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, § 2º e 1.010. §§ 1º e 2º, NCPC). Com o decurso do prazo, proceda-se a remessa dos autos, após as formalidade legais, ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1º, inciso XXX, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: GABRIEL TOSETTI SILVEIRA (OAB 252852/SP), ADV: BRUNA ROBERTA CARDOSO MINHOTO (OAB 356898/SP), ADV: ANTÔNIO DO NASCIMENTO CORDEIRO FILHO (OAB 12225/AM), ADV: JOÃO GILBERTO FEIRE GOULART (OAB 291913/SP), ADV: MARCOS ANDRE TEIXEIRA BRANDAO (OAB 12724/AM), ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP), ADV: PAULO SÉRGIO OLIVEIRA AMORIM (OAB 12779/AM), ADV: CRISTIANO SILVA COLEPICOLO (OAB 291906/SP) - Processo 0639224-12.2017.8.04.0001 - Renovatória de Locação - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Estilo Branco Comercio Varejista de Roupas e Acessorios Ltda - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - DECISÃO Compulsando os autos, verifico que a presente demanda deve ser devidamente saneada. Motivo pelo qual passo ao saneamento, na forma do Art. 357, do CPC. 1- Quanto às questões pendentes (inciso I): O Requerido, em sua contestação às fls. 96/109, suscitou carência da ação, nos termos do art. 71, incisos II e V da Lei Nº 8.245/91, ante a não comprovação dos pagamentos dos aluguéis e encargos de locação devido a não comprovação da idoneidade financeira da fiadora, respectivamente. Deixo de analisar tais questões no momento, uma vez que tais preliminares se confundem com o mérito, razão pela qual serão analisadas no momento da sentença. A Autora, em manifestação às fls. 264/267, requereu o depósito judicial do valor do aluguel, tomando como base o valor aplicado no último mês do contrato vigente, qual seja, R$ 4.578,26 (quatro mil, quinhentos e setenta e oito reais e vinte e seis centavos), e a intimação da Ré para carrear certidão de quitação dos aluguéis pretéritos. Indefiro o pedido de depósito judicial visto que o pagamento dos aluguéis diretamente ao Réu não causará prejuízos em caso de procedência da ação. Ademais, deve a Autora manter o cumprimento do contrato em curso, nos termos do art. 71, inciso II da lei Nº 8.245/91. Indefiro também o pedido de intimação do Requerido para juntar certidão de quitação de aluguéis pretéritos, por se tratar de prova que pode ser produzida pela Autora, por se tratar de aluguel pago através de boleto bancário, sendo dever da Requerente a guarda de tais comprovantes, bem como não se tratar de relação de consumo abarcada pelas disposições da Lei Nº 12.007/2009. 2- Delimitação de questões de fato para a atividade probatória e questões de direito relevantes para decisão de mérito (incisos II e IV) Verifico que a controvérsia da lide consiste na alegação da parte requerente de que pretende a renovação do contrato de locação comercial nas dependências do Requerido, contudo as partes não acordam acerca do valor do aluguel. A Autora aduz que lojas similares à sua pagam valor bem menor. Já o Requerido argumenta que houve valorização mercadológica do local, sendo que, para a renovação do contrato, o novo aluguel deve representar o valor de mercado para o período de 60 (sessenta) meses. É incontroverso nos autos que as partes requerente e requerida possuem entre si contrato de locação comercial, tendo a empresa COMINIQC SERVIÇOS DE INTERNET LTDA cedido para a parte autora os direito e obrigações decorrentes da locação, com anuência do Réu. A matéria de direito consiste em renovação locatícia, com estabelecimento do novo valor do aluguel. 3- Quanto aos meios de prova admitidos (incisos II, in fine): Em relação as provas requeridas, o Requerido, às fls. 221/222, requereu o desentranhamento dos documentos carreados às fls. 144/196 e 203/219. Analisando as documentações acostadas, determino o desentranhamento dos documentos carreados pela Requerente às fls. 144/163, 177/180, 192/196, 203/209, 211/212, 214/219, 268 e 275, por se tratar de documentação que deveria ter sido anexada junto à exordial, por serem documentos anteriores à data do ajuizamento da ação em 03/11/2017 e, portanto, de conhecimento e acesso da Autora, não se enquadrando nas hipóteses elencadas no art. 435. Defiro as demais provas documentais já juntadas, momento em que determino a intimação do Réu para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca dos documentos carreados às fls. 164/176, 181/191 e 269/274. Defiro o depoimento pessoal das partes, a ser colhido em audiência de instrução e julgamento a ser designada. Defiro também a realização de prova pericial, para que se proceda à avaliação mercadológica e aferição do real valor mercadológico do aluguel mínimo mensal do imóvel locado pela Autora junto ao Requerido. Designo como perito judicial o corretor de imóveis Edmar Rosas Sobrinho, inscrito no CRECI da 18ª Região AM/RR sob o Nº 955-PF e registrado como perito avaliador no CNAI (Cadastro Nacional de Avaliadores Imobiliários) sob o Nº 13.171, com endereço na Avenida Recife, Conjunto Uirapurú, Rua A, Casa 26, Bairro Parque Dez de Novembro, CEP: 69.050-030, devendo no prazo de 10 (dez) dias dizer se aceita o encargo. Intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, arguirem impedimento ou suspeição do perito, bem como apresentarem os quesitos e, se quiserem, indicarem auxiliar, nos termos do art. 465, §1º do NCPC. Sendo aceito o encargo pelo perito, este deve apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias, a proposta de honorários, currículo com a comprovação da especialidade e os contatos profissionais, nos termos do art. 465, §2º do NCPC. 4- Quanto à distribuição do ônus da prova (inciso III): O ônus da prova incumbe ao autor no que se refere ao fato constitutivo de seu direito, qual seja a alegação de que o valor do aluguel se encontra acima da avaliação de mercado, nos termos do art. 373, inciso I do NCPC. O réu, por sua vez, tem o ônus de provar fato impeditivo do direito do autor, qual seja de que o valor propostoa se encontra dentro dos parâmetros do mercado, nos termos do art. 373, inciso II do NCPC. Após a realização da perícia, paute-se audiência de instrução e julgamento. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 670A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM) - Processo 0639894-84.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - REQUERIDO: L.H.F.C. - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 122/123, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0641192-43.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão

em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Thiago de Freitas Carlos - ATO ORDINATÓRIO De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC) e nos termos do art. 4º da referida Portaria Conjunta, o qual aduz que o Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisório, não relacionados na citada Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal, procedo também o seguinte ato: Intimação de: (X) Requerente/ Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao RENAJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. 58/59, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/ SC), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: FELIPE ALMEIDA FERREIRA (OAB 10271/AM), ADV: LUIZ ANTÔNIO DA SILVA JÚNIOR (OAB 11811/AM) - Processo 0641808-86.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Maria Silvana de Oliveira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: ( ) Requerente/Exequente; (X) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: Manifestar-se acerca do laudo pericial de fls. 73/81.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/ SP), ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 60295/PR) - Processo 0642419-34.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus - Sicoob Uniam - REQUERIDO: Klaus Adans Joe Ventura - Intime-se o autor, para efetuar o pagamento das custas do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: GILVAN GERALDO DE AQUINO SEIXAS (OAB 1497/ AM), ADV: IVO DO ESPÍRITO SANTO BENTO (OAB 13896/AM) - Processo 0642482-59.2019.8.04.0001 - Interdito Proibitório - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Edilon Rodrigues de Souza - REQUERIDO: Solimões Imóveis Ltda - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 07 de outubro de 2019, às 10 horas e 30 minutos, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC).

ADV: DEBORA DE CAMPOS FROTA (OAB 10140/AM), ADV: KENNIO SOUZA AZEVEDO (OAB 10487/AM) - Processo 0642661-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: L.P.B. - REQUERIDO: B. - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 07 de outubro de 2019, às 10 horas, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC).

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/ AM), ADV: CINTHYA DE AQUINO SIQUEIRA (OAB 14343/AM) - Processo 0642862-82.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ana Maria dos Santos Barros - REQUERIDO: Secretaria de Educação do Estado do Amazonas - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento nos artigos 320, 321 e 485, I, do Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Transitada em julgado esta sentença, sem manifestação das partes e tendo sido efetuado o pagamento das despesas devidas, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0643255-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Parcial - REQUERENTE: Leomara Oliveira da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Considerando os Termos da Portaria nº 2183/2016 e o Termo de Cooperação 012/2017- TJ, encaminhem-se os autos para o CEJUSC, para que nomeie perito conveniado para realização de perícia, bem como, expeçam-se as comunicações necessárias de citação e intimação. Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0643351-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Heliton Batista da Silva - REQUERIDO: Shopping Phelippe Daou - ASSLITISC: Secretaria Municipal de Agricultura Abastecimento Centro e Comercio Informal - Semacc - Município de Manaus - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento nos artigos 320, 321 e 485, I, do Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Transitada em julgado esta sentença, sem manifestação das partes e tendo sido efetuado o pagamento das despesas devidas, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/ AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0643435-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nota Fiscal ou Fatura - REQUERENTE: Amazon Security Ltda - REQUERIDO: Fundação Hospital Adriano Jorge - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento nos artigos 320, 321 e 485, I, do Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Transitada em julgado esta sentença, sem manifestação das partes e tendo sido efetuado o pagamento das despesas devidas, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUANA MARIA DE SOUSA GIOIELLI (OAB 343135/ SP), ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/ AM) - Processo 0648436-23.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Jose Washington Jurema de Franca - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/ Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 75, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme

art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP), ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 1254A/AM), ADV: EGBERTO HERNANDES BLANCO (OAB 89457/SP) - Processo 0659317-59.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: Valdeci Pereia de Barros - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 68, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: HUMBERTO LUIZ TEIXEIRA (OAB 157875/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: NELSON PASCHOALOTTO (OAB 973A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0703769-67.2012.8.04.0001 - Busca e Apreensão - Liminar - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Claudemir dos Santos Carneiro - SENTENÇA Vistos, etc. Trata-se de Embargos de Declaração opostos, às fls. 99/101. É latente que a pretensão dos embargos visa modificar a sentença proferida às fls. 97. Todavia, o Código de Processo Civil, em seu art. 1.022, enumera as hipóteses em que são cabíveis os embargos de declaração, in verbis: Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. Cotejando o artigo acima e os argumentos constantes nos embargos, forçoso reconhecer a inexistência dos pressupostos, pois não se verifica qualquer omissão, obscuridade ou contradição a ser dirimida na Sentença de fls. 97. No que se refere a novel previsão legal, relacionado a possibilidade de embargos de declaração com finalidade de corrigir erro material, entendo que no caso ora em análise não se aplica. Nessa linha, Theodoro Júnior leciona que: Se o caso é de omissão, o julgamento dos embargos supri-la-á, decidindo a questão que, por lapso, escapou à decisão embargada. No caso de obscuridade ou contradição, o decisório será expungido, eliminando-se o defeito nele detectado. Em qualquer caso, a substância do julgado será mantida, visto que os embargos de declaração não visam à reforma do acórdão, ou da sentença. (THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 633) A decisão aponta, fundamentadamente, os pontos de convencimento deste Juízo, razão por que mantenho o entendimento nela exarado. Ademais, a rediscussão da matéria suscitada e a reavaliação de provas devem ser feitas por meio de recurso apropriado, que é apelação e não por embargos de declaração, meio impróprio para tanto. Diante do exposto, entendo que a matéria ventilada não se amolda às hipóteses do art. 1.022, do CPC, motivo por que denego os embargos de declaração opostos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Aguinaldo da Silva Azevedo (OAB 160198/SP)
Alberto Alves de Moraes (OAB 17578/PA)
Alessandra Costa Pacheco (OAB 4876/AM)
Alexandre Coelho da Silva (OAB 5846/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Ana Paula Cardeal Clos (OAB 6939/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
André Uchimura de Azevedo (OAB 309103/SP)
Andréa da Silva Guedes (OAB 10966/AM)
Anne Clícia Alves da Silva Guilherme (OAB 3881/AM)
Antônia Pereira da Silva (OAB 5841/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio do Nascimento Cordeiro Filho (OAB 12225/AM)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bárbara Antunes Andrade (OAB 10919/AM)
Bruna Roberta Cardoso Minhoto (OAB 356898/SP)
Bruno Braz Cordeiro (OAB 6849/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Camila Rodrigues da Silva (OAB 8847/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 1254A/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
Carla Severo Batista Simões (OAB A778/AM)
Carlos Augusto de Souza Marques Júnior (OAB 9197/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846)
Catharina Ribeiro Botelho (OAB 6484/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
CELSO RICARDO DE ALMEIDA FROTA (OAB 3915/AM)
CESAR DE BARROS COELHO SARMENTO (OAB 11336/PA)
Chrisline Patricia Pantoja Williams (OAB 15746/PA)
Christiano de Oliveira Santiago (OAB 9536/AM)
Cinthya de Aquino Siqueira (OAB 14343/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Claudomilton Roberto da Silva (OAB 10291/AM)
Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto (OAB 2968/AM)
Cristiano Silva Colepicolo (OAB 291906/SP)
Debora de Campos Frota (OAB 10140/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Denise Fabiane Monteiro Valentini (OAB 176836/SP)
Dora Mestanza Barcio de Paiva (OAB 12764/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 670A/AM)
EDSON JOSÉ CAALBOR ALVES (OAB 86705/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Egberto Hernandes Blanco (OAB 89457/SP)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Elio Francisco de Carvalho (OAB 493A/AM)
Eurico Fernandes Alves Júnior (OAB 4456/AM)
Fábio do Carmo Gentil (OAB 208756/SP)
Fábio Renam de Mello Freitas (OAB 2298/AM)
Fabíola Campos Silva (OAB 2930/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Felipe Almeida Ferreira (OAB 10271/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando José de Carvalho (OAB 463A/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Florindo Silvestre Poersch (OAB 800/AC)
Francisca Loureiro de Souza (OAB 8343/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Gabriel Tosetti Silveira (OAB 252852/SP)
Gilmar Cesar da Silva Santos (OAB 10770/AM)
Gilvan Geraldo de Aquino Seixas (OAB 1497/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Guilherme Gustavo Vasques Mota (OAB 5663/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo de Marchi (OAB 84288/MG)
GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)

Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 1053A/AM)
Hirley Verçosa dos Santos (OAB 2591/AM)
Humberto Luiz Teixeira (OAB 157875/SP)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Inaldo Xavier de Siqueira (OAB 9270/MT)
Irandy Rodrigues da Cruz (OAB 3294/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabella Jacob Nogueira (OAB 8800/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Ivo do Espírito Santo Bento (OAB 13896/AM)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Jackson William de Lima (OAB 60295/PR)
Jacques Machado Portela (OAB 2722/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Jamilly Viana da Silva (OAB 10666/AM)
Jandercleide Rocha de Souza Fiacadori (OAB 11064/AM)
Janne Sales Gomes (OAB 3045/AM)
Jefferson Ortiz Matias (OAB 002.998/AM)
João Alves Barbosa Filho (OAB 4246/PE)
João Antônio da Silva Tolentino (OAB 002.300/AM)
João Antonio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João da Silva Pessôa Júnior (OAB 13074/AM)
João Gilberto Feire Goulart (OAB 291913/SP)
Jonathas Marcelino Andrade dos Santos (OAB 7607/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Francisco Santos Silva (OAB 1993/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 156187/SP)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Kennio Souza Azevedo (OAB 10487/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Lenine Yuri Sampaio Guedes Cavalcante (OAB 9517/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 8123/PR)
LUANA MARIA DE SOUSA GIOIELLI (OAB 343135/SP)
Luane Lima de Oliveira (OAB 6984/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luis Gustavo Cigana Crivellaro (OAB 250156/SP)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Antônio da Silva Júnior (OAB 11811/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
Marcos Andre Teixeira Brandao (OAB 12724/AM)
Maria Auxiliadora Bicharra da Silva Santana (OAB 3004/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Maria Lucília Gomes (OAB A-313/AM)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
Mário André de Oliveira Cardoso (OAB 8329/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Maurício Marques Domingues (OAB 175513/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michel Tadeu Marques (OAB 180612/SP)
Mirna Cristina Geber da Silva (OAB 9097/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nelson Abdon Souto Kizem (OAB 5454/AM)
Nelson Paschoalotto (OAB 108911/SP)
Nelson Paschoalotto (OAB 973A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nilcilene Pereira Cavalcante (OAB 9834/AM)
Olavo César Castro Mendes (OAB 513A/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Paulo Sérgio Oliveira Amorim (OAB 12779/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Rafael Clementino Pinto da Silva (OAB 10269/AM)
Raphael Neves Costa (OAB 225061/SP)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
RAYZA BAREM DE OLIVEIRA (OAB 23849/MS)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Ricardo Neves Costa (OAB 120394/SP)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberval Vieira Júnior (OAB 244234/SP)
Rodrigo Alves Omena (OAB 6840/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 30820/RS)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Salomão Guedes Brandão de Farias (OAB 3036/AM)
Sandra Joelma P. PAiva Vaz (OAB 8831/AM)
Sarah Correia Oliveira (OAB 8781/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Silvana Castro Muniz (OAB 648A/AM)
Simone Aparecida Saraiva Lima (OAB 931A/AM)
Simone Waughan Freitas de Souza (OAB 11830/AM)
Sônia Maria Cansanção da Silva (OAB 2431/AM)
Suany Mendes Fonseca Rocha (OAB 12710/AM)
Sudjane da Luz Rodrigues (OAB 6718/AM)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)
Tatiani Scarponi Rua Correa (OAB 230486/SP)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Valdir Alves de Vasconcelos Junior (OAB 13500/AM)
Vanessa Alencar da Silva (OAB 7326/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO NAIRA NEILA BATISTA DE OLIVEIRA NORTE

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL OCIAN VIRGILIO AYRES

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0283/2019

ADV: JEFFERSON LABORDA DA SILVA (OAB 4322/AM), ADV: PAULO CÉSAR ESPÍRITO SANTO DE GOUVÊA (OAB 4119/AM) - Processo 0348230-68.2007.8.04.0001 (001.07.348230-8) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Hassan Ahmed Hauache - REQUERIDO: Wagner Rogerio da Silva e outro - LISTPASSIV: Frigomasa - Matadouro, Frigorífico de Manaus S/A - Certifico nesta data, que em virtude de não ter sido possível a localização em Cartório, do processo físico referente aos autos da Ação de Procedimento Comum - Proc. nº 0348230-68.2007.8.04.0001, movida por HASSAN AHMED HAUACHE, em face de WALMIR ROGERIO DA SILVA E OUTRO, e, em obediência a Portaria nº 31, datada de 1º de fevereiro do corrente ano, da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, PROCEDÍ A CONVERSÃO DO REFERIDO PROCESSO EM DIGITAL, procedendo de imediato a intimação das partes, para se manifestarem no prazo de cinco (05) dias para a restauração dos autos, sob pena de arquivamento, tudo nos termos da Portaria em referencia. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM) - Processo 0609328-50.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação /

Ameaça - REQUERENTE: Elizama Lyra de Morais Assunção - REQUERIDA: Ana Maria Gama de Souza - Ante o exposto, com fundamento no art. 842, do Código Civil, homologo por sentença a transação celebrada entre as partes para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, e, como corolário desta decisão, com espeque no art. 487, III, "b" do NCPC, julgo encerrada a controvérsia com resolução de mérito. Caso qualquer das partes quede-se em contumácia quanto as obrigações assumidas, promova a parte interessada o cumprimento da sentença na forma do art. 513, do NCPC. Inexistindo interesse das partes em recorrer, e, uma vez comprovado nos autos o pagamento das custas judiciais devidas, determino a baixa do presente feito na Distribuição e no SAJ, e posterior arquivamento dos autos. Saliento, contudo, que, sendo a parte beneficiária da gratuidade de justiça, a cobrança de custas fica suspensa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019.

ADV: FERNANDO BASTOS LEITE (OAB 78184/MG), ADV: FERNANDO BASTOS LEITE (OAB 839A/AM) - Processo 0614862-72.2019.8.04.0001 - Consignatória de Aluguéis - Locação de Móvel - REQUERENTE: Jarden Kemerson Rebelo - Ante o exposto, com fundamento no art. 842, do Código Civil, homologo por sentença a transação celebrada entre as partes para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, e, como corolário desta decisão, com espeque no art. 487, III, "b" do NCPC, julgo encerrada a controvérsia com resolução de mérito. Expeçam-se os respectivos alvarás. Mantenham os autos suspensos até o cumprimento integral do acordo. Caso qualquer das partes quede-se em contumácia quanto as obrigações assumidas, promova a parte interessada o cumprimento da sentença na forma do art. 513, do NCPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019.

ADV: BERGSON MENDONÇA LACERDA (OAB 8963/AM), ADV: JORGE ANTÔNIO VERAS FILHO (OAB 5693/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0622078-26.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Marcio Lopes Nascimento - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Há nos autos sentença condenatória para pagamento de quantia certa, transitada em julgado. A parte autora pleiteou o cumprimento da sentença, com a respectiva memória discriminada dos cálculos (fls. 232). Em razão disso, intime-se a parte ré para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o montante reclamado, sob pena de ver sua dívida automaticamente acrescida de multa legal de 10%, e sujeito a mandado de penhora e avaliação, como preconiza o art. 523 do CPC, bem como à pesquisa e bloqueio nos sistemas disponíveis a este Juízo. Para o caso de não cumprimento voluntário, arbitro os honorários da fase de cumprimento de sentença em 10% sobre o valor da causa, medida cabível conforme 523 § 1º do CPC. Decorrido o prazo, caso não seja efetuado o pagamento, fica deferida a consulta de ativos via Bacenjud, condicionada ao pagamento da diligência. Caso a parte interessada não efetue o pagamento por atos processuais, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB) - Processo 0645004-93.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Atem's Distribuidora de Petróleo Ltda - Ante o exposto, com fundamento no art. 842, do Código Civil, homologo por sentença a transação celebrada entre as partes para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, e, como corolário desta decisão, com espeque no art. 487, III, "b" do NCPC, julgo encerrada a controvérsia com resolução de mérito. Mantenham os autos suspensos até o cumprimento integral do acordo. Caso qualquer das partes quede-se em contumácia quanto as obrigações assumidas, promova a parte interessada o cumprimento da sentença na forma do art. 513, do NCPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019.

Bergson Mendonça Lacerda (OAB 8963/AM)
fernando bastos leite (OAB 78184/MG)
Fernando Bastos Leite (OAB 839A/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Jefferson Laborda da Silva (OAB 4322/AM)
Jorge Antônio Veras Filho (OAB 5693/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Paulo César Espírito Santo de Gouvêa (OAB 4119/AM)

5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0224/2019

ADV: BÁRBARA ANTUNES ANDRADE (OAB 10919/AM), ADV: PRISCILLA DE OLIVEIRA GOMES (OAB 8623/AM), ADV: RAFAEL CLEMENTINO PINTO DA SILVA (OAB 10269/AM), ADV: JOSÉ FRANCISCO SANTOS SILVA (OAB 1993/AM), ADV: ADALBERTO CESAR DE CARVALHO (OAB 001.400/AM) - Processo 0007947-29.1996.8.04.0012 (012.96.007947-0) - Cautelar Inominada - Tutela Provisória - REQUERENTE: Jose Hamilton Saraiva dos Santos - Raimundo Adalberto Cesar de Carvalho - REQUERIDO: Arca - Construcoes do Amazonas Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo os advogados José Francisco Santos Silva, OAB/AM 1993 (fl. 117), Andréa da Silva Guedes, OAB/AM (fl. 279), Rafael Clementino Pinto da Silva, OAB/AM 10.269 (fl. 282/283) e Marcos André Palheta da Silva, OAB/AM 3.987 (fl. 293), para que apresentem instrumento de mandato, regularizando a representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP) - Processo 0029918-59.2003.8.04.0001 (001.03.029918-8) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0063698-24.2002.8.04.0001 (001.02.063698-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da diligência do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WALTER ROBERTO HEE (OAB 29484/SP), ADV: WALTER ROBERTO LODI HEE (OAB 104358SP) - Processo 0211202-38.2019.8.04.0001 (processo principal 0634074-84.2016.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 122626/SP) - Processo 0211277-29.2009.8.04.0001 (001.09.211277-4) -

Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Dibens Leasing S/A Arrendamento Mercantil - Vistos etc. Embargos de declaração tempestivos (109/111), que são rejeitados porque inexistem os vícios previstos no art. 1.022 do CPC na sentença questionada, uma vez que a ação foi extinta, sem resolução do mérito por pura desídia da parte. O inconformismo da parte embargante deve ser manifestado pela via recursal própria. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DOTTA, DONEGATTI, LACERDA E TORRES SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 12086/SP), ADV: CARLOS EDUARDO COIMBRA DONEGATTI (OAB 290089/SP), ADV: EDUARDO MONTENEGRO DOTTA (OAB 155456/SP) - Processo 0221883-48.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados PCG - Brasil Multicarteira - Assim, determino a extinção dos autos sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor, das quais está isento diante da justiça gratuita que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0232360-04.2009.8.04.0001 (001.09.232360-0) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PAULO CESAR DE SOUSA ARAUJO (OAB 12216/AM) - Processo 0233086-26.2019.8.04.0001 (processo principal 0629976-61.2013.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Pagamento - REQUERENTE: Moacir Ferreira Torres Junior - Assim, ausentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido do processo, EXTINGO o presente feito, nos termos do art. 485, IV, CPC, e determino o translado das peças juntadas nestes autos para o processo principal. Sem honorários e custas, diante da falta de causalidade e da gratuidade da justiça que defiro para este ato. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019.

ADV: NELSON DOS SANTOS ALE JÚNIOR (OAB 8507/AM) - Processo 0242134-58.2009.8.04.0001 (001.09.242134-3) - Monitória - Nota Promissória - REQUERENTE: Ale Navegação e Comércio LTDA - Ante o exposto, declaro extinto por sentença o presente feito, nos termos do art. 485, VIII, CPC. Custas pelo requerente, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Diante do pedido de desistência, que fulmina o interesse recursal, a presente sentença transita em julgado nesta data. Baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: LUCIANO PINTOS D'ÁVILA (OAB 3166/AM), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: GLÁUCIO BESSA DE ANDRADE FIGUEIRA (OAB 4993/AM), ADV: MICHAEL MACEDO BESSA (OAB 4058/AM) - Processo 0248824-40.2008.8.04.0001 (apensado ao processo 0240293-62.2008.8.04.0001) (001.08.248824-0) - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Honda Lock do Brasil Ltda - REQUERIDO: Claro S/A e outro - "Vistos etc. Chamo o processo à ordem para tornar sem efeito a sentença de fls. 121-122 em razão da falta de intimação pessoal da requerente. Determino o cadastramento dos patronos indicados às fls. 107-120. Após, intimem-se as partes para falarem sobre o interesse em produção de provas ou outras medidas, no prazo de 15 dias. Conclusos. Cumpra-se."

ADV: MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA (OAB 4896/AM), ADV: AGUIBERTO CAMILO REDI (OAB 202A/AM), ADV: THIAGO AUGUSTO CAMPOS TIROLLI (OAB 7730/AM) - Processo 0250415-32.2011.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Haas Piscinas - Amazonas Comércio de Piscinas Ltda. - REQUERIDO: Josafa Moreira da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: ALMIR DA CRUZ BARROS (OAB 3660/AM), ADV: MAURO DE SIQUEIRA QUEIROZ (OAB 2360/AM) - Processo 0256677-95.2011.8.04.0001 - Monitória - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Tele Vendas Com. Imp. e Exp. Ltda (Televendas Rent A Car) - REQUERIDA: Marilete Galeski - ME - Dito desta forma, REJEITO os embargos e, com fundamento no CPC, art. 487, I, JULGO PROCEDENTE a ação monitória, constituindo de pleno direito o título executivo judicial, no valor somado das cártulas em R$-60.000,00 (sessenta mil reais). Sobre esta verba, apliquem-se juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês a contar da data em que se deu a citação inicial e correção monetária a partir da data da emissão dos títulos, conforme art. 405 e 406 do Código Civil. Condeno a embargante/requerida ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, estes à proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, na forma do art. 85, §2º, CPC. Publique-se. Registre-se Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERI JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0369572-38.2007.8.04.0001 (001.07.369572-7) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A e outro - Isto posto, homologo por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e extingo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC. Sem custas, diante do CPC, art. 90, §3º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado nesta data, diante da falta de interesse das partes em recorrer, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição imediatamente. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0600263-41.2013.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para corrigir o endereço que deverá constar no mandado/carta, no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc. Havendo manifestação no sentido de se expedir mandado/carta para mais de um endereço ou de realizar consultas via sistemas judiciais, e não sendo o caso de benefício da justiça gratuita integral, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: HAMILTON NOVO LUCENA JUNIOR (OAB 5488/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO DO AMARAL SÊMEN (OAB 3425/AM) - Processo 0600316-80.2017.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Compra e Venda - REQUERENTE: J. B. da Silva e Cia. Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: LUIZ FELIPE DE FARIA E CUNHA MONTEIRO (OAB 7031/AM), ADV: THAYENNE LORAN GOUVÊA DE MENDONÇA (OAB 11731/AM) - Processo 0600472-39.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: M. FERNANDO DA SILVA LOPES - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão

constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0601076-29.2017.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DAVID D'ANGERES JORGE (OAB 3718/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM), ADV: LUCIANA WAQUIM CAMPOS DE OLIVEIRA (OAB 16166/PE), ADV: GABRIELA LINS TORRES (OAB 8060/AM) - Processo 0601886-67.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Júlia Herrea Instituto Médico S/s Ltda - EXECUTADO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Dito dessa maneira, Julgo procedentes os pedidos formulados pela autora e extingo o processo com resolução de mérito, baseado no art. 487, I, CPC condenando a requerida: a) ao pagamento do valor de R$-102.889,17 (cento e dois mil, oitocentos e oitenta e nove reais e dezessete centavos) sobre o qual incidirão correção monetária pelo INPC, a contar do inadimplemento, e juros de mora de 1%, a partir da citação; b) ao pagamento de custas de sucumbência e honorários de advogado, estes fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, atendendo orientação do CPC, 85, § 2°. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se. Cumpra-se.

ADV: EVANDRO MIRALHA DIAS (OAB 201693/SP), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM) - Processo 0602181-12.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: ISMAEL RAIMUNDO - EXECUTADO: INDUSTRIAL ORIENTE DE POLÍMETROS LTDA e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 513, §2º, II, do CPC, intimo a parte exequente para que recolha e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, de custas postais, conforme Provimento nº 273/CGJ, referentes à intimação da parte devedora para cumprimento voluntário da condenação, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s).

ADV: FERNANDO ALVES POMPEU (OAB 12220/AM), ADV: DÉBORAH CAROLINE SANTOS DA SILVA (OAB 12525/AM), ADV: FABIANO VÍTOR DA CRUZ SANTANA (OAB 12287/AM) - Processo 0602301-16.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - AUTOR: Cesar Alexandre Chagas da Conceicao - RÉU: Franklin Silva da Costa e outro - Isto posto, homologo por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e extingo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC. Sem custas, diante do CPC, art. 90, §3º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado nesta data, diante da falta de interesse das partes em recorrer, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição imediatamente. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0602698-80.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FERNANDO DÊNIS MARTINS (OAB 182424/SP), ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 165147/MG) - Processo 0605566-60.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Isto posto, homologo por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e julgo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC. Suspendam-se os autos até o cumprimento integral do acordo. Sem custas, diante do CPC, art. 90, §3º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado nesta data, diante da falta de interesse das partes em recorrer, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição imediatamente. Cumpra-se.

ADV: CARLOS CÉSAR MOREIRA DE SOUZA (OAB 8610/AM) - Processo 0608506-95.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: R S Indústria e Comércio de Embalagens Eireli - Ante o exposto, declaro extinto por sentença o presente feito, nos termos do art. 485, VIII, CPC. Custas pelo requerente, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Diante do pedido de desistência, que fulmina o interesse recursal, a presente sentença transita em julgado nesta data. Baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: BRENNO CAZEMIRO CÂMARA (OAB 13168/AM), ADV: PAULO SÉRGIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA (OAB 8196/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: HENRIQUE SIMCH DE MORAIS (OAB 11030/AM) - Processo 0608839-47.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Victor Macedo Seixas - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Dito isso, julgo procedentes os pedidos formulados pelo autor e extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: a) condenar o réu ao pagamento de R$-19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais), corrigido monetariamente pelos índices da tabela publicada pelo Tribunal de Justiça do Amazonas e juros de 1% ao mês e correção monetária pelo INPC, a contar do evento danoso, nos termos do art. 398 do CCB e Súmula 54 do STJ, valor a ser apresentado corrigido pelo autor em cumprimento de sentença; b) condenar o réu ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$-15.000,00 (quinze mil reais), com correção monetária pelos índices previstos na tabela do Tribunal de Justiça do Amazonas a partir da publicação desta sentença, nos termos da Súmula 362 do STJ, e juros de mora de 1% a partir da citação; c) condenar o réu ao pagamento de custas de sucumbência e honorários de advogado, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendendo orientação do CPC, 85, § 2°. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0609375-63.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM), ADV: JOÃO MACHADO MITOSO (OAB 559/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0611094-80.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Antonio Saturnino Souza Silva - Dito desta forma, REJEITO os embargos e com fundamento no CPC, art. 487, I, JULGO PROCEDENTE esta ação monitória, constituindo de pleno direito o título executivo judicial, no valor de R$-4.455,31. Sobre esta verba, apliquem-se juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês a contar da data em que se deu a citação inicial e correção monetária a partir da data da emissão dos títulos, conforme art. 405 e 406 do Diploma Civil. Condeno o requerido ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, na forma do art. 85, §2º, CPC, exigibilidade suspensa por ser beneficiário da justiça gratuita. Publique-se. Registre-se Intimem-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se. Cumpra-se.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE) - Processo 0611346-54.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Compulsando os autos, verifico que o endereço indicado para cumprimento da diligência do oficial de justiça pertence à comarca diversa. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para informar se há interesse na expedição de Carta Pretória ou indicar endereço pertencente a esta comarca, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0612090-78.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: RC RECEBÍVEIS LTDA - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais para a expedição do Edital e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0612293-35.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Heverton Gama - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte apelada para que, querendo, ofereça contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: EMANUELLY SOUZA DE ALMEIDA (OAB 10527/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0613212-58.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Ante o exposto, declaro extinto por sentença o presente feito, nos termos do art. 485, VIII, CPC. Custas pelo requerente, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Diante do pedido de desistência, que fulmina o interesse recursal, a presente sentença transita em julgado nesta data. Baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0613810-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Representação comercial - REQUERENTE: Dunorte Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda. - Isto posto, homologo por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e extingo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC. Sem custas, diante do CPC, art. 90, §3º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado nesta data, diante da falta de interesse das partes em recorrer, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição imediatamente. Cumpra-se.

ADV: LUÍS EDUARDO PESSOA PINTO (OAB 11565/CE) - Processo 0613954-20.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Smartrac Tec. Ind. e Com. da Amazônia Ltda - Dado o total abandono da causa, determino a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III, do CPC. Custas pelo autor, nos termos do CPC 485, §2º e 486, 2º. Sem honorários, uma vez que o réu não se manifestou nos autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: BIANCA MEDRADO DE CARVALHO (OAB 8775/AM), ADV: YURI GUILHERME CAVALCANTE RAMOS (OAB 11017/AM) - Processo 0614160-34.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Yuri Guilherme Cavalcante Ramos - REQUERIDO: Kin do Brasil Ltda - Assim, julgo procedentes os pedidos formulados pelo autor e extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, CPC, para: a) declarar rescindido o contrato celebrado entre as partes, condenando a ré em indenização por danos materiais, no valor de R$-340,00 (trezentos e quarenta reais), referente à quantia paga pelo produto; b) condenar a ré ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$-15.000,00 (quinze mil reais), quantia que considero equivalente e suficiente para reparar o dano sofrido pela demandante e punir a demandada por sua conduta antijurídica; c) condenar, ainda, a ré em custas de sucumbência e honorários de advogado, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendendo orientação do CPC, 85, § 2°. Quanto ao dano material, incidirão sobre o valor correção monetária pela Tabela/TJAM a partir do efetivo prejuízo e juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. Quanto ao dano moral, incidirão sobre o valor correção monetária pela Tabela/TJAM e juros de mora a partir da publicação desta sentença, nos termos da Súmula 362 do STJ. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0616312-89.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0617168-53.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PEDRO LIARTE DA CRUZ (OAB 14058/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0617259-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Cleilton Rodrigues - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: JOÃO CARLOS BEZERRA DA SILVA (OAB 6262/AM) - Processo 0618914-82.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Givanildo de Oliveira Alves - Eireli - Vistos etc. Os autos ficaram paralisados em cartório por falta de interesse do autor, razão pela qual foi determinada a sua intimação para manifestar interesse no feito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Embora devidamente intimado, conforme fls. 60, o autor não se manifestou no referido prazo, fls. 61. Decido. Está claro nos presentes autos o abandono da causa pelo requerente, que, mesmo após sua intimação para manifestar interesse no feito sob pena de extinção, manteve-se silente. Isto posto, determino a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0619599-31.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir

novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0620160-50.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: ELOINA DE LIMA ABREU - Ante o exposto, declaro extinto por sentença o presente feito, nos termos do art. 485, VIII, CPC. Custas pelo requerente, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Diante do pedido de desistência, que fulmina o interesse recursal, a presente sentença transita em julgado nesta data. Baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0620325-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Terezinha de Jesus Castelo Barros Heimbecker e outro - REQUERIDO: Gonder Incorporadora Ltda. - Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0620507-20.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Jose Lito Oliveira Farias - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 899A/AM) - Processo 0620918-34.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8310/AM) - Processo 0623918-71.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Lilian Meire Soares de Freitas - ME - Dado o total abandono da causa, determino a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III, do CPC. Custas pelo autor, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0625206-15.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos etc. O autor foi intimado para promover a notificação extrajudicial do requerido, em 30 (trinta) dias, a fim de cumprir os requisitos para deferimento da liminar de busca e apreensão, sob pena de extinção. Transcorrido o prazo, não se manifestou, conforme certidão de fls. 54. Decido. Está claro nos presentes autos o abandono da causa pelo requerente, que, mesmo após sua intimação para manifestar interesse no feito sob pena de extinção, manteve-se silente. Isto posto, determino a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0625462-31.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Depósito - EXEQUENTE: Elenilson de Souza Albuquerque - Dito isso, julgo procedentes os pedidos formulados pelo autor e extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC condenando a requerida: a) ao pagamento do valor de R$-8.290,48 (oito mil, duzentos e noventa reais e quarenta e oito centavos); b) ao pagamento de custas de sucumbência e honorários de advogado, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, dos quais está temporariamente dispensada diante da justiça gratuita que ora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0625594-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Alan Johnny Miranda dos Anjos - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 16/09/2019, a partir das 10:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na Clinica Hap Vida, na Av. Duque de Caxias, nª 1905, Bairro Praça14 de Janeiro, nesta cidade.

ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM), ADV: RENATA MARQUES DE JESUS (OAB 9737/AM) - Processo 0626390-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: Agroam - Agrícola Amazonas Comercial Ltda. - REQUERIDO: Eyes Nwhere Sistemas Inteligentes de Imagem Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ALINE APARECIDA SANTOS ALVES (OAB 162874/MG), ADV: POMPILIO GUIMARAES (OAB 74216/MG) - Processo 0627233-68.2019.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Evandro do Carmo Guimarães - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0627235-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Wallace Avelino do Nascimento - Nos termos da Recomendação Conjunta

nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 17/09/2019, a partir das 16:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na clinica Hap Vida, Rua Alexandre Amorim, 490, Bairro de Aparecida, nesta cidade.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0627298-39.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ c/c decisão de fl. 37, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANDREZZA CALDAS VITAL (OAB 10723/AM), ADV: NATALIE MAGALHÃES COUTINHO (OAB 12334/AM), ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: VINICIUS SANTANA GOMES (OAB 12070/AM) - Processo 0627707-44.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro Educacional Século LTDA - EXECUTADA: Ana Carolina de Alencar Balieiro e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DANTON CAVALCANTE BEZERRA (OAB 12258/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM) - Processo 0628256-49.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: Carla Dias da Silva da Cruz - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre as contestações e documentos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0628704-22.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0629367-05.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0630387-65.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Condomínio The Place Business Center - Isto posto, homologo por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos. Determino a intimação das partes para falarem sobre o cumprimento do feito, no prazo de 15 dias. Não havendo manifestação, reconheço desde já a satisfação da dívida e extingo o processo, nos termos do CPC 924, II. Sem custas, diante do CPC 90, §3º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição imediatamente. Cumpra-se.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM) - Processo 0630784-56.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Locação de Móvel - REQUERENTE: Partiners Participações Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB A920/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0632343-19.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nadia Regina Laranjeira Mendes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Compulsando os autos, verifico que a parte requerida não foi intimada do ato ordinatório de fls. 158. Dessa forma, intimo a parte interessada para que tome ciência do ato ordinatório, cujo teor segue abaixo: “Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.”

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0632834-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Alfredo da Silva Barbosa - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos,

sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 16/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34.na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: BONIEK PEREIRA DA SILVA (OAB 8303/AM) - Processo 0633302-53.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S.a. (basa) - Isto posto, homologo por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e extingo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC. Sem custas, diante do CPC, art. 90, §3º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado nesta data, diante da falta de interesse das partes em recorrer, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição imediatamente. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM) - Processo 0633333-39.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: Rio Negro Loteamentos e Incorporacoes Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0633913-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Paula Januario Alencar - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 17/09/2019, a partir das 16:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na clinica Hap Vida, Rua Alexandre Amorim, 490, Bairro de Aparecida, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0634235-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Cleomar Farias Barreto - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 16/09/2019, a partir das 10:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na Clinica Hap Vida, na Av. Duque de Caxias, nª 1905, Bairro Praça14 de Janeiro, nesta cidade.

ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0634248-30.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0634261-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Marivaldo Silva de Aguiar - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 16/09/2019, a partir das 13:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo

para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente s/ nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0635157-33.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência (Penhora e Avaliação), bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0636559-52.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0637399-62.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Ante o exposto, declaro extinto por sentença o presente feito, nos termos do art. 485, VIII, CPC. Determino o imediato recolhimento do mandado expedido à fl. 58. Caso tenha sido cumprido, defiro, desde já, a expedição do mandado de restituição em favor do réu, sem custas. Custas pelo requerente, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Diante do pedido de desistência, que fulmina o interesse recursal, a presente sentença transita em julgado nesta data. Baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: CHARDSON DE SOUZA MORAES (OAB 828/RR), ADV: CHARDSON DE SOUZA MORAES (OAB 1227A/AM), ADV: JUAREZ MONTEIRO DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10405/AM) - Processo 0642406-06.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Smile Parque das Flores - EXECUTADA: Maria de Lourdes da Silva Morais - Vistos etc. Condomínio Residencial Smile Parque das Flores intentou ação de execução em face Maria de Lourdes da Silva Morais, para cobrança de R$ 5.100,38, nos termos da inicial. O requerido veio aos autos apresentar proposta de acordo em fls. 243/245. Aceita a proposta, fls. 250/251, foi homologada em fls. 253. Veio o requerente aos autos dizer sobre o pagamento de honorários advocatícios, fls. 254, condição para o aceite do acordo, já mencionada em petição de fls. 250/251. Proativamente, o requerido junta documento comprobatório de deposito dos citos honorários em fls. 257/259, bem como os comprovantes de pagamento de todas as parcelas do acordo nas petições que se seguiram. Decido. Verifico que a executada cumpriu integralmente a obrigação contida no título, de modo que nada impede a extinção do feito. Dito desta maneira, EXTINTO o processo nos termos do art. 924, II, CPC, e declaro integralmente satisfeita a obrigação contida no título descrito na inicial. Determino a baixa de eventual constrição judicial e expedição de ofício ao SERASA para exclusão da executada do cadastro de inadimplentes. Após o trânsito em julgado, cumprido o comando dispositivo desta sentença, baixem-se e arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM) - Processo 0645379-94.2018.8.04.0001 - Cautelar Fiscal - Liminar - REQUERENTE: Conca X Aluguel de Máquinas e Equipamentos Agricola Ltda - Vistos etc. Indeferido o pedido de pagamento das custas ao final do processo por não ter comprovado a necessidade, o autor foi intimado para que, em 10 (dez) dias, recolhesse as custas iniciais. Não houve manifestação da parte no prazo concedido. Decido. Está claro nos presentes autos o descaso do requerente, que, mesmo após sua intimação para pagar as custas iniciais, não o fez no prazo devido, impedindo o prosseguimento da ação. Assim, ausentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido do processo, EXTINGO o presente feito, nos termos do art. 485, IV, CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitado em julgado, baixem-se e arquivem-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO CARLOS RAMOS DA SILVA (OAB 163988/RJ) - Processo 0705905-37.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0632588-30.2017.8.04.0001) - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos etc. Os autos ficaram paralisados em cartório por falta de interesse do autor, razão pela qual foi determinada a sua intimação para manifestar interesse no feito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Embora devidamente intimado, o autor não se manifestou no referido prazo. Decido. Está claro nos presentes autos o abandono da causa pelo requerente, que, mesmo após sua intimação para manifestar interesse no feito sob pena de extinção, manteve-se silente. Isto posto, determino a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Determino a liberação de eventuais constrições em nome do requerido. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0719749-54.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adalberto Cesar de Carvalho (OAB 001.400/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Aguiberto Camilo Redi (OAB 202A/AM)
Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB A920/AM)
Aline Aparecida Santos Alves (OAB 162874/MG)
Almir da Cruz Barros (OAB 3660/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrezza Caldas Vital (OAB 10723/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bárbara Antunes Andrade (OAB 10919/AM)
Bianca Medrado de Carvalho (OAB 8775/AM)
Boniek Pereira da Silva (OAB 8303/AM)
Brenno Cazemiro Câmara (OAB 13168/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos César Moreira de Souza (OAB 8610/AM)
Carlos Eduardo Coimbra Donegatti (OAB 290089/SP)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Chardson de Souza Moraes (OAB 1227A/AM)
Chardson de Souza Moraes (OAB 828/RR)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 122626/SP)
Danton Cavalcante Bezerra (OAB 12258/AM)

David D'Angeres Jorge (OAB 3718/AM)
Déborah Caroline Santos da Silva (OAB 12525/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Dotta, Donegatti, Lacerda e Torres Sociedade de Advogados (OAB 12086/SP)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Montenegro Dotta (OAB 155456/SP)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Emanuelly Souza de Almeida (OAB 10527/AM)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Evandro Miralha Dias (OAB 201693/SP)
Fabiane Rodrigues de Castro (OAB 6031/AM)
Fabiano Vítor da Cruz Santana (OAB 12287/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Navega Medeiros (OAB 165147/MG)
Fernando Alves Pompeu (OAB 12220/AM)
Fernando Dênis Martins (OAB 182424/SP)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Francisco Carlos Ramos da Silva (OAB 163988/RJ)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gabriela Lins Torres (OAB 8060/AM)
Gláucio Bessa de Andrade Figueira (OAB 4993/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amato Pissini (OAB 899A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hamilton Novo Lucena Junior (OAB 5488/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Simch de Morais (OAB 11030/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Carlos Bezerra da Silva (OAB 6262/AM)
João Machado Mitoso (OAB 559/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Francisco Santos Silva (OAB 1993/AM)
Juarez Monteiro de Oliveira Júnior (OAB 10405/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luciana Waquim Campos de Oliveira (OAB 16166/PE)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luciano Pintos D'Ávila (OAB 3166/AM)
Luís Eduardo Pessoa Pinto (OAB 11565/CE)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Felipe de Faria e Cunha Monteiro (OAB 7031/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marcelo Augusto do Amaral Sêmen (OAB 3425/AM)
Marcelo Gonçalves de Oliveira (OAB 4896/AM)
Marcondes Fonseca Lunieri Júnior (OAB 2897/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Mauro de Siqueira Queiroz (OAB 2360/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Michael Macedo Bessa (OAB 4058/AM)
Natalie Magalhães Coutinho (OAB 12334/AM)
Nelson dos Santos Ale Júnior (OAB 8507/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Cesar de Sousa Araujo (OAB 12216/AM)
Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (OAB 8196/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Pedro Liarte da Cruz (OAB 14058/AM)
Pompilio Guimaraes (OAB 74216/MG)
Priscilla de Oliveira Gomes (OAB 8623/AM)
Rafael Clementino Pinto da Silva (OAB 10269/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Reginaldo Souza de Oliveira (OAB 8310/AM)
Renata Marques de Jesus (OAB 9737/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thayenne Loran Gouvêa de Mendonça (OAB 11731/AM)
Thiago Augusto Campos Tirolli (OAB 7730/AM)
Vinicius Santana Gomes (OAB 12070/AM)
WALTER ROBERTO HEE (OAB 29484/SP)
Walter Roberto Lodi Hee (OAB 104358SP)
Yuri Guilherme Cavalcante Ramos (OAB 11017/AM)

6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0332/2019

ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 000.564/AM), ADV: ROSÂNGELA BENTES CAMPOS (OAB 001.956/AM), ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM) - Processo 0005213-81.1991.8.04.0012 (012.91.005213-2) - Procedimento Sumário - REQUERENTE: Pedrina do Amaral Corrêa Pessoa - REQUERIDO: Jorge Alves Aon - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM) - Processo 0014324-68.2004.8.04.0001 (001.04.014324-5) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Credrio Soc. de Crédito ao Microempreendedor - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: NAIADA RODRIGUES (OAB 814N/RR), ADV: WARNER VELASQUE RIVEIRO (OAB 288A/RR), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM), ADV: MIKE AROUHE DE PINHO (OAB 635N/RR) - Processo 0228733-21.2011.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados - REQUERIDO: Marinete da Silva Mariano - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade

de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: DENISE MARIN (OAB 141662/SP) - Processo 0239433-56.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Gap Net Viagens e Turismo Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: DENISE MARIN (OAB 141662/SP) - Processo 0239433-56.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Gap Net Viagens e Turismo Ltda. - Torno sem efeito o ato de fl. anterior. O sistema Renajud e Infojud não trouxeram resultados frutíferos. Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0602150-60.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados - REQUERIDA: Michella Elane Pinho Teixeira - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por falta de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: MARIANA DE JESUS RODRIGUES RAMOS (OAB 9702/AM), ADV: JOYCE VIVIANNE VELOSO DE LIMA (OAB 8679/AM), ADV: WILLIAMS COSTA DA SILVA (OAB 11376/AM), ADV: ISABELLE DOS SANTOS PERASA RIBEIRO (OAB 12079/AM) - Processo 0604739-83.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Sidney Ricardo de Oliveira Leite - REQUERIDO: Portal do Zacarias - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: EDUARDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 5188/AM), ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 1254A/AM), ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP), ADV: EGBERTO HERNANDES BLANCO (OAB 89457/SP) - Processo 0605763-88.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Elisângela Corrêa da Costa - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0606096-98.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Ecopack Embalagens Recicláveis Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: PRISCILA INOCÊNCIO DOS SANTOS (OAB 10445/AM), ADV: FARREL RÊGO NOGUEIRA (OAB 8047/AM) - Processo 0606305-72.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0607802-87.2015.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Elizamar Viana Carneiro - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que se manifeste acerca da Petição de fls. 268/270 e documentos , no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: JANAÍNA SANTOS DE LIMA (OAB 10212/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0606682-72.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Renato dos Santos Silva - REQUERIDO: Tim Celular S/A e outro - De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca dos cálculos da contadoria, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0606736-04.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MICHAEL LEMES MONTEIRO (OAB 10013/AM), ADV: MARCOS ANTÔNIO VASCONCELOS (OAB 5794/AM) - Processo 0607145-82.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Kaio Loureiro Andrade e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0608938-51.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Simitrans Ltda. - ME - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0612568-18.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Domingos Sávio Pinto Dias - REQUERIDO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União e outro - INTSSADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Autarquia Requerida para que se manifeste acerca da petição e documentos de fls. 203/206, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0615769-52.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - REQUERIDO: Brasilloc Locação de Equipamentos e Construções Ltda. - ME - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: RACHEL SIZA TRIBUZY (OAB 6863/AM), ADV: MAURO EDUARDO LIMA DE CASTRO (OAB 146791/SP), ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM), ADV: FERNANDO JOSÉ

MONTEIRO PONTES FILHO (OAB 183379/SP) - Processo 0616289-41.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Microsoft Mobile Tecnologia Ltda. - REQUERIDO: P. Lopes & Cia. Ltda. - Alarme & Cia. e outro - Compulsando os autos, constato que o Ato Ordinatório de fls. 376 não foi publicado, tendo em vista inconsistência na certidão de publicação de fls. 377, razão pela qual intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tome(m) de seu conteúdo, cujo teor segue abaixo: "Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir nova carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0616468-43.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0618391-36.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raimunda Maria Gomes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0618989-53.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: PRYSCILA DUARTE NUNES (OAB 9068/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO NOBRE SALUM (OAB 8416/AM) - Processo 0620586-33.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: ARNALDO TAVEIRA DE SOUZA JUNIOR - REQUERIDO: Banco Itaú Veículos S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: TARCÍSIO ALMEIDA CORRÊA (OAB 19377/ES) - Processo 0621054-55.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0623112-94.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado de fls. 51 juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: TREYCE ATALA RODRIGUES FERREIRA (OAB 1169/RR), ADV: FÁBIO LOURENÇO BANA (OAB 38438/PR), ADV: BRUNA MISCHIATTI PAGOTTO SCHURT (OAB 53471/PR), ADV: MARIANA MARQUES DOS SANTOS (OAB 10339/AM) - Processo 0623843-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Duplicata - REQUERENTE: Dental Cremer Produtos Odontológicos S/A - REQUERIDA: Janny Soares da Costa - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM) - Processo 0625187-19.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Laurendina Batalha Pereira - REQUERIDO: Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Direcional Engenharia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do NCPC.

ADV: JOSÉ WELLINGTON COUTINHO CAMPELO (OAB 6441/CE), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0626708-62.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: FÁBIO SILVA DE ARAÚJO - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: VÍTOR DE SOUZA VIEIRA (OAB 6843/AM), ADV: WAGNER DE OLIVEIRA VIEIRA (OAB 2786/AM), ADV: ARMANDO S. DE CARDOSO NETO (OAB 20451/PA), ADV: LUCAS NUNES CHAMA (OAB 16956/PA) - Processo 0627860-82.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: OLIVIO MARTINI MARANGON e outro - REQUERIDO: GONDER INCORPORADORA LTDA - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631853-26.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JUSSARA COSTA BOTELHO (OAB 11223/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0632678-38.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Parintins Serviços e Comércio de Peças Para Aviões - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15)

quinze dias.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0637691-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Rita Teixeira dos Santos - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM) - Processo 0646065-86.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

Adriano de Oliveira Leite (OAB 4609/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Armando S. de Cardoso Neto (OAB 20451/PA)
Bruna Mischiatti Pagotto Schurt (OAB 53471/PR)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 1254A/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Denise Marin (OAB 141662/SP)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Eduardo José Borges Guerra (OAB 5188/AM)
Egberto Hernandes Blanco (OAB 89457/SP)
Fábio Lourenço Bana (OAB 38438/PR)
Farrel Rêgo Nogueira (OAB 8047/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernando José Monteiro Pontes Filho (OAB 183379/SP)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle dos Santos Perasa Ribeiro (OAB 12079/AM)
Janaína Santos de Lima (OAB 10212/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Wellington Coutinho Campelo (OAB 6441/CE)
Joyce Vivianne Veloso de Lima (OAB 8679/AM)
Jussara Costa Botelho (OAB 11223/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Luana de Assis Pires (OAB 5030/AM)
Lucas Nunes Chama (OAB 16956/PA)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marco Antônio Nobre Salum (OAB 8416/AM)
Marcos Antônio Vasconcelos (OAB 5794/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Mariana de Jesus Rodrigues Ramos (OAB 9702/AM)
Mariana Marques dos Santos (OAB 10339/AM)
Mauro Eduardo Lima de Castro (OAB 146791/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michael Lemes Monteiro (OAB 10013/AM)
Mike Arouhe de Pinho (OAB 635N/RR)
Naiada Rodrigues (OAB 814N/RR)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Priscila Inocêncio dos Santos (OAB 10445/AM)
Pryscila Duarte Nunes (OAB 9068/AM)
Rachel Siza Tribuzy (OAB 6863/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rosângela Bentes Campos (OAB 001.956/AM)
Tarcísio Almeida Corrêa (OAB 19377/ES)
TREYCE ATALA RODRIGUES FERREIRA (OAB 1169/RR)
Tude Moutinho da Costa (OAB 000.564/AM)
Vítor de Souza Vieira (OAB 6843/AM)
Wagner de Oliveira Vieira (OAB 2786/AM)
Warner Velasque Riveiro (OAB 288A/RR)
Williams Costa da Silva (OAB 11376/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO DIÓGENES VIDAL PESSOA NETO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0333/2019

ADV: FERNANDO BORGES DE MORAES (OAB 446A/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM), ADV: AFFIMAR CABO VERDE FILHO (OAB A-229/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: AFFIMAR CABO VERDE FILHO (OAB 229A/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE JÚNIOR (OAB 3840/AM) - Processo 0002573-50.2005.8.04.0001 (001.05.002573-3) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Vicença Damasceno Pereira - Renata Damasceno Menezes - REQUERIDO: Eucatur Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda. - LITSPASSIV: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Manifestem-se as partes acerca dos cálculos de fls. 1.174/1.194 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0008284-27.2010.8.04.0012 (012.10.008284-2) - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Fidelberto Morais Machado - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Intimem-se as partes para se manifestarem acerca das planilhas de fls. 294/295, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0009899-66.2002.8.04.0001 (001.02.009899-6) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - REQUERIDA: Kelly Cristianne Andrade da Silva Costa - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 176/178, dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: ELZA MEGUMI LIDA (OAB 95740/SP) - Processo 0017171-97.2010.8.04.0012 (012.10.017171-3) - Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: SANJO - Cooperativa Agrícola de São Joaquim - REQUERIDO: T. Kawada Ltda. - SÍNDICO: José Paulo Ferreira - À Secretaria para cumprir o despacho de fl. 144, tendo em vista que o recolhimento das custas foi juntado aos autos, em 08/11/2018, consoante petição de fls.147/148 e documento de fl. 149.

ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055AM), ADV: JOÃO MARCOS POZZETTI (OAB 6160/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO

MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: LUCIANA PEDROSA DE MORAES REGO FIGUEIREDO (OAB 2819/AM) - Processo 0019770-81.2006.8.04.0001 (001.06.019770-7) - Embargos de Terceiro Cível - Intervenção de Terceiros - EMBARGANTE: João Marcos Pozzetti - LITSPASSIV: A. L. L. Fernandes de Souza - Wendell Waughan Monteiro - EMBARGADA: RBR - Participações e Representações Ltda. - INTSSADO: Ofícial do Cartório do Primeiro Ofício do Registro de Imóveis de Manaus - Defiro o pedido de fl. 559 dos autos. Determino a intimação da Executada RBR, consoante solicitado.

ADV: MÁRCIA CHEILA FARIAS THOMÉ (OAB 3471/AM), ADV: WILSON THIAGO CORREIA (OAB 11055/AM), ADV: FLAMARION CHAGAS BENAION (OAB 5697/AM) - Processo 0026947-33.2005.8.04.0001 (001.05.026947-0) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Orivaldo Gouvêa Martins - REQUERIDO: Emmanuel Fabrício da Silva - Márcia Cheila Farias Thomé - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Tendo em vista os dias da semana nacional da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que se realizará entre os dias 04 a 08 de novembro do corrente ano, designo audiência de conciliação, na forma do art. 165, do CPC, para o dia 07/11/2019, às 13:00hs, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0034238-89.2002.8.04.0001 (001.02.034238-2) - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - REQUERIDA: Clone Terceirização Ltda. - Sâmia Maria Santos de Souza - I. Consoante Portaria 116/2017 PTJ-AM, tabela III, item 9 (atos processuais), INTIME-SE o Autor para, no prazo de 05 dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após proceda-se a consulta via Sistema BACENJUD, consoante solicitado à fl. 165. Cumpra-se.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0043749-72.2006.8.04.0001 (apensado ao processo 0218839-26.2008.8.04.0001) (001.06.043749-0) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Simoni Lima das Chagas - REQUERIDA: Antônia Campelo de Figueiredo - Sovel da Amazônia Ltda. - Banco BMG S/A - INTSSADO: Banco BMG S/A - À Secretaria para modificar, no sistema SAJ, os Patronos do Requerido Banco BMG S/A, conforme Substabelecimento de fl. 366, devendo toda publicação ser realizada em nome da Dra. Marina Bastos da Porciuncula Benghi, inscrita na OAB/PE 983-A, consoante requerido à fl. 353. Cumpra-se.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0044423-84.2005.8.04.0001 (001.05.044423-0) - Execução de Título Extrajudicial - Depósito - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDO: Ricardo Dennys Soares de Souza - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0201425-73.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Banco Triângulo S/A - REQUERIDO: Dayna Bichara da Silva Comércio - ME - Dayana Bichara da Silva - Eline Henriques Arruda - Com fito de promover a alienação judicial do bem penhorado pelo oficial de justiça e ver-se satisfeito o crédito do requerente, expeça-se o edital de leilão presencial, de 20 (vinte) dias, com as cautelas de praxe e com as sábias ,prescrições dos arts. 730, 804 e 879 a 903, todos do CPC. Valho-me do comando do art. 883, do referido diploma legislativo, para designar como leiloeiro o senhor RICARDO MARCELO G. OLIVEIRA, contato +55 92 98152-5952. Baseado na exegese do art. 887, §§ 3º e 4º, da mesma Lei, o exequente deverá publicar o edital, duas vezes, no sítio eletrônico http://g1.globo.com/am/amazonas/" ou "http://www.acritica.com/" ou "http://new.d24am.com/"; e, mais duas vezes, em jornal físico de grande circulação, comprovando nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de juntada desse documento aos autos. Ademais, acrescento a observância quanto a impossibilidade de aceite de lance que ofereça preço vil, nos termos do art. 891, caput e parágrafo único, CPC. Publique-se o edital no sítio digital deste Poder, no Diário de Justiça Eletrônico e no mural costumeiro específico para tal finalidade, o qual, nesse último caso, deverá permanecer até o final do evento. Intimem-se os interessados, inclusive a pessoa acima nomeada.

ADV: ANA CLÁUDIA CONDE VIEIRALVES (OAB 6073/AM), ADV: DELIAS TUPINAMBÁ VIEIRALVES (OAB 2268/AM) - Processo 0205305-78.2009.8.04.0001 (001.09.205305-0) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Manuel Catarino Fonseca Santos - REQUERIDO: Banco Itaú S/A - Banco Itaucard S/A - Tendo em vista a certidão de fl. 206, intime-se o autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0208755-92.2010.8.04.0001 (001.10.208755-6) - Busca e Apreensão - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A e outro - REQUERIDO: Cosmosplast Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. - Miriam Nigri Schreier - Jaime Schreier - INTSSADO: Setor Unificado de Cartas Precatórias Cíveis da Comarca da Capital - A jurisprudência a propósito da conversão está posta nos seguintes termos: "Ementa: PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO. CONVERSÃO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DECRETO-LEI 911 /69. PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. I - O DECRETO-LEI 911 /69, QUE ESTABELECE NORMAS DE PROCESSO SOBRE A ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, AUTORIZA, NO CASO DO BEM ALIENADO FIDUCIARIAMENTE NÃO SER ENCONTRADO, QUE O CREDOR FIDUCIÁRIO OPTE PELA CONVERSÃO DO PEDIDO DE BUSCA E APREENSÃO EM AÇÃO DE DEPÓSITO (ART. 4º) OU EXECUÇÃO (ART. 5º). ASSIM SENDO, EMBORA O PEDIDO NÃO TENHA SIDO DEDUZIDO DE ACORDO COM AS FORMALIDADES LEGAIS, DEVE SER DEFERIDO, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS, PORQUANTO É POSSÍVEL INFERIR QUE A CREDORA ALMEJA A CONVERSÃO DA AÇÃO EXECUTIVA EM BUSCA E APREENSÃO. II - DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO (TJ-DF - Agravo de Instrumento : AGI 20130020169086 DF 0017782-97.2013.8.07.0000)". Assim, com fundamento no art. 4º, do Dec. Lei 911/69, acolho o pedido de conversão em ação de executiva. Posto isso, DEFIRO o pedido de conversão da ação de busca e apreensão em ação executiva, ante a faculdade do credor caso o bem alienado fiduciariamente não seja encontrado. Determino a citação da parte executada para que, no prazo de 03 (três) dias, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial (R$ 2.307.179,81), acrescido de honorários advocatícios, já fixados no importe de 10% sobre o valor da causa, conforme o art. 829, 841 e 827, do NCPC. Expeça-se o competente mandado de citação, penhora e avaliação após o depósito de custas de diligências do Oficial de Justiça pelo Interessado no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos da Portaria 116/2017, fazendo a juntada aos autos do comprovante de depósito. Caso não seja efetuado o pagamento da dívida e demais encargos, determino, desde já, que o Oficial de Justiça, munido da segunda via do mandado, proceda de imediato à penhora de bens e sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto, devendo, ainda, na mesma oportunidade, realizar a intimação do devedor de tais atos, para que ofereça embargos no prazo de 15 (quinze) dais. (CPC, arts. 829, § 1º e 915). Determino, ainda, na hipótese de o Oficial de Justiça não localizar o executado, o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC. No caso de integral pagamento, no prazo acima estipulado, a verba honoraria será reduzida pela metade (CPC, art. 841, § 1º). Cumpra-se.

ADV: MÁRIO EURICO AMARAL PINTO (OAB 4680/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA) - Processo 0219657-60.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível -

DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Mirian Maia Nogueira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - INTSSADO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Tendo em vista o depósito do saldo remanescente do acordo firmado entre as partes, à fl. 192, defiro o pedido de fls. 193/194. Expeça-se o competente Alvará para levantamento da quantia depositada, em nome do Dr. Mário Eurico Amaral Pinto, inscrito na OAB/AM nº 4680. Após, arquive-se os autos. Cumpra-se.

ADV: RUTH XIMENES DE SABÓIA (OAB 2100/AM), ADV: PAULA ÂNGELA VALÉRIO DE OLIVEIRA (OAB 1024/AM), ADV: MARIZETE NEVES GOMES (OAB 3038/AM), ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR MAGALHÃES DOS SANTOS (OAB 6766/AM), ADV: EDNA MARIA MOURÃO PEREIRA MACHADO (OAB 2189/AM) - Processo 0220658-90.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - REQUERENTE: Bárbara Etelvina Porto de Amorim - Violeta Santana de Amorim - Sandoval Pinheiro de Amorim Neto - REQUERIDA: Ruth Ximenes de Sabóia - Homologo por sentença a desistência manifestada para que produza os efeitos legais. Em consequência, extingo o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Dê-se baixa na distribuição e arquive-se.

ADV: CAUÊ TAUAN DE SOUZA YAEGASHI (OAB 357590/SP) - Processo 0225978-24.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios NPL - Ipanema III - REQUERIDO: Rômulo Araújo Maurício - Manifeste-se a autora acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 179/181 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM) - Processo 0236421-58.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Fernanda Rodrigues Leite - REQUERIDO: ESBAM - Escola Superior Batista do Amazonas - Caixa Econômica Federal do Amazonas - À Secretaria para modificar, no sistema SAJ, o Patrono do Requerido, constante no Substabelecimento de fl. 219. Cumpra-se.

ADV: RINALDO CUNHA COSTA (OAB 4854/AM) - Processo 0240469-60.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0621619-87.2016.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: José Maurício Gomes de Lima - REQUERIDO: Agroflora Importação, Exportação, Representações e Comércio Ltda. - Tendo em vista a certidão de fl. 22, intime-se o autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias.

ADV: ALAN KELSON DE LIMA FONSECA (OAB 10160/AM) - Processo 0242057-34.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0712439-94.2012.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - DIREITO CIVIL - EMBARGANTE: Janderson Barreto de Souza - EMBARGADO: Banco da Amazônia S/A - Aldo R. M. de Oliveira - ME - Manifeste-se o autor acerca da contestação de fls. 142/149 e documentos anexos, no prazo de 05 dias.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: WELLYGTON DA SILVA E SILVA (OAB 422/AM), ADV: PEDRO HENRIQUE BARROS DE SENA (OAB 13600/AM), ADV: DENIZOM MOREIRA DE OLIVEIRA (OAB 9040/AM), ADV: SHIRLEY JANE DE OLIVEIRA CINTRÃO (OAB 4451/AM), ADV: DANIEL LOURENÇO (OAB 3192/AM) - Processo 0310041-21.2007.8.04.0001 (apensado ao processo 0031773-73.2003.8.04.0001) (001.07.310041-3) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Valcicláudia da Silva Pampolha - EXECUTADA: Canaã Indústria de Laticínios Ltda. - Tendo em vista a comprovante de pagamento das custas finais de fls. 617/619, determino a secretaria que proceda a baixa e arquivamento dos autos.

ADV: ELIANE COELHO DA SILVA (OAB 8376/AM) - Processo 0601859-21.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Eliane Coelho da Silva - EXECUTADA: Leni Tavares Oliveira - Aguarde-se o julgamento dos Embargos à Execução nº.0605272-71.2019.8.04.0001.

ADV: ROSELY CRISTINA MARQUES CRUZ (OAB 178930/SP) - Processo 0602320-61.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Fundo de Recuperação de Ativos - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados - EXECUTADO: A. G. Veículos Ltda. - Ana Lúcia de Macedo Matos - Audemides das Graças Guedes - Manifeste-se a autora acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 119/121 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0602329-81.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Isabel Pereira dos Santos - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca da Petição de fls. 97/98, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA (OAB 1189A/AM) - Processo 0602885-54.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - EXECUTADO: Lima e Silva Comércio Varejista de Equipamentos de Telecomunicação e Comunicação Ltda. - Ivo Bandeira da Silva - Aldenira Ferreira de Lima - Determino a secretaria que expeça o competente mandado de penhora dos bens em nome do executado, no endereço indicado às fls. 143/144 dos autos. Intime-se o autor para efetuar o pagamento das diligências do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0602980-55.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Maria Ferreira Lima - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0603033-36.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Terezinha Pinto de Souza - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NARA NÚBIA PIRES DA COSTA (OAB 10241/AM), ADV: CRISTIANE DAS CHAGAS BOTELHO (OAB 4215/AM) - Processo 0607030-22.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0014967-80.2010.8.04.0012) - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Soraya da Costa Gomes - REQUERIDO: Soterra Construtora e Imobiliária Ltda. - Indefiro o pedido de fls. 140/141, por não haver o autor comprovado que esgotou as tentativas de localização da parte requerida. Posto isso, determino a intimação do autor para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0607746-20.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Francisco da Costa Ribeiro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/

AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 1254A/AM) - Processo 0608139-08.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: Paulo Alécio Maciel de Oliveira - Compulsando os autos, verifico que o endereço indicado para cumprimento da diligência do oficial de justiça pertence à comarca diversa. Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para informar se há interesse na expedição de Carta Pretória ou indicar endereço pertencente a esta comarca, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: RODRIGO SILVA DO VALLE (OAB 9148/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0608221-73.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: J. Souza dos Santos Rent a Car - ME (J. V. M. Veículos) - Jocynei Souza dos Santos - Tendo em vista os dias da semana nacional da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que se realizará entre os dias 04 a 08 de novembro do corrente ano, designo audiência de conciliação, na forma do art. 165, do CPC, para o dia 07/11/2019, às 10:00hs, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: ALINE DA SILVA TEIXEIRA (OAB 102427/RS), ADV: MÁRCIA MARIA DA SILVA (OAB 22104/RS) - Processo 0608295-35.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Mercedes-Benz do Brasil S/A - EXECUTADO: A. N. T. Engenharia e Empreendimentos Ltda. - Antônio José de Oliveira Gonçalves - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 151/152, dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM), ADV: DAVID SALEON GOMES ABECASSIS (OAB 9614/AM), ADV: MARIA ESPERANÇA DA COSTA ALENCAR (OAB 2114/AM) - Processo 0609552-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condomínio Empresarial Adrianópolis - REQUERIDA: Valdirene Ramos da Silva - V. R. Silva Cabelereiros - ME - Consultório Odontológico Oral Prime - À Secretaria para modificar, no sistema SAJ, os Patronos do Requerente, conforme Substabelecimento de fl. 105. II. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não houve contestação e assim reputando-se como verdadeiros os fatos narrados pela autora, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, II, do CPC. Cumpra-se.

ADV: DÉBORA KATARINNE DE SOUZA RODRIGUES (OAB 9840/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0610578-94.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: João Feitoza de Melo Júnior - REQUERIDO: Santa Beatriz Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Santo Amadeu Empreendimentos Imobiliários Ltda. - O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do CPC.

ADV: ADNA LIMA DA SILVA (OAB 11171/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0611123-28.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Markson Luiz Pereira da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Instituto Médico Legal - IML - Chamo o processo à ordem, torno sem feito o despacho de fl. 162. Defiro o pedido de fl. 166, remetam-se os autos ao Cejusc Cível para que seja marcada nova Perícia no Autor. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 5016/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0611895-64.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais da Saúde de Nível Superior de Manaus - Unicre - EXECUTADO: Carlos Alberto Bento da Silva & Companhia Ltda. - ME - Tendo em vista os dias da semana nacional da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que se realizará entre os dias 04 a 08 de novembro do corrente ano, designo audiência de conciliação, na forma do art. 165, do CPC, para o dia 07/11/2019, às 12:00hs, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: JIMMY DA SILVA ARAÚJO (OAB 9072/AM) - Processo 0612118-07.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: Waldenil de Aguiar Paula Pessoa - REQUERIDA: Aline Cristina Barbosa dos Santos - Intime-se o Autor para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: VITOR GODINHO DAS CHAGAS (OAB 14192/AM) - Processo 0612693-15.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Safra Leasing Arrendamento Mercantil S/A - REQUERIDA: Jeane de Oliveira Machado - Intime-se a Requerida para informar o andamento do Agravo de Instrumento, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: HEDIANE NAIADE SILVA MONTEIRO (OAB 5839/AM) - Processo 0613252-79.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Daiana Fraga Mussuri - Rafael Palomares - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - À Secretaria para certificar nos autos, se houve recurso da sentença de fls. 448/453. Após, intimem-se as partes para se manifestarem acerca do cálculo de fl. 457, no prazo de 05 dias.

ADV: MARCO AURÉLIO SALLES DA COSTA RAMOS (OAB 6332/AM), ADV: MARCO MUBARACA SILVA DE ARAÚJO (OAB 6099/AM), ADV: DIEGO LUIZ CASTRO SILVA (OAB 6402/TO), ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM) - Processo 0614687-20.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Yasmin Mendes da Conceição - Maria Luiza dos Anjos Medeiros - REPTANTE: Cecília Gadelha Mendes (Representante de Yasmim Mendes da Conceição) - Irene Martins dos Anjos - REQUERIDO: Nonato Roberto Félix - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM) - Processo 0615835-03.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Ricardo Nogueira de Amorim - REQUERIDO: Cláudio Mariano Gomes - Indefiro o pedido de citação por Edital, tendo em vista que o Autor nã esgotou todos os meios de encontrar o endereço do Requerido. Intime-se o Autor para requerer o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM), ADV: WANDERLENE LIMA FERREIRA LUNGAREZE (OAB 2459/AM), ADV: SÔNIA MARIA CANSANÇÃO DA SILVA (OAB 2431/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0616737-48.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Veneza Produtos Alimentícios Ltda. - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro o pedido de fls. 333/334. II. Expeça-se o Alvará, do saldo remanescente, em nome do Preposto da Requerida, Sr. Olavo do Lago Araújo, inscrito no CPF nº 137.019.832-91, conforme decisão de fls. 328. Cumpra-se.

ADV: LUCAS EMANUEL PIRES MONTENEGRO (OAB 8001/

AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0617924-62.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: M. A. X. Comércio Atacadista de Produtos Para Animais Ltda. - EXECUTADO: André Soares Sales - Microempresa Individual - Tendo em vista o AR negativo de fl. 148, determino a intimação dos patronos do autor para, no prazo de 05 dias, informarem o novo endereço do mesmo, sob pena de extinção por abandono. Cumpra-se.

ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM) - Processo 0619187-61.2017.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Tapajós Comércio de Medicamentos Ltda. - REQUERIDO: Ocirlenei Bindá Bráulio - ME - Maria do Socorro Borges Lima - ME - Márcio Teodora da Silva - À Secretaria para modificar, no sistema SAJ, os nomes dos Patronos da Autora, conforme Procuração e Substabelecimento de fls. 156/157, devendo toda publicação ser realizada em nome do DR. Henrique França Ribeiro, inscrito na OAB/AM nº 7.080. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM) - Processo 0619325-28.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Iracema de Castro Soares - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se o Executado, na forma do art. 513, §2º, do CPC, para efetuar o pagamento voluntário da dívida nos termos da sentença exequenda, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Não ocorrendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa no equivalente a 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, §1º. Fixo os honorários de advogado, pelo cumprimento de sentença, no equivalente a 20% (vinte por cento), da dívida atualizada, nos termos do art. 85, §1º, c/c art. 523, §1º, do CPC. Autorizo a realização de penhora via Bacenjud, nos termos do art. 523, §3º, do CPC, desde que o credor apresente o demonstrativo de débito atualizado, bem como o comprovante de pagamento das custas com a consulta, nos termos da Tabela III, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Advirto ao Executado que, optando por apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, deverá juntar o comprovante de pagamento das custas do incidente, nos termos da Tabela II, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Após, dê-se vista ao Exequente. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0621732-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Tarifas - REQUERENTE: Ronaldo de Oliveira Pinto - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do CPC. Cumpra-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0622327-69.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - EXECUTADO: Alexandre Marinho de Souza - Márcio Rodrigues Sousa - Caixa Econômica Federal - CAIXA - Tendo em vista a certidão de fl. 113, determino a intimação do autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: ROBERT MERRILL YORK JÚNIOR (OAB 4416/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0624384-60.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0213785-40.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Valtina Fernandes Bezerra - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - Tendo em vista os pedidos de fl. 168 e fls. 170/178, determino a remessa dos autos ao contador, para efetuar os cálculos consoante solicitado.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0624476-72.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Vitrine Materiais de Construção Ltda. - Fábio André Monteiro Lacerda - Em cumprimento ao despacho de fls. 64.

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0626120-21.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - EXECUTADO: D. S. de Benayon Filho - EPP - David Serudo de Benayon Filho - Em cumprimento ao despacho de fls. 191.

ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 1117A/AM) - Processo 0626733-70.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Francisco de Souza Gadelha - Intime-se o Autor para se manifestar acerca dos Embargos de Declaração de fls. 177/181, no prazo de lei. Cumpra-se.

ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0626773-18.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERENTE: Elielson Luiz Reis de Araújo - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Instituto Médico Legal - IML - Tendo em vista a divergência de calculos entre as partes, determino a remessa dos autos ao contador, para efetuar os cálculos conforme o comando da sentença de fls. 125/129.

ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: BRUNO SILVA NAVEGA (OAB 118948/RJ), ADV: JULIANA INOUE MARIANO ARAÚJO (OAB 261052/SP), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: RAFAEL WERNECK COTTA (OAB 167373/RJ) - Processo 0626922-48.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Emília Maria Avelar Pinto - REQUERIDO: Rondônia Transportes Ltda. - DENUNCIADO: Companhia Mutual Seguradora - Em Liquidação Extrajudicial - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - I - Defiro o pedido de perícia médica de fl. 317, item 3, nomeio perito deste Juízo, o Sr. Francisco Batista de Almeida, CRM nº 3009, com endereço profissional na Clínica Hap Vida, na Av. Duque de Caxias, nº 1905, Bairro Praça 14 de Janeiro, nesta cidade, para fazer a perícia médica no Autora, Francisca Madeiro Rodrigues, com o fito de se apurar se o mesmo possui capacidade de executar atos corriqueiros e rotineiros de forma plena e permanente. II- Fixo os honorários do perito em 04 (quatro) salários mínimos, os quais deverão ser depositados pela Ré Rondônia Transportes Ltda, no prazo de 15 dias. O Laudo deverá ser apresentado, no prazo de 30 (trinta) dias. Intimem-se as partes na forma do art. 465, parágrafo 1º, inciso II e III do CPC. III- Intime-se o Sr. Francisco Batista de Almeida, para informar a este juízo se aceita o encargo de perito deste juízo, prazo de 10 (dez) dias, e em caso de concordância, devendo, desde já, designar data para realização da perícia.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0626950-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maria Áurea Batista dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - À Secretaria para modificar, no sistema SAJ, os nomes dos Patronos do Requerido, constante no Substabelecimento de fl. 300, devendo toda publicação ser realizada em nome da Dra. Maria Bastos da Porciuncula Benghi, inscrita na OAB/PE 983-A, consoante requerido à fl. 286. Cumpra-se.

ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM) - Processo 0628442-72.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Locação de Móvel - REQUERENTE: Pátio Sertório Shopping Ltda. - REQUERIDO: D. L. Confecções Ltda. - Em cumprimento ao despacho de fls. 152.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0628568-30.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: F. G. Comércio de Madeiras Ltda. - ME - Glalbiany Aparecida Serrou Reginatto - Fernando Wagner Rodrigues da Silva - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0629297-51.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - REQUERIDO: Manoel Bezerra Gomes - Diante do exposto, HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado entre as partes às fls. 41/43 e JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no Art. 487, III, b, do Código de Processo Civil. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Honorários e custas, nos termos do acordo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO KA YUNG PIMENTEL LIM (OAB 14050/AM), ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM) - Processo 0631954-63.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Eudo de Lima Assis Júnior - REQUERIDO: Amri Gomes Ferreira - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351, do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ISAAC LUIZ MIRANDA ALMAS (OAB 12199/AM) - Processo 0633072-45.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: CM7 Comunicação e Criação (Portal CM7) - REQUERIDO: Facebook Serviços On Line do Brasil Ltda. - INTSSADO: Juízo de Direito da Comarca de São Paulo - Setor de Carta Precatória - À Secretaria para modificar, no sistema SAJ, os nomes dos Patronos da Requerente, constantes na Procuração de fl. 297, devendo toda publicação ser realizada em nome do Dr. Isaac Luiz Miranda Almas, inscrito na OAB/AM 12.199. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0633576-22.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Ede Carlos Galvão de Oliveira - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FERNANDO JORGE SILVA (OAB 27313/GO), ADV: ALBERTO PACHECO DA SILVA LADEIRA (OAB 8059/AM) - Processo 0634255-51.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Aline Oliveira Coelho Braga - Lara Oliveira Coelho Braga - REQUERIDO: Marcos Vinícus Botelho Chaves - O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do CPC.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0634316-14.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Afonso de Ligório Palheta Torres - I. Consoante Portaria 116/2017 PTJ-AM, tabela III, item 9 (atos processuais), INTIME-SE o Autor para, no prazo de 05 dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após proceda-se a consulta via Sistemas RENAJUD e INFOJUD, consoante solicitado à fl. 117. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0634350-52.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Ely Augusto Xavier Costa - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 166/167, dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0634627-05.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Laudicéia Costa de Moraes - I. Consoante Portaria 116/2017 PTJ-AM, tabela III, item 9 (atos processuais), INTIME-SE o Autor para, no prazo de 05 dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após proceda-se a consulta via Sistemas RENAJUD e INFOJUD, consoante solicitado à fl. 63. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0636766-51.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Ibadam - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não houve embargos e assim reputando-se como verdadeiros os fatos narrados pela autora, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, II, do CPC. Cumpra-se.

ADV: CLAUDOMILTON ROBERTO DA SILVA (OAB 10291/AM) - Processo 0638862-39.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Imissão - REQUERENTE: Raimundo Amaro Ribeiro - REQUERIDO: Domingos de Nazaré Pinto Gomes - Sandra Soares dos Santos - Compulsando os autos, verifico que a parte autora não efetuou o pagamento das custas processuais iniciais. Posto isso, determino a intimação do autor para efetuar o pagamento das custas iniciais, no prazo de 10 dias. Cumpra-se.

ADV: TIAGO BORGES DOS SANTOS (OAB 10890/AM), ADV: VARCILY QUEIROZ BARROSO (OAB 2683/AM), ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM) - Processo 0641296-35.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0615232-85.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Condomínio Life Flores - EMBARGADO: Maria Dulce S. da Silva - ME - Na forma do art. 920, do CPC, dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0641445-65.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Severina Saraiva dos Santos - I. Consoante Portaria 116/2017 PTJ-AM, tabela III, item 9 (atos processuais), INTIME-SE o Autor para, no prazo de 05 dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após proceda-se a consulta via Sistemas RENAJUD e INFOJUD, consoante solicitado à fl. 78. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0641489-55.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Maria Auxiliadora Maquiné de Lima - Manifeste-se a autora acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Requisição de Informações de fls. 84/85 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM) - Processo 0641965-54.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Mundi Resort Residencial - REQUERIDO: Fernando Eduardo Marques Reis - Patrícia Trigueiro Reis - Defiro o pedido de parcelamento das custas em 6 (seis) parcelas, conforme Portaria nº 490/2017 e na forma do art. 98, § 6º, do CPC. Remetam-se os autos a contadoria, intimando em seguida o autor para efetuar o pagamento da 1ª parcela. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: AFRÂNIO AZEVEDO PEREIRA (OAB 4434/AM) - Processo 0641965-59.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: G.A.A. - REQUERIDA: Marcele Assunção da Silva - Intime-se o Executado, na forma do art. 513, §2º, do CPC, para efetuar o pagamento voluntário da dívida nos termos da sentença exequenda, no prazo de 15 (quinze) dias,

nos termos do art. 523, caput, do CPC. Não ocorrendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa no equivalente a 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, §1º. Fixo os honorários de advogado, pelo cumprimento de sentença, no equivalente a 20% (vinte por cento), da dívida atualizada, nos termos do art. 85, §1º, c/c art. 523, §1º, do CPC. Autorizo a realização de penhora via Bacenjud, nos termos do art. 523, §3º, do CPC, desde que o credor apresente o demonstrativo de débito atualizado, bem como o comprovante de pagamento das custas com a consulta, nos termos da Tabela III, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Advirto ao Executado que, optando por apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, deverá juntar o comprovante de pagamento das custas do incidente, nos termos da Tabela II, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Após, dê-se vista ao Exequente. Cumpra-se.

ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM) - Processo 0642087-72.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Empreitada - EXEQUENTE: Empretechx Construção Ltda. - EXECUTADO: Gonder Incorporadora Ltda. - I- Defiro o pedido de fls. 173/174 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistemas BACENJUD e RENAJUD, consoante solicitado.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: RENATA BENTES SENA (OAB 13543/AM) - Processo 0642299-25.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - EXECUTADO: André Fragoso Bandeira - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM), ADV: DEBORAH SABBÁ GALVÃO (OAB 3048/AM) - Processo 0643339-47.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: ENC Comércio e Serviços de Limpeza Ltda. - EPP - REQUERIDO: Darlisson M. de Castro - Restaurante Sabor na Chapa - Intime-se a Autora, via correio, para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0646014-41.2019.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Bioqualy Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. - REQUERIDO: Unimed de Manaus Empreendimentos S/A - I. Cite-se o Requerido, como disposto no art. 701, com as advertências do art. 702, todos do NCPC. Cumpra-se.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0646304-56.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Polimix Concreto Ltda. - REQUERIDO: Valmar Representações e Comércio Ltda. - EPP - I. Cite-se a Devedora para, no prazo de 03 (três) dias, efetue o pagamento da dívida acrescida das cominações legais e dos honorários de advogado, fixando este último em 10% (dez por cento) sob o valor da causa. (CPC, arts. 829, 841 e 827). II. No caso de integral pagamento, no prazo acima estipulado, a verba honorária será reduzida pela metade (CPC, art. 841, § 1°). III. Caso não seja efetuado o pagamento da dívida e demais encargos, determino, desde já, que o Oficial de Justiça, munido da segunda via do mandado, proceda de imediato à penhora de bens e sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto, devendo, ainda, na mesma oportunidade, realizar a intimação do devedor de tais atos, e a citação deste, para que ofereça, querendo, embargos no prazo de 15 (quinze) dias. (CPC, arts. 829, § 1º e 915). IV. Intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, providenciar o recolhimento das custas de diligências, conforme Portaria Nº 116/2017 PTJ. V. Após a comprovação do pagamento, expeça-se competente mandado. Cumpra-se.

ADV: JORGE LUÍS ENRIQUE GALLARDO ONDINOLA (OAB 10044/AM), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0649178-48.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco GMAC S/A - REQUERIDO: Emerson Klinger Gonçalves de Melo - Tendo em vista os dias da semana nacional da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que se realizará entre os dias 04 a 08 de novembro do corrente ano, designo audiência de conciliação, na forma do art. 165, do CPC, para o dia 07/11/2019, às 11:00hs, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM) - Processo 0650623-04.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Cássio Martins Borges - REQUERIDO: Luiz da Silva Campelo - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JORDAN DE ARAÚJO FARIAS (OAB 12125/AM), ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM), ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM), ADV: RENATA AZÊDO PEIXOTO FORTES DE SOUSA (OAB 12121/AM) - Processo 0659290-76.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: Pedro Eugênio de Oliveira Peixoto - REQUERIDO: HCL de Melo Brasil - Intime-se o Executado, na forma do art. 513, §2º, do CPC, para efetuar o pagamento voluntário da dívida nos termos da sentença exequenda, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Não ocorrendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa no equivalente a 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, §1º. Fixo os honorários de advogado, pelo cumprimento de sentença, no equivalente a 20% (vinte por cento), da dívida atualizada, nos termos do art. 85, §1º, c/c art. 523, §1º, do CPC. Autorizo a realização de penhora via Bacenjud, nos termos do art. 523, §3º, do CPC, desde que o credor apresente o demonstrativo de débito atualizado, bem como o comprovante de pagamento das custas com a consulta, nos termos da Tabela III, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Advirto ao Executado que, optando por apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, deverá juntar o comprovante de pagamento das custas do incidente, nos termos da Tabela II, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Após, dê-se vista ao Exequente. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRA VANESSA LIMA ARCANJO (OAB 13470/AM), ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM) - Processo 0662128-89.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Moisés Queiroz de Castro - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Intime-se o Autor para se manifestar acerca da proposta de acordo e contestação de fls. 86/114, no prazo de 15 dias. Cumpra-se.

ADV: JOÃO JOAQUIM MARTINELLI (OAB 3210/SC), ADV: JOÃO JOAQUIM MARTINELLI (OAB 45071A/RS), ADV: CARLOS EDUARDO DOMINGUES AMORIM (OAB 40881/RS), ADV: ADRIANA DO RIO BRANCO SOUZA XAVIER (OAB 584A/AM) - Processo 0702400-38.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alta Comércio e Representações Ltda. - EXEQUENTE: Martinelli Advocacia Empresarial - REQUERIDO: Joaquim Oliveira S/A Participações - JOSAPAR - Analisando os presentes autos, defiro o pedido constante na petição de fls. 556/557. Intime-se a Autora, ora Executada, na forma do art. 513, §2º, do CPC, para efetuar o pagamento voluntário da dívida nos termos da sentença exequenda, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Fixo os honorários de advogado, pelo cumprimento de sentença, no equivalente a 10% (dez por cento), da dívida atualizada, nos termos do art. 85, §1º, c/c art. 523, §1º, do CPC.

Não ocorrendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa no equivalente a 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, §1º. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIANA DO RIO BRANCO SOUZA XAVIER (OAB 584A/AM), ADV: CARLOS EDUARDO DOMINGUES AMORIM (OAB 40881/RS), ADV: JOÃO JOAQUIM MARTINELLI (OAB 45071A/RS), ADV: JOÃO JOAQUIM MARTINELLI (OAB 3210/SC) - Processo 0702400-38.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alta Comércio e Representações Ltda. - EXEQUENTE: Martinelli Advocacia Empresarial - REQUERIDO: Joaquim Oliveira S/A Participações - JOSAPAR - Compulsando os autos, verifico que assiste razão a Devedora em seu pedido de fl. 570, tendo em vista que a secretaria, erroneamente publicou os dados da patrona, conforme certidão de fl. 560. Posto isso, determino a secretaria proceda nova publicação da decisão de fl. 559, bem como torne sem efeito a certidão de fl. 561.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0712371-47.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Antônio Edilson de Oliveira Carneiro - I. Consoante Portaria 116/2017 PTJ-AM, tabela III, item 9 (atos processuais), INTIME-SE o Autor para, no prazo de 05 dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após proceda-se a consulta via Sistemas RENAJUD e INFOJUD, consoante solicitado à fl. 202. Cumpra-se.

Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
Adna Lima da Silva (OAB 11171/AM)
Adriana do Rio Branco Souza Xavier (OAB 584A/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Affimar Cabo Verde Filho (OAB 229A/AM)
Affimar Cabo Verde Filho (OAB A-229/AM)
Afrânio Azevedo Pereira (OAB 4434/AM)
Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
Alan Kelson de Lima Fonseca (OAB 10160/AM)
Alberto Pacheco da Silva Ladeira (OAB 8059/AM)
Alessandra Vanessa Lima Arcanjo (OAB 13470/AM)
Aline da Silva Teixeira (OAB 102427/RS)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
Ana Cláudia Conde Vieiralves (OAB 6073/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André Rodrigues de Almeida (OAB 5016/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055AM)
Arnaldo Henrique Andrade da Silva (OAB 1189A/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bruno Silva Navega (OAB 118948/RJ)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 1254A/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Eduardo Domingues Amorim (OAB 40881/RS)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Carolina dos Santos Viana (OAB 8361/AM)
Cauê Tauan de Souza Yaegashi (OAB 357590/SP)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 1117A/AM)
Claudomilton Roberto da Silva (OAB 10291/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane das Chagas Botelho (OAB 4215/AM)
Daniel Lourenço (OAB 3192/AM)
David Saleon Gomes Abecassis (OAB 9614/AM)
Débora Katarinne de Souza Rodrigues (OAB 9840/AM)
Deborah Sabbá Galvão (OAB 3048/AM)
Delias Tupinambá Vieiralves (OAB 2268/AM)
Denizom Moreira de Oliveira (OAB 9040/AM)
Diego Luiz Castro Silva (OAB 6402/TO)
Edna Maria Mourão Pereira Machado (OAB 2189/AM)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Eliane Coelho da Silva (OAB 8376/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Eloi Pinto de Andrade Júnior (OAB 3840/AM)
Eloy das Neves Lopes Júnior (OAB 4900/AM)
Elza Megumi Lida (OAB 95740/SP)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernando Borges de Moraes (OAB 446A/AM)
Fernando Jorge Silva (OAB 27313/GO)
Flamarion Chagas Benaion (OAB 5697/AM)
Flávio Ka Yung Pimentel Lim (OAB 14050/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Hediane Naiade Silva Monteiro (OAB 5839/AM)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Isaac Luiz Miranda Almas (OAB 12199/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
Jimmy da Silva Araújo (OAB 9072/AM)
João Joaquim Martinelli (OAB 3210/SC)
João Joaquim Martinelli (OAB 45071A/RS)
João Marcos Pozzetti (OAB 6160/AM)
Jordan de Araújo Farias (OAB 12125/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
Jorge Luís Enrique Gallardo Ondinola (OAB 10044/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
Juliana Inoue Mariano Araújo (OAB 261052/SP)
Júlio César Magalhães dos Santos (OAB 6766/AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lucas Emanuel Pires Montenegro (OAB 8001/AM)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Luciana Pedrosa de Moraes Rego Figueiredo (OAB 2819/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Márcia Cheila Farias Thomé (OAB 3471/AM)
Márcia Maria da Silva (OAB 22104/RS)
Marco Aurélio Salles da Costa Ramos (OAB 6332/AM)
Marco Mubaraca Silva de Araújo (OAB 6099/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Maria Esperança da Costa Alencar (OAB 2114/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Mário Eurico Amaral Pinto (OAB 4680/AM)
Marizete Neves Gomes (OAB 3038/AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Nara Núbia Pires da Costa (OAB 10241/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Paula Ângela Valério de Oliveira (OAB 1024/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Pedro Henrique Barros de Sena (OAB 13600/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael Werneck Cotta (OAB 167373/RJ)
Renata Azêdo Peixoto Fortes de Sousa (OAB 12121/AM)
Renata Bentes Sena (OAB 13543/AM)
Rinaldo Cunha Costa (OAB 4854/AM)

Robert Merrill York Júnior (OAB 4416/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rodrigo Silva do Valle (OAB 9148/AM)
Rosely Cristina Marques Cruz (OAB 178930/SP)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Ruth Ximenes de Sabóia (OAB 2100/AM)
Shirley Jane de Oliveira Cintrão (OAB 4451/AM)
Sônia Maria Cansanção da Silva (OAB 2431/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Tiago Borges dos Santos (OAB 10890/AM)
Varcily Queiroz Barroso (OAB 2683/AM)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB 9463/AM)
Vitor Godinho das Chagas (OAB 14192/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wanderlene Lima Ferreira Lungareze (OAB 2459/AM)
Wellygton da Silva e Silva (OAB 422/AM)
Wilson Thiago Correia (OAB 11055/AM)

7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0189/2019

ADV: TAINAH OLÍMPIO GALAXE (OAB 7927/AM), ADV: GILBERTO LUIZ VALENTE RODRIGUES FILHO (OAB 229958/SP), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: JORGE ANTÔNIO VERAS FILHO (OAB 5693/AM) - Processo 0204343-84.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Fernando Santos da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - DENUNCIADO: ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S/AROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S/A - Vistos, Face ao acordo homologado em sentença, defiro expedição de Alvará como solicitado. Custas para emissão deste documento já recolhidas. Cumpra-se.

ADV: CARLOS JAVIER TUNJA QUINONEZ (OAB 11801/AM) - Processo 0208413-03.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: DENISA MENEZES DA SILVA - Quanto ao pedido de expedição individual de mandado de pagamento referente a honorários contratuais, sucumbências e o valor principal, individualizado, não há impedimento constitucional, ou mesmo legal, para que os honorários advocatícios, quando não excederem ao valor limite, possam ser executados mediante RPV, no caso em questão ambos os RPVS não excedem o valor limite uma vez que as titularidades são diferentes.Sendo assim DEFIRO o pedido feito as fls.232/233 e DETERMINO: B) a intimação da autarquia para depósito em juízo da quantia de R$ 8.378,17 (oito mil trezentos e setenta e oito reais e dezessete centavos), referente a honorários Advocatícios, R$ 25,134.52 (vinte cinco mil, cento e trinta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), referente a 30% do valor principal e o valor de R$ 58,647.23 (cinquenta e oito mil, seiscentos e quarenta e se reais e vinte e três centavos) referente ao principal no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da entrega das requisições, nos termos do art. 46 da Resolução nº 003/2014 do TJ/AM. A ordem de pagamento deve ser acompanhada de ofício com as informações e cópias dos documentos constantes no art. 18 da Resolução nº 003/2014 do TJ/AM. Oficie-se ao Tribunal de Justiça via malote digital, informando acerca da expedição e pagamento das obrigações de pequeno valor, acompanhada de relatório, nos termos do §1º, art. 46 da Resolução 003/2014 do TJ/AM. Considerando que o valor devido se refere a benefícios previdenciários e honorários advocatícios, reconheço a natureza alimentar do crédito, conforme art. 100, §1º e 2º da CF. Assim, por força do art. 19, parágrafo único da Resolução do TJAM nº 003/2014, reconheço o direito preferencial do crédito. Tal informação deverá constar do ofício requisitório endereçado ao TJAM. A Secretaria, para as providências devidas. Inclusive, podendo oficiar via malote digital, se for possível.

ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM) - Processo 0210806-95.2018.8.04.0001 (processo principal 0607525-42.2013.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Helder de Oliveira Peixoto - Diante do exposto, resolvo o mérito do incidente, com fulcro no artigo 487, I, do CPC, e julgo parcialmente procedente o pedido formulado pelo Exequente, no sentido de desconsiderar a personalidade jurídica da empresa Executada, possibilitando que sua sócia, Jandercleide Rocha de Souza, seja pessoalmente responsabilizada por suas obrigações, limitando-se a superação do atributo apenas para o fim de garantir a satisfação do crédito do exequente reconhecido nesta ação judicial. Proceda-se a inclusão da sócia, Jandercleide Rocha de Souza (qualificação às fls. 16), no polo passivo dos autos principais (nº 0607525-42.2013.8.04.0001). Defiro o pedido de bloqueio via BACENJUD nas constas bancárias da sócia, condicionada ao pagamento das custas de consulta. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: THIAGO GIULLIO DE SALES GERMOGLIO (OAB 14370/PB), ADV: TREYCE ATALA RODRIGUES FERREIRA (OAB 1169/RR) - Processo 0607360-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: V.M.C.F. - REQUERIDO: U.N.N.F.I.S.C.T.M. - Vistos, A secretaria para as providencias quanto ao profissional com a especialidade requerida. Após, voltem-me conclusos para nomeação. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: RUY MIRAGLIA DA SILVEIRA (OAB 46428/SP) - Processo 0608151-56.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: TP INDÚSTRIA DE AÇO LTDA - REQUERIDO: IPES INDUSTRIA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE SOLDA LTDA - R.H. Processo em fase de cumprimento de sentença. Intime-se o Devedor TP INDÚSTRIA DE AÇO LTDA, na pessoa do seu patrono, para pagar o valor indicado pelo credor, referente a condenação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida multa de 10% (dez por cento) e expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 523 e §§ do NCPC. Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, fixo honorários referente a fase executiva em 10% sobre o valor da execução, nos termos da Súmula 517 do STJ. Além disso, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para a executada apresentar impugnação, nos próprios autor, conforme o art. 525, do CPC.

ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM) - Processo 0608214-81.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Marcos Shigaki - R.H. Sem informações do advogado. Intime-se o autor para manifestar interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

ADV: DIEGO HUMBELINO DUARTE (OAB 9071/AM), ADV: LÉA FERNANDES AMAZONAS (OAB 8612/AM) - Processo 0608813-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimundo Nunes de Oliveira - Vistos, Intime-se a parte Autora para informar como deseja prosseguir quanto a citação da Requerida.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0612843-98.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S. A. - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro ERIDFT como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio

da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ALINE MARIA DA CÁS RACHID PIETRO (OAB A1075/AM), ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 21899/SC), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: KELLY CRISTINA TEODÓSIO DA SILVA (OAB 13192/AM) - Processo 0613025-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Manoel Ferreira da Conceição - Luiz Carlos da Conceicao - REQUERIDO: Banco BMG S/A - BANCO ITAÚ BMG CONSIGNADO S/A - DECIDO. Em face do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, para CONDENAR os Requeridos, solidariamente: 1) Ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), com correção monetária e juros legais (1%), a partir do arbitramento (Súmula 362 do STJ). 2) Ao pagamento dos valores descontados indevidamente, em dobro, que totaliza R$ 47.487,50 (quarenta e sete mil quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), com juros moratórios a partir do evento danoso (art. 398 do CC e Súmula 54 do STJ), correção monetária a partir do efetivo prejuízo (Súmula 43 STJ; Condeno os requeridos ao pagamento das despesas e dos honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor atualizado da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC. P.R.I. Intime-se.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0613890-10.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sul América Companhia Nacional de Seguros - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Abro vistas a parte Autora sobre a petição de fls. 247/250.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0615522-71.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Processo em fase de cumprimento de sentença. Intime-se o Devedor Maria Nilzete Caetano da Silva, através de Edital, para pagar o valor indicado pelo credor, referente a condenação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida multa de 10% (dez por cento) e expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 523 e §§ do NCPC. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento do Edital por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, fixo honorários referente a fase executiva em 10% sobre o valor da execução, nos termos da Súmula 517 do STJ. Além disso, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para a executada apresentar impugnação, nos próprios autor, conforme o art. 525, do CPC. Cumpra-se.

ADV: THIAGO FLORES DOS SANTOS (OAB 5004/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: FABRICIO JACOB ACRIS DE CARVALHO (OAB 9145/AM) - Processo 0615720-06.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Processo em fase de cumprimento de sentença. Intime-se o Devedor Maria Nilza Costa Bulhões, por intermédio de AR no endereço de fls. 36, para pagar o valor indicado pelo credor, referente a condenação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida multa de 10% (dez por cento) e expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 523 e §§ do NCPC. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, fixo honorários referente a fase executiva em 10% sobre o valor da execução, nos termos da Súmula 517 do STJ. Além disso, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para a executada apresentar impugnação, nos próprios autor, conforme o art. 525, do CPC. Cumpra-se.

ADV: CLAILTON COSTA DE OLIVEIRA (OAB 9880/AM) - Processo 0621867-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Vanete Pereira do Nascimento - Me Eireli - R.H. Trata-se de processo com audiência marcada para o dia 19/09/2019. Intimado sobre a certidão negativa do Oficial de Justiça, o autor deixou transcorrer o prazo sem apresentar qualquer manifestação. Intime-se a parte Autora, para dar prosseguimento ao feito, providenciando a citação da Requerida, uma vez que é ato indispensável para o andamento do processo, nos termos do art. 239, do CPC. Cumpra-se.

ADV: CHRISTINA ALMEIDA DE ARAÚJO (OAB 3938/AM), ADV: ADRIANA OLIVEIRA DE AZEVEDO (OAB 3555/AM) - Processo 0622218-89.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Condominio Residencial Principe de Gales - R.H. Sem informações do advogado. Intime-se o autor para manifestar interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0624786-44.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Manaus Ambiental S/A - R.H. Sem informações do advogado. Intime-se o autor para manifestar interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

ADV: WANDERLEY ROMANO DANADEL (OAB 78870/MG) - Processo 0624949-58.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, Defiro o pedido de BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD (para localização de endereço), requerido as fls. 188/189. Custas já recolhidas. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM), ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG) - Processo 0625530-73.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Processo em fase de cumprimento de sentença. Intime-se o Devedor D 5 Assessoria e Serviços Ltda, por meio de carta com aviso de recebimento, para pagar o valor indicado pelo credor, referente a condenação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida multa de 10% (dez por cento) e expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 523 e §§ do NCPC. Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, fixo honorários referente a fase executiva em 10% sobre o valor da execução, nos termos da Súmula 517 do STJ. Além disso, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para a executada apresentar impugnação, nos próprios autor, conforme o art. 525, do CPC. Intime-se o autor para efetuar o recolhimento de custas para expedição de carta.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0627167-59.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Fiat Adminidtradora de Consórcios Ltda - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: TATIANE CASTRO SILVA (OAB 185367/MG), ADV: WANDERLEY ROMANO DANADEL (OAB 78870/MG), ADV: IGOR SOARES SOUSA (OAB 158069/MG) - Processo 0627994-70.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - R. H. Indefiro o pedido de fls. 214/215, considerando que as empresas telefônicas e a distribuidora de energia não estão sob o pálio do sigilo, logo poderão ser solicitadas informações pelo proprio Autor, e em caso de negativa, por escrito, ai sim, via judicial, como é o caso do SERASA e SPC.. Intime-se o autor para dar prosseguimento

ao feito, providenciando a citação do requerido, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM) - Processo 0629014-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Navegacao Cidade Ltda - Vistos, Defiro expedição de mandado como requerido. Custas já recolhidas. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0629036-86.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H. Defiro o pedido de expedição de Mandado no endereço indicado de fl. 64. Intime-se o Requerente para realizar o pagamento referente as custas do Oficial de Justiça, mediante impressão do boleto bancário diretamente no site do TJ/AM (http://www.tjam.Jus.br/). Após, comprovado o pagamento, expeça-se Mandado para o endereço indicado. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0631189-92.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - R.H. Defiro BACENJUD em nome do primeiro Requerido. Custas já recolhidas. Quanto ao segundo Requerido, aguarde-se o retorno da certidão do Sr. Oficial de Justiça. Aguarde-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0633304-86.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Dívida Ativa - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: CAROLINE ARAUJO DE ANDRADE (OAB 12042/AM), ADV: DANIEL COELHO SILVA (OAB 10581/AM) - Processo 0635152-79.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Valdemar Pereira Pena - REQUERIDO: Audax Assessoria Empresarial Eireli Me - Margarida Caetano da Silva - Vistos, Considerando a juntada de custas de fls. 265/266, nota-se que foi recolhido valor para realizar apenas uma consulta por meio dos Sistemas Infojud, Renajud e Bacenjud, posto que são dois requeridos e o valor de R$ 14,98 é cobrado POR ATO. Sendo assim, intime-se o autor para complementar as custas para que assim possa ser realizada consulta nos demais sistemas.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0635529-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD (endereço) como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: WANDERLEY ROMANO DANADEL (OAB 78870/MG) - Processo 0637078-61.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - R. H Intime-se o Autor sobre o cumprimento de sentença, não sendo requerida e execução no prazo de 6 (seis) meses, arquivem-se os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE) - Processo 0639638-39.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Ronilson Moraes Dutra - Dessa forma, com fulcro nos artigos 485 I e 321 parágrafo único, do CPC, indefiro a petição inicial, julgo extinto o processo sem resolução do mérito.

ADV: WAGNER RICARDO FERREIRA PENHA (OAB 2924/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0641145-35.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Vivecananda Porto Neto - CONSIGNADO: Banco Bradesco S/A - Vistos, Defiro o depósito, que deverá ser efetuado no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Efetuado o depósito à ordem deste Juízo, cite-se a Requerida para, querendo, levantá-lo ou apresentar resposta, no prazo de 15 dias (art.542, do CPC). Para o caso de levantamento do depósito, deverá ser debitado do montante o percentual de 10% para pagamento de honorários advocatícios, além da quantia necessária ao ressarcimento das despesas processuais (art. 546 do CPC).

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0643896-29.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - R. H. Indefiro o pedido de desentranhamento do mandado. Por outro lado, Defiro o pedido de expedição de Mandado para o endereço indicado as fls. 151/152. Intime-se o Requerente para realizar o pagamento referente as custas do Oficial de Justiça, mediante impressão do boleto bancário diretamente no site do TJ/AM (http://www.tjam.Jus.br/). Após, comprovado o pagamento, expeça-se Mandado para o endereço indicado. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0644372-67.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, Indefiro o pedido de fls. 140/141, em razão do curto período de tempo da pesquisa realizada. Intime-se a parte Autora para dar prosseguimento com o feito.

ADV: BERGSON MENDONÇA LACERDA (OAB 8963/AM) - Processo 0644922-28.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Imissão - REQUERENTE: Evanilde Reinaldo Sales - Isto posto, declino da minha competência para presidir o feito em favor da 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Remetam-se os autos à Distribuição

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0645810-94.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - De acordo com o art. 1°, inciso I, do provimento de n.° 63/02-CGJ, e nos termos do art.82 do NCPC. Intime o Autor para efetuar o recolhimento das custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser cancelada a distribuição (art. 290 do NCPC).

ADV: DANIEL MARINHO PEREIRA (OAB 5157/AM) - Processo 0645917-41.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Galo da Serra Navegação Fluvial e Logistica Ltda. - Inicialmente, indefiro a Gratuidade de Justiça. Isso porque a concessão do beneficio não é medida automática e nem é regra no sistema atual. Inclusive, o art.98, §§ 5º e 6º do CPC, permitem o parcelamento e a concessão apenas de algumas despesas. Sendo assim, o parcelamento das custas não importará em prejuízo ao autor. Assim, haja vista a faculdade de parcelamento conferida pelo art. 98, § 6º, do CPC, defiro o parcelamento das custas processuais, em 6 parcelas, cuja primeira parcela deverá ser paga no prazo de 15 (quinze) dias, e as demais na mesma data dos meses subsequentes, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 321, parágrafo único, CPC. Ressalto que o pagamento deverá ser realizado mediante guias a serem obtidas junto à Contadoria. Cite-se a parte executada, nos termos do art. 829 do CPC, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, ou, querendo, nos termos do art. 914 e 915 do CPC, apresentar embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar do mandado a ordem de penhora indicada pela parte exequente, nos termos do § 1º do art. 829 e observado o art. 835 do CPC, bem como a avaliação, a serem cumpridas pelo oficial de justiça, tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito, nos termos do art. 827, caput do Código de Processo Civil, e, no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido a 5% (cinco por cento), conforme §1º do referido artigo. A requerimento da parte, com fundamento no art.782,§3º, doCPC, expeça-se ofício ao SPC e ao Serasa determinando que incluam o nome da parte Executada no cadastro de inadimplentes. Adiante, de acordo com o art. 828, caput, do CPC, determino à Secretaria que expeça certidão de que a presente execução foi admitida pelo Juízo,

identificando as partes e o valor da causa, para fins de averbação à margem da matrícula no Registro de Imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos à penhora, arresto ou indisponibilidade, obstaculizando, assim, a alienação fraudulenta de bens, como indicado às fls. 12, item a.1. Deverá a parte exequente informar este Juízo, em até 10 (dez) dias da concretização da averbação, sobre os atos efetivados (art. 828, §1º do CPC). Havendo requerimento da parte exequente, defiro o pedido de arresto - bloqueio pelo sistema BACENJUD de valores disponíveis em conta corrente vinculada ao CPF/CNPJ da parte Executada a fim de resguardar o êxito da execução. Se positiva a consulta e bloqueio, proceda, a secretaria, a intimação/citação do executado para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o bloqueio/penhora, de acordo com o art. 854, §§ 2° e 3° do CPC. Rejeitada ou não apresentada manifestação, o bloqueio será convertido em penhora e realizada a transferência para conta bancária vinculada ao processo, nos termos do art. 854, § 5º do CPC. Expeça-se o competente mandado e/ou proceda a consulta pleiteada, após o recolhimento das custas dos atos processuais e pagamento da primeira parcela das custas judiciais. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOAO PAULO DA SILVA SANTOS (OAB 115235/AM) - Processo 0646146-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Empreitada - REQUERENTE: Direcional Engenharia S/A e outro - De acordo com o art. 1°, inciso I, do provimento de n.° 63/02-CGJ, e nos termos do art.82 do NCPC. Intime-se o autor para efetuar o recolhimento das custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser cancelada a distribuição (art. 290 do NCPC).

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0646275-06.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0646321-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Anna Claudia Haddad de Albuquerque - R.H. A concessão da Justiça Gratuita é um benefício apenas para aqueles que não tem condições de arcar com as custas processuais. Sendo exceção dentro do sistema processual e não a regra. Tanto é verdade, que existe a possibilidade de parcelamento ou concessão da gratuidade apenas para alguns atos. Dessa forma, em caso de dúvida, o juiz deve determinar a produção de provas. Assim, determino a intimação do autor para que comprove a condição de hipossuficiente, devendo juntar aos autos declaração de imposto de renda ou comprovante de rendimentos atualizados, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do benefício.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Adriana Oliveira de Azevedo (OAB 3555/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Aline Maria da Cás Rachid Pietro (OAB A1075/AM)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Bergson Mendonça Lacerda (OAB 8963/AM)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carlos Javier Tunja Quinonez (OAB 11801/AM)
Caroline Araujo de Andrade (OAB 12042/AM)
Christina Almeida de Araújo (OAB 3938/AM)
Clailton Costa de Oliveira (OAB 9880/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Coelho Silva (OAB 10581/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Daniel Marinho Pereira (OAB 5157/AM)
Diego Humbelino Duarte (OAB 9071/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Fabricio Jacob Acris de Carvalho (OAB 9145/AM)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
Gilberto Luiz Valente Rodrigues Filho (OAB 229958/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Igor Soares Sousa (OAB 158069/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Joao Paulo da Silva Santos (OAB 115235/AM)
Jorge Antônio Veras Filho (OAB 5693/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
Kelly Cristina Teodósio da Silva (OAB 13192/AM)
Léa Fernandes Amazonas (OAB 8612/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo Scopel (OAB 21899/SC)
Ruy Miraglia da Silveira (OAB 46428/SP)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Tainah Olímpio Galaxe (OAB 7927/AM)
Tatiane Castro Silva (OAB 185367/MG)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Flores dos Santos (OAB 5004/AM)
Thiago Giullio de Sales Germoglio (OAB 14370/PB)
TREYCE ATALA RODRIGUES FERREIRA (OAB 1169/RR)
Wagner Ricardo Ferreira Penha (OAB 2924/AM)
Wanderley Romano Danadel (OAB 78870/MG)

8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0273/2019

ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680/AM), ADV: RACHEL NASCIMENTO CÂMARA DE CASTRO (OAB 5732/AM), ADV: BRUNO SILVA NAVEGA (OAB 83522PR), ADV: ANDRÉA TATTINI ROSA (OAB 210738/SP), ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP), ADV: MARCOS ANTÔNIO VASCONCELOS (OAB 5794/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: DIOGO CEZAR DOS SANTOS FEUSER (OAB 749A/AM) - Processo 0229922-68.2010.8.04.0001 (001.10.229922-7) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Raimundo Lopes Moreira e outros - REQUERIDO: EUCATUR - Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda. - INTSSADO: (litisconsorte) Companhia Mutual de Seguros - De ordem, JUNTE-SE aos Autos o protocolo de resposta do Sistema Judicial respectivo. DÊ-SE vista às partes interessadas, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0606109-97.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Prazo de quinze dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0606610-80.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - De ordem, JUNTE-SE aos Autos os protocolos das respostas dos Sistemas Judiciais respectivos. DÊ-SE vista às partes interessadas, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0609910-55.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Prazo de quinze dias.

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM), ADV: LEONARDO ANASTACIO MASCARENHAS (OAB 27975/BA), ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 1216A/AM), ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA), ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0610578-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Maria Dulcineide Ripardo de Lima - REQUERIDO: Apeam (Associação dos Praças do Estado do Amazonas) - De ordem, intimo a parte Requerida para manifestar-se acerca da petição de fl. 130, no prazo de cinco dias.

ADV: RAPHAEL DA FONSÊCA FERREIRA DE SOUZA (OAB 6995/AM), ADV: FILIPE MENDES SILVA (OAB 9766/AM) - Processo 0612818-85.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Victor Andre Liuzzi Gomes - Considerando o recolhimento de custas à fl. 107, de ordem, expeça-se mandado de citação aos Requeridos, conforme endereço indicado à fl. 104.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0613372-49.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Prazo de quinze dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: ALCIDES NEY JOSÉ GOMES (OAB 8659/MS) - Processo 0615399-39.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Valdir Freires de Souza - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Prazo de quinze dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0615489-81.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica intimado a parte credora para que aponte bens passíveis de penhora ou manifeste interesse na suspensão do feito, no prazo de 15 (quinze) dias. A ausência de manifestação implicará na suspensão do processo, na forma do 921, inciso III do CPC.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0618242-74.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos constam, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE o pedido da inicial e, por conseguinte: DECLARO a nulidade do Termo de Ocorrência de Infração n.º 242765, bem como a inexistência do débito cobrado da Autora pela Requerida, referente ao período de 12/2013 a 06/2014, unidade consumidora n.º 012844185, no importe de R$ 1.867,63 (um mil, oitocentos e sessenta e sete reais e sessenta e três centavos), tornando definitiva a tutela antecipada deferida, nos termos do acódão de fls. 214/218. CONDENO a Requerida no pagamento das custas e despesas processuais, e de honorários advocatícios fixados equitativamente em R$ 1.000,00 (um mil reais), com fundamento no artigo 85, § 8.º do Código de Processo Civil, devendo os honorários serem recolhidos em favor do Fundo Especial da Defensoria Pública - FUNDEP. P.R.I.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0618242-74.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Etelvina Máximo dos Santos - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de cinco dias, manifestar-se acerca dos valores depositados pela parte requerida, na forma do art. 526, §§ 1.º e 3.º do CPC.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM) - Processo 0618648-95.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaú Veículos S/A - De ordem, JUNTE-SE aos Autos os protocolos das respostas dos Sistemas Judiciais respectivos. DÊ-SE vista às partes interessadas, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MICHAEL LEMES MONTEIRO (OAB 10013/AM), ADV: RUSTENE ROCHA MONTEIRO (OAB 11974/AM), ADV: PAULO ROGÉRIO KOLENDA LEMOS DOS SANTOS (OAB 7199/AM), ADV: YARGO GOSZTONYL VIDAL (OAB 10415/AM) - Processo 0626437-82.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: LUIZA DE SOUZA ALVES - REQUERIDO: Associação de pais mestre e Comuvitários pré-Escola Creche Infante Tiradente e outros - De ordem, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curadora especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de quinze dias.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: THIAGO VINÍCIUS MENDONÇA MOREIRA (OAB A1087AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0639814-23.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Raimunda Nonata Freitas de Souza - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Prazo de quinze dias.

Alcides Ney José Gomes (OAB 8659/MS)
Andréa Tattini Rosa (OAB 210738/SP)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Bruno Silva Navega (OAB 83522PR)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)

Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 1216A/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Diogo Cezar dos Santos Feuser (OAB 749A/AM)
Filipe Mendes Silva (OAB 9766/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Leonardo Anastacio Mascarenhas (OAB 27975/BA)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcos Antônio Vasconcelos (OAB 5794/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Michael Lemes Monteiro (OAB 10013/AM)
Paulo Rogério Kolenda Lemos dos Santos (OAB 7199/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Rachel Nascimento Câmara de Castro (OAB 5732/AM)
Raphael da Fonsêca Ferreira de Souza (OAB 6995/AM)
Rustene Rocha Monteiro (OAB 11974/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680/AM)
Thiago Teixeira da Costa (OAB 12263/AM)
Thiago Vinícius Mendonça Moreira (OAB A1087AM)
Yargo Gosztonyl Vidal (OAB 10415/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RUTH HELENA MENDES MONTEIRO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0274/2019

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 001.910/AM), ADV: EDUARDO PELLEGRINI DE ARRUDA ALVIM (OAB 118685/SP), ADV: JOSÉ MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO (OAB 12363/SP), ADV: PAULA CRISTINA TRAVAIN (OAB 169151/SP), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: RICARDO RIBEIRO VIANA DE QUEIROZ (OAB 285803/SP), ADV: ADALBERTO DE ASSIS NAZARÉ SOBRINHO (OAB 2953/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: JANETE MARIA NEVES DE SOUSA (OAB 8626/AM), ADV: MARCO AURÉLIO DE LIMA CHOY (OAB 4271/AM), ADV: ANAISA PASQUAL SALGADO CINTRA (OAB 345208/SP), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: ADALBERTO DE ASSIS NAZARÉ SOBRINHO (OAB 002.953/AM) - Processo 0002689-67.1998.8.04.0012 (012.98.002689-7) - Cumprimento de sentença - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Unimac Importadora e Exportadora Ltda e outro - Recebi hoje no estado. Para melhor esclarecimento acerca do pedido de assistência da OAB/AM, justifique a pertinência para habilitação neste processo, visto que no pedido inicial não há informação precisa sobre o assunto. Prazo de 5 (cinco) dias. Em seguida, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: PAULA RODRIGUES DA SILVA (OAB 221271/SP), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: JULIANA BATISTA BRAGA (OAB 4166/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 178033/SP), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: MARIA AMÉLIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA (OAB 27109/PR), ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM) - Processo 0203997-70.2010.8.04.0001 (001.10.203997-7) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - De ordem, intimo a parte Exequente para efetuar o pagamento das custas de consulta de bens no sistema conveniado eRIDFT, conforme portaria 116/17 PTJ/AM, no valor, por ato, de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), via depósito ou transferência, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de dez dias. Após a comprovação nos autos, proceda-se a consulta.

ADV: ZULMAR DUARTE DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 18545SC) - Processo 0209009-50.2019.8.04.0001 (processo principal 0611602-89.2016.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Nota de Crédito Comercial - REQUERENTE: Manuchar NV - De ordem, fica intimada a parte autora para recolher as despesas postais (correio/ar), necessárias à prática do ato processual, no prazo de dez dias.

ADV: EMERSON DA SILVA CASTRO (OAB 5.591/AM), ADV: JOÃO PAULO MARQUEZ ROMANO (OAB 7332/AM), ADV: VANESSA PIZZARO RAPP (OAB 569A/AM), ADV: JUSCELINO ADSON DE SOUZA FILHO (OAB 122345/MG), ADV: THIAGO DA COSTA E SILVA LOTT (OAB 101330/MG), ADV: EMERSON DA SILVA CASTRO (OAB 5591/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0327735-03.2007.8.04.0001 (001.07.327735-6) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Intermediun - Homologo os cálculos apresentados pela Contadoria (item processual n. 376). Intimem-se as partes para, querendo, apresentarem manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. Em seguida, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0600902-54.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A - De ordem, intimo a parte Exequente para efetuar o pagamento das custas de consulta de bens no sistema conveniado eRIDFT, conforme portaria 116/17 PTJ/AM, no valor, por ato, de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), via depósito ou transferência, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de dez dias. Após a comprovação nos autos, proceda-se a consulta.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0603558-81.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.A - De ordem, intimo a parte Exequente para efetuar o pagamento das custas de consulta/bloqueio de bens nos sistemas conveniados BacenJud/RenaJud/InfoJud/eRIDFT, conforme portaria 116/17 PTJ/AM, no valor, por ato, de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), via depósito ou transferência, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de dez dias. Após a comprovação nos autos, proceda-se a consulta /o bloqueio.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: FRANCISCA LOUREIRO DE SOUZA (OAB 8343/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0610374-84.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Tendo em vista que o presente feito encontra-se arquivado, de ordem, intimo a parte Exequente para recolher as custas de desarquivamento, nos termos da Portaria 116/17-PTJ, no valor de R$ 30,00 (trinta reais), via depósito ou transferência eletrônica, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de dez dias. Após a comprovação nos autos, façam os autos conclusos para análise da petição de fl. 269.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0615246-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Wembersson Milton Fernandes da

Silva - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de quinze dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0615948-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Ana Claudia Tavares de Brito - REQUERIDO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas e outro - De ordem, fica intimada a parte autora para manifestar-se especificamente sobre a proposta de acordo formulada pela Requerida às fls. 96/97, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0616239-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Rosemary Gonçalves de Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Forte nas razões que precedem, julgo parcialmente procedente os pedidos da autora para: A) condenar o BANCO BMG S/A a pagar a quantia de R$20.000,00 (vinte mil reais), a título de reparação por danos morais, acrescido de juros de 1% ao mês, a contar da citação e atualização pelo INPC, a partir do arbitramento do quantum indenizatório; B) condenar o BANCO BMG S/A a restituir em dobro a parte autora, em razão dos descontos indevidos (sucessivos e permanentes nos contracheques desta), acrescido de juros de 1% ao mês, a contar da citação e atualização monetária pelo INPC, a partir do desembolso, nos termos da petição inicial; C) condenar a parte vencida ao pagamentos de custas processuais e honorários de advogado, em razão da sucumbência, observados os critérios de zelo, dedicação e complexidade da causa, os quais fixo em 10% sobre o valor corrigido da condenação. D) Ratifico a decisão interlocutória de fls. 155/157. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Publique-se. Registrado eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0616344-26.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Desconto em folha de pagamento - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos e examinados. Reporto-me ao pedido de fl. 243 onde o Exequente requer o desbloqueio dos valores bloqueados em fls. 247/249. Pois bem. DECIDO. Não sendo um dos casos previstos no §3.º do art. 854 do CPC, indefiro o petitório e determino a transferência e posteriormente a expedição de alvará dos valores bloqueados em favor deste Cartório. Após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: FÁBIO LEANDRO LIRA PEREIRA (OAB 4730/AM) - Processo 0616354-36.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Luiz Carlos Alves - De ordem, intimo o Executado para pagar voluntariamente o montante da condenação, acrescido das custas, se for o caso, no prazo de quinze dias. (art. 523 c/c 513, § 2º, I, ambos do CPC). Na hipótese de não haver pagamento voluntário no prazo legal, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, de honorários advocatícios de dez por cento, nos termos do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de quinze dias para que o Executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. (art. 525 do CPC).

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM) - Processo 0620656-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: José Cavalcante da Silva e outro - De ordem, intimo as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de cinco dias.

ADV: GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO (OAB 10244/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0620920-67.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: RC RECEBÍVEIS LTDA - Tendo em vista que o presente feito encontra-se arquivado, de ordem, intimo a parte Exequente para recolher as custas de desarquivamento, nos termos da Portaria 116/17-PTJ, no valor de R$ 30,00 (trinta reais), via depósito ou transferência eletrônica, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de dez dias. Após a comprovação, façam os autos conclusos para análise da petição de fl. 255.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0623974-41.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Tendo em vista que o presente feito encontra-se arquivado, de ordem, intimo a parte Exequente para recolher as custas de desarquivamento, nos termos da Portaria 116/17-PTJ, no valor de R$ 30,00 (trinta reais), via depósito ou transferência eletrônica, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de dez dias. Após a comprovação, façam os autos conclusos para análise da petição de fl. 185.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ALFREDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 2668/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM) - Processo 0625240-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Mario Henrique de Barros Pinto Rep. Sua Mãe Simone Pinto de Barros - REQUERIDO: Bradesco Saúde S/A - De ordem, intimo as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de cinco dias.

ADV: DIANA SANGI KOVALSKI KOBA (OAB 10613/AM), ADV: MARIA ÂNGELA FERREIRA REIS (OAB 5906/AM), ADV: TONNY ANDRÉ DE SOUZA SILVA (OAB 8893/AM), ADV: ELIANA SANDRA CARVALHO BARROSO (OAB 2027/AM), ADV: EDSON AMARAL DOS SANTOS (OAB 8274/AM) - Processo 0625394-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: João Davi Maia Correa - REQUERIDO: Centro Educacional Sementinha Preciosa Ltda e outro - De ordem, fica intimada a parte Requerida para proceder o recolhimento das custas de impugnação à gratuidade judiciária, no valor de R$ 72,02 (setenta e dois reais e dois centavos), conforme Portaria 116/17 PTJ, (Procedimentos Incidentes, item 1), via depósito ou transferência eletrônica, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, com identificação do processo e comprovação nos autos, no prazo de dez dias.

ADV: PEDRO MARQUES JONES NETO (OAB 30917/BA), ADV: RAFAEL CININI DIAS COSTA (OAB 152278/MG), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0630595-20.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERIDO: BANCO BONSUCESSO S/A - Vistos e examinados. DEFIRO a expedição de alvará da quantia depositada pelo Requerido, conforme fls. 373/376 em favor da Requerente. Oportunamente, encaminhem-se os autos à contadoria para cálculo das custas processuais com base no valor do acordo de R$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais). Com o retorno dos autos, o Requerido terá o prazo de dez dias para pagamento das referidas custas, com relação à sua quota-parte e, não ocorrendo a quitação, será aplicada as penalidades já informadas na decisão de fl. 365. Cumpridas as determinações acima, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG),

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0633907-04.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte Exequente para efetuar o pagamento das custas de consulta de bens no sistema conveniado InfoJud, conforme portaria 116/17 PTJ/AM, no valor, por ato, de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), via depósito ou transferência, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de dez dias. Após a comprovação nos autos, proceda-se a consulta.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0634592-69.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Em cumprimento à decisão de fl. 74, de ordem, intimo a parte Exequente para indicar novo endereço visando a citação ou efetuar o pagamento das custas de consulta de endereço nos sistemas conveniados BacenJud/RenaJud/InfoJud, conforme portaria 116/17 PTJ/AM, no valor, por ato, de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), via depósito ou transferência, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de dez dias. Após, com a devida comprovação nos autos, proceda-se a consulta.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: MARIA ROSA SOARES DE LIMA ÁVILA (OAB 4086/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037/AM) - Processo 0638089-62.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sharon Maria Soares de Lima Ávila - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outros - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos constam, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para: I - CONFIRMAR a antecipação de tutela deferida às fls. 109/111, que determinou o cancelamento da hipoteca existente sobre o apartamento de n.° 302-A, Torre B- Fisher Island, assim como de suas respectivas vagas de garagem, localizado no 3.º pavimento do empreendimento Coral Gables Residencial, situado na Av. José de Arimatéia, n.º 1.001, lote 07, Aleixo, desta cidade, perante o credor Banco Bradesco S/A. II - COMPELIR a Requerida Gonder Incorporadora Ltda a proceder à outorga da escritura definitiva em nome da Autora, no prazo de 15 (quinze) dias contados do trânsito em julgado desta sentença. Improcedentes os demais pedidos. III - Diante da sucumbência recíproca, nos termos do art. 86 do CPC, CONDENO os Requeridos solidariamente ao pagamento de 50% das custas e despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 15% do valor atualizado da causa, enquanto que a Autora arcará com o pagamento de 50% das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 15% do valor atualizado da causa. Suspendo, todavia, a exigibilidade da sucumbência da Autora em virtude da concessão dos benefícios da gratuidade da justiça (fls. 109/111), na forma do art. 98, § 3.º do CPC. Oportunamente, DÊ-SE baixa na distribuição e ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0640234-57.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Condominio Residencial Eliza Miranda - Rio Grande do Norte - De ordem, intimo a parte Exequente para, no prazo de cinco dias, promover o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção. (art. 485, III, do CPC).

ADV: PEDRO CAVALCANTI DE ALMEIDA ROCHA (OAB 200778/RJ), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ALEXANDRE OTÁVIO DE ARAÚJO LIMA (OAB 97679/RJ), ADV: GUNTHER AQUILES MARQUES PAZ (OAB 7296/AM), ADV: FRED GERSON DE SOUZA PINHEIRO (OAB 8444/AM), ADV: FLÁVIO JOSÉ DOS SANTOS MARQUES (OAB 1608/AM), ADV: ISADORA DUTRA REBELO (OAB 14574/AM), ADV: SERGIO MAURICIO VALLE DOS SANTOS RIBEIRO (OAB 179094/RJ), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: THIAGO RODRIGUES ABREU (OAB 7113/AM), ADV: MAURO ALLEN BEZERRA (OAB 2655/AM), ADV: MIRIAM REGINA CUNHA DUTRA (OAB 4869/AM), ADV: LUIZ ROBERTO STAMATIS DE ARRUDA SAMPAIO (OAB 50881/SP), ADV: ROSANA MALATESTA PEREIRA (OAB 96368/SP), ADV: WILSON GUILHERME BARBOSA GARCIA VARGAS (OAB 318871/SP) - Processo 0642210-36.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Cta - Cleiton Táxi Aéreo Ltda - REQUERIDO: Allianz Seguros S/A - Jvc Aerotáxi Ltda e outro - LITSPASSIV: Armindo Inocencio Oliveira - ME - JOSÉ ROBERTO PINTO SERRÃO - Maria do Carmo Barros de Azevedo e outros - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de cinco dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do CPC.

ADV: BERGSON MENDONÇA LACERDA (OAB 8963/AM) - Processo 0645748-54.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Raimundo Romão Bezerra - Recebi hoje. Verifico que o autor requereu os benefícios da assistência judiciária gratuita, todavia omitiu informação sobre sua profissão na qualificação inicial, tampouco juntou elementos mínimos para comprovar a alegada hipossuficiência, embora o valor atribuído à causa seja de R$1.000,00 (mil reais). Assim, intime-se o advogado da parte autora para qualificar corretamente seu constituinte na petição inicial, bem como juntar as três últimas declarações de imposto de renda e outros documentos necessários à convicção deste julgador. Prazo: 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: MANOEL AUGUSTO DO NASCIMENTO (OAB 12936/AM) - Processo 0646365-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Benedicto Cruz Lyra - Verifico que o autor não requereu os benefícios da assistência gratuita, bem como até a presente não recolheu as custas iniciais. Para análise da inicial, intime-se a parte autora, através de seu representante legal, COM URGÊNCIA para comprovar o recolhimento das custas iniciais ou requerer o parcelamento destas, o que desde logo defiro, se houver requerimento. Cumpra-se, sem demora.

Adalberto de Assis Nazaré Sobrinho (OAB 002.953/AM)
Adalberto de Assis Nazaré Sobrinho (OAB 2953/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Alexandre Otávio de Araújo Lima (OAB 97679/RJ)
Alexandre Silveira do Nascimento (OAB 118432/MG)
Alfredo José Borges Guerra (OAB 2668/AM)
Anaisa Pasqual Salgado Cintra (OAB 345208/SP)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bergson Mendonça Lacerda (OAB 8963/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Diana Sangi Kovalski Koba (OAB 10613/AM)
Edson Amaral dos Santos (OAB 8274/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 001.910/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim (OAB 118685/SP)
Eliana Sandra Carvalho Barroso (OAB 2027/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Emerson da Silva Castro (OAB 5.591/AM)
Emerson da Silva Castro (OAB 5591/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fábio Leandro Lira Pereira (OAB 4730/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávio José dos Santos Marques (OAB 1608/AM)
Francisca Loureiro de Souza (OAB 8343/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Fred Gerson de Souza Pinheiro (OAB 8444/AM)
Gabriela Barreto Lima de Carvalho (OAB 10244/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gunther Aquiles Marques Paz (OAB 7296/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)

Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isadora Dutra Rebelo (OAB 14574/AM)
Janete Maria Neves de Sousa (OAB 8626/AM)
João Paulo Marquez Romano (OAB 7332/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Manoel de Arruda Alvim Netto (OAB 12363/SP)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Juliana Batista Braga (OAB 4166/AM)
JUSCELINO ADSON DE SOUZA FILHO (OAB 122345/MG)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 178033/SP)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Roberto Stamatis de Arruda Sampaio (OAB 50881/SP)
Manoel Augusto do Nascimento (OAB 12936/AM)
Marco Aurélio de Lima Choy (OAB 4271/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna (OAB 27109/PR)
Maria Ângela Ferreira Reis (OAB 5906/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
Maria Rosa Soares de Lima Ávila (OAB 4086/AM)
Mauro Allen Bezerra (OAB 2655/AM)
Miriam Regina Cunha Dutra (OAB 4869/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paula Cristina Travain (OAB 169151/SP)
Paula Rodrigues da Silva (OAB 221271/SP)
Pedro Cavalcanti de Almeida Rocha (OAB 200778/RJ)
Pedro Marques Jones Neto (OAB 30917/BA)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rafael cinini dias costa (OAB 152278/MG)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Ricardo Ribeiro Viana de Queiroz (OAB 285803/SP)
Rosana Malatesta Pereira (OAB 96368/SP)
Sergio Mauricio Valle dos Santos Ribeiro (OAB 179094/RJ)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago da Costa e Silva Lott (OAB 101330/MG)
Thiago Rodrigues Abreu (OAB 7113/AM)
Tonny André de Souza Silva (OAB 8893/AM)
Vanessa Pizzaro Rapp (OAB 569A/AM)
Wilson Guilherme Barbosa Garcia Vargas (OAB 318871/SP)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037/AM)
ZULMAR DUARTE DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 18545SC)

9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0287/2019

ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG), ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 2138/AM), ADV: LUCAS HARLES DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 13350/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM) - Processo 0605952-61.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: S M de Lima Matos - ME - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Alipio Barbosa de Carvalho Neto - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls 307/313, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ) - Processo 0607707-91.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Consoante se observa às fls. 198/201 as partes entabularam acordo, sendo a dívida negociada. Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, “b” do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Proceda-se à baixa após o efetivo cumprimento do referido acordo Intime-se e cumpra-se

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0607851-94.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CHRISTIAN ALBERTO RODRIGUES DA SILVA (OAB 2682/AM), ADV: JOSE CARLOS MELO DA SILVA JUNIOR (OAB 8266/AM) - Processo 0610091-85.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Israel Segal Cuperstein - EXPEÇA-SEmandado de penhora, do(s) imóvel(eis) indicados às fls. 115, no limite e suficiente para garantir o pagamento no limite do valor da execução, devendoo Sr. Meirinho observar os termos do artigo 840do CPC, fazendo constar do mandado a ordem de penhora indicada pela parte exequente, nos termos do § 1º do art. 829 e observado o art. 835 do CPC, lavrando-se o respectivoauto outermo, Demonstrado o interesse na adjudicação,intime-se a parte executada, na forma do art. 876, §1º do CPC, para, querendo, manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias. Não havendo manifestação no prazo retro,ficaa adjudicaçãodesde já deferidaem favor da parte exequente.Lavre-se, em seguida, o auto de adjudicação, intimando-se o(a) adjudicante para assiná-lo.Caso o bem possua valor superior ao do crédito exequendo,atualize-se o débito, intimandoa parte requerente da adjudicaçãopara promover o depósito da diferença, nos termos do art.876, §4º do CPC.Somente após o depósito,EXPEÇA-SE carta de adjudicação e mandado de imissão na posse do bem imóvel,cientificandoocredorque, de posse do bem adjudicado, deverá informar nos autos se a obrigação está satisfeita, sob pena de, no seu silêncio, assim ser considerado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: JOÃO VÍTOR CHAVES MARQUES (OAB 30348/CE), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0613860-04.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Arnaldo Thadeu Lopes Mamede - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência que foi designada a data de 30/09/2019 às 14:30h, no escritório localizado no Edifício Vieiralves Business, à Rua Salvador, nº 120, térreo, sala 05, Adrianópolis, Manaus/AM, CEP: 69.057-040, para coleta dos padrões de escrita do Sr. Arnaldo Thadeu Lopes Mamede, conforme informação do perito de fls. 221.

ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: AMANDA DIAS SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 12445/AM), ADV: MAISA VIVIANE PEREIRA PARENTE CAMPOS (OAB 5897/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB

8759/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA MAYO (OAB 14300/AM) - Processo 0621849-95.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Amanda Dias Simões de Oliveira - REQUERIDO: São Sinfrônio Empreendimentos Imobiliários Ltda - ERIDANO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que tome ciência da proposta de acordo de fls. 423/425, e se manifeste, caso queira.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0628695-60.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0633788-38.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: AGASSIZ RUBIM DA SILVA REIS FILHO (OAB 6552/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0638688-35.2016.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: Maria de Fátima Aguiar Fernandes e outros - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RICARDO ALPIRE (OAB 17808/BA), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0639188-04.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Limitação de Juros - REQUERENTE: M. de S. Harb - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls.347/348 , nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: PRISCILLA JIMENES DEL GUERRA (OAB 204205/SP) - Processo 0639903-12.2017.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Km Multimodal Transportadora e Logistica Ltda (Km Cargo) - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP), ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 1254A/AM) - Processo 0640016-29.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ELEN KARINA FONSECA MAUÉS (OAB 13157/AM) - Processo 0642336-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Fiamma Andréa Souza Telles - Da gratuidade da justiça: Defiro à parte autora os benefícios da justiça gratuita, por tratar-se de pessoa natural a qual tem presunção juris tantum de hipossuficiência econômica, nos termos do art. 98 do CPC. Da Tutela de Urgência: Para concessão desta liminar, faz-se necessário analisar a "probabilidade do direito", o "perigo na demora" ou o "risco ao resultado útil do processo", requisitos estes insertos no corpo do próprio art. 303 do Código de Processo Civil. Afirma, a Requerente, em síntese, ser proprietária de três salas comerciais; que duas salas encontravam-se ligadas a rede de energia elétrica, quais sejam, C-2, Unidade Consumidora nº 2215883-9 e C-3, Unidade Consumidora nº 0983310-2; que efetivada inspeção elétrica pela Requerida na Unidade Consumidora nº 983310-2, em 16/12/2016, foram descritas ligações clandestinas alimentadas do imóvel, selos da caixa e borne inexistentes. Alega que os inspetores não trataram o consumo de energia separadamente, mas sim, como um todo, de forma única, e que não foi orientada quanto ao procedimento de inspeção, sequer sobre o acompanhamento desta. Aduz que em 19/12/2016 solicitou perante a Requerida, o serviço de Vistoria para Ligação da Unidade Consumidora e que alterou o lugar físico para que os contadores ficassem um ao lado do outro para não haver erro de aferição antes da vistoria de ligação. Informa que apresentou Recurso Administrativo, protocolos números:362358131742 e 3025072471702; que em 23/03/2017, através de Comunicado de Análise do Recurso Administrativo nº 2016/41009, a Requerida apresentou memória de cálculo atualizada da carga instalada, referente o período de 10/2015 a 03/2016, no valor de R$ 4.917,13, e mês 03/2017, com vencimento em 12/04/2017,no valor a pagar de R$ 4.944,61; que em 04/04/217, através da Notificação nº 2017/12007 à Requerente comunicou a constatação de irregularidade na medição e/ou na instalação elétrica, confirmada pelo Termo de Ocorrência e Inspeção e/ou laudo de aferição, com memória de cálculo apresentada à Requerente para devida quitação, com período de cobrança correspondente a 9 meses, de 04/2016 a 12/2016, no valor de R$ 9.525,52. Salienta que inspeção deveria ocorrer em contadores distintos e não em unidade consumidora regular e adimplida pela Requerente e que em menos de um mês da Comunicação de Análise do Recurso Administrativo, fora obrigada a pagar o valor de R$ 4.944,61, pelo período de 10/2015 a 03/2016 e mais nove meses do período de 04/2016 a 12/2016, no valor de R$ 9.525,52, cuja soma perfaz R$ 14.470,13. Alega que procedeu a reclamação junta a Ouvidoria da Eletrobrás, ANEEL e carta recurso e que encontra-se sem alternativa, visto que, ou paga a energia mensurada administrativamente ou tem serviço cortado pela Requerida. Argui a arbitrariedade do procedimento administrativo unilateral sem contraditório mediante a cobrança de valores referentes a recuperação de consumo de exercícios anteriores. É o relatório. Decido. No que tange à probabilidade do direito, verifico a juntada de documentação comprobatória da cobrança implementada por meio administrativo, sem o devido contraditório, e a tentativa da parte Requerente de solucionar administrativamente a cobrança unilateral arbitrada pela Requerida. Acerca do perigo na demora, também vislumbro a sua existência, na medida em que o serviço de fornecimento de energia elétrica é bem essencial da coletividade, inerente ao bem estar social, à dignidade da pessoa humana, não podendo, em regra geral, ser interrompido, haja vista seu caráter contínuo. Isto posto, CONCEDO a tutela de urgência pleiteada, determinando a intimação da Requerida para que se abstenha de interromper ou suspender o fornecimento de energia correspondente a recuperação de consumo arbitrado em processo administrativo, relativa ao período objeto da presente

ação. DETERMINO que a concessionária Requerida se limite a efetuar as cobranças dos serviços de energia elétrica efetivamente medidos pelas unidades consumidoras instaladas nos imóveis, considerando reclamação administrativa formalizada pela Requerente, abstendo-se de efetuar cobrança referentes às faturas vencidas e não pagas, bem como de inserir o nome da parte autora no cadastro de inadimplentes, relativas as faturas correspondentes a recuperação de consumo das unidades consumidoras arbitrado em processo administrativo até o deslinde da presente demanda. Acaso a parte ré descumpra quaisquer das tutelas concedidas à parte autora, estará sujeita a aplicação de multa astreinte no valor de R$ 500,00 por dia de descumprimento, limitando o valor de R$ 5.000,00. Dos procedimentos de praxe: Cite-se a Ré e intimem-se as partes autora/ré para comparecerem à audiência de conciliação preliminar a que alude o art. 334 do CPC, designada para o dia 21/10/2019, às 08h30min, a ser realizada no CEJUSC - Cível. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado" (Art. 334, §8º, do CPC). Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se com a urgência que se requer.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 766A/AM) - Processo 0646129-33.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inadimplemento - REQUERENTE: Mass Comércio de Material de Construção Ltda - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (139) e documentos.

ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: MATHEUS DE SOUZA DEMASI (OAB 11327/AM) - Processo 0646259-86.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Sustação de Protesto - REQUERENTE: Prossolo Engenharia e Fundações Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (OAB 6552/AM)
Amanda Dias Simões de Oliveira (OAB 12445/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 1254A/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Christian Alberto Rodrigues da Silva (OAB 2682/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Elen Karina Fonseca Maués (OAB 13157/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Igor de Mendonça Campos (OAB 766A/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
João Vítor Chaves Marques (OAB 30348/CE)
JOSE CARLOS MELO DA SILVA JUNIOR (OAB 8266/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lucas Harles do Nascimento Ribeiro (OAB 13350/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Maisa Viviane Pereira Parente Campos (OAB 5897/AM)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 2138/AM)
Marcelo Carvalho da Silva Mayo (OAB 14300/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Matheus de Souza Demasi (OAB 11327/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Priscilla Jimenes Del Guerra (OAB 204205/SP)
RICARDO ALPIRE (OAB 17808/BA)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)

10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0286/2019

ADV: TELMA MARIA SILVA DE MELLO (OAB 10202/AM) - Processo 0601923-94.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Francisca Gomes Freire - Ante o exposto JULGO PROCEDENTE o pedido, com base no art. 487, I do CPC, para: A) Converter do auxílio-doença NB 6180737987 de previdenciário para seu homônimo acidentário. B) Restabelecer o NB 6180737987 a partir do dia 30/05/2017 , calculado na forma do art. 61 da Lei 8.213/91, até a data da citação da Autarquia previdenciária, oportunidade em que o INSS deverá converter o auxílio doença em aposentadoria por invalidez por acidente do trabalho (92). Antecipar, parcialmente, os efeitos do provimento jurisdicional final face à confirmação, após cognição exauriente, das alegações da parte autora para determinar que a Autarquia ré implante o benefício concedido no prazo de 45 dias, sob pena de incidência de multa diária de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) limitado a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais, caso o beneficio não esteja sendo pago. Consigne-se, neste passo, que a antecipação da tutela restringe-se às prestações vincendas, devidas a contar da data da concessão da medida, tendo em vista que o seu objetivo é assegurar o recebimento da renda mensal do benefício enquanto a controvérsia permanecer sub judice. Determino à Secretaria que expeça ofício/mandado à Agência de Atendimento de Demandas Judiciais, com urgência, para fins de intimação. C) Determinar que o pagamento das parcelas vencidas em parcela única, fulcro no art. 23 da Lei 8.213/91, observada a prescrição qüinqüenal, se existir. D) Considerando a tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947 e na Lei nº 11.430/2006 que incluiu o art. 41-A na Lei nº 8.213/91, os juros moratórios a contar da citação deverão seguir o índice de remuneração da caderneta de poupança, conforme artigo 1º-F da Lei 9.494/1997 com a redação dada pela Lei 11.960/2009 e a atualização monetária pelo índice do INPC desde o momento que o pagamento seria devido. E) Condenar a parte requerida no pagamento das custas (STJ Súmula nº 178), e nos honorários advocatícios de sucumbência em 10% sobre as parcelas vencidas até a data da prolação da sentença, em atenção ao enunciado da Súmula 111 do STJ e art.85, §3º do CPC. P.R.I.C

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: GILMAR RAPOSO DA CÂMARA (OAB 5501/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE), ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM), ADV: JORGE CUNHA LIMA (OAB 7820/AM) - Processo 0603573-55.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Izabel Cristina dos Santos Dantas - REQUERIDO: Samesp - Hospital São Lucas - Hapvida Assistência Médica - Francisco Batista Almeida (Médico urologista) - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0606892-89.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença -

Inadimplemento - EXEQUENTE: Geraldo Mendes dos Santos - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WEULER ALVES DE SOUSA (OAB 5263/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: CAROLINE DE CASTRO PEROZZO (OAB 11195/AM), ADV: LAINA REGINA FERNANDES DE ALENCAR (OAB 10949/AM), ADV: MARIA CAROLINA PORDEUS E SILVA CARDOSO (OAB 8083/AM), ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM), ADV: EDYRANNE NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 11157/AM) - Processo 0607673-77.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Construtora Capital S/A - REQUERIDO: Leonardo Augusto Pinto Hossaine - Ante o exposto, na ação movida por Construtora Capital S/A contra Leonardo Augusto Pinto Hossaine, à conta de tais fundamentos, JULGO PROCEDENTES os pedidos deduzidos pela requerente, a fim de decretar a rescisão da avença entabulada entre as partes e determinar, em caráter definitivo, a reintegração da autora na posse do bem. Condeno a demandada ao pagamento de indenização por lucros cessantes, a qual segue fixada em 1% do valor do contrato, R$ 161.000,00 (cento e sessenta e um mil reais) para cada mês de inadimplência, acrescida de juros desde a citação inicial e de correção monetária apurada mensalmente desde o surgimento da mora. Autorizo, ainda, a título de cláusula penal, a retenção pela autora de 10% dos valores pagos pela demandada, nos termos da fundamentação. Esclareço, outrossim, que a demandante deve restituir, caso haja, em parcela única, a quantia vertida pelos requeridos, acrescida de correção monetária, a qual deverá incidir a partir de cada desembolso. O valor dos lucros cessantes e da cláusula penal deverão ser deduzidos do importe que a autora deverá restituir ao requerido, caso haja. Custas e honorários pelo réu, os quais arbitro em 10% sobre o montante da condenação, com esteio no art. 85, §2º, do CPC. Caso a parte interessada requeira o cumprimento da sentença após 1 (um) ano do trânsito em julgado, a intimação deverá ser feita na pessoa do devedor, por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada ao endereço constante dos autos (art. 513, § 4º, CPC). Na fase de cumprimento de sentença, deve ser observado: 1) os cálculos devem ser elaborados utilizando a ferramenta (planilha) disponível no site deste Tribunal na internet - http://www.tjam.jus.br -, acessando a opção Custas, Depósitos e Fianças Judiciais, depois a opção atualização de cálculos judiciais, ou, diretamente, por meio do seguinte endereço eletrônico: http://www.tjam.jus.br/index.php?option=com_chronocontactchronoformname=frm_calculadora_advogado; 2) os cálculos devem seguir os parâmetros previstos na Portaria nº 1.855/2016-PTJ, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Caso a parte interessada requeira o cumprimento da sentença após 1 (um) ano do trânsito em julgado, a intimação deverá ser feita na pessoa do devedor, por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada ao endereço constante dos autos (art. 513, § 4º, CPC). P.R.I.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF) - Processo 0607732-65.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Raimunda Arruda Araujo Mendonça - Ante o exposto JULGO PROCEDENTE o pedido, com base no art. 487, I do CPC, para: A) Restabelecer o NB 6163471877 a partir do dia 06/12/2017, calculado na forma do art. 61 da Lei 8.213/91, até a data da citação da Autarquia previdenciária, oportunidade em que o INSS deverá converter o auxílio doença em aposentadoria por invalidez por acidente do trabalho (92), com o acréscimo de 25% previsto no art. 45 da Lei 8.213/91. Antecipar, parcialmente, os efeitos do provimento jurisdicional final face à confirmação, após cognição exauriente, das alegações da parte autora para determinar que a Autarquia ré implante o benefício concedido no prazo de 45 dias, sob pena de incidência de multa diária de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) limitado a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais, caso o beneficio não esteja sendo pago. Consigne-se, neste passo, que a antecipação da tutela restringe-se às prestações vincendas, devidas a contar da data da concessão da medida, tendo em vista que o seu objetivo é assegurar o recebimento da renda mensal do benefício enquanto a controvérsia permanecer sub judice. Determino à Secretaria que expeça ofício/mandado à Agência de Atendimento de Demandas Judiciais, com urgência, para fins de intimação. B) Determinar que o pagamento das parcelas vencidas em parcela única, fulcro no art. 23 da Lei 8.213/91, observada a prescrição qüinqüenal, se existir. C) Considerando a tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947 e na Lei nº 11.430/2006 que incluiu o art. 41-A na Lei nº 8.213/91, os juros moratórios a contar da citação deverão seguir o índice de remuneração da caderneta de poupança, conforme artigo 1º-F da Lei 9.494/1997 com a redação dada pela Lei 11.960/2009 e a atualização monetária pelo índice do INPC desde o momento que o pagamento seria devido. D) Condenar a parte requerida no pagamento das custas (STJ Súmula nº 178), e nos honorários advocatícios de sucumbência em 10% sobre as parcelas vencidas até a data da prolação da sentença, em atenção ao enunciado da Súmula 111 do STJ e art.85, §3º do CPC. P.R.I.C

ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0610576-85.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Ana Augusta Silva Machado - Ante o exposto JULGO PROCEDENTE o pedido, com base no art. 487, I do CPC, para: A) Restabelecer o NB 6149365402 (convertendo de espécie 31 - previdenciário em 91 acidentário) a partir do dia 06/09/2017, calculado na forma do art. 61 da Lei 8.213/91, até conclusão de curso de reabilitação, ou conversão em aposentadoria caso a mesma não logre êxito. Antecipar, parcialmente, os efeitos do provimento jurisdicional final face à confirmação, após cognição exauriente, das alegações da parte autora para determinar que a Autarquia ré implante o benefício concedido no prazo de 45 dias, sob pena de incidência de multa diária de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) limitado a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais, caso o beneficio não esteja sendo pago. Consigne-se, neste passo, que a antecipação da tutela restringe-se às prestações vincendas, devidas a contar da data da concessão da medida, tendo em vista que o seu objetivo é assegurar o recebimento da renda mensal do benefício enquanto a controvérsia permanecer sub judice. Determino à Secretaria que expeça ofício/mandado à Agência de Atendimento de Demandas Judiciais, com urgência, para fins de intimação. B) Determinar que o pagamento das parcelas vencidas em parcela única, fulcro no art. 23 da Lei 8.213/91, observada a prescrição quinquenal, se existir. C) Considerando a tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947 e na Lei nº 11.430/2006 que incluiu o art. 41-A na Lei nº 8.213/91, os juros moratórios a contar da citação deverão seguir o índice de remuneração da caderneta de poupança, conforme artigo 1º-F da Lei 9.494/1997 com a redação dada pela Lei 11.960/2009 e a atualização monetária pelo índice do INPC desde o momento que o pagamento seria devido. D) Condenar a parte requerida no pagamento das custas (STJ Súmula nº 178), e nos honorários advocatícios de sucumbência em 10% sobre as parcelas vencidas até a data da prolação da sentença, em atenção ao enunciado da Súmula 111 do STJ e art.85, §3º do CPC.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0612131-40.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Claudio Menezes Galdino - Ante o exposto JULGO PROCEDENTE o pedido, com base no art. 487, I do CPC, para: A) Restabelecer o NB 6101162510 (convertendo de espécie 31 - previdenciário em 91 acidentário) a partir do dia 16/11/2015 , calculado na forma do art. 61 da Lei 8.213/91 , até conclusão de curso de reabilitação, ou conversão em aposentadoria caso a mesma não logre êxito. Antecipar, parcialmente, os efeitos do provimento jurisdicional final

face à confirmação, após cognição exauriente, das alegações da parte autora para determinar que a Autarquia ré implante o benefício concedido no prazo de 45 dias, sob pena de incidência de multa diária de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) limitado a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais, caso o beneficio não esteja sendo pago. Consigne-se, neste passo, que a antecipação da tutela restringe-se às prestações vincendas, devidas a contar da data da concessão da medida, tendo em vista que o seu objetivo é assegurar o recebimento da renda mensal do benefício enquanto a controvérsia permanecer sub judice. Determino à Secretaria que expeça ofício/mandado à Agência de Atendimento de Demandas Judiciais, com urgência, para fins de intimação. B) Determinar que o pagamento das parcelas vencidas em parcela única, fulcro no art. 23 da Lei 8.213/91, observada a prescrição quinquenal, se existir. C) Considerando a tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947 e na Lei nº 11.430/2006 que incluiu o art. 41-A na Lei nº 8.213/91, os juros moratórios a contar da citação deverão seguir o índice de remuneração da caderneta de poupança, conforme artigo 1º-F da Lei 9.494/1997 com a redação dada pela Lei 11.960/2009 e a atualização monetária pelo índice do INPC desde o momento que o pagamento seria devido. D) Condenar a parte requerida no pagamento das custas (STJ Súmula nº 178), e nos honorários advocatícios de sucumbência em 10% sobre as parcelas vencidas até a data da prolação da sentença, em atenção ao enunciado da Súmula 111 do STJ e art.85, §3º do CPC. P.R.I.C

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0614422-52.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0631372-39.2014.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Itautinga Agro Industria S/A - O art. 1º, §2º da Portaria nº 2072/2016-PTJ, assim dispõe: “A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas.” Desta feita, intimo a parte interessada para que tome ciência do(s) documento(s) expedido(s) - ofícios nº 1178 e 1179 - , remeta-o(s) ao(s) seu(s) destinatário(s) e junte, nos presentes autos, o(s) respectivo(s) comprovante(s) de protocolamento.

ADV: ADILSON SANCHEZ (OAB 92102/SP), ADV: DOLORES GARCIA RODRIGUES (OAB 1027/AM), ADV: AFONSO CARLOS MUNIZ MORAES (OAB 10557/DF), ADV: EDILAINE NOGUEIRA BRILHANTE (OAB 7246/AM) - Processo 0619395-16.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contribuições para o SEBRAE, SESC, SENAC, SENAI e outros - REQUERENTE: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/DN - REQUERIDO: Panasonic do Brasil Limitada - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls.214/218, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC) - Processo 0619445-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Fabio dos Santos Gundim - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 228/257, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MANUEL LUIS DA ROCHA NETO (OAB 7479/CE), ADV: RODRIGO JEREISSATI DE ARAÚJO (OAB 8175/CE), ADV: AMANDA ARRAES DE ALENCAR ARARIPE NUNES (OAB 32111/CE) - Processo 0621036-73.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: China Construction Bank (BRASIL) Banco Multiplo S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca dos Mandados juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCOS JOSÉ DANTAS (OAB 151886/RJ) - Processo 0623479-55.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Almir Veras Bastos - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Enfito que o autor não procedeu à emenda da inicial, consoante determinado por este Juízo, na forma do art. 321, caput, do CPC. Sendo assim, sou pelo indeferimento da petição inicial, com fulcro no parágrafo único do art. 321, c/c o art. 330, IV, também do Diploma Processual Civil. Transitada em julgado a presente decisão, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. Defiro a gratuidade da justiça. P.R.I.C.

ADV: JUAREZ MONTEIRO DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10405/AM) - Processo 0625320-56.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Alfredo Augusto Sicsú Leite - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 381A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0625521-82.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: CARLOS AMERICO DE LIMA MESTRINHO NETO - REQUERIDO: Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 241/250, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MILTON ANTÔNIO RIVERA REYES (OAB 9851/AM), ADV: URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0626250-40.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Secundino Corrêa da Rocha Filho - REQUERIDO: Banco BMG S/A - ANTE O EXPOSTO, na ação movida por Secundino Corrêa da Rocha Filho contra Banco BMG S/A, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, extinguindo o processo com resolução de mérito (art. 487, I, do CPC). Declaro a ocorrência de ilícito contratual, praticado pelo réu, por violação aos deveres de transparência (informação) e boa-fé objetiva no contrato de cartão de crédito consignado celebrado com a parte autora. Declaro quitado o contrato de cartão de crédito consignado firmado entre as partes, provado o pagamento nos termos da oferta, e, por consequência, a inexistência de débito em face da parte autora. Condeno o banco réu a restituir ao autor, em dobro, o valor das parcelas descontadas de seus vencimentos - as que excederem ao valor total emprestado -, com acréscimo de correção monetária, a partir de cada desembolso, e juros moratórios a contar da citação (art. 405, CC). Os valores a restituir devem ser apurados na fase de cumprimento de sentença. Condeno o réu a pagar ao autor indenização por danos morais, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com incidência de correção monetária, a partir dessa sentença (Súmula 362 do STJ), e juros moratórios, contados da data da citação (art. 405, CC). Confirmo a tutela provisória. Condeno o réu ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, com fulcro no art. 85, § 2º, do CPC. Na fase de cumprimento de sentença, deve ser observado: 1) os cálculos devem ser elaborados utilizando a ferramenta (planilha) disponível no site deste Tribunal (http://www.tjam.jus.br) - acessando a opção Custas, Depósitos e Fianças Judiciais, depois a opção atualização de cálculos judiciais, ou, diretamente, por meio do seguinte endereço eletrônico: pelo link (http://www.tjam.jus.br/index.php?option=com_chronocontactchronoformname=frm_

calculadora_advogado); 2) os cálculos devem seguir os parâmetros previstos na Portaria nº 1.855/2016-PTJ, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Caso a parte interessada requeira o cumprimento da sentença após 1 (um) ano do trânsito em julgado, a intimação deverá ser feita na pessoa do devedor, por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada ao endereço constante dos autos (art. 513, § 4º, CPC). Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P.R.I.

ADV: DIOGO SAIA TAPIAS (OAB 313863/SP), ADV: SALEH E TAPIAS SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 12887/SP) - Processo 0628771-84.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Em conformidade com a decisão de fl. 72 intimo a parte requerente para que proceda com o depósito da caução no valor equivalente aos três meses de aluguéis no prazo de 15 dias, bem como recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência e a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0629535-12.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0631688-47.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP) - Processo 0632375-92.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM) - Processo 0633341-16.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: Rio Negro Loteamentos e Incorporacoes Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: TARCISO DA COSTA FREIRE (OAB 10297/AM) - Processo 0635524-57.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Carlos Romero da Cruz Cerqueira - Vistos, Defiro o pedido de parcelamento da custas iniciais em 6 parcelas mensais e sucessivas. Intime-se o requerente para que comprove o recolhimento da primeira parcela no prazo de 15 dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Após, voltem-me conclusos para deliberação.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0635964-24.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Paradiso Anturio - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0636550-90.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: I. - Vistos, etc... Verifico que a parte autora não apresentou documento indispensável a propositura da ação de busca e apreensão, qual seja, a constituição em mora do devedor. Haja vista não ter juntado notificação extrajudicial assinada pela parte requerida, a ter sido recebida em momento anterior ao ajuizamento da ação. Ex vi, enunciado 72 do STJ: " A comprovação da mora é imprescindível a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente." No caso em tela, o autor comprovou a mora de parcelas já pagas pela parte autora, e não das que estão inadimplentes de acordo com a inicial. No entanto, ao juntar documentos que comprovem a mora das parcelas recentes, verifico que o AR expedido e recebido ocorreu em momento posterior ao ajuizamento da ação, estando em desacordo com o que preceitua a jurisprudência. APELAÇÃO CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO - COMPROVAÇÃO DA MORA - NOTIFICAÇÃO POSTERIOR AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - MORA NÃO COMPROVADA - SENTENÇA MANTIDA. Em ação de busca e apreensão, com fulcro no Decreto-Lei 911/69, faz-se necessária a comprovação da constituição em mora do devedor, que deve ser realizada antes do ajuizamento da demanda, e a demonstração da respectiva entrega, ainda que esta não seja feita, pessoalmente. (TJ-MG - AC: 10000170489207001 MG, Relator: Alberto Diniz Júnior, Data de Julgamento: 02/08/2017, Câmaras Cíveis / 11ª Câmara Cível, Data de Publicação: 10/08/2017 Ante o exposto, indefiro a inicial por ausência de pressuposto válido e regular do processo, ex vi do art. 485, IV e 330 do Código de Processo Civil. Custas pelo demandante. Arquivem-se os autos com baixa nos registros. P.R.I.C

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0636637-46.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ex positis, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado no bojo da ação monitória intentada por Amazonas Distribuidora de Energia S/A, em face de Aldeize Nascimento Silva, com o escopo de condenar a ré ao pagamento do quantum de R$ 42.671,94 (QUARENTA E DOIS MIL E SEISCENTOS E SETENTA E UM REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS), juros e correção monetária nos termos na Portaria nº 1.855/2016-PTJ, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça; Juros e correção monetária, desde o vencimento de cada obrigação, conforme art. 397, caput, do CC, calculados na forma prevista na Portaria n. 1.855/2016, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. Condeno, ainda, a parte demandada em custas e honorários advocatícios a parte Requerida, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa atualizado, com suporte no art. 85, §§ 2º e 6º, do CPC. Após o trânsito em julgado, intime-se a parte interessada no cumprimento da sentença, na pessoa de seu advogado, para requerer o que entender de direito (513, § 1º, CPC). Na fase de cumprimento de sentença, deve ser observado: 1) os cálculos devem ser elaborados utilizando a ferramenta (planilha) disponível no site deste Tribunal (http://www.tjam.jus.br) acessando a opção Custas, Depósitos e Fianças Judiciais, depois a opção atualização de cálculos judiciais, ou diretamente pelo link (http://www.tjam.jus.br/index.php?option=com_chronocontactchronoformname=frm_calculadora_advogado); 2) os cálculos devem seguir os parâmetros previstos na Portaria

nº 1.855/2016-PTJ, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. P.R.I.C.

ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM), ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM) - Processo 0638574-91.2019.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: José Gomes do Prado Neto - Tendo em vista a manifestação de fls.33, informo que nesta data procedi com a retirada da tarja de justiça gratuita. Deste modo, em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que cumpra a decisão de fls.29/30, no prazo de 15 (quinze) dias, na parte cujo teor segue abaixo: "Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 dias, recolha as custas iniciais sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 290 do CPC, atentando-se à possibilidade de parcelamento de custas."

ADV: ELLEN CAROLINE OLIVEIRA DE ALCÂNTARA (OAB 10616/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 392A/RN), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: LORENA SANTANA PIMENTEL (OAB 11224/AM), ADV: LORENA SANTANA PIMENTEL (OAB 11224/AM) - Processo 0639225-31.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Elizete Salgado Saraiva - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A e outro - Ante o exposto, na ação movida por Elizete Salgado Saraiva contra Cardif do Brasil - Seguros e Previdência S.a e Banco Itaucard S/A, rejeito a preliminar e JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO, extinguindo o processo com resolução de mérito (art. 487, I, do CPC). Condeno a parte autora ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes fixados em R$ 1.500,00, com fulcro no art. 85, § 2º, do CPC., Todavia, em razão da gratuidade de justiça concedida, a cobrança desses valores fica sob condição suspensiva, somente podendo ser exigidos se o credor demonstrar que deixou de existir a situação que justificou a concessão da justiça gratuita, no prazo de até cinco anos, contados do trânsito em julgado, extinguindo-se, após esse prazo, tais obrigações do beneficiário, nos termos do art. 98, § 3º, do CPC. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P.R.I.

ADV: MARIO FERNANDES DA COSTA JUNIOR (OAB 2605/AM), ADV: ERICK DREAN PEREIRA DA COSTA (OAB 7746/AM) - Processo 0640171-32.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Rafael Lins Bertazzo e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca dos ARs juntados aos autos sem cumprimento,em fls.203/217, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FLAVIO VENTURELLI HELU (OAB 90186/SP), ADV: DAVI ALVES DE MACEDO (OAB 402090/SP), ADV: DANIEL DA SILVA COSTA JÚNIOR (OAB 99977/SP), ADV: LETICIA OKURA (OAB 352772/SP) - Processo 0640203-42.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Mútuo - REQUERENTE: PSS - SEGURIDADE SOCIAL - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FLAVIO VENTURELLI HELU (OAB 90186/SP), ADV: LETICIA OKURA (OAB 352772/SP), ADV: DANIEL DA SILVA COSTA JÚNIOR (OAB 99977/SP), ADV: DAVI ALVES DE MACEDO (OAB 402090/SP) - Processo 0640203-42.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Mútuo - REQUERENTE: PSS - SEGURIDADE SOCIAL - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, informo a parte requerente que a portaria nº 116/2017-PTJ pode ser acessada a partir do link: https://www.tjam.jus.br/images/2018/Doc_Custas_e_Indices_Jusiciais/2017.portaria-n116-regulamenta-tabelas-custas.pdf

ADV: MARLI INACIO PORTINHO DA SILVA (OAB 150793/SP) - Processo 0641511-74.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM) - Processo 0645420-27.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0646048-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Solange Wanderley Ribeiro - Pelo exposto, presentes os requisitos legais, DEFIRO A TUTELA ANTECIPADA, para determinar que o Requerido suspenda os descontos no contracheque da Requerente, em face, exclusivamente do BMG EMP02 de código 5898 e BMG EMPRÉSTIMO 03 de código 5925 apresentado nos autos, sob pena de multa de R$ 500,00 a cada desconto em contracheque efetuado, limitado à R$ 15.000,00. DEFIRO A JUSTIÇA GRATUITA, com fundamento no § 5º do art. 98 do CPC. DESIGNO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 21 de outubro de 2019, às 10 horas e 30 minutos, a qual será realizada no Centro Judiciário de Resolução de Conflitos - CEJUSC.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0646050-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Solange Wanderley Ribeiro - Vistos, Compulsando os autos, e consultando o sistema de automação do judiciário SAJ-PG5, verifico que o processo foi distribuído por dependência ao processo de nº. 0646048-16.2019.8.04.0001 por suspeita de repetição de ação. Entretanto, este processo não guarda nenhuma relação com o anterior, tendo, inclusive, objeto diferente. Saliento, ainda, que nem o autor da ação pleiteou pela distribuição por dependência. Logo, no caso vertente, não existe conexidade entre as demandas a ensejar a reunião dos processos em questão, nos termos do art 286, I, do CPC Ante o exposto, reputo inexistente a conexidade entre as demandas e determino a remessa dos autos ao setor de distribuição processual, para que se proceda distribuição ordinária do feito. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0646240-46.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos, Trata-se de ação de busca e apreensão pertinente a contrato com cláusula de alienação fiduciária. Na demanda, pretende o Requerente reaver o bem objeto da transação para satisfazer montante em atraso não pago pelo Requerido. Neste sentido, requer o deferimento de liminar para que seja reconhecida a mora do devedor e, por conseguinte, expedido mandado de busca e apreensão do veículo. Entretanto, analisando os autos, verifico que o Demandante assevera que o débito perfaz o valor de R$ 5.212,42, ou seja, mais que 80% do total, donde impõe aplicar-se ao caso a Teoria do Adimplemento Substancial, porquanto não há falar em resolução do contrato quando o débito se configura como de pouca monta e/ou de quantia ínfima em proporção à integralidade do valor contratado, bem assim porque também subjaz na espécie a presunção de boa fé do devedor que até o momento em que restou por inadimplente houve por se esforçar mantendo cumpridos seus compromissos

contratuais. A jurisprudência de nossos tribunais ventilam decisões ratificando a aplicação da referida Teoria: DIREITO CIVIL. CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO (LEASING). PAGAMENTO DE TRINTA E UMA DAS TRINTA E SEIS PARCELAS DEVIDAS. RESOLUÇÃO DO CONTRATO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. DESCABIMENTO. MEDIDAS DESPROPORCIONAIS DIANTE DO DÉBITO REMANESCENTE. APLICAÇÃO DA TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL. 1. É pela lente das cláusulas gerais previstas no Código Civil de 2002, sobretudo a da boa-fé objetiva e da função social, que deve ser lido o art. 475, segundo o qual "[a] parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos". 2. Nessa linha de entendimento, a teoria do substancial adimplemento visa a impedir o uso desequilibrado do direito de resolução por parte do credor, preterindo desfazimentos desnecessários em prol da preservação da avença, com vistas à realização dos princípios da boa-fé e da função social do contrato. 3. No caso em apreço, é de se aplicar a da teoria do adimplemento substancial dos contratos, porquanto o réu pagou: "31 das 36 prestações contratadas, 86% da obrigação total (contraprestação e VRG parcelado) e mais R$ 10.500,44 de valor residual garantido". O mencionado descumprimento contratual é inapto a ensejar a reintegração de posse pretendida e, consequentemente, a resolução do contrato de arrendamento mercantil, medidas desproporcionais diante do substancial adimplemento da avença. 4. Não se está a afirmar que a dívida não paga desaparece, o que seria um convite a toda sorte de fraudes. Apenas se afirma que o meio de realização do crédito por que optou a instituição financeira não se mostra consentâneo com a extensão do inadimplemento e, de resto, com os ventos do Código Civil de 2002. Pode, certamente, o credor valer-se de meios menos gravosos e proporcionalmente mais adequados à persecução do crédito remanescente, como, por exemplo, a execução do título. 5. Recurso especial não conhecido. APELAÇÃO CÍVEL. BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. APLICAÇAO DO CDC. ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL. Impositiva aplicação da Teoria do Adimplemento Substancial, ante a comprovação de pagamento de mais de 80% do valor do automóvel em questão. APELO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70049514318, Décima Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak, Julgado em 16/08/2012) De fato, o Autor vem ao Judiciário requerer o pagamento daquilo que entende por lhe ser devido, porém a Justiça não pode atribuir ao Devedor/Réu carga por demais onerosa, eis que é possível se extrair dos autos que o débito do Réu não perfaz grande quantia em relação à integralidade do valor contratado, circunstância esta que impede que esse juízo determine a expedição de mandado de busca e apreensão por falta de razoabilidade e proporcionalidade da medida, sendo a aplicação da teoria do adimplemento substancial a mais adequada para o caso. Vale dizer, na hipótese em tela, dada a diminuta extensão do inadimplemento, rescindir o contrato é ir de encontro à boa-fé processual, podendo o credor valer-se de outros meios menos gravosos ao consumidor, que não a apreensão do bem, para reclamar os valores que entende serem devidos, a exemplo da ação de cobrança ou da própria execução do título. Nessa senda, tendo em vista que a ação de busca e apreensão não é via adequada ao percebimento do débito remanescente, forçoso reconhecer a ausência de interesse de agir do autor no presente feito. Ante o exposto, por ausência de interesse de agir, reputo o autor carecedor de ação, motivo pelo qual sou pelo indeferimento da inicial, com fulcro no art. 485, VI c/c 330, III, do CPC. Custas pelo demandante. P.R.I.

ADV: JULIANE DOS SANTOS SIMÕES PEREIRA (OAB 7624/AM), ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM) - Processo 0652238-29.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Labela Indústria e Comercio de Alimentos Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM), ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM) - Processo 0653166-77.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inadimplemento - REQUERENTE: Amazonas Industria e Comercio de Colchões e Espuma Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JENNIFER LOPES REBELO DE SOUZA (OAB 11115/AM), ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM) - Processo 0658800-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Benefícios em Espécie - REQUERENTE: Ivo dos Santos Rodrigues - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Adilson Sanchez (OAB 92102/SP)
Afonso Carlos Muniz Moraes (OAB 10557/DF)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 381A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
AMANDA ARRAES DE ALENCAR ARARIPE NUNES (OAB 32111/CE)
Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB 5979/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Antônio Coimbra Filho (OAB 3252/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bruno Gimack Salgado (OAB 6610/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Caroline de Castro Perozzo (OAB 11195/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel da Silva Costa Júnior (OAB 99977/SP)
Davi Alves de Macedo (OAB 402090/SP)
DIOGO SAIA TAPIAS (OAB 313863/SP)
Dolores Garcia Rodrigues (OAB 1027/AM)
Edilaine Nogueira Brilhante (OAB 7246/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Edyranne Nascimento dos Santos (OAB 11157/AM)
Ellen Caroline Oliveira de Alcântara (OAB 10616/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Erick Drean Pereira da Costa (OAB 7746/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Flavio Venturelli Helu (OAB 90186/SP)
Gilmar Raposo da Câmara (OAB 5501/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Jennifer Lopes Rebelo de Souza (OAB 11115/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
Jorge Cunha Lima (OAB 7820/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 392A/RN)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Delfin Buitrago Acosta (OAB 5546/AM)
Juarez Monteiro de Oliveira Júnior (OAB 10405/AM)
Juliane dos Santos Simões Pereira (OAB 7624/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)

Laina Regina Fernandes de Alencar (OAB 10949/AM)
Leticia Okura (OAB 352772/SP)
Lorena Santana Pimentel (OAB 11224/AM)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC)
Manuel Luis da Rocha Neto (OAB 7479/CE)
Marcos José Dantas (OAB 151886/RJ)
Maria Carolina Pordeus e Silva Cardoso (OAB 8083/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Mario Fernandes da Costa Junior (OAB 2605/AM)
Marli Inacio Portinho da Silva (OAB 150793/SP)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Milton Antônio Rivera Reyes (OAB 9851/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
RODRIGO JEREISSATI DE ARAÚJO (OAB 8175/CE)
Saleh e Tapias Sociedade de Advogados (OAB 12887/SP)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Tarciso da Costa Freire (OAB 10297/AM)
Telma Maria Silva de Mello (OAB 10202/AM)
Urbano Vitalino Advogados (OAB 313/PE)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)
Weuler Alves de Sousa (OAB 5263/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO MÔNICA CRISTINA RAPOSO DA CÂMARA CHAVES DO CARMO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0285/2019

ADV: MARIA LUCIA MARANHÃO MOREIRA (OAB 12341/PB) - Processo 0233941-05.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Estelita Antônia da Silva - REQUERIDA: Gradiente Eletrônica S/A - Vistos etc ... Trata-se de Carta Precatória Cível interposta por Estelita Antônia da Silva em face de Gradiente Eletrônica S/A. Compulsando os autos, verifico que a exordial não se faz acompanhada dos documentos indispensáveis ao cumprimento, qual seja, o instrumento do mandato conferido ao advogado. Pelo exposto, supedaneada no art. 267, I, do Estatuto Processual Civil, determino que o autor, querendo, junte a documentação necessária, sob pena de devolução. Decorrido o prazo legal, com ou sem resposta do requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos. Intime-se.

ADV: ANDREIA SABINO CORREIA (OAB 7074/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0624222-70.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: ROBERVAL FREITAS SABINO JUNIOR - REQUERIDO: INNOVA PLANEJAMENTO IMOBILIÁRIO - SANTA BEATRIZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - CONSTRUTORA CAPITAL ROSSI - Construtora Capital Rossi S.A. e outro - À conta de tais fundamentos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos vertidos demanda indenizatória ajuizada por ROBERVAL FREITAS SABINO JUNIOR, em face de INNOVA PLANEJAMENTO IMOBILIÁRIO, SANTA BEATRIZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - CONSTRUTORA CAPITAL ROSSI, Santo Amadeu Empreendimentos Imobiliários Ltda e Construtora Capital Rossi S.A., com vistas tão somente a condená-las a pagar ao demandante o valor de R$ 1.456,15, com juros desde a citação inicial e correção monetária a partir de 10/10/2014 (fls. 142). IMPROCEDENTES os demais pleitos. Custas e honorários pelo autor, eis que as rés foram vencedoras em quatro dos cinco pleitos invocados pelo autor, os quais fixo em R$ 2.000,00 (dois mil reais), ressaltando-se que tal verba deverá ser repartida de modo equânime entre as rés. Contudo, a cobrança resta suspensa em decorrência do deferimento de gratuidade ao autor, conforme despacho de fls. 204. Caso a parte interessada requeira o cumprimento da sentença após 1 (um) ano do trânsito em julgado, a intimação deverá ser feita na pessoa do devedor, por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada ao endereço constante dos autos (art. 513, § 4º, CPC). Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CLÁUDIO ELIAS DOS SANTOS (OAB 4036/AM), ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM), ADV: HILEANO PEREIRA PRAIA (OAB 3834/AM), ADV: TEREZINHA TELES FERNANDES (OAB 6622/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: ANDREZA PRISCILA LIMA DE LIMA (OAB 9192/AM) - Processo 0628309-69.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: EDIENY BRITO DA SILVA - REQUERIDO: TECNISA CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA. e outro - Ante o exposto, na ação movida por EDIENY BRITO DA SILVA contra TECNISA CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA. e PARQUE 10 EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO SPE - S.A, acolho a preliminar de ilegitimidade passiva da ré TECNISA CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA e, em relação a ela, julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, com fulcro no art. 485, VI, do CPC. No mérito, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, extinguindo o processo com resolução de mérito (art. 487, I, do CPC). Declaro extinto o contrato de compromisso de compra e venda de imóvel firmado entre as partes. Determino, em consequência, que a ré PARQUE 10 EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO SPE - S.A restitua á parte autora o valor das parcelas pagas, com direito à retenção de 20% (vinte por cento) do total de prestações pagas pelo comprador. O valor remanescente deve ser devolvido no prazo previsto no contrato. Configurada a sucumbência recíproca (art. 86, CPC). Em razão disto: (a) as custas processuais serão pagas no percentual de 50% por cada parte; (b) condeno a parte ré a pagar os honorários do patrono da autora, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), com fulcro no art. 85, § 8º, do CPC; (c) condeno a autora a pagar os honorários do advogado da ré, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), com fulcro no art. 85, § 8º, do CPC; (d) todavia, em razão da gratuidade de justiça concedida à parte autora, fica suspensa a exigibilidade dos valores a cargo desta, nos termos do art. 98, § 3º do CPC; (e) descabe a compensação em relação aos honorários impostos nessa decisão, uma vez que não se trata de crédito e débito recíprocos das partes, mas sim crédito autônomo dos advogados, decorrente da sucumbência. Na fase de cumprimento de sentença, deve ser observado: 1) os cálculos devem ser elaborados utilizando a ferramenta (planilha) disponível no site deste Tribunal (http://www.tjam.jus.br) - acessando a opção Custas, Depósitos e Fianças Judiciais, depois a opção atualização de cálculos judiciais, ou, diretamente, por meio do seguinte endereço eletrônico:(http://www.tjam.jus.br/index.php?option=com_chronocontactchronoformname=frm_calculadora_advogado); 2) os cálculos devem seguir os parâmetros previstos na Portaria nº 1.855/2016-PTJ, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Caso a parte interessada requeira o cumprimento da sentença após 1 (um) ano do trânsito em julgado, a intimação deverá ser feita na pessoa do devedor, por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada ao endereço constante dos autos (art. 513, § 4º, CPC). Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P.R.I.

ADV: ELIAS BRASIL BENJÓ (OAB 1067/AM), ADV: ERLON ANGELIN BENJO (OAB 4043/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0634714-92.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: AIDÊ ANGELIM BENJÓ - Elias Brasil Benjó - REQUERIDO: CAPITAL ROSSI - INCORPORADORA SANTA SILVIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDAc - Ante o exposto, reputo prejudicados os pedidos constantes da alínea “a” da exordial (fls. 17/18) e, no mérito, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos constantes da demanda indenizatória ajuizada por AIDÊ ANGELIM BENJÓ e Elias Brasil Benjó, em face de CAPITAL ROSSI - INCORPORADORA SANTA SILVIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, a fim de condenar as rés solidariamente ao pagamento de indenização por lucros

cessantes cujo valor arbitro, para o período de setembro de 2012 (fls. 06) a janeiro de 2014 (fls. 131/132), em 0,5% sobre o montante atualizado do contrato, com juros legais desde a citação inicial. Improcedentes os demais pleitos, nos termos da fundamentação. Havendo sucumbência recíproca, as custas deverão ser rateadas entre as partes. Fixo a verba de patrocínio em 10% sobre o valor da condenação, devendo cada uma das partes pagar o referido montante aos causídicos da parte adversa. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ARMANDO JORGE ANTONY FONSECA (OAB 23979/CE) - Processo 0642404-65.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Ingrid Karina da Silva Botti - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. A parte autora acostou a petição requerendo a desistência da demanda. Por conseguinte, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, VIII, do CPC. Custas pelo demandante, com estribo no art. 90, também do Diploma Processual Civil. Transitada em julgado a presente decisão, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. P.R.I.C.

Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Andreia Sabino Correia (OAB 7074/AM)
Andreza Priscila Lima de Lima (OAB 9192/AM)
Armando Jorge Antony Fonseca (OAB 23979/CE)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Cláudio Elias dos Santos (OAB 4036/AM)
Elias Brasil Benjó (OAB 1067/AM)
Erlon Angelin Benjo (OAB 4043/AM)
Hileano Pereira Praia (OAB 3834/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
Maria Lucia Maranhão Moreira (OAB 12341/PB)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Terezinha Teles Fernandes (OAB 6622/AM)

11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0195/2019

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: MARIZETE DE SOUZA CALDAS (OAB 6405/AM), ADV: ANIELLO MIRANDA AUFIERO (OAB 1579/AM), ADV: ALDENIZE MAGALHÃES AUFIERO (OAB 1874/AM), ADV: DANIELLE AUFIERO MONTEIRO DE PAULA (OAB 6945/AM), ADV: MARIA ELIRIANY MARTINS GOMES BISSOLI (OAB 7432/AM) - Processo 0246461-75.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Y.T.M.S. - REQUERIDO: R.A.S.O. - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: MIGUEL BARRELLA FILHO (OAB 1622/AM), ADV: GÉRSON MENEZES EVANGELISTA (OAB 5268/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM), ADV: RACHEL SIZA TRIBUZY (OAB 6863/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0368130-37.2007.8.04.0001 (001.07.368130-0) - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Fábrica de Velas Cristal Ltda - Ana Cristina Pereira dos Santos e outro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data de perícia marcada para o dia 16 de Setembro de 2019,, conforme informação do perito de fls. 2197.

ADV: SÉRGIO MARINHO LINS (OAB 2414/AM), ADV: ERNESTO ALVES DE SOUSA (OAB 401A/AM), ADV: MARIA LUCIELZA OLIVEIRA FACCO (OAB 8301/AM) - Processo 0601239-14.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: REGINALDO DE SANTANA LIMA - REQUERIDO: Empresa Líder de assessoria LTDA-ME - Vistos, Reporto-me ao pedido de fls. 370/374. Constando no pólo passivo desta Execução, pessoa jurídica de responsabilidade limitada, não há que falar em responsabilidade pessoal de seus sócios na Execução, devendo a responsabilidade patrimonial recair sobre os bens da Executada Empresa Líder de Assessoria Ltda-ME. Nesse contexto, indefiro ocorra a penhora on-line sobre as contas pessoais dos sócios Nilton Costa Lins Júnior e Maria Alice Vilela Lins. Diga o Exequente em 15 (quinze) dias o que entender de direito, objetivando dar prosseguimento à Execução. Int. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA) - Processo 0602100-92.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Antonio Martins do Carmo - REQUERIDO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: SCOTY DE SOUZA DINIZ (OAB 12424/AM), ADV: ADILSON JOSÉ DA COSTA ALMEIDA FILHO (OAB 11094/AM), ADV: JESSICA MACIEL PASSOS (OAB 13808/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0603025-59.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Sônia Mariza Alves - Vistos, etc, Amazonas Distribuidora de Energia S/A e Sônia Mariza Alves comparecem em juízo para apresentar acordo às fls. 256/257, requerendo sua correspondente homologação e sobrestamento do processo até seu integral cumprimento. É o relatório. Passo a decidir. O art. 487, III, “b” do CPC, estabelece que haverá resolução do mérito quando as partes transigirem, devendo o juiz homologar o acordado quando a conciliação for possível. No vertente episódio, a transação apresentada às fls. 256/257 denota concessões mútuas na forma do art. 840, e seguintes do CC, e as formalidades (capacidade postulatória, p. e.) suficientes ao atendimento das exigências processuais para sua regular homologação. Ante ao exposto, homologo o pacto trazido às fls. 256/257 para resolver o mérito da causa nos moldes do art. 487, III, “b” do CPC. Adiante, considerando que a homologação de acordo extrajudicial com a finalidade de resolver o mérito não se enquadra dentro das hipótese previstas no art. 921 e 922 do CPC, indefiro o pleito de suspensão processual. Entretanto, consigno que em caso de descumprimento da avença poderá a parte Exequente promover o cumprimento desta sentença. À vista do art. 90, § 2.º, do CPC, as custas processuais remanescentes, se houver, e os honorários advocatícios devem ser rateados igualmente entre as partes. Por derradeiro, defiro o pedido de desbloqueio de veículo formulado em fl. 255 e reiterado em fl. 276. Nesse contexto, determino ocorram providências pela Secretaria da 4.ª UPJ para que se ultime o cancelamento da restrição de transferência/licenciamento do veículo placa PHD-0585, realizadas às fls. 247/249, através do sistema RENAJUD. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 381/AM), ADV: DAVID AMORIM TOLEDO (OAB 3474/AM) - Processo 0604219-94.2015.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: TRANSPORTADORA PODEROSA LTDA - Vistos, etc Diante do teor da certidão exarada em fls.136, ultime-se a baixa e respectivo arquivamento, sem prejuízo de posterior desarquivamento a pedido. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0605055-62.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Paulo Pereira da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

e outros - Ante o exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos iniciais, na forma do art. 487, inc. I., do CPC, e decido por: a) antecipar os efeitos da tutela, determinando que a Autarquia Ré implante, no prazo de 15 (quinze) dias, o benefício de auxílio-doença acidentário em favor do Autor, sob pena de multa de R$ 300,00, no limite de 10 repetições, devendo ser mantido o benefício até que necessariamente seja ele submetido a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade, a cargo da Requerida; b) condenar a Autarquia Ré ao pagamento das prestações do benefício de auxílio-doença acidentário, desde a data do requerimento administrativo formulado em 12/06/2014 até a data em que implantado o benefício por intermédio desta decisão, acrescida cada parcela de correção monetária a partir de seu vencimento, segundo o INPC (art. 41-A da Lei n.º 8.213/1991) e juros de mora aplicados à caderneta de poupança, com incidência a partir da citação válida (art. 1º-F da Lei n.º 9.494/97 e Súmula 204 STJ); e c) determinar a conversão do período em que o Autor esteve afastado percebendo auxílio-doença previdenciário (B-31) em auxílio-doença acidentário (B-91). Diante da sucumbência mínima do Autor, condeno a Autarquia Ré ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da condenação, correndo juros moratórios a partir do trânsito em julgado dessa decisão, conforme o disposto no art. 85, caput e § 16, do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0607706-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Carolina Batista de Moraes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: LUCIANA VELASCO VASCONCELLOS (OAB 4972/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 23748/PE), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: TALLITA LINDOSO SILVA (OAB 13266/AM), ADV: DANIEL MARCELO BENVENUTTI DE SALES (OAB 7949/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: VERA LÚCIA DA SILVA MATOS (OAB 3758/AM) - Processo 0609298-88.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: MAURICIO REPOLHO DE FREITAS - REQUERIDO: VIAÇÃO AÇAI LTDA - DENUNCIADO: Companhia Nobre Seguradora do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: LUÍS ALBERTO CORRÊA (OAB 5117/AM), ADV: THAWANNY GARCIA MAIA (OAB 8658/AM), ADV: JEAN CARLO NAVARRO CORRÊA (OAB 5114/AM) - Processo 0609391-51.2014.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: MARY DOROTEIA MICHILES MARINHO e outro - Vistos, Inicialmente, observo que houve equívoco do juízo ao determinar ocorresse a citação do Requerido, eis que conforme se observa em fls. 31, já houve ele por ser devidamente citado. Em assim sendo, chamo o feito à ordem para tornar sem efeito os despachos de fls. 46, 52 e 65. Adiante, passo a sanear o feito, nos termos do art. 357, do CPC. Pois bem, conforme se observa em fls. 31, o Requerido foi citado; contudo não apresentou contestação no prazo legal, razão pela qual decreto sua revelia; sem, todavia, reconhecer seus efeitos, uma vez que os autos não se encontram suficientemente instruídos, na medida em que pelas provas documentais até aqui carreadas, não é possível vislumbrar acerca da verossimilhança das alegações da Autora, ex vi do art. 345, III, do CPC. Deve incidir ao caso os efeitos processuais da revelia, notadamente o disposto no art. 346, do CPC. Adiante, fixo na espécie, os seguintes pontos controvertidos que referem às questões de fato e de direito sobre as quais deve recair atividade probatória de natureza documental, por depoimento das partes e testemunhal: a) sobre a delimitação e configuração da posse da Autora; b) sobre a ocorrência de esbulho e a sua data; c) sobre a data de início da posse da Autora e do Réu. No que pertine ao ônus da prova, decido por defini-lo nos termos do art. 373, I e II do CPC. Intimem-se as partes para apresentarem rol de testemunhas no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 357, §4° e 450, ambos do CPC. Designo audiência de Instrução e Julgamento ao vindouro dia 09/10/2019, às 09:30 horas. Oportunamente, esclareço que nos termos do art. 455, CPC, cabe aos advogados das partes informarem ou intimarem as testemunhas por eles arroladas do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo. Oportunamente, em atenção ao princípio da economia e celeridade processual, registro que a audiência acima pautada aproveitará ao processo de oposição que tramita em apenso sob número 0625234-56.2014, razão pela qual será realizada na mesma data. Int. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0612145-63.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Elisangela Francisca Sadala da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: CASSIUS CLEI FARIAS DE AGUIAR (OAB 9725/AM), ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM), ADV: JÚLIO ANTÔNIO DE JORGE LOPES (OAB 2023/AM), ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM) - Processo 0613520-02.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: WILSON HENRIQUE RIBEIRO DA CUNHA - REQUERIDO: JORNAL ACRÍTICA - Vistos, Cuidam os presentes autos de Cumprimento Definitivo de Sentença formulado por Wilson Henrique Ribeiro da Cunha em face de Empresa de Jornais Calderaro Ltda. Intime-se a empresa Executada, a fim de que no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo Exequente, pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor do Exequente. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, nos moldes do art. 523, §2º, do NCPC, consignando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença, ex vi do art. 525 do NCPC. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se o Exequente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de não recolhimento ou ainda de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se o Exequente para que apresente no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC. Em seguida, proceda-se à penhora por meio do sistema BacenJud, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se a Executada para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora, efetue-se a pesquisa de bens em nome da Executada, por meio dos sistemas Infojud e Renajud. Autorizo desde logo, ocorra a constrição, através do sistema Renajud, de eventuais veículos existentes em nome da devedora. Após, intime-se o Exequente para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito. Transcorrido o prazo “in albis”, intime-se pessoalmente o Exequente, bem assim seu patrono via DJE, para que se manifeste sobre o interesse na continuidade do feito,sob pena de extinção da fase de cumprimento de sentença, nos termos do art. 485, inc. III, do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0614349-12.2016.8.04.0001 - Insolvência Requerida pelo Credor - Contratos Bancários - REQUERENTE:

Banco Bradesco S/A - Vistos, etc Recebo os presentes autos no estado, nesta data. Nesse contexto, verifico que a petição inicial veio instruída com: a) título executivo extrajudicial, consubstanciado em instrumento particular de confissão e outras avenças - fls.16/20 e b) demonstrativo de débito (fl. 21/24). Assim, a exordial preenche os requisitos dos arts. 798, inc. I, e 319, ambos do NCPC. Nesse contexto, ratifico os termos da decisão de fls.29 e defiro o pleito do Banco Exequente em fls.41, a fim de que ocorra a citação do Executado. Comprovado o recolhimento das custas necessárias à expedição de Carta Precatória à Comarca de Apuí e bem assim, juntado aos autos demonstrativo de débito atualizado, determino seja citado o Executado, nos termos do art. 829 do NCPC, atentando-se para o que dispõe o art. 830 do NCPC. Fixo os honorários advocatícios do patrono da parte Exequente em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, nos termos do art. 827, do NCPC. Acaso se efetivem citação e penhora e transcorra in albis o prazo para embargar, intime-se o Exequente para postular o que bem entender no prazo de 10 dias. Acaso se realize apenas o arresto previsto no art. 830 do NCPC, intime-se o Exequente para lhe oportunizar agir na forma do art. 830, §2º, do NCPC.De outra banda, se a juntada do mandado executivo despontar o insucesso integral dos objetivos dessa diligência, intime-se o Exequente para se manifestar também em 10 dias. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: DARDEN KLINGER COLARES LIBÓRIO (OAB 10423/AM), ADV: MARTHA LORENA GOMES DE JESUS PEREIRA (OAB 9261/AM), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0615001-24.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDA: Raimunda Queiroz de Souza - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO (OAB 92554MG), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0615508-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Via Verde Transportes Coletivos da Ltda - REQUERIDO: Chibatão Navegação e Comércio Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: EDMARIE DE JESUS CAVALCANTE (OAB 3351/AM), ADV: ANDRÉ GUIMARÃES DA CRUZ (OAB 7549/AM) - Processo 0615963-86.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0602736-63.2014.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: MÚLTIPLA GESTÃO DE PESSOAS LTDA - EMBARGADO: Mauro Giovanni Lippi Filho - Vistos, etc Defiro como requerido pelo Embargado em fls.107, com providência pela Secretaria da 4a. UPJ. Após, façam-se conclusos à sentença. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0616367-98.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: JÚLIO ALBERTO CORRÊA SALAS (OAB 10165/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0617841-07.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Neila França Leite - REQUERIDO: C&A Modas Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CAMILA LEAL DE SOUZA (OAB 7498/AM), ADV: NELCINEILA BATISTA DE OIIVEIRA (OAB 5779/AM), ADV: CAIO FELDBERG PORTO (OAB 7995/AM), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM) - Processo 0618407-63.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Helen Cardoso Lima - REQUERIDO: Samel Serv Ass Med Hospit LTDA - Vistos, etc O requerimento formulado em fls.133/136 não tem razão de ser nestes autos, os quais foram extintos sem resolução de mérito por reconhecimento de ofício quanto a ocorrência de litispendência com os autos sob registro nº0618341-83.2013.8.04.0001 e que se encontram em regular cumprimento de sentença junto ao juízo da 2a. Vara Cível. Nesse contexto, indefiro os pedidos em fls.133/136 e 143 e determino ocorra o arquivamento destes autos, com as cautelas legais de praxe. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: KETLLEN BRAGA CASTRO (OAB 12518/AM), ADV: FABIANO VÍTOR DA CRUZ SANTANA (OAB 12287/AM) - Processo 0619031-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Benefícios em Espécie - REQUERENTE: Ivan Souza da Silva - Ante o exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos contidos na inicial, na forma do art. 487, inc. I, do CPC, e decido por: a) confirmar a decisão que antecipou os efeitos da tutela, determinando a implantação do benefício previdenciário de auxílio-doença acidentário em favor do Autor; b) condenar a Autarquia Requerida ao pagamento das prestações do benefício do auxílio-doença acidentário, desde a data do requerimento administrativo, em 20/02/2017, até a data em que implantado o benefício por decisão judicial neste feito, acrescidas de correção monetária a partir do vencimento de cada parcela, segundo o INPC (art. 41-A da Lei n.º 8.213/1991) e juros de mora aplicados à caderneta de poupança, com incidência a partir da citação válida (art. 1º-F da Lei n.º 9.494/97 e Súmula 204 STJ). Por derradeiro, diante da sucumbência mínima do Autor, condeno a Autarquia Ré ao pagamento de custas e honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da condenação, nesta compreendidas as parcelas vencidas até presente decisão, em consonância com a Súmula n. 111/STJ, correndo juros moratórios a partir do trânsito em julgado dessa decisão, conforme o disposto no art. 85, caput e § 16, do Código de Processo Civil. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ROSINALVA GOMES BARROS (OAB 8183/AM) - Processo 0620149-21.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Maria das Dores Nogueira Noronha - Vistos, Cuidam os presentes autos de Cumprimento Definitivo de Sentença formulado por Maria das Dores Nogueira Noronha em face de Andréia Albuquerque de Oliveira. Conforme se depreende da sentença de fls. 110/113, o encargo da Executada se consubstancia em obrigação de pagar quantia certa. Em assim sendo, determino que se intime a Executada, a fim de que no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pela Exequente, pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da Exequente. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, nos moldes do art. 523, §2º, do NCPC, consignando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença, ex vi do art. 525 do NCPC. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a Exequente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de não recolhimento ou ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a Exequente para que apresente no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e

discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC. Em seguida, proceda-se à penhora por meio do sistema BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se a Executada para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora, efetue-se a pesquisa de bens em nome da Executada, por meio dos sistemas INFOJUD e RENAJUD. Autorizo desde logo, ocorra a constrição, através do sistema RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome da devedora. Após, intime-se a Exequente para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito. Transcorrido o prazo "in albis", intime-se pessoalmente a Exequente, bem assim seu patrono via DJE, para que se manifeste sobre o interesse na continuidade do feito,sob pena de extinção da fase de cumprimento de sentença, nos termos do art. 485, inc. III, do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE JÚNIOR (OAB 3840/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: GRAZIELA DA COSTA BATISTA (OAB 7224/AM), ADV: DAINIUSEN PEDROSA CASTRO E SILVA (OAB 953/RR) - Processo 0620917-15.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: RC RECEBÍVEIS LTDA - REQUERIDO: DIANA MELO DA SILVA ME e outros - Vistos, etc Defiro as providências requeridas pelo Exequente em fls.148. Nesse contexto, intime-se-lhe a juntar aos autos em 10 (dez) dias planilha atualizada do débito exequendo. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: DIÓGENES SILVA ABREU (OAB 5051/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: DIOGO COELHO DE FREITAS (OAB 10733/AM) - Processo 0623145-60.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: ISRAEL DOS SANTOS ALVES - REQUERIDO: CARLOS VAGNER PAULA CARANHA - LITSPASSIV: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Vistos, Conforme se observa em decisão de fls. 264/266 as partes foram intimadas para indicarem as provas que pretendiam produzir; contudo, quedaram-se inertes consoante certidão de fls. 268. Em assim sendo, determino os autos sejam conclusos para sentença. Oportunamente, registro que por ocasião do proferimento da sentença, o ônus da prova será dirimido nos termos do art. 373, inc. I e II, do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: RENAN BARBOSA DE AZEVEDO (OAB 23112/CE), ADV: MARIA DO ROSÁRIO DE OLIVEIRA MELO (OAB 5385/AM) - Processo 0624333-25.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Alcineia Ramos da Costa - Vistos, etc Verifico nos autos que a decisão de fls.51 não foi modificada, à vista que o agravo de instrumento nº4001207-22.2016.8.04.0000 não houve por ser conhecido, consoante fls.69/73; ocorrendo seu trânsito em julgado em 26/04/2016 - fls.92. Nesse contexto, indefiro o pleito em fls.82/87 e reitero pela derradeira vez à Requerente os termos da decisão de fls.51, em prazo de 15 (quinze) dias, pena de cancelamento da distribuição. Int. Cumpra-se.

ADV: THAWANNY GARCIA MAIA (OAB 8658/AM), ADV: JEAN CARLO NAVARRO CORRÊA (OAB 5114/AM), ADV: LUÍS ALBERTO CORRÊA (OAB 5117/AM), ADV: DIOGO OLIVEIRA NOGUEIRA FRANCO (OAB 7550/AM), ADV: VÍTOR DE SOUZA VIEIRA (OAB 6843/AM), ADV: ANDERSON R. DE SOUZA BENCHIMOL (OAB 7034/AM) - Processo 0625234-56.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0609391-51.2014.8.04.0001) - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: IZONETE DA SILVA CUNHA - REQUERIDA: MARY DOROTEIA MICHILES MARINHO e outros - Ab initio, mercê da validade da citação do segundo oposto Rodrigo Haiter (fls. 72), não apresentou ele defesa nos autos, motivo pelo qual reconheço quanto a sua revelia. Outrossim, julgo que os autos não se encontram suficientemente instruídos, eis que pelas provas documentais até aqui carreadas, não é possível vislumbrar acerca da verossimilhança das alegações da oponente, razão pela qual tenho por não aplicar à hipótese os efeitos materiais do instituto da revelia, ex vi do art. 345, III, do CPC. Deve incidir ao caso os efeitos processuais da revelia, notadamente o disposto no art. 346, do CPC. Adiante, fixo na espécie, os seguintes pontos controvertidos que referem às questões de fato e de direito sobre as quais deve recair a atividade probatória de natureza documental, por depoimento das partes e testemunhal: a) sobre a delimitação e configuração da posse da oponente; e, b) sobre os termos e circunstâncias em que a oponente teria permitido a moradia do oposto Rodrigo Haiter na casa objeto dos presentes autos. No que pertine ao ônus da prova, decido por defini-lo nos termos do art. 373, I e II do CPC. Intimem-se as partes para apresentarem rol de testemunhas no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 357, §4° e 450, ambos do CPC. Designo audiência de Instrução e Julgamento ao vindouro dia 09/10/2019, às 09:30 horas. Oportunamente, esclareço que nos termos do art. 455, CPC, cabe aos advogados das partes informarem ou intimarem as testemunhas por eles arroladas do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo. Oportunamente, em atenção ao princípio da economia e celeridade processual, registro que a audiência acima pautada aproveitará ao processo de reintegração de posse que tramita em apenso sob número 0609391-51.2014, razão pela qual será realizada na mesma data. Int. Cumpra-se.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0625664-32.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Supermercados DB Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JANO DE SOUZA MELLO (OAB 4587/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 23748/PE), ADV: DANIELLE CRISTHINA DEDA FERREIRA (OAB 46165/PR), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: SELMA MAGALHAES SANTANA (OAB 7683/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM) - Processo 0628492-74.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: FRANCISCA MARTINS DA SILVA - REQUERIDO: Viação São Pedro Ltda. - DENUNCIADO: Nobre Seguradora - Vistos, Compulsando os autos, verifico que as testemunhas arroladas pelo primeiro Requerido não foram oitivadas até a presente data. Desse modo, pauto audiência de instrução e julgamento para o vindouro dia 03/10/2019, às 09:30 horas a fim de que sejam oitivadas as testemunhas Diego Faba Nilo e Diego Guerreiro Magalhães Fernandes. Ademais, verifico que a testemunha Diego Guerreiro Magalhães Fernandes compareceu a este juízo no dia 14/06/2019 ao término da audiência de instrução e julgamento realizada naquela data (fls. 453). Em assim sendo, determino sua intimação para comparecimento à audiência acima pautada no endereço constante no mandado de fls. 405. No que pertine a intimação da testemunha Diego Faba Nilo, verifico que os mandados de fls. 440/441 não restaram por cumpridos, conforme certidão de fls. 454. Desse modo, determino seja expedido novo mandado de intimação ao endereço constante no mandado de fls. 440/441 sem custas ao primeiro Requerido. Por derradeiro, no que pertine a testemunha Denilson Lobato Uchoa residente no Estado do Rio de Janeiro, verifico que a carta precatória não foi cumprida em razão da ausência de informações, conforme bem se observa em fls. 443. Desse modo, reitero o despacho de fls. 391 a fim de que seja expedida nova carta precatória para oitiva da testemunha Danilson Lobato Uchoa junto ao juízo deprecado. Reitero que a carta precatória deve ser acompanhada de cópia da inicial (fls. 1/16), das contestações (fls. 72/106 e 136/164), da decisão saneadora (fls. 326/329) e d o termo de audiência (fls. 387/390). Oportunamente e no que pertine à petição de fls. 458/460, não verifico quanto a ocorrência de preclusão na hipótese, eis que compreendo que o primeiro Requerido está envidando esforços a fim de que ocorram as oitivas das testemunhas por ele arroladas, não tendo ocorrido os referidos atos até aqui em razão de fatos alheios a sua vontade. Int. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ GOMES DE AMORIM (OAB 10881/AM), ADV:

WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0630374-03.2016.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Macário Cruz de Oliveira - REQUERIDO: BI CARD - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do "recurso inominado", acostado às fls. 223/242, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0630703-10.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0631556-19.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0632182-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Parcial - REQUERENTE: Simone Lima de Oliveira - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 16/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0632838-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Ana Maria do Nascimento - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 16/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0633110-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Jamayra Silva Rodrigues do Nascimento - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 16/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0633389-72.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 10 (dez) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências

e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0633857-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Edionai Barbosa Carvalho da Cunha - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 16/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC). Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: MARCELO HENRIQUE CARVALHO DOS SANTOS (OAB 9848/AM), ADV: PAULO JAQSON FREIRE PINTO (OAB 7967/AM), ADV: LUIZ GONZAGA PINHEIRO JÚNIOR (OAB 12021/AM) - Processo 0633996-56.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Bordeaux - EXECUTADA: Maria de Nazaré Lima Menezes - Ante ao exposto, decido por: a) determinar ocorram providências pela Secretaria da 4.ª UPJ para que ultime o cancelamento da indisponibilidade realizada em fl. 157 através do sistema BacenJud, tão somente no que se refere à conta poupança n.º 53853-0, mantida junto à Agência 1043-0 da Caixa Econômica Federal, cuja titularidade pertence à Executada; b) chamar o feito a ordem para tornar sem efeito o ato ordinatório de fl. 153; c) seja intimado o Exequente a fim de que diga, no prazo de 05 (cinco) dias, o que entender de direito. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0634236-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Creuza Ramos Coelho - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 16/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0634264-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Ocelio Brone Colares - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 16/09/2019, a partir das 13:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: DEBORAH MOREIRA DA COSTA SOUZA (OAB 4956/AM), ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM), ADV: DAIANA FERREIRA DE SOUSA (OAB 8527/AM) - Processo 0634371-96.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Geraldo Alves de Souza - REQUERIDO: Sergio Bentes de Oliveira - Vistos, Considerando a manifestação de fl. 404, determino à Secretaria da 4ª UPJ que encaminhe os autos à Contadoria do Fórum, a fim de que promova a inscrição do nome do Requerido em rol de devedores na Dívida Ativa. Providências legais à baixa e arquivamento. Int. Cumpra-se.

ADV: RAPHAEL AUGUSTO CARAMURU FERNANDES (OAB 295446/SP) - Processo 0634609-08.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Manaus Iii do Brasil Projetos Imobiliários Ltda. - Vistos, Cuidam os presentes autos de Execução de Título Extrajudicial formulada por Manaus III do Brasil Projetos Imobiliários Ltda em face de Supplog Armazéns Gerais Ltda. Verifico quanto ao preenchimento dos requisitos do art. 798, I do NCPC, ao observar que a petição inicial demonstra sobre a existência de título executivo extrajudicial consubstanciado em Contrato de Locação de Imóvel Comercial (fls. 42/77) e demonstrativo de débito atualizado (fl. 125). Nesse contexto, determino que se intime o Exequente para que proceda ao prévio recolhimento das custas do Oficial de Justiça, conforme os termos da Portaria n.º 116/2017, de 23 de janeiro de 2017, disponibilizada no DJE de 23 de janeiro de 2017,

a fim de que seja citado o Executado. Diante da comprovação do pagamento, cite-se o Executado nos termos do art. 829 do NCPC, atentando-se para o que dispõe o art. 830 do NCPC. Fixo os honorários advocatícios do patrono do Exequente em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, nos termos do art. 827, do NCPC. Acaso se efetivem citação e penhora e transcorra in albis o prazo para embargar, intime-se o Exequente para postular o que bem entender no prazo de 10 (dez) dias. Acaso se realize apenas o arresto previsto no art. 830 do NCPC, intime-se o Exequente para lhe oportunizar agir na forma do art. 830, §2º, do NCPC. De outra banda, se a juntada do mandado executivo despontar o insucesso integral dos objetivos dessa diligência, intime-se o Exequente para se manifestar também em 10 (dez) dias. Int. Cumpra-se.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0634751-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Edinei Farias da Silva - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 17/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0635066-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Antônio das Graças Queiroz de Miranda - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Embora a oferta de contestação pela empresa Ré, observo que o feito ainda se encontra em juízo de admissibilidade. Nesse contexto, considerando que o Autor não se desincumbiu, por meio do petitório à fl. 37, do integral cumprimento da determinação proferida à fl. 30, tenho por determinar ocorra, pela derradeira vez, sua intimação a fim de que emende a inicial, a fim de que não ocorra nos autos pedido genérico (alínea “c” do Pedido - fl. 06), em prazo de 15 (quinze) dias, pena de indeferimento por inépcia da inicial, ex vi do art. 330, §1.º, II, c/c art. 485, I, ambos do CPC. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0635305-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Laildo Elione Moreira Barbosa - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 17/09/2019, a partir das 16:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na clinica Hap Vida, Rua Alexandre Amorim, 490, Bairro de Aparecida, nesta cidade.

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0636514-82.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Cond. Residencial Moradas do Parque - Vistos, etc Defiro como requerido pelo Exequente em fls. 218. Requisite-se à autoridade supervisora do sistema bancário, por meio do sistema informatizado do BacenJud, os caracteres necessários sobre a existência de ativos em nome do Executado, na forma do art. 854 caput do CPC. Observo nos autos que já diligenciou o Exequente ao prévio recolhimento de custas de requisição de informações por meio eletrônico, na forma da Tabela III, item 9, da Portaria n.º 116/2017 - PTJ, de 23 de janeiro de 2017, conforme fls.216. Em caso positivo, proceda-se ao bloqueio de recursos no limite do crédito exequendo e intime-se o Executado na pessoa de seu advogado ou não o tendo, pessoalmente, na forma do disposto no art.854, §2º do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: DAINIUSEN PEDROSA CASTRO E SILVA (OAB 953/RR) - Processo 0637943-26.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0620917-15.2014.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: DIANA MELO DA SILVA ME e outro - Vistos, etc Considerando que ofertados Embargos à Monitória nos autos sob registro nº0620917-15.2014.8.04.0001, determino ocorram providências à baixa e arquivamento destes autos. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0638976-75.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROZANA RIBEIRO PRAIA (OAB 10234/AM), ADV: ROBERTA SILVA DE SENA (OAB 8956/AM) - Processo 0641861-62.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Francisco George Lima de Mesquita e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0645152-70.2019.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Mateus Ferreira da Silva - A Constituição Federal no art. 5º, LXXIV, preceitua que o Estado deve prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovem insuficiência de recursos. Neste contexto, a concessão da gratuidade da Justiça ou a modulação de seus efeitos; a exemplo do parcelamento das custas de ingresso, não pode ser concedida apenas por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário. Portanto, apesar de o Novo Código de Processo Civil haver revogado boa parte da Lei 1.060/50 e estabelecido um novo regramento para o pedido de gratuidade de justiça e de modulação de seus efeitos (a exemplo do parcelamento das custas de ingresso - art. 98, § 6.º, do CPC), a legislação processual acentua que o Juiz pode indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade, conforme assim estatuí o art.99, §2º, da Lei 13.105/15. Em assim sendo, intime-se o Autor para que comprove, em 15 (quinze) dias, sua alegada hipossuficiência econômico-financeira, devendo juntar aos autos suas 03 (três) últimas declarações de imposto de renda e/ou outros documentos idôneos. Inexistindo comprovação por meio de documentos para análise do pedido de modulação dos efeitos da gratuidade de justiça (parcelamento das custas de ingresso), determino seja intimado o Requerente para efetuar o pagamento integral das custas de iniciais, em prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme estabelece o art. 290 do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM) - Processo 0645561-46.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Responsabilidade dos sócios e administradores - REQUERENTE: Cond. Mundi Resort Residencial - Vistos, Cuidam os presentes autos de ação de exigir contas formulada por Condomínio Mundi Resort Residencial em face de Antônio Carlos de Castro Paiva Filho. Afirma o condomínio Autor que é titular do direito de exigir contas, razão pela qual requer a citação do Réu para que preste contas ou ofereça contestação no prazo legal, nos moldes do art. 550 do CPC. Em assim sendo, determino seja citado o Requerido para que, querendo, apresente a prestação de contas ou conteste a ação, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 550 do CPC. Acaso a parte Requerida apresente as contas, intime-se o Requerente para manifestação, em prazo de 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 550, § 2., do CPC. Decorrido o prazo legal sem resposta do Réu, voltem-me os autos conclusos. Providencias legais. Cit. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0645905-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Gracielle Tananta Macedo - Ante ao exposto, decido por: a) indeferir a antecipação dos efeitos da tutela; b) deferir a gratuidade da justiça, na forma do art. 98, § 1.º, do CPC; c) definir a distribuição do ônus da prova por ocasião da decisão de saneamento e de organização do processo, ex vi do art. 357, III, do CPC; d) determinar que o Banco Requerido, no prazo de contestação, acoste aos autos o contrato de que trata a presente demanda; e e) determinar sejam encaminhados os autos ao CEJUSC/CIVEL, para procedimentos relativos à audiência de conciliação e mediação, nos termos do art. 334 do CPC. Contudo, à vista de que expresso pela Autora na exordial - fl. 13, seu desinteresse em participar de audiência de conciliação e mediação, ex vi do art. 319, VII, do CPC, certo é que poderá o Réu também manifestar seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada com 10 (dez) dias de antecedência da data aprazada ao referido ato - art. 334, §5º do CPC. P.R.I.C.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0646148-68.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos, Cuidam os presentes autos de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária formulada por Banco Itaucard S/A em face de Benevaldo Pereira da Silva. Comprovada a celebração de contrato com alienação fiduciária (fls. 21/22) e sumariamente demonstrado o inadimplemento do Requerido (fl. 36), concedo liminarmente a busca e apreensão do bem individualizado na inicial, nos termos do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 911/69. Após o cumprimento da liminar, intime-se o Réu para no prazo de 05 dias pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial pelo Banco Autor, hipótese na qual o bem será restituído àquele livre de ônus, consoante o art. 3.º, §2.º, do referido Diploma Legal. Também em ato contínuo, cite-se o Réu para responder à ação no prazo de 15 dias, contado a partir da juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido, resposta cabível ainda que se tenha providenciado o pagamento acima referido, caso entenda ter havido pagamento a maior e deseje restituição, de acordo com o art. 3.º, §§3.º e 4.º, desse Decreto-Lei. Esclareço que apenas após o eventual decurso desse prazo de 05 dias sem a purgação da mora acima aludida, é que a liminar ora concedida ensejará a consolidação da propriedade e da posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Banco Autor, na forma do art. 3.º, §1.º, do Decreto-Lei n.º 911/69. Expeça-se o competente mandado na forma da Lei após a comprovação do pagamento das custas da diligência, conforme o disposto na Portaria 116/2017 (publicada no DJE do dia 23/01/2017). Por fim, caso o Réu não logre ser citado, intime-se o Banco Autor para viabilizar a medida em 10 dias; e, caso o bem alienado fiduciariamente não seja encontrado ou não se ache na posse do Requerido, intime-se o Banco Autor para, em 10 dias, indicar novas diligências aptas à efetivação da liminar ou para requerer a conversão do pedido de busca e apreensão, nos mesmos autos, em ação de execução. Transcorrido o prazo de 30 dias após o decurso in albis do prazo de manifestação do Requerente, intime-se pessoalmente para manifestar interesse no prosseguimento do feito em 5 dias, sob pena de extinção processual. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0649287-62.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM) - Processo 0660668-67.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Edinelza Naranjo Batista - REQUERIDO: Engeco - Engenharia e Construções Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do pedido de audiência, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0660858-30.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Adelaide Maria de Freitas Camargos RIbeiro (OAB 92554MG)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adilson José da Costa Almeida Filho (OAB 11094/AM)
Aldenize Magalhães Aufiero (OAB 1874/AM)
Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Anderson R. de Souza Benchimol (OAB 7034/AM)
André Guimarães da Cruz (OAB 7549/AM)
Aniello Miranda Aufiero (OAB 1579/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)

Caio Feldberg Porto (OAB 7995/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Leal de Souza (OAB 7498/AM)
Cassius Clei Farias de Aguiar (OAB 9725/AM)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Daiana Ferreira de Sousa (OAB 8527/AM)
Dainiusen Pedrosa Castro e Silva (OAB 953/RR)
Daniel Marcelo Benvenutti de Sales (OAB 7949/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Danielle Aufiero Monteiro de Paula (OAB 6945/AM)
Danielle Cristhina Deda Ferreira (OAB 46165/PR)
Darden Klinger Colares Libório (OAB 10423/AM)
David Amorim Toledo (OAB 3474/AM)
Deborah Moreira da Costa Souza (OAB 4956/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diógenes Silva Abreu (OAB 5051/AM)
Diogo Coelho de Freitas (OAB 10733/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Diogo Oliveira Nogueira Franco (OAB 7550/AM)
Edmarie de Jesus Cavalcante (OAB 3351/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade Júnior (OAB 3840/AM)
Ernesto Alves de Sousa (OAB 401A/AM)
Fabiano Vítor da Cruz Santana (OAB 12287/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Gérson Menezes Evangelista (OAB 5268/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Graziela da Costa Batista (OAB 7224/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
Jano de Souza Mello (OAB 4587/AM)
Jean Carlo Navarro Corrêa (OAB 5114/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jessica Maciel Passos (OAB 13808/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Gomes de Amorim (OAB 10881/AM)
Júlio Alberto Corrêa Salas (OAB 10165/AM)
Júlio Antônio de Jorge Lopes (OAB 2023/AM)
Jurandir Almeida de Toledo (OAB 381/AM)
Ketllen Braga Castro (OAB 12518/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luciana Velasco Vasconcellos (OAB 4972/AM)
Luís Alberto Corrêa (OAB 5117/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Gonzaga Pinheiro Júnior (OAB 12021/AM)
Marcelo Henrique Carvalho dos Santos (OAB 9848/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria do Rosário de Oliveira Melo (OAB 5385/AM)
Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (OAB 7432/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 23748/PE)
Maria Lucielza Oliveira Facco (OAB 8301/AM)
Marizete de Souza Caldas (OAB 6405/AM)
Martha Lorena Gomes de Jesus Pereira (OAB 9261/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Miguel Barrella Filho (OAB 1622/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Nelcineila Batista de Oliveira (OAB 5779/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Jaqson Freire Pinto (OAB 7967/AM)
Rachel Siza Tribuzy (OAB 6863/AM)
Raphael Augusto Caramuru Fernandes (OAB 295446/SP)
Renan Barbosa de Azevedo (OAB 23112/CE)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Silva de Sena (OAB 8956/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rosinalva Gomes Barros (OAB 8183/AM)
Rozana Ribeiro Praia (OAB 10234/AM)
Scoty de Souza Diniz (OAB 12424/AM)
Selma Magalhaes Santana (OAB 7683/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérgio Marinho Lins (OAB 2414/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Tallita Lindoso Silva (OAB 13266/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thawanny Garcia Maia (OAB 8658/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Vera Lúcia da Silva Matos (OAB 3758/AM)
Vítor de Souza Vieira (OAB 6843/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0197/2019

ADV: LUÍS FELIPE DE AZEVEDO ARAÚJO (OAB 13522/AM), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0214092-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Debora Munis Coelho - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e outros - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM), ADV: VANESSA ALENCAR DA SILVA (OAB 7326/AM), ADV: JOSÉ FRANCISCO SANTOS SILVA (OAB 1993/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG) - Processo 0215651-54.2010.8.04.0001 (001.10.215651-5) - Cumprimento de sentença - Posse - EXEQUENTE: Safra Leasing S/A - Arrendamento Mercantil - EXECUTADO: Souza Ferreira e Cia. Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: HILDERSON FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 7364/AM), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056/RJ), ADV: PAULO DIAS GOMES (OAB 2337/AM), ADV: GERMANA VIEIRA DO VALLE (OAB 927A/AM) - Processo 0235352-64.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - EXEQUENTE: Marcelo Mosqueira Taveiros - REQUERIDO: Banco Itaú S/A - EXECUTADO: Manausul Comércio Transporte e Representação Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada

para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ALESSANDRA AZEVEDO ARAÚJO FURTUNATO (OAB 4705/AC) - Processo 0244504-92.2018.8.04.0001 (processo principal 0623252-65.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Companhia de Credito Financiamento - Considerando que não houve interesse da parte Exequente na execução da sentença, dê-se baixa na distribuição e arquive-se, observando as formalidades legais. Cumpra-se.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 4193/AC), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: EDUARDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 5188/AM), ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0268165-47.2011.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liminar - REQUERENTE: Aymoré Créditos Financiamentos e Investimentos S/A - REQUERIDO: Marcos Viana Cruz - Trata-se de feito sentenciado, com a prestação da efetiva tutela jurisdicional. Assim, em não havendo provimento judicial a ser proferido nestes autos, ARQUIVE-SE. I. C.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ (OAB 24102B/PR) - Processo 0601431-05.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Indefiro o pedido de suspensão, pois manifestamente descabido, bem como não configura quaisquer das hipóteses do art. 313, do NCPC. Nesse momento processual e para a validade do processo, necessária se faz a citação do Requerido (CPC/2015, art. 239), razão pela qual intime-se o requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova a citação do Requerido, nos termos do artigo 240, § 2º, do NCPC, sob pena de extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 317 e c/c art. 485, IV, do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIANE ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5129/AM), ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM), ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 122626/SP), ADV: ISANA SILVA GUEDES (OAB 12679/PA) - Processo 0602279-94.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Considerando que não houve resposta da Central de Mandados e do Oficial de Justiça, oficie-se à Corregedoria deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, observando as formalidades legais. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM) - Processo 0602822-63.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ALVARO PAEZ JUNQUEIRA (OAB 160245/SP), ADV: ATHILA RENATO CERQUEIRA (OAB 237770/SP), ADV: KLEBER DEL RIO (OAB 203799/SP) - Processo 0604116-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Futura Tecnologia, Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos da Amazônia Ltda - Certifico, para os devidos fins de direito, que REDESIGNEI AUDIÊNCIA de Conciliação datada para 29/08/2019 às 10:00h, para o dia 10/10/2019 às 09:30h conforme Despacho de folha 61, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 29 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: HELDER SOARES DE LIMA (OAB 7536/AM), ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0607625-89.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: Márcio Roberto Soares do Nascimento - REQUERIDA: Maria Niete Cavalcante Seixa - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais para a expedição do Ofício e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: NELSON PASCHOALOTTO (OAB 108911/SP) - Processo 0610236-15.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do NCPC, por ausência de pressuposto válido e regular do processo. Custas já recolhidas pelo demandante. Deixo de condenar o autor em honorários, em razão de não ter sido instaurada a relação processual. Após, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. P.R.I.C.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0610780-71.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM), ADV: HORLANDO HALIX RIBEIRO DE BRITO (OAB 5102/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM) - Processo 0612358-98.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: ISSA ATA MOHAMED YACUB - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - "RELATÓRIO: Trata-se de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos contra a SENTENÇA de mérito proferida nos presentes autos, apontando o Embargante a existência de OMISSÃO. Sustenta a OMISSÃO ao fato da não manifestação em relação a modalidade de correção monetária. É o sucinto relatório. FUNDAMENTAÇÃO: AB INITIO, verifico assistir razão ao Embargante neste ponto. De fato, o dispositivo da decisão de FLS. 225/226 não se manifestou acerca da modalidade "correção monetária". DECISÃO: Isto posto, ACOLHO EM PARTE EMBARGOS, para tão somente retificar o dispositivo da sentença, conforme abaixo: Onde se lê: Isto posto e por tudo mais que dos autos consta, DECLARANDO a EXTINÇÃO do processo COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no artigo 487, inciso I, do CPC, JULGO PROCEDENTE a ação proposta, para os fins de CONDENAR a Requerida - UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA. a DEVOLVER ao AUTOR - ISSA ATA MOHAMED YACUB, o valor de R$ 13.549,96 (treze mil, quinhentos e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos), com incidência de juros de mora de 1% desde a citação. CONDENO ainda a Requerida a PAGAR ao AUTOR, a INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, no montante de R$ 10.000,00 (dez mil reais), quantia que será corrigida monetariamente a contar da publicação da SENTENÇA. Leia-se: Isto posto e por tudo mais que dos autos consta, DECLARANDO a EXTINÇÃO do processo COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no artigo 487, inciso I, do CPC, JULGO PROCEDENTE a ação proposta, para os fins de CONDENAR a Requerida - UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA. a DEVOLVER ao AUTOR - ISSA ATA MOHAMED YACUB, o valor de R$ 13.549,96 (treze mil, quinhentos e quarenta e nove

reais e noventa e seis centavos), devidamente corrigido, incidindo correção monetária pelo INPC a partir da constituição do débito e juros de 1% a partir da citação. CONDENO ainda a Requerida a PAGAR ao AUTOR, a INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, no montante de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com correção monetária a partir da data em que o valor foi arbitrado (Súmula nº 362 do STJ) e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, estes contados desde a SENTENÇA. Intimem-se. MÁRCIO ROTHIER PINHEIRO TORRES JUIZ DE DIREITO"

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0612854-25.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Considerando os termos da Portaria nº 116/2017, determino a intimação do Requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência de Renajud, conforme Tabela III, item 9, da referida Portaria, sob pena de extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 317 e c/c art. 485, IV, do CPC. Após a comprovação, proceda-se à consulta e bloqueio do veículo descrito na inicial via Renajud. Ainda, compulsando os autos, verifico que o Autor requereu tramitação do processo em segredo de justiça na petição inicial. Indefiro o pedido de tramitação sob segredo de justiça, porque estão ausentes as hipóteses previstas no art. 189 do Código de Processo Civil. À Secretaria. Remova-se a anotação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0614375-05.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA (OAB 5698/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA JÚNIOR (OAB 9004/AM) - Processo 0616337-63.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Indenização do Prejuízo - REQUERENTE: Lace Barbosa de Araujo - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0618051-34.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omini S/A Crédito Financiamento e Investimento - Considerando os termos da Portaria nº 116/2017, determino a intimação do Requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência de Renajud, conforme Tabela III, item 9, da referida Portaria, sob pena de extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 317 e c/c art. 485, IV, do CPC. Após a comprovação, proceda-se à consulta e bloqueio do veículo descrito na inicial via Renajud. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VALCERLAN FERREIRA CRUZ (OAB 10037/AM), ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM), ADV: HELDER SOARES DE LIMA (OAB 7536/AM) - Processo 0618906-08.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Kelen Cristina Tavares Ribeiro - EXECUTADO: Elias Mario da Frota - R.H. Diante da arguição de IMPENHORABILIDADE DO BEM IMÓVEL formulada pelo Executado a fls. 106/110 e da manifestação de interesse na realização da audiência de conciliação, CHAMO o PROCESSO à ORDEM para tornar sem efeito a determinação contida na Decisão de fls. 103, no que se refere à expedição de mandado de intimação, penhora e avaliação, momento em que DESIGNO AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA para o dia 25/09/2019 às 10h, a ser realizada na sede deste Juízo. Intimem-se as partes para comparecimento. Cumpra-se.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (OAB 732A/AM) - Processo 0619615-43.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Admistradora de Consórcios Ltda - Posto isso, intime-se a parte Requerente, por meio de seu advogado, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova a citação do(s) Requerido(s) nos termos do artigo 240, § 2º, do CPC/2015, sob pena de extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 317 e c/c art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE) - Processo 0623442-91.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Cleyton Melo dos Santos - EXPEÇA-SE em favor do REQUERIDO, o pertinente ALVARÁ relativo aos DEPÓSITOS correspondentes às PARCELAS CONSIGNADAS. Após, ARQUIVEM-SE os autos em definitivo. I. C.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVEZ DOS SANTOS (OAB 1163/AM) - Processo 0624143-23.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Considerando que os valores correspondentes às despesas postais com a realização de citações e intimações devem ser suportados pelas partes que se utilizam do ato praticado, razão pela qual intime-se o EXEQUENTE, para, no prazo de 5 (cinco) dias comprovar o aludido recolhimento, sob pena de extinção/arquivamento, com base na na Lei 4.408/2016 e art. 485, III, do CPC/2015. I. C.

ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP) - Processo 0625865-34.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: TATIANA MARIA MELLO DE LIMA (OAB 15118/DF), ADV: RODRIGO BADARÓ DE CASTRO (OAB 2221/DF), ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM), ADV: RODRIGO BADARÓ DE CASTRO (OAB 2221A/DF) - Processo 0627902-92.2017.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Lusitana Amazon Teleatentdimento Ltda - Me - REQUERIDO: Claro S/A - Claro S/A - R.H. Defiro a petita de fls. 393. Expeça-se ALVARÁ JUDICIAL em favor do perito MANOEL PAES MARIALVA, referente ao saldo remanescente do valor depositado a fls. 356/358 a título de honorários periciais. I.C.

ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM) - Processo 0629102-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: José Nogueira da Silva - Diante disso, por ausente prova incontroversa, à primeira vista, do alegado, bem como do perigo de dano irreparável e de difícil reparação, indefiro por ora, o pedido de antecipação dos efeitos da tutela. Ante os documentos apresentados, concedo os benefícios da Assistência Judiciária gratuita em favor do Requerente. Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, designo a AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 07/11/2019 às 12:30, na sede deste juízo (sala 2). Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Cite(m)-se e intime(m)-se. Intime-se.

Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0629262-91.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0629410-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: Maria Duete Araujo das Neves Carvalho - Vistos. A inicial deve ser emendada. Ao que se infere, o pleito revisional é genérico, o que impõe a determinação de emenda à inicial. Determino que a autora emende a inicial, em 15 (quinze) dias, para trazer aos autos o contrato que pretende revisar e indicar, uma a uma, as cláusulas contratuais que pretende rever do contrato, individualizando a fundamentação, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do art. 321 do Código de Processo Civil, bem como da extinção do feito sem a apreciação do mérito, por inépcia, com fulcro no inciso I, do art. 330 combinado com o inciso I do art. 485, todos do Código de Processo Civil. Ainda, defiro os benefícios da Justiça Gratuita em favor da parte Autora. Intime-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0630030-17.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM), ADV: FABIANA AMORIM BARROS (OAB 10647/AM) - Processo 0630383-96.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - REQUERIDO: FABIANA AMORIM BARROS - R. H. INDEFIRO o pedido da Requerida de fls. 165/166, tendo em vista que assiste razão ao Banco Requerente quanto a informação que o valor requerido para restituição contemplou o pagamento do boleto de fls. 47 referente a parcela 14. Arquivem-se os presentes autos em definitivo. I. C.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631092-92.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM), ADV: IRLANE LIMA DE OLIVEIRA ARAÚJO (OAB 7784/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0631987-29.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: RICARDO DAVILA DA SILVA - R. H. Trata-se de feito sentenciado, sendo prestada a efetiva tutela jurisdicional. A controvérsia cinge-se acerca do levantamento de Alvará Judicial de fls. 111, por patrono outro com poderes para receber valores (fls. 102). Houve determinação deste Juízo para retificação do Alvará Judicial (fls. 106), que somente se deu após a confecção do respectivo documento, o qual fora levantado pelo causídico de fls. 101. Assim, inexiste nos autos qualquer irregularidade processual a ser sanada, uma vez que não houve ordem para SUSPENSÃO do Alvará, tão somente nova ordem de expedição do documento, cabendo ao patrono peticionante tomar as medidas que entender cabíveis, não mais nestes autos, razão pela qual INDEFIRO os pedidos de fls. 118. Dê-se baixa nos presentes autos no sistema SAJ.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0632135-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Aldemar da Silva Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela antecipada. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos", designo a AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 07/11/2019 às 13h00, na sede deste Juízo (sala 2) Cite(m)-se e intime(m)-se. Defiro ao autor os benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0632195-71.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM) - Processo 0633009-49.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio do Parque São José do Rio Negro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARIANA LEANDRO DAMACENO (OAB 38091/DF) - Processo 0634097-25.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Unyleya Editora e Cursos S.a (3w Educacional) e outro - Dessa maneira, julgo extinto o presente nos termos do art. 485, IV, c/c 290 do NCPC. E mais, determino a baixa da distribuição e arquivamento no SAJ e no setor de Distribuição. P.R.I.C.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0634234-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Aldineia Bernardo de Almeida - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 17/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do

laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0634368-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Concessão - REQUERENTE: Orlenilson Medeiros do Nascimento - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 17/09/2019, a partir das 16:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na clinica Hap Vida, Rua Alexandre Amorim, 490, Bairro de Aparecida, nesta cidade.

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM) - Processo 0635698-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Josinaldo Salviano Alves - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 17/09/2019, a partir das 11:15 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0635771-72.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WALDIR GONÇALVES BARROS JÚNIOR (OAB 5535/AM), ADV: GUNTHER AQUILES MARQUES PAZ (OAB 7296/AM) - Processo 0636702-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: N. V. Indústria, Comércio e Construção Ltda. e outros - Vistos. Trata-se de AÇÃO INDENIZATÓRIA referente a prestação de serviços de coordenação do procedimento de Recuperação Judicial do grupo empresarial das Requerentes, em trâmite na 9ª Vara Cível de Manaus/AM sob o n.º 0603350-29.2018.8.04.0001. Na presente ação discute-se a prática de atos judiciais dos Requeridos que refletiram na condução do procedimento de Recuperação Judicial, os quais teriam causado prejuízo aos Requerentes. Nota-se, diante dos fatos narrados na inicial que, de fato, as AÇÕES POSSUEM UMA INTERDEPENDÊNCIA ENTRE SI, impondo a necessidade de serem reunidas, para apreciação pelo MM. Juízo Natural. Diante disso, flagrante é a existência do instituto processual da CONTINÊNCIA, previsto ao art. 56 do NCPC, devendo as ações serem reunidas para JULGAMENTO EM CONJUNTO, razão pela qual DECLINO A COMPETÊNCIA em favor do MM. JUÍZO DA 9ª VARA CÍVEL E ACIDENTES DE TRABALHO DE MANAUS/AM. Remeta-se portanto o feito, ao MM. Juízo DECLINADO, via DISTRIBUIÇÃO. I. C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0636867-88.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM) - Processo 0637206-47.2019.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Violação aos Princípios Administrativos - REQUERENTE: Elisabete Lucas - REQUERIDO: Condominio Forum Business Center e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM), ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM) - Processo 0637206-47.2019.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Violação aos Princípios Administrativos - REQUERENTE: Elisabete Lucas - REQUERIDO: Christhian Naranjo de Oliveira - Condominio Forum Business Center - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0637305-22.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Posto isso, intime-se a parte Requerente, por meio de seu advogado, para que, no prazo de 5 (cinco) dias,

promova a citação do(s) Requerido(s) nos termos do artigo 240, § 2º, do CPC/2015, sob pena de extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 317 e c/c art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0638224-74.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0638623-06.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Maria Osilete Correa da Costa - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: LUIS EDUARDO OLIVEIRA ALEJARRA (OAB 39534/DF), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0642012-67.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: DIONE SILVA DE OLIVEIRA - REQUERIDO: REDE DA CONSTRUÇÃO LTDA - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BIANKA CAELLI BARRETO RODRIGUES (OAB 4445/AM), ADV: FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ (OAB 24102/PR), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM) - Processo 0644084-22.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - REQUERIDA: Luciana Fabiola da Silva Balieiro - INTIME-SE o Requerente para requerer o que entender de direito no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM) - Processo 0645205-85.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - INTIME-SE o Requerente para promover o recolhimento das custas de diligência, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. I. C.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0645792-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Vanessa Cristina Oliveira de Lima - Diante disso, por ausente prova incontroversa, à primeira vista, do alegado, bem como do perigo de dano irreparável e de difícil reparação, indefiro por ora, o pedido de antecipação dos efeitos da tutela. Ante os documentos apresentados, concedo os benefícios da Assistência Judiciária gratuita em favor da Requerente. Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, designo a AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 07/11/2019 às 11:30, na sede deste juízo (sala 2). Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Cite(m)-se e intime(m)-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ARIEL CRISTINA BRAZ MOTA (OAB 13665/AM) - Processo 0645977-14.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Rita Braz Grice - R.H. Por cautela e em homenagem ao Princípio do Contraditório, ABSTENHO de apreciar o pedido de liminar formulado pela parte Autora, RESERVANDO para fazê-lo após a manifestação da parte Requerida. Designo AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 07/11/2019 às 12h00, a ser realizada na sede deste Juízo (sala 02), ficando as partes advertidas de que: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do NCPC; b) cada litigante deve estar acompanhado de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. DEFIRO a gratuidade judiciária em favor da Autora. Cite-se com as cautelas de praxe Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0646026-55.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - A T O O R D I N A T Ó R I O DE ORDEM do Dr. MÁRCIO ROTHIER PINHEIRO TORRES, Juiz Titular da 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho de Manaus/AM, neste ato, procedo a INTIMAÇÃO do Autor para que realize o Pagamento das CUSTAS INICIAIS, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290 CPC), conforme Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, art. 1º, inciso I, c/c Portaria 116/2017-PTJ art. 7º, §2º e art. 10).

ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM) - Processo 0646320-10.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Edgard Vicente Neves Montrezol - Apense-se aos Autos n° 0633003-42.2019.8.04.0001. Após, à conclusão.

ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM) - Processo 0646323-62.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Helen Rita Menezes Coutinho - Apense-se aos Autos n° 0634030-60.2019.8.04.0001. Após, à conclusão.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0649338-73.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: LÚCIO GLORIVALDO MATOS MARTINS (OAB 8380/AM) - Processo 0654877-20.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Fernando Rodrigues Donizeth - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da Petição juntada em fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0657169-75.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Posto isso, intime-se a parte Requerente, por meio de seu advogado, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova a citação do(s) Requerido(s) nos termos do artigo 240, § 2º, do CPC/2015, sob pena de extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 317 e c/c art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0660724-03.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Ante o exposto e, por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a presente Ação de Busca e Apreensão ajuizada, confirmando a liminar concedida anteriormente, para CONSOLIDAR a propriedade do Requerente sobre o bem alienado fiduciariamente, e condenar o(a) Requerido(a) ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, atento ao disposto no Art. 85, § 2o, do Novo Código de Processo Civil. Faculto ao autor a venda do bem,

na forma do artigo 3º, § 5º, do Decreto lei 911/69, computando-se o valor da dívida com os acréscimos das despesas judiciais e extrajudiciais e, se caso, deverá o autor restituir à ré o saldo, se existente. Entretanto, considerando que a parte vencida é beneficiária da assistência judiciária gratuita, a exigência de tais valores ficará condicionada a demonstração dos requisitos do artigo 98, §3°, do Código de Processo Civil. Advindo o trânsito em julgado, arquivem-se estes autos com a devida baixa no SAJ e no setor de Distribuição. P.R.I.C.

Adriane Ortiz Granja de Souza (OAB 5129/AM)
Alessandra Azevedo Araújo Furtunato (OAB 4705/AC)
ALVARO PAEZ JUNQUEIRA (OAB 160245/SP)
Amandio Ferreira Tereso Junior (OAB 732A/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Ariel Cristina Braz Mota (OAB 13665/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Athila Renato Cerqueira (OAB 237770/SP)
Bianka Caelli Barreto Rodrigues (OAB 4445/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Augusto Azevedo da Silva (OAB 5698/AM)
Carlos Augusto Azevedo da Silva Júnior (OAB 9004/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 122626/SP)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo José Borges Guerra (OAB 5188/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
Fabiana Amorim Barros (OAB 10647/AM)
Fabiano da Silva Maciel (OAB 5005/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Flaviano Bellinati Garcia Perez (OAB 24102/PR)
Flaviano Bellinati Garcia Perez (OAB 24102B/PR)
Germana Vieira do Valle (OAB 927A/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 4193/AC)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gunther Aquiles Marques Paz (OAB 7296/AM)
Helder Soares de Lima (OAB 7536/AM)
Hilderson Farias de Oliveira (OAB 7364/AM)
Horlando Halix Ribeiro de Brito (OAB 5102/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Irlane Lima de Oliveira Araújo (OAB 7784/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isana Silva Guedes (OAB 12679/PA)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Francisco Santos Silva (OAB 1993/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Lídio Alvez dos Santos (OAB 1163/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
KLEBER DEL RIO (OAB 203799/SP)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lúcio Glorivaldo Matos Martins (OAB 8380/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luis Eduardo Oliveira Alejarra (OAB 39534/DF)
Luís Felipe de Azevedo Araújo (OAB 13522/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313/AM)
Mariana Leandro Damaceno (OAB 38091/DF)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056/RJ)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mithan Vasconcelos Corrêa (OAB 5784/AM)
Nelson Paschoalotto (OAB 108911/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paulo Dias Gomes (OAB 2337/AM)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Badaró de Castro (OAB 2221/DF)
RODRIGO BADARÓ DE CASTRO (OAB 2221A/DF)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Tatiana Maria Mello de Lima (OAB 15118/DF)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Valcerlan Ferreira Cruz (OAB 10037/AM)
Vanessa Alencar da Silva (OAB 7326/AM)
Waldir Gonçalves Barros Júnior (OAB 5535/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0223/2019

ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM) - Processo 0020383-43.2002.8.04.0001 (001.02.020383-8) - Procedimento Comum Cível - Extinção - REQUERIDA: Fundação Feliz Cidade - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da devolução da carta precatória, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: JULIANA CORREA TUJI (OAB 6559/AM), ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM), ADV: FABÍOLA DA SILVA GESTA CARUSO (OAB 4662/AM), ADV: SAMUEL PINTO DA SILVA (OAB 6734/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680/AM), ADV: DIOGO CEZAR DOS SANTOS FEUSER (OAB 749A/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: RACHEL

NASCIMENTO CÂMARA DE CASTRO (OAB 5732/AM), ADV: GABRIELA PAESE DANTAS (OAB 2989/AM), ADV: OTACÍLIO NEGREIROS NETO (OAB 4069/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: FERNANDO BORGES DE MORAES (OAB 446A/AM), ADV: HELLEN CRISTIANE SANTOS SILVA (OAB 6708/AM) - Processo 0039324-07.2003.8.04.0001 (apensado ao processo 0624798-58.2018.8.04.0001) (001.03.039324-9) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Euclides Crescencio Pereira - REQUERIDO: Eucatur Empresa Uniao Cascavel de Transporte Turismo Ltda. - LITSPASSIV: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Isto posto, ACOLHO os pedidos formulados na impugnação, homologando os cálculos apresentados pela contadoria às fls. 966-969 e reduzindo o valor do cumprimento de sentença para R$ 860.722,03 (oitocentos e sessenta reais, setecentos e vinte e dois reais e três centavos) CONDENO o Impugnado/Exequente ao pagamento de honorários advocatícios, dividido igualmente em favor dos patronos dos Impugnantes/Exequentes, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre a diferença do valor requerido às fls. 769-770 e valor apurado às fls. 966-969, perfazendo a quantia de R$ 43.255,04 (quarenta e três mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e quatro centavos). Prossiga o exequente na execução, no prazo de 05 (cinco) dias. Intimem-se.

ADV: RAFAEL ALBUQUERQUE MAIA (OAB 21439/CE), ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM), ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM), ADV: JAIRO BEZERRA LIMA (OAB 1507/AM) - Processo 0207900-69.2017.8.04.0001 (processo principal 0203706-07.2009.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Marcos Henrique Ferreira da Silva - EXECUTADO: Mitsuru Inoue e outros - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM), ADV: MANOEL DE SOUZA FILHO (OAB 6731/AM), ADV: LÚCIO RICARDO QUEIROZ PAES (OAB 3586/AM), ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0232584-05.2010.8.04.0001 (001.10.232584-8) - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Laudimiro Osmídio Lima - REQUERIDA: Maria Antonieta Acelino da Silva - I- Intime-se a Executada, por seu patrono (art. 854, §2º do NCPC), para se manifestar sobre a indisponibilidade dos ativos financeiros realizada pelo sistema BACENJUD, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §3º do NCPC. II- Considerando o bloqueio parcial do valor do débito, manifeste-se a parte exequente sobre o prosseguimento do feito quanto ao saldo remanescente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CLÁUDIA MORAES NADAF DA COSTA VAL (OAB 2523/AM) - Processo 0251048-43.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: RC Recebiveis Ltda - Ante o exposto, homologo a desistência requerida e, com espeque no art. 485, VIII, do NCPC, EXTINGO o presente processo sem resolução de mérito. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: EDSON PEREIRA DUARTE (OAB 3702/AM), ADV: LUCIANA PEDROSA DE MORAES REGO FIGUEIREDO (OAB 2819/AM), ADV: ADRIENE BELOTA LOPES BRASIL (OAB 4864/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: MARCELO SABBÁ DE QUEIROZ (OAB 3284/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO SANTOS PEREIRA (OAB 1908/AM), ADV: JOÃO ANTONIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM), ADV: FABÍOLA MARIA VASQUES PAREJA LOBO (OAB 4167/AM), ADV: THIAGO NOBRE ROSAS (OAB 4773/AM), ADV: NELSON JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA (OAB 5103/AM), ADV: ANA CRISTINA DE LIMA LOUREIRO (OAB 3427/AM), ADV: LÚCIO RICARDO QUEIROZ PAES (OAB 3586/AM), ADV: ANA CRISTINA DE LIMA LOUREIRO (OAB 3427/AM) - Processo 0311121-54.2006.8.04.0001 (001.06.311121-8) - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Fabiana de Mendonça Ferreira e outro - REQUERIDO: Hospital Maternidade Unimed - Dr. Carlos Henrique E. Freire - Dr. Jorge Roberto Di Tommaso Leão - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca do calculo processual de fl. 569, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: DANIELLE CRISTHINA DEDA FERREIRA (OAB 46165/PR) - Processo 0602900-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marcelo Pinheiro de Lemos - REQUERIDO: Viação São Pedro Ltda. - Designo audiência de conciliação para o dia 07/10/2019 às 10:30h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG), ADV: CARLOS EDUARDO PALINKAS NEVES (OAB 215954/SP), ADV: THIAGO VINÍCIUS MENDONÇA MOREIRA (OAB A1087AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0602923-03.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Neutemar do Nascimento Queiroz - REQUERIDO: Banco BMG S/A - I- Expeça-se Alvará do valor incontroverso depositado à fl. 311 em favor do Exequente, conforme requerido às fls. 316-318. II- Considerando que o Executado já foi devidamente intimado para pagar o valor total da condenação, com a advertência de incidência de multa e honorários caso não fosse realizado o pagamento no prazo legal, prossiga o exequente, requerendo o que for de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: HERALDO ANTONIO CORREA JUNIOR (OAB 13798/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0606492-07.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Aquarela Tintas Ltda. e outros - Designo audiência de conciliação para o dia 14/10/2019 às 09:00h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: CARLOS VENÍCIOS DE ASSIS SANTANA (OAB 5991/AM) - Processo 0607479-77.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Luan Marcelo da Silva Almeida - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0608473-71.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0610217-09.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do cumprimento do acordo, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MÁRCIA REGINA BARROSO COSTA (OAB 5130/

AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM) - Processo 0611223-85.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Humberto Barbosa da Silva - REQUERIDO: Global GNZ Transportes Ltda - Assim, pelas judiciosas razões acima expendidas, CONHEÇO dos Embargos de Declaração, porque presentes os requisitos, mas, no mérito, DENEGO-OS por entender existir qualquer obscuridade que dá ensejo à revisão da sentença exarada, consoante permissivo constante dos arts. 494, II c/c 1.022, I e II, ambos do NCPC, alterando o julgado tão somente nos seguintes termos: Onde se lê Por todo o exposto, a teor do art. 487, I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, para CONDENAR a empresa requerida a pagar ao Autor a quantia de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) a título de compensação por danos morais, bem como ao pagamento do valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a titulo de danos estéticos, contem-se os juros moratórios a taxa de 1% (um por cento) ao mês a partir da data em que praticado o ilícito (súmula 54 do STJ) e atualização monetária a partir do arbitramento (súmula 362 do STJ). CONDENO a Autora ao pagamento de pensão mensal, a quantia equivalente a um salário mínimo vigente, desde a data do evento danoso, até o fim do tratamento (fevereiro de 2015) valores a serem corrigidos monetariamente, mês a mês, e acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês a contar do acidente. Leia-se Por todo o exposto, a teor do art. 487, I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, para CONDENAR a empresa requerida a pagar ao Autor a quantia de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) a título de compensação por danos morais, bem como ao pagamento do valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a titulo de danos estéticos, contem-se os juros moratórios a taxa de 1% (um por cento) ao mês a partir da data em que praticado o ilícito (súmula 54 do STJ) e atualização monetária a partir do arbitramento (súmula 362 do STJ). CONDENO a parte Requerida ao pagamento de pensão mensal, a quantia equivalente a um salário mínimo vigente, desde a data do evento danoso, até o fim do tratamento (fevereiro de 2015) valores a serem corrigidos monetariamente, mês a mês, e acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês a contar do acidente. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0612108-60.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: LEONARDO BRAZ DE CARVALHO (OAB 76653/MG), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: MARIA ROSA SOARES DE LIMA ÁVILA (OAB 4086/AM) - Processo 0612961-45.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: MARLUCIA GOBI - REQUERIDO: DIRECIONAL ENGENHARIA S/A - NELSON WILLIANS & ADVOGADOS ASSOCIADOS - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: ALESSANDRA NASCIMENTO S. F. MOURÃO (OAB 97953/SP), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0613494-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ronaldo César Cavalcante Oliveira e outros - REQUERIDO: Honda Automoveis do Brasil Ltda - Shizen Veículos Ltda. - Designo audiência de conciliação para o dia 10/10/2019 às 09:30h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0615386-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Almir Nazario Maricaua - REQUERIDO: Banco Bmc S/A (Incorporado Pelo Banco Bradesco) - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: HERALDO MOUSINHO BARRETO (OAB 4204/AM), ADV: CARLOS ALBERTO MOURA LEITE (OAB 240790/SP), ADV: GESIEL DE SOUZA RODRIGUES (OAB 141510/SP), ADV: ANTÔNIO JOSÉ OLIVA VELOSO (OAB 6339/AM), ADV: ARTHÊMIO WAGNER DANTAS DE OLIVEIRA (OAB 2026/AM) - Processo 0615576-03.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0615737-52.2013.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: Luiz Fernando Machado Chaves - REQUERIDO: Prontocord Hospital do Coração Ltda e outros - LITSPASSIV: Unimed de Manaus Empreendimentos S.a. - Vistos e examinados. Nos termos do art. 487, inciso III, alínea b, do NCPC, Homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo feito em audiência, de fls. 332/333, firmado entre as partes nos autos da Procedimento Comum Cível ajuizada por Luiz Fernando Machado Chaves e em desfavor de Prontocord Hospital do Coração Ltda, Maria Carmem Drummond de Castro Nasser, Carlos Augusto de Almeida, Alvaro Felipe Amande Nogueira, Juan Vila Beneyto, Unimed de Manaus Empreendimentos S.a. e Sandra Maria de Sousa Vila. Após o cumprimento integral da avença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, procedendo-se a baixa na distribuição e, em havendo requerimento, ao desentranhamento dos documentos solicitados. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MARCELO DE FIGUEIREDO ARRUDA (OAB 4505/AM), ADV: MUNICK ALBUQUERQUE COSTA (OAB 7874/AM) - Processo 0615759-08.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Raimundo Nonato de Alencar Arruda - ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe. Processo findo. Dê-se baixa na distribuição.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0617579-91.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - EXPEÇA-SE novo mandado de citação, sem custas, para os fiadores da empresa requerida, Sr. Ismael Bicharra Filho e Sra. Amalia Neves Bicharra, tendo em vista que até a presente data, o mandado anterior, de fl. 76, não retornou. À Secretaria para as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: DANIEL ROCHA NÓBREGA (OAB 10626/AM), ADV: ANDRÉA MAMBERTI IWANICKI (OAB 157846/SP) - Processo 0618138-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ozaney Silva dos Santos - REQUERIDO: Assa Abloy Brasil Sistemas de Seguranca Ltda - Designo audiência de conciliação para o dia 14/10/2019 às 09:30h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: ALOÍSIO BARBOSA CALADO NETO (OAB 17231/PB), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0618618-89.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação

Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Marcia Regina Lima de Souza - NÃO ACOLHO a arguição de litispendência, de fls. 133, tendo em vista que o presente processo já foi sentenciado. CUMPRA-SE a determinação de fls. 129 dos autos. Custas pagas (fls. 233/235). À Secretaria para as cautelas de praxe.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0619159-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Eleonora de Alencar Alves Araujo - Diante destas judiciosas razões, a teor do art. 487, I do CPC, conheço o mérito da presente lide, para JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por para DECLARAR a revisão do débito imputado ao Autor, aplicando a taxa máxima de juros de 24,09% (vinte e quatro virgula zero nove por cento), determinando ainda que sejam suspensos os descontos em seu contracheque até que seja apurado o valor do débito. Realizado o recálculo, CONDENO o Requerido ao pagamento em dobro da diferença entre o valor pago e o valor efetivamente devido, considerando todos os valores recebidos pela parte autora por força do contrato entabulado em julho de 2014, com correção monetária desde a data do adimplemento e juros de mora desde a citação. Em relação aos danos morais, CONDENO o Requerido ao pagamento à parte autora da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, com correção monetária e juros de mora desde a citação, tratando-se de responsabilidade civil contratual. Tendo em vista que a parte autora decaiu em arte mínima do pedido e ante o disposto no art. 85 do CPC, CONDENO o Requerido ao pagamento de custas e honorários de advogado, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. PRIC.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0619224-20.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Condominio Ouro Verde - Assim, pelas razões acima expendidas, com fundamento no art. 485, IV, c/c art. 290, ambos do CPC, EXTINGO o processo sem julgamento do mérito. Após o trânsito em julgado da presente decisão, arquivem-se os autos sem custas, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 28 de agosto de 2019.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0619792-41.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Gesselanubia Farias Pereira - Assim, pelo exposto e por tudo que consta nos autos, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC c/c o artigo 86 da Lei 8213/91, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial e, por conseguinte, DETERMINO a CONVERSÃO do benefício de auxílio-doença em auxílio-acidente, tomando-se como termo a quo para implantação do benefício e pagamento a data das prestações a data desta sentença. Condeno a parte Requerida em custas e honorários de advogado, os quais fixo no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos moldes do art. 85, parágrafos 3º, do CPC c/c súmula 111 do STJ. Determino a remessa destes autos ao E. Tribunal de Justiça a fim de realizar o reexame necessário (art. 496, § 3º, I, do CPC). P.R.I.

ADV: MARCELLINO VICTOR RAQUEBAQUE LEÃO DE OLIVEIRA (OAB 8492/RO), ADV: SEBASTIÃO ROBERTO DE ARAÚJO (OAB 64679/MG) - Processo 0620845-52.2019.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Parintins Pneus Ltda. - REQUERIDO: Nsa Transportes Logistica Eireli - Epp - Designo audiência de conciliação para o dia 10/10/2019 às 10:00h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ANDERSON ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5059/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0620853-63.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Helena Marques Lira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos etc. Maria Helena Marques Lira ajuizou a presente Ação Indenizatória contra Banco BMG S/A, em fase de cumprimento de sentença. Ocorre que, na forma do art. 924, II, do CPC, tratou o Executado de remir a execução (fls. 452 e 466). A parte exequente pugna pelo levantamento dos valores e baixa processual (fls. 493-494). Ante o exposto, nos termos do 924, II, do CPC, JULGO EXTINTA a presente execução. Expeça-se Alvará para levantamento dos valores depositados em juízo em favor do Exequente, conforme petição de fls. 493-494. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP), ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM), ADV: ELIANE ANDRADE MARTINS (OAB 12118/AM) - Processo 0621465-98.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Consórcio - REQUERENTE: Wildson Fernandes de Oliveira - REQUERIDO: Itaú Administradora de Consórcios Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0621670-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Elionai Marinho Rodrigues - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o perito para que se manifeste acerca da impugnação ao laudo médico às fls. 104/111, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: SAULLO SAMMIR BERRÊDO PACHECO (OAB 8593/AM) - Processo 0621701-55.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - I- Intime-se o Executado, pessoalmente (art. 854, §2º do NCPC), para se manifestar sobre a indisponibilidade dos ativos financeiros realizada pelo sistema BACENJUD, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §3º do NCPC. No mesmo ato proceda-se à citação do Executado. II- Intime-se a Parte Exequente para apresentar o endereço atualizado do executado e promover o pagamento das despesas correspondentes à expedição e à postagem de carta com Aviso de Recebimento, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição da carta de intimação e citação fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. III- Considerando o bloqueio parcial do valor do débito, manifeste-se a parte exequente sobre o prosseguimento do feito quanto ao saldo remanescente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ALEXANDRE PASQUALI PARISE (OAB 112409/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: GUSTAVO PASQUALI PARISE (OAB 155574/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0622022-56.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omini S/A, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0622283-16.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J Safra S/A - Assim, pelas judiciosas razões acima expendidas, CONHEÇO dos Embargos de Declaração, porque presentes os requisitos, mas, no mérito, DENEGO-OS por entender inexistir qualquer obscuridade, omissão ou contradição que dê ensejo à revisão da sentença exarada, consoante permissivo constante dos arts. 494, II c/c 1.022, I e II, ambos no NCPC. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ALAN DE MOURA MENDES (OAB 13404/AM) - Processo 0622563-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Anastacio Lira dos Anjos - REQUERIDO: Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A - Banrisul - Designo audiência de conciliação para o dia 08/10/2019 às 09:30h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade

de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: JIMMY DA SILVA ARAÚJO (OAB 9072/AM) - Processo 0622770-20.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - REQUERIDO: Casa das Piscinas Ltda - Assim, acolho a manifestação, para cancelar a indisponibilidade excessiva sobre a conta do Banco Itaú, no valor de R$ 31.721,01 (trinta e um mil, setecentos e vinte e um reais e um centavos), nos termos do art. 854, §3º, II do CPC. Converto a indisponibilidade dos ativos financeiros sobre a conta do Banco Bradesco em penhora, nos termos do art. 854, §5º do NCPC., bem como proceda-se à transferência do montante de R$ 31.721,01 (trinta e um mil, setecentos e vinte e um reais e um centavos) para a conta vinculada a este juízo. Aguarda-se o julgamento dos Embargos à Execução (processo nº 0651220-70.2018.8.04.0001).

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0622963-69.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - Ante o retorno dos autos da Instância Superior, Prossigam as partes, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, entendam o que de direito. Intime-se.

ADV: FABIO RIVELLI (OAB 1119/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: ANDRÉ JUNIO MENDES DE OLIVEIRA (OAB 7836/AM) - Processo 0623963-07.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: S. Pereira da Silva Eireli - Epp - REQUERIDO: Construtora Aliança Ltda. - Gonder Incorporadora Ltda. - Pdg Reality S.a Empreendimentos e Participações - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM) - Processo 0625120-78.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Ornelis Pereira Farias - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: ANTONIO JUSTINO DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 46292/PE) - Processo 0625388-69.2017.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: Matheus Bezera de Araujo e outros - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas INFOJUD e RENAJUD, dos dados cadastrais da parte requerida SEVERINA MARIA DE FRANCA, sob o CPF de Nº 442.886.544-91. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0625831-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Rosivaldo Ferreira Bentes - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do NCPC. A teor do art. 300, do NCPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados à inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de posterior reanálise. Cite-se a Requerida por Carta de Citação com Aviso de Recebimento para, querendo, apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, constando no expediente as advertências legais (NCPC, art. 335 c/c 344, respectivamente).

ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 23748/PE), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: KENNEDY PAZ TIRADENTES (OAB 7682/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL) - Processo 0626818-27.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: FRANCISCA NILCE OLIVEIRA COSTA - REQUERIDO: Açai Transportes Coleitvos Ltda - DENUNCIADA: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MARIA DO ROSÁRIO NEVES FILARDI (OAB 5504/AM), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0626953-97.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Adalberto Paula da Silva Filho - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MARIA EDILEUSA MORAES DE MEDEIROS (OAB 7060/AM) - Processo 0627250-07.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Rescisão - REQUERENTE: Quality Lens Produtos Opticos Ltda-epp - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0627808-76.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas INFOJUD, RENAJUD, BACENJUD e SIEL, dos dados cadastrais da parte requerida, ANTÔNIA MARQUES DE ALBUQUERQUE, inscrição no CPF-MF sob o nº 336.490.812-53. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: JOSENY GUSMÃO DA SILVA (OAB 8783/AM), ADV: LUIZ COUTINHO DOS SANTOS NETO (OAB 8171/AM), ADV: LEONARDO BRAZ DE CARVALHO (OAB 76653/MG), ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA MAYO (OAB 14300/AM) - Processo 0628547-25.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Aço Engenharia LTDA - REQUERIDO: Jonasa Empreendimentos Imboliários Ltda - Com fundamento no art. 22, §4º, da Lei nº 8.906/94, DETERMINO a expedição de alvará em favor dos patronos da parte autora no valor especificado no cálculo de fl. 322, posteriormente, em atenção ao Ofício de fl. 324, DETERMINO a remessa do valor remanescente ao Juízo da 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Cumprido integralmente o acordo (fls. 268), arquive-se e dê-se baixa. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES

(OAB 1065A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0628607-27.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Nota Promissória - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - I- Intime-se a Executada, pessoalmente (art. 854, §2º do NCPC), para se manifestar sobre a indisponibilidade dos ativos financeiros realizada pelo sistema BACENJUD, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §3º do NCPC. II- Intime-se a Parte Exequente para promover o pagamento das despesas correspondentes à expedição e à postagem de carta com Aviso de Recebimento, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição da carta de intimação fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. III- Considerando o bloqueio parcial do valor do débito, manifeste-se a parte exequente sobre o prosseguimento do feito quanto ao saldo remanescente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP) - Processo 0628724-13.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Defiro o pedido de fl. 58. Comprovado o pagamento, expeça-se novo mandado de busca e apreensão e citação para o endereço indicado. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0629548-69.2019.8.04.0001 - Habilitação - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Associação de Pais e Mestres e Comunitários do Colégio Militar da Policia Militar (apmc/cmpm-i) - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Designo audiência de conciliação para o dia 10/10/2019 às 09:00h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0629583-63.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Requeiram as partes o que for de direito. Intimem-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0630385-95.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - I- Intimem-se os Executados, pessoalmente (art. 854, §2º do NCPC), para se manifestar sobre a indisponibilidade dos ativos financeiros realizada pelo sistema BACENJUD, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §3º do NCPC. No mesmo ato proceda-se à citação dos Executados. II- Intime-se a Parte Exequente para apresentar o endereço atualizado dos executados e promover o pagamento das despesas correspondentes à expedição e à postagem de carta com Aviso de Recebimento, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição da carta de intimação e citação fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. III- Considerando o bloqueio parcial do valor do débito, manifeste-se a parte exequente sobre o prosseguimento do feito quanto ao saldo remanescente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0630762-32.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ednilde Valeria de Melo Verçosa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos etc. Ednilde Valeria de Melo Verçosa ajuizou a presente Ação Indenizatória contra Banco Bradesco S/A, em fase de cumprimento de sentença. Ocorre que, na forma do art. 924, II, do CPC, tratou o Executado de remir a execução (fl. 191). A Exequente pugna pelo levantamento dos valores e consequente baixa processual (fls. 194-195) Ante o exposto, nos termos do 924, II, do CPC, JULGO EXTINTA a presente execução. Expeça-se Alvará para levantamento dos valores depositados em juízo em favor da parte exequente, conforme petição de fls. 194-195. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: JULIANA BRENA DOS SANTOS FONSECA (OAB 9331/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0631045-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Joana Maria Vieira Marques - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Designo audiência de conciliação para o dia 08/10/2019 às 09:00h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631447-05.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema BACENJUD, dos dados cadastrais da parte requerida, MARLEIDE DE SOUZA MENDES, inscrição no CPF-MF nº 320.848.892-00. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631567-48.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante ao exposto, com fundamento no Art. 485, VI do CPC, EXTINGO o presente processo sem resolução de mérito. Determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: RODRIGO ARAÚJO REBELO ALBUQUERQUE (OAB 12324/AM), ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0631845-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Pedro Marcelo Bezerra Pinheiro - REQUERIDO: Tecon - Tecnologia Em Construções Ltda - I - Redesigno o dia 07/10/2019 às 10:30h, para realização da audiência de instrução neste juízo. II - Intimem-se as partes e seus advogados para comparecerem à audiência.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0633583-72.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Ante o exposto, homologo a desistência requerida e, com espeque no art. 485, VIII, do NCPC, EXTINGO o presente processo sem resolução de mérito. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0634001-15.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - I- Intime-se a Executada, pessoalmente (art. 854, §2º do NCPC), para se manifestar sobre a indisponibilidade dos ativos financeiros realizada pelo sistema BACENJUD, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §3º do NCPC. No mesmo ato proceda-se à citação da Executada. II- Intime-se a Parte Exequente para apresentar o endereço atualizado da executada e promover o pagamento das despesas correspondentes à expedição e à postagem de carta com Aviso de Recebimento, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição da carta de intimação e citação fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. III- Considerando o bloqueio parcial do valor do débito, manifeste-se a parte exequente sobre o prosseguimento do feito quanto ao saldo remanescente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0634382-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Isadora Lopes do Nascimento - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Designo audiência de conciliação para o dia 08/10/2019 às 10:00h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/

AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0634515-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Nazare L de Souza - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Designo audiência de conciliação para o dia 07/10/2019 às 10:00h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0634642-66.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM) - Processo 0634785-89.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas INFOJUD dos dados cadastrais da parte requerida, HASSEM FERREIRA SALOMÃO, inscrito no CPF-MF sob o nº 640.225.366-91. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0634820-49.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - I- Intime-se a Executada, pessoalmente (art. 854, §2º do NCPC), para se manifestar sobre a indisponibilidade dos ativos financeiros realizada pelo sistema BACENJUD, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §3º do NCPC. II- Intime-se a Parte Exequente para promover o pagamento das despesas correspondentes à expedição e à postagem de carta com Aviso de Recebimento, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição da carta de intimação fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. III- Considerando o bloqueio parcial do valor do débito, manifeste-se a parte exequente sobre o prosseguimento do feito quanto ao saldo remanescente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: GERALDO DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 12039/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0634953-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marcio Magalhães de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0635515-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Paulo Belem Pereira - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Diante destas judiciosas razões, a teor do art. 487, I, do CPC, conheço o mérito da presente lide, para JULGAR TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pedidos formulados por Diógenes de Lima França contra Banco BMG S/A e, ante o disposto no art. 85, do CPC, CONDENO o Autor ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, suspensa a exigibilidade nos moldes do art. 98, §3º, do CPC. Restam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com efeitos infringentes lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1.026, §2º, do Código de Processo Civil. Oportunamente, nada mais sendo requerido, arquivem-se os autos com as cautelas de costume. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0636281-51.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Eduardo Amorim de Mendonça - Assim, pelas judiciosas razões acima expendidas, CONHEÇO dos Embargos de Declaração, porque presentes os requisitos, mas, no mérito, ACOLHO-OS por entender existir omissão apontada para ANULAR a sentença de fls. 115/119 e, pelo acima exposto, DEFIRO o benefpicio da gratuidade da justiça para a parte requerida e, ausente pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, EXTINGO o presente feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, IV do CPC, consequentemente, DETERMINO a restituição do bem ao Requerido no prazo 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa diária no valor de R$1.000,0 (mil reais), limitado a trinta dias-multa, expeça-se o competente mandado. Determino o prosseguimento da instrução do feito tão somente no que concerne ao suposto desaparecimento dos pertences da parte requerida. CONDENO o Autor ao pagamento das custas e honorários de advogado, os quais fixo no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa (art. 85, §2º, do CPC). Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0637990-92.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXPEÇA-SE novo mandado de citação, sem custas, para a parte requerida, tendo em vista que até a presente data, o mandado anterior, de fl. 77, não retornou. À Secretaria para as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: EMERSON FABRÍCIO NOBRE DOS SANTOS (OAB 4147/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM) - Processo 0638620-85.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: MARIA RAIMUNDA DE SOUSA MOTA - I- Intime-se a Executada, por seu patrono (art. 854, §2º do NCPC), para se manifestar sobre a indisponibilidade dos ativos financeiros realizada pelo sistema BACENJUD, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §3º do NCPC. II- Considerando o bloqueio parcial do valor do débito, manifeste-se a parte exequente sobre o prosseguimento do feito quanto ao saldo remanescente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: HELOÍSA VASCONCELOS (OAB 305322/SP), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: ARMANDO CLÁUDIO DIAS DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 3194/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: CAMILA DO AMARAL BARROSO (OAB 350.608SP), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: GUSTAVO PACÍFICO (OAB 184101/SP), ADV: ANTONIO MOACIR FURLAN FILHO (OAB 196725/SP), ADV: CARLOS ROBERTO FORNES MATEUCCI (OAB 88084/SP), ADV: FLÁVIO LUIZ YARSHELL (OAB 88098/SP), ADV: CHRISTIAN GARCIA VIEIRA (OAB 168814/SP) - Processo 0638908-04.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Empreitada - REQUERENTE: Torquato Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. - REQUERIDO: Platinum Construções Ltda. - Sociedade

de Investimentos Agaere Ltda. e outros - Indefiro a produção de prova deponencial/testemunhal para esclarecimento dos termos do negócio entabulado entre as partes, vez que no caso em tela basta analisar a prova documental acostada pelas partes. Ressalto ainda, com fulcro no art. 371 do CPC, sendo o juiz o destinário final das provas, entendo que as testemunhas em nada acrescentariam para elucidar os fatos narrados, diante das provas já colacionadas. Defiro o pedido de produção de prova pericial contábil, requerida pela Demandante à fl. 13864, que deverá com as despesas da perícia. Nomeio o Sr. José Emar Martins dos Santos Filho, CRC-AM 09648/0-5, telefone: (92) 3611-1581, e-mail: emar@consultoria-am.com.Br, para atuar como perito no feito. Intime-se o Sr. Perito para informar se aceita o encargo e, em caso positivo, apresentar proposta de honorários. Desde já, as partes ficam intimadas para, no prazo de 15 (quinze) dias, arguir impedimento ou suspeição do perito, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, nos termos do art. 465, § 1º, do NCPC.

ADV: HAROLDO MALIZIA JÚNIOR (OAB 13447/AM) - Processo 0638975-90.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Royal Pet Center Comercio Importação e Exportaçao Ltda - Com amparo no art. 7º da Portaria nº 116/2017 - PTJ c/c art. 98, 6º, do CPC, a fim de evitar prejuízo ao direito constitucional de acesso ao Judiciário (art. 5º, XXXV, da CF), DEFIRO o benefício da gratuidade da justiça somente com relação às custas iniciais, para conceder o direito ao pagamento parcelado das mesmas em 06 (seis) parcelas iguais. Por conseguinte, determino que a parte autora apresente nos autos, mensalmente, comprovante de pagamento das respectivas parcelas independente de nova intimação, sob pena de extinção. Intime-se a parte Autora para dirigir-se a 3ª contadoria deste forum a fim de providenciar o emissão e retirada dos boletos, com o referido parcelamento e efetuar o pagamento da primeira parcela no prazo de 15 (quinze) dias, ficando o vencimento da mesma aprazado para o dia 20/09/2019 e as demais, para o mesmo dia dos meses subsequentes sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito (art. 290 do CPC).

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0639404-57.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Ante o exposto, homologo a desistência requerida e, com espeque no art. 485, VIII, do NCPC, EXTINGO o presente processo sem resolução de mérito. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0639517-50.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: EULISON DE ARAUJO MAIA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte credora para que tome ciência da certidão de fl. 281, e se interessado, providencie a complementação da documentação faltante, podendo diligenciar junto ao Juízo da Execução, ou nestes autos, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme fl. 282.

ADV: ZACARIAS SANTOS DE SOUZA (OAB 7531/AM) - Processo 0641278-77.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Pagamento - EMBARGANTE: Pontes Comercio de Alimentos Ltda - Me - Com amparo no art. 7º da Portaria nº 116/2017 - PTJ c/c art. 98, 6º, do CPC, a fim de evitar prejuízo ao direito constitucional de acesso ao Judiciário (art. 5º, XXXV, da CF), DEFIRO o benefício da gratuidade da justiça somente com relação às custas iniciais, para conceder o direito ao pagamento parcelado das mesmas em 06 (seis) parcelas iguais. Por conseguinte, determino que a parte autora apresente nos autos, mensalmente, comprovante de pagamento das respectivas parcelas independente de nova intimação, sob pena de extinção. Intime-se a parte Autora para dirigir-se a 3ª contadoria deste forum a fim de providenciar o emissão e retirada dos boletos, com o referido parcelamento e efetuar o pagamento da primeira parcela no prazo de 15 (quinze) dias, ficando o vencimento da mesma aprazado para o dia 23/09/2019 e as demais, para o mesmo dia dos meses subsequentes sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito (art. 290 do CPC).

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0642908-71.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus - Sicoob Uniam - Cite(m)-se o(s) executado(s) para pagar a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados no patamar de 10% (dez por cento), no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação. Caso o(s) executado(s) possua(m) cadastro na forma do art. 246, §1º, e art. 1.051, do Código de Processo Civil, a citação deverá ser feita de maneira preferencialmente eletrônica. Do mandado ou carta de citação deverá constar, também, a ordem de penhora e avaliação a ser cumprida pelo Oficial de Justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Não encontrado(s) o(s) executado(s), havendo bens de sua titularidade, o Oficial de Justiça deverá proceder ao arresto de tantos quanto bastem para garantir a execução, seguindo o processo na forma do art. 830, do Código de Processo Civil. As citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, ou nos feriados ou dias úteis mesmo antes das 6 e depois das 20 horas, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal. O(s) executado(s) deverá(ão) ter ciência de que, nos termos do art. 827, §1º, do Código de Processo Civil, em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade. Registre-se, também, a possibilidade de oferecimento de embargos à execução, distribuídos por dependência e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, do Código de Processo Civil. Alternativamente, no lugar dos embargos, mediante o depósito de trinta por cento do valor total executado, poderá ser requerido o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês. Fica(m) o(s) executado(s) advertido(s) que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar na elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei. O exequente, por sua vez, deverá ter ciência de que, não localizados o(s) executado(s), deverá, na primeira oportunidade, requerer as medidas necessárias para a viabilização da citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, §1º, do Código de Processo Civil. Tratando-se de pessoa jurídica, deverá, desde logo, providenciar a juntada de certidão de breve relato obtida junto à Junta Comercial ou semelhante, diligenciando, ainda, perante os cadastros processuais do juízo onde a empresa tem sede ou filial. Por fim, registre-se que, independentemente de nova ordem judicial, mediante o recolhimento das respectivas taxas, o exequente poderá requerer diretamente à Serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 828, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Expedida a certidão, caberá ao exequente providenciar as averbações e comunicações necessárias, comprovando posteriormente nos autos no prazo de 10 dias, sob pena de nulidade, sem prejuízo de eventual responsabilização. Fica a Parte interessada intimada desde já a promover o recolhimento das custas dos atos e diligências necessários ao cumprimento desta decisão e dos atos que vier a requerer, a teor da Portaria n. 116/2017-PTJ, sob pena de arquivamento sem necessidade de nova intimação. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se o competente mandado/carta. Caso não seja efetuado o pagamento, voltem-me os autos conclusos. Cientifique-se as partes que considera-se ato atentatório à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: I - frauda a execução; II - se opõe maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos; III - dificulta ou embaraça a realização da penhora; IV - resiste injustificadamente às ordens judiciais; V - intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, conforme art. 774, do CPC. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0644631-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Cite-se a Requerida por Carta de Citação com Aviso de Recebimento para, querendo, apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, constando no expediente as advertências legais (NCPC, art. 335 c/c 344, respectivamente).

ADV: VINICIUS CABRAL BISPO FERREIRA (OAB 410103/SP) - Processo 0644784-61.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Cite(m)-se o(s) executado(s) para pagar a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados no patamar de 10% (dez por cento), no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação. Caso o(s) executado(s) possua(m) cadastro na forma do art. 246, §1º, e art. 1.051, do Código de Processo Civil, a citação deverá ser feita de maneira preferencialmente eletrônica. Do mandado ou carta de citação deverá constar, também, a ordem de penhora e avaliação a ser cumprida pelo Oficial de Justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Não encontrado(s) o(s) executado(s), havendo bens de sua titularidade, o Oficial de Justiça deverá proceder ao arresto de tantos quanto bastem para garantir a execução, seguindo o processo na forma do art. 830, do Código de Processo Civil. As citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, ou nos feriados ou dias úteis mesmo antes das 6 e depois das 20 horas, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal. O(s) executado(s) deverá(ão) ter ciência de que, nos termos do art. 827, §1º, do Código de Processo Civil, em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade. Registre-se, também, a possibilidade de oferecimento de embargos à execução, distribuídos por dependência e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, do Código de Processo Civil. Alternativamente, no lugar dos embargos, mediante o depósito de trinta por cento do valor total executado, poderá ser requerido o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês. Fica(m) o(s) executado(s) advertido(s) que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar na elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei. O exequente, por sua vez, deverá ter ciência de que, não localizados o(s) executado(s), deverá, na primeira oportunidade, requerer as medidas necessárias para a viabilização da citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, §1º, do Código de Processo Civil. Tratando-se de pessoa jurídica, deverá, desde logo, providenciar a juntada de certidão de breve relato obtida junto à Junta Comercial ou semelhante, diligenciando, ainda, perante os cadastros processuais do juízo onde a empresa tem sede ou filial. Por fim, registre-se que, independentemente de nova ordem judicial, mediante o recolhimento das respectivas taxas, o exequente poderá requerer diretamente à Serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 828, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Expedida a certidão, caberá ao exequente providenciar as averbações e comunicações necessárias, comprovando posteriormente nos autos no prazo de 10 dias, sob pena de nulidade, sem prejuízo de eventual responsabilização. Fica a Parte interessada intimada desde já a promover o recolhimento das custas dos atos e diligências necessários ao cumprimento desta decisão e dos atos que vier a requerer, a teor da Portaria n. 116/2017-PTJ, sob pena de arquivamento sem necessidade de nova intimação. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se o competente mandado/carta. Caso não seja efetuado o pagamento, voltem-me os autos conclusos. Cientifique-se as partes que considera-se ato atentatório à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: I - frauda a execução; II - se opõe maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos; III - dificulta ou embaraça a realização da penhora; IV - resiste injustificadamente às ordens judiciais; V - intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, conforme art. 774, do CPC. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: ADONAY PAES BARRETO DE OLIVEIRA (OAB 6202/AM) - Processo 0644875-54.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Igreja de Cristo Na Restauração - Intime-se o autor, na pessoa de seu patrono, a fim de carrear aos presentes autos, no prazo de 10 (dez) dias, certidão de registro de imóveis, cópia das ultimas três declarações à Receita Federal (IRPJ) e extrato dos últimos três meses das contas bancárias, a fim de comprovar que não pode arcar com as custas processuais. Nesse sentido, súmula 481 STJ: ¨Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais.¨ Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0644907-59.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - Isto posto, estando devidamente comprovada a mora da Requerida, DEFIRO liminarmente a medida, com espeque no art. 3º do Decreto-Lei 911/69, para determinar a citação da Parte Requerida, para, no prazo de 15 dias, apresentar contestação, conforme está previsto nos parágrafos 3º e 4º do Decreto-Lei nº 911/69) e a busca e apreensão do bem acima descrito, no local onde for encontrado ou na residência da Ré, devendo para tanto, ser entregue ao Autor, mediante termo de apreensão, até decisão final. Após o cumprimento da medida, intime-se a Ré, para, querendo, no prazo de 5 dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial, sob pena de lhe ser aplicado o que está estabelecido no parágrafo 1º do art. 3º do referido Decreto-Lei. Para expedição do Mandado de Citação, Busca e Apreensão, promova o requerente o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: ALINE HUNGARO CUNHA (OAB 275420SP) - Processo 0645526-86.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Primex Steel Trading Gmbh - Cite(m)-se o(s) executado(s) para pagar a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados no patamar de 10% (dez por cento), no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação. Caso o(s) executado(s) possua(m) cadastro na forma do art. 246, §1º, e art. 1.051, do Código de Processo Civil, a citação deverá ser feita de maneira preferencialmente eletrônica. Do mandado de citação deverá constar, também, a ordem de penhora e avaliação a ser cumprida pelo Oficial de Justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Não encontrado(s) o(s) executado(s), havendo bens de sua titularidade, o Oficial de Justiça deverá proceder ao arresto de tantos quanto bastem para garantir a execução, seguindo o processo na forma do art. 830, do Código de Processo Civil. As citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, ou nos feriados ou dias úteis mesmo antes das 6 e depois das 20 horas, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal. O(s) executado(s) deverá(ão) ter ciência de que, nos termos do art. 827, §1º, do Código de Processo Civil, em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade. Registre-se, também, a possibilidade de oferecimento de embargos à execução, distribuídos por dependência e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, do Código de Processo Civil. Alternativamente, no lugar dos embargos, mediante o depósito de trinta por cento do valor total executado, poderá ser requerido o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês. Fica(m) o(s) executado(s) advertido(s) que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar na elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei. O exequente, por sua vez, deverá ter ciência de que, não localizados o(s) executado(s), deverá, na primeira oportunidade, requerer as medidas necessárias para a viabilização da citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, §1º, do Código de Processo Civil. Tratando-se de pessoa jurídica, deverá, desde logo, providenciar a juntada de certidão de breve relato obtida junto à Junta Comercial ou semelhante, diligenciando, ainda, perante os cadastros processuais do juízo onde a empresa tem sede ou filial. Por fim, registre-se que, independentemente de nova ordem judicial, mediante o recolhimento das respectivas

taxas, o exequente poderá requerer diretamente à Serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 828, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Expedida a certidão, caberá ao exequente providenciar as averbações e comunicações necessárias, comprovando posteriormente nos autos no prazo de 10 dias, sob pena de nulidade, sem prejuízo de eventual responsabilização. Fica a Parte interessada intimada desde já a promover o recolhimento das custas dos atos e diligências necessários ao cumprimento desta decisão e dos atos que vier a requerer, a teor da Portaria n. 116/2017-PTJ, sob pena de arquivamento sem necessidade de nova intimação. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se o competente mandado, o qual deverá constar o valor atribuído a causa em moeda nacional. Caso não seja efetuado o pagamento, voltem-me os autos conclusos. Cientifique-se as partes que considera-se ato atentatório à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: I - frauda a execução; II - se opõe maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos; III - dificulta ou embaraça a realização da penhora; IV - resiste injustificadamente às ordens judiciais; V - intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, conforme art. 774, do CPC. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0645706-05.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Isto posto, estando devidamente comprovada a mora da Requerida, DEFIRO liminarmente a medida, com espeque no art. 3º do Decreto-Lei 911/69, para determinar a citação da Parte Requerida, para, no prazo de 15 dias, apresentar contestação, conforme está previsto nos parágrafos 3º e 4º do Decreto-Lei nº 911/69) e a busca e apreensão do bem acima descrito, no local onde for encontrado ou na residência da Ré, devendo para tanto, ser entregue ao Autor, mediante termo de apreensão, até decisão final. Após o cumprimento da medida, intime-se a Ré, para, querendo, no prazo de 5 dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial, sob pena de lhe ser aplicado o que está estabelecido no parágrafo 1º do art. 3º do referido Decreto-Lei. Para expedição do Mandado de Citação, Busca e Apreensão, promova o requerente o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0645905-95.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Allegro - I- Intime-se a Executada, pessoalmente (art. 854, §2º do NCPC), para se manifestar sobre a indisponibilidade dos ativos financeiros realizada pelo sistema BACENJUD, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §3º do NCPC. II- Intime-se a Parte Exequente para promover o pagamento das despesas correspondentes à expedição e à postagem de carta com Aviso de Recebimento, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição da carta de intimação fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. III- Considerando o bloqueio parcial do valor do débito, manifeste-se a parte exequente sobre o prosseguimento do feito quanto ao saldo remanescente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: PAULO FELIPE SARAIVA DA SILVA (OAB 10242/AM) - Processo 0646134-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Terezinha Tavares de Vasconcelos - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do NCPC. A teor do art. 300, do NCPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados à inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de posterior reanálise. Cite-se a Requerida por Carta de Citação Via Portal Eletrônico para, querendo, apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, constando no expediente as advertências legais (NCPC, art. 335 c/c 344, respectivamente). Para expedição da Carta de Citação, promova o requerente o pagamento das despesas com o envio eletrônico, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: MARVYN BORIS DE OLIVEIRA COSTA (OAB 12571/AM) - Processo 0649740-57.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Carlos Salles da Costa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Vistos etc. Francisco Carlos Salles da Costa ajuizou a presente Ação Indenizatória contra Banco Bradesco S/A, em fase de cumprimento de sentença. Ocorre que, na forma do art. 924, II, do CPC, tratou o Executado de remir a execução do valor remanescente (fl. 115). A exequente pugna pelo levantamento dos valores (fl. 117). Ante o exposto, nos termos do 924, II, do CPC, JULGO EXTINTA a presente execução. Expeça-se Alvará para levantamento dos valores depositados em juízo, conforme petição de fl. 117. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0659352-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Amazonas Distribuidora de Energia S/A e outro - Indefiro o pedido de intimação pessoal para a parte autora manifestar interesse na produção de novas provas, vez que não se trata de ato processual que depende de providência ou informação que somente por ela possa ser realizada ou prestada, conforme dispõe o art. 186, §2º do CPC Ademais, em se tratando de questão técnica, caberia ao patrono, ou, como no caso em tela, à Defensoria Pública, na qualidade de representante legal, postular as provas que entende cabíveis para comprovar o pleito autoral. Neste sentido: REINTEGRAÇÃO DE POSSE - INTIMAÇÃO PESSOAL DO ASSISTIDO - JULGAMENTO ANTECIPADO - PRECLUSÃO DA FASE DE ESPECIFICAÇÃO DE PROVAS - DOCUMENTOS NOVOS - SUSPENSÃO DO PROCESSO - DESNECESSIDADE - MELHOR POSSE - COMPROVAÇÃO SENTENÇA MANTIDA 1) AS RELAÇÕES QUE SÃO ESTABELECIDAS COMPROVAÇÃO - SENTENÇA MANTIDA. 1) - AS RELAÇÕES QUE SÃO ESTABELECIDAS ENTRE PARTE ATENDIDA PELA DEFENSORIA PÚBLICA, E OS DEFENSORES QUE A INTEGRAM, EM NADA DIFEREM DAQUELAS QUE SE ESTABELECEM ENTRE PARTE QUE ESTEJA ATENDIDA POR ADVOGADO PARTICULAR, SÓ HAVENDO A DIFERENÇA QUE OS PRIMEIROS SÃO REMUNERADOS PELO ESTADO, E OS SEGUNDO POR QUEM OS CONTRATA, NÃO HAVENDO QUE SER FALAR EM INTIMAÇÃO PESSOAL DOS ASSISTIDOS PARA ESPECIFICAÇÃO DE PROVAS QUANDO A DEFENSORIA NÃO OBTÉM ÊXITO NA TENTATIVA DE CONTATAR OS ASSISTIDOS. 2) - POSSÍVEL O JULGAMENTO ANTECIPADO, QUANDO AS PARTES, APÓS INTIMADAS, NÃO PEDIRAM A PRODUÇÃO DE PROVAS NOS AUTOS. (...) 6) - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (TJ-DF - Apelacao Civel APC 20120610045740 DF 0004435-13.2012.8.07.0006, Data de publicação: 07/01/2014) Isto posto, intime-se a parte autora, por seu representante legal (Defensoria Pública) para manifestar interesse na produção de novas provas, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: NALDO CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM), ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0659732-42.2018.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Lucineide Cavalcante dos Santos e outro - Designo audiência de conciliação para o dia 14/10/2019 às 10:00h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão

comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: EMANUEL CLÁUDIO TAVARES ARAÚJO (OAB 17343/PA), ADV: ALFREDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 2668/AM), ADV: DENIEL RODRIGO BENEVIDES DE QUEIROZ (OAB 7391/AM), ADV: CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO (OAB 672A/AM), ADV: LEONARDO GUIMARÃES BRITO (OAB 4096/AM), ADV: LUCAS NUNES CHAMA (OAB 16956/PA), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0701045-90.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rodrigo Lizardo Pessoa - Tatiane Rodrigues Dutra - REQUERIDO: PDG - Poder de Garantir S/A. - API SPE 15 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda - Desta feita, não é possível o prosseguimento da execução individual, por isso incabível a suspensão, devendo, assim, ser extinto o feito, em razão da perda superveniente de interesse de agir, bem como, ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Ante o exposto, JULGO EXTINTO o presente processo sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, incisos IV e VI do CPC/15, Determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. PRIC.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: LUCIANA D'ANGELO VENTURA DE OLIVEIRA (OAB 4803/AM), ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0703575-67.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais da Saúde de Nível Superior de Manaus Ltda - - I- Intime-se a Executada, pessoalmente (art. 854, §2º do NCPC), para se manifestar sobre a indisponibilidade dos ativos financeiros realizada pelo sistema BACENJUD, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §3º do NCPC. II- Intime-se a Parte Exequente para promover o pagamento das despesas correspondentes à expedição e à postagem de carta com Aviso de Recebimento, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição da carta de intimação fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. III- Considerando o bloqueio parcial do valor do débito, manifeste-se a parte exequente sobre o prosseguimento do feito quanto ao saldo remanescente, no prazo de 05 (cinco) dias.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adonay Paes Barreto de Oliveira (OAB 6202/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Adriene Belota Lopes Brasil (OAB 4864/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan de Moura Mendes (OAB 13404/AM)
Alessandra Nascimento S. F. Mourão (OAB 97953/SP)
Alexandre Pasquali Parise (OAB 112409/SP)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alfredo José Borges Guerra (OAB 2668/AM)
Aline Hungaro Cunha (OAB 275420SP)
Aloísio Barbosa Calado Neto (OAB 17231/PB)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Ana Cristina de Lima Loureiro (OAB 3427/AM)
Anderson Ortiz Granja de Souza (OAB 5059/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Junio Mendes de Oliveira (OAB 7836/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Andréa Mamberti Iwanicki (OAB 157846/SP)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Coimbra Filho (OAB 3252/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio José Oliva Veloso (OAB 6339/AM)
Antonio Justino de Oliveira Junior (OAB 46292/PE)
Antonio Moacir Furlan Filho (OAB 196725/SP)
Armando Cláudio Dias dos Santos Júnior (OAB 3194/AM)
Arthêmio Wagner Dantas de Oliveira (OAB 2026/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila do Amaral Barroso (OAB 350.608SP)
CARLOS ALBERTO MOURA LEITE (OAB 240790/SP)
Carlos Eduardo Palinkas Neves (OAB 215954/SP)
Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB 672A/AM)
Carlos Roberto Fornes Mateucci (OAB 88084/SP)
Carlos Venícios de Assis Santana (OAB 5991/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
César Augusto Santos Pereira (OAB 1908/AM)
Christian Garcia Vieira (OAB 168814/SP)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Cláudia Moraes Nadaf da Costa Val (OAB 2523/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Rocha Nóbrega (OAB 10626/AM)
Danielle Cristhina Deda Ferreira (OAB 46165/PR)
Deniel Rodrigo Benevides de Queiroz (OAB 7391/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Diogo Cezar dos Santos Feuser (OAB 749A/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edson Pereira Duarte (OAB 3702/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Eliane Andrade Martins (OAB 12118/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Emanuel Cláudio Tavares Araújo (OAB 17343/PA)
Emerson Fabrício Nobre dos Santos (OAB 4147/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fabio Rivelli (OAB 1119/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabíola da Silva Gesta Caruso (OAB 4662/AM)
Fabíola Maria Vasques Pareja Lobo (OAB 4167/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Fernando Borges de Moraes (OAB 446A/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Flávio Luiz Yarshell (OAB 88098/SP)
Gabriela Paese Dantas (OAB 2989/AM)
Geraldo de Souza Nascimento (OAB 12039/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Gesiel de Souza Rodrigues (OAB 141510/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Pacífico (OAB 184101/SP)
Gustavo Pasquali Parise (OAB 155574/SP)
Haroldo Malizia Júnior (OAB 13447/AM)
Hellen Cristiane Santos Silva (OAB 6708/AM)
Heloísa Vasconcelos (OAB 305322/SP)
Heraldo Antonio Correa Junior (OAB 13798/AM)
Heraldo Mousinho Barreto (OAB 4204/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Íkaro Pereira Amore (OAB 6350/AM)

Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jairo Bezerra Lima (OAB 1507/AM)
Jimmy da Silva Araújo (OAB 9072/AM)
João Antonio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Joseny Gusmão da Silva (OAB 8783/AM)
Juliana Brena dos Santos Fonseca (OAB 9331/AM)
Juliana Correa Tuji (OAB 6559/AM)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kennedy Paz Tiradentes (OAB 7682/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leonardo Braz de Carvalho (OAB 76653/MG)
Leonardo Guimarães Brito (OAB 4096/AM)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lucas Nunes Chama (OAB 16956/PA)
Luciana D'Angelo Ventura de Oliveira (OAB 4803/AM)
Luciana Pedrosa de Moraes Rego Figueiredo (OAB 2819/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Lúcio Ricardo Queiroz Paes (OAB 3586/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Coutinho dos Santos Neto (OAB 8171/AM)
MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC)
Manoel de Souza Filho (OAB 6731/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcellino Victor Raquebaque Leão de Oliveira (OAB 8492/RO)
Marcelo Carvalho da Silva Mayo (OAB 14300/AM)
Marcelo de Figueiredo Arruda (OAB 4505/AM)
Marcelo Sabbá de Queiroz (OAB 3284/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Márcia Regina Barroso Costa (OAB 5130/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Maria do Rosário Neves Filardi (OAB 5504/AM)
Maria Edileusa Moraes de Medeiros (OAB 7060/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 23748/PE)
Maria Rosa Soares de Lima Ávila (OAB 4086/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marvyn Boris de Oliveira Costa (OAB 12571/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Micael Pinheiro Neves Silva (OAB 6088/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Munick Albuquerque Costa (OAB 7874/AM)
NALDO CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM)
Nelson José Oliveira da Silva (OAB 5103/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Otacílio Negreiros Neto (OAB 4069/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paulo Felipe Saraiva da Silva (OAB 10242/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Phâmara de Souza Sicsú (OAB 6334/AM)
Rachel Nascimento Câmara de Castro (OAB 5732/AM)
Rafael Albuquerque Maia (OAB 21439/CE)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Araújo Rebelo Albuquerque (OAB 12324/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Samuel Pinto da Silva (OAB 6734/AM)
Saullo Sammir Berrêdo Pacheco (OAB 8593/AM)
Sebastião Roberto de Araújo (OAB 64679/MG)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Nobre Rosas (OAB 4773/AM)
Thiago Vinícius Mendonça Moreira (OAB A1087AM)
Vinicius Cabral Bispo Ferreira (OAB 410103/SP)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)
Zacarias Santos de Souza (OAB 7531/AM)

14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0214/2019

ADV: SEM ADVOGADO (OAB Y/AM) - Processo 0009271-59.1993.8.04.0012 (012.93.009271-9) - Ação Civil Pública Cível - REQUERIDO: Pinheiro Sa Ltda. - Desta feita, ante a ausência de ordem da Superior Instância, determino a devolução dos presente autos à Vara Especializada do Meio Ambiente, para que aguarde a decisão do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas acerca do conflito suscitado. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM) - Processo 0014195-63.2004.8.04.0001 (001.04.014195-1) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - Tendo em vista a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ, determino a intimação do exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas de processamento eletrônico. Após a comprovação, proceda-se à consulta acima aludida, devendo ser realizado o registro da penhora relativa ao débito exequendo em caso de serem localizados veículos livres e desembraçados. Retornando resposta positiva, intime-se o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, após a juntada do respectivo comprovante, expeça-se o mandado de penhora, avaliação e intimação. Reversamente, havendo resposta negativa, intime-se a parte exequente para indicar bens passíveis de penhora no prazo de 05 (cinco) dias. Na ausência de indicação de bens penhoráveis, arquivem-se os autos por 01 (um) ano, após o qual iniciará o prazo prescricional, conforme art. 921, III e §§1° e 4° do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RENATA KELLY SALGADO DA COSTA (OAB 5346/AM), ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM),

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0037655-11.2006.8.04.0001 (001.06.037655-5) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANGELITO EVANGELISTA QUEIROZ (OAB 002.966/AM), ADV: MÁRIO AUGUSTO MARQUES DA COSTA (OAB 1946/AM), ADV: JOSÉ RICARDO XAVIER DE ARAÚJO (OAB 3730/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE JÚNIOR (OAB 3840/AM), ADV: EVANDRO ARAÚJO BRASIL (OAB 3988/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: JOAO BOSCO DOS SANTOS PEREIRA (OAB 2474/AM), ADV: DANIEL DE CASTRO SILVA (OAB 000.989/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: LUIZ AUGUSTO DE BORBOREMA BLASCH (OAB 7982/AM), ADV: CAIO FELDBERG PORTO (OAB 7995/AM), ADV: MARCO TÚLIO ZAGHI PACHECO (OAB 8161/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: MARIZA LUSTOZA RIBEIRO (OAB 6869/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM) - Processo 0048924-72.2010.8.04.0012 (012.10.048924-1) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Celso Luiz Moraes da Costa Junior - REQUERIDO: Francisco Ferreira da Silva - LITSPASSIV: Gelão e Frigorífico Peixão - Bradesco Seguros S/A. - REQUERIDA: Maria de Fatima Chaves Coimbra - Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 05/11/2019, às 14:45 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE MIRANDA LIMA (OAB 131436/RJ), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: DJAMAI MOSCARIELLO FURNARI (OAB 4375/AM) - Processo 0208940-67.2009.8.04.0001 (001.09.208940-3) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Telemar Norte Leste S/A - A XIV Semana Nacional de Conciliação será realizada no período de 04 a 08 de novembro de 2019 por determinação do CNJ e observados os termos da Portaria n°96/2019 - CGJ/AM. Pois bem, no presente feito a pretensão autoral versa sobre direitos materiais disponíveis a admitir transação judicial para por fim ao litígio. Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 07/11/2019, às 14:00 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM), ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7338/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0213810-77.2017.8.04.0001 (processo principal 0611081-81.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Ellen Cristina Abreu de Abreu - REQUERIDA: Karina Ferreira Sussuarana - A constituição de advogado através do respectivo instrumento de procuração é pressuposto processual de existência dos atos praticados em Juízo em nome da parte. Tendo em vista que a irregularidade apontada não foi suprida, reputo ineficazes os atos do causídico que subscreveu a inicial, conforme dispõe o art. 104, § 2º, do CPC. Isto posto, julgo EXTINTO o presente processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do aludido Diploma Legal. Sem condenação em honorários, vez que não satisfeita a condição prevista em lei para esse fim. Custas processuais pelo requerente. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM), ADV: ANA RUTH FERREIRA MONTEIRO (OAB 7168/AM), ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM), ADV: IONE CRISTINA LIMA CARIOCA (OAB 5286/AM) - Processo 0221233-35.2010.8.04.0001 (001.10.221233-4) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Aymoré Créditos Financiamentos e Investimentos S/A - REQUERIDA: Valdomira de Mesquita Serrão - Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 06/11/2019, às 8:30 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: EPITÁCIO DA SILVA ALMEIDA (OAB 2960/AM) - Processo 0235760-60.2008.8.04.0001 (001.08.235760-0) - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - REQUERIDO: Vilany Matias Barbosa - Diante disso, acolho a alegação de impenhorabilidade do montante acima mencionado e, por conseguinte, determino o desbloqueio, conforme determina o art. 854, §4°, do CPC. Ademais, verifico que foi constrito em conta do Banco do Brasil S/A a importância de R$ 77,07 (setenta e sete reais e sete centavos), a qual é valor ínfimo, razão pela qual, em atenção ao disposto no art. 836 do CPC, determino, igualmente, o seu desbloqueio. Adote-se as diligências necessárias para o protocolamento da ordem de desbloqueio. Após, determino a intimação do requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da alegação da parte adversa de ocorrência de anistia quanto aos débitos objeto da presente demanda. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0247748-78.2008.8.04.0001 (001.08.247748-6) - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Manaus EnergiaS/A - Tendo em vista a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ, determino a intimação da exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas de processamento eletrônico. Após a comprovação, proceda-se a consulta acima aludida, devendo ser procedido o registro da penhora relativa ao débito exequendo em caso de serem localizados veículos livres e desembraçados. Retornando resposta positiva, intime-se a exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, após a juntada do respectivo comprovante, expeça-se o mandado de penhora, avaliação e intimação. Reversamente, havendo resposta negativa, intime-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão do feito, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0600269-77.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 08/11/2019, às 08:30 horas, na sede deste Juízo. Em relação às demandas executivas nas quais a parte passiva não possua advogado constituído nos autos, determino a intimação da exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das despesas postais, com base na Lei Estadual n°4.408/2016 e na Portaria n° 116/2017 - PTJ. Com a comprovação do aludido recolhimento, expeçam-se as respectivas

cartas. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO PINHEIRO MÁXIMO DE SOUZA (OAB 135753/RJ) - Processo 0601047-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sul América Companhia Nacional de Seguros - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 27/11/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 30 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0601274-95.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM) - Processo 0601323-73.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Diretório Estadual do Democratas No Amazonas - Dem - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - A XIV Semana Nacional de Conciliação será realizada no período de 04 a 08 de novembro de 2019 por determinação do CNJ e observados os termos da Portaria n°96/2019 - CGJ/AM. Pois bem, no presente feito a pretensão autoral versa sobre direitos materiais disponíveis a admitir transação judicial para por fim ao litígio. Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 07/11/2019, às 09:00 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0602545-13.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e modo, porém lhes NEGO PROVIMENTO por entender que não ocorreu contradição, nem omissão na decisão atacada, mantendo incólume os termos da sentença prolatada. P. R. I.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0602655-80.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e modo, porém lhes NEGO PROVIMENTO por entender que não ocorreu contradição, nem omissão na decisão atacada, mantendo incólume os termos da sentença prolatada. P. R. I.

ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM), ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM), ADV: LAURÊNIO MAIA VIGA (OAB 482/AM) - Processo 0603973-98.2015.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Antonio Tadeu Drumond Gerald - REQUERIDO: Irismar Soares da Silva - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: ANDRE JEAN FIGUEIREDO DE SOUZA (OAB 14758/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: LEONARDO AUGUSTO NEVES DA COSTA (OAB 8147/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ SIMONETTI RIBEIRO DE SOUZA (OAB 12350/AM) - Processo 0604491-59.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: A J COMÉRCIO DE PNEUS LTDA - ME - REQUERIDO: Murano Veículos Ltda. - Apresentado o laudo, dê-se vista aos litigantes para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, bem como expeça-se o alvará para levantamento dos honorários periciais acrescidos de eventuais atualizações. Após a produção da prova pericial, voltem-me os autos conclusos para deliberações. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RENATO FIORAVANTE DO AMARAL (OAB 349410/SP) - Processo 0605602-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Alfredo Pinheiro de Souza Bulcao - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 13/11/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 30 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do

protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM) - Processo 0605681-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marli Jezuína dos Santos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 27/11/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 30 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: RÔMULO JOSÉ FERNANDES DA SILVA (OAB 1818/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0605983-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Astro Toys Comercial de Brinquedos Ltda - REQUERIDO: Banco do Brasil S.a - A XIV Semana Nacional de Conciliação será realizada no período de 04 a 08 de novembro de 2019 por determinação do CNJ e observados os termos da Portaria n°96/2019 - CGJ/AM. Pois bem, no presente feito a pretensão autoral versa sobre direitos materiais disponíveis a admitir transação judicial para por fim ao litígio. Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 06/11/2019, às 10:00 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE DAS CHAGAS BOTELHO (OAB 4215/AM), ADV: MAURIANNE DE SOUZA KAIST (OAB 9951/AM), ADV: ANTÔNIO VIDAL DE LIMA (OAB 25520/PR), ADV: ANTÔNIO VIDAL DE LIMA (OAB 341A/AM) - Processo 0606932-08.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Erna Pedrozo do Amaral - REQUERIDO: Antônio Vidal de Lima - Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 04/11/2019, às 14:45 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: JOÃO CARLOS FLOR JÚNIOR (OAB 915A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: MARLOS GAIO (OAB 914A/AM) - Processo 0609661-41.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: ERNILSON CORREA DOS SANTOS - REQUERIDO: Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT e outros - Após o trânsito em julgado, de-se baixa no SAJ e arquivem-se os presentes autos. P. R. I. C.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: EMERSON ABINEÃ DA SILVA (OAB 6393/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0610066-43.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: MARIA DO SOCORRO RODRIGUES TAVARES - Diante disso, intime-se a exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar ao feito os emolumentos processuais concernentes à consulta ao sistema mencionado, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria n. 116/2017-PTJ, e efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor, dando-se vista à parte ré no prazo legal. Reversamente, havendo resposta negativa, e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes a outra consulta (Lei n. 4.408/2016 e Portaria n. 116/2017-PTJ), efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do E-RIDFT. Com a resposta, dê-se vista à parte exequente para requerer o que de direito no prazo de 05 (cinco) dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MICHELLE PEREIRA CRUZ (OAB 7072/AM), ADV: EDUARDO VASCONCELOS CORRÊA JÚNIOR (OAB 16991/PA), ADV: WESLEY MOURA DA SILVA (OAB 9226/RO), ADV: WESLEY MOURA DA SILVA (OAB 9226/RO) - Processo 0610316-81.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Amanda Maia Gouveia - REQUERIDO: Instituto Adventista de Manaus e outro - A XIV Semana Nacional de Conciliação será realizada no período de 04 a 08 de novembro de 2019 por determinação do CNJ e observados os termos da Portaria n°96/2019 - CGJ/AM. Pois bem, no presente feito a pretensão autoral versa sobre direitos materiais disponíveis a admitir transação judicial para por fim ao litígio. Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 07/11/2019, às 14:45 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CÉSAR ITUASSU DA SILVA NETO (OAB 9506/AM), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: PAULO SÉRGIO OLIVEIRA AMORIM (OAB 12779/AM) - Processo 0610900-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luiz Felipe Vieira Silveira - REQUERIDO: Claro S/A - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: ALEANDRO LIMA DE QUEIROZ (OAB 23008A/PB), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: JÉSSICA CAVALHEIRO MUNIZ (OAB 107401/RS), ADV: GISELA ARAÚJO NICOLAU (OAB 10759/AM) - Processo 0611139-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Fernando Nonato de Azevedo - REQUERIDO: Associação Nacional de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social - Anapps - Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 06/11/2019, às 14:45 horas, na sede deste Juízo. Tendo em vista a alegação da ré de divergência de assinatura e a fim de possibilitar a elucidação da questão, determino a intimação pessoal do requerente para comparecer a audiência, cujas despesas postais ficam a cargo da parte autora. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: CÉSAR ITUASSU DA SILVA NETO (OAB 9506/AM), ADV: CAMILA LEAL DE SOUZA (OAB 7498/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM) - Processo 0611186-24.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Gumercindo Santana Giffoni Júnior - REQUERIDA: Mirza Meireles Munin - Defiro os pedidos de produção de prova testemunhal, tendo cada parte apresentado o seu rol. Caberá aos patronos dos litigantes diligenciarem a intimação das testemunhas, conforme o art. 455, caput, do Diploma Processual vigente. Designo o dia 02/10/2019, às 9:30 horas, para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PUALLO PORTO PEREIRA (OAB 10278/AM), ADV: THAÍS LOUREIRO GUERREIRO (OAB 12923/AM), ADV: AFRÂNIO AZEVEDO PEREIRA (OAB 4434/AM), ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM) - Processo 0611821-34.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: S.S.S.M. - REQUERIDO: A.R.C.S.R.R. - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 08/11/2019, às 10:00 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM), ADV: CAMILA LEITE DUARTE (OAB 11727/AM) - Processo 0611879-08.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: CHARLEN SANTANA SAMPAIO - Diante disso, defiro o pleito de fls. 163/164 e HOMOLOGO os cálculos apresentados (fls. 151/157). Estando o valor final incluso no teto estipulado do art. 17, §1º, da Lei nº 10.259/2001, deve ser expedido RPV, com fundamento no art. 100, §3º da Constituição Federal. Expeça-se RPV, a fim de que o Executado promova o pagamento, no prazo de 02 (dois) meses, sob pena de sequestro de bens, nos termos do art. 17, caput, da Lei nº 10.259/2011). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HELOISE BASTOS MARTINHO (OAB 12609/AM), ADV: JORGE EDUARDO DE SOUZA MARTINHO (OAB 5273/AM), ADV: LEANDRO PEREIRA PASSOS (OAB 7680/AM), ADV: ALICE VIEIRA NUNES (OAB 7323/AM), ADV: EMMYLE FALCÃO CARNEIRO (OAB 9971/AM) - Processo 0611935-07.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: José Eduardo dos Santos - EXECUTADO: Procasa Empresa Imobiliária Ltda. e outro - A XIV Semana Nacional de Conciliação será realizada no período de 04 a 08 de novembro de 2019 por determinação do CNJ e observados os termos da Portaria n°96/2019 - CGJ/AM. Pois bem, no presente feito a pretensão autoral versa sobre direitos materiais disponíveis a admitir transação judicial para por fim ao litígio. Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 06/11/2019, às 09:00 horas, na sede deste Juízo. Em relação às demandas executivas nas quais a parte passiva não possua advogado constituído nos autos, determino a intimação do exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das despesas postais, com base na Lei Estadual n°4.408/2016 e na Portaria n° 116/2017 - PTJ. Com a comprovação do aludido recolhimento, expeçam-se as respectivas cartas. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0613841-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Sebastião Hilário Nascimento - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: RUY MIRAGLIA DA SILVEIRA (OAB 46428/SP), ADV: RAQUEL PINTO VALENTE (OAB 6771/AM), ADV: NILSON CORONIN (OAB 1925/AM) - Processo 0615277-89.2018.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Sociedade - REQUERENTE: Dovam S/A Industria e Comercio - REQUERIDO: Antônio La Saigne D'aboim Inglés - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0615324-68.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Intime-se o exequente para, em 05 (cinco) dias, informar se o acordo foi cumprido, podendo pleitear o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: GIULIANNE LOPES CURSINO (OAB 7922/AM), ADV: ANTONIO MARCIO BRAGA SIMOES (OAB 166530/MG), ADV: LUIZ FELIPE PROCÓPIO DE CARVALHO (OAB 101488/MG) - Processo 0615565-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Frutuosa Neves Viana - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante disso, deixo de apreciar o pedido de reconsideração (fls. 53/70). Tendo em vista que o pedido de reconsideração não produz qualquer efeito quanto ao prazo fixado, determino à Secretaria que publique a sentença de fls. 48/52, observando-se as formalidades legais. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VANESSA CHAVES VIEIRA (OAB 10163/AM), ADV: LUIS FELIPE PROCÓPIO DE CARVALHO (OAB 303905/SP), ADV: ALANA MAGALHÃES SANTANA (OAB 12335/AM) - Processo 0615810-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Wilson Rodrigues Duarte Junior - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 28837/SP), ADV: ANDREZZA CALDAS VITAL (OAB 10723/AM) - Processo 0616096-60.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Sp Construções e Incorporações Eireli - REQUERIDO: Via Norte Construção Civil Ltda e outro - Desta feita, decido pelo julgamento antecipado do mérito da demanda, nos termos do art. 355, I, do CPC, determinando que os autos sejam conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0616759-43.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0617218-79.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e modo, porém lhes NEGO PROVIMENTO por entender que não ocorreu contradição, nem omissão na decisão atacada, mantendo incólume os termos da sentença prolatada. P. R. I.

ADV: DIANA SILVA DO NASCIMENTO (OAB 13369/AM) - Processo 0617457-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Manoel Monteiro do Nascimento - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 27/11/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 30 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as

penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0618294-12.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: Mizu Comércio de Veículos Ltda - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: MARIA STELLA BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 145252/RJ) - Processo 0618423-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Azul Companhia de Seguros Gerais - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 27/11/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 30 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM) - Processo 0619240-13.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Unipar Construtora Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0619791-61.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e modo, porém lhes NEGO PROVIMENTO por entender que não ocorreu contradição, nem omissão na decisão atacada, mantendo incólume os termos da sentença prolatada. P. R. I.

ADV: CATARINA PONTES TORRES (OAB 13503/AM), ADV: CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 4205/AM), ADV: PAULO BERNARDO LINDOSO E LIMA (OAB 11333/AM), ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM) - Processo 0620081-37.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Carmo Rebouças Rodrigues - REQUERIDO: Francisco Freitas Cordeiro - Alessandro Siqueira Cordeiro - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 15410/PA), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0621471-42.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Rodrigues dos Santos - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da petição e documentos juntados pela parte ré às fls. 295/298 , no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0621740-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Ana Lucia de Araujo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS (OAB 56526/MG), ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG), ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP) - Processo 0621758-68.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Na hipótese de inercia do exequente, proceda-se sua intimação pessoal para manifestação em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. Nesse caso, se a parte não possuir cadastro para fins de intimação eletrônica, o ato será praticado por via postal, cujo recolhimento das despesas postais de que tratam conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ deverá ser efetuado em momento posterior à expedição da carta, ficando a parte incumbida de cumprir a respectiva obrigação na primeira oportunidade em que se manifestar nos autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO MANOEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 4677/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0621813-87.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - REQUERENTE: R & B Plasticos da Amazonia LTDA - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 08/11/2019, às 09:00 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0622213-33.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados Bacenjud e SIEL, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0623444-66.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Manuela Mota de Souza - REQUERIDO: São Daniel Empreendimentos Imobiliários e outro - Diante disso, determino que, não havendo irresignação quanto a esta decisão, expeça-se alvará em favor de Santa Leoncia Empreendimentos Imobiliários Ltda para levantamento do valor transferido de R$ 24.467,44 (vinte e quatro mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e quarenta e quatro centavos) acrescido de eventuais atualizações. Após, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os presentes autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0623648-47.2015.8.04.0001 - Despejo - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: OÁSIS INCORPORAÇÕES E ENGENHARIA LTDA - REQUERIDO: INDUSTRIA DE MANUAIS, EDITORA E EMBALAGENS DE MICROONDULADOS DA AMAZONIA LTDA e outro - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV:

PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: DEYVISON SOUZA BRITO (OAB 9366/AM), ADV: RAPHAELA DA COSTA NASCIMENTO (OAB 9861/AM), ADV: EDINEI LOURENÇO DE CARVALHO JÚNIOR (OAB 9347/AM), ADV: EDINEI LOURENÇO DE CARVALHO (OAB 9689/AM), ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM) - Processo 0624909-47.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Eliana Melo de Castro - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e modo, porém lhes NEGO PROVIMENTO, por entender que não ocorreu omissão na decisão atacada, mantendo incólume os termos da decisão proferida. Intimem-se.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM) - Processo 0624989-11.2015.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Paradise Turismo e Passagens Ltda. - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e modo, porém lhes NEGO PROVIMENTO por entender que não ocorreu omissão na decisão atacada, mantendo incólume os termos da sentença prolatada. P.R.I.C.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0625016-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Arthur Machado Pereira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 13/11/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 29 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0625232-52.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e modo, porém lhes NEGO PROVIMENTO por entender que não ocorreu contradição, nem omissão na decisão atacada, mantendo incólume os termos da sentença prolatada. P. R. I.

ADV: MARCELO AUGUSTO FARIAS DE SOUZA (OAB 7664/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0625282-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Miriam Affonso Gomes - REQUERIDO: Banco Votorantim - Bv Financeira S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que REDESIGNEI A AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 29/08/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 29 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: MARCELO AUGUSTO FARIAS DE SOUZA (OAB 7664/AM) - Processo 0625282-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Miriam Affonso Gomes - REQUERIDO: Banco Votorantim - Bv Financeira S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 16/10/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 29 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ALEXANDRE GOMES DE GOUVEA VIEIRA (OAB 32171/PE), ADV: ALEXANDRE GOMES DE GOUVE AVIEIRA (OAB 32171/PE) - Processo 0625290-16.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 27/11/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 30 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: MARCELO AUGUSTO FARIAS DE SOUZA (OAB 7664/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0625496-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Miriam Affonso Gomes - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 16/10/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 29 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0625748-72.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e modo, porém lhes NEGO PROVIMENTO por entender que não ocorreu contradição, nem omissão na decisão atacada, mantendo incólume os termos da sentença prolatada. P. R. I.

ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0626641-63.2015.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: MERRONIT COMERCIAL LTDA ME - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e modo, porém lhes NEGO PROVIMENTO por entender que não ocorreu contradição, nem omissão na decisão atacada, mantendo incólume os termos da sentença prolatada. À Secretaria para proceder à anotação do nome do advogado de fl. 207. P. R. I.

ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: CLÁUDIO ELIAS DOS SANTOS (OAB 4036/AM) - Processo 0626954-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Yoshiaki Ensino de Idiomas Ltda (Wizard Tiradentes) - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - A XIV Semana Nacional de Conciliação será realizada no período de 04 a 08 de novembro de 2019 por determinação do CNJ e observados os termos da Portaria n°96/2019 - CGJ/AM. Pois bem, no presente feito a pretensão autoral versa sobre direitos materiais disponíveis a admitir transação judicial para por fim ao litígio. Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 07/11/2019, às 09:30 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: SÉRGIO RICARDO BEZERRA DE CALDAS (OAB 13316/PE), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM) - Processo 0627348-26.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mario Jorge de Menezes Souza Aguiar - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE

(OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: ROBERTO ALVES (OAB 9258/AM) - Processo 0627597-11.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Cláudio dos Santos Salgado - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM) - Processo 0627749-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Brisas do Rio Negro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 13/11/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 29 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: ISABELLA JACOB NOGUEIRA (OAB 8800/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM) - Processo 0627911-83.2019.8.04.0001 - Renovatória de Locação - Locação de Móvel - REQUERENTE: Posto Fortaleza Ltda - REQUERIDO: Atem's Distribuidora de Petróleo Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: FELIPE QUINTANA DA ROSA (OAB 56220/RS), ADV: ELLEN CAROLINE OLIVEIRA DE ALCÂNTARA (OAB 10616/AM), ADV: JONATHAS MACIEL DE MENEZES (OAB 11140/AM), ADV: NEYLA AMANDA MEIRELES SARAIVA (OAB 10561/AM) - Processo 0628528-14.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Francisco Maciel do Nascimento - REQUERIDO: Mercedes Bens S/A - Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 05/11/2019, às 11 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0629216-10.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Carla Andreia Azevedo Farias - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 13/11/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 29 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0629453-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Valdir Trindade da Silva Filho - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0629767-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Iracilda Frazão de Carvalho - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: TACIANA SEGATTO MOREIRA (OAB 157513/MG), ADV: WANDERLEY ROMANO DANADEL (OAB 78870/MG) - Processo 0629839-40.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Defiro o pleito de fls. 167/168. À Secretaria para proceder à citação, por meio de oficial de justiça, no endereço declinado às fls. 167/168, reservando-se nova data na pauta de audiências do CEJUSC, em cumprimento ao despacho de fl. 80. Após, encaminhe-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM) - Processo 0630182-07.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Ana Cristina Pereira Martins dos Santos - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que forneça o CPF/CNPJ de Evanilde Reinaldo Sales, pois, ao digitar o CPF no sistema conveniado para busca de endereço, o mesmo alega ser inválido. Deste modo, determino prazo de 05 (cinco) dias para a parte requerente fornecer CPF válido, a fim de viabilizar a consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0630757-10.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Intime-se o exequente para, em 05 (cinco) dias, informar se o acordo foi cumprido, podendo pleitear o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0632192-19.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SARAH MAIA VIANA (OAB 11440/AM), ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0632341-83.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Braga Veículos LTDA. - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e modo, porém lhes NEGO PROVIMENTO por entender que não ocorreu contradição, nem omissão na decisão atacada, mantendo incólume os termos da sentença prolatada. P. R. I.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: RÔMULO JOSÉ FERNANDES DA SILVA (OAB 1818/AM) - Processo 0632454-37.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Astro Toys Comercial de Brinquedos LTDA - REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A - AGÊNCIA DJALMA BATISTA - A XIV Semana Nacional de Conciliação será realizada no período de 04 a 08 de novembro de 2019 por determinação do CNJ e observados os termos da Portaria n°96/2019 - CGJ/AM. Pois bem, no presente feito a pretensão autoral versa sobre direitos materiais disponíveis a admitir transação judicial para por fim ao litígio. Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 06/11/2019, às 10:30 horas, na sede deste Juízo.

Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON BASTOS BESSA (OAB 6655/AM) - Processo 0633525-69.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Raimundo Sabino Castelo Branco Maués e outro - Desta feita, NÃO CONHEÇO dos presentes embargos de declaração em razão de sua intempestividade, nos termos das razões acima declinadas. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0633632-55.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e modo, porém lhes NEGO PROVIMENTO por entender que não ocorreu contradição, nem omissão na decisão atacada, mantendo incólume os termos da sentença prolatada. P. R. I.

ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0633762-79.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: IMPORTADORA NOVA OLINDA LTDA - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Por essas razões, NÃO CONHEÇO dos presentes embargos de declaração em razão de sua intempestividade, nos termos das razões acima declinadas. Dê-se vista ao requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca do noticiado pela requerida quanto ao cumprimento da obrigação e da documentação apresentada (fls. 200/201 e 203/205). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0633856-51.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - Após o trânsito em julgado, dê-se a devida baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0634355-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Andrade GC Advogados - Desta feita, com fundamento no art. 300 do CPC, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPADA no sentido de determinar expedição de ofício ao Núcleo de Apoio à Execução e Coordenação Judiciário (NAE-CJ) do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região para que seja realizado o arresto do valor de R$97.277,29 (noventa e sete mil, duzentos e setenta e sete reais e vinte e nove centavos), a fim de garantir a cobrança a ser promovida pela autora. À Secretaria para que expeça o respectivo ofício nos moldes determinados. Com base no art. 303, §1º, I, do CPC, determino a intimação do requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, aditar a inicial, sob pena de extinção sem resolução de mérito. Verificado o aditamento, pautese a audiência de conciliação, realize-se a citação e a intimação para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial observará o previsto nos incisos do art. 335 do CPC. Se a requerida não possuir cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, após a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Na hipótese da ré não ser encontrada no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. Caso as partes manifestem desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4°, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários. Remetam-se os autos ao CEJUSC para os fins acima determinados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0635228-69.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Rodolfo Pereira Givoni - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/12/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 30 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0636216-61.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0636367-27.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, e tendo em vista o deferimento da expedição de carta de citação no despacho de fls. 114, intimo a parte interessada para que recolha as CUSTAS POSTAIS E junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0636546-53.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Após o trânsito em julgado, proceda-se à baixa no SAJ e arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0636895-56.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar o endereço que deverá constar no mandado, no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc.

ADV: MÁRCIA REGINA BARROSO COSTA (OAB 5130/AM) - Processo 0637567-69.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: Edson Abreu da Silva - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: MARLI SALVAGNINI (OAB 8050RO) - Processo 0637689-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Azul Companhia de Seguros Gerais - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 27/11/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 30 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: GUSTAVO DE LIMA BARBOSA (OAB 13443/AM), ADV: JORGE EDUARDO DE SOUZA MARTINHO (OAB 5273/AM), ADV: LEANDRO PEREIRA PASSOS (OAB 7680/AM), ADV: HELOISE BASTOS MARTINHO (OAB 12609/AM) - Processo 0638222-07.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0611935-07.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EMBARGANTE: Procasa - Empresa Imobiliária Ltda - EMBARGADO: José Eduardo dos Santos - A XIV Semana Nacional de Conciliação será realizada no período de 04 a 08 de novembro de 2019 por determinação do CNJ e observados os termos da Portaria n°96/2019 - CGJ/AM. Pois bem, no presente

feito a pretensão autoral versa sobre direitos materiais disponíveis a admitir transação judicial para por fim ao litígio. Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 06/11/2019, às 9:00 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO RODRIGUES DE ARRUDA (OAB 2685/AM), ADV: PAULO RODRIGUES DE ARRUDA (OAB 3900/AM), ADV: ELAINE DE ARAÚJO VERAS (OAB 9642/AM) - Processo 0638375-45.2014.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Norteferro Indústria e Comércio de Ferro Ltda - REQUERIDO: P X Comercio e Transp Hortifrut LTDA - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: LAUDER CARNEIRO BARROS (OAB 14068/AM) - Processo 0638836-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ironildo Souza dos Anjos - Por conseguinte, determino a intimação do requerente para que efetue o recolhimento das custas processuais no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme o art. 290 do CPC. Determino, ainda, à Secretaria que adote as diligências necessárias para a retirada da tarja de justiça gratuita do cadastro da ação no SAJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: CATHARINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 6484/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: DAVID D'ANGERES JORGE (OAB 3718/AM), ADV: VICTÓRIA GUIMARÃES DE MELO CARDOSO (OAB 14813/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM) - Processo 0638844-86.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Júlia Herrea Instituto Médico S/s Ltda - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 07/11/2019, às 11 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE JÚNIOR (OAB 3840/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM) - Processo 0638852-34.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Unicred Manaus - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e modo, porém lhes NEGO PROVIMENTO, por entender que não ocorreu omissão na decisão atacada, mantendo incólume os termos da sentença prolatada. P. R. I.

ADV: NICOLLE SOUZA DA SILVA SCARAMUZZINI TORRES (OAB 14839/PA) - Processo 0640287-38.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Tania Margarete Sanaiotti - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0640437-19.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WANDERLEY RIBEIRO NUNES (OAB 075792/RJ) - Processo 0641210-98.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - REQUERENTE: Technew Comércio e Indústria Ltda - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTONINO MACHADO DA SILVA (OAB 7231/AM) - Processo 0641280-81.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Sayma Taianny Souza de Oliveira - Após o trânsito em julgado, dê-se a devida baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I.C.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0641720-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Saulo Marcio da Rocha Moreira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 17/10/2019 às 09:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0641841-08.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raimundo dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0641893-04.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MARCOS FÁBIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 11070/AM) - Processo 0643141-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Luzia Eliete de Lima Magalhães - REQUERIDO: Bradesco S.a - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MARIA SÍGLID SEVERINO DOS SANTOS (OAB 8115/AM), ADV: KÁTIA OLIVEIRA SANTOS DA COSTA (OAB 8260/AM) - Processo 0643517-93.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Artur Oliveira da Silva - Após, não havendo irresignação quanto a este decisum, adote-se as providências elencadas na Portaria n° 1.233/2012-DVEXPED/TJ-AM para pagamento dos honorários periciais. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: NATALIE MAGALHÃES COUTINHO (OAB 12334/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: BASSLA MARINHO ABDEL AZIZ (OAB 13568/AM) - Processo 0643935-60.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Panificadora Elisa Ltda. - Epp - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - A XIV Semana Nacional de Conciliação será realizada no período de 04 a 08 de novembro de 2019 por determinação do CNJ e observados os termos da Portaria n°96/2019 - CGJ/AM. Pois bem, no presente feito a pretensão

autoral versa sobre direitos materiais disponíveis a admitir transação judicial para por fim ao litígio. Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 08/11/2019, às 14:45 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0644544-09.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Rubens Santos da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0644945-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Carlos Cerron Sajane - Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, consoante determina o § 9° do mencionado dispositivo legal. Caso requerente e requerido manifestem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4°, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários. Encaminhe-se os autos ao CEJUSC para os fins acima determinados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0645175-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, consoante determina o § 9° do mencionado dispositivo legal. Caso requerente e requerido manifestem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4°, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários. Encaminhe-se os autos ao CEJUSC para os fins acima determinados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0645449-77.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Tendo em vista a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ, determino a intimação do requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência do oficial de justiça, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante. Após a comprovação, expeça-se o respectivo mandado. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0645700-95.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Tendo em vista a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ, determino a intimação do requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência do oficial de justiça, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante. Após a comprovação, expeça-se o respectivo mandado. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0646272-51.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Tendo em vista a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ, determino a intimação do requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência do oficial de justiça, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante. Após a comprovação, expeça-se o respectivo mandado. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM), ADV: FRED ANDRES DO COUTO SILVA (OAB 7695/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0648488-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Alumínio Aplicado Ltda - Algeplast - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 08/11/2019, às 11:00 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: CAROLINE PEREIRA DA COSTA (OAB 5249/AM) - Processo 0649477-25.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S. A. - EXECUTADO: Paulo Cesar Mendes Mota M. E. (Clima Frio Refrigeração) - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 08/11/2019, às 09:30 horas, na sede deste Juízo. Em relação às demandas executivas nas quais a parte passiva não possua advogado constituído nos autos, determino a intimação do exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das despesas postais, com base na Lei Estadual n°4.408/2016 e na Portaria n° 116/2017 - PTJ. Com a comprovação do aludido recolhimento, expeçam-se as respectivas cartas. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RÔMULO JOSÉ FERNANDES DA SILVA (OAB 1818/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0650653-39.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Astro Toys Comercial de Brinquedos Ltda - Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 06/11/2019, às 11 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM) - Processo 0651205-04.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carla Cristina Fonseca de Oliveira e outro - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. e outro - Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 07/11/2019, às 8:30 horas, na sede deste Juízo. Em relação ao segundo requerido que não possui advogado constituído nos autos, determino a intimação dos requerentes para, no prazo de 05 (cinco) dias, procederem ao recolhimento das despesas postais, com base na Lei Estadual n°4.408/2016 e na Portaria n°116/2017 - PTJ. Com a comprovação do aludido recolhimento, expeça-se a respectiva carta de intimação quanto à audiência extraordinária de conciliação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM) - Processo 0652156-95.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDA: Elizabeth de Tal e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM),

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0652627-14.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Eduardo Vieira dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1083/RR), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0654493-57.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Erenilce Oliveira da Costa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e a modo, e lhes e lhes DOU PARCIAL PROVIMENTO para sanar a omissão apontada somente no sentido de consignar que a documentação colacionada pela parte (extratos bancários) não foram suficientes para comprovar a hipossuficiência econômica. Considerando que a modificação acima não tem o condão de alterar o resultado do decidido, mantenho incólume os termos da decisão que indeferiu a gratuidade judiciária. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0655499-02.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Braga Veículos Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANA PAULA WERNECK VIANA (OAB 133456SP) - Processo 0656558-25.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Duplicata - REQUERENTE: Golgran Indústria e Comércio de Instrumentos Odontológicos Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM) - Processo 0662146-13.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Antônio Eneias Mendes Rodrigues e outro - REQUERIDO: Imbrasco Empreendimentos Imobiliarios Ltda Spe e outros - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GILBERTO LUIZ VALENTE RODRIGUES FILHO (OAB 229958/SP), ADV: ALESSANDRA DOS SANTOS VIEIRA (OAB 5264/AM), ADV: MICHELE NOGUEIRA (OAB 4265/AM), ADV: YARA FONSECA DE ALBUQUERQUE SOARES (OAB 4264/AM) - Processo 0706425-94.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Francilene Bernabé dos Santos e outro - REQUERIDA: Maria Rubenizes Brito Nascimento e outro - A XIV Semana Nacional de Conciliação será realizada no período de 04 a 08 de novembro de 2019 por determinação do CNJ e observados os termos da Portaria n°96/2019 - CGJ/AM. Pois bem, no presente feito a pretensão autoral versa sobre direitos materiais disponíveis a admitir transação judicial para por fim ao litígio. Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 06/11/2019, às 14:00 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0713920-92.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e modo, porém lhes NEGO PROVIMENTO por entender que não ocorreu contradição, nem omissão na decisão atacada, mantendo incólume os termos da sentença prolatada. P. R. I.

Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Afrânio Azevedo Pereira (OAB 4434/AM)
Alana Magalhães Santana (OAB 12335/AM)
Aleandro Lima de Queiroz (OAB 23008A/PB)
Alessandra dos Santos Vieira (OAB 5264/AM)
Alexandre Gomes de Gouve Avieira (OAB 32171/PE)
Alexandre Gomes de Gouvea Vieira (OAB 32171/PE)
Alexandre Miranda Lima (OAB 131436/RJ)
Alice Vieira Nunes (OAB 7323/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Paula Werneck Viana (OAB 133456SP)
Ana Ruth Ferreira Monteiro (OAB 7168/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Andre Jean Figueiredo de Souza (OAB 14758/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
André Luiz Simonetti Ribeiro de Souza (OAB 12350/AM)
Andrezza Caldas Vital (OAB 10723/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Angelito Evangelista Queiroz (OAB 002.966/AM)
Antonino Machado da Silva (OAB 7231/AM)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antonio Marcio Braga Simoes (OAB 166530/MG)
Antônio Vidal de Lima (OAB 25520/PR)
Antônio Vidal de Lima (OAB 341A/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bassla Marinho Abdel Aziz (OAB 13568/AM)
Beatriz Araújo Lima de Castro (OAB 7706/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Caio André Pinheiro de Oliveira (OAB 4205/AM)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Caio Feldberg Porto (OAB 7995/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Leal de Souza (OAB 7498/AM)
Camila Leite Duarte (OAB 11727/AM)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 15410/PA)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Caroline Pereira da Costa (OAB 5249/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Catarina Pontes Torres (OAB 13503/AM)
Catharina Ribeiro Botelho (OAB 6484/AM)
César Ituassu da Silva Neto (OAB 9506/AM)
Cláudio Elias dos Santos (OAB 4036/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane das Chagas Botelho (OAB 4215/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel de Castro Silva (OAB 000.989/AM)
David D'Angeres Jorge (OAB 3718/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Deyvison Souza Brito (OAB 9366/AM)
Diana Silva do Nascimento (OAB 13369/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Djamai Moscariello Furnari (OAB 4375/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)

Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edinei Lourenço de Carvalho (OAB 9689/AM)
Edinei Lourenço de Carvalho Júnior (OAB 9347/AM)
Edson Bastos Bessa (OAB 6655/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Vasconcelos Corrêa Júnior (OAB 16991/PA)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elaine de Araújo Veras (OAB 9642/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Ellen Caroline Oliveira de Alcântara (OAB 10616/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Eloi Pinto de Andrade Júnior (OAB 3840/AM)
Emerson Abineã da Silva (OAB 6393/AM)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
Emmyle Falcão Carneiro (OAB 9971/AM)
Epitácio da Silva Almeida (OAB 2960/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Evandro Araújo Brasil (OAB 3988/AM)
Felipe Quintana da Rosa (OAB 56220/RS)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Fred Andres do Couto Silva (OAB 7695/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Gilberto Luiz Valente Rodrigues Filho (OAB 229958/SP)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1083/RR)
Gisela Araújo Nicolau (OAB 10759/AM)
Giulianne Lopes Cursino (OAB 7922/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo de Lima Barbosa (OAB 13443/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Heloise Bastos Martinho (OAB 12609/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Ione Cristina Lima Carioca (OAB 5286/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre (OAB 7338/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabella Jacob Nogueira (OAB 8800/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jéssica Cavalheiro Muniz (OAB 107401/RS)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Joao Bosco dos Santos Pereira (OAB 2474/AM)
João Carlos Flor Júnior (OAB 915A/AM)
João Manoel Silva de Oliveira (OAB 4677/AM)
Jonathas Maciel de Menezes (OAB 11140/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Jorge Eduardo de Souza Martinho (OAB 5273/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
José Ricardo Xavier de Araújo (OAB 3730/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kátia Oliveira Santos da Costa (OAB 8260/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
Lauder Carneiro Barros (OAB 14068/AM)
Laurênio Maia Viga (OAB 482/AM)
Leandro Pereira Passos (OAB 7680/AM)
Leonardo Augusto Neves da Costa (OAB 8147/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luis Felipe Procópio de Carvalho (OAB 303905/SP)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Augusto de Borborema Blasch (OAB 7982/AM)
Luiz Felipe Procópio de Carvalho (OAB 101488/MG)
Marcelo Augusto Farias de Souza (OAB 7664/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Márcia Regina Barroso Costa (OAB 5130/AM)
Marco Túlio Zaghi Pacheco (OAB 8161/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Caldas Martins Chagas (OAB 56526/MG)
Marcos Fábio Oliveira de Lima (OAB 11070/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Maria Síglid Severino dos Santos (OAB 8115/AM)
Maria Stella Barbosa de Oliveira (OAB 145252/RJ)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mário Augusto Marques da Costa (OAB 1946/AM)
Mariza Lustoza Ribeiro (OAB 6869/AM)
Marli Salvagnini (OAB 8050RO)
Marlos Gaio (OAB 914A/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Maurianne de Souza Kaist (OAB 9951/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Michele Nogueira (OAB 4265/AM)
Michelle Pereira Cruz (OAB 7072/AM)
Natalie Magalhães Coutinho (OAB 12334/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Neyla Amanda Meireles Saraiva (OAB 10561/AM)
Nicolle Souza da Silva Scaramuzzini Torres (OAB 14839/PA)
Nilson Coronin (OAB 1925/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Paulo Bernardo Lindoso e Lima (OAB 11333/AM)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Paulo Rodrigues de Arruda (OAB 2685/AM)
Paulo Rodrigues de Arruda (OAB 3900/AM)
Paulo Sérgio Oliveira Amorim (OAB 12779/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Phâmara de Souza Sicsú (OAB 6334/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
PUALLO PORTO PEREIRA (OAB 10278/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raphaela da Costa Nascimento (OAB 9861/AM)
Raquel Pinto Valente (OAB 6771/AM)
Renata Kelly Salgado da Costa (OAB 5346/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fioravante do Amaral (OAB 349410/SP)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Ricardo Lopes Godoy (OAB 77167/MG)
Ricardo Nunes Lopes (OAB 13034/AM)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberto Alves (OAB 9258/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Rômulo José Fernandes da Silva (OAB 1818/AM)

Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Ruy Miraglia da Silveira (OAB 46428/SP)
Sarah Maia Viana (OAB 11440/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Sem Advogado (OAB Y/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérgio Pinheiro Máximo de Souza (OAB 135753/RJ)
Sérgio ricardo bezerra de caldas (OAB 13316/PE)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Taciana Segatto Moreira (OAB 157513/MG)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Thaís Loureiro Guerreiro (OAB 12923/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Vanessa Chaves Vieira (OAB 10163/AM)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 28837/SP)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Victória Guimarães de Melo Cardoso (OAB 14813/AM)
Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB 9463/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)
Wanderley Ribeiro Nunes (OAB 075792/RJ)
Wanderley Romano Danadel (OAB 78870/MG)
Wesley Moura da Silva (OAB 9226/RO)
Yara Fonseca de Albuquerque Soares (OAB 4264/AM)

15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0347/2019

ADV: MARCUS VINÍCIUS SOARES DE SOUZA MAIA (OAB 12345/DF), ADV: RAMI YURI MENEZES GAMA (OAB 8933/AM), ADV: LUCIANA TRUNKL FERNANDES DA COSTA (OAB 3006/AM), ADV: DÉLCIO LUIS SANTOS (OAB 2729/AM) - Processo 0211127-43.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Servidão Administrativa - REQUERENTE: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte - REQUERIDO: Espólio de Danilo José Sobral Peres - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data de perícia marcada para o dia 28/09/2019 às 09:30h, no local para início da perícia e realização dos serviços de vistoria, conforme informação do Sr. perito em petição de fl. 231.

ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0600142-37.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Leia Pereira de Lima - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Instrução e Julgamento, designada para o dia 18/02/2020 às 09:30h, a ser realizada na sala de audiências do Cartório da 2ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 6, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM.

ADV: PRISCILLA JIMENES DEL GUERRA (OAB 204205/SP) - Processo 0608289-57.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: K. M. Cargo Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0609907-66.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0611266-85.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Hélio Nascimento dos Santos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Vistos. Não se há como julgar embargos de declaração se estes não constam da fila judicial a eles atinente. Portanto, impunha ao Embargante (Réu) tomar providências para que a Secretaria da UPJ corrigisse a falha. É meramente procrastinatório o recurso aludido, e que parece serve de praxe processual do Réu para se liberar da tutela de urgência contra si proferida, ao invés da interposição recursal adequada para o Tribunal de Justiça. O comando proferido em cognição sumária é objetivo e se dirige ao Réu para que não suspenda o serviço essencial de energia, tampouco restrinja os dados autorais por contas tidas como impagas, sejam elas quais forem, até o julgamento final do processo. Afasto qualquer omissão, contradição, obscuridade ou elementos outros ditados pelo artigo 1.022, do Código de Processo Civil e, mantenho tal como proferida a decisão de fls. 100 a 102. A questão da perícia técnica definida no decisório de fls. 236 foi objurgada por agravo de instrumento, sobre cujo resultado ainda não é conhecido por este Juízo, motivo pelo qual ordeno ao Réu que o noticie em 15 dias. O trânsito em julgado se impõe, pois neste pronunciamento se deu o enfrentamento dos embargos de declaração. Intimem-se.

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0616996-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Ruth Santos da Silva Almeida - REQUERIDO: Claro S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0622394-34.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0628343-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Paulo Sérgio Alves Anselmo -

REQUERIDO: Banco BMC S/A - Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0633501-80.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANA CRISTINA MARINHO BESSA (OAB 11702/AM) - Processo 0643868-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Parcial - REQUERENTE: Leandro do Nascimento Oliveira - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 17/09/2019, a partir das 16:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na clinica Hap Vida, Rua Alexandre Amorim, 490, Bairro de Aparecida, nesta cidade.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0648215-40.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Alexandre Ferreira de Souza - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0655398-62.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Ana Cristina Marinho Bessa (OAB 11702/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Délcio Luis Santos (OAB 2729/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Luciana Trunkl Fernandes da Costa (OAB 3006/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcus Vinícius Soares de Souza Maia (OAB 12345/DF)
Maria Altamira de Souza (OAB 6959/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Priscilla Jimenes Del Guerra (OAB 204205/SP)
Rami Yuri Menezes Gama (OAB 8933/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO LIA MARIA GUEDES DE FREITAS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0348/2019

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM) - Processo 0203189-65.2010.8.04.0001 (001.10.203189-5) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Manaus Ambiental S/A - REQUERIDA: Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Autora Manaus Ambiental S/A para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente a qualificação completa (endereço, e-mail, telefone) do Sr. Perito indicado em fl. 163, para que se proceda a sua intimação como perito nomeado.

ADV: RENATO FIORAVANTE DO AMARAL (OAB 349410/SP) - Processo 0225361-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Liany Obando dos Santos - REQUERIDO: Banco Volkswagen S/A - Vistos em correição permanente. Em análise preliminar, o Juízo observou que o pedido VII (fl. 17) carecia de fundamentos e consonância com a legislação processual civil (fl. 45), e ordenou a redigitalização das peças 20, 24, 31, 32. A autora por sua vez emendou à exordial esclarecendo a procedência do pedido VII (fls. 48 a 51), fundamentando suas alegações através de jurisprudências relevantes. Além disso, redigitalizou as peças solicitadas. É o breve relato. Decido. A litigante do polo ativo pugna a justiça gratuita, beneplácito este que, segundo o convencimento deste Juízo goza de presunção relativa, devendo haver verificação fidedigna acerca do referido pleito, evitando, desta feita, a banalização de tão relevante

instituto de acesso à justiça. Assim sendo, com sustentáculo no artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal, determino à Autora que comprove a condição de beneficiário da justiça gratuita. Para tanto, ordeno que seja a Autora intimada a trazer ao feito virtual comprovantes de recolhimento do IR relativos aos dois últimos exercícios, Comprovante de rendimentos e de gastos. Faça-o em 15 (quinze) dias úteis, sob pena de indeferimento da benesse, de conformidade com o que reza o artigo 99, § 2º, da nova Lei do Rito Civil. Mais recentemente o Desembargador CLÁUDIO ROESSING, na qualidade de relator, decidiu monocraticamente a Apelação Cível interposta contra sentença desta Julgadora no Processo n. 0611390-73.2013.8.04.0001 (Revisional do Contrato de Financiamento de veículo automotor - Autor: Jorge Rosário de Carvalho e Réu: Banco Panamericano S.A.) que tramitou perante este Juízo e que culminou com a improcedência da demanda e indeferimento da benesse de gratuidade. Fê-lo conhecendo o recurso, mas julgando-o prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF, ou de Tribunal Superior. Assim, foi mantida a sentença judicial. À altura, o Desembargador Relator citou jurisprudência consolidada acerca da assistência judiciária gratuita, a qual é perfeitamente aplicável à espécie: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA ALTERAR A DECISÃO AGRAVADA. INDEFERIMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE PREPARO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 187/STJ. RECURSO DESERTO. 1. A parte agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçam a decisão agravada, razão que enseja a negativa do provimento ao agravo regimental. 2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e firme no sentido de que, nos termos dos arts. 2º, parágrafo único e §4º, §1º, da Lei 1.060/50, a assistência judiciária gratuita pode ser pleiteada a qualquer tempo. Contudo, até que seja provida, a parte não está exonerada do recolhimento das custas processuais. 3. Cabe ao recorrente comprovar o preparo, incluindo custas e porte de remessa e retorno, situação que não se verifica na hipótese dos autos, motivo pelo qual incide o óbice da Súmula n. 187/STJ. Recurso deserto. 4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 1217675/MG, Rel. Ministro Vasco Della Giustina (Desembargador Convocado do TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 16/11/2010, DJe 30/11/2010). Quanto ao pedido de tutela antecipada (fl. 16), requereu-se a consignação em pagamento da monta de R$ 961,72 (novecentos e sessenta e um reais e setenta e dois centavos), relativo as parcelas vincendas, bem como, solicitou-se que a posse do bem seja mantida por parte da Autora e que seu nome seja retirado ou não incluso em órgãos de proteção ao crédito. Assim, passo à apreciação do pedido tutelar antecipatório estatuído pelo artigo 303, do Código de Processo Civil, sob as balizas do elementos que o integram, quais sejam o fumus boni iuris e o periculum in mora. Quanto ao primeiro requisito - fumus boni iuris - tem-se que os documentos fornecidos pelo autor até o presente momento não comprovam a probabilidade de que a tutela irá ser concedida a seu favor, tendo em vista que neste caso faz-se essencial o pronunciamento do Réu. Somente visualiza-se a presença do requisito em questão no pedido de não inclusão em órgãos de proteção ao crédito. O segundo requisito - periculum in mora - somente se configura em relação a posse do bem da autora e a não inserção de seu nome aos órgãos de proteção do crédito, contudo quanto ao pagamento em consignação não se vislumbra o perigo de dano irreversível para a Autora. Desta feita, forte nas razões jurígenas espraiadas, DEFIRO a tutela antecipada em referência a não inclusão do nome da litigante do polo ativo em órgãos de proteção de crédito. Contudo, INDEFIRO a tutela antecipada, pelos motivos acima expostos, quanto a consignação em pagamento da monta de R$ 961,72 (novecentos e sessenta e um reais e setenta e dois centavos), relativo as parcelas vincendas, bem como, solicitou-se que a posse do bem seja mantida por parte da Autora. Vale salientar que isto não quer dizer que esta tutela não poderá ser concedida em momento vindouro. Assinalo-lhe o prazo de 5 dias úteis para o cumprimento do que acima se lhe aponta, sob pena de indeferimento do pleito da gratuidade da justiça e extinção da demanda. Intime-se e cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0600899-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José Cipriano da Silva - Fabiane da Silva Angelim - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos e examinados. Trata-se de Revisional cumulada com indenização por danos morais e materiais aviada por José Cipriano da Silva e Fabiane da Silva Angelim contra Amazonas Distribuidora de Energia S/A. Os Autores, consumidores dos serviços prestados pela empresa Ré - inscrição nº 0324870-4, narra que foi surpreendida com a cobrança de débitos que lhes foram imputados e que entendem indevidos. Aduzem que a Ré atribui-lhes referida cobrança devido a ato eminentemente arbitrário, a contar de 07/18. Decisão interlocutória de fls. 54 a 58, por meio da qual este Juízo concedeu liminar no sentindo de que estivesse a Ré proibida de suspender o fornecimento de energia à UC, bem como de realizar protestos e negativações em nome do titular da conta. Em contestação de fls. 105 a 117, a Ré alegou a regularidade na cobranças das faturas contestadas, sob a assertiva de que, até junho de 2018, estava com acesso impedido à leitura do contador e que, só a partir de então (07/2018), quando teve o acesso liberado à UC, o valor passou ao nível correto. Réplica às fls. 125 a 134, por que foram as razões exordias ratificadas. A Ré, quando intimada para indicar provas, por nada pugnou; Os Autores mantiveram-se inertes. É o relatório. DECIDO. Embargos de Declaração de fls. 73 a 75 Acerca da decisão de fls. 54 a 58, opôs-se manifestação genérica. Não se tratando de omissão, obscuridade, contradição ou erro material, não cabia, por este meio, a reforma do decidido em liminar, motivo pelo qual REJEITO os presentes EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Pressupostos Processuais e Condições da Ação Tenho por presentes e preenchidos os pressupostos processuais e as condições da ação, restando sedimentado o campo para a outorga jurisdicional solucionadora da lide e restabelecedora da almejada paz social. Mister salientar que os elementos de convicção que dão esteio a este decisório fazem-se capitaneados pelos documentos carreados aos autos os quais, por si mesmos são suficientes a sustentar o Julgamento Antecipado da Lide. "O juiz é soberano na análise das provas produzidas nos autos. Deve decidir de acordo com o seu convencimento. Cumpre ao magistrado dar as razões de seu convencimento. Decisão sem fundamentação é nula 'pleno iure' (CF, 93, IX)" (Nelson Nery Junior. Código de Processo Civil Comentado, 7ª. ed., p. 532). Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor ao caso posto e inversão do ônus probatório A hipótese que se descortina perante este Juízo é eminentemente de consumo, porquanto envolva de um lado a empresa fornecedora do serviço essencial de energia e, de outro, o destinatário final e usuário/consumidor de tal serviço, pessoa que paga o preço respectivo para seu recebimento. Configurada a relação de consumo, impõe-se a aplicação das regras da legislação pertinente que autorizam militar a favor do consumidor a inversão do ônus da prova, fazendo recair sobre o sujeito que ocupa a angularidade passiva da demanda o gravame em demonstrar fato que impede, modifica ou extingue o direito do Autor. Precisamente com supedâneo no Diploma Consumerista, é que resplandece ao convencimento esposado por esta Magistrada, a indispensável concessão ao pedido de inversão ao ônus da prova, conforme estatuído no artigo 6°, inciso VIII, notadamente pela verossimilhança das alegativas iniciais. É bem verdade que a inversão não exime a parte de carrear aos autos as provas necessárias para embasar a pretensão inicial, contudo tenho como certo que demonstrou, efetivamente, o fato constitutivo de seu direito e, portanto a justificativa para movimentação do aparato judiciário na direção da tutela jurisdicional final. Perceba-se, como preleciona Nelson Nery Junior que "o ônus da prova é regra de juízo, isto é, de julgamento, cabendo ao juiz, quando da prolação da sentença, proferir julgamento contrário àquele que tinha o ônus da prova e dele não se desincumbiu." Documentos de confecção unilateral não podem sustentar pedido do Réu para realizar cobrança Os documentos trazidos em contestação, de confecção unilateral pela empresa concessionária de serviço público de energia, não firmam presunção de veracidade, ainda que relativa, eis que produzidos por profissionais que integram seus quadros e de quem percebem

remuneração. "DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM SEDE DE APELAÇÃO. ENERGIA ELÉTRICA. IRREGULARIDADE. PERÍCIA REALIZADA UNILATERALMENTE PELA CONCESSIONÁRIA. NÃO OBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. DECISÃO TERMINATIVA MANTIDA. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Havendo suspeita de irregularidade no consumo de energia, nos termos da Resolução 456/2000 da ANEEL, a perícia técnica no medidor deve ser realizada por órgão competente vinculado à segurança pública e/ou por órgão metrológico oficial, não se admitindo como lícito o procedimento administrativo baseado em perícia realizada de modo unilateral por agentes da concessionária. 2. Recurso de Agravo a que se nega provimento por unanimidade de votos." (Processo AGV 26070220078171130 PE - Relator: Francisco Manoel Tenório do Santos - Julgamento: 06/01/2011 - 4ª Câmara Cível - Publicação: 14/01/2011). No caso concreto sobressai inexigível o débito lançado a título de recuperação de consumo apurado em documentos unilateralmente firmados pela concessionária que figura na angularidade passiva da demanda. Em verdade, afirma o Réu que, até junho/18, não tinha acesso à UC. Quanto teve acesso, a partir de 07/18, os valores, então, normalizaram-se. Ademais, entende esta Julgadora que a única prova que permitiria aferir ou não a ocorrência de fraude seria a prova pericial. Colaciono: "JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. CONSUMIDOR. CAESB. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. ALEGAÇÃO DO CONSUMIDOR DE IRREGULARIDADE NA LEITURA DO HIDRÔMETRO (REFERENTE AO MÊS 7 DE 2013). QUESTIONAMENTO FUNDADO DIANTE DO ELEVADO CONSUMO EXCEPCIONALMENTE REGISTRADO NO MÊS DE JULHO DE 2013. OBRIGAÇÃO DA RÉ DE COMPROVAR A REGULARIDADE DO SEU EQUIPAMENTO E, CONSEQUENTEMENTE, DA COBRANÇA REALIZADA. RECLAMAÇÃO FORMALIZADA. A MERA VISTORIA DESQUALIFICADA TECNICAMENTE, QUE SIMPLESMENTE CONCLUI PELA REGULARIDADE DO EQUIPAMENTO, SEM QUALQUER EMBASAMENTO OU APONTAMENTO TÉCNICO, NÃO É SUFICIENTE PARA SUBSTITUIR O EXAME PERICIAL, O QUAL DEVERIA TER SIDO REALIZADO À ÉPOCA DA RECLAMAÇÃO, A FIM DE SANAR AS LEGITIMAS DÚVIDAS SOBRE A COBRANÇA E ATESTAR A REGULARIDADE DO HIDRÔMETRO UTILIZADO. COBRANÇA ILEGÍTIMA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS." (TJ-DF - ACJ: 20140111315704 DF 0131570-52.2014.8.07.0001, Relator: FLÁVIO FERNANDO ALMEIDA DA FONSECA, Data de Julgamento: 27/01/2015, 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Publicação: Publicado no DJE : 04/02/2015 . Pág.: 326)" Ora, tenho como certo que a concessionária do serviço essencial operou com falha ao imputar valores aos Autores com base em impressão técnica unilateralmente elaborada, aspecto de inarredável defeito nos serviços a ser cargo que guarnece a presente demanda, haja vista que a presunção dos atos da empresa fornecedora do serviço essencial não é absoluta. Reconhecimento do Dano Moral A imputação de fraude (crime) aos Autores acrescida de cobrança indevida e ameaça de interrupção do serviço essencial de energia elétrica causa transtorno, abalo de psique e humilhação com inarredável violação ao direito subjetivo da honra e da personalidade do ser humano, caracterizando, por conseguinte, o ato ilícito de que trata a legislação infraconstitucional (artigo 186, do Código Civil) e gerando a obrigação recaída sobre o Réu de indenizar, em conformidade com o que reza o artigo 927, do mesmo Diploma anteriormente mencionado. O dever de reparação, destarte, surge após a devida comprovação do fato antijurídico e do dano causado à vítima, bem como do liame causal entre ambos, os quais restaram cabalmente provados na espécie. Afirmo que o lastro para a pretensão indenizatória faz-se plausível pelas razões jurígenas percorridas. A mim, inequívoca a responsabilidade civil da empresa demandada que deve arcar pelo dano de cunho moral gerado na hipótese sub examinem, principalmente porque assentada nos requisitos adiante descritos: - A diminuição ou destruição do bem jurídico moral pertencente à pessoa. - A efetividade ou certeza do dano experimentado pelos Autores atestada pela cobrança indevida do serviço essencial de energia elétrica pelo Réu a título de recuperação de consumo do período de 07/18 a 12/18. - O liame de causalidade entre a falta cometida pelo Réu e o prejuízo causado a Autora. Finalmente, espraiando-se como objetiva a responsabilidade do Réu, despicienda a ocorrência de culpa, devendo responder pelos danos que causou ao consumidor Autor (artigos 6º, VI e 14 do Código de Defesa do Consumidor). Fixação do Quantum Indenizatório resultante da Incontestável Lesividade Moral Passo à operação mental de estabelecimento da verba indenizatória pela lesividade moral que já reconheci. "A eficácia da contrapartida pecuniária está na aptidão para proporcionar tal satisfação em justa medida, de modo que tampouco signifique um enriquecimento sem causa da vítima, mas está também em produzir no causador do mal, impacto bastante para dissuadi-lo de igual e novo atentado." (RT, 650/66). O vezo metalista que orienta a irresignação da condenação pelo dano moral, típico de muitos operadores materialistas que tendem a menosprezar os sentimentos dos lesados, almejando excluir a indenização sob a alegação de enriquecimento ilícito da vítima, ou ainda de que inexistem parâmetros legais para a sua fixação, não inspira o convencimento desta Julgadora na operação de estabelecimento do quantum, ou verba indenizatória. A reparação de caráter eminentemente satisfatório deve ser de tal monta apta a proporcionar ao lesado uma sensação de bem estar, expressando ainda valor satisfativo adequado ao pretium doloris sentido pelo Autor que experimentou a suspensão de serviços a cargo do Réu para que este lograsse obter o pagamento das faturas laboradas para a recuperação de consumo. A ideia do ressarcimento deve calcar-se tanto no vetor de natureza punitiva, para o fim de que a empresa fornecedora do serviço de energia - causadora do dano - incorpore postura de cuidado e respeito ao consumidor, temendo as agruras provenientes de um processo judicial e, no vetor de natureza compensatória para o fim de proporcionar ao ofendido uma justa contrapartida que atenue, ao menos em parte, o mal sofrido pela imputação de infração apta a violar sua intangibilidade pessoal. A indenização a ser proporcionada ao consumidor repousa na compensação pelo dano e na injustiça de que foi vítima, inserindo-se como direito básico firmado no inciso VI, do artigo 6° do CDC. Parte dispositiva Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A DEMANDA para, após CONFIRMAR a liminar de fls. 54 a 58, DECLARAR a inexigibilidade do débito relativo ao período de 07/18 a 12/18, recaído sobre a unidade consumidora 0324870-4 e de todos aqueles que tiverem sido aferidos no curso da demanda que excedam o valor de R$ 334,18 (média dos valor cobrados no período de 01/18 a 06/18); CONDENO o Réu ao pagamento da verba indenizatória por dano moral que estabeleço em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incidindo-se juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do artigo 406, do Código Civil e do artigo 162, §1°, do Código Tributário Nacional, contados da data em que proferida esta sentença (REsp 903258), porquanto represente esta a data em que reconhecido o evento danoso e estabelecido o arbitramento, de conformidade com o que reza a Súmula 54, do STJ, e correção monetária pelo INPC, a partir desta decisão (arbitramento), na forma como preceituado na Súmula 362, do STJ. Finalmente, julgo extinta a demanda proferindo sentença com resolução do mérito, de conformidade com o que dita o artigo 487, inciso I, do Digesto Processual Civil. Condeno o Réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados estes em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, devidamente atualizado, de conformidade com o que apregoa o artigo 85, §2°, do Código de Processo Civil, considerando o local em que prestado o serviço advocatício, o grau de zelo do profissional, a natureza e a relevância da causa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se os patronos e Cumpra-se.

ADV: RAYNA COELHO BARBOSA (OAB 12222/AM), ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM), ADV: CAMILA PONTES TORRES (OAB 12280/AM), ADV: JORGE LUÍS ENRIQUE GALLARDO ONDINOLA (OAB 10044/AM), ADV: THAYSA LIPPY SILVA DE SOUZA (OAB 12120/AM), ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM) - Processo 0601488-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Assembléia - REQUERENTE: Marcionília Santana de Noronha - REQUERIDO: Roberval Souza da Silva - Condomínio Residencial Reserva do Parque - Vistos e examinados. Aclaratórios aviados pelo Autor (fls.

119 a 123) contra sentença extintiva homologatória de desistência de fls. 113 a 116 , através dos quais atribui omissão à sentença judicial por não ter observado a alegada necessidade de consulta ao Réu quanto a desistência do Autor. Assevera, o Embargante, que foi citado e desta feita, deveria ter sido consultado quanto a desistência, e que a ausência da consulta tornaria inválida, nula ao anulável decisão que reconheça a desistência sa ação sem autorização do Réu. É o relatório. DECIDO. Nos autos, verifico que a solicitação desistência da ação se deu na data de 15 de abril de 2019, e que a citação do Réu se deu na data de 17 de abril de 2019, conforme se aufere de aviso de recebimento de fls. 112 e sua manifestação nos autos. Esta Julgadora manifestou-se expressamente sobre a desnecessidade de se obter consentimento do Réu para desistência da demanda (fls. 115). Como se sabe, o aviamento de aclaratórios tem o específico escopo de afastar eventuais vícios de contradição, obscuridade, omissão ou erro que venham a macular o pronunciamento judicial, conforme estabelece o art. 1.022 e incisos da Lei do Rito Civil. No caso descortinado, todavia, não vislumbra esta Julgadora quaisquer dos vícios acima apontados, sendo, pois, patente que o desiderato do recorrente foi exclusivamente de obter a inteira revisão da decisão para atender a seu exclusivo desiderato, isto porque não há qualquer imissão na sentença embargada de declaração, mostra o Autor apenas sua irresignação quanto ao decisório. Noutro giro, imperioso observar que o patrono do Réu acostou peça de renúncia (fls. 137), nos termos do artigo 112 parágrafo 2º do Digesto Processual Civil, dispensa-se comprovação de comunicação do mandante acerca da renúncia, isto se dá porque a procuração (fls. 119) foi outorgada a vários procuradores. Esta Julgadora não tem dúvida de que a via recursal eleita pelo executado é inteiramente inadequada para desafiar a decisão judicial recorrida, motivo pelo qual rejeito os aclaratórios em exame. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0603465-55.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Kerolaine da Silva Ferreira - Vistos em saneador permanente. Verifica-se que após diversas tentativas de citação da Ré, esta pronunciou-se nos autos através de Embargo, nas folhas 124 a 134. A litigante do polo passivo declarou cobrança da dívida ser indevida, peticionando sua anulação, além de concessão de tutela liminar, visando que a Autora se abstenha de cortar sua luz. Em resposta à Ré, a litigante do polo ativo manifestou-se alegando que restou-se comprovado o pagamento das faturas de energia elétrica contempladas pelo objeto da ação (fls. 139 a 141). Não obstante, destacou que a quitação ocorreu após a propositura da ação, ensejando em responsabilidade da Ré referente às custas de propositura da ação e valor correspondente aos honorários advocatícios. Em seguida, o Autor pugnou somente o prosseguimento do feito, informando não ter provas a produzir (fls. 146). É o relato. Decido. Pois bem. Em razão de novos fatos alegados pelo Autor, folhas 139 a 141, quanto ao pagamento das faturas de energia elétrica contempladas pelo objeto desta ação, imperioso que venham as partes esclarecer a afirmativa apresentando documentos que comprovem a quitação do valor da demanda. Ademais, caso isto seja comprovado que se demonstre a data e o valor que efetivamente foi pago, visando a solução pacífica e derradeira do litígio. Portanto, assinalo-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para o cumprimento do que acima se lhe aponta, sob pena de extinção da demanda sem aprofundamento do mérito. Faço-o de conformidade com o que dita o artigo 321, parágrafo único daquele Digesto Processual Civil. Intima-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0604561-03.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Antônio Adson Franco Cavalcante - Vistos e examinados. O autor Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A aviou a presente demanda de Busca e Apreesão contra o Réu Antônio Adson Franco Cavalcante com escopo de retomar o veículo automotor especificado na proemial (fls. 1 a 3), modelo Civic Sedan LXS 1.8, ano 2018, placa NOJ6817, em razão do descumprimento do enliçamento contratual outrora entabulado no talante às parcelas de financiamento, como se infere da planilha em anexo (fl. 18). Apresentou notificação extrajudicial dirigida ao Réu (fl. 23), comprovada através de aviso de recebimento (fl. 24). Acostou aos autos procuração (fls. 4 a 9) e contrato (fls. 18 a 22). Atribuiu a demanda o valor de R$ 21.679,52 (vinte e um mil, seiscentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), sob os quais recolheu as custas iniciais da demanda (fls. 33 a 35). Esta Julgadora, em análise preliminar, deferiu a tutela liminar formulada (fls. 36 e 37), ordenando a citação do Réu. O mandado foi emitido (fl. 38), contudo não se obteve êxito (fl. 41). O litigante do polo ativo solicitou consulta ao sistema BACENJUD (fl. 44), todavia este foi indeferido (fls. 46 e 47). Desta feita, o Autor solicitou consulta ao INFOJUD (fl. 49), sendo a mesma realizada (fls. 60). Emitiu-se mandado de citação (fl. 73), pelo qual realizou-se a busca e apreensão do veículo em questão e a entrega nas mãos de Alcimar Rolim Rodrigues, autorizado pelos requerentes (fl. 75). Porém, não se conseguiu citar o Réu (fl. 76). Consecutivamente, o litigante do polo ativo solicitou a localização do Réu através do sistema DATAPREV (fl. 80). Todavia, por esta Unidade Judiciária não possuir acesso ao sistema, emitiu-se ato ordinatório, solicitando que o Autor cumprisse as diligências úteis, em 5 (cinco) dias, o que não realizou (fls. 82 a 86). É o relato. Decido. A Constituição Federal assegura a todos que os processos no âmbito judicial e administrativo terão razoável duração devendo ser utilizados todos os meios que garantam a celeridade da tramitação. Assim, desde que respeitadas as determinações legais, os processos judiciais terão a maior celeridade possível. Trata-se de determinação constitucional que não obriga somente aos Magistrados, mas também as partes litigantes. Logo, para que isso seja possível as partes deverão ser diligentes em relação ao curso da ação processual, especialmente, quando instadas a praticar atos. É a dicção que se extrai do artigo 6º, da Lei do Rito Civil que integra seu conteúdo ao princípio constitucional da razoável duração do processo, tal o preconizado no artigo 5º, LXVIII, da Constituição Federal. Ocupo-me da transcrição do dispositivo estatuído no Digesto Processual Civil, porquanto novel a todos nós operadores do direito. “Art. 6º Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.” Nesse contexto, o Judiciário não pode permitir que as demandas tramitem indefinidamente nos Cartórios, ou Secretarias de Órgãos Jurisdicionais, principalmente quando o decurso do tempo sem manifestação é atribuído às partes. “O dever de cooperar existe no interesse de todos, pos todos pretendem que o processo seja solucionado em tempo razoável.” (Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier [et al] - 1. ed. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 62). Com efeito, a presente demanda foi proposta sem que os Autores hajam praticado os atos que lhes competem inclusive sem atentarem ao prazo legal para que o fizesse, tampouco declinaram motivação plausível para sua inobservância. Aponto, pois, que tais providências lhes foram expressamente apontadas no Ato Ordinatório emanado pela Secretaria deste Juízo, para a qual, por meio da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, foi delegada poderes, dentre eles o de determinar ao Autor emenda à inicial, consoante o artigo 1º, inciso X daquela legislação, no qual há inclusive expressa indicação do artigo 321 do Digesto Processual Civil. Art. 1º Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por ele designados a prática de atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificadas. (...) omissis X - intimar o autor para que no prazo de 15 (quinze) dias emende ou complete a petição inicial, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado (Art. 321, do NCPC), bem como initmar a parte para regularizar a sua representação processual (art. 76, NCPC) Ora, o aludido artigo 321, em seu parágrafo único, expressamente prevê que se o Autor não cumprir a diligência, ocorrente na hipótese, o juiz indeferirá a petição inicial. Não se desincumbiu, pois, o Autor de atender aos requisitos da petição inicial estatuídos que são no artigo 319, do Digesto Processual Civil, tais as pontuações realizadas no relatório desta sentença. Descurou, pois de realizar as diligências necessárias ao processamento do feito, qual seja, consulta ao Sistema DATAPREV, já que a unidade judiciária não

possui acesso ao mesmo. Parte dispositiva Ante o exposto, JULGO EXTINTA a presente demanda proferindo sentença sem resolução do mérito de conformidade com o que dita o artigo 485, inciso I, combinado com o artigo 316, do Novo Digesto Processual Civil. Revogo, por fim, a decisão proferida nas folhas 36 e 37. Observe-se às partes que poderão novamente propor a demanda, desde que ultimem o saneamento de todos os vícios que lhe foram, objetivamente apontados neste pronunciamento judicial. É a leitura que se extrai do artigo 486, §1º, da Lei do Rito Civil. Custas de lei exigíveis, porquanto silentes os Autores quanto à demonstração de hipossuficiência para o recolhimento. Honorários advocatícios que não são estabelecidos, eis que não formada a relação jurídico-processual em triangulação. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o feito e ultime-se a baixa.

ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0604624-28.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Antônio José Santana da Costa - Vistos e examinados. Aclaratórios aviados pelo Autor (fls. 78 a 89) contra sentença extintiva sem decisão de mérito por ausência de cumprimento de atos determinados pelo Juízo e ausência de citação (fls. 72 a 74), através dos quais atribui contradição à sentença judicial por alegada violação de dois pontos do caderno processual. Assevera, o Embargante, que o Juízo deixou de oportunizar ao Autor a conversão da ação de busca e apreensão em execução e necessária seria a intimação na pessoa dos dois procuradores constituídos, para manifestações nos autos. É o relatório. DECIDO. No corpo das aclaratórias, requer a imediata cassação da sentença, por alegado afronte ao ordenamento jurídico (fls. 85). Como se sabe, o aviamento de aclaratórios tem o específico escopo de afastar eventuais vícios de contradição, obscuridade, omissão ou erro que venham a macular o pronunciamento judicial, conforme estabelece o art. 1.022 e incisos da Lei do Rito Civil. No caso descortinado, todavia, não vislumbra esta Julgadora quaisquer dos vícios acima apontados, sendo, pois, patente que o desiderato do recorrente foi exclusivamente de obter a inteira revisão da decisão para atender a seu exclusivo desiderato, isto porque não há qualquer contradição na sentença embargada de declaração, mostra o Autor apenas sua irresignação quanto ao decisório. Esta Julgadora não tem dúvida de que a via recursal eleita pelo executado é inteiramente inadequada para desafiar a decisão judicial recorrida, motivo pelo qual rejeito os aclaratórios em exame. Intime-se.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0608682-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: José Raimundo Marinho Garcia - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos e examinados. O Autor José Raimundo Marinho Garcia movimentou o aparato judiciário através desta demanda para o fim de obter tutela jurisdicional que lhe reconheça as pretensões declaratória de inexigibilidade do débito e indenizatória por danos moral e material em desfavor do Réu BANCO BMG S/A., sob argumento de que teria realizado com este empréstimo consignado em folha por causa das boas taxas de juros. Sucede que, pela falta de sequência numérica, percebeu que os valores debitados para fazer frente àquele contrato não cessavam, razão pela qual estabeleceu contato com o representante da instituição financeira que lhe informou ter ela aderido a um cartão de crédito com saque do valor, o que gerava o desconto mensal em folha de pagamento para o pagamento dos juros e do pagamento mínimo da parcela. Pugnou a tutela de urgência para a suspensão dos descontos mensais em sua remuneração, dentre outros pontos. E, no mérito, a declaração de nulidade das cláusulas abusivas, sobretudo no que guarda respeito ao suposto cartão de crédito para a conversão do negócio jurídico relativo ao empréstimo consignado puro, com aplicação dos juros remuneratórios praticados pelo mercado. Requereu, ademais, o ressarcimento, em dobro, por danos materiais pelas quantias pagas em excesso. Intencionou o estabelecimento da verba indenizatória por dano moral. O Réu, em contestação (fls. 146 a 158), defendeu, no mérito, a validade do contrato. Deduziu que não houve vício de consentimento na celebração do pacto que traz a assinatura da parte Autora, o qual por sua vez realizou saquesposteriores - fls. 168 a 171, nos valores de R$ 353,00 e 518,14. É o relatório. DECIDO. Em que pese a proteção conferida aorequerente, na qualidade de consumidor, as provas anexadas ao caderno processual afastam a verossimilhança de suas alegações e demonstram a regularidade da contratação e dos descontos em seus ganhos. Com efeito, o contrato na modalidade de cartão de crédito consignado ilustra a efetiva negociação entre os litigantes, enquanto que os documentos de fls. 168 a 171 atestam a disponibilização de 02saquescomplementaresaoAutor. Logo, apesar doAutor ter asseverado a ocorrência, na hipótese, de supostas irregularidades perpetradas pelo Banco em razão de seu desconhecimento acerca do cartão de crédito consignado em comento, certo é que a ciência da consumidora, bem como a utilização do serviço bancário contratado, revela-se pelo uso do cartão, mediante a contratação de dois saquesposteriores. Note-se que, no contrato assinado pela parte Autora, consta o valor inicial de R$ 1.984,00 e não de R$ 1.500,00, como consta na inicial. Ora, os saques viabilizam ao consumidor mais uma forma de disponibilização de capital quando já comprometido pelo empréstimo. Assim, o consumidor obtém, de imediato, pela disponibilização do numerário disponível ao cartão, o dinheiro de que necessita. Destarte, verificada a origem do desconto efetuado pelo Banco requerido, in casu, prevalece o princípio da obrigatoriedade dos contratos, segundo o qual vigoram, num negócio jurídico, os termos ajustados entre as partes, de modo que se tem como lídima a retenção de margem consignável hostilizada, sobretudo pela efetiva utilização do cartão pelo consumidor ante à disponibilização de saques posteriores. Nesse sentir, confira-se: AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZATÓRIA. Reserva de margem consignável no benefício previdenciário supostamente não contratada. Sentença de improcedência. Irresignação da parte autora. Descabimento. Contrato de cartão de crédito consignado juntado parte ré devidamente assinado. Disponibilização de saque por meio do cartão de crédito, conforme faturas juntadas. Pagamento mínimo da fatura através de desconto em folha de pagamento. Incidência de encargos financeiros previstos em contrato. Regularidade da contratação comprovada. Vício da alegada lesão não configurado. Precedentes (...). Sentença mantida. Aplicação do art. 252 do RITJSP. Recurso não provido, com observação. (TJ-SP APL 1000435-89.2017.8.26.0024. Relator(a): Walter Barone. Órgão julgador: 24ª Câmara de Direito Privado. Data de julgamento: 31/08/2017. Data de registro: 04/09/2017). AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C.C. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. Demonstração pela ré da existência de relação jurídica entre as partes (cartão de crédito consignado). Ré que juntou aos autos comprovação de toda a relação entabulada, bem como o saque efetuado pela autora no valor liberado (R$ 750,00). Lançamento do valor mensal de R$ 39,40 que refere-se à reserva de margem consignável (RMC) devidamente autorizado pela autora, conforme farta documentação acostada aos autos. Ausência, de outro lado, de impugnação da autora quanto aos documentos juntados pela ré. Ônus da autora em demonstrar o fato constitutivo de seu direito. Ré, por sua vez, que logrou comprovar a origem do desconto no benefício previdenciário da autora. Sentença mantida. Recurso não provido. (TJ-SP APL 1010071-51.2016.8.26.0077. Relator(a): Lígia Araújo Bisogni. Órgão julgador: 14ª Câmara de Direito Privado. Data de julgamento: 19/07/2017. Data de registro: 19/07/2017). Por derradeiro, rejeito o pleito indenizatório de danos morais, haja vista a ausência de ilícito civil perpetrado pelo Banco requerido, que apenas agiu em exercício regular de direito. Inteligência do art. 188, inciso I, do Código Civil. Pelo exposto, julgo, com amparo no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, IMPROCEDENTE o pedido inicial. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, e desde que não haja pendências, arquive-se o caderno virtual e ultime-se sua baixa no acervo desta unidade judicial por termo nos autos.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0611113-47.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - REQUERIDA:

Carla Teles Maia - Vistos e examinados. Tratam-se de aclaratórios aviados pelo Autor (fls. 74 a 76) contra sentença proferida por esta Julgadora que extinguiu esta demanda sem resolução do mérito. Alega, o Embargante que houve contradição e omissão judicial no que concerne à utilização de fundamento no artigo 485, inciso IV, do Código de Processo Civil, para embasar sentença que extinguiu o feito, quando entende que o correto seria utilizar como base o inciso III, do mesmo artigo, isto se daria porque está a sentença fundamentada na inércia do Autor (embargante), devendo ser aplicada a necessidade de intimação pessoal do Autor para em 5(cinco) dias suprir a falta aplicável ao caso concreto. Pugna que sejam tornada sem efeito a sentença, o nos termos do artigo 485, parágrafo 1º, do CPC. É o relatório. DECIDO. De início reverberar que a sentença proferida por esta Julgadora se faz sustentada em sólidas razões e fundamentações jurígenas, ainda que o Embargante se valha dos Aclaratórios para buscar a subversão do julgado a fim de atender a seus exclusivos interesses. Explica-se. A sentença vergastada extinguiu a demanda de Busca e Apreensão de veículo automotor em virtude do transcurso in albis do pronunciamento que determinou o recolhimento das custas do Oficial de Justiça (fls. 56 a 58) sem que o Autor haja se desincumbido do comando que lhe foi objetivamente dirigido, ora, o não recolhimento das custas implica diretamente na inobservância de requisito essencial de formação e constituição regular da demanda. O pronunciamento judicial é cristalino e não merece reparos, assim uma vez faltantes os pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo (pressupostos processuais de existência: petição inicial, existência de jurisdição, citação e capacidade postulatória - em relação ao autor - e os pressupostos processuais de validade: petição inicial apta, juiz competente e imparcial, capacidade processual e legitimação processual) a extinção do feito sem resolução do mérito é medida judicial que se impõe. Reconheço por parte do Autor nociva objurgação com escopo nitidamente procrastinatório. Parte dispositiva Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, com amparo na fundamentação expendida na Sentença, cujo mérito não foi adentrado, JULGO IMPROCEDENTES os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO formulados por BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA nos autos desta demanda de BUSCA E APREENSÃO, mantendo a Sentença em todos os seus termos e sem qualquer ressalva. Faço-o para afastar qualquer obscuridade, contradição ou omissão sobre as quais ditam os incisos I, II e III, do artigo 1,022, da Lei do Rito Civil. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o feito e ultime-se a respectiva baixa.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0611498-34.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Eliana Freitas da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - INTSSADO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Vistos e examinados. Tratam-se de Embargos de Declaração manejados pela Autora em relação à sentença de embargos de declaração de fls. 145 e 146, que o rejeitou e apontou a inexistência de omissão, obscuridade, contradição ou erro material (artigo 1.022, incisos I a III, do CPC). Em que pese o teor do julgado, a Autora opôs novos embargos de declaração às fls. 149 a 153, sob a assertiva de que este Juízo havia sido omisso na sentença de embargos por não mencionar determinação de conversão do benefício previdenciário em benefício acidentário, para que assim seja a aposentadoria por invalidez implantada na modalidade acidentária (91). É o relato. DECIDO. Na espécie, cumpre salientar mais uma vez que o Juízo considerou o item 7 do laudo pericial de fls. 107 e assim reconheceu que a incapacidade acometida ao Autor está relacionada a acidente de trabalho ou doença ocupacional para todas as atividades laborativas, não havendo como se reabilitar profissionalmente, motivo pelo qual se lhe reconheceu a aposentadoria por invalidez implantada na modalidade acidentária (91). Quer a mim parecer que deixou o Autor de aviar por meio adequado seu pedido que mais se aproxima de cumprimento de sentença para que o Réu proceda com o cumprimento do que foi determinado por este juízo em sentença de fls. 111 a 117, que apontou categoricamente a condenação do Réu ao pagamento de aposentadoria por invalidez na modalidade acidentária (91). Não se excogitando de omissão, obscuridade, contradição ou erro material (artigo 1.022, incisos I a III, do CPC) é de se rejeitar o manejo dos aclaratórios. Mantenho a higidez da sentença de fls. 111 a 117. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o feito e ultime-se a respectiva baixa.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0611609-18.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: MANOEL RIBEIRO DE SOUZA - REQUERIDO: LASMED LABORATÓRIO - PERITO: Marcos vinicius de Lima Jaime - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data de perícia médica marcada para o dia 12/11/2019, às 11:30h, no endereço Rua Z, casa 01, ELDORADO CONSULTÓRIOS, Conj. Eldorado, Praça do Caranguejo, Parque Dez, Manaus-AM, conforme informação do perito recebida em nesta Secretaria e acostada aos autos em fl. 64.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0612000-02.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Dorivany Mota Cardoso - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: Cléverson Redivo - Vistos. Trata-se de Ação Acidentária, movida por Dorivany Mota Cardoso contra Instituto Nacional de Seguro Social INSS. A Autora esclarece que, pelas atividades laborativas que regularmente desempenhava, desenvolveu males como dores articulares, dentre outros males. Laudo pericial acostado às fls. 157 a 162, em que o expert judicial dentre outros dados, concluiu pela: a) existência de bursite de tendinopatia do supraespinhal e epicondilite à direita; b) existência de incapacidade multiprofissional, permanente e parcial, em relação a qual se estabeleceu a data de início da incapacidade como sendo a data de 05/02/2012. Note-se que o perito é categórico ao afirmar que a Autora está impedida de exercer a mesma atividade, mas não outra. Manifestação do Réu, por contestação, às fls. 174/196 e da Autora às fls. 191/198. É o relatório. Decido. Assevera-se, de início, a aplicabilidade do Digesto Processual Civil de 2015, à inteligência do que dita o artigo 1.046. É inolvidável a competência da Justiça Estadual para a tutela jurisdicional relativa às demandas acidentárias (auxílio-doença, auxílio-acidente, aposentadoria por invalidez), sendo suficiente versar sobre lesão acometida à pessoa que se lança à atividade laboral. Para o processamento e julgamento das ações acidentárias em face da autarquia previdenciária, ratifica-se a competência em favor da Justiça Comum Estadual, conforme exceção estatuída no artigo 109, inciso I, da Constituição Federal, que é corroborada pelo artigo 129, inciso II, da Lei n. 8.213/91. Em comentário ao dispositivo constitucional, ensina-nos Costa Machado: “Ao final a norma em comento elencou situações que, mesmo existindo interesse da União, de autarquias e de empresas públicas federais, não serão causas de competência da Justiça Federal. A motivação do constituinte se justifica na medida em que assuntos como falência, acidentes de trabalho e causas sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho fazem jus a uma justiça especializada, escapando ao caráter comum da Justiça Federal.” (Constituição Federal Interpretada: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo / Costa Machado, organizador. Anna Cândida da Cunha Ferraz, coordenadora - 5ª. ed. - Barueri, SP. Manole, 2014, p. 666) (destaque subsequente). Quanto ao artigo 129, inciso II, da Lei n. 8.213/91, é de se frisar a taxatividade no disciplinamento de que as demandas relativas a acidentes de trabalho serão resolvidos perante a Justiça Estadual. Imperiosa a menção ao enunciado sumular 235, do STF: “Súmula 235 - É competente para a ação de acidente de trabalho a Justiça Cível comum, inclusive em segunda instância, ainda que seja parte autarquia seguradora.” Analisando-se a prova dos autos, verifica-se que o pedido é parcialmente procedente. O art. 104 do Regulamento da Previdência Social (Decreto nº 3.048, de 6 de meio de 1999), assim dispõe sobre o auxílio-acidente: “Art. 104 - O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado empregado, exceto o doméstico, ao trabalhador avulso e ao segurado especial quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar sequela definitiva, conforme as situações discriminadas no anexo III, que implique: (“Caput” com redação dada pelo Decreto nº 4.729, de 09.06.2003 - DOU 10.06.2003). I - redução da capacidade para o trabalho que habitualmente

exerciam; (Inciso com redação dada pelo Decreto nº 4.729, de 09.06.2003 - DOU 10.06.2003) II - para o pensionista menor de idade, ao completar vinte e um anos, salvo se for inválido, ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior; ou (Inciso com a redação dada pelo Decreto nº 3.265, de 29.11.99 DOU 30.11.99). III - impossibilidade de desempenho da atividade que exerciam à época do acidente, porém permita o desempenho de outra, após processo de reabilitação profissional, nos casos indicados pela perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social. Parágrafo primeiro - O auxílio-acidente mensal corresponderá a cinquenta por cento do salário-de-benefício que deu origem ao auxílio-doença do segurado, corrigido até o mês anterior ao do início do auxílio-acidente e será devido até a véspera de início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado. Parágrafo segundo - O auxílio-acidente será devido a contar do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, vedada sua acumulação com qualquer aposentadoria. Parágrafo terceiro - O recebimento de salário ou concessão de outro benefício, exceto de aposentadoria, não prejudicará a continuidade do recebimento do auxílio-acidente. Parágrafo quarto - Não dará ensejo ao benefício a que se refere este artigo o caso: I - que apresente danos funcionais ou redução da capacidade funcional sem repercussão na capacidade laborativa; e II - de mudança de função, mediante readaptação profissional promovida pela empresa, como medida preventiva, em decorrência de inadequação do local de trabalho. Parágrafo quinto - A perda da audição, em qualquer grau, somente proporcionará a concessão do auxílio-acidente, quando, além do reconhecimento do nexo de causa entre o trabalho e a doença, resultar, comprovadamente, na redução ou perda da capacidade para o trabalho que o segurado habitualmente exercia. Parágrafo sexto - No caso de reabertura de auxílio-doença por acidente de qualquer natureza que tenha dado origem a auxílio - acidente, este será suspenso até a cessação do auxílio-doença reaberto, quando será reativado. Parágrafo sétimo - Não cabe a concessão de auxílio-acidente quando o segurado estiver desempregado, podendo ser concedido o auxílio-doença previdenciário, desde que atendidas as condições inerentes à espécie. Parágrafo oitavo - Para fins do disposto no caput considerar-se-á a atividade exercida na data do acidente. (Parágrafo acrescentado pelo Decreto nº 4.729, de 09.06.2003 - DOU 10.06.2003).” Portanto, para que o segurado faça jus à concessão de auxílio-acidente, percebendo, a título de indenização, 50% do salário de benefício, necessário que a doença incapacitante seja decorrente do exercício do trabalho. Pelo laudo pericial, são fatos incontroversos que a Autora experimentou, através de atividade típica da função laborativa, a perda permanente e parcial para o exercício da atividade laboral peculiar que desempenhava, mediante o diagnóstico de bursite de tendinopatia do supraespinhal e epicondilite à direita; b) existência de incapacidade multiprofissional, permanente e parcial, em relação a qual se estabeleceu a data de início da incapacidade como sendo a data de 05/02/2012. Note-se que o perito é expresso ao afirmar que não se trata de uma incapacidade total. O reconhecimento pericial da incapacidade parcial para o exercício de labor à Autora afasta qualquer pretensão de aposentadoria por invalidez, embora lhe garanta a concessão do benefício de auxílio-acidente. Quanto ao nexo causal, não há o que se questionar, pois a própria autarquia já havia reconhecido a origem da lesão experimentada pela trabalhadora, afastando-a, inclusive, com pagamento de auxílio-doença. Por fim, cumpre esclarecer, também, que o Decreto n. 3.048/1999 traz expressa previsão, no inciso II, do artigo 104, no sentido de que o maior esforço para o desenvolvimento da mesma atividade laborativa enseja a concessão do auxílio-acidente. Desse modo, diante da comprovação da redução da capacidade de trabalho e do nexo causal, é de rigor a concessão de benefício previdenciário. Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão autoral para o fim de CONDENAR o Réu ao pagamento de auxílio-acidente à Autora na proporção de 50% do salário de benefício, devido desde 06/04/2012 (cinco anos antes do ajuizamento da ação), descontando-se valores eventualmente já pagos a contar daquele marco. Reconheço a prescrição para qualquer período anterior à data de 06/04/2012 - cinco anos antes do ajuizamento desta ação. Na medida em que demonstrada a prova inequívoca da verossimilhança do direito alegado, bem como a premente necessidade da parte autora em perceber o benefício pretendido, DETERMINO que o INSS implemente o benefício, no prazo de 15 dias , sob pena de multa diária, em caso de descumprimento, no importe de R$ 1.000,00 até o limite de dez dias-multa. Intime-se, pois, com urgência. Sobre o valor da condenação, incidirão atualização monetária e juros moratórios, até o efetivo pagamento, segundo os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97. Condeno o Réu ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios e fixo, quanto a estes, o percentual de 10% sobre o valor da causa, observando-se o que dita o artigo 85, § 2º, da Lei do Rito Civil, considerando a natureza da causa, sua importância, o local em que prestado o serviço e o trabalho executado, obedecendo-se, porém o teor da Súmula 111, do STJ. “Súmula 111 - Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre as prestações vencidas após a sentença”. Esta sentença não está sujeita ao reexame necessário, visto que a princípio não irá extrapolar o limite previsto no artigo 496, parágrafo 3º, inciso I, do Código de Processo Civil. Por fim, ultime a Secretaria providências a fim de confirmar, junto à Contadoria, acerca do depósito dos honorários periciais. Sendo positivo o depósito, expeça-se imediatamente o alvará em favor do expert, sem a necessidade de nova conclusão do feito a este Juízo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Transitada em julgado, certifique-se nos autos, arquive-se e dê-se baixa na Distribuição.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM), ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0612441-12.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Condomínio Le Boulevard - REQUERIDO: Vitor Moreira da Fonseca - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ALEKSANDER CUESTA DE OLIVEIRA (OAB 5607/AM) - Processo 0613614-71.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Susana Maria Oliveira Duarte - REQUERIDA: Andréa Fonseca Oliveira - Vistos e examinados. Trata-se de demanda de manutenção de posse de imóvel turbado, aviado por SUSANA MARIA OLIVEIRA DUARTE em face de ANDREA FONSECA OLIVEIRA em relação a qual decisão de fls. 60 a 62 concedeu a gratuidade da justiça à Autora, repudiou a tutela provisória pugnada e deferiu a citação da Ré. Determinou-se ainda o encaminhamento das partes apontadas na relação jurídico-processual para a autocomposição diante da Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis - CEJUSC. Aclaratórias aviados pelo Autor (fls. 70 a 72), através dos quais atribui contradição e omissão à decisão judicial. Em audiência foi entabulado ajuste restabelecedor da paz social entre os partícipes da relação jurídico-processual Susana Maria Oliveira Duarte e Andrea Fonseca Oliveira, sobre cujo juízo de legalidade é exercido por esta autoridade judiciária em confirmação chanceladora. Fizeram-no para encerrar a presente demanda de manutenção de posse. Informou categoricamente a Autora em audiência que renuncia a todo e qualquer recurso referente à presente demanda. “A característica básica da transação é a reciprocidade de concessões, sendo lícito às partes levar à transação elementos, em princípio, estranhos à lide (nesse sentido, dispõe o art. 515, § 2 º, do NCPC, que é título executivo judicial a sentença homologatória de conciliação ou transação, ainda que envolva sujeito estranho ao processo e verse sobre relação jurídica que não tenha sido deduzida em juízo). A lide é praticamente redefinida na transação, pois que, do contrário, de transação não se trataria. Por isso é que,

segundo pensamos, a transação é possível ainda que a ação tenha sido proposta, pleiteando-se, por meio dela, direito indisponível. Isto porque, como a transação é instituto que envolve necessariamente concessões mútuas, implica necessariamente alteração do mérito, tal como originariamente posto (delineado, delimitado) na petição inicial, já que o autor e réu hão de fazer concessões para que de transação se trate." (Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier [et al] - 1. ed. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 791). No que tange aos embargos de declaração de fls. 70 a 72, imperioso frisar que este perdeu seu objeto em razão do acordo entabulado em audiência onde a Autora renunciou aos recursos na presente demanda. Parte dispositiva HOMOLOGO por sentença o acordo entabulado entre as partes para o fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos. Em consequência JULGO EXTINTA a demanda posta segundo dicção do artigo 487, inciso III, alínea 'b' cumulado com o artigo 334, § 11, da Lei do Rito Civil. Faço-o por sentença com resolução do mérito, tal o que dita o artigo 316, do mencionado Diploma. Custas inexigíveis ante a gratuidade da justiça e honorários advocatícios não estabelecidos, o que implica renúncia à referida verba por atuação pro bono. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o processo e ultime-se a respectiva baixa. Informe-se ao CEJUSC, para fins estatísticos a ocorrência de homologação do acordo.

ADV: LAILA JÉSSICA ALENCAR COSTA E SILVA (OAB 9572/AM) - Processo 0614063-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Katiuscia Yume Ideta - REQUERIDO: Paulo Augusto Silva Salgado - Vistos. Da análise às fls. 50 e 51, concedo apenas o parcelamento das custas em 6 (seis) parcelas mensais e sucessivas, cujo pagamento integral deverá ocorrer antes da sentença, com correção monetária. Faço-o com fulcro no artigo 98, § 6º do CPC c/c Portaria nº 490/2017-PTJ. "O art. 98, § 6º, permite que o adiantamento das taxas judiciárias e das demais despesas processuais seja feito de forma parcelada, devendo o juiz analisar a necessidade da parte ou do terceiro de acordo com as peculiaridades do caso concreto. Caberá ao juiz estabelecer a quantidade de parcelas para o pagamento das despesas processuais." (Câmara, Hélder Moroni. Código de processo civil: comentado São Paulo: Almedina, 2016, p. 169). Assinalação do prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o Autor comprove a este Juízo o recolhimento relativo à primeira parcela das custas, assim como para o recolhimento da despesa relativa ao expediente postal citatório, sob pena de extinção do feito por falta de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. À secretaria, as providências de desembaraço e fiscalização do correto recolhimento das parcelas. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0614665-59.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Ivo Barbosa Rodrigues - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0616942-09.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Dimas Soares da Silva - Em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) autora(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta recebida por terceiro, indicando as providências cabíveis e, em caso de novo pedido de citação por carta/mandado, recolher as custas pertinentes.

ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM) - Processo 0617847-48.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Andréa Padilha de Oliveira - Ednei da Silva Printtes - REQUERIDA: Janilda Guedes da Silva - André Luiz Guedes da Silva - Vistos. Em última análise pelo Juízo, nas folhas 100 e 101, concedeu-se o parcelamento da custas processuais da demanda em 3 (três) parcelas mensais e sucessivas. Desta feita, os Autores recolheram a primeira parcela das custas (fls. 107 a 109). É o breve relato. Decido. Em sendo assim, imperioso cuidar-se, no plano endoprocessual, da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se audiência conciliatória a ser realizada durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 07/11/2019 às 11h00, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM) - Processo 0619090-61.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Antonio Carlos Seixas da Silva - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8310/AM) - Processo 0619315-18.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: LELIANE ALVES TRINDADE - ANDERSON DIEGO MARQUES PINHEIRO - MARIA EDUARDA MARQUES PINHEIRO - GLEYCE DE SOUZA MARQUES - REQUERIDO: MESSIAS ALMEIDA DOS SANTOS - COOPTAM - COOPERATIVA DE TRANSPORT ALTERNATIVO - Vistos. Tratam-se de Embargos de Declaração manejados pelos Autores em relação à decisão interlocutória exarada pelo Juízo (fls. 136 a 138), sob argumento de que se revelou omissa no que pertine à condenação em multa de 1% sobre o valor da causa, porquanto os tenha estabelecido por ato atentatório à dignidade da justiça, em virtude da ausência dos Autores na audiência de conciliação, mesmo com alegada presença do advogado das partes em audiência (fls. 127 a 129). Além do exposto, alega que este juízo se omitiu também no que diz respeito ao pedido autoral de gratuidade da justiça. É o relato. Verifico que termo de audiência de fls. 127 a 129 estabelece que os Autores ANDERSON DIEGO MARQUES PINHEIRO e MARIA EDUARDA MARQUES PINHEIRO se fizeram representados pelo Patrono DIOGO COELHO DE FREITAS, e em procuração de fls.18 as mesmas partes estabelecem poderes especiais para transigir constituído somente a FÉLIX DE MELO FERREIRA, ocorre que e análise ao caderno virtual não verifico qualquer ocorrência de substabelecimento referente aos autores, em momento anterior ao decisório embargado, logo, não havia à época da decisão, condições de representação para reconhecer a presença dos Autores supramencionados à audiência de conciliação. Desta feita, esta Julgadora não reconhece existência

de omissão em decisão interlocutória de fls. 136 a 138 e mantém a multa de 1% sobre o valor da causa, por ato atentatório à dignidade da justiça. Noutro giro, reconheço a omissão no que tange ao pedido de gratuidade da justiça, e após análise, entendo pelo seu DEFERIMENTO, isto poque lograram êxito os autores em comprovar seu estado de hipossuficiência econômica, conforme se extrai de documentação de fls. 153 a 158. Desta feita, ACOLHO PARCIALMENTE os Aclaratórios para eliminar a omissão no que tange à gratuidade da justiça, como acima bosquejado. Faço-o de conformidade com o que dita o artigo 1.022, inciso II, segunda figura do Digesto Processual Civil. Mantenho incólume, no mais a decisão interlocutória. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se.

Aleksander Cuesta de Oliveira (OAB 5607/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Camila Pontes Torres (OAB 12280/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
Jorge Luís Enrique Gallardo Ondinola (OAB 10044/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
Laila Jéssica Alencar Costa e Silva (OAB 9572/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Rayna Coelho Barbosa (OAB 12222/AM)
Reginaldo Souza de Oliveira (OAB 8310/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fioravante do Amaral (OAB 349410/SP)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Roger Marques Mendes (OAB 9516/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thaysa Lippy Silva de Souza (OAB 12120/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0332/2019

ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM), ADV: JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM), ADV: DANIELLE RAMALHO RODRIGUES DE SOUSA GROSSO (OAB 3982/AM), ADV: JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM), ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694AM), ADV: FRANCISCO ÉZIO VIANA DE OLIVEIRA (OAB 2160/AM) - Processo 0007807-76.2006.8.04.0001 (001.06.007807-4) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Luiz Eduardo Wallace da Silva - REQUERIDO: Geoplan Assessoria de Informática e Financeira Ltda. - Floriano Augusto Araújo de Barros - R. H. Nos autos, há requerimento para que este juízo expeça ofícios a órgãos públicos e/ou privados com escopo de obter informação acerca da parte Requerida. Todavia, entendo que a movimentação da máquina judiciária para obtenção de tais informações junto a repartições pública e/ou entidades privadas é inviável, sendo ônus do requerente diligenciar em busca do pretendido. Nesse sentido, aliás, existe precedente do Superior Tribunal de Justiça: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. INFORMAÇÕES SOBRE O DEVEDOR. EXPEDiÇÃO DE OFÍCIOS A ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADES. I. Não se mostra cabível pedido de expedição de ofícios a órgãos da administração pública com objetivo de serem fornecidas informações sobre o devedor, formulado no exclusivo interesse do credor, pois recai nele o ônus de diligenciar no sentido de obter tais dados. Precedentes.(STJ-Resp.nº 328.862-RS, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 24.06.2002, DJU 02.12.2002, p. 306). AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE DILIGÊNCIA PARA LOCALIZAÇÃO DE ENDEREÇO DO DEVEDOR. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS A ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. IMPROVIMENTO. I. Não se mostra cabível pedido de expedição de ofícios a órgãos da administração pública com o objetivo de serem fornecidas informações sobre o devedor sem que o credor tenha envidado esforços para tanto. Precedentes. II. A ausência de similitude fática entre os casos confrontados impede o conhecimento do recurso especial pela alínea “c” do permissivo constitucional. Agravo improvido. (AgRg no Ag 798.905/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/09/2008, DJe 30/09/2008) Por isso, INDEFIRO o pedido de expedição de ofícios. Intime-se.

ADV: ROBERTO MIGUEL (OAB 92019/RJ), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: DANIEL DE OLIVEIRA CAMPOS (OAB 5258/AM), ADV: FLAMARION CHAGAS BENAION (OAB 5697/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: MIGUEL BARRELLA FILHO (OAB 1622/AM) - Processo 0017210-40.2004.8.04.0001 (001.04.017210-5) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: David Benaion Filho - REQUERIDO: Grupo de Comunicação Três S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0200919-97.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: IMBERGMAN MAIA LITAIFF (OAB 5699/AM), ADV: VANESSA FREIRE LITAIFF (OAB 5722/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 221386/SP), ADV: ELÍSIA HELENA DE MELO MARTINI (OAB 1853/RN), ADV: PEDRO BARBOSA DE ARAÚJO (OAB 5015/AM) - Processo 0206696-34.2010.8.04.0001 (001.10.206696-6) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Joelson Golfim da Silva - REQUERIDA: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Verano Veículos e outro - R. H. Nos autos, há requerimento para que este juízo expeça ofícios a órgãos públicos e/ou privados com escopo de obter informação acerca da parte Requerida. Todavia, entendo que a movimentação da máquina judiciária para obtenção de tais informações junto a repartições pública e/ou entidades privadas é inviável, sendo ônus do requerente diligenciar em busca do pretendido. Nesse sentido, aliás, existe precedente do Superior Tribunal de Justiça: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. INFORMAÇÕES SOBRE O DEVEDOR. EXPEDiÇÃO DE OFÍCIOS A ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADES. I. Não se mostra cabível pedido de expedição de ofícios a órgãos da administração pública com objetivo de serem fornecidas informações sobre o devedor, formulado no exclusivo interesse do credor, pois recai nele o ônus de diligenciar no sentido de obter tais dados. Precedentes.(STJ-Resp.nº 328.862-RS, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 24.06.2002, DJU 02.12.2002, p. 306). AGRAVO REGIMENTAL.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE DILIGÊNCIA PARA LOCALIZAÇÃO DE ENDEREÇO DO DEVEDOR. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS A ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. IMPROVIMENTO. I. Não se mostra cabível pedido de expedição de ofícios a órgãos da administração pública com o objetivo de serem fornecidas informações sobre o devedor sem que o credor tenha envidado esforços para tanto. Precedentes. II. A ausência de similitude fática entre os casos confrontados impede o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional. Agravo improvido. (AgRg no Ag 798.905/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/09/2008, DJe 30/09/2008) Por isso, INDEFIRO o pedido de expedição de ofícios. Intime-se.

ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM) - Processo 0208523-17.2009.8.04.0001 (001.09.208523-8) - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Mil Madeireira Itacoatiara Ltda. - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: LOREN GISELE DE LIMA NICÁCIO PAZOS (OAB 5211/AM), ADV: SEBASTIÃO GONÇALVES GUIMARÃES FILHO (OAB 2488/AM), ADV: ANGÉLICA FEITOZA DO VALLE (OAB 28239/DF), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0213228-24.2010.8.04.0001 (001.10.213228-4) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Condomínio Ópera Prima Residenzialle - REQUERIDO: Luiz Henrique Ferreira e outro - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: ADRIANA MONTEIRO DE CASTRO MARTINS (OAB 86928/RJ) - Processo 0220372-20.2008.8.04.0001 (001.08.220372-6) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Raimundo Álvaro Macêdo - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0230617-22.2010.8.04.0001 (001.10.230617-7) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: B. B. Leasing S/A - Arrendamento Mercantil - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: RAFAEL CÂNDIDO DA SILVA (OAB 6499/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM), ADV: ALBERTO SIMONETTI CABRAL NETO (OAB 2599/AM), ADV: LEONARDO LEMOS DE ASSIS (OAB 6497/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: NAZARENO PEREIRA DE MELO (OAB 5690/AM), ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM) - Processo 0236383-90.2009.8.04.0001 (001.09.236383-1) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Antônio Alberto Hortêncio Alcântara e outros - REQUERIDO: Álvaro Martins - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0241532-67.2009.8.04.0001 (001.09.241532-7) - Execução de Título Extrajudicial - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud, e SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM) - Processo 0251709-27.2008.8.04.0001 (001.08.251709-7) - Execução de Título Judicial - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria da Paz Lima do Vale - R. H. Nos autos, há requerimento para que este juízo expeça ofícios a órgãos públicos e/ou privados com escopo de obter informação acerca da parte Requerida. Todavia, entendo que a movimentação da máquina judiciária para obtenção de tais informações junto a repartições pública e/ou entidades privadas é inviável, sendo ônus do requerente diligenciar em busca do pretendido. Nesse sentido, aliás, existe precedente do Superior Tribunal de Justiça: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. INFORMAÇÕES SOBRE O DEVEDOR. EXPEDiÇÃO DE OFÍCIOS A ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADES. I. Não se mostra cabível pedido de expedição de ofícios a órgãos da administração pública com objetivo de serem fornecidas informações sobre o devedor, formulado no exclusivo interesse do credor, pois recai nele o ônus de diligenciar no sentido de obter tais dados. Precedentes.(STJ-Resp.nº 328.862-RS, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 24.06.2002, DJU 02.12.2002, p. 306). AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE DILIGÊNCIA PARA LOCALIZAÇÃO DE ENDEREÇO DO DEVEDOR. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS A ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. IMPROVIMENTO. I. Não se mostra cabível pedido de expedição de ofícios a órgãos da administração pública com o objetivo de serem fornecidas informações sobre o devedor sem que o credor tenha envidado esforços para tanto. Precedentes. II. A ausência de similitude fática entre os casos confrontados impede o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional. Agravo improvido. (AgRg no Ag 798.905/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/09/2008, DJe 30/09/2008) Por isso, INDEFIRO o pedido de expedição de ofícios. Intime-se.

ADV: ÉRICO RODRIGO FREITAS PINHEIRO (OAB 6413/AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM) - Processo 0258351-11.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Maria Leny Moreira da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: VALDRIANE OLIVEIRA DE MELO (OAB 3858/AM), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM) - Processo 0264579-70.2009.8.04.0001 (001.09.264579-9) - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luís Carlos Honório de Valois Coelho - REQUERIDO: Condomínio Residencial Plaza Del Rey - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: ANTÔNIO DAS CHAGAS FERREIRA BATISTA (OAB 4177/AM), ADV: JAYME PEREIRA JÚNIOR (OAB 3918/AM), ADV: DOMINGOS SÁVIO DE ANDRADE COSTA (OAB 2097/AC), ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 002.896/AM) - Processo 0366245-85.2007.8.04.0001 (apensado ao processo 0352533-28.2007.8.04.0001) (001.07.366245-4) - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Carmélia Maria Pinto Damasceno - REQUERIDO: Antônio Cláudio da Silva Braga - Artemisa Moraes da Mota - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO SOUZA VERA (OAB 573/RO), ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM) - Processo 0600706-21.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisco das Chagas Marinho de Figueiredo - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ALEXSANDER BARBOSA DA SILVA PORTO (OAB 825A/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: FELIPE BARBOSA AZEVEDO (OAB 9785/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0604200-88.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Francilene Formigosa Cavalcante - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0605344-97.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCELO DE LIMA (OAB 2797/AM), ADV: KEMIO DA SILVA FERREIRA (OAB 9464/AM), ADV: KEMIO DA SILVA FERREIRA (OAB 7891/AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: FRANROBSON RODRIGUES RIBEIRO (OAB 5441/AM), ADV: NEURIVAN DA SILVA REBOUÇAS (OAB 8126/AM) - Processo 0606138-89.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - REQUERENTE: Leonardo Augusto de Melo Carvalho - REQUERIDO: Jeferson Perpétuo de Lima Oliveira - Suliane Barroso Silva - Defiro o pedido de consulta e penhora online do Sistema de Registro de Imóveis Eletrônico - RIDFT, conforme petição de fls. 160. Ressalto que a penhora on-line dos referidos imóveis está condicionada à demonstração da titularidade ser de propriedade da executada, bem como à indicação de um fiel depositário do bem imóvel a ser penhorado. Intime-se a parte autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0606477-14.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM), ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM), ADV: DENISON MELO DE AGUIAR (OAB 6825/AM), ADV: MÁRIO VÍTOR MAGALHÃES AUFIERO (OAB 8787/AM), ADV: YGOR FELIPE TÁVORA DA SILVA (OAB 8341/AM) - Processo 0606605-58.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Eunice de Souza Costa Miranda - EXECUTADA: Mikaely Fernandes Ruas - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 156187/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0608902-43.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BB Administradora de Consórcio S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0608984-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Alberto Abreu Lopes - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR Negativo juntado aos autos, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: AMANDA MARCIA KREPPEL DE CARVALHO (OAB 157400/MG), ADV: MANUELA BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 339221/SP), ADV: RODRIGO EVANGELISTA MARQUES (OAB 211433/SP), ADV: SILVYANE PARENTE DE ARAÚJO CASTRO (OAB 7237/AM) - Processo 0609527-77.2016.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Emdisa Distribuidora Ltda. - REQUERIDO: Castro e Costa Ltda. - R.H. Defiro o pedido de penhora através do sistema BACENJUD. Intime-se a parte autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALBERTO IVAN ZAKIDALSKI (OAB 39274/PR), ADV: JOAO LEONELHO GABARDO FILHO (OAB 44320/BA), ADV: ALBERTO IVÁN ZAKIDALSKI (OAB 285218/SP) - Processo 0612569-42.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco CNH Industrial Capital S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0614031-92.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Compulsando os autos, verifico que o endereço indicado para cumprimento da diligência do oficial de justiça pertence à comarca diversa. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para informar se há interesse na expedição de Carta Pretória ou indicar endereço pertencente a esta comarca, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: AMANDA ARAÚJO DOS SANTOS (OAB 6150/AM), ADV: ALEXANDRE PESSOA SIMPLICIO (OAB 12434/AM), ADV: ADAM HENRIQUE PINHEIRO DA SILVA (OAB 11082/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) -

Processo 0614243-45.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Andréa de Lima Afonso - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0614707-11.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: MÁRCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO (OAB 869A/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0615902-60.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Leandro Lopes Paiva - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP) - Processo 0618612-87.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - R.H. Defiro o pedido de pesquisa através do sistema RENAJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: KÁTIA DE OLIVEIRA PINHEIRO LEITÃO (OAB 4333/AM), ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM), ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM) - Processo 0619095-15.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0606605-58.2019.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Mikaely Fernandes Ruas - EMBARGADA: Eunice de Souza Costa Miranda - R. H. Intimem-se as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de lei. No tocante às questões de fato controvertidas, deixo para apreciá-las quando do proferimento da decisão de mérito. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0620327-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria Gorete Simoes de Matos - REQUERIDO: Banco BMG S/A e outro - Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Concedo a gratuidade judicial pleiteada. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0621463-70.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Max Castro da Costa - REQUERIDO: R. Z. K. Transportes Especiais Ltda. - Nobre Seguradora do Brasil S/A - PERITO: Richardson Chaves Corrêa - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data de perícia marcada para o dia 30 de Setembro, às 10:00 horas, no endereço do local ocorrido com seus respectivos veiculos ou similares, conforme informação do perito de fls. 326.

ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 503/RR), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: EDSON SILVA SANTIAGO (OAB 619/RR) - Processo 0621699-56.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Cleydson Sales Cortez - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - R. H. Expeça-se competente alvará, como requer à fl. 132/133. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0622979-52.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Isaías Fogaça Borges - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta

nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado de fls. 64 juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDSON PEREIRA DUARTE (OAB 3702/AM), ADV: ANA CAROLINA PEDROSA MARQUES (OAB 12989/AM) - Processo 0625597-04.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: ICH Administração de Hotéis S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ERIVELTON PINHEIRO DE MENEZES (OAB 7181/AM), ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 862A/AM), ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR), ADV: JONATHAS MACIEL DE MENEZES (OAB 11140/AM) - Processo 0627111-31.2014.8.04.0001 - Exibição - Liminar - REQUERENTE: Jônathas Maciel de Menezes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - R. H. Proceda-se à pesquisa via sistema automatizado Bacen-jud para o bloqueio do valor de R$ 5.000,00 (cinco) mil reais, referente a multa arbitrada em decisão de fl.72. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0627400-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Edmilson Gonzaga Barro - De ordem, intimo o perito para, no prazo de 05(cinco) dias, encaminhar o laudo de perícia realizada, ou informação sobre o não comparecimento da parte. Prazo de (15) quinze dias.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0627536-53.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0630815-47.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - R. H. Nos autos, há requerimento para que este juízo expeça ofícios a órgãos públicos e/ou privados com escopo de obter informação acerca da parte requerida. Todavia, entendo que a movimentação da máquina judiciária para obtenção de tais informações junto a repartições pública e/ou entidades privadas é inviável, sendo ônus do requerente diligenciar em busca do pretendido. Nesse sentido, aliás, existe precedente do Superior Tribunal de Justiça: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. INFORMAÇÕES SOBRE O DEVEDOR. EXPEDiÇÃO DE OFÍCIOS A ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADES. I. Não se mostra cabível pedido de expedição de ofícios a órgãos da administração pública com objetivo de serem fornecidas informações sobre o devedor, formulado no exclusivo interesse do credor, pois recai nele o ônus de diligenciar no sentido de obter tais dados. Precedentes.(STJ-Resp.nº 328.862-RS, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 24.06.2002, DJU 02.12.2002, p. 306). AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE DILIGÊNCIA PARA LOCALIZAÇÃO DE ENDEREÇO DO DEVEDOR. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS A ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. IMPROVIMENTO. I. Não se mostra cabível pedido de expedição de ofícios a órgãos da administração pública com o objetivo de serem fornecidas informações sobre o devedor sem que o credor tenha envidado esforços para tanto. Precedentes. II. A ausência de similitude fática entre os casos confrontados impede o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional. Agravo improvido. (AgRg no Ag 798.905/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/09/2008, DJe 30/09/2008) Por isso, INDEFIRO o pedido de expedição de ofícios. Intime-se.

ADV: MARIA ELIANA DA SILVA HOROHIAQUE (OAB 9095/AM) - Processo 0632127-92.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Loren Cristina Nair Cardoso - R. H. Trata-se de Cumprimento de Sentença contra o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, o qual se enquadra nas hipóteses previstas no art. 534, e seguintes do CPC/15. Assim, intime-se a Autarquia Federal para que se manifeste acerca da petição de fls. 270/273, conforme art. 535, caput, do CPC, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VIANA CHAGAS (OAB 9619/AM) - Processo 0632167-69.2019.8.04.0001 - Retificação de Registro de Imóvel - Instituição de Bem de Família - REQUERENTE: Roberto e outro - A concessão da justiça gratuita não pode ser deferida por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, devendo ser considerado ainda a comprovação do estado de pobreza. Diante do exposto, e de conformidade com o artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, juntando aos autos documentos de sua condição de hipossuficiência, ou efetue o pagamento das custas processuais. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para que a parte Autora complete a inicial atentando para os pressupostos supramencionados, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Saliento, por fim, que o transcurso do prazo sem qualquer manifestação da parte Autora acerca da emenda da justiça gratuita ocasionará a condenação em custas processuais, a qual, homologada por sentença, gerará título executivo passível de cobrança judicial e extrajudicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO GEBER DA FROTA (OAB 9485/AM) - Processo 0632666-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Consórcio - REQUERENTE: Lange e Almeida Cardoso Ltda -epp - Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal

de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0632987-93.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - EXEQUENTE: CERES - Fundação de Seguridade Social - R. H. Nos autos, há requerimento para que este juízo expeça ofícios a órgãos públicos e privados com escopo de obter informação acerca da parte Requerida. Todavia, entendo que a movimentação da máquina judiciária para obtenção de tais informações junto a repartições pública e entidades privadas é inviável, sendo ônus do requerente diligenciar em busca do pretendido. Nesse sentido, aliás, existe precedente do Superior Tribunal de Justiça: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. INFORMAÇÕES SOBRE O DEVEDOR. EXPEDiÇÃO DE OFÍCIOS A ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADES. I. Não se mostra cabível pedido de expedição de ofícios a órgãos da administração pública com objetivo de serem fornecidas informações sobre o devedor, formulado no exclusivo interesse do credor, pois recai nele o ônus de diligenciar no sentido de obter tais dados. Precedentes.(STJ-Resp.nº 328.862-RS, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 24.06.2002, DJU 02.12.2002, p. 306). AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE DILIGÊNCIA PARA LOCALIZAÇÃO DE ENDEREÇO DO DEVEDOR. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS A ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. IMPROVIMENTO. I. Não se mostra cabível pedido de expedição de ofícios a órgãos da administração pública com o objetivo de serem fornecidas informações sobre o devedor sem que o credor tenha envidado esforços para tanto. Precedentes. II. A ausência de similitude fática entre os casos confrontados impede o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional. Agravo improvido. (AgRg no Ag 798.905/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/09/2008, DJe 30/09/2008) Por isso, INDEFIRO o pedido de expedição de ofícios. Intime-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0634000-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS DOS SANTOS BERNARDES (OAB 11984/AM) - Processo 0634039-22.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Imissão - REQUERENTE: Alcyr de Pinho Correa - R. H. Trata-se de ação reivindicatória de posse de imóvel pertencente à Sra. Maria Barbosa de Pinho, falecida em 29/07/1987 movida por Alcyr de Pinho Correa, inventariante e herdeiro do de cujus, em face do Adriano Coelho Bertolini. Compulsando os autos, verifico que o referido autor não comprovou a sua condição como inventariante, motivo o qual determino a intimação da parte autoral para habilitar todos os herdeiros ou para colacionar documento

comprobatório de que é inventariante conforme preceitua o art. 75, VII, do CPC/15, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0635113-19.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Sílvio Silva Lima - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: DRYELY PICANÇO GOES (OAB 10246/AM) - Processo 0635501-14.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: D.E.L. e outro - Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0635837-23.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Fernando Kallebe Vieira Donald de Oliveira - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Intime-se a parte vencida, na pessoa de seu patrono para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pagar o montante da condenação, sob pena de incidir multa e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento), bem como ser expedido mandado de penhora e avaliação sobre seus bens, seguindo-se os atos de expropriação, nos termos do art. 523 do NCPC, in verbis: Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1o Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2o Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1o incidirão sobre o restante. § 3o Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0637013-32.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Defiro o pedido de dilação de prazo, como requer à fl. 55.

ADV: REBECA ALVES DE MELO (OAB 12747/AM) - Processo 0637332-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Igor Villela Hosken e outro - R. H. A concessão da justiça gratuita não pode ser deferida por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, devendo ser considerado ainda a comprovação do estado de pobreza. Diante do exposto, e de conformidade com o artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, juntando aos autos documentos de sua condição de hipossuficiência, ou efetue o pagamento das custas processuais. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para que a parte Autora complete a inicial atentando para os pressupostos supramencionados, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Saliento, por fim, que o transcurso do prazo sem qualquer manifestação da parte Autora acerca da emenda da justiça gratuita ocasionará a condenação em custas processuais, a qual, homologada por sentença, gerará título executivo passível de cobrança judicial e extrajudicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILLIAM EUSTÁQUIO DE CARVALHO (OAB 90390MG), ADV: ADRIANA MARIA MARTINS DA COSTA MALIZIA (OAB 5466/AM) - Processo 0637642-74.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Tracbel S/A - EXECUTADO: M. I. F. Materiais de Construção Ltda. - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM), ADV: ARIOSTO LOPES BRAGA NETO (OAB 1448/AM) - Processo 0638987-75.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0719378-90.2012.8.04.0001) - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Raimundo da Silva Mota - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento

do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0640609-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Fabio Henrique Pimentel de Sousa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 21/01/2020 às 09:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA (OAB 1246/RO) - Processo 0641066-56.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Fundo de Prevenção Ao Risco Sistêmico do Sistema SICCOB Norte - SICOOB FRS - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: EUDA RIBEIRO GUEDES (OAB 14116/AM), ADV: JOSÉ CARLOS DA SILVA ROCHA (OAB 14048/AM) - Processo 0642036-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: F.V.N.S. - Compulsando os autos, verifica-se que a parte Requerente deixou de cumprir os requisitos da inicial indicados no art. 319, incisos VI, do NCPC, senão vejamos: Art. 319. A petição inicial indicará: I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. Diante do exposto, e de conformidade com o artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, comprove a propriedade do bem imóvel, juntando aos autos Escritura Pública. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para que a parte Autora complete a inicial atentando para os pressupostos supramencionados, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Ressalto que deve ser considerando o teor da Portaria n° 2073/2016 - TJAM, que obriga a citação/intimação eletrônica das pessoas jurídicas, faz-se imprescindível que a parte autora informe o endereço eletrônico (email) da empresa Requerida. A parte Autora deve pesquisar junto aos sítios eletrônicos dos órgãos públicos, tais como a da Receita Federal nos casos de se tratar de pessoa jurídica, ou ainda, no próprio Tribunal de Justiça, especificamente no cadastro de intimação eletrônica, na lista de instituições conveniadas, se a parte Requerida ou seu representante legal está ou não cadastrado. Saliento, por fim, que o transcurso do prazo sem qualquer manifestação da parte Autora acerca da emenda da justiça gratuita ocasionará a condenação em custas processuais, a qual, homologada por sentença, gerará título executivo passível de cobrança judicial e extrajudicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LARA VIVIANE DE CASTRO SILVA (OAB 14540/AM) - Processo 0642362-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Silvio Alves da Silva - Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Defiro, outrossim, a tramitação prioritária, com base no art. 9º, VII da Lei n. 13.146/15. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as

provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. À secretária para que proceda à inserção de Tarja de Tramitação Prioritária. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO SANDOVAL NOGARA (OAB 400968/SP) - Processo 0642991-87.2019.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Handle Comércio de Equipamentos Médicos Ltda. - Assim, nos termos do art. 700, § 5º, do NCPC, emende-se a inicial, uma vez que nenhum dos documentos juntados contém assinatura do réu, tampouco havendo comprovante de recebimento do serviço e sua prestação, que dê suporte à ação Monitória, concedo o prazo de 15 (quinze), alterando-se o procedimento, se o caso, atentando para os pressupostos processuais respectivos, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC.

ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0643370-96.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Domingos Sousa Sobrinho - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM) - Processo 0643509-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antônio Borges - Compulsando os autos, verifica-se que a parte Requerente deixou de cumprir os requisitos da inicial indicados no art. 319, incisos II e VII do NCPC, senão vejamos: Art. 319. A petição inicial indicará: I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. Outrossim, a concessão da justiça gratuita não pode ser deferida por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, devendo ser considerado ainda a comprovação do estado de pobreza. Diante do exposto, e de conformidade com o artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, juntando aos autos documentos de sua condição de hipossuficiência, ou efetue o pagamento das custas processuais. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para que a parte Autora comprove a tentativa de localização do requerido, atentando para os pressupostos supramencionados, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Ressalto que deve ser considerando o teor da Portaria n° 2073/2016 - TJAM, que obriga a citação/intimação eletrônica das pessoas jurídicas, faz-se imprescindível que a parte autora informe o endereço eletrônico (email) da empresa Requerida. A parte Autora deve pesquisar junto aos sítios eletrônicos dos órgãos públicos, tais como a da Receita Federal nos casos de se tratar de pessoa jurídica, ou ainda, no próprio Tribunal de Justiça, especificamente no cadastro de intimação eletrônica, na lista de instituições conveniadas, se a parte Requerida ou seu representante legal está ou não cadastrado. Saliento, por fim, que o transcurso do prazo sem qualquer manifestação da parte Autora acerca da emenda da justiça gratuita ocasionará a condenação em custas processuais, a qual, homologada por sentença, gerará título executivo passível de cobrança judicial e extrajudicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: MICHELLE DE OLIVEIRA FERREIRA (OAB 20399/PA) - Processo 0643678-35.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Infojud e SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0643759-13.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0643857-95.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Pneuforte Ltda - Intime-se a parte Autora, por seu advogado habilitado nos autos, para no

prazo de 15 (quinze dias) pagar as custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição do feito, a teor do disposto no art. 290, do NCPC, in verbis: Art. 290. Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0644445-05.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA FILHO (OAB 4590/AM) - Processo 0645069-25.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0618506-33.2013.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0645702-65.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0652481-70.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Sustação/Alteração de Leilão - REQUERENTE: Marcos Antônio da Silva Souza - REQUERIDO: Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351, do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0657770-81.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: J. P. Comercio de Móveis e Equipamentos Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: TADEU DE SOUZA SILVA (OAB 6878/AM), ADV: RAFAEL LINS BERTAZZO (OAB 7213/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA SOUZA E SILVA (OAB 6966/AM) - Processo 0658407-32.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0601714-04.2013.8.04.0001) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Arley Leal Ribeiro - Isto posto, ausentes os requisitos para a concessão da liminar vindicada elencados no art. 561, do CPC, indefiro o pedido de tutela de provisória da presente ação. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa

deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ALAN KELSON DE LIMA FONSECA (OAB 10160/AM), ADV: BRUNO MONTEIRO LOBATO (OAB 7951/AM), ADV: KARENINA KANAVATI LASMAR - Processo 0704846-14.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Mário Aníbal Gomes da Costa Júnior - REQUERIDO: Construtora Conttes Ltda. - EPP - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: FABRÍZIO DE SOUSA BARBOSA GROSSO (OAB 4473/AM), ADV: JÚLIO JOAQUIM DE LIMA (OAB 5197/AM), ADV: JOÃO BOSCO DA SILVA VIEIRA FILHO (OAB 8342/AM), ADV: JULIANA FALCI MENDES (OAB 223768/SP), ADV: BRUNO BIANCHI FILHO (OAB 4912/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: SARAH GEÓRGIA DE FIGUEIREDO (OAB 10361/AM) - Processo 0717704-77.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Agropam Agricultura e Pecuária Amazonas S/A - EXECUTADO: J. A. Distribuidora de Alimentos Ltda. - R.H. Defiro o pedido de pesquisa através do sistema RENAJUD. Intime-se a parte autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se. Cumpra-se.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adam Henrique Pinheiro da Silva (OAB 11082/AM)
Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Adriana Maria Martins da Costa Malizia (OAB 5466/AM)
Adriana Monteiro de Castro Martins (OAB 86928/RJ)
Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Alan Kelson de Lima Fonseca (OAB 10160/AM)
ALBERTO IVÁN ZAKIDALSKI (OAB 285218/SP)
Alberto Ivan Zakidalski (OAB 39274/PR)
Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB 2599/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandre Pessoa Simplicio (OAB 12434/AM)
Alexsander Barbosa da Silva Porto (OAB 825A/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Amanda Araújo dos Santos (OAB 6150/AM)
Amanda Marcia Kreppel de Carvalho (OAB 157400/MG)
Ana Carolina Pedrosa Marques (OAB 12989/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A3569/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Angélica Feitoza do Valle (OAB 28239/DF)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio das Chagas Ferreira Batista (OAB 4177/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Ariosto Lopes Braga Neto (OAB 1448/AM)
Bruno Bianchi Filho (OAB 4912/AM)
Bruno Monteiro Lobato (OAB 7951/AM)
Carlos Alberto Souza de Almeida Filho (OAB 4590/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel de Oliveira Campos (OAB 5258/AM)
Danielle Ramalho Rodrigues de Sousa Grosso (OAB 3982/AM)
Denison Melo de Aguiar (OAB 6825/AM)
Domingos Sávio de Andrade Costa (OAB 2097/AC)
Dryely Picanço Goes (OAB 10246/AM)
Edson Pereira Duarte (OAB 3702/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Edson Silva Santiago (OAB 619/RR)
Elísia Helena de Melo Martini (OAB 1853/RN)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Érico Rodrigo Freitas Pinheiro (OAB 6413/AM)
Erivelton Pinheiro de Menezes (OAB 7181/AM)
Euda Ribeiro Guedes (OAB 14116/AM)
Fabrízio de Sousa Barbosa Grosso (OAB 4473/AM)
Felipe Barbosa Azevedo (OAB 9785/AM)
Flamarion Chagas Benaion (OAB 5697/AM)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Francisco Ézio Viana de Oliveira (OAB 2160/AM)
Franrobson Rodrigues Ribeiro (OAB 5441/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Henrique José Parada Simão (OAB 221386/SP)
Imbergman Maia Litaiff (OAB 5699/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jayme Pereira Júnior (OAB 3918/AM)
João Antônio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
João Bosco da Silva Vieira Filho (OAB 8342/AM)
Joao Leonelho Gabardo Filho (OAB 44320/BA)
Jonathas Maciel de Menezes (OAB 11140/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
José Carlos da Silva Rocha (OAB 14048/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 862A/AM)

José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 156187/SP)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 002.896/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Juliana Falci Mendes (OAB 223768/SP)
Júlio Joaquim de Lima (OAB 5197/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karenina Kanavati Lasmar
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Kátia de Oliveira Pinheiro Leitão (OAB 4333/AM)
Kemio da Silva Ferreira (OAB 7891/AM)
Kemio da Silva Ferreira (OAB 9464/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lara Viviane de Castro Silva (OAB 14540/AM)
Leonardo Lemos de Assis (OAB 6497/AM)
Leonardo Sandoval Nogara (OAB 400968/SP)
Loren Gisele de Lima Nicácio Pazos (OAB 5211/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís dos Santos Bernardes (OAB 11984/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Manuela Barbosa de Oliveira (OAB 339221/SP)
Marcelo de Lima (OAB 2797/AM)
Márcio Leandro Deodato de Aquino (OAB 869A/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Maria Auxiliadora Souza e Silva (OAB 6966/AM)
Maria da Conceição Souza Vera (OAB 573/RO)
Maria Eliana da Silva Horohiaque (OAB 9095/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Mário Vítor Magalhães Aufiero (OAB 8787/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michelle de Oliveira Ferreira (OAB 20399/PA)
Miguel Barrella Filho (OAB 1622/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Nazareno Pereira de Melo (OAB 5690/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Neurivan da Silva Rebouças (OAB 8126/AM)
Paulo Geber da Frota (OAB 9485/AM)
Pedro Barbosa de Araújo (OAB 5015/AM)
Phâmara de Souza Sicsú (OAB 6334/AM)
Rafael Cândido da Silva (OAB 6499/AM)
Rafael Lins Bertazzo (OAB 7213/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Rebeca Alves de Melo (OAB 12747/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB 1246/RO)
Roberto Miguel (OAB 92019/RJ)
Roberto Viana Chagas (OAB 9619/AM)
Rodrigo Evangelista Marques (OAB 211433/SP)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Sarah Geórgia de Figueiredo (OAB 10361/AM)
Sebastião Gonçalves Guimarães Filho (OAB 2488/AM)
Silvyane Parente de Araújo Castro (OAB 7237/AM)
Tadeu de Souza Silva (OAB 6878/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Timóteo Martins Nunes (OAB 503/RR)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Valdriane Oliveira de Melo (OAB 3858/AM)
Vanessa Freire Litaiff (OAB 5722/AM)
William Eustáquio de Carvalho (OAB 90390MG)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Ygor Felipe Távora da Silva (OAB 8341/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ABRAHAM PEIXOTO CAMPOS FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0333/2019

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0034193-46.2006.8.04.0001 (001.06.034193-0) - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Alexandre Figueiredo dos Santos - R. H. Defiro o pedido de suspensão da execução. Outrossim determino que os autos fiquem sobrestados pelo prazo de 01 (um) ano, nos moldes do art. 921, §1º, do CPC. Decorrido o prazo do sobrestamento sem que seja localizado o executado ou encontrado bens penhoráveis, determino o imediato arquivamento dos autos. Cumpra-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 003.467/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 002.847/AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: GENE KELLY CALDAS GILA (OAB 4367/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM) - Processo 0052873-79.2006.8.04.0001 (001.06.052873-8) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Rosana Cristina de Paiva Salerno - REQUERIDO: Platinum Construções Ltda. - R. H. Homologo os cálculos apresentados às fls. 300. Ato contínuo, à Secretaria para cumprir a decisão de fls. 266. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0215413-98.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Luiz Fernandes Pantoja - ME - Luiz Fernandes Pantoja - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0223626-93.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Dorivaldo Barbosa de Araújo - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ALYSSON GEORGE GOMES CAVALCANTE (OAB 3710/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: AROLDO PEREIRA CAVALCANTE (OAB 3904/AM) - Processo 0242965-09.2009.8.04.0001 (001.09.242965-4) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jonas Barbosa - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - R. H. Cumpra-se a decisão de fl. 211. Arquive-se e baixe-se os autos com as cautelas de praxe.

ADV: PATRÍCIA REJANE DE BRITO ALVES (OAB 8178/AM), ADV: CINTHYA FEITOSA DE SOUZA (OAB 6978/AM), ADV: WANESSA MAGALHÃES FREITAS CAMPOS (OAB 5827/AM) - Processo 0254774-30.2008.8.04.0001 (001.08.254774-3) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Luis Antônio Guimarães - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - À Secretaria para que proceda a alteração do patrono da parte requerente no SAJ. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO MOURA FARIA VERDINI (OAB 107477/RJ), ADV: CARLOS ALEXANDRE GUIMARÃES PESSOA (OAB 80572/RJ), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: MARIA DAS GRAÇAS CARVALHO MONTEIRO (OAB 1964/AM) - Processo 0262271-61.2009.8.04.0001 (001.09.262271-3) - Protesto - Títulos de Crédito - REQUERENTE: Civilcorp Incorporações Ltda. - REQUERIDO: Men Empreendimentos

Ltda. - Tendo em vista a penhora no rosto dos autos requerida e reiterada pela 6ª Vara do Trabalho de Manaus (fls. 587 e 642/645), com ordens de transferência de fls. 588 e 645, expeça-se ofício à Caixa Econômica Federal(ag. 3205), onde se encontra o depósito judicial, a fim de que proceda com a transferência da importância de R$ 281.278,66(duzentos e oitenta e um mil, duzentos e setenta e oito reais e sessenta e seis centavos) para a CEF, agência 2686, em favor do juízo da 6ª Vara do Trabalho de Manaus, e vinculada aos autos nº 0048900-53.2009.5.11.0006, em que são partes exequente Miqueias de Jesus Morais de Oliveira e executada MEN Empreendimentos Ltda - ME. Oficie-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0600121-32.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: Izabel Tereza Gonçalves Rosa - Carlos Alberto Andrade Rosa - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0604919-31.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Anderson Vieira de Melo - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0605090-90.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: V. L. M. de Lima - ME - Vera Lúcia Martins de Lima - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM), ADV: EDYRANNE NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 11157/AM) - Processo 0611199-23.2016.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Panificadora Elisa Ltda. - EPP - REQUERIDA: Alaide Heincklein Santos - Revista Classic - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANA PAULA BORGES DE LIMA (OAB 5010/AM), ADV: ORLANDO BRASIL DE MORAES (OAB 5636/AM), ADV: ANNE GUIOMAR SANTOS RIBEIRO DA SILVA (OAB 4741/AM), ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM), ADV: ALEXANDRE DE OLIVEIRA NETTO (OAB 6274/AM), ADV: ALESSANDRA DE OLIVEIRA NETTO (OAB 5176/AM) - Processo 0614203-34.2017.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Responsabilidade dos sócios e administradores - REQUERENTE: Clodion de Lima Botelho - Inaldo Nery Botelho - REQUERIDO: Codama Comissária de Despachos - Sandro Mangini de Souza - Fernando Souza Sobrinho - R. H. Mantenho a decisão de fl. 460, pelos seus próprios fundamentos. Cumpra-se.

ADV: WANDERLEY ROMANO DANADEL (OAB 78870/MG) - Processo 0615491-80.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Erik Tancredo Paz de Oliveira - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0615752-45.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - EXECUTADO: R. Ebarle Comércio de Materiais de Construção Eireli - Rhonan Ebarle - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0615928-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Iran Roberto Diniz Pinto - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/01/2020, às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 30 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM) - Processo 0622793-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Willian Paula do Nascimento - Weinny Paula do Nascimento - REQUERIDO: Vpn Construções e Empreendimentos Ltda - Genivaldo Ferreira dos Santos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/01/2020, às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 30 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ÍRIO JABES GUERRA DE SOUZA (OAB 9570/AM) - Processo 0623928-76.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0602736-24.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Santpan Indústria e Comércio Ltda. - EMBARGADO: Banco Bradesco S/A - Defiro o pedido de dilação de prazo de fls. 39. Concedo o prazo de 30 (trinta) dias para que o Embargante cumpra o determinado na decisão de fls. 36, após o transcurso do referido prazo, dar a devida movimentação, independente de nova intimação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0624845-37.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE:

Banco Bonsucesso S/A - EXECUTADO: Joaquim da Silva Reis - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 1117A/AM) - Processo 0625932-62.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Fibra S/A - REQUERIDO: James Ferreira dos Santos - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0631988-09.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Martônio Comércio de Pescado Ltda. - ME - Antônio Ferreira da Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0632442-52.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Rosangela Brandão Ramos Carvalho - REQUERIDO: Natura Cosméticos S/A - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/01/2020, às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 30 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0632785-19.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Anderson Henrique Teixeira Gomes - R. H. Defiro o pedido de suspensão da execução. Outrossim determino que os autos fiquem sobrestados pelo prazo de 01 (um) ano, nos moldes do art. 921, §1º, do CPC. Decorrido o prazo do sobrestamento sem que seja localizado o executado ou encontrado bens penhoráveis, determino o imediato arquivamento dos autos. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0633298-84.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Leandro Oliveira Silva - ME - Leoni Oliveira Silva - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CARLOS EDUARDO MACIEL PEREIRA (OAB 11677/CE), ADV: SÉRGIO VITAL LEITE DE OLIVEIRA (OAB 9124/AM), ADV: POLLIANA RODRIGUES DA SILVA (OAB 9476/AM) - Processo 0634044-49.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Célia Regina Lobato de Castro - REQUERIDO: ASPBRAS - Associação dos Servidores Públicos Brasileiros - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º, do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0634106-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Elizeu Moreira da Costa - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/01/2020, às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 30 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0635092-48.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Híbrida Indústria de Materiais Termoplásticos Ltda. - EXECUTADO: Nandaplast Fabricação de Embalagens de Material Plástico Ltda. - ME - ADMINISTRA: Elionelde Pastana Carvalho - Fernanda Rodrigues de Carvalho - R. H. Intimem-se o exequente, por seu advogado habilitado no feito, para no prazo de cinco dias, requerer o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo. Cumpra-se.

ADV: ALUIR ROMANO ZANELLATO FILHO (OAB 011635/PR) - Processo 0635426-43.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Abatedouro Coroaves Ltda. - EXECUTADO: Can Comércio Atacadista de Produtos Alimentícios Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JULLIE ANNE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 9243/AM) - Processo 0636105-14.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0604128-62.2019.8.04.0001) - Recuperação Judicial - Concurso de Credores - REQUERENTE: Wapmetal Indústria e Comércio de Componentes Metálicos, Máquinas e Equipamentos Ltda. - INTSSADA: Selma de Souza Haddad - Thomaz Neves Zanetti - Galdino Alves dos Santos Júnior - Wilson de Campos - Irismar Cláudio Ferreira - André Ibiapina Pereira de Carvalho - José Jhones Corrêa Lima - Sérgio Eduardo Ferreira Gesta - Italux Pneus e Acumuladores Ltda. e outros - Tratam os autos de ação de Recuperação Judicial da empresa WAPMETAL INDUSTRIA E COMÉRCIO DE COMPONENTES METÁLICOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. Às fls. 6193/6292, o Administrador Judicial, nomeado nos presentes autos, juntou análise das divergências e/ou habilitações apresentadas no período compreendido entre 04/02/2017 a 24/04/2019, requerendo a publicação de novo edital, contendo a lista atualizada de credores, nos moldes da minuta juntada às fls. 6293/6299. Defiro o pedido de fls. 6292 antecedentes, para que seja publicada nova relação de credores. À Secretaria para as providências.

ADV: FABIO CASTRO DOS SANTOS (OAB 28859/PA) - Processo 0637195-18.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0659750-63.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Extinção da Execução - EMBARGANTE: Premium Sam Engenharia Construções Ltda - Me - EMBARGADO: Amaztop Equipamentos Topográficos - R. H. A concessão da justiça gratuita não pode ser deferida por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, devendo ser considerado ainda a comprovação do estado de pobreza. Diante do exposto, e de conformidade com o artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, juntado aos autos documentos de sua condição de hipossuficiência ou efetue o pagamento das custas processuais. Concedo o prazo de 15 (quinze)

dias úteis, para a emenda da exordial, sob pena de indeferimento, a teor do disposto no parágrafo único, do artigo 321, do CPC/15. Ressalto que o transcurso do prazo sem qualquer manifestação da parte Autora acerca da emenda da justiça gratuita ocasionará a condenação em custas processuais, a qual, homologada por sentença, gerará título executivo passível de cobrança judicial e extrajudicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RUI GUILHERME MODESTO BORGES (OAB 11829/AM), ADV: DHEYMISON ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 12223/AM) - Processo 0637381-12.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0607576-82.2015.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Carlos Henrique Pinto Cardoso - Fabio Pinheiro Coelho - REQUERIDO: Agropam-agricultura e Pecuúaria Amazonas - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/01/2020, às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 30 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0637738-26.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: João Rodrigues de Azevedo - REQUERIDO: Alexandre Nunes de Sales - Posto isso, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos da inicial proposta por João Rodrigues de Azevedo em face de Alexandre Nunes de Sales. Resolvo a demanda com fundamento no artigo 487, I, do CPC. Condeno a parte requerente nas custas judiciais e nos honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da causa, nos termos do artigo 85, do CPC. Mas, suspendo a exigibilidade em razão da justiça gratuita concedida nos autos à autora. Não havendo recurso, certifique-se o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: WARNEY MAURO PRESTES DA COSTA VAL (OAB 2837/AM), ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM), ADV: HILDEBERTO CORRÊA DIAS (OAB 1127/AM) - Processo 0638329-22.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: DPM - Distribuidora de Produtos Magistral Ltda. - REQUERIDO: Edinelson de Andrade - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 7671/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0642216-43.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Hiran de Souza Pedrosa - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Assim, entendo que se trata de matéria de direito e de prova exclusivamente documental, motivo pelo qual, nos moldes do art. 355, I, do NCPC, decido pelo julgamento antecipado da lide. Decorrido o prazo recursal, sem qualquer manifestação, retornem os autos conclusos para sentença. Intimem-se.

ADV: MICHELE BRAGA MIRANDA (OAB 8224/AM) - Processo 0645754-61.2019.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Maria Clara de Oliveira Braga - REQUERIDO: Trairi Comercio de Derivados de Petróleo Ltda - Humberto Lucio de Sales - Maria Celeste de Sales - R. H. A concessão da justiça gratuita não pode ser deferida por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, devendo ser considerado ainda a comprovação do estado de pobreza. Diante do exposto, e de conformidade com o artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, juntado aos autos documentos de sua condição de hipossuficiência ou efetue o pagamento das custas processuais. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis, para a emenda da exordial, sob pena de indeferimento, a teor do disposto no parágrafo único, do artigo 321, do CPC/15. Ressalto que o transcurso do prazo sem qualquer manifestação da parte Autora acerca da emenda da justiça gratuita ocasionará a condenação em custas processuais, a qual, homologada por sentença, gerará título executivo passível de cobrança judicial e extrajudicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM) - Processo 0645887-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Elma Ribeiro Damasceno - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - R. H. A concessão da justiça gratuita não pode ser deferida por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, devendo ser considerado ainda a comprovação do estado de pobreza. Diante do exposto, e de conformidade com o artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, juntado aos autos documentos de sua condição de hipossuficiência ou efetue o pagamento das custas processuais. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis, para a emenda da exordial, sob pena de indeferimento, a teor do disposto no parágrafo único, do artigo 321, do CPC/15. Ressalto que o transcurso do prazo sem qualquer manifestação da parte Autora acerca da emenda da justiça gratuita ocasionará a condenação em custas processuais, a qual, homologada por sentença, gerará título executivo passível de cobrança judicial e extrajudicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GEFERSON BATISTA PINHEIRO (OAB 11931/AM), ADV: NÚBIA BATISTA PINHEIRO (OAB 11184/AM) - Processo 0654486-65.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Fabricia Xavier Nunes - REQUERIDA: Espolio de Jones Isper Abrahim (Ruyvana de Oliveira Menezes) - L. M. Transportes Ltda. - INTSSADO: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/02/2020, às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 30 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM), ADV: ANTÔNIO ARAÚJO DE MORAES (OAB 5631/AM) - Processo 0700759-33.2012.8.04.0092 - Procedimento Sumário - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: José Jorge Andrade Nascimento - REQUERIDO: Cacilda Claudinélia Heitor - ME - E. R. da S. Almeida - ME - LISTPASSIV: Etelvina Rejane da Silva Almeida - INTSSADA: E.R. da S. Almeida -ME - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351, do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM) - Processo 0710947-67.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Evellyn Michiles - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º, do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: PAULO LINDEMBECK BELCHIOR (OAB 10617/AM), ADV: CLÁUDIO RAMOS MENEZES (OAB 2667/AM), ADV: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR (OAB 3236/AM) - Processo 0714626-75.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Transporte de Coisas - REQUERENTE: Viktória Cargas e Despachos Ltda. - REQUERIDA: N. V. Indústria, Comércio e Construção Ltda. - R. H. Defiro o pedido de suspensão da execução. Outrossim determino que os autos fiquem sobrestados pelo prazo de 01 (um) ano, nos moldes do art. 921, §1º, do CPC. Decorrido o prazo do sobrestamento sem que seja localizado o executado ou encontrado bens penhoráveis, determino o imediato arquivamento dos autos. Cumpra-se.

Alessandra de Oliveira Netto (OAB 5176/AM)
Alexandre de Oliveira Netto (OAB 6274/AM)
Aluir Romano Zanellato Filho (OAB 011635/PR)
Alysson George Gomes Cavalcante (OAB 3710/AM)
Ana Paula Borges de Lima (OAB 5010/AM)

André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 002.847/AM)
Anne Guiomar Santos Ribeiro da Silva (OAB 4741/AM)
Antônio Araújo de Moraes (OAB 5631/AM)
Aroldo Pereira Cavalcante (OAB 3904/AM)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Carlos Alexandre Guimarães Pessoa (OAB 80572/RJ)
Carlos Eduardo Maciel Pereira (OAB 11677/CE)
Cinthya Feitosa de Souza (OAB 6978/AM)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 1117A/AM)
Cláudio Ramos Menezes (OAB 2667/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Davi da Silva Macêdo (OAB 10149/AM)
Dheymison Albuquerque da Silva (OAB 12223/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Edyranne Nascimento dos Santos (OAB 11157/AM)
Fabio Castro dos Santos (OAB 28859/PA)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Geferson Batista Pinheiro (OAB 11931/AM)
Gene Kelly Caldas Gila (OAB 4367/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Hildeberto Corrêa Dias (OAB 1127/AM)
Írio Jabes Guerra de Souza (OAB 9570/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
João Ricardo de Souza Dixo Júnior (OAB 3236/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Delfin Buitrago Acosta (OAB 5546/AM)
Jullie Anne Rodrigues da Cunha (OAB 9243/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 003.467/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria das Graças Carvalho Monteiro (OAB 1964/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
MICHELE BRAGA MIRANDA (OAB 8224/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Núbia Batista Pinheiro (OAB 11184/AM)
Orlando Brasil de Moraes (OAB 5636/AM)
Patrícia Rejane de Brito Alves (OAB 8178/AM)
Paulo Lindembeck Belchior (OAB 10617/AM)
Phâmara de Souza Sicsú (OAB 6334/AM)
Polliana Rodrigues da Silva (OAB 9476/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rodrigo Moura Faria Verdini (OAB 107477/RJ)
Rui Guilherme Modesto Borges (OAB 11829/AM)
Sérgio Vital Leite de Oliveira (OAB 9124/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Andrade de Oliveira (OAB 7671/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wanderley Romano Danadel (OAB 78870/MG)
Wanessa Magalhães Freitas Campos (OAB 5827/AM)
Warney Mauro Prestes da Costa Val (OAB 2837/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0210/2019

ADV: ULYSSES FARIAS DE MAGALHÃES NETO (OAB 7166/AM), ADV: LUCIANO RADAELLI (OAB 8565/AM), ADV: HILDEBERTO CORRÊA DIAS (OAB 1127/AM), ADV: IZILDA MARIA DE MORAES GARCIA (OAB 85277/SP), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: MIGUEL DE HOLANDA VITAL (OAB 399A/AM) - Processo 0216381-31.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - REQUERENTE: Casa do Soldador Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda - REQUERIDO: Carvajal Informação Ltda - Intime-se o(a) Executado(a) para efetuar o pagamento do valor em Execução, em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523 do NCPC, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios no cumprimento de sentença fixados em 10% sobre a condenação. Cumpra-se.

ADV: HENRIQUE SIMCH DE MORAIS (OAB 11030/AM), ADV: PAULO FELIPE SANTOS MAGALHÃES (OAB 11367/AM), ADV: LEANDRO ANDRADE COELHO RODRIGUES (OAB 237733/SP) - Processo 0600101-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Estefany Endrio Lima de Melo - REQUERIDO: Realiza Administradora de Consorcios Ltda - Realiza Consórcios - Vista à Autora da Petição de fls. 217/220. No mesmo prazo, junte ainda o extrato de sua conta do período pertinente para comprovar a transferência do DOC efetivado.

ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM), ADV: DANIEL MARINHO PEREIRA (OAB 5157/AM) - Processo 0602270-93.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Galo da Serra Navegação Fluvial Ltda. - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da(s) consulta(s) ao(s) Sistema(s) Infojud e SIEL às fls. 72/74, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NEILDES ARAÚJO AGUIAR DI GESU (OAB 217897/SP), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0602875-39.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omni S/A - Credito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: LUCIANA AMAZONAS CABRAL (OAB 10218/AM) - Processo 0604349-63.2019.8.04.0092 - Petição Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Girlay de Magalhaes Cordovil e outro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: THAISA ASSIS DE SOUZA (OAB 14533/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: ANDREIA CARVALHO CHAGAS (OAB 14130/AM) - Processo 0605669-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Carlos Elizio Santiago Nery - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por Carlos Elizio Santiago Nery em face de Nortelar

Logística, condenando a Requerida ao pagamento da importância de R$3.085,00 (três mil, e oitenta e cinco reais) a título de danos materiais, com juros de 1% a.m. da citação e correção pelo INPC do ajuizamento, e de R$ 1.000,00 (mil reais) a título de danos morais, com juros de 1% a.m. da citação e correção pelo INPC, a partir da presente Sentença. Diante da sucumbência, condeno o Réu ao reembolso das custas despendidas pelo Autor, e honorários advocatícios que fixo em 20% do valor causa, nos termos do art. 85, § 8° do CPC. P.I.Cumpra-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0607621-47.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da(s) consulta(s) ao(s) Sistema(s) Infojud e SIEL às fls. 157/160, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANDRÉ FELIPE FOGAÇA LINO (OAB 234168/SP) - Processo 0611777-78.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Redex Telecomunicações Ltda - Proceda-se à consulta de endereços via Bacenjud, Renajud e Infojud. Custas já pagas.

ADV: THIAGO JOSE OLIVEIRA ARAUJO (OAB 14184/AM) - Processo 0616980-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Samaira Tenorio da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: BENJAMIM SAUL BENCHIMOL (OAB 4902/AM), ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM) - Processo 0618043-18.2018.8.04.0001 - Monitória - Locação de Móvel - REQUERENTE: Entec Guindastes e Conteineres Ltda - Cite-se a Requerida, por AR, na pessoa de suas sócias, conforme endereços indicados à fl. 117. Custas já recolhidas.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM) - Processo 0619176-37.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Valdilene Cunha Fragata e outro - REQUERIDO: CONSTRUTORA CAPITAL/ROSSSI- ESEPO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - INTSSADO: Rossi Residencial S/A (Capital Rossi) - Construtora Capital S/A e outros - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0619355-29.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ALANA MAGALHÃES SANTANA (OAB 12335/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0619883-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Fábio Campos de Menezes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: CATARINA PONTES TORRES (OAB 13503/AM) - Processo 0620856-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Lídia Maria Saldanha Torres - REQUERIDO: Geap - Fundacao de Seguridade Social - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE ação, para confirmar a tutela antecipada, declarando abusiva a recusa da Ré. Ante a sucumbência recíproca, em proporção equivalente, e nos termos do disposto nos artigos 85, § 14, in fine e 86, caput, do Código de Processo Civil, cada parte arcará com metade das custas e despesas processuais, observada a gratuidade deferida à autora. Condeno a parte Autora ao pagamento dos honorários advocatícios do patrono da parte Ré, que ora arbitro em 10% do valor atualizado da causa, observada a gratuidade deferida. Condeno a parte Ré ao pagamento dos honorários advocatícios do patrono da parte Autora, que ora arbitro, em 10% do valor atualizado da causa. P.I. Cumpra-se.

ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM), ADV: VICTÓRIA GUIMARÃES DE MELO CARDOSO (OAB 14813/AM), ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM) - Processo 0621264-72.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0631285-10.2019.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Laboratório Nobel Ltda - Epp - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. e outro - Vistos, Defiro o pedido de fls. 466/467. Proceda-se nova tentativa de bloqueio via Sistema Bacenjud, observando-se a gratuidade de justiça deferida ao Autor. Cumpra-se.

ADV: BRUNO SILVA NAVEGA (OAB 83522PR), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: EDILSON MARTINS DE ALENCAR NETTO (OAB 9499/AM), ADV: BRUNO SILVA NAVEGA (OAB 118948/RJ), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM) - Processo 0622127-67.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Meiry Sonja Carbajal de OliveiraA Morais - REQUERIDO: EUCATUR - Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda. - LITSPASSIV: Rondônia Tranportes Ltda. - DENUNCIADO: Companhia Mutual de Seguros - Intime-se a Executada Rondônia Transportes Ltda para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar se concorda com a designação de Audiência Conciliatória.

ADV: CARLOS ALEXANDRE DA SILVA RODRIGUES (OAB 222131SP) - Processo 0624425-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: J.G.T.C. - Do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o presente pedido de Alvará Judicial postulado por Jose Geraldo Teixeira de Carvalho em face de Laboratório Pdt Pharma - Indústria e Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda - EPP. Custas a cargo do Autor, restando suspensa a exigibilidade em face da Gratuidade de Justiça. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LEMMON VEIGA GUZZO (OAB 187799SP) - Processo 0625468-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: YACY SOUZA DERZI (OAB 4734/AM), ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA) - Processo 0627644-48.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Aluisio Augusto Cesar Pires - REQUERIDO: Banco Itaú S.a - Banco Cbss S.a e outros - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão exordial para declarar inexistentes perante o Autor os contratos deempréstimos impugnados; declarar inexistentes, inexigíveis perante o Autor todo o qualquer débito relativo a esses instrumentos contratuais, concedendo a tutela antecipada para determinar o cancelamento dos descontos; bem como para condenar os Réus a restituírem os

valores descontados indevidamente de seu benefício previdenciário relativos aos contratos declarados inexistentes, bem como os debitados no curso da lide, a serem acrescidos de correção monetária pelo INPC, a partir de cada desembolso e juros de mora de 1% ao mês a contar da citação; condenar os Réus a pagarem ao Autor indenização por danos morais no importe de R$ 7.000,00 (sete mil reais) para o Banco CBSS e de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para o Banco Itaú Consignado, montante a ser acrescido de correção monetária pelo INPC e de juros moratórios de 1% ao mês a contar da presente decisão. Oficie-se o INSS para o cancelamento dos descontos, objeto da ação. Condeno as Rés ao pagamento das custas processuais e nos honorários advocatícios do patrono do Autor que arbitro em 15% (quinze por cento) do valor das condenações. P.I. Cumpra-se.

ADV: CAROLINE FUGOLARI FREITAS (OAB 11135/AM) - Processo 0630945-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: T.L.N.S. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos assinado por terceiro, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM) - Processo 0631582-17.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Associação Educativa do Brasil - Soebras - Proceda-se à consulta de endereços via Bacenjud, Renajud e Infojud. Custas já recolhidas.

ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0631949-12.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Floresta Logística Ltda. - Proceda-se à consulta de endereços via Bacenjud, Renajud e Infojud dos sócios da Executada, qualificados à fl. 126. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias, considerando que à fl. 128 consta tão somente a guia de recolhimento.

ADV: ROBSON ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 6457/AM), ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM) - Processo 0633178-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rosa Maria Feitosa da Fonseca - REQUERIDO: Sindicato dos Despachantes Documentalistas do Estado do Amazonas - Sindesdam - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: JÚLIO DA COSTA BENARRÓS NETO (OAB 13245/AM) - Processo 0633258-97.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Seguro - REQUERENTE: Aldeiza Pereira da Silva Bueno - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A e outro - Defiro pedido de fls. 176/177. Proceda-se ao desbloqueio em relação ao Bradesco Vida e Previdência S/A.

ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0633892-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Francisco Abel de Lima - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037/AM), ADV: KATARINI OLIVEIRA GADELHA (OAB 11747/AM), ADV: MARCIA CAROLINE MILLEO LAREDO (OAB 8936/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0633999-11.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Humberto Ferreira Lisboa - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Assim, julgo EXTINTA a Execução, nos termos do art. 924, II do CPC. Expeça-se Alvará e arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ROSINALVA GOMES BARROS (OAB 8183/AM), ADV: PAULA ÂNGELA VALÉRIO DE OLIVEIRA (OAB 1024/AM) - Processo 0635342-47.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: ZENEIDE DE SOUZA BRITO - REQUERIDO: Raimundo Alves Wilkens - Vistos, Retificando a decisão de fls. 242, ficam desde já as partes intimadas da data em que o Perito demarcará os imóveis, a saber, dia 26 de setembro de 2019, às 15h, no local. Deverão as partes comparecer preferencialmente acompanhadas dos respectivos assistentes técnicos e providenciar o necessário para que haja o regular andamento dos trabalhos. Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0636489-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo do Carmo Paz Vasconcelos - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0637032-38.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0639639-24.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Tarifas - REQUERENTE: Magna Brandão da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos, Defiro o benefício da justiça gratuita pleiteado. Analisarei o pedido de tutela antecipada após a formação do contraditório. Dispenso a Audiência Inicial de Conciliação prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que não há qualquer prejuízo na sua postergação. Cite-se o Requerido, pelo Portal Eletrônico, para apresentar Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão ficta.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0643135-03.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - HOMOLOGO o Acordo firmado às fls. 53/55, para que surta seus efeitos legais, e extingo o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC. Proceda-se ao desbloqueio dos veículos de fls. 81. Após arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: CAIO TASSO GAMA SAMPAIO CALLADO (OAB 8208/AM) - Processo 0645760-68.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Anderson Dellys da Silva Carvalho - Vistos, Trata-se de pedido de Alvará Judicial formulado por ANDERSON DELLYS DA SILVA CARVALHO, visando o levantamento de valores retidos em instituição financeira e INSS de titularidade de sua genitora falecida. Competência da Vara de Família, nos termos do art. 154 da Lei Complementar Estadual n° 17/1997. Ante o exposto, determino a regular distribuição da ação para uma das Vara de Família da Capital.

ADV: RODRIGO TOSTA GIROLDO (OAB 4503/RO) - Processo 0646228-32.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - REQUERENTE: Rondobrás do Amazonas

Comércio de Peças para Veículos Ltda - Vistos, Intime-se a parte Autora para que efetue o pagamento das custas inicias e despesas de ingresso (postais/oficial de justiça), sob pena de cancelamento da distribuição, no prazo de 15 (quinze) dias. Art. 290 do CPC - "Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias." Cumpra-se

Adriano de Oliveira Leite (OAB 4609/AM)
Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
Alana Magalhães Santana (OAB 12335/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André Felipe Fogaça Lino (OAB 234168/SP)
Andreia Carvalho Chagas (OAB 14130/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Benjamim Saul Benchimol (OAB 4902/AM)
Bruno Silva Navega (OAB 118948/RJ)
Bruno Silva Navega (OAB 83522PR)
Caio Tasso Gama Sampaio Callado (OAB 8208/AM)
Carlos Alexandre da Silva Rodrigues (OAB 222131SP)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Caroline Fugolari Freitas (OAB 11135/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
Catarina Pontes Torres (OAB 13503/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Daniel Marinho Pereira (OAB 5157/AM)
Edilson Martins de Alencar Netto (OAB 9499/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Henrique Simch de Morais (OAB 11030/AM)
Hildeberto Corrêa Dias (OAB 1127/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Izilda Maria de Moraes Garcia (OAB 85277/SP)
Joabe de França Barros (OAB 4919/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Júlio da Costa Benarrós Neto (OAB 13245/AM)
Katarini Oliveira Gadelha (OAB 11747/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leandro Andrade Coelho Rodrigues (OAB 237733/SP)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
LEMMON VEIGA GUZZO (OAB 187799SP)
Luciana Amazonas Cabral (OAB 10218/AM)
Luciano Radaelli (OAB 8565/AM)
Marcia Caroline Milleo Laredo (OAB 8936/AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Miguel de Holanda Vital (OAB 399A/AM)
Neildes Araújo Aguiar Di Gesu (OAB 217897/SP)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Paula Ângela Valério de Oliveira (OAB 1024/AM)
Paulo Felipe Santos Magalhães (OAB 11367/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Robson Almeida de Oliveira (OAB 6457/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Tosta Giroldo (OAB 4503/RO)
Rosinalva Gomes Barros (OAB 8183/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Thaisa Assis de Souza (OAB 14533/AM)
Thiago Jose Oliveira Araujo (OAB 14184/AM)
Ulysses Farias de Magalhães Neto (OAB 7166/AM)
Victória Guimarães de Melo Cardoso (OAB 14813/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yacy Souza Derzi (OAB 4734/AM)

18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0208/2019

ADV: ADRIANA MONTEIRO RAMOS (OAB 4102/AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: GUALBERTO GRACIANO DE MELO (OAB 132/AM) - Processo 0040746-12.2006.8.04.0001 (001.06.040746-9) - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Airton Barroso - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM) - Processo 0209230-04.2017.8.04.0001 (processo principal 0216523-35.2011.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Uniodonto de Manaus - Cooperativa de Trabalho Odontologico - Vistos, etc. Trata-se de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica ajuizado por Uniodonto Manaus em face de Ogawa Logistica Ltda., Toshio Ogawa e Roberto Ko Iti Karasawa, pelos fatos e fundamentos trazidos na inicial. Alega a Suscitante que a Empresa Executada nos autos da ação principal nº 0216523-35.2011.8.04.0001, não foi localizada, apesar das diligências realizadas. Pugnou pela citação dos sócios Toshio Ogawa e Roberto Ko Iti Karasawa, após a realização das consultas junto aos sistemas BACENJUD e INFOJUD, por não possuir informações acerca dos mesmos. Vieram-me conclusos. Decido. A desconsideração da personalidade jurídica consiste na possibilidade de se ignorar a personalidade jurídica autônoma da entidade moral sempre que esta venha a ser utilizada para fins fraudulentos ou diversos daqueles para os quais foi constituída, permitindo que o credor de obrigação assumida pela pessoa jurídica alcance o patrimônio particular de seus sócios ou administradores para satisfação do crédito. Diferentemente do Código Processual anterior, o CPC vigente em seu art. 134, § 2º, determinou que, em não sendo feito o pedido de desconsideração jurídica na inicial, deverá ser instaurado um incidente para tanto. Segundo o códex, para que haja a instauração do incidente, o requerimento deverá demonstrar o preenchimento dos pressupostos legais específicos para desconsideração da personalidade jurídica (art. 134, § 4º). Tais pressupostos são estabelecidos no art. 50 do Código Civil, in verbis: Art 50. Em caso de abuso de personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica. Para que se possa desconsiderar a pessoa jurídica, é necessários que o(s) sócio(s) tenha abusado da mesma, seja desviando a sua personalidade, seja misturando o patrimônio pessoal com o da empresa. Para fins de instauração do incidente, cabe ao Suscitante demonstrar indícios de preenchimento de tais requisitos. Em consulta aos autos principais, verifico que a Empresa Ré, sequer foi citada. Foi realizada diligência, através do sistema eletrônico RENAJUD, onde consta informação acerca do endereço da Requerida (folhas 95). A parte Autora, naqueles autos, foi

intimada do Despacho exarado às folhas 105, tendo protocolizado o presente Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica, sem promover os atos citatórios, nos autos da Execução. Desta feita, INDEFIRO o pedido de Desconsideração da Personalidade Jurídica, ante a ausência dos pressupostos previstos em lei. Revogo todos os atos praticados a partir da Decisão de folhas 4. Em não havendo manifestação da parte interessada, determino baixa e arquivamento deste caderno digital. Traslade-se cópia desta Decisão para os autos da Execução registrados sob o n. 0216523-35.2011.8.04.0001 À Secretaria para as devidas providências. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVEZ DOS SANTOS (OAB 1163/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0211944-10.2012.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamento S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0257146-44.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos. Trata-se de Ação de Execução proposta por Banco Bradesco S/A., em face de B. S. Autopeças Ltda., Manoel Cândido Barbosa e Maria Elgeni Chaves Rodrigues (Avalistas), pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Devidamente citados, os Executados não se manifestaram até a presente data. Através da Decisão de folhas 57, foi determinada providências junto aos sistemas BACENJUD e INFOJUD. Protocolo de bloqueio de valores junto ao BACENJUD, folhas 67. Resposta acerca do pedido de bloqueio, juntada às folhas 68/71, onde consta a informação de indisponibilidade do valor de R$ 521,15 (QUINHENTOS E VINTE E UM REAIS E QUINZE CENTAVOS), na conta do Executado Manoel Cândido Barbosa. Através do Despacho exarado às folhas 72, foi determinada a intimação do referido Executado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da indisponibilidade. Expedido Mandado de Intimação, folhas 81. Juntada da Certidão do Oficial de Justiça, às folhas 82, onde consta a informação de que o imóvel encontrava-se fechado nas três diligências realizadas. Pedido de Providências do Banco Exequente, onde requer a expedição do competente Alvará para levantamento do valor que se encontra bloqueado e consultas junto aos sistemas INFOJUD e RENAJUD. Vieram-me conclusos. Decido. Da detida análise dos autos, verifico que os Executados apesar de devidamente citados, deixaram transcorrer in albis o prazo. Verifico, ainda, que foram tornados indisponíveis ativos financeiros do Executado Manoel Cândido Barbosa, que não foi intimado para manifestar-se acerca do arresto executivo on-line, realizado através do sistema BACENJUD, conforme dispõe o art. 841, § 2º, do Código de Processo Civil, em razão do seu imóvel encontrar-se fechado por ocasião das três diligências realizadas pelo Oficial de Justiça. Desta feita, INDEFIRO o pedido de expedição de Alvará Judicial e determino a intimação pessoal do referido Executado, através dos Correios, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca do arresto executivo on-line, realizado através do sistema BACENJUD, conforme disposição legal. Defiro tão somente providências junto aos sistemas INFOJUD e RENAJUD, em desfavor dos Executados. Intime-se a parte Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, comprovar o pagamento das custas cobradas pelas consultas pleiteadas, consoante os termos da Portaria 116/2017 - PTJ. Após, providências junto aos sistemas INFOJUD e RENAJUD, conforme requerido. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0267152-13.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: RÔMULO SARMENTO DOS REIS (OAB 5435/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM) - Processo 0602060-47.2016.8.04.0001 - Outras medidas provisionais - Liminar - REQUERENTE: Bárbara Passos Pierre - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - "Tendo em vista manifestação do Exequente, juntada às folhas 1/4, determino a intimação da Executada, pelo seu respectivo Patrono, para efetuar o pagamento do débito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de que lhe sejam penhorados tantos bens quanto bastem para satisfação da execução, além do acréscimo de multa e honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento), conforme art. 523, § 1º c/c 513, § 2º, II, do CPC. Ademais, considerando que o cumprimento de sentença deve ser processado nos próprios autos do processo de conhecimento, à Secretaria para proceder ao traslado do presente caderno processual aos autos nº 0602060-47.2016.8.04.0001. "

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0604604-42.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Raimundo Nonato Mota de Souza e outro - REQUERIDO: IMBRASCO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIOS LTDA - Vistos. Intimem-se as partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares, indicando, com objetividade, os fatos que pretendem produzir, bem como sua necessidade. Após o decurso do prazo, com ou sem manifestação, retornem-me os autos conclusos para Decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0610537-93.2015.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Comercial - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 173524/RJ), ADV: ANA CAROLINA REMÍGIO DE OLIVEIRA (OAB 86844/MG), ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM), ADV: RAFAEL GOOD GOD CHELOTTI (OAB 139387/MG) - Processo 0610854-91.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Hsiao Chieh Yang - REQUERIDO: Volkswagen do Brasil Ltda. - Vistos. Verifica-se dos autos a desnecessidade de produção de novas provas, uma vez que o processo está devidamente instruído. Desta feita, anuncio o julgamento antecipado do mérito, com fulcro no art. 355, I, CPC. Após a fluência in albis do prazo recursal, voltem-me os autos conclusos para Sentença. Cumpra-se.

ADV: VINÍCIUS MARTINS DUTRA (OAB 69677/RS) - Processo 0612471-52.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Mútuo - REQUERENTE: FUNDAÇÃO DE CRÉDITO EDUCATIVO - FUNDACRED - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0615413-52.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que

recolha as custas referentes a consulta de endereço almejada no sistema conveniado Infojud, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628180-25.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: BRUNO BARBOSA DOS REIS GLÓRIA (OAB 9432/AM), ADV: ANDRÉ GUIMARÃES DA CRUZ (OAB 7549/AM), ADV: MÁRIO DA CRUZ GLÓRIA (OAB 4013/AM), ADV: RÔMULO JOSÉ FERNANDES DA SILVA (OAB 1818/AM) - Processo 0629045-53.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: SOLANO SÓCRATES CARDOSO BARBOSA - REQUERIDO: Clínica Fêmina Centro de Assistência Médica e Diagnóstico e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o perito para que se manifeste(m) acerca da impugnação às fls. 104/107, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0630016-33.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar o endereço que deverá constar no mandado, no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0633907-38.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: BANCO BRADESCO CARTÕES S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: TAYGUARA YAN THANER FERNANDES DE LEMOS (OAB 13334/AM) - Processo 0634438-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: M.S.M. - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 16/10/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 29 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: LUCAS HARLES DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 13350/AM) - Processo 0637230-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Israel da Silva Soares - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 16/10/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 29 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LEONOR REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 11932/AM), ADV: ARI BADARANE NICOLAU JÚNIOR (OAB 11935/AM) - Processo 0642521-90.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: R C Recebíveis Ltda - Vistos, etc. Tendo em vista a manifestação da parte Autora que ratifica o endereço da executada, conforme petitório de fls. 41/43. Intime-se a parte Autora para providenciar o pagamento dos emolumentos devidos ao Oficial de Justiça, devendo efetuar o recolhimento do valor constante na Tabela do Provimento nº 250-CGJ/AM, mediante depósito identificado (referenciando o número do processo), na Conta Corrente nº 57.204-7, Agência º 3.739-7, Banco Bradesco S/A, trazendo a devida comprovação aos autos, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do referido provimento e Portaria nº 11/2015-CM, sob pena de extinção do feito. Após, comprovado o pagamento, expeça-se o devido mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0644315-49.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: VANDESSON BARBOSA SANTIAGO (OAB 12217/AM) - Processo 0652843-72.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Gettlyn de Lima Pontes e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 16/10/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 29 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: WALDIR GONÇALVES BARROS JÚNIOR (OAB 5535/AM) - Processo 0656628-42.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Nv Indústria Comércio e Construção Ltda - REQUERIDO: Frederico Augusto Gama Maués e outros - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 16/10/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 29 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0661073-06.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0717091-57.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

Adriana Monteiro Ramos (OAB 4102/AM)
Ana Carolina Remígio de Oliveira (OAB 86844/MG)
André Guimarães da Cruz (OAB 7549/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Ari Badarane Nicolau Júnior (OAB 11935/AM)
Bruno Barbosa dos Reis Glória (OAB 9432/AM)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Gualberto Graciano de Melo (OAB 132/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Lídio Alvez dos Santos (OAB 1163/AM)
Leonor Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 11932/AM)
Lucas Harles do Nascimento Ribeiro (OAB 13350/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 173524/RJ)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Mário da Cruz Glória (OAB 4013/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Rafael Good God Chelotti (OAB 139387/MG)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rômulo José Fernandes da Silva (OAB 1818/AM)
Rômulo Sarmento dos Reis (OAB 5435/AM)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Tayguara Yan Thaner Fernandes de Lemos (OAB 13334/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Vandesson Barbosa Santiago (OAB 12217/AM)
Vinícius Martins Dutra (OAB 69677/RS)
Waldir Gonçalves Barros Júnior (OAB 5535/AM)

19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0256/2019

ADV: MARLÚCIA GUIMARÃES ALMEIDA (OAB 5280/AM) - Processo 0352540-20.2007.8.04.0001 (001.07.352540-6) - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Naide Guimarães de Melo - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ c/c o art. 1º, § 2º, da Portaria nº 2072/2016-PTJ, intimo a parte interessada para que: 1) proceda à gravação dos respectivos autos em mídia (cd-rom), acompanhado do ofício requisitório expedido e documentos constantes do art. 18, §1º da Resolução n 003/2014 desta Egrégia Corte e; 2) compareça neste Juízo para entrega da referida mídia para fins de remessa para o Setor de Precatório do Tribunal de Justiça.

ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0355764-63.2007.8.04.0001 (001.07.355764-2) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - EXECUTADO: Domingos Ferreira Nevesa Filho e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente para que se manifeste(m) acerca da proposta de acordo formulada às fls.370/373 , no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0601624-54.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Pan S/A - Compulsando os autos, verifico que a parte, não obstante ter sido citada, não pagou, nem tampouco indicou bens à penhora, razão pela qual determino a penhora “on line”, a teor da inteligência dos arts. 835, inciso I, e 854, ambos da Lei Adjetiva Civil, notadamente por se tratar da medida executiva prevalente. Assim, dando prosseguimento ao feito, defiro petitório de fls. 68/69, razão pela qual, determino o bloqueio do valor de R$ 11.083,44 no sistema BACENJUD em desfavor do executado no CPF n° 446.189.562-91. Ademais, defiro os pedidos de consulta aos demais bens do executado, razão pela qual determino a consulta nos sistemas RENAJUD e INFOJUD. Entendo, todavia, que cabe à parte autora a atualização, por simples cálculo aritmético, do seu crédito. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta, cujo comprovante de pagamento consta às fls. 71 dos autos. Efetuada a penhora, intime-se o réu, na pessoa de seu advogado ou, não tendo, pessoalmente para se manifestar em 05 dias, nos termos do art. 854, § 2° do CPC. Em caso negativo, intime-se o exequente para se manifestar sobre o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0607966-52.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Defiro o pedido de fls. 128/129, assim determino a expedição de mandado de citação, penhora e avaliação, a ser cumprido no endereço declinado na petição susoaludida às fls. 114/115: Rua Miranda Leão, n° 103, Sala 203, Centro, CEP 69005-040, Manaus-AM. Deve o autor, indicar o local para onde o bem deverá ser removido, bem como o depositário que ficará com a guarda do bem. Cumpra-se

ADV: CARLOS COLLYER FERREIRA (OAB 10012/AM), ADV: ELLEN WANDRIENNY DE LIMA TAVARES (OAB 10122/AM), ADV: THALLYNE JAMYLLE CAMPOS FEIJAO (OAB 14295/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0611439-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Ajuricaba - REQUERIDO: Joerg Kiefel - DEFIRO o pedido de fls.64. Assim,tendo em vista a SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO, a realizar-se no período de 04 a 08 de novembro de 2019, e ante a possibilidade das partes virem a transigir, designo o dia 05/11/2019 às 09:00h para realização da audiência conciliatória, na qual deverão comparecer os litigantes e/ou seus procuradores munidos de propostas concretas para o deslinde da demanda. Intimem-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0612784-13.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato

processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM), ADV: NOGUEIRA ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA (OAB 443/AM) - Processo 0619161-29.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Jardel Jorge Fagundes Pires - De ordem do MMº Juiz de Direito, Dr. Rogério José da Costa Vieira, designo o dia 09 de dezembro de 2019 às 10:30hs para realização de audiência de conciliação no Cejusc-cível.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0622803-83.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca de consulta em fls.228, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANSELMO LIMA DE MATOS FILHO (OAB 13644/AM), ADV: JORGE SECAF NETO (OAB 1167/AM) - Processo 0624440-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Corretagem - REQUERENTE: Arthur de Carvalho Cruz Neto - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 07/10/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 29 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0625598-23.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628175-03.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0630223-03.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: S.B.S. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para corrigir o endereço que deverá constar no mandado no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como número, apartamento, complemento, etc. Havendo manifestação no sentido de se expedir mandado/carta para mais de um endereço ou de realizar consultas via sistemas judiciais, e não sendo o caso de benefício da justiça gratuita integral, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVEZ DOS SANTOS (OAB 1163/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0631494-81.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0633932-12.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca de consulta em fls.84, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDUARDO KARAM SANTOS DE MORAES (OAB 9385/AM) - Processo 0640613-61.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Karem Magalhaes Santos - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM), ADV: JOSÉ ABELARDO ARAÚJO PINTO (OAB 6076/AM) - Processo 0650364-09.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Condomínio Parque Aripuanã - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Anselmo Lima de Matos Filho (OAB 13644/AM)
Carlos Collyer Ferreira (OAB 10012/AM)
Cláudio Davi Batista Nogueira (OAB 8286/AM)
Eduardo Karam Santos de Moraes (OAB 9385/AM)
Ellen Wandrienny de Lima Tavares (OAB 10122/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jorge Secaf Neto (OAB 1167/AM)
José Abelardo Araújo Pinto (OAB 6076/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Lídio Alvez dos Santos (OAB 1163/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marlúcia Guimarães Almeida (OAB 5280/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Nogueira Advocacia e Assessoria Jurídica (OAB 443/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Thallyne Jamylle Campos Feijao (OAB 14295/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO ROGERIO JOSÉ DA COSTA VIEIRA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0257/2019

ADV: GLÁUCIA AZEVEDO NARCELHA (OAB 12303/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ROSANA LEA ANTONY FEITOZA (OAB 7867/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0215889-63.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0608343-57.2014.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: SUPERMAC MÁQUINAS E CAMINHÕES DA AMAZÔNIA LTDA. - EXECUTADO: Vitalli Distribuidora de Embalagens LTDA. - INTSSADO: Juízo de Direito da 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho de Manaus/AM - SERASA EXPERIAN MANAUS S.A. - Conclusos os autos para cumprimento do acordo, o requerido interpôs petição e documentos sobre questão atinente a lide, demonstrando o inadimplemento do acordo e que não foi aceito o novo acordo sugerido unilateralmente pelo executado, inclusive deixando de indicar o paradeiro dos bens informados no RENAJUD a ser levado a hasta pública , no sentido de satisfazer a execução . Verifico que o executado vem de forma reiterada postergando o pagamento da dívida e ao presente momento , penso que não se justifica a mora do executado, tendo assumido compromisso de adimplir as parcelas pactuadas, assim como, ante as constantes manifestações do credor de que o devedor não cumpre o acordo de forma deliberada, a caracterizar má-fé e contra os princípios de dignidade da justiça, a justificar o leilão do bem penhorado. No sentido de oportunizar o amplo direito de defesa e não haver decisão surpresa, na forma do artigo 9 e 10 do CPC , concedo vista ao Requerente, pelo prazo de 05 dias , haja vista que o juízem seguida , voltem-me conclusos. Intime-se.

Gláucia Azevedo Narcelha (OAB 12303/AM)

Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)

Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)

Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)

Rosana Lea Antony Feitoza (OAB 7867/AM)

20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0266/2019

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP) - Processo 0211490-54.2017.8.04.0001 (processo principal 0702486-09.2012.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Locação de Móvel - REQUERENTE: Mazd Arquitetura e Comércio Ltda - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. 184 recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: CAIO FELDBERG PORTO (OAB 7995/AM), ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM) - Processo 0601525-26.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Erro Médico - REQUERENTE: Cristiane Gonçalves da Costa - REQUERIDA: Samel - Serviço de Assistência Médica - Hospitalar Ltda - Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: RAFAELA FERNANDA TIESCA MACIEL CHITTO (OAB 9265/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM) - Processo 0602682-97.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Condomínio - EXEQUENTE: Condominio Residencial Ponta Negra I - EXECUTADO: GIORGIO BUONI - Defiro o pedido de fls. 948. Nesse espeque, à Secretaria que expeça mandado de intimação, penhora, avaliação, remoção e depósito, nos moldes do que foi emitido às fls. 941. Custas pagas às fls.949/951. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL GOOD GOD CHELOTTI (OAB 139387/MG), ADV: JOÃO FRANCISCO ALVES ROSA (OAB 1223A/AM), ADV: LUIZ JOSÉ LOPES PESSÔA (OAB 1075/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM), ADV: RENNAN LESSA FERREIRA (OAB 13046/AM) - Processo 0603482-23.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Avant Editora e Grafica Ltda. - Me - REQUERIDO: Solimões Veículos Ltda - Banco Volkswagen do Brasil - Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda - Vistos, etc. Designo o dia 08/10/2019 às 09:30h, para realização de audiência de saneamento a que alude o § 3º do artigo 357 do Código de Processo Civil com o objetivo de resolver as questões processuais pendentes e delimitar as questões de fato e de direito relevantes para o julgamento da causa. Intimem-se as partes através de seus respectivos patronos, para comparecerem ao referido ato. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0606738-03.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: VASCO MACEDO VASQUES (OAB 5305/AM), ADV: THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 7671/AM) - Processo 0606979-74.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - EXEQUENTE: Domingos Savio Gonçalves Ferreira - EXECUTADO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente para que se manifeste(m) acerca da petição de fls.489/490 , no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: OSWALDO TÁVORA BUARQUE NETO (OAB 5566/AM), ADV: DIVINO FRANCISCO DE OLIVEIRA BARRETO JÚNIOR (OAB 8487/AM) - Processo 0607177-19.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: KARAM GERALDO KARAM E SILVA - REQUERIDA: NATHALIA MOREIRA KARAM - I-RELATÓRIO Vistos, etc. Cuida-se de ação de obrigação de fazer intentada por Karam Geraldo Karam e Silva contra Nathalia Cardoso Moreira, ambos qualificados nos autos. Narra o autor que foi casado com a requerida em regime parcial de bens. Diz que no seu acordo de divórcio consensual ficou estabelecido no item bens a partilhar que lhe seria transferido 100% das cotas de capital social da empresa Katrans Coletas de Resíduos não Perigosos Ltda. Sustenta que efetivaram a transferência por meio de alteração contratual. Alega que ao assumir a administração da sociedade deparou-se com a falta de documentos que dificultaram o funcionamento da empresa. Afirma que a preocupação atual é quanto ao telefone da empresa, estampado nos caminhões e caixas de coleta, mas que a ré ameaça cancelar. Pugna pela condenação da ré para que efetive a transferência da linha telefônica, bem como a expedição de mandado de busca e apreensão dos documentos de propriedade da empresa. Citada, a parte ré ofertou contestação alegando que ao sair da sociedade não levou consigo qualquer documento da empresa, não possuindo qualquer intenção de prejudicar o requerente. Sobre a linha telefônica, defende que é a real titular

do número telefônico, além de utilizá-lo na sua empresa. Requer a improcedência dos pleitos. Audiência de conciliação frustrada. Réplica às fls.99. Intimados a especificar provas, o autor requereu o julgamento antecipado e a ré manteve-se inerte. É o relatório. Decido. II-FUNDAMENTAÇÃO A causa comporta julgamento antecipado, afigurando-se desnecessária a produção de outras provas para o deslinde da controvérsia, uma vez que matéria controvertida é unicamente de direito, conforme art.355, I, do CPC. Cinge-se a controvérsia em averiguar se existe o dever jurídico da ré transferir a linha telefônica para empresa titularizada pelo autor, bem como se houve retenção dos documentos da empresa, a demandar a busca e apreensão. Da leitura dos autos, denota-se que a ré retirou-se do quadro societário da empresa Katrans Coletas de Resíduos Não Perigosos Ltda - ME, transferindo a integralidade das suas cotas ao autor (alteração contratual fls.21/24). Inobstante isso, recusou-se a transferir a linha telefônica que era utilizada pela empresa, mas constava em seu nome. Sobre esse ponto, não há qualquer discussão quanto à circunstância de que a linha telefônica em questão era utilizada exclusivamente pela empresa, na condução dos negócios, como restou comprovando pelas fotos acostadas pelo autor (fls.24/31). Ademais, malgrado defenda que o número telefônico é de sua titularidade e o utilize na sua atividade empresarial, a ré não colacionou qualquer documento que corrobore as suas alegações. Logo, daí pode ser observado que o autor faz jus à tutela jurisdicional consistente na obrigação de fazer postulada, afinal, a supressão de número de telefone utilizado no exercício de sua atividade seguramente tem o condão de incutir-lhe prejuízos em sua rotina laboral. É que, tratando-se de uma das principais formas de contato para a captação de clientes de uma empresa é certo que o número de linha telefônica utilizado representa elemento de destacada relevância para identificação e acesso aos seus clientes. É evidente que o comportamento adotado pela ré tem o condão de caracterizar abuso de direito, pois, ao reter a linha que era utilizada essencialmente na atividade empresarial da sociedade da qual se retirou, acabou excedendo manifestamente os limites impostos pelo fim econômico, social e boa-fé de seu direito. Além disso, em última análise, em que pese defenda que utilize o telefone em sua atividade empresarial, a conduta da ré tem aptidão de caraterizar concorrência desleal, porquanto direciona em proveito próprio os clientes que ligam para o número de telefone objetivando contratar os serviços do autor. De outro lado, apesar da ré expor que não possui os documentos exigidos pelo autor, não se mostra plausível tal alegação, principalmente após a sua retirada da empresa, sendo de se supor que os documentos estavam na sua posse, uma vez que também fazia parte da sociedade e a administrava, o que denota pertinência na pretensão autoral de restituição dos documentos relativos à empresa. Ademais, pressentes os pressupostos legais, quais sejam, a probabilidade do direito alegado: atinente a titularidade da linha telefônica e dos documentos pertinentes à empresa que foram retidos; o perigo de dano: consistente nos prejuízos à atividade empresarial, resolvo conceder a tutela provisória de urgência para determinar a transferência imediata da linha telefônica e entrega dos documentos indicados na inicial. III-DISPOSITIVO A teor do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, com fulcro no art.487, I, do CPC, para determinar que a ré transfira, no prazo de 30(trinta) dias, a linha telefônica 3088-8888 para o nome do autor, bem como entregue os documentos elencados na inicial, sob pena de incorrer em multa diária de R$200,00 até o limite de R$10.000,00, sem prejuízo da expedição de mandado de busca e apreensão, caso seja necessário, nos termos do art.536, §1º, do CPC. Confirmo a tutela provisória de urgência. Condeno a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, este último fixado em 10% sobre o valor da causa, conforme art. 85, §2º do CPC. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo de eventual pedido de cumprimento de sentença. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ARENAIDE ROSA CRUZ DE LIMA PEREIRA (OAB 2589/AM), ADV: SIMONE DE SOUZA PINTO (OAB 4476/AM), ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0607397-80.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0611384-61.2016.8.04.0001) - Ação de Exigir Contas - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Alain Costa Pereira e outro - REQUERIDO: Pátio Sertório Shopping Ltda - Condomínio Manauara Shopping e (Pátio Sertório Shopping Ltda) - Vistos, etc. Cuidam-se de embargos declaratórios contra a sentença, opostos pelos autores, alegando omissão deste juízo quanto à análise da tese de nulidade da cláusula resolutiva do contrato de locação de quiosque. É o relatório.Decido. Os Embargos de Declaração, que têm o desiderato de esclarecer ou integrar certa decisão, constitui-se em recurso de fundamentação vinculada, razão pela qual, nos termos do art. 1022 do CPC/2015, devem apontar contradição, obscuridade, omissão ou erro material no julgado, verbis: Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I -esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. Da detida análise do reclamo interposto, infiro não incidir na espécie a ocorrência de nenhuma das hipóteses ensejadoras da presente medida recursal. Na realidade, verifica-se a inadequação do recurso interposto, posto que pretende o embargante obter modificação do julgado, por puro inconformismo. Ressalte-se que a mera insatisfação com o conteúdo da decisão não enseja Embargos de Declaração, recurso cujo objetivo se presta tão somente a sanar contradições ou omissões decorrentes da análise dos temas trazidos à apreciação. Ademais, não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13/8/2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28/6/2007. Certo é que caberá ao embargante interpor, se entender o caso, o recurso adequado para que os alegados equívocos ou omissões na apreciação da prova possam ser analisados pelo Tribunal competente, já que não se pode atribuir aos embargos de declaração efeitos infringentes. Ante o exposto, conheço dos aclaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer contradição, omissão, obscuridade ou erro material, mantendo-se, em todos os seus termos, a sentença vergastada. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: MARIA DO ROSÁRIO NEVES FILARDI (OAB 5504/AM) - Processo 0609939-37.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Lázara José da Rocha Guedes - REQUERIDO: Ciex - Laghi Engenharia - Spd Ltda - Vistos, etc. Designo o dia 08/10/2019 às 10:30h, para realização de audiência de saneamento a que alude o § 3º do artigo 357 do Código de Processo Civil com o objetivo de resolver as questões processuais pendentes e delimitar as questões de fato e de direito relevantes para o julgamento da causa. Intimem-se as partes através de seus respectivos patronos, para comparecerem ao referido ato. Cumpra-se.

ADV: BASSLA MARINHO ABDEL AZIZ (OAB 13568/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG), ADV: DANILO CARVALHO FREIRE SILVA FILHO (OAB 162033/MG), ADV: EDUARDO DE ALENCAR SERUDO (OAB 13968/AM) - Processo 0611869-56.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo

manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM), ADV: JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM) - Processo 0615778-09.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Ctk Indústria de Embalagens da Amazônia Ltda - REQUERIDO: Amazon Etiquetas Indústria e Comércio Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ e ao Despacho de fl. 95, intimo a parte exequente para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a consulta eletrônica realizada às fls. 87/89 e 93/94, bem como para requerer o que entender de direito, sob pena de suspensão da execução, na forma do art. 921, III, §1º, do CPC.

ADV: CARLOS EDUARDO DA SILVA SANTOS (OAB 9362/AM), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM) - Processo 0618051-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eliane Maria Mourão Alves - ASSLITISC: Banco Itaucard S/A - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (81/83) e documentos às Pág.(s) (84/140).

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0620338-96.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0626224-76.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: BANCO BRADESCO CARTÕES S/A - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerida para que se manifeste sobre os documentos novos juntados em sede de Réplica de Pág.(s) (208/217) retro..., documentos às Pág.(s) (218/252), no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do Artigo 437 do CPC.

ADV: MAYRA MAMED LEVY (OAB 8598/AM), ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM) - Processo 0626949-94.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Domingos Rocha Duarte Neto - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: AFRÂNIO AZEVEDO PEREIRA (OAB 4434/AM), ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM), ADV: IZABELLE LIMA ASSEM (OAB 6075/AM), ADV: PAULO NEY SIMÕES DA SILVA (OAB 2196/AM), ADV: SARAH SERRUYA ASSIS (OAB 9515/AM), ADV: FRANCISCO WANDEMBERG MARTINS PINTO (OAB 002/PJ), ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0627059-69.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Francisco Mendonça Glória - EXECUTADO: Tapajós Comércio de Medicamentos Ltda. - PERITO: FRANCISCO WANDEMBERG MARTINS PINTO - INTSSADO: Ifer da Amazônia Ltda - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Tendo em vista a satisfação integral do débito exequendo, julgo extinto o processo, ex vi dos arts. 924, II, c/c 925, ambos do Código de Processo Civil. Acerca do pedido de expedição de alvará de fls.260 determino à secretaria que certifique-se da existência de patrono indicado com procuração válida e poderes específicos para tal finalidade. Em caso positivo, expeça-se alvará eletrônico dos valores depositados (fls.256/257) Em caso negativo, intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, indique profissional habilitado nos autos com as especificações retromencionadas. Após a manifestação, expeça-se o competente alvará. Após, arquivem-se os presentes autos, independentemente de trânsito em julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento das custas, solicito a devolução dos autos a esta serventia para que procedamos a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Transcorrido o prazo, sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VANDERLENE SOARES BARROSO (OAB 10599/AM) - Processo 0627136-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE: Roselilda Santana Soares - Nos termos do Art. 3°, § 2°, do CPC/2015, como norma fundamental, temos que “O estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos”. E ainda, nos termos do § 3° do referido artigo, “A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Publico, inclusive no curso do Processo judicial”. Assim, por conta do Princípio de promoção pelo Estado da solução por auto-composição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, determino que os autos sejam remetidos ao CEJUSC-Cível, a fim de que seja realizada audiência de conciliação, nos termos do Art. 334 do NCPC. Saliente-se que o prazo para que o réu ofereça contestação correrá a partir da audiência de conciliação ou de mediação frustradas, quando uma das partes não comparecer ou quando for frustrada a autocomposição, nos termos do Art. 335, inciso I, do NCPC ou nos demais casos previstos no mesmo dispositivo. Intime-se o autor através de seu patrono bem como promova a citação do réu para que compareçam ao ato. Recolha-se as custas de emissão da carta de citação, no prazo de 15(quinze) dias. À secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0627440-67.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, etc. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos ou por carta com aviso de recebimento se acompanhado da Defensoria Pública e no caso de réu revel, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, no valor de R$33.894,34, sob pena de ver acrescido multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Ressalte-se que em se tratando de réu revel, o exequente deve previamente realizar o pagamento das custas para emissão do expediente, no prazo de 05(cinco) dias. Efetuado o pagamento parcial, a multa e honorários incidirão sobre o restante. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação nos próprios autos, independentemente de penhora. Transcorrido o prazo de pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, recolhendo em igual prazo, as custas processuais pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art.854, do CPC/15. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para

se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art.854, §3º, do CPC. Após o transcurso do prazo, com ou sem manifestação, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias. Em caso de penhora negativa ou insuficiente, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD, ERIDFT e RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde logo, a constrição judicial apenas dos veículos desembaraçados mediante o sistema RENAJUD, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, das custas processuais pertinentes às consultas aos sistemas mencionados, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Após, intimem-se a parte exequente, para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC/2015, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução. Caso a parte exequente seja beneficiária da gratuidade de justiça fica dispensada do pagamento das custas para realização dos atos acima elencados. Na hipótese de manejo de impugnação ao cumprimento de sentença, deverá o impugnante desde logo pagar as respectivas custas. Determino ainda que após o devido recolhimento, a secretaria deverá intimar o impugnado para se manifestar em quinze dias. Cumpra-se.

ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM) - Processo 0627886-07.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Bruna Freitas Gonçalves - REQUERIDO: Abaré Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em virtude da ausência de manifestação da perita nomeada às fls.400, nomeio a expert KEROLAYNE MAFRA DE MORAIS, contadora, e-mail: mafra.negreiros@gmail.com, momento em que faculto às partes a impugnação de impedimento/suspeição da perita nomeada, a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, ex vi do art. 465, §1º, I e II, do Digesto Processual Civil. Após, determino a intimação da perita para que, no prazo de 05(cinco) dias, manifeste-se sobre o presente encargo, bem como para que, em igual prazo, apresente sua proposta de honorários, atentando-se para o limite de R$1.000,00 instituído pela Portaria nº 1.233/2012, tendo em vista que a parte requerente é beneficiária da gratuidade de justiça, e o disposto no §2º do art. 465, do CPC. Por oportuno, uma vez aceito o encargo, a perita nomeada deverá entregar o laudo objeto da presente perícia no prazo máximo de 60 dias, a contar da data de realização da mesma. Cumpra-se.

ADV: JULIANA SOUZA DO VALE (OAB 13451/AM) - Processo 0640448-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria de Nazaré Mendes do Nascimento - Vistos, etc. Cuida-se de ação declaratória c/c obrigação de fazer e danos materiais e morais intentada por Maria de Nazaré Mendes do Nascimento em face de Banco Itaucard S/A, com o pedido de tutela provisória de urgência, objetivando a suspensão das cobranças e abstenção de inscrição ns cadastros de inadimplentes. Decido. Nos termos do Art. 300, caput do NCPC, referente a tutela de urgência, o juiz a concederá “quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”. Ademais, no §3° do mesmo artigo, a tutela de urgência de natureza antecipada não será deferida quando houver perigo de irreversibilidade. No que se refere à probabilidade do direito alegado, sustenta a parte autora suposta cobrança indevida, decorrente de refinanciamento errôneo de saldo devedor das faturas de cartão de crédito, gerando cobranças em duplicidade. Ora, no contrato de cartão de crédito configura-se o refinanciamento da dívida quando não paga a fatura em sua integralidade, razão pela qual a incidência de novos juros sobre o saldo devedor, repita-se, em virtude do refinanciamento do débito remanescente, não é ilegal, mas inerente ao contrato celebrado. A respeito das faturas juntadas, não evidencio, em sede de cognição sumária, qualquer erro nos lançamentos decorrentes do refinanciamento do saldo devedor, muito menos a cobrança em duplicidade, sendo que o reconhecimento de eventual irregularidade demanda dilação probatória. Ante o exposto, INDEFIRO a tutela provisória de urgência, nos termos do Art. 300 do NCPC. O art.4ºe o art.139, incisoII,CPC, preveem o direito das partes à celeridade processual e o dever do Magistrado de velar por esta celeridade. Tendo em vista as especificidades deste litígio, deixo de designar a audiência de conciliação do art.334doCPC, reservando a momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação e do mútuo interesse das partes (C.P.C., art. 139, VI, e Enunciado nº 35 da ENFAM). Não há prejuízo às partes tendo em vista que a conciliação pode ser realizada em qualquer fase do processo (art.3º § 3º CPC). O prazo para resposta observará o disposto no art.335, III,Código de Processo Civil. Defiro a gratuidade de justiça. Cite(m)-se preferencialmente por meio eletrônico. Intime(m)-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0641480-25.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0641676-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Transferência de Financiamento (contrato de gaveta) - REQUERENTE: Alzimar Julião Lahan - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 202/211, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JOSÉ LUIZ LEITE (OAB 622A/AM), ADV: ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO (OAB 92554MG), ADV: MARÊSSA CARVALHO RAMOS (OAB 10329/AM) - Processo 0645444-26.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Via Verde Transportes Coletivos da Ltda - REQUERIDO: Autopremium Comercio de Autopeças e Serviços Ltda Me - Em virtude da ausência de manifestação do perito nomeado às fls. 164, nomeio o expert RAFAEL PEREIRA ROCHA, Engenheiro Mecânico, rocha.rafaelpereira@gmail.com, momento em que faculto às partes a impugnação de impedimento/suspeição dao perito nomeado, a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, ex vi do art. 465, §1º, I e II, do Digesto Processual Civil. Após, determino a intimação do perito para que, no prazo de 05(cinco) dias, manifeste-se sobre o presente encargo, bem como para que, em igual prazo, apresente sua proposta de honorários. Por oportuno, uma vez aceito o encargo, o perito nomeado deverá entregar o laudo objeto da presente perícia no prazo máximo de 60 dias, a contar da data de realização da mesma, sob pena de ser nomeado outro perito para a satisfação da diligência. Com a manifestação do perito, intimem-se as partes para ratearem o valor e deposita-lo em dez dias. Com o depósito, deverá o perito intimar as partes acerca do início dos trabalhos periciais. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: HUGO NEVES DE MORAES ANDRADE (OAB 23798/PE), ADV: SALIN RIBEIRO ALVES (OAB 8135/AM) - Processo 0646137-73.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento em Consignação - EXEQUENTE: Salin Ribeiro Alves - EXECUTADO: Banco Pan S/A - Vistos, etc. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos ou por carta

com aviso de recebimento se acompanhado da Defensoria Pública e no caso de réu revel, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, no valor de R$16.079,51, sob pena de ver acrescido multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Ressalte-se que em se tratando de réu revel, o exequente deve previamente realizar o pagamento das custas para emissão do expediente, no prazo de 05(cinco) dias. Efetuado o pagamento parcial, a multa e honorários incidirão sobre o restante. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação nos próprios autos, independentemente de penhora. Transcorrido o prazo de pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, recolhendo em igual prazo, as custas processuais pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art.854, do CPC/15. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art.854, §3º, do CPC. Após o transcurso do prazo, com ou sem manifestação, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias. Em caso de penhora negativa ou insuficiente, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD, ERIDFT e RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde logo, a constrição judicial apenas dos veículos desembaraçados mediante o sistema RENAJUD, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, das custas processuais pertinentes às consultas aos sistemas mencionados, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Após, intimem-se a parte exequente, para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC/2015, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução. Caso a parte exequente seja beneficiária da gratuidade de justiça fica dispensada do pagamento das custas para realização dos atos acima elencados. Na hipótese de manejo de impugnação ao cumprimento de sentença, deverá o impugnante desde logo pagar as respectivas custas. Determino ainda que após o devido recolhimento, a secretaria deverá intimar o impugnado para se manifestar em quinze dias. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0646188-50.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Jardim Paradiso Anturio - Vistos, etc. Cite(m)-se o executado(a)s, por carta com aviso de recebimento, para que, no prazo de 03 (três) dias, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial (R$27.562,76), acrescido de honorários advocatícios, já fixados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, conforme o art. 827 do CPC/2015. Faça-se constar na carta que na hipótese do pagamento integral do numerário exequendo no prazo acima alinhavado, a verba honorária será reduzida pela metade (§ 1º do art. 827 do CPC/2015). Efetivada a citação e decorrido o prazo legal para pagamento voluntário do débito, intime-se o(a) exequente para apresentar planilha atualizada do débito, no prazo de 15(quinze) dias, ficando autorizado, desde logo, a consulta ao sistema bacenjud para constrição do valores devidos. Cumprida a determinação de indisponibilidade de valores, intime-se o(a)s executado(a)s para se manifestar, no prazo de 15(quinze) dias, conforme art.854, §3º, do CPC/15. Não encontrados bens que possam ser penhorados ou arrestados, este Juízo procederá a buscas eletrônicas de bens via BacenJud, Renajud, Infojud e Eridft, após o pagamento das respectivas custas. Em retornando o mandado negativo por decorrência de não ter sido encontrado o(a)s executado(a)s no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do(a)s executado(a)s via Bacen/Renajud/Infojud/Siel, após o pagamento das respectivas custas. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se novo mandado, após a escolha, pelo(a) exequente, do endereço no qual será realizado a diligência, com a respectiva juntada do comprovante de custas do ato a ser praticado, no prazo de 15(quinze) dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0646271-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisca de Souza Holanda - Vistos, etc. Cuida-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c reparação por danos materiais e morais intentada por Francisca de Souza Holanda em face de Central Nacional dos Aposentados e Pensionista do Brasil - Centrape, com o pedido de tutela provisória de urgência, objetivando a suspensão dos descontos em seu benefício previdenciário. Decido. Nos termos do Novo Código de Processo Civil, em seu Artigo 294, a concessão da tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. E, da análise dos autos, verifico a possibilidade de adequar o pedido nos novos parâmetros processuais, fundamentada na tutela de urgência. Isso porque, nos termos do Art. 300, caput do NCPC, referente a tutela de urgência, o juiz a concederá "quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo". Ademais, no §3° do mesmo artigo, a tutela de urgência de natureza antecipada não será deferida quando houver perigo de irreversibilidade. Verifica-se que estamos diante de uma possível cobrança indevida e prática abusiva, visto que a autora, em suas alegações, afirma não ser associada da referida instituição, nem ter anuído com os descontos efetuados. E sendo assim, verifico, pelo menos em cognição sumária, a plausibilidade do direito alegado, em virtude do possível vício de consentimento na autorização dos descontos diretamente no beneficio previdenciário. Ademais, a continuidade dos descontos da autora por tempo indeterminado e de significativa monta, poderá causar-lhe dano irreparável e risco ao resultado útil do processo. De outro lado, no que concerne a tutela de urgência, verifico ser possível a reversibilidade da medida, sendo o pleito referente apenas a suspensão das cobranças aparentemente indevidas. A teor do exposto, CONCEDO a tutela provisória de urgência, nos termos do Art. 300 do NCPC, a fim de que se proceda com a IMEDIATA SUSPENSÃO dos descontadas efetuados no beneficiário previdenciário da autora de nº107.33708.16-9, sob a rubrica de "Contribuição Centrape", no valor de R$30,00, código 226". Sendo assim, determino a expedição de ofício ao INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, a fim de que proceda com a determinação. Fica a parte autora responsável, de forma acessória, por imprimir, enviar e protocolar esta decisão que serve como ofício junto à AMAZONPREV, devendo juntá-la aos autos no prazo de 10(dez) dias), conforme dispõe , §2º, art. 1º, Portaria nº2072/2016-PTJ: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos Assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." O art.4ºe o art.139, incisoII,CPC, preveem o direito das partes à celeridade processual e o dever do Magistrado de velar por esta celeridade. Tendo em vista as especificidades deste litígio, deixo de designar a audiência de conciliação do art.334doCPC, reservando a momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação e do mútuo interesse das partes (C.P.C., art. 139, VI, e Enunciado nº 35 da ENFAM). Não há prejuízo às partes tendo em vista que a conciliação pode ser realizada em qualquer fase do processo (art.3º § 3º CPC). O prazo para resposta observará o disposto no art.335, III,Código de Processo Civil. Defiro a gratuidade de justiça e a tramitação prioritária. Cite(m)-se preferencialmente por meio eletrônico. Intime(m)-se.

ADV: JOÃO ALBERTO RIBEIRO PONCE DE LEÃO JÚNIOR (OAB 5813/AM), ADV: IRLÂNDIA BELO LIMA (OAB 12496/AM), ADV: JULIANA CARLA TEIXEIRA VINAGRE COTTA (OAB 4364/AM), ADV: JOYCE JOANNY DE OLIVEIRA LEITÃO LIMEIRA (OAB 11294/AM), ADV: SÉRGIO AUGUSTO COSTA DA SILVA (OAB 6583/AM) - Processo 0649547-42.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alvina Canter Neves - REQUERIDO: João Candido dos Santos Neto - Tufi Salin Jorge Filho - Exsurge dos autos, como condição imprescindível ao deslinde da questão controvertida, a realização de perícia a fim de se averiguar se houve falha no procedimento cirúrgico e na prestação do serviço. Assim, defiro a prova pericial vindicada e nomeio o perito CARLOS EDUARDO SUAREZ SICCHAR, médico oftalmologista, sicchar2@hotmail.com, momento em que faculto às partes a impugnação de impedimento/

suspeição do perito nomeado, a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, ex vi do art. 465, §1º, I e II, do Digesto Processual Civil. Após, determino a intimação do perito para que, no prazo de 05(cinco) dias, manifeste-se sobre o presente encargo, bem como para que, em igual prazo, apresente sua proposta de honorários, atentando-se para o limite de R$1.000,00 instituído pela Portaria nº 1.233/2012, tendo em vista que a parte requerente é beneficiária da gratuidade de justiça, e o disposto no §2º do art. 465, do CPC. Por oportuno, uma vez aceito o encargo, o perito nomeado deverá entregar o laudo objeto da presente perícia no prazo máximo de 60 dias, a contar da data de realização da mesma. Com a manifestação do perito, intimem-se as partes para ratearem o valor e deposita-lo em dez dias. Com o depósito, deverá o perito intimar as partes acerca do inicio dos trabalhos periciais. Cumpra-se.

ADV: CHRISTIANO DE OLIVEIRA SANTIAGO (OAB 9536/AM), ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM), ADV: SUDJANE DA LUZ RODRIGUES (OAB 6718/AM) - Processo 0650133-79.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Cooperativa de Crédito dos Empresários de Manaus - Cancele-se o boleto de custas, uma vez que não houve condenação na presente demanda. Após, arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0657368-97.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Helena de Franca Saraiva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 257/263, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: LARISSA GUIMARÃES GONÇALVES (OAB 7724/AM), ADV: HÁLLICE MOREIRA TEIXEIRA (OAB 9003/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0717436-23.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: ARMANDO CARLOS NAHMIAS COSTA - EXECUTADO: Direcional Engenharia Ltda. e outro - Intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a petição de fls. 472/475, bem como para requerer o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para fila de despacho inicial. Cumpra-se.

Adelaide Maria de Freitas Camargos RIbeiro (OAB 92554MG)
Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
Afrânio Azevedo Pereira (OAB 4434/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Arenaide Rosa Cruz de Lima Pereira (OAB 2589/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Bassla Marinho Abdel Aziz (OAB 13568/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Caio Feldberg Porto (OAB 7995/AM)
Carlos Eduardo da Silva Santos (OAB 9362/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Christiano de Oliveira Santiago (OAB 9536/AM)
Danilo Carvalho Freire Silva Filho (OAB 162033/MG)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Divino Francisco de Oliveira Barreto Júnior (OAB 8487/AM)
Eduardo de Alencar Serudo (OAB 13968/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Francisco Wandemberg Martins Pinto (OAB 002/PJ)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Hállice Moreira Teixeira (OAB 9003/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
HUGO NEVES DE MORAES ANDRADE (OAB 23798/PE)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Irlândia Belo Lima (OAB 12496/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Izabelle Lima Assem (OAB 6075/AM)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Alberto Ribeiro Ponce de Leão Júnior (OAB 5813/AM)
João Francisco Alves Rosa (OAB 1223A/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Luiz Leite (OAB 622A/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM)
Joyce Joanny de Oliveira Leitão Limeira (OAB 11294/AM)
Juliana Carla Teixeira Vinagre Cotta (OAB 4364/AM)
Juliana Souza do Vale (OAB 13451/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Larissa Guimarães Gonçalves (OAB 7724/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Luiz José Lopes Pessôa (OAB 1075/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Márcio Clebson da Silva Costa (OAB 10116/AM)
Marêssa Carvalho Ramos (OAB 10329/AM)
Maria do Rosário Neves Filardi (OAB 5504/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mayra Mamed Levy (OAB 8598/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Oswaldo Távora Buarque Neto (OAB 5566/AM)
Paulo Ney Simões da Silva (OAB 2196/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Good God Chelotti (OAB 139387/MG)
Rafaela Fernanda Tiesca Maciel Chitto (OAB 9265/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Rennan Lessa Ferreira (OAB 13046/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
Salin Ribeiro Alves (OAB 8135/AM)
Sarah Serruya Assis (OAB 9515/AM)
Sérgio Augusto Costa da Silva (OAB 6583/AM)
Simone de Souza Pinto (OAB 4476/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Sudjane da Luz Rodrigues (OAB 6718/AM)
Thiago Andrade de Oliveira (OAB 7671/AM)
Vanderlene Soares Barroso (OAB 10599/AM)
Vasco Macedo Vasques (OAB 5305/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO HERMIDAS DE ARAGÃO FILHO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0265/2019

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: DANIELLE DELGADO GONÇALVES (OAB 9983/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0620861-40.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco da Silva Pinto - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - I-RELATÓRIO Vistos, etc. Cuida-se de ação de restituição com indenização por danos morais que Francisco da Silva Pinto maneja em face de Banco Bradesco Financiamentos S.A. Aduz o autor que desde janeiro de 2017 vem sofrendo com descontos no seu contracheque a título de empréstimo. Ao entrar em contato com o requerido, descobriu um contrato celebrado em novembro/2016 referente ao montante de R$ 1.217,82 (mil, duzentos e dezessete reais e oitenta e dois centavos), parcelado em setenta e duas vezes de R$ 36,90 (trinta e seis reais e noventa centavos). Completa afirmando que o negócio fora celebrado por terceiro em seu nome. Ao final, requer a declaração de inexigibilidade do empréstimo consignado, a condenação a título de danos morais e a devolução em dobro dos valores indevidamente descontados. Às fls. 71/72, decisão que concedeu a tutela de urgência. Contestação às fls. 87/105, na qual o requerido assevera a legitimidade dos débitos, visto que o negócio foi devidamente celebrado e assinado pelo consumidor. Réplica às fls. 123/125. Vieram-se os autos conclusos. É o relatório. Decido. II-FUNDAMENTAÇÃO Cinge-se a questão em estabelecer se houve fraude perpetuada por terceiros quando da celebração do contrato de empréstimo pessoal consignado em nome do requerente. Da análise do contrato de fls. 106/113, não se pode constatar grande divergência entre as assinaturas do contrato e a constante nos documentos pessoais do autor. Além disso, a conta que a instituição transferiu o crédito (fls. 106, Ag: 3725-7 e C/C: 04063058) é a mesma que o consumidor recebe seus proventos de aposentadoria (fls. 19/20). O requerente sequer impugnou o recebimento do crédito. E, demorou mais de um ano para propor a ação. Também não foram apresentados comprovantes de tentativa de resolução do suposto problema junto à ré durante esse longo período para comprovação de boa-fé. Portanto, a despeito da proteção dada ao consumidor pelo CDC, não há como prosperar o pedido autoral, haja vista que não há o mínimo de prova para corroborar as alegações contidas na exordial. Todas as provas apontam para a regularidade da contratação. O autor foi devidamente oportunizado para produzir a prova que entendesse cabível na espécie, mas não se desincumbiu de seu ônus, como exige o inciso I do artigo 373 do Código de Processo Civil. Não há outro caminha a seguir, senão a improcedência dos pedidos. III-DISPOSITIVO A teor do exposto, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, com fulcro no art.487, I, do CPC. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, este último fixado em 10% sobre o valor da condenação, conforme art. 85, §2º do CPC, suspensa a exigibilidade por ser beneficiários da justiça gratuita. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo de eventual pedido de cumprimento de sentença. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM) - Processo 0639489-43.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - REQUERIDO: O V de Souza Comercio - Vistos, etc. Cuida-se de ação de busca e apreensão ajuizada por Bradesco Administradora de Consórcios Ltda em face de O V de Souza Comercio. A constituição em mora é pressuposto essencial de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, como determina o artigo 2º, parte final do § 2º, do Dec. Lei 911/69. Contudo, conforme documento acostado pelo autor, verifica-se que a notificação extrajudicial, com aviso de recebimento, deixou de ser entregue, sob a justificativa de que não existe o número, restando ausente a comprovação de constituição em mora do devedor. Precedentes do STJ: AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BUSCA E APREENSÃO. MORA. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA DO DEVEDOR. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL OU POR PROTESTO DO TÍTULO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. “A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que, na alienação fiduciária, a mora do devedor deve ser comprovada pelo protesto do título ou pela notificação extrajudicial feita por intermédio do Cartório de Títulos e Documentos, entregue no endereço do domicílio do devedor” (AgRg no AREsp 41.319/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 03/09/2013, DJe 11/10/2013) 2. Ainda que não se exija que a notificação extrajudicial seja recebida pessoalmente pelo devedor, verifica-se que, na hipótese em apreço, ela, de fato, não se efetivou. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - AgRg no AREsp: 501866 PR 2014/0085430-2, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Julgamento: 10/06/2014, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/06/2014) AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. MORA. COMPROVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. PROVA DO RECEBIMENTO. NECESSIDADE. 1. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que, em caso de alienação fiduciária, a mora deve ser comprovada por meio de notificação extrajudicial realizada por intermédio do Cartório de Títulos e Documentos a ser entregue no domicílio do devedor, sendo dispensada a notificação pessoal. 2. Na hipótese, o Eg. Tribunal de origem consigna que não há comprovação de que a notificação, embora remetida para o endereço constante do instrumento contratual, foi efetivamente recebida no endereço do domicílio do devedor, não restando, portanto, comprovado o atendimento do requisito da constituição deste em mora para prosseguimento da ação de busca e apreensão. 3. Embora desnecessário o recebimento da notificação pelo próprio devedor, exige-se, pelo menos, a comprovação de que efetivamente houve o recebimento no endereço do seu domicílio. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no Ag 1315109/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 01/03/2011, DJe 21/03/2011) QUANDO FOR PROTESTO POR EDITAL COLACIONAR ESTA JURISPRUDENCIA: SE NAO FOR POR EDITAL RETIRÁ-LA DA SENTENÇA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. INTIMAÇÃO DO PROTESTO DO TÍTULO FEITA POR EDITAL. AUSÊNCIA DE PROVA DA FRUSTRAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR. COMPROVAÇÃO DA MORA NÃO CONFIGURADA. Em ação de busca e apreensão fundada no contrato de alienação fiduciária, o protesto do título feito por edital é meio permitido de comprovação de mora, todavia este deve ser utilizado apenas nos casos em que o devedor se encontra em local incerto e não sabido, sob pena de ineficácia do ato notarial. Recurso desprovido. APL 9183819062008826 SP 9183819-06.2008.8.26.0000. Relator(a): Gilberto Leme. Julgamento: 24/04/2012. Órgão Julgador: 27ª Câmara de Direito Privado. Publicação: 26/04/2012. Esclareço que a constituição em mora deve ser prévia, ou seja, anterior a propositura da ação de busca e apreensão fundada no Decreto-lei nº 911/69, por isso incabível a constituição em mora no curso do processo, consequentemente, não há falar em emenda à inicial. No mesmo entendimento: AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. AUSÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO VÁLIDA. MORA NÃO CONFIGURADA. EXTINÇÃO DE OFÍCIO DA DEMANDA. APLICAÇÃO DO ART. 267, INCISO IV, DO CPC. IMPOSSIBILIDADE DE EMENDA DA INICIAL, NO CASO CONCRETO, POSTO QUE A CONSTITUIÇÃO EM MORA DEVE SER PRÉVIA AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO E O DOCUMENTO JUNTADO AOS AUTOS COMPROVA QUE A MESMA SE

REALIZOU APÓS A DETERMINAÇÃO DO JUÍZO DE ORIGEM. A prova da mora é imprescindível à busca e apreensão (Súmula 72, STJ), e deve dar-se via carta com aviso de recebimento, na forma do artigo 2º, § 2º, do DL 911/69, com nova redação dada pela Lei nº 13.043/14. Notificação não entregue no endereço do destinatário, ausência de constituição válida em mora. Posterior juntada de notificação realizada depois do ajuizamento da lide, o que retira do devedor a possibilidade de pagar o débito extrajudicialmente e evitar as consequências nefastas do processo judicial. Ação julgada extinta, diante da ausência de pressupostos processuais, nos termos do artigo 267, IV, do CPC. JULGADA EXTINTA, DE OFÍCIO, A AÇÃO ORIGINÁRIA, RESTANDO PREJUDICADO O MÉRITO DO RECURSO. (Agravo de Instrumento Nº 70065451270, Décima Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Roberto Sbravati, Julgado em 26/06/2015). Ante o exposto, ausente pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, EXTINGO o presente feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, IV do CPC. Havendo recurso de apelação, cite-se o réu para contrarrazoar. Após o trânsito em julgado, determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Danielle Delgado Gonçalves (OAB 9983/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)

1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0164/2019

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0041125-89.2002.8.04.0001 (001.02.041125-2) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Francisco Franciné Pinto - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Requerente para, querendo, manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, CPC. Intime-se.

ADV: MAURÍCIO PEREIRA DA SILVA (OAB 1122/AM) - Processo 0232066-15.2010.8.04.0001 (001.10.232066-8) - Outros Procedimentos - RECLAMANTE: Ronaldo Cley Prestes Lemos - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Executada para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, nos termos do art. 535, CPC. Intime-se.

ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM) - Processo 0600498-03.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: LÉRCIO DE SOUZA RODRIGUES - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Executada para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, nos termos do art. 535, CPC. Intime-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0610604-87.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão - REQUERENTE: Sara Areb Pacheco - Baixa e arquivamento, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAIMUNDO NONATO NOGUEIRA (OAB 1417/AM), ADV: JEAN CARLOS DE ARAÚJO ASSANTE (OAB 9215/AM), ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM), ADV: BRUNO SENA PEREIRA (OAB 9555/AM) - Processo 0617725-69.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Entregar - REQUERENTE: Fabiano de Oliveira Cardoso - Ulisses Andradade Cavalcante e outros - REQUERIDO: Dantas Transp. Instl Ltda e outros - Antes de deferir o pedido de citação por edital, com o fito de se evitar possíveis nulidades, determino a realização de consulta primeiramente ao Infojud e, em seguida, ao SIEL, com vistas a localizar o endereço do sr. Sérgio Pessoa Pires, CPF 230.172.602-91, para sua citação pessoal. Sendo positiva a resposta, cite-se no endereço encontrado. Caso contrário, voltem-me conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM) - Processo 0621307-09.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Da Lei de licitações - REQUERENTE: Mrn Com Serv de Loc de Maq e Equip - Decisão. Diante do exposto, DENEGO o pedido liminar, nos termos da fundamentação. À Impetrante para que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova a citação da empresa Nutricêutica Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda., sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, nos termos da Súmula 631, STF. Decorrido o prazo assinalado com ou sem manifestação, encaminhem os autos ao Ministério Público. Após, retornem conclusos.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0623400-13.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão - REQUERENTE: Regina Vasconcelos de Lima - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se o Estado do Amazonas, por meio do Procurador Geral do Estado-PGE/AM, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º), a fim de efetuar o pagamento da Requisição de Pequeno Valor - RPV, expedida às fls. 212/213, conforme Resolução nº. 003/2014-TJAM, nos limites e prazos estabelecidos na Lei Estadual n. 2.748/2002. Senha do Processo: Senha de acesso da pessoa selecionada

ADV: RICARDO DE CASTRO E SILVA DALLE (OAB 360046/SP) - Processo 0624091-56.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Decisão. Diante do exposto, DENEGO o pedido liminar, nos termos da fundamentação. Encaminhem-se os autos ao Ministério Público. Apos, retornem conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM) - Processo 0626466-69.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Adriano Carvalho de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se o Estado do Amazonas, por meio do Procurador Geral do Estado-PGE/AM, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º), a fim de efetuar o pagamento da Requisição de Pequeno Valor - RPV, expedida às fls. 407/408, conforme Resolução nº. 003/2014-TJAM, nos limites e prazos estabelecidos na Lei Estadual n. 2.748/2002. Senha do Processo: Senha de acesso da pessoa selecionada

ADV: RODRIGO OTÁVIO LOBO DA SILVA COSTA (OAB 7106/AM) - Processo 0627732-52.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Life Saúde Assistência Médica e Odontológica Ltda - Decisão. Diante do exposto, DENEGO o pedido liminar, nos termos da fundamentação. Encaminhem os autos ao Ministério Público. Após, retornem conclusos.

ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM) - Processo 0627809-03.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Jornada de Trabalho - EXEQUENTE: DIRCLEY MARIA JOSE PEREIRA FRUTUOSO - Baixa e arquivamento, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DIÓGENES SILVA ABREU (OAB 5051/AM) - Processo 0628657-24.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Transferência de Financiamento (contrato de gaveta) - REQUERENTE: Lauro Gilmar da Silva - Decisão. Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos moldes da fundamentação. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, I, do CPC. Honorários advocatícios pelo Requerente, os quais arbitro em R$ 2.000,00 (dois mil reais), cuja exigibilidade fica suspensa pelo prazo legal, por conta da gratuidade judicial deferida. Custas pelo Requerente, das quais fica isento, na forma da lei. P.R.I.

ADV: JOSÉ NILDO GASPAR DE MELLO (OAB 6670/AM), ADV: FERNANDO HENRIQUE OLIVEIRA DE ALMEIDA (OAB 12751/AM), ADV: ANDRÉA CARDOSO SALGADO (OAB 4743/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM) - Processo 0630668-50.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento

/ Homologação - REQUERENTE: Norte Serviços Médicos Ltda. - Decisão. Diante do exposto, DENEGO o pedido liminar, nos termos da fundamentação. Encaminhem-se os autos ao Ministério Público. Após, retornem conclusos.

ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM) - Processo 0634852-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Sandro Nascimento da Conceição - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Requerente para, querendo, manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, CPC. Intime-se.

ADV: BRUNO RODRIGUES VALENTE (OAB 840A/AM) - Processo 0635117-61.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: JOSE OLIVIO RODRIGUES - Baixa e arquivamento, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RUAN CARDOSO CAROLINO (OAB 13281/AM), ADV: RENATA MENDES ANGELIM (OAB 13279/AM) - Processo 0637027-50.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Álvaro Benedito Carneiro de Lima e outro - Decisão. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, uma vez que o art. 20 da Lei n.º 10.150/2000 autoriza a regularização dos contratos de gaveta celebrados até 25.10.1996, previsão que encontra correspondência com as premissas fáticas da demanda, nos termos da fundamentação. Em consequência, declaro serem os Autores legítimos cessionários dos direitos e obrigações decorrentes do imóvel localizado na Rua 206, Quadra 376, n.º 09, Núcleo 16, Cidade Nova IV, Manaus/AM,, inclusive resguardando-lhe o direito à expedição da escritura definitiva, uma vez quitado o bem. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, I do CPC. Honorários advocatícios pela SUHAB, os quais arbitro em R$ 2.000,00 (dois mil reais). Custas pela Requerida, das quais fica isenta, nos termos da lei. Deixo de submeter a presente sentença ao reexame necessário, conforme autoriza o art. 496, §3º, II do CPC. P.R.I.

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM) - Processo 0638791-71.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antonio José Solis Rodrigues Duque - Decisão. Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, reconhecendo o direito do Requerente de ser reformado com o soldo correspondente ao grau hierárquico de Segundo Sargento PM, nos termos do art. 96, II, c/c art. 98, §1º e §2º, "c", ambos do Estatuto da Polícia Militar do Estado do Amazonas, ressalvada a Gratificação de Tropa, cuja parcela permanecerá como aquela correspondente a da graduação em que fora reformado. As diferenças salariais decorrente do soldo serão devidas a partir de agosto/2013, e corrigidas monetariamente pelo IPCA e taxa de juros de 0,5% ao mês, a partir da reforma, nos termos da fundamentação. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, I do CPC. As partes suportarão o ônus da verba honorária de acordo com a respectiva sucumbência, cujo percentual será fixado em sede de liquidação. Custas pelo Requerido, das quais fica isento, por previsão legal. Deixo de submeter a presente sentença ao reexame necessário, conforme autoriza o art. 496, §3º, II do CPC. P.R.I.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0639007-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Tatiane Gomes Oliveira Segadilha - Diga o Estado do Amazonas sobre o teor da petição de fls. 233/245, no prazo de 10 (dez) dias. Após, conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0641332-77.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Maria Aparecida da Silva Galheiro - Decisão. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido de indenização das férias adquiridas nos exercícios de 1992, 1994, 1995, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2014 e 2015. As parcelas indenizatórias terão como base de cálculo a remuneração percebida pela Requerente à época da aposentadoria/reforma, e serão acrescidos de juros de mora e correção monetária a contar de sua reforma, e segundo os parâmetros da Portaria n.º 1.588/2016-TJAM. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, I do CPC. Honorários advocatícios pelo Estado Requerido, fixado em 10% (dez) por cento do valor da condenação. Custas pelo Requerido, das quais fica isento, na forma da lei. Deixo de submeter a presente sentença ao reexame necessário, conforme autoriza o art. 496, §3º, II do CPC. P.R.I.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0642231-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promoção - REQUERENTE: Leonardo Sevalho Ahuanare - O pedido de gratuidade judicial deve ser apreciado com critério. No caso concreto, e diante dos documentos e informações existentes aos autos, em especial os contracheques que demonstram uma remuneração líquida de em média 5.000,00 (cinco mil reais), concluo que a parte Requerente pode suportar algumas despesas processuais, motivo pelo qual, nos termos do art. 98, §5°, do CPC DEFIRO parcialmente o pedido para que a parte Requerente não se submeta ao ônus de sucumbência, pelo prazo legal, caso não vença a demanda. No entanto, deverá arcar com as demais despesas necessárias para tramitação processual, tais como diligências, perícias e despesas postais, etc. Assim, deverá, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar as custas e taxas judiciárias iniciais, calculadas sobre o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), de acordo com as Tabelas anexas à Portaria 116/2017 PTJ, que poderão ser pagas parceladamente. Recolhidas as custas processuais e a taxa judiciária ou decorrido o prazo estabelecido sem o cumprimento desta decisão, retornem os autos do processo conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA), ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM), ADV: JOSÉ RICARDO MARTINS PONTES (OAB 900A/AM), ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: ZACARIAS SANTOS DE SOUZA (OAB 7531/AM) - Processo 0645623-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Férias - REQUERENTE: Aluisio de Oliveira Borges - Decisão. Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido de indenização das férias adquiridas nos exercícios de 1997, 2004, 2005, 2011 e 20 (vinte) dias relativos ao exercício de 2013. As parcelas indenizatórias terão como base de cálculo a remuneração percebida pelo mesmo à época da aposentadoria/reforma, e serão acrescidos de juros de mora e correção monetária a contar da reforma do Requerente, e segundo os parâmetros da Portaria n.º 1.588/2016-TJAM. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, I do CPC. Honorários advocatícios pelas partes na medida de suas respectivas sucumbências, pendente de liquidação. Ressalte-se, desde já, que a exigibilidade do ônus fica suspensa em relação à parte autora, diante da gratuidade judicial deferida e mantida. Custas pelo Requerido, das quais fica isento, na forma da lei. Deixo de submeter a presente sentença ao reexame necessário, conforme autoriza o art. 496, §3º, II do CPC. P.R.I.

ADV: LUANA DO NASCIMENTO JUCÁ (OAB 8367/AM), ADV: DIEGO CID VIEIRA PRESTES (OAB 7805/AM), ADV: SÉRGIO PAULO MONTEIRO LITAIFF FILHO (OAB 7507/AM) - Processo 0645967-67.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Hf Construções e Transportes Ltda - O pedido de gratuidade judicial deve ser apreciado com critério. No caso concreto, e diante dos documentos e informações existentes aos autos, concluo que a parte Requerente pode suportar algumas despesas processuais, motivo pelo qual, nos termos do art. 98, §5°, do CPC DEFIRO parcialmente o pedido para que a parte Requerente não se submeta ao ônus de sucumbência, pelo prazo legal, caso não vença a demanda. No entanto, deverá arcar com as demais despesas necessárias para tramitação processual, tais como diligências, perícias e despesas postais, etc. Ademais, deverá, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar as custas e taxas judiciárias iniciais, calculadas sobre o valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), de acordo com as Tabelas anexas à Portaria 116/2017 PTJ, que poderão ser pagas parceladamente. Recolhidas as custas processuais e a taxa judiciária ou decorrido o prazo estabelecido sem o cumprimento desta decisão, retornem os autos do processo conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0660495-43.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Nulidade

/ Anulação - REQUERENTE: Manaus Ambiental S/A - Decido. Despiciendas maiores digressões sobre o feito, uma vez que o Estado do Amazonas expressamente reconheceu o pedido autoral, e às fls. 1380/1390 anexou documentos comprobatórios da prestação alhures reconhecida, determinando a anulação dos autos infracionais impugnados. Com efeito, o reconhecimento do pedido enseja a extinção do feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, "a" do CPC, motivo pelo qual inexistem óbices à prolação de sentença homologatória. Aplicável, na hipótese, o disposto no art. 90, §4º do CPC segundo o qual os honorários serão reduzidos pela metade se o réu reconhecer a procedência do pedido e, simultaneamente, cumprir integralmente a prestação reconhecida. Pelo exposto, HOMOLOGO O RECONHECIMENTO DA PROCEDÊNCIA DO PEDIDO formulado na petição inicial para declarar nulos os seguintes Autos de Infração lavrados pelo PROCON/AM: 762/2017; 724/2017; 718/2017; 692/2017; 68/2018; 707/2017; 766/2017; 189/2017; 059/2018; 914/2017; 712/2017; e 810/2017, nos termos da fundamentação. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, III, "a" do CPC. Honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) do valor da causa deverão ser reduzidos pela metade, a teor do art. 90, §4º do CPC. Custas pelo Estado Requerido, das fica isento, nos termos da lei. P.R.I.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0662205-98.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Pagamento - REQUERENTE: Jorgemar de Brito Gonçalves - Decisão. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido condenatório, determinando ao Estado do Amazonas o pagamento de indenização referente à conversão em pecúnia de 06 (seis) meses de licença especial não gozada, adquirida em parte no decênio de 01.09.1989 a 01.09.1999 (03 meses) e integralmente no quinquênio de 01.09.1999 a 01.09.2004 (03 meses), quando o Requerente encontrava-se na ativa da Polícia Militar do Estado do Amazonas. JULGO PROCEDENTE o pedido de indenização por 12 (doze) meses de férias não gozadas, referente aos exercícios de 1989, 1993, 1994, 1998, 1999, 2000, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014. As parcelas indenizatórias terão como base de cálculo a remuneração percebida pelo mesmo à época da exoneração, e serão acrescidos de juros de mora e correção monetária a contar da exclusão do Requerente, e segundo os parâmetros da Portaria n.º 1.588/2016-TJAM. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, I do CPC. Honorários advocatícios pelo Estado Requerido fixado em 10% (dez por cento) do valor da condenação. Custas pelo Requerido, das quais fica isento, na forma da lei. Deixo de submeter a presente sentença ao reexame necessário, conforme autoriza o art. 496, §3º, II do CPC. P.R.I.

ADV: MAX PAULO CORREIA DE LIMA (OAB 33588/GO), ADV: ARTEMIO FERREIRA PICANÇO NETO (OAB 29412/GO), ADV: ROBERTO LUIZ DA CRUZ (OAB 38994/GO) - Processo 4000413-93.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Anulação e Correção de Provas / Questões - IMPETRANTE: Camila Carolina Arruda - Decisão. Diante do exposto, DENEGO o pedido liminar, nos termos da fundamentação. Encaminha-se os autos ao Ministério Público. Após, retornem conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

Andréa Cardoso Salgado (OAB 4743/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 16215/PA)
Artemio Ferreira Picanço Neto (OAB 29412/GO)
Bruno Rodrigues Valente (OAB 840A/AM)
Bruno Sena Pereira (OAB 9555/AM)
Diego Cid Vieira Prestes (OAB 7805/AM)
Diógenes Silva Abreu (OAB 5051/AM)
Fernando Henrique Oliveira de Almeida (OAB 12751/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
Jean Carlos de Araújo Assante (OAB 9215/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
José Nildo Gaspar de Mello (OAB 6670/AM)
JOSÉ RICARDO MARTINS PONTES (OAB 900A/AM)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Luana do Nascimento Jucá (OAB 8367/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maurício Pereira da Silva (OAB 1122/AM)
Max Paulo Correia de Lima (OAB 33588/GO)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Raimundo Nonato Nogueira (OAB 1417/AM)
Renata Mendes Angelim (OAB 13279/AM)
Ricardo de Castro e Silva Dalle (OAB 360046/SP)
Roberto Luiz da Cruz (OAB 38994/GO)
Rodrigo Otávio Lobo da Silva Costa (OAB 7106/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Ruan Cardoso Carolino (OAB 13281/AM)
Sérgio Paulo Monteiro Litaiff Filho (OAB 7507/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Walter Caldas Neto (OAB 7043/AM)
Zacarias Santos de Souza (OAB 7531/AM)

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA FILHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0147/2019

ADV: IVAN BARBOSA FERREIRA (OAB 5564/AM), ADV: VIRGINIA NUNES BESSA (OAB 3591/AM), ADV: RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO JÚNIOR (OAB 3652/AM), ADV: RENZZO FONSECA ROMANO (OAB 6242/AM), ADV: BIANKA VEIGA HORTA (OAB 4853/AM), ADV: DIEGO AUGUSTO V. RODRIGUES (OAB 5829/AM), ADV: EULÁLIA BICHARA RODRIGUES (OAB 2613/AM) - Processo 0029705-53.2003.8.04.0001 (001.03.029705-3) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cristiane Silveira Lima - Bernardete Dantas Batalha - Manoel Porto Albuquerque - Moacir Mariano de Souza - REQUERIDO: Sociedade de Navegação, Porto e Hidrovias do Estado do Amazonas - - 'Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias - SNPH - Estado do Amazonas - Defiro a petição de fl. 640. Suspenda-se o presente processo pelo prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo, voltem-me os autos conclusos.

ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: CARLOS VENÍCIOS DE ASSIS SANTANA (OAB 5991/AM), ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0204082-56.2010.8.04.0001 (001.10.204082-7) - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sander Van Zeller Albuquerque Santos - REQUERIDO: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM - NÃO INFORM: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão baixados e arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: OASSIS TRINDADE DE OLIVEIRA (OAB 495), ADV: HENRI DHOUGLAS RAMALHO (OAB 341022/SP), ADV: LINDON CARLOS CRUZ DE OLIVEIRA (OAB 3577/AM), ADV: THIAGO OLIVEIRA COSTA (OAB 83060/PR) - Processo 0206234-14.2009.8.04.0001 (001.09.206234-3) - Cumprimento de sentença - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - RECLAMANTE: Samuel dos Santos Xavier - RECLAMADO: Estado do Amazonas - Tendo em vista que o executado apresentou comprovante de pagamento às fls. 408-414, torno sem efeito o despacho de fl. 403 e determino a expedição de alvará para o levantamento do valor depositado. Após, dê-se baixa

e arquivem-se os autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM), ADV: MAURÍCIO PEREIRA DA SILVA (OAB 1122/AM) - Processo 0214572-40.2010.8.04.0001 (001.10.214572-6) - Cumprimento de sentença - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Luiz Henrique do Nascimento - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Nos termos do Art. 1º, VI, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFPE, fica intimado o Estado do Amazonas para efetuar o pagamento da Requisição de Pequeno Valor expedida às fls. 270-271, conforme Resolução nº 003/2014-TJAM, nos limites e prazos estabelecidos na Lei Estadual n. 2.748/2002.

ADV: ISABELA PERES RUSSO (OAB 3198/AM), ADV: LUCIANE BARROS DE SOUZA (OAB 4789/AM), ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM) - Processo 0600631-45.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Serviço Militar - REQUERENTE: JUNIOR DE ALMEIDA SANTOS - JOSE CARLOS BARBOSA DE CASTRO - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - DETERMINO ao Diretor de Secretaria que TODOS os processos de Ação Civil Pública, com ou sem Improbidade Administrativa, sejam encam

ADV: ARIEL SHALOM BENCHIMOL DE RESENDE (OAB 6095/AM), ADV: NEAN JULES COSTA PEDROSO (OAB 8655/AM) - Processo 0605992-38.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - IMPETRANTE: Mireille Souza da Silva - IMPETRADO: Secretario Municipal de Saude do Municipio de Manaus - Chefe da Divisão de Enfermagem da Maternidade Doutor Moura Tapajós - Prefeito Municipal de Manaus - REQUERIDA: Município de Manaus - Dê-se baixa e arquivem-se os presente autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NYTON PAES DE OLIVEIRA (OAB 8448/AM), ADV: MÔNICA SANTA RITA BONFIM (OAB 3384/AM), ADV: MÁRCIO PINHEIRO AZÊDO (OAB 7539/AM), ADV: SAMARA GUERRA ALMEIDA (OAB 7194/AM), ADV: LUÍS FELIPE DE ARAÚJO FLÔR (OAB 8748/AM), ADV: KÁTIA REGINA REIS DE OLIVEIRA (OAB 3703/AM), ADV: ISMAEL DE MELO SILVA (OAB 4921/AM), ADV: MEYRE ANNE MAGALHÃES NEVES (OAB 4242/AM), ADV: SUELEN CRISTINA MAIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 4345/AM), ADV: HUGO FÁBIO SAMPAIO TELLES DE SOUZA (OAB 7153/AM), ADV: ELISÂNGELA PEREIRA DANIEL (OAB 5725/AM), ADV: DANIEL AUGUSTO MAUÉS CARVALHO (OAB 5629/AM), ADV: ANNA CLÁUDIA FERRAZ ROCHA (OAB 8874/AM), ADV: ANATOLE MARIA ARAÚJO MARQUES DOS SANTOS (OAB 2462/AM), ADV: ADRIANNE LINS GUIMARÃES (OAB 8742/AM), ADV: ADENIR SOUZA DA COSTA (OAB 8222/AM) - Processo 0614503-30.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Raimundo Vasconcelos da Costa - Francisco Wallace Dantas da Silva - REQUERIDO: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - Nos termos do Art. 1º, VI, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFPE, fica intimada a Superintendência Estadual de Habitação- SUHAB para efetuar o pagamento da Requisição de Pequeno Valor expedida às fls. 196-197, conforme Resolução nº 003/2014-TJAM, nos limites e prazos estabelecidos na Lei Estadual n. 2.748/2002.

ADV: NEUSA DÍDIA BRANDÃO SOARES (OAB 2342/AM), ADV: JOSÉ ARTUR POZZETTI (OAB 9707/AM) - Processo 0620613-45.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Solange Lima de Oliveira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Leoney Figliuolo Harraquian, fica intimado o autor para dar início ao cumprimento de sentença no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento do feito.

ADV: MAURÍCIO VIEIRA DE CASTRO FILHO (OAB 11035/AM) - Processo 0622018-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Cassio Andre Borges dos Santos - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão baixados e arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: MARCELO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA CUNHA (OAB 2538/AM), ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM), ADV: KARLA BRITO NOVO (OAB 4771/AM) - Processo 0625082-03.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Assistência à Saúde - REQUERENTE: Enizeth Vasconcelos de Menezes - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Diante do silêncio das partes, dê-se baixa e arquivem-se os presente autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ARIVAN DE CARVALHO NUNES (OAB 5108/AM), ADV: RICARDO DA SILVA CALHEIROS (OAB 12716/AM), ADV: IVÂNIA LÚCIA SILVA COSTA (OAB 7530/AM), ADV: ZULENIR SANTOS DE MENEZES (OAB 9411/AM) - Processo 0626675-38.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Sustação de Protesto - REQUERENTE: KATIA DE OLIVEIRA CRUZ - REQUERIDO: S G de Almeida Filho - Cartório do 5º Ofício de Protesto de Títulos de Manaus/AM - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XV, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica o(a) executado (a) intimado (a) para, no prazo legal, querendo, apresentar impugnação ao Cumprimento de Sentença.

ADV: ZACARIAS SANTOS DE SOUZA (OAB 7531/AM), ADV: PRISCILA DA SILVA SOUZA (OAB 9541/AM), ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM), ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: ADEMAR FEITOZA RAMOS (OAB 1465/AM) - Processo 0626791-44.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: MANOEL PERES LOUREIRO - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Nos termos do inciso XII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica o (a) apelado (a) intimado (a) para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar Contrarrazões ao recurso de Apelação. Decorrido o prazo com ou sem manifestação, o processo será remetido ao Tribunal de Justiça (art. 1.010, §§ 1º. 2º e 3º).

ADV: RICARDO MAIA DE SOUZA (OAB 6420/AM), ADV: ADRIANA MÍRIAN DE MIRANDA TRINDADE (OAB 5300/AM), ADV: MARCO AURÉLIO DE CARVALHO MARTINS (OAB 4777/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM), ADV: MARIA SUELY FROTA MEDEIROS (OAB 2723/AM) - Processo 0638318-90.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: REJANE GLAUCIA BEZERRA BARACHO FARIAS DE OLIVEIRA - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO AMAZONAS - HEMOAM - Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - HEMOAM - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica a apelada intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar Contrarrazões ao recurso de Apelação. Decorrido o prazo com ou sem manifestação, o processo será remetido ao Tribunal de Justiça (art. 1.010, §§ 1º. 2º e 3º). Manaus, 29 de agosto de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: LUIS EDUARDO VIDOTTO DE ANDRADE (OAB 130426/SP), ADV: LEANDRO VENICIUS FONSECA ROZEIRA (OAB 29991/BA) - Processo 0640261-40.2018.8.04.0001 - Cautelar Fiscal - Liminar - AUTOR: José de Vasconcelos Cunha - RÉU: Fazenda Pública do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - I - Uso da faculdade que me concede o art. 355 do CPC para julgar antecipadamente a lide tendo em vista que não há necessidade de produção de outras provas além das que já se encontram nos autos.

ADV: ALONSO OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 1976/AM) - Processo 0645552-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: José Bomfim Neto - REQUERIDO: O Estado do Amazonas - Detran-Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Amazonas - A matéria versada nos presentes autos está dentre aquelas adstritas à Vara Especializada em Dívida Ativa Estadual, conforme dispõe a alínea “b”, do inciso I, do art. 153, da Lei 17, de 23 de janeiro de 1997, com redação alterada pela Lei nº. 178/2017. Sendo assim, reconheço a minha incompetência absoluta para tratar da lide em questão, devendo os autos ser remetidos para a Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual.

ADV: ROMULO LOBO DE ALMEIDA (OAB 14364/AM) - Processo 0645995-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum

Cível - Adicional por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Raimundo Jorge Guimarães Macedo - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Dessa forma, INDEFIRO a antecipação de tutela, entretanto não descarto a possibilidade de revê-la após a contestação ou na sentença de mérito. Cite(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para, querendo, contestar(em) a ação, no prazo legal. Defiro a gratuidade judicial.

ADV: KLEYANNE DE CASTRO RODRIGUES (OAB 12266/AM) - Processo 0646311-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - REQUERENTE: Carlos Alberto Castro Barros - REQUERIDO: Fundacao de Dermatologia Tropical e Venereologia Alfredo da Matta - Fuam - Estado do Amazonas - Dessa forma, INDEFIRO a antecipação de tutela, entretanto não descarto a possibilidade de revê-la após a contestação ou na sentença de mérito. Cite(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para, querendo, contestar(em) a ação, no prazo legal. Defiro a gratuidade judicial.

Ademar Feitoza Ramos (OAB 1465/AM)
Adenir Souza da Costa (OAB 8222/AM)
Adriana Mírian de Miranda Trindade (OAB 5300/AM)
Adrianne Lins Guimarães (OAB 8742/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alonso Oliveira de Souza (OAB 1976/AM)
Anatole Maria Araújo Marques dos Santos (OAB 2462/AM)
Anna Cláudia Ferraz Rocha (OAB 8874/AM)
Ariel Shalom Benchimol de Resende (OAB 6095/AM)
Arivan de Carvalho Nunes (OAB 5108/AM)
Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB 4368/AM)
Bianka Veiga Horta (OAB 4853/AM)
Carlos Venícios de Assis Santana (OAB 5991/AM)
Daniel Augusto Maués Carvalho (OAB 5629/AM)
Diego Augusto V. Rodrigues (OAB 5829/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Elisângela Pereira Daniel (OAB 5725/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Eulália Bichara Rodrigues (OAB 2613/AM)
Henri Dhouglas Ramalho (OAB 341022/SP)
Hugo Fábio Sampaio Telles de Souza (OAB 7153/AM)
Isabela Peres Russo (OAB 3198/AM)
Ismael de Melo Silva (OAB 4921/AM)
Ivan Barbosa Ferreira (OAB 5564/AM)
Ivânia Lúcia Silva Costa (OAB 7530/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
José Artur Pozzetti (OAB 9707/AM)
Karla Brito Novo (OAB 4771/AM)
Kátia Regina Reis de Oliveira (OAB 3703/AM)
Kleyanne de Castro Rodrigues (OAB 12266/AM)
Leandro Venicius Fonseca Rozeira (OAB 29991/BA)
Lindon Carlos Cruz de Oliveira (OAB 3577/AM)
Lorena Silva de Albuquerque (OAB 6023/AM)
Luciane Barros de Souza (OAB 4789/AM)
Luis Eduardo Vidotto de Andrade (OAB 130426/SP)
Luís Felipe de Araújo Flôr (OAB 8748/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (OAB 2538/AM)
Márcio Pinheiro Azêdo (OAB 7539/AM)
Marco Aurélio de Carvalho Martins (OAB 4777/AM)
Maria Suely Frota Medeiros (OAB 2723/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Maurício Pereira da Silva (OAB 1122/AM)
Maurício Vieira de Castro Filho (OAB 11035/AM)
Meyre Anne Magalhães Neves (OAB 4242/AM)
Mônica Santa Rita Bonfim (OAB 3384/AM)
Nean Jules Costa Pedroso (OAB 8655/AM)
Neusa Dídia Brandão Soares (OAB 2342/AM)
Nyton Paes de Oliveira (OAB 8448/AM)
Oassis Trindade de Oliveira (OAB 495)
PRISCILA DA SILVA SOUZA (OAB 9541/AM)
Rafael de Araújo Romano Júnior (OAB 3652/AM)
Renzzo Fonseca Romano (OAB 6242/AM)
Ricardo da Silva Calheiros (OAB 12716/AM)
Ricardo Maia de Souza (OAB 6420/AM)
Romulo Lobo de Almeida (OAB 14364/AM)
Samara Guerra Almeida (OAB 7194/AM)
Suelen Cristina Maia de Almeida Albuquerque (OAB 4345/AM)
Thiago Oliveira Costa (OAB 83060/PR)
Virginia Nunes Bessa (OAB 3591/AM)
Zacarias Santos de Souza (OAB 7531/AM)
Zulenir Santos de Menezes (OAB 9411/AM)

4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0160/2019

ADV: ADRIANO SILVEIRA DE SOUZA (OAB 12312/AM) - Processo 0656100-08.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Edriani Malcher da Silva - SENTENÇAAutos nº:0656100-08.2018.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Cível Assunto:Obrigação de Fazer / Não Fazer Autora:Edriani Malcher da Silva Réu:Estado do Amazonas Vistos etc. I.- Relata-se. Trata-se de ação de obrigação de fazer com pedido de antecipação de tutela ajuizada por Edriani Malcher da Silva em face do Estado do Amazonas, tendo ambas as partes sido devidamente qualificadas na inicial. Aduz a parte autora que participou de concurso público regido pelo Edital Nº 001/2009-CBMAM, para provimento de diversos cargos, tendo concorrido ao cargo de 3º sargento auxiliar de saúde (técnico de enfermagem), cuja previsão editalícia era de 293 (duzentas e noventa e três) vagas para preenchimento. Informa que foi aprovada na 121ª colocação, estando, assim, dentro do número de vagas. No entanto, alega que o concurso, que havia sido prorrogado até o ano de 2014, não findou como o esperado em virtude do ajuizamento de ações civis públicas para analisar a legalidade dos cargos. Ademais, sustenta que mesmo tendo sido aprovada dentro do número de vagas, não foi, até a presente data, nomeada para tomar posse do cargo público, motivo pelo qual ajuizou a presente ação. Juntou documentos às fls. 19/82 Não houve a realização de audiência de conciliação. Citado, o réu apresentou contestação às fls. 98/115, tendo alegado a existência de fatos supervenientes que o desobrigam a promover as nomeações. Assim, pugnou pela declaração de improcedência do pedido autoral. Réplica às fls. 118/126. Parecer Ministerial às fls. 130/134, tendo o Parquet opinado pela improcedência do pedido. Despacho anunciando o julgamento antecipado da lide, às fls. 136, tendo as partes anuído com o anúncio feito. É o relatório. II.- Fundamenta-se. O cerne da presente demanda diz respeito ao suposto direito da autora em ser nomeada para tomar posse de cargo público, para o qual foi aprovada dentro do número de vagas, após a participação em concurso público, tudo nos termos do art. 37, II, da CF. Quanto ao direito subjetivo à nomeação dos candidatos aprovados em concurso público dentro do número de vagas, a jurisprudência dos Tribunais Superiores já se encontra pacificada, não havendo dúvidas quanto ao citado direito. Veja-se: Publicado o Edital que rege o concurso público, com número específico de vagas, o ato da Administração que declara os candidatos aprovados no certame cria um dever de nomeação para a própria Administração e, portanto, um direito à nomeação titularizado pelo candidato aprovado dentro desse número de vagas. (...) (RE 666092 AgR, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 03/04/2012) A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que o candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas previstas no edital tem direito líquido e certo à nomeação. (...) (MS 16.696/DF, Rel. Min. Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 22/05/2013) Portanto, tendo a demandante sido aprovada dentro do número de vagas previsto no edital, depreende-se como evidente o seu direito à nomeação. Não obstante, alegou o Estado do Amazonas que o direito da demandante se encontra obstado pela superveniência da declaração de inconstitucionalidade das Leis n. 3437/2009 e 3431/2009, pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. A Lei n. 3437/2009, foi editada com o fim de criar e inserir as UPAS na estrutura do Corpo de Bombeiros do Amazonas, e a Lei n. 3431/2009 destinou-se à criação dos cargos públicos ofertados pelo edital do concurso público regido pelo edital

n. 001/2009-CBMAM, objeto da demanda. Assim, no entendimento da parte ré, a declaração de inconstitucionalidade das citadas leis impossibilita a nomeação dos aprovados no concurso público em questão. A primeira lei (n. 3437/2009) foi objeto do processo n. 1008042-24.2009.8.04.0000, tendo sido declarada inconstitucional, em virtude do reconhecimento de inconstitucionalidade formal, posto que a criação de Unidades de Pronto Atendimento - UPA, dentro da estrutura do Corpo de Bombeiros não poderia ter sido realizada pela Secretaria de Segurança Pública, porquanto a competência seria de atribuição da Secretaria de Saúde, uma vez que esta integra o Sistema Único de Saúde. Já a Lei n. 3431/2009 foi declarada inconstitucional em setembro de 2015, nos autos de n. 0014416-97.2014.8.04.0000, mediante análise de arguição incidental de inconstitucionalidade. Veja-se: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Mandado de Segurança n° 0014416-97.2014.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem o Tribunal Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por de votos e em harmonia com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, prejudicialmente ao mérito do writ, declarar, incidentalmente, a inconstitucionalidade da Lei nº 3.431/2009, denegando-se, por via de consequência, a segurança vindicada, na forma contida nesta decisão. Como bem apontou o Órgão Ministerial, houve a declaração de inconstitucionalidade incidental da Lei n. 3.431/2009, pelo Tribunal Pleno, o que demanda a aplicação das disposições do art. 154, §7°, do Regimento Interno (Resolução No. 72/84, de 17 de maio de 1984, que dita: Art. 154 - Sempre que no julgamento d causa for suscitada a inconstitucionalidade de alguma lei ou disposição nela contida ou de ato do poder público, caberá ao Tribunal Pleno decidi-la preliminarmente. (...) § 7o - A decisão declaratória ou negatória da inconstitucionalidade, se for unânime, constituirá, para o futuro, decisão definitiva e de aplicação obrigatória nos casos análogos, salvo se a Câmara ou o Tribunal, por motivo relevante, achar necessário provocar novo pronunciamento sobre a matéria, ou provada decisão em contrário do S.T.F Desse modo, havendo a declaração de inconstitucionalidade da lei que criou os cargos previstos no concurso regido pelo edital n. 001/2009-CBMAM, tem-se que deixou de existir o direito subjetivo à nomeação da demandante, uma vez que já não mais existem no ordenamento jurídico amazonense tais cargos. E por haver a declaração de inconstitucionalidade incidental, nos termos do art. 154, §7°, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, mister se faz a aplicação obrigatória do citado julgamento nestes autos, posto que se trata da mesma situação fática. Registra-se que, nos termos da jurisprudência da Suprema Corte, é possível que o direito subjetivo à nomeação, daqueles aprovados em concurso público dentro do número de vagas, possa ser afastado pela Administração Pública pela ocorrência de situações excepcionalíssimas, as quais devem ser devidamente motivadas. Confira-se, a propósito, parte da decisão do STF: Põe-se em relevo que a declaração de inconstitucionalidade da norma que criou as vagas do certame é situação que se enquadra como excepcionalíssima, uma vez que as mesmas deixaram de existir, não havendo mais a previsão orçamentária para a nomeação dos cargos. Desse modo, tem-se que afastado o direito subjetivo à nomeação da autora, por motivo excepcional e superveniente à aprovação do mencionado concurso público. III.- Decide-se Diante de todo o exposto, JULGA-SE IMPROCEDENTE a presente ação nos termos da fundamentação. Por consequência, extingue-se o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Concede-se à parte autora os benefícios da justiça gratuita. Custas pela demandante. Por fim, condena-se a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em 10% do valor dado à causa, nos termos do art. 85, §3.°, I, do Código de Processo Civil, devendo ser observado os preceitos do §14, do códex processual. Registra-se que as verbas sucumbenciais ficam inexigíveis pelo prazo do art. 98, §3°, do CPC, em virtude do beneficio da justiça gratuita concedido à autora. Sentença não sujeita ao reexame necessário, nos moldes do art. 496, §3°,II, do Código Processual Civil. Na hipótese de interposição de recurso de apelação, por não haver juízo de admissibilidade a ser exercido pelo juízo a quo (art. 1.010, CPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para oferecer resposta no prazo de 15 dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, remetam-se os autos à Superior Instância, com as homenagens do juízo, para apreciação do recurso. Após o trânsito em julgado, não havendo requerimento de cumprimento de sentença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Dê-se ciência ao Ministério Público da presente decisão. Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se. Manaus, 02 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

Adriano Silveira de Souza (OAB 12312/AM)

5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0155/2019

ADV: FÁBIO GALÚCIO DIAS COSTA (OAB 5284/AM), ADV: RICARDO CARVALHO PAIXÃO (OAB 3742/AM), ADV: LUCILENE MARIA GOMES COSTA (OAB 3948/AM), ADV: GISELLA MIRANDA FERREIRA (OAB 5124/AM) - Processo 0015083-38.2000.8.04.0012 (012.00.015083-7) - Procedimento Comum Cível - Execução Contratual - REQUERENTE: Construtora Mendes Junior S/a - Agir Participacoes Ltda. - CERTIFICO que deixei de retificar a Requisição de Precatório em favor dos credores, Espólio de Klinger Costa, Fábio Galucio Dias Costas, Gisella Ferreira Paixão, Lucilene Maria Gomes Costa, Ricardo Carvalho Paixão em razão de não constar nos autos cópia da OAB do advogado credor dos honorários, além do NIT/PIS/PASEP, documentos indispensáveis à instrução da Requisição. Manaus, 29 de agosto de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria em exercício

ADV: JOÃO DE DEUS GOMES DOS ANJOS (OAB 903/AM), ADV: FÁBIO LEANDRO LIRA PEREIRA (OAB 4730/AM) - Processo 0024204-16.2006.8.04.0001 (001.06.024204-4) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Antônia Gomes da Costa - DEFIRO o pedido formulado pela Exequente às fls. 645-646. Expeça-se a RPV, bem como comunique-se a Central de Precatórios para que proceda ao cancelamento do de nº 0005008-09.2019.8.04.0000. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 28 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito de Direito

ADV: ADEMAR LINS VITÓRIO FILHO (OAB 5269/AM), ADV: GILVAN SIMÕES PIRES DA MOTTA (OAB 1662/AM), ADV: LARISSA RODRIGUES CAVALCANTE DE MENEZES (OAB 5478/AM), ADV: VALSUI CLÁUDIO MARTINS (OAB 2905/AM), ADV: ADALBERTO DE ASSIS NAZARÉ SOBRINHO (OAB 2953/AM), ADV: FABIAN ASSIS BENOLIEL DA SILVA (OAB 7284/AM) - Processo 0204826-22.2008.8.04.0001 (001.08.204826-7) - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Enriquecimento ilícito - REQUERIDA: Rosaline Pinheiro de Lima Muelas - Valsuí Cláudio Martins - João das Chagas Gomes da Silva - Daniel Diniz Fregapani - Humberto de Oliveira Reis - Alan Leite Braga e outros - Decisão. Desse modo, nos termos da fundamentação, DECLARO a inépcia da petição inicial e, desta forma, JULGO EXTINTO o feito, sem resolução de mérito, com fulcro no art. 485, I, c/c art. 330, I do CPC. Sem custas e honorários. P.R.I. Manaus, 28 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: INGRID COELHO DA SILVA (OAB 8761/AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: ALEXANDRE COELHO DA SILVA (OAB 5846/AM) - Processo 0206973-45.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão - REQUERENTE: Francisca Silva Lima - TERMO Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012, CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fls. 512 expedi alvarás de levantamento judicial de nº 143 e 144 respectivamente para Francisca Silva Lima Rg. 0162884-4 e para Dr. Félix de Melo Ferreira OAB/AM 3.032. Certifico ainda que o referido alvará foi disponibilizado nos autos, conforme portaria nº 2072/2016-PTJ. Manaus, 30 de agosto de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria, em exercício

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0222123-08.2009.8.04.0001 (001.09.222123-9) - Outros Procedimentos - REQUERENTE: José Augusto Machado Gomes

- DEFIRO o pedido do Exequente formulado às fls. 569-571. Expeça-se a RPV referente aos honorários de sucumbência, bem como comunique-se a Central de Precatórios para que retifique o precatório (processo nº 0003198-04.2016.8.04.0000). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ELISÂNGELA MARTINS DE ALENCAR (OAB 6948/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM), ADV: SAMUEL PINTO DA SILVA (OAB 6734/AM), ADV: HELLEN CRISTIANE SANTOS SILVA (OAB 6708/AM), ADV: JUDICE ÂNGELA SILVA DE OLIVEIRA (OAB 7165/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0255294-87.2008.8.04.0001 (001.08.255294-1) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade da Administração - REQUERENTE: Maria das Graças dos Santos Barbosa - Deixo de apreciar a petição autoral às fls. 487-488, haja vista que já ultrapassada oportunidade para apresentação de pedido de cumprimento de sentença, o que inclusive já fora feito pela parte Exequente às fls. 401-402. Dessarte, não tendo as partes impugnado os cálculos da contadoria, expeçam-se, de forma individualizada, a RPV referente aos honorários de sucumbência (fl. 437) e o Precatório referente à indenização por danos morais (fl. 438). Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 28 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM), ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM), ADV: CLÁUDIO ELIAS DOS SANTOS (OAB 4036/AM), ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM), ADV: HILEANO PEREIRA PRAIA (OAB 3834/AM) - Processo 0612645-27.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Diego da Silva Farias - REQUERIDO: Podium Comercio de Pneus e outro - LITSPASSIV: Orsel Organizacao Regional de Servicos Ltda - Epp - Com tais considerações, conheço dos presentes embargos para julgá-los PROCEDENTES, nos termos da fundamentação, aclarando a sentença nos termos da fundamentação, e acolhendo o efeito modificativo do recurso para dar nova redação a parte do dispositivo da sentença de fls. 223-237 a qual se refere a forma da responsabilidade dos honorários de sucumbência, passando a ser conforme se segue, ficando os demais paráfrafos inalterados: "CONDENO os Requeridos no pagamento dos honorários de sucumbência, fixados em 15% em cima do valor da condenação (art. 85, §3°, I do CPC), ficando o Requerido Município de Manaus responsável de forma subsidiária quanto ao pagamento dos referidos honorários, em caso de inadimplemento total ou parcial." Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 28 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM) - Processo 0614124-21.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Dalcilene Otaviano Portela - Ação: Cumprimento de Sentença/PROC nº0614124-21.2018.8.04.0001 Requerente: Dalcilene Otaviano Portela Requerido: Município de Manaus Despacho: Processo em Ordem, aguardando pagamento do Precatório expedido em 13/03/2019, em favor da requerente - Dalcilene Otaviano Portela. Manaus, 28 de agosto de 2019.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM) - Processo 0616802-09.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Silvana Gonçalves da Silva - Em tempo, expeça-se o competente Alvará. Cumpra-se. Intime-se. Manaus, 28 de agosto de 2019.

ADV: MARCELA NUNES FERREIRA (OAB 10243/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0619623-49.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Liminar - IMPETRANTE: Elisa Maria Ribeiro Barroso - Portanto, ao exposto e frente a manifesta incompetência desta 5ª Vara da Fazenda Pública para processar e julgar o mandado de segurança, declino da competência em prol do Tribunal de Justiça, para onde deverão ser remetidos estes autos, pela via da Distribuição. À Secretaria para providências cabíveis. Publique. Cumpra-se. Intimem-se. Manaus, 28 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE SOUZA PAULA (OAB 10036/AM) - Processo 0620411-68.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trabalho - REQUERENTE: Osvaldo Benarros Lucena - Analisando o Cumprimento de Sentença apresentado, embora tenha transcorrido o prazo para o executado interpor impugnação, verifico que há patente erro nos cálculos, destoando, sobremodo, dos limites objetivos do título executivo. Assim, vejo que há necessidade de retificar os cálculos realizados pelo exequente, dado que é dever do juiz zelar pela proteção da coisa julgada. Nesse sentido, cristalino o seguinte precedente corroborando o meu entendimento: PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO - EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PUBLICA - ERRO MATERIAL - COEFICIENTE DE CÁLCULO APLICADO À SOMA DO SALÁRIO DE BENEFÍCIO NA APURAÇÃO DA RMI. CORREÇÃO MONETÁRIA - RE 870.947 -FIXAÇÃO DA RMI DO BENEFÍCIO E DO VALOR DA EXECUÇÃO. 1 - Na execução de título judicial, o magistrado deve observar os limites objetivos da coisa julgada e a forma como a execução foi proposta pela parte. 2 - Constatada a violação do julgado, cabe ao juízo até mesmo anular, de ofício, a execução, restaurando a autoridade da coisa julgada. Nos termos da Lei 13.105/2015, aplicam-se os arts. 494, I, 503, caput, cc. 6º, §3º, da LIDB, e arts. 502, 506, 508 e 509, § 4º, cc. 5º, XXXIV, da CF. 3 - Contando o autor com 33 anos, 11 meses e 22 dias de trabalho, nos termos do título judicial exequendo, o coeficiente do Salário de benefício a ser pago corresponde a 0,94. A fração igual ou superior a 15 dias de trabalho pode ser computada como mês integral, conforme determinam a Lei 4.090/62 e Lei 8.900/94, c.c. o art. 53, da lei nº 8.213/91. 4 - Nos cálculos de liquidação são apuradas parcelas 29/11/1994(DIB) a 31/07/2011 (DCB), atualizados em 10/2011. A Lei n.11.960/2009 (TR) foi utilizada para corrigir as parcelas a partir da vigência, a contrario sensu do juízo de integração permitido pelo título executivo e da decisão proferida no RE 870.947/SE, mediante a ausência de recurso do exequente. Consolidam-se os cálculos da contadoria judicial (fls. 84/89) aprovados pelo juízo de primeiro grau. 5 - Valor da execução fixado em R$ 663.416,47 (seiscentos e sessenta e três mil, quatrocentos e dezesseis reais e quarenta e sete centavos), atualizados em outubro/2011. 6 - Apelação improvida. (TRF 3ª Região, NONA TURMA, Ap - APELAÇÃO CÍVEL - 2247665 - 0009044-16.2013.4.03.6128, Rel. DESEMBARGADORA FEDERAL MARISA SANTOS, julgado em 01/08/2018, e-DJF3 Judicial 1 DATA:15/08/2018) (grifei) Pois bem. Sobre o crédito, a correção monetária será apurada tendo por base a variação do índice IPCA-E. Os juros de mora incidirão à taxa aplicada para remunerar a caderneta de poupança, na forma do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97. Sendo assim, determino o envio dos autos à contadoria para elaboração dos cálculos, devendo ser observados os parâmetros: Base de cálculo e data de vencimento: apurados mês a mês, na forma indicada pelo Exequente à fl. 216; Correção monetária: IPCA-E; Juros de mora: taxa aplicada para remunerar a caderneta de poupança, na forma do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97; Honorários advocatícios: fixados no percentual de 12% na forma do art. 85, §3º, I do CPC. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 28 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM) - Processo 0632397-82.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marlene Bezerra da Silva - A determinação do valor da condenação depende de simples cálculo aritmético, cabendo, portanto, ao Credor instruir o pedido de execução com a memória discriminada e atualizada de cálculo, nos termos do art. 534 do CPC. Ao Credor, para promover as adequações necessárias no prazo legal, sob as penas da lei. Ademais, intime-se o Município para que informe quanto a não retirada do nome da Autora dos órgãos de proteção ao consumidor, tendo em vista a petição à fl. 213. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDESONIA CRISTINA TEIXEIRA POLIZIO (OAB 420241/SP) - Processo 0635780-97.2019.8.04.0001 - Ação Popular - Violação aos Princípios Administrativos - RECLAMANTE: Vladimir Polizio Junior e outro - Diante do exposto, INDEFIRO a petição inicial da presente Ação Popular, com fulcro no art. 330, III do CPC, e JULGO EXTINTO o feito, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, I, do CPC. Sem honorários advocatícios ou custas - art. 5º, LXXIII da CF. P.R.I. Manaus, 29 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM)

- Processo 0635976-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ana Maria Martins Simões - Decisão. Em virtude do exposto, nos termos da fundamentação: PRONUNCIO a prescrição da pretensão da Autora e JULGO EXTINTO O FEITO, com resolução de mérito, nos moldes do art. 487, II do CPC. CONDENO a Requerente ao pagamento dos honorários de sucumbência, os quais fixo em 10% sobre o valor da causa, nos moldes do art. 85, §3º do CPC, cuja exigibilidade fica suspensa ante a gratuidade de justiça concedida às fls. 54. Custas na forma da Lei. Sem reexame necessário. P. R. I. Manaus, 29 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0636018-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José Raimundo Brandão Mota - Decisão. Em virtude do exposto, nos termos da fundamentação: PRONUNCIO a prescrição da pretensão do Autor e JULGO EXTINTO O FEITO, com resolução de mérito, nos moldes do art. 487, II do CPC. CONDENO o Requerente ao pagamento dos honorários de sucumbência, os quais fixo em 10% sobre o valor da causa, nos moldes do art. 85, §3º do CPC, cuja exigibilidade fica suspensa ante a gratuidade de justiça concedida às fls. 56. Custas na forma da Lei. Sem reexame necessário. P. R. I. Manaus, 29 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0636318-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Leonor Correa da Silva - Decisão. Em virtude do exposto, nos termos da fundamentação: PRONUNCIO a prescrição da pretensão da Autora e JULGO EXTINTO O FEITO, com resolução de mérito, nos moldes do art. 487, II do CPC. CONDENO a Requerente ao pagamento dos honorários de sucumbência, os quais fixo em 10% sobre o valor da causa, nos moldes do art. 85, §3º do CPC, cuja exigibilidade fica suspensa ante a gratuidade de justiça concedida às fls. 53. Custas na forma da Lei. Sem reexame necessário. P. R. I. Manaus, 29 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0636335-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marcelo Augusto Silva Magalhães Ramos - Decisão. Em virtude do exposto, nos termos da fundamentação: PRONUNCIO a prescrição da pretensão do Autor e JULGO EXTINTO O FEITO, com resolução de mérito, nos moldes do art. 487, II do CPC. CONDENO o Requerente ao pagamento dos honorários de sucumbência, os quais fixo em 10% sobre o valor da causa, nos moldes do art. 85, §3º do CPC, cuja exigibilidade fica suspensa ante a gratuidade de justiça concedida às fls. 35. Custas na forma da Lei. Sem reexame necessário. P. R. I. Manaus, 29 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0636340-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria das Graças Lopes Ribeiro - Decisão. Em virtude do exposto, nos termos da fundamentação: PRONUNCIO a prescrição da pretensão da Autora e JULGO EXTINTO O FEITO, com resolução de mérito, nos moldes do art. 487, II do CPC. CONDENO a Requerente ao pagamento dos honorários de sucumbência, os quais fixo em 10% sobre o valor da causa, nos moldes do art. 85, §3º do CPC, cuja exigibilidade fica suspensa ante a gratuidade de justiça concedida às fls. 45. Custas na forma da Lei. Sem reexame necessário. P. R. I. Manaus, 28 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0636343-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Ednelza Oliveira Damasceno - Decisão. Em virtude do exposto, nos termos da fundamentação: PRONUNCIO a prescrição da pretensão da Autora e JULGO EXTINTO O FEITO, com resolução de mérito, nos moldes do art. 487, II do CPC. CONDENO a Requerente ao pagamento dos honorários de sucumbência, os quais fixo em 10% sobre o valor da causa, nos moldes do art. 85, §3º do CPC, cuja exigibilidade fica suspensa ante a gratuidade de justiça concedida às fls. 31. Custas na forma da Lei. Sem reexame necessário. P. R. I. Manaus, 28 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0636347-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Delmarina Nascimento da Silveira - Decisão. Em virtude do exposto, nos termos da fundamentação: PRONUNCIO a prescrição da pretensão da Autora e JULGO EXTINTO O FEITO, com resolução de mérito, nos moldes do art. 487, II do CPC. CONDENO a Requerente ao pagamento dos honorários de sucumbência, os quais fixo em 10% sobre o valor da causa, nos moldes do art. 85, §3º, I do CPC, cuja exigibilidade fica suspensa ante a gratuidade de justiça concedida às fls. 44. Custas na forma da Lei. Sem reexame necessário. P. R. I. Manaus, 28 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM) - Processo 0639285-38.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Charles Polansky Marques da Silva e outros - Em virtude dos efeitos infringentes perseguidos nos embargos de declaração, diga o Embargado, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do art. 1.023, §2º do CPC. Após, conclusos para decisão. Intime-se. Manaus, 27 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: DANIELLE VIEIRA HITOTUZI PAES (OAB 4631/AM), ADV: RAIMUNDO HITOTUZI DE LIMA (OAB 2024/AM) - Processo 0640671-69.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Joana Mariano Alves - Dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: JOCIL DA SILVA MORAES (OAB 1298/AM) - Processo 0641635-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Industrial - REQUERENTE: Enoque Pereira do Nascimento - Tendo em vista a implantação Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal, promovida pela LC nº 178/17, e estando a presente ação dentre aquelas de competência de tal juízo especializado, declino da minha competência. Redistribuam-se os autos para a Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 28 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0642086-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Férias - REQUERENTE: Antemar Duarte Reis Filho - DESPACHO Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado pelo Autor, nos termos do art. 98 e seguintes do CPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a PGE a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, CPC). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Cumpra-se. Manaus, 28 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM) - Processo 0643753-74.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Cosma Viana Laranjeira de Souza - DECISÃO: Diante das razões acima expostas, conheço dos embargos de declaração para NEGAR-LHE provimento, por ausência de omissão ou erro material na decisão de fls. 485/494. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 29 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM) - Processo 0645364-91.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - IMPETRANTE: Berteson Jorge Leite Amorim - Defiro o pedido de justiça gratuita contido na inicial. Intime-se o Impetrante para emendar a petição inicial, no prazo legal (art. 321 do CPC), apresentando prova escrita da sua eliminação do certame e o motivo, nos termos alegados na inicial, haja vista que o manejo do mandado de segurança demanda demonstração, de plano, mediante prova pré-constituída, do ato coator. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM) - Processo 0645392-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Maria Oneide de Lima Cabral - Tendo em vista a implantação Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal, promovida pela LC nº 178/17, e estando a presente ação dentre aquelas de competência de tal juízo especializado, declino da minha competência. Redistribuam-se os autos para a Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: EDILAINE NOGUEIRA BRILHANTE (OAB 7246/AM) - Processo 0645575-30.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - IMPETRANTE: Hederjane de Assis dos Santos - Decisão. Diante do exposto, CONCEDO A LIMINAR requerida, determinando que o impetrado realize imediatamente a compra dos materiais requeridos pelo cirurgião, agendando-se com urgência a data para a realização da cirurgia da Impetrante, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena bloqueio de verbas públicas, no valor referente às custas do procedimento cirúrgico requerido pela Impetrante, em caso de descumprimento. INTIME-SE a autoridade coatora para dar cumprimento a liminar ora deferida, e, na sequência, NOTIFIQUE-A para prestar informações, no prazo legal. Dê-se ciência da impetração do presente writ ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada (art. 7°, II, da Lei 12.016/09). Após, dê-se vista ao Ministério Público para que se manifeste sobre o pedido, retornando os autos conclusos para sentença. Defiro o benefício da gratuidade de justiça. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: MARIA ÉLIA AIRES ANUNCIAÇÃO (OAB 12522/AM) - Processo 0645584-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Zildenir Soares de Souza - Tendo em vista a implantação Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal, promovida pela LC nº 178/17, e estando a presente ação dentre aquelas de competência de tal juízo especializado, declino da minha competência. Redistribuam-se os autos para a Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0657441-69.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Carlos Alberto Mendonça de Oliveira - Decisão. Diante do exposto, nos termos da fundamentação: JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos do autor. CONDENO o Requerido a efetuar o pagamento ao autor referente a conversão em pecúnia de férias não gozadas, acerca dos períodos de 1987, 1999, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2013, 2014 e 2016. Valor este que deverá ter como base de cálculo a última remuneração percebida pelo autor antes da reforma. Ressalto que os juros deverão ocorrer a partir da citação válida - conforme disposto no art. 405 do CC e art. 240 do CPC - e as regras de atualização dos débitos da Fazenda Pública deverão obedecer o disposto no art. 1° F da Lei n° 9.949/97. Havendo sucumbência mínima por parte do Requerente, CONDENO o Requerido Estado do Amazonas ao pagamento dos honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da condenação, com fulcro no art. 85, §3°, I do CPC. Estado isento ao pagamento de custas processuais, nos termos do art. 17, IX da Lei 4.408/16. Sem reexame necessário. P.R.I. Manaus, 28 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ANDRÉA FONSECA OLIVEIRA (OAB 5959/AM) - Processo 0658530-30.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seção Cível - REQUERENTE: Jose Ribamar Valente de Araújo - Decisão. Pelo exposto, nos termos da fundamentação, JULGO PROCEDENTE o pedido do Autor, confirmando a Tutela deferida às fls. 43/46. CONDENO o Requerido a fornecer medicamento ESBIRET 267mg, de forma contínua e ininterrupta enquanto durar o tratamento do Requerente, até que este seja liberado da sua prescrição, conforme prescrição médica contida nos autos, no prazo de 10 dias úteis, sob pena de bloqueio de verbas públicas necessárias ao valor que durar o tratamento do Autor. CONDENO o Requerido ao pagamento dos honorários advocatícios em favor do Autor, os quais arbitro em R$ 1.500,00, com fulcro no art. 85, §8º do CPC. Acerca das Custas Processuais, determino a isenção do Estado do Amazonas, com fulcro no art. 17, IX da Lei n° 4.408/2016. Encaminho os autos ao E. Tribunal d Justiça para reexame necessário, com fulcro no art. 496 do CPC. Recomendo ao patrono do Requerente e ao Ministério Público, como integrantes do sistema de justiça, que acompanhem o cumprimento da tutela de urgência concedida e confirmada nesta sentença, por se tratar de um caso de saúde, a demandar de medicamento, porque a efetividade da prestação jurisdicional não é de responsabilidade exclusiva do órgão jurisdicional. P.R.I. Manaus, 28 de agosto de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

Adalberto de Assis Nazaré Sobrinho (OAB 2953/AM)
Ademar Lins Vitório Filho (OAB 5269/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Alexandre Coelho da Silva (OAB 5846/AM)
Andréa Fonseca Oliveira (OAB 5959/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 16215/PA)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Cláudio Elias dos Santos (OAB 4036/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Danielle Vieira Hitotuzi Paes (OAB 4631/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Edesonia Cristina Teixeira Polizio (OAB 420241/SP)
Edilaine Nogueira Brilhante (OAB 7246/AM)
Elisângela Martins de Alencar (OAB 6948/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Fabian Assis Benoliel da Silva (OAB 7284/AM)
FÁBIO GALÚCIO DIAS COSTA (OAB 5284/AM)
Fábio Leandro Lira Pereira (OAB 4730/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Flávio Queiroz de Souza Paula (OAB 10036/AM)
Gilvan Simões Pires da Motta (OAB 1662/AM)
Gisella Miranda Ferreira (OAB 5124/AM)
Hellen Cristiane Santos Silva (OAB 6708/AM)
Hileano Pereira Praia (OAB 3834/AM)
Ingrid Coelho da Silva (OAB 8761/AM)
João de Deus Gomes dos Anjos (OAB 903/AM)
Jocil da Silva Moraes (OAB 1298/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
Judice Ângela Silva de Oliveira (OAB 7165/AM)
Larissa Rodrigues Cavalcante de Menezes (OAB 5478/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lucilene Maria Gomes Costa (OAB 3948/AM)
Marcela Nunes Ferreira (OAB 10243/AM)
Marco Cesar Souza Pimentel (OAB 13160/AM)
Maria Élia Aires Anunciação (OAB 12522/AM)
Micael Pinheiro Neves Silva (OAB 6088/AM)
Priscila Pacheco Ferreira (OAB 5364/AM)
Raimundo Hitotuzi de Lima (OAB 2024/AM)
Ricardo Carvalho Paixão (OAB 3742/AM)
Samuel Pinto da Silva (OAB 6734/AM)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Valsui Cláudio Martins (OAB 2905/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO

JUIZ(A) DE DIREITO DINAH CÂMARA FERNANDES DE SOUZA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JORGE GLAUBER LIRA BARROS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0097/2019

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: EWERTON ALMEIDA FERREIRA (OAB 6839/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS KIMAK SEGUNDO (OAB 5002/AM), ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM), ADV: RAIMUNDO SÉRVULO LOURIDO BARRETO (OAB 3135/AM), ADV: FABIANA NOGUEIRA NERIS (OAB 12366/AM) - Processo 0334569-22.2007.8.04.0001 (001.07.334569-6) - Usucapião - Aquisição - REQUERENTE: Lina Anjula Wu Sun e outro - REQUERIDA: Ernestina de Almeida Lima - Antônio Simões Gonçalves - Delman de Carvalho Perez e outro - A Dra. Dinah Câmara Fernandes de Souza, MM. Juíza de Direito, respondendo cumulativamente, pela Vara de Registros Públicos e Usucapião da Comarca de Manaus, conforme Portaria n° 1762/2019-PTJ, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, DELMAN DE CARVALHO PEREZ e seus herdeiros e/ou sucessores, atualmente, com endereço em local incerto e não sabido, para os termos do processo em epígrafe, na qual figura como Requerente, Lina Anjula Wu Sun, Rua Monsenhor Coutinho, n° 499, Centro, CEP 69010-020, Manaus-AM, para, querendo, contestar(em) os termos da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, a presente ação de usucapião. Em caso de revelia será nomeado curador especial (art. 257, inciso IV do CPC). O imóvel usucapiendo está localizado no endereço: ALTURA DO KM 08 DA ESTRADA TORQUATO TAPAJÓS, NA ESTRADA QUE DÁ ACESSO À COLÔNIA SANTO ANTÔNIO (ATUALMENTE RUA ROSA DE MAIO), N° 06, CEP 69048-050, com as seguintes limitações: FRENTE, Rua Rosa de Maio (antigo ramal da Colônia Santo Antônio); FUNDOS, com as terras do Sr. Thomé Mestrinho; DIREITA, com a Sra. Maria Macário Pinheiro; ESQUERDA, com terreno do Sr. José Macilon de Almeida Lima. Em, 26 de agosto de 2019. Eu, Jorge Glauber Lira Barros, Diretor de Secretaria, o confiro e subscrevo.

ADV: MARIO ANTONIO DANTAS DE OLIVEIRA COUTO (OAB 43497/RJ) - Processo 0609642-30.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Georgete Fernandes Barreto - Vistos etc... Cuidam os autos de anulação de assento de registro de nascimento feito em duplicidade. Requerimento instruído com os documentos necessários. Instada a manifestar-se, a nobre representante ministerial opinou pela anulação do 2º Registro (fls. 08). De fato, a situação exposta, a consistência dos argumentos e a comprovação documental amparam a pretensão, haja vista que foram juntadas aos autos 2 (duas) certidões de nascimento em nome da Requerente, às fls. 09, e às fls. 26, motivo pelo qual é necessária a anulação da expedida em data posterior. Com efeito, o artigo 109 da Lei 6.015/73 - Lei de Registros Públicos - sustenta o pedido formulado nos autos, senão vejamos: "Art. 109. Quem pretender que se restaure, supra ou retifique assentamento no Registro Civil, requererá, em petição fundamentada e instruída com documentos ou com indicação de testemunhas, que o Juiz o ordene, ouvido o órgão do Ministério Público e os interessados, no prazo de cinco dias, que correrá em cartório. (Renumerado do art. 110 pela Lei nº 6.216, de 1975). § 1° Se qualquer interessado ou o órgão do Ministério Público impugnar o pedido, o Juiz determinará a produção da prova, dentro do prazo de dez dias e ouvidos, sucessivamente, em três dias, os interessados e o órgão do Ministério Público, decidirá em cinco dias. § 2° Se não houver impugnação ou necessidade de mais provas, o Juiz decidirá no prazo de cinco dias. § 3º Da decisão do Juiz, caberá o recurso de apelação com ambos os efeitos. § 4º Julgado procedente o pedido, o Juiz ordenará que se expeça mandado para que seja lavrado, restaurado e retificado o assentamento, indicando, com precisão, os fatos ou circunstâncias que devam ser retificados, e em que sentido, ou os que devam ser objeto do novo assentamento. § 5º Se houver de ser cumprido em jurisdição diversa, o mandado será remetido, por ofício, ao Juiz sob cuja jurisdição estiver o cartório do Registro Civil e, com o seu "cumpra-se", executar-se-á. § 6º As retificações serão feitas à margem do registro, com as indicações necessárias, ou, quando for o caso, com a trasladação do mandado, que ficará arquivado. Se não houver espaço, far-se-á o transporte do assento, com as remissões à margem do registro original". Neste sentido é o entendimento jurisprudencial: DIREITO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. ANULAÇÃO DO REGISTRO DE NASCIMENTO. DUPLICIDADE. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO COMPROVAÇÃO. 1. COMPROVADA A DUPLICIDADE DO REGISTRO DE NASCIMENTO, O ASSENTAMENTO POSTERIOR É INEFICAZ EM RELAÇÃO AO PRIMEIRO, PRESERVANDO-SE A SEGURANÇA, A AUTENTICIDADE E A EFICÁCIA DOS REGISTROS PÚBLICOS. 2. A CONDENAÇÃO DA PARTE NAS PENAS DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ DEPENDE DE INEQUÍVOCA DEMONSTRAÇÃO. 3. REJEITO A PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO APELO. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-DF - APC: 20110710047888 DF 0004689-17.2011.8.07.0007, Relator: MARIO-ZAM BELMIRO, Data de Julgamento: 24/07/2013, 3ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 21/08/2013 . Pág.: 125) Saliento que no nosso ordenamento jurídico não é admitida a duplicidade de registros em nome da mesma pessoa, devendo-se nessas situações ponderar que o primeiro registro de nascimento deverá prevalecer sobre os demais que porventura venham a existir. Diante disso, DEFIRO a anulação do 2º Registro, lavrado sob o Termo 4483, Livro 194, às fls. 136, no Cartório do 2º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais de Manaus (fls. 08 e 26), nos termos e limites do requerimento e parecer ministerial. Dispensável aguardar-se o trânsito em julgado, eis que não há, na espécie, interesse recursal. Determino que a presente sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Sem custas, na forma do art. 30 § 1º e §2º, da Lei 6.015/73. P.R.I.

ADV: AIRTON JOSE FERREIRA ALVES (OAB 11852/AM) - Processo 0612450-71.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: Donizete Morais dos Santos - Atenda-se à promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após o cumprimento de todas as diligências determinadas, diligencie-se o agendamento de audiência para data mais próxima, intimando-se todos que devam comparecer ao ato. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos, independente de novo despacho.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0613032-71.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: E.L.N. - J.T.N. - N.T.N. - E.J.G.S. - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 1295A/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM) - Processo 0614699-92.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: Maria da Conceição Ribeiro - Vistos etc... Retificação de assento de óbito de Francisco Maia Menezes formulado pela parte requerente com o objetivo de corrigir o estado civil e o endereço do falecido, pois constou no livro como "solteiro e Ramos Ferreira, 2079, casa 15", quando o correto seria "união estável e Ramos Ferreira, 2099, casa 15". Requerimento instruído com os documentos necessários. Instada a manifestar-se, a nobre representante ministerial opinou pelo deferimento do pedido, nos termos formulados. É o breve relatório. DECIDO. Sem mais delongas, assiste razão à requerente. De fato, há nos autos, elementos probatórios que demonstram o equívoco existente no registro público, sobretudo consoante escritura pública de união estável de fls. 07/08, bem como os comprovantes de endereço de fls. 12, 14 e 16, sendo necessária sua retificação. Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pela parte autora, nos termos do art. 109 da Lei 6.015/73, a fim de que seja retificado o registro

público mencionado, para que no assento de óbito lavrado às fls. 19, do livro C-87, sob o termo nº 27113 pelo cartório de registro civil de pessoas naturais de Manaus passe a constar o endereço do falecido como "Ramos Ferreira, 2099, casa 15" e no campo observações seja anotada a existência de união estável entre o falecido e Maria da Conceição Ribeiro, conforme escritura pública de fls. 07/08. Sem custas, nos termos do art. 30 § 1º e §2º, da Lei 6.015/73. Determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Após, arquive-se. P.R.I

ADV: DENISE ALBUQUERQUE CERVINHO MARTINS (OAB 10811/AM), ADV: RENAN PENA MARTINS (OAB 10805/AM) - Processo 0615124-22.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: Leonida Namiko Suzuki Camelo - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: NILSON DE MELO SANTOS (OAB 10915/AM), ADV: NANCY MAGGIO (OAB 6460/AM) - Processo 0619136-79.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: G.A.V. - G.A.V. - L.J.A.V. - Vistos etc... Retificação dos assentos de nascimento dos filhos Giovanna Andrade Vieira, Gustavo Andrade Vieira e Lídia Juleita Andrade Vieira, com o objetivo de incluir aos nomes dos registrados o sobrenome "Alves", de origem paterna, de forma que todos sejam identificados pelo sobrenome "Andrade Alves Vieira". Requerimento instruído com os documentos necessários. Instada a manifestar-se, a nobre representante ministerial opinou pelo deferimento do pedido, nos termos formulados. É o breve relatório. DECIDO. Sem mais delongas, assiste razão aos requerentes. De fato, há nos autos, elementos probatórios que demonstram a divergência dos sobrenomes entre os integrantes da mesma família, consoante os documentos de identidade da genitora dos Requerentes, às fls. 06, bem como as certidões de nascimento dos Requerentes (fls. 11-13). Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pela parte autora, nos termos do art. 109 da Lei 6.015/73, a fim de que sejam retificados os registros públicos mencionados, às fls. 11-13, para que passem a constar os nomes dos registrados como Giovanna Andrade Alves Vieira, Gustavo Andrade Alves Vieira e Lídia Julieta Andrade Alves Vieira. Sem custas, nos termos do art. 30 § 1º e §2º, da Lei 6.015/73. Determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Após, arquive-se. P.R.I

ADV: SÔNIA D'ARC OLIVEIRA BARROS DE CARVALHO (OAB 4071/AM), ADV: GILMAR MARTINS MONTEIRO (OAB 6520/AM), ADV: JAQUELINE VEIGA PAIXÃO (OAB 5163/AM), ADV: MARIA AMÁVIA DE SOUZA CAMPOS (OAB 2693/AM) - Processo 0624609-46.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: Diane Ferreira Nunes - Atenda-se a promoção ministerial retro, no prazo de 10 (dez) dias. Após o fiel cumprimento, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: GILMAR MARTINS MONTEIRO (OAB 6520/AM), ADV: JAQUELINE VEIGA PAIXÃO (OAB 5163/AM), ADV: MARIA AMÁVIA DE SOUZA CAMPOS (OAB 2693/AM), ADV: SÔNIA D'ARC OLIVEIRA BARROS DE CARVALHO (OAB 4071/AM) - Processo 0627700-47.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: Raimundo Alexandre Farias de Alencar - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: GILMAR MARTINS MONTEIRO (OAB 6520/AM), ADV: MARIA AMÁVIA DE SOUZA CAMPOS (OAB 2693/AM), ADV: JAQUELINE VEIGA PAIXÃO (OAB 5163/AM), ADV: SÔNIA D'ARC OLIVEIRA BARROS DE CARVALHO (OAB 4071/AM) - Processo 0628184-62.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: Mirtis Barbosa de Oliveira - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: HÉLVIA SOCORRO FERNANDES DE CASTRO PEREIRA (OAB 6597/AM) - Processo 0629979-40.2018.8.04.0001 - Usucapião - Usucapião Especial (Constitucional) - REQUERENTE: Edilene Costa dos Santos - REQUERIDA: Agripina Argentina de Almeida e Jorge Carneiro da Silva Mesquita - A Dra. Dinah Câmara Fernandes de Souza, MM. Juíza de Direito, respondendo cumulativamente, pela Vara de Registros Públicos e Usucapião da Comarca de Manaus, conforme Portaria n° 1762/2019-PTJ, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, AGRIPINA ARGENTINA DE ALMEIDA E JORGE CARNEIRO DA SILVA MESQUITA e seus herdeiros e/ou sucessores, atualmente, com endereço em local incerto e não sabido e demais interessados ausentes, incertos e desconhecidos, para os termos do processo em epígrafe, na qual figura como Requerente, Edilene Costa dos Santos, Rua Francisco Orellana, Casa n° 285, M.E n° 279, Dom Pedro I, CEP 69040-010, Manaus-AM, para, querendo, contestar(em) os termos da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, a presente ação de usucapião. Em caso de revelia será nomeado curador especial (art. 257, inciso IV do CPC). O imóvel usucapiendo está localizado no endereço: RUA FRANCISCO ORELLANA, CASA Nº 285, M.E Nº 279, DOM PEDRO I, CEP 69040-010, MANAUS-AM, com as seguintes limitações: NORTE, com a Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas -FCECON, Rua Francisco Orellana, nº 215, Dom Pedro I; SUL, com a Sra. Lindalva Cardoso de Lima, Beco Santa Etelvina, nº 218, Dom Pedro I; LESTE, com o Sr. Edemir Costa dos Santos, Rua Francisco Orellana, nº 279, Dom Pedro I; OESTE, com a Sra. Goana Costa de Souza, Rua Francisco Orellana, nº 124, Dom Pedro I. Em, 26 de agosto de 2019. Eu, Jorge Glauber Lira Barros, Diretor de Secretaria, o confiro e subscrevo.

ADV: REBECA DANTAS DIB (OAB 8909/AM), ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM) - Processo 0648387-79.2018.8.04.0001 - Regularização de Registro Civil - Seção Cível - REQUERENTE: João Marcos Paiva da Silva - Vistos etc... Retificação de registro civil proposta pelo requerente, em epígrafe, onde pretende-se alterar registro de nascimento assentado sob o termo nº 4975, fls. 331, livro A-06, do cartório do Registro Civil da Comarca de Maués-AM, para que seja incluído em seu nome o sobrenome "Nobre" de seu genitor. Requerimento instruído com os documentos necessários. Instada a manifestar-se, a nobre representante ministerial opinou pelo deferimento do pedido, nos termos formulados. É o breve relatório. DECIDO. Sem mais delongas, assiste razão ao requerente. De fato, há nos autos, elementos probatórios que demonstram que o sobrenome paterno do autor é "Nobre da Silva", consoante fls. 15/16, e o sobrenome Silva não será excluído. Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pela parte autora, nos termos do art. 57 da Lei 6.015/73, a fim de que seja retificado o registro público mencionado, para que no assento de nascimento da requerente passe a constar seu nome como " João Marcos Paiva Nobre da Silva", na forma constante da inicial. Sem custas, nos termos do art. 30 § 1º e §2º, da Lei 6.015/73. Determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Após, arquive-se. P.R.I

ADV: LEONARDO CUNHA E SILVA DE AGUIAR (OAB 3470/AM) - Processo 0660823-70.2018.8.04.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Maria Hilda da Silva Brito e outro - REQUERIDA: Naomi Miyazai Bastos e outro - A Dra. Dinah Câmara Fernandes de Souza, MM. Juíza de Direito, respondendo cumulativamente, pela Vara de Registros Públicos e Usucapião da Comarca de Manaus, conforme Portaria n° 1762/2019-PTJ, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, MITSURU INOUE E NAOMI MIYAZAI BASTOS e seus herdeiros e/ou sucessores, atualmente, com endereço em local incerto e não sabido e demais interessados ausentes, incertos e desconhecidos, para os termos do processo em epígrafe, na qual figura como Requerente, Maria Hilda da Silva Brito e Elielto dos Santos Brito, Travessa Pequim, n° 21, Quadra "O", Conjunto Jardim Oriente, Parque Dez, CEP 69054-229, Manaus-AM, para, querendo, contestar(em) os termos da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, a presente ação de usucapião.

Em caso de revelia será nomeado curador especial (art. 257, inciso IV do CPC). O imóvel usucapiendo está localizado no endereço: TRAVESSA PEQUIM (ANTIGA RUA FUKUSHIMA), N° 21, M.E 280, QUADRA"O", CONJUNTO JARDIM ORIENTE, PARQUE DEZ, CEP 69054-229, MANAUS-AM, com as seguintes limitações: NORTE, com a Sra. Geysa Cristine Ferreira Cavalcante, Travessa Pequim, nº 20, Parque Dez; SUL, com o Sr. Edmilson Marques da Costa, Rua Honshu, nº 209, Parque Dez; LESTE, com a Sra. Osmarina Gomes Magalhães, Travessa Pequim, nº 23, Parque Dez; OESTE, com a Sra. Cristiane Naiara Araujo de Souza, Rua Honshu, nº 90, Parque Dez. Em, 26 de agosto de 2019. Eu, Jorge Glauber Lira Barros, Diretor de Secretaria, o confiro e subscrevo.

Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
Airton Jose Ferreira Alves (OAB 11852/AM)
Antônio Carlos Kimak Segundo (OAB 5002/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 2677/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
DENISE ALBUQUERQUE CERVINHO MARTINS (OAB 10811/AM)
Ewerton Almeida Ferreira (OAB 6839/AM)
Fabiana Nogueira Neris (OAB 12366/AM)
Gilmar Martins Monteiro (OAB 6520/AM)
Guilherme Gustavo Vasques Mota (OAB 5663/AM)
Hélvia Socorro Fernandes de Castro Pereira (OAB 6597/AM)
Jaqueline Veiga Paixão (OAB 5163/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Leonardo Cunha e Silva de Aguiar (OAB 3470/AM)
Maria Amávia de Souza Campos (OAB 2693/AM)
Mario Antonio Dantas de Oliveira Couto (OAB 43497/RJ)
Max Eduardo Vieira Sarubi (OAB 9540/AM)
Nancy Maggio (OAB 6460/AM)
Nilson de Melo Santos (OAB 10915/AM)
Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB 3135/AM)
Rebeca Dantas Dib (OAB 8909/AM)
Renan Pena Martins (OAB 10805/AM)
Sônia D'Arc Oliveira Barros de Carvalho (OAB 4071/AM)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 1295A/AM)

2ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0370/2019

ADV: CIRLEY KURY GIMACH DA SILVA (OAB 5833/AM) - Processo 0029008-95.2004.8.04.0001 (001.04.029008-6) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Latrocínio - DENUNCIADO: Franciney Marans de Oliveira e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0029008-95.2004.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 5833/AM - Cirley Kury Gimach da Silva, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 11/09/2019 às 11:30h, concernente ao Processo nº 0029008-95.2004.8.04.0001, onde figura como Réu Franciney Marans de Oliveira, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 29/08/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: TÂNIA REGINA JARDIM LUNARDI (OAB 7188/AM), ADV: SILVANA MARIA IÚDICE DA SILVA (OAB 452/AM) - Processo 0200437-47.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - VÍTIMAFATO: NOE CORREIA DANTAS - Transportes Bertolini Ltda. - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0200437-47.2015.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) da Vítima Transportes Bertolini LTDA, o(a) Dr (a). 452/AM - Silvana Maria Iúdice da Silva, 7188/AM - Tânia Regina Jardim Lunardi, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 11/09/2019 às 11:45h, concernente ao Processo nº 0200437-47.2015.8.04.0001, onde figura como Réu Nilton Barbosa Rolim e Hewerton Silva de Oliveira, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 29/08/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: NELSON JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA (OAB 5103/AM), ADV: CRISTINA SEFFAIR DE SOUZA (OAB 3022/AM) - Processo 0216465-32.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: Ivanilson Ramos Santarém e outro - Compulsando os presentes autos, verifico que, conforme certidão de fls. 445, o acusado foi intimado através de seu patrono para apresentar Alegações Finais. Transcorrido o prazo de 05 (cinco) dias estabelecido no art. 403, § 3o do CPP, a parte permaneceu inerte. Desta forma, intime-se o patrono do acusado para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente as Alegações Finais ou sua renúncia, sob pena de incorrer em infração disciplinar, conforme disposto no art. 34, IX da Lei nº 8.906/94. Não havendo manifestação no prazo estabelecido, oficie-se a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/AM para que sejam tomadas as providências cabíveis. Na mesma oportunidade, intime-se pessoalmente o acusado para, querendo apresentar novo patrono no prazo de 10 (dez) dias. Ultrapassado este prazo sem manifestação, nomeio desde já, o defensor público atuante neste juízo para apresentar alegações finais em nome do acusado. À Secretaria para providências cabíveis.

ADV: ADNA LIMA DA SILVA (OAB 11171/AM) - Processo 0225631-10.2019.8.04.0001 (processo principal 0249200-84.2012.8.04.0001) - Insanidade Mental do Acusado - Crimes Militares - EXCEPTO: Lindomar Palmério Nogueira - Determino que seja pautada nova data para a perícia médica em que o acusado deverá comparecer com os documentos referentes ao período do acidente e o posterior, em que fazia uso de medicação. À Secretaria para providências.

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM) - Processo 0605308-50.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Kenny Roger de Sales Elias e outros - Trata-se de Recurso de Apelação interposto contra a Sentença proferida às fls. 740/783 por este juízo. Quanto aos requisitos de admissibilidade, primeiramente verifico estarem devidamente demonstrada a legitimidade da parte e seu interesse de agir. Por outro lado, o recurso apresentado se amolda a hipótese prevista no art. 593, I do CPP. Ademais, quanto a tempestividade, verifico que o apelante apresentou o recurso antes da intimação, respeitando, desta forma, o prazo de 05 (cinco) dias previsto no art. 593 do CPP. Desta forma, recebo o presente recurso de apelação em seus efeitos legais. Encaminhe-se ao Egrégio Tribunal de Justiça para as providências subsequente, nos termos do art. 600, §4odo CPP. Cumpra-se.

ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0619066-96.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação Qualificada - RÉU: Adriano Carmo Nogueira - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0619066-96.2018.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 3455/AM - Sandra Regina dos Santos, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser

realizada no dia 01/10/2019 às 09:00h, concernente ao Processo nº 0619066-96.2018.8.04.0001, onde figura como Réu Adriano Carmo Nogueira, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 30/08/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: MEISE CRISTINA MARQUES DOS SANTOS (OAB 11246/AM) - Processo 0633997-70.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Alexandre Moraes Sales e outros - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0633997-70.2019.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 11246/AM - Meise Cristina Marques dos Santos, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 25/09/2019 às 10:45h, concernente ao Processo nº 0633997-70.2019.8.04.0001, onde figura como Réu Felipe Moura da Silva, Francisco Ferreira de Souza, Gedeao de Souza Pereira Lisboa e Alexandre Moraes Sales, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 29/08/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM) - Processo 0639938-98.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Roubo - INDICIADO: Gledson Thiago Castro de Oliveira - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0639938-98.2019.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 12473/AM - Érica Cândida Costa, 7258/AM - Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga, 6541/AM - Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 25/09/2019 às 11:15h, concernente ao Processo nº 0639938-98.2019.8.04.0001, onde figura como Réu Gledson Thiago Castro de Oliveira, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 29/08/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

Adna Lima da Silva (OAB 11171/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Cirley Kury Gimach da Silva (OAB 5833/AM)
Cristina Seffair de Souza (OAB 3022/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)
Meise Cristina Marques dos Santos (OAB 11246/AM)
Nelson José Oliveira da Silva (OAB 5103/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Silvana Maria Iúdice da Silva (OAB 452/AM)
Tânia Regina Jardim Lunardi (OAB 7188/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO SUZI IRLANDA ARAUJO GRANJA DA SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DANIEL FONSECA DE ALBUQUERQUE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0368/2019

ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0215825-87.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - DENUNCIADO: Antonio Josimar Garcia da Silva e outro - Sentença: Pela ordem, o Ministério Público desistiu da oitiva da testemunha e vítimas ausentes e se manifestou pela absolvição dos réus a defesa acompanhou a promoção Ministerial. A MMa. Juíza de Direito proferiu a seguinte sentença: Compulsando o caderno processual, não verifico elementos suficientes para a formação de um juízo de certeza, necessário para uma condenação. Isto porque, as testemunhas arroladas não compareceram em Juízo para confirmar os fatos narrados durante a fase inquisitorial. Ademais, o acusados negaram a autoria do delito Desta forma, tendo em vista que os indícios colhidos durante a fase inquisitorial não foram confirmados em juízo, entendo que não existem provas sólidas para formação de um convencimento condenatório e, nesse caso, a dúvida sobre autoria do crime impõe a aplicação da máxima in dubio pro reo posto decorrente dos princípios da reserva legal e da presunção de inocência. Decisão. Pelo exposto, não comprovada a autoria do crime imputado aos acusados, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos formulados na denúncia e ABSOLVO ANTONIO JOSIMAR GARCIA DA SILVA E LEIDIANE BARBOSA DE MENEZES, pela prática do delito tipificado no art. 180, caput do Código Penal, com fundamento no art. 386, IV, do CPP. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa nos autos, arquivando-os. À Secretaria para providências.

ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0215825-87.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - DENUNCIADO: Antonio Josimar Garcia da Silva e outro - Sentença: Pela ordem, o Ministério Público desistiu da oitiva da testemunha e vítimas ausentes e se manifestou pela absolvição dos réus a defesa acompanhou a promoção Ministerial. A MMa. Juíza de Direito proferiu a seguinte sentença: Compulsando o caderno processual, não verifico elementos suficientes para a formação de um juízo de certeza, necessário para uma condenação. Isto porque, as testemunhas arroladas não compareceram em Juízo para confirmar os fatos narrados durante a fase inquisitorial. Ademais, o acusados negaram a autoria do delito Desta forma, tendo em vista que os indícios colhidos durante a fase inquisitorial não foram confirmados em juízo, entendo que não existem provas sólidas para formação de um convencimento condenatório e, nesse caso, a dúvida sobre autoria do crime impõe a aplicação da máxima in dubio pro reo posto decorrente dos princípios da reserva legal e da presunção de inocência. Decisão. Pelo exposto, não comprovada a autoria do crime imputado aos acusados, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos formulados na denúncia e ABSOLVO ANTONIO JOSIMAR GARCIA DA SILVA E LEIDIANE BARBOSA DE MENEZES, pela prática do delito tipificado no art. 180, caput do Código Penal, com fundamento no art. 386, IV, do CPP. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa nos autos, arquivando-os. À Secretaria para providências.

Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)

6ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANAGALI MARCON BERTAZZO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CRISTIANE ROMANO TAVARES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0230/2019

ADV: WANDERLÚCIO DE SOUZA VASCONCELOS (OAB 9850/AM) - Processo 0642955-45.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - ACUSADO: Charles Junior da Silva - Instrução e Julgamento Data: 18/09/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM) - Processo 0644881-61.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - ACUSADO: Neycivan Carvalho da Silva - Jéssica Marques Menezes - Marcelo Lopes Travassos - Assim sendo, RECEBO A DENÚNCIA em todos os seus termos, para que surta os efeitos jurídicos pertinentes, inclusive, o de interromper a prescrição. Com fulcro nos princípios da celeridade processual e da cooperação, intime-se, via DJE, o patrono constituído para que apresente o respectivo ato processual. Em concomitância, cite-se o acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme preceitua o artigo 396 do Código de Processo Penal:

Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)

Wanderlúcio de Souza Vasconcelos (OAB 9850/AM)

8ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0853/2019

ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0200678-16.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - AUTORFATO: EDUARDO MARINHO CRUZ - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 04/06/2020, às 10:00h, na Sala padrão.

ADV: SUELEN CRISTINA MAIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 4345/AM), ADV: KÁTIA REGINA REIS DE OLIVEIRA (OAB 3703/AM), ADV: ELIANE COELHO DA SILVA (OAB 8376/AM), ADV: FLAVÍCIA DIAS DE SOUZA (OAB 6950/AM) - Processo 0201225-90.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Delciney Galucio Cerdeira - David Gama Ribeiro - Designo o dia 05/03/2020, às 09:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: JAQUELINE MONTENEGRO DA CRUZ (OAB 7763/AM) - Processo 0204881-32.2016.8.04.0020 (apensado ao processo 0204888-24.2016.8.04.0020) - Termo Circunstanciado - Injúria - AUTORAFATO: HELEN MARA BELEZA MENESES - Designo o dia 02/09/2019, às 11:30h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: EMERSON FABRÍCIO NOBRE DOS SANTOS (OAB 4147/AM), ADV: JAMES RODRIGUES MOREIRA (OAB 8227/AM), ADV: LUÍS MAGNUM BARROS SANTOS (OAB 8512/AM) - Processo 0208605-33.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: A.C.M. - D.G.V. - K.T.S. e outro - Designo o dia 26/09/2019, às 09:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: ROGER MOREIRA DE QUEIROZ (OAB 2909/AM) - Processo 0217745-96.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Ordem Tributária - RÉU: Raimundo Pereira de Sousa Filho - Certifico, para os devidos fins, que a audiência pautada para data de hoje foi redesignada para o dia 30/09/2019, às 09:00h, na Sala padrão, em razão da ausência da MM. Juíza por motivo de saúde.

ADV: LEANDRO REBELO DE PAULA (OAB 11851/AM) - Processo 0223445-53.2015.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Roubo Majorado - RÉU: Edilson Batista do Nascimento e outro - Designo o dia 03/09/2019, às 10:30h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: RUSTENE ROCHA MONTEIRO (OAB 11974/AM) - Processo 0225198-79.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - VÍTIMAFATO: PROSEGUIR BRASIL S/A TRANSPORTE DE VALORES E SEGURANÇA - INDICIADO: Jocivaldo dos Santos Pimentel e outro - Designo o dia 27/11/2019, às 10:45h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: TADEUZA BENTES DE ALMEIDA (OAB 8205/AM) - Processo 0227990-40.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Júnior Coutinho Avelar e outro - Designo o dia 03/09/2019, às 11:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM), ADV: LUCIMAR VIDINHA GOMES (OAB 9318/AM) - Processo 0228059-09.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: Ana Joelma Alcantara da Silva - Designo o dia 02/09/2019, às 11:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: ROGER MOREIRA DE QUEIROZ (OAB 2909/AM) - Processo 0229547-91.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Eloita Gonçalves Sena - Certifico, para os devidos fins, que a audiência pautada para data de hoje foi redesignada para o dia 25/09/2019, às 11:45h, na Sala padrão, em razão da ausência da MM. Juíza por motivo de saúde.

ADV: EDUARDO AUGUSTO DA SILVA DIAS (OAB 5857/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: ANA CRISTINA MARINHO BESSA (OAB 11702/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM) - Processo 0231907-62.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU PRESO: Jarlisson da Silva Castro - Joelson Carvalho da Silva - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 04/03/2020, às 10:30h, na Sala padrão.

ADV: JOSA PAULA ALVES FURTADO (OAB 7811/AM), ADV: PEDRO NORONHA MONSALVE JÚNIOR (OAB 10511/AM), ADV: RAFAEL SANTOS DA SILVA (OAB 9955/AM), ADV: ELISANDRA ANJOS DOS REIS (OAB 9575/AM), ADV: JOÃO MARIA DE MOURA (OAB 3389/AM), ADV: RODRIGO SÁVIO BRASIL DE LIMA (OAB 11255/AM), ADV: ALEXANDRE PEREIRA PINTO (OAB 8997/AM), ADV: TONNY ANDRÉ DE SOUZA SILVA (OAB 8893/AM), ADV: VIVIANE LOPES SOARES (OAB 10534/AM), ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM) - Processo 0236340-12.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Joelson de Barros Pereira - Glemeson Souza Cardoso - Gustavo dos Santos Maciel Mesquita - Designo o dia 02/09/2019, às 11:00h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM) - Processo 0236849-11.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Udson Santos de Andrade - Certifico, para os devidos fins, que a audiência pautada para data de hoje foi redesignada para o dia 23/09/2019, às 09:00h, na Sala padrão, em razão da ausência da MM. Juíza por motivo de saúde.

ADV: JADISMAR SOUZA LIMA (OAB 3307/AM) - Processo 0239431-47.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Sidney da Silva Marinho - Certifico, para os devidos fins, que a audiência pautada para data de hoje foi redesignada para o dia 26/09/2019, às 10:15h, na Sala padrão, em razão da ausência da MM. Juíza por motivo de saúde.

ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM) - Processo 0247657-46.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Welken John Oliveira Coelho - Designo o dia 30/09/2019, às 10:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM), ADV: RAIMUNDO NONATO DE MORAES BRANDÃO (OAB 8253/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: MANOEL DIAS BARBOSA (OAB 6736/AM), ADV: SULENE SOCORRO CARVALHO VERISSIMO DE OLIVEIRA (OAB 2557/AM), ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0248745-22.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0211395-63.2013.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Francisco Adriano Oliveira da Silva - Maria Karina Queiroz Bruno - Aline Cristine Batista de Oliveira e outros - Designo o dia 18/09/2019, às 11:30h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: AMARILDO PEREIRA DA SILVA (OAB 3228/AM), ADV: VILSON GOMES BENAYON FILHO (OAB 4820/AM), ADV: ELBE RENAN DE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 9883/AM) - Processo 0250633-89.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Falsificação de documento público - RÉU: Renan de Oliveira Chaves - Designo o dia 26/09/2019, às 11:00h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: DELIAN PEREIRA DOS SANTOS (OAB 11743/AM) - Processo 0250683-57.2009.8.04.0001 (001.09.250683-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Fé Pública - RÉU: Paulo Henrique de Melo Pacó - Designo o dia 26/09/2019, às 11:30h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM) - Processo 0252889-39.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Ronald Natividade de Souza - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência designada para o dia 16/10/2019, às 12:00h, será realizada na mesma data, porém no horário das 10:45h na Sala padrão.

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: ROGER MOREIRA DE QUEIROZ (OAB 2909/AM) - Processo 0257457-30.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Incêndio - RÉ: Edmar Ferreira de Melo - Gabriel Silva Menezes e outros - Designo o dia 24/09/2019, às 09:00h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: REGINALDO DA SILVA CONRADO (OAB 11267/AM) - Processo 0259457-03.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Gilmar Neres de Souza e outro - Certifico, para os devidos fins, que a audiência pautada para data de hoje foi redesignada para o dia 30/09/2019, às 11:45h, na Sala padrão, em razão da ausência da MM. Juíza por motivo de saúde.

ADV: CARMEM OLIVEIRA ALENCAR (OAB 13038/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM) - Processo 0606389-97.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Henrique Augusto de Souza Silva - Staicy Moreira Valente e outro - Designo o dia 03/09/2019, às 09:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: ADRIANO PEREIRA BONETH (OAB 8862/AM), ADV: WILIAN DOS SANTOS TORRES JÚNIOR (OAB 11026/AM), ADV: ALLAN YUNES DA ROCHA (OAB 12748/AM), ADV: DEIVESON WUANDERSON DE SENA LIMA (OAB 14258/AM) - Processo 0607111-34.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Adriano Bentes Ribeiro - Josias Xavier Santana - Rodrigo Araujo Moraes e outro - Designo o dia 10/09/2019, às 11:45h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0611536-41.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: Gerberson Oliveira Lima - Designo o dia 04/09/2019, às 09:30h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: DAVIDSON REIS DA SILVA (OAB 8228/AM) - Processo 0611766-49.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Francisco Dylon Azevedo da Silva - Certifico, para os devidos fins, que a audiência pautada para data de hoje foi redesignada para o dia 25/09/2019, às 09:45h, na Sala padrão, em razão da readequação da pauta.

ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM) - Processo 0613391-26.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU PRESO: Wisiman do Art Lucena - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 26/02/2020, às 09:30h, na Sala padrão.

ADV: PHILLIP CAVALCANTE DO CARMO (OAB 13253/AM), ADV: WANDERSON OLIVEIRA FREIRE ALBERTINO (OAB 12862/AM), ADV: ARTHUR DA COSTA PONTE (OAB 11757/AM) - Processo 0614988-59.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Felipe do Rosario Bezerra - Marcos Paulo dos Santos Pessoa - Certifico, para os devidos fins, que a audiência pautada para data de 23/09/2019 foi redesignada para o dia 10/03/2020, às 10:45h, na Sala padrão, em razão da readequação de pauta.

ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0615581-88.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: Ivan Diego Castro Lopes - Designo o dia 03/09/2019, às 11:00h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: RAFAEL SANTOS DA SILVA (OAB 9955/AM) - Processo 0616665-61.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Vitor Lucas Teixeira dos Santos - Certifico, para os devidos fins, que a audiência pautada para data de hoje foi redesignada para o dia 26/02/2020, às 10:30h, na Sala padrão, em razão da readequação da pauta.

ADV: RAYNA COELHO BARBOSA (OAB 12222/AM) - Processo 0617533-68.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Nelson Francisco Araújo Meireles e outro - Designo o dia 09/09/2019, às 11:00h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: MOACYR RAMOS CANUTO FILHO (OAB 9674/AM) - Processo 0619300-78.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉ: Itala Cristina Freire dos Santos - Designo o dia 03/09/2019, às 09:45h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: SUDJANE DA LUZ RODRIGUES (OAB 6718/AM), ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM), ADV: CHRISTIANO DE OLIVEIRA SANTIAGO (OAB 9536/AM) - Processo 0625704-48.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor - RÉU: Rafael Oliveira da Silva - Designo o dia 04/09/2019, às 10:00h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: FABÍOLA DA SILVA GUIMARÃES (OAB 8422/AM), ADV: OTÁVIO DIAS PEDROSA FILHO (OAB 9559/AM), ADV: RUSTENE ROCHA MONTEIRO (OAB 11974/AM) - Processo 0625717-13.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Adriano Jorge Lopes Cordovil e outro - Certifico, para os devidos fins, em cumprimento à decisão retro, que resta designado o dia 19/09/2019, às 10:00h, na Sala padrão, para realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM) - Processo 0625776-98.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Ricardo Amaro de Oliveira e outro - Certifico, para os devidos fins, em cumprimento à decisão retro, que resta designado o dia 23/09/2019, às 11:00h, na Sala padrão, para realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: ANTÔNIO AZEVEDO DE LIRA (OAB 5474/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO LOBO DA SILVA COSTA (OAB 7106/AM) - Processo 0627177-74.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Peculato - REPTADA: CLEOMIRTES DA SILVA SALES - Alzenir Barroso Lopes - Designo o dia 03/09/2019, às 10:00h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM) - Processo 0635406-18.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Rugleson Lima de Vasconcelos - Certifico, para os devidos fins, que a audiência pautada para data de hoje foi redesignada para o dia 17/02/2020, às 11:45h, na Sala padrão, em razão da ausência da MM. Juíza por motivo de saúde.

ADV: DHEYMISON ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 12223/AM) - Processo 0643972-19.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: VITOR LIMA BEZERRA - Certifico, para os devidos fins, que a audiência pautada para data de hoje foi redesignada para o dia 25/02/2020, às 11:00h, na Sala padrão, em razão da readequação da pauta.

ADV: DIANA CAROLINA GALLEGOS ARMAS (OAB 13874/AM), ADV: LARISSA VENANCIO COUTINHO (OAB 13943/AM), ADV: BALTAZAR SOARES DE OLIVEIRA (OAB 14398/AM), ADV: THIAGO NOBRE ROSAS (OAB 4773/AM) - Processo 0659565-25.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Juliano Teixeira Souza - Jhones Martins Brito - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência designada para o dia 14/10/2019, às 11:45h, será realizada na mesma data, porém no horário das 10:30h na Sala padrão.

Adriano Pereira Boneth (OAB 8862/AM)
ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM)
Alexandre Pereira Pinto (OAB 8997/AM)
Allan Yunes da Rocha (OAB 12748/AM)
Amarildo Pereira da Silva (OAB 3228/AM)
Ana Cristina Marinho Bessa (OAB 11702/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)

Antônio Azevedo de Lira (OAB 5474/AM)
Arthur da Costa Ponte (OAB 11757/AM)
Baltazar Soares de Oliveira (OAB 14398/AM)
Carmem Oliveira Alencar (OAB 13038/AM)
Christiano de Oliveira Santiago (OAB 9536/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
Davidson Reis da Silva (OAB 8228/AM)
DEIVESON WUANDERSON DE SENA LIMA (OAB 14258/AM)
Delian Pereira dos Santos (OAB 11743/AM)
Dheymison Albuquerque da Silva (OAB 12223/AM)
Diana Carolina Gallegos Armas (OAB 13874/AM)
Eduardo Augusto da Silva Dias (OAB 5857/AM)
Eguinaldo Gonçalves de Moura (OAB 3761/AM)
Elbe Renan de Oliveira da Silva (OAB 9883/AM)
Eliane Coelho da Silva (OAB 8376/AM)
Elisandra Anjos dos Reis (OAB 9575/AM)
Emerson Fabrício Nobre dos Santos (OAB 4147/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Fabíola da Silva Guimarães (OAB 8422/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Flavícia Dias de Souza (OAB 6950/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Gilvan Pereira Dácio (OAB 12781/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Henrique da Silva Braga (OAB 9379/AM)
Jadismar Souza Lima (OAB 3307/AM)
James Rodrigues Moreira (OAB 8227/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
Jaqueline Montenegro da Cruz (OAB 7763/AM)
João Maria de Moura (OAB 3389/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Josa Paula Alves Furtado (OAB 7811/AM)
Kátia Regina Reis de Oliveira (OAB 3703/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Larissa Venancio Coutinho (OAB 13943/AM)
Leandro Rebelo de Paula (OAB 11851/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Lucimar Vidinha Gomes (OAB 9318/AM)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Luís Magnum Barros Santos (OAB 8512/AM)
Manoel Dias Barbosa (OAB 6736/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Moacyr Ramos Canuto Filho (OAB 9674/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Otávio Dias Pedrosa Filho (OAB 9559/AM)
Pedro Noronha Monsalve Júnior (OAB 10511/AM)
Phillip Cavalcante do Carmo (OAB 13253/AM)
Rafael Santos da Silva (OAB 9955/AM)
Raimundo Nonato de Moraes Brandão (OAB 8253/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Rayna Coelho Barbosa (OAB 12222/AM)
Reginaldo da Silva Conrado (OAB 11267/AM)
Richardson Martins Praia Braga (OAB 4786/AM)
Rodrigo Otávio Lobo da Silva Costa (OAB 7106/AM)
Rodrigo Sávio Brasil de Lima (OAB 11255/AM)
Roger Moreira de Queiroz (OAB 2909/AM)
Rômulo Almeida do Nascimento (OAB 2150/AM)
Rustene Rocha Monteiro (OAB 11974/AM)
Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)
Sudjane da Luz Rodrigues (OAB 6718/AM)
Suelen Cristina Maia de Almeida Albuquerque (OAB 4345/AM)
Sulene Socorro Carvalho Verissimo de Oliveira (OAB 2557/AM)
Tadeuza Bentes de Almeida (OAB 8205/AM)
Thiago Nobre Rosas (OAB 4773/AM)
Tonny André de Souza Silva (OAB 8893/AM)
Vilson Gomes Benayon Filho (OAB 4820/AM)
Viviane Lopes Soares (OAB 10534/AM)
Wanderson Oliveira Freire Albertino (OAB 12862/AM)
Wilian dos Santos Torres Júnior (OAB 11026/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0856/2019

ADV: AMARILDO PEREIRA DA SILVA (OAB 3228/AM), ADV: ELBE RENAN DE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 9883/AM), ADV: VILSON GOMES BENAYON FILHO (OAB 4820/AM) - Processo 0250633-89.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Falsificação de documento público - RÉU: Renan de Oliveira Chaves - Intime-se a defesa do réu para se manifestar, no prazo de 5 dias, acerca da desistência ou insistência das testemunhas que arrolou. O endereço da testemunha FRANCISCO não foi encontrado, enquanto a testemunha SÂMARA não reside mais no endereço. Ressalte-se que a inércia após o prazo de 05 dias para manifestação, implicará na desistência das referidas testemunhas.

Amarildo Pereira da Silva (OAB 3228/AM)
Elbe Renan de Oliveira da Silva (OAB 9883/AM)
Vilson Gomes Benayon Filho (OAB 4820/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0852/2019

ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0641049-20.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Roubo Majorado - INVESTIGAD: C.S.A. - I.V.G. - Ante o exposto, consoante parecer do Ministério Público, INDEFIRO os pedidos de revogação das prisões preventivas (fls. 39/46 e 55/62), para manter os Investigados CASSIANO DA SILVA ARRAIS e IRLAN VIANA GUIMARAES preventivamente sob a custódia estatal, com supedâneo nos artigos 312 e 313, I, do Código de Processo Penal.

Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0854/2019

ADV: EUTHICIANO MENDES NUNIZ (OAB A733/AM) - Processo 0620507-78.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Jonison Silveira Barros e outro - nalisando o pedido de fl. 232, constata-se que o Advogado peticionante não justificou a impossibilidade de sua presença no ato processual, porquanto não trouxe aos autos qualquer documento que comprove a alegada viagem a trabalho, de modo que se mostra incabível o deferimento da pretensão almejada. Ante o exposto, INDEFIRO o requerimento de fl. 232. À secretaria para as providências pertinentes. Cumpra-se. Manaus, 26 de agosto de 2019

Euthiciano Mendes Nuniz (OAB A733/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0855/2019

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM) - Processo 0606802-13.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: W.M.S. e outros - Ante o exposto, consoante parecer do Ministério Público, INDEFIRO o pedido de liberdade provisória com aplicação das medidas cautelares diversas da prisão (fls. 63/69 e 76/79), para manter o réu WENDEL MAR E SOUZA preventivamente sob a custódia estatal, com supedâneo nos artigos 312 e 313, I, do Código de Processo Penal.

Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)

10ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO HENRIQUE VEIGA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0513/2019

ADV: ROSÂNGELA AMORIM DA SILVA (OAB 5760/AM) - Processo 0225648-90.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Carlos Lucas Souza dos Santos e outro - Autos nº:0225648-90.2012.8.04.0001 DESPACHO 1. Diante das certidões das fls. 301 e 293, colha-se manifestação dos advogados do réu, no prazo de 05 (cinco) dias, para que indiquem os atuais paradeiros das testemunhas JONHN PETERSON DA SILVA DINIZ e ELIANA SANTOS PAIXÃO, com a indicação circunstanciada dos seus endereços atualizados. 2. Outrossim, a defesa poderá desistir dos depoimentos das aludidas testemunhas ou substituí-las. 3. Após, voltem-me os autos conclusos. Manaus, 30 de agosto de 2019. Henrique Veiga Lima Juiz de Direito

Rosângela Amorim da Silva (OAB 5760/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO HENRIQUE VEIGA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0514/2019

ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM), ADV: ELIZANDRA LUCIANE PINTO DA SILVA (OAB 12704/AM) - Processo 0618416-15.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: João de Souza Sabino - O denunciado respondeu à acusação no prazo legal, em obediência ao art. 396, do Código de Processo Penal. Porém, não suscitou preliminares. Por outro lado, não vislumbro a ocorrência das hipóteses de excludentes de ilicitude, culpabilidade, tipicidade e punibilidade, a ensejar a absolvição sumária dos acusados, conforme previsto no art. 397, do Código de Processo Penal. Assim, considerando a existência do crime e indícios suficientes de autoria, determino a instrução do feito e designo audiência de instrução e julgamento para o dia 11/09/2019, às 11h30min. Requisite-se à autoridade carcerária a apresentação do réu. Notifiquem-se todos, inclusive o Ministério Público. Juntem-se os laudos periciais e as certidões criminais pertinentes. Cumpram-se as eventuais diligências requestadas pelo órgão ministerial e pela defesa. Demais providências pela Secretaria da Vara. Intime-se.

Elizandra Luciane Pinto da Silva (OAB 12704/AM)
Gilvan Pereira Dácio (OAB 12781/AM)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

O Doutor Genesino Braga Neto, Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil.

Processo Nº 0338276-95.2007.8.04.0001

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria da 10ª Vara Criminal, situada à Rua Paraíba, s/nº, 2º andar, Setor 03, Adrianópolis - CEP 69.061-970, Fone: 3303-5144, Manaus-AM, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu **Gesivaldo Pandura da Cunha**, brasileiro, natural de Nova Olinda do Norte, nascido em 05/03/1981, filho de Evaldo Sebastião Pandura e Margarida Rosena da Costa, residente e domiciliado nesta cidade, à época do fato na na rua São Geraldo n.° 851 ou 691, parque São Lázaro, denunciado por suposta prática de crime capitulado no art. 157, §2°, I e II do Código Penal Brasileiro. Esgotados os meios para encontrar o réu acima nominado, o MM. Juiz manda expedir o presente Edital com prazo de 15 dias, para notificar o réu de que deverá comparecer a este Juízo no dia **28/10/2019 às 10:00h**, a fim de participar de Audiência de Instrução e Julgamento nos autos deste processo. ADVERTÊNCIA: O processo seguirá sem a presença do réu, caso não compareça ao referido ato processual, conforme preceitua o art. 367 do Código de Processo Penal. E, para que chegue ao conhecimento do réu e que, no futuro, ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico e afixado na porta principal da 10ª Vara Criminal. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 30/08/2019. Eu, Rebeca Gomes Saunier, Estagiária, o digitei, e Manrique Motta Maciel Júnior, Diretor de Secretaria, o conferiu.

Henrique Veiga Lima
Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal

11ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0643/2019

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0214792-96.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - INDICIADO: Jean Pereira dos Santos - Cleoson Lopes do Nascimento - Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia, para condenar os réus JEAN PEREIRA DOS SANTOS e CLEOSON LOPES DO NASCIMENTO, já qualificados, como incurso nas penas do artigo 155, § 4º, inciso IV c/c art. 14, II, ambos do Código Penal.

ADV: JEFF DAVID MAC DONALD DA SILVEIRA (OAB 5696/AM), ADV: JOHNNY AROUCHA BRITO (OAB 5943/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: LUIZ SERGIO VIEIRALVES DONATO LOPES FILHO (OAB 5338/AM), ADV: MOISÉS VIEIRA QUEIROZ (OAB 2830/AM) - Processo 0214879-91.2010.8.04.0001 (001.10.214879-2) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Anderson Diogo Alves Andrade - Domingos Jouberto Martins Rodrigues - WELLINGTON DE NAZARE ALBUQUERQUE JUNIOR - Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia, para condenar os réus ANDERSON DIOGO ALVES ANDRADE e DOMINGOS JOUBERTO MARTINS RODRIGUES, já qualificados, como incurso nas penas do artigo 155, § 4º, inciso IV do Código Penal e para absolver o réu WELLINGTON DE NAZARÉ ALBUQUERQUE JÚNIOR, também devidamente qualificado, das sanções que lhe foram impostas, com fulcro no art. 386, inciso VII, do CPP.

ADV: LÚCIA PORTO VEIGA MALAVASI (OAB 485A/AM), ADV: JEFFERSON LABORDA DA SILVA (OAB 4322/AM), ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM), ADV: HILDA MARIA FIGUEIREDO MANDATO (OAB 5350/AM), ADV: WANDERLANN VIEIRA DE SOUZA (OAB 585/AM) - Processo 0223226-79.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Jean Carlos Cunha de Souza - Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para condenar o réu JEAN CARLOS CUNHA DE SOUZA, anteriormente qualificado como incurso nas penas do artigo 157, § 2º, II c/c art. 14, II, ambos do Código Penal Brasileiro.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0232055-15.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Demenson de Oliveira Printes - Por todo o exposto e, com base no artigo 386, inciso VII, respectivamente, do Código de Processo Penal (CPP), JULGO IMPROCEDENTE a denúncia, para ABSOLVER DEMENSSON OLIVEIRA PRINTES do delito que lhe foi imputado.

ADV: ROGER MOREIRA DE QUEIROZ (OAB 2909/AM) - Processo 0238566-58.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: João Miguel Viana - Por esta razão, acompanho o Parecer Ministerial de fl. 115 para DECLARAR EXTINTA A PUNIBILIDADE de João Miguel Viana, na forma do artigo 107, I, do CPB, e, consequentemente, determino o arquivamento da presente representação, com as cautelas de

praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0241236-45.2009.8.04.0001 (001.09.241236-0) - Inquérito Policial - Outras fraudes - INDICIADA: Jemina Lima das Neves - Considerando que a prescrição é matéria de ordem pública, devendo o juiz ao verificar a sua ocorrência, decretá-la ex officio, em qualquer fase processual, na forma disposta no artigo 61 do Código de Processo Penal, bem como em consonância com a Promoção Ministerial de fls. 111/112, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de Jemina Lima das Neves, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, c/c art. 109, todos do Código Penal. Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se estes autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0241248-59.2009.8.04.0001 (001.09.241248-4) - Inquérito Policial - Crimes contra a Fé Pública - INDICIADO: Sindicato dos Operarios Nos Servicos Portuarios de Manaus - Considerando que a prescrição é matéria de ordem pública, devendo o juiz ao verificar a sua ocorrência, decretá-la ex officio, em qualquer fase processual, na forma disposta no artigo 61 do Código de Processo Penal, bem como em consonância com a Promoção Ministerial de fls. 84/85, DETERMINO O ARQUIVAMENTO dos presentes autos, em razão da ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, nos termos do art. 107, IV, c/c art. 109, todos do Código Penal. Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se estes autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0241573-34.2009.8.04.0001 (001.09.241573-4) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - INDICIADO: Jose Francisco Facanha do Nascimento - Ante o exposto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de Jose Francisco Facanha do Nascimento, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, c/c art. 110, §1º e art. 109, todos do Código Penal. Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se estes autos. Por fim, retire-se o processo da pauta de audiências. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0243811-16.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Miguel Antonio Gomes Rodrigues e outro - Por todo o exposto e, com base no artigo 386, inciso VII, respectivamente, do Código de Processo Penal (CPP), JULGO IMPROCEDENTE a denúncia, para ABSOLVER MARCELO DA SILVA SOUZA e MIGUEL ANTÔNIO GOMES RODRIGUES do delito que lhes foram imputados.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0600251-27.2019.8.04.0030 - Petição Criminal - Assédio Sexual - AUTORFATO: G.O. - Isto posto, determino o ARQUIVAMENTO destes autos de Inquérito Policial, mediante baixa na distribuição, ressalvando-se o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal. Publique-se. Intimem-se.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0600965-63.2018.8.04.0016 - Termo Circunstanciado - Violação de domicílio - AUTORAFATO: Simone Pinheiro Mendes - Isto posto, determino o ARQUIVAMENTO destes autos de Inquérito Policial, mediante baixa na distribuição, ressalvando-se o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal. Publique-se. Intimem-se.

Hilda Maria Figueiredo Mandato (OAB 5350/AM)
Jeff David Mac Donald da Silveira (OAB 5696/AM)
Jefferson Laborda da Silva (OAB 4322/AM)
Johnny Aroucha Brito (OAB 5943/AM)
Lúcia Porto Veiga Malavasi (OAB 485A/AM)
LUIZ SERGIO VIEIRALVES DONATO LOPES FILHO (OAB 5338/AM)
Max Eduardo Vieira Sarubi (OAB 9540/AM)
Moisés Vieira Queiroz (OAB 2830/AM)
Roger Moreira de Queiroz (OAB 2909/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG)
Wanderlann Vieira de Souza (OAB 585/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0644/2019

ADV: ELIESIO DA SILVA VARGAS (OAB 11182/AM) - Processo 0200177-54.2017.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Outras fraudes - REPTADO: Elison da Silva de Almeida - Isto posto, determino o ARQUIVAMENTO destes autos de Inquérito Policial, mediante baixa na distribuição, ressalvando-se o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal. Publique-se. Intimem-se.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0217723-82.2008.8.04.0001 (001.08.217723-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - INDICIADO: Rarison Rubem Moraes Façanha - Por esta razão, acompanho o Parecer Ministerial de fl. 135 para DECLARAR EXTINTA A PUNIBILIDADE de Rarison Rubem Moraes Façanha, na forma do artigo 107, I, do CPB, e, consequentemente, determino o arquivamento da presente representação, com as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALDENIR CASCAES NOGUEIRA (OAB 6540/AM), ADV: WILSON CAMPOS RIBEIRO (OAB 6848/AM) - Processo 0218474-93.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Seqüestro e cárcere privado - INDICIADO: Rosinaldo Mota dos Santos - Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE de Rosinaldo Mota dos Santos, em razão da prescrição retroativa antecipada da pretensão punitiva, com amparo nos arts. 109, inciso V e 107, inciso IV, 1ª figura, ambos do Código Penal Brasileiro.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0250111-04.2009.8.04.0001 (001.09.250111-8) - Representação Criminal - REPTADO: Carlos Augusto Caon Reolon - Considerando que a prescrição é matéria de ordem pública, devendo o juiz ao verificar a sua ocorrência, decretá-la ex officio, em qualquer fase processual, na forma disposta no artigo 61 do Código de Processo Penal, bem como em consonância com a Promoção Ministerial de fl. 127, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de Carlos Augusto Caon Reolon, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, c/c art. 109, todos do Código Penal. Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se estes autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0616542-92.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Denunciação caluniosa - AUTORAFATO: Adalgilza Maria Costa Dantas - Isto posto, determino o ARQUIVAMENTO destes autos de Inquérito Policial, mediante baixa na distribuição, ressalvando-se o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal. Publique-se. Intimem-se.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0634241-67.2017.8.04.0001 - Pedido de Busca e Apreensão Criminal - Roubo Majorado - INVESTIGAD: L.G.S.M. - Vistos, etc. Acolho a Promoção Ministerial de fls. 47/48, em todos os seus termos, os quais adoto como razão de decidir. O conjunto probatório colhido no Inquérito Policial efetivamente não autoriza, por ora, a propositura da ação penal. A doutrina predominante diz que se procede ao arquivamento do Inquérito Policial quando: a) o fato narrado é atípico; b) a autoria é desconhecida; c) não há prova razoável do fato ou de sua autoria. Isto posto, determino o ARQUIVAMENTO destes autos de Inquérito Policial, mediante baixa na distribuição, ressalvando-se o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal. Publique-se. Intimem-se.

Aldenir Cascaes Nogueira (OAB 6540/AM)
Eliesio da Silva Vargas (OAB 11182/AM)
VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG)
Wilson Campos Ribeiro (OAB 6848/AM)

1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0388/2019

ADV: LEANDRO REBELO DE PAULA (OAB 11851/AM) - Processo 0006779-73.2006.8.04.0001 (001.06.006779-0) -

Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Alailson de Oliveira Barros, Vulgo ‘ Lalinho’ e outro - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE o pratrono do acusado para que compareça a 1ª Vara do Tribunal do Júri, para Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 16/09/19 às 12:15’’

ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM), ADV: JOSAFÁ FERNANDES DE MELO (OAB 9525/AM), ADV: LUANA ADRIANA CRUZ DA SILVA (OAB 8184/AM) - Processo 0204213-21.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: JOEL TEIXEIRA DA SILVA - INDICIADO: Washington da Silva Serrão e outros - ‘’FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(s) patrono(s) do(s) acusados(s) para que compareça a 1ª Vara do Tribunal do Júri, para Audiência de Instrução e Julgamento, pautada para o dia 16/09/2019 às 09:00h’’

Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Josafá Fernandes de Melo (OAB 9525/AM)
Leandro Rebelo de Paula (OAB 11851/AM)
Luana Adriana Cruz da Silva (OAB 8184/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0389/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: NOELI DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 2197/AM) - Processo 0026774-14.2002.8.04.0001 (001.02.026774-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - INDICIADO: Leonildo Souza Barbosa - Isto posto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado Leonildo Souza Barbosa, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, c/c art. 110, § 2º, art. 109, I, do Código Penal Brasileiro. Dê-se ciência ao MP desta Decisão. Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019. (assinatura digital) George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: JUSTINIANO MARQUES DE OLIVEIRA (OAB 003.681/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0028458-71.2002.8.04.0001 (001.02.028458-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Marcio Ramon Castro de Carvalho - Izaias da Silva Gomes - O MMº JUÍZ DE DIREITO, NO QUE SEGUE DELIBERA: Determino VISTA DOS AUTOS ao Ministério Publico, para manifestar-se acerca da possibilidade de PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA, visto que da data de recebimento da denuncia até a presente data, transcorreu mais de 16 (dezesseis) anos. Ademais, caso não entenda neste sentindo, manifestar-se acerca da não localização das testemunhas. CUMPRA-SE.

ADV: ROSÂNGELA AMORIM DA SILVA (OAB 5760/AM), ADV: FLAVÍCIA DIAS DE SOUZA (OAB 6950/AM) - Processo 0038116-85.2003.8.04.0001 (001.03.038116-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Francisco Santos de Lima - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, a patrona do acusado para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM) - Processo 0047525-85.2003.8.04.0001 (001.03.047525-3) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Francisco de Assis Mendonça de Souza - DECISÃO Recebi hoje. Em vista aos autos, devo CHAMAR O FEITO À ORDEM para tornar sem efeito parte da Decisão de Pronúncia de fls. 92/95, considerando a presença de erro meramente material. Desta feita, considerando que o acusado é réu solto, torno sem efeito o parágrafo constante da fl. 94 referente à manutenção da Prisão Preventiva, pelo motivo acima exposto. Permanecem os demais termos inalterados. Faça-se esta Deliberação parte da acima aludida Decisão. De outro giro, cumpra-se, na íntegra, a Decisão de fls. 92/95. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 28 de agosto de 2019.

ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM) - Processo 0207966-64.2008.8.04.0001 (001.08.207966-9) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Daniel Nazaré Ribeiro e outro - O MMº Juiz de direito, no que segue delibera: Tendo em vista a ausência das testemunhas e a desistência das oitivas pelas partes. Declaro encerrada a instrução, razão pela qual, ABRO PRAZO AO MINISTÉRIO PUBLICO,para que apresente suas ALEGAÇÕES FINAIS, por memoriais escritos. Após, INTIME-SE A DEFESA. Demais diligências pela Secretaria.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0210537-32.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Raimundo Aldeney Dias Cabral - O MMº JUÍZ DE DIREITO, NO QUE SEGUE DELIBERA: Diante do que segue, determino VISTA DOS AUTOS ao Ministério Publico, para manifestar-se acerca da não localização da vítima, Tharlison Denys Pinheiro Farias. De outro giro, determino a expedição de CONDUÇÃO COERCITIVA à testemunha Iranildes Travassos Pinheiro, a fim de que compareça em audiência designada para o dia 22/10/2019 às 11h45min. CUMPRA-SE.

ADV: ANDRÉ RICARDO DE ARAÚJO SANTIAGO (OAB 11875/AM) - Processo 0212959-09.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: A.A.G. - DESPACHO Recebi hoje. Considerando a Promoção de fl. 150, paute-se data para a realização do interrogatório Judicial do acusado. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 28 de agosto de 2019.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0213421-34.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Dion Mac Quenon Souza Juca (Vulgo ‘’Dion) - Autos de nº0213421-34.2013.8.04.0001 Acusado: Dion Mac Quenon Souza Juca (Vulgo ‘’Dion) DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Defiro a Promoção de fl. 83. A fim de esgotarem todos os meios disponíveis, expeça-se novo Mandado de Citação do denunciado, a ser cumprido por Oficial de Justiça, no endereço constante dos autos. Caso seja necessário, autorizo desde já que o Oficial de Justiça se valha de todos os meios necessários ao cumprimento da diligência, tais como, hora certa, fora do horário comercial, fins de semana e auxílio policial. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 28 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: CLÁUDIO AUGUSTO COLARES DA COSTA (OAB 8429/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM) - Processo 0217326-47.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Joelson Martins da Costa - Deliberação: Tendo em vista a conclusão da presente instrução criminal, passo a palavra ao Ministério Público para apresentação de suas alegações e a seguir à Defesa.Demais diligências pela Secretaria. Cumpra-.se

ADV: FLAVÍCIA DIAS DE SOUZA (OAB 6950/AM) - Processo 0219063-90.2010.8.04.0001 (001.10.219063-2) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Francisco Santos de Lima - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o patrono do acusado para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0222841-05.2009.8.04.0001 (001.09.222841-1) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Janderley Moraes de Souza - Autos nº:0222841-05.2009.8.04.0001 Acusado: Janderley Moraes de Souza DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Defiro, na íntegra, a Promoção de fl. 175. Converto esta fase em diligência e determino que se oficie o Hospital Adriano Jorge, a fim de que remeta a este Juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, o Prontuário Médico da vítima Josias de Oliveira Protázio, nascido em 22/05/1990, RG de nº 2524530-8, relativo ao período do mês de Maio a Junho de 2009. Importante enfatizar que o cumprimento de Decisão Judicial é obrigatório a todos, inclusive aos Profissionais de Unidades Hospitalares. O novo Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018), em seu Art. 89 aduz que: “É vedado ao médico liberar cópias do prontuário sob sua guarda, exceto para atender à ordem Judicial ou para sua própria defesa, assim como quando autorizado por escrito pelo

paciente." Desta feita, a Decisão Judicial que requisita o Prontuário Médico é de cumprimento obrigatório. Nesse sentido: EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO MONITÓRIA. COBRANÇA TRATAMENTO MÉDICO. ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR. SIGILO MÉDICO. PRONTUÁRIO PACIENTE. DEMONSTRAÇÃO EFETIVA DOS GASTOS. ÔNUS DO AUTOR. AUTORIZAÇÃO JUDICIAL PARA APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO. REFORMA DECISÃO AGRAVADA. - A despeito de não consistir em prova nova, posto que detida pela parte desde o instaurar da ação, não ocorre preclusão referente à juntada de prontuário médico quando pendente análise de requerimento para obtenção de autorização judicial com o fulcro de quebrar sigilo medico-paciente - O sigilo médico-profissional não é um direito absoluto, circunstância que reconhecida no Código de Ética Médica (Resolução 1.931/09), que o excepciona nas hipóteses legais - Incumbe ao autor demonstrar os fatos constitutivos de seu direito creditício, sendo o prontuário médico necessário para comprovar a indicação e efetivo uso dos serviços hospitalares alegados. (TJ-MG - AI: 10382170004982001 MG, Relator: Rogério Medeiros, Data de Julgamento: 28/05/0019, Data de Publicação: 31/05/2019). Advirta-se ao Diretor da referida Unidade Hospitalar que o descumprimento de ordem Judicial ou a demora injustificada acarretará a sua responsabilidade criminal e administrativa, podendo responder pelo delito de desobediência, tipificado no Art. 330 do Código Penal, mais aplicação de multa e demais medidas coercitivas, nos moldes do Art. 139, inciso IV, do CPC, c/c Art. 3º, do CPP. Segue Decisão nesse sentido: PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIME DE DESOBEDIÊNCIA. PRESENÇA DE JUSTA CAUSA PARA A PERSECUÇÃO PENAL. LASTRO PROBATÓRIO MÍNIMO EVIDENCIADO. NÃO DEMOSTRAÇÃO DE DESCONHECIMENTO DA ORDEM JUDICIAL. VIOLAÇÃO DA PARIDADE DE ARMAS. INOCORRÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO. 1. A jurisprudência dos tribunais superiores admite o trancamento do inquérito policial ou de ação penal, excepcionalmente, nas hipóteses em que se constata, sem o revolvimento de matéria fático-probatória, a ausência de indícios de autoria e de prova da materialidade, a atipicidade da conduta ou a extinção da punibilidade, o que não se observa neste caso. Precedentes. 2. O crime de desobediência é comum e formal, cujo núcleo típico é desobedecer, no sentido de desatender ou recusar. O verbo do tipo recai sobre o elemento normativo, consistente na legalidade da ordem do funcionário público, seja sob o aspecto formal da competência daquele que emite ou executa a ordem, seja sob o aspecto substancial. Para a configuração do tipo, sob o aspecto subjetivo, necessário o conhecimento da ordem não manifestamente ilegal, independentemente de qualquer finalidade específica. Ressalte-se, por óbice do princípio do nemo tenetur se detegere, inexistir o dolo de desobediência da ordem se esta implicar autoincriminação ou situação jurídica desfavorável. 3. No caso, não se vislumbra conclusão diversa senão a existência, ao menos, de indícios de que o recorrente teria efetivamente descumprido as requisições judiciais exaradas no âmbito dos autos do processo penal nº 2010.33.04.000926-8. O Parquet apontou, consoante informa a denúncia, termo de intimação nos autos como prova da ciência efetiva da ordem não manifestamente ilegal de funcionário público, destinada ao recorrente, sem que seu cumprimento implicasse qualquer mácula ao seu direito de não autoincriminação. Há, pois, ao menos a materialidade do crime e indícios de autoria capazes de lastrear minimamente o processo penal. Ressalte-se, que tal conclusão não implica condenação antecipada, o que indicaria inarredável ilegalidade. Muito pelo contrário, o órgão ministerial, diante da materialidade do crime e dos indícios de autoria, ao promover a denúncia, mostrou-se cumpridor do desiderato da obrigatoriedade da ação penal pública incondicionada. 4. As apontadas decisões judiciais que, nos termos das alegações do recorrente, teriam concluído pela ausência de prova da intimação da ordem descumprida, não foram colacionadas aos autos. De qualquer maneira, ainda que haja decisão definitiva no processo civil com conclusão pela inexistência de prova da ciência da ordem, o que não se demostrou existir, tal entendimento não vincularia o juízo penal pelo efeito positivo da coisa julgada. Primeiramente, tendo em vista os limites subjetivos inter partes dos processos individuais, inviável a identidade de partes entre as demandas, pois o polo ativo do processo penal é ocupado pelo Ministério Público, como dominus litis, ao contrário do que ocorre, em regra, no processo civil. Por fim, a alegada fundamentação na citada decisão no processo civil seria a ausência de provas da intimação. Se tal hipótese não permite a extensão da coisa julgada do processo penal para o processo civil pela absolvição por falta de provas, conforme art. 66 do Código de Processo Penal, a fortiori, nesses casos, é inviável o caminho inverso. 5. Não há falar em quebra da paridade de armas, ante a existência de recurso sem sentido estrito para impugnar a rejeição da denúncia e somente o habeas corpus para trancar o processo penal, via em que não é possível o revolvimento fático probatório. Tendo em vista a não apresentação das alegadas decisões que atestam a ausência de prova da ciência pelo recorrente da ordem a ele dirigida, apontando elementos concretos que levem a essa conclusão, sequer seria possível determinar ao Tribunal a reapreciação do habeas corpus que analisou o recebimento da denúncia. Ademais, não se trata de mera reapreciação do arcabouço fático consolidado, pois eventuais provas emprestadas seriam verdadeiro revolvimento fático-probatório, inviáveis na estreita via do habeas corpus impetrado no Tribunal a quo. A construção da verdade processual sobre a efetiva ciência da ordem dirigida réu, ora recorrente, será oportunizada ao dominus litis no desenvolver do processo penal, para se desincumbir de seu ônus subjetivo, com efetivo contraditório na formação da prova, e não pela solução de continuidade do processo pretendida neste presente recurso, haja vista não se vislumbrar as ilegalidades apontadas. 6. Recurso desprovido. (STJ - RHC: 85496 BA 2017/0136240-9, Relator: Ministro RIBEIRO DANTAS, Data de Julgamento: 23/04/2019, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/04/2019). Após, dê-se nova vista dos autos ao MP para manifestação. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 28 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: TAMARA JÉSSICA NEVES FERREIRA (OAB 12363/AM) - Processo 0230406-39.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Wagner Santos da Silva - Daniel Marques da Silva - Autos de nº0230406-39.2017.8.04.0001 Acusado: Wagner Santos da Silva e Daniel Marques da Silva DECISÃO Vistos etc. Passa-se ao relatório do Processo, nos termos do art. 423, inciso II, do Código de Processo Penal. O Ministério Público do Estado do Amazonas ofereceu Denúncia em desfavor de Wagner Santos da Silva e Daniel Marques da Silva, vulgo "Danielzinho", dando-o por incurso nas sanções do Art. Art. 121, § 2º, incisos I (motivo torpe) e IV (meio que impossibilitou a defesa da Vítima) do CPB , porque, conforme consta da Exordial de fls. 63-64: "No dia 18 de setembro de 2016, por volta de 19h30, na Rua Santa Terezinha, Beco Santo André - Dom Pedro I, nesta cidade, o Primeiro Denunciado, portando uma arma de fogo e a mando do Segundo Denunciado, efetuou 05 (cinco) disparos em direção à Vítima William da Silva Monteiro, a qual foi atingida por 03 (três) projéteis, os quais foram causa eficiente de sua morte, conforme Laudo de Exame Necroscópico de fls. 45/46. Na ocasião, a Vítima caminhava em via pública com um amigo quando visualizou o Primeiro Denunciado vindo em sua direção com a arma em punho, a Vítima ainda tentou correr, porém foi atingida pelos disparos de arma de fogo." Indicou o órgão do Ministério Publico a presença das qualificadoras do motivo torpe e recurso que impossibilitou a defesa da vitima. A Denúncia foi recebida em 20 de outubro de 2017. Devidamente Citado, o réu apresentou a Resposta Escrita, fls. 104-105 e 126-127. Foi realizada a regular Instrução Processual, fls. 192. Em Alegações Finais, o Ministério Público pleiteou a Pronúncia do acusado, fls. 214-215. A Defesa do réu apresentou as Alegações Finais, fls. 221-225. Por Decisão proferida em 18 de junho de 2019, os réus foram Pronunciados, nos moldes da Denúncia, fls. 237-240. Não houve recurso da Decisão. Na fase do Art. 422 do CPP, o Ministério Público (fls. 267), a Defesa do réu Wagner Santos da Silva (fls.273) e do réu Daniel Marques da Silva (fls. 279) apresentaram o rol de testemunhas a depor em Plenário. É o breve RELATÓRIO. DEFIRO a oitiva das testemunhas requeridas pelas partes. CONSIDERO o feito preparado para a realização do Julgamento perante o

Conselho de Sentença. DESIGNE-SE data para a realização da Sessão Plenária. INTIMEM-SE as testemunhas arroladas pelas partes. INTIME-SE o réu, inclusive por edital. PROMOVAM-SE as demais diligências necessárias. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019. Celso Souza de Paula Juiz de Direito Presidente

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0233516-80.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Ângelo Rodrigues Coelho - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

ADV: EVELY PAULA NOGUEIRA CZUBATY (OAB 7140/AM) - Processo 0234908-02.2009.8.04.0001 (001.09.234908-1) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Claudiomir Siqueira dos Santos - Isto posto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado CLAUDIOMIR SIQUEIRA DOS SANTOS, em razão de sua morte, nos termos do Art. 107, inciso I, do Código Penal Brasileiro. Intimem-se as partes desta Decisão. Após, proceda-se à devida baixa na distribuição e arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. Diligências necessárias via Secretaria da Vara. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se Manaus, 29 de agosto de 2019.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0235193-24.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Dionatas Santana dos Santos - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado DIONATAS SANTANA DOS SANTOS, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções constantes do Art. 121, §2º, inciso IV, do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar um Decreto Preventivo, MANTENHO-O EM LIBERDADE, até Decisão contrária deste Juízo. Intime-se o acusado desta Decisão, entregando-lhe cópia. Em caso negativo, intime-o por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: RENNER PAULO CARVALHO (OAB 3740/RO), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0248896-90.2009.8.04.0001 (001.09.248896-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Sharles Castro da Silva - Autos nº:0248896-90.2009.8.04.0001 Acusado: Sharles Castro da Silva DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Considerando o teor da Certidão de fl. 208, determino que o acusado seja intimado, a fim de que se manifeste, no prazo de 03 (três) dias, quanto ao Advogado constituído nos autos, tendo em vista que não houve a apresentação dos Memoriais Escritos, no prazo legal. Caso não seja localizado ou não se manifeste, nomeio a DPE para a apresentação da acima aludida Peça Processual, a fim de se evitarem nulidades/irregularidades processuais, em homenagem aos Princípios Constitucionais da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 28 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: AGASSIZ RUBIM DA SILVA REIS FILHO (OAB 6552/AM) - Processo 0257655-72.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Sebastião Pereira dos Santos - O MMº JUÍZ DE DIREITO, NO QUE SEGUE DELIBERA: Defiro o pedido da DEFESA E DO MINISTÉRIO PUBLICO, para que apresente endereços atualizados das testemunhas. Ademais, redesigno a presente audiência para o dia 09/10/2019 às 12h15min, saindo CIENTE o réu presente.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0257915-47.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: DIEGO ANJOS DUARTE - Luciana Pereira da Silva - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº 063/2002 da CGJ/AM, esta Secretaria inclui o processo na pauta de julgamento, nos moldes do art. 423, II do CPP, DESIGNANDO o dia 01/10/2019 às 08:30h para a realização do julgamento pelo Tribunal do Júri. É o que me cumpre certificar. Manaus, 29 de agosto de 2019 .

ADV: TUPINAMBÁ TIAGO E SOUZA (OAB 9299/AM), ADV: ANTÔNIO ALVES PEREIRA (OAB 2622/AM) - Processo 0369104-74.2007.8.04.0001 (001.07.369104-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Ady de Souza Péres - José Raimundo Damasceno de Amorim - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o patrono do acusado para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

ADV: ELANE LABORDA DA SILVA (OAB 11222/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0602530-73.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - INVESTIGAD: D.C.A. - H.C.A. - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM) - Processo 0621547-95.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Temporária - Homicídio Qualificado - RÉU: A.G.S.V. - Processo n°0621547-95.2019.8.04.0001 Réu: Alison Gabriel da Silva Vieira Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 01/11/2019 às 12:00h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o advogados, caso exista constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 29 de agosto de 2019 . Cintya Luana Gandra Diretora de Secretaria Matrícula 3339-1

ADV: JAQUELINE OLIVEIRA DE PAULA (OAB 9269/AM) - Processo 0647195-14.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: F.F.M. - L.F.M. - O MMº Juiz de direito, no que segue delibera: Tendo em Vista o despacho de fls.172, determino a secretaria que o cumpra o despacho na íntegra. Após comparecimento, Pauta-se audiência de instrução e julgamento para o dia 07/11/2019 às 10h

Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (OAB 6552/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
André Ricardo de Araújo Santiago (OAB 11875/AM)
Antônio Alves Pereira (OAB 2622/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cláudio Augusto Colares da Costa (OAB 8429/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Elane Laborda da Silva (OAB 11222/AM)
Evely Paula Nogueira Czubaty (OAB 7140/AM)
Flavícia Dias de Souza (OAB 6950/AM)
Jaqueline Oliveira de Paula (OAB 9269/AM)
Justiniano Marques de Oliveira (OAB 003.681/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Mirna Cristina Geber da Silva (OAB 9097/AM)
Noeli de Almeida Lorenzoni (OAB 2197/AM)
Renner Paulo Carvalho (OAB 3740/RO)
Rosângela Amorim da Silva (OAB 5760/AM)
Tamara Jéssica Neves Ferreira (OAB 12363/AM)
Tupinambá Tiago e Souza (OAB 9299/AM)
Waldemir Moraes Torres (OAB 11126/AM)

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0241/2019

ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: CAMILA GUIMARÃES DE LIMA (OAB 13098/AM) - Processo 0211244-24.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0200176-14.2017.8.04.0001) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: C.D.F.B. e outros - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0211244-24.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra CLAUDIO DAYAM FELIZARDO BELFORT, por infração Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 29 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, I todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR os Dr(s). Sidney José Vieira de Souza, OAB 5798/AM, Camila Guimarães de Lima, OAB 13098/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 04/10/2019 às 08:30h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 29 de agosto de 2019. Eu, Judson Bastos, Assistente Judiciário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM), ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM) - Processo 0211252-98.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0200176-14.2017.8.04.0001) - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - DENUNCIADO: A.S.A. - A.S.C. e outros - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0211252-98.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Artur de Souza Chaves e Andre Said de Araújo, por infração Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, e Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, I todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Raiany Priscila de Souza FeijoRaimundo Nunes AmazonasEfigênia Generoso de AraújoJoão Evangelista Generoso de AraújoJanderson Fernandes Ribeiro, OAB 4508/AM, 12394/AM, 7750/AM, 12556/AM e 7379/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 03/10/2019 às 08:30h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 29 de agosto de 2019. Eu, Allan Gabriel G. Fonseca, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: MARILEIDE DA SILVA MAIA (OAB 8618/AM) - Processo 0212749-02.2008.8.04.0001 (001.08.212749-3) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: José Eduardo de Lima Rocha - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0212749-02.2008.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra José Eduardo de Lima Rocha, por infração Art. 121 “caput” do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR a Dr. Marileide da Silva Maia, OAB 8618/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 30/09/2019 às 09:30h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 29 de agosto de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM), ADV: TAMARA JÉSSICA NEVES FERREIRA (OAB 12363/AM) - Processo 0615851-49.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: D.M.S. e outro - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente as ADVOGADAS HABILITADAS NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0615851-49.2017.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Daniel Marques da Silva, por infração Art. 121 § 2º, I, IV do(a) CP e Art. 121 § 2º, I, IV do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR a Dra. Tamara Jéssica Neves Ferreira e Luana Lima Caresto, OAB 12363/AM e 6235/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 26/09/2019 às 11:00h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 29 de agosto de 2019. Eu, Vanessa Feitoza dos Santos, Assistente Judiciário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: RAYSSA LOPES DA SILVA TAVARES (OAB 13955/AM), ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM) - Processo 0627022-66.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência

do Júri - Feminicídio - RÉU: José Luiz Melo Lopes - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(s) ADVOGADO(S) HABILITADO(S) NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime n. 0627022-66.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra José Luiz Melo Lopes, por infração ao disposto no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o(s) Dr(s). Gina Moraes de AlmeidaRayssa Lopes da Silva Tavares, OAB 7036/AM e 13955/AM, a fim de APRESENTAR OU RATIFICAR O ROL DE TESTEMUNHAS QUE IRÃO DEPOR EM PLENÁRIO, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias, no PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 29 de agosto de 2019. Eu, Suzane da Silva Nobre, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA DIRETORA DE SECRETARIA

Camila Guimarães de Lima (OAB 13098/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Marileide da Silva Maia (OAB 8618/AM)
Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Rayssa Lopes da Silva Tavares (OAB 13955/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Tamara Jéssica Neves Ferreira (OAB 12363/AM)

EDITAL – INTIMAÇÃO

De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara doTribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0615851-49.2017.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Ivanderson de Castro Paula, por infração Art. 121 §2º, I, IV do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado IVANDERSON DE CASTRO PAULA, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para o dia 26/09/2019 às 11:00h, neste juízo, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco – CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 30 de agosto de 2019. Eu, Vanessa Feitoza dos Santos, Assistente Judiciário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
Diretora de Secretaria

3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0231/2019

ADV: SEBASTIÃO JERÔNIMO PORTELA (OAB 5159/AM) - Processo 0238560-51.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - RÉU: Alesson Almeida Barbosa - A resposta do réu ALESSON ALMEIDA BARBOSA arguiu em sede preliminar a falta de justa causa e a incompetência do juízo, uma vez que, segundo narra, tratar-se-ia de crime de lesão corporal. O Ministério Público fora instado a se manifestar, oportunidade, em que rejeitou a arguição de justa causa, apontando o preenchimento dos requisitos do art. 41 do CPP e que a eventual desclassificação do enquadramento típico demanda o ingresso na fase da instrução preliminar. Ao examinar a ação penal oferecida, verifica-se, de pronto, o atendimento das condições de procedibilidade genéricas (condições da ação: legitimidade, interesse e possibilidade jurídica do pedido), bem como dos requisitos constantes do art. 41 do CPP. No mais, identifica-se a estrita individualização da conduta de fato penalmente típico contra a respectiva vítima, bem como o nexo causal entre as condutas e os bens jurídicos lesados pelo agente. Há ainda justa causa para o exercício da ação penal, visto que constam dos autos materialidade e indícios de autoria, o que reforça o juízo de probabilidade da prática dos delitos imputados, inclusive quanto à qualificadora narrada. Portanto, atendidos os pressupostos e condições da ação, fica afastada a arguição de inépcia da inicial e/ou ausência de justa causa para o processamento da ação penal ajuizada em face do réu, caso em que permite a ele o amplo exercício do direito de defesa. No que pertine à desclassificação do crime de homicídio para lesão corporal, necessário se mostra o ingresso na fase da instrução preliminar, onde produzir-se-ão as provas testemunhais e demais elementos probatórios, subsidiando o juízo a emitir deliberação mais precisa quanto à capitulação do fato delituoso. A desclassificação do fato criminoso neste momento afigura-se precoce. Deve-se privilegiar a aplicação do princípio do in dubio pro societate, cuja incidência denota que o fato narrado, primu ictu oculi, é doloso contra a vida. Isto posto, indefiro o requerimento de desclassificação do crime para lesão corporal, neste momento processual. Expeça(m)-se mandado(s) de notificação à(s) Testemunha(s) de acusação para comparecimento em juízo, no prazo de 05 (cinco)dias, de modo a tomar ciência da data da audiência pessoalmente mediante termo nos autos;utilizar-se-á no(s) mandado(s) o(s)endereço(s) constante(s) da certidão de consulta de endereços. Adotar-se-ão as seguintes diretrizes: Caso a testemunha compareça em juízo, fica a secretaria autorizada a notificá-la da audiência a ser designada, bem como as demais testemunhas que comparecerem em juízo e o(s) acusado(s); 2. Caso a testemunha seja notificada, mas não compareça em juízo para ser intimada da audiência, fica a secretaria autorizada a designar data e expedir mandado de condução coercitiva à testemunha faltante, procedendo-se às demais intimações necessárias; 3. Caso a(s) vítima(s)/testemunha(s) de acusação não seja(m) notificada(s), conforme certidão do oficial de justiça, intime-se o Ministério Público para providenciar, por sua iniciativa, caso assim queira, a apresentação da(s) testemunha(s) na audiência a ser oportunamente designada. Fica facultado, ainda, ao Ministério Público, indicar endereço(s) diverso(s) do(s) outrora utilizado(s), a ser objetivamente apontado nos autos (rua, nº. e bairro), com 30 (trinta) dias de antecedência da audiência agendada, de modo a permitir a adoção, em tempo hábil, das providências cartorárias, sob pena de preclusão. 3. No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que

consta dos itens XXVI e XXVII do recebimento da denúncia, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. 4. No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição e solicitar a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar os acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. 5. Como medida preventiva, haja vista a matéria tratada na ação penal, faça constar dos mandado de notificação à(s) testemunha(s) de acusação que, diante de eventuais coações, intimidações e ameaças que venham suportar, em razão da condição de testemunha, fica facultado dirigir-se ao PROVITA (programa de Proteção à vítimas e testemunhas) ou mesmo diretamente ao Promotor que atua na ação penal e noticiar as ameaças, de modo a que providencie o seu imediato encaminhamento ao Provita. 6. Os arquivos audiovisuais podem ser acessados pelo advogado habilitado nos autos e, caso se trate de arquivo gravado fora do SAJ, o seu acesso ocorre mediante simples requerimento à secretaria, por meio de dispositivo móvel, pen drive ou similar, a ser providenciado pelo advogado, inclusive para fins da fase de alegações finais. À Secretaria para as demais providências.

Sebastião Jerônimo Portela (OAB 5159/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUIZ(A) DE DIREITO ADONAID ABRANTES DE SOUZA TAVARES

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DIEGO DE JESUS BRAGA DA COSTA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0232/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0201422-94.2013.8.04.0030 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - DENUNCIADO: J.N.L. - Diante do imbróglio, a solução que se mostra condizente com a questão surgida é conferir a devida fé pública à ultima certidão lançada pelo oficial de justiça, ainda que a testemunha não tenha sido localizada. Isto posto, INDEFIRO o requerimento formulado pelo Ministério Público para expedir novo mandado de condução coercitiva para o mesmo endereço à vítima Vania Maria Sampaio da Gama, apontada na promoção de fls. 272-retro. In fine, determino o prosseguimento da marcha processual com a expedição de carta precatória à comarca de Codajás-Am, a fim de interrogar o acusado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0209943-47.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Waudelice ferreira do Santos - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA à Defensoria Pública para, em 05 (cinco) dias, apresentar o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado(a)(s) (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP, nos exatos termos e razões expostos na parte final da decisão de pronúncia.

ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES CAMPOS (OAB 12150/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: MARIA ELIZABETHE RODRIGUES JERONIMO (OAB 7229/AM), ADV: ANTÔNIO AUGUSTO BRITO FEIJÓ JÚNIOR (OAB 8408/AM), ADV: VÍTOR CASSIANO LOUZADA (OAB 14422/AM), ADV: TEREZA CARMO DE CASTRO, ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM), ADV: TEREZA CARMO DE CASTRO (OAB 479A/AM), ADV: CLAUDEMIRO DE ANDRADE BENTES JÚNIOR (OAB 8219/AM), ADV: FABRÍCIO BURGIN DA CUNHA (OAB 9845/AM), ADV: HERMES MAFRA OTTO (OAB 10542/AM) - Processo 0213387-88.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Alexandre Ruan Pontes Garcia - Jefferson Renan Santos de Souza e outros - Isto posto, JULGO PROCEDENTE, em parte, o pedido constante da denúncia formulada pelo Ministério Público para, nos termos do art. 413 do CPP, PRONUNCIAR os acusados Adriano Silva Monteiro, Jeffferson Renan Santos de Souza, Emerson Willian Lima Saldanha e Alexandre Ruan Pontes Garcia como incurso nas penas do art. 121, §2º, I (torpe), CPB, praticado em face de Berenice Silva do Carmo, ficando os réus Leandro Albuquerque de Andurand, Natanael da Costa Ramires e Rafael Farias de Souza IMPRONUNCIADOS da referida imputação, uma vez que não se fizeram presentes os indícios de autoria, e o faço com amparo no art. 414 do CPP. Em relação ao crime de homicídio em que figura como vítima Diego Barbosa Paiva, capitulado nos termos do art. 121, §2º, I (promessa de recompensa), c/c art. 14, II, CPB, com base no art. 415, III, do CPP, ABSOLVO sumariamente os réus Adriano Silva Monteiro, Jeffferson Renan Santos de Souza, Emerson Willian Lima Saldanha, Alexandre Ruan Pontes Garcia, Leandro Albuquerque de Andurand, Natanael da Costa Ramires e Rafael Farias de Souza, vez que o fato imputado não constitui infração penal. Remeto para julgamento em plenário o crime conexo da lei nº 12.850/2013, art. 2.º (integrar organização criminosa), c/c o § 1.º do art. 1.º (vantagem econômica), c/c os §§ 2.º (emprego de arma de fogo) e 4.º, I (participação de adolescente) do art. 2.º, imputados aos réus Jeffferson Renan Santos de Souza, Emerson Willian Lima Saldanha, Alexandre Ruan Pontes Garcia, Leandro Albuquerque de Andurand, Natanael da Costa Ramires, Rafael Farias de Souza, Tom Santos da Paz, Augusto Bentes Vieira e Adriano Silva Monteiro. In fine, quanto ao delito do art. 33, caput, da lei 11.343/2006, imputado aos réus Jefferson Renan Santos de Souza, Tom Santos da Paz e Augusto Bentes Vieira, ausente a conexão com o crime de homicídio ora apurado (art. 76, CPP), com fundamento no art. 114, I, CPP, suscito o conflito negativo de competência em relação ao citado crime face a decisão de fls. 373, de lavra do douto juízo da 1ª Vecute. Extraiam-se cópia da presente decisão, remetendo-as ao Tribunal de Justiça para processamento do conflito de competência. Demais providências pela serventia judicial. Quanto ao encerramento da instrução criminal e pelo fato dos réus Jeffferson Renan Santos de Souza, Leandro Albuquerque de Andurand e Tom Santos da Paz encontrarem-se recolhidos, MANTENHO a prisão preventiva dos mesmos, pois ainda subsistem os fundamentos da custódia cautelar nos termos do art. 312 do CPP. Assim posiciona-se a jurisprudência: (...) Consoante entendimento pacificado nesta Corte Superior, caso persistam os motivos que ensejaram a decretação da prisão preventiva, desnecessária se torna proceder à nova fundamentação quando da prolação da sentença de pronúncia, mormente quando inexistem fatos novos capazes de promover a soltura do acusado. (STJ - RHC: 22314 RJ 2007/0257607-3, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 21/08/2008, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 28/10/2008). Face aos acusados Adriano Silva Monteiro, Emerson Willian Lima Saldanha, Alexandre Ruan Pontes Garcia, Natanael da Costa Ramires, Rafael Farias de Souza e Augusto Bentes Vieira encontrarem-se soltos, assim devem permanecer até o julgamento, por estarem ausentes os pressupostos da prisão preventiva. DELIBERAÇÕES FINAIS:

Intime-se, pessoalmente, o representante Ministerial com assento neste Juízo, bem como o acusado(s), nos termos do art. 420, I do CPP. Caso o mandado não tenha sido cumprimento pelo meirinho por questões formais/procedimentais, ou mesmo que tenha sido expedido com algum erro, desde já fica a secretaria autorizada a expedir novo mandado, sanando-se o equívoco. Intime-se o(a)(s) Defensor(a)(es) constituído(s) pelo ré(u)(s), na forma do art. 370, §1º do CPP. Tratando-se de acusado(s) solto(s), consigne no mandado a possibilidade de o oficial de justiça realizar a intimação por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 252 a 255 do CPC. Somente considerar-se-á válida a intimação por hora certa, caso tenha o meirinho procedido nos termos do art. 252 e ss. do CPC. Caso não tenha sido observado o procedimento legal, expeça-se novo mandado ou renove-o, conforme o caso. Ressalta-se que, por expressa determinação legal, é prescindível de autorização judicial a realização pelo Meirinho de citações e intimações em domingos ou feriados, ou nos dias úteis, antes das 6h e depois das 20h, desde que imprescindíveis e suscetíveis de gerar grave dano, consoante dispõe art. 212, §1° e §2°, CPC . Case se trate de réu(s) que tenha(m) medidas diversas da prisão, à secretaria para expedir o mandado atentando quanto ao endereço do termo de compromisso, bem como de eventual notícia/informação de mudança de endereço ou mesmo do que consta do termo de qualificação e interrogatório procedido em Juízo. Para o(s) réu(s) que não está(ão) sujeito(s) a medidas diversas da prisão, proceda-se à intimação observando o endereço que consta do auto de qualificação e interrogatório realizado em Juízo, levando em conta também eventual notícia/informação de mudança de endereço constante dos autos. Certificado nos autos pelo oficial de Justiça que o(a) acusado(a) não fora encontrado ou que seja foragido, conforme conste de informação oficial oriundo do Sistema Prisional do Estado, intime-o(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 420, parágrafo único do CPP. Caso se trate de acusado(a) que tenha sido intimado pessoalmente por mandado ou em cartório acerca de qualquer ato processual, inclusive de audiência de instrução preliminar, e não tenha comparecido para o ato (art. 367, primeira parte do CPP), o que resultou na decretação de sua revelia, intime-o(s) da decisão de pronúncia no endereço outrora indicado e que foi localizado e, simultaneamente, por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 420, parágrafo único, do CPP. Caso se trate de acusado(a) que tenha sido DECRETADA A SUA REVELIA em razão de mudança de endereço, nos termos do art. 367, segunda parte, do CPP, proceda-se à intimação da decisão de pronúncia por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 420, parágrafo único, do CPP. Intimadas as partes, na forma legal, e decorrido o prazo sem a interposição do competente recurso em sentido estrito, certifique-se nos autos a preclusão da presente decisão de Pronúncia. Certificada a tempestividade do Recurso em Sentido Estrito, desde já fica a Secretaria deste Juízo autorizada a abrir vista à parte contrária/recorrido para oferecer, no prazo legal, as contrarrazões recursais. Com a resposta do recorrido ou sem ela, tornem os autos conclusos para os fins previstos no art. 589 do CPP. Para fins de evitar redesignação de sessão de julgamento, intime(m)-se o(s) acusado(s) por mandado e, simultaneamente, por edital. Caso o mandado de intimação da decisão não retorne no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os registros constante do sistema SAJ, expeça-se mandado de intimação de caráter urgente, para fins de cumprimento imediato. PROVIDÊNCIAS DO ART. 422 DO CPP Preclusa a sentença de pronúncia, determino que se abra vista ao Ministério Público e à defesa do(s) acusado(s), intimando-os para, em 05 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado(a)(s) (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art. 422, do CPP. Para as testemunhas, seja de acusação ou de defesa, que não tenham sido localizadas no curso da fase sumariante, ficam as partes incumbidas de providenciar a indicação precisa de endereços DIVERSOS dos outrora dispostos no curso da ação penal, sob pena de não serem expedidos mandados para endereços que já se mostraram infrutíferos, conforme os registros constantes dos autos. Caso as partes arrolem testemunhas NÃO localizadas na etapa do sumário da culpa e NÃO indiquem endereço(s) diverso(s), que se mostre(m) útil(éis) à localização delas, fica a secretaria dispensada de expedir mandados a tais testemunhas, eis que é ônus das partes indicar os endereços úteis onde devam ser encontradas as testemunhas por estas arroladas. O encargo probatório é ônus das partes e a fase do art. 422 do CPP se destina a tal providência, não podendo ser diluído em vários atos, sob pena de se distorcer o sistema de preclusões que rege a legislação processual. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP. A medida justifica-se em razão da necessidade de prazo razoável para o atendimento dos requerimentos e a preparação dos autos para julgamento em plenário. Alerta-se que há portaria interna da Central de Mandados estabelecendo o prazo de 30 (trinta) dias para expedição de mandado e seu cumprimento. No mais, os cumprimentos de demais diligências por repartições e órgãos internos também devem ser desempenhados/atendidos em prazo razoável. O atendimento a diligências às vésperas do julgamento em plenário pode restar prejudicado pela exiguidade do tempo para o efetivo cumprimento. Casos excepcionais que refujam das hipóteses acima ficam sujeitas à deliberação judicial própria, mediante requerimento fundamentado declarando motivo justo. Após a manifestação das partes, à Secretaria para inclusão do processo na pauta de julgamento, nos moldes do art. 423, II, CPP. Cumpra-se, na ordem estabelecida e observando o procedimento legal. Publique-se. Registre-se. Intime-se e demais providências de praxe.

ADV: LARISSA CAMPOS RUBIM (OAB 11145/AM), ADV: ANDRÉA RENATA VIRGÍNIO DE SOUZA (OAB 9238/AM), ADV: GORETH CAMPOS RUBIM (OAB 8542/AM) - Processo 0231860-88.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: Katilane Morais Vieira - RÉU: Helio Veras Castro - ASSISTENTE SIMP: Edneia Mesquita Morais - PROCESSO Nº: 0231860-88.2016.8.04.0001 AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri AUTOR: O MINISTÉRIO PÚBLICO ACUSADO:Helio Veras Castro VÍTIMA: Katilane Morais Vieira sentença O Ministério Público Estadual, por seu representante ofereceu denuncia contra o acusado Hélio Veras Castro pelo crime descrito o art. 121, caput, c/c o art. 61, II, “h”, praticado contra a vítima Katilane Morais Vieira. Após a instrução criminal o acusado foi PRONUNCIADO com arrimo no art. 413 do CPP, incluindo-se a qualificadora do recurso que impossibilitou a defesa da vitima. Da decisão de pronuncia a defesa interpôs , no prazo legal, RESE, que sendo julgado pelo TJ, decidiu-se pelo decote da referida qualificadora. Após o trânsito em julgado da Decisão de Pronúncia, o processo foi incluído na Pauta de Julgamento,sendo o Réu submetido a julgamento perante o Tribunal do Júri nesta data. Após o encerramento da colheita de provas em Plenário, passou-se à fase dos debates. O Ministério Público requereu em Plenário a condenação do réu nos termos da denuncia, sustentando a tesa da incidência do dolo eventual. Já a Defesa requereu em Plenário a desclassificação para Homicídio Culpos na direção de veiculo automotor. Concluídos os debates, foi realizada a votação pelo Egrégio Conselho de Sentença, obedecendo-se os princípios constitucionais da Soberania dos veredictos e do sigilodas votações. Apurados os votos do E. Conselho de Sentença, os jurados por maioria de votos decidiram pela condenação do acusado, acatando in totum à tese levantada pelo Ministério Público. Assim, de acordo com a soberania dos veredictos, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONSTANTE DA DENUNCIA e CONDENO o réu Hélio Veras Castro pelo crime descrito o art. 121, caput, praticado contra a vítima Katilane Morais Vieira. Isso posto, em obediência aos artigos 59 c/c art. 68 do CPB, passo a dosar a pena do acusado. Analisando as circunstancias judiciais inscritas no art. 59 do Código Penal, tenho que: A culpabilidade do acusado é acentuada, por ter o mesmo ao subir a ladeira da Av Maceió, avenida de grande circulação de veiculos na cidade de Manaus, na contramão e em velocidade incompatível com a situação, assumido o risco de produzir qualquer evento danoso, o que infelizmente ocorreu e de forma letal. O acusado é primário, já que NÃO possui condenação anterior à prática deste delito.

A Conduta Social é o papel do réu na comunidade, como não consta dos autos elementos para sua aferição. Nada a valorar. A personalidade do réu não pode ser aferida durante a instrução em plenário, não tendo portanto o que se valorar. Os motivos do crime, se referem ao intimo do agente e com já citado alhures, decorreu de dolo eventual, portanto não há nada a valorar. As circunstâncias comprovadas nos autos apontam que o acidente ocorreu devido a conduta do réu em subir com a moto na contramão e em velocidade incompatível naquela situação. As consequências do ilícito foram gravíssimas, por ter o réu, com sua conduta, retirado uma vida, bem mais valioso do ser humano, e no caso, irrecuperável. Tenho que apesar da vítima não haver prova nos autos de que a vítima era ou não habilitada, tal fato por si só, não a coloca na figura de colaboração, de forma alguma com o evento, pois quem deu causa ao resultado morte foi única e exclusivamente a conduta irresponsável do réu ao conduzir a motocicleta. Assim, considerando a Culpabilidade, as consequências do ilícito, o modo como o crime foi praticado e as circunstâncias da infração, mas levando-se em consideração também a primariedade do réu, fixo a pena base em 08 (oito) anos de reclusão que considero como suficiente para reprovação do crime, atendendo ao princípio da proporcionalidade. Ao iniciar a segunda fase da dosimetria da pena, verifico gravitar em desfavor do réu a agravante descrita no art. 61, II, "h",(crime contra mulher gravida) pelo que agravo a pena em 01(hum) ano, ficando a reprimenda em 09 anos de reclusão. Porém gravita em favor do réu a atenuante da confissão (art.65, III, d, do CP, pelo que atenuo a pena em 01 (hum) ano, voltando a pena privativa de liberdade para 08 (oito) anos de reclusão. Não incidem causas de aumento e nem de diminuição de pena. Pelo exposto, torno definitiva a pena de 08 (oito) anos de reclusão, que deverá ser cumprida inicialmente em regime semi-aberto, nos termos do art. 33, §2º, "a" do CP, já que as circunstancias judiciais não autorizam o cumprimento em regime mais severo. Considerando a aplicação do disposto no art. 387, parágrafo 2º do CPP c/c art. 42 do CP, deve ser computado - para os fins de progressão de regime - o tempo que o acusado ficou preso preventivamente neste processo, tempo este que deve ser detraído pela VEP (Vara de Execução Penal). Inclua-se o nome do réu no rol dos culpados. Comunique-se a condenação ao Tribunal Regional Eleitoral. Após o trânsito em julgado da presente Decisão expeça-se as competentes guias de recolhimento à Vara de Execuções Penais, arquivando-se em seguida os presentes autos. Ressalte-se que a retromencionada Vara deverá providenciar a coleta do material genético do acusado conforme preceitua a Lei 12.654/2012, em seu art. 9º, "a" , a ser encaminhado e incluído no banco de perfis genéticos nacional do qual o Estado do Amazonas se encontra inscrito. Face o acusado encontra-se solto durante a instrução criminal, assim deve permanecer, por estarem ausentes os pressupostos da prisão preventiva Dou a presente por publicada em plenário e dela todos ficam, desde já, intimados. Sala das Sessões do 3º Tribunal do Júri, aos 27 dias do mês de Agosto de 2019. Manaus, 27 de agosto de 2019 Mauro Moraes Antony Juiz

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0244261-90.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Leandro Veras Figueiredo - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA à Defensoria Pública para, em 05 (cinco) dias, apresentar o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado(a)(s) (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP, nos exatos termos e razões expostos na parte final da decisão de pronúncia.

ADV: MARIA ESTER COELHO DE OLIVEIRA (OAB 9677/AM), ADV: MÁRCIA SIMONE COELHO FERREIRA DA SILVA (OAB 9736/AM) - Processo 0630466-44.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Deyvid Franklin Ramos Muniz - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA as advogadas 9736/AM - Márcia Simone Coelho Ferreira da Silva e 9677/AM - Maria Ester Coelho de Oliveira para, em 05 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado(a)(s) (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP, nos exatos termos e razões expostos na parte final da decisão de pronúncia.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0637214-24.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Temporária - Homicídio Qualificado - REPTANTE: P.C.E.A. - INDICIADO: M.M.A. e outros - Em assim sendo, consubstanciado nas razões acima, e em consonância com o membro do Ministério Público, DECRETO A PRISÃO TEMPORÁRIA de Ewerton Siqueira Pimentel, pelo prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período e faço-o com amparo na Lei nº. 7960/89 (art. 1º, I, e III, alínea "a") e na Lei 8072/90 (art. 1º, I, in fine e art. 2º, §4º). Expeça-se Mandados de Prisão Temporária. Intime-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0637214-24.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Temporária - Homicídio Qualificado - REPTANTE: P.C.E.A. - INDICIADO: M.M.A. e outros - Remetam-se os autos à fila ministerial. Cumpra-se.

ADV: DÁRIA PASSOS DA SILVA (OAB 13857/AM), ADV: LENILSON FERREIRA PEREIRA (OAB 13914/AM) - Processo 0657531-77.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: Luana Freire de Souza - ASSISTENTE: Lucinete da Cunha Freire de Souza - RÉ: Thaís Rejane Barbosa Alves - Diante do exposto, indefiro os pedidos de revogação de prisão preventiva e concessão de liberdade provisória, sem fiança, da acusada Thaís Rejane Barbosa Alves, por vislumbrar presentes os requisitos ensejadores da prisão preventiva, constantes do art. 312, do CPP.

Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andréa Renata Virgínio de Souza (OAB 9238/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Augusto Brito Feijó Júnior (OAB 8408/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Claudemiro de Andrade Bentes Júnior (OAB 8219/AM)
Dária Passos da Silva (OAB 13857/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Fabrício Burgin da Cunha (OAB 9845/AM)
Goreth Campos Rubim (OAB 8542/AM)
Hermes Mafra Otto (OAB 10542/AM)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Larissa Campos Rubim (OAB 11145/AM)
Lenilson Ferreira Pereira (OAB 13914/AM)
Márcia Simone Coelho Ferreira da Silva (OAB 9736/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria Elizabethe Rodrigues Jeronimo (OAB 7229/AM)
Maria Ester Coelho de Oliveira (OAB 9677/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Rodrigo Rodrigues Campos (OAB 12150/AM)
Tereza Carmo de Castro
Tereza Carmo de Castro (OAB 479A/AM)
Vítor Cassiano Louzada (OAB 14422/AM)

VARA DE EXECUÇÃO PENAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS (VEP)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0179/2019

ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM) - Processo 0201316-83.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: NORIEGA DO NASCIMENTO OLIVEIRA - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado NORIEGA DO NASCIMENTO OLIVEIRA.

ADV: CAMILA GUIMARÃES DE LIMA (OAB 13098/AM) - Processo 0204942-52.2013.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - INDICIADO: David Pereira Barbosa - O preceituado nos arts. 89 e 90, do CPB, c/c o art. 146, da LEP, determina que a pena está extinta quando há o decurso do período de prova sem revogação e/ou sem prorrogação do curso do livramento condicional, como é o caso desta execução penal. Pelo exposto, diante do cumprimento dos termos do Livramento Condicional por parte de David Pereira Barbosa, na forma do art. 90, do Código Penal, e do art. 146, da Lei de Execução Penal, declaro, em consonância com o Ministério Público, extinta a pena privativa de liberdade executada neste processo. Intime-se o liberado para tomar ciência da sentença. Cientifique-se o Ministério Público. Após, observadas as formalidades legais, proceda-se à baixa no SAJ para os efeitos do art. 202, da L.E.P..

ADV: MARCELO GONZAGA CARVALHO (OAB 5432/AM) - Processo 0209860-65.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Wilklen Tiago Gonzaga Cavalcante - ISTO POSTO, exercendo a competência que me confere o art. 66, II, da Lei de Execução Penal, observado o transcurso do prazo prescricional que estabelece o art. 117, do Código Penal, julgo extinta a punibilidade de Wilklen Tiago Gonzaga Cavalcante, pela prescrição da pretensão executória, relativamente à pena que lhe foi aplicada neste processo.

ADV: MARY FRANÇOISE DAS NEVES NASCIMENTO (OAB 5142/AM) - Processo 0221467-51.2009.8.04.0001 (001.09.221467-4) - Execução da Pena - Pena Restritiva de Direitos - RÉU: Benedicto de Oliveira - DECISÃO Chamo o processo à ordem tão somente para retificar o nome do apenado constante na audiência de fls. 720/723, onde foi declarada a extinção das penas de Benedicto de Olveira executadas nestes autos. Na fl. 722, Onde se lê: "JARLESON MARIALVA BARROS". Leia-se: "BENEDICTO DE OLIVEIRA". À secretaria para que proceda com as intimações necessárias e, após, dê-se baixa nos autos juntos ao SAJ/PG5.

ADV: MARCILINHA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 4964/AM) - Processo 0222928-14.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - RÉU: HENRIQUE COSTA DE LIMA - De ordem deste Juízo de Direito, informo que este juízo redesignou a audiência de justificação retro para o dia 12/09/2019, com início às 09:00h, devendo o apenado HENRIQUE COSTA DE LIMA se apresentar ou ser apresentado, no caso de preso, na sala de audiências desta VEP, setor 04 do 4º andar do Forum Henoch Reis, com meia hora de antecedência. Intime-se Ministério Público e defesa.

ADV: JAYME BENCHAYA MARINHO (OAB 4287/AM) - Processo 0223812-87.2009.8.04.0001 (001.09.223812-3) - Execução da Pena - APENADO: Luiz Augusto Lima da Silva - Pelo exposto, diante da certidão informando o término e o cumprimento dos termos do Livramento Condicional por parte de Luiz Augusto Lima da Silva, na forma do art. 90, do Código Penal, e do art. 146, da Lei de Execução Penal, declaro extinta a pena privativa de liberdade executada neste processo. Intime-se o liberado para tomar ciência da sentença. Cientifique-se o Ministério Público. Após, observadas as formalidades legais, proceda-se à baixa no SAJ para os efeitos do art. 202, da L.E.P..

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0225481-39.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: G.M.S. - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Gabriel Mendes de Souza.

ADV: GILBERTO MITOUSO DOS SANTOS NETO (OAB 11677/AM) - Processo 0226007-64.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Thiago Miranda da Silva - Ante o exposto, em harmonia com o Parecer Ministerial, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de THIAGO MIRANDA DA SILVA, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO: 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: DAIANA KELLY BANDEIRA SPENER (OAB 13366/AM) - Processo 0230898-36.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: A.M.P. - Assim, em harmonia com o Parecer Ministerial, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Arnaldo Melo Pereira, a partir de 21/09/2019, desde que mantido o BOM COMPORTAMENTO CARCERÁRIO, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições

do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM) - Processo 0242368-74.2008.8.04.0001 (001.08.242368-8) - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Mário Marinho Belém - verifico que não foi atendido o requisito objetivo-temporal para a concessão do benefício, razão pela qual INDEFIRO A PROGRESSÃO DE REGIME, acolhendo o preciso parecer ministerial, devendo o apenado permanecer no regime em que se encontra até o adimplemento do lapso temporal necessário, ocasião em que deverá demonstrar, ainda, bom comportamento disciplinar.

ADV: ALAN HERGERTON FAÇANHA (OAB 9353/AM) - Processo 0248802-64.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADA: Ellice Dária da Silva Lira - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Ellice Dária da Silva Lira, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

Alan Hergerton Façanha (OAB 9353/AM)
Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Camila Guimarães de Lima (OAB 13098/AM)
Daiana Kelly Bandeira Spener (OAB 13366/AM)
Gilberto Mitouso dos Santos Neto (OAB 11677/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Jayme Benchaya Marinho (OAB 4287/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Marcelo Gonzaga Carvalho (OAB 5432/AM)
Marcilinha Santana de Oliveira (OAB 4964/AM)
Mary Françoise das Neves Nascimento (OAB 5142/AM)

AUDITORIA MILITAR

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALCIDES CARVALHO VIEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0310/2019

ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM) - Processo 0214715-82.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a vida - VÍTIMAFATO: Wisley Souza da Silva e outro - RÉU: Bruno Souza de Souza - Dê-se vista ao Ministério Público. Intimem-se.

Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Johan da Costa Araújo (OAB 12234/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALCIDES CARVALHO VIEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0311/2019

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM), ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM) - Processo 0228073-85.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - VÍTIMAFATO: Deusiane da Silva Pinheiro - AUTOR: Júlio Henrique da Silva Gama - ACUSADO: Elson Santos de Brito - Jairo Oliveira Gomes - Cosme Moura Souza - Narcizio Guimarães Neto - Trata-se de pedidos de autorização para viagem, formulado pelos réus Elson Santos Brito e Júlio Henrique da Silva Gama, efetivados às fls. 3.714 e 3.725/3.726, respectivamente, o primeiro durante o período de 13 de setembro de 2019 a 26 do mesmo mês, o segundo durante o período de 14 a 20 do mês de setembro do mesmo ano. Como os pedidos vieram acompanhados dos bilhetes de passagem aérea respectivos, bem como não havendo atos processuais em que a presença dos réus seja imprescindível, durante os períodos discriminados, autorizo a viagem dos réus Elson Santos Brito e Júlio Henrique da Silva Gama, os quais estão autorizados a viajar apenas nos períodos discriminados, sem prejuízo de estarem à disposição da Justiça Militar. Comunique-se, devendo ser especialmente cientificado o Ministério Público, cuja dispensa da audiência prévia não prescinde de qualquer outra cautela ou diligência requerida pelo órgão.

Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Mozarth Ribeiro Bessa Neto (OAB 4390/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALCIDES CARVALHO VIEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0312/2019

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: ADJAILSON SILVA FIGUEIRA DE SOUZA (OAB 8620/AM) - Processo 0203325-62.2010.8.04.0001 (001.10.203325-1) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - INDICIADO: Manoel Passos de Almeida - Luciano Silva Figueira de Souza - Chamo o processo à ordem, para tornar sem efeito o despacho de fls. 450, inadvertidamente proferido, pois se trata de processo da competência do Juiz singular. Portanto, certifique-se, retire-se o processo da pauta de audiências e faça-se conclusão para que seja prolatada a sentença. Intimem-se.

Adjailson Silva Figueira de Souza (OAB 8620/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)

5ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0184/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0200460-51.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: A.E.S.S. - Divórcio litigioso. Partes qualificadas nos autos. Citação sem resposta. Decretação de revelia. Ausência do autor à audiência de instrução. Alegações finais. Parecer ministerial pelo acolhimento do pedido. Sucintamente, o relatório. A ação é de divórcio direto litigioso. A ré, apesar de regularmente citada, não se fez presente ao feito, para eventualmente contestar a ação, o que apenas dá consistência ao pleito formulado pelo autor. O autor confirmou em alegações finais os termos da inicial. Em razão de tais circunstâncias, o Ministério Público opinou pelo acolhimento parcial do pedido. Diante dessas considerações, com exceção ao pedido de alteração do nome da requerida, por ser prerrogativa da ré mudar ou manter seu nome de casada, tem-se por acolhido parcialmente o pedido do autor, ao amparo do art. 226, § 6º da Constituição Federal, dando-se por decretado o divórcio, nos termos da fundamentação. Sem custas. Intimem-se. Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0200643-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: J.M.G.S. - Desistência homologada. Em razão disso e com fundamento no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, tem-se por extinto o processo. Sem custas. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0205781-67.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: L.A.S. - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 Partes qualificadas nos autos. Documentação pertinente. Acordo em audiência. Ministério Público favorável. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0209537-21.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERIDA: R.S.S. - Oferta de alimentos com guarda e convivência. Autora e réu qualificados nos autos. Alimentos provisórios. Citação sem resposta. Revelia. Depoimento do autor. Manifestação ministerial pela procedência do pedido. Sucintamente, o relatório. A ação é de alimentos com guarda e convivência, com fundamento no Código Civil e na Lei Especial. O autor ingressou com a presente ação para que pudesse ter uma convivência maior com a filha, pois alega que estaria sendo impedido pela mãe. Além disso, de forma a ser uma segurança na assistência material devida a filha ofertou alimentos. Em sede de audiência de conciliação as partes firmaram acordo de alimentos, porém a requerida manteve-se inerte ao longo do processo, motivo pela qual foi declarada revel. Desta feita, entende-se que não se opõe a pretensão autoral. Durante a instrução processual, o autor ratificou os termos da petição inicial. Ponderada a situação, em consonância com o parecer ministerial, julgo TOTALMENTE PROCEDENTE, nos termos do art.487, I, do CPC, a presente demanda, e fixo os alimentos no valor de R$430,00 (quatrocentos e trinta reais) mais o plano de saúde, a serem pagos todo dia cinco de cada mês na conta da genitora; a guarda de compartilhada, tendo a criança por residência de referência o lar materno e o requerido o direito de convivência nos termos da exordial. Sem custas. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo. Intimem-se.

ADV: HELOÍSA HELENA QUEIROZ DE MATOS CANTO (OAB 9056/AM) - Processo 0622526-33.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - EXEQUENTE: MARIA ADRIANA DA SILVA MENEZES - Execução de alimentos. Acordo com pagamento parcial e restante parcelado. Transação. Diante disso, tem-se por extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, III, “ b” do Código de Processo Civil. Intimem-se. Arquive-se.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0655214-

09.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERIDO: U.F.B. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho / decisão do(a) Juiz(a), fica pautada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 04/11/2019 às 09:00h, sendo providenciadas, neste ato, as intimações / citações necessárias.

Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Heloísa Helena Queiroz de Matos Canto (OAB 9056/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
JUIZ(A) DE DIREITO DÍDIMO SANTANA BARROS FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EVELYN REBELO DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0179/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0203285-65.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: W.B.H. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processa a ação de Divórcio Litigioso nº 0203285-65.2019.8.04.0001, onde é (são) Requerente(s) Joyce dos Reis Hoshiara e Requerido(s) Willian Brito Hoshihara, encontrando-se este(a)(s), atualmente, em lugar desconhecido ou incerto. Desta forma, expediu-se o presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias, destinado à CITAÇÃO do(a)(s) Sr(a)(s). Willian Brito Hoshihara, para integrar a relação processual, podendo, devidamente representado(a)(s) por advogado ou defensor público, oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico, sob pena de revelia. Em caso de revelia, será nomeado curador especial.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0206701-41.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: L.C.S.C. - REQUERIDO: W.O.C. - EDITAL SENTENÇA DE INTERDIÇÃO: O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0206701-41.2019.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença de INTERDIÇÃO de WANDERLEIA DE OLIVEIRA CUNHA, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) o(a) senhor(a) LUIZ CARLOS DA SILVA CUNHA. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do(a) interditando(a), devendo o(a) curador (a), zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar todos os atos necessários à administração dos negócios e bens do curatelado, exceto os que dependem de poderes especiais, subordinados ao controle judicial. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0208899-85.2018.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: D.C.P. - REQUERIDA: V.C.N.N. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Tutela e Curatela - Nomeação nº 0208899-85.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença de INTERDIÇÃO de VANISSI CRISTINA NEGREIRO NORONHA, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) o(a) senhor(a) DENIVALDO CONCEIÇÃO PICANÇO. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do(a) interditando(a), devendo o(a) curador (a), zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar todos os atos necessários à administração dos negócios e bens do curatelado, exceto os que dependem de poderes especiais, subordinados ao controle judicial. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 27 de agosto de 2019.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0210752-95.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: S.M.P.S. - REQUERIDO: J.L.P.S. - EDITAL SENTENÇA DE INTERDIÇÃO: O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0210752-95.2019.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença de INTERDIÇÃO de JAIME LUIZ DE PAIVA SOARES, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) o(a) senhor(a) SONIA MARIA DE PAIVA SOARES. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do(a) interditando(a), devendo o(a) curador (a), zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar todos os atos necessários à administração dos negócios e bens do curatelado, exceto os que dependem de poderes especiais, subordinados ao controle judicial. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0211941-11.2019.8.04.0001 - Guarda - Família - REQUERIDO: F.L.S. e outro - O Doutor Dídimo Santana Barros Filho, MM. Juiz de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processa a ação de Guarda nº 0211941-11.2019.8.04.0001, onde é (são) Requerente(s) ROSILENE VIEIRA DE SOUZA e Requerido(s) FERNANDO LIMA DE SOUZA, encontrando-se este(a)(s), atualmente, em lugar desconhecido ou incerto. Desta forma, expediu-se o presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias, destinado à CITAÇÃO do(a)(s) Sr(a)(s). FERNANDO LIMA DE SOUZA, para integrar a relação processual, podendo, devidamente representado(a)(s) por advogado ou defensor público, oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico, sob pena de revelia. Em caso de revelia, será nomeado curador especial.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0218433-24.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - REQUERIDO: D.C.S. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processa a ação de Cumprimento de Sentença nº 0218433-24.2016.8.04.0001, encontrando-se o(a) réu(ré), atualmente, em lugar desconhecido ou incerto. Desta forma, expediu-se o presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias, destinado à INTIMAÇÃO de DAVI CARIOCA DA SILVA, para, no prazo de 3 (três) dias, pagar o débito, provar que já o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob as penas da lei. Honorários fixados em 20% (vinte por cento) do valor da execução, reduzidos de metade, no caso de integral pagamento no prazo anotado.

ADV: ALAN YURI GOMES FERREIRA (OAB 10450/AM) - Processo 0219633-61.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0625114-08.2017.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Levantamento de Valor - EXECUTADO: J.R.P.S. - De ordem do(a) Juiz(a) da 5ª Vara de Família (Euza Maria) Portaria nº 002/2018 5VF, intime-se o(a) advogado(a) 10450/AM - Alan Yuri Gomes Ferreira para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar procuração, sob pena de ineficácia do ato não ratificado, respondendo o advogado pelas despesas e por perdas e danos.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0220537-18.2018.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: J.P.B.S. - REQUERIDA: A.A.T. - EDITAL SENTENÇA DE INTERDIÇÃO: O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos

da Tutela e Curatela - Nomeação nº 0220537-18.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença de INTERDIÇÃO de ALDENORA ALVES TEIXEIRA, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) o(a) senhor(a) José Pedro Bernardo de Souza. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do(a) interditando(a), devendo o(a) curador (a), zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar todos os atos necessários à administração dos negócios e bens do curatelado, exceto os que dependem de poderes especiais, subordinados ao controle judicial. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 28 de agosto de 2019.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0222834-95.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: C.B.O.L. - REQUERIDO: A.L.L. - EDITAL SENTENÇA DE INTERDIÇÃO: O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0222834-95.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença de INTERDIÇÃO de AGENOR LEMOS LITAIFF, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) o(a) senhor(a) CELIA BARBOSA OLIVEIRA LITAIFF. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do(a) interditando(a), devendo o(a) curador (a), zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar todos os atos necessários à administração dos negócios e bens do curatelado, exceto os que dependem de poderes especiais, subordinados ao controle judicial. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019.

ADV: LYCIA FABÍOLA GOMES DE ANDRADE (OAB 4580/AM) - Processo 0228376-31.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - EXECUTADO: C.V.C. - Cumprimento de sentença sob cululaçao de ritos. Pagamento parcial da dívida. E quanto ao pagamento dos valores remanescentes? Vista ao patrono do executado. 05 (cinco) dias.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0233188-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: R.G.O.J. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processa a ação de Procedimento Comum Cível nº 0233188-48.2019.8.04.0001, onde é (são) Requerente(s) Neiliane Lobato de Jesus e Requerido(s) Raimundo Guimarães de Oliveira Junior, encontrando-se este(a)(s), atualmente, em lugar desconhecido ou incerto. Desta forma, expediu-se o presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias, destinado à CITAÇÃO do(a)(s) Sr(a)(s). Raimundo Guimarães de Oliveira Junior, para integrar a relação processual, podendo, devidamente representado(a)(s) por advogado ou defensor público, oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico, sob pena de revelia. Em caso de revelia, será nomeado curador especial.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0242219-29.2018.8.04.0001 - Interdição - Seção Cível - REQUERENTE: P.A.M. - REQUERIDO: M.A.M. - EDITAL SENTENÇA DE INTERDIÇÃO: O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0242219-29.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença de INTERDIÇÃO de Mauro Alves Marinho, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) o(a) senhor(a) Paula Alves Marinho. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do(a) interditando(a), devendo o(a) curador (a), zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar todos os atos necessários à administração dos negócios e bens do curatelado, exceto os que dependem de poderes especiais, subordinados ao controle judicial. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 27 de agosto de 2019.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0243186-74.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: A.G. - REQUERIDO: R.S.G. - EDITAL SENTENÇA DE INTERDIÇÃO: O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0243186-74.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença de INTERDIÇÃO de Rosana dos Santos Garcias, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) o(a) senhor(a) Armando Garcias. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do(a) interditando(a), devendo o(a) curador (a), zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar todos os atos necessários à administração dos negócios e bens do curatelado, exceto os que dependem de poderes especiais, subordinados ao controle judicial. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0243393-73.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: O Ministério Público do Estado do Amazonas - ROSÂNGELA CONRADO TEIXEIRA - REQUERIDA: Enny Luane Teixeira de Vasconcelos - EDITAL SENTENÇA DE INTERDIÇÃO: O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0243393-73.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença de INTERDIÇÃO de Enny Luane Teixeira de Vasconcelos, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) o(a) senhor(a) ROSÂNGELA CONRADO TEIXEIRA. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do(a) interditando(a), devendo o(a) curador (a), zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar todos os atos necessários à administração dos negócios e bens do curatelado, exceto os que dependem de poderes especiais, subordinados ao controle judicial. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0244350-74.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: A.D.S. - REQUERIDO: A.P.S. - EDITAL SENTENÇA DE INTERDIÇÃO: O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0244350-74.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença de INTERDIÇÃO de ALCIMAR PAULO DA SILVA, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) o(a) senhor(a) ALCILEA DANTAS DA SILVA. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do(a) interditando(a), devendo o(a) curador (a), zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar todos os atos necessários à administração dos negócios e bens do curatelado, exceto os que dependem de poderes especiais, subordinados ao controle judicial. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/

AM) - Processo 0244468-50.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: M.J.S.A. - REQUERIDO: M.S.A. - EDITAL SENTENÇA DE INTERDIÇÃO O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0244468-50.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença de INTERDIÇÃO de MARCIO DE SOUZA ALMEIDA, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) o(a) senhor(a) MARIA JOSÉ DE SOUZA ALMEIDA. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do(a) interditando(a), devendo o(a) curador (a), zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar todos os atos necessários à administração dos negócios e bens do curatelado, exceto os que dependem de poderes especiais, subordinados ao controle judicial. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 27 de agosto de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0244868-64.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDA: I.M.S. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processa a ação de Procedimento Comum Cível nº 0244868-64.2018.8.04.0001, onde é (são) Requerente(s) Sueliane Wangresse da Silva Mendonça e Requerido(s) IZABELLE MENDONÇA DE SOUZA, encontrando-se este(a)(s), atualmente, em lugar desconhecido ou incerto. Desta forma, expediu-se o presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias, destinado à CITAÇÃO do(a)(s) Sr(a)(s). IZABELLE MENDONÇA DE SOUZA, para integrar a relação processual, podendo, devidamente representado(a)(s) por advogado ou defensor público, oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico, sob pena de revelia. Em caso de revelia, será nomeado curador especial.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0246134-86.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: R.F.M.T. - REQUERIDO: F.A.S.M. - EDITAL SENTENÇA DE INTERDIÇÃO: O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0246134-86.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença de INTERDIÇÃO de FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA MOTA, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) o(a) senhor(a) Rita Filomena Mota Trindade. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do(a) interditando(a), devendo o(a) curador (a), zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar todos os atos necessários à administração dos negócios e bens do curatelado, exceto os que dependem de poderes especiais, subordinados ao controle judicial. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 27 de agosto de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0254719-69.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Ato / Negócio Jurídico - EXECUTADO: J.L.A. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processa a ação de Cumprimento de Sentença nº 0254719-69.2014.8.04.0001, onde é (são) Exequente(s) DIANA DA SILVA SALES e Executado(s) JACKSON LIMA DE ALMEIDA, encontrando-se este(a)(s), atualmente, em lugar desconhecido ou incerto. Desta forma, expediu-se o presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias, destinado à CITAÇÃO do(a)(s) Sr(a)(s). JACKSON LIMA DE ALMEIDA, para integrar a relação processual, podendo, devidamente representado(a)(s) por advogado ou defensor público, oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico, sob pena de revelia. Em caso de revelia, será nomeado curador especial.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0601858-65.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: L.S.L. - REQUERIDO: M.C.A.L. - EDITAL SENTENÇA DE INTERDIÇÃO: O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0601858-65.2019.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença de INTERDIÇÃO de Miguel Cyrillo da Anunnciaçao Lima, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) o(a) senhor(a) Luciana de Souza Lima de Sá. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do(a) interditando(a), devendo o(a) curador (a), zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar todos os atos necessários à administração dos negócios e bens do curatelado, exceto os que dependem de poderes especiais, subordinados ao controle judicial. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 27 de agosto de 2019.

ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM) - Processo 0607875-25.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - EXECUTADO: J.L.S.S. - Diante do requerimento e parecer ministerial, intime-se o executado no prazo de 5 (cinco) dias, para efetuar os pagamentos dos valores remanescentes, sob pena de aplicação de medida coercitiva (prisão civil), ao teor do que determina o art. 528, § 7º do Código de Processo Civil.

ADV: RAPHAEL DOUGLAS VIEIRA (OAB 90343/MG) - Processo 0636666-09.2013.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: S.A.B.B. - REQUERIDA: A.F.O. - De ordem do(a) Juiz(a) da 5ª Vara de Família (Euza Maria) Portaria nº 002/2018 5VF, intime-se o(a) advogado(a) 90343/MG - Raphael Douglas Vieira para, no prazo de 5 (cinco) dias, juntar prova de comunicação da renúncia ao mandante.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0647360-61.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Fixação - EXECUTADO: M.F.S. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processa a ação de Execução de Alimentos Infância e Juventude nº 0647360-61.2018.8.04.0001, encontrando-se o(a) réu(ré), atualmente, em lugar desconhecido ou incerto. Desta forma, expediu-se o presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias, destinado à CITAÇÃO de Marcelo Ferreira dos Santos, para, no prazo de 3 (três) dias, pagar o débito alimentício relativo às 3 (três) parcelas anteriores ao ajuizamento da ação e o que se vencer no curso do processo, provar que já o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob as penas da lei. Quanto ao restante da dívida - anterior a 03 (três) meses do requerimento de cumprimento, citação para pagamento no prazo de 3 (três) dias, sob pena de penhora. Não efetuado o pagamento no prazo estabelecido, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por cento), bem como de honorários de advogado no mesmo percentual. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0647909-71.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: M.P.S.A. - REQUERIDA: C.P.S. e outro - EDITAL SENTENÇA DE INTERDIÇÃO: O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0647909-71.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença de

INTERDIÇÃO de Claudete Pereira da Silva, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) o(a) senhor(a) Marilena Pereira da Silva Araujo. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do(a) interditando(a), devendo o(a) curador (a), zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar todos os atos necessários à administração dos negócios e bens do curatelado, exceto os que dependem de poderes especiais, subordinados ao controle judicial. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0659653-63.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: R.P.S. - REQUERIDO: J.R.C. - Interdição com fundamento no art. 1.767, do Código Civil. Requerente e requerido(a) qualificados. Incapacidade informada na inicial. Documentação pertinente - pessoal e médica. Requerimento de liminar (tutela de urgência). Manifestação favorável do Ministério Público. Tutela de urgência concedida, nomeando-se curador, provisoriamente. Entrevista. Manifestação de curador especial. Ministério Público pelo acolhimento do pedido. O relatório, no essencial. A interdição tem por finalidade resguardar os interesses do incapaz, nos exatos termos do art. 1.767 do Código Civil e seus incisos. O caso, devidamente analisado, é, efetivamente, de interdição. Informações médicas confirmam a incapacidade/deficiência. Além disso, a inspeção, do ponto de vista estritamente judicial, conduz à mesma conclusão. O Ministério Público, diligente fiscal da lei, entendeu tratar-se, realmente, de caso de interdição. Diante dessas considerações, tem-se por acolhido o pedido, dando-se por decretada a interdição, mantendo-se o requerente no cargo de curador, com poderes limitados à gestão dos interesses do interditado, com exclusão de disponibilidade patrimonial, condicionada, se for o caso, por comprovada necessidade, a autorização judicial. O curador deverá prestar contas periodicamente de sua administração, nos termos do parecer ministerial, naquilo que se apresentar adequado à situação. Cumpra-se o disposto nos arts. 755, § 3º, do Código de Processo Civil e 9º, III, do Código Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Intimem-se. Transitando em julgado, tudo providenciado, arquive-se.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0659653-63.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: R.P.S. - REQUERIDO: J.R.C. - EDITAL SENTENÇA DE INTERDIÇÃO: O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0659653-63.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença de INTERDIÇÃO de Jose Romeu Cardoso, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) o(a) senhor(a) Rocicleide Pereira da Silva. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do(a) interditando(a), devendo o(a) curador (a), zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar todos os atos necessários à administração dos negócios e bens do curatelado, exceto os que dependem de poderes especiais, subordinados ao controle judicial. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 27 de agosto de 2019.

Alan Yuri Gomes Ferreira (OAB 10450/AM)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Lycia Fabíola Gomes de Andrade (OAB 4580/AM)
Raphael Douglas Vieira (OAB 90343/MG)
Sem Patrono (OAB /AM)

7ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0076/2019

ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0601596-18.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: C.A.N.A. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 5º c/c art. 1.635, inciso III do Código Civil e Súmula 358 do Superior Tribunal de Justiça, para exonerar o requerente, Carlos Antônio Nunes de Aquino, da obrigação de pagar alimentos aos requeridos, Julie Aranha de Aquino, Carlos Antônio Aranha de Aquino e Helton Carlos Aranha de Aquino, determinando, por conseguinte, o cancelamento do desconto de 30% (trinta por cento) no contracheque do autor, a título de alimentos em favor dos réus. Oficie-se ao empregador do requerente, indicado às fls. 15, encaminhando cópia desta decisão, objetivando seu cumprimento imediato. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: ANTONINO MACHADO DA SILVA (OAB 7231/AM) - Processo 0601972-04.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: P.M.S. - É o relatório. Decido: Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado por Pedro Machado da Silva e Bruna Vieira da Silva, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Oficie-se ao empregador do requerente encaminhando cópia desta decisão, no sentido de cancelar, a partir do mês em curso, os descontos que vinham sendo efetuados no contracheque do alimentante. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: ANA PAULA DA SILVA BEZERRA (OAB 5797/AM) - Processo 0605536-88.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.A.F.C. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO do autor, nos termos do art. 5º c/c art. 1.635, inciso III do Código Civil e Súmula 358 do Superior Tribunal de Justiça, para exonerar o requerente, Sr. José Aluísio Ferreira Cruz, da obrigação de pagar alimentos à requerida, Sra. Anna Karollina Pereira Cruz, DETERMINANDO, por conseguinte, o cancelamento do desconto de 15% (quinze por cento) no contracheque do autor, a título de alimentos em favor da ré. Oficie-se ao empregador do requerente, indicado às fls. 08, encaminhando cópia desta decisão, objetivando seu cumprimento imediato. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: ERICK DREAN PEREIRA DA COSTA (OAB 7746/AM) - Processo 0606349-23.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: J.S.S. e outros - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 11130/AM), ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0614074-58.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: E.R.R. - . É o relatório. Decido: Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, e em consonância com o Ministério Público, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado por Eunice Rodrigues Ribeiro e Manoel Barroso Ribeiro, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Oficie-se ao empregador do requerente encaminhando cópia desta decisão, no sentido de cancelar, a partir do mês em curso, os descontos que vinham sendo efetuados no contracheque do alimentante. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade

da justiça deferido. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: ESTHER MARIA ARAÚJO DE SOUSA (OAB 5639/AM), ADV: JOSÉ RODRIGO ORESTES DE SOUSA (OAB 9938/AM) - Processo 0614333-53.2019.8.04.0001 - Interdição - Capacidade - REQUERENTE: Maria Doralice Gomes da Silva - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante da Decisão Interlocutória retro, pautei na presente data, a Audiência de Entrevista Pessoal desta Ação, para o dia 11/11/2019 às 10:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada para comparecimento, acompanhada do seu patrono, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu respectivo advogado, e o interditando citado através de carta com AR, ressaltando que, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da audiência, poderá impugnar o pedido.

ADV: AGUIBERTO CAMILO REDI (OAB 202A/AM) - Processo 0618715-89.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: D.R.S.F. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante da Decisão Interlocutória retro, pautei na presente data, a Audiência de Conciliação desta Ação, para o dia 04/11/2019 às 09:30h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada para comparecimento, acompanhada do seu patrono, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu respectivo advogado, e a parte requerida será citada e intimada através de carta com AR, para comparecer à audiência, acompanhada do seu advogado, com a ressalva que caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar contestação.

ADV: ANDREWS NASCIMENTO DE ABREU (OAB 4899/AM) - Processo 0620455-82.2019.8.04.0001 - Interdição - Capacidade - REQUERENTE: V.O.S. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Entrevista Pessoal desta Ação, para o dia 21/11/2019 às 10:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada para comparecimento, acompanhada do seu patrono, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu respectivo advogado, e o interditando citado através de carta com AR, ressaltando que, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da audiência, poderá impugnar o pedido.

ADV: SHIRLEY GOMES ARAÚJO (OAB 8755/AM), ADV: KÁSSIA CRISTINA PEREIRA TORRES (OAB 10577/AM), ADV: EDINELSON ALVES DE SOUSA (OAB 8225/AM) - Processo 0621396-32.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Fabricio Chota da Silva - Aline Chota da Silva - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso VIII, do C.P.C.. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e providencie-se o arquivamento atinente com as cautelas legais. P.R.I.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0623747-75.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: K.M.B.S.M. - É o relatório. Decido: Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, e em consonância com o Ministério Público, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado por Kalleb Miguel Barbosa dos Santos (MENOR) e Francisco Alex da Cruz dos Santos, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Oficie-se ao empregador do alimentante, para que proceda aos descontos devidos, cumprindo rigorosamente a presente decisão, sob pena de incorrer nas sanções do art. 22 da Lei nº. 5.478/68. Expeça-se o Termo de Guarda, em favor da requerente, mediante a prestação do compromisso legal de bem e fielmente cumprir o encargo, dispensando ao filho toda a assistência e proteção necessárias ao seu adequado desenvolvimento físico, moral, emocional e educacional. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: LUIZ HENRIQUE CAUPER PEREIRA (OAB 12669/AM) - Processo 0629241-86.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: H.J.P. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 5º c/c art. 1.635, inciso III do Código Civil e Súmula 358 do Superior Tribunal de Justiça, para exonerar o requerente, Sr. Horange Jansen Pereira, da obrigação de pagar alimentos à alimentanda, Sra. Kemely Albertino Pereira, determinando, por conseguinte, o cancelamento do desconto de 17% (dezessete por cento) no contracheque do autor, a título de alimentos em favor da ré. Oficie-se ao empregador do requerente, indicado às fls. 04, encaminhando cópia desta decisão, objetivando seu cumprimento imediato. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: GLÁUCIA AZEVEDO NARCELHA (OAB 12303/AM) - Processo 0630413-92.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: C.F.B.C. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso VIII, do C.P.C.. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e providencie-se o arquivamento atinente com as cautelas legais. P.R.I.

ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM) - Processo 0632892-58.2019.8.04.0001 - Guarda - Fixação - REQUERENTE: L.C.S.P. - Sopesado o exposto e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais, e em consonância com o r. parecer ministerial, CONCEDO PARCIALMENTE A TUTELA DE URGÊNCIA requerida, inaudita altera pars, com fulcro no art. 300, caput, e §3º do CPC, para regulamentar provisoriamente o DIREITO DE VISITA do requerente, Sr. Leonardo Couto de Souza Pinto, ao seu filho menor, P.H.P.C.P., nascido em 13/08/2018, podendo o requerente visitar e ter a seu filho em sua companhia, semanalmente, 01 (um) dia útil da semana, e aos sábados, ou no domingo, cujas visitas deverão ocorrer exclusivamente no lar materno, considerando a tenra idade da criança, cujas condições poderão ser alteradas ou flexibilizadas de comum acordo pelas partes, visando aumentar o número de dias da semana e os horários destinados às visitas, respeitando sempre a rotina e os superiores interesses da criança, ao tempo em quê, acolho os alimentos oferecidos pelo autor, para fixar os alimentos provisórios em favor do menor, no valor correspondente a 10% (dez por cento) sobre o soldo mensal do requerente, cujo montante deverá ser depositado até o dia 30 (trinta) de cada mês, na conta bancária indicada às fls. 12. Expeça-se o Alvará em favor do requerente, autorizando-o a visitar e ter o filho em sua companhia, observando rigorosamente o horário estabelecido, sob pena de revogação desta decisão. Intime-se a requerida desta decisão, para conhecimento e rigoroso cumprimento, devendo constar do Mandado que ela abstenha-se de praticar qualquer ato contrário às determinações deste Juízo, ou que possam obstaculizá-las, sob pena de incorrer em crime de desobediência, sujeitando-se às respectivas sanções, sem prejuízo da busca e apreensão da menor, além da imposição de multa diária, a qual arbitro em R$ 300,00 (trezentos reais), até o limite de 30 (trinta) dias. Desde já requisito o auxílio de força policial, caso se faça necessário, para garantir o cumprimento desta decisão. Fixe-se data para realização de audiência preliminar de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se as partes, mediante carta com AR e notificando-se o Ministério Público. Cite-se a ré. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta da requerida, devendo, em sendo o caso, a Secretaria certificar quanto à apresentação de Contestação e sua tempestividade. Intimem-se as partes, ressaltando que o não comparecimento injustificado do autor ou da ré à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos termos do art. 334, § 8º, do C.P.C.. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à citação/intimação por Mandado, ressaltando-se que, na hipótese de o endereço da ré não ser localizado, intime-se o autor, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias e uma vez informado o endereço atualizado ou confirmado o que se encontra nos autos, expeça-se novo Mandado ou Carta Precatória de Citação, a depender do caso. Apresentada a Contestação e/ou Reconvenção, intime-se a parte requerente/reconvinte, por seu advogado, para,

querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Réplica nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Promoção Ministerial nos autos, voltem-me conclusos. Recomende-se às partes para que compareçam à Oficina de Pais e filhos, que é realizada sempre na última quarta-feira do mês, no 3º andar, setor 1 do Fórum Ministro Henoch Reis, sito na Rua Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, na cidade de Manaus/AM, bem como realizem o correspondente curso on line, no site www.cnj.jus.br/eadcnj. A Oficina de Pais e Filhos é um programa educacional interdisciplinar que foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça para colaborar com os pais e seus filhos menores a superarem a fase de reorganização familiar e terem mais estabilidade e paz em suas vidas, objetivo primordial do Poder Judiciário. A Oficina não visa a avaliar ou julgar os pais, tendo como principal objetivo transmitir técnicas apropriadas de comunicação na família, ensinamentos a respeito das consequências que os conflitos proporcionam aos filhos, informações legais sobre alienação parental, guarda, visitas e alimentos. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, no caso da oficina presencial, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais e Filhos ou a realização do curso on line, não substitui o comparecimento à audiência de conciliação. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0635132-54.2018.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: S.F.V.N. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Entrevista Pessoal desta Ação, para o dia 19/11/2019 às 10:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada para comparecimento, acompanhada da interditanda e de seu patrono, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu respectivo advogado.

ADV: FABIANNO MARTINS FRAZÃO (OAB 7004/AM), ADV: HAILDO JARBAS RODRIGUES (OAB 5304/AM), ADV: ADRIANA DE SOUZA NEGREIROS FRAZÃO (OAB 13908/AM) - Processo 0635317-63.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: K.R.F. - REQUERIDO: M.F.M.H. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Instrução e Julgamento, desta Ação, para o dia 13/11/2019 às 09:30h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo as partes intimadas, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome dos seus respectivos advogados, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos e testemunhas.

ADV: VINICIO CARLOS CORDOVIL MENDES FILHO (OAB 7907/AM) - Processo 0635609-43.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Extinção - REQUERENTE: Cristiane Natalia dos Santos Colares - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação,voltem-me conclusos para a fila de sentença homologatória. Cumpra-se, com urgência.

ADV: DANYELA CHRISTINA ARAÚJO CÂMARA (OAB 14308/AM) - Processo 0636908-55.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - ASSISTENTE: H.O.L. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante da Decisão Interlocutória retro, pautei na presente data, a Audiência de Conciliação desta Ação, para o dia 04/11/2019 às 08:30h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada para comparecimento, acompanhada do seu patrono, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu respectivo advogado, e a parte requerida será citada e intimada através de carta com AR, para comparecer à audiência, acompanhada do seu advogado, com a ressalva que caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar contestação.

ADV: ROBERTA CAROLAINE LIRA LOPES (OAB 13961/AM) - Processo 0638827-79.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: R.M.F.F. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante da Decisão Interlocutória retro, pautei na presente data, a Audiência de Conciliação desta Ação, para o dia 04/11/2019 às 11:30h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada para comparecimento, acompanhada do seu patrono, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu respectivo advogado, e a parte requerida será citada e intimada através de carta com AR, para comparecer à audiência, acompanhada do seu advogado, com a ressalva que caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar contestação.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0640509-69.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.P.S. - Vistos e etc... Defiro a gratuidade da Justiça. Ante a natureza da causa e peculiaridades do caso, em consonância com o parecer da Exma. representante do Ministério Público de fls. 14/17, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, por entender que os documentos acostados aos autos, não comprovam a existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Fixe-se data para realização de audiência preliminar de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se as partes, mediante carta com AR e notificando-se o Ministério Público. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta do requerido. Apresentada a Contestação e/ou Reconvenção, intime-se a parte requerente/reconvinte, por seu advogado, para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Réplica nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Promoção Ministerial nos autos, voltem-me conclusos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: RONALDO NUNES MADURO JUNIOR (OAB 13428/AM) - Processo 0642792-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: N.R.P.C.M.J. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante da Decisão Interlocutória retro, pautei na presente data, a Audiência de Conciliação desta Ação, para o dia 04/11/2019 às 10:30h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada para comparecimento, acompanhada do seu patrono, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu respectivo advogado, e a parte requerida será citada e intimada através de carta com AR, para comparecer à audiência, acompanhada do seu advogado, com a ressalva que caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar contestação.

ADV: PAULO RICARDO DA SILVA GOMES (OAB 7942/AM) - Processo 0643491-56.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: F.L.B. - Vistos e etc... Defiro a gratuidade da Justiça. Ante a natureza da causa e peculiaridades do caso, em consonância com o parecer da Exma. representante do Ministério Público de fls. 37/38, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, por entender que os documentos acostados aos autos, não comprovam a existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Fixe-se data para realização de audiência preliminar de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se as partes, mediante carta com AR e notificando-se o Ministério Público. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta dos requeridos. Apresentada a Contestação e/ou Reconvenção, intime-se a parte requerente/reconvinte, por seu advogado, para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Réplica nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Promoção Ministerial nos autos, voltem-me conclusos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0643496-78.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Fixação - REQUERENTE: C.C.S. - Vistos e etc... Defiro a gratuidade da Justiça. Ante a natureza da causa e

peculiaridades do caso, em consonância com o parecer da Exma. representante do Ministério Público de fls. 13/14, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, por entender que os documentos acostados aos autos, não comprovam a existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Fixe-se data para realização de audiência de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se a parte requerente, mediante carta com AR e notificando-se o Ministério Público, a fim de possibilitar o reconhecimento voluntário da paternidade, Cite-se e intime-se a parte requerida, ressaltando que, caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação da sua contestação. Cumpra-se com urgência.

ADV: MIRIAN FREITAS TÁVORA (OAB 11122/AM) - Processo 0649212-23.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Família - REQUERENTE: V.A.S. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado pelos divorciandos, decretando o Divórcio de Vania Albuquerque Silva e João da Silva Pereira, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em conseqüência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda voltará a usar o seu nome de solteira, a saber Vania Costa de Albuquerque. Incumbirá às próprias partes providenciarem o encaminhamento da presente sentença ao Cartório de Registro Civil respectivo, caso este seja localizado na Comarca de Manaus - AM, para fins de averbação do divórcio, devendo comparecerem munidas com a senha do processo, cabendo ressaltar que o Cartório não deverá exigir qualquer tipo de carimbo ou autenticação da Vara, tendo em vista que a assinatura digital constante da lateral do documento é suficiente para atestar sua autenticidade. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Transitado em julgado, proceda-se à baixa a ao arquivamento. P.R.I.

ADV: JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM) - Processo 0660847-98.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: T.S.O. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Na mesma oportunidade, intime-se a parte requerida, por seu advogado, para, desde já, informar, no prazo de 05 (cinco) dias, se concorda com eventual extinção do feito em razão do abandono do autor, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADRIANA DE SOUZA NEGREIROS FRAZÃO (OAB 13908/AM)
Aguiberto Camilo Redi (OAB 202A/AM)
Ana Paula da Silva Bezerra (OAB 5797/AM)
Andrews Nascimento de Abreu (OAB 4899/AM)
Antonino Machado da Silva (OAB 7231/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Danyela Christina Araújo Câmara (OAB 14308/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Edinelson Alves de Sousa (OAB 8225/AM)
Erick Drean Pereira da Costa (OAB 7746/AM)
Esther Maria Araújo de Sousa (OAB 5639/AM)
Fabianno Martins Frazão (OAB 7004/AM)
Gláucia Azevedo Narcelha (OAB 12303/AM)
Haildo Jarbas Rodrigues (OAB 5304/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM)
José Rodrigo Orestes de Sousa (OAB 9938/AM)
Kássia Cristina Pereira Torres (OAB 10577/AM)
LUIZ HENRIQUE CAUPER PEREIRA (OAB 12669/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
MIRIAN FREITAS TÁVORA (OAB 11122/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paulo Ricardo da Silva Gomes (OAB 7942/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Pedro Antonio de Oliveira Junior (OAB 11130/AM)
Roberta Carolaine Lira Lopes (OAB 13961/AM)
Ronaldo Nunes Maduro Junior (OAB 13428/AM)
Sâmea Picanço Oliveira (OAB 10852/AM)
SHIRLEY GOMES ARAÚJO (OAB 8755/AM)
Vinicio Carlos Cordovil Mendes Filho (OAB 7907/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO CLEONICE FERNANDES DE MENEZES TRIGUEIRO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL BRUNO MARCELO CONTE SANCHES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0077/2019

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0202637-32.2012.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: M.K.S.L. e outro - Ante o teor da petição de fls. 40/42, reitero a certidão de fls. 37, a qual esclarece que o ofício de fls. 36 deverá ser impresso pela parte interessada e protocolada pela parte interessada na empresa competente. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM), ADV: DANTON CAVALCANTE BEZERRA (OAB 12258/AM) - Processo 0207449-10.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: D.A.S. - REQUERIDO: R.L.F. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, informar se pretende produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse, devendo ser observado o disposto no parecer ministerial de fls. 52/53, no que tange à apresentar planilha de gastos com a alimentanda, bem como seus documentos comprobatórios. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ROSELOANE SOUZA DA COSTA (OAB 11287/AM), ADV: MARCOS DANIEL SOUZA RODRIGUES (OAB 10987/AM) - Processo 0209235-26.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.G.B. - Fixe-se data para audiência de Instrução e Julgamento. Intimem-se as partes, para comparecerem acompanhadas dos seus advogados e testemunhas. Notifique-se o Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0209541-24.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.C.M. - Fixe-se data para realização de audiência de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se a parte requerente, mediante carta com AR e notificando-se o Ministério Público. Cite-se e intime-se a parte requerida, ressaltando que, caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação da sua contestação. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LEONIO JOSÉ SENA DE ALMEIDA (OAB 7946/AM) - Processo 0211164-94.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXECUTADO: A.J.L.S. - Intime-se a parte Exequente, por seu defensor, para no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos a planilha de débitos. Informação nos autos, à contadoria, para atualização da dívida. Dívida atualizada, voltem-me os autos conclusos para decidir. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MICHELLE MELO BARBOSA (OAB 2648/AM) - Processo 0211383-73.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: C.A.M.J. - Em cumprimento à sentença de fls. 79, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Guarda Definitiva Unilateral. É o que me cumpre certificar.

ADV: JANDER RUBENS PASSOS RIBEIRO (OAB 13384/

AM), ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: ZACARIAS SANTOS DE SOUZA (OAB 7531/AM), ADV: JANDER RUBENS PASSOS RIBEIRO (OAB 13384/AM) - Processo 0213929-14.2012.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: P.W.M.R. - Certifico para os devidos fins que, às fls. 111, foi juntada certidão, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: JOÃO MARIA DE MOURA (OAB 3389/AM), ADV: VANDSON SOARES DA SILVA (OAB 7508/AM), ADV: RAIMUNDO PAULINO CAVALCANTE (OAB 7576/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: JOSÉ CASTRO PONTES (OAB 10981/AM) - Processo 0214155-58.2008.8.04.0001 (001.08.214155-0) - Cumprimento de sentença - Oferta - EXEQUENTE: T.S.B. - EXECUTADO: J.N.B. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais, ACOLHO A JUSTIFICATIVA de fls. 31/81, para INDEFERIR O PEDIDO DE PRISÃO DO DEVEDOR, considerando que as alegações aduzidas pelo Executado encontram-se corroboradas pelos documentos acostados aos autos, em razão do quê, CONVERTO O RITO PRISIONAL EM EXPROPRIATÓRIO, DETERMINANDO que se paute Audiência de Conciliação, a ser realizada neste Juízo, com a maior brevidade possível, com fulcro no art. 3º, §2º do CPC, no escopo de tentar promover a solução amigável do presente conflito, ressaltando que, não havendo a composição do débito alimentar, os autos deverão voltar-me conclusos, objetivando dar início ao novo rito adotado. Intimem-se. Intime-se a Exequente, por seu advogado, para no prazo de 05 (quinze) dias, juntar aos autos documento que demonstre que efetuou o trancamento da faculdade, por falta de pagamento, conforme relatado às fls. 69, bem como informar se já houve a regularização dos respectivos pagamentos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MELISSA SOUZA CREDIE BORBOREMA (OAB 3951/AM) - Processo 0214636-69.2018.8.04.0001 (processo principal 0234488-60.2010.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Alimentos - REQUERENTE: Ana Luiza dos Santos Câmara - Nomeio a Dra. Beatriz Cunha e Silva, Curadora Especial, nos termos do art. 72, II, do Código de Processo Civil. Intime-se. À Secretaria, para atender à promoção ministerial de fls.157, no que tange à cumprir o disposto no art. 254 do CPC. Cumpra-se, com urgência.

ADV: DIEGO MARCELO CORDEIRO MUNCH (OAB 10060/AM), ADV: KARINA D'ARC LIMA DE SOUSA (OAB 11045/AM), ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM) - Processo 0218157-22.2018.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERIDO: E.C.B. - Intime-se a parte requerida, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias manifestar-se acerca da petição de fls. 144/146. Fixe-se data para audiência de Instrução e Julgamento. Intimem-se as partes, para comparecerem acompanhadas dos seus advogados e testemunhas. Notifique-se o Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARILU CORDOVIL BEZERRA (OAB 9729/AM) - Processo 0218315-14.2017.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.E.T.O. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar suas alegações finais. Cumpra-se, com urgência.

ADV: SARAH CORREIA OLIVEIRA (OAB 8781/AM) - Processo 0219842-98.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - EXECUTADO: W.M.P. - Cumpra-se o despacho de fls. 34 no endereço indicado às fls. 46. Cumpra-se, com urgência.

ADV: KARINA TAVARES SENA RICARDO (OAB 4085/RO) - Processo 0220255-77.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: L.P.M. - Ante o teor da contestação de fls. 109/119, cumpra-se o Despacho de fls. 242. Transcorrido o prazo, sem manifestação da parte requerida, voltem-me os autos conclusos para fila de Sentença Homologatória. Cumpra-se, com urgência.

ADV: AUGUSTO VINICIUS FERNANDES MARTINS (OAB 12802/AM), ADV: DEYWISON LIMA DE SOUZA (OAB 12737/AM), ADV: JOSÉ AURISTENIL SOARES NUNES (OAB 7580/AM) - Processo 0220261-84.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: J.V.S.S. - REQUERIDO: C.A.S.C. e outro - Diante da possibilidade de solução amigável do litígio, conforme petição de fls. 61/62 e fls. 63/64, fixe-se data para realização de audiência de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se as partes, mediante carta com AR e seus advogados, devendo ainda ser notificado o Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: IGSON DE OLIVEIRA ANDRADE (OAB 5533/AM), ADV: JAIME MARQUES BRASIL (OAB 3979/AM), ADV: FELIPE DOS ANJOS THURY (OAB 4518/AM), ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM) - Processo 0222386-30.2015.8.04.0001 (processo principal 0612878-92.2015.8.04.0001) - Impugnação de Assistência Judiciária - Fixação - IMPUGNANTE: Okito Takeda - IMPUGNADA: E.M.T.T. e outros - Por estes motivos, julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do CPC. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Publique-se, registre-se. Arquivem-se.

ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM) - Processo 0225865-26.2018.8.04.0001 (processo principal 0627377-13.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Revisão - REQUERENTE: Ellen Dayana Borges Porto - Certifico para os devidos fins que, às fls. 44, foi juntada certidão, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: CRISTIANA DA COSTA RODRIGUES (OAB 607/AM), ADV: CÉLIA ALICE CORDEIRO PINHEIRO (OAB 8898/AM) - Processo 0225918-70.2019.8.04.0001 (processo principal 0600090-07.2019.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Exoneração - REQUERENTE: Nayandra Dreyce Lima dos Santos - REQUERIDO: E.G.S. - Certifico para os devidos fins que a parte Executada apresentou Justificativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a) Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família e Sucessões, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte Exequente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias É o que me cumpre certificar.

ADV: GRAZIELA DA COSTA BATISTA (OAB 7224/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: REGIANE LOPES GIOIA (OAB 3728/AM), ADV: AMANDA LADEIRA BENZION (OAB 3587/AM), ADV: FIDELIS AGUIAR ANDRADE (OAB 6486/AM), ADV: WILLIAM DANIEL BRASIL DAVID (OAB 6796/AM) - Processo 0230558-97.2011.8.04.0001 (apensado ao processo 0210585-59.2011.8.04.0001) - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.P.C.C. - REQUERIDA: E.B.C. - Ante o exposto, atendendo-se ao bem maior em discussão, qual seja, o bem-estar do menor, JULGO PROCEDENTE EM PARTE, e determino que a guarda do menor seja compartilhada entre os pai e mãe, se estabelencendo como referência a residência do pai, podendo a criança transitar entre os lares paterno e materno. A convivência do menor será exercida de forma livre entre pai e mãe, devendo ocorrer a comunicação respeitosa entre os responsáveis, com finalidade de proporcionar a convivência de ambos com a criança. Nas datas comemorativas do natal, ano novo, carnaval, além do aniversário do filho, haverá alternância na convivência entre os pais. Nos dias das mães e dos pais deverão ser observados na companhia dos respectivos homenageados. Nas férias escolares pai e mãe se dividirão a companhia do filho, na mesma proporção de tempo. Durante a permanência do filho com um dos pais, principalmente nos períodos prolongados, é facultado ao outro o direito de convivência, a qualquer momento, desde que nos horários previamente ajustados entre os interessados. Os interessados exercem a mútua responsabilidade do exercício do poder familiar e devem participar conjuntamente do processo de criação, educação e desenvolvimento do filho, devendo compartilhar de decisões relevantes, tais como a escolha de instituição de ensino em que deva ser matriculado, efetuando a verificação do desempenho escolar, participando de eventos e reuniões escolares. Condeno a Requerida ao pagamento de custas e honorários advocatícios, que arbitro em R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais). Transitada em

julgado, arquivem-se após as formalidades legais. P.R.I.

ADV: WILLIAM DANIEL BRASIL DAVID (OAB 6796/AM), ADV: GRAZIELA DA COSTA BATISTA (OAB 7224/AM), ADV: FIDELIS AGUIAR ANDRADE (OAB 6486/AM), ADV: AMANDA LADEIRA BENZION (OAB 3587/AM), ADV: REGIANE LOPES GIOIA (OAB 3728/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM) - Processo 0230558-97.2011.8.04.0001 (apensado ao processo 0210585-59.2011.8.04.0001) - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.P.C.C. - REQUERIDA: E.B.C. - Em tempo, defiro a gratuidade da Justiça para ambas as partes. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LAINA REGINA FERNANDES DE ALENCAR (OAB 10949/AM), ADV: EDYRANNE NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 11157/AM), ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM), ADV: MARIA CAROLINA PORDEUS E SILVA CARDOSO (OAB 8083/AM) - Processo 0233670-93.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Guarda - REQUERIDO: D.M.C.P. - Ante o teor da petição retro, considerando que há discussão quanto ao Juízo competente para julgar a demanda originária, pendente de apreciação, havendo, inclusive decisão recente proferida pela 6ª Vara de Família da Comarca de Manaus - AM acerca da questão, conforme se vê às fls. 163, determino a devolução da carta precatória ao Juízo de origem, sem cumprimento. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM), ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM) - Processo 0236474-05.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: E.S.T. - Certifico para os devidos fins que, às fls. 35, foi juntada certidão, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu defensor, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM), ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM) - Processo 0236474-05.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: E.S.T. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, de ordem do(a) MM(a) Juiz(íza) da 7ª Vara de Família, procedo à intimação da Defensoria Pública acerca do seguinte despacho/decisão: Certifico para os devidos fins que, às fls. 35, foi juntada certidão, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu defensor, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar..

ADV: FÁBIO GOUVÊA DE SÁ (OAB 3801/AM), ADV: CLÁUDIA MARIA NOBRE LISBOA (OAB 2109/AM) - Processo 0238234-67.2009.8.04.0001 (001.09.238234-8) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERIDO: A.J.S.M. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C., ao mesmo tempo em que TORNO SEM EFEITO a decisão interlocutória de fls. 11. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM) - Processo 0244444-90.2016.8.04.0001 (processo principal 0609144-36.2015.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa Infância e Juventude - Fixação - REQUERENTE: A.A.F. - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do Artigo 487, inciso I, do NCPC, mantendo o assento de nascimento, tal qual se encontra às fls. 08, arcando, o Autor, com o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em R$ 1.500,00 (mil e Quentos Reais). PRI.

ADV: MIRTES RODRIGUES DA SILVA (OAB 13432/AM), ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM) - Processo 0245060-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: S.C.S.F. - REQUERIDO: M.L. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ADRIANA CRISTINA DO NASCIMENTO PERRONI (OAB 167999/SP), ADV: ALEXANDRE CAETANO CATARINO (OAB 122193/SP) - Processo 0247887-78.2018.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Amaro Tórcio Hirata - REQUERIDA: Maria Alcidenne Cavalcante Hirata - "Ante ao exposto, devolva-se a carta precatória com as providências de estilo. Cumpra-se com urgência."

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM) - Processo 0600034-13.2015.8.04.0001 - Alimentos - Provisionais - Revisão - REQUERENTE: E.V.B. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a sentença de fls. 186-187, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão/empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: LENILTON FORTUNATO DE OLIVEIRA (OAB 2025/AM), ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM), ADV: SARAH LYS DA SILVA MAR (OAB 11906/AM), ADV: MARA LÚCIA REIS DE HOLANDA (OAB 10501/AM) - Processo 0600374-83.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: L.S.O. - REQUERIDO: C.E.C.M. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a sentença de fls. 185-186, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão/empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: JORGE BRUNO DE MENEZES MAIA (OAB 8637/AM), ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM), ADV: ADRIANA PRISCILA STINGHEN (OAB 10678/AM) - Processo 0600734-52.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Regulamentação de Visitas - EXEQUENTE: J.B.L.M.J. - EXECUTADA: A.P.S. - Tendo em vista as informações alegadas pelo exequente, intime-se a executada para que, no prazo de 15 dias, informe a veracidade dos fatos de que esteja descumprindo o acordo homologado e se de fato mudou-se de país com animus de não retornar, levando consigo a filha do casal sem autorização do genitor, sob pena de multa e instauração de inquérito para averiguar possível crime de sequestro de incapaz e subtração ilegal internacional de crianças. Cumpra-se.

ADV: NICOLAS SANTOS CARVALHO GOMES (OAB 8926/AM) - Processo 0600851-72.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.C.S.S. - Intimem-se as partes, por seu advogado e defensor público, para no prazo de 15 (quinze) dias, atenderem à promoção ministerial de fls. 135. Suprida a irregularidade apontada, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JHENA CHRISTIANE CUNHA DOS SANTOS (OAB 8805/AM) - Processo 0601081-85.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0601100-91.2016.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: E.R.B. - Isto posto, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com base no art. 485, III do CPC, determinando o arquivamento do processo, com a devida baixa na distribuição. Custas processuais pelo requerente, cuja exigibilidade fica suspensa em razão de ter recebido justiça gratuita. Transitada em julgado esta sentença, proceda-se à baixa no SAJ e arquivem-se os autos. P.R.I

ADV: LUANNA BARROS DE ALBUQUERQUE GOMES (OAB 13172/AM), ADV: DANIELLE NUNES AMORIM (OAB 8981/AM), ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM) - Processo 0601209-03.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.N.S. - REQUERIDO: A.J.H.C.S. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, atenderem à promoção ministerial de fls. 106. Suprida a irregularidade apontada, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: REGINA JANSEN SIMÕES (OAB 1086/AM), ADV: EDIERI MARIA MOUSINHO ABITBOL (OAB 7862/AM) - Processo 0601240-96.2014.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução -

REQUERENTE: C.E.B. - REQUERIDA: S.C.B. - À Secretaria, para atender à promoção ministerial de fls. 269. Cumpra-se, com urgência.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM) - Processo 0601599-70.2019.8.04.0001 - Alteração do Regime de Bens - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERENTE: Mariano Coelho Linhares - À Secretaria, para atender à promoção ministerial de fls. 48. Cumpra-se, com urgência.

ADV: PAULA ELIZABETH GOMES DE SOUZA (OAB 13295/AM), ADV: BRENO DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 8121/AM), ADV: ANDREWS NASCIMENTO DE ABREU (OAB 4899/AM) - Processo 0601647-97.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.F.F. - REQUERIDA: O.C.F. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para em prazos sucessivos de 15 (quinze) dias, apresentarem suas alegações finais, conforme art. 364, § 2º do C.P.C. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ODEMILTON PINHEIRO MACENA JÚNIOR (OAB 7155/AM) - Processo 0601704-86.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: MARIA CUSTODIA MACIEL BARBOSA - Como requer Ministério Público, intime-se a parte autora para manifestação a respeito das informações do oficio de fls. 94/102. Cumpra-se.

ADV: LINDONJORGE DOS SANTOS MATOS (OAB 11902/AM) - Processo 0602369-97.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: C.J.N. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. No mais, em consonância ao parecer ministerial de fls. 155, efetue-se o estudo psicossocial do caso, com a ressalva de que, caso tenham interesse, as partes poderão optar, a qualquer momento, pela realização do estudo através de peritos particulares, cadastrados no banco de dados de peritos do Tribunal de Justiça, escolhidos por sorteio pela Secretaria da Vara, hipótese que deverá ser expressamente manifestada nos autos, através de petição, devendo os respectivos honorários serem pagos, independentemente da concessão da gratuidade da Justiça. Desde já, determino que, na hipótese de as partes manifestarem expressamente o seu interesse na realização do referido estudo, por meio de peritos particulares, os autos deverão ser remetidos à secretaria, para as providências cabíveis. Estudo Social ou Relatório Psicológico nos autos, intimem-se as partes, por seus advogados, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. Manifestação nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: FÁBIO LEITE NOBRE (OAB 11149/AM), ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM) - Processo 0602528-40.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: T.I.S.A. - ALIMENTAND: A.A.A.O. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C., ao mesmo tempo em que TORNO SEM EFEITO o despacho de fls. 17. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: DANIEL HICLEI OLIVEIRA SANTOS (OAB 6577/AM), ADV: DANIELLA KARINA KANDA REBELLO (OAB 6576/AM), ADV: FERNANDO LUÍS SIMÕES DA SILVA (OAB 6063/AM), ADV: CELIANA ASSEN FÉLIX (OAB 6727/AM), ADV: EDNA MARIA MOURÃO PEREIRA MACHADO (OAB 2189/AM) - Processo 0602813-33.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0643923-46.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: C.M.F.L. - REQUERIDA: W.T.S.P. e outro - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Cumpra-se, com urgência.

ADV: PETERSON RICARDO OLIVEIRA MOURA (OAB 9705/AM) - Processo 0602924-80.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: G.G.S. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Cumpra-se, com urgência.

ADV: INGRA GRAZIELA GUEDES MESQUITA (OAB 12462/AM) - Processo 0603161-17.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Raul Vieira Lima Júnior - Acolho a promoção ministerial de fls. 71/72, por seus próprios fundamentos. Nomeio a Dra. Beatriz Cunha da Silva, Curadora Especial, nos termos do art. 752, § 2º, do Código de Processo Civil, para manifestação, no prazo legal. Considerando que a SUSAM e a SEMSA não possuem disponibilidade para atenderem à grande demanda das Varas de Família, no que tange à realização das perícias médicas em processos de interdição, bem como o Setor Médico do TJAM foi instituído apenas para atender os seus próprios servidores, determino a intimação da parte requerente para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, laudo médico circunstanciado, assinado por médico especialista, atestando a incapacidade do interditando, além da extensão da sua deficiência, principalmente quanto às suas limitações relacionadas ao exercício das suas atividades da vida civil, ressaltando que todos os quesitos formulados no parecer ministerial de fls. 71/72, devem ser respondidos. Laudo médico nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: FRANCISCO DE SOUSA SANTANA JÚNIOR (OAB 9856/AM) - Processo 0603568-23.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - REQUERENTE: E.D.S.L. - CERTIFICO que, feito o pregão da audiência de conciliação/mediação, compareceu a requerente, Sra. Eliana Daise de Souza Lima, acompanhada de seu patrono Dr. Francisco de Souza Santana Júnior OAB/AM 9856 não comparecendo a parte requerida, não tendo sido devidamente citada/intimada, conforme aviso de recebimento negativo de folhas. 47. Fica a Audiência de conciliação REDESIGNADA para o dia 09/10/2019 às 08:30h - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC -FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, sendo a citação do requerido renovada por oficial de justiça no endereço informado pelo sistema SIEL em fls.50 ja atualizado no cadastro processual.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0603847-77.2017.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Terezinha Jesus de Castro Souza - Defiro o pedido formulado às fls. 101. Aguarde-se o transcorrer do prazo de 30 (trinta) dias. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARIVAN PEREIRA DE MATTOS (OAB 10066/AM) - Processo 0603877-44.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.H.N.C. - ALIMENTAND: I.B.B.C. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, informar se pretende produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse, atendendo ainda ao r. Parecer Ministerial de fls. 55/56. Cumpra-se, com urgência.

ADV: DOMINGOS SÁVIO TAVARES DA SILVA (OAB 5610/AM), ADV: MARIO JORGE CARDOSO MELO (OAB 10894/AM), ADV: NILDO NOGUEIRA NUNES (OAB 2698/AM) - Processo 0604152-66.2014.8.04.0001 - Petição Cível - Reconhecimento / Dissolução - EXEQUENTE: Fábio Marques Freire - EXECUTADA: Danielle Santana Freire - Tendo em vista que o laudo do exame de corpo e delito realizado na menor VICTÓRIA SANTANA FEIRE Requerido pela DEPCA às fls. 77 é essencial para comprovar se houve ou não abuso sexual, reitere-se ofício para DEPCA para que envie, com urgência, resultado do exame supracitado parte do boletim de ocorrência de número 18.E.0165.0000678. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARIA LÍRIA NEVES DA SILVA (OAB 10639/AM) - Processo 0604397-04.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.V.A.M. - Intimem-se as partes, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, atender à promoção ministerial de fls. 52. Suprida a irregularidade apontada, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: OSWALDO TÁVORA BUARQUE NETO (OAB 5566/AM), ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM), ADV: FRANCYNE NEGRO VAZ LEAL (OAB 10447/AM), ADV: VIVIANE NUNES DE OLIVEIRA DA COSTA (OAB 8944/AM) - Processo 0605548-10.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso -

Dissolução - REQUERENTE: S.G.O. - REQUERIDO: M.D.M.O. - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do Artigo 487, inciso I, do NCPC, para ratificar o divórcio do casal na forma do pedido (fls. 153/154), com fundamento no parágrafo 6 do artigo 226 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo segundo do artigo 1.580 do Código Civil e o art. 40 da Lei 6.515/77, bem como determinar a partilha igualitária entre as partes no que toca ao imóvel de n. 04, situado à Rua C - 9º Etapa Villa Barra, aos bens que guarnecem o imóvel, assim como aos veículos (1 motocicleta e 01 automóvel) citados às fls. 05. Condeno o(a) Requerido(a) ao pagamento das custas e despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em R$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais). Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de averbação. PRI.

ADV: VINICIUS SANTANA GOMES (OAB 12070/AM), ADV: MAURO DE SIQUEIRA QUEIROZ (OAB 2360/AM), ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM) - Processo 0605588-55.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.M.M. - REQUERIDO: R.C.M.M. - Intime-se a parte requerida, por mandado, para no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da petição de fls. 83/84. Cumpra-se, com urgência.

ADV: VIVIAN SILVA DE MORAIS (OAB 12274/AM) - Processo 0605690-09.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: E.F.S. - Ante a natureza da causa e peculiaridades do caso, acolho a promoção ministerial de fls. 47. Fixe-se data para realização de audiência na qual será colhido o material necessário ao exame de DNA, intimando-se as partes e notificando-se o Ministério Público. Impende salientar que as custas da perícia deverão ser suportadas pelo próprio investigante, que deverá comparecer no indigitado ato processual munido do respectivo comprovante de depósito, podendo o exame ser realizado em um dos dois laboratórios com os quais o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas mantém convênio: Núcleo de Genética Medica - GENE, sediado em Belo Horizonte/MG, com honorários do perito no valor de R$380,00 (trezentos e oitenta reais), (para o exame realizado entre Pai, Mãe e um filho. A exclusão ou inclusão de pessoas causa alteração do valor) acrescido do pagamento da remessa do material, por Sedex, diretamente aos Correios, no valor aproximado de R$ 82,50 (oitenta e dois reais e cinquenta centavos) - material a ser coletado: células da mucosa bucal; Dados bancários para realização do deposito: Banco do Brasil, Agência 1879-1, conta corrente nº 926006-4, em nome do Dr. Sérgio Danilo Pena; Laboratório IPC - Instituto de Perícias Científicas, sediado em Campo Grande/MS, com honorários do perito no valor de R$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), (para o exame realizado entre Pai, Mãe e um filho. A exclusão ou inclusão de pessoas causa alteração do valor), com remessa do material custeada pelo próprio laboratório - material a ser coletado: sangue. Dados bancários para realização do depósito: Banco do Brasil, Agência 4211-0, conta corrente 41415-8, em nome do laboratório IPC. Cabe ressaltar ainda que, caso seja vencedor na demanda, o requerente poderá requerer o ressarcimento de tais despesas ao requerido, nada obstando, também, que as partes rateiem a realização do exame ou que sejam antecipadas, desde já, pelo réu. Por fim, o requerido deverá ser intimado para participar da audiência por mandado, fazendo constar o teor dos seguintes artigos: Art. 231 do CCB. "Aquele que se nega a submeter-se a exame médico necessário não poderá aproveitar-se de sua recusa". Artigo 232 do CCB. "A recusa à perícia médica ordenada pelo Juiz poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame". Artigo 2.º-A da Lei 8.560/92. "Na ação de investigação de paternidade, todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, serão hábeis para provar a verdade dos fatos. (Incluído pela Lei n.º 12.004, de 2009). Parágrafo único. A recusa do réu em se submeter ao exame de código genético-DNA gerará a presunção da paternidade, a ser apreciada em conjunto com o contexto probatório. (Incluído pela Lei n.º 12.004, de 2009). Intimem-se. P.R.I. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0606202-94.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: J.C.O. - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, nos termos do Artigo 487, inciso I, do NCPC, decretando o Divórcio Direto Litigioso de Maria Lúcia Rufino Santana e José da Cruz de Oliveira, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em consequência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas. Quanto à partilha do patrimônio do casal, caberá a cada um dos cônjuges 50% (cinquenta por cento) do bem localizado na Rua Jericó, n. 63, I etapa, Nossa Senhora de Fátima, Cidade Nova. Relativamente ao pedido contraposto, de ressarcimento por supostas benfeitorias realizadas no imóvel situado na BR 319, Careiro Castanho Zona Rural (Sítio Ilha da Fantasia), tal pleito deverá ser indeferido, pois não houve comprovação de que tais benfeitorias foram realizadas. Somente há o título de propriedade de .fls. 28, datado de 22/08/96 em nome da Autora, imóvel adquirido antes do casamento que ocorreu em 05/04/2002. Em virtude do exposto acima, JULGO IMPROCEDENTE A RECONVENÇÃO o que faço escudado nos arts. 487, inciso I, do NCPC. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Transitada em julgado, expeça o Mandado de Averbação. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM) - Processo 0606224-89.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: GERLANE DA CUNHA SILVA - Tendo em vista o processo estar estagnado por conta da falta de resposta da comarca deprecada, reitere-se carta precatória de fls. 32, como nova tentativa de citação perante a comarca de Careiro Castanho/AM. Cumpra-se.

ADV: SUZANA IDA LACERDA VALENTE MATOS (OAB 12551/AM), ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: SAMUEL PINTO DA SILVA (OAB 6734/AM), ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM) - Processo 0606326-72.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: C.B.S.R.M.M. - REQUERIDO: A.V.M. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse, atentando-se ao parecer ministerial de fls. 158. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARLÚCIA GUIMARÃES ALMEIDA (OAB 5280/AM), ADV: LUCIANA DA SILVA COUTO (OAB 5339/AM), ADV: LEANDRO MENEZES DOS SANTOS (OAB 1115A/AM) - Processo 0606413-28.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.C.S.S. - REQUERIDA: A.R.G.S. - Em cumprimento à sentença de fls. 48-49, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intimem-se as partes interessadas para comparecerem na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinarem o Termo de Guarda Compartilhada. É o que me cumpre certificar.

ADV: EVERSON SOARES RODRIGUES (OAB 10819/AM) - Processo 0606508-29.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0211684-25.2015.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: D.B.B. - À Secretaria, para atender à promoção ministerial de fls. 84. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARCOS PEREIRA DA SILVA (OAB 11150/AM), ADV: JOSUÉ NASCIMENTO PIMENTEL (OAB 9118/AM) - Processo 0606541-19.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: J.B.S. - À Secretaria, para atender à promoção ministerial de fls. 132. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JAIR AGOSTINHO PEREIRA PINTO (OAB 7846/AM) - Processo 0606778-87.2016.8.04.0001 - Alimentos - Provisionais - Fixação - REQUERENTE: S.M.A. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a sentença de fls. 106-107, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão/empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: ANTÔNIO IVAN OLÍMPIO DA SILVA (OAB 3110/AM) - Processo 0607020-75.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: L.S.C. - Defiro o pedido formulado às fls. 50, fixe-se data para realização de audiência

preliminar de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se as partes, mediante carta com AR e notificando-se o Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MELISSA SOUZA CREDIE BORBOREMA (OAB 3951/AM) - Processo 0607145-43.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0241720-26.2010.8.04.0001) - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Família - EXEQUENTE: E.S.A. - Defiro o pedido formulado às fls. 45, cumpra-se o despacho de fls. 40 no endereço laboral do devedor, indicado às fls. 31. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ANA CRISTINA DE LIMA LOUREIRO (OAB 3427/AM) - Processo 0607176-97.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: R.R.B. - À Secretaria, para atender à promoção ministerial de fls. 106. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ROGÉRIO DA SILVA RODRIGUES (OAB 9949/AM), ADV: LUIZ CLÁUDIO CRUZ DA SILVA (OAB 6906/AM) - Processo 0607363-42.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: C.A.S. - EXECUTADO: D.C.A. - Intime-se o exequente para que forneça tabela atualizada a respeito dos valores que restam a serem pagos pelo executado, tendo em vista o comprovante de fls. 122. Cumpra-se.

ADV: ANA CLÁUDIA CONDE VIEIRALVES (OAB 6073/AM), ADV: DELIAS TUPINAMBÁ VIEIRALVES (OAB 2268/AM) - Processo 0607400-35.2017.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: J.L.P.T.G.A. - K.S.A. - Acolho o parecer ministerial de fls. 57/58, por seus próprios fundamentos. Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, tendo em vista a expressa ausência de acordo entre as partes, devendo adequa-lá, alterando o rol de pedidos bem como requerendo a citação da parte requerida, a saber, Sra. Katiuscia Sales do Amaral. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO MONTENEGRO FREIRE (OAB 6029/AM), ADV: RONYELLY ROCHA PEREIRA (OAB 14164/AM) - Processo 0607409-26.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: A.C.L.M. - REQUERIDO: A.M.L. - Vistos e etc... Ante o teor do Acórdão de fls. 88/103, ARBITRO COMO NOVOS ALIMENTOS PROVISÓRIOS em favor do requerente, o menor A. da C.L., nascido em 17/07/2011, o valor correspondente a 07 (sete) salários mínimos, cujo montante deverá ser pago até o dia 30 (trinta) de cada mês, depositado em conta bancária indicada às fls. 06. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM), ADV: RONYELLY ROCHA PEREIRA (OAB 14164/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO MONTENEGRO FREIRE (OAB 6029/AM) - Processo 0607409-26.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: A.C.L.M. - REQUERIDO: A.M.L. - Certifico para os devidos fins que a parte requerida apresentou contestação, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a) Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM), ADV: NAYLA MICHELLE ZAMITH DE OLIVEIRA FREITAS (OAB 7970/AM), ADV: EVELLYN KELRYEN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9125/AM) - Processo 0608649-84.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0635682-83.2017.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: E.K.A.S. - EXECUTADO: N.O.N. - Por essas razões, REVOGO a ordem de prisão civil do requerido, determinando a expedição da respectiva ordem de soltura relativa somente ao presente feito a ser cumprida pelo oficial de justiça plantonista. Expeça-se o expediente necessário, em caráter de urgência. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM), ADV: NAYLA MICHELLE ZAMITH DE OLIVEIRA FREITAS (OAB 7970/AM), ADV: EVELLYN KELRYEN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9125/AM) - Processo 0608649-84.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0635682-83.2017.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: E.K.A.S. - EXECUTADO: N.O.N. - Certifico para os devidos fins que nesta data, procedi a entrega do Alvará de Soltura de N° 001.20194/122204-7 para o Oficial de Justiça Máximo Soares de Sena. É o que me cumpre certificar.

ADV: SARAH GEÓRGIA DE FIGUEIREDO (OAB 10361/AM) - Processo 0609059-84.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Guarda - EXEQUENTE: J.R.C.L. - Tendo em vista autor ter juntado tabela atualizada de valores, à contadoria para atualização da dívida. Intime-se o executado, via mandado, pessoalmente, para pagar valor referente aos três últimos meses de pensão alimentícia, no prazo de 03 dias, ou provar a impossibilidade de o fazer, sob pena de prisão, nos termos do art. 528 e ss do CPC. Intime-se ainda o mesmo para, no prazo de 15 dias, pagar ou impugnar o restante da dívida alegada pela exequente. Cumpra-se.

ADV: DIOGO COELHO DE FREITAS (OAB 10733/AM), ADV: ALEXANDRE COELHO DA SILVA (OAB 5846/AM), ADV: LUCIANA LOPES XAVIER (OAB 8022/AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0609288-05.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: B.O.C. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: NILSON OLIVEIRA DE ANDRADE (OAB 8687/AM) - Processo 0609289-53.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.V.A.P. - Ante o teor da contestação de fls. 43/47 e da manifestação de fls. 56/58, intimem-se as partes, por seu advogado e por seu defensor, para no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos cópia de acordo de alimentos realizado entre as partes, assinado em todas as vias pelos mesmos e por seus patronos constituídos, e requerendo sua devida homologação, tendo em vista o procedimento mencionado ser significativamente mais célere que o da Ação pretendida pelo requerente. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MAUREN CARLA PAIVA ANJOS (OAB 11990/AM) - Processo 0609347-90.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: B.S.P. - À Secretaria, para atender à promoção ministerial de fls. 43. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LEÔNIDAS DE ABREU (OAB 2635/AM) - Processo 0609348-41.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Casamento - REQUERENTE: R.V.N. - Ante o teor do r. Parecer Ministerial de fls. 39, oficie-se à Procuradoria-Geral de Justiça, requisitando a designação de um novo Órgão Ministerial para atuar no presente feito. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ALDRIN BENTES PONTES (OAB 8887/AM), ADV: CLÁUDIA MARIA NOBRE LISBOA (OAB 2109/AM) - Processo 0609455-90.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Guarda - EXECUTADO: L.S.R. - Intime-se a autora para que informe se concorda com a forma de pagamento descrita na petição de fls. 86/88, tendo demonstrado boa-fé o devedor ao depositar entrada de R$ 200,00 (duzentos reais) como alegado anteriormente. Cumpra-se.

ADV: DELIAS TUPINAMBÁ VIEIRALVES (OAB 2268/AM) - Processo 0609610-93.2016.8.04.0001 - Tutela Infância e Juventude - Tutela e Curatela - REQUERENTE: M.P.C. - Ante o teor da certidão de fls. 98, à secretaria, para as providências cabíveis. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ALCIAN PEREIRA DE SOUZA (OAB 5266/AM), ADV: PETRUCIO PEREIRA DE MAGALHAES JUNIOR (OAB 10185/AM), ADV: FÁBIO AGUSTINHO DA SILVA (OAB 2776/AM), ADV: VITOR BERENGUER BARBOSA JÚNIOR (OAB 8336/AM) - Processo 0609858-88.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: M.C.P.S.M. - REQUERIDO: L.K.C.S. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a sentença de fls. 132/133, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão/empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: RUDGER MARTINS DE SOUZA (OAB 67536/PR) - Processo 0610008-35.2019.8.04.0001 - Guarda - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: D.R.M. - Certifico para os devidos fins que a parte requerida apresentou contestação, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a) Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte

requerente, por seu advogado, para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: VERANICE MELLO DA FROTA (OAB 2611/AC) - Processo 0610235-25.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: L.T.V. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 29/10/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: PRISCILLA DE OLIVEIRA GOMES (OAB 8623/AM), ADV: FRANCISCA LOUREIRO DE SOUZA (OAB 8343/AM), ADV: SILAS AYRTON VINHOTE DE SOUZA (OAB 10035/AM), ADV: NORA NEY SOARES DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 10572/AM) - Processo 0610274-95.2014.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: J.C.V.O. - EXECUTADO: K.X.O. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da petição e documento de fls. 153/155. Manifestação nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença homologatória. Cumpra-se, com urgência.

ADV: NANCY NEVES REIS LOPES (OAB 5250/AM) - Processo 0610598-80.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0604665-97.2015.8.04.0001) - Tutela e Curatela - Remoção e Dispensa - Tutela e Curatela - REQUERENTE: C.A.N. - À Secretaria, para atender à promoção ministerial de fls. 202. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0610724-72.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0601001-29.2013.8.04.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.R.R. e outros - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro da MM. Juíza de Direito Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 16/10/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM) - Processo 0611627-97.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Perda ou Modificação de Guarda - REQUERENTE: N.M.C. - Defiro o pedido formulado às fls. 19/21, fixe-se data para realização de audiência preliminar de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se as partes, mediante carta com AR e notificando-se o Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JEFFERSON BOTELHO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 154/AM), ADV: FABRÍCIO FROTA MARQUES (OAB 6444/AM), ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM) - Processo 0611728-71.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: K.N.B.A. - REQUERIDO: W.R.A. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestar-se acerca da contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0611903-65.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: D.S.V. - Fixe-se data para audiência de Instrução e Julgamento. Intime-se a parte requerente, para comparecer acompanhada dos seus advogados e testemunhas. Notifique-se o Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: EDMILSON DAS NEVES GUERRA (OAB 848/AM), ADV: EDUARDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 5188/AM) - Processo 0612085-90.2014.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.M.P.O. - REQUERIDA: M.K.S.P. e outros - À Secretaria, para atender à promoção ministerial de fls. 149. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LÚCIA ANDRÉA VALLE DE SOUZA (OAB 2767/AM) - Processo 0612227-21.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.V.S.T. - Trata-se de execução de alimentos provisórios consubstanciado em decisão prolatada no juízo da 6ª Vara de Família. Preceitua o artigo 516, inciso II, do Código de Processo Civil, verbis: Art. 516. O cumprimento da sentença efetuar-se-á perante: (...) II - o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição; Destarte, verifica-se que o juízo onde fora prolatada a decisão é o juízo da execução, não sendo o caso previsto no art. 286 do CPC e sumulado no verbete nº 235 do STJ, tratando-se, portanto, de competência funcional, logo, absoluta, e, portanto, improrrogável, não cabendo ao presente Juízo executar a decisão de outro, sob pena de inobservância do aludido preceito processual. Sopesado o exposto, devolvam-se os autos ao Setor de Distribuição, para que providencie o cancelamento da distribuição do feito a este Juízo, bem como efetue a redistribuição dos autos ao Juízo da 6ª Vara de Família, com as cautelas de praxe. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0612411-74.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.S.S. - Defiro a gratuidade da Justiça Arbitro os alimentos provisórios em favor do filho do requerido, no valor correspondente a 30% (trinta por cento) do salário mínimo, devidos a partir da citação, cujo montante deverá ser pago até o dia 30 (trinta) de cada mês, diretamente à representante legal do autor, ou depositado em conta bancária que esta venha a indicar. Fixe-se data para realização de audiência preliminar de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se as partes, mediante carta com AR e notificando-se o Ministério Público. Cite-se o réu. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta do requerido, devendo, em sendo o caso, a Secretaria certificar quanto à apresentação de Contestação e sua tempestividade. Intimem-se as partes, ressaltando que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos termos do art. 334, § 8º, do C.P.C.. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à citação/intimação por Mandado, ressaltando-se que, na hipótese de o endereço do réu não ser localizado, intime-se o autor, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias e uma vez informado o endereço atualizado ou confirmado o que se encontra nos autos, expeça-se novo Mandado ou Carta Precatória de Citação, a depender do caso. Apresentada a Contestação e/ou Reconvenção, intime-se a parte requerente/reconvinte, por seu advogado, para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Réplica nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Promoção Ministerial nos autos, voltem-me conclusos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ALESSANDRA AMAZONAS DA CUNHA (OAB 5780/AM), ADV: RALLES DE ARAÚJO BALDEZ (OAB 12429/AM) - Processo 0612655-03.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: V.C.C. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, atender à promoção ministerial de fls. 39. Manifestação nos autos, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: DELIAS TUPINAMBÁ VIEIRALVES (OAB 2268/AM) - Processo 0612795-37.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: E.S.N. - Intimem-se as peritas cadastradas às fls. 80, para no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se acerca da petição de fls. 84/93. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MÁRCIA SIMONE COELHO FERREIRA DA SILVA (OAB 9736/AM) - Processo 0612821-69.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.S.A.A. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: JÉSSYCA LUANA MORAIS FERREIRA (OAB 11258/AM) - Processo 0613300-96.2017.8.04.0001 - Guarda - Alimentos - REQUERENTE: A.M.R. - Intime-se a parte requerida, por seu defensor, para no prazo de 05 (cinco) dias, informar se possui interesse no prosseguimento do feito, nos termos do art. 485, § 6º

do CPC. Cumpra-se, com urgência.

ADV: OSMAR PEREIRA FRONY FILHO (OAB 51422/DF) - Processo 0613519-12.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: C.C.C.M. - Ante a certidão de fls. 144, decreto a revelia do requerido, com fulcro no art. 344 c/c o art. 345, II, do C.P.C.. Ante o teor da petição de fls. 145/146 e fls. 147, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARCIO LINCON MARTINS ANDRADE JUNIOR (OAB 13545/AM), ADV: GERALDO DA SILVEIRA TAPAJÓS JÚNIOR (OAB 14080/AM), ADV: JULIANA DA SILVA PEREIRA (OAB 13296/AM) - Processo 0613595-65.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.K.C.P. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, atender à promoção ministerial de fls. 71. Suprida a irregularidade apontada, dê-se nova vista ao Ministério Público. Parecer Ministerial nos autos, voltem-me conclusos para fila de Sentença Homologatória. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MAISA VIVIANE PEREIRA PARENTE CAMPOS (OAB 5897/AM), ADV: AMANDA DIAS SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 12445/AM) - Processo 0614092-16.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: M.S.L. - ALIMENTAND: L.G.L.S. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, atender à promoção ministerial de fls. 70/71. À Secretaria, para atender ao 5º parágrafo da promoção ministerial de fls. 70/71. Supridas as irregularidades apontadas, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: ALCINO VIEIRA DOS SANTOS (OAB 3035/AM), ADV: GLÁURIA GISELLE CHAVES HENRIQUES (OAB 6692/AM) - Processo 0614211-50.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: R.N.B.G. - REQUERIDO: R.G.L. - Ante o exposto, fundamentado nos artigos 1.723, caput e 1.725 do Código Civil Brasileiro, JULGO PROCEDENTE o pedido, nos termos do Artigo 487, inciso I, do NCPC, reconhecendo a união estável, de 2001 a 2013, para todos os efeitos legais, ao tempo em que DECLARO a sua dissolução, de maneira que, no que toca à partilha do patrimônio comum do casal, caberá a cada um dos cônjuges 50% (cinquenta por cento) dos bens, adquiridos durante o casamento, nos termos do disposto no art. 1.660, inciso I, do Código Civil, adquiridos no período de tempo que vai de 2001 a 2013. Sem custas, em face do deferimento da gratuidade da Justiça. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: FERNANDO BASTOS LEITE (OAB 78184/MG), ADV: JOÃO SOARES GOMES (OAB 2545/AM), ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM) - Processo 0614422-76.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Dissolução - REQUERENTE: R.B.P. - REQUERIDO: E.G.S. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestar-se acerca da contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se, com urgência.

ADV: PAULO ROCHA DE ALMEIDA (OAB 9671/AM), ADV: KELSO WESLEY SOUZA DA SILVA (OAB 6200/AM) - Processo 0614492-30.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.A.M. - ALIMENTANT: W.R.A. - Fixe-se data para audiência de Instrução e Julgamento. Intimem-se as partes, para comparecerem acompanhadas dos seus advogados e testemunhas. Notifique-se o Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: VANESSA MAYARA BRAZ NOVAES (OAB 8573/AM), ADV: JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA (OAB 7818/AM) - Processo 0614585-27.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: P.J.O.M. - Expeça-se novo mandado de intimação para a parte requerida cumprir o despacho de fls. 88, ressaltando-se ao Sr. Oficial de Justiça o horário de cumprimento da diligência, conforme certidão de fls. 92. Cumpra-se, com urgência.

ADV: WALDENIZE ROBERTO TEIXEIRA (OAB 4699/AM), ADV: JOSÉ ABELARDO DE ALBUQUERQUE MELLO SANTOS (OAB 3551/AM) - Processo 0614651-70.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Afonso Viana de Oliveira - Em cumprimento à sentença de fls. 91-94, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Curatela Definitiva. É o que me cumpre certificar.

ADV: MARIA IONE DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 9521/AM) - Processo 0614716-65.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: D.B.M. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Cumpra-se, com urgência.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0615201-65.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: P.F.F.L. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ELBE RENAN DE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 9883/AM) - Processo 0615391-91.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.C.A. - Em cumprimento à sentença de fls. 39-40, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intimem-se as partes interessadas para comparecem na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinarem o Termo de Guarda Compartilhada. É o que me cumpre certificar.

ADV: GILBERTO GUIMARÃES VIEIRA (OAB 8506/AM) - Processo 0615412-72.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: D.B.R. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: LÚCIA ANDRÉA VALLE DE SOUZA (OAB 2767/AM) - Processo 0615441-54.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.C.C.N. - Fixe-se data para audiência de Instrução e Julgamento. Intimem-se as partes, para comparecerem acompanhadas dos seus advogados e testemunhas. Notifique-se o Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM), ADV: RAQUEL LIMA MOTA MORAIS SILVEIRA (OAB 6127/AM), ADV: MÁRCIO DJAMES DA COSTA FURTADO (OAB 4533/AM), ADV: GEYSA MITZ DANTAS GUIMARÃES (OAB 6395/AM), ADV: ALINE INHAMUNS PAULO (OAB 6790/AM) - Processo 0615647-73.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: M.C.B.A. - Defiro o pedido formulado às fls. 247, fixe-se data para Audiência de Instrução e Julgamento. Intimem-se as partes, para comparecerem acompanhadas dos seus advogados e testemunhas. Notifique-se o Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: HADER DA FONSECA ALMEIDA (OAB 10118/AM), ADV: GABRIEL CASTILHO DOS SANTOS (OAB 10277/AM), ADV: CLAUDOMILTON ROBERTO DA SILVA (OAB 10291/AM) - Processo 0616040-56.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: G.C.S. - REQUERIDO: J.A.M.A. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse, atentando-se ainda ao r. Parecer Ministerial de fls. 78/80. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JOSÉ DAS GRAÇAS BARROS DE CARVALHO (OAB 561/AM) - Processo 0616226-21.2015.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Frank Avalci Barros da Mota - Esta ação repete anterior, resolvida mediante acordo homologado - Autos n. 0224338-39.2018.04.0001 - fls. n. 175/177. Coisa julgada configurada. Dispositivo Isto posto, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com base no art. 485, V do NCPC, determinando o arquivamento do processo, com a devida baixa na distribuição. Sem custas. Transitada em julgado esta sentença, proceda-se à baixa no SAJ e arquivem-se os autos. P.R.I

ADV: FELIPE ALVES DE CARVALHO CHAVES (OAB 15501/PA) - Processo 0616231-09.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: H.P.C. - Isto posto, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com base no art. 485, III do CPC, determinando o arquivamento do processo, com a devida baixa na distribuição. Custas processuais

pelo requerente, cuja exigibilidade fica suspensa em razão de ser agraciado pela justiça gratuita. Transitada em julgado esta sentença, proceda-se à baixa no SAJ e arquivem-se os autos. P.R.I

ADV: RICARDO WAGNER DA COSTA MONTE (OAB 4436/AM), ADV: MARIA DE NAZARETH FARIAS DO NASCIMENTO (SUSPENSÃO PREVENTIVA ATÉ 07/09/2019 - OFÍCIO CIRCULAR 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM), ADV: ARTHEMIS COSTA DE OLIVEIRA (OAB 7888/AM) - Processo 0616347-83.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: WALBERY FREIRE BARBOSA - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à intimação por mandado. Transcorrido o prazo, não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, informar se possui interesse no prosseguimento do feito, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Decorrido o prazo, não havendo manifestação da parte requerente, dê-se vista ao Ministério Público. Em caso de manifestação positiva no sentido de prosseguimento do feito, fixe-se data para audiência preliminar de conciliação, remetendo-seos autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos Família CEJUSC/Família. Em caso de autocomposição, determino que se faça os autos conclusos para sentença homologatória. Em caso de não autocomposição ou frustrada a realização de audiência de conciliação/mediação, faça os autos conclusos para novas deliberações.

ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE PAPALÉO (OAB 7338/AM), ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM), ADV: CRISTIANO VALENTE MAIA (OAB 10138/AM) - Processo 0616816-27.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - ALIMENTAND: M.E.R.S. - ALIMENTANT: R.S.O. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para em prazos sucessivos de 15 (quinze) dias, apresentarem suas alegações finais, conforme art. 364, § 2º do C.P.C. Cumpra-se, com urgência.

ADV: BIANCA ALESSANDRA BATISTA LIMA (OAB 7516/AM) - Processo 0616984-58.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: R.S.C. - Em cumprimento à sentença de fls. 40-41, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Guarda Definitiva Unilateral. É o que me cumpre certificar.

ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM) - Processo 0617158-09.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: W.R.S. - Ao compulsar os autos dou razão ao pedido de fls. 141. Chamo processo à ordem, devendo ser dado cumprimento ao despacho de fls. 127, tendo em vista ter sido autorizado à Requerente recolher as custas ao final do processo, por conta de ser rateadas entre as partes. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA), ADV: JOÃO FERNANDES CARNEIRO JÚNIOR (OAB 14022/AM), ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0617260-89.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.C.S.M.M. - REQUERIDO: A.S.B.M. - Ante a certidão de fls.65, decreto a revelia do requerido, com fulcro no art. 344 c/c o art. 345, II, do C.P.C.. Dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LUCIANE DE SOUZA AMAZONAS (OAB 12356/AM) - Processo 0617427-09.2019.8.04.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: O.J.A. - Certifico que, feito o pregão, compareceu para a audiência de conciliação/mediação somente a parte requerente, acompanhado de sua patrona Dr. Geandre Etiane da Silva Ferreira OAB/AM 9994, deixando de comparecer a parte requerida por não ter sido devidamente intimada para o ato, conforme AR de folhas 41. Na oportunidade a parte autora solicita prazo de 05 (cinco) dias úteis para informar o novo endereço da parte Requerida, ou ratificar o anteriormente informado. Desta forma, são os autos encaminhados para fila "CEJUSC - Informações - Diligências" ou "CEJUSC - Processos Suspensos", sendo comunicado à parte autora na presente data que, se a mesma não comparecer no prazo estipulado, os autos serão devolvidos à fila "Recebidos-CEJUSC", da Vara de origem, para deliberações do MM. Juiz de Direito do feito.

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM), ADV: ROZANA RIBEIRO PRAIA (OAB 10234/AM) - Processo 0617431-46.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: H.P.S. - Indefiro o pedido de execução dos alimentos provisórios nos autos principais, formulado na petição de fls. 54/57, tendo em vista que o referido feito deverá ser processado em autos apartados, nos termos do art. 531, § 1º do C.P.C., verbis: Art. 531. O disposto neste Capítulo aplica-se aos alimentos definitivos ou provisórios. § 1oA execução dos alimentos provisórios, bem como a dos alimentos fixados em sentença ainda não transitada em julgado, se processa em autos apartados. À secretaria, para desentranhar dos autos as fls. 54/57. Intime-se. Ante a certidão de fls. 58, decreto a revelia do requerido, com fulcro no art. 344 c/c o art. 345, II, do C.P.C.. Dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM), ADV: ROZANA RIBEIRO PRAIA (OAB 10234/AM) - Processo 0617431-46.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: H.P.S. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, informar se pretende produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse, atentando-se ainda ao r. Parecer Ministerial de fls. 60/61. Cumpra-se, com urgência.

ADV: EULER PASSOS DE MOURA (OAB 6646/AM), ADV: RENATO SILVA DE ALMEIDA (OAB 9351/AM) - Processo 0617566-58.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: D.B.S. - REQUERIDO: Erivaldo Marques de Miranda - Certifico para os devidos fins que a parte requerida apresentou contestação, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a) Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM), ADV: DANIELLA LOPES CAVALCANTE (OAB 4164/AM), ADV: ROSA MARIA FEITOSA DA FONSECA (OAB 11120/AM), ADV: FRANCELINA GIORDANA FEITOSA GÓES (OAB 12041/AM) - Processo 0618543-50.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.G.F.F. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Cumpra-se, com urgência.

ADV: AGUIBERTO CAMILO REDI (OAB 202A/AM) - Processo 0618715-89.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: D.R.S.F. - Sopesado o exposto e mais do que dos autos consta, observadas as formalidades legais e em consonância parcial com o r. parecer ministerial, nos termos do art. 300, caput, c/c § 2º do C.P.C., DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA, para CONCEDER ao genitor, Sr. Daniel Rodrigo da Silva Figueira, a GUARDA PROVISÓRIA de D. de A. F., nascida em 01/10/2009, ao tempo em quê, SUSPENDO os alimentos devidos pelo autor às suas filhas L. de A.F. e D. de A.F., nascidas em 08/03/2003 e 01/10/2009, respectivamente, no valor correspondente a R$ 200,00 (duzentos reais). Expeça-se TERMO DE GUARDA PROVISÓRIA em favor do requerente, Sr. Daniel Rodrigo da Silva Figueira, mediante a prestação do compromisso legal de bem e fielmente cumprir o encargo, dispensando à filha toda a assistência e proteção necessárias ao seu adequado desenvolvimento físico, moral, emocional e educacional. Desde já requisito o auxílio de força policial, para garantir o cumprimento da liminar, ora concedida. Intime-se a requerida, notificando-a para abster-se de praticar qualquer ato capaz de impedir ou dificultar o cumprimento desta decisão, sob pena de incorrer nas sanções do crime de desobediência, sem prejuízo da suspensão ou perda das prerrogativas inerentes ao poder familiar, bem como a busca e

apreensão da menor, no caso de descumprimento desta decisão, ou continuar insistindo em impedir a filha de conviver com o genitor, cujas condutas poderão configurar a hipótese prevista no art. 1.584, §4º do Código Civil ou alienação parental, nos termos do art. 2º e 6º da Lei nº 12.318/2010, sujeitando-se às respectivas sanções, além da imposição de multa diária a qual arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 30 (trinta) dias. Fixe-se data para realização de audiência preliminar de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se as partes, mediante carta com AR e notificando-se o Ministério Público. Cite-se a ré. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta do requerido, devendo, em sendo o caso, a Secretaria certificar quanto à apresentação de Contestação e sua tempestividade. Recomendo que as partes compareçam à Oficina de Pais e filhos, que é realizada sempre na última quarta-feira do mês, no 3º andar, setor 1 do Fórum Ministro Henoch Reis, sito na Rua Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, na cidade de Manaus/AM, bem como realizem o correspondente curso on line, no site www.cnj.jus.br/eadcnj. Cumpre-me esclarecer que a Oficina de Pais e Filhos é um programa educacional interdisciplinar que foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça para colaborar com os pais e seus filhos menores a superarem a fase de reorganização familiar e terem mais estabilidade e paz em suas vidas, objetivo primordial do Poder Judiciário. A Oficina não visa avaliar ou julgar os pais, tendo como principal objetivo transmitir técnicas apropriadas de comunicação na família, ensinamentos a respeito das consequências que os conflitos proporcionam aos filhos, informações legais sobre alienação parental, guarda, visitas e alimentos. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, no caso da oficina presencial, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais e Filhos ou a realização do curso on line, não substitui o comparecimento à audiência de conciliação. Intimem-se as partes, ressaltando que o não comparecimento injustificado da autora ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos termos do art. 334, § 8º, do C.P.C. Notifique-se o Representante do Ministério Público. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à citação/intimação por Mandado, ressaltando-se que, na hipótese de o endereço da ré não ser localizado, intime-se o autor, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias e uma vez informado o endereço atualizado ou confirmado o que se encontra nos autos, expeça-se novo Mandado ou Carta Precatória de Citação, a depender do caso. Formalizada a citação da parte requerida, efetue-se o estudo psicossocial do caso, com a ressalva de que, caso esta resida em outro Estado, deverá ser expedida Carta Precatória, a fim de que a medida seja realizada também em seu domicílio. Apresentada a Contestação e/ou Reconvenção, intime-se a parte requerente/reconvinte, por seu advogado, para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Réplica nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Promoção Ministerial nos autos, voltem-me conclusos. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência.

ADV: AGUIBERTO CAMILO REDI (OAB 202A/AM) - Processo 0618715-89.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: D.R.S.F. - Em tempo, defiro os benefícios da Justiça Gratuita. Cumpra-se.

ADV: MARIA FERREIRA DE SOUZA (OAB 2346/AM) - Processo 0618796-72.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Jeberley do Nascimento Silva - Defiro o pedido formulado às fls. 82. Aguarde-se o transcorrer do prazo de 15 (quinze) dias. Laudo Médico nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LUZIANE DE FIGUEIREDO SIMAO LEAL (OAB 8044/AM), ADV: PAULO ROBERTO FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 6011/AM) - Processo 0618973-07.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: N.M.A.A.O. - Em tempo, defiro a gratuidade da Justiça à parte requerida, devendo a Contadoria cancelar o relatório de cálculo de custas de fls. 112. Dê-se baixa e arquivem-se os autos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM) - Processo 0619089-81.2014.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: S.M.A.A. - REQUERIDO: W.S.A. - Ante o exposto e mais o que dos autos consta, em consonância parcial com o Ministério Público, tendo as partes ratificado o firme propósito de divorciarem-se, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos, nos termos do Artigo 487, inciso I, do NCPC, decretando o Divórcio Direto Litigioso de Sonia Maria de Aquino Almeida contra Whaglas da Silva Almeida, com supedâneo no art. 226, §6º, da Constituição Federal, cessando, em consequência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda voltará a usar seu nome de solteira, SÔNIA MARIA DE AQUINO, que permanecerá pensionada nos termos de fls. 156/157. Quanto à partilha do patrimônio comum do casal, de outra banca, caberá a cada um dos cônjuges 50% (cinquenta por cento) dos bens, adquiridos durante o casamento, nos termos do disposto no art. 1.660, inciso I, do Código Civil, a serem apurados em liquidação de sentença. Sem custas, face à gratuidade da Justiça. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM), ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM), ADV: ANA CAROLINA DA COSTA MAGALHÃES (OAB 6477/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM) - Processo 0619299-93.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.T.S.S. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, informar se pretende produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse, atendendo ainda ao r. Parecer Ministerial de fls. 55. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MICHELLE MELO BARBOSA (OAB 2648/AM) - Processo 0619636-82.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: P.B.B. - Intime-se a parte requerida, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da petição e documentos de fls. 570/584. Transcorrido o prazo, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 116/AM), ADV: ADRIANE ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5129/AM) - Processo 0619726-95.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: M.P.S. - EXECUTADO: A.J.F.M. - À Contadoria para atender o Parecer Ministerial de fls. 326. Informação nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: REBEKAH ROCHA PRAIA (OAB 10936/AM), ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM) - Processo 0620051-65.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: R.S.S. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, informar se pretende produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse, atentando-se ainda ao parecer ministerial de fls. 70/71. Cumpra-se, com urgência.

ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0620620-71.2015.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.N.A. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, atender à promoção ministerial de fls. 141. Suprida a irregularidade apontada, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: GILMAR DE OLIVEIRA NASCIMENTO (OAB 3465/AM), ADV: MAYKA SALOMÃO CORDEIRO VIANA (OAB 6321/AM), ADV: DRIHELLY PEREIRA BARBOSA (OAB 11100/AM), ADV: LARISSA RACHEL LIMA DE MATTOS (OAB 5792/AM) - Processo 0620623-89.2016.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDA: T.S.P. - Em tempo, defiro a gratuidade da Justiça à parte requerida. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM) - Processo 0620869-90.2013.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: J.R.B. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 15 (quinze), entrar em contato com o Setor Psicossocial a fim de proceder novo agendamento para que seja realizada

à referida avaliação. Avaliação nos autos, intime-se a parte requerente, para manifestar-se Manifestação do autor, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM) - Processo 0620893-50.2015.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.S.S. - Diante o exposto, e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais, tendo o requerente ratificado o firme propósito de divorciar-se, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do Artigo 487, inciso I, do NCPC, decretando o Divórcio Direto Litigioso de Raimundo Seixas de Souza e Maria Marlene Gomes de Souza, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em consequência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda voltará a usar o seu nome de solteira. Incumbirá ao próprio requerente providenciar o encaminhamento da presente sentença ao Cartório de Registro Civil respectivo, caso este seja localizado na Comarca de Manaus - AM, para fins de averbação do divórcio, devendo comparecer munido com a senha do processo, cabendo ressaltar que o Cartório não deverá exigir qualquer tipo de carimbo ou autenticação da Vara, tendo em vista que a assinatura digital constante da lateral do documento é suficiente para atestar sua autenticidade. Sem custas, em face do deferimento da gratuidade da justiça. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: THAISA ASSIS DE SOUZA (OAB 14533/AM) - Processo 0620977-12.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: L.F.D.R. - Em tempo, defiro a gratuidade da Justiça. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM), ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0621260-11.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: A.V.S. - Ante a certidão de fls. 102/103, decreto a revelia da Requerida, com fulcro no art. 344 c/c o art. 345, II, do C.P.C.. Posto isto, intime-se o Requerente, por meio de seu patrono, para que informe, no prazo de 10 dias, se ainda pretende produzir alguma prova, caso contrário, proceder-se-á com o julgamento antecipado da lide. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0621304-25.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: G.N.O. - A.S.N. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais e em consonância ao parecer ministerial de fls. 62, JULGO EXTINTO o presente feito, sem resolução de mérito, nos termos do que dispõe o artigo 485, inciso VI, do C.P.C, ao tempo em que, torno sem efeito a Decisão Interlocutória de fls. 30/32. Sem custas. P.R.I.

ADV: KEYNA CORRÊA DO NASCIMENTO (OAB 8201/AM), ADV: ALEXANDRE NONATO COELHO DE SOUZA (OAB 14010/AM) - Processo 0621401-54.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: R.S.C. - L.I.C.R. - REQUERIDO: A.S.R. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, atenderem à promoção ministerial de fls.70. Suprida a irregularidade apontada, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM), ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0621738-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: V.L.G.O. - REQUERIDA: E.V.K. - A.V.K. - S.V.K. - A.V.K. e outro - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ANTÔNIO JORGE LOUREIRO (OAB 12470/AM), ADV: LEUDYANO ADEODATO VENÂNCIO (OAB 11234/AM), ADV: JOSÉ WILLIAN SIQUEIRA DA FONSECA (OAB 10451/AM), ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM), ADV: JOSÉ HUMBERTO DE SOUZA MONTENEGRO (OAB 2067/AM) - Processo 0622795-04.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: C.P.B. - REQUERIDA: M.D.F. - N.R.D.F. - Ante o exposto, e mais do que dos autos consta, observadas as formalidades legais, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO formulado pela requerente, com supedâneo nos arts. 226, §3º da Constituição Federal, art. 1.723 do Código Civil cumulado com art. 373, inciso I do CPC, e declaro extinto o processo com resolução de mérito, com fulcro art. 487, inciso I do Código de Processo Civil. Sem custas. Transitada em Julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM) - Processo 0622999-77.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.S.B. - Ante a certidão de fls. 92, decreto a revelia do requerido, com fulcro no art. 344 c/c o art. 345, II, do C.P.C.. Dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MANOEL MARIA DE SOUZA (OAB 10058/AM) - Processo 0623418-63.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: C.N.C. - Em cumprimento à sentença de fls. 29, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Guarda Definitiva Unilateral. É o que me cumpre certificar.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM) - Processo 0623507-86.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: D.D.C.L. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, atender à promoção ministerial de fls. 27. Suprida a irregularidade apontada, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: RUBXLEY CASTRO DE OLIVEIRA (OAB 11469/AM) - Processo 0623527-48.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: R.G.S. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse, atentando-se ao parecer ministerial de fls. 189. Cumpra-se, com urgência.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM), ADV: NELSON ABDON SOUTO KIZEM (OAB 5454/AM) - Processo 0623775-53.2013.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.N.F. - J.C.S. - D.S.F.S. - Em cumprimento à sentença de fls. 137-138, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intimem-se as partes interessadas para comparecerem na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinarem o Termo de Guarda Compartilhada. É o que me cumpre certificar.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: THAISA ASSIS DE SOUZA (OAB 14533/AM) - Processo 0623786-72.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: L.F.D.R. - Defiro o pedido de parcelamento de custas processuais de fls. 27. Comprovante de pagamento de custas relativo à primeira parcela nos autos, dê-se vista ao Ministério Público, para manifestar-se acerca do pedido de tutela de urgência. Cumpra-se, com urgência.

ADV: REBECA BEZERRA DA SILVA (OAB 13322/AM), ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA MENDONÇA (OAB 12723/AM), ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0623858-59.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: W.L.O.A. - REQUERIDA: W.P.A. - W.P.A. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestar-se acerca da contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM) - Processo 0623872-14.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: L.M.R.C. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Cumpra-se, com urgência.

ADV: KLEMILSON AZEVEDO MELO (OAB 2382/AM), ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM), ADV: PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA (OAB 8478/AM),

ADV: SUELEN GUEDES BARBOSA (OAB 6533/AM), ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM), ADV: JOSÉ AURISTENIL SOARES NUNES (OAB 7580/AM) - Processo 0624061-26.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: G.M.S. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para em prazos sucessivos de 15 (quinze) dias, apresentarem suas alegações finais, conforme art. 364, § 2º do C.P.C. Cumpra-se, com urgência.

ADV: FRANCISCO HONORATO DE BRITO (OAB 6638/AM), ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM) - Processo 0624148-84.2013.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: P.E.B.O. - REQUERIDA: L.K.S.S. - Ante o exposto e mais o que dos autos consta, em consonância parcial com o Ministério Público, tendo as partes ratificado o firme propósito de divorciarem-se, JULGO PROCEDENTES EM PARTE os pedidos, nos termos do Artigo 487, inciso I, do NCPC, decretando o Divórcio Direto Litigioso de

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM), ADV: CARMEN HOSANA RAMIREZ SAPUCAIA (OAB 11060/AM), ADV: CHRISLINE PATRÍCIA PANTOJA WILLIAMS (OAB 1152A/AM), ADV: ALBERTO DA SILVA OLIVEIRA (OAB 3974/AM), ADV: LUIS ALBERTO DUTRA SCHMIDT (OAB 1160A/AM) - Processo 0624203-93.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.S.S. - B.S.A. - P.H.S.A. - REQUERIDO: P.H.G.A. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a sentença de fls. 280-281, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão/empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: GRACIMAR GONÇALVES DE ALMEIDA (OAB 1039/AM) - Processo 0624561-92.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: S.F.R.F. - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, nos termos do Artigo 487, inciso I, do NCPC, para ratificar o divórcio do casal na forma do pedido (fls. 77/78), com fundamento no parágrafo 6 do artigo 226 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo segundo do artigo 1.580 do Código Civil e o art. 40 da Lei 6.515/77, bem como determinar a partilha igualitária entre as partes no que toca a todo o patrimônio do ex-casal, adquirido a contar de 20/12/1989, sem distinção. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de averbação. PRI.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: MÁRCIO FIGUEIREDO PESSOA (OAB 6458/AM), ADV: EMMANUEL SOUSA VIANA (OAB 12409/AM) - Processo 0625068-82.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: F.V.L. - REQUERIDO: W.A.S. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, atenderem à promoção ministerial de fls. 73/74. Manifestação nos autos, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ÁGATA CRISTH BARROSO DE SOUZA (OAB 3879/AM) - Processo 0625096-21.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: A.R.F.S. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar suas alegações finais. Cumpra-se, com urgência.

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: JOALISSANDRA PEREIRA DE AMORIM (OAB 13067/AM) - Processo 0625402-82.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: C.P.A. - REQUERIDO: S.S.F. e outros - Certifico para os devidos fins que a parte requerida apresentou contestação, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a) Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM) - Processo 0625408-60.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - REQUERENTE: A.E.B.C. - Ante a certidão de fls. 70, decreto a revelia do requerido, com fulcro no art. 344 c/c o art. 345, II, do C.P.C.. Dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ROSELOANE SOUZA DA COSTA (OAB 11287/AM) - Processo 0625663-47.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Jander Grandes Belido - Em consonância ao parecer ministerial de fls. 17 e 23, cite-se e intime-se a Sra. Kathleen Elaine dos Santos Batista, por carta com AR e por Mandado, para no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca do presente feito. Manifestação nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: AMÍLCAR DOS SANTOS PINHEIRO FILHO (OAB 2249/AC), ADV: GEFERSON BATISTA PINHEIRO (OAB 11931/AM) - Processo 0625668-69.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: F.E.M.A.N. - REQUERIDA: A.R.B.N. - Certifico para os devidos fins que a parte requerida apresentou contestação, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a) Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: MARCOS ANTÔNIO VASCONCELOS (OAB 5794/AM) - Processo 0626187-44.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: F.A.M.A. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 11 de outubro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: CARLA CAROLINE COUTINHO FROTA (OAB 12379/AM), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM) - Processo 0626395-28.2019.8.04.0001 - Interdição - Interdição Temporária de Direitos - REQUERENTE: A.C.S.N. - Vistos, etc. Diante do falecimento do interditando conforme certidão de óbito de fls. 42/43, acolho a promoção do Ministério Público de fls. 46, para JULGAR EXTINTO O PROCESSO, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IX, do C.P.C., ao mesmo tempo em que TORNO SEM EFEITO a Decisão Interlocutória de fls. 29/30. Sem custas. Transitada em julgado, proceda-se à baixa e ao arquivamento atinente com as cautelas legais. P.R.I.

ADV: WESLAYNE MACEDO DE OLIVEIRA DA COSTA INÁCIO (OAB 8621/AM), ADV: ANDRÉ RICARDO DA COSTA INÁCIO (OAB 975A/AM) - Processo 0626437-77.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Guarda - REQUERENTE: Eclynger dos Santos Oliveira - Jeanne Josy Azevedo Alves de Oliveira - Em cumprimento à sentença de fls. 48-49, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intimem-se as partes interessadas para comparecerem na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinarem o Termo de Guarda Compartilhada. É o que me cumpre certificar.

ADV: LEDA MOURÃO DA SILVA (OAB 10276/AM), ADV: PEDRO PAULO SOUSA LIRA (OAB 11414/AM), ADV: PATRÍCIA DE LIMA LINHARES (OAB 11193/AM) - Processo 0626560-75.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.A.M.N. - Defiro o pedido de dilação de prazo, formulado às fls. 38. Aguarde-se o transcorrer do prazo de 30

(trinta) dias. Cumpra-se, com urgência.

ADV: KARINA D'ARC LIMA DE SOUSA (OAB 11045/AM) - Processo 0626694-73.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.C.S. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, informar se pretende produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse, atentando-se ainda ao parecer ministerial de fls. 83/84. Cumpra-se, com urgência.

ADV: RODRIGO VALE MARTINS (OAB 179675/MG), ADV: VALERIO PEREIRA DA SILVA (OAB 174729/MG) - Processo 0627092-49.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: V.S.S. - J.F.S.P. - Arbitro os alimentos provisórios em favor da Sra. Vaneide Santos de Souza, no valor correspondente a 02 (dois) salário mínimos, devidos a partir da citação, cujo montante deverá ser pago até o dia 30 (trinta) de cada mês, diretamente à referida senhora, ou depositado em conta bancária que esta venha a indicar. Arbitro os alimentos provisórios em favor do filho do do requerido, o menor J.F.S.P., na quantia correspondente a 1,5 (um vírgula cinco) salários mínimos, devidos a partir da citação, cujo montante deverá ser pago até o dia 30 (trinta) de cada mês, diretamente à representante legal do menor, ou depositado em conta bancária que esta venha a indicar. Fixe-se data para realização de audiência de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se a parte requerente, mediante carta com AR e notificando-se o Ministério Público. Cite-se e intime-se a parte requerida, ressaltando que, caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação da sua contestação. Intimem-se as partes, ressaltando que o não comparecimento injustificado da autora ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos termos do art. 334, § 8º, do C.P.C.. Notifique-se o Representante do Ministério Público. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à citação/intimação por Mandado, ressaltando-se que, na hipótese de o endereço do réu não ser localizado, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias e uma vez informado o endereço atualizado ou confirmado o que se encontra nos autos, expeça-se novo Mandado ou Carta Precatória de Citação, a depender do caso. Apresentada a Contestação e/ou Reconvenção, intime-se a parte requerente/reconvinte, por seu advogado, para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Réplica nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Promoção Ministerial nos autos, voltem-me conclusos. P.R..I Cumpra-se, com urgência.

ADV: WICTOR FLÁVIO DE SÃO PAULO AGUIAR (OAB 8907/AM), ADV: RUGLES JÚNIO ALVES DA SILVA (OAB 8106/AM) - Processo 0627103-83.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTANT: D.M.B. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a sentença de fls. 11-112, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado na empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0627189-49.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: I.B.S.S.M. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento ao despacho de fls. 12-13, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado na empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: GESIEL BARBOZA SANTOS (OAB 1514/RR) - Processo 0627231-69.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - REQUERENTE: L.L.A. e outro - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C, ao mesmo tempo em que TORNO SEM EFEITO o Despacho de fls. 24. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: ALEXANDRE OLIVEIRA DA COSTA (OAB 11976/AM), ADV: EMERSON TAVARES PEREIRA (OAB 8616/AM) - Processo 0627534-15.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: C.R.T. - REQUERIDO: M.T.P. - Ante a certidão de fls. 26, decreto a revelia do requerido, com fulcro no art. 344 c/c o art. 345, II, do C.P.C.. Dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: DIEGO MARCELO PADILHA GONÇALVES (OAB 7613/AM), ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM) - Processo 0627580-04.2019.8.04.0001 - Remoção, modificação e dispensa de tutor ou curador - Busca e Apreensão de Menores - REQUERENTE: Ubirajara Rosses do Nascimento Júnior - REQUERIDA: Carla Trindade D'oran - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais, configurada a litispendência, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 43, c/c art. 337, §§ 1o, 2º e 3º e art. 485, inciso V, § 3o todos do C.P.C.. Sem custas. Transitada em julgado, proceda-se à baixa e ao arquivamento atinente com as cautelas legais. P. R. I..

ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM), ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM) - Processo 0627762-58.2017.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: Maria do Socorro de Sousa - Ante o teor da petição de fls. 49 e em consonância ao parecer ministerial de fls. 52, determino a suspensão do presente feito, pelo prazo de 90 (noventa) dias, nos termos do art. 313, inciso II do CPC. Transcorrido o prazo, sem manifestação, intime-se a parte requerente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: FERNANDO CRUZ COELHO (OAB 13835/AM) - Processo 0628065-04.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: E.H.S.B. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, atender à promoção ministerial de fls.26. Manifestação nos autos, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ROBERTO DA SILVA TAVARES (OAB 3160/AM) - Processo 0628429-73.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: P.D.G.L.R.E.G.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 21 de outubro de 2019, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: JOSÉ SONILSON DA SILVA MAUÉS (OAB 11209/AM), ADV: VIVIAN MARIA DE SENA CUNHA E LIMA (OAB 9253/AM) - Processo 0628466-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: E.C.S.F. - Aguarde-se o prazo para apresentação da contestação. Cumpra-se, com urgência.

ADV: NEYMAR BELÉM DE QUEIROZ (OAB 14255/AM) - Processo 0628756-18.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: L.A.S. - Em cumprimento à sentença de fls 33-34, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intimem-se as partes interessadas para comparecerem na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinarem o Termo de Guarda Compartilhada. É o que me cumpre certificar.

ADV: HERBERT BRUNO MAGALHÃES ASSIS (OAB 10348/AM) - Processo 0629247-25.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: T.S.M. - T.S.L. - Defiro a gratuidade da Justiça. Fixe-se data para realização de audiência preliminar de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se as partes, mediante carta com AR e notificando-se o Ministério Público. Cite-se o réu. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta do requerido, devendo, em sendo o caso, a Secretaria certificar quanto à apresentação de Contestação e sua tempestividade. Recomendo que as partes compareçam à Oficina de Pais e filhos, que é realizada sempre na última quarta-feira do mês, no 3º andar, setor 1 do Fórum Ministro Henoch Reis, sito na Rua Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, na cidade de Manaus/AM, bem como realizem o correspondente curso on line, no site www.cnj.jus.br/eadcnj. Cumpre-me esclarecer que a Oficina de Pais e Filhos é um programa educacional interdisciplinar que foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça para colaborar com os pais e seus filhos menores a superarem a fase de reorganização familiar e terem mais estabilidade e paz em suas vidas, objetivo primordial do Poder Judiciário. A Oficina não visa avaliar ou julgar os pais, tendo como principal objetivo transmitir técnicas apropriadas de comunicação na família, ensinamentos a respeito das consequências que os conflitos proporcionam aos filhos, informações legais sobre alienação parental, guarda, visitas e alimentos. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, no caso da oficina presencial, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais e Filhos ou a realização do curso on line, não substitui o comparecimento à audiência de conciliação. Intimem-se as partes, ressaltando que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos termos do art. 334, § 8º, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à citação/intimação por Mandado, ressaltando-se que, na hipótese de o endereço do réu não ser localizado, intime-se a autora, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias e uma vez informado o endereço atualizado ou confirmado o que se encontra nos autos, expeça-se novo Mandado ou Carta Precatória de Citação, a depender do caso. Formalizada a citação da parte requerida, efetue-se o estudo psicossocial do caso, com a ressalva de que, caso esta resida em outro Estado, deverá ser expedida Carta Precatória, a fim de que a medida seja realizada também em seu domicílio. Apresentada a Contestação e/ou Reconvenção, intime-se a parte requerente/reconvinte, por seu advogado, para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Réplica nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Promoção Ministerial nos autos, voltem-me conclusos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LORENA ROSA ANDRADE DA SILVA CHAIN (OAB 11752/AM) - Processo 0629367-39.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: C.P.S. - Exsurge da analise detido dos autos, verifico que as partes transigiram, em audiência realizada no CEJUSC, sobre as questões abordadas no feito, havendo o requerido, naquele ato, outorgado poderes à advogada da parte autora, conforme constou do termo respectivo, às fls. 85/86 Portanto, chamo o feito à ordem, para tornar sem efeito o Despacho de fls. 90, bem como todos os atos subsequentes. Cumpra-se, com urgência.

ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: AUSTREGÉSILO BRANDÃO FREITAS (OAB 1506/AM), ADV: RAIMUNDO RADILHO CORREA (OAB 3723/AM), ADV: DÍDIA HAYDÉE DE MENDONÇA SOARES (OAB 8544/AM), ADV: LARISSA MACIEL ABECASSIS (OAB 8476/AM), ADV: SAMUEL FERREIRA ARAUJO (OAB 11137/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM) - Processo 0629464-39.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.B.S.N.R.S.M.M.S.N. - REQUERIDO: M.S.S. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a sentença de fls. 97-98, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão/empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: IRENILDA CARVALHO JANUARIO (OAB 13167/AM) - Processo 0629574-67.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: E.P.S. - Defiro a gratuidade da Justiça Fixe-se data para realização de audiência de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se a parte requerente, mediante carta com AR. Cite-se e intime-se a parte requerida, ressaltando que, caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação da sua contestação. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM) - Processo 0629576-37.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: C.W.R.S.J. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante da Decisão Interlocutória retro, pautei na presente data, a Audiência de Justificação desta Ação, para o dia 18/11/2019 às 11:30h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada para comparecimento, acompanhada do seu patrono, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu respectivo advogado, e a parte requerida será intimada intimada através de mandado, para comparecer à audiência, acompanhada da menor C.P. de S. e seu advogado.

ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM) - Processo 0629576-37.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: C.W.R.S.J. - Certifico para os devidos fins que a presente ação foi ajuizada sem que tenha sido formulado pedido de gratuidade da Justiça ou recolhidas as custas processuais, ante o exposto faço os autos conclusos É o que me cumpre certificar.

ADV: LÍVIA BANHARO GUIMARÃES (OAB 12210/AM) - Processo 0629684-37.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: L.K.L.O. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, informar se pretende produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse, atentando-se ainda ao parecer ministerial de fls. 63/64. Cumpra-se, com urgência.

ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE, ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM) - Processo 0629793-85.2016.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Helieny da Silva Mesquita - Atenda-se ao pedido retro. Intimem-se as partes, ressaltando que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos termos do art. 334, § 8º, do C.P.C.. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM) - Processo 0630695-04.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.J.S.S. - Fixe-se data para audiência de Instrução e Julgamento. Intime-se a parte requerente, para comparecer acompanhada dos seus advogados e testemunhas. Notifique-se o Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM) - Processo 0630793-52.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: J.S.L. - S.P.S. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, informar

se pretende produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MIGUEL DE ARAÚJO BECKMAN (OAB 12909/AM) - Processo 0631256-91.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.L.V. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: ROSÂNGELA AMORIM DA SILVA (OAB 5760/AM) - Processo 0631260-31.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - REQUERENTE: E.G.N. - Ante a certidão de fls. 43, decreto a revelia da requerida, com fulcro no art. 344 c/c o art. 345, II, do C.P.C.. Dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM) - Processo 0631279-08.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: LUIGI ANTONACCIO BARROCO ROCHA CARNEIRO - Dou razão ao pedido feito pelo autor da demanda em fls. 146/147. Por isso, seja expedida nova carta precatória à comarca de Garapu/PE com a intenção de citar a empresa GOUVEIA E ROCHA SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA - ME (NOME DE FANTASIA MICROART) no endereço acostado em fls. 147 para que possa contestar a presente demanda, caso queira, no prazo de 15 dias. Cumpra-se.

ADV: MARIA DE NAZARETH FARIAS DO NASCIMENTO (SUSPENSÃO PREVENTIVA ATÉ 07/09/2019 - OFÍCIO CIRCULAR 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM) - Processo 0631299-62.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: G.S.E. - Intime-se a parte requerida, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, informar se concorda com a extinção do feito, nos termos do art. 485, § 4º do CPC. Cumpra-se, com urgência.

ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM) - Processo 0631342-96.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.F.F. - D.F.F. - M.N.F.F. - Defiro o pedido formulado às fls. 89, aguarde-se o prazo de 30 (trinta) dias para regularização processual da parte requerente. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CARMEM MELLO MOURA (OAB 3649/AM) - Processo 0631733-17.2018.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Carmem Mello Moura - Cumpra-se o último parágrafo do despacho de fls. 59. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM), ADV: GILVAN GERALDO DE AQUINO SEIXAS (OAB 1497/AM), ADV: FRANCINEIDE DA COSTA BATISTA (OAB 7960/AM) - Processo 0631997-10.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0635730-81.2013.8.04.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: Dianna Vitoria Araujo Pinto - REQUERIDO: D.E.G.P. - Defiro o pedido formulado às fls. 33. À Secretaria, para as providencias cabíveis. Após, mantenha-se à baixa e o arquivamento. Cumpra-se, com urgência.

ADV: VERÔNICA DA SILVA E SILVA (OAB 12757/AM) - Processo 0632168-88.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: M.E.S.P. - Certifico que, feito o pregão, compareceu para o ato somente a parte requerente, acompanhada de sua patrona Dra. Verônica da Silva e Silva OAB/AM n°.12.757 deixando de comparecer a parte requerida, o qual foi devidamente citada e intimada para o ato, Certidão do Oficial de Justiça de folhas 73. Ante o exposto, é aberto o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que a parte Requerida oferte contestação, por petição, sob pena de revelia. Desta forma, ante o não comparecimento da referida parte, inviabilizando a realização de audiência de conciliação e mediação por este Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos - CEJUSC, devolvo os autos à fila "Recebidos-CEJUSC", da vara de origem, na presente data, para deliberações do MM. Juiz de Direito do feito.

ADV: WICTOR FLÁVIO DE SÃO PAULO AGUIAR (OAB 8907/AM) - Processo 0632253-40.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: E.S.S. - CERTIFICO que, feito o pregão da audiência de conciliação/mediação, compareceu o requerente, Sr. Erik Souza dos Santos, acompanhado de seu patrono Dr. Wictor Flávio De S. Paulo Aguiar OAB/AM n.8907 não comparecendo a parte requerida, não tendo sido devidamente citada/intimada, conforme aviso de recebimento de folhas 20. Fica a Audiência de conciliação REDESIGNADA para o dia 09/10/2019 às 09:30h - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC -FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, sendo a citação da requerida renovada por oficial de justiça no endereço informado na petição inicial.

ADV: PEDRO IGOR FROTA DE CARVALHO (OAB 13661/AM), ADV: CRISTINA HELENA DE OLIVEIRA VILA (OAB 10841/AM), ADV: SUELEN GUEDES BARBOSA (OAB 6533/AM), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: OSWALDO TÁVORA BUARQUE NETO (OAB 5566/AM), ADV: VIVIANE NUNES DE OLIVEIRA DA COSTA (OAB 8944/AM) - Processo 0633085-15.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: C.H.O.V. - Ante a natureza da causa e peculiaridades do caso, intime-se a parte Exequente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, de forma que a questão relativa ao descumprimento do referido acordo, relativamente ao dever do Executado realizar o pagamento das despesas dos filhos menores, com moradia, alimentação, plano de saúde e educação, seja postulada em processo autônomo, aplicando-se o procedimento previsto no art. 536 do C.P.C., a fim de evitar tumulto processual no presente feito, o qual já possui a cumulação de dois ritos, a saber, prisional e expropriatório. Cumpra-se, com urgência.

ADV: SUELEN GUEDES BARBOSA (OAB 6533/AM), ADV: PEDRO IGOR FROTA DE CARVALHO (OAB 13661/AM), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: OSWALDO TÁVORA BUARQUE NETO (OAB 5566/AM), ADV: CRISTINA HELENA DE OLIVEIRA VILA (OAB 10841/AM), ADV: VIVIANE NUNES DE OLIVEIRA DA COSTA (OAB 8944/AM) - Processo 0633085-15.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: C.H.O.V. - EXECUTADO: J.V.B.F. - Certifico para os devidos fins que, às fls. 169, foi juntada certidão, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM) - Processo 0633305-76.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: André Luiz de Oliveira - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C., ao mesmo tempo em que TORNO SEM EFEITO a Decisão Interlocutória de fls. 91/92. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: JOSÉ ROBERTO LOPES CAÚLA (OAB 8151/AM) - Processo 0633492-50.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: E.S.A. - Ante a certidão de fls. 57, decreto a revelia da requerida, com fulcro no art. 344 c/c o art. 345, II, do C.P.C.. Dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM), ADV: PAULO ROBERTO FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 6011/AM), ADV: LEON FÁBIO SILVA LEAL (OAB 8413/AM) - Processo 0633710-15.2016.8.04.0001 - Guarda - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: I.M.S. - REQUERIDO: G.C.S. - "Vistos etc. Homologo o acordo firmado entre as partes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, determinando, por conseguinte, que a guarda dos filhos do casal será exercida na modalidade compartilhada, conforme ficou estabelecido pelas partes, ressaltando que a guarda compartilhada pressupõe o exercício conjunto e harmonioso dos direitos e deveres consubstanciados no poder familiar pelos genitores, os quais devem participar ativamente da criação e educação dos filhos menores, decidindo, de comum acordo, todas as questões que lhe digam respeito, assumindo ambos a responsabilidade pelo seu desenvolvimento físico, educacional, moral e emocional, conforme se deflui do artigo 1.583, § 1º do C.C. Dispenso o prazo recursal a pedido das partes. Isento de Custas. Sentença Publicada em Audiência. Ciente as partes e seus respectivos patronos. Expeça-se o competente

termo de guarda e responsabilidade compartilhada em favor dos genitores. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. "

ADV: RAIMUNDO NONATO DE MORAES BRANDÃO (OAB 8253/AM) - Processo 0633980-34.2019.8.04.0001 - Interdição - Crime / Contravenção contra Idoso - REQUERENTE: F.S.O. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 21/10/2019 às 10:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: ROBERTO JEFERSON BRASIL ROMANO (OAB 13076/AM), ADV: FERNANDO OLIVEIRA DE ALMEIDA (OAB 9481/AM), ADV: EDINEI LOURENÇO DE CARVALHO JÚNIOR (OAB 9347/AM) - Processo 0634221-42.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: F.M.P. - REQUERIDA: E.R.M. e outro - Chamo o processo à ordem, para tornar sem efeito a decisão interlocutória de fls. 79. Intime-se o autor, por seu advogado, para formalmente emendar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, excluindo o pedido de revisão de alimentos em relação ao menor Melquisedeque Marinho Palheta, uma vez que, apesar de também ser filho do requerente, a pensão alimentícia em favor do referido infante consubstancia causa de pedir diversa, razão pela qual não é cabível a cumulação de pedidos. À Secretaria, para certificar acerca da alegação de que a contestação de fls. 53/57 seria intempestiva. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARCOS PAULO MOURA LUZ (OAB 10868/AM) - Processo 0634223-12.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: N.C.T. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 21 de outubro de 2019, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: ANTONIO RUI FERNANDES MACHADO (OAB 9760/AM) - Processo 0634290-79.2015.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: M.H.S.M. - Intime-se a parte requerida, por carta com AR, para no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da petição de fls. 93. Transcorrido o prazo, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: DENIS DE SOUZA MESQUITA (OAB 10154/AM), ADV: ALEXSSANDE AMARAL DA SILVA (OAB 12968/AM) - Processo 0634430-11.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: N.O.M. - REQUERIDO: A.B.S. - Em cumprimento à sentença de fls. 55-56, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intimem-se as partes interessadas para comparecerem na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinarem o Termo de Guarda Compartilhada. É o que me cumpre certificar.

ADV: EDILVANE VIANA DA SILVA (OAB 13579/AM) - Processo 0634430-74.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.S.P. - ALIMENTAND: A.H.P.O. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento ao despacho de fls. 23-24, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão/empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM), ADV: MARCILINHA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 4964/AM) - Processo 0634689-45.2014.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.M.D.F. - REQUERIDO: K.R.V.D. - I.C.V.D. e outro - Intime-se a parte requerida, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no prosseguimento do feito ou se concorda com eventual extinção do feito em razão do abandono do autor, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ANANIAS GOMES DE SOUZA (OAB 9772/AM) - Processo 0634959-30.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: N.S.P. - Nomeio a Dra. Beatriz Cunha e Silva, Curadora Especial, nos termos do art. 72, II, do Código de Processo Civil. Intime-se. À Secretaria, para atender à promoção ministerial de fls.38, no que tange a cumprir o disposto no art. 254 do CPC. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LUÍS CARLOS CALDERARO SOUZA (OAB 1991/AM), ADV: NILSON RIBEIRO (OAB 412/AM) - Processo 0635042-51.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0635048-58.2015.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: John Douglas Macedo Melo - Isto posto, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com base no art. 485, III do CPC, determinando o arquivamento do processo, com a devida baixa na distribuição. Custas processuais pelo requerente, cuja exigibilidade fica suspensa em razão de a parte ser assistida pela Defensoria Pública. Transitada em julgado esta sentença, proceda-se à baixa no SAJ e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: DEUZINA DE FÁTIMA FERREIRA TUPINAMBÁ (OAB 2307/AM) - Processo 0635111-44.2019.8.04.0001 - Guarda - Fato Atípico - REQUERENTE: B.C. - N.P.S. - Ante o teor da petição de fls. 1/3, intimem-se as partes requerentes, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos cópia do Acordo realizado entre as partes, devidamente assinado em todas as vias pelos mesmos e por seu patrono constituído, e requerendo sua devida homologação, tendo em vista o procedimento mencionado ser significativamente mais célere. Cumpra-se, com urgência.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0635132-54.2018.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: S.F.V.N. - Atenda-se ao pedido retro. Intimem-se as partes, ressaltando que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos termos do art. 334, § 8º, do C.P.C.. Cumpra-se, com urgência.

ADV: FABIANNO MARTINS FRAZÃO (OAB 7004/AM), ADV: HAILDO JARBAS RODRIGUES (OAB 5304/AM), ADV: ADRIANA DE SOUZA NEGREIROS FRAZÃO (OAB 13908/AM) - Processo 0635317-63.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: K.R.F. - REQUERIDO: M.F.M.H. - Tendo em vista as informações trazidas pelas partes, à Secretaria para que paute audiência de instrução e julgamento onde deverá ser colhido depoimentos e apresentado todas as provas deferidas por direito. Cumpra-se.

ADV: CHRISTIANO DE OLIVEIRA SANTIAGO (OAB 9536/AM), ADV: SUDJANE DA LUZ RODRIGUES (OAB 6718/AM) - Processo 0635451-27.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: S.S.C. - Ante O exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM) - Processo 0635488-15.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Leonardo Santos Torza - REPTANTE: Iraselma Sousa dos Santos - Intime-se a parte

requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, atender integralmente à promoção ministerial de fls. 24, no que tange à acostar aos autos a procuração do genitor do menor, Sr. Francisco Torza ou termo de anuência do referido senhor, devidamente autenticado em cartório, considerando o disposto no art. 1.690, parágrafo único do Código Civil. Suprida a irregularidade apontada, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JOSÉ ROQUE DA SILVA CARNEIRO (OAB 3226/AM), ADV: MAURO ALLEN BEZERRA (OAB 2655/AM) - Processo 0635496-89.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: G.A. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 29/10/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: MARCOS DANIEL SOUZA RODRIGUES (OAB 10987/AM), ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM), ADV: ANDRÉ RICARDO CABRAL PIO (OAB 6688/AM), ADV: MARIANA MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 12421/AM) - Processo 0635564-73.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: K.S.S. - REQUERIDO: S.P.L. - Ante a natureza da causa e peculiaridades do caso, acolho a promoção ministerial de fls. 111. Fixe-se data para realização de audiência na qual será colhido o material necessário ao exame de DNA, intimando-se as partes e notificando-se o Ministério Público. Impende salientar que as custas da perícia deverão ser suportadas pelo próprio investigante, que deverá comparecer no indigitado ato processual munido do respectivo comprovante de depósito, podendo o exame ser realizado em um dos dois laboratórios com os quais o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas mantém convênio: Núcleo de Genética Medica - GENE, sediado em Belo Horizonte/MG, com honorários do perito no valor de R$380,00 (trezentos e oitenta reais), (para o exame realizado entre Pai, Mãe e um filho. A exclusão ou inclusão de pessoas causa alteração do valor) acrescido do pagamento da remessa do material, por Sedex, diretamente aos Correios, no valor aproximado de R$ 82,50 (oitenta e dois reais e cinquenta centavos) - material a ser coletado: células da mucosa bucal; Dados bancários para realização do deposito: Banco do Brasil, Agência 1879-1, conta corrente nº 926006-4, em nome do Dr. Sérgio Danilo Pena; Laboratório IPC - Instituto de Perícias Científicas, sediado em Campo Grande/MS, com honorários do perito no valor de R$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), (para o exame realizado entre Pai, Mãe e um filho. A exclusão ou inclusão de pessoas causa alteração do valor), com remessa do material custeada pelo próprio laboratório - material a ser coletado: sangue. Dados bancários para realização do depósito: Banco do Brasil, Agência 4211-0, conta corrente 41415-8, em nome do laboratório IPC. Cabe ressaltar ainda que, caso seja vencedor na demanda, o requerente poderá requerer o ressarcimento de tais despesas ao requerido, nada obstando, também, que as partes rateiem a realização do exame ou que sejam antecipadas, desde já, pelo réu. Por fim, o requerido deverá ser intimado para participar da audiência por mandado, fazendo constar o teor dos seguintes artigos: Art. 231 do CCB. "Aquele que se nega a submeter-se a exame médico necessário não poderá aproveitar-se de sua recusa". Artigo 232 do CCB. "A recusa à perícia médica ordenada pelo Juiz poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame". Artigo 2.º-A da Lei 8.560/92. "Na ação de investigação de paternidade, todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, serão hábeis para provar a verdade dos fatos. (Incluído pela Lei n.º 12.004, de 2009). Parágrafo único. A recusa do réu em se submeter ao exame de código genético-DNA gerará a presunção da paternidade, a ser apreciada em conjunto com o contexto probatório. (Incluído pela Lei n.º 12.004, de 2009). Intimem-se. P.R.I. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ANDRÉ RICARDO CABRAL PIO (OAB 6688/AM), ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM), ADV: MARIANA MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 12421/AM), ADV: MARCOS DANIEL SOUZA RODRIGUES (OAB 10987/AM) - Processo 0635564-73.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: K.S.S. - REQUERIDO: S.P.L. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Coleta de Material Genético, desta Ação, para o dia 12/11/2019, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu respectivo advogado, e o requerido intimado por Carta Precatória, com as ressalvas constantes dos arts. 231 e 232 do CCB.

ADV: HAYLLANNE ABREU FERREIRA RIBEIRO (OAB 12758/AM) - Processo 0635621-57.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: J.I.B.V. - E.B.S. - Em tempo, defiro os benefícios da Justiça Gratuita. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ANTÔNIO ODINÉLIO TAVARES DA SILVA JÚNIOR (OAB 4927/AM), ADV: RUY SILVIO LIMA DE MENDONCA (OAB 18285/PA), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM) - Processo 0635655-71.2015.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: C.A.S. - REQUERIDO: A.O.T.S. e outro - certifico para os devidos fins que, não tenho como cumprir a sentença supra, no que tange a expedição do mandado de retificação, pelo fato da ausência de cópia do Registro Geral do Sr. CLEONILDO GOMES DA SILVA, razão pela qual, de ordem da MM(a) Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime(m)-se a(s) parte(s) interessada(s), por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: OMAR ANTÔNIO LIMA SALUM JÚNIOR (OAB 4295/AM), ADV: RICARDO ALMEIDA (OAB 4884/AM), ADV: PAULO RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 9533/AM), ADV: WALTER NEY RODRIGUES REZENDE (OAB 8700/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO NOBRE SALUM (OAB 8416/AM), ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM), ADV: EWERTON ALMEIDA FERREIRA (OAB 6839/AM) - Processo 0635767-40.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: C.M.T. e outros - Intimem-se as partes, por seus advogados, para em prazos sucessivos de 15 (quinze) dias, apresentarem suas alegações finais, conforme art. 364, § 2º do C.P.C. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LINDON CARLOS CRUZ DE OLIVEIRA (OAB 3577/AM), ADV: OÁSSIS TRINDADE DE OLIVEIRA (OAB 495/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR RUBIM DE MORAES (OAB 4727/AM) - Processo 0635844-83.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0634339-57.2014.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: A.C.G.S. - Isto posto, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com base no art. 485, III do CPC, determinando o arquivamento do processo, com a devida baixa na distribuição. Custas processuais pelo requerente, cuja exigibilidade fica suspensa em razão de a parte ser assistida pela Defensoria Pública. Transitada em julgado esta sentença, proceda-se à baixa no SAJ e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: RUSTENE ROCHA MONTEIRO (OAB 11974/AM) - Processo 0635852-89.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: N.P.G. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C., ao mesmo tempo em que TORNO SEM EFEITO o Despacho de fls. 12. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: MÁIRA ANDRADE MARTINS (OAB 7421/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM) - Processo 0635895-60.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: L.C.L. - REQUERIDA: B.M.C.K. e outro - Tendo em vista ter passado o prazo para réu manifestar-se sobre os novos documentos de fls. 291/306, como comprova certidão de fls. 310, à Secretaria para que paute nova data para audiência de instrução e julgamento, intimando as partes para comparecer juntamente de suas

testemunhas e outras provas que tenham direito, por meio de seus patronos. Cumpra-se.

ADV: ADRIANA CRISTINA CYRINO BARBOSA (OAB 3874/AM) - Processo 0636088-70.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: R.M.A.M. - Acolho a promoção ministerial de fls. 64/65, por seus próprios fundamentos. Considerando que a SUSAM e a SEMSA não possuem disponibilidade para atenderem à grande demanda das Varas de Família, no que tange à realização das perícias médicas em processos de interdição, bem como o Setor Médico do TJAM foi instituído apenas para atender os seus próprios servidores, determino a intimação da parte requerente para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, laudo médico circunstanciado, assinado por médico especialista, atestando a incapacidade do interditando, além da extensão da sua deficiência, principalmente quanto às suas limitações relacionadas ao exercício das suas atividades da vida civil, ressaltando que todos os quesitos formulados no parecer ministerial de fls. 64/65, devem ser respondidos. Laudo médico nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0636645-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: L.S.D. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro do MM. Juíza de Direito Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2 (duas) horas, para o dia 21 de outubro de 2019, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: JOÃO SOARES GOMES (OAB 2545/AM) - Processo 0636683-69.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: Edmilson Correa Cabral - Ante a certidão de fls. 43, decreto a revelia da parte requerida, com fulcro no art. 344 do C.P.C. Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para informar se pretende produzir alguma prova adicional no presente feito, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 348 do C.P.C.. Caso o autor manifeste desinteresse na produção adicional de provas, impor-se-á o julgamento antecipado da lide, conforme dispõe o art. 355, inciso II do C.P.C., razão pela qual, deverão os autos voltarem-me conclusos para sentenciar. Intime-se. Cumpra-se, com urgência.

ADV: EWERTON ALMEIDA FERREIRA (OAB 6839/AM) - Processo 0636823-69.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Guarda - REQUERENTE: Ana Paula da Silva Carvalho - Belcimar Rodney Barroso de Queiroz - Em cumprimento à sentença de fls. 17-18, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intimem-se as partes interessadas para comparecerem na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinarem o Termo de Guarda Compartilhada. É o que me cumpre certificar.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0636917-17.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.C.B. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 21/10/2019 às 10:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM) - Processo 0637239-37.2019.8.04.0001 - Interdição - Crime / Contravenção contra Idoso - REQUERENTE: E.C.S. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, atender à promoção ministerial de fls. 86/87. Suprida a irregularidade apontada, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ORLANDO LIMA BARROS (OAB 12188/AM) - Processo 0637546-88.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Guarda com genitor ou responsável no exterior - REQUERENTE: P.C.V. - Em cumprimento à sentença de fls. 25, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Guarda Definitiva Unilateral. É o que me cumpre certificar.

ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM), ADV: LIDIANE DA SILVA ROQUE (OAB 12702/AM) - Processo 0637663-50.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: M.G.S.P. - C.G.S.P. - REQUERIDO: M.J.N.P. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestar-se acerca da contestação apresentada às fls. 199/202, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA MACIEL (OAB 5172/AM) - Processo 0637677-63.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Áquila Sena Colares - Em cumprimento à sentença de fls. 22-23, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Guarda Definitiva Unilateral. É o que me cumpre certificar.

ADV: RENATA SIMONETTI TEIXEIRA (OAB 13286/AM), ADV: FABIANA ALBUQUERQUE ARNAUD DE SOUZA LIMA (OAB 10286/AM) - Processo 0637770-26.2019.8.04.0001 - Guarda - Busca e Apreensão de Menores - REQUERENTE: S.M.S.N. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante da Decisão Interlocutória retro, pautei na presente data, a Audiência de Conciliação desta Ação, para o dia 14/11/2019 às 09:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada para comparecimento, acompanhada do seu patrono, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu respectivo advogado, e a parte requerida será citada e intimada através de Carta Precatória, para comparecer à audiência, acompanhada do seu advogado, com a ressalva que caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar contestação.

ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JUNIOR (OAB 12961/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JÚNIOR (OAB 12961/AM) - Processo 0637904-53.2019.8.04.0001 - Guarda - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: C.I.V.T.G. - A.V.V.T. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 21 de outubro de 2019, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: FABIANA AMORIM BARROS (OAB 10647/AM) - Processo 0637963-12.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.S.M. - Intimem-se as partes, por seus

advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARCOS CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB 5309/AM), ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM), ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM), ADV: EDSON DE OLIVEIRA (OAB 480/AM), ADV: FRANK DANIEL SOARES CORREIA (OAB 13250/AM), ADV: LUIZ ANTÔNIO SIMÕES (OAB 175849/SP), ADV: ANDREIA SABINO CORREIA (OAB 7074/AM) - Processo 0638020-30.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: F.P.M. - REQUERIDA: V.M. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, atender à promoção ministerial de fls. 104. Supridas as irregularidades apontadas, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: BERNARDO DA SILVA SANTIAGO (OAB 12687/AM), ADV: LARYSSA DE OLIVEIRA LOBATO (OAB 13461/AM) - Processo 0638040-50.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.P.C. - ALIMENTAND: J.J.P.M. - Defiro a gratuidade da Justiça. Fixe-se data para audiência preliminar de conciliação, a ser realizada neste Juízo. Cite-se o réu. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta do requerido, devendo, em sendo o caso, a Secretaria certificar quanto à apresentação de Contestação e sua tempestividade. Recomendo que as partes compareçam à Oficina de Pais e filhos, que é realizada sempre na última quarta-feira do mês, no 3º andar, setor 1 do Fórum Ministro Henoch Reis, sito na Rua Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, na cidade de Manaus/AM, bem como realizem o correspondente curso on line, no site www.cnj.jus.br/eadcnj. Cumpre-me esclarecer que a Oficina de Pais e Filhos é um programa educacional interdisciplinar que foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça para colaborar com os pais e seus filhos menores a superarem a fase de reorganização familiar e terem mais estabilidade e paz em suas vidas, objetivo primordial do Poder Judiciário. A Oficina não visa avaliar ou julgar os pais, tendo como principal objetivo transmitir técnicas apropriadas de comunicação na família, ensinamentos a respeito das consequências que os conflitos proporcionam aos filhos, informações legais sobre alienação parental, guarda, visitas e alimentos. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, no caso da oficina presencial, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais e Filhos ou a realização do curso on line, não substitui o comparecimento à audiência de conciliação. Intimem-se as partes, ressaltando que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos termos do art. 334, § 8º, do C.P.C. Notifique-se o Representante do Ministério Público. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à citação/intimação por Mandado, ressaltando-se que, na hipótese de o endereço do réu não ser localizado, intime-se a autora, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias e uma vez informado o endereço atualizado ou confirmado o que se encontra nos autos, expeça-se novo Mandado ou Carta Precatória de Citação, a depender do caso. Formalizada a citação da parte requerida, efetue-se o estudo psicossocial do caso, com a ressalva de que, caso esta resida em outro Estado, deverá ser expedida Carta Precatória, a fim de que a medida seja realizada também em seu domicílio. Apresentada a Contestação e/ou Reconvenção, intime-se a parte requerente/reconvinte, por seu advogado, para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Réplica nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Promoção Ministerial nos autos, voltem-me conclusos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0638609-51.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: K.L.G.F. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar nos autos, se pretende modificar o nome do menor, após a devida averbação e inclusão do Sr. Alan Lima Figueiredo, como genitor do infante, em caso positivo, informe desde já, como deverá constar. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ALINE OLIVEIRA DA COSTA (OAB 9743/AM), ADV: CAROLINE FUGOLARI FREITAS (OAB 11135/AM) - Processo 0638807-59.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: G.R.G.T. - REQUERIDO: R.R.T. - Ante o teor do acordo de fls. 285/286, intime-se o requerido, por Mandado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, regularizar a sua representação processual. Procuração nos autos, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: GERMANO GOMES RADIN (OAB 11000/AM) - Processo 0638808-73.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.S.S. - Ante o teor do documento de fls. 13, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, fazendo constar do polo ativo também o Sr. Patrick de Souza e Souza, regularizando sua representação processual, bem como juntando cópia de Acordo de Exoneração realizado entre as partes, assinado em todas as vias pelos mesmos e por seu patrono constituído, e requerendo sua devida homologação, tendo em vista o procedimento mencionado ser significativamente mais célere que o da Ação de Exoneração pretendida pelo requerente. Cumpra-se, com urgência.

ADV: RODRIGO COIMBRA DA ROCHA (OAB 13639/AM) - Processo 0638833-86.2019.8.04.0001 - Interdição - Interdição - REQUERENTE: Rosianni Vasques de Oliveira - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, atender à promoção ministerial de fls. 36. Supridas as irregularidades apontadas, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: GLÁUCIA CRISTINA DA SILVA FREITAS (OAB 12367/AM) - Processo 0638950-77.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: A.M.C. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, desta Ação, para o dia 21/11/2019 às 11:30h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada para comparecimento, acompanhada do seu patrono e testemunhas, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu respectivo advogado, ressaltando que o seu não comparecimento determinará o arquivamento do pedido, e a parte requerida será citada e intimada através de Carta Precatória, para comparecer à audiência, acompanhada do seu advogado e testemunhas, com a ressalva que a sua ausência importará em revelia, bem como que, frustrada a conciliação, a contestação deverá ser oferecida na própria audiência.

ADV: ALESSANDRA CONTIERO - Processo 0639075-21.2014.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: M.P.S. - À Secretaria, para intimar as partes, nos termos do ofício retro. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM), ADV: ROBSON ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 6457/AM), ADV: JOYCE MARQUES DE ALMEIDA (OAB 13087/AM) - Processo 0639322-94.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.T.O. - ALIMENTAND: T.T.O. - G.T.O. - REQUERIDA: I.I.T.O. - Certifico para os devidos fins que a parte requerida apresentou contestação, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a) Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: SARAH MAIA VIANA (OAB 11440/AM) - Processo 0639592-84.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Retificação de Nome - REQUERENTE: J.B.S.V.M. - REQUERIDO: W.M.V. e outro - Defiro o pedido formulado às fls. 91/93, devendo os valores pendentes serem descontados do contracheque do alimentante, visto que a obrigação se iniciou em Março/2019, conforme transcrito na Sentença de fls. 82/84, ao tempo em quê, ressalto desde já, que os referidos descontos pendentes deverão ser feito de forma proporcional, não podendo ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) dos rendimentos do autor. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV:

SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM), ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM), ADV: RAFAEL ROCHA DE SÁ PEIXOTO (OAB 5292/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM), ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0639614-16.2016.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Raimundo Agley Alves Moura - Sopesado o exposto e mais do que dos autos consta, observadas as formalidades legais, em consonância com o r. parecer do Ministério Público, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, para SUBSTITUIR DO ENCARGO DE CURADOR o Sr. Deusdé Pereira de Moura, falecido em 21/06/2016, nomeando CURADOR da Sra. Raimunda Márcia Alves Moura, o seu irmão, Sr. Raimundo Agley Alves Moura, que a representará em todos os atos da vida civil e na administração dos seus bens, sobretudo, os de natureza patrimonial e negocial, podendo praticar todos os atos inerentes ao encargo, em nome da irmã curatelada interditada, com exclusividade, com a inspeção deste Juízo, obrigando-se à prestação de contas, com fulcro no art. 1.774, c/c o art. 1.747 caput e incisos, e art. 1.755, do Código Civil, no que couber. Expeça-se em favor do Curador o Termo de Curatela, mediante a prestação de compromisso de bem e fielmente cumprir o encargo, de acordo com o disposto no art. 759, do Código de Processo Civil. Expeça-se Mandado para a inscrição da sentença junto ao Cartório do 1º Ofício do Registro de Pessoas Naturais, procedendo-se a imediata publicação desta decisão na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes da interdita e do curador, a causa da interdição, os limites da curatela e, não sendo total a interdição, os atos que a interdita poderá praticar autonomamente, conforme exigência do art. 755, § 3º, do C.P.C. À secretaria, para as providências cabíveis. Transitada em Julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM), ADV: RAFAEL ROCHA DE SÁ PEIXOTO (OAB 5292/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM), ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM), ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM) - Processo 0639614-16.2016.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Raimundo Agley Alves Moura - Em cumprimento à sentença de fls. 73-74, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Curatela Definitiva. É o que me cumpre certificar.

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM), ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM), ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: RAFAEL ROCHA DE SÁ PEIXOTO (OAB 5292/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM) - Processo 0639614-16.2016.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Raimundo Agley Alves Moura - Em tempo, defiro os benefícios da Justiça Gratuita. Cumpra-se, com urgência.

ADV: EDVAR DA SILVA NUNES JUNIOR (OAB 13068/AM) - Processo 0639953-67.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: D.B.A. - ALIMENTAND: A.G.A.M. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 29 de outubro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: HELLEN CRISTHIAN PONTES BASTOS (OAB 13611/AM) - Processo 0640252-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimundo Nonato P da Silva - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, atender à promoção ministerial de fls. 67. Suprida a irregularidade apontada, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ELIVANE FERREIRA DA SILVA (OAB 10645/AM), ADV: LÉA FERNANDES AMAZONAS (OAB 8612/AM), ADV: DIEGO HUMBELINO DUARTE (OAB 9071/AM), ADV: ORLANDO LIMA BARROS (OAB 12188/AM) - Processo 0640361-63.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: F.V.D.A.N. - ALIMENTANT: A.J.L.N. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a sentença de fls. 142-143, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão/empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0640741-81.2019.8.04.0001 - Guarda - Maus Tratos - REQUERENTE: R.M.C.V. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, atender à promoção ministerial de fls. 27. Suprida a irregularidade apontada, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM) - Processo 0640807-03.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fixação - REQUERENTE: ILINEI DE SOUZA GOMES - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à intimação por mandado. Transcorrido o prazo, não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, informar se possui interesse no prosseguimento do feito, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Decorrido o prazo, não havendo manifestação da parte requerente, dê-se vista ao Ministério Público. Em caso de manifestação positiva no sentido de prosseguimento do feito, intimem-se as partes para atualização das informações cadastrais e fixe-se data para audiência preliminar de conciliação, remetendo-seos autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos Família CEJUSC/Família. Em caso de autocomposição, determino que se faça os autos conclusos para sentença homologatória. Em caso de não autocomposição ou frustrada a realização de audiência de conciliação/mediação, faça os autos conclusos para novas deliberações.

ADV: LEOCLEIDE SILVA DUARTE HITOTUZI (OAB 11110/

AM) - Processo 0640940-40.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.C.S.C.A. - Intimem-se as partes, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 15 (quinze) dias, atender à promoção ministerial de fls. 30. Suprida a irregularidade apontada, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ÉRICO DE OLIVEIRA GONÇALO (OAB 5165/AM), ADV: JUAN PABLO FERREIRA GOMES (OAB 7716/AM) - Processo 0640982-60.2016.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.B. - Em tempo, defiro a gratuidade da Justiça à parte requerida. Cumpra-se, com urgência.

ADV: RODRIGO SILVA RIBEIRO (OAB 5204/AM) - Processo 0641032-81.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Extinção - REQUERENTE: F.J.C.F. - Em cumprimento à sentença de fls. 22-23, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intimem-se as partes interessadas para comparecerem na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinarem o Termo de Guarda Compartilhada. É o que me cumpre certificar.

ADV: VINICIO CARLOS CORDOVIL MENDES FILHO (OAB 7907/AM) - Processo 0641308-15.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: R.R.L. - Em cumprimento à sentença de fls. 27, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Guarda Definitiva Unilateral. É o que me cumpre certificar.

ADV: ALISSON SABINO ROQUE DE MELO (OAB 11978/AM), ADV: EDSON GOMES MARTINS DA COSTA (OAB 8967/MA) - Processo 0641315-75.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.C.S.C. - REQUERIDO: D.F.S. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Cumpra-se, com urgência.

ADV: THAMIRES ALVES PERAZZO (OAB 38469/PE) - Processo 0641341-05.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.N.Q. - ALIMENTAND: M.P.N.Q. - J.A.N.Q. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, desta Ação, para o dia 14/11/2019 às 10:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada para comparecimento, acompanhada do seu patrono e testemunhas, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu respectivo advogado, ressaltando que o seu não comparecimento determinará o arquivamento do pedido, e a parte requerida será citada e intimada através de Carta Precatória, para comparecer à audiência, acompanhada do seu advogado e testemunhas, com a ressalva que a sua ausência importará em revelia, bem como que, frustrada a conciliação, a contestação deverá ser oferecida na própria audiência.

ADV: JULIANA DA SILVA SEREJO (OAB 3922/AM) - Processo 0641345-42.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Exoneração - REQUERENTE: Sandro Carneiro da Silva - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos cópia da sentença que condenou o autor a pagar alimentos, bem como cópia dos documentos pessoais dos alimentandos, tendo em vista serem documentos indispensáveis à propositura do feito, sob pena de indeferimento. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JANO DE SOUZA MELLO (OAB 4587/AM), ADV: LUCIANA VIANA CIDRÔNIO DE ANDRADE (OAB 8104/AM) - Processo 0641418-82.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: I.S.F. - REQUERIDO: W.S.S. - Fixe-se data para audiência de Instrução e Julgamento. Intimem-se as partes, para comparecerem acompanhadas dos seus advogados e testemunhas. Notifique-se o Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JUZY CARLA ANDRADE DOS SANTOS (OAB 11004/AM) - Processo 0641531-65.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: S.O.C. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 04/10/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: JUZY CARLA ANDRADE DOS SANTOS (OAB 11004/AM) - Processo 0641531-65.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: S.O.C. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 04/10/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: EDMILSON ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 3185/AM) - Processo 0641662-40.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: S.A.S. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, atender à promoção ministerial de fls. 19. Manifestação nos autos, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ALMIR ALBUQUERQUE DOS SANTOS ANSELMO (OAB 8441/AM), ADV: ERIVAN OLIVEIRA PASSOS (OAB 7864/AM), ADV: ERICK DA SILVA NOBRE (OAB 10430/AM) - Processo 0641668-81.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: V.G.S. - ALIMENTAND: S.S.S. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse, atentando-se ainda a parte requerente à promoção ministerial de fls. 49/50. Cumpra-se, com urgência.

ADV: DORA MESTANZA BARCIO DE PAIVA (OAB 12764/AM), ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM) - Processo 0641747-65.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: A.L.S.B. - V.H.S.B. - Ante a certidão de fls. 103, decreto a revelia do requerido, com fulcro no art. 344 do C.P.C. Nomeio o Dr. Mário Lima Wu Filho, Curadora Especial, nos termos do art. 72, II, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ODAIR ALAN RODRIGUES DE MELO (OAB 4715/AM) - Processo 0641757-07.2018.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Z.S.C. - T.B.M. - Em cumprimento à sentença de fls. 53-54, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intimem-se as partes interessadas para comparecerem na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinarem o Termo de Guarda Compartilhada. É o que me cumpre certificar.

ADV: LEONARDO MARQUES TORRES (OAB 14579/AM), ADV: GUILHERME GALVAO FRIAS (OAB 14587/AM) - Processo 0641956-92.2019.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: Isaías Amazonas da Silva - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, atender à promoção ministerial de fls. 19. Suprida a irregularidade apontada, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM) - Processo 0642013-81.2017.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: A.V.C. - Certifico para os devidos fins que, a parte não juntou aos autos a Certidão de Nascimento do interditando, por esse motivo fica esta secretaria impossibilitada de expedir o mandado de inscrição de sentença conforme determinado na sentença, razão pela qual, de ordem da MM Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime(m)-se a(s) parte(s) interessada(s), por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM)

- Processo 0642013-81.2017.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: A.V.C. - Em cumprimento à sentença de fls. 112-115, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Curatela Definitiva. É o que me cumpre certificar.

ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM), ADV: EMMILLY KAREN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9716/AM), ADV: EVELLYN KELRYEN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9125/AM) - Processo 0642020-05.2019.8.04.0001 - Interdição - Curadoria dos bens do ausente - REQUERENTE: Célia Félix Nunes Pereira - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, atender à promoção ministerial de fls. 28. Suprida a irregularidade apontada, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LARISSA CAMPOS RUBIM (OAB 11145/AM) - Processo 0642125-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: H.C.V.P. - Ante a certidão de fls.53, decreto a revelia dos requeridos, com fulcro no art. 344 c/c o art. 345, II, do C.P.C.. Dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: DIEGO NUNES DA SILVA (OAB 13208/AM) - Processo 0642277-64.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: E.M. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, atender à promoção ministerial de fls. 103. Manifestação da requerente nos autos, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ANDREIA CARVALHO CHAGAS (OAB 14130/AM) - Processo 0642535-40.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.D.C.A. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante da Decisão Interlocutória retro, pautei na presente data, a Audiência de Conciliação desta Ação, para o dia 21/11/2019 às 09:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada para comparecimento, acompanhada do seu patrono, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu respectivo advogado, e a parte requerida será citada e intimada através de Carta Precatória, para comparecer à audiência, acompanhada do seu advogado, com a ressalva que caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar contestação.

ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM), ADV: THIAGO ASSIS DA SILVA MONTEIRO (OAB 12725/AM), ADV: BRUNO BENEVIDES FERREIRA (OAB 8632/AM), ADV: MANOEL MEIRELES BICHARA (OAB 9274/AM), ADV: CID DA VEIGA SOARES NETO (OAB 9264/AM), ADV: NICOLAS SANTOS CARVALHO GOMES (OAB 8926/AM), ADV: EDYRANNE NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 11157/AM), ADV: FERNANDO DA SILVA LIMA (OAB 9218/AM) - Processo 0642623-20.2015.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Remoção e Dispensa - Tutela e Curatela - REQUERENTE: R.C.A.B. - REQUERIDO: P.C.C.A. - Ante o teor do Ofício de fls. 1589, Oficie-se ao Setor Psicossocial Forense/Psicologia, para no prazo de 10 (dez) dias informar se o referido estudo foi concluído. Cumpra-se, com urgência.

ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM), ADV: ADRIANO PEREIRA BONETH (OAB 8862/AM) - Processo 0642871-15.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: R.S.O. - REQUERIDA: L.S.F. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C., ao mesmo tempo em que TORNO SEM EFEITO a Decisão Interlocutória de fls. 42/44. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: SHIRLEY JANE DE OLIVEIRA CINTRÃO (OAB 4451/AM) - Processo 0642928-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: I.C.S. - Defiro a gratuidade da Justiça. Fixe-se data para audiência preliminar de conciliação, remetendo-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC. Cite-se o réu. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta do requerido, devendo, em sendo o caso, a Secretaria certificar quanto à apresentação de Contestação e sua tempestividade. Intimem-se as partes, ressaltando que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos termos do art. 334, § 8º, do C.P.C.. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à citação/intimação por Mandado, ressaltando-se que, na hipótese de o endereço do réu não ser localizado, intime-se o autor, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias e uma vez informado o endereço atualizado ou confirmado o que se encontra nos autos, expeça-se novo Mandado ou Carta Precatória de Citação, a depender do caso. Apresentada a Contestação e/ou Reconvenção, intime-se a parte requerente/reconvinte, por seu advogado, para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Réplica nos autos, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se com urgência.

ADV: REBECCA ATHAN CASTANHO (OAB 8262/AM) - Processo 0643086-20.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Fixação - REQUERENTE: Celma Maria Miranda dos Santos - Defiro a gratuidade da Justiça. Arbitro os alimentos provisórios em favor do filho do requerido, no valor correspondente a 30% (trinta por cento) dos vencimentos líquidos deste, assim entendidos como a totalidade dos ganhos mensais auferidos, incluindo-se o 13º salário, férias, gratificações, abonos e indenizações em caso de rescisão contratual de trabalho, excluindo-se para efeito de cálculo, os valores referentes aos descontos tributários, previdenciários, horas extraordinárias, 1/3 Constitucional das férias e F.G.T.S, a serem descontados mensalmente em folha de pagamento e depositados na conta bancária indicada às fls. 12. Expeça-se ofício ao empregador do alimentante, para que seja efetuado os descontos dos alimentos em folha de pagamento Fixe-se data para audiência preliminar de conciliação, remetendo-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC. Cite-se o réu. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta do requerido, devendo, em sendo o caso, a Secretaria certificar quanto à apresentação de Contestação e sua tempestividade. Intimem-se as partes, ressaltando que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos termos do art. 334, § 8º, do C.P.C.. Notifique-se o Representante do Ministério Público. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à citação/intimação por Mandado, ressaltando-se que, na hipótese de o endereço do réu não ser localizado, intime-se o autor, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias e uma vez informado o endereço atualizado ou confirmado o que se encontra nos autos, expeça-se novo Mandado ou Carta Precatória de Citação, a depender do caso. Apresentada a Contestação e/ou Reconvenção, intime-se a parte requerente/reconvinte, por seu advogado, para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Réplica nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Promoção Ministerial nos autos, voltem-me conclusos. Cumpra-se com urgência.

ADV: EVERTON PEDRO DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5290/AM) - Processo 0643108-78.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: E.L.S. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, acostando aos autos a certidão de nascimento do menor V.H.O.B.L, tendo em vista ser documento indispensável à propositura do feito, sob pena de indeferimento. Cumpra-se, com urgência.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0643249-97.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.L.B.S. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, acostar aos autos a certidão de nascimento do menor J.V.N.S, tendo em vista ser documento indispensável à propositura do feito, sob pena de indeferimento. Suprida a irregularidade apontada, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: WANDERLÚCIO DE SOUZA VASCONCELOS (OAB 9850/AM) - Processo 0643293-19.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Oseias Vieira Martins - Defiro a gratuidade da Justiça. Fixe-se data para audiência de conciliação, instrução e julgamento, a ser realizada neste Juízo. Cite-se a requerida, por Carta Precatória. Intimem-se as partes, para comparecerem acompanhadas dos seus advogados e testemunhas, cientificando-as de que o não comparecimento do requerente determinará o arquivamento do pedido e que a ausência do requerido importará em revelia, bem como que, frustrada a conciliação, a contestação deverá ser oferecida na própria audiência., além de ressaltar que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos termos do art. 334, § 8º, do C.P.C.. Notifique-se o Ministério Público. Apresentada contestação, na hipótese de não ser celebrado acordo entre as partes, intime-se o autor, em audiência, para apresentar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Réplica nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Promoção Ministerial nos autos, voltem-me conclusos. Cumpra-se com urgência.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0643333-98.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: R.S.F. - Vistos e etc... Ante a natureza da causa e peculiaridades do caso, abstenho-me, por ora, de examinar o pedido de tutela de urgência, deixando para fazê-lo somente depois da contestação. Fixe-se data para realização de audiência de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se a parte requerente, mediante carta com AR e notificando-se o Ministério Público. Cite-se e intime-se a parte requerida, ressaltando que, caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação da sua contestação. Cumpra-se, com urgência.

ADV: DANIEL LOURENÇO (OAB 3192/AM) - Processo 0643701-10.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Violência Doméstica Contra a Mulher - REQUERENTE: F.A.S. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial excluindo do polo passivo da ação a menor M.E.F da S., devendo constar apenas a convivente a Sra. Kelen Cristina de Araújo Ferreira, sob pena de indeferimento. Suprida a irregularidade apontada, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM) - Processo 0643915-69.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: O.N.S. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C., ao mesmo tempo em que TORNO SEM EFEITO o despacho de fls. 11. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS BENIGNO (OAB 236604/SP) - Processo 0643946-55.2018.8.04.0001 - Tutela Infância e Juventude - Seção Cível - REQUERENTE: L.A.F. e outro - Acolho a Promoção Ministerial de fls. 105, na medida em que os interesses da adolescente já foram resguardados, através da Decisão Interlocutória de fls. 58/60, diante do quê, suspendo o presente feito pelo prazo de 06 (seis) meses. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ROBERTA SOUZA SILVA (OAB 11429/AM) - Processo 0644032-89.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Fato Atípico - REQUERENTE: L.C.V. - Defiro a gratuidade da Justiça. Fixe-se data para audiência de conciliação, a ser realizada neste Juízo. Cite-se e intime-se o réu, ressaltando que daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para sua resposta. Intimem-se as partes, ressaltando que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos termos do art. 334, § 8º, do C.P.C.. Notifique-se o Representante do Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARCO ANTONIO NICOLAUS DA SILVA (OAB 12040/AM) - Processo 0644050-47.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: L.J.B.S. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Cumpra-se, com urgência.

ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: FRANCISCO RENATO DE LIMA SABELLI (OAB 10866/AM), ADV: DIOGO RISTOFF DOS ANJOS (OAB 8724/AM), ADV: GABRIELA DE BRITO COIMBRA (OAB 8889/AM), ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM), ADV: DIEGO DOS SANTOS AZEVEDO GAMA (OAB 231208/SP), ADV: RICARDO HENRIQUE PARADELLA TEIXEIRA (OAB 225850/SP) - Processo 0644071-57.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: J.S.S.M.S. - REQUERIDA: D.J.M. - Ante a interposição dos Embargos de Declaração de fls. 794/795, determino a intimação da Embargada, por seu advogado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, mormente em razão da possibilidade de atribuição de eventual efeito modificativo, por ocasião do julgamento do recurso, com fulcro no art. 1.023, § 2º do CPC., verbis: Art. 1.023. Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e não se sujeitam a preparo. (...) § 2oO juiz intimará o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, caso seu eventual acolhimento implique a modificação da decisão embargada. Nesse sentido, permito-me transcrever a seguinte decisão: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. FALTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE CONTRÁRIA DA OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS COM EFEITOS INFRINGENTES. NULIDADE ABSOLUTA. 1. A atribuição de efeitos infringentes aos embargos de declaração supõe a prévia intimação da parte embargada, em respeito aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, sob pena do julgamento padecer de nulidade absoluta. Precedentes. 2. No caso, o acórdão ora embargado acolheu os embargos de declaração, anulando o julgado proferido anteriormente, para que fosse aguardada oportuna inclusão do feito na pauta de julgamento da Primeira Seção. Da petição dos embargos não foi aberta vista para manifestação da parte embargada, o Distrito Federal. 3. Embargos de declaração acolhidos para, anulando-se o aresto embargado, ser determinada a intimação do Distrito Federal para se manifestar sobre o teor dos embargos de declaração opostos por Luiz de Sousa Moura e Outros (Petição nº 190372 - fls. 315/322). Processo: EDcl nos EDcl no RMS 33171 DF 2010/0206951-0. Relator:Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES. Julgamento:27/09/2011. Órgão Julgador:T2 - SEGUNDA TURMA. Publicação:DJE 03/10/2011. Após, com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos para decidir. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM) - Processo 0644124-04.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: J.S.L. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, informar se pretende produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LOUISE SAMPAIO SALDANHA (OAB 9237/AM) - Processo 0644230-29.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: T.A.R. - Defiro a gratuidade da Justiça. Fixe-se data para realização de audiência de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se as partes, mediante carta com AR. Cite-se o réu. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta do requerido, devendo, em sendo o caso, a Secretaria certificar quanto à apresentação de Contestação e sua tempestividade. Intimem-se as partes, ressaltando que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos termos do art. 334, § 8º, do C.P.C.. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à

citação/intimação por Mandado, ressaltando-se que, na hipótese de o endereço do réu não ser localizado, intime-se a autora, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias e uma vez informado o endereço atualizado ou confirmado o que se encontra nos autos, expeça-se novo Mandado ou Carta Precatória de Citação, a depender do caso. Apresentada a Contestação e/ou Reconvenção, intime-se a parte requerente/reconvinte, por seu advogado, para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Réplica nos autos, voltem-me conclusos. Cumpra-se com urgência.

ADV: FRANCIEL FRANCO DE SOUZA ALMEIDA (OAB 9301/AM) - Processo 0644287-47.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Almir Fialho Campos - Defiro a gratuidade da Justiça. Fixe-se data para audiência preliminar de conciliação, remetendo-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC. Cite-se a ré. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta da requerida, devendo, em sendo o caso, a Secretaria certificar quanto à apresentação de Contestação e sua tempestividade. Intimem-se as partes, ressaltando que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos termos do art. 334, § 8º, do C.P.C.. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à citação/intimação por Mandado, ressaltando-se que, na hipótese de o endereço da ré não ser localizado, intime-se o autor, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias e uma vez informado o endereço atualizado ou confirmado o que se encontra nos autos, expeça-se novo Mandado ou Carta Precatória de Citação, a depender do caso. Apresentada a Contestação e/ou Reconvenção, intime-se a parte requerente/reconvinte, por seu advogado, para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Réplica nos autos, voltem-me conclusos. Cumpra-se com urgência.

ADV: MIRTE RUFINO ALVES DA SILVA (OAB 1491/AM) - Processo 0644354-12.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão Infância e Juventude - Abandono Intelectual - REQUERENTE: B.A.C. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, fazendo constar o polo passivo do presente feito. Suprida a irregularidade apontada, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ALINE NEO SERRA (OAB 9825/AM) - Processo 0644457-19.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.F.G.N. - Defiro a gratuidade da Justiça Fixe-se data para realização de audiência preliminar de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se as partes, mediante carta com AR e notificando-se o Ministério Público. Cite-se e intime-se a parte requerida, ressaltando que, caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação da sua contestação. Cumpra-se, com urgência.

ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM), ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM) - Processo 0644505-46.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.D.C.S. - REQUERIDO: J.B.S. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse, devendo ainda ser observado ao disposto no parecer ministerial de fls. 82. Cumpra-se, com urgência.

ADV: GRACE KELLE P. DA SILVA (OAB 8690/AM) - Processo 0644560-60.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: M.P.S.P.S. - M.V.S.C.M. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, informar se pretende produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse, atentando-se ainda ao parecer ministerial de fls. 65. Cumpra-se, com urgência.

ADV: DIEGO HENRIQUE SANTOS DOS ANJOS (OAB 8583/AM) - Processo 0644658-11.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ASSISTENTE: G.S.T.A. - ALIMENTAND: C.S.T.A.M. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, sob pena de indeferimento, fazendo constar no polo ativo da ação somente a Sra. Gisele São Thiago de Araújo, genitora do menor. Ademais, cumpre ressaltar que o menor não detém legitimidade, para em seu próprio nome, requerer a regulamentação de sua própria guarda, devendo o pedido ser formulado pelo genitor que pretende regulamentar a guarda de seu filho, oportunidade em que poderá pedir alimentos em nome do menor, por ser corolário natural das ações em espécie. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM) - Processo 0644940-49.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Extinção - REQUERENTE: Luciene da Silva Borges - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, atender à promoção ministerial de fls. 23. Manifestação nos autos, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0644943-04.2019.8.04.0001 - Sobrepartilha - Liquidação - REQUERENTE: Kellen Tavares Moura - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, acostar aos autos a Sentença que homologou o acordo de fls. 08/13 bem como cópia da Certidão de Casamento das partes. Supridas as irregularidades apontadas, voltem-me os autos conclusos para a fila de Despacho Inicial. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0644971-69.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Dissolução - REQUERENTE: C.A.N.R. - Defiro a gratuidade da Justiça. Arbitro os alimentos provisórios em favor da requerida, Sra. Cristina Augusta das Neves Rodrigues, no valor correspondente a 2 (dois) salários mínimos, devidos a partir da citação, cujo montante deverá ser pago até o dia 30 (trinta) de cada mês, depositado em conta bancária indicada às fls. 11. Fixe-se data para realização de audiência de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se a parte requerente, mediante carta com AR e notificando-se o Ministério Público. Cite-se e intime-se a parte requerida, ressaltando que, caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação da sua contestação. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LANA KELLY DE ANDRADE SAMPAIO (OAB 4008/AM) - Processo 0645081-68.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: R.T.C.J. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos cópia do documento que originou a prestação de alimentos em favor da requerida bem como o documento pessoal da menor Deborah Eduarda Vieira Teixeira Thury, tendo em vista serem documentos indispensáveis à propositura do feito, sob pena de indeferimento. Supridas as irregularidades apontadas, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: FLÁVIA CAROLINE DE SANT'ANA (OAB 10641/AM) - Processo 0645565-83.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: F.S. - Intime-se o autor, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, acostar aos autos a cópia do documento que originou a prestação de alimentos em favor do requerido bem como o documento pessoal do Sr. Francielton dos Santos, sendo os referidos documentos indispensáveis à propositura do presente feito. Supridas as irregularidades apontadas, voltem-me os autos conclusos para a fila de Decisão Interlocutória. Cumpra-se, com urgência.

ADV: WELLINGTON MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 9317/AM) - Processo 0645824-15.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.N.S. - Intime-se a parte Exequente, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos a planilha de débitos. Informação nos autos, à contadoria, para atualização da dívida. Dívida atualizada, voltem-me os autos conclusos para decidir. Cumpra-se, com urgência.

ADV: WELLINGTON MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 9317/AM) - Processo 0645824-15.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.N.S. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Manifestações das partes nos autos, dê-se vista ao Ministério

Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0646143-46.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Lucimara Saldanha Marques - Defiro a gratuidade da Justiça. Fixe-se data para realização de audiência preliminar de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se as partes, mediante carta com AR e notificando-se o Ministério Público. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta do requerido, devendo, em sendo o caso, a Secretaria certificar quanto à apresentação de Contestação e sua tempestividade. Apresentada a Contestação e/ou Reconvenção, intime-se a parte requerente/reconvinte, por seu advogado, para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Réplica nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Promoção Ministerial nos autos, voltem-me conclusos. Cumpra-se com urgência.

ADV: NIDAI SAMMIA AFFONSO CARVALHO (OAB 13367/AM), ADV: FÁBIO CRISTIANO MOURA DE FREITAS (OAB 10756/AM), ADV: ALAN HERGERTON FAÇANHA (OAB 9353/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM) - Processo 0646306-60.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: L.F.S. - REQUERIDO: E.B.O. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: CHARLES GOMES DA COSTA JÚNIOR (OAB 10715/AM) - Processo 0646409-67.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: C.A. - Em tempo, defiro os benefícios da Justiça Gratuita. Devolvam-se os autos ao CEJUSC. Cumpra-se.

ADV: VIVIAN SILVA DE MORAIS (OAB 12274/AM) - Processo 0646596-75.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: G.A.P. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: ALRIMAR MELO DE ARAÚJO (OAB 7017/AM) - Processo 0647825-70.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Teresinha Guimaraes Jacob - Em consonância ao parecer ministerial de fls. 62, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir o despacho de fls. 48, ressaltando que os quesitos formulados no parecer ministerial de fls. 46/47, devem ser respondidos. Laudo médico com os quesitos respondidos nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: KARLA BIANCA ALBUQUERQUE LOPES (OAB 13143/AM) - Processo 0649589-91.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: G.C.P. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, atender à promoção ministerial de fls. 50/51. Manifestação nos autos, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: TATIANE MEDINA OLIVEIRA (OAB 6336/AM) - Processo 0650308-73.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: I.D.C. - F.D.B.C. - Certifico para os devidos fins que, a parte não juntou aos autos certidão de nascimento do interditando, por esse motivo fica esta secretaria impossibilitada de expedir o mandado de inscrição de sentença conforme determinado na sentença, razão pela qual, de ordem da MM(a) Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime(m)-se a(s) parte(s) interessada(s), por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: TATIANE MEDINA OLIVEIRA (OAB 6336/AM) - Processo 0650308-73.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: I.D.C. - F.D.B.C. - Em cumprimento à sentença de fls. 71-76, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intimem-se as partes interessadas para comparecerem na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinarem o Termo de Curatela Definitiva. É o que me cumpre certificar.

ADV: MARCELO HENRIQUE CARVALHO DOS SANTOS (OAB 9848/AM) - Processo 0651013-71.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: S.C.A. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no mesmo prazo atender ao parecer ministerial de fls. 40/41. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARIA JARINA DE ALMEIDA GUERREIRO (OAB 2917/AM), ADV: ANDRÉ RICARDO DE ARAÚJO SANTIAGO (OAB 11875/AM) - Processo 0651676-20.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.S.C. - REQUERIDA: M.R.C.L. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CLODOALDO CAVALCANTE DOS SANTOS (OAB 9888/AM) - Processo 0652225-30.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: R.N.F.L. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, informar se pretende produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JULIO CEZAR RODRIGUES LIMA (OAB 8461/AM) - Processo 0652597-76.2018.8.04.0001 - Interdição - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: FUNDAÇÃO DE APOIO AO IDOSO "DOUTOR THOMAS" e outro - Considerando que a SUSAM e a SEMSA não possuem disponibilidade para atenderem à grande demanda das Varas de Família, no que tange à realização das perícias médicas em processos de interdição, bem como o Setor Médico do TJAM foi instituído apenas para atender os seus próprios servidores, determino a intimação da parte requerente para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, laudo médico circunstanciado, assinado por médico especialista, atestando a incapacidade da interditanda, além da extensão da sua deficiência, principalmente quanto às suas limitações relacionadas ao exercício das suas atividades da vida civil, ressaltando que todos os quesitos formulados no parecer ministerial de fls. 53/54, devem ser respondidos. Laudo médico nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LEANDRO JOSEPH DE AQUINO (OAB 12474/AM) - Processo 0654828-76.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Lizandra da Silva Ferreira - Indefiro o pedido formulado na petição de fls. 55 e no termo de audiência de fls. 75/76, tendo em vista que ainda não é o momento processual adequado para coleta de depoimento das partes, providência que somente será tomada na audiência de instrução e julgamento. Considerando que o réu foi regularmente citado e intimado, porém, não compareceu na audiência de conciliação, nem justificou a sua ausência, aguarde-se o prazo para apresentação de contestação. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência.

ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE, ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM) - Processo 0656312-29.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Adriana Melquiades da Silva - REQUERIDO: Gleibisson Henrique Melquiades da Silva Viana - Indefiro o pedido de fls. antecedentes, em razão do Tribunal de Justiça do Amazonas não possuir nenhum tipo de convênio para a realização de perícias médicas, de forma gratuita, portanto, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, envidar esforços no sentido de cumprir o despacho de fls. 46, através de médico diverso, acostando aos autos o laudo que lhe for disponibilizado para análise, ressaltando novamente que os quesitos formulados no parecer ministerial de fls. 44/45. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CLEBER DE OLIVEIRA LIMA (OAB 13770/AM), ADV: NAYANE MARQUES DE ARAÚJO (OAB 13782/AM), ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM) - Processo 0656349-56.2018.8.04.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: S.S.S. - REQUERIDO: M.A.A. - Certifico para os

devidos fins que a parte requerida apresentou contestação, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a) Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: GABRIEL MELO SAMPAIO (OAB 9793/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM) - Processo 0659569-62.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: R.A.S. - Ante o teor das consultas realizadas via infojud e siel conforme certidão de fls. 35/36, intime-se a requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se, com urgência.

ADV: FERNANDO CRUZ COELHO (OAB 13835/AM) - Processo 0660500-65.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: F.C.C. - CERTIFICO que, feito o pregão da audiência de conciliação/mediação, compareceu o requerente, Sr. Fernando Cruz Coelho, não comparecendo a parte requerida, não tendo sido devidamente citada/intimada, conforme aviso de recebimento negativo de folhas 23. Fica a Audiência de conciliação REDESIGNADA para o dia 09/10/2019 às 08:30h - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC -FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, sendo a citação do requerido renovada por oficial de justiça no endereço informado na petição inicial.

ADV: ERIVELT SABINO DE ARAÚJO (OAB 7920/AM), ADV: ELIAS BARROS CAVALCANTE (OAB 5359/AM) - Processo 0702126-74.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: H.L.A.R. - REQUERIDA: T.F.G. - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Diante da sucumbência, condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais. PR. Intime-se.

ADV: LUIZ CARLOS DA SILVA SAMPAIO (OAB 983/AM), ADV: FABRÍCIO FROTA MARQUES (OAB 6444/AM) - Processo 0710715-55.2012.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: O.B.C.T. - REQUERIDO: V.M.T.J. - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, nos termos do Artigo 487, inciso I, do NCPC, para decretar o divórcio do casal na forma do pedido, com fundamento no parágrafo 6 do artigo 226 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo segundo do artigo 1.580 do Código Civil e o art. 40 da Lei 6.515/77. Torno os alimentos provisórios de fls. 20 em definitivos, inclusive os devidos à Autora, eis que não contestados. A guarda da criança permanece com a Autora, sem prejuízo de visitas do Réu, previamente avisadas. Indefiro a partilha do imóvel citado na exordial. Condeno o(a) Requerido(a) ao pagamento das custas e despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em R$350,00 (Trezentos e cinquenta reais). Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de averbação. PRI.

ADV: LUIZ CARLOS DA SILVA SAMPAIO (OAB 983/AM), ADV: FABRÍCIO FROTA MARQUES (OAB 6444/AM) - Processo 0710715-55.2012.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: O.B.C.T. - REQUERIDO: V.M.T.J. - Em tempo, defiro a gratuidade da Justiça para ambas as partes. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM), ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM), ADV: HUGO FERNANDES LEVY NETO (OAB 4366/AM), ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM), ADV: ROBERT MERRILL YORK JÚNIOR (OAB 4416/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0711429-15.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDA: E.M.M.A. - Ante o exposto, e mais o que dos autos consta, em consonância com o Parecer Ministerial, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO, formulado pelo Requerente, nos termos do Artigo 487, inciso I, do NCPC. Sem custas e honorários advocatícios, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido ao autor. Transitada em Julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Adriana Cristina Cyrino Barbosa (OAB 3874/AM)
Adriana Cristina do Nascimento Perroni (OAB 167999/SP)
ADRIANA DE SOUZA NEGREIROS FRAZÃO (OAB 13908/AM)
Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
ADRIANA PRISCILA STINGHEN (OAB 10678/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Adriane Ortiz Granja de Souza (OAB 5129/AM)
Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
Adriano Pereira Boneth (OAB 8862/AM)
Ágata Cristh Barroso de Souza (OAB 3879/AM)
Aguiberto Camilo Redi (OAB 202A/AM)
Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Alan Hergerton Façanha (OAB 9353/AM)
Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
Alberto da Silva Oliveira (OAB 3974/AM)
Alcian Pereira de Souza (OAB 5266/AM)
Alcino Vieira dos Santos (OAB 3035/AM)
Aldrin Bentes Pontes (OAB 8887/AM)
Alessandra Amazonas da Cunha (OAB 5780/AM)
Alessandra Contiero
Alessandra Malheiros de Souza Gomes (OAB 4080/AM)
Alexandre Caetano Catarino (OAB 122193/SP)
Alexandre Coelho da Silva (OAB 5846/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Alexandre Nonato Coelho de Souza (OAB 14010/AM)
Alexandre Oliveira da Costa (OAB 11976/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alexssande Amaral da Silva (OAB 12968/AM)
Aline Inhamuns Paulo (OAB 6790/AM)
Aline Neo Serra (OAB 9825/AM)
Aline Oliveira da Costa (OAB 9743/AM)
Alisson Sabino Roque de Melo (OAB 11978/AM)
Almir Albuquerque dos Santos Anselmo (OAB 8441/AM)
Alrimar Melo de Araújo (OAB 7017/AM)
Altamir da Silva Vieira Junior (OAB 12961/AM)
Altamir da Silva Vieira Júnior (OAB 12961/AM)
Amanda Dias Simões de Oliveira (OAB 12445/AM)
Amanda Ladeira Benzion (OAB 3587/AM)
Amílcar dos Santos Pinheiro Filho (OAB 2249/AC)
Ana Carolina da Costa Magalhães (OAB 6477/AM)
Ana Cláudia Conde Vieiralves (OAB 6073/AM)
Ana Cristina de Lima Loureiro (OAB 3427/AM)
Anadir Ribeiro Nogueira (OAB 9704/AM)
Ananias Gomes de Souza (OAB 9772/AM)
André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
André Ricardo Cabral Pio (OAB 6688/AM)
André Ricardo da Costa Inácio (OAB 975A/AM)
André Ricardo de Araújo Santiago (OAB 11875/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andreia Sabino Correia (OAB 7074/AM)
Andreia Carvalho Chagas (OAB 14130/AM)
Andréia Costa Fernandes (OAB 11155/AM)
Andrews Nascimento de Abreu (OAB 4899/AM)
Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB 9777/AM)
Antônio Coimbra Filho (OAB 3252/AM)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
Antônio Ivan Olímpio da Silva (OAB 3110/AM)
Antônio Jorge Loureiro (OAB 12470/AM)
Antônio Odinélio Tavares da Silva Júnior (OAB 4927/AM)
ANTONIO RUI FERNANDES MACHADO (OAB 9760/AM)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Arthemis Costa de Oliveira (OAB 7888/AM)
Augusto Vinicius Fernandes Martins (OAB 12802/AM)
Austregésilo Brandão Freitas (OAB 1506/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Bernardo da Silva Santiago (OAB 12687/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Bianca Alessandra Batista Lima (OAB 7516/AM)

Breno de Almeida Rodrigues (OAB 8121/AM)
BRUNO BENEVIDES FERREIRA (OAB 8632/AM)
Bruno de Souza Cavalcante
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 2677/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Carla Caroline Coutinho Frota (OAB 12379/AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carmem Mello Moura (OAB 3649/AM)
Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB 6328/AM)
Carmen Hosana Ramirez Sapucaia (OAB 11060/AM)
Caroline Fugolari Freitas (OAB 11135/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
CÉLIA ALICE CORDEIRO PINHEIRO (OAB 8898/AM)
Celiana Assen Félix (OAB 6727/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Charles Gomes da Costa Júnior (OAB 10715/AM)
Chrisline Patrícia Pantoja Williams (OAB 1152A/AM)
Christiano de Oliveira Santiago (OAB 9536/AM)
Cid da Veiga Soares Neto (OAB 9264/AM)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Cláudia Maria Nobre Lisboa (OAB 2109/AM)
Claudomilton Roberto da Silva (OAB 10291/AM)
Cleber de Oliveira Lima (OAB 13770/AM)
Clodoaldo Cavalcante dos Santos (OAB 9888/AM)
Cristiana da Costa Rodrigues (OAB 607/AM)
Cristiano Valente Maia (OAB 10138/AM)
Cristina Helena de Oliveira Vila (OAB 10841/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Daniel Hiclei Oliveira Santos (OAB 6577/AM)
Daniel Lourenço (OAB 3192/AM)
Daniella Karina Kanda Rebello (OAB 6576/AM)
Daniella Lopes Cavalcante (OAB 4164/AM)
Danielle Nunes Amorim (OAB 8981/AM)
Danton Cavalcante Bezerra (OAB 12258/AM)
David Almeida dos Santos (OAB 2153/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Delias Tupinambá Vieiralves (OAB 2268/AM)
DENIS DE SOUZA MESQUITA (OAB 10154/AM)
Deuzina de Fátima Ferreira Tupinambá (OAB 2307/AM)
Deywison Lima de Souza (OAB 12737/AM)
Dídia Haydée de Mendonça Soares (OAB 8544/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
DIEGO DOS SANTOS AZEVEDO GAMA (OAB 231208/SP)
Diego Henrique Santos dos Anjos (OAB 8583/AM)
Diego Humbelino Duarte (OAB 9071/AM)
DIEGO MARCELO CORDEIRO MUNCH (OAB 10060/AM)
Diego Marcelo Padilha Gonçalves (OAB 7613/AM)
Diego Nunes da Silva (OAB 13208/AM)
Diogo Coelho de Freitas (OAB 10733/AM)
Diogo Ristoff dos Anjos (OAB 8724/AM)
Domingos Sávio Tavares da Silva (OAB 5610/AM)
Dora Mestanza Barcio de Paiva (OAB 12764/AM)
Drihelly Pereira Barbosa (OAB 11100/AM)
Edieri Maria Mousinho Abitbol (OAB 7862/AM)
Edilvane Viana da Silva (OAB 13579/AM)
Edinei Lourenço de Carvalho Júnior (OAB 9347/AM)
Edmilson Almeida de Oliveira (OAB 3185/AM)
Edmilson das Neves Guerra (OAB 848/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Edna Maria Mourão Pereira Machado (OAB 2189/AM)
Edson de Oliveira (OAB 480/AM)
Edson Gomes Martins da Costa (OAB 8967/MA)
Eduardo José Borges Guerra (OAB 5188/AM)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Eduardo Santana Pinheiro (OAB 7049/AM)
Edvar da Silva Nunes Junior (OAB 13068/AM)
Edyranne Nascimento dos Santos (OAB 11157/AM)
Ehud Emanuel Abensur Santos (OAB 10760/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Elbe Renan de Oliveira da Silva (OAB 9883/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Elias Barros Cavalcante (OAB 5359/AM)
Elivane Ferreira da Silva (OAB 10645/AM)
Eloy das Neves Lopes Júnior (OAB 4900/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Emerson Tavares Pereira (OAB 8616/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Emmanuel Sousa Viana (OAB 12409/AM)
Emmilly Karen Apolônio da Silva (OAB 9716/AM)
Erick da Silva Nobre (OAB 10430/AM)
Érico de Oliveira Gonçalo (OAB 5165/AM)
Erivan Oliveira Passos (OAB 7864/AM)
Erivelt Sabino de Araújo (OAB 7920/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Euler Passos de Moura (OAB 6646/AM)
Evellyn Kelryen Apolônio da Silva (OAB 9125/AM)
Everson Soares Rodrigues (OAB 10819/AM)
Everton Pedro de Souza Oliveira (OAB 5290/AM)
Ewerton Almeida Ferreira (OAB 6839/AM)
Fabiana Albuquerque Arnaud de Souza Lima (OAB 10286/AM)
Fabiana Amorim Barros (OAB 10647/AM)
Fabianno Martins Frazão (OAB 7004/AM)
Fábio Agustinho da Silva (OAB 2776/AM)
Fábio Cristiano Moura de Freitas (OAB 10756/AM)
Fábio Gouvêa de Sá (OAB 3801/AM)
Fábio Leite Nobre (OAB 11149/AM)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Fabrício Frota Marques (OAB 6444/AM)
Felipe Alves de Carvalho Chaves (OAB 15501/PA)
Felipe dos Anjos Thury (OAB 4518/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)
fernando bastos leite (OAB 78184/MG)
Fernando Cruz Coelho (OAB 13835/AM)
Fernando da Silva Lima (OAB 9218/AM)
Fernando Luís Simões da Silva (OAB 6063/AM)
Fernando Oliveira de Almeida (OAB 9481/AM)
Fidelis Aguiar Andrade (OAB 6486/AM)
FLÁVIA CAROLINE DE SANT'ANA (OAB 10641/AM)
Francelina Giordana Feitosa Góes (OAB 12041/AM)
Franciel Franco de Souza Almeida (OAB 9301/AM)
Francineide da Costa Batista (OAB 7960/AM)
Francisca Loureiro de Souza (OAB 8343/AM)
Francisco de Sousa Santana Júnior (OAB 9856/AM)
Francisco Honorato de Brito (OAB 6638/AM)
Francisco Renato de Lima Sabelli (OAB 10866/AM)
Francyne Negro Vaz Leal (OAB 10447/AM)
Frank Daniel Soares Correia (OAB 13250/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gabriel Castilho dos Santos (OAB 10277/AM)
Gabriel Melo Sampaio (OAB 9793/AM)
Gabriela de Brito Coimbra (OAB 8889/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Geferson Batista Pinheiro (OAB 11931/AM)
Geraldo da Silveira Tapajós Júnior (OAB 14080/AM)
Germano Gomes Radin (OAB 11000/AM)
Gesiel Barboza Santos (OAB 1514/RR)
Geysa Mitz Dantas Guimarães (OAB 6395/AM)
Gilberto Guimarães Vieira (OAB 8506/AM)
Gilmar de Oliveira Nascimento (OAB 3465/AM)
Gilvan Geraldo de Aquino Seixas (OAB 1497/AM)
Gláucia Cristina da Silva Freitas (OAB 12367/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Gláuria Giselle Chaves Henriques (OAB 6692/AM)
Grace Kelle P. da Silva (OAB 8690/AM)
Gracimar Gonçalves de Almeida (OAB 1039/AM)

Graziela da Costa Batista (OAB 7224/AM)
Guilherme Galvao Frias (OAB 14587/AM)
Guilherme Gustavo Vasques Mota (OAB 5663/AM)
Guttemberg Alencar Viana (OAB 9698/AM)
Hader da Fonseca Almeida (OAB 10118/AM)
Haildo Jarbas Rodrigues (OAB 5304/AM)
Hayllanne Abreu Ferreira Ribeiro (OAB 12758/AM)
Hellen Cristhian Pontes Bastos (OAB 13611/AM)
Herbert Bruno Magalhães Assis (OAB 10348/AM)
Hugo Fernandes Levy Neto (OAB 4366/AM)
Igson de Oliveira Andrade (OAB 5533/AM)
Ingra Graziela Guedes Mesquita (OAB 12462/AM)
Irenilda Carvalho Januario (OAB 13167/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre Papaléo (OAB 7338/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Jaime Marques Brasil (OAB 3979/AM)
Jair Agostinho Pereira Pinto (OAB 7846/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Jander Rubens Passos Ribeiro (OAB 13384/AM)
Jano de Souza Mello (OAB 4587/AM)
Jefferson Botelho Sociedade Individual de Advocacia (OAB 154/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Jéssyca Luana Morais Ferreira (OAB 11258/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
Jhena Christiane Cunha dos Santos (OAB 8805/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
Joalissandra Pereira de Amorim (OAB 13067/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
João Fernandes Carneiro Júnior (OAB 14022/AM)
João Maria de Moura (OAB 3389/AM)
João Medeiros da Silva (OAB 6595/AM)
João Soares Gomes (OAB 2545/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Jorge Bruno de Menezes Maia (OAB 8637/AM)
José Abelardo de Albuquerque Mello Santos (OAB 3551/AM)
José Augusto Montenegro Freire (OAB 6029/AM)
José Auristenil Soares Nunes (OAB 7580/AM)
José Carlos Souza Alves (OAB 8719/AM)
José Castro Pontes (OAB 10981/AM)
José das Graças Barros de Carvalho (OAB 561/AM)
José Delfin Buitrago Acosta (OAB 5546/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Humberto de Souza Montenegro (OAB 2067/AM)
José Roberto Lopes Caúla (OAB 8151/AM)
José Roque da Silva Carneiro (OAB 3226/AM)
José Sonilson da Silva Maués (OAB 11209/AM)
José Willian Siqueira da Fonseca (OAB 10451/AM)
Josué Nascimento Pimentel (OAB 9118/AM)
Joyce Marques de Almeida (OAB 13087/AM)
Juan Pablo Ferreira Gomes (OAB 7716/AM)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Juliana da Silva Pereira (OAB 13296/AM)
Juliana da Silva Serejo (OAB 3922/AM)
Julie Rodrigo Porto da Silva (OAB 7818/AM)
Júlio César de Oliveira Maciel (OAB 5172/AM)
Júlio César Rubim de Moraes (OAB 4727/AM)
Julio Cezar Rodrigues Lima (OAB 8461/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 116/AM)
Juzy Carla Andrade dos Santos (OAB 11004/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
KARINA D'ARC LIMA DE SOUSA (OAB 11045/AM)
Karina Tavares Sena Ricardo (OAB 4085/RO)
Karla Bianca Albuquerque Lopes (OAB 13143/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Kelso Wesley Souza da Silva (OAB 6200/AM)
Keyna Corrêa do Nascimento (OAB 8201/AM)
klemilson azevedo melo (OAB 2382/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Laina Regina Fernandes de Alencar (OAB 10949/AM)
Lana Kelly de Andrade Sampaio (OAB 4008/AM)
Larissa Campos Rubim (OAB 11145/AM)
Larissa Maciel Abecassis (OAB 8476/AM)
Larissa Rachel Lima de Mattos (OAB 5792/AM)
Laryssa de Oliveira Lobato (OAB 13461/AM)
Léa Fernandes Amazonas (OAB 8612/AM)
Leandro Joseph de Aquino (OAB 12474/AM)
Leandro Menezes dos Santos (OAB 1115A/AM)
Leda Mourão da Silva (OAB 10276/AM)
Lenilton Fortunato de Oliveira (OAB 2025/AM)
Leocleide Silva Duarte Hitotuzi (OAB 11110/AM)
Leon Fábio Silva Leal (OAB 8413/AM)
Leonardo Marques Torres (OAB 14579/AM)
Leônidas de Abreu (OAB 2635/AM)
LEONIO JOSÉ SENA DE ALMEIDA (OAB 7946/AM)
Leudyano Adeodato Venâncio (OAB 11234/AM)
Lidiane da Silva Roque (OAB 12702/AM)
Lindon Carlos Cruz de Oliveira (OAB 3577/AM)
Lindonjorge dos Santos Matos (OAB 11902/AM)
Lívia Banharo Guimarães (OAB 12210/AM)
Lorena Rosa Andrade da Silva Chain (OAB 11752/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Louise Sampaio Saldanha (OAB 9237/AM)
Luanna Barros de Albuquerque Gomes (OAB 13172/AM)
Lúcia Andréa Valle de Souza (OAB 2767/AM)
Luciana da Silva Couto (OAB 5339/AM)
LUCIANA LOPES XAVIER (OAB 8022/AM)
Luciana Viana Cidrônio de Andrade (OAB 8104/AM)
Luciane de Souza Amazonas (OAB 12356/AM)
Luis Alberto Dutra Schmidt (OAB 1160A/AM)
Luís Carlos Calderaro Souza (OAB 1991/AM)
Luiz Antônio Simões (OAB 175849/SP)
Luiz Carlos da Silva Sampaio (OAB 983/AM)
Luiz Cláudio Cruz da Silva (OAB 6906/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Luziane de Figueiredo Simao Leal (OAB 8044/AM)
Máira Andrade Martins (OAB 7421/AM)
Maisa Viviane Pereira Parente Campos (OAB 5897/AM)
MANOEL MARIA DE SOUZA (OAB 10058/AM)
Manoel Meireles Bichara (OAB 9274/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Mara Lúcia Reis de Holanda (OAB 10501/AM)
Marcelo Henrique Carvalho dos Santos (OAB 9848/AM)
Marcelo Oliveira Lopes (OAB 6083/AM)
Márcia Simone Coelho Ferreira da Silva (OAB 9736/AM)
Marcilinha Santana de Oliveira (OAB 4964/AM)
Márcio Clebson da Silva Costa (OAB 10116/AM)
Márcio Djames da Costa Furtado (OAB 4533/AM)
Márcio Figueiredo Pessoa (OAB 6458/AM)
Marcio Lincon Martins Andrade Junior (OAB 13545/AM)
Marco Antonio Nicolaus da Silva (OAB 12040/AM)
Marco Antônio Nobre Salum (OAB 8416/AM)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
Marcos Antônio Vasconcelos (OAB 5794/AM)
Marcos Cardoso de Oliveira (OAB 5309/AM)
Marcos Daniel Souza Rodrigues (OAB 10987/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Marcos Paulo Moura Luz (OAB 10868/AM)
Marcos Pereira da Silva (OAB 11150/AM)
Maria Auxiliadora dos Santos Benigno (OAB 236604/SP)
Maria Carolina Pordeus e Silva Cardoso (OAB 8083/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Maria de Nazareth Farias do Nascimento (SUSPENSÃO PREVENTIVA até 07/09/2019 - Ofício Circular 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM)
Maria Ferreira de Souza (OAB 2346/AM)
Maria Ione dos Santos Rodrigues (OAB 9521/AM)
Maria Jarina de Almeida Guerreiro (OAB 2917/AM)
Maria Líria Neves da Silva (OAB 10639/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Mariana Moraes Castello Branco (OAB 12421/AM)

MARILU CORDOVIL BEZERRA (OAB 9729/AM)
Mario Jorge Cardoso Melo (OAB 10894/AM)
Marivan Pereira de Mattos (OAB 10066/AM)
Marlúcia Guimarães Almeida (OAB 5280/AM)
Mauren Carla Paiva Anjos (OAB 11990/AM)
Mauro Allen Bezerra (OAB 2655/AM)
Mauro de Siqueira Queiroz (OAB 2360/AM)
Max Eduardo Vieira Sarubi (OAB 9540/AM)
Mayka Salomão Cordeiro Viana (OAB 6321/AM)
Melissa Souza Credie Borborema (OAB 3951/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Michelle Melo Barbosa (OAB 2648/AM)
Miguel de Araújo Beckman (OAB 12909/AM)
Mirte Rufino Alves da Silva (OAB 1491/AM)
Mirtes Rodrigues da Silva (OAB 13432/AM)
Mithan Vasconcelos Corrêa (OAB 5784/AM)
Nancy Neves Reis Lopes (OAB 5250/AM)
Nayane Marques de Araújo (OAB 13782/AM)
Nayanna Evellyn Pessoa Mendonça (OAB 12723/AM)
Nayla Michelle Zamith de Oliveira Freitas (OAB 7970/AM)
Nelson Abdon Souto Kizem (OAB 5454/AM)
Neymar Belém de Queiroz (OAB 14255/AM)
Nicolas Santos Carvalho Gomes (OAB 8926/AM)
Nidai Sammia Affonso Carvalho (OAB 13367/AM)
Nildo Nogueira Nunes (OAB 2698/AM)
Nilson Oliveira de Andrade (OAB 8687/AM)
Nilson Ribeiro (OAB 412/AM)
NORA NEY SOARES DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 10572/AM)
Oássis Trindade de Oliveira (OAB 495/AM)
Odair Alan Rodrigues de Melo (OAB 4715/AM)
Odemilton Pinheiro Macena Júnior (OAB 7155/AM)
Omar Antônio Lima Salum Júnior (OAB 4295/AM)
Orlando Lima Barros (OAB 12188/AM)
Orlando Patrício de Sousa (OAB 7705/AM)
OSMAR PEREIRA FRONY FILHO (OAB 51422/DF)
Oswaldo Távora Buarque Neto (OAB 5566/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Patrícia de Lima Linhares (OAB 11193/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paula Elizabeth Gomes de Souza (OAB 13295/AM)
Paulo Roberto Farias de Oliveira (OAB 6011/AM)
Paulo Rocha de Almeida (OAB 9671/AM)
Paulo Rodrigues de Almeida (OAB 9533/AM)
Paulo Sérgio de Oliveira (OAB 8478/AM)
Pedro Igor Frota de Carvalho (OAB 13661/AM)
Pedro Paulo Sousa Lira (OAB 11414/AM)
PETERSON RICARDO OLIVEIRA MOURA (OAB 9705/AM)
Petrucio Pereira de Magalhaes Junior (OAB 10185/AM)
Priscila Pacheco Ferreira (OAB 5364/AM)
Priscilla de Oliveira Gomes (OAB 8623/AM)
Rafael Rocha de Sá Peixoto (OAB 5292/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Raimundo Nonato de Moraes Brandão (OAB 8253/AM)
RAIMUNDO PAULINO CAVALCANTE (OAB 7576/AM)
Raimundo Radilho Correa (OAB 3723/AM)
Ralles de Araújo Baldez (OAB 12429/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Raquel Lima Mota Morais Silveira (OAB 6127/AM)
Rebeca Bezerra da Silva (OAB 13322/AM)
Rebecca Athan Castanho (OAB 8262/AM)
REBEKAH ROCHA PRAIA (OAB 10936/AM)
Regiane Lopes Gioia (OAB 3728/AM)
Regina Jansen Simões (OAB 1086/AM)
Renata Simonetti Teixeira (OAB 13286/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Silva de Almeida (OAB 9351/AM)
Ricardo Almeida (OAB 4884/AM)
RICARDO HENRIQUE PARADELLA TEIXEIRA (OAB 225850/SP)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Ricardo Nunes Lopes (OAB 13034/AM)
Ricardo Wagner da Costa Monte (OAB 4436/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Robert Merrill York Júnior (OAB 4416/AM)
Roberta Souza Silva (OAB 11429/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Roberto da Silva Tavares (OAB 3160/AM)
Roberto Jeferson Brasil Romano (OAB 13076/AM)
Robson Almeida de Oliveira (OAB 6457/AM)
Rodrigo Coimbra da Rocha (OAB 13639/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Silva Ribeiro (OAB 5204/AM)
Rodrigo Vale Martins (OAB 179675/MG)
Rogério da Silva Rodrigues (OAB 9949/AM)
Ronyelly Rocha Pereira (OAB 14164/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Rosa Maria Feitosa da Fonseca (OAB 11120/AM)
Rosângela Amorim da Silva (OAB 5760/AM)
Roseloane Souza da Costa (OAB 11287/AM)
Rozana Ribeiro Praia (OAB 10234/AM)
RUBXLEY CASTRO DE OLIVEIRA (OAB 11469/AM)
Rudger Martins de Souza (OAB 67536/PR)
Rugles Júnio Alves da Silva (OAB 8106/AM)
Rustene Rocha Monteiro (OAB 11974/AM)
RUY SILVIO LIMA DE MENDONCA (OAB 18285/PA)
Sâmea Picanço Oliveira (OAB 10852/AM)
Samuel Ferreira Araujo (OAB 11137/AM)
Samuel Pinto da Silva (OAB 6734/AM)
Sarah Correia Oliveira (OAB 8781/AM)
Sarah Geórgia de Figueiredo (OAB 10361/AM)
Sarah Lys da Silva Mar (OAB 11906/AM)
Sarah Maia Viana (OAB 11440/AM)
Shirley Jane de Oliveira Cintrão (OAB 4451/AM)
Silas Ayrton Vinhote de Souza (OAB 10035/AM)
Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB 10131/AM)
Sudjane da Luz Rodrigues (OAB 6718/AM)
Suelen Guedes Barbosa (OAB 6533/AM)
Suzana Ida Lacerda Valente Matos (OAB 12551/AM)
Tatiane Medina Oliveira (OAB 6336/AM)
Thaisa Assis de Souza (OAB 14533/AM)
Thamires Alves Perazzo (OAB 38469/PE)
Thiago Assis da Silva Monteiro (OAB 12725/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Valerio Pereira da Silva (OAB 174729/MG)
Vandson Soares da Silva (OAB 7508/AM)
Vanessa Mayara Braz Novaes (OAB 8573/AM)
Veranice Mello da Frota (OAB 2611/AC)
Verônica da Silva e Silva (OAB 12757/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vinicio Carlos Cordovil Mendes Filho (OAB 7907/AM)
Vinicius Santana Gomes (OAB 12070/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Vitor Berenguer Barbosa Júnior (OAB 8336/AM)
Vivian Maria de Sena Cunha e Lima (OAB 9253/AM)
Vivian Silva de Morais (OAB 12274/AM)
Viviane Nunes de Oliveira da Costa (OAB 8944/AM)
Waldenize Roberto Teixeira (OAB 4699/AM)
Wallestein Monteiro de Souza (OAB 4907/AM)
Walter Ney Rodrigues Rezende (OAB 8700/AM)
Wanderlúcio de Souza Vasconcelos (OAB 9850/AM)
Wellington Martins do Nascimento (OAB 9317/AM)
Weslayne Macedo de Oliveira da Costa Inácio (OAB 8621/AM)
Wictor Flávio de São Paulo Aguiar (OAB 8907/AM)
William Daniel Brasil David (OAB 6796/AM)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 11584/RN)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Zacarias Santos de Souza (OAB 7531/AM)

8ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
JUIZ(A) DE DIREITO GILDO ALVES DE CARVALHO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GEORGIA COSTA DE PAULA MENDES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0027/2019

ADV: EDNALDO ROGÉRIO TENÓRIO VIEIRA (OAB 8356/AM) - Processo 0200146-08.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: P.J.G.V. - Instrução e Julgamento Data: 18/11/2019 Hora 09:00 Local: Sala Padrão Situacão: Pendente

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0200326-24.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.B.M.S. - REQUERIDO: K.W.A.T. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0201565-63.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.J.B.R. - Na situação em tela, deve-se seguir a ordem de vocação hereditária do CCB, na forma aludida pelo art.1°, caput, Lei n. 6.858/80 c/c art. 1.829 e incisos do CCB, de forma que, diante do acima exposto a parte Requerente possui o direito subjetivo sobre os resíduos sucessórios em tela, com 4/5 (quatro quintos) do saldo, eis que alguns sucessores renunciaram a seu favor, como se observa do termo de renúncia de fls. 21, 24 e 27 dos autos e 1/5 (um quinto do saldo) deve ser resguardado em nome dos herdeiros da herdeira falecida de nome Lais Sonia Balieiro Ribeiro a ser levantado mediante oportuno alvará. Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido, na forma acima determinada. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções. Sem custas, face o deferimento da gratuidade da justiça. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0201565-63.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.J.B.R. - Na situação em tela, deve-se seguir a ordem de vocação hereditária do CCB, na forma aludida pelo art.1°, caput, Lei n. 6.858/80 c/c art. 1.829 e incisos do CCB, de forma que, diante do acima exposto a parte Requerente possui o direito subjetivo sobre os resíduos sucessórios em tela, com 4/5 (quatro quintos) do saldo, eis que alguns sucessores renunciaram a seu favor, como se observa do termo de renúncia de fls. 21, 24 e 27 dos autos e 1/5 (um quinto do saldo) deve ser resguardado em nome dos herdeiros da herdeira falecida de nome Lais Sonia Balieiro Ribeiro a ser levantado mediante oportuno alvará. Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido, na forma acima determinada. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções. Sem custas, face o deferimento da gratuidade da justiça. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0201734-50.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: R.P.C. - Na situação em tela, deve-se seguir a ordem de vocação hereditária do CCB, na forma aludida pelo art.1°, caput, Lei n. 6.858/80 c/c art. 1.829 e incisos do CCB, de forma que, diante do acima exposto a parte Requerente possui o direito subjetivo sobre os resíduos sucessórios em tela na proporção de 7/8 (sete oitavo) do saldo total, eis que alguns sucessores renunciaram a seu favor, como se observa do termo de renúncia de fls. 12, 15, 18, 21, 25 e 28, restando preservada a quota parte do irmão Marcos Cardoso da Cruz na proporção restante de 1/8 (um oitavo) do saldo, eis que não renunciou ao seu direito, podendo levantar perante a instituição financeira a sua quota parte mediante apresentação de documento de identidade. Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido, na forma acima determinada. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções. Sem custas, face o deferimento da gratuidade da justiça. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0202211-73.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.G.G.L. - REQUERIDO: C.A.S.L. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: EUDÉSIA LINS MAYER (OAB 2123/AM) - Processo 0203868-21.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: S.S.A. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação recebida por terceiro realizada no endereço indicado na exordial, pelo que é válida, nos termos do art. 274, § único do CPC. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0204547-50.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Fixação - REQUERENTE: S.R.I.S.F.S. - REQUERIDO: D.M.S. - Por equívoco, encaminhou-se o processo ao Ministério Público após a realização da audiência. Assim, devolva-se a carta precatória cumprida, a qual deverá ser encaminhada em sua integralidade, à exceção da manifestação ministerial de fls. 67/68, haja vista que o julgamento da causa compete ao juízo deprecante. Diante do cumprimento integral do objeto da Carta Precatória, dê-se baixa na distribuição e devido arquivamento.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0205070-62.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: A.T.B.O. - REQUERIDO: L.A.D. - Trata-se de AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE CUMULADA COM ALIMENTOS manejada por

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0206428-62.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.E.S.S. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo parcialmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido com relação ao PIS, vez que inexiste FGTS. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: MARCOS AURÉLIO ALBUQUERQUE RODRIGUES (OAB 8855/AM) - Processo 0206545-24.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: H.M.C.A. - Processo parado há mais de 30 dias por falta de promoção do(a) autor(a). Em razão disso, intime-se pessoalmente (o)a autor(a), para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar se ainda tem interesse no prosseguimento do processo, sob pena de extinção com fundamento no art. 485, III, do Código de Processo Civil, vez que, expedida a carta, a parte a quem interessar o cumprimento

da diligência tem o dever de cooperação para que o prazo de cumprimento seja cumprido, nos termos do art. 261, § 3º do CPC, possuindo ainda o dever de manter o cadastro atualizado, em havendo mudança de endereço, nos termos do art. 274, § único do CPC. Intime(m)-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0208114-89.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: A.S.M. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido à requerente na proporção de 50% (cinquenta por cento) do saldo, eis que meeira, acrescido de 1/5 (um quinto) do saldo remanescente (demais 50%) diante da renúncia translativa, restando preservado o saldo remanescente em quotas iguais em nome dos herdeiros Dhenilson da Silva Martins, Dhane da Silva Martins, Dheiza da Silva Martins e Emerson da Silva Martins. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0208150-34.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: J.P.S. - L.P.S. - REQUERENTE: S.S.P. - REQUERIDO: J.F.S. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento, inclusive com a expedição do competente ofício. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0210128-46.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: L.S.S. - Determinada a emenda à inicial, a parte autora não supriu a falta apontada pelo juízo. Intimação recebida por terceiro realizada no endereço indicado na exordial, pelo que é válida nos termos do art. 274, § único do CPC, pelo que deixo de acatar a petição retro. Com efeito, não tendo o patrono da parte autora atendido a contento a determinação judicial que determinou a emenda à inicial, ciente, ainda, da sanção que lhe seria cominada, deve ser indeferida a inicial, com fundamento no art. 321, parágrafo único e art. 330, IV, prescindindo a hipótese de maiores argumentações, pelo que a indefiro e julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, I do CPC. Sem custas, face o deferimento da gratuidade da justiça. P. Intime-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0210640-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: A.S.P.F. - REQUERIDO: J.S.M. - Pelo exposto, julgo procedente a pretensão deduzida na petição inicial para conceder a guarda das crianças João Miguel Moreira Pinheiro e Ana Clara Moreira Pinheiro em favor de Adonay dos Santos Pinheiro Filho, o que faço com fundamento no art. 487, I do Código de Processo Civil. Condeno, ainda, o Requerido em eventuais custas processuais e honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, nos termos do art. 85, § 2º do CPC, estes últimos fixados no aporte de 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º e § 19 do CPC, em atenção ao que dispõe o § 3º do art. 85 do CPC. À Secretaria para as diligências de estilo. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0211065-56.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: G.C.L. - REQUERIDO: J.S.S. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0211152-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: F.S. - REQUERIDO: F.S.G. - Vistos etc... Trata-se de ação de investigação de paternidade. Reconhecimento voluntário com acordo de alimentos em audiência preliminar, consoante termo de fls. 43/44 dos autos, após abertura do laudo de DNA, que resultou positivo. Os requerentes, qualificados na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. O MP opinou favoravelmente. Deferida a Justiça Gratuita. Sendo regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais, ficando reconhecida a paternidade de Fabio de Souza guimarães em face de Fabiano da Silva, que passará a se chamar Fabiano da Silva Guimarães, pelo que determino a averbação necessária com a expedição de nova Certidão junto ao cartório do 8ºofício de registro civil de pessoas naturais da Capital, com as devidas alterações nos assentamentos, com a inclusão ainda dos dados dos avós paternos, permanecendo os demais termos inalterado. Diante do exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b” do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da justiça da gratuita. Providencie-se o necessário para cumprimento. P.Intimem-se. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0211306-30.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.V.B.N. - REQUERIDO: V.B.N. - Vistos etc... Ação de alimentos. Ausência da autora à audiência de conciliação e julgamento, embora intimada. Diante disso, com fundamento no art. 7º da Lei de Alimentos c/c art. 274, § único do CPC, determina-se o arquivamento dos autos. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0211337-50.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.A.S. e outro - REQUERIDO: D.L.S. - Vistos etc... Ação de alimentos. Ausência da autora à audiência de conciliação e julgamento, embora intimada. Diante disso, com fundamento no art. 7º da Lei de Alimentos c/c art. 274, § único do CPC, determina-se o arquivamento dos os autos. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0211652-78.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: L.R.D. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0211670-02.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: H.V.O.F. - REQUERIDA: H.L.O. - Vistos etc... Ação de alimentos. Ausência da autora à audiência de conciliação e julgamento, embora intimada. Diante disso, com fundamento no art. 7º da Lei de Alimentos c/c art. 274, § único do CPC, determina-se o arquivamento dos os autos. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0212098-81.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: L.S.S. - REQUERIDO: R.L.S. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código

de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0212682-51.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: O.Y.S.R. - REQUERIDO: Y.J.H.L. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0213819-68.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: Y.K.L.G. - REQUERIDO: G.S.V. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0214020-41.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: F.S.S. - Diante da petição formulada às fls. 169 e à luz do art. 139, V do CPC, paute-se data para audiência de conciliação, por se tratar de medida que melhor possa satisfazer a tutela específica, qual seja, o pagamento do débito alimentar mediante possível acordo entre as partes, em atenção ainda ao melhor interesse da criança, com a ressalva de que uma vez descumprido, em caso formulado acordo, ou em não sendo celebrado, o processo retoma o seu curso com a apreciação da incidência dos efeitos do rito e a imediata concessão de vista ao órgão ministerial.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0214020-41.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: F.S.S. - Audiência pautada no dia 08/10/2019, às 10:00 hs, na Av. Valério Botelho de Andrade, s/n, Fórum Des. Euza M.N. Vasconcello, 1 Andar, São Francisco

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0216685-49.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: I.C.S. - Determinada a emenda à inicial, a parte autora não supriu a falta apontada pelo juízos. Intimação recebida por terceiro realizada no endereço indicado na exordial, pelo que é válida nos termos do art. 274, § único do CPC, pelo que deixo de acatar a petição retro. Com efeito, não tendo o patrono da parte autora atendido a contento a determinação judicial que determinou a emenda à inicial, ciente, ainda, da sanção que lhe seria cominada, deve ser indeferida a inicial, com fundamento no art. 321, parágrafo único e art. 330, IV, prescindindo a hipótese de maiores argumentações, pelo que a indefiro e julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, I do CPC. Sem custas, face o deferimento da gratuidade da justiça. P. Intime-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0216728-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: L.L.A. - REQUERIDO: R.N.M.N. - Determinada a emenda à inicial, a parte autora não supriu a falta apontada pelo juízo. Intimação recebida por terceiro realizada no endereço indicado na exordial, pelo que é válida nos termos do art. 274, § único do CPC, pelo que deixo de acatar a petição retro. Com efeito, não tendo o patrono da parte autora atendido a contento a determinação judicial que determinou a emenda à inicial, ciente, ainda, da sanção que lhe seria cominada, deve ser indeferida a inicial, com fundamento no art. 321, parágrafo único e art. 330, IV, prescindindo a hipótese de maiores argumentações, pelo que a indefiro e julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, I do CPC. Sem custas, face o deferimento da gratuidade da justiça. P. Intime-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0217769-22.2018.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Guarda - REQUERENTE: MARIA DULCE PEREIRA DA SILVA - REQUERIDO: MÔNICA ARAÚJO JACAÚNA - Diante do cumprimento do objeto da Carta Precatória, devolva-se ao Juízo Deprecante, com as homenagens de estilo. Após, dê-se baixa na distribuição, com as diligências de estilo.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0219104-86.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: VANESSA DOS SANTOS MONTEIRO - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0220907-60.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: J.C.C.S. - A.A.S. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0221387-38.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: C.A.P.C. - Determinada a emenda à inicial, a parte autora não supriu a falta apontada pelo juízo. Intimação recebida por terceiro realizada no endereço indicado na exordial, pelo que é válida nos termos do art. 274, § único do CPC, pelo que deixo de acatar a petição retro. Com efeito, não tendo o patrono da parte autora atendido a contento a determinação judicial que determinou a emenda à inicial, ciente, ainda, da sanção que lhe seria cominada, deve ser indeferida a inicial, com fundamento no art. 321, parágrafo único e art. 330, IV, prescindindo a hipótese de maiores argumentações, pelo que a indefiro e julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, I do CPC. Sem custas, face o deferimento da gratuidade da justiça. P. Intime-se. Transitando em julgado, baixa

e arquivamento.

ADV: ELSON MOUZINHO DE ALMEIDA (OAB 6294/AM), ADV: JOSÉ AMSTERDAM PORTUGAL BRANDÃO (OAB 10350/AM) - Processo 0223158-56.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - ALIMENTAND: M.E.S.F. - I.E.S.F. - ALIMENTANT: E.A.F. - Trata-se de cumprimento de sentença de alimentos, que tramita pelo rito da prisão. Regularmente intimado, o requerido efetuou pagamento parcial e requereu o parcelamento da dívida, que foi refutado pela parte autora, como se vê às folhas 72 a 74 dos autos. Parecer ministerial às folhas 79 e 80. É o relatório. Decido. Juntada de cálculo do débito alimentar às folhas 81. Somente a comprovação de fato que gere a comprovação da impossibilidade absoluta de pagar justificará o inadimplemento. Destaque-se ainda que o pagamento parcial não elide os efeitos do rito adotado. Regularmente intimado, o requerido não pagou e nem comprovou ter feito o pagamento na forma devida. Com vista dos autos, o Ministério Público se manifestou pela prisão civil do requerido. Desta feita, deixo de acatar a justificativa ofertada, por não vislumbrar a comprovação do requisito do § 2º do art. 528 do Código de Processo Civil, consoante tudo acima fundamentado, pelo que decreto a prisão do requerido pelo prazo de (1) um mês, a teor do art. 528 § 3º, do Código de Processo Civil de 2015. Expeça-se o mandado, com as diligências de estilo. Determino ainda o protesto do pronunciamento judicial, pelo que expeça-se certidão da dívida alimentar. Intime-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0223556-66.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: H.M.M.M.I. - EXECUTADO: M.J.M. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0224768-54.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: J.S.S. - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0226631-79.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: J.B.C. - Samuel dos Santos Castro, menor, representado por Roseane Almeida dos Santos, devidamente qualificada na inicial, propôs, perante este Juízo, Ação de Alimentos, em face de JOILSON BELIZÁRIO CASTRO, postulando a fixação dos alimentos em R$ 200,00 (duzentos reais). Juntou os documentos de fls. 5/10. Em decisão às fls. 12, foi fixado alimentos provisórios no importe de 21% (vinte e um por cento) do salário mínimo. A parte demandada foi devidamente citada para apresentar defesa, todavia, deixou o prazo correr “in albis” (fls. 17/18 e 25). Termo de audiência às fls. 30/32. Parecer ministerial pela procedência do pedido. É o relatório. Decido. Deferida a Justiça Gratuita. A relação de parentesco entre as partes está devidamente evidenciada na certidão de fls. 10, que também comprova que o autor é menor. Assim, tem-se pela sujeição de ambos ao poder familiar (CC, art. 1.630) e, com isso, a obrigação alimentar da parte requerida , ínsita ao dever de criar imputado aos pais pela norma do art. 229, da Constituição da República de 1988, também pelo art. 1.634, I, do CCB. Com efeito, o dever de criar, é da essência do poder familiar, e função precípua dos pais. Expresso, inicialmente no ato de dar existência ao filho, concebendo-o, complementa-se com a consequente criação da prole, que implica a obrigação de garantir o bem-estar físico do filho, na qual se inclui o sustento familiar, o cuidado com a saúde e o que mais necessário for à sobrevivência. Segundo prescreve a legislação pátria, bem como de forma uníssona a jurisprudência, no momento da fixação dos alimentos devem ser observados o binômio: necessidade-possibilidade. Senão vejamos: “Ementa: ALIMENTOS. Provisórios. Fixação pelo Juízo em 1/3 dos rendimentos líquidos do alimentante. Encargo aparentemente demasiado. Redução moderada, para melhor adequação ao binômio necessidade/capacidade. Provisórios reduzidos para 25% dos rendimentos líquidos. Incidência sobre horas extras. Recuro provido em parte. (Relator(a): Teixeira Leite. Comarca: São Carlos. Órgão julgador: 4ª Câmara de Direito Privado. Data do julgamento: 24/06/2010. Data de registro: 15/07/2010) Ementa: Agravo de Instrumento. Alimentos para o cônjuge. Falta de pronta demonstração do binômio necessidade-possibilidade. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. (Relator(a): Donegá Morandini. Comarca: Rio Claro. Órgão julgador: 3ª Câmara de Direito Privado. Data do julgamento: 29/06/2010 Data de registro: 13/07/2010) Acrescento a esse binômio tão difundido na jurisprudência, um outro requisito: a proporcionalidade. Portanto, no momento da fixação dos alimentos, o julgador deve atentar para todos os fatores relativos ao caso em julgamento, com a finalidade de proferir uma decisão equânime e prudente, atendendo, em especial, aos interesses do incapaz, necessário, portanto, considerar a capacidade financeira dos pais, também as necessidades da parte alimentanda. Nos autos deste processo, o requerido, apesar de devidamente citado, não apresentou defesa, impossibilitando este Juízo, de alguma forma, em analisar detidamente a sua capacidade, ou trazendo-se à dicção da norma, a sua possibilidade de ofertar alimentos. Já a mãe, da parte alimentanda, não aufere renda própria. Presume-se, então, sua pouca condição financeira, inclusive, diante do fato de o filho, que está sob sua guarda, litigar sob os benefícios da assistência judiciária gratuita. No que tange às necessidades do autor, é de se presumir sejam as normais de pessoas em suas faixas etárias, por não haver evidências outras que levem a concluir que tenham uma necessidade especial ou qualificada de alimentos. Assim, e considerando todos estes fatores, tem-se que os alimentos devem ser fixados em definitivo no importe de 21% (vinte e um por cento) do salário mínimo, valor que, nos termos da prova produzida e ante a impossibilidade de se auferir os ganhos do requerido, presume-se se afigurar compatível aos recursos financeiros que possui, adequado às condições financeiras, também às necessidades do alimentando. Valor inferior seguramente não seria suficiente para o sustento do requerente. Pelo exposto, em consonância com o parecer ministerial, julgo procedente a pretensão deduzida na petição inicial para condenar o requerido ao pagamento de pensão alimentícia aos requerentes na proporção de 21% (vinte e um por cento) do salário mínimo, a ser reajustado de acordo com os índices oficiais do Governo Federal, a ser pago todo dia 30 (trinta) de cada mês, com tolerância até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, mediante recibo ou depositado em conta bancária de titularidade da representante legal do requerente que esta vier a abrir e informar devidamente ao requerido, o que faço com fundamento no art. 487, I do CPC de 2015. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 82 do Código de Processo Civil, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0227094-21.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.S.B. - M.S.S. - REQUERIDO: L.C.B. - Divórcio direto litigioso. Autora e réu qualificados na inicial. Determinada citação. Reconhecimento do pedido pela requerida. Julgamento antecipado da lide - art. 355, I, do CPC. Sucintamente, o relatório. Decido. Segundo consta, autora e réu estão separados do fato, sem possibilidade de reconciliação. Não há bens a partilhar e os filhos já atingiram a maioridade. A requerida reconheceu a procedência do pedido, pretendendo excluir o patronímico do cônjuge, o que de plano defiro, por se tratar de direito personalíssimo da mesma. Diante dessas considerações, acolhido integralmente o pedido da autora, tem-se, ao amparo do art. 226, § 6º da Constituição Federal, por decretado o divórcio, nos termos da fundamentação. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento com isenção de custas cartoriais. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0227651-08.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: S.J.T.N. e outro - REQUERIDA: G.M.G. - Vistos,

Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0227884-68.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Família - REQUERENTE: C.A.A. - REQUERIDA: R.F.O.A. - O Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho, MM. Juiz de Direito Titular da 8ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, ROSANA FREITAS DE OLIVEIRA ALVES, brasileira, casada, atualmente, com endereço em local incerto e não sabido, para os termos do processo em epígrafe, na qual figura como Requerente, CARLOS ASSIS ALVES, brasileiro, casado, domiciliado e residente, na Beco Domício Gama (antigo Beco São Lucas), 17, Compensa II - CEP 69030-180, Manaus-AM, devendo a Sr.a ROSANA FREITAS DE OLIVEIRA ALVES apresentar contestação aos termos da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do decurso do presente edital. Em não apresentando contestação, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte Requerente, na petição inicial. Manaus,15 de agosto de 2019.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0228103-81.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Família - REQUERENTE: R.P.V. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0228759-38.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: C.B.S.N. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0229078-06.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.M.S.L. - REQUERIDO: W.J.S.L. - O Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho, MM. Juiz de Direito Titular da 8ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, Wagner de Jesus dos Santos Lima, brasileiro, casado, atualmente, com endereço em local incerto e não sabido, para os termos do processo em epígrafe, na qual figura como Requerente, Ana Maria da Silva Lima, brasileira, casada, domiciliada e residente, na Beco Canumã, 29, Altos, TEL: 98473-4719, Petrópolis - CEP 69067-472, Cel: (92)99978-6454, Manaus-AM, devendo o Sr. Wagner de Jesus dos Santos Lima apresentar contestação aos termos da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do decurso do presente edital. Em não apresentando contestação, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte Requerente, na petição inicial. Manaus,15 de agosto de 2019.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0229496-75.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: A.M.S. - Instrução e Julgamento Data: 30/10/2019 Hora 10:30 Local: Sala Padrão Situacão: Pendente

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0229700-85.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: D.S.S. - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0230943-64.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: BIANCA ATOS DA SILVA e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: JOÃO LEONEL DE BRITTO FEITOZA (OAB 1489/AM) - Processo 0231048-75.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - REQUERENTE: S.C.B. - Considerando que, com a expedição de ofício e o desconto em folha, a obrigação será cumprida em sua integralidade, determino a extinção do feito, com fundamento no artigo 924, II, do Código de Processo Civil, sem prejuízo da necessidade de cumprimento integral da decisão de fls. 49, resguardando-se o direito da exequente de requerer novo cumprimento de sentença, em cãs. de inadimplemento. Publique-se. Intime-se. Após, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0231781-07.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: P.L.P. - J.P.S. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0232077-29.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: T.J.P.C. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0232089-43.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: C.B.S. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0233062-95.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.F.M.L. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0233123-53.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: G.S.G. - S.S.G. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo

ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0233127-90.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: R.M.A.R.S. - I.R.S. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0233180-71.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: W.S.S. - A.C.F.R. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0233183-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: D.P.M. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0233340-96.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: A.M.D.L. - REQUERIDO: W.A.P. - Partes residem em área de competência de outra Vara de Família. Diante do exposto, declino de minha competência para determinar a remessa dos autos para o Juízo competente, com as diligências de estilo. P. Intime(m)-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0233525-37.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: T.A.C. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0233542-73.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: L.S.S. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer

situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0233609-38.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.F.R.P. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0233712-45.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: T.C.S.M. - M.H.R.A. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0233761-86.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: F.J.R.A. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0233777-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: T.L.M. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0233985-24.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.A.S.M. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0234009-52.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: L.R.L.M. - Diante da legitimidade da parte e a regularidade do pedido formulado, bem como do parecer favorável emitido pela Representante do Ministério Público, julgo procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0234034-02.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: E.S.N. - REQUERIDA: R.S.C. - I.G.M. - INTSSADA: I.S.M. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação recebida por terceiro realizada no endereço indicado na exordial, pelo que é válida nos termos do art. 274, § único do CPC, pelo que deixo de acatar a petição retro. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0234206-07.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: J.L.S.N. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa

com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0234215-66.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Transação - REQUERENTE: A.M.T.M. - J.C.S.M. - Requerimento de homologação de acordo para reconhecimento e dissolução de união estável. Partes qualificadas nos autos, assistidas pela Defensoria Pública. Documentação pertinente. Ponderada a situação, tem-se por razoável a homologação de plano do acordo, uma vez que não existem interesses de menores ou incapazes, não havendo, por ora, obrigação alimentar, tendo as partes acostado documento relativo á cláusula de partilha de bens. Além disso, as partes, assistidas pela Defensoria Pública assinaram a inicial. Diante disso, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais, nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0234602-81.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: F.E.L.G. - M.S.G. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0234978-67.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: LÚCIO AURÉLIO MELO MONTENEGRO - M.A.N.S. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235063-53.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.B.F.C. - C.B.C. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235068-75.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.L.L.D. - C.L.D. - Trata-se de ação de pedido

de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235381-70.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.J.M.S. - REQUERIDO: L.S.S.J. - Pelo exposto, considerando todos estes fatores acima fundamentados, julgo procedente o pedido, nos termos do art. 487, I do CPC, convertendo os alimentos provisórios em definitivo no importe de 15% (quinze por cento) dos vencimentos líquidos do requerido, deduzidos os descontos legais obrigatórios, nos mesmos moldes da decisão fixada às fls. 23, mediante desconto em folha de pagamento a ser creditado na conta informada na exordial, todo dia 30 (trinta) de cada mês, valor que, nos termos da prova produzida e ante a impossibilidade de se auferir os ganhos do requerido, presume-se se afigurar compatível aos recursos financeiros que possui, adequado às condições financeiras, também às necessidades da parte alimentanda. Valor inferior seguramente não seria suficiente para o sustento da autora. Sem custas. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0235419-82.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.P.B. - A expedição de alvará judicial é espécie de procedimento de jurisdição voluntária, regido pela Lei nº 6.858/80 e Decreto nº 85.845, de 26 de março de 1981 , onde o juiz não está obrigado a observar o critério da legalidade estrita (art. 723, novo CPC). Diante a legitimidade das partes e a regularidade do pedido formulado, julgo procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido, devendo a requerente sacar o equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor contido na conta bancária do Banco do Brasil e do saldo de FGTS do falecido, resguardando-se a quota-parte do outro herdeiro. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do novo CPC, com as respectivas sanções.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0236049-41.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.E.S.M. e outros - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0237186-58.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: L.K.A.F.M. - REQUERIDA: M.K.F.G. e outro - Diante disso, o Juiz proferiu a seguinte sentença: Desistência homologada. Em razão disso e com fundamento no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, tem-se por extinto o processo. Sem custas. Partes intimadas em audiência. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0238470-04.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: N.S.T. - REQUERIDA: E.S.T. - O Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho, MM. Juiz de Direito Titular da 8ª Vara de Famíliada Comarca de Manaus, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, ERICA DOS SANTOS TAQUITA, brasileiro, solteira, atualmente, com endereço em local incerto e não sabido, para os termos do processo em epígrafe, na qual figura como Requerente, Naides dos Santos Taquita, brasileira, viúva, domiciliada e residente, na Avn Brasil, 1639, TEL: 99901-6353, Compensa - CEP 69036-110, Manaus-AM, devendo a Sra. ERICA DOS SANTOS TAQUITA apresentar contestação aos termos da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do decurso do presente edital. Em não apresentando contestação, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte Requerente, na petição inicial. Manaus,14 de junho de 2019.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0240049-84.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: A.C.S. - Na situação em tela, deve-se seguir a ordem de vocação hereditária do CCB, na forma aludida pelo art.1°, caput, Lei n. 6.858/80 c/c art. 1.829 e incisos do CCB, de forma que, diante do acima exposto a parte Requerente possui o direito subjetivo sobre os resíduos sucessórios em tela, na proporção de 50% (cinquenta por cento) do saldo remanescente, devendo os outros 50% (cinquenta por cento) serem mantidos em nome da outra herdeira de nome Nicolly até que eta ingresse com competente alvará. Os ostros filhos do falecido de nome Nathanael da Costa Mota e Nicollas da Costa Mota já receberam suas quotas partes através de processo de alvará diverso de n. 0248883-13.2017.8.04.0001, cuja cópia da sentença acosta aos autos às fls. 31/33. Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo t procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido, na forma acima determinada. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções. Sem custas, face o deferimento da gratuidade da justiça. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: RONILDO APOLIANO DE OLIVEIRA (OAB 8490/AM) - Processo 0240685-50.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDO: M.S.C. - Instrução e Julgamento Data: 31/10/2019 Hora 11:00 Local: Sala Padrão Situacão: Pendente

ADV: ELISÂNGELA DIAS GAMA (OAB 12349/AM) - Processo 0241251-96.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: J.C.O. - Instrução e Julgamento Data: 07/11/2019 Hora 11:00 Local: Sala Padrão Situacão: Pendente

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0242568-32.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: C.L.S. - REQUERIDA: I.R.S. - Desta feita, sopesando os elementos possibilidade/necessidade/proporcionalidade, julgo parcialmente procedente o pedido, nos termos do art. 487, I do CPC, fixando-se a pensão, por revisão, em 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo em face dos dois filhos requeridos. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º a 19 do Código de Processo Civil, c/c art. 98, § 3º do CPC, revertido ao FUNDEP (conta corrente n. 14050-3, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0243067-16.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: D.S.L. - REQUERIDA: J.S.S. - O Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho, MM. Juiz de Direito Titular da 8ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, Jessica Soares de Souza, brasileira, atualmente, com endereço em local incerto e não sabido, para os termos do processo em epígrafe, na qual figura como Requerente, DELCIMAR DA SILVA LEITE, brasileiro, solteiro, domiciliado e residente, na Rodovia Am 010, KM 22, 432, PLPT, Zona Rural - CEP 69059-070, Cel: 99417-2531, Manaus-AM, devendo a Sra. Jessica Soares de Souza apresentar contestação aos termos da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do decurso do presente edital. Em não apresentando contestação, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte Requerente, na petição inicial. Manaus,15 de agosto de 2019.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0243955-82.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: D.A.O. - REQUERIDO: R.J.N.R. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: YOLANDA ANA EDELMAN (OAB 1319/AM) - Processo 0244681-71.2009.8.04.0001 (001.09.244681-8) - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: G.T.S. - REQUERIDO: W.P.S. - Defiro o benefício da justiça gratuita. Execução de alimentos com pagamento da dívida, conforme fls. 198 e documentos anexos. Extinção, com fundamento no art. 924, II, do Código de Processo Civil. Nos termos do § 2º do art. 98 do novo CPC, a concessão da gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência. Desta feita, diante do pagamento da dívida pelo executado após o prazo do pagamento voluntário, condeno o requerido nas eventuais custas decorrentes de sua sucumbência e em honorários advocatícios, que ora fixo em 10% (dez) por cento sobre o valor da causa, em atenção ao disposto nos §§ 2º a 19 do art. 85 do CPC, observado, no entanto, o disposto no art. 98, § 3º do Código de Processo Civil. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: YOLANDA ANA EDELMAN (OAB 1319/AM) - Processo 0245744-29.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: A.M.G. - REQUERIDA: J.M.Q. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: MARCO AURÉLIO MARTINS DA SILVA (OAB 4849/AM) - Processo 0247744-60.2016.8.04.0001 - Adoção - Adoção de Adolescente - REQUERENTE: M.A.S.A.S. e outro - REQUERIDA: F.S.P. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Requerente intimado em audiência para informar o endereço da requerida, tendo decorrido o prazo sem manifestação, tornando-se descabida nova intimação, vez que intimado pessoalmente no ato da audiência. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: SEVERINO DO RAMO DAS NEVES SILVA (OAB 97899/RJ) - Processo 0247904-51.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERIDA: T.H.P.N. - Vista ao requerido, através de seu patrono constituído às fls. 32 dos autos, para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, acerca da petição de fls. 43 e nos termos da promoção ministerial de fls. 52, em querendo. Após decurso do prazo, com ou sem manifestação, nova vista ao MP.

ADV: EUDÉSIA LINS MAYER (OAB 2123/AM) - Processo 0251714-68.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - REQUERENTE: N.S.S.S. - REQUERIDO: J.L.N. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: CAROLINA MATOS CARVALHO, ADV: CARMEM MELLO MOURA (OAB 3649/AM), ADV: ANA PAULA NOGUEIRA DE SÃO MARCOS BATISTA MOURA (OAB 6677/AM), ADV: ÁLEFE JEMIMA MATOS MOZAMBITE (OAB 9584/AM), ADV: ANDERSON LUIZ DE ALMEIDA (OAB 4689/AM) - Processo 0265958-70.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - REQUERENTE: J.E.L.A. - REQUERIDO: A.M.F.A. - Intimado do cumprimento de sentença, nos termos do art. 528, §§ 1º 3º do CPC, o devedor limitou-se a pagar parcialmente a dívida. O Ministério Público, instado, opinou pela decretação da prisão e protesto do pronunciamento judicial (folhas 1402 e 1403). Medida coercitiva de elevada excepcionalidade, a prisão civil do devedor de alimentos tem respaldo legal e constitucional. Em algumas situações é de extrema eficácia. E esta parece ser uma dessas situações. O devedor foi intimado para pagamento da dívida e advertido da prisão, caso nada providenciasse - pagamento, prova do pagamento ou justificativa. Fez apenas pagamentos parciais. Tenha-se em conta, por outro lado, que o não-pagamento da pensão pelo executado tem causado, pela recalcitrância, sérios transtornos à exeqüente. Diante disso e configurada a efetiva necessidade, tem-se por decretada a prisão do devedor, pelo prazo de 01 (um) mês, com fundamento no art. 5º, LXVII, da Constituição Federal e art. 528, § 3º do Código de Processo Civil. Expeça-se mandado de prisão e certidão da dívida alimentar. Oficie-se ao empregador como requestado pela autora. Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0326962-55.2007.8.04.0001 (001.07.326962-0) - Cumprimento de sentença - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: Lidiane de Brito Franco - EXEQUENTE: ALEJANDRO VINICÍUS FRANCO FERREIRA - REQUERIDO: Reginaldo de Oliveira Ferreira - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ALEXSANDRA DE SOUZA CARVALHO (OAB 12237/AM) - Processo 0601236-20.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: J.M.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: JOSE CASSIO SANTOS (OAB 9161/SE), ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM) - Processo 0605139-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Heloisa Rodrigues Moraes - Requerimento de homologação de acordo para reconhecimento e dissolução de união estável. Partes qualificadas nos autos, assistidas pela Defensoria Pública. Documentação pertinente. Ponderada a situação, tem-se por razoável a homologação do acordo de fls. 24/26, restando preservados os interesses das partes e devidamente juntados os documentos requestados. Além disso, as partes, assistidas pela Defensoria Pública assinaram a inicial. Diante disso, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: JUVENAL CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM), ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM) - Processo 0607070-04.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: C.M.B. - EXEQUENTE: R.V.B. - CERTIFICO que, de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho, é aberto vista à parte autora para que se manifeste, por meio de seu patrono constituído, no prazo de 10 (dez) dias úteis (art. 240 §2º do CPC), acerca da Certidão do Senhor Oficial de

Justiça de folhas 50/51, ficando ciente de que na inobservância do prazo poderão incidir os efeitos do art. 485, III do CPC. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JAMILE GONÇALVES SERRA AZUL (OAB 6620/SE) - Processo 0608072-77.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Expropriação de Bens - EXEQUENTE: E.B.P.C. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ELIAS CRUZ LIMA JUNIOR (OAB 6947/AM) - Processo 0612206-16.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: T.S.G. e outro - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KATIANA MIRANDA GOMES (OAB 12699/AM) - Processo 0612820-50.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Correção Monetária - EXEQUENTE: Kethlen Regina Farias da Silva - CERTIFICO que, de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho, é aberto vista à parte autora para que se manifeste, por meio de seu patrono constituído, no prazo de 10 (dez) dias úteis (art. 240 §2º do CPC), acerca da Certidão do Senhor Oficial de Justiça de folhas 17/18, ficando ciente de que na inobservância do prazo poderão incidir os efeitos do art. 485, III do CPC. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCO AURÉLIO MARTINS DA SILVA (OAB 4849/AM) - Processo 0613686-34.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: K.C.F. - REQUERIDO: E.A.I. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0617086-17.2018.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: R.S.O. - REQUERIDO: J.A.O. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. A meu ver, o processo deve ser visto como efetivação da justiça e da cidadania, dando garantia ao amplo acesso à justiça e aos menos favorecidos, através de técnicas de racionalização do processo, com a efetivação de uma melhor utilidade processual, aliada à economia processual, pelo que, inobstante a sentença que o extinguiu sem resolução do mérito pela inércia da parte autora, verifico que a parte cumpriu a diligência ordenada no despacho de emenda imediatamente posterior à mesma, pelo que determino o prosseguimento do feito. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA CLEIDE VASCONCELOS PIRES DE CARVALHO (OAB 4737/AM), ADV: RODRIGO VASCONCELOS PIRES DE CARVALHO (OAB 6669/AM), ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 9028/AM) - Processo 0618406-73.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - REQUERENTE: M.S.A. - REQUERIDO: J.O.V. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: DIVINO FRANCISCO DE OLIVEIRA BARRETO JÚNIOR (OAB 8487/AM), ADV: RIGONEY SARAIVA AMORIM (OAB 13582/AM) - Processo 0619496-87.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Levantamento de Valor - REQUERENTE: I.S.R. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: IVANA DE ALMEIDA SALGADO (OAB 49858/RJ) - Processo 0619778-91.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - REQUERENTE: Mayza Silva Caxias - Indefiro de plano o pedido de incçusão da avó paterna no polo passivo. Isso porque a inclusão dos avós no polo passivo da obrigação alimentar é sempre excepcional, condicionada à demonstração de impossibilidade total dos devedores principais em arcar com o sustento do alimentando. Ademais, para que integrasse a lide nesse momento processual, de cumprimento de sentença, deveria a avó paterna ter participado do processo de conhecimento. Por tais razões, fica indeferido o pedido de fls. 163/164. Cálculo atualizado, na forma do petitório acima mencionado. Aguarde-se o fim do prazo de prisão civil. Após, dê-se vista à exequente, para pleitear o que entender cabível, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, dê-se vista ao Ministério Público.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0626251-88.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: M.S.P. e outro - REQUERIDO: F.F.N. - Vistos etc... Trata-se de ação de investigação de paternidade com alimentos. Reconhecimento voluntário sem acordo de alimentos, consoante petição de fls. 30/32 dos autos, reconhecendo parcialmente a procedência do pedido. Sendo regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais, ficando reconhecida a paternidade de Fabricio Ferreira do Nascimento em face de Marcos Vinícius Soares Pinheiro, pelo que determino a averbação necessária com a expedição de nova Certidão junto ao cartório do 2º ofício de registro civil de pessoas naturais da Capital, com as devidas alterações nos assentamentos, com a inclusão ainda dos dados dos avós paternos, permanecendo os demais termos inalterado. Sendo regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo parcial, para todos os efeitos legais, na forma do art. 487, III, “b” do CPC . Providencie-se o necessário para cumprimento. P.Intimem-se. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de acordo. Prossiga o processo com relação ao pedido de alimentos, pautando-se audiência de instrução e julgamento. Intimem-se as partes a fim de que compareçam à audiência. Na audiência, as partes poderão apresentar todas as provas admitidas no Direito, inclusive, à oitiva das testemunhas. Na data indicada, deverão estar acompanhados de seus advogados e

testemunhas, independentemente de prévio depósito de rol.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0629935-21.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: D.P.F. - REQUERIDO: J.F.O.S. - Trata-se de ação de investigação de paternidade formulado por DAINANA PIMENTA DANTAS, em face de JAIME FERNANDO OLIVEIRA DE SOUZA. No âmbito do CEJUSC - Família, foi realizado exame de DNA, que constatou a paternidade biológica do requerido em relação à autora. Às fls. 53, o requerido reconhece a procedência do pedido, concordando com o resultado do exame e reconhecendo a paternidade. Em parecer, o Ministério Público opinou pela procedência do pedido. É o relatório. Decido. Confirmada a paternidade por meio de exame de DNA, e tendo o requerido acatado o resultado integralmente, reconhecendo a paternidade biológica, a procedência do pedido é medida impositiva. Ante o exposto, e com fundamento no artigo 487, III, “a”, do Código de Processo Civil, homologo o reconhecimento da procedência do pedido. Inclua-se o requerido no registro de nascimento da autora, como genitor desta, incluindo-se também os respectivos avós paternos, com o acréscimo do patronímico do requerido no nome da autora, passando arequerente a chamar-se DAIANA PIMENTA DANTAS DE SOUZA. As demais disposições do registro civil de nascimento permanecem inalteradas. Sem custas, face o deferimento da gratuidade de justiça. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: EDINEI LOURENÇO DE CARVALHO (OAB 9689/AM) - Processo 0630284-87.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: Marigrace Alba de Souza Martins - Trata-se de cumprimento de sentença e não execução de alimentos,pois trata-se de titulo judicial, ajuizado como ação autônoma, no qual o credor requer a execução forçada da ordem judicial. Segundo artigo 531, §2º, do Código de Processo Civil, o cumprimento de sentença de alimentos se dará nos próprios autos do processo principal. Processamento indeferido de plano. Desta forma, determino a extinção do presente feito, com fulcro no artigo 485, IV, do Código de Processo Civil. Arquive-se. Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0637628-56.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.T.M. - REQUERIDO: M.M.N. - Assim, considerando todos estes fatores acima fundamentados, tem-se que os alimentos devem ser fixados em definitivo no importe de 31,5% (trinta e um vírgula cinco por cento) do salário mínimo, valor que, nos termos da prova produzida e ante a impossibilidade de se auferir os ganhos do requerido, presume-se se afigurar compatível aos recursos financeiros que possui e poderá buscar a fim de contribuir ao sustento da filha, adequado também às necessidades da parte alimentanda. Valor inferior seguramente não seria suficiente para o sustento da requerente. Pelo exposto, julgo parcialmente procedente a pretensão deduzida na petição inicial para conceder a guarda de Melissa Moreira Nunes, menor, à genitora Milca Tibão Moreira e condenar o requerido ao pagamento de pensão alimentícia à sua filha na proporção de 31,5% (trinta e um vírgula cinco por cento) do salário mínimo, mediante depósito na conta informada na exordial, todo dia 30 (trinta) de cada mês, podendo ser pago até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, o que faço com fundamento no art. 487, I do Código de Processo Civil. Condeno, ainda, o Requerido em eventuais custas processuais e honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, nos termos do art. 85, § 2º do CPC, estes últimos fixados no aporte de 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º e § 19 do CPC, em atenção ao que dispõe o § 3º do art. 85 do CPC. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0640510-88.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.B.S. - REQUERIDO: E.I.A. - A guarda pode ser definida como um direito-dever natural e originário dos pais, que consiste na convivência com seus filhos, decorrente do poder familiar, sendo o pressuposto que possibilita o exercício de todas as funções paternas/maternas. Assim, o fato de ser pai ou mãe, já assegura a guarda dos filhos, devendo ela ser regulamentada em caso de separação entre o casal. Ao exercício da guarda sobrepõe-se o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, que não se pode delir, em momento algum, porquanto o instituto da guarda foi concebido, de rigor, para proteger o menor, para colocá-lo a salvo de situação de perigo. Devem as partes pensar, de forma comum, no bem-estar dos menores, sem intenções egoísticas, caprichosas, ou ainda, de vindita entre si, tudo isso para que possam - os filhos - usufruir harmonicamente da família que possuem, tanto a materna, quanto a paterna, porque toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família, conforme dispõe o art. 19 do ECA. Não se vislumbra nos autos informação que desabone a conduta dos genitores, de modo que ambos aparentam aptos a exercer a guarda compartilhada de Emanoelly Vitoria dos Santos Alves. O que o requerente e a requerida precisam é deixar mágoas e rancores de lado e abraçar uma causa superior, que é o bem-estar da criança. Diante da nova ordem jurídica implementada pela Lei n. 13.058/2014, a guarda compartilhada passou a ser a regra em nosso ordenamento jurídico, e não mais a exceção. A referida modificação assegurou aos pais a responsabilidade conjunta dos filhos, conferindo-lhes de forma igualitária o exercício dos direitos e deveres com relação à autoridade parental, exceto quando um dos genitores não estiver apto a exercer o poder familiar ou não desejar a guarda do menor, nos termos dos arts. 1583, § 2º e 1584, § 2º, do CC. Por força do art. 1584, § 2º do CC, o Poder Judiciário deve sempre aferir, com prioridade, a possibilidade de ser aplicada a guarda compartilhada, ficando a guarda unilateral reservada apenas para hipóteses em que um dos genitores não têm condições de exercer o encargo, ou quando houver circunstância impeditiva. Restou estabelecimento pelo atual ordenamento jurídico ainda que ausente acordo ou existindo algum ponto que mereça maiores esclarecimentos para fixação das atribuições e dos períodos de convivência dos pais com os filhos, o juiz poderá lançar mão de um estudo interdisciplinar a fim de lhe auxiliar na tomada de uma decisão, nos termos do art. 1584, § 3º do CC. Consoante bem ensina CONRADO PAULINO DA ROSA (In Nova Lei da Guarda Compartilhada, 2015, pg. 67), “o que se propõe pela guarda compartilhada é manter uma convivência entre ambos os pais e filho muito mais frequente e contributiva. Isso pode ocorrer por iniciativas corriqueiras, como acompanhá-los até a escola e os auxiliar na resolução das respectivas tarefas, participar dos eventos escolares e das reuniões pedagógicas, levá-los à natação, ao futebol, ao curso de línguas, etc Relevante é que ambos os pais se façam presentes na vida dos filhos, interagindo com eles e ensinando-lhe, por suas atitudes, como se deve ou não, instituir sua própria identidade”. Desta feita, cabe destacar que a guarda compartilhada não é guarda dividida, não é a divisão de tempo, mas sim a divisão de responsabilidades. Da análise dos autos, verifico informações que denotam ser a medida mais adequada a aplicação da regra geral da guarda compartilhada, pois extrai-se que a criança está tendo os cuidados decorrentes do exercício da guarda de modo salutar por parte da genitora requerente, fazendo-se necessária, porém, a ampliação e qualificação do contato paterno-filial, razão pela qual, não há necessidade de modificar a atual rotina da criança, vez que tem atendido seus interesses. Portanto, verifico que o que se faz necessário nesse momento é fortalecer o vínculo familiar com o genitor, que pode ser concretizado com o compartilhamento dessa convivência através da guarda compartilhada, consoante atual sistemática jurídica, a fim de que os genitores possam decidir em conjunto acerca da educação, religião, amizades e tratamento médico/odontológico da filha, bem como colaborarem com este na resolução de seus deveres escolares, presenciando suas atividades esportivas, etc, enfim, propiciando ao menor segurança, afeto e a certeza de que é amado e protegido por ambos os genitores. Passo à análise dos alimentos. Não tendo o pai contestado o pedido e nem comparecido em audiência, convém a concessão da guarda compartilhada com domicílio na residência da genitora, gerando, assim, a obrigação do requerido em contribuir com o sustento da filha por meio de pensão alimentícia. O dever de prestar alimentos independe da relação jurídica entre os cônjuges, sendo obrigação inerente ao poder familiar (art. 1634, I, do CC). Deste modo, enquanto ao genitor guardião cabe prestar alimentos in natura, o outro deverá prestá-los in pecúnia .Com relação ao valor, deve-se atentar para o binômio alimentar, aludido pelo art. 1694, §1º, CC. Assim, deve haver proporcionalidade entre as necessidades

do alimentando e as possibilidades do alimentante, registrando-se, apenas, que dentre as necessidades, encontram-se gastos com alimentação, educação, saúde, lazer, moradia, higiene, etc, os quais foram especificados pela requerente às fls. 36 dos autos. Não sendo informado nos autos o valor percebido pelo requerido, impõe-se a fixação de um percentual sobre o salário mínimo, assegurando o equilíbrio entre as possibilidades e as necessidades. Considerando a teoria da aparência, bem como a afirmação da representante da menro de ser ele comerciante, sócio de distribuidora de alimentos e bebidas, razoável a fixação de 31,45% (trinta e um vírgula quarenta e cinco por cento) do salário mínimo, quantia que satisfaz as necessidades básicas e, ao mesmo tempo, é possível de ser obtida por um adulto saudável e apto ao trabalho sem prejuízo de seu sustento. Ante o exposto, nos termos do art. 487, I do CPC, JULGO PROCEDENTE a pretensão autoral de guarda compartilhada de Emanoelly Vitoria dos Santos Alves a ser exercida pelos genitores em igualdade de condições, fixando a residência materna como residência referencial da criança. Determino que as visitas paternas sejam livres, bastando aos genitores que combinem previamente entre si a realização das tarefas cotidianas, bem como a companhia do mesmo em datas comemorativas, sendo que no dia dos pais e aniversário do pai, bem como no dia das mães e aniversário da mãe, a criança ficará na companhia do respectivo homenageado, sempre em atenção ao melhor interesse da criança. Com relação aos alimentos, fixo os mesmos no percentual postulado pela requerente de 31,45% (trinta e um vírgula quarenta e cinco por cento) do salário mínimo, a ser reajustado de acordo com os índices oficiais do Governo Federal, a ser pago todo dia 30 (trinta) de cada mês, com tolerância até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, mediante recibo ou depósito em conta que vier a abrir e informar devidamente ao requerido. Condeno, ainda, o Requerido em eventuais custas processuais e honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, nos termos do art. 85, § 2º do CPC, estes últimos fixados no aporte de 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º e § 19 do CPC, em atenção ao que dispõe o § 3º do art. 85 do CPC. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: MAURO SOCORRO MENDONÇA PINTO (OAB 10342/AM) - Processo 0652142-14.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: W.T.A. - De uma análise detida dos autos, verifico que o AR de fls. 50 foi encaminhado ao endereço indicado na exordial, sendo válida sua intimação nos termos do art. 274, § único do CPC. Soma-se a isto o fato de que, em se tratando de réplica, torna-se prudente para fins de celeridade processual na atividade satisfativa, dar o devido andamento ao processo, pautando-se a audiência de instrução e julgamento. Paute-se audiência de instrução e julgamento. Intimem-se as partes a fim de que compareçam à audiência. Na audiência, as partes poderão apresentar todas as provas admitidas no Direito, inclusive, à oitiva das testemunhas. Na data indicada, deverão estar acompanhados de seus advogados e testemunhas, independentemente de prévio depósito de rol.

ADV: MAURO SOCORRO MENDONÇA PINTO (OAB 10342/AM) - Processo 0652142-14.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: W.T.A. - Instrução e Julgamento Data: 06/11/2019 Hora 11:00 Local: Sala Padrão Situacão: Pendente

Álefe Jemima Matos Mozambite (OAB 9584/AM)
Alexsandra de Souza Carvalho (OAB 12237/AM)
ANA CLEIDE VASCONCELOS PIRES DE CARVALHO (OAB 4737/AM)
Ana Paula Nogueira de São Marcos Batista Moura (OAB 6677/AM)
Ana Regina Souza (OAB 1797/AM)
Anderson Luiz de Almeida (OAB 4689/AM)
Antônio Cavalcante de Albuquerque Junior (OAB 2992/AM)
Bruno Cortez Canuto (OAB 12230/AM)
Carmem Mello Moura (OAB 3649/AM)
Carolina Matos Carvalho
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Divino Francisco de Oliveira Barreto Júnior (OAB 8487/AM)
Edinei Lourenço de Carvalho (OAB 9689/AM)
Ednaldo Rogério Tenório Vieira (OAB 8356/AM)
Elias Cruz Lima Junior (OAB 6947/AM)
Elisângela Dias Gama (OAB 12349/AM)
Elson Mouzinho de Almeida (OAB 6294/AM)
Eudésia Lins Mayer (OAB 2123/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 6174/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 9028/AM)
Ivana de Almeida Salgado (OAB 49858/RJ)
Jamile Gonçalves Serra Azul (OAB 6620/SE)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Leonel de Britto Feitoza (OAB 1489/AM)
José Amsterdam Portugal Brandão (OAB 10350/AM)
Jose Cassio Santos (OAB 9161/SE)
Juvenal Canuto Fernandes (OAB 8230/AM)
Katiana Miranda Gomes (OAB 12699/AM)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Marco Aurélio Martins da Silva (OAB 4849/AM)
Marcos Aurélio Albuquerque Rodrigues (OAB 8855/AM)
Mauro Socorro Mendonça Pinto (OAB 10342/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Rigoney Saraiva Amorim (OAB 13582/AM)
Rodrigo Vasconcelos Pires de Carvalho (OAB 6669/AM)
Ronildo Apoliano de Oliveira (OAB 8490/AM)
severino do ramo das neves silva (OAB 97899/RJ)
Yolanda Ana Edelman (OAB 1319/AM)

1ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª V.E.C.U.T.E.

JUIZ(A) DE DIREITO JEAN CARLOS PIMENTEL DOS SANTOS

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROBERTO IGOR SÁ E SOUZA DE WANDERLEY

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0038/2019

ADV: YURI BENTES GUIMARÃES (OAB 10778/AM), ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0085496-70.2004.8.04.0001 (001.04.085496-6) - Inquérito Policial - Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas - INDICIADA: Marizete Pereira de Castro - Raimundo Gomes da Costa - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0085496-70.2004.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Indiciado, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, MARIZETE PEREIRA DE CASTRO, Brasileiro(a), Solteira, Prendas do Lar, RG 1712721-1/AM, pai Raimundo Gomes de Castro, mãe Raimunda Pereira de Castro, Nascido/Nascida em 22/02/1982, natural de Autazes - AM, com endereço à Rua Seringal, 03, Beco Seringal, SANTO AGOSTINHO, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 29 de agosto de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: OCIMAR ROMMEL SOUZA CARDOSO (OAB 12323/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM), ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: PATRICIA RAQUEL BEZERRA DELGADO (OAB 6859/AM), ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM), ADV: STEPHANIE GRAZIELLE DE SOUZA ALBERTINO (OAB 10099/

AM), ADV: VERACI TORRES DA SILVA (OAB 3162/AM), ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM) - Processo 0206291-22.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Odair Lima da Silva - Marluz Pereira Flores - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR Edpo Vasqui Gomes, Marluz Pereira Flores e Odair Lima da Silva, como incursos nas penas dos artigos 33 e 35 da Lei 11.343/06 c/c art. 14 e 16 da Lei 10826/03. Posto isso, passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. 1. Quanto ao acusado Edpo Vasqui Gomes: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 262 kg para a droga COCAÍNA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 07 (sete) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Não há causas de aumento de pena. O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da associação ao tráfico. b) Para o delito do art. 35 da Lei 11.343/2006 (associação para o tráfico) Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. c) Para o delito do art. 14 da Lei 10.826/03 Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 2 (dois) anos de reclusão e 200 (duzentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. d) Para o delito do art. 16 da Lei 10.826/03 Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 300 (trezentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Edpo Vasqui Gomes em 07 (sete) anos de reclusão, e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06; e 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 35 da Lei 11.343/06; e 2 (dois) anos de reclusão e 200 (duzentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 14 da Lei 10.826/03; e 3 (três) anos de reclusão e 300 (trezentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 16 da Lei 10.826/03. Em sendo aplicada a regra disciplinada pelo art. 69 do Código Penal (concurso material), fica o réu condenado, definitivamente, à pena de 15 (quinze) anos e 1900 (mil e novecentos) dias-multa, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME FECHADO, consoante artigo 33, § 2º, alínea “a”, e § 3º, do Código Penal. 2. Quanto à acusada Marluz Pereira Flores: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 262 kg para a droga COCAÍNA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos a Ré não é detentora de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 07 (sete) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Não há causas de aumento de pena. O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da associação ao tráfico. b) Para o delito do art. 35 da Lei 11.343/2006 (associação para o tráfico) Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. c) Para o delito do art. 14 da Lei 10.826/03 Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 2 (dois) anos de reclusão e 200 (duzentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. d) Para o delito do art. 16 da Lei 10.826/03 Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 300 (trezentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva à Ré Marluz Pereira Flores em 07 (sete) anos de reclusão, e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06; e 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 35 da Lei 11.343/06; e 2 (dois) anos de reclusão e 200 (duzentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 14 da Lei 10.826/03; e 3 (três) anos de reclusão e 300 (trezentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 16 da Lei 10.826/03. Em sendo aplicada a regra disciplinada pelo art. 69 do Código Penal (concurso material), fica o réu condenado, definitivamente, à pena de 15 (quinze) anos e 1900 (mil e novecentos) dias-multa, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME FECHADO, consoante artigo 33, § 2º, alínea “a”, e § 3º, do Código Penal. 3. Quanto ao acusado Odair Lima da Silva: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 262 kg para a droga COCAÍNA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as

circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 07 (sete) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa. Sem agravantes. Atenuo a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias multa em razão da confissão. Não há causas de aumento de pena. O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da associação ao tráfico. b) Para o delito do art. 35 da Lei 11.343/2006 (associação para o tráfico) Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. c) Para o delito do art. 14 da Lei 10.826/03 Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 2 (dois) anos de reclusão e 200 (duzentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. d) Para o delito do art. 16 da Lei 10.826/03 Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 300 (trezentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Odair Lima da Silva em 06 (seis) anos de reclusão, e 600 (seiscentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06; e 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 35 da Lei 11.343/06; e 2 (dois) anos de reclusão e 200 (duzentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 14 da Lei 10.826/03; e 3 (três) anos de reclusão e 300 (trezentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 16 da Lei 10.826/03. Em sendo aplicada a regra disciplinada pelo art. 69 do Código Penal (concurso material), fica o réu condenado, definitivamente, à pena de 14 (quatorze) anos e 1800 (mil e oitocentos) dias-multa, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME FECHADO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "a", e § 3º, do Código Penal. Da não substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito. Considerando que os Réus não preenchem os requisitos do art. 44 do Código Penal, mormente pela quantidade de pena dosimetrada, deixo de converter as penas privativas de liberdade em restritivas de direito. De outro giro, tendo em vista que os acusados Edpo Vasqui Gomes e Marluz Pereira Flores encontram-se em liberdade por este processo, bem como pelo fato de que não estão presentes as circunstâncias do artigo 312 do Código de Processo Penal, concedo-lhe o direito de recorrer em liberdade por este processo. Desnecessária a expedição de alvará de soltura, vez que os sentenciados já encontram-se em liberdade. Noutra sorte, tendo em vista que o acusado Odair Lima da Silva encontra-se preso por este processo, bem como pelo fato de que estão presentes as circunstâncias do artigo 312 do Código de Processo Penal, nego-lhe o direito de recorrer em liberdade por este processo. Da incineração das substâncias apreendidas: Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com os Réus e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bens e valores: Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto, em favor da União. Das custas processuais: Condeno os Réus, ainda, ao pagamento das custas processuais. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome dos Réus no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação dos Réus, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEP; Aplique-se a detração no que couber; À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. Encaminhe-se as armas de fogo e munições apreendidas ao Comando do Exército, na forma do artigo 25 da Lei nº 10.826/2003. P.R.I.C.

ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: PATRICIA RAQUEL BEZERRA DELGADO (OAB 6859/AM), ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM), ADV: STEPHANIE GRAZIELLE DE SOUZA ALBERTINO (OAB 10099/AM), ADV: VERACI TORRES DA SILVA (OAB 3162/AM), ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: OCIMAR ROMMEL SOUZA CARDOSO (OAB 12323/AM), ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM), ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM) - Processo 0206291-22.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Odair Lima da Silva - Marluz Pereira Flores - Vistos, etc. Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO A APELAÇÃO de fls. 1058/1059, no seu duplo efeito legal, ex vi do art. 593, I, do Código de Processo Penal. Tendo optado o apelante por arrazoar perante à 2ª instância, encaminhe-se imediatamente ao TJAM, para distribuição, nos termos do art. 600, § 4º do mesmo diploma legal. Intimem-se. À secretaria para providências.

ADV: JULIE STEPHANE LIMA BRUCE (OAB 8096/AM), ADV: GRACILENE DA SILVA SOUZA SIERPINSKI (OAB 10693/AM), ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM), ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM), ADV: ARY SÉRGIO DA MOTTA (OAB 82A/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: SALIMA GORETH MENESCAL DE OLIVEIRA (OAB 7720/AM), ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) - Processo 0207558-92.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Kelson Lima Monteiro - RÉU: Dione Pereira de Aquino - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0207558-92.2016.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do Dr. Anizio Antonio Silva de Castro Paes OAB 9777/AM, advogado de KELSON LIMA MONTEIRO, RG 21.768/PMAM, com endereço à Rua Pingo D'Água, 22, Nova Floresta, CEP 69000-000, Manaus - AM, para tomar ciência, nesta data, da Decisão proferida nos autos virtuais supramencionados de fls. 786. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus(AM.), 28 de agosto de 2019. Eu, Eduardo Freitas Moraes, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: KARLENO JOSÉ PEREIRA (OAB 9059/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM), ADV: IGOR BRANDÃO BARBOSA (OAB 6598/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM), ADV: BELMIRO GONÇALVES VIANEZ NETO (OAB 6846/AM) - Processo 0209855-72.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Adriano da Silva de Melo - Jose Jeberson da Silva - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR Adriano da Silva de Melo e Jose Jeberson da Silva, como incursos nas penas dos artigos 33 da Lei 11.343/06, e ABSOLVÊ-LOS das penas impostas pelo artigo 35 da Lei 11.343/06, com fundamento no artigo 386, VII do Código de Processo Penal. Posto isso, passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. 1. Quanto ao acusado Adriano

da Silva de Melo: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Aumento a pena de 1/6 (um sexto) em razão da atividade ilícita do Réu ocorrer nas dependências de sede recreativa (art. 40, III, Lei 11.343/06). Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 2/3 (dois terços), em virtude das circunstâncias judiciais favoráveis e da primariedade do réu. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Adriano da Silva de Melo em 01 (um) ano e 11 (onze) meses de reclusão, e 193 (cento e noventa e três) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "c", e § 3º, do Código Penal. 2. Quanto ao réu Jose Jeberson da Silva: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Aumento a pena de 1/6 (um sexto) em razão da atividade ilícita do Réu ocorrer nas dependências de sede esportiva (art. 40, III, Lei 11.343/06). Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 2/3 (dois terços), em virtude das circunstâncias judiciais favoráveis e da primariedade do réu. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao réu Jose Jeberson da Silva em 01 (um) ano e 11 (onze) meses de reclusão, e 193 (cento e noventa e três) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "c", e § 3º, do Código Penal. Da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito. Considerando as circunstâncias judiciais favoráveis e se tratar de acusado primário e de bons antecedentes, bem assim a Resolução a norma acima citada não se coaduna com a ordem constitucional, em especial ao princípio da proporcionalidade e da individualização da pena, previsto no art. 5º, XLVI da Lei Maior. No caso em tela, a sanção privativa de liberdade mostra-se exagerada e desproporcional para a baixa ofensividade demonstrada pelo acusado no curso da empreitada criminosa, caracterizando uma punibilidade exorbitante ao fato criminoso, razão pela qual decido pela substituição na forma abaixo exposta e em consonância com o art. 43 e seguintes do Código Penal. Por oportuno, deve ser frisado que o E. Supremo Tribunal Federal, no Habeas Corpus n. 97256 impetrado pela Defensoria Pública da União, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 44 da Lei de Drogas, tendo o Relator do caso, Exmo. Ministro Ayres Brito aduzido que a referida vedação impede a possibilidade do magistrado optar pela pena mais adequada ao caso e ao infrator, sendo mácula ao princípio da individualização da pena. Destarte, os elementos dos autos evidenciam que a referida substituição é socialmente recomendável aos acusados, razão pela qual, com fundamento da novel jurisprudência do STF, acato incidenter tantum a inconstitucionalidade dos arts. 33, §4º e 40 da Lei de Drogas para converter a pena privativa de liberdade em duas restritivas de direitos, de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e limitação de fim de semana, na forma dos arts. 44, § 2º c/c 46 e 48 do CP, pelo período de 01 (um) ano e 11 (onze) meses, a ser executada na forma e em estabelecimento(s) indicado(s) pela Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas VEMEPA. Tendo em vista a substituição da pena privativa de liberdade e por se tratar de réu primário e de bons antecedentes, concedo o direito de recorrer em liberdade, consoante o disposto no art. 59 da Lei 11.343/2006. Desnecessária a expedição de Alvará de Soltura visto que os Réus encontram-se soltos. Da incineração das substâncias apreendidas: Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com os Réus e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bens e valores: Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto de fls. 05, em favor da União. Das custas processuais: Condeno os Réus, ainda, ao pagamento das custas processuais. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome dos Réus no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação dos Réus, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEMEPA; Aplique-se a detração no que couber; À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. P.R.I.C.

ADV: ALCIDES ANDRADE (OAB 6377/AM), ADV: NANCY MAGGIO (OAB 6460/AM), ADV: LUIS JORGE DE ARRUDA ROSAS (OAB 1079/AM) - Processo 0214591-12.2011.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Francisco Filho Souza Cruz - Marilandes de Oliveira Ferro e outro - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR Francisco Filho Souza Cruz e Marilandes de Oliveira Ferro, como incursos nas penas dos artigos 33 da Lei 11.343/06, e ABSOLVÊ-LOS das penas impostas pelo artigo 35 da Lei 11.343/06, com fundamento no artigo 386, VII do Código de Processo Penal. Posto isso, passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. 1. Quanto ao acusado Francisco Filho Souza Cruz: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com

culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 3994 g para a droga MACONHA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Não há causas de aumento de pena. Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 1/3 (um terço), em virtude da quantidade da droga apreendida. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Francisco Filho Souza Cruz em 04 (quatro) anos de reclusão, e 400 (quatrocentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea “c”, e § 3º, do Código Penal. 2. Quanto à ré Marilandes de Oliveira Ferro: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 3994 g para a droga MACONHA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Não há causas de aumento de pena. Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 1/3 (um terço), em virtude da quantidade da droga apreendida. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva à Ré Marilandes de Oliveira Ferro em 04 (quatro) anos de reclusão, e 400 (quatrocentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea “c”, e § 3º, do Código Penal. Da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito. Considerando as circunstâncias judiciais favoráveis e se tratar de acusado primário e de bons antecedentes, bem assim a Resolução a norma acima citada não se coaduna com a ordem constitucional, em especial ao princípio da proporcionalidade e da individualização da pena, previsto no art. 5º, XLVI da Lei Maior. No caso em tela, a sanção privativa de liberdade mostra-se exagerada e desproporcional para a baixa ofensividade demonstrada pelo acusado no curso da empreitada criminosa, caracterizando uma punibilidade exorbitante ao fato criminoso, razão pela qual decido pela substituição na forma abaixo exposta e em consonância com o art. 43 e seguintes do Código Penal. Por oportuno, deve ser frisado que o E. Supremo Tribunal Federal, no Habeas Corpus n. 97256 impetrado pela Defensoria Pública da União, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 44 da Lei de Drogas, tendo o Relator do caso, Exmo. Ministro Ayres Brito aduzido que a referida vedação impede a possibilidade do magistrado optar pela pena mais adequada ao caso e ao infrator, sendo mácula ao princípio da individualização da pena. Destarte, os elementos dos autos evidenciam que a referida substituição é socialmente recomendável aos acusados, razão pela qual, com fundamento da novel jurisprudência do STF, acato incidenter tantum a inconstitucionalidade dos arts. 33, §4º e 40 da Lei de Drogas para converter a pena privativa de liberdade em duas restritivas de direitos, de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e limitação de fim de semana, na forma dos arts. 44, § 2º c/c 46 e 48 do CP, pelo período de 04 (quatro) anos, a ser executada na forma e em estabelecimento(s) indicado(s) pela Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas VEMEPA. Tendo em vista a substituição da pena privativa de liberdade e por se tratar de réu primário e de bons antecedentes, concedo o direito de recorrer em liberdade, consoante o disposto no art. 59 da Lei 11.343/2006. Desnecessária a expedição de Alvará de Soltura visto que os Réus encontram-se soltos. Da incineração das substâncias apreendidas: Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com os Réus e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bens e valores: Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto de fls. 09, em favor da União. Das custas processuais: Condeno os Réus, ainda, ao pagamento das custas processuais. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome dos Réus no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação dos Réus, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEMEPA; Aplique-se a detração no que couber; À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. P.R.I.C.

ADV: SIMON DE SOUZA GUIMARÃES BESSA (OAB 8640/AM), ADV: AUGUSTO SAMPAIO DE ARAÚJO NETTO (OAB 11809/AM), ADV: GLÁUCIO BESSA DE ANDRADE FIGUEIRA (OAB 4993/AM), ADV: LEANDRO OLAVO DA COSTA (OAB 10565/AM), ADV: MICHAEL QUEIROZ LEITÃO (OAB 9714/AM) - Processo 0225155-11.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: JOAQUIM RAMOS NASCIMENTO - PEDRO PAULO PANTOJA CAVALCANTE - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0225155-11.2015.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Simon de Souza Guimarães Bessa OAB 8640/AMGláucio Bessa de Andrade Figueira OAB 4993/AMAugusto Sampaio de Araújo Netto OAB 11809/AMLeandro Olavo da Costa OAB 10565/AM e Michael Queiroz Leitão OAB 9714/AM, advogado(a) de JOAQUIM RAMOS NASCIMENTO e PEDRO PAULO PANTOJA CAVALCANTE, denunciado(a) como incurso(a)

no(s) art.(s) 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar MEMORIAIS no processo em epígrafe, conforme art. 403, §3º, do Código de Processo Penal. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 27 de agosto de 2019. Eu, Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento n.º 004/1994-CGJ.

ADV: ANIELLO MIRANDA AUFIERO (OAB 1579/AM), ADV: DANIELLE AUFIERO MONTEIRO DE PAULA (OAB 6945/AM), ADV: MÁRIO VÍTOR MAGALHÃES AUFIERO (OAB 8787/AM), ADV: MARLEIDE SARAIVA DO AMARAL (OAB 6167/AM), ADV: WASHINGTON LUIZ COSTA DE JESUS (OAB 3172/AM), ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM), ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM), ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM), ADV: SULENE SOCORRO CARVALHO VERISSIMO DE OLIVEIRA (OAB 2557/AM) - Processo 0228203-51.2010.8.04.0001 (001.10.228203-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas - RÉU: Cilineide Rodrigues Bastos e outros - INDICIADO: Carlos Emilio Buenos - RÉU PRESO: Pedro da Cunha Ferreira - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR Carlos Emilio Buenos, Cilineide Rodrigues Bastos, Maurício da Silva Pinto, Pedro da Cunha Ferreira e Wenceslau Rodrigues Filho, como incursos nas penas dos artigos 33 e 35 da Lei 11.343/06; e ABSOLVÊ-LOS das penas impostas pelo artigo 14 da Lei 10.826/03, com fundamento no artigo 386, VII do Código de Processo Penal. Posto isso, passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. 1. Quanto ao acusado Carlos Emilio Buenos: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 1011,17 g para a droga COCAÍNA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Não há causas de aumento de pena. O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da associação ao tráfico. b) Para o delito do art. 35 da Lei 11.343/2006 (associação para o tráfico) Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Carlos Emilio Buenos em 06 (seis) anos de reclusão, e 600 (seiscentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06; e 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 35 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME FECHADO, consoante artigo 33, § 2º, alínea “a”, e § 3º, do Código Penal. Em sendo aplicada a regra disciplinada pelo art. 69 do Código Penal (concurso material), fica o réu condenado, definitivamente, à pena de 09 (nove) anos e 1300 (mil e trezentos) dias-multa. 2. Quanto à acusada Cilineide Rodrigues Bastos: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 1011,17 g para a droga COCAÍNA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Não há causas de aumento de pena. O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da associação ao tráfico. b) Para o delito do art. 35 da Lei 11.343/2006 (associação para o tráfico) Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva à Ré Cilineide Rodrigues Bastos em 06 (seis) anos de reclusão, e 600 (seiscentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06; e 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 35 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME FECHADO, consoante artigo 33, § 2º, alínea “a”, e § 3º, do Código Penal. Em sendo aplicada a regra disciplinada pelo art. 69 do Código Penal (concurso material), fica o réu condenado, definitivamente, à pena de 09 (nove) anos e 1300 (mil e trezentos) dias-multa. 3. Quanto ao acusado Maurício da Silva Pinto: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 1011,17 g para a droga COCAÍNA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Não há causas de aumento de pena. O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena

prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da associação ao tráfico. b) Para o delito do art. 35 da Lei 11.343/2006 (associação para o tráfico) Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Maurício da Silva Pinto em 06 (seis) anos de reclusão, e 600 (seiscentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06; e 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 35 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME FECHADO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "a", e § 3º, do Código Penal. Em sendo aplicada a regra disciplinada pelo art. 69 do Código Penal (concurso material), fica o réu condenado, definitivamente, à pena de 09 (nove) anos e 1300 (mil e trezentos) dias-multa. 4. Quanto ao acusado Pedro da Cunha Ferreira: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 1011,17 g para a droga COCAÍNA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Não há causas de aumento de pena. O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da associação ao tráfico. b) Para o delito do art. 35 da Lei 11.343/2006 (associação para o tráfico) Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Pedro da Cunha Ferreira em 06 (seis) anos de reclusão, e 600 (seiscentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06; e 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 35 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME FECHADO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "a", e § 3º, do Código Penal. Em sendo aplicada a regra disciplinada pelo art. 69 do Código Penal (concurso material), fica o réu condenado, definitivamente, à pena de 09 (nove) anos e 1300 (mil e trezentos) dias-multa. 5. Quanto ao acusado Wenceslau Rodrigues Filho: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 1011,17 g para a droga COCAÍNA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Não há causas de aumento de pena. O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da associação ao tráfico. b) Para o delito do art. 35 da Lei 11.343/2006 (associação para o tráfico) Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Wenceslau Rodrigues Filho em 06 (seis) anos de reclusão, e 600 (seiscentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06; e 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 35 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME FECHADO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "a", e § 3º, do Código Penal. Em sendo aplicada a regra disciplinada pelo art. 69 do Código Penal (concurso material), fica o réu condenado, definitivamente, à pena de 09 (nove) anos e 1300 (mil e trezentos) dias-multa. Da não substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito. Considerando que os Réus não preenchem os requisitos do art. 44 do Código Penal, mormente pela quantidade de pena dosimetrada, deixo de converter as penas privativas de liberdade em restritivas de direito. De outro giro, tendo em vista que os acusados encontram-se em liberdade por este processo, bem como pelo fato de que não estão presentes as circunstâncias do artigo 312 do Código de Processo Penal, concedo-lhes o direito de recorrerem em liberdade por este processo. Desnecessária a expedição de alvará de soltura, vez que os sentenciados já encontram-se em liberdade. Da incineração das substâncias apreendidas: Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com os Réus e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bens e valores: Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto de fls. 17, em favor da União. Das custas processuais: Condeno os Réus, ainda, ao pagamento das custas processuais. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome dos Réus no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação dos Réus, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEP; Aplique-se a detração no que couber; À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. P.R.I.C.

ADV: EDER CARLOS RIBEIRO PIRES (OAB 7901/AM), ADV: JOSÉ NAZARENO DA SILVA (OAB 3052/AM), ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0230273-36.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Elton Mota de Oliveira - Maria

Izaurina Mota de Oliveira e outro - INDICIADO: Liziomar Marques Mota - Giselle Gomes Litaiff - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 26/09/2019 às 13:00h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0235630-21.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Elen Chaiani Pimenta Pimentel - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0235630-21.2018.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Réu, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, ELEN CHAIANI PIMENTA PIMENTEL, Brasileiro(a), Companheira, Prendas do Lar, RG 3055970-7, CPF 037.244.292-74, com endereço à Rua Dom Bosco, 796, Cidade de Deus, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 29 de agosto de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0244853-03.2015.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Everton Souza Izel - ISMAEL DOS SANTOS MELO RIBEIRO - PETERSON LUIS PEREIRA LIMA - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0244853-03.2015.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Indiciado, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, EVERTON SOUZA IZEL, Brasileiro(a), Convivente, Cobrador, RG 2530497-6/AM, pai Jack Douglas Almeida Izel, mãe Elisangela Teixeira de Souza, Nascido/Nascida em 02/09/1991, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua 12, 113, Conjunto Castanheiras, Zumbi, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 29 de agosto de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM) - Processo 0251213-90.2011.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Wicalo Ricardo Amaral dos Santos - Thiago Carlos Pereira e outro - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR Thiago Carlos Pereira, como incurso nas penas do artigo 33 da Lei 11.343/06; e ABSOLVÊ-LOS das penas impostas pelo artigo 35 da Lei 11.343/06 c/c art. 12 e 16, parágrafo único, IV, da Lei 10.826/03, com fundamento no artigo 386, VII do Código de Processo Penal, razão pela qual passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. a) Para o delito do artigo 33 da Lei 11.343/06: Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Não há causas de aumento de pena. Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 2/3 (dois terços), em virtude das circunstâncias judiciais favoráveis e da primariedade do réu. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Thiago Carlos Pereira em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão, e 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea “c”, e § 3º, do Código Penal. Da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito. Considerando as circunstâncias judiciais favoráveis e se tratar de acusado primário e de bons antecedentes, bem assim a Resolução a norma acima citada não se coaduna com a ordem constitucional, em especial ao princípio da proporcionalidade e da individualização da pena, previsto no art. 5º, XLVI da Lei Maior. No caso em tela, a sanção privativa de liberdade mostra-se exagerada e desproporcional para a baixa ofensividade demonstrada pelo acusado no curso da empreitada criminosa, caracterizando uma punibilidade exorbitante ao fato criminoso, razão pela qual decido pela substituição na forma abaixo exposta e em consonância com o art. 43 e seguintes do Código Penal. Por oportuno, deve ser frisado que o E. Supremo Tribunal Federal, no Habeas Corpus n. 97256 impetrado pela Defensoria Pública da União, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 44 da Lei de Drogas, tendo o Relator do caso, Exmo. Ministro Ayres Brito aduzido que a referida vedação impede a possibilidade do magistrado optar pela pena mais adequada ao caso e ao infrator, sendo mácula ao princípio da individualização da pena. Destarte, os elementos dos autos evidenciam que a referida substituição é socialmente recomendável ao acusado, razão pela qual, com fundamento da novel jurisprudência do STF, acato incidenter tantum a inconstitucionalidade dos arts. 33, §4º e 40 da Lei de Drogas para converter a pena privativa de liberdade em duas restritivas de direitos, de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e limitação de fim de semana, na forma dos arts. 44, § 2º c/c 46 e 48 do CP, pelo período de 01 (um) ano e 08 (oito) meses, a ser executada na forma e em estabelecimento(s) indicado(s) pela Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas VEMEPA. Tendo em vista a substituição da pena privativa de liberdade e por se tratar de réu primário e de bons antecedentes, concedo o direito de recorrer em liberdade, consoante o disposto no art. 59 da Lei 11.343/2006. Desnecessária a expedição de Alvará de Soltura visto que o Réu encontra-se solto. Da prescrição da pretensão punitiva com base na pena in concreto: Tendo em vista que o lapso do prazo prescricional de 04 (quatro) anos transcorreu sem que houvesse causa suspensiva ou interruptiva do andamento, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, com fundamento nos artigos 107 c/c 109 do Código Penal. Da incineração da(s) substância(s) apreendida(s):

Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com o Réu e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bem(ns) e/ou valor(es): Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto de fls. 10/11, em favor da União. Das custas processuais: Custas pelo Estado. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Dê-se baixa no nome do Réu no sistema SAJ/PG5; P.R.I.C.

ADV: SHYRLEY CASTELO BRANCO MONTEIRO (OAB 2030/AM), ADV: CHRISTINE MONTEIRO AUGUSTO SOUZA (OAB 5087/AM) - Processo 0255501-76.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0207589-83.2014.8.04.0001) (processo principal 0207589-83.2014.8.04.0001) - Insanidade Mental do Acusado - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - CURATELADA: Roberta Couto Teixeira - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0255501-76.2014.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Christine Monteiro Augusto Souza OAB 5087/AM e Shyrley Castelo Branco Monteiro OAB 2030/AM, advogado(a) de ROBERTA COUTO TEIXEIRA, RG 1314846-0/SSP-AM, com endereço à Rua Abel, 362, Novo Aleixo, CEP 69000-000, Manaus - AM, para tomar ciência, nesta data, da Decisão proferida nos autos virtuais supramencionados de fls. 110. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus(AM.), 26 de agosto de 2019. Eu, Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: EDMILSON FREITAS MESQUITA (OAB 10115/AM) - Processo 0257043-37.2011.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Willams Jamsen Borges Batista - Ely Freitas de Mesquita - DENUNCIADA: TAMIRES FREITAS DE MESQUITA - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0257043-37.2011.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Edmilson Freitas Mesquita OAB 10115/AM, advogado(a) de TAMIRES FREITAS DE MESQUITA, denunciado(a) como incurso(a) no(s) art.(s) 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar MEMORIAIS no processo em epígrafe, conforme art. 403, §3º, do Código de Processo Penal. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 29 de agosto de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento n.º 004/1994-CGJ.

ADV: ROSÂNGELA GALVÃO OLIVEIRA (OAB 5630/AM), ADV: FÁBIO DU SILVAN CASTRO DA SILVA (OAB 10975/AM) - Processo 0258981-62.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Thiago Castro da Gama - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR Thiago Castro da Gama, como incurso nas penas do artigo 33 da Lei 11.343/06, razão pela qual passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. a) Para o delito do artigo 33 da Lei 11.343/06: Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Não há causas de aumento de pena. Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 2/3 (dois terços), em virtude das circunstâncias judiciais favoráveis e da primariedade do réu. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Thiago Castro da Gama em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão, e 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "c", e § 3º, do Código Penal. Da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito. Considerando as circunstâncias judiciais favoráveis e se tratar de acusado primário e de bons antecedentes, bem assim a Resolução a norma acima citada não se coaduna com a ordem constitucional, em especial ao princípio da proporcionalidade e da individualização da pena, previsto no art. 5º, XLVI da Lei Maior. No caso em tela, a sanção privativa de liberdade mostra-se exagerada e desproporcional para a baixa ofensividade demonstrada pelo acusado no curso da empreitada criminosa, caracterizando uma punibilidade exorbitante ao fato criminoso, razão pela qual decido pela substituição na forma abaixo exposta e em consonância com o art. 43 e seguintes do Código Penal. Por oportuno, deve ser frisado que o E. Supremo Tribunal Federal, no Habeas Corpus n. 97256 impetrado pela Defensoria Pública da União, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 44 da Lei de Drogas, tendo o Relator do caso, Exmo. Ministro Ayres Brito aduzido que a referida vedação impede a possibilidade do magistrado optar pela pena mais adequada ao caso e ao infrator, sendo mácula ao princípio da individualização da pena. Destarte, os elementos dos autos evidenciam que a referida substituição é socialmente recomendável ao acusado, razão pela qual, com fundamento da novel jurisprudência do STF, acato incidenter tantum a inconstitucionalidade dos arts. 33, §4º e 40 da Lei de Drogas para converter a pena privativa de liberdade em duas restritivas de direitos, de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e limitação de fim de semana, na forma dos arts. 44, § 2º c/c 46 e 48 do CP, pelo período de 01 (um) ano e 08 (oito) meses, a ser executada na forma e em estabelecimento(s) indicado(s) pela Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas VEMEPA. Tendo em vista a substituição da pena privativa de liberdade e por se tratar de réu primário e de bons antecedentes, concedo o direito de recorrer em liberdade, consoante o disposto no art. 59 da Lei 11.343/2006. Desnecessária a expedição de Alvará de Soltura visto que o Réu encontra-se solto. Da prescrição da pretensão punitiva com base na pena in concreto: Tendo em vista que o lapso do prazo prescricional de 04 (quatro) anos transcorreu sem que houvesse causa suspensiva ou interruptiva do andamento, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, com fundamento nos artigos 107 c/c 109 do Código Penal. Da incineração da(s) substância(s) apreendida(s): Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com o Réu e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bem(ns) e/ou valor(es): Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto de fls. 10/11, em favor da União. Das custas processuais: Custas pelo Estado. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-

se as seguintes providências: Dê-se baixa no nome do Réu no sistema SAJ/PG5; P.R.I.C.

ADV: MARCILINHA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 4964/AM), ADV: FRANCISCA LÍGIA LEITE DE FREITAS (OAB 2826/AM), ADV: LYGIANA GONÇALVES LEITE DE FREITAS (OAB 5356/AM) - Processo 0264479-81.2010.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jandison Vieira da Silva - Maria Leila Mendes de Brito - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR Jandison Vieira da Silva e Maria Leila Mendes de Brito, como incursos nas penas dos artigos 33 da Lei 11.343/06, e ABSOLVÊ-LOS das penas impostas pelo artigo 35 da Lei 11.343/06, com fundamento no artigo 386, VII do Código de Processo Penal. Posto isso, passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. 1. Quanto ao acusado Jandison Vieira da Silva: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Não há causas de aumento de pena. Aumento a pena de 1/6 (um sexto) em razão da atividade ilícita do Réu envolver adolescente (art. 40, VI, Lei 11.343/06). Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 2/3 (dois terços), em virtude das circunstâncias judiciais favoráveis e da primariedade do réu. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Jandison Vieira da Silva em 01 (um) ano e 11 (onze) meses de reclusão, e 193 (cento e noventa e três) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "c", e § 3º, do Código Penal. 2. Quanto à ré Maria Leila Mendes de Brito: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Não há causas de aumento de pena. Aumento a pena de 1/6 (um sexto) em razão da atividade ilícita do Réu envolver adolescente (art. 40, VI, Lei 11.343/06). Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 2/3 (dois terços), em virtude das circunstâncias judiciais favoráveis e da primariedade do réu. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao réu Maria Leila Mendes de Brito em 01 (um) ano e 11 (onze) meses de reclusão, e 193 (cento e noventa e três) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "c", e § 3º, do Código Penal. Da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito. Considerando as circunstâncias judiciais favoráveis e se tratar de acusado primário e de bons antecedentes, bem assim a Resolução a norma acima citada não se coaduna com a ordem constitucional, em especial ao princípio da proporcionalidade e da individualização da pena, previsto no art. 5º, XLVI da Lei Maior. No caso em tela, a sanção privativa de liberdade mostra-se exagerada e desproporcional para a baixa ofensividade demonstrada pelo acusado no curso da empreitada criminosa, caracterizando uma punibilidade exorbitante ao fato criminoso, razão pela qual decido pela substituição na forma abaixo exposta e em consonância com o art. 43 e seguintes do Código Penal. Por oportuno, deve ser frisado que o E. Supremo Tribunal Federal, no Habeas Corpus n. 97256 impetrado pela Defensoria Pública da União, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 44 da Lei de Drogas, tendo o Relator do caso, Exmo. Ministro Ayres Brito aduzido que a referida vedação impede a possibilidade do magistrado optar pela pena mais adequada ao caso e ao infrator, sendo mácula ao princípio da individualização da pena. Destarte, os elementos dos autos evidenciam que a referida substituição é socialmente recomendável aos acusados, razão pela qual, com fundamento da novel jurisprudência do STF, acato incidenter tantum a inconstitucionalidade dos arts. 33, §4º e 40 da Lei de Drogas para converter a pena privativa de liberdade em duas restritivas de direitos, de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e limitação de fim de semana, na forma dos arts. 44, § 2º c/c 46 e 48 do CP, pelo período de 01 (um) ano e 11 (onze) meses, a ser executada na forma e em estabelecimento(s) indicado(s) pela Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas VEMEPA. Tendo em vista a substituição da pena privativa de liberdade e por se tratar de réu primário e de bons antecedentes, concedo o direito de recorrer em liberdade, consoante o disposto no art. 59 da Lei 11.343/2006. Desnecessária a expedição de Alvará de Soltura visto que os Réus encontram-se soltos. Da prescrição da pretensão punitiva com base na pena in concreto: Tendo em vista que o lapso do prazo prescricional de 04 (quatro) anos transcorreu sem que houvesse causa suspensiva ou interruptiva do andamento, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, com fundamento nos artigos 107 c/c 109 do Código Penal. Da incineração das substâncias apreendidas: Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com os Réus e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bens e valores: Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto de fls. 17, em favor da União. Das custas processuais: Custas pelo Estado. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Dê-se baixa no nome dos Réus no sistema SAJ-PG5; P.R.I.C.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0601644-74.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTORFATO: João Carlos Faba Vasques - O(A)

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0601644-74.2019.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Autor do Fato, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, JOÃO CARLOS FABA VASQUES, Brasileiro(a), com endereço à Rua São Valentim, 125, Monte das Oliveiras, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 29 de agosto de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0602494-31.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Heber de Souza Lima - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0602494-31.2019.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Réu, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, HEBER DE SOUZA LIMA, Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado, RG 0781659-6, pai Fernando Lima da Silva, mãe Eunice de Souza da SIlva, Nascido/Nascida em 31/08/1966, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Maias, 313, Morro da Liberdade, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 29 de agosto de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: MOISÉS ELIAS DA SILVA (OAB 6887/AM) - Processo 0606212-07.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Rômulo Solimões Marinho - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Rômulo Solimões Marinho, Dr.(a) Moisés Elias da Silva OAB 6887/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 24/09/2019 às 09:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 27 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA VIANA (OAB 5750/AM) - Processo 0607557-08.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Adriano Rodrigues de Queiroz - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Adriano Rodrigues de Queiroz, Dr.(a) Antônio José Barbosa Viana OAB 5750/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 26/09/2019 às 08:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 29 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: MARLON SANTOS DE OLIVEIRA (OAB 10137/AM) - Processo 0610549-39.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Andrey Jhonny Pinto da Silva - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Andrey Jhonny Pinto da Silva, Dr.(a) Marlon Santos de Oliveira OAB 10137/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 24/09/2019 às 08:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 27 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: KATHLEEN SOUZA DE OLIVEIRA BELOTA (OAB 9093/AM), ADV: MAÍSA MORAIS DA SILVA (OAB 8055/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM), ADV: KAREN REGINA NOGUEIRA RAMALHOSA (OAB 9101/AM), ADV: MICHEL ALEX DA CUNHA ALVES MAIA (OAB 9543/AM), ADV: RÚBIA HELENA NASCIMENTO FERREIRA (OAB 9013/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: THAYS STEFANY SOUZA DA SILVA (OAB 12289/AM), ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM), ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: ANTÔNIO AUGUSTO BRITO FEIJÓ JÚNIOR (OAB 8408/AM), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: ROSÂNGELA AMORIM DA SILVA (OAB 5760/AM) - Processo 0612778-35.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Elias Costa da Silva - Genilson da Silva Cunha - Reinaldo Costa da Silva - Susiane Batista de Souza - Vistos, etc. Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO A APELAÇÃO de fls. 532/545, no seu duplo efeito legal, ex vi do art. 593, I, do Código de Processo Penal. Vista ao Ministério Público para as contra-razões no prazo da lei, após remetam-se os autos à Instância Superior, com as homenagens de estilo. Intimem-se. À secretaria para providências.

ADV: RODRIGO RODRIGUES CAMPOS (OAB 12150/AM), ADV: ADRIELLY EDUARDA DA SILVA ALMEIDA (OAB 14513/AM) - Processo 0613115-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jefferson Rhuan Barros de Lima - Lewy Souza da Silva - Luciana Oliveira da Silva e outro - Vistos, etc. Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO A APELAÇÃO de fls. 372, no seu duplo efeito legal, ex vi do art. 593, I, do Código de Processo Penal. Tendo optado o apelante por arrazoar perante à 2ª instância, encaminhe-se imediatamente ao TJAM, para distribuição, nos termos do art. 600, § 4º do mesmo diploma legal. Intimem-se. À secretaria para providências.

ADV: ANDRÉ RICARDO DE ARAÚJO SANTIAGO (OAB 11875/AM) - Processo 0613866-45.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADA: Tatiane Alves dos Santos - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Tatiane Alves dos Santos, Dr.(a) André Ricardo de Araújo Santiago OAB 11875/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes,

instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 23/09/2019 às 08:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 23 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0615549-75.2017.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Posse de Drogas para Consumo Pessoal - AUTORFATO: Alano de Souza Martins - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0615549-75.2017.8.04.0015 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Autor do Fato, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, ALANO DE SOUZA MARTINS, Brasileiro(a), Convivente, Autônomo, RG 1668447, CPF 510.724.592-72, com endereço à Av. Laguna, 85, Lirio do Vale, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 29 de agosto de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: SULENE SOCORRO CARVALHO VERISSIMO DE OLIVEIRA (OAB 2557/AM), ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: BELMIRO GONÇALVES VIANEZ NETO (OAB 6846/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: JOSÉ AMSTERDAM PORTUGAL BRANDÃO (OAB 10350/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0619777-72.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: OSMAR VIANA DA SILVA - ROBSON MARQUES SOARES e outro - Recebi hoje. O(s) advogado(s) do(s) acusado(s) ROBSON MARQUES SOARES, OSMAR VIANA DA SILVA e ALASON MACIEL DE SOUZA, devidamente intimado(s) para apresentar alegações finais (fls. 550), deixou(ram) transcorrer o prazo legal sem qualquer manifestação, tendo abandonando o processo no estado em que se encontra. Destarte, no intuito de evitar prejuízos a defesa, notifique-se pessoalmente o(s) referido(s) acusado(s) para constituir novo advogado, a fim de que este apresente, no prazo de 10 (dez) dias, alegações finais escritas. No caso de restar infrutífera a notificação do(s) acusado(s) por motivo de local incerto e não sabido, proceda-se a notificação por edital. Por fim, transcorrido o prazo acima assinalado sem qualquer manifestação, fica desde logo nomeado a Defensoria Pública para atuar no prosseguimento do feito. Após a juntada das referidas alegações finais, promova-se a conclusão dos autos para sentença. Cumpra-se.

ADV: EDINEI LOURENÇO DE CARVALHO JÚNIOR (OAB 9347/AM), ADV: JOANILDES DE PAULA FREITAS FERNANDES (OAB 13911/AM), ADV: ADRIHAN LINKOHL RODRIGUES CARDOSO (OAB 11043/AM), ADV: JEBERSON FERNANDES DOS SANTOS (OAB 12432/AM), ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM) - Processo 0620465-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Mozaniel Ambrosio de Souza - Josias Alves Barbosa - Elcias Pereira Tiburcio - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Josias Alves Barbosa, Elcias Pereira Tiburcio e Mozaniel Ambrosio de Souza, Dr.(a) Fabrício Arteiro de Paiva OAB 11185/AMJeberson Fernandes dos Santos OAB 12432/AM e Adrihan Linkohl Rodrigues Cardoso OAB 11043/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 25/09/2019 às 13:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 29 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: FRANCIEL FRANCO DE SOUZA ALMEIDA (OAB 9301/AM), ADV: ADONAI ROCHA DE OLIVEIRA (OAB 9162/AM) - Processo 0627372-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Fabio Cunha dos Santos - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0627372-20.2019.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do Dr. Adonai Rocha de Oliveira OAB 9162/AM e Franciel Franco de Souza Almeida OAB 9301/AM, advogados de FABIO CUNHA DOS SANTOS, RG 13962230. Local de prisão: Não especificado - CEP 69000-000, Manaus - AM. Endereço: Rua Eduardo Braga, 10, Terra Nova Iii, CEP 69000-000, Manaus - AM, condenado como incurso no art. 33 da Lei nº 11.343/06, da Sentença prolatada nos autos supramencionados de fls. 165/170, para, querendo, recorra no prazo de 05 (cinco) dias. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus(AM.), 23 de agosto de 2019. Eu, Eduardo Freitas Moraes, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: GIOVANNI TAVARES RODRIGUES (OAB 9473/AM), ADV: TASSIA ALFAIA DO LAGO MAIA (OAB 11722/AM), ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM) - Processo 0628794-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jose Eduardo da Silva Brabo Junior - Matheus Froes do Rosario - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR Jose Eduardo da Silva Brabo Junior e Matheus Froes do Rosario, como incursos nas penas dos artigos 33 da Lei 11.343/06, e ABSOLVÊ-LOS das penas impostas pelo artigo 35 da Lei 11.343/06, com fundamento no artigo 386, VII do Código de Processo Penal; Bem como CONDENAR Jose Eduardo da Silva Brabo Júnior, como incursos nas penas dos artigos 16 da Lei 10.826/03. Posto isso, passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. 1. Quanto ao acusado Jose Eduardo da Silva Brabo Junior: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 1815 g para a droga MACONHA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos

de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Agravo a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa, em decorrência da reincidência (arts. 61, I, do CP), referente a condenação do Réu no processo de nº 0206036-93.2017.8.04.0001. Sem atenuantes. Não há causas de aumento de pena. O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da reincidência. b) Para o delito do art. 16 da Lei 10.826/2003 Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 300 (trezentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Jose Eduardo da Silva Brabo Junior em 07 (sete) anos de reclusão, e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06; e 3 (três) anos de reclusão e 300 (trezentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 16 da Lei 10.826/03, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME FECHADO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "a", e § 3º, do Código Penal. Em sendo aplicada a regra disciplinada pelo art. 69 do Código Penal (concurso material), fica o réu condenado, definitivamente, à pena de 10 (dez) anos e 1000 (mil) dias-multa. 2. Quanto ao réu Matheus Froes do Rosario: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 1815 g para a droga MACONHA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Sem agravantes. Atenuo a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa por ter confessado (art. 65, III, "d", CP). Não há causas de aumento de pena. Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 1/3 (um terços), em razão da quantidade de droga apreendida. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao réu Matheus Froes do Rosario em 03 (três) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, e 333 (trezentos e trinta e três) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "c", e § 3º, do Código Penal. Da não substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito ao réu José. Considerando que o Réu não preenche os requisitos do art. 44 do Código Penal, mormente pela quantidade de pena dosimetrada, deixo de converter as penas privativas de liberdade em restritivas de direito. De outro giro, tendo em vista que o acusado encontra-se preso por este processo, bem como pelo fato de que estão presentes as circunstâncias do artigo 312 do Código de Processo Penal, nego-lhe o direito de recorrer em liberdade por este processo. Da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito ao réu Matheus. Considerando as circunstâncias judiciais favoráveis e se tratar de acusado primário e de bons antecedentes, bem assim a Resolução a norma acima citada não se coaduna com a ordem constitucional, em especial ao princípio da proporcionalidade e da individualização da pena, previsto no art. 5º, XLVI da Lei Maior. No caso em tela, a sanção privativa de liberdade mostra-se exagerada e desproporcional para a baixa ofensividade demonstrada pelo acusado no curso da empreitada criminosa, caracterizando uma punibilidade exorbitante ao fato criminoso, razão pela qual decido pela substituição na forma abaixo exposta e em consonância com o art. 43 e seguintes do Código Penal. Por oportuno, deve ser frisado que o E. Supremo Tribunal Federal, no Habeas Corpus n. 97256 impetrado pela Defensoria Pública da União, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 44 da Lei de Drogas, tendo o Relator do caso, Exmo. Ministro Ayres Brito aduzido que a referida vedação impede a possibilidade do magistrado optar pela pena mais adequada ao caso e ao infrator, sendo mácula ao princípio da individualização da pena. Destarte, os elementos dos autos evidenciam que a referida substituição é socialmente recomendável aos acusados, razão pela qual, com fundamento da novel jurisprudência do STF, acato incidenter tantum a inconstitucionalidade dos arts. 33, §4º e 40 da Lei de Drogas para converter a pena privativa de liberdade em duas restritivas de direitos, de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e limitação de fim de semana, na forma dos arts. 44, § 2º c/c 46 e 48 do CP, pelo período de 03 (três) anos e 04 (quatro) meses, a ser executada na forma e em estabelecimento(s) indicado(s) pela Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas VEMEPA. Tendo em vista a substituição da pena privativa de liberdade e por se tratar de réu primário e de bons antecedentes, concedo o direito de recorrer em liberdade, consoante o disposto no art. 59 da Lei 11.343/2006. Desnecessária a expedição de Alvará de Soltura visto que o Réu encontra-se solto. Da incineração das substâncias apreendidas: Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com os Réus e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bens e valores: Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto de fls. 04/05, em favor da União. Das custas processuais: Condeno os Réus, ainda, ao pagamento das custas processuais. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome dos Réus no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação dos Réus, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEP/VEMEPA; Aplique-se a detração no que couber; À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. Encaminhe-se as armas de fogo e munições apreendidas ao Comando do Exército, na forma do artigo 25 da Lei nº 10.826/2003. P.R.I.C.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0631746-79.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Airton Beleza dos Santos - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0631746-79.2019.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Indiciado, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, AIRTON BELEZA DOS SANTOS, RG 28724801SSP/AM, pai FRANCISCO PEREIRA DOS SANTOS, mãe MARIA DO ROSARIO LABORDA BELEZA, Nascido/Nascida em 28/12/1994, natural de Manaus - AM, com endereço à Nova Olinda, 6A, Compensa, CEP 69036-571, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo

que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 29 de agosto de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: ANA PAULA DA SILVA BEZERRA (OAB 5797/AM), ADV: CHRISTIAN ARAUJO DE SOUZA (OAB 13291/AM), ADV: CHRISTIAN ARAÚJO DE SOUZA (OAB 13291/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM), ADV: HELDER BRANDÃO GÓES (OAB 9780/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: JEFFERSON OLIVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 13823/AM), ADV: LAURI DARIO BOCK (OAB 12074/AM), ADV: LUIZ FELIPE TAVARES VEIGA (OAB 13150/AM), ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM) - Processo 0634694-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Arlison Silva de Andrade - Erivelton Damasco Oliveira da Silva - Heliton Gonçalves Brandão - Mateus Nunes dos Santos - Matheus Moraes Lira - Mauricio Castro da Silva - Richarles Medeiros de Souza - Mauricio de Souza Lacerda - Pedro Vieira Mendonça - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 07/10/2019 às 11:00h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0635542-78.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: José Rodrigo de Sá Lima - Vanderson Monteiro Farias - Tendo em vista que, em consulta com o SAJ, o acusado encontra-se preso por outro processo, NOTIFIQUE-SE o Denunciado Vanderson Monteiro Farias para apresentar defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias (art. 55, caput, da Lei 11.343/2006). Na hipótese de escoamento do prazo sem que haja manifestação, observado os termos do art. 5º, §3º, da Lei n.º 11.419/06, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública do Estado, a fim representar o acusado e praticar todos os atos processuais pertinentes. Após, promova-se a conclusão dos autos. Intime-se.

ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0637264-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Rhuan Travassos Dias - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 02/10/2019 às 12:00h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: VÍTOR CASSIANO LOUZADA (OAB 14422/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM) - Processo 0637779-85.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Gênesis Aguiar de Moraes - RÉU: Marlisson da Silva Rodriguês - NOTIFIQUE-SE os Denunciados Marlisson da Silva Rodriguês e Gênesis Aguiar de Moraes para apresentarem defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias (art. 55, caput, da Lei 11.343/2006). Na hipótese de escoamento do prazo sem que haja manifestação, observado os termos do art. 5º, §3º, da Lei n.º 11.419/06, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública do Estado, a fim representar os acusados e praticar todos os atos processuais pertinentes. Cumpra-se o item 4 da Denúncia. Após, promova-se a conclusão dos autos. Intime-se.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0641434-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jackson Pereira Maquine - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Jackson Pereira Maquine, Dr.(a) Érica Cândida Costa OAB 12473/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 23/09/2019 às 12:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0643528-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Erivan Rodrigues Alfaia - Pelo exposto, CONCEDO LIBERDADE PROVISÓRIA em favor de Erivan Rodrigues Alfaia, nos termos do art. 321, do CPP, devendo comparecer a todos os atos do processo, não se ausentar da comarca sem autorização deste juízo e deve permanecer em seu domicílio no período noturno e nos dias de folga, inclusive não comparecer à bares ou outros locais que comercializem bebida alcoólica, sob pena de revogação do benefício. EXPEÇA-SE ALVARÁ DE SOLTURA E TERMO DE COMPROMISSO, constando naquele a aplicação das medidas cautelares do art. 319, incisos I, II, IV e V, do CPP, e que seu descumprimento acarreta na revogação do benefício. Determino, ainda, que o réu compareça a este juízo mensalmente para assinatura do referido Termo de Compromisso. Deverá ainda comparecer às Reuniões do Grupo dos Narcóticos Anônimos, devendo apresentar declaração de frequência sempre que retornar a este Juízo para assinatura do termo de comparecimento mensal. ENCAMINHE-SE Erivan Rodrigues Alfaia ao PROJETO REEDUCAR. Intime-se.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0643528-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Erivan Rodrigues Alfaia - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 24/09/2019 às 12:00h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0643528-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Erivan Rodrigues Alfaia - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Erivan Rodrigues Alfaia, Dr.(a) Luciana da Silva Terças OAB 4121/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 24/09/2019 às 12:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 27 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0648754-06.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Erick Ribeiro Brandão - Reginaldo do Carmo Costabile - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0648754-06.2018.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Indiciado, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba,

s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, REGINALDO DO CARMO COSTABILE, Brasileiro(a), Casado, Desempregado, RG 1919801-9, pai Manoel Campos Soares, mãe Maria Raimunda do Carmo Costabile, Nascido/Nascida em 08/05/1982, natural de Oriximina - PA, com endereço à Rua Sansão, 38, Novo Israel, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 29 de agosto de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0649174-11.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Luis Philipe de Almeida Malvão - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0649174-11.2018.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Indiciado, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, LUIS PHILIPE DE ALMEIDA MALVÃO, Brasileiro(a), Convivente, Desempregado, RG 2248742-5, pai Adilson Fernandes Malvao, mãe Maria Cristina de Almeida, Nascido/Nascida em 15/03/1994, natural de Angra dos Reis - RJ, com endereço à Beco Buriti, 54, Comunidade Luiz Otávio, Monte das Oliveiras, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 29 de agosto de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: SEM PATRONO (OAB /AM), ADV: SIMONE ALENCAR OMENA (OAB 4327/AM), ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: ALINE ALENCAR DE HOLANDA FARIAS (OAB 14069/AM) - Processo 0649183-70.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Felipe Batista Ribeiro - INDICIADA: Jacklyne Karla Barbosa Pedroso - Tiago Jorge Ferreira Schutze - Samuel Amaral Farias - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0649183-70.2018.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Indiciado, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, TIAGO JORGE FERREIRA SCHUTZE, Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado, RG 3068170-7, pai Rogerio Jorge Schutze, mãe Cristianday Correa Ferreira, Nascido/Nascida em 14/03/2000, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Sena, 52, João Paulo 2, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 29 de agosto de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: GEORGE DE MELO MONTEIRO (OAB 8466/AM), ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0652338-81.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Renato Felix da Silva - INDICIADO: André Luiz Vasconcelos da Silva - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Renato Felix da Silva, Dr.(a) George de Melo Monteiro OAB 8466/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 24/09/2019 às 13:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 27 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

Adonai Rocha de Oliveira (OAB 9162/AM)
Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM)
Adrielly Eduarda da Silva Almeida (OAB 14513/AM)
Adrihan Linkohl Rodrigues Cardoso (OAB 11043/AM)
Alcides Andrade (OAB 6377/AM)
Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Aline Alencar de Holanda Farias (OAB 14069/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Ana Paula da Silva Bezerra (OAB 5797/AM)
André Ricardo de Araújo Santiago (OAB 11875/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Aniello Miranda Aufiero (OAB 1579/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB 9777/AM)
Antônio Augusto Brito Feijó Júnior (OAB 8408/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Antônio José Barbosa Viana (OAB 5750/AM)
Ary Sérgio da Motta (OAB 82A/AM)
Augusto Sampaio de Araújo Netto (OAB 11809/AM)
Belmiro Gonçalves Vianez Neto (OAB 6846/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Christian Araujo de Souza (OAB 13291/AM)
Christian Araújo de Souza (OAB 13291/AM)
Christine Monteiro Augusto Souza (OAB 5087/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Danielle Aufiero Monteiro de Paula (OAB 6945/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
Eder Carlos Ribeiro Pires (OAB 7901/AM)
Edinei Lourenço de Carvalho Júnior (OAB 9347/AM)
Edmilson Freitas Mesquita (OAB 10115/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Elzu Sousa Alves (OAB 9641/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
FÁBIO DU SILVAN CASTRO DA SILVA (OAB 10975/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Franciel Franco de Souza Almeida (OAB 9301/AM)
Francisca Lígia Leite de Freitas (OAB 2826/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
George de Melo Monteiro (OAB 8466/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Giovanni Tavares Rodrigues (OAB 9473/AM)
Giselle Cristina Monteiro Ferreira (OAB 11159/AM)
Gláucio Bessa de Andrade Figueira (OAB 4993/AM)
Gracilene da Silva Souza Sierpinski (OAB 10693/AM)
Helder Brandão Góes (OAB 9780/AM)
Igor Brandão Barbosa (OAB 6598/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)

Jackson da Cruz Andrade (OAB 2460/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
Jeberson Fernandes dos Santos (OAB 12432/AM)
Jefferson Oliveira do Nascimento (OAB 13823/AM)
Jennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira (OAB 8383/AM)
Joanildes de Paula Freitas Fernandes (OAB 13911/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
José Amsterdam Portugal Brandão (OAB 10350/AM)
José Nazareno da Silva (OAB 3052/AM)
Julie Stephane Lima Bruce (OAB 8096/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karen Regina Nogueira Ramalhosa (OAB 9101/AM)
Karleno José Pereira (OAB 9059/AM)
Kathleen Souza de Oliveira Belota (OAB 9093/AM)
Lauri Dario Bock (OAB 12074/AM)
Leandro Olavo da Costa (OAB 10565/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
LUIS JORGE DE ARRUDA ROSAS (OAB 1079/AM)
Luiz Felipe Tavares Veiga (OAB 13150/AM)
Lygiana Gonçalves Leite de Freitas (OAB 5356/AM)
MAÍSA MORAIS DA SILVA (OAB 8055/AM)
Marcilinha Santana de Oliveira (OAB 4964/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Mário Vítor Magalhães Aufiero (OAB 8787/AM)
Marleide Saraiva do Amaral (OAB 6167/AM)
Marlon Santos de Oliveira (OAB 10137/AM)
Michael Queiroz Leitão (OAB 9714/AM)
Michel Alex da Cunha Alves Maia (OAB 9543/AM)
Moisés Elias da Silva (OAB 6887/AM)
Monique Rodrigues da Cruz (OAB 4292/AM)
Mozarth Ribeiro Bessa Neto (OAB 4390/AM)
Nancy Maggio (OAB 6460/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Ocimar Rommel Souza Cardoso (OAB 12323/AM)
Patricia Raquel Bezerra Delgado (OAB 6859/AM)
Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Rodrigo Rodrigues Campos (OAB 12150/AM)
Rômulo Almeida do Nascimento (OAB 2150/AM)
Rosângela Amorim da Silva (OAB 5760/AM)
Rosângela Galvão Oliveira (OAB 5630/AM)
Rúbia Helena Nascimento Ferreira (OAB 9013/AM)
Salima Goreth Menescal de Oliveira (OAB 7720/AM)
Sâmea Picanço Oliveira (OAB 10852/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)
Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)
Shyrley Castelo Branco Monteiro (OAB 2030/AM)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Simon de Souza Guimarães Bessa (OAB 8640/AM)
Simone Alencar Omena (OAB 4327/AM)
Stephanie Grazielle de Souza Albertino (OAB 10099/AM)
Sulene Socorro Carvalho Verissimo de Oliveira (OAB 2557/AM)
Tassia Alfaia do Lago Maia (OAB 11722/AM)
Thays Stefany Souza da Silva (OAB 12289/AM)
Veraci Torres da Silva (OAB 3162/AM)
Vítor Cassiano Louzada (OAB 14422/AM)
Washington Luiz Costa de Jesus (OAB 3172/AM)
Yuri Bentes Guimarães (OAB 10778/AM)

2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0247/2019

ADV: ALBERT VALENTE MATOS (OAB 9303/AM) - Processo 0200089-63.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: A Sociedade - RÉU: Olavo Amaro dos Santos - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS A Doutora Rosália Guimarães Sarmento, Juíza de Direito da 2ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus: FAZ SABER, por meio do presente EDITAL, a todos que dele tomarem conhecimento, sobretudo os ADVOGADOS, para que no prazo de CINCO DIAS apresente as ALEGAÇÕES FINAIS EM FORMA DE MEMORIAIS ESCRITOS DE SEU OUTORGANTE.

ADV: MARCIO THIAGO DOS SANTOS SOUZA (OAB 8808/AM) - Processo 0204931-18.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: O Estado - RÉU: Dailton Teixeira Mota e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS A Doutora Rosália Guimarães Sarmento, Juíza de Direito da 2ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus: FAZ SABER, por meio do presente EDITAL, a todos que dele tomarem conhecimento, sobretudo os ADVOGADOS, para que no prazo de CINCO DIAS apresente as ALEGAÇÕES FINAIS EM FORMA DE MEMORIAIS ESCRITOS DE SEU OUTORGANTE.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0205457-87.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: O Estado - RÉU: Wendell Lopes da Silva e outros - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS A Doutora Rosália Guimarães Sarmento, Juíza de Direito da 2ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus: FAZ SABER, por meio do presente EDITAL, a todos que dele tomarem conhecimento, sobretudo os ADVOGADOS, para que no prazo de CINCO DIAS apresente as ALEGAÇÕES FINAIS EM FORMA DE MEMORIAIS ESCRITOS DE SEU OUTORGANTE.

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM) - Processo 0210695-87.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Waldeney Barroso de Freitas - Vistos estes autos, Considerando que já foi realizado o interrogatório do réu (fls. 192-193) e a oitiva de ambas as testemunhas de acusação (fl. 169-171 e fl. 249), intime-se a defesa e a acusação para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer as diligências que entender necessárias (art. 402, CPP). Em caso de manifestação positiva faça-se os autos conclusos para decisão. Não havendo requerimentos, intime-se o MP para apresentação de memoriais escritos, e posteriormente, a defesa.

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0223567-66.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: A Sociedade - RÉU: Francisco Myller Moreira da Cunha - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS A Doutora Rosália Guimarães Sarmento, Juíza de Direito da 2ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus: FAZ SABER, por meio do presente EDITAL, a todos que dele tomarem conhecimento, sobretudo os ADVOGADOS, para que no prazo de CINCO DIAS apresente as ALEGAÇÕES FINAIS EM FORMA DE MEMORIAIS ESCRITOS DE SEU OUTORGANTE.

Albert Valente Matos (OAB 9303/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Marcio Thiago dos Santos Souza (OAB 8808/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.

JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0171/2019

ADV: WILIAN DOS SANTOS TORRES JÚNIOR (OAB 11026/AM) - Processo 0200193-50.2017.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Paulo Alberto Lopes da Silva - Pelo fundamentado acima, REJEITO A DENÚNCIA oferecida em desfavor dePaulo Alberto Lopes da Silva, por ausência de justa causa, com fulcro no artigo 395, III, do Código de Processo Penal, tomando comoprecedente a recente decisão proferida pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal (STF) no HC retromencionado. Restituam-se os bens apreendidos, conforme auto de exibição e apreensão às fls. 08. Intimem-se as partes. Com o trânsito em julgado, certifique-se tal circunstância nos autos, dê-se baixa e arquivem-se, observando-se as formalidades legais. CUMPRA-SE

ADV: ANDREWS NASCIMENTO DE ABREU (OAB 4899/AM) - Processo 0255191-41.2012.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Celia Maria Dias Martinez - Processo n.°:0255191-41.2012.8.04.0001 CERTIDÃO Certifico para os devidos fins, em atenção à petição de fl. 248, que os bens só poderão ser restituídos após o trânsito em julgado da sentença de fls. 243/246. O referido é verdade e dou fé. Manaus, 28 de agosto de 2019 Marya Fernanda de Souza Martins Pina Diretora de Secretaria

ADV: FABÍOLA DA SILVA GUIMARÃES (OAB 8422/AM), ADV: OTÁVIO DIAS PEDROSA FILHO (OAB 9559/AM) - Processo 0607227-40.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - REPTADO: R.S.M. - Processo n.°:0607227-40.2019.8.04.0001 CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que a renúncia de mandato de fl. 316 foi realizada em desconformidade com o determinado no art. 112 do Código de Processo Civil, razão pela qual o(s) patrono(s) signatário(s) permanece(m) listado(s) junto ao cadastro de partes e representantes do SAJ nos autos em epígrafe. O referido é verdade e dou fé. Manaus, 29 de agosto de 2019 Marya Fernanda de Souza Martins Pina Diretora de Secretaria

ADV: JOSÉ RICARDO ALVES GONÇALVES (OAB 12097/AM), ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM) - Processo 0612749-82.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: P.A.S. e outros - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos e examinados estes autos, Trata-se de pedido de relaxamento de prisão formulado pela defesa técnica do acusado Patrick Alves da Silva, alegando constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo para a formação da culpa, em virtude do não comparecimento das testemunhas arroladas na denúncia. O Ministério Público opinou desfavoravelmente ao relaxamento da prisão do requerente, ao argumento de que não há excesso de prazo configurado. É o sucinto relatório.Decido. Compulsando os autos, de fato, verifica-se que neste caso concreto, por circunstâncias que não podem ser imputadas ao réu ou à sua Defesa Técnica, a manutenção da prisão cautelar do réu preso escapa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade que, eventualmente, legitimam, em defesa da sociedade, o elastério dos prazos processuais. Com efeito, na hipótese ora sub judice, está configurada a ilegalidade que exsurge do desarrazoado excesso de prazo para o término da instrução probatória, sendo evidente que a defesa em nada contribuiu para o referido alongamento e inexistem incidentes que possam justificar a dilação do prazo e a manutenção da prisão processual do réu, em flagrante desrespeito aos princípios da excepcionalidade e da brevidade da medida extrema do ergastulamento cautelar. Ressalte-se, por oportuno, que a Lei nº 11.343/2006 estabelece como prazo máximo para a formação da culpa um intervalo de tempo que varia entre 96 (noventa e seis) dias a 226 (duzentos e vinte e seis) dias, quando as circunstâncias especiais do caso justificarem essa dilação temporal. No caso DESSES autos, todavia, o réu encontra-se preso há 366 (trezentos e sessenta e seis) dias, não se justificando o excesso verificado, pois em casos dessa natureza o limite temporal máximo previsto em lei é de 226 (duzentos e vinte e seis) dias. O constrangimento se torna ainda mais evidente se constatarmos que a instrução probatória não se encerrou por falha do próprio Estado, com a não realização de duas audiências de instrução por razões alheias a vontade da defesa e do réu. Pelas razões acima declinadas, com fulcro no art 5º, LXV, da Constituição Federal, RELAXO a PRISÃO decretada em desfavor do acusado: PATRICK ALVES DA SILVA. Expeça-se o alvará de soltura, colocando-o incontinenti em liberdade se por “al não estiver preso”. Lavre-se, ainda, Termo de Compromisso, ficando o réu advertido de que a não observância das cláusulas contidas no referido termo poderá ensejar nova decretação de prisão preventiva. Intime-se para AIJ, já designada nos autos, no momento do cumprimento de alvará de soltura. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 28 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: RITA DE CÁSSIA RIÇA DE ARAÚJO (OAB 12787/AM) - Processo 0615463-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Thiago Sales Aricanati - DECIDO. O posicionamento do juízo foi externado e fundamentado, de tal forma que apenas se houver alteração das circunstâncias devidamente demonstrada nos autos ou decisão judicial do segundo grau de jurisdição será possível a modificação do status libertatis do indiciado. Observa-se que o acusado possui diversos registros criminais, demonstrando, com isto, que as medidas cautelares diversas da prisão são insuficientes para obstar as atividades criminosas desempenhadas pelo mesmo. Ademais, a Audiência de Instrução e Julgamento encontra-se designada para o dia 23/08/2019, ou seja, o processo está próximo ao julgamento. Diante do exposto, em consonância com o parecer do Ministério Público, INDEFIRO o pedido (fls. 116-118) de revogação da prisão preventiva de Thiago Sales Aricanati. Intime-se. P.R.I.

ADV: HELEN LEÃO BRAGA (OAB 13406/AM), ADV: MÁRCIA REGINA PACHECO OLIVEIRA (OAB 14067/AM) - Processo 0622098-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Rayme da Silva Simões - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos e examinados estes autos, Trata-se de pedido de relaxamento de prisão formulado pela defesa técnica do acusado Rayme da Silva Simões, alegando constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo para a formação da culpa, em virtude do não comparecimento das testemunhas arroladas na denúncia. O Ministério Público opinou desfavoravelmente ao relaxamento da prisão do requerente, ao argumento de que não há excesso de prazo configurado. É o sucinto relatório.Decido. Compulsando os autos, de fato, verifica-se que neste caso concreto, por circunstâncias que não podem ser imputadas ao réu ou à sua Defesa Técnica, a manutenção da prisão cautelar do réu preso escapa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade que, eventualmente, legitimam, em defesa da sociedade, o elastério dos prazos processuais. Com efeito, na hipótese ora sub judice, está configurada a ilegalidade que exsurge do desarrazoado excesso de prazo para o término da instrução probatória, sendo evidente que a defesa em nada contribuiu para o referido alongamento e inexistem incidentes que possam justificar a dilação do prazo e a manutenção da prisão processual do réu, em flagrante desrespeito aos princípios da excepcionalidade e da brevidade da medida extrema do ergastulamento cautelar. O constrangimento se torna ainda mais evidente se constatarmos que a instrução probatória não se encerrou por falha do próprio Estado, haja vista que foi expedido ofício requisitando os policiais que deveriam ser inquiridos em juízo e estes não compareceram e apenas um justificou a ausência. Pelas razões acima declinadas, com fulcro no art 5º, LXV, da Constituição Federal, RELAXO a PRISÃO decretada em desfavor do acusado: RAYME DA SILVA SIMÕES. Condiciono a expedição do alvará de soltura, à apresentação de cópia de um documento oficial com foto e comprovante de residência atualizado, que poderão ser juntados por sua Advogada, ou familiar. Após a juntada, lavre-se, expeça-se o competente alvará de soltura, e ainda, Termo de Compromisso, ficando o réu advertido de que a não observância das cláusulas contidas no referido termo poderá ensejar nova decretação de prisão preventiva. Intime-se o réu, no momento do cumprimento do alvará de soltura para audiência já designada nos autos. Vista ao MP para que conclua sua manifestação em relação a testemunha Raimundo Nonato Júnior Dantas de Mello, não localizada no endereço declinado. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 21 de

agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: HELIADY CORDOVIL DA SILVA (OAB 10496/AM), ADV: LUMA LINA OLIVEIRA LINS DE ALBUQUERQUE (OAB 11252/AM), ADV: WILLIAM LINS DE ALBUQUERQUE (OAB 13440/AM) - Processo 0624232-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: J.R.R. - M.P.X. - Vistos e examinados estes autos, Trata-se de pedido de revogação da prisão, formulado pela defesa técnica do acusado Manoel Pereira Xavier e João Roberto Ramos, em razão da não realização de AIJ, designada para o dia 22/08/2019. O Ministério Público opinou desfavoravelmente ao relaxamento da prisão dos requerentes. É o sucinto relatório.Decido. Compulsando os autos, de fato, verifica-se que neste caso concreto, por circunstâncias que não podem ser imputadas ao réu ou à sua Defesa Técnica, a manutenção da prisão cautelar dos réus preso escapa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade que, eventualmente, legitimam, em defesa da sociedade, o elastério dos prazos processuais. Com efeito, na hipótese ora sub judice, está configurada a ilegalidade que exsurge do desarrazoado excesso de prazo para o término da instrução probatória, sendo evidente que a defesa em nada contribuiu para o referido alongamento e inexistem incidentes que possam justificar a dilação do prazo e a manutenção da prisão processual do réu, em flagrante desrespeito aos princípios da excepcionalidade e da brevidade da medida extrema do ergastulamento cautelar. O constrangimento se torna ainda mais evidente se constatarmos que a instrução probatória não se encerrou por falha deste juízo, que não intimou as testemunhas e procedeu as demais requisições a fim de que a audiência ocorresse regularmente. Pelas razões acima declinadas, com fulcro no art 5º, LXV, da Constituição Federal, RELAXO a PRISÃO decretada em desfavor dos acusados: JOÃO ROBERTO RAMOS e MANOEL PEREIRA XAVIER. Expeça-se o alvará de soltura, colocando-os incontinenti em liberdade se por “al não estiver preso”. Lavre-se, ainda, Termo de Compromisso, ficando os réus advertidos de que a não observância das cláusulas contidas no referido termo poderá ensejar nova decretação de prisão preventiva. Intime-se para AIJ designada para o dia: 25/09/2019 às 13:00h, no momento do cumprimento do alvará de soltura. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 27 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: REGINA CELIA CUNHA FARIAS (OAB 13135/AM) - Processo 0625711-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Claudineide Pereira Santos - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Claudineide Pereira Santos. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, a denunciada, por sua advogada, limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão e laudo toxicológico definitivo, além de indícios de autoria que apontam para a denunciada, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando a denunciada por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 16/10/2019 às 12:30h. Cite(m) o(a)s ré(u)s e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, junte(m)-se aos autos a(s) folha(s) de antecedentes criminais atualizada(s) do(a)s acusado(a)s. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 15 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM) - Processo 0628303-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Alberto Jordan Bezerra da Costa - Matheus Sena de Sousa - Arleson Souza de Andrade - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Alberto Jordan Bezerra da Costa, Matheus Sena de Sousa e Arleson Souza de Andrade. Notificados para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado Arleson Souza de Andrade (fl. 132-133), por seus advogados, arrolou testemunhas, e suscitou a tese de que o denunciado é usuário de drogas. Os denunciados Matheus Sena de Sousa (fls. 134-137) e Alberto Jordan Bezerra da Costa (fls. 147-148), por suas advogadas, limitaram-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecerem maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão e laudo toxicológico definitivo, além de indícios de autoria que apontam para os denunciados, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando os denunciados por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 07/11/2019 às 11:00h. Citem os réus e intimem-se seus advogados, se constituídos, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas nas defesas deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Juntem-se aos autos as folhas de antecedentes criminais atualizadas dos acusados. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 27 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: ROBERTA SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 9466/AM) - Processo 0628915-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Rodrigo Souza Marçal e outro - Diante do exposto, em consonância com o parecer do Ministério Público, INDEFIRO o pedido (fls. 122-129) de revogação da prisão preventiva de Rodrigo Souza Marçal. Intime-se. Conferindo impulso oficial à marcha processual, passo a análise acerca do recebimento (ou não) da exordial acusatória. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, os denunciados, por seu advogado(a)/defensor(a), limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fl. 27) e laudo toxicológico definitivo (fls. 32-36), além de indícios de autoria que apontam para os denunciados, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo,

ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando os denunciados Rodrigo Souza Marçal e Renato Souza Marçal por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e julgamento para o dia 11/11/2019 às 09:30h. Cite(m) o(a)s ré(u)s e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, junte(m)-se aos autos a(s) folha(s) de antecedentes criminais atualizada(s) do(a)s acusado(a)s. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006.

ADV: KEULISON DA SILVA RAMOS (OAB 8581/AM) - Processo 0632058-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Adriano José Rocha Litaiff - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Adriano José Rocha Litaiff. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado (fls. 141/144), por seu advogado, não arrolou testemunhas, e suscitou a tese de atipicidade da conduta, afirmando que a droga apreendida era para consume pessoal. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fls. 87) e laudo toxicológico definitivo (fls. 89/93), além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado Adriano José Rocha Litaiff por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 04/11/2019 às 11:00h. Cite o réu e intimem-se seu advogado, se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Junte-se aos autos a folha de antecedentes criminais atualizada do acusado. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Intime-se o advogado do acusado a fim de que este se manifeste à cerca da validade da procuração às fls. 145. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 29 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7338/AM), ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM) - Processo 0637768-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Carlos Vitor Souza de Oliveira - Abraão Mota Nunes - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos estes autos, Trata-se de pedido de revogação de prisão preventiva formulado pela defesa do indiciado Abraão Mota Nunes (fls. 145-146). Chamado a opinar, o Representante do Ministério Público manifestou-se desfavorável ao pedido (fls. 152-153). Relatado. DECIDO. Compulsando os autos, verifico que entre a data da prisão do denunciado-requerente e a data do pedido de revogação, não houve qualquer modificação das circunstâncias fático-jurídicas que ensejaram o ergastulamento cautelar do indiciado. O posicionamento do juízo é pela manutenção da prisão do denunciado, em razão da presença dos requisitos previstos no art. 312 do CPB. Observa-se que o denunciado foi preso em flagrante cometendo supostamente o crime de tráfico de drogas, por duas vezes, em menos de 06 (seis) meses. Ademais, os fatos narrados na denúncia, indicam alta quantidade de droga apreendida. Conclui-se que o denunciado embora, seja primário, demonstra que as medidas cautelares diversas da prisão são insuficientes para obstar as atividades criminosas desempenhadas pelo mesmo. Diante do exposto, em consonância com o parecer do Ministério Público, INDEFIRO o pedido (fls. 145-146) de revogação da prisão preventiva de Abraão Mota Nunes. Intime-se. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fl. 06) e laudo toxicológico definitivo (fls. 91-94), além de indícios de autoria que apontam para os denunciados, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando os denunciados por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e julgamento para o dia 15/10/2019 às 13:00h. Cite(m) o(a)s ré(u)s e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, junte(m)-se aos autos a(s) folha(s) de antecedentes criminais atualizada(s) do(a)s acusado(a)s. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Manaus, 15 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM) - Processo 0642952-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jonas Silva de Matos - INDICIADO: Daniel Coelho de Lima - DESPACHO Notifique-se o denunciado Jonas Silva de Matos para oferecer) DEFESA PRELIMINAR, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, subscrita por Advogado(a) ou Defensor Público(a), na forma do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. Caso o denunciado, notificado, deixe transcorrer in albis o prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa preliminar, certifique-se tal circunstância e encaminhem-se os autos a DPE para que a Defensoria Pública assuma a defesa técnica do denunciado, nos termos do § 3º do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. Após a efetiva apresentação da defesa preliminar, voltem-me os autos conclusos (incluir na fila: análise de denúncia) para impulso oficial, evitando-se conclusões antes do cumprimento (e certificação nos autos) de todas as diligências determinadas neste despacho. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. RELAXO A PRISÃO de Daniel Coelho de Lima visto que o mesmo não foi denunciado. Expeça-se competente alvará de soltura. Determino a exclusão e baixa do cadastro de partes do nome de Daniel Coelho de Lima. CUMPRA-SE.

ADV: MEISE CRISTINA MARQUES DOS SANTOS (OAB 11246/AM) - Processo 0643245-60.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Arlison Almeida da Silva e outros - Vistos estes autos, Audiência de Custódia realizada em 16/08/2019, o qual concedeu liberdade provisória a Arlison Almeida da Silva, Richelme Batista Tenório e Rafael Arcanjo Neves, com aplicação de medidas cautelares, entre as quais, o monitoramento eletrônico. Consta a informação de que o flagranteado encontra-se preso por ausência de dispositivo eletrônico (fls. 73-74), após a concessão de liberdade provisória. É o Relatório. Compulsando os autos, verifico que a medida de custódia dos acusados se mostra excessiva em razão da medida

cautelar imposta nesses autos. Entendo que medidas diversas do monitoramento eletrônico se mostram suficientes para acautelar o processo. Considera-se ainda, o alto custo da manutenção desse instrumento, devendo ser utilizado tão somente em extrema necessidade. Ante o exposto, REVOGO a medida cautelar de monitoramento eletrônico, devendo os denunciados cumprirem as seguintes medidas: 1) Obrigatoriedade de manter atualizado o seu endereço, a fim de viabilizar futuras notificações, intimações/citações e outros atos processuais; 2) Comparecimento trimestral obrigatório neste Juízo; 3) Comparecimento obrigatório a todos os atos do processo, sempre que intimado para tanto; 4) Proibição de se ausentar da Comarca, por prazo superior a 30 (trinta) dias, sem prévia autorização deste juízo 5) Comparecimento neste juízo no prazo de 48h para assinatura do termo de compromisso. Determino que seja OFICIADO ao Diretor da Unidade Prisional a fim de que ponha dos nacionais Arlison Almeida da Silva, Richelme Batista Tenório e Rafael Arcanjo Neves em liberdade, caso este seja o motivo pelo qual encontram-se presos. Condiciono a expedição do ofício a juntada de comprovante de residência atualizado dos réus e de procuração da advogada, em consonância com o parecer ministerial. Após, expeça-se o necessário. Cumpra-se.

ADV: MEISE CRISTINA MARQUES DOS SANTOS (OAB 11246/AM) - Processo 0643284-57.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Luiz Felipe dos Santos Pampolha - Yuri Peixoto Farias e outro - Autos nº:0643284-57.2019.8.04.0001 ClasseAuto de Prisão Em Flagrante AssuntoTráfico de Drogas e Condutas Afins DECISÃO Vistos estes autos, Cuida-se de pedido revogação de prisão preventiva formulado pela defesa dos flagranteados Yuri Peixoto Farias e Luiz Felipe dos Santos Pampolha, sob o argumento da ausência do periculum libertatis. Com vistas, o Representante do Ministério Público manifestou-se favorável aos pedidos. Relatado. DECIDO. É fora de dúvida o fato de que o juiz natural do feito não encontra-se vinculado ao teor da decisão proferida em sede de cognição sumária durante o plantão criminal, podendo externar livremente o seu convencimento, ainda que em sentido contrário, obrigando-se tão somente a fundamentar a sua decisão. Destarte, numa análise percuciente dos presentes autos, mesmo sem adentrar ao mérito dos fatos descritos no auto de prisão em flagrante, verifico que nada existe nestes autos que faça presumir que os indiciados, em liberdade, possa frustrar a instrução criminal ou acarretar perturbações que dificultem o prosseguimento do feito ou a colheita de provas. A par do que emerge os autos, verifica-se que os indiciados são primários, possuem residência fixa (comprovante nos autos), e nada há de concreto que possa levar à conclusão de que a sua liberdade é prejudicial à instrução probatória ou à ordem pública. Destarte, verifica-se, no caso em concreto, um conglomerado de razões que militam em favor do indiciado, a corroborar para a formação de um juízo complacente com o pedido da defesa, tendo em vista a inexistência dos requisitos imprescindíveis à manutenção da prisão cautelar, previstos no art. 312 do CPP. Diante disso, entendo que inexistem nos autos quaisquer motivos que autorizariam a decretação da prisão preventiva do indiciado, que, por imperativo constitucional tem o direito de responder ao processo em liberdade, visto que esta é a regra em nosso Ordenamento Jurídico vigente (princípio da não culpabilidade antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória). Pelo exposto, REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA do indiciado Yuri Peixoto Farias e Luiz Felipe dos Santos Pampolha, nos termos do art. 316 do CPP, aplicando-lhe, no entanto, as seguintes medidas cautelares diversas da prisão, nos termos do art. 319 do CPP: 1) Obrigatoriedade de manter atualizado o seu endereço, a fim de viabilizar futuras notificações, intimações/citações e outros atos processuais; 2) Comparecimento trimestral obrigatório em juízo (que será documentado por foto a ser incluída nos autos); 3) Comparecimento obrigatório a todos os atos do processo, sempre que intimado para tanto; 4) Proibição de se ausentar da Comarca de Manaus, por prazo superior a 30 (trinta) dias, sem prévia autorização deste juízo; e 5) Comparecimento ao Projeto Reeducar, no Auditório do Fórum Ministro Henoch Reis. Os indiciados ficam cientes de que o descumprimento de quaisquer das medidas acima elencadas poderá ensejar a decretação de prisão preventiva em seu desfavor. Expeça-se Alvará de Soltura e lavre-se Termo de Compromisso. Conferindo impulso oficial, e em sintonia com a promoção ministerial de fl. 95, determino sejam os flagranteados autuados em processos separados, em razão de não haver conexão entre os mesmos. Após o cumprimento, vista ao MP de cada processo, e em caso de oferecimento de denúncia, determino a imediata notificação, nos termos do art. 55 da lei nº 11.343/2006. Em relação a estes autos, determino a NOTIFICAÇÃO da denunciada JOELMA GOMES DE OLIVEIRA, nos termos do art. 55, da lei nº 11.343/2006, para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa preliminar escrita. Intime-se ainda, seu Advogado/Defensor, para a mesma finalidade. Após a apresentação, voltem-me os autos conclusos para decisão. Int. Cumpra-se. Manaus, 21 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: ALLAN YUNES DA ROCHA (OAB 12748/AM) - Processo 0644664-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Matheus Ferreira Morais - Ante o exposto, em dissonância com o parecer do Ministério Público, DEFIRO o pedido de REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA formulado por Matheus Ferreira Morais. Aplico-lhe, outrossim, as seguintes MEDIDAS CAUTELARES diversas da prisão: 1) Obrigatoriedade de manter atualizado o seu endereço, a fim de viabilizar futuras intimações; 2) Comparecimento trimestral em juízo para justificar suas atividades (ocasião em que será gerada uma fotografia digital a ser anexada aos autos); 3) Proibição de se ausentar da Comarca por prazo superior a 30 (trinta) dias, sem prévia autorização judicial; 4) Comparecimento obrigatório ao juízo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas para assinar termo de compromisso; e 5) Participação obrigatória no PROJETO REEDUCAR no dia 09/09/2019 às 08h:00min, no auditório do Fórum Ministro Henoch Reis. Expeça-se o competente Alvará de Soltura e lavre-se Termo de Compromisso. Conferindo impulso oficial à marcha processual, passo a análise acerca do recebimento (ou não) da exordial acusatória. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seu advogado, limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fl. 74) e laudo toxicológico definitivo (fls. 76-80), além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado Matheus Ferreira Morais por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e julgamento para o dia 23/09/2020 às 10:30h. Intime-se o acusado por meio do Alvará de Soltura. Cite o réu e intimem-se seu advogado, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Oficie-se ainda, a fim de que encaminhe o laudo pericial da arma e munições, conforme requisição à fl. 81.

ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: JOSÉ RICARDO ALVES GONÇALVES (OAB 12097/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM) - Processo 0661737-37.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Marney Farias da Silva - Wesley Jhonatan Soares Brasil - Eliton Belem da Silva - Jeferson Farias da Silva - Willian de Souza

Cardenes - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos e examinados estes autos, Trata-se de pedido de relaxamento de prisão formulado pela defesa técnica do acusado Willian de Souza Cardenes, alegando constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo para a formação da culpa, em virtude do não comparecimento das testemunhas arroladas na denúncia. O Ministério Público opinou desfavoravelmente ao relaxamento da prisão do requerente, ao argumento de que não há excesso de prazo configurado. É o sucinto relatório.Decido. Compulsando os autos, de fato, verifica-se que neste caso concreto, por circunstâncias que não podem ser imputadas ao réu ou à sua Defesa Técnica, a manutenção da prisão cautelar do réu preso escapa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade que, eventualmente, legitimam, em defesa da sociedade, o elastério dos prazos processuais. Com efeito, na hipótese ora sub judice, está configurada a ilegalidade que exsurge do desarrazoado excesso de prazo para o término da instrução probatória, sendo evidente que a defesa em nada contribuiu para o referido alongamento e inexistem incidentes que possam justificar a dilação do prazo e a manutenção da prisão processual do réu, em flagrante desrespeito aos princípios da excepcionalidade e da brevidade da medida extrema do ergastulamento cautelar. O constrangimento se torna ainda mais evidente se constatarmos que a instrução probatória não se encerrou por falha do próprio Estado, haja vista que foi expedido ofício requisitando os policiais que deveriam ser inquiridos em juízo e estes não compareceram e nem justificaram a sua ausência. Pelas razões acima declinadas, com fulcro no art 5º, LXV, da Constituição Federal, RELAXO a PRISÃO decretada em desfavor do acusado: WILLIAN DE SOUZA CARDENES, estendendo o inteiro teor da presente decisão aos acusados WESLEY JHONATAN SOARES BRASIL, ELITON BELÉM DA SILVA, JEFERSON FARIAS DA SILVA E MARNEY FARIAS DA SILVA, por encontrarem-se em situação idêntica ao primeiro, intimando-os da AIJ designada no momento do cumprimento do alvará de soltura. Expeça-se o alvará de soltura, colocando-o incontinenti em liberdade se por “al não estiver preso”. Lavre-se, ainda, Termo de Compromisso, ficando os réus advertidos de que a não observância das cláusulas contidas no referido termo poderá ensejar nova decretação de prisão preventiva. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 28 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)
Allan Yunes da Rocha (OAB 12748/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andrews Nascimento de Abreu (OAB 4899/AM)
Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fabíola da Silva Guimarães (OAB 8422/AM)
Helen Leão Braga (OAB 13406/AM)
Heliady Cordovil da Silva (OAB 10496/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre (OAB 7338/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
José Ricardo Alves Gonçalves (OAB 12097/AM)
Keulison da Silva Ramos (OAB 8581/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Luma Lina Oliveira Lins de Albuquerque (OAB 11252/AM)
Márcia Regina Pacheco Oliveira (OAB 14067/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)
Meise Cristina Marques dos Santos (OAB 11246/AM)
Otávio Dias Pedrosa Filho (OAB 9559/AM)
Regina Celia Cunha Farias (OAB 13135/AM)
Rita de Cássia Riça de Araújo (OAB 12787/AM)
Roberta Souza de Oliveira (OAB 9466/AM)
Wilian dos Santos Torres Júnior (OAB 11026/AM)
William Lins de Albuquerque (OAB 13440/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0248/2019

ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM) - Processo 0630272-73.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Fernando Sérgio Lópes Ferreira - DESPACHO: Intime-se o Advogado, subscritor da petição de fls. 83/84, para convalidar a defesa preliminar, apresentada antes do oferecimento da denúncia, ou, apresentar nova defesa, no prazo de 10 (dez) dias. Notifique-se ainda, o denunciado Fernando Sérgio Lopes Ferreira, pessoalmente, para a mesma finalidade. CUMPRA-SE.

Jackson da Cruz Andrade (OAB 2460/AM)

4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0231/2019

ADV: EDER CARLOS RIBEIRO PIRES (OAB 7901/AM) - Processo 0204696-85.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Erlana Lucas da Silva e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito Rafael Rodrigo da Silva Raposo, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 11/09/2019 às 10:15h.

ADV: IRENILDI MACHADO CARDOSO DA SILVA (OAB 13933/AM) - Processo 0631996-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Ewandson Santos da Silva - Pelo exposto, com substrato nos arts. 311, 312 e ss do CPP, INDEFIRO o pedido formulado e mantenho a prisão preventiva de Ewandson Santos da Silva.

ADV: GILBERTO ABREU DOS SANTOS (OAB 11385/AM) - Processo 0632619-16.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0240723-62.2018.8.04.0001) - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Claudison de Queiroz Gomes e outros - Por tais razões, INDEFIRO o pedido de revogação da medida cautelar de monitoramento eletrônico, contida no inciso IX, do artigo 319 do Código de Processo Penal, MANTENDO, na íntegra, as medidas cautelares impostas ao réu na decisão interlocutória de fls. 404/408.

ADV: FRANCISCO NASCIMENTO DE SOUZA (OAB 13145/AM), ADV: REGINA CELIA CUNHA FARIAS (OAB 13135/AM) - Processo 0660452-09.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Bruno Silva Miranda - Geibson Alves Sevalho e outros - indeferir o pedido de fls. 342, e manter a prisão preventiva de Bruno Silva Miranda.

Eder Carlos Ribeiro Pires (OAB 7901/AM)
Francisco Nascimento de Souza (OAB 13145/AM)
Gilberto Abreu dos Santos (OAB 11385/AM)
Irenildi Machado Cardoso da Silva (OAB 13933/AM)
Regina Celia Cunha Farias (OAB 13135/AM)

1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA CHACON DE OLIVEIRA LOUREIRO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JULIANA DO VALLE CORREIA LIMA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0134/2019

ADV: SÉRGIO AUGUSTO COSTA DA SILVA (OAB 6583/AM), ADV: IGSON DE OLIVEIRA ANDRADE (OAB 5533/AM), ADV: CLYSSIA REGIANE DE OLIVEIRA TEIXEIRA (OAB 6293/AM) - Processo 0203331-69.2010.8.04.0001 (001.10.203331-6) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - DENUNCIADO: Eudes Antônio Paiva Gonzaga - Intime-se a Defesa para apresentar as Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUÍS FELIPE MOTA MENDONÇA (OAB 2505/AM) - Processo 0208161-44.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: P.A.F.A. - Assim, pelas razões acima declinadas, JULGO IMPROCEDENTE o pedido contido na Denúncia, para ABSOLVER o réu, PAULO AFONSO FLORES DE AGUIAR, e o faço com fundamento no artigo 386, I, do Código de Processo Penal.

ADV: LUIS EDUARDO DOS SANTOS VALOIS COÊLHO (OAB 1975/AM) - Processo 0215565-49.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: A.P.H. - Presentes os pressupostos objetivos e subjetivos inerentes aos recursos em geral, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade e interesse processual, recebo o apelo interposto, nos termos do art. 593, I, do CPP, no seu duplo efeito. Intime-se o apelante para que, no prazo de 8 (oito) dias, apresente as razões recursais, em obediência ao art. 600 do CPP. Após o recebimento das razões, intime-se o apelado a fim de que apresente contrarrazões, observado o prazo legal.

ADV: BRUNO BUSSON DA SILVA (OAB 14301/AM) - Processo 0218345-59.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: Mario Jorge Alves Fernandes - Homologo a desistência de oitiva da vítima e testemunha de acusação por parte do Ministério Público. Ao ensejo, dê-se vista à Defesa do(s) réu(s), a fim de que informe o interesse na oitiva das testemunhas arroladas Antônio, Elinéia e Manuel, no prazo de 10 (dez) dias, informando-se os novos endereços, se for o caso, a fim de serem intimados para a realização da Audiência de Instrução e Julgamento pautada para o dia 12.12.2019, às 10h30, sob pena de prosseguimento do feito.

ADV: MARCELO DE SOUZA CHAAR (OAB 8566/AM) - Processo 0244575-02.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: D.F.L. - Pela MMa. Juíza fora determinado a intimação do patrono do acusado para que no prazo de 10 (dez) dias informe acerda oitiva da testemunha.

ADV: JAMES CAVALCANTE DIRANE (OAB 12145/AM) - Processo 0613171-23.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: R.M.B. - Dê-se vista às partes a fim de que se manifestem acerca do ofício de fls. 203/206, no prazo comum de 05 (cinco) dias, promovendo a Secretaria as diligências necessárias.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0634103-32.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crime / Contravenção contra Criança / Adolescente - INDICIADO: G.S.C. - ADV.: Euler Barreto Carneiro OAB 4762/AM - OAB. Processo n.º: 0634103-32.2019.8.04.0001. Réu: Gilmar dos Santos da Costa. Finalidade: Comparecimento à Audiência de Instrução e Julgamento, pautada para o dia 27/9/2019 às 9h30. Observação: Processo em Segredo de Justiça por força do disposto no Art. 234-B do Código Penal Brasileiro.

ADV: ANSELMO LIMA DE MATOS FILHO (OAB 13644/AM), ADV: JORGE SECAF NETO (OAB 1167/AM), ADV: MÁRCIO SILVA TEIXEIRA (OAB 4672/AM) - Processo 0637385-78.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Temporária - Estupro de vulnerável - RÉU: A.J.C.V. - J.B.C.S. - Intime-se a Defesa acerca da Decisão de fls. 224/225.

Anselmo Lima de Matos Filho (OAB 13644/AM)
BRUNO BUSSON DA SILVA (OAB 14301/AM)
Clyssia Regiane de Oliveira Teixeira (OAB 6293/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Igson de Oliveira Andrade (OAB 5533/AM)
James Cavalcante Dirane (OAB 12145/AM)
Jorge Secaf Neto (OAB 1167/AM)
Luis Eduardo dos Santos Valois Coêlho (OAB 1975/AM)
Luís Felipe Mota Mendonça (OAB 2505/AM)
MARCELO DE SOUZA CHAAR (OAB 8566/AM)
Márcio Silva Teixeira (OAB 4672/AM)
Sérgio Augusto Costa da Silva (OAB 6583/AM)

2ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0175/2019

ADV: FRANCISCO ROSA GOMES JUNIOR (OAB 12175/AM) - Processo 0040530-51.2006.8.04.0001 (001.06.040530-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: Márcio José Pinto de Souza - Em conformidade com as diretrizes instituídas pela ordem de serviço n° 001/2018, publicada em 04.10.2018, da MMª. Juíza de Direito Titular deste Juízo, esta secretaria procederá o seguinte ato ordinário: Procedo à intimação da defesa, para que, no prazo legal, oferecer as razões ao recurso, conforme Decisão de fls. 152/153.

ADV: ANTÔNIO CARLOS SANTOS DOS REIS (OAB 2208/AM) - Processo 0207772-93.2010.8.04.0001 (001.10.207772-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: A.B.M. - CERTIFICO, QUANTO AO RÉU, Alessandro Batalha Medeiros - NOTIFICADO para comparecer à audiência designada para 31/10/2019 às 08:00h, conforme se demonstra na Certidão positiva do Oficial de Justiça e a carta de aviso de recebimento, respectivamente, às de fls. 125/126. CERTIFICO, QUANTO À VÍTIMA Daniela Castro da Silva, esta foi devidamente NOTIFICADA para comparecer à audiência designada para 31/10/2019 às 08:00h, conforme se verifica na Certidão positiva do Oficial de Justiça, respectivamente, no item 128. CERTIFICO, QUANTO À TESTEMUNHA arrolada na DENÚNCIA Hilson Ferreira da Silva, NOTIFICADA, consoante a Certidão positiva do Oficial de Justiça e carta de aviso de recebimento, respectivamente, no item 123.

ADV: AFFIMAR CABO VERDE FILHO (OAB A229/AM), ADV: MICHAELEN DE JESUS HARRAQUIAN CABO VERDE (OAB 5604/AM), ADV: MOYSÉS ROBERTO GEBER CORRÊA (OAB 5678/AM) - Processo 0231856-56.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: A.P.M.N. - CERTIFICO, QUANTO AO RÉU, Antônio Pereira Miranda Neto - NOTIFICADO para comparecer à audiência designada para 31/10/2019 às 09:30h, conforme se demonstra na Certidão positiva do Oficial de Justiça e a carta de aviso de recebimento, respectivamente, às de fls.181e 184. CERTIFICO, QUANTO À VÍTIMA Bruna Karolyne dos Santos de Andrade Oliveira, esta foi devidamente NOTIFICADA para comparecer à audiência designada para 31/10/2019 às 09:30h, conforme se verifica na Certidão positiva do Oficial de Justiça e carta de aviso de recebimento, respectivamente, nos itens 187/188. CERTIFICO, QUANTO À TESTEMUNHA arrolada na DENÚNCIA Daniel dos Santos de Andrade, NOTIFICADO, consoante a Certidão positiva do Oficial de Justiça e carta de aviso de recebimento, respectivamente, nos itens 182 e 186. CERTIFICO, QUANTO À TESTEMUNHA arrolada na DEFESA, resposta à acusação, Karina Costa Carneiro, NOTIFICADA, consoante a Certidão positiva do Oficial de Justiça e carta de aviso de recebimento, respectivamente, nos itens 183 e 185.

ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM) - Processo 0500860-75.2008.8.04.0001 (001.08.500860-6) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor -

DENUNCIADO: F.G.M. - CERTIFICO, QUANTO AO RÉU, Francisco Guedes de Melo - NOTIFICADO para comparecer à audiência designada para 31/10/2019 às 11:00h, conforme se demonstra na Certidão positiva do Oficial de Justiça, respectivamente, às de fls. 202. CERTIFICO, QUANTO À VÍTIMA, Mariana Pessoa da Cunha, - NÃO NOTIFICADA visto que as intimações para comparecer à audiência designada para 31/10/2019 às 11:00h, conforme se verifica na Certidão Negativa do Oficial de Justiça e carta de aviso de recebimento, respectivamente, nos itens 200 e 205(assinado por terceiro que informou que a mesma não reside mais no local, não sabe do seu paradeiro), foram infrutíferas, esta Secretaria realizará as pesquisas nos sistemas judiciais disponíveis. CERTIFICO, QUANTO À TESTEMUNHA arrolada na DENÚNCIA Jorim Pinheiro Souza, - NÃO NOTIFICADA, consoante a Certidão Negativa do Oficial de Justiça e carta de aviso de recebimento, respectivamente, nos itens 204 e 208 (assinado por terceiro que informou que a mesmo não reside mais no local, não sabe do seu paradeiro), razão pela qual procedo à remessa ao Ministério Publico para que manifeste o interesse na oitiva e apresente no prazo legal o(s) endereço(s) atualizado(s) dela(s). CERTIFICO, QUANTO À(S) TESTEMUNHAS) arrolada(s) na DENÚNCIA PM Gilmar Pereira Barros, ORLANDA VIEIRA DE MATOS e VERÔNICA MARINHO FERREIRA, NOTIFICADA, consoante a Certidão positiva do Oficial de Justiça e carta de aviso de recebimento, respectivamente, nos itens 201, 207e 209.

ADV: RODRIGO CASTRO VAZ (OAB 6719/AM), ADV: SIMONE ALENCAR OMENA (OAB 4327/AM), ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM) - Processo 0610137-40.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: S.P.S. - Forte nesses argumentos, JULGO IMPROCEDENTE a Denúncia, na medida em que ABSOLVO o Réu Sebastião Pinheiro da Silva das acusações contra si imputadas, ante a ausência de lastro probatório suficiente a fundamentar um decreto condenatório, à luz do artigo 386, VII, Código de Processo Penal. Em decorrência dessa decisão, REVOGO a prisão preventiva do Réu, por ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

ADV: ELIANE GONÇALVES DO NASCIMENTO (OAB 11107/AM) - Processo 0624601-69.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: J.R.A. - CERTIFICO, QUANTO AO RÉU, João Ribeiro Azevedo - NOTIFICADO para comparecer à audiência designada para 26/09/2019 às 08:00h, conforme se demonstra na Certidão positiva do Oficial de Justiça e a carta de aviso de recebimento, respectivamente, às de fls. 114,115 e 120. CERTIFICO, QUANTO À VÍTIMA, E REPRESENTANTE LEGAL Iracelma Souza da Silva - NÃO NOTIFICADA visto que as intimações para comparecerem à audiência designada para 26/09/2019 às 08:00h, conforme se verifica na Carta de aviso de recebimento de fls.116 foi infrutífera, esta Secretaria expediu ofício cobrando o retorno do mandado.

Affimar Cabo Verde Filho (OAB A229/AM)
Antônio Carlos Santos dos Reis (OAB 2208/AM)
Eliane Gonçalves do Nascimento (OAB 11107/AM)
Francisco Rosa Gomes Junior (OAB 12175/AM)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
Michaelen de Jesus Harraquian Cabo Verde (OAB 5604/AM)
Moysés Roberto Geber Corrêa (OAB 5678/AM)
Mozarth Ribeiro Bessa Neto (OAB 4390/AM)
Rodrigo Castro Vaz (OAB 6719/AM)
Simone Alencar Omena (OAB 4327/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUIZ(A) DE DIREITO ARTICLINA OLIVEIRA GUIMARÃES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JANDERSON BARRETO DE SOUZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0174/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0215530-11.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Dignidade Sexual - RÉU: A.A.C. - EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS Processo nº 0215530-11.2019.8.04.0001 A Dra. Articlina Oliveira Guimarães, MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Secretaria da 2ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes correm os termos do processo crime 0215530-11.2019.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o(a) denunciado(a) Aleson dos Anjos Castilho, por infração do Art. 217-A, c/c Art. 226, II do Código Penal, distribuídos a esta Vara em 16/04/2019, e como o(a) denunciado(a) encontra-se em lugar incerto e não sabido, mandou expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, devendo o(a) denunciado(a) comparecer na Secretaria da 2ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes, localizada na Av. Paraíba, S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º Andar, Setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: (92) 3303-5057, Manaus-AM, para tomar conhecimento da Denúncia e APRESENTAR RESPOSTA À ACUSAÇÃO, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 396-A, com a redação alterada pela Lei 11.719/08, com a advertência dos artigos 363, §4º, e art. 364, combinado com o art. 366, todos do CPP, a contar do primeirodiaútilsubsequente à publicação do edital. E para que chegue ao conhecimento do(a) acusado(a) e que no futuro ninguém alegue desconhecimento, mandou expedir o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 30 de agosto de 2019.

ADV: ABRAÃO MOISES QUIEROZ MATALON (OAB 5207/AM), ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0550648-24.2009.8.04.0001 (001.09.550648-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - DENUNCIADO: O.S.B. - EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS Processo nº 0550648-24.2009.8.04.0001 A Dra. Articlina Oliveira Guimarães, MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Secretaria da 2ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes correm os termos do processo crime 0550648-24.2009.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o(a) denunciado(a) Ocimar da Silva Barbosa, por infração do Art. 217-A, caput, c/c Art. 71, c/c Art. 226, II, do Código Penal , distribuídos a esta Vara em 02/10/2006, e como o(a) denunciado(a) encontra-se em lugar incerto e não sabido, mandou expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, devendo o(a) denunciado(a) comparecer na Secretaria da 2ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes, localizada na Av. Paraíba, S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º Andar, Setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: (92) 3303-5057, Manaus-AM, para tomar conhecimento da Denúncia e APRESENTAR RESPOSTA À ACUSAÇÃO, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 396-A, com a redação alterada pela Lei 11.719/08, com a advertência dos artigos 363, §4º, e art. 364, combinado com o art. 366, todos do CPP, a contar do primeirodiaútilsubsequente à publicação do edital. E para que chegue ao conhecimento do(a) acusado(a) e que no futuro ninguém alegue desconhecimento, mandou expedir o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 30 de agosto de 2019.

ABRAÃO MOISES QUIEROZ MATALON (OAB 5207/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)

VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRÁRIAS

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0237/2019

ADV: (SEM PATRONO) (OAB 121212/AM) - Processo 0206101-88.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - RÉU: BAR ESCONDIDINHO - CELSON DA SILVA ANDRADE e outro - DESPACHO Considerando o teor da certidão de fls. 50/54/56/57, determino a remessa dos autos ao Defensor-Geral da Defensoria Pública do Estado do Amazonas - DPE/AM, com o fito de designar um Defensor Público para prestar assistência judiciária gratuita ao réu, BAR ESCONDIDINHO - CELSON DA SILVA ANDRADE e Evandro Nogueira de Souza, bem como apresente a Defesa Escrita no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396 A, § 2.º CPP. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus(AM), 29 de agosto de 2019.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0208298-84.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Fauna - RÉU: Rosival Pereira dos Santos - DESPACHO Considerando o teor da certidão de fl. 85, determino a remessa dos autos à Defensoria Pública do Estado do Amazonas - DPE/AM, com o fito de designar um Defensor Público para prestar assistência judiciária gratuita ao réu, Rosival Pereira dos Santos, bem como apresente a Defesa Escrita no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396 A, § 2.º CPP. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus(AM), 27 de agosto de 2019.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0230870-73.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - DENUNCIADO: Dinâmica Distribuidora Ltda. - Autos n.º:0230870-73.2011.8.04.0001 - Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário DESPACHO Compulsando os autos, verifico que o oficial de justiça não encontrou o endereço do investigado. Vista ao Ministério Público para que manifeste-se acerca da certidão de fls. 233. CUMPRA-SE. Manaus/AM,

ADV: (SEM PATRONO) (OAB 121212/AM) - Processo 0244264-40.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - RÉU: Athny de Almeida Pereira - Autos nº:0244264-40.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário DESPACHO Compulsando os autos, verifico que houve a citação da Ré Athny de Almeida Pereira às fl. 79. Diante da inércia desta, à Secretaria que encaminhe os autos ao Defensor Público Geral do Estado do Amazonas, com o fito de designar um Defensor Público Estadual para atuar nos Autos para apresentar a Defesa Escrita do Réu no prazo de dez (10) dias. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 29 de agosto de 2019. (Assinatura digital) Dr. Adalberto Carim Antonio Juiz de Direito Titular da VEMA

ADV: (SEM PATRONO) (OAB 121212/AM), ADV: JIMMY DA SILVA ARAÚJO (OAB 9072/AM) - Processo 0602303-20.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Pesca - RÉ: Aline Oliveira de Sousa e outros - DESPACHO Vista ao Ministério Público Estadual para que realize as manifestações pertinentes sobre a Juntada de Carta Precatória às fls. 86/90. Após, VOLTE-ME concluso os presentes feitos. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus (AM), 29 de agosto de 2019

ADV: SEM ADVOGADO (OAB Y/AM) - Processo 0603095-71.2018.8.04.0001 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Crimes contra a Fauna - INDICIADO: Rubens Freitas do Nascimento Filho - DESPACHO PAUTE-SE audiência preliminar de Transação Penal, a ser realizada na sala de audiência desta Vara Especializada do Meio Ambiente - VEMA. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. NOTIFIQUE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus/AM, 16 de agosto de 2019

ADV: (SEM PATRONO) (OAB 121212/AM) - Processo 0609358-56.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Flora - DENUNCIADA: Agda Ferreira Pimentel - Autos n.º 0609358-56.2017.8.04.0001 Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos, CUMPRIDO o disposto nos termos do art. 396-A, com a redação dada pela Lei nº. 11.719/08 e, não tendo sido verificadas quaisquer das hipóteses do art. 397 que redundariam em absolvição sumaria do réu, Agda Ferreira Pimentel, RATIFICO o RECEBIMENTO DA DENÚNCIA, e PAUTE Audiência de Instrução e Julgamento, a ser realizada na sala de audiência desta Vara Especializada da Meio Ambiente - VEMA. JUNTEM-SE aos autos, o(s) antecedente(s) criminal(is) da ré. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. [Assinatura digital] Dr. Adalberto Carim Antonio Juiz de Direito Titular da VEMA

ADV: RENATA BERNARDINO PAIVA (OAB 10345/AM), ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: ÉRIKA AUGUSTA DE PAULA FREITAS CHAPARRO (OAB 9690/AM) - Processo 0626395-33.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Da Poluição - DENUNCIADA: J.E. Indústria e Comércio de Plásticos Ltda - ME e outros - Atento à Promoção Ministerial de fls. 588/604/605, determino à Secretaria para que faça expedir novo Mandado de Citação, destinado ao Réu, Carlos Alberto Andrade da Silva, por oficial de justiça com fulcro no art. 362 (citação por hora certa) do código de processo penal (CPP), no endereço já fornecido pelo Ministério Público, sito, à Avenida Autaz MiriM, n.º 10361, bairro Jorge Teixeira, CEP 69088-245 - Manaus/AM, devendo constar no mandamus o alerta ao Meirinho, para que utilize todos os meios legais e, por analogia aos termos dos art's. 252, 253 e parágrafos, ambos da Lei nº13.105/2015, (NCPC), para o regular prosseguimento do feito. Diante da inércia do Réu, Sr. Camelo Mário Perrone Filho, citado às fls. 584, determino à Secretaria para que com urgência, oficie ao Defensor Público Geral do Amazonas, com o fito de designar um Defensor Público para atuar nos Autos, bem como, para que apresente a resposta à acusação em favor do réu, nos termos do artigo 396-A, § 2°, do Código de Processo Penal. Após, cumprido o decisum, efetivando-se a citação ou não das partes, expeça-se a certidão de citação positiva e/ou negativa, em ato contínuo, façam-se os Autos conclusos para decisão. CITE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 27 de agosto de 2019.

ADV: RODRIGO DO NASCIMENTO NUNES (OAB 8751/AM), ADV: ANTÔNIO SAMPAIO NUNES (OAB 3912/AM) - Processo 0638731-35.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - DENUNCIADO: Ibk Comércio e Serviços Ltda e outro - DESPACHO Compulsando os autos, verifico que houve citação do Réu Rosinei Costa Barros à fl. 79, Determino à Secretaria que encaminhe os autos ao Defensor Público Geral Estado do Amazonas, com o fito de designar um Defensor Público Estadual para atuar nos Autos para apresentar a Defesa Escrita do Réu no prazo de dez (10) dias. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 29 de agosto de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0645719-04.2019.8.04.0001 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Crimes contra a Fauna - INDICIADO: Paulo Pita Fernandes - Recebi hoje. Trata-se de Procedimento Penal Ambiental - Representação Criminal/notícia de Crime, em desfavor da parte ora indiciada, Paulo Pita Fernandes, como incurso nas penas descritas no art. 29, §1.º, inciso III, da Lei n.º 9.605/98, delito definido como de menor potencial ofensivo, nos termos do artigo 61 da Lei n.º 9.099/95, oriundo da Promoção Ministerial às pág. 01, oferecida pela 53ª PRODEMAPH - Ministério Público do Estado do Amazonas - Ministério Público do Estado do Amazonas. Fato ocorrido em 24/09/2018. Paute-se audiência preliminar de transação penal, intimando-se a parte ora indiciada, Paulo Pita Fernandes, nos termos do art. 68, da Lei n.º 9099/95. Expeçam-se as certidões de antecedentes criminais Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus(AM), 28 de agosto de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0645725-11.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Da Poluição - DENUNCIADO: Elmar de Souza Nogueira (Empresa Nome Fantasia Marmoraria Nogueira) e outro - RECEBO a DENÚNCIA MINISTERIAL acima mencionada, em face dos Réus, Elmar de Souza Nogueira, denominada "Marmoraria Nogueira", pessoa jurídica de direito privado, e ainda, Elmar de Souza Nogueira, pessoa física, como incursos nas penas cominadas dos art's. 60 e 68, da Lei n.º 9.605/98 c/c os art's. 2.º e 3.º, da Lei n.º 9.605/98 e com o art. 69 do CPB, nos termos do art. 396-A, do Código de Processo Penal, por inexistir quaisquer das hipóteses previstas no art. 395, do mesmo Diploma Legal, bem como, por preencherem os requisitos previstos no art. 41, do Código de Processo Penal.

DETERMINO, a Secretaria deste Juízo para evoluir os Autos para Ação Penal - Procedimento Sumário e, respectivo registro em partes e representantes para o tipo Réu, bem como, proceder à citação dos Réus, Elmar de Souza Nogueira, denominada "Marmoraria Nogueira", pessoa jurídica de direito privado, e ainda, Elmar de Souza Nogueira, pessoa física, para que, no prazo de dez (10) dias, respondam à acusação por escrito, ocasião em que poderão arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à suas defesas, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, nos termos do art. 396-A, do Código de Processo Penal. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CITE-SE. CUMPRA-SE. Manaus/AM, 28 de agosto de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0645726-93.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Da Poluição - DENUNCIADO: Pontual Serviços de Locação e Construção Ltda - Deixo de receber neste momento a Denúncia Ministerial oferecida às pág. 01 "Usque" 03, para manifestação posterior, com o fito de oportunizar ao Parquet estadual na forma do art. 89 da Lei nº. 9.099/95, a proposição da suspensão do processo, desde que, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena, com supedâneo no art. 77 do Código Penal Brasileiro. PAUTE-SE audiência preliminar de suspensão penal, intimando-se as partes investigadas, nos termos do art. 68, da Lei n.º 9099/95. JUNTEM-SE as Certidões de Antecedentes Criminais. NOTIFIQUE-SE ao ilustre representante do Ministério Público Estadual. INTIME-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. Juiz de DireitoManaus, 28 de agosto de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0646029-10.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Da Poluição - INVESTIGAD: Empresa Prestige da Amazonia - DESPACHO INICIAL Recebo hoje. Trata-se de Procedimento Penal Ambiental - Inquérito Policial sob n.º 048/2019-DEMA-PORTARIA, lavrado em 23/07/2019 pela Delegacia Especializada em Crimes Ambientais - DEMA, em desfavor do ora investigado, Empresa Prestige da Amazonia, por suposta prática do delito previsto no art. 54, caput, da Lei n.º 9.605/98, às pág. 1-75 nos autos. Determino à Secretaria deste Juízo de Direito Ambiental, abrir Vista ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de designar uma das Promotorias de Justiça Ambiental para atuar nos presentes autos. Expeçam-se as Certidões de Antecedentes Criminais. À Secretaria para as providências cabíveis. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus(AM), 28 de agosto de 2019.

ADV: VERANICE MELLO DA FROTA (OAB 851A/AM), ADV: VERANICE MELLO DA FROTA (OAB 2611/AC), ADV: ELLEN LARISSA DE OLIVEIRA FROTA (OAB 4310/AM) - Processo 0706267-39.2012.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Flora - REQUERIDA: Município de Manaus - T. Loureiro Corretora de Imóveis Ltda, na pessoa de seu Representante Legal - Autos nº:0706267-39.2012.8.04.0001 SENTENÇA C/ MÉRITO - IMPROCEDENTE Vistos., ASSUMO hoje. Trata-se de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO as fls. 1686/1692, ajuizado por T. LOUREIRO CORRETORA DE IMÓVEIS S/A., em desfavor de r. SENTENÇA C/ MÉRITO - PARCIALMENTE PROCEDENTE as fls. 1661/1665, alegou haver "omissão" quanto à conclusão da RPPN, e ainda, quanto ao litisconsórcio necessário. Por fim, pugnou pelo julgamento procedente do recurso. DESPACHO as fls. 1695, vista ao MPE, para apresentar as contrarrazões ao recurso. PROMOÇÃO MINISTERIAL as fls., 1707, opinou pela não manifestação em sede de embargos. É a síntese dos fatos. JULGO. "Ab initio", o EMBARGO DE DECLARAÇÃO é o instrumento jurídico pelo qual intentados contra decisão judicial para esclarecer obscuridade, suprir omissões, corrigir erro material ou afastar contradições consoante o artigo 1.022, do NCPC. Insta salientar que a omissão apontada nas decisões tem o intuito de elucidar assuntos não mencionados, bem como atender a adequação da julgamento para haja a satisfação da prestação jurisdicional almejada. Em pauta está a conclusão da RPPN (Reserva Particular de Proteção Natural) denominada "Águas do Gigante" pelo Embargante, conforme estabelece o Decreto Municipal nº 9.645/08. Inclusive, a propria Licença Municipal de Instalação (LMI) nº 103/2008, aponta em sua condicionante: "a de criar, averbar em registro publico e manter, perpetuamente, também, criar o Conselho Gestor, da referida Unidade de Uso Sustentável (RPPN)". Ao Segundo Requerido da ação, ficou estabelecido a elaborar e implementar o plano de manejo, no prazo de dois anos, prorrogável. Em que pese o conclusão da RPPN É importante OBSERVAR que o Requerido nos autos as fls. 1696/699, traz informação de que a audiência realizada no dia 23/08/2016 (fls. 1231-2132) assevera que a doação da área não será efetivada, vez que a criação da RPPN, objeto da lide foi estabelecida como medida compensatória aos impactos apresentados no estudo do impacto ambiental do empreendimento Alphaville II. (g. n.). Assim, ENTENDO na decisão as fls. 1661/1665, que acenou para a impossibilidade de efetivar o ato de doação do torrão em questão, por ser uma medida compensatória. Outra omissão apontada é que o litisconsórcio necessário não foi chamado à lide. Nesse sentido, a sentença exarada foi parcialmente concedida, dai então, o Segundo Requerido compareceu aos feitos as fls. 1696/1699, suprindo a omissão. Observo que a contestação às fls. 1696/1699, oriunda do Município, alega que o pedido do autor não foi preenchido, na medida de tempo inerente ao trâmite processual, devendo, inexoravelmente, os pedidos serem julgados improcedentes. Por fim, requereu a improcedência da demanda, por falta de interesse de agir. Assim, ENXERGO que ausência de litisconsórcio necessário foi suprida. Novamente, a sentença proferida parcialmente as fls. 1661/1665, alcançou o seu desiderato. "Ex positis", JULGO IMPROCEDENTE os Embargos de Declaração, uma vez que não enxergo as "omissões" na decisão proferida "ab anteriori", com fulcro do art. 487, I, c/c do art. 1022, do NCPC. Quer seja quanto à impossibilidade de efetivar o ato de doação do torrão em questão, por ser uma medida compensatória. Quer seja pela ausência de litisconsórcio necessário devidamente suprida com a contestação apresentada. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 29 de agosto de 2019.

(Sem Patrono) (OAB 121212/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônio Sampaio Nunes (OAB 3912/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Ellen Larissa de Oliveira Frota (OAB 4310/AM)
Érika Augusta de Paula Freitas Chaparro (OAB 9690/AM)
Jimmy da Silva Araújo (OAB 9072/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Renata Bernardino Paiva (OAB 10345/AM)
Rodrigo do Nascimento Nunes (OAB 8751/AM)
Sem Advogado (OAB Y/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)
Veranice Mello da Frota (OAB 2611/AC)
Veranice Mello da Frota (OAB 851A/AM)

SEÇÃO VII

JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 1º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)

JUIZ(A) DE DIREITO ANA LORENA TEIXEIRA GAZZINEO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARGARIDA MARIA CAVALCANTE TOMÉ

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0093/2019

ADV: NELSON ABDON SOUTO KIZEM (OAB 5454/AM), ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0201867-06.2017.8.04.0020 (apensado ao processo 0203486-73.2014.8.04.0020) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - INDICIADO: A.F.S. - ATO ORDINATÓRIO Autos Nº 0201867-06.2017.8.04.0020 Intime-se a(s) parte(s), bem como os seu(s) advogados(as), para tomar(em) ciência do Termo de Audiência de

fls. 126/128, que determina: " [...] Ante o exposto, considerando as razões acima expendidas e a insuficiência das provas produzidas, julgo, por sentença, improcedente a denúncia oferecida em desfavor do acusado e, em consequência, o ABSOLVO, com fulcro no art. 386, inc. VII, do Código de Processo Penal. Intimem-se.

Nelson Abdon Souto Kizem (OAB 5454/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO ANA LORENA TEIXEIRA GAZZINEO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARGARIDA MARIA CAVALCANTE TOMÉ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0095/2019

ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM) - Processo 0200280-75.2019.8.04.0020 (apensado ao processo 0635476-35.2018.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Calúnia - RÉU: M.R.C.S. - ATO ORDINATÓRIO Autos Nº 0200280-75.2019.8.04.0020 Intime-se a(s) parte(s), bem como os seu(s) advogados(as), para tomar(em) ciência do Termo de fls. 71/73, que determina: "[...] O que foi deferido pelo Magistrado, abrindo as partes o prazo de 05 (cinco) dias sucessivamente, primeiro para o querelante, logo após para o querelado e em seguida o Ministério Público. Intimem-se.

ADV: ERIVELT SABINO DE ARAÚJO (OAB 7920/AM), ADV: DORGIVAL SABINO DE ARAÚJO (OAB 12971/AM), ADV: PRISCILLA LINS SANTIAGO (OAB 12354/AM) - Processo 0205948-66.2015.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Lesão Corporal - AUTORFATO: E.B.L.J. - ATO ORDINATÓRIO Autos Nº 0205948-66.2015.8.04.0020 Intime-se a(s) parte(s), bem como os seu(s) advogados(as), para tomar(em) ciência do Termo de fls. 101/103, que determina: " [...] Ante o exposto, considerando as razões acima expendidas e a insuficiência das provas produzidas, julgo, por sentença, improcedente a denúncia oferecida em desfavor do acusado e, em consequência, o ABSOLVO, com fulcro no art. 386, inc. VII, do Código de Processo Penal. Intimem-se.

ADV: ANTONIO MANSOUR BULBOL NETO (OAB 14611/AM) - Processo 0604145-75.2018.8.04.0020 (apensado ao processo 0604381-61.2017.8.04.0020) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Lesão Corporal - AUTORFATO: R.X.C. - Isto posto, defiro o requerimento formulado pelo acusado, visto que condizem com as finalidades do instituto da sursis, o qual busca, justamente, reeducar o infrator, mantendo-o inserido na vida em sociedade, notadamente quanto às atividades laborais. Dito isso, não há nenhum óbice à mudança de local para cumprimento das condições de prova do réu, pois, do contrário diversos princípios jurídicos estariam sendo lesados, notadamente aos fins sociais da lei penal e à dignidade da pessoa humana. Após o trânsito em julgado, expeça-se Carta Precatória ao Juízo de Execução da Comarca de Codajás/AM para acompanhamento do período de prova do apenado. Intimem-se.

ADV: GLÊNIO GUSMÃO VERAS (OAB 10056/AM) - Processo 0604456-32.2019.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - AUTORFATO: M.S.M. - ATO ORDINATÓRIO Autos Nº 0604456-32.2019.8.04.0020 Intime-se a(s) parte(s), bem como os seu(s) advogados(as), para tomar(em) ciência da Audiência de Instrução e Julgamento pautada para o dia 28/11/2019 às 16:00h, a ser realizada na Sala de Audiência do Juízo 1 deste 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), em razão da 15ª edição da Campanha "Justiça Pela Paz em Casa". Intimem-se.

ADV: OSWALDO TÁVORA BUARQUE NETO (OAB 5566/AM), ADV: PEDRO IGOR FROTA DE CARVALHO (OAB 13661/AM), ADV: VIVIANE NUNES DE OLIVEIRA DA COSTA (OAB 8944/AM), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0605913-36.2018.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Contravenções Penais - AUTORFATO: L.F.B.C. - Ante o exposto, considerando as razões acima expendidas e a das provas produzidas, julgo, por sentença, improcedente a denúncia oferecida em desfavor do acusado e, em consequência, o ABSOLVO, com fulcro no art. 386, inc. IV, do Código de Processo Penal, bem como julgo improcedente o pedido de danos morais. Sem custas.

ADV: ADRIMAR FREITAS DE SIQUEIRA (OAB 8243/AM) - Processo 0606011-21.2018.8.04.0020 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Injúria - REQUERIDO: E.F.M. - Dito isso, mantenho inalterada a decisão de fls. 60. Com relação ao pedido de retirada dos pertences pessoais, este Juízo já se manifestou às fls. 43, deferindo o requerimento. Assim, determino seja expedido novo mandado para a retirada apenas das roupas, sapatos, um relógio de pulso e o certificado de reservista do requerido, fls. 70. Quanto aos demais itens constantes da lista, entendo, de uma análise superficial, que devem ser objeto de partilha, não sendo, portanto, este Juízo competente para apreciar o pedido, pois a competência cível deste Juizado se restringe à concessão das medidas protetivas previstas na Lei n. 11.340/06, devendo o interessado ingressarem com a ação competente no Juízo de Família para dirimir, em definitivo, as questões relativas aos bens. Comunique-se à requerente. Intime-se a patrona do acusado para que acompanhe o Sr. Oficial de Justiça. À Secretaria para providências.

ADV: DANIEL OLIVEIRA DE MELO (OAB 8972/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM) - Processo 0637508-76.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: F.G.C. - ATO ORDINATÓRIO Autos Nº 0637508-76.2019.8.04.0001 Intime-se o representante da Ministério Público, para tomar ciência da Audiência de Instrução e Julgamento pautada para o dia 03/09/2019, às 11:00 horas, na sede deste Juízo. Intime-se.

Adrimar Freitas de Siqueira (OAB 8243/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antonio Mansour Bulbol Neto (OAB 14611/AM)
Daniel Oliveira de Melo (OAB 8972/AM)
Dorgival Sabino de Araújo (OAB 12971/AM)
Erivelt Sabino de Araújo (OAB 7920/AM)
Glênio Gusmão Veras (OAB 10056/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Maria Altamira de Souza (OAB 6959/AM)
Oswaldo Távora Buarque Neto (OAB 5566/AM)
Pedro Igor Frota de Carvalho (OAB 13661/AM)
Priscilla Lins Santiago (OAB 12354/AM)
Viviane Nunes de Oliveira da Costa (OAB 8944/AM)

3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 3º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0087/2019

ADV: DANIEL MARCELO BENVENUTTI DE SALES (OAB 7949/AM), ADV: TALLITA LINDOSO SILVA (OAB 13266/AM) - Processo 0647908-86.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0604797-52.2018.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - RÉU: A.P.O.C. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 07/11/2019, às 10:30h.

ADV: ANTÔNIO IVAN OLÍMPIO DA SILVA (OAB 3110/AM) - Processo 0658786-70.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - RÉU: D.B.F. - De Ordem do MM. Juiz, redesignei o dia 07/11/2019, às 09:00h, para realização da audiência de instrução e julgamento.

Antônio Ivan Olímpio da Silva (OAB 3110/AM)
Daniel Marcelo Benvenutti de Sales (OAB 7949/AM)
Tallita Lindoso Silva (OAB 13266/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO REYSON DE SOUZA E SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GILSON JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0053/2019

ADV: ALESSANDRA SOUZA DE AQUINO (OAB 13477/AM) - Processo 0206276-25.2017.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento

Sumário - Ameaça - RÉU: A.P.S. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 30/09/2019, às 10:30h.

ADV: VALTER MANOEL DE SANTANA (OAB 361944/SP) - Processo 0232210-71.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Criminal - Ameaça - AUTOR: M.P.E.S.P. - VÍTIMAFATO: R.A.L. - De Ordem do MM. Juiz, pautei o dia 24/09/2019, às 11:15h, para realização da oitiva da vítima Regiane Almeida Lopes.

ADV: FRANCISCO SOARES CALHEIROS (OAB 12562/AM), ADV: ADRIANA MOUTINHO MAGALHÃES IANNUZZI (OAB 8065/AM) - Processo 0600349-12.2019.8.04.0030 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERIDO: E.M.F. - Isto posto, INDEFIRO o pedido de revogação das medidas protetivas concedidas, mantendo-as integralmente até o término de seu prazo de vigência, razão pela qual extingo o processo com resolução de mérito.

ADV: DANTON CAVALCANTE BEZERRA (OAB 12258/AM) - Processo 0600405-35.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERIDO: D.S.A. - No caso concreto, não vislumbro elementos suficientes a transmitir segurança ao Poder Judiciário sobre citado ato de descumprimento de decisão judicial de medidas protetivas, em decorrência da unilateralidade declaratória do boletim de ocorrência reportado, tem-se quadro não esclarecido, o suficiente, para entender ocorrido, uma vez que a requerente tomou ciência da decisão em 28.03.2019 (fl.24), oportunidade que declinou novo endereço de sua moradia. “Ad cautelam”, determino seja notificado o Requerido para, em 05 dias, manifestar-se sobre a narrativa de fl. 55, bem como de que cumpra integralmente as medidas impostas sob pena de decretação de prisão preventiva e aplicação de multa.

ADV: FERNANDA DA SILVA PEREIRA (OAB 14317/AM) - Processo 0601349-37.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Decorrente de Violência Doméstica - REQUERIDO: E.S.S. - Isto posto, julgo IMPROCEDENTE o pedido autoral para REVOGAR a decisão concessiva de medidas protetivas (fl. 10/12). Intimem-se as partes, por advogados. Caso inexista recurso, certifique-se e arquive-se. Esse arquivamento não gera prejuízo ao IP instaurado. Recebido o IP referente aos fatos, autue-se apartado com remessa ao Ministério Público.

ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM) - Processo 0602843-34.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0662164-34.2018.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - VÍTIMAFATO: E.L.G.A. - ATO ORDINATÓRIO: De ordem do MM. Juiz, procedo a intimação da Assistente de Acusação para fins do disposto no art. 403, §3º, do CPP.

ADV: MARILÂNDIA MARIA ENES RIBEIRO HATTORI (OAB 6358/AM), ADV: SÍLVIA ROBERTA PADILHA DE OLIVEIRA (OAB 6664/AM), ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 397B/RR) - Processo 0613014-50.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERIDO: J.F.R. - Isto posto, INDEFIRO o pedido de revogação das medidas protetivas concedidas, mantendo-as integralmente até o término de seu prazo de vigência, razão pela qual extingo o processo com resolução de mérito.

ADV: RAYCLINGE LUIZ VIANA ROCHA (OAB 11245/AM) - Processo 0653684-67.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0600314-86.2018.8.04.0030) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Injúria - RÉU: F.S.S. - SENTENÇA: Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE a denúncia formulada pelo Ministério Público para ABSOLVER FABRÍCIO DA SILVA SOARES da prática do crime previsto no art. 147 do Código Penal e da contravenção penal prevista no art. 21 do Decreto Lei 3.688/41, em razão de não haver provas suficientes para condenação, nos termos do art. 386, VII do Código de Processo Penal.

ADV: DANIEL DE OLIVEIRA CAMPOS (OAB 5258/AM) - Processo 0653690-74.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0610984-76.2018.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Contravenções Penais - RÉU: M.A.C.M. - SENTENÇA: Do exposto, julgo IMPROCEDENTE a pretensão punitiva estatal para absolver Marcos Aurélio Couto Marques da prática do delito previsto no art. Art. 147 “caput” do(a) CP c/c Art. 5, III c/c Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006 e Art. 65 do(a) DL 3.688/1941, em razão de não estar comprovada a existência do fato, nos termos do art. 386, VII, do Código de Processo penal.

Adriana Moutinho Magalhães Iannuzzi (OAB 8065/AM)
Alessandra Souza de Aquino (OAB 13477/AM)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 397B/RR)
Daniel de Oliveira Campos (OAB 5258/AM)
Danton Cavalcante Bezerra (OAB 12258/AM)
Fernanda da Silva Pereira (OAB 14317/AM)
Francisco Soares Calheiros (OAB 12562/AM)
Marilândia Maria Enes Ribeiro Hattori (OAB 6358/AM)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Rayclinge Luiz Viana Rocha (OAB 11245/AM)
Sílvia Roberta Padilha de Oliveira (OAB 6664/AM)
Valter Manoel de Santana (OAB 361944/SP)

JUÍZO DE DIREITO DA 3º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)

JUIZ(A) DE DIREITO REYSON DE SOUZA E SILVA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GILSON JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0054/2019

ADV: EDIANE EVANGELISTA DE MOURA DOS SANTOS (OAB 12161/AM) - Processo 0650052-33.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Lesão Corporal - RÉU: L.M.N. - SENTENÇA: Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER LUCIANO MOTA NOGUEIRA da prática dos delitos previstos nos arts. 129, §9º e 147 do Código Penal, em razão de não existir prova suficiente para a condenação, nos termos do art. 386, VII, do Código de Processo penal.

Ediane Evangelista de Moura dos Santos (OAB 12161/AM)

VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0391/2019

ADV: CHRISTIANNE DI FELÍCIO FERREIRA DA SILVA (OAB 3631/AM) - Processo 0603724-11.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: C.C.O. - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo procedentes os pedidos constantes da exordial, para determinar ao Requerido que retifique a promoção do Autor à graduação de 3º Sargento, para que passe a contar de 25 de agosto de 2015, nos termos da fundamentação acima exposta. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0608588-92.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Pablo Ramon Gomes Siqueira - Forte nestas razões, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pleitos elencados na petição inicial, para condenar o Requerido a pagar à Requerente a Gratificação de Curso, no percentual de 10% (respeitando-se o Art. 201, § 1º, da Lei 2.271/94) sobre os vencimentos, a contar da publicação desta, condenando-o, ainda, ao pagamento da quantia de R$ 27.424,63 (vinte e sete mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e sessenta e três centavos) referente ao pagamento retroativo (07/2017 a 06/2019). Sobre os valores haverá correção monetária mensal, a contar de de novembro de 2015, pelo IPCA-e, e juros de mora a partir da citação, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância

ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Em seguida, intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0609316-36.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Anderson Muller Pereira Moraes - DISPOSITIVO. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) Obrigar a fundação requerida a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) Condenar a requerida ao PAGAMENTO de R$ 8.464,97 (oito mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, onde deverá apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor , remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDINELSON ALVES DE SOUSA (OAB 8225/AM) - Processo 0610250-91.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Lucilene Soares Cavalcante - Ante o exposto, reconheço a ilegitimidade passiva do Requerido, resolvendo o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

ADV: CLEYTON RAFAEL MARTINS DO AMARAL (OAB 11691/AM) - Processo 0611252-96.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nomeação - REQUERENTE: Tainah Barbosa Nepomuceno - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo procedente o pedido formulado na petição inicial, para condenar o Estado do Amazonas à obrigação de NOMEAR e EMPOSSAR a Autora para o cargo de Assistente Técnica Educacional - Administração, na vaga destinada ao município de Manaus/AM, nos termos do Edital nº 001/2014. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0614130-91.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Raimundo Nonato Tavares da Silva - DISPOSITIVO Diante do exposto, julgo procedentes os pleitos autorais, condenando a Requerida na obrigação de promover a correção do valor do piso salarial da parte autora, para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitada a 15 dias/multas. Condeno, ainda, a Requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 26.542,54 (vinte e seis mil, quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos), referente ao período de abril de 2014 até o mês de fevereiro de 2019, com reflexos sobre férias e 13° salário. Por conseguinte, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal no valor de R$, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. P.R.I.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0618178-93.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Handson Lima Barros - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) Obrigar a FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) Condenar a requerida ao PAGAMENTO de R$ 8.578,71 (oito mil, quinhentos e setenta e oito reais e setenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito até a data desta sentença. Reconheço a prescrição da cobrança do período anterior a 04/2014, consoante fundamentação aduzida. Improcedentes os pleitos de danos morais. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Reconheço a ilegitimidade passiva do Estado do Amazonas, extinguindo-o da lide, ao passo que, em relação a este, resolvo o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, onde deverá apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução

do ofício requisitório de pequeno valor , remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0618218-75.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Aldineia Batista de Souza - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) Obrigar a fundação requerida a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) Condenar a requerida ao PAGAMENTO de R$ 8.464,97 (oito mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, onde deverá apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor , remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0618244-73.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Cristina Souza da Cunha - DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 25.587,97 (vinte e cinco mil, quinhentos e oitenta e sete reais e noventa e sete centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de fevereiro de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0618385-92.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Marlene Ferreira de Lima - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) Condenar a requerida ao PAGAMENTO de R$ 7.095,49 (sete mil e noventa e cinco reais e quarenta e nove centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 18/04/2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação da Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0618397-09.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Euline Maria Picanço - DISPOSITIVO. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 7.095,49 (sete mil e noventa e cinco reais e quarenta e nove centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 18.04.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art.

12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, sendo certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação da Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0618568-63.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Marco Aurelio Candeira de Souza - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) Condenar a requerida ao PAGAMENTO de R$ 7.095,49 (sete mil e noventa e cinco reais e quarenta e nove centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 24.04.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0618842-27.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Ana Fabya de Sousa Mourão - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 7.095,49 (sete mil e noventa e cinco reais e quarenta e nove centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 22.04.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação da Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0619180-98.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Maria do Socorro Tavares da Silva - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 7.095,49 (sete mil e noventa e cinco reais e quarenta e nove centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 23.04.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto a obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0619184-38.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Antonio Manoel de Sousa - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 7.095,49 (sete mil e noventa e cinco reais e quarenta e nove centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 23.04.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos

à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0619642-55.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Jaime Chagas da Silva - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 7.095,49 (sete mil e noventa e cinco reais e quarenta e nove centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 23.04.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação da Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0619659-91.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - RECLAMANTE: Marcelo Pereira de Sena - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 8.464,97 (oito mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 25.04.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0619668-53.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Manoel Moraes Valente - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) Obrigar a fundação requerida a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) Condenar a requerida ao PAGAMENTO de R$ 7.095,49 (sete mil e noventa e cinco reais e quarenta e nove centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito. Reconheço a prescrição da cobrança do período anterior a 04/2014, consoante fundamentação supra. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, onde deverá apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor , remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0619725-71.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Gelsoney Paz Procópio - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 7.095,49 (sete mil e noventa e cinco reais e quarenta e nove centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 25.04.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e

mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0619909-27.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Marcia Raquel Lima de Almeida - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 7.095,49 (sete mil e noventa e cinco reais e quarenta e nove centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 25.04.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0620453-15.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Neli Palmas de Mattos Neves - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 2.333,13 (dois mil, trezentos e trinta e três reais e treze centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 29.04.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação da Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0620863-73.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Maria das Dores Tavares - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.999,40 (seis mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 01.05.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0620875-87.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Cristiane Pereira Figueiredo - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.999,40 (seis mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 01.05.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagas, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c

art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0620880-12.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Rubens Junior Duarte de Queiroz - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.999,40 (seis mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 01.05.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0620894-93.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Ronaldo Silva - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.999,40 (seis mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 01.05.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0621167-72.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Eliane Oliveira de Souza - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.999,40 (seis mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 08.05.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0621182-41.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alcides Machado Dias - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) Obrigar a FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) Condenar a requerida ao PAGAMENTO de R$ 8.714,88 (oito mil, setecentos e catorze reais e oitenta e oito centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito até a publicação desta. Improcedente o pleito de dano moral. Reconheço a ilegitimidade passiva do Estado do Amazonas, extinguindo-o da lide, ao passo que, em relação a este, resolvo o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, onde deverá apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor , remetam-se os autos à

contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0621560-94.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Eliezer Saldanha da Gama - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.999,40 (seis mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0621613-75.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Debora Maria Carvalho e Souza - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.999,40 (seis mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 06/05/2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0621628-44.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Hérica Renata da Silva Gomes - DISPOSITIVO Diante do exposto, julgo procedentes, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.625,19 (vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pleitos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC, nos termos da fundamentação. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0621633-66.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Hérica Renata da Silva Gomes - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) Obrigar a fundação requerida a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) Condenar a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.999,40 (seis mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito até a data da presente sentença. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais),

limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, onde deverá apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor , remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0621714-15.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Rosimere dos Santos Tavares - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) Obrigar a fundação requerida a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) Condenar a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.999,40 (seis mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, onde deverá apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor , remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0621736-73.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Geraldo Gomes de Oliveira, - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) Obrigar a fundação requerida a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) Condenar a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.999,40 (seis mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, onde deverá apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor , remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBSON CARVALHO FERREIRA (OAB 12268/AM) - Processo 0622778-60.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: Manoel Silva dos Santos - Vistos. Cite-se o Requerido Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito - MANAUSTRANS, nos termos da decisão de pgs. 38/39. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0623189-06.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Francisco Vieira Façanha Júnior - DISPOSITIVO Diante do exposto, julgo procedentes, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.625,19 (vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0623192-58.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Ivan Oliveira Dias - DISPOSITIVO Diante do exposto, julgo procedentes, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover

a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.625,19 (vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0623199-50.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Waldeci Santos Cabral - DISPOSITIVO Diante do exposto, julgo procedentes, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.625,19 (vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0623200-35.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Waldeci Santos Cabral - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) Obrigar a fundação requerida a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) Condenar a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.999,40 (seis mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, onde deverá apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor , remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0623208-12.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Raimundo Oliveira da Costa - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) Obrigar a fundação requerida a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) Condenar a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.999,40 (seis mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito até a data desta sentença. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, onde deverá apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor , remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos,

mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0623450-68.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Kirk Douglas Barroso Felix - DISPOSITIVO Diante do exposto, julgo procedentes, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.625,19 (vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0623886-27.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Mirian Paula Aquino - DISPOSITIVO Diante do exposto, julgo procedentes, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.625,19 (vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0623891-49.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: José Alberto da Silva Brazão - DISPOSITIVO Diante do exposto, julgo procedentes, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.625,19 (vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0623897-56.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: José Roberto Gimon Rodrigues - DISPOSITIVO Diante do exposto, julgo procedentes, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.625,19 (vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora,

nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0623899-26.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: José Roberto Gimon Rodrigues - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) Obrigar a fundação requerida a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) Condenar a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.999,40 (seis mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, onde deverá apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor , remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0623901-93.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Lucilene Alves Normando - DISPOSITIVO Diante do exposto, julgo procedentes, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.625,19 (vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0623904-48.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Ednelza Souza dos Santos - DISPOSITIVO Diante do exposto, julgo procedentes, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.625,19 (vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0623907-03.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Curso de Formação - REQUERENTE: Thayne Justiniano de Figueiredo - DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos constantes da exordial, confirmando a decisão que concedeu a tutela de urgência (fls. 50/51), para determinar ao Requerido que mantenha a inclusão e matrícula do Requerente no Curso de Formação de Sargento (CFS/2019/03),

extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, arquivem-se os autos. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0623913-10.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Leida de Jesus de Assis Medeiros - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.247,35 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e sete mil e trinta e cinco reais), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0623915-77.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Leida de Jesus de Assis Medeiros - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) Obrigar a fundação requerida a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) Condenar a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.999,40 (seis mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, onde deverá apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor , remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0624324-53.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Flávio Santiago Leal - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerente para se manifestar sobre a proposta apresentada pelo Requerido, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0624574-86.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Raimundo Barbosa Lima Filho - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.999,40 (seis mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0624591-25.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Luzimar Victor de Castro - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.247,35 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e sete mil e trinta e cinco reais), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do

art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0624750-65.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Francisca Félix Pinto - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.247,35 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e sete mil e trinta e cinco reais), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0624816-45.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Cristovam Milton Rodrigues dos Santos - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.247,35 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e sete mil e trinta e cinco reais), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0624819-97.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Cristovam Milton Rodrigues dos Santos - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.999,40 (seis mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 21.05.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0625274-62.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - RECLAMANTE: Manoel Mateus Gomes Amaral - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O

AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 8.464,97 (oito mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 23.05.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0625342-12.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Erison Azevedo Lima - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.999,40 (seis mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 23.05.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0625437-42.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - RECLAMANTE: Nívea Corrêa da Silva - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 8.464,97 (oito mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 24.05.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0625545-71.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - RECLAMANTE: Maria Jocilene Neves Carvalho - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 8.464,97 (oito mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 24.05.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0625934-56.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Glacimar Alves da Rocha - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de

aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.999,40 (seis mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 27/05/2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0625972-68.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Benedito Lopes de Souza - DISPOSITIVO Diante do exposto, julgo procedentes, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.625,19 (vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0625976-08.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Benedito Lopes de Souza - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.999,40 (seis mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 27/05/2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0626035-93.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Isaias Nascimento Aiambo - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.999,40 (seis mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 27.05.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0626397-95.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Irineu Machado de Souza - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II,

do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.999,40 (seis mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 28.05.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0626522-63.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - RECLAMANTE: Maria do Carmo Saraiva de Oliveira - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 8.183,25 (oito mil, cento e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 24.05.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM) - Processo 0626526-03.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Helder Warfisson do Nascimento Lopes - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerente para se manifestar sobre a proposta apresentada pelo Requerido, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0627076-95.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - RECLAMANTE: Marcia Marques de Abreu - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 8.464,97 (oito mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 31.05.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0627082-05.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - RECLAMANTE: Raimundo Nonato Leite dos Santos - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 8.464,97 (oito mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 31.05.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0627094-19.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-Alimentação - RECLAMANTE:

Dilma Ferreira de Souza - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 8.464,97 (oito mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 31.05.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0627423-31.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Maria do Socorro da Silva Lima - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 8.455,59 (oito mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 03.06.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO ROCHA BENTES (OAB 10704/AM) - Processo 0627962-94.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Estaduais Específicas - REQUERENTE: Charliton Mendes da Rocha - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE os pedidos constantes da exordial, para condenar o Requerido ao pagamento de R$ 3.960,00 (três mil, novecentos e sessenta reais) ao autor, à título de diárias por deslocamento temporário, observando e cumprindo os dispositivos legais relacionados às diárias, para todos os fins de direito. Sobre os valores haverá correção monetária pelo IPCA, a partir de: - 04/09/2014 sobre o valor de R$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais); - 01/10/2014 sobre o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais); - 07/10/2015 sobre o valor de R$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais); Ademais, haverá juros de mora, a partir da citação, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Dispositivo exarado conforme as disposições do Enunciado n. 32 do FONAJEF. Por derradeiro, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC. Certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização. Em seguida, intime-se o advogado da parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar conta bancária e dãos do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/09 e art. 525, do Código de Processo Civil. Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos moldes do art. 535, §2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se, de acordo com o art. 13, inc. I, da Lei 12.153/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0628081-55.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - RECLAMANTE: Francirlene Munhoz França - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 8.183,25 (oito mil, cento e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 05.06.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0628092-84.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - RECLAMANTE: Alan Souza de Freitas - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE

na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 8.175,52 (oito mil, cento e setenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 05.06.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0628346-57.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - RECLAMANTE: Kleberson Lucio Nogueira de Souza - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 8.175,52 (oito mil, cento e setenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 06.06.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JANEYLA SANTOS SUIJKERBUIJK (OAB 5874/AM) - Processo 0628461-78.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Adriana Karla Lima da Silva - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: UESLEI FREIRE BERNARDINO (OAB 14474/AM) - Processo 0628510-22.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Selma Souza Oliveira Alves - Desta forma, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial nos termos do art. 321, do Código de Processo Civil, fazendo a juntada de documentos aptos a comprovar o vínculo entre as partes e, especialmente, o seu término, conforme determina o art. 320, do CPC, sob pena de indeferimento da inicial. Em caso de cumprimento da diligência, dê-se vista ao Requerido para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0628894-82.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Lenalidia Coelho - DISPOSITIVO Diante do exposto, julgo procedentes, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.625,19 (vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0628895-67.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Lenalidia Coelho - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.874,51 (seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 09.06.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em

julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0628897-37.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Messias da Silva Ribeiro - DISPOSITIVO Diante do exposto, julgo procedentes, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.625,19 (vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0628898-22.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Messias da Silva Ribeiro - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.874,51 (seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 09.06.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0629031-64.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Roberto Souza da Silva - DISPOSITIVO Diante do exposto, julgo procedentes, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.625,19 (vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0629034-19.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Roberto Souza da Silva - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.874,51 (seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 10.06.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos

do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0629048-03.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Aldemizia da Silva Cavalcante - DISPOSITIVO Diante do exposto, julgo procedentes, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.625,19 (vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0629058-47.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Aldemizia da Silva Cavalcante - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.874,51 (seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 10.06.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0629149-40.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Lucimar da Silva Reis - DISPOSITIVO Diante do exposto, julgo procedentes, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.625,19 (vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0629168-46.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Lucimar da Silva Reis - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de

aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.874,51 (seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 10.06.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARIO JORGE CARDOSO MELO (OAB 10894/AM) - Processo 0629933-17.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Gledson Cristiano Reis Barauna - Vistos. Em análise pormenorizada dos autos, verifico que o Requerente pugna pela concessão de tutela antecipada para fins de condenar o requerido a realizar, com urgência, “a cirurgia no paciente GLEDSON CRISTIANO REAIS BARAÚNA, seja através do Sistema Único de Saúde ou custeando-se todas as despesas”. No entanto, o autor não apresentou nos autos laudo médico indicando a necessidade de tratamento cirúrgico; qual seria o tipo de procedimento indicado para o caso da parte; o quadro de saúde do autor e nem a urgência que o caso demanda, o que torna temerária a concessão da medida. Além disso, o autor não indicou o valor do tratamento médico requestado, de modo que não há meios de fixação de competência deste Juizado Especial sem a indicação do proveito econômico pretendido com a demanda. Por tais motivos, determino a emenda da inicial no prazo de quinze dias para que a parte junte aos autos os documentos médicos e orçamentos do procedimento requestado, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único, do art. 321 do CPC. Decorrido o prazo, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0630230-24.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - RECLAMANTE: Mábio Cruz Coelho - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 8.455,59 (oito mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 14.06.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0630541-15.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Jimmy Willams Feitoza Rayol - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.874,51 (seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 15.06.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0630550-74.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Adailson Souza Morais - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.247,35 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e sete mil e trinta e cinco reais), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se

os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0630554-14.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Adailson Souza Morais - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.874,51 (seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 15.06.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0630601-85.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Areomar Gama de Castro - DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.247,35 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e sete mil e trinta e cinco reais), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0630603-55.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Areomar Gama de Castro - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.874,51 (seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 16.06.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0630608-77.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Marcia Cristina Gomes dos Santos, - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.247,35 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e sete mil e trinta e cinco reais), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n.

9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0630612-17.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Wladimir Cavalcante Coelho - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.247,35 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e sete mil e trinta e cinco reais), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0630614-84.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Wladimir Cavalcante Coelho - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.874,51 (seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 16.06.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0630616-54.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Doroteia Cavalcante Soares - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.247,35 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e sete mil e trinta e cinco reais), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0630617-39.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Doroteia Cavalcante Soares - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR

a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.874,51 (seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 16.06.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0630629-53.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: José Eudes Vitor Lopes - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.247,35 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e sete mil e trinta e cinco reais), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0630631-23.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: José Eudes Vitor Lopes - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.874,51 (seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 16.06.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0630633-90.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Francisca de Assis de Almeida - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.247,35 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e sete mil e trinta e cinco reais), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0630634-75.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Francisca de Assis de Almeida - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos,

JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a Requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.784,51 (seis mil, setecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0630638-15.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: João Hylton Almeida de Oliveira - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.247,35 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e sete mil e trinta e cinco reais), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0630639-97.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: João Hylton Almeida de Oliveira - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.784,51 (seis mil, setecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 16.06.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0630834-82.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e outro - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Elson Oliveira Marialves e Defensoria Pública do Estado do Amazonas em face do Estado do Amazonas e Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0630906-69.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Josmere Menezes Marques - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.247,35 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e sete mil e trinta e cinco reais), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0630914-46.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Josmere Menezes Marques - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.874,51 (seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 17.06.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0630990-70.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Noemia Pacheco de Freitas - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.247,35 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e sete mil e trinta e cinco reais), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0630991-55.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Noemia Pacheco de Freitas - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.874,51 (seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 17.06.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-

se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0630996-77.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militares - REQUERENTE: Marineide Andrade de Oliveira - Ante o exposto, julgo procedentes os pedidos constantes da exordial, para determinar ao Requerido que retifique a promoção do Autor à graduação de 3º Sargento, para que passe a contar de 25 de agosto de 2015 e para condenar o Estado do Amazonas ao pagamento de R$ 39.554,77 (trinta e nove mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e setenta e sete centavos), referente às diferenças remuneratórias decorrentes da promoção retroativa da Autora, no período de agosto de 2015 a março de 2018. Nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, resolvo o processo com análise do mérito. Sem custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre a condenação deve haver correção monetária mensal pelo IPCA-e (REsp 1495146/ MG) e incidirá juros de mora a partir da citação (art. 240 do CPC), nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Em seguida, intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0630998-47.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Maria do Socorro de Oliveira Nobre - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.874,51 (seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 17.06.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0631003-69.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Sidneia de Oliveira Dantas - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.874,51 (seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 17.06.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0631323-22.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Ana Silvia Nobre de Lima - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.874,51 (seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 18.06.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento,

arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0631339-73.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Francisco da Silva Prestes - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.874,51 (seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 18.06.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0631350-05.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Edna Socorro da Silva Melo - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.874,51 (seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 18.06.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0631354-42.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Francisca Carvalho da Costa - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.874,51 (seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 18.06.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0631487-84.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Frank Nixon Lopes - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.874,51 (seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 18.06.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0631515-52.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Geralda Pereira dos Santos - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.874,51 (seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 18.06.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0631766-70.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Janete de Freitas Viana - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.874,51 (seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 24.06.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0631774-47.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Marcondes de Lima Sales - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.874,51 (seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 20.06.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0631779-69.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Elaine Regina da Silva Gomes - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.874,51 (seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0631787-46.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Byron Disney Bentes Monteiro - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO

PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.874,51 (seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0632025-65.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Nemesio Rodrigues Valente - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.874,51 (seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0632031-72.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Horácio Falcão Caldas - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a fundação requerida a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.874,51 (seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 22.06.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0632036-94.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Maria dos Anjos Bezerra de Freitas - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.874,51 (seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 22.06.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0632039-49.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: José Inácio dos Santos - DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II,

do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.874,51 (seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 22.06.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0636548-57.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Elaine Santos da Silva - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pedidos formulados na petição inicial para: a) RECONHCECER a ilegitimidade passiva do Estado do Amazonas, extinguindo-o da lide, ao passo que, em relação a este, resolvo o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do Código de Processo Civil. b) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; c) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 8.170,20 (oito mil, cento e setenta reais e vinte centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 14.08.2013. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Improcedente o pleito de dano moral. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0637671-56.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - RECLAMANTE: André Nunes de Lima - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 8.324,11 (oito mil, trezentos e vinte e quatro reais e onze centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito, 19.07.2014. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0638573-09.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Dulcineia Soares de Freitas - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) Obrigar a fundação requerida a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) Condenar a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.807,22 (seis mil, oitocentos e sete reais e vinte e dois centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, onde deverá apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor , remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALLAN CARLOS DE AZEVEDO VIANA LIMA (OAB 8850/AM) - Processo 0641762-29.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nomeação - REQUERENTE: Aldarlice de Almeida Teixeira - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo procedente a ação para condenar o Estado do Amazonas na obrigação de NOMEAR e EMPOSSAR a Autora no cargo de Pedagogo - 40

horas - Capital - Manaus/AM e extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ERCLIUTON SOARES DO NASCIMENTO (OAB 7771/AM) - Processo 0643235-16.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Rescisão - REQUERENTE: Patrícia Gil Cabral - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Patrícia Gil Cabral em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ERCLIUTON SOARES DO NASCIMENTO (OAB 7771/AM) - Processo 0643237-83.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Rescisão - REQUERENTE: Francisca Daura de Lima - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Francisca Daura de Lima em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ERCLIUTON SOARES DO NASCIMENTO (OAB 7771/AM) - Processo 0643239-53.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Rescisão - REQUERENTE: Izaura Santos da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Izaura Santos da Silva em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0643360-81.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Gilmar Alves de Almeida - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Gilmar Alves de Almeida em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se.

Cumpra-se

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0643476-87.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Ademir Gomes Delgado - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ademir Gomes Delgado em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0643489-86.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Gabryela Caldas Cassundé - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Gabryela Caldas Cassundé em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0643521-91.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Irlene Coelho Eloi da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Irlene Coelho Eloi da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0643524-46.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Natanael Neto da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Natanael Neto da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais.

À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RAFAEL YAN DE SOUZA SILVA (OAB 13427/AM) - Processo 0643525-31.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alexandre Lima dos Santos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Alexandre Lima dos Santos em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ROBSON CARVALHO FERREIRA (OAB 12268/AM) - Processo 0643545-22.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Carlos Cesar Araújo Vasconselos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Carlos Cesar Araújo Vasconselos em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: NÚBIA BATISTA PINHEIRO (OAB 11184/AM) - Processo 0643547-89.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Quitação - REQUERENTE: Lorimar Barbosa da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Lorimar Barbosa da Silva em face do Município de Manaus. Primeiramente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar holerites do período, sob pena de indeferimento da inicial. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ROBSON CARVALHO FERREIRA (OAB 12268/AM) - Processo 0643549-59.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Maria Katiele Gomes Sales - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria Katiele Gomes Sales em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações

contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0643550-44.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Ana Cláudia Santana Leite da Costa - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ana Cláudia Santana Leite da Costa em face do O Estado do Amazonas e Secretaria de Educação do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0643585-04.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Irlene Coelho Eloi da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Irlene Coelho Eloi da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643602-40.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Nívia Corrêa da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Nívia Corrêa da Silva em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643603-25.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Idelfonso Moura Souza - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Idelfonso Moura Souza em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não

existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643604-10.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Nelson de Magalhães Filho - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Nelson de Magalhães Filho em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643605-92.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Ronaldo Freitas de Souza - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ronaldo Freitas de Souza em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643608-47.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Hildo Jose Meneses Barroso - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Hildo Jose Meneses Barroso em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643612-84.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Jesse de Souza Alencar - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Jesse de Souza Alencar em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não

existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0643622-31.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Marlucea Alves Muraiare Rocha - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Marlucea Alves Muraiare Rocha em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643671-72.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Aldenira Bernardo de Souza - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Aldenira Bernardo de Souza em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643672-57.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Francisco Amauri Ribeiro da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Francisco Amauri Ribeiro da Silva em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643676-94.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Raimundo Nonato Tavares da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Raimundo Nonato Tavares da Silva em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de

produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643678-64.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Merirlan Rocha de Souza - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Merirlan Rocha de Souza em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643680-34.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Emanuel Silva Lima - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Emanuel Silva Lima em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643683-86.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Dilma Ferreira de Souza - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Dilma Ferreira de Souza em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643686-41.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Claudio Robson Frazao Castro - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Claudio Robson Frazao Castro em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de

produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643689-93.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Armando Salviano Lopes - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Armando Salviano Lopes em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0643690-78.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: 402.112.742-91 - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por 402.112.742-91 em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643691-63.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Ilcineia Menezes Barroso - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ilcineia Menezes Barroso em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643692-48.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: André Nunes de Lima - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por André Nunes de Lima em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria

unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643693-33.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Alonicio da Silva Barbosa - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Alonicio da Silva Barbosa em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643697-70.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Fátima Nascimento da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Fátima Nascimento da Silva em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643698-55.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Manoel Mateus Gomes Amaral - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Manoel Mateus Gomes Amaral em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643699-40.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Raimundo Nonato Leite dos Santos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Raimundo Nonato Leite dos Santos em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações

contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643700-25.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Raimunda Viana dos Santos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Raimunda Viana dos Santos em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643702-92.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Mario Nilson Rodrigues da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Mario Nilson Rodrigues da Silva em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643704-62.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Maria Jocilene Neves Carvalho - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria Jocilene Neves Carvalho em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643706-32.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Marcia Marques de Abreu - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Marcia Marques de Abreu em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria

unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643707-17.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Maria de Fátima Picanço Fonseca - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria de Fátima Picanço Fonseca em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643708-02.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: José Jucivaldo de Souza Marinho - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por José Jucivaldo de Souza Marinho em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643709-84.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Jander Rodrigues de Oliveira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Jander Rodrigues de Oliveira em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643710-69.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Josue Lopes de Souza - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Josue Lopes de Souza em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria

unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643711-54.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Maria das Graças Barbosa de Paula Machado - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria das Graças Barbosa de Paula Machado em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643712-39.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Maria do Carmo Saraiva de Oliveira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria do Carmo Saraiva de Oliveira em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643713-24.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Hisrael Paz da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Hisrael Paz da Silva em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643725-38.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Raimundo Ribeiro Cerdeira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Raimundo Ribeiro Cerdeira em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria

unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643727-08.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Raimunda Barreto dos Santos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Raimunda Barreto dos Santos em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643728-90.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Marilene Alves Garcia - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Marilene Alves Garcia em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643729-75.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Jusemar Oliveira de Souza - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Jusemar Oliveira de Souza em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643730-60.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Gerlane Lucio da Silva Gomes - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Gerlane Lucio da Silva Gomes em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações

contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643731-45.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Maria Raimunda Silva de Souza - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria Raimunda Silva de Souza em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643732-30.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Jose Augusto Carvalho Soares - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Jose Augusto Carvalho Soares em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643733-15.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Antônio Protásio Granja - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Antônio Protásio Granja em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643734-97.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Almir Nazario Maricaua - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Almir Nazario Maricaua em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria

unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643936-74.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Leidiane da Silva Mota - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Leidiane da Silva Mota em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643941-96.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Leonardo Souza de Oliveira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Leonardo Souza de Oliveira em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0643943-66.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Mábio Cruz Coelho - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Mábio Cruz Coelho em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MARCUS JOSÉ QUEIROZ FERREIRA (OAB 9930/AM) - Processo 0643944-51.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Paulo Rogério Negoita Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Paulo Rogério Negoita Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em

audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: LUÍS FELIPE MOTA MENDONÇA (OAB 2505/AM) - Processo 0643947-06.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Tarcisio Roberto Calvacante da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Tarcisio Roberto Calvacante da Silva em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: LEANDRO DE OLIVEIRA VIOLIN (OAB 4857/AM) - Processo 0643964-42.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: R.S.L.M. - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Rosana do Socorro Lima de Moraes em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MARCUS JOSÉ QUEIROZ FERREIRA (OAB 9930/AM) - Processo 0643973-04.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Frandielson Barroso Silva - Diante do exposto: 1) afasto a preliminar de incompetência sustada pelo requerido; 2) determino a emenda da peça de ingresso, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo a parte adequá-la para preenchimento dos requisitos dos arts. 534 do CPC, 52 da Lei n. 9.099/95 e 13 da Lei n. 12.153/09, juntar cópia da sentença do Mandado de Segurança n° 4001983-56.2015.8.04.0000, bem como de demonstrativo discriminado e atualizado do crédito com indicação do índice de correção monetária adotado, juros aplicados e as respectivas taxas, termo inicial e termo final dos juros e correção monetária utilizados, periodicidade da capitalização dos juros e especificação dos eventuais descontos obrigatórios realizados, no prazo de 15 dias sob pena de extinção. Deve, ainda, a parte autora apresentar todos os contracheques do período postulado e, caso haja pedido de GTE, indicar os meses no qual houve percepção desta gratificação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0644526-51.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - RECLAMANTE: Lucineia Silva dos Santos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Lucineia Silva dos Santos em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0644527-36.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Lucineia Silva dos Santos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Lucineia Silva dos Santos em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no

presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: CÉSAR LUIZ CAMPOS DA COSTA (OAB 8026/AM) - Processo 0648094-12.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: César Luiz Campos da Costa - Ante o exposto, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, por ilegitimidade passiva do requerido, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0648860-65.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nozangela Martins do Amaral - 3. Dispositivo. Ante o exposto, reconheço a incompetência absoluta desta vara especializada em razão da matéria, razão pela qual extingo o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários em observância ao art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: WIRLEY BENEZAR FALCAO (OAB 12792/AM) - Processo 0651034-47.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Curso de Formação - REQUERENTE: Luiz Carlos de Oliveira Cunha - Ante o exposto, julgo totalmente improcedentes os pleitos elencados na exordial. Sem custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: CLEYTON RAFAEL MARTINS DO AMARAL (OAB 11691/AM), ADV: ÁLVARO DA TRINDADE GARCIA FILHO (OAB 6236/AM), ADV: FREDERICO SANTOS PAIVA (OAB 6569/AM), ADV: CLEYTON RAFAEL MARTINS DO AMARAL (OAB 016696PA) - Processo 0656701-14.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nomeação - REQUERENTE: Ana Luiza Loureiro Guerreiro - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo procedente o pedido formulado na petição inicial, para condenar o Estado do Amazonas na obrigação de NOMEAR e EMPOSSAR a Autora para o cargo de Fisioterapeuta, na vaga destinada a Capital, nos termos do Edital nº 01 de 16 de outubro de 2014. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Allan Carlos de Azevedo Viana Lima (OAB 8850/AM)
Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB 6236/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
César Luiz Campos da Costa (OAB 8026/AM)
Christianne Di Felício Ferreira da Silva (OAB 3631/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
CLEYTON RAFAEL MARTINS DO AMARAL (OAB 016696PA)
Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB 11691/AM)
Davi Fontenele de Almeida (OAB 13125/AM)
Edinelson Alves de Sousa (OAB 8225/AM)
Ercliuton Soares do Nascimento (OAB 7771/AM)
Frederico Santos Paiva (OAB 6569/AM)
Janeyla Santos Suijkerbuijk (OAB 5874/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Leandro de Oliveira Violin (OAB 4857/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe Mota Mendonça (OAB 2505/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Márcio Clebson da Silva Costa (OAB 10116/AM)
Márcio Rocha Bentes (OAB 10704/AM)
Marcus José Queiroz Ferreira (OAB 9930/AM)
Mario Jorge Cardoso Melo (OAB 10894/AM)
Núbia Batista Pinheiro (OAB 11184/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Rafael Yan de Souza Silva (OAB 13427/AM)
Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB 10594/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Robson Carvalho Ferreira (OAB 12268/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Ueslei Freire Bernardino (OAB 14474/AM)
Wirley Benezar Falcao (OAB 12792/AM)

SEÇÃO VIII

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0254/2019

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB) - Processo 0202386-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Leonardo de Azevedo Cardoso - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Diante do exposto, julgo improcedentes os pedidos formulados na exordial, pelos motivos acima transatos. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0205228-12.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: KATIUSCIA MOTA DE OLIVEIRA - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: MARA LINDOLFO GOMES GUEDES (OAB 5116/AM), ADV: HELVIO SANTOS SANTANA (OAB 353041/SP), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: PRISCILA COSTA DE MENESES (OAB 12471/AM) - Processo 0208202-56.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: José Barboza Netto - REQUERIDO: Claro S/A - ZTE do Brasil Comércio, Serviços e Participações Ltda. - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor remanescente..

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB

911A/SE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0600716-86.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Enriquecimento sem Causa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem do Exmo(a). Dr(a).Bárbara de Araújo Folhadela ,Juiz (a) de Direito, intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 dias, querendo, apresentar Embargos à execução. Havendo inércia, a penhora será considerada em definitivo, razão pela qual haverá a transferência do valor bloqueado, e, por conseguinte, a expedição do Alvará Judicial.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: RAYSSA AYALA MENDES FERREIRA (OAB 19396/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0600744-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Meirijane Fernandes Costa - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) DECLARO a inexistência de relação jurídica entre os litigantes; 2) DETERMINO a baixa da anotação restritiva de crédito; e 3)CONDENOo réu a pagar R$10.000,00 à autora, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: NORTON CARLOS DE PAULA BEZERRA (OAB 8464/AM) - Processo 0601471-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Claudio Roberto da Silva Castilho - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Isso posto, julgo procedente o pedido formulado na proemial, para condenar a parte ré à indenizar a parte autora, a título de danos morais, no valor de R$25.000,00, com aplicação de juros de um por cento ao mês e correção monetária pelo INPC, ambos a contar deste julgado. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.

ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM), ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0602065-90.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Jorge M da Rocha - REQUERIDO: Madson Viana Valente - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na nicial, termos em que: 1) DETERMINO que o réu proceda ao pagamento das dívidas de consumo de água junto à concessionária competente, no prazo de 15 dias, até a data da entrega do imóvel, sob pena de multa de R$100,00 por dia de descumprimento, até o limite de R$1.000,00; 2) CONDENO o requerido a pagar ao autor o valor de R$2.358,79, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data da citação; e 3)CONDENOo réu a pagar R$4.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0602991-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - EXEQUENTE: Celso Antunes da Silveira Filho - RECLAMADO: American Airlines Brasil - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: ARNOLDO NOGUEIRA DE SOUZA (OAB 7497/AM), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB) - Processo 0603912-93.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rafael Illenseer - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: JULIA AFFONSO FERREIRA MESQUITA (OAB 254095/SP) - Processo 0604395-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Anne Caroline Pinto Henriques - REQUERIDO: Pandurata Alimentos Ltda. - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: ANA TEREZA DE AGUIAR VALENÇA (OAB 33980/PE) - Processo 0604834-42.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: MARCOS ANDRE DOS SANTOS BEZERRA - REQUERIDO: BANCO BMG - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0608504-20.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem do Exmo(a). Dr(a).Bárbara de Araújo Folhadela ,Juiz (a) de Direito, intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 dias, querendo, apresentar Embargos à execução. Havendo inércia, a penhora será considerada em definitivo, razão pela qual haverá a transferência do valor bloqueado, e, por conseguinte, a expedição do Alvará Judicial.

ADV: RENATA OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 12730/AM) - Processo 0608730-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Sebastiana da Costa Rodrigues - REQUERIDO: Latam Airlines Group S/A - Tam Linhas Aéreas S/A - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido deduzido nos autos, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, e, via de consequência: 1) CONDENO a requerida ao pagamento de R$877,54, a título de repetição de indébito, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data da citação; e 2) CONDENOo réu a pagar R$12.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB

1069A/AM), ADV: RHAIZA JULIANA OLIVEIRA VIEIRA (OAB 8993/AM) - Processo 0609788-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Maria de Fatima Gioia Ribeiro - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro. Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: ANTÔNIO JOSÉ BATISTA NOGUEIRA (OAB 6834/AM), ADV: MÁRCIO FERREIRA JUCÁ (OAB 2172/AM) - Processo 0610987-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Mara Mônica Vieira Jucá - REQUERIDO: Christiano Pontes Thome - Vanina Wanderley Gadelha - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso às fls.retro e defiro o pedido de Justiça Gratuita. Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0611114-24.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Celiane Costa do Nascimento - REQUERIDO: Santa Cordelia Empreendimentos Imobiliarios Ltda - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM) - Processo 0612688-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Amazon Boulevard Garden - REQUERIDO: Manolo Pacheco Gandara - Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, VIII, do CPC.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0613240-81.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Gisele Pinto de Souza - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro. Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO (OAB 12363/SP), ADV: LEANDRO ANDRADE COELHO RODRIGUES (OAB 237733/SP), ADV: ARIANE BIANCA SANTOS TORRES (OAB 13065/AM), ADV: MARCOS PAULO MOURA LUZ (OAB 10868/AM) - Processo 0613899-75.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Marcelo José Morais de Moura - REQUERIDO: Realiza Administradora de Consórcios Ltda. - Por estes fundamentos, não fundados em nenhuma das matérias legalmente delimitadas, conheço dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para, no mérito, NEGAR-LHES PROVIMENTO, consoante fundamentação supra. P. R. I. C.

ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0614154-14.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Maurício Serra de Souza - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0614154-14.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Maurício Serra de Souza - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ADRIANO ANDRADE ROSA DOS SANTOS (OAB 9343/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0614606-58.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Lydiane de Oliveira Batista - REQUERIDO: Patri Dezoito Empreendimentos Imobiliarios Ltda. - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0616365-23.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Calixto Hagge Neto - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: FABIANNE CRISTINE SILVA DE VASCONCELOS DIAS (OAB 11007/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0617304-03.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a

multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF) - Processo 0617386-68.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marcos Rogerio Soares de Araujo - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0618430-88.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Apolo Barros de Oliveira - REQUERIDO: Claro S/A - Isso posto, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados na proemial, para condenar a ré, a título de danos morais, a indenizar o autora no valor de R$8.000,00, com juros de um por cento ao mês e correção monetária pelo INPC ambos a contar do arbitramento; e para determinar que a ré se abstenha de cobrar por débitos anteriores e Desconto Dependente Compartilhamento Total, confirmando a decisão de folhas 33 usque 35; e para determinar a retificação da fatura com vencimento em maio de 2018, para o valor contratado a título de plano controle, sob pena de incorrer em multa de R$1.000,00 por cada cobrança indevida. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0619415-91.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ivanilse Cativo Batista Lima - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: MARIA FÁTIMA SILVA OLIVEIRA (OAB 6356/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0620847-77.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonia Soares de Mendonca - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES os pedidos da autora para: 1) DETERMINAR a revisão das faturas com vencimento em utubro de 2017 a agosto de 2019 para o valor de R$79,53, cada uma, sem ônus de impontualidade, cujas faturas devem ser reenviadas à demandante para pagamento; 2) TORNO DEFINITIVA a decisão interlocutória de fls. 37/39; e 3) CONDENO a ré a indenizar os danos morais experimentados pela requerente no valor de R$6.000,00, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a fixação. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO (OAB 2039/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0622639-03.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Marco Aurélio Portella de Macêdo Junior - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0623105-94.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - EXECUTADO: Daniel Vicente Negreiros - Isso posto, RESOLVO SEM ANÁLISE DO MÉRITO a presente demanda, ante o vício de representação, com fulcro no art. 485, IV e §3º do NCPC, bem como art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno em custas em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 51, inciso I e §2º, da lei 9.099/95. P.R.I.C.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0624250-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - RECLAMANTE: Gleusa Rodrigues dos Reis - RECLAMADO: Banco Bradesco S/A - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que se abstenha de promover descontos sobre a rubrica PARC CRED PESS na conta corrente da parte autora, sob pena de incorrer em multa R$500,00 (quinhentos reais) por cada desconto até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Instrução e Julgamento para 07/10/2019 às 11:15h, na sala Sala 3 do 1º JECC (Instrução e Julgamento Cível), na sede deste Juízo.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0624253-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Gleusa Rodrigues dos Reis - RECLAMADO: Banco Bradesco S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos, sobre a rubrica TAR EXTRATO e TARIFA BANCARIA, da conta bancária do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 18/02/2020 às 10:30h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0624271-30.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - REQUERIDA: Tamara Lais Siqueira da Silva - Paute-se audiência de conciliação na data de 18/02/2020 às 10:45h , nos termos do art. 53, § 1.º, da Lei 9.099/95, ocasião em que poderá oferecer Embargos à Execução. Expeça-se mandado com ordem de citação, penhora, avaliação, nomeação de depositário, intimação para oferecer embargos e chamamento à audiência de conciliação (art. 53, §§ 1º e 2º, LJE). Quando da citação por oficial, que se dê conhecimento ao Executado que deve pagar a dívida no prazo de 3 dias (artigo 829, CPC), contados do recebimento do mandado citatório, sob pena de penhora, de acordo com o que dita o artigo 829 e seguintes, do Código de Processo Civil. A circunstância do devedor não possuir bens sobre os quais possa recair a penhora deve ser certificada, pormenorizadamente, pelo meirinho a fim de que o Julgador possa se manifestar sobre eventual suspensão do processo executivo (artigo 921, inciso III, CPC) ou sua extinção (art. 53, §4º, Lei 9.099/95). Não efetuado

o pagamento, Inicie-se a execução, promovendo as devidas buscas de bens junto aos Sistemas Bacenjud e Renajud, ex vi do Enunciado 147 do Fonaje e art. 837 do CPC. À Secretaria para as diligências necessárias. Cumpra-se.

ADV: JULIANA DA SILVA SEREJO (OAB 3922/AM) - Processo 0624421-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: João Henrique Marinho de Albuquerque - EXECUTADO: D F Comércio e Serviços de Informática Ltda. - Uti do Notebook - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0624443-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Carlos Eduardo Neves da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar cobranças, referentes às rubricas TARIFA CESTA FÁCIL ECONÔMICA, TARIFA SAQUE TERMINAL e 2 VIA DE CARTÃO DE DÉBITO, do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), por cobranças realizada, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 19/02/2020 às 09:00h, na sala de conciliação deste cartório.

ADV: HUGO SÉRGIO LIMA RIBEIRO (OAB 9990/AM) - Processo 0624486-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Jéssica Mayara da Silva Teixeira - REQUERIDO: Sky Brasil Serviços Ltda - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que se abstenha de promover a inscrição do nome da parte requerente nos cadastros do SPC/SERASA, bem como de protestá-lo em qualquer cartório, sob pena de incorrer em multa diária de R$500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento deste preceito, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Caso o nome da parte requerente já tenha sido inscrito antes da ciência desta decisão pelo requerido, a multa diária passará a incidir 5 (cinco) dias após a comprovação pela parte autora, nos autos, da inscrição, caso não seja excluída dos cadastros de restrição nesse prazo. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 19/02/2020 às 08:30h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM) - Processo 0624524-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria da Conceição Gomes Melo - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Itaú Unibanco S/A - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que se abstenha de promover a inscrição do nome da parte requerente nos cadastros do SPC/SERASA, bem como de protestá-lo em qualquer cartório, sob pena de incorrer em multa diária de R$500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento deste preceito, até o limite de R$ 5.000.00 (cinco mil reais). Caso o nome da parte requerente já tenha sido inscrito antes da ciência desta decisão pelo requerido, a multa diária passará a incidir 5 (cinco) dias após a comprovação pela parte autora, nos autos, da inscrição, caso não seja excluída dos cadastros de restrição nesse prazo. Ato contínuo, determino a a parte requerida que se abstenha de efetuar cobranças, referentes às supostas dívidas, sob pena de multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 19/02/2020 às 09:45h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0624569-22.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Rescisão - REQUERENTE: Zullene Bonates Lima - REQUERIDO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar cobranças, referentes a linha de número (12) 99739-1925, do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), por cobranças realizada, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 19/02/2020 às 10:15h, na sala de conciliação deste cartório.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0624571-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Iran Duarte dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos, referentes a rubrica BMG CARTÃO, da contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 19/02/2020 às 10:30h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO DA SILVA TAVARES (OAB 3160/AM) - Processo 0624620-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - RECLAMANTE: Elizangela Malafaia Marinho - RECLAMADO: Banco Bradesco S/A - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que se abstenha de promover a inscrição do nome da parte requerente nos cadastros do SPC/SERASA, bem como de protestá-lo em qualquer cartório, sob pena de incorrer em multa diária de R$500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento deste preceito, até o limite de R$ 5.000.00 (cinco mil reais). Caso o nome da parte requerente já tenha sido inscrito antes da ciência desta decisão pelo requerido, a multa diária passará a incidir 5 (cinco) dias após a comprovação pela parte autora, nos autos, da inscrição, caso não seja excluída dos cadastros de restrição nesse prazo. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 19/02/2020 às 11:30h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: GABRIELA GOMES SOARES (OAB 12504/AM) - Processo 0625585-45.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Marinildes da Silveira Fortes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) TORNO DEFINITIVA a decisão interlocutória de fls. 65/67, apenas no que tange à abstenção de descontos em conta corrente, de modo que torno sem efeito a ordem de abstenção de descontos em contracheque; 2) CONDENO a requerida a restituir ao autor R$1.254,14, na forma do art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a citação; e 3)CONDENOo réu a pagar R$10.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: PRESTES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 8776/AM), ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0625966-53.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Paulo Henrique Souza Rebouças - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC.

Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0626431-62.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Daiane Vieira de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Banco Bradesco S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM), ADV: MOACYR NUNES DE BARROS (OAB 18489/RJ) - Processo 0626590-05.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Renan Lima Neves - REQUERIDO: Ambra - Ante o exposto,JULGO IMPROCEDENTEo pedido formulado na inicial, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, oportunidade em que torno sem efeito a decisão interlocutória de fls. 17/19. Deixo de condenar a requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0626626-47.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ester Martins Seabra - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES os pedidos do autor, termos em que: 1) CONDENO o réu a restituir ao autor R$154,00 por repetição de indébito, na forma do art. 42, parágrafo único, do CDC, acrescido de juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC), desde a contratação; e 2) CONDENO o requerido a pagar R$10.000,00 ao autor a título de danos morais, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: JULLIE ANNE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 9243/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM) - Processo 0626645-53.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Rossicleide Brandao da Fonseca - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Banco Bradesco S A - Banco Bradesco S/A - Ante o exposto,JULGO IMPROCEDENTEo pedido formulado na inicial. Deixo de condenar a requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: KAIO FELIPE OLIVEIRA FERNANDES (OAB 9102/AM) - Processo 0628021-74.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Ubirajara Rosses Nascimento - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) DECLARO a nulidade do procedimento de recuperação de energia relativo à Unidade de Consumo nº 2191514-8; 2) DECLARO a inexigibilidade de débitos relativo à diferença de consumo aferido no respectivo procedimento de recuperação de energia; e 3)CONDENOo réu a pagar R$10.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

Adriano Andrade Rosa dos Santos (OAB 9343/AM)
Alfredo Zucca Neto (OAB 154694/SP)
Ana Tereza de Aguiar Valença (OAB 33980/PE)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio José Batista Nogueira (OAB 6834/AM)
Ariane Bianca Santos Torres (OAB 13065/AM)
Arnoldo Nogueira de Souza (OAB 7497/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
FABIANNE CRISTINE SILVA DE VASCONCELOS DIAS (OAB 11007/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Gabriela Gomes Soares (OAB 12504/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Helvio Santos Santana (OAB 353041/SP)
HUGO SÉRGIO LIMA RIBEIRO (OAB 9990/AM)
IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Manoel de Arruda Alvim Netto (OAB 12363/SP)
Julia Affonso Ferreira Mesquita (OAB 254095/SP)
Juliana da Silva Serejo (OAB 3922/AM)
Jullie Anne Rodrigues da Cunha (OAB 9243/AM)
Kaio Felipe Oliveira Fernandes (OAB 9102/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leandro Andrade Coelho Rodrigues (OAB 237733/SP)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Mara Lindolfo Gomes Guedes (OAB 5116/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Márcio Ferreira Jucá (OAB 2172/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marco Antônio Portella de Macêdo (OAB 2039/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Paulo Moura Luz (OAB 10868/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Maria Fátima Silva Oliveira (OAB 6356/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)

Moacyr Nunes de Barros (OAB 18489/RJ)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
NORTON Carlos de Paula Bezerra (OAB 8464/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Prestes Sociedade Individual de Advocacia (OAB 8776/AM)
Priscila Costa de Meneses (OAB 12471/AM)
Rayssa Ayala Mendes Ferreira (OAB 19396/MT)
Renata Oliveira de Souza (OAB 12730/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Rhaiza Juliana Oliveira Vieira (OAB 8993/AM)
Roberto da Silva Tavares (OAB 3160/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO ONILDO SANTANA DE BRITO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUZA M. FILHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0117/2019

ADV: MICHELE DE SOUZA DERZE (OAB 6418/AM), ADV: CARLOS EDUARDO BESSA DE SÁ (OAB 7032/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0211653-94.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Intimo V.Sa. a efetuar o pagamento do valor da condenação, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de prosseguimento da execução via penhora;

ADV: LUANA PEREIRA RÉGIS (OAB 9340/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0600388-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Paulo Sergio dos Santos Nascimento - REQUERIDO: BradesCard S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido para declarar inexistente o débito que impugnado nesta demanda; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 6.986,00 (seis mil, novecentos e oitenta e seis reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação; 3) Confirmo a antecipação de tutela deferida às fls. 25. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: NORMA SOCORRO MOTA LOPES FERNANDES (OAB 12052/AM) - Processo 0600448-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Geam Pereira da Silva - REQUERIDO: Embratel TVSAT Telecomunicações S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação; 2) Confirmo a antecipação de tutela deferida às fls. 22. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: ANDRÉA REGINA DA SILVA PICANÇO (OAB 4557/AM) - Processo 0601906-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Andrezza Bidy da Silva Picanço - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido para condenar o Requerido na multa por descumprimento da decisão que antecipou a tutela, no valor total de R$ 1.000,00 (mil reais), incidindo-se correção monetária a partir da presente data; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação; 3) Confirmo a antecipação de tutela deferida às fls. 29. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: LEANDRO REBELO DE PAULA (OAB 11851/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0602348-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Lenir Matozinho Martins - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Assim sendo, 1) Julgo procedente o pedido para revisar as faturas vencidas em 29.12.2015 e 29.01.2016 para o consumo de R$ 166,24 (cento e sessenta e seis reais e vinte e quatro centavos) cada, totalizando o débito devido R$ 332,48 (trezentos e trinta e dois reais e quarenta e oito centavos); 2) Julgo procedente a compensação entre o saldo devedor, no valor de R$ 332,48 (trezentos e trinta e dois reais e quarenta e oito centavos), com o corresponde valor da indenização por danos morais, para efeito de extinguir aludidos débitos de água pelo adimplemento integral da respectiva obrigação contratual; 3) Julgo procedente o pedido de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 2.994,00 (dois mil, novecentos e noventa e quatro reais), incidindo-se correção monetária a contar da data desta decisão, bem como juros mensais de 1%, a partir da citação; devendo, por ocasião do pagamento do montante, ser abatido a título de compensação de créditos a quantia de R$ 332,48 (trezentos e trinta e dois reais e quarenta e oito centavos), devidamente atualizada e com juros de 1% ao mês. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: ALAN YURI GOMES FERREIRA (OAB 10450/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0602747-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Maria do Socorro dos Santos Souza - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Claro S/A - Nesse contexto, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas, sim, a reforma do julgado por via inadequada. Quanto a petição de fls. 205 a 207. Intime a parte Embargante para se manifestar acerca da proposta ofereçida pela parte Embargada. Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração. P. R. I.C.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0603073-05.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ricardo Dantas de Oliveira - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Nesse contexto, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos

aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas, sim, a reforma do julgado por via inadequada. Deixo de acolher o pedido de multa, eis que não vislumbro má-fé da parte Embargante. Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração. P. R. I.C.

ADV: ANDERSON DE OLIVEIRA MOREIRA (OAB 8025/AM), ADV: RENATA SOUSA DE CASTRO VITA (OAB 24308/BA) - Processo 0605538-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Diego Fraiji Cortes de Araujo - REQUERIDO: Qualicorp Administradora de Benefício S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido para declarar inexistente o débito que impugnado nesta demanda; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação; 3) Confirmo a antecipação de tutela deferida às fls. 12. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP), ADV: JORGE LUÍS ENRIQUE GALLARDO ONDINOLA (OAB 10044/AM), ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM), ADV: ALEXSANDRA DE SOUZA CARVALHO (OAB 12237/AM) - Processo 0607069-74.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Liliane Rodrigues da Silva - Everton Vasconcelos de Carvalho - REQUERIDO: Booking.com Brasil Serviços de Reserva Ltda - Atalaia Vip Praia Hotel Ltda - Nesse contexto, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas, sim, a reforma do julgado por via inadequada. Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração. P. R. I.C.

ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM) - Processo 0607525-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Katt - Ann Silva de Almeida - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Ante o exposto, Rejeito os embargos de declaração.

ADV: PRISCILA INOCÊNCIO DOS SANTOS (OAB 10445/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0608214-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ricardo dos Santos Paulo - REQUERIDO: Claro S/A - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARIA ROSIANE DE BRITO ANDRADE (OAB 7628/AM) - Processo 0609423-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Miguel Angelo Hermisdorf - De ordem, fica redesignado o dia 05/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, tendo em vista o Pedido de Redesignação de fls. 56/57, nos autos. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0610570-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: D.C.L.C. - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BRENNO PAMPLONA CAVALCANTE (OAB 7515/AM) - Processo 0611548-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fernando Alberto Gomes Pereira - De ordem, fica designado o dia 03/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0611872-37.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Isto posto, julgo Improcedente os presentes Embargos a Execução. Transitado em julgado expeça-se alvará para levantamento do valor penhorado em favor da parte Exequente/Embagado. Sem custas e honorários. P. R. I.C.

ADV: ADRIMAR FREITAS DE SIQUEIRA (OAB 8243/AM), ADV: RICARDO PINHEIRO DA COSTA (OAB 7952/AM) - Processo 0613241-32.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Parque dos Ingleses - Etapa 2 - REQUERIDO: Vaubel Mafra Carneiro Monteiro - Nesse contexto, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas, sim, a reforma do julgado por via inadequada. Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração. P. R. I.C.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0614634-60.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: MIRIAN CRISTIELLE MONTEFUSCO PINHEIRO - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Nesse contexto, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas, sim, a reforma do julgado por via inadequada. Deixo de acolher o pleito de condenação em multa, eis que não vislumbro má-fé da parte Embargante. Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração. P. R. I.C.

ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE), ADV: JIMMY DA SILVA ARAÚJO (OAB 9072/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM) - Processo 0615570-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Jimmy da Silva Araújo - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Isto posto, julgo Improcedente os presentes Embargos a Execução. Transitado em julgado expeça-se alvará para levantamento do valor penhorado em favor da parte Exequente/Embargado. Sem custas e honorários. P. R. I.C.

ADV: JIMMY DA SILVA ARAÚJO (OAB 9072/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE), ADV: REBECCA ATHAN CASTANHO (OAB 8262/AM) - Processo 0615570-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Jimmy da Silva Araújo - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA (OAB 10309/MT) - Processo 0615772-91.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Rayane Santos de Melo - REQUERIDO: Vivo S/A - Nesse contexto, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas, sim, a reforma do julgado por via inadequada. Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração. P. R. I.C.

ADV: OLÍVIA MARIA ASSIS CAMPOS COUTO (OAB 4212/AM), ADV: JAMIL RIBEIRO DA SILVA (OAB 7167/AM) - Processo 0616844-16.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Alberto da Silva Silveira - REQUERIDO: Condomínio Residencial Maison Liberté e outro - Nesse contexto, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas,

sim, a reforma do julgado por via inadequada. Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração. P. R. I.C.

ADV: ANDERSON JUNQUEIRA GUMINIAK (OAB 9761/AM) - Processo 0620200-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Ana Francisca do Amaral Larai - De ordem, fica designado o dia 05/12/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDERSON JUNQUEIRA GUMINIAK (OAB 9761/AM) - Processo 0620204-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ana Francisca do Amaral Larai - De ordem, fica designado o dia 05/12/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDERSON JUNQUEIRA GUMINIAK (OAB 9761/AM) - Processo 0620207-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ana Francisca do Amaral Larai - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSEMBERGUE CAVALCANTE FIGUEIREDO (OAB 7298/AM) - Processo 0623597-86.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Aila de Souza Garantizado - Preceitua o art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95 o seguinte: “extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo”.

ADV: ANA CAROLINA BEZERRA DE FREITAS (OAB 7698/AM) - Processo 0623991-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Carlos Antonio de Carvalho Mota Junior - De ordem, fica designado o dia 11/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: OBERDAN MUSSA TORRES (OAB 14386/AM) - Processo 0624511-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Edimilson Alves Louzado - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: procuração outorgando poderes ao patrono.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB 5810/AM) - Processo 0624644-95.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Nereida Cordovil Souza - Rummenigge Cordovil Grangeiro - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Nesse contexto, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas, sim, a reforma do julgado por via inadequada. Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração. P. R. I.C.

ADV: MAURO SOCORRO MENDONÇA PINTO (OAB 10342/AM) - Processo 0624758-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Joelma Cavalcante Ricardo - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: cópia do espelho da negativação completa, contendo as 9 folhas.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0628098-83.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Equipe Ltda - Diante do exposto, presto a tutela jurisdicional com resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido para condenar a Requerida a pagar a quantia de R$ 1.610,64 (mil, seiscentos e dez reais e sessenta e quatro centavos), incidindo-se correção monetária oficial e juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

Adrimar Freitas de Siqueira (OAB 8243/AM)
Alan Yuri Gomes Ferreira (OAB 10450/AM)
Alexsandra de Souza Carvalho (OAB 12237/AM)
Ana Carolina Bezerra de Freitas (OAB 7698/AM)
Anderson de Oliveira Moreira (OAB 8025/AM)
Anderson Junqueira Guminiak (OAB 9761/AM)
Andréa Regina da Silva Picanço (OAB 4557/AM)
Brenno Pamplona Cavalcante (OAB 7515/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Eduardo Bessa de Sá (OAB 7032/AM)
Carlos Rossato da Silva Avila (OAB 10309/MT)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Jamil Ribeiro da Silva (OAB 7167/AM)
Jimmy da Silva Araújo (OAB 9072/AM)
Jorge Luís Enrique Gallardo Ondinola (OAB 10044/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Josembergue Cavalcante Figueiredo (OAB 7298/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Leandro Rebelo de Paula (OAB 11851/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luana Pereira Régis (OAB 9340/AM)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Maria Rosiane de Brito Andrade (OAB 7628/AM)
Mauro Socorro Mendonça Pinto (OAB 10342/AM)
Michele de Souza Derze (OAB 6418/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Norma Socorro Mota Lopes Fernandes (OAB 12052/AM)
Oberdan Mussa Torres (OAB 14386/AM)
Olívia Maria Assis Campos Couto (OAB 4212/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Priscila Inocêncio dos Santos (OAB 10445/AM)
Rebecca Athan Castanho (OAB 8262/AM)
Renata Sousa de Castro Vita (OAB 24308/BA)
Ricardo Pinheiro da Costa (OAB 7952/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB 5810/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0157/2019

ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM) - Processo 0605991-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Dissica Tomaz Calderaro - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, resolvo acautelar-me, por ora, sobre o pedido. Concedo a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 25/11/2019 às 11:15h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: FLÁVIA CAROLINE DE SANT’ANA (OAB 10641/AM) - Processo 0606653-09.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE:

Antonia Lucia Barros Brasil - De ordem, fica designado o dia 28/01/2020 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE), ADV: KETLEN MIKAELA BARBOSA DOS SANTOS (OAB 13358/AM) - Processo 0607712-32.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Gelma Parede dos Santos - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Novo Mundo Móveis e Utilidades Ltda. - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0609859-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Wesllem de Araújo Nogueira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, resolvo acautelar-me, por ora, sobre o pedido. Concedo a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 02/12/2019 às 10:15h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0610162-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raimunda de Castro Guimarães - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independentemente de intimação das partes, inteligência do § 1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 1235A/AM), ADV: VILA & BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 523/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM) - Processo 0610401-83.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Juan Carlos de Sousa Vila - REQUERIDO: Banco Itaú - De ordem, intime-se a parte Recorrida para que apresente contrarrazões ao Recurso Inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 29 de agosto de 2019.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0610656-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Jose da Silva Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, resolvo acautelar-me, por ora, sobre o pedido. Concedo a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 02/12/2019 às 10:45h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0610660-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Jose da Silva Lima - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, resolvo acautelar-me, por ora, sobre o pedido. Concedo a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 06/12/2019 às 10:45h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM) - Processo 0611130-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Maria Rocineide B. - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, resolvo acautelar-me, por ora, sobre o pedido. Concedo a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 04/12/2019 às 10:15h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0611475-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ana Paula Souza da Cruz - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, resolvo acautelar-me, por ora, sobre o pedido. Concedo a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 05/12/2019 às 10:45h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0614208-48.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls.456 á 495, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0617328-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Aso Serviços de Escritórios Virtuais Eireli - Proceda a Secretaria as penhoras on line BACENJUD e RENAJUD. Havendo penhora, paute-se audiência de conciliação, quando poderá o réu apresentar embargos à execução. Em caso de inexistência de bens, intime-se o exequente para indicar bens, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento. Na hipótese de indicação, expeça-se o mandado de penhora. Decorrido o prazo, sem manifestação, arquivem-se os autos. À Secretaria para às providências. Cumpra-se.

ADV: ANNIE MARA ARRUDA DE SÁ E BRITO (OAB 6286/AM) - Processo 0617901-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Venâncio Souza da Silva - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, resolvo acautelar-me, por ora, sobre o pedido. Concedo a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 12/11/2019 às 10:45h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: JOÃO FERNANDES CARNEIRO JÚNIOR (OAB 14022/AM) - Processo 0618952-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Dioni Costa Carvalho - De ordem, fica designado o dia 28/01/2020 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0619060-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Maria Valda Ferreira Rebouças - O perigo de dano se encontra evidenciado, já que o fornecimento de água é de uso fundamental e imprescindível para o dia-a-dia. Diante do exposto, concedo em parte a tutela antecipada, nos moldes do art. 300 do CPC a fim de determinar que a requerida se abstenha em desligar o fornecimento de água

referentes às faturas discutidas nos autos na unidade consumidora do requerente no prazo de 48 (quarenta e oito)horas, contados de sua intimação, sob pena de não o fazendo incorrer em multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais) por cada dia de descumprimento até o limite de 10 dias. Determino, ainda, que suspenda as cobranças, objetos desta lide, até ulterior decisão, inclusive os registros de restrição de crédito, SPC, SERASA e Protesto Cartorário, sob pena de incorrer em idêntica penalidade. Defiro a inversão do ônus da prova em favor do requerente, nos moldes do art. 6º do inciso VII, do Código de Defesa do Consumidor. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 09/12/2019 às 10:00h na Sala de conciliação A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br.

ADV: ANTÔNIO AZEVEDO DE LIRA (OAB 5474/AM) - Processo 0619085-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: S. S. Conceição - Me - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, resolvo acautelar-me, por ora, sobre o pedido. Concedo a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 21/01/2020 às 08:45h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0619157-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Adriele Silva de Souza - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, e em face da verossimilhança das alegações da parte autora e dos documentos acostados aos autos, concedo a tutela antecipada, nos moldes do art. 300 do CPC, e determino que a requerida promova a baixa da restrição creditícia do SPC e SERASA, referente ao débito ora questionado, no prazo de 10 (dez)dias, contados da intimação, sob pena de incidir na multa diária de R$500,00, até o limite de dez dias multa. Concedo ainda a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 21/01/2020 às 09:45h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB 7019/AM) - Processo 0619182-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Anildo de Freitas Acácio - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, resolvo acautelar-me, por ora, sobre o pedido. Concedo a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 21/01/2020 às 10:00h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0619481-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adenilton Teixeira de Jesus - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, resolvo acautelar-me, por ora, sobre o pedido. Concedo a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 22/01/2020 às 09:30h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM), ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0619513-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Maricelli Araújo Gonzaga - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, resolvo acautelar-me, por ora, sobre o pedido. Concedo a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 22/01/2020 às 09:45h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: JULIANA PINHEIRO SOARES ALENCAR SILVA GAIA (OAB 13702/AM) - Processo 0619602-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eduardo Gouvea Valdivino - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, e em face da verossimilhança das alegações da parte autora e dos documentos acostados aos autos, concedo a tutela antecipada, nos moldes do art. 300 do CPC, e determino que a requerida promova a baixa da restrição creditícia do SPC e SERASA, referente ao débito ora questionado, no prazo de 10 (dez)dias, contados da intimação, sob pena de incidir na multa diária de R$500,00, até o limite de dez dias multa. Concedo ainda a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 22/01/2020 às 10:30h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: NATHASHA CRISTINA MELO DA ROCHA DE HOLANDA BESSA (OAB 11755/AM) - Processo 0620539-41.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Karla Raíssa Rocha Maron - Proceda a Secretaria as penhoras on line BACENJUD e RENAJUD. Havendo penhora, paute-se audiência de conciliação, quando poderá o réu apresentar embargos à execução. Em caso de inexistência de bens, intime-se o exequente para indicar bens, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento. Na hipótese de indicação, expeça-se o mandado de penhora. Decorrido o prazo, sem manifestação, arquivem-se os autos. À Secretaria para às providências. Cumpra-se.

ADV: CARLOS CARIOCA DA COSTA FILHO (OAB 14349/AM) - Processo 0620659-84.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Telefonia - REQUERENTE: Carlos Carioca da Costa Filho - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, resolvo acautelar-me, por ora, sobre o pedido. Concedo a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 02/12/2019 às 09:00h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0620675-38.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Proceda a Secretaria as penhoras on line BACENJUD e RENAJUD. Havendo penhora, paute-se audiência de conciliação, quando poderá o réu apresentar embargos à execução. Em caso de inexistência de bens, intime-se o exequente para indicar bens, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento. Na hipótese de indicação, expeça-se o mandado de penhora. Decorrido o prazo, sem manifestação, arquivem-se os autos. À Secretaria para às providências. Cumpra-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0620895-36.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Proceda a Secretaria as penhoras on line BACENJUD e RENAJUD. Havendo penhora, paute-se audiência de conciliação, quando poderá o réu apresentar embargos à execução. Em caso de inexistência de bens, intime-se o exequente para indicar bens, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento. Na hipótese de indicação, expeça-se o mandado de penhora. Decorrido o prazo, sem manifestação, arquivem-se os autos. À

Secretaria para às providências. Cumpra-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0620934-33.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Proceda a Secretaria as penhoras on line BACENJUD e RENAJUD. Havendo penhora, paute-se audiência de conciliação, quando poderá o réu apresentar embargos à execução. Em caso de inexistência de bens, intime-se o exequente para indicar bens, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento. Na hipótese de indicação, expeça-se o mandado de penhora. Decorrido o prazo, sem manifestação, arquivem-se os autos. À Secretaria para às providências. Cumpra-se.

ADV: FURTADO & SOUZA ADVOCACIA (OAB 5798/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0621326-70.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Sidney José Vieira de Souza - Sâmia Brena Furtado Monteiro - Proceda a Secretaria as penhoras on line BACENJUD e RENAJUD. Havendo penhora, paute-se audiência de conciliação, quando poderá o réu apresentar embargos à execução. Em caso de inexistência de bens, intime-se o exequente para indicar bens, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento. Na hipótese de indicação, expeça-se o mandado de penhora. Decorrido o prazo, sem manifestação, arquivem-se os autos. À Secretaria para às providências. Cumpra-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0621491-20.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Proceda a Secretaria as penhoras on line BACENJUD e RENAJUD. Havendo penhora, paute-se audiência de conciliação, quando poderá o réu apresentar embargos à execução. Em caso de inexistência de bens, intime-se o exequente para indicar bens, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento. Na hipótese de indicação, expeça-se o mandado de penhora. Decorrido o prazo, sem manifestação, arquivem-se os autos. À Secretaria para às providências. Cumpra-se.

ADV: OBERDAN MUSSA TORRES (OAB 14386/AM) - Processo 0621611-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Vicente Guady da Silva - Analisando os autos verifico que encontram-se presentes os requisitos que autorizam o deferimento do pedido de antecipação de tutela requerido. O perigo de dano se encontra evidenciado, já que o fornecimento de energia é de uso fundamental e imprescindível para o dia-a-dia. Diante do exposto, concedo a tutela antecipada, nos moldes do art. 300 do CPC a fim de determinar que a requerida se abstenha em desligar o fornecimento de energia ou promova o restabelecimento, caso tenha efetuado o corte na unidade consumidora do requerente no prazo de 48 (quarenta e oito)horas, contados de sua intimação, sob pena de não o fazendo incorrer em multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) por cada dia de descumprimento até o limite de 10 dias. Determino, ainda, que suspenda as cobranças, objetos desta lide, até ulterior decisão, inclusive os registros de restrição de crédito, SPC, SERASA e Protesto Cartorário, sob pena de incorrer em idêntica penalidade. Concedo ainda a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 16/10/2019 às 10:45h na Sala de conciliação A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0621670-51.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Proceda a Secretaria as penhoras on line BACENJUD e RENAJUD. Havendo penhora, paute-se audiência de conciliação, quando poderá o réu apresentar embargos à execução. Em caso de inexistência de bens, intime-se o exequente para indicar bens, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento. Na hipótese de indicação, expeça-se o mandado de penhora. Decorrido o prazo, sem manifestação, arquivem-se os autos. À Secretaria para às providências. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ IZAC DOS SANTOS SOUZA (OAB 8842/AM) - Processo 0621895-71.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Centro Educacional Colibri - Proceda a Secretaria as penhoras on line BACENJUD e RENAJUD. Havendo penhora, paute-se audiência de conciliação, quando poderá o réu apresentar embargos à execução. Em caso de inexistência de bens, intime-se o exequente para indicar bens, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento. Na hipótese de indicação, expeça-se o mandado de penhora. Decorrido o prazo, sem manifestação, arquivem-se os autos. À Secretaria para às providências. Cumpra-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0622508-91.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Proceda a Secretaria as penhoras on line BACENJUD e RENAJUD. Havendo penhora, paute-se audiência de conciliação, quando poderá o réu apresentar embargos à execução. Em caso de inexistência de bens, intime-se o exequente para indicar bens, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento. Na hipótese de indicação, expeça-se o mandado de penhora. Decorrido o prazo, sem manifestação, arquivem-se os autos. À Secretaria para às providências. Cumpra-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0622529-67.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Proceda a Secretaria as penhoras on line BACENJUD e RENAJUD. Havendo penhora, paute-se audiência de conciliação, quando poderá o réu apresentar embargos à execução. Em caso de inexistência de bens, intime-se o exequente para indicar bens, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento. Na hipótese de indicação, expeça-se o mandado de penhora. Decorrido o prazo, sem manifestação, arquivem-se os autos. À Secretaria para às providências. Cumpra-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0622529-67.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Proceda a Secretaria as penhoras on line BACENJUD e RENAJUD. Havendo penhora, paute-se audiência de conciliação, quando poderá o réu apresentar embargos à execução. Em caso de inexistência de bens, intime-se o exequente para indicar bens, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento. Na hipótese de indicação, expeça-se o mandado de penhora. Decorrido o prazo, sem manifestação, arquivem-se os autos. À Secretaria para às providências. Cumpra-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0622602-39.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Proceda a Secretaria as penhoras on line BACENJUD e RENAJUD. Havendo penhora, paute-se audiência de conciliação, quando poderá o réu apresentar embargos à execução. Em caso de inexistência de bens, intime-se o exequente para indicar bens, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento. Na hipótese de indicação, expeça-se o mandado de penhora. Decorrido o prazo, sem manifestação, arquivem-se os autos. À Secretaria para às providências. Cumpra-se.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0622603-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 193 á 209, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal.

ADV: LARA REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 10686/AM) - Processo 0623017-22.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Ceproeducar Ltda - Me - Proceda a Secretaria as penhoras on line BACENJUD e RENAJUD. Havendo penhora, paute-se audiência de conciliação, quando poderá o réu apresentar embargos à execução. Em caso de inexistência de bens, intime-se o exequente para indicar bens, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento. Na hipótese de indicação, expeça-se o mandado de penhora. Decorrido o prazo, sem manifestação, arquivem-se os autos. À Secretaria para às providências. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO DIEGO GÓES LIMA (OAB 5742/AM) - Processo 0623127-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - Cláusulas Abusivas - REQUERENTE: Jucilene Araujo de Lira - De ordem, fica designado o dia 27/01/2020 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GIOVANNA PREVIATTI RAMOS DE BARROS (OAB 14503/AM) - Processo 0623245-94.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Rosane Gubert - Proceda a Secretaria as penhoras on line BACENJUD e RENAJUD. Havendo penhora, paute-se audiência de conciliação, quando poderá o réu apresentar embargos à execução. Em caso de inexistência de bens, intime-se o exequente para indicar bens, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento. Na hipótese de indicação, expeça-se o mandado de penhora. Decorrido o prazo, sem manifestação, arquivem-se os autos. À Secretaria para às providências. Cumpra-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0623715-28.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Proceda a Secretaria as penhoras on line BACENJUD e RENAJUD. Havendo penhora, paute-se audiência de conciliação, quando poderá o réu apresentar embargos à execução. Em caso de inexistência de bens, intime-se o exequente para indicar bens, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento. Na hipótese de indicação, expeça-se o mandado de penhora. Decorrido o prazo, sem manifestação, arquivem-se os autos. À Secretaria para às providências. Cumpra-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0623787-15.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Proceda a Secretaria as penhoras on line BACENJUD e RENAJUD. Havendo penhora, paute-se audiência de conciliação, quando poderá o réu apresentar embargos à execução. Em caso de inexistência de bens, intime-se o exequente para indicar bens, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento. Na hipótese de indicação, expeça-se o mandado de penhora. Decorrido o prazo, sem manifestação, arquivem-se os autos. À Secretaria para às providências. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0623799-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Denis Pinto de Jesus - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, e em face da verossimilhança das alegações da parte Requerente e dos documentos acostados aos autos, concedo a tutela antecipada, nos moldes do Art. 300 do CPC, e determino que a requerida abstenha-se de efetuar descontos na folha de pagamento da parte autora, referente ao empréstimo objeto desta lide, até ulterior deliberação deste juízo,sob pena de incidir na multa de R$500,00, a cada desconto realizado, a contar do mês subsequente ao recebimento da intimação, até o limite de dez eventos/multa. Concedo ainda a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 10/10/2019 às 09:15h na Sala de conciliação A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0623835-71.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: C Meireles da Costa & Cia - Proceda a Secretaria as penhoras on line BACENJUD e RENAJUD. Havendo penhora, paute-se audiência de conciliação, quando poderá o réu apresentar embargos à execução. Em caso de inexistência de bens, intime-se o exequente para indicar bens, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento. Na hipótese de indicação, expeça-se o mandado de penhora. Decorrido o prazo, sem manifestação, arquivem-se os autos. À Secretaria para às providências. Cumpra-se.

Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Annie Mara Arruda de Sá e Brito (OAB 6286/AM)
Antônio Azevedo de Lira (OAB 5474/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Carlos Carioca da Costa Filho (OAB 14349/AM)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Cléa Lusia Ribeiro Braga (OAB 7019/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando Diego Góes Lima (OAB 5742/AM)
FLÁVIA CAROLINE DE SANT'ANA (OAB 10641/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Furtado & Souza Advocacia (OAB 5798/AM)
Giovanna Previatti Ramos de Barros (OAB 14503/AM)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
João Fernandes Carneiro Júnior (OAB 14022/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 1235A/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Izac dos Santos Souza (OAB 8842/AM)
Juliana Pinheiro Soares Alencar Silva Gaia (OAB 13702/AM)
Ketlen Mikaela Barbosa dos Santos (OAB 13358/AM)
Lara Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 10686/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nathasha Cristina Melo da Rocha de Holanda Bessa (OAB 11755/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Oberdan Mussa Torres (OAB 14386/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Vila & Braga Advogados Associados (OAB 523/AM)

6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0206/2019

ADV: GUSTAVO HENRIQUE STÁBILE (OAB 251594/SP) - Processo 0203195-49.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: L.A.M FOLINI COBRANÇAS - ME (Mundial Editora) - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0205145-93.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Ney Ricardo da Silva Mourão - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Prazo de 15 dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0205420-42.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Por isso, declarando indevida a cobrança de recuperação de consumo, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, decretando a inexigibilidade dos valores

cobrados (R$ 2.089,41 ou R$ 1.539,29). Por consectário lógico, deverá a parte ré se abster de cobrar tais valores nas contas vincendas. Solução mais adequada ao caso, nos termos do art. 6 da Lei 9.099/95. CONDENO, ainda, a parte ré a pagar R$ 3.000,00, a título de danos morais causados. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a presente data (danos morais, S. 364 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado, levando-se em conta: o mediano grau do vício e da culpa, a patente diferença de pujança econômica entre as partes e o caráter pedagógico da condenação (STJ; RESP 355392; RJ; Terceira Turma; Rel. Desig. Min. Sebastião de Oliveira Castro Filho; Julg. 26/03/2002; DJU 17/06/2002; pág. 00258) Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.C. I.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: MÁRIO DIEGO DE SOUZA PARISOTTO (OAB 10779/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0600211-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Thiago de Freitas Sobreira - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Banco Santander Brasil S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0600396-02.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Espécies de Contratos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: HONORATO FERNANDES DE MELO NETO (OAB 10248/AM), ADV: HELTON LANNUCY VERAS LEITE (OAB 13005/AM) - Processo 0600590-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Multa - REQUERENTE: Andreia Sabino Correia - REQUERIDO: Villa Jardim Torquato Condominio Jasmim - Nestes termos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRETENSÃO AUTORAL para DECLARAR A NULIDADE DA MULTA APLICADA À PARTE AUTORA. Determino a aplicação de multa judicial por eventual cobrança da mesma multa condominal (baseada num único evento propriamente discriminado), que fixo no valor de R$ 100,00 por ocasião de cobrança, limitada a R$ 1.000,00. JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO PELOS DANOS MORAIS. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, nada sendo requerido ou exaurida a execução, baixar e arquivar.

ADV: EMMILLY KAREN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9716/AM), ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: EVELLYN KELRYEN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9125/AM) - Processo 0600728-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Benedito da Silva Reis - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A e outro - INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo de 10 dias, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0602051-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Edmilson Fernades Ferreira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: MIQUÉIAS MATIAS FERNANDES JÚNIOR (OAB 9958/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: KÁTIA ASSIS RODRIGUES ROCHA (OAB 10320/AM) - Processo 0602150-08.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Dinah Câmara Fernandes de Souza - REQUERIDO: BradesCard S/A - INTIME-SE a parte executada para que, caso queira, apresente Embargos à Execução no prazo legal.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: MAURO DA GAMA MONTEIRO (OAB 9734/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0602280-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Nazaré Silva Dantas - REQUERIDO: A M F de Souza Serviços Me - Green Valet Serviços Prestados - Nesse sentir, considerando a profissão do recorrente e residir ele em área de classe média (fl. 11), sendo dois signos presuntivos de riqueza, o que fragiliza a sua autoproclamação de pobreza, cuja presunção já é relativa, intime-se-lhe para, prazo de 3 dias, juntar aos autos sua última declaração de imposto de renda, seus últimos 3 (três) contracheques/holerites, extrato bancário dos últimos 60 dias e, querendo, documentos de despesas, a fim de comprovar a alegada condição de miserabilidade. Ao cumprimento ou transcurso do prazo assinalado, certificado, façam-me os autos conclusos. Intime-se.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: KAYSON DE ARAUJO MORAES (OAB 12912/AM), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0602697-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Atilene Atala Tuma - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 4.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o alto grau do vício e da culpa, a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Baixar e arquivar oportunamente. P.R.I.

ADV: HÁLLICE MOREIRA TEIXEIRA (OAB 9003/AM), ADV: TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO FRIEDRICH (OAB 964A/AM), ADV: LUÍS EDUARDO PEREIRA SANCHES (OAB 39162/PR) - Processo 0602806-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Hállice Moreira Teixeira - REQUERIDO: Hdi Seguros S/A - Nesse sentir, considerando a profissão do recorrente e residir ele em área de classe média (fl. 15), sendo dois signos presuntivos de riqueza, o que fragiliza a sua autoproclamação de pobreza, cuja presunção já é relativa, intime-se-lhe para, prazo de 3 dias, juntar aos autos sua última declaração de imposto de renda, seus últimos 3 (três) contracheques/holerites, extrato bancário dos últimos 60 dias e, querendo, documentos de despesas, a fim de comprovar a alegada condição de miserabilidade. Ao cumprimento ou transcurso do prazo assinalado, certificado, façam-me os autos conclusos. Intime-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0603667-82.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Ednelson Miller Fernandes Duarte - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0603733-28.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERIDO: Tim Celular S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: LEANDRO SILVA MAUES (OAB 22452/PA), ADV: JOSÉ MANUEL MARQUES CANDIA (OAB 7116B/MS), ADV: RODRIGO FALEIROS DE OLIVEIRA (OAB 22693/MS), ADV: GUSTAVO COELHO CAVALEIRO DE MACEDO PEREIRA (OAB 14816/PA), ADV: MATHEUS LÚCIO PIRES FERNANDES (OAB 392096/SP), ADV: LÚCIA HELENA SANTANA D'ANGELO MAZARÁ (OAB 139046/SP) - Processo 0604007-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Johanna Ballaschk Graciatti - REQUERIDO: Belem Comércio de Veículos Ltda. - Lifan do Brasil Automotores Ltda - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Como já fundamentado, INDEFIRO o pedido de concessão de justiça gratuita. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: CARMEM MELLO MOURA (OAB 3649/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0604015-66.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Conceição Aparecida Silva Guimarães - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0604107-07.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda - Net Serviços de Comunicação S/A - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: MILENA PINHEIRO DE LIMA (OAB 11678/AM), ADV: SHEKYING RAMOS LING (OAB 47349/PR), ADV: RALLES DE ARAÚJO BALDEZ (OAB 12429/AM) - Processo 0604215-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Emerson Sena Cosmo - REQUERIDO: Idaam Educação Superior Ltda - Me - Centro Integrado de Educação, Ciência e Tecnologia Uninter - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM) - Processo 0604541-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Jardim Itapoã - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG) - Processo 0604954-17.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - RECLAMADO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 10026A/PB), ADV: ANDRÉA RENATA VIRGÍNIO DE SOUZA (OAB 9238/AM) - Processo 0605538-55.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Artemiza Virginio de Moura - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Verifico que satisfeitas as obrigações determinadas no título executivo, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II, CPC/15. Baixar e arquivar, reativando, caso necessário, conforme avaliação do Ilmo. Sr. Diretor de Secretaria.

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: THIAGO THADEU BASTOS TAVARES DA SILVA (OAB 11821/AM) - Processo 0607032-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisco Pereira da Silva - REQUERIDO: Rogério Monteiro Rocha - RECEBO o inominado de fls. antecedentes, no efeito devolutivo. Concedo a gratuidade ao recorrente. Intime-se o recorrido para contrarrazões, querendo, no prazo legal, e, em seguida, remetam-se os autos à instância ad quem. Intime-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0607054-71.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: ROSANE ROMERO RAVAZI (OAB 8063/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM) - Processo 0607393-98.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Jefferson Ricardo de Alencar Souza - REQUERIDO: Capital Rossi Empreendimentos S/A - Santa Beatriz Empreendimentos Imobiliários Ltda. - SPE - INTIME-SE a parte embargada para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração, no prazo de 5 dias, na forma preconizada pelo artigo 1.023, § 2º, do CPC.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: FABRÍCIO FROTA MARQUES (OAB 6444/AM) - Processo 0607760-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: William Vidal da Silva - REQUERIDO: Amazon Explorers Manaus Ltda - Por isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ a PAGAR R$ 1.791,30 em prol da parte autora, a título de indenização por danos materiais, bem como R$ 6.000,00 pelos danos morais. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o alto grau do vício e da culpa, a grande diferença de pujança econômica entre as partes, o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013], e a concorrência de culpa. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Baixar e arquivar oportunamente. P.R.I.

ADV: JOSÉ CARLOS VALIM (OAB 2095/AM) - Processo 0607925-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - RECLAMANTE: José Ricardo Wendling - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM) - Processo 0608498-76.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0608670-81.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o

valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: LUCIANO DA SILVA ROCHA (OAB 9788/AM) - Processo 0608852-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Blenda Carla Barreto Prado - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 7.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o alto grau do vício e da culpa, a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Baixar e arquivar oportunamente. P.R.I.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0609030-84.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Acácias I - Bloqueie-se a quantia via BACENJUD. Sendo positiva a penhora eletrônica, intime-se o Executado para oferecer Embargos, querendo, no prazo de 15 dias. Oferecidos os Embargos, independentemente do resultado no ato da penhora, certifique-se sua tempestividade e voltem-me conclusos, nos termos do art. 53, caput, L. 9.099/95 c/c art. 525, §6º e 919, CPC/15. De outra sorte, em sendo positivo o bloqueio eletrônico e não havendo irresignação via embargos do devedor, determino sua transferência para uma Conta Judicial junto a Caixa Econômica Federal - CEF, e imediata expedição do pertinente Alvará Judicial, dando-se baixa e arquivando-se o presente feito. Em sendo negativa constrição creditícia, e desde que haja requerimento, defiro a realização de constrição via RENAJUD. Frustradas as diligências retro, dê-se vista a parte exequente para que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que entender de direito. Acaso transcorrido o prazo, sem manifestação, arquivem-se os autos.

ADV: KLEYTON ALVES DE OLIVEIRA (OAB 16240/MT), ADV: CARMEM MELLO MOURA (OAB 3649/AM) - Processo 0609387-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Conceição Aparecida Silva Guimarães - REQUERIDO: Academia Smart Fit Manaus - Fl. 64 - Apresentado o recurso fora do prazo legal, deixo de recebê-lo. Certifique-se o trânsito em julgado. Após, arquive-se, até eventual manifestação da parte interessada. P.I.C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GABRIEL DA CRUZ LAURIA (OAB 11778/AM) - Processo 0610033-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Edson Oneris Ortiz Costa - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: MARIA JARINA DE ALMEIDA GUERREIRO (OAB 2917/AM) - Processo 0610336-88.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Milene da Costa Sarkis - intimo a parte EXECUTADA a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CNPJ), necessários à efetivação da restituição por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0610477-73.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Sebastião Costa Junior - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: GERALDO HENRIQUE DUTRA DE MAGALHÃES (OAB 11072/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0610543-53.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Edilson Souza Rodrigues - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0611556-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Sheila Carvalho da Silva, - REQUERIDO: BradesCard S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: LUIZ HAROLDO MONTEIRO (OAB 11365/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0611597-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: LUIZ HAROLDO MONTEIRO - REQUERIDO: Tim Sa - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: OTAVIO AUGUSTO LANDIM (OAB 9548/RO), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: SÉRGIO MARCELO FREITAS (OAB 9667/RO) - Processo 0611730-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: João Gabriel Diogo - REQUERIDO: Latam Airlines Group S/A - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0612395-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Rosário O Garcia - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O

PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 5.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais, bem como restituir R$ 6.649,58, o dobro desconto indevido, já deduzido o valor correlato a IOF nos termos do art. 42, § u do CDC. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso ou ilícito (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. P.R.I.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0612950-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - RECLAMADO: Net Serviços de Comunicação S.a - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: DAIANE APARECIDA KLAUS (OAB 12860/AM) - Processo 0613181-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Elton Henrique Almeida da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Isto posto, homologo a desistência e, por conseqüência, JULGO EXTINTO o Processo sem a Apreciação do Mérito, nos termos do art. 51, caput, c/c o art. 485, inciso VIII do CPC. Sem custas e honorários advocatícios, de acordo com o art. 55, caput da Lei 9099/95. Preparo de lei. Após, ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as cautelas de praxe.

ADV: LUIS EDUARDO DOS SANTOS VALOIS COÊLHO (OAB 1975/AM) - Processo 0613298-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Centro Educacional Nossa Senhora de Fátima - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0613674-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jakeline Souza Santiago - REQUERIDO: BradesCard S/A - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Deixo de condenar a parte ausente em custas. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0614070-47.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Francisco Nascimento da Silva, - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Verifico que satisfeitas as obrigações determinadas no título executivo, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II, CPC/15. Baixar e arquivar, reativando, caso necessário, conforme avaliação do Ilmo. Sr. Diretor de Secretaria.

ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM) - Processo 0614332-60.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: THAISE LORENA SANTOS DA SILVA (OAB 12044/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0614692-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Darlene Moraes Cutino - REQUERIDO: Claro S/A - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0615047-68.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0615053-46.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0615292-50.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Maria Izolina Monteiro da Silva - Nesse sentir, considerando que a recorrente é servidora pública estadual, cuja média salarial é maior que o padrão dos empregados amazonenses, e reside em área nobre da cidade (fl. 15), os quais são dois elementos que constituem signos presuntivos de riqueza e que, como consequência, fragilizam a sua autoproclamação de pobreza, cuja presunção já era relativa, intime-se-lhe para, prazo de 3 dias, juntar aos autos sua última declaração de imposto de renda, seus últimos 3 (três) contracheques/holerites e outra documentação que entenda necessária para comprovar gastos, a fim deste julgador examinar se é merecedora do benefício da gratuidade. Ao cumprimento ou transcurso do prazo assinalado, certificado, façam-me os autos conclusos. Intime-se.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0617337-27.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Kelle Cristina Pereira Serrão - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 11/02/2020 às 08:30h.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0617551-81.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Calixto Hagge Neto - encaminhos autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM) - Processo 0618244-31.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Helida Tavares Monteiro - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 16/12/2019 às 09:00h.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) -

Processo 0619347-10.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Carlos de Sena Ferreira - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: MICHEL MONTEIRO GIOIA (OAB 5288/AM), ADV: MAURÍCIO BENEDITO GOMES BISSOLI (OAB 13845/AM), ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0621130-37.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Nonato de Souza - REQUERIDO: Intelectus Formação Profissional - Nesse sentir, considerando a profissão do recorrente (é autônomo, profissional liberal - fl. 16) e residir ele em área de classe média (fl. 27), sendo dois signos presuntivos de riqueza, o que fragiliza a sua autoproclamação de pobreza, cuja presunção já é relativa, intime-se-lhe para, prazo de 3 dias, juntar aos autos sua última declaração de imposto de renda, seus últimos 3 (três) contracheques/holerites, extrato bancário dos últimos 60 dias e, querendo, documentos de despesas, a fim de comprovar a alegada condição de miserabilidade. Ao cumprimento ou transcurso do prazo assinalado, certificado, façam-me os autos conclusos. Intime-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0621468-11.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0621942-45.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM) - Processo 0621943-64.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Ivanir Ferreira de França - Por isso, declarando inexistente o débito, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, condenando a parte ré a pagar R$ 5.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. Confirmo a liminar concedida à fl. 19. Oficie-se para cancelamento definitivo da negativação, posto que ofício de fl. 24 confirma ter havido apenas suspensão de sua . Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado em valor inferior ao máximo pretendido, levando-se em conta: o tempo de inércia da parte ré, a culpa concorrente da parte autora (inapta a elidir a responsabilização civil da parte ré), o médio grau do vício e da culpa, a diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação (STJ; RESP 355392; RJ; Terceira Turma; Rel. Desig. Min. Sebastião de Oliveira Castro Filho; Julg. 26/03/2002; DJU 17/06/2002; pág. 00258) Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo de lei (Lei AM 2.429/96 c/c Prov. 256/2015-CGJ/AM). P.R.I. Baixar e arquivar oportunamente.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0621994-75.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Marcela da Silva Paulo - Intime-se a parte exequente para que apresente os cálculos pertinentes à integralidade do cumprimento de sentença, devidamente atualizados - conjuntamente com o respectivo memorial. Prazo de 10 dias. Em sede de Juizados Especiais, não há condenação em honorários no primeiro grau, conforme art. 55 da Lei nº 9.099/95. Conforme entendimento do STJ (REsp 1262933/RJ), a aplicação da multa do art. 523, CPC/15 depende de prévia intimação do devedor para pagamento voluntário e sua respectiva inércia em fazê-lo, razão pela qual não deverá constar dos cálculos a serem apresentados. Em tendo havido incidência de astreintes, o seu cálculo de referência deverá vir em apartado do restante da condenação, com menção às fls em que fixada e evento nos autos que comprovasse o descumprimento. Prazo de 10 dias. P.C.I.

ADV: DINAH NASCIMENTO TEIXEIRA (OAB 7204/AM) - Processo 0622153-18.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: KEYLA MAR NASCIMENTO - Verifico que satisfeitas as obrigações determinadas no título executivo, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II, CPC/15. Baixar e arquivar, reativando, caso necessário, conforme avaliação do Ilmo. Sr. Diretor de Secretaria.

ADV: NILSON GOMES OLIVEIRA MEIRELES - Processo 0622782-89.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: Maria Edileuza Correa Façanha - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal.

ADV: ALEXANDRE FONSECA DE MELLO (OAB 222219/SP), ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0622805-35.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Jéssica Marques dos Santos - REQUERIDO: Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda - Motorola do Brasil S/A - Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0623044-73.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0623146-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sinara Ribeiro da Costa - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 06 de novembro de 2019, às 11 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: LUIZ GONZAGA PINHEIRO JÚNIOR (OAB 12021/AM) - Processo 0623499-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jose Junior Monteiro - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO ao réus que se abstenham de publicizar qualquer manifestação ou informação inverídica e negativa contra o autor, seja pessoalmente ou por vídeo, foto, textos ou mensagens a terceiros, de forma

imediata, sob pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por abuso comprovado nestes autos, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 11 de fevereiro de 2020, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM) - Processo 0623537-16.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: M.h. de S. Costa Garcia Me e outro - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 16/12/2019 às 09:30h.

ADV: OSMAN KALID OSSAMI (OAB 6636/AM) - Processo 0623710-40.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Rosenilson Almeida Nascimento - encaminho os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0623710-40.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 1079A/SE), ADV: LUIZ GONZAGA PINHEIRO JÚNIOR (OAB 12021/AM), ADV: RODRIGO GONZALEZ (OAB 158817/SP) - Processo 0623922-61.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Jefferson Pereira Montenegro - REQUERIDO: Abril Comunicacoes S.a - Banco Itaucard S/A - Quanto ao réu Itaucard, constata-se que tomou providências para limitar os danos provocados ao autor. Como o réu Abril tomou total responsabilidade pelas cobranças efetuadas ao consumidor, confirmando ser responsável pelas cobranças e chegando a informar que, ante a irresignação do consumidor, efetuaram cancelamento do serviço, conclui-se que Abril era responsável exclusivo pelas deduções, o que exime a responsabilidade de Itaucard (art. 14, § 3º, II, CDC). Improcede o pedido contra Itaucard. Por isso, DECLARANDO INEXISTENTE OS DÉBITOS DISCUTIDOS NOS AUTOS, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ ABRIL A PAGAR R$ 5.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais, bem como a se abster de efetuar cobrança pelo serviço não contratado. CONDENO-A, ainda, a pagar R$ 3.704,96, equivalente ao dobro do valor descontado indevidamente, nos termos do art. 42, § u, do CDC, cf. pedido de fl. 09. JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO CONTRA ITAUCARD. Na conta de cumprimento da sentença, serão acrescidos o dobro dos descontos subsequentes ao ajuizamento até a cessação dos mesmos, desde que comprovados documentalmente, conforme art. 323 c/c 493 do CPC/2015. Obrigação(ões) de fazer a serem cumpridas em até 30 dias úteis após a intimação da presente, sem prejuízo da restituição, sob pena de multa de R$ 5.000,00, eis que eventual recurso será recebido somente no efeito devolutivo (art. 43 da L. 9.099/95). Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a data da primeira cobrança (08/2014), visto que não há prévio liame contratual entre as partes que embasasse a cobrança. Valor do dano moral, levando-se em conta: a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação (STJ; RESP 355392; RJ; Terceira Turma; Rel. Desig. Min. Sebastião de Oliveira Castro Filho; Julg. 26/03/2002; DJU 17/06/2002; pág. 00258). Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: THAYLANE ENES MARTINS (OAB 13308/AM) - Processo 0624091-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Jose Carlos Guarlott de Carvalho - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, III da Lei 9.099/95. Sem custas ou honorarios. Preparo de lei. Transitada em julgado, baixar e arquivar. Prejudicada, cancelo a audiência, revogando eventual liminar deferida. P.R.I.

ADV: JANDER DA SILVA NASCIMENTO (OAB 10377/AM) - Processo 0624117-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Quitação - REQUERENTE: Thiago dos Santos Barbosa - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que se oficie ao órgão responsável pela negativação comprovada pela parte autora em fl. 36 no valor de R$ 39,00 (trinta e nove reais) contrato nº 3382593, para que proceda à completa suspensão de sua publicidade no prazo de 5 dias, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 20 de setembro de 2019, às 11 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0624175-49.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Acácias I - Não obstante a assinatura no AR de recebimento ser de terceiro (fls. 98), o réu compareceu à audiência de conciliação (fls. 104/105) e transacionou (fls.106/107). A assinatura no AR da carta de citação é a mesma constante no recebimento da intimação (fls. 119) para se manifestar sobre o descumprimento do acordo. Por se tratar de réu já citado e ciente do teor da presente demanda, é de se aplicar o art. 18, § 3º, bem como o art. 19, § 2º, da Lei 9.099/95. Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0624357-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Sebastiana Santos Guimarães - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero inexistente perigo na demora ou risco irreparável, já que os pagamentos iniciaram-se em 7/2009 e requer repetição em dobro do indevidamente pago, em caso de procedência, pelo que INDEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 12 de fevereiro de 2020, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: CARLOS ALBERTO GUEDES DA SILVA JÚNIOR (OAB 8713/AM) - Processo 0624391-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada

para o dia 11 de fevereiro de 2020, às 11 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ADSON MARQUES E SOUZA (OAB 14798/AM) - Processo 0624403-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Ivaneide Guimarães de Souza - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 06 de dezembro de 2019, às 10 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0624417-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Alexandre Azevedo Costa - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 11 de fevereiro de 2020, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ALCEMIR PESSOA FIGLIUOLO NETO (OAB 13248/AM) - Processo 0624427-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alcemir Pessoa Figliuolo - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 15 de outubro de 2019, às 10 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0624461-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Luan Jeyce Duarte de Melo - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 11 de fevereiro de 2020, às 10 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: DAVID SALEON GOMES ABECASSIS (OAB 9614/AM) - Processo 0624484-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Piemonte - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 11 de fevereiro de 2020, às 9 horas, a ser realizada neste JEC. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: LUKAS TRAIBER (OAB 13930/AM) - Processo 0624668-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lucyanne Bezerra de Souza - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a ré se abstenha tanto de realizar o corte do fornecimento do serviço declinado na petição inicial como de incluir o nome da Parte Autora no cadastro de inadimplentes dos Órgãos de Proteção de Crédito ou Protestar o Título em Cartórios, apenas e tão somente em virtude da fatura no valor de R$ 20.732,44 (UC 0105826-6), até ulterior deliberação deste Juízo, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 12 de fevereiro de 2020, às 9 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ALBADILO SILVA CARVALHO (OAB A1161/AM), ADV: FABÍOLA VASCONCELOS MITOSO (OAB 4236/AM), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE) - Processo 0626678-43.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Afrânio Cardoso dos Santos - REQUERIDO: Porto Autos Ltda - Nissan do Brasil Automóveis Ltda. - Paute-se audiência UNA de conciliação, instrução e julgamento. Providências de praxe pela Secretaria, expedindo-se as notificações e demais comunicações de atos processuais que se fizerem necessárias, com idôneo aviso acerca do dever de apresentação de provas e documentos que entenderem cabíveis. Esclareço que fica postergada para a data dessa audiência o termo final para apresentação das defesas de todos os réus. Cientificadas as partes de que deverão comparecer acompanhadas de advogado ou Defensor Público em causas de valor maior que 20 salários mínimos. P.C.I.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: ANDRÉA CARDOSO SALGADO (OAB 4743/AM) - Processo 0628917-20.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Jesus Veiga de Lima - REQUERIDO: Mauricio Ferreira dos Santos - RECEBO o inominado de fls. 137/143, no efeito devolutivo. Concedo-lhe a gratuidade de justiça. Intime-se o recorrido para contrarrazões, querendo, no prazo legal, remetendo-se os autos em seguida à Turma Recursal. Intime-se.

ADV: JORGE LUÍS ENRIQUE GALLARDO ONDINOLA (OAB 10044/AM), ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM) - Processo 0629019-42.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Kely Cavalcante Pinheiro - RECEBO o inominado de fls. antecedentes, no efeito devolutivo. Concedo à parte recorrente a gratuidade de justiça. Intime-se o recorrido para contrarrazões, querendo, no

prazo legal, e, em seguida, remetam-se os autos à instância ad quem.

ADV: JORGE LUÍS ENRIQUE GALLARDO ONDINOLA (OAB 10044/AM), ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM) - Processo 0629042-85.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Terezinha de Jesus Marques Mendes - RECEBO o inominado de fls. antecedentes, no efeito devolutivo. Concedo à parte recorrente a gratuidade de justiça. Intime-se o recorrido para contrarrazões, querendo, no prazo legal, e, em seguida, remetam-se os autos à instância ad quem.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 228213/SP), ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB 5810/AM) - Processo 0629457-68.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Márcio Almeidera Ferreira - REQUERIDO: Walmart Wal-mart Brasil Ltda. - Por isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 1.024,08 em prol da parte autora, a título de indenização por danos materiais. JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO PELOS DANOS MORAIS. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Baixar e arquivar oportunamente. P.R.I.

ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 21899/SC), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0629734-84.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosaelaine Ramos Smith da Rocha - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV e art. 330, IV c/c 321, CPC/15. Sem custas pretéritas. Sem honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei. P.R.I. Transitada em julgado, certifique-se e baixem-se e arquivem-se os autos sem prévia conclusão.

Adson Marques e Souza (OAB 14798/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Albadilo Silva Carvalho (OAB A1161/AM)
Alcemir Pessoa Figliuolo Neto (OAB 13248/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alexandre Fonseca de Mello (OAB 222219/SP)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Cardoso Salgado (OAB 4743/AM)
Andréa Renata Virgínio de Souza (OAB 9238/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 10026A/PB)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior (OAB 8713/AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carmem Mello Moura (OAB 3649/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Daiane Aparecida Klaus (OAB 12860/AM)
David Saleon Gomes Abecassis (OAB 9614/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Dinah Nascimento Teixeira (OAB 7204/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Emmilly Karen Apolônio da Silva (OAB 9716/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Evellyn Kelryen Apolônio da Silva (OAB 9125/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabíola Vasconcelos Mitoso (OAB 4236/AM)
Fabrício Frota Marques (OAB 6444/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Gabriel da Cruz Lauria (OAB 11778/AM)
Geraldo Henrique Dutra de Magalhães (OAB 11072/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Coelho Cavaleiro de Macedo Pereira (OAB 14816/PA)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique Stábile (OAB 251594/SP)
Hállice Moreira Teixeira (OAB 9003/AM)
Helton Lannucy Veras Leite (OAB 13005/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Honorato Fernandes de Melo Neto (OAB 10248/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jander da Silva Nascimento (OAB 10377/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
Jorge Luís Enrique Gallardo Ondinola (OAB 10044/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Carlos Valim (OAB 2095/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Manuel Marques Candia (OAB 7116B/MS)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kátia Assis Rodrigues Rocha (OAB 10320/AM)
Kayson de Araujo Moraes (OAB 12912/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Kleyton Alves de Oliveira (OAB 16240/MT)
Larissa Sento-Sé Rossi (OAB 1079A/SE)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Leandro Silva Maues (OAB 22452/PA)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lúcia Helena Santana D'Angelo Mazará (OAB 139046/SP)
Luciano da Silva Rocha (OAB 9788/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luis Eduardo dos Santos Valois Coêlho (OAB 1975/AM)
Luís Eduardo Pereira Sanches (OAB 39162/PR)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Gonzaga Pinheiro Júnior (OAB 12021/AM)
LUIZ HAROLDO MONTEIRO (OAB 11365/AM)
Lukas Traiber (OAB 13930/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Jarina de Almeida Guerreiro (OAB 2917/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mário Diego de Souza Parisotto (OAB 10779/AM)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Matheus Lúcio Pires Fernandes (OAB 392096/SP)
Maurício Benedito Gomes Bissoli (OAB 13845/AM)
Mauro da Gama Monteiro (OAB 9734/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Michel Monteiro Gioia (OAB 5288/AM)

Milena Pinheiro de Lima (OAB 11678/AM)
Miquéias Matias Fernandes Júnior (OAB 9958/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nilson Gomes Oliveira Meireles
Orlando Patrício de Sousa (OAB 7705/AM)
Osman Kalid Ossami (OAB 6636/AM)
Otavio Augusto Landim (OAB 9548/RO)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Ralles de Araújo Baldez (OAB 12429/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Rodrigo Faleiros de Oliveira (OAB 22693/MS)
Rodrigo Gonzalez (OAB 158817/SP)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Scopel (OAB 21899/SC)
Roger Marques Mendes (OAB 9516/AM)
Rosane Romero Ravazi (OAB 8063/AM)
Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB 5810/AM)
Sérgio Marcelo Freitas (OAB 9667/RO)
Shekying Ramos Ling (OAB 47349/PR)
Thaise Lorena Santos da Silva (OAB 12044/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thaylane Enes Martins (OAB 13308/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 228213/SP)
Thiago Thadeu Bastos Tavares da Silva (OAB 11821/AM)
Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich (OAB 964A/AM)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO CÉSAR OLINTHO DE SOUZA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL THIAGO RODRIGO DOS SANTOS RESENDE

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0207/2019

ADV: MATEUS MENDES VALÉRIO (OAB 10457/AM) - Processo 0200045-60.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERIDO: Ricardo Eugenio Valerio de Oliveira e outro - encaminho os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: RYLENE ÁLVARES BASTOS RODRIGUES (OAB 10145/AM) - Processo 0202370-71.2019.8.04.0015 (processo principal 0603202-15.2014.8.04.0015) - Cumprimento Provisório de Decisão - Despesas Condominiais - REQUERENTE: CONDOMINIO DO EDIFICIO ZEFERINO FERREIRA - Por isso, EXTINGO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Extraiam-se cópias das peças para o processo principal, nele prosseguindo a execução e eventuais embargos. As PARTES DEVEM PETICIONAR NO Nº SAJ DO PROCESSO PRIMITIVO. Ressalte-se que qualquer peticionamento realizado nos presentes autos a partir deste ato será desconsiderado, em virtude da fundamentação que ora se apresenta. P.R.I. Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo de lei. Baixem-se e arquivem-se os autos.

ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM) - Processo 0205118-13.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cobrança indevida de ligações - REQUERIDO: Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0602907-36.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Waldenes Menezes de Sena - REQUERIDO: Banco BMG S/A - À Secretaria para designar data para realização da audiência de conciliação, cumprindo-se o disposto na decisão de fls. 40

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: DIAS DOS SANTOS ADVOGADOS (OAB 311/AM), ADV: CATHARINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 6484/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0603294-85.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Condomínio - REQUERIDO: Cartaxo Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Spe e outro - LITSPASSIV: Baceiro Empreendimentos Imobiliários Ltda. - EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO Processo nº: 0603294-85.2017.8.04.0015 Requerente: Condominio Vivendas do Rio Negro Requerido: Cartaxo Emp. Imob. Ltda. Juiz Fiscalizador: Dr. Fábio César Olintho de Souza Leiloeiros Judiciais - TJAM: Danielly Fernandes da Silva e Ricardo M. G. Oliveira _____ _____ _____ _____ O MM. Juiz de Direito Dr. Fábio César Olintho de Souza, respondendo pelo 6º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus, na forma da lei etc. FAZ SABER aos que o presente Edital de Leilão e Intimação, virem ou dele conhecimento tiverem ou a quem interessar possa, que no às 10:00 horas do dia 18/10/2019 no Fórum Ministro Henoch Reis, sito à Avenida Jornalista Humberto Calderado Filho, S/Nº, Adrianópolis, nesta cidade, será levado a Público Leilão para venda e arrematação, os seguintes bens: (Art. 886 NCPC) Descrição do bem: 01 Apartamento de nº 801, Torre 04, Localizado na Av. Padre Agostinho Cabalero Martins, 1947 - Condomínio Vivendas do Rio Negro, contendo: 03 (Três) quartos sendo uma suíte, sala de estar/jantar com varanda, cozinha/área de serviço, banheiro social e área técnica. Imóvel novo, não habitado. Imóvel devidamente registrado no Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis da Capital, Matrícula nº 47.852. Avaliação do bem: R$ 260.000,00 (Duzentos e sessenta mil reais). Fiel Depositário: Sra. Melka Camila Brasil da Silva, RG 1648104-6 SSP-AM., Residente na Travessa Val Paraíso, 12 Compensa I. Localização do bem: Av. Padre Agostinho Cabalero Martins, 1947 Data: 18/10/2019 às 10:00 horas Local: Fórum de Justiça Min. Henoch Reis, sito á Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho S/N, Adrianópolis Modalidade: PRESENCIAL EM ÚNICA PRAÇA (Não será aceito Preço Vil - Art. 891 NCPC) Advertências: O Pagamento deverá ser realizado de imediato pelo arrematante, por deposito judicial ou por meio eletrônico (Art. 892 do NCPC). Não será aceito lance que ofereça preço vil. Considera-sevil o preço inferior ao mínimo estipulado pelo juiz e constante do edital e,não tendo sido fixado preço mínimo,considera-se vil o preço inferior a 50% do valor da avaliação,(art. 891, caput, e parágrafo único do NCPC). O arrematante poderá adquirir o bem em parcelas, conforme art. 895 do NCPC, o fazendo por escrito e efetuando o pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por restrição sobre o próprio bem. Todas as despesas respectivas a arrematação serão de responsabilidade exclusiva do arrematante. O(s) executado(s) não poderá (ão) impedir os Leiloeiros e/ou representante legal de vistoriar e fotografar o(s) bem(ns) constrito(s),ficando desde já advertido de que a obstrução ou impedimento constitui crime (art. 330 do Código Penal). O(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) no estado de conservação em que se encontrar(em),não cabendo à Justiça e/ou aos leiloeiros quaisquer tipos de responsabilidades. Para os bensimóveis, a expedição da carta de arrematação ficará condicionada à comprovação do

pagamento do Imposto deTransmissão de BensImóveis- ITBI. Poderá haver, a qualquer tempo, a exclusão de bens do leilão, independentemente de prévia comunicação. No caso em que haja diversos bens, estes poderão ser arrematados separadamente, mas terá preferência, entretanto, ao lanço que se propuser a arrematá-los todos, englobadamente. (art. 893 do NCPC). Ficam intimados pelo presente Edital o(s) executado(s) erespectivo(s) cônjuge(s), secasado(s)for(em), bem como o(s) advogado(s), o(s) co-proprietário(s), o(s) depositário(s) e, ainda, otitular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície,concessão de direito real de uso, e se apenhorarecair sobre bem gravado com tais direitos reais; o proprietário do terreno submetido ao regime de direito de superfície, enfiteuse, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso,se apenhorarecair sobre tais direitos reais; o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhoraanteriormente averbada, que não seja de qualquer modo parte na execução, o promitente comprador e o promitente vendedor, quando for o caso, e, por fim, a União, o Estado e o Município, no caso de alienação de bem tombado, caso não tenha{m) sido localizado(s) para intimação pessoal, bem como se frustrada a intimação por outro meio idôneo, acerca do processo de execução, doleilãodesignado. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados,é passado o presente edital, que será publicado na forma da lei eafixado no lugar de costume na sede deste juízo. EXPEDIDO nestacidade de Manaus Estado do Amazonas.

ADV: VANDRÉ CAVALCANTE BITTENCOURT TORRES (OAB 25825/BA), ADV: PEDRO LEAL E ALMEIDA FILHO (OAB 33824/BA), ADV: SUELEM PENA BENTO DA SILVA (OAB 9796/AM) - Processo 0603389-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Daniel da Silva Santiago Filho - REQUERIDO: M.k. Eletrodomesticos Mondial Ltda e outro - Defiro o pedido de fl. 91. À Secretaria para que expeça certidão de objeto e pé relatando o trâmite destes autos. Após, vista à parte requerente para tome ciência. P.C.I.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0603465-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: José Braz Pereira - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Venham-me os autos conclusos para sentença. P.C.I.

ADV: HENRIQUE CABOCLO DE MACEDO (OAB 8816/AM) - Processo 0604389-19.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Cond. Residencial Juliana Iii, Etapa 2 - REQUERIDO: Eduardo Costa Castilho - Intime-se o exequente para que apresente o registro do imóvel mencionado às fls. 243.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0606416-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jairo da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - A rubrica impugnada pelo autor é “ABM BRASIL ASSOC BENEF MUTUA ASS”, conforme a inicial, e após 1 AR negativo a parte autora agora pleiteia a exclusão do réu “Abm - Brasil Associação Beneficente Mutua Assistencial do Brasil”. O caso, contudo, é de litisconsórcio necessário. Necessária a manutenção do réu no polo passivo, conforme art. 115, I, CPC. Indefiro o pedido de exclusão de fl. 79. Ao autor para que diligencie a realização da citação. Prazo de 15 dias, sob pena de afronta ao art. 115, I, CPC. P.C.I.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0606546-28.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: .Jairo da Silva M - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Chamo o feito à ordem e declaro nula a certidão de fls. 95, tendo em vista o pedido de fls. 65 para que as intimações sejam feitas exclusivamente em nome de Felipe Gazola Vieira Marques, OAB/AM A-995. À Secretaria para elaborar nova certidão de publicação, constando o causídico habilitado. P.C.I.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0606546-28.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: .Jairo da Silva M - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Por isso, DECLARANDO INEXISTENTE O(S) DÉBITO(S) DISCUTIDO(S) NOS AUTOS, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 10.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais, bem como a se abster de efetuar cobrança pelo serviço não contratado. CONDENO-A, ainda, a pagar R$ 5.411,82, equivalente ao dobro do valor descontado indevidamente, nos termos do art. 42, § u, do CDC. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral, levando-se em conta: a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação (STJ; RESP 355392; RJ; Terceira Turma; Rel. Desig. Min. Sebastião de Oliveira Castro Filho; Julg. 26/03/2002; DJU 17/06/2002; pág. 00258). Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: MARIA DE OLIVEIRA FERNANDES (OAB 4296/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0608586-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Marta Maria da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB 509/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0608732-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ronaldo da Silva Pinheiro - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Fls. 344/346 - Não houve nos autos condenação em obrigação de fazer/não fazer. Nada a prover sobre o petitório da parte ré. Por outro lado, houve condenação em obrigação de pagar, conforme acórdão de fls. 335/336. Intime-se o exequente para que postule o que entender de direito no prazo de 15 dias. Silente, arquivem-se os autos.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0609957-50.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: PAULO LINDEMBECK BELCHIOR (OAB 10617/AM), ADV: ANDREWS MARTINS SIQUEIRA (OAB 11954/AM) - Processo 0610371-48.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda - O MM Juiz de Direito Victor André Liuzzi Gomes, da 13ª Vara Cível TJAM, nos autos do processo de recuperação judicial 0634282-97.2018.8.04.0001, determinou a suspensão dos processos em que N.V. Indústria, Comércio e Construção LTDA. figure como parte ré/executada pelo prazo de 180 dias, nos termos do art. 6 da Lei 11.101/05, em decisão de 26/06/2019. Suspensão que não atinge obrigações de fazer, as quais deverão ser cumpridas, caso fixadas. Assim, cumpra-se a decisão, baixando-se e suspendendo-se o feito até posterior decisão. P.C.I. Prejudicada eventual audiência designada. Cancele-se, caso pautada.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0610475-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Audran Magno Oliveira Ferreira Pinto - REQUERIDO: Banco do

Brasil S/A - Pelo exposto, sem maiores considerações a respeito da lide, Julgo Extinto o processo sem análise do mérito, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno o requerente ao pagamento das custas processuais para o ajuizamento de nova reclamação sobre o mesmo objeto da presente lide. P. R. I. Arquive-se.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0610641-72.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM), ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM), ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM), ADV: VALERIA SABRINA DE SOUZA DINIZ (OAB 13807/AM) - Processo 0610703-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Etelvino Marcos Alves de Souza - LITSPASSIV: Itaú Unibanco S/A - Fl. 29 - Diante da ausência de devolução do AR correlato, paute-se nova audiência de conciliação, a ser realizada neste JEC. P.C.I.

ADV: MARCO ROBERTO PEREIRA DA SILVA (OAB 10172/AM) - Processo 0610772-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: André Silva da Frota-epp - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: ITALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM) - Processo 0610798-11.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Cosma Candido da Silva - REQUERIDO: IMPORTADORA TV LAR LTDA - Whirlpool Eletrodimésticos AM S/A - Fls. 219 - Sem prejuízo do andamento do prazo determinado às fls. 211, fale a exequente sobre o pedido de dilação do prazo formulado pela executada Whirpool. Prazo de 5 dias. Silente o exequente, prosseguimento da execução nos termos da decisão de fls. 208/209.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0610905-55.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mauro Martins Tavares - Vanessa da Silva Souza - REQUERIDO: Beach Park Hotéis e Turismo S/A - Intime-se a parte embargada para que apresente contrarrazões no prazo de 15 dias. Após, voltem-me conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MOZART LUIS NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 5436/AM) - Processo 0611764-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Dls Distribuidora de Livros Solimões Ltda Epp - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0612066-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Akerna Marques Chagas Corado - Alvaro Marcelo Corado Pereira - REQUERIDO: Latam Linhas Aéreas - Redesigne-se a audiência de conciliação, a ser realizada neste JEC. P.C.I.

ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM) - Processo 0612070-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Marla da Silva Corrêa - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: FERNANDO HAYEK CARRIJO (OAB 12208/AM) - Processo 0612236-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Mary Lia de Freitas Ferreira - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: RENAN DE MELO ROSAS LUNA (OAB 14253/AM), ADV: BRUNA SCAROLINO GONZAGA (OAB 152668/RJ), ADV: RICARDO BRAGA FRANÇA (OAB 98795/RJ), ADV: LIZANDRA FROTA FINICELLI (OAB 10526/AM) - Processo 0612630-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sheldon Demídio Moreira Finicelli - LIZANDRA FROTA FINICELLI - REQUERIDO: Pousada Abracadabra - Booking.com Brasil Serviços de Reservas de Hotéis Ltda. - Redesigne-se a audiência de conciliação de que trata o ato ordinatório de fl. 26 para o dia 22/10/2019, as 11h, a ser realizada neste JEC. Intimações via DJe. P.C.I.

ADV: DALVA BARBOSA DE QUEIROZ (OAB 3692/AM) - Processo 0614905-69.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Intime-se a parte embargada para que apresente contrarrazões no prazo de 15 dias. Após, voltem-me conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRA AMAZONAS DA CUNHA (OAB 5780/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO (OAB 2039/AM) - Processo 0615113-19.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Alessandra Amazonas da Cunha - REQUERIDO: Francisco Anibal Araujo Freire - Converto o julgamento em diligência pelos fundamentos abaixo. I. Preliminares Rejeito a preliminar de incompetência por extrapolação do valor da causa, visto que a parte exequente pleiteia apenas o valor de R$ 18.000,00, consubstanciado pelos cheques apresentados. Rejeito também a preliminar de complexidade, posto que desnecessária. A perícia aludida à fl. 59 sequer é determinada, permanecendo incógnito qual seria o esclarecimento, exatamente, que o hipotético perito seria instado a prestar: seria grafotécnica? Seria de falsidade documental? Pelas alegações aduzidas, a pretensão do embargante baseia-se na simples interpretação de fatos, de modo que não há complexidade técnica a ser esclarecida. II.Cabimento Não tendo os cheques circulado, é perfeitamente possível a discussão do negócio jurídico ensejador de sua emissão, nos termos do princípio da abstração (art. 915, CC). Embargante, em suma, opõe exceção do contrato não cumprido. Sustenta que a embargada não tinha propriedade do bem que o contrato impugnado esboçava transferir. Fls. 82/140 descrevem alguma embarcação, mas prova de sua propriedade não pode ser deles extraída. Documentos de fl. 141/142 são indiciários da tese do embargante, mas tendo em vista que a transmissão de bens móveis é feita por tradição (art. 1.267, CC), não chegam a ser prova cabal. Como a cláusula primeira do contrato de fls. 74/76 está firmemente alicerçada na premissa de que "A vendedora se declara legítima proprietária do bem descrito no item 'Objeto da Compra e Venda'", fl. 74, sendo justamente esse aspecto contratual que a parte embargante pôs em questionamento, a sustação dos cheques e a legitimidade do pagamento estão atingidos pela controvérsia. III. Diligência Como a embargada, por sua vez, não apresentou elemento de convicção nenhum, e visando esclarecer quem foi a parte inadimplente, determino a ela que apresente prova documental do negócio jurídico que trouxe a embarcação à sua propriedade (contrato de compra e venda, escritura, etc). Prazo de 15 dias. Após, vista ao embargante para que, no prazo sucessivo de 15 dias, apresente manifestação acerca desse documento. Deverá estender a fundamentação acerca de suas suspeitas referentes à propriedade do bem. P.C.I.

ADV: SÉRGIO SAHDO MEIRELES JÚNIOR (OAB 13241/AM) - Processo 0615198-68.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Adriano Mendonça Costenaro - Por isso, JULGO PROCEDENTE o PEDIDO EM PARTE para CONDENAR o réu somente ao pagamento ao autor do valor de R$ 978,00, a título de danos materiais, com juros e correção monetária desde o acidente, em 1º/5/2018. Improcedente o pedido de danos morais. Sem custas pretéritas. Sem honorários, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95. Preparo recursal de lei (Lei AM 2.429/96 c/c Prov. 256/2015-CGJ/AM). P.R.I. Baixar e arquivar no momento processual oportuno, sem prejuízo de reativação se necessária.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0616147-92.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: DANIELE DE FREITAS CORREA (OAB 9287/AM), ADV: MICHELE FREITAS CORRÊA (OAB 3348/AM) - Processo 0616499-50.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Daniele de Freitas Correa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Fl. 10 -

Considerando os poderes outorgados a causídica subscritora da petição inicial, intime-se esta a fim de que ratifique a pretensão formulada a fl. 131. Prazo de 5 dias. P.C.I.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0617337-27.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Kelle Cristina Pereira Serrão - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Fl. 214 - Redesigne-se a audiência de conciliação, observando a pauta ordinária deste JEC. P.C.I.

ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM), ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM) - Processo 0617526-34.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Beija-flor 2 Iv Etapa - INTIME-SE a parte exequente para, querendo, manifestar-se acerca do veículo constrito via renajud, postulando o que entender de direito no prazo de 15 dias. Prazo de XX dias

ADV: SÔNIA REGINA ABREU CABRAL (OAB 4930/AM) - Processo 0617964-94.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Sônia Regina Abreu Cabral - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM) - Processo 0618244-31.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Helida Tavares Monteiro - Redesigne-se a audiência de conciliação, de forma que ocorra neste JEC. Cite-se a parte ré por oficial de justiça. P.C.I.

ADV: VICTORIA DUTRA DE ALENCAR ARANTES (OAB 10316/AM), ADV: ADRIANA BARBOSA SODRÉ FLORES (OAB 4273/AM) - Processo 0619753-65.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Roberto Bezerra Vieira - REQUERIDO: Odontoprev S.A - Bradesco Saúde - Banco Bradesco S/A - Prazo comum de 15 dias para que as partes requeiram o que entenderem de direito. Silentes, venham-me conclusos para sentença

ADV: RACHEL SIZA TRIBUZY (OAB 6863/AM) - Processo 0619783-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Verônica Luiz de Sousa - Redesigne-se a audiência de conciliação, a ser realizada neste JEC. P.C.I.

ADV: RACHEL SIZA TRIBUZY (OAB 6863/AM) - Processo 0619783-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Verônica Luiz de Sousa - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 05/02/2020 às 10:00h.

ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM) - Processo 0620460-96.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERIDO: Rondonia Transportes Ltda - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0620930-93.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal.

ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM) - Processo 0621476-85.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assembléia - REQUERENTE: David Macedo Rodrigues - Embargos de declaração. Intime-se a parte embargada para que, querendo, se manifeste no prazo de 5 dias, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC. Após, voltem conclusos.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0622412-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Renan Vasconcelos Siqueira - Reitero o despacho de fl. 20, eis que não foi cumprido em sua integralidade. De ordem, intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: ELLEN ARANHA DE SOUSA (OAB 14416/AM) - Processo 0623565-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Jandira Andrade Aranha - Considerando que o presente feito possui Pessoa Jurídica de Natureza Pública em seu pólo Passivo, fato incompatível com o procedimento dos Juizados Especiais Cíveis, nos termos do §2º do art. 3º c/c caput do art. 8º, todos da LJE, Julgo Extinto o Processo Sem Apreciação do Mérito, em observância ao disposto no art. 51, inciso IV, da Lei n.º 9.099/95. Sem custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei.

ADV: ALINE LAREDO PINTO (OAB 4187/AM) - Processo 0623598-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: João Luiz Rodrigues Simões - Fl. 2 - O autor alega que é dependente de plano de saúde que está em nome de mãe Adnir de Melo Lins. No documento de identidade do autor apresentado em fl. 19, o nome de sua mãe é Arlete Rodrigues Simões, diferente daquele informado pelo autor. Igualmente, na inicial não foi informada a data de cancelamento do plano de saúde. Por essa razão, intime-se o autor para que informe qual a sua relação com a titular do plano de saúde Adnir de Melo Lins, bem como para informar a data em que foi notificado do cancelamento do plano de saúde. Prazo de 15 dias. P.C.I.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0623649-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Hipoteca - REQUERENTE: Adelaide Gomes Martins - NOTIFIQUE-SE a parte ré para que preste as informações que reputar pertinentes no prazo de 10 dias, voltando, após, conclusos para apreciação do pedido de antecipação dos efeitos da tutela.

ADV: SULAMITA AUGUSTA DA SILVA (OAB 435/AM) - Processo 0624003-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - EXEQUENTE: Sulamita Augusta da Silva - Por isso, EXTINGO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Extraiam-se cópias das peças para o processo principal, nele prosseguindo. As PARTES DEVEM PETICIONAR NO Nº SAJ DO PROCESSO PRIMITIVO. Ressalte-se que qualquer peticionamento realizado nos presentes autos a partir deste ato será desconsiderado, em virtude da fundamentação que ora se apresenta. P.R.I. Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo de lei. Baixem-se e arquivem-se os autos.

ADV: SULAMITA AUGUSTA DA SILVA (OAB 435/AM) - Processo 0624014-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Sulamita Augusta da Silva - Por isso, EXTINGO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Extraiam-se cópias das peças para o processo principal, nele prosseguindo a execução e eventuais embargos. As PARTES DEVEM PETICIONAR NO Nº SAJ DO PROCESSO PRIMITIVO. Ressalte-se que qualquer peticionamento realizado nos presentes autos a partir deste ato será desconsiderado, em virtude da fundamentação que ora se apresenta. P.R.I. Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo de lei. Baixem-se e arquivem-se os autos.

ADV: CARLA VLADIANE ALVES LEITE (OAB 6976/AM) - Processo 0624043-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Carla Vladiane Alves Leite - Reitero o despacho de fl. 26, eis que não foi cumprido pela parte autora. De ordem, intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome, facultando-se-lhe utilização do disposto na lei 7.115/83. Prazo de 05 dias.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/

AM) - Processo 0624102-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tarifas - REQUERENTE: Marcio Pessoa Pinheiro - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0624102-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tarifas - REQUERENTE: Marcio Pessoa Pinheiro - De ordem, intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome, facultando-se-lhe utilização do disposto na lei 7.115/83. Prazo de 15 dias.

ADV: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR (OAB 3236/AM) - Processo 0624110-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Eneida Socorro Barbosa Magalhães - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR (OAB 3236/AM) - Processo 0624110-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Eneida Socorro Barbosa Magalhães - De ordem, intime-se a parte autora para que emende o pedido d) da inicial, a fim de esclarecer com precisão os meses e valores cobrados e impugnados e o valor da repetição, de forma separada, eis que se tratam, a rigor, de pedidos distintos, com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. Prazo de 15 dias.

ADV: GABRIEL TORRES BECKMAN MOURA (OAB 14736/AM) - Processo 0624203-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização do Prejuízo - LITSATIVA: Maria Fatimilse França Pastana - Ronyfrankel de Sousa Peixoto - De ordem, intime-se a parte autora Sr. Ronyfrankel de Sousa Peixoto para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome, facultando-se-lhe utilização do disposto na lei 7.115/83. Prazo de 15 dias.

ADV: NÚBIA BATISTA PINHEIRO (OAB 11184/AM) - Processo 0624286-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Irregularidade no atendimento - REQUERENTE: Norma da Costa Nery - De ordem, intime-se a parte autora para emende o pedido C) da inicial, a fim de esclarecer com precisão o valor cobrado impugnado e o valor da repetição, de forma separada, eis que se tratam, a rigor, de pedidos distintos, com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. Prazo de 15 dias.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0624308-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Consórcio - REQUERENTE: Gustavo Barros Santos - De ordem, intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome, facultando-se-lhe utilização do disposto na lei 7.115/83. No mesmo diapasão, deve emendar o valor da causa, de modo a compreender a somatória dos pedidos, a fim de refletir seu real proveito econômico, nos termos do art. 292, VI, CPC. Prazo de 15 dias.

ADV: GLÁUCIA CRISTINA DA SILVA FREITAS (OAB 12367/AM) - Processo 0624319-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Henok Golvim da Silva - De ordem, intime-se a parte autora emende o pedido E) da inicial, a fim de especificar os meses e valores por extenso, que pretende tornar litigiosos. No mesmo diapasão, deve juntar aos autos instrumento de Procuração, devidamente assinada e atualizada. Prazo de 15 dias.

ADV: SILVANA MARIA MARTINS DA COSTA (OAB 5644/AM) - Processo 0624326-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Letícia Fátima de Martins - De ordem, intime-se a parte autora emende o pedido VI) da inicial, a fim de especificar os meses e valores por extenso, que pretende tornar litigiosos. No mesmo diapasão, deve juntar aos autos documentos legíveis de identidade e comprovante de residência através de documento(s) recente(s) e idôneo(s), facultando-se-lhe, neste último caso, de utilização do disposto na lei 7.115/83. Prazo de 15 dias.

ADV: MÁRCIO GREYK JOSÉ DE PAULA RAPOSO (OAB 6312/AM) - Processo 0624327-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Carlos Alberto Roque de Faria Júnior - De ordem, intime-se a parte autora para que junte aos autos documentos legíveis de identidade e comprovante de residência através de documento(s) recente(s) e idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome, facultando-se-lhe, neste último caso, de utilização do disposto na lei 7.115/83. Prazo de 15 dias.

ADV: HIAGO DOS SANTOS BUÁS (OAB 11741/AM) - Processo 0624453-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ana Maria Batista de Oliveira - De ordem, intime-se a parte autora para emende o pedido 1) da inicial, a fim de especificar os meses e valores por extenso, que pretende tornar litigiosos. Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. No mesmo diapasão, deve juntar aos autos documento idôneo de identidade com foto. Prazo de 15 dias.

ADV: PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 11130/AM) - Processo 0624472-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ana Nery Vieira Bulcao - De ordem, intime-se a parte autora para que emende o pedido f) da inicial, a fim de especificar os meses e valores por extenso, que pretende tornar litigiosos. Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. No mesmo diapasão, deve emendar o valor da causa, eis que o valor atribuído supera o teto dos JEC. Prazo de 15 dias.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0624696-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Adair dos Santos Sousa - De ordem, intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: FABÍOLA VASCONCELOS MITOSO (OAB 4236/AM), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE), ADV: ALBADILO SILVA CARVALHO (OAB A1161/AM) - Processo 0626678-43.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Afrânio Cardoso dos Santos - REQUERIDO: Porto Autos Ltda - Nissan do Brasil Automóveis Ltda. - Conciliação, Instrução e Julgamento Data: 12/09/2019 Hora 09:00

ADV: MÁRCIA CRISTINA REZEKE BERNARDI (OAB 109493/SP), ADV: JULIANA CARLA TEIXEIRA VINAGRE COTTA (OAB 4364/AM) - Processo 0627822-52.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Juliana Carla Teixeira Vinagre Cotta - REQUERIDO: Rci Brasil Ltda - Houve, de fato, erro material. Onde se lê “passagens aéreas canceladas”, leia-se “pacote turístico”. Não há, de todo, qualquer prejuízo ao teor da sentença, razão pela qual mantenho-a em seus demais termos. Restituo os prazos recursais integralmente às partes. À Secretaria para devidas intimações. P.C.I.

ADV: ARTHUR PIMENTEL DIOGO (OAB 156788/RJ), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0628715-43.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - RECLAMANTE: Clícia Alves de Oliveira - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

Adriana Barbosa Sodré Flores (OAB 4273/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Albadilo Silva Carvalho (OAB A1161/AM)
Alessandra Amazonas da Cunha (OAB 5780/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Aline Laredo Pinto (OAB 4187/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrews Martins Siqueira (OAB 11954/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
ARTHUR PIMENTEL DIOGO (OAB 156788/RJ)
Bruna Scarolino Gonzaga (OAB 152668/RJ)

BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carla Vladiane Alves Leite (OAB 6976/AM)
Catharina Ribeiro Botelho (OAB 6484/AM)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Dalva Barbosa de Queiroz (OAB 3692/AM)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Daniel Silva de Oliveira (OAB 9553/AM)
Daniele de Freitas Correa (OAB 9287/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Dias dos Santos Advogados (OAB 311/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Ellen Aranha de Sousa (OAB 14416/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabíola Vasconcelos Mitoso (OAB 4236/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando Hayek Carrijo (OAB 12208/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Gabriel Torres Beckman Moura (OAB 14736/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Gláucia Cristina da Silva Freitas (OAB 12367/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Caboclo de Macedo (OAB 8816/AM)
Hiago dos Santos Buás (OAB 11741/AM)
Italo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
João Ricardo de Souza Dixo Júnior (OAB 3236/AM)
Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB 509/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Juliana Carla Teixeira Vinagre Cotta (OAB 4364/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
LIZANDRA FROTA FINICELLI (OAB 10526/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Márcia Cristina Rezeke Bernardi (OAB 109493/SP)
Márcio Greyk José de Paula Raposo (OAB 6312/AM)
Marco Antônio Portella de Macêdo (OAB 2039/AM)
Marco Roberto Pereira da Silva (OAB 10172/AM)
Maria de Oliveira Fernandes (OAB 4296/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Mateus Mendes Valério (OAB 10457/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Michele Freitas Corrêa (OAB 3348/AM)
Mozart Luis Nascimento dos Santos (OAB 5436/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Núbia Batista Pinheiro (OAB 11184/AM)
Paulo Lindembeck Belchior (OAB 10617/AM)
Pedro Antonio de Oliveira Junior (OAB 11130/AM)
Pedro Leal e Almeida Filho (OAB 33824/BA)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rachel Siza Tribuzy (OAB 6863/AM)
Renan de Melo Rosas Luna (OAB 14253/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo Braga França (OAB 98795/RJ)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Rylene Álvares Bastos Rodrigues (OAB 10145/AM)
Sérgio Sahdo Meireles Júnior (OAB 13241/AM)
Silvana Maria Martins da Costa (OAB 5644/AM)
Sônia Regina Abreu Cabral (OAB 4930/AM)
Suelem Pena Bento da Silva (OAB 9796/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Sulamita Augusta da Silva (OAB 435/AM)
Valeria Sabrina de Souza Diniz (OAB 13807/AM)
VANDRÉ CAVALCANTE BITTENCOURT TORRES (OAB 25825/BA)
Victoria Dutra de Alencar Arantes (OAB 10316/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0206/2019

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0606742-66.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Instituto de Educação Aruanã Eireli-me - INTIMO a parte INTERESSADA para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca de petição apresentada pela parte ADVERSA.

ADV: ANDREA CONCEIÇÃO SILVA DA COSTA (OAB 9924/AM) - Processo 0607738-56.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - RECLAMANTE: Kayth Anny Babrosa Ayden - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 02/12/2019 às 09:00h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM), ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM) - Processo 0610500-19.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Fábio Deivides de Oliveira - PROCEDO com a redesignação da audiência de conciliação e com a CITAÇÃO da parte ré ou INTIMAÇÃO das partes interessadas para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 03/12/2019 às 08:15h.

ADV: MARIO ANGELO SERRA CUTRIM (OAB 14242/AM), ADV: JOÃO PEDRO DO NASCIMENTO MELO (OAB 14250/AM) - Processo 0612032-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: J W A Comercio de Calçados Ltda-me (Rebeka Distribuidora) - PROCEDO com a REDESIGNAÇÃO da audiência de conciliação e com a CITAÇÃO da parte ré ou INTIMAÇÃO das partes interessadas para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 03/12/2019 às 09:30h.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0615819-02.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: INGRID PINTO VIEIRA - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM) - Processo 0616289-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Rcg Tecnologia - PROCEDO com a REDESIGNAÇÃO da audiência de conciliação e com a CITAÇÃO da parte ré ou INTIMAÇÃO das partes interessadas para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 29/11/2019 às 09:45h.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0616628-55.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jessei Jones Barroso Lima Oliveira, - INTIME-SE a parte interessada para, no

prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0619029-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Antonio Carlos Gomes da Cost - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 04/12/2019 às 08:15h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0619986-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Tatiana Souz - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 02/12/2019 às 08:45h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0621201-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Giselle Figueiredo Rodrigues dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 26/11/2019 às 08:15h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM) - Processo 0622598-36.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ney Marcelo Carvalho Sena - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: LUZIANE DE FIGUEIREDO SIMAO LEAL (OAB 8044/AM) - Processo 0622870-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Phelippe Daou Júnior - PROCEDO com a designação/redesignação da audiência de conciliação e com a CITAÇÃO da parte ré ou INTIMAÇÃO das partes interessadas para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 04/11/2019 às 14:30h.

ADV: FRANÇOIS ANTÔNIO GALVÃO (OAB 10015/AM) - Processo 0623596-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - EXEQUENTE: Karollyne Acris Melo Galvao - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 29/11/2019 às 10:00h.

ADV: KIM REIS DE OLIVEIRA (OAB 13594/AM) - Processo 0624063-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Virgínia Mansanares Giacon - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 02/12/2019 às 10:45h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0624079-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Nilda Mariana Cabrera Pisango - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM, que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: CARLOS CLEUTON BEZERRA DA SILVA (OAB 9544/AM) - Processo 0624118-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Mauricele dos Santos Batista - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome OU JUSTIFICAR vínculo de parentesco ou jurídico com a declarante, bem como apresente documento oficial com foto oficial da declarante, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: RACHEL NADAF PAPALÉO (OAB 5585/AM) - Processo 0624131-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Humberto Papaleo Filho - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 03/12/2019 às 08:45h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: KARINA TATIANA DA CÂMARA ELIAS (OAB 5420/AM) - Processo 0624154-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alcione da Trindade Souza Almeida - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR aos autos documento de identidade legível para identificar a parte pessoalmente, atendendo ao art. 9º da Lei 9.099/95, bem como JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome OU JUSTIFICAR vínculo de parentesco ou jurídico com a declarante, bem como apresente documento oficial com foto oficial da declarante, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: BRENO BARBOSA FERREIRA (OAB A451/AM) - Processo 0624173-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Paulo Ricardo de Oliveira Sachs - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR aos autos documento de identidade legível para identificar a parte pessoalmente, atendendo ao art. 9º da Lei 9.099/95, bem como JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome OU JUSTIFICAR vínculo de parentesco ou jurídico com a declarante, bem como apresente documento oficial com foto oficial da declarante, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: LUCAS OBANDO DE OLIVEIRA (OAB 11198/AM) - Processo 0624252-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lucas Obando de Oliveira - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 03/12/2019 às 09:00h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da

prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: DAIANA KELLY BANDEIRA SPENER (OAB 13366/AM) - Processo 0624301-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Pedro de Lima Melo Junior - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 03/12/2019 às 09:15h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: LUIZ MARCEL CHAGAS DA SILVA (OAB 12461/AM) - Processo 0624356-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Creuza Chagas da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome OU JUSTIFICAR vínculo de parentesco ou jurídico com a declarante, bem como apresente documento oficial com foto oficial da declarante, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0624530-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Solange Wanderley Ribeiro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência ATUALIZADO em seu nome OU JUSTIFICAR vínculo de parentesco ou jurídico com a declarante, bem como apresente documento oficial legível com foto da declarante, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: LUCIANA AMAZONAS CABRAL (OAB 10218/AM) - Processo 0624742-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Carlos Alberto Melo de Souza e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR aos autos documento de identidade legível da parte autora Josely Michele Santana de Souza para identificar a parte pessoalmente, atendendo ao art. 9º da Lei 9.099/95.

Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Andrea Conceição Silva da Costa (OAB 9924/AM)
Breno Barbosa Ferreira (OAB A451/AM)
CARLOS CLEUTON BEZERRA DA SILVA (OAB 9544/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
Daiana Kelly Bandeira Spener (OAB 13366/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
François Antônio Galvão (OAB 10015/AM)
João Pedro do Nascimento Melo (OAB 14250/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina Tatiana da Câmara Elias (OAB 5420/AM)
Kim Reis de Oliveira (OAB 13594/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Lucas Obando de Oliveira (OAB 11198/AM)
Luciana Amazonas Cabral (OAB 10218/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Luiz Marcel Chagas da Silva (OAB 12461/AM)
Luziane de Figueiredo Simao Leal (OAB 8044/AM)
Mario Angelo Serra Cutrim (OAB 14242/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rachel Nadaf Papaléo (OAB 5585/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0222/2019

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM), ADV: CHRISTIAN ALBERTO RODRIGUES DA SILVA (OAB 2682/AM), ADV: WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA (OAB 10714/AM), ADV: WALDENIZE ROBERTO TEIXEIRA (OAB 4699/AM), ADV: JOSÉ ABELARDO DE ALBUQUERQUE MELLO SANTOS (OAB 3551/AM), ADV: BENJAMIM SAUL BENCHIMOL (OAB 4902/AM), ADV: CRISTIANE BARBOSA RODRIGUES (OAB 7806/AM), ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM), ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM), ADV: WAGNER LIBERAL MICHETTI (OAB 5193/AM), ADV: LUIZA HELENA RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3502/AM) - Processo 0201571-81.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL OPERA DE PARIS - REQUERIDO: Espólio de Walter Ribeiro Santos, Inventariante: Ulisses de Albuquerque Mello Santos - José Abelardo de Albuquerque Mello Santos - LAIANA SAID SANTOS e outros - Insiste o executado na troca do bem a ser levado a leilão. Mantenho o bem indicado, conforme já explicado no despacho de fls. 314, mesmo porque a dívida é oriunda de referido bem.Aguarde-se a data do leilão. Cumpra-se. Manaus, 28 de agosto de 2019.

ADV: HORLANDO HALIX RIBEIRO DE BRITO (OAB 5102/AM) - Processo 0602532-71.2014.8.04.0016 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Horlando Halix Ribeiro de Brito - R. Hoje Intime-se a exequente para que se manifeste acerca do veículo restringido no Renajud, no prazo de dez dias. Cumpra-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: JEFFERSON BOTELHO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 154/AM), ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0603577-08.2017.8.04.0016 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - EXEQUENTE: Cond. Opera Prima Reziencialle - EXECUTADO: Satyro Afrânio Brasil Barbosa e outro - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0604485-34.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - EXEQUENTE: Tierre de Almeida dos Santos - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: RACHEL SIZA TRIBUZY (OAB 6863/AM) - Processo 0605579-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ana Raquel Buzaglo Mallmann Lemos - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 151/176, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0606767-50.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcos Paulo Farias de Souza - Assim, determino a parte exequente que junte os documentos acima mencionados para apreciação deste Juízo. Há ainda a hipótese de desconsideração da personalidade jurídica da empresa, no entanto esta medida é extrema em ultima hipótese e mediante provocação da parte objetivando a satisfação do crédito e encerramento do processo já que em sede de Juizado especial Cível não é possível estender o processo por longos anos que

confronta com os princípios norteadores dos Juizados. Ante o exposto, intime-se o autor para cumprir o aqui disposto, no prazo de 10(dez) dias, a contar da intimação, sob pena de arquivamento definitivo da execução. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019.

ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM) - Processo 0607593-37.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Estabelecimentos de Ensino - EXEQUENTE: Centro Cultural de Ensino Ltda - Me - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 27 de agosto de 2019.

ADV: BRUNO BARBOSA DOS REIS GLÓRIA (OAB 9432/AM) - Processo 0609743-88.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Baré Serviços de Arquitetura Ltda. - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0610435-87.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Ante o exposto, declaro a extinção da execução, nos termos do supra citado artigo da Lei 9.099/95 ressalvando-se o direito de o exequente reabrir os autos, caso encontre bens penhoráveis em nome do devedor. Intimem-se.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0611181-52.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Sergio Luiz de Castro Lima - Intime-se a parte embargada para se manifestar dos embargos a execução interpostos, em 15 dias. Cumpra-se. Manaus, 28 de agosto de 2019.

ADV: CARLOS ALBERTO GUEDES DA SILVA JÚNIOR (OAB 8713/AM) - Processo 0613824-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior - Vistos etc... Declaro-me suspeito de atuar no presente feito, por motivo de foro intimo. Dê-se ciência às partes. Intimem-se. Após, providencie-se nova distribuição.

ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: JUZY CARLA ANDRADE DOS SANTOS (OAB 11004/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0616695-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Arlete Andrade da Silva - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ELÍSIA HELENA DE MELO MARTINI (OAB 1853/RN), ADV: DÉCIO FREIRE (OAB 56543/PE), ADV: TARCISO SANTIAGO JUNIOR (OAB 101313/MG), ADV: GLAUCO GOMES MADUREIRA (OAB 188483/SP), ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 221386/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MARVYN BORIS DE OLIVEIRA COSTA (OAB 12571/AM) - Processo 0617667-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Rafael Denis Gobbi - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - MASTERCARD BRASIL SOLUÇÕES DE PAGAMENTO LTDA - Proferida a sentença, interpôs o réu recurso inominado. Juntou, posteriormente, o pagamento das custas judiciais, mas não fez com relação ao preparo, no importe de R$735,28, restando deserto o recurso. Embargou a decisão que negou seguimento ao recurso, alegando pagamento ainda dentro do prazo legal. Entretanto, como já dito, o recurso encontra-se deserto por falta de pagamento do preparo. Ante o exposto, denego os embargos de declaração opostos por Banco Santander S/A, em todos os seus termos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: TATIANA ADOGLIO MORATELLI (OAB 187167/SP), ADV: IVAN COUTINHO VIEIRA (OAB 14320/AM), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP) - Processo 0617892-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Quitação - REQUERENTE: Adriana da Silva Rufino - REQUERIDO: Fattor Recuperação de Créditos e Gestão de Riscos Ltda e outros - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 372-385ss, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA (OAB 9936/AM) - Processo 0617899-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Julio Cesar Barroso Braga - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 368-399ss, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM) - Processo 0618054-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 126-133, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0618380-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 119/127, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ANDERSON JUNQUEIRA GUMINIAK (OAB 9761/AM) - Processo 0618590-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Alzira Miranda de Oliveira - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 83-102ss, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HELIANE NOGUEIRA (OAB 4041/AM) - Processo 0619660-34.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Raimundo Gomes Bezerra - De ordem, fica designado o dia 10/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0619687-17.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - REQUERENTE: Bragas Comércio de Mármores e Granitos Eireli Epp - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 27 de agosto de 2019.

ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL) - Processo 0620468-73.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - EXECUTADO: Cielo S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 5.696,94(cinco mil seiscentos e noventa e seis reais e noventa

e quatro centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 6.266,63(seis mil duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e três centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0620929-11.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Pretende a executada o adimplemento do saldo devido, no importe de R$ 1.348,55 (um mil trezentos e quarenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos), em cinco parcelas iguais de R$ 269,70 (duzentos e sessenta e nove reais e setenta centavos), devido sua condição financeira limitada. A devedora admite o débito, quer pagar, mas apenas pretende o parcelamento da dívida, porque não pode fazê-lo de uma vez, como deveria. Instada a se manifestar a parte exequente quedou-se inerte. Considerando que a execução deve ser levada a cabo pelo meio menos gravoso para o devedor (art. 805, CPC), DEFIRO o pedido feito no requerimento de fls. 24/25 conforme solicitado, devendo a parcela inicial ser paga via depósito judicial ouro no prazo de cinco (5) dias a contar da intimação desta, ficando as parcelas remanescentes devidas no último dia útil do mês subsequente. O inadimplemento de qualquer parcela nas datas fixadas inviabilizará o prosseguimento do parcelamento, sendo-lhe ordenado o bloqueio imediato do saldo remanescente da dívida. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019.

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0621223-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adriele de Araújo Simão - Concedo prazo de 10 dias. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0621507-71.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - De ordem, fica designado o dia 10/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0621686-39.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Condomínio - EXEQUENTE: Cond. Residencial Garden Club - Para apreciação do pedido de fls. 142/149, deve o exequente juntar contrato social da empresa a qual pretende executar. Intime-se para cumprimento no prazo de 10 dias. Cumpra-se. Manaus, 28 de agosto de 2019.

ADV: FABRÍCIO DE MELO PARENTE (OAB 5772/AM) - Processo 0621912-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Kleiton Marinho da Silva - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HELEN KELLER DA SILVA DIAS (OAB 13433/AM), ADV: LUCIENE HELENA DA SILVA DIAS (OAB 4697/AM) - Processo 0622595-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - RECLAMANTE: Carlos Alberto da Silva Dias Me - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CIRO BENAYON PIMENTEL (OAB 11951/AM) - Processo 0622596-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - EXEQUENTE: Tonny Heverton Pereira de Castro - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANTÔNIO VINÍCIUS RODRIGUES DE ALBUQUERQUE (OAB 9782/AM) - Processo 0623194-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Kiriaki Kofopoulos Fernandes - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: SUELLEN APARECIDA DE CARVALHO BELASQUE (OAB 811A/AM) - Processo 0623360-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Leoney Mustafa da Silva - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ELIANA DE OLIVEIRA RESENDE (OAB 12168/AM) - Processo 0623388-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Rafael da Rocha Picanço - De ordem, fica designado o dia 10/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUAN DAMASCENO DA CUNHA (OAB 11922/AM) - Processo 0623459-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Luanna Monteiro Normando Mota - De ordem, fica designado o dia 10/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0623846-03.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0623849-55.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Jassiane Tapudina de Souza - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PEDRO LUCAS LINDOSO (OAB 496A/AM) - Processo 0624023-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Irregularidade no atendimento - REQUERENTE: Pedro Lucas Lindoso - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HELDER SABELI MATOS (OAB 13869/AM) - Processo 0624031-41.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Cheque - REQUERENTE: Glayse Ann Cruz Obando - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0624083-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Crizelides da Costa Araujo - De ordem, fica designado o dia 10/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO (OAB 5743/AM) - Processo 0624115-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Rozeli Ferreira Sobral Astuto - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM) - Processo 0624126-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Osmarina Soares Lima - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALESSANDRA DE ALMEIDA RANGEL (OAB 2801/AM) - Processo 0624152-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Paulo Roberto Rangel Barbosa - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0624158-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Juce Danimar Machado de Souza - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM) - Processo 0624166-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - EXEQUENTE: Miguel Angelo Hermisdorf - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e

Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0624194-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Pedro Jose Medina Dicuru - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0624223-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Edy Carlos Ribeiro de Abreu - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELA GEÓRGIA DINIZ URIAS (OAB 9680/AM) - Processo 0624246-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - RECLAMANTE: Ketty Silva de Jesus - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FERNANDO FRANCISCO MARQUES PEREIRA CUNHA (OAB 13429/AM) - Processo 0624297-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tarifas - REQUERENTE: Roberto Nunes de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BIANCA PRISCILLA ANJOS DE SOUZA (OAB 13526/AM) - Processo 0624306-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Bianca Priscilla Anjos de Souza - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0624314-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Jackson Santos da Silva - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PRISCILA WANDERLEI RABELO (OAB 12803/AM) - Processo 0624541-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: João Pedro Garcia Neto - De ordem, fica designado o dia 11/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CHARLES BRITO PORTO (OAB 9468/AM) - Processo 0626983-27.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - EXEQUENTE: Romualdo Geissler Andreocci - DESPACHO

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA (OAB 1183A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0627947-20.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos de Consumo - EXECUTADO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - De ordem, intime-se a parte requerida para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM), ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM) - Processo 0701252-44.2012.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Condomínio - REQUERENTE: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL JARDIM ITAPOÃ - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 27 de agosto de 2019.

Adriano de Oliveira Leite (OAB 4609/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alessandra de Almeida Rangel (OAB 2801/AM)
Anderson Junqueira Guminiak (OAB 9761/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônio Vinícius Rodrigues de Albuquerque (OAB 9782/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Benjamim Saul Benchimol (OAB 4902/AM)
Bianca Priscilla Anjos de Souza (OAB 13526/AM)
Bruno Barbosa dos Reis Glória (OAB 9432/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior (OAB 8713/AM)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Charles Brito Porto (OAB 9468/AM)
Christian Alberto Rodrigues da Silva (OAB 2682/AM)
Ciro Benayon Pimentel (OAB 11951/AM)
Cristiane Barbosa Rodrigues (OAB 7806/AM)
Décio Freire (OAB 56543/PE)
Denner B. Mascarenhas Barbosa (OAB 1183A/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Eliana de Oliveira Resende (OAB 12168/AM)
Elísia Helena de Melo Martini (OAB 1853/RN)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fabrício de Melo Parente (OAB 5772/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando Francisco Marques Pereira Cunha (OAB 13429/AM)
Francisco Alves de Oliveira (OAB 9936/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Glauco Gomes Madureira (OAB 188483/SP)
Helder Sabeli Matos (OAB 13869/AM)
Helen Keller da Silva Dias (OAB 13433/AM)
Heliane Nogueira (OAB 4041/AM)
Henrique José Parada Simão (OAB 221386/SP)
Horlando Halix Ribeiro de Brito (OAB 5102/AM)
Ivan Coutinho Vieira (OAB 14320/AM)
Jefferson Botelho Sociedade Individual de Advocacia (OAB 154/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
Joabe de França Barros (OAB 4919/AM)
José Abelardo de Albuquerque Mello Santos (OAB 3551/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Juzy Carla Andrade dos Santos (OAB 11004/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luan Damasceno da Cunha (OAB 11922/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciene Helena da Silva Dias (OAB 4697/AM)
Luiza Helena Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3502/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Geórgia Diniz Urias (OAB 9680/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Marvyn Boris de Oliveira Costa (OAB 12571/AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Pedro Lucas Lindoso (OAB 496A/AM)
Priscila Wanderlei Rabelo (OAB 12803/AM)
Rachel Siza Tribuzy (OAB 6863/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rozeli Ferreira Sobral Astuto (OAB 5743/AM)
Suellen Aparecida de Carvalho Belasque (OAB 811A/AM)
Tarciso Santiago Junior (OAB 101313/MG)
Tatiana Adoglio Moratelli (OAB 187167/SP)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wagner Liberal Michetti (OAB 5193/AM)
Waldenize Roberto Teixeira (OAB 4699/AM)
Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB 10714/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)

JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO MANUEL DA COSTA VIEIRA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROBERTA CIARLINI RABELO DE LIMA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0221/2019

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0201756-66.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Magazine Luiza S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 20 (VINTE) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 55/56 (mencionar sentença) prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor.: " ... - determinar a entrega do computador Vaio modelo C14 Intel Core I5, 8 GB 1 TB, no prazo de 20 (vinte) dias a contar de intimação para cumprimento, sob pena de multa diária que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10" .

ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL) - Processo 0620468-73.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - EXECUTADO: Cielo S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 48/49, prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor.: " ... - determinar o cancelamento em definitivo das cobranças de aluguel no cartão de crédito apontado, no prazo de 10 (dez) dias a contar de intimação para cumprimento, sob pena de multa que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais) por cobrança, até o limite de 10 (dez)."

Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)

Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO JACI CAVALCANTI GOMES ATANAZIO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RAIMUNDO NONATO SANTOS DA SILVA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0169/2019

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0200810-79.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Carrefour (Banco CSF S/A) - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM), ADV: JÉSSICA MARJORIE LIMA COSTA (OAB 12755/AM) - Processo 0201073-14.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: CARMELITA DA COSTA ALMEIDA - ISRAEL DA SILVA FERREIRA - REQUERIDO: AMAZONCELL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL) - Processo 0201280-13.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: VALDENIZA RODRIGUES FRANÇA - REQUERIDO: Cielo S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0600864-77.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do saldo remanescente, na quantia de R$ 5.040,13 (cinco mil e quarenta reais e treze centavos), conforme cálculo de fl. 160, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Expeça-se alvará em favor do autor do valor já depositado às fls. 141/147 Cumpra-se.

ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM), ADV: IKARO BASTOS PEDROSA (OAB 11465/AM), ADV: JOÃO RODRIGO AUGUSTO DA SILVA JUNIOR (OAB 8650/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM) - Processo 0602403-83.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: CREUZETE VIDAL SOUSA - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0603401-46.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: J.A.G.S. - REQUERIDO: B. - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: LEÔNIDAS DE ABREU (OAB 2635/AM), ADV: KÁTIA DE OLIVEIRA PINHEIRO LEITÃO (OAB 4333/AM) - Processo 0603604-08.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Comandante ou Capitão - REQUERENTE: Elso Felipe da Silva - REQUERIDO: Refrial Distribuidora

Comercial de Máquinas e Peças Ltda - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARA LÚCIA LIMA (OAB 13939/AM) - Processo 0604732-63.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luana Aline Lima de Abreu - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0604753-39.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sandra Brito de Sá - REQUERIDO: Banco Banrisul S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM), ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO) - Processo 0605805-70.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Wilson Tomé Rodrigues - RECLAMADO: Vivo S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO), ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0605814-32.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Allan Monteiro Januario - RECLAMADO: Vivo S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM), ADV: HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER (OAB 12127/AM), ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM) - Processo 0605833-38.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: Maria Gomes da Silva - REQUERIDO: Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MYLENE COSTA MACIEL FAÇANHA (OAB 4835/AM), ADV: EVANDRO LUIS PIPPI KRUEL (OAB 1050A/AM) - Processo 0606114-91.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Moises Carneiro da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A e outro - Paute-se nova audiência de conciliação e cite-se a requerida indicada na petição inicial para integrar o polo passivo da demanda. Determino que se exclua destes autos os registros referentes à empresa Telefônica Brasil S/A, equivocadamente citada para comparecer à audiência e contestar. Demais providências pela secretaria.

ADV: MYLENE COSTA MACIEL FAÇANHA (OAB 4835/AM) - Processo 0606114-91.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Moises Carneiro da Silva - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO (OAB 2039/AM), ADV: CLÁUDIA SULZBACH PORTELLA DE MACÊDO (OAB 9886/AM), ADV: DENIS, DANTAS & LOPES ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 91/AM), ADV: WAGNER SULZBACH PORTELLA DE MACÊDO (OAB 14555/AM) - Processo 0606121-83.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Suzanna Benarros Godinho - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem de Sua Excelência à Juíza de Direito Vanessa Leite Mota, comunico-lhe que Suzanna Benarros Godinho, já devidamente qualificada, registrou demanda que tomou o n.º 0606121-83.2019.8.04.0020, neste Juizado, contra Vossa Senhoria, Manaus Ambiental S/A. Objetivando evitar continuação prolongada da ação judicial, o que certamente causar-lhe-á incômodo e despesas, fica Vossa Senhoria citada a comparecer à audiência da 9º Vara do Juizado Especial Cível designada para 23/08/2019 às 09:45h, no endereço indicado abaixo. Na referida oportunidade, será realizada tentativa de solução amigável que atenda aos interesses de ambas partes, sem quaisquer despesas. No mesmo ato, fica Vossa Senhoria intimada da decisão interlocutória (antecipação de tutela) proferida nos autos: "Vistos permanente em correição. A Requerente SUZANNA BENARROS GODINHO, ajuizou a presente Ação declaratória de inexistência de débito c/c obrigação de fazer com pedido de indenização por danos morais e liminar em tutela de urgência, contra a Requerida MANAUS AMBIENTAL S/A, para se ABSTER de inserir o nome da parte autora nos cadastros de inadimplentes SPC e a SERASA, além de interromper o fornecimento de abastecimento de água da Matricula Nº 3740641-8 de titularidade da demandante, por estarem presentes os requisitos do artigo 300 do NCPC, sob pena de multa diária por descumprimento a ser arbitrada pela MMa. Juíza. Passo à análise dos requisitos para sua concessão. Pois bem. A controvérsia se limita em verificar se estão presentes os requisitos previstos no artigo 300 do CPC, de modo a autorizar a concessão da tutela antecipada. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC), in verbis: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser

dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." Alie-se à prova inequívoca que conduza à verossimilhança da alegação da parte, que estejam presentes o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação para o deferimento da antecipação de tutela. Por fim, cabe dizer que os requisitos previstos no artigo 300 do NCPC são cumulativos, ou seja, à falta de algum deles importa em indeferimento da medida. Da análise da petição de ingresso, não vejo óbice à concessão da antecipação da tutela. Aliás, penso que o referido instituto jurídico anda de mãos dadas com esta justiça especial, notadamente quando homenageia-se o princípio da celeridade da prestação jurisdicional. Assim, entendo que enquanto pendente, entre as partes, discussão, sobre débito, revela-se, como medida de cautela, a abstenção da inscrição de nome da devedora, nos cadastros de proteção ao crédito - SPC/SERASA, além da suspensão do fornecimento de abastecimento de água. Interpretação sistemática à luz do princípio constitucional da Dignidade da Pessoa Humana, obediência ao contraditório e à ampla defesa. No mais, estando os valores cobrados pela prestadora de serviços submetidos à discussão judicial, com mais razão deve ser mantida, sem alterações, a prestação do serviço de fornecimento de água a cargo da Requerida, assim como nenhum gravame (restrição de crédito, suspensão de fornecimento de água p. exemplo) pode ser imposto à Autora, até final julgamento. Nem se argumente a Requerida, da necessidade de prévio contraditório, como conditio sine qua non, para deferimento da tutela, visto que nosso sistema acolhido pelo CPC e utilizado nas antecipações satisfativas autoriza a concessão da medida sem oitivar a Ré, mormente porque o principio constitucional do contraditório não se sobrepõe, por certo, à flagrante lesão à vida civil e aos afazeres do cotidiano da Requerente. No que pertine ao perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, é de se considerar que, diante da complexidade das relações econômicas firmadas nos dias atuais, a inscrição de uma pessoa, seja ela pessoa física ou jurídica, em órgão de restrição cadastral dificulta o desenvolvimento de suas atividades comerciais, não se mostrando, portanto, adequada a inserção de seu nome no rol dos inadimplentes perante o SPC/SERASA com relação a possível débito discutido judicialmente. De outro modo, o provimento antecipado não se reveste do perigo da irreversibilidade, nem é passível de causar dano à parte demandada, fatos estes que recomendam a sua concessão. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, DEFIRO o pedido antecipatório pleiteado, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, para o fim de determinar à empresa prestadora de serviço público essencial para, em 3 (três) dias, a contar do recebimento desta determinação, se abstenha de suspender o fornecimento de água da Matrícula Nº 3740641-8 de titularidade da Requerente, ou se já a houver executado, restabeleça, incontinenti, além de inserir o nome da demandante nos cadastros de restrições de crédito SPC e a SERASA, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos, até ulterior deliberação judicial, devendo, em seguida, informar a este Juízo acerca da satisfação da presente decisão. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa. Designo Audiência de Conciliação, para o dia 23/8/2019, às 09h45, na sede deste Juízo. Cite-se o réu. Intimem-se Autor e Réu quanto ao inteiro teor deste decisum, dando-se conhecimento aquele e seu advogado sobre a supramencionada audiência."

ADV: WAGNER SULZBACH PORTELLA DE MACÊDO (OAB 14555/AM), ADV: CLÁUDIA SULZBACH PORTELLA DE MACÊDO (OAB 9886/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO (OAB 2039/AM), ADV: DENIS,DANTAS & LOPES ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 91/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0606121-83.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Suzanna Benarros Godinho - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: LUIZ ALEXANDRE ABREU D'ABADIA (OAB 13495/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MELO E DESIDERI ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 337/AM), ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0606161-65.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Sérgio Paulo da Silva Falcão - REQUERIDO: BradesCard S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: WELLINSON CLETO DE ANDRADE (OAB 9439/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0606212-76.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria do Socorro Gomes Brito - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e

contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: DENIS,DANTAS & LOPES ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 91/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0606215-31.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Ivone Araújo Correa - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS LIMA DINIZ (OAB 13747/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0606263-87.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Denis Sousa e Sousa - RECLAMADO: Banco BMG S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: MATHEUS LIMA DINIZ (OAB 13747/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0606266-42.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Denis Sousa e Sousa - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0606282-93.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Liciane Costa da Silva - De ordem de Sua Excelência à Juíza de Direito Vanessa Leite Mota, comunico-lhe que Liciane Costa da Silva, já devidamente qualificada, registrou demanda que tomou o n.º 0606282-93.2019.8.04.0020, neste Juizado, contra Vossa Senhoria, Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A). Objetivando evitar continuação prolongada da ação judicial, o que certamente causar-lhe-á incômodo e despesas, fica Vossa Senhoria citada a comparecer à audiência da 9º Vara do Juizado Especial Cível designada para 26/08/2019 às 09:00h, no endereço indicado abaixo. Na referida oportunidade, será realizada tentativa de solução amigável que atenda aos interesses de ambas partes, sem quaisquer despesas. No mesmo ato, fica Vossa Senhoria intimada da decisão interlocutória (antecipação de tutela) proferida nos autos: "Vistos permanentes em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade que envolve significativa dose de subjetividade ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." No caso dos autos, a Autora questiona a inscrição de seus dados em cadastros de inadimplentes por parte da Ré, sem que haja qualquer relação jurídica entre as partes. Entretanto, limitou-se a juntar documento do SPC indicando o apontamento restritivo (fls. 20-21), datado de 17/11/2015, ou seja, há mais de 3 anos, o que afasta a urgência do presente caso, diante do extenso lapso temporal entre a data da negativação e da propositura da ação, não sendo crível que apenas agora a Autora tenha tomado conhecimento da restrição. Ademais, não há qualquer demonstração de que a Autora tenha diligenciado junto à Ré na tentativa de elucidar e/ou contestar a dívida, o que prejudica a verossimilhança da alegação de que o débito é indevido. Nesse norte, entendo ser necessária a manifestação da Requerida para esclarecer a eventual existência de relação jurídica entre as partes e acautelo-me, por ora, quanto à concessão da tutela pleiteiada. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo à Ré a efetiva

demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para 26/8/2019 às 09h00, na sede deste Juízo. Intime-se o autor. Cite-se o Réu."

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO) - Processo 0606282-93.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Liciane Costa da Silva - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: ELISÂNGELA DIAS GAMA (OAB 12349/AM) - Processo 0606298-47.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: NILO CAVALCANTE - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0606309-76.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sandra Aguiar da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0606309-76.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sandra Aguiar da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0606333-07.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Manoel Bel dos Santos - RECLAMADO: Vivo S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: KARINA LIMA MORENO (OAB 3932/AM), ADV: MICHELE DE MELO FREITAS E ARAÚJO (OAB 4822/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0606336-30.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria de Jesus Chaves da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0606337-44.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Ivanil Gonçalves Loriano - RECLAMADO: Vivo S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM), ADV: DIOGO RIBEIRO AYRES (OAB 148491/RJ), ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 20283/RJ) - Processo 0606401-54.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Josue Ferreira de Lima - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0606412-83.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Rael Rodrigues Mitouzo - RECLAMADO: Banco Bradesco S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LIOZETE DA SILVA SANTOS (OAB 12955/AM), ADV: EDER MACHADO ARAUJO (OAB 14085/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA MENDONÇA (OAB 12723/AM), ADV: MARIANE VIEIRA DA SILVA (OAB 6764/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0606413-68.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Simone de Lourdes Butel Tavares - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o

julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: SASKIA SILVA FERRAZ (OAB 12158/AM), ADV: TATIANA VIDAL CAREPA DA SILVA (OAB 14824/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0606423-15.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Mariana Domingues de Araujo - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ÍTALO NASCIMENTO NISHIYAMA (OAB 8996/AM), ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM), ADV: ALESSANDRA TAKETOMI FEITOSA (OAB 13625/AM) - Processo 0606425-82.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: José Ferreira Paz - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO (OAB 5743/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: JESSICA DE MENEZES FURTADO ASTUTO (OAB 12772/AM), ADV: ALEXANDRE MORAES DA SILVA (OAB 8644/AM), ADV: BRUNO DE FREITAS SALGUEIRO (OAB 7708/AM), ADV: JAIRO FERREIRA SOBRAL ASTUTO (OAB 10886/AM) - Processo 0606462-12.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Rosiana Teixeira Nunes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: LIOZETE DA SILVA SANTOS (OAB 12955/AM), ADV: EDER MACHADO ARAUJO (OAB 14085/AM), ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM), ADV: MARIANE VIEIRA DA SILVA (OAB 6764/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA MENDONÇA (OAB 12723/AM) - Processo 0606481-18.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Raquel Silva de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0606525-37.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Osvaldino Menezes Alves - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0606593-84.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Ana Lara Martins de Souza - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0606595-54.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Lauriete Ferreira Cavalcante - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM) - Processo 0606640-29.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Rosemary Souza de Lira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM), ADV: DENIS,DANTAS & LOPES ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 91/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0606734-74.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Solange da Silva Ramos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls.98/104, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no

prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: REBECA AGUIAR LARRAT (OAB 9964/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: DENIS,DANTAS & LOPES ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 91/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0606912-23.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria da Conceição Moraes Rodrigues - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0607168-92.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Hamilton Pereira de Almeida - REQUERIDO: Banco Bmg S/A e outro - Vistos permanente em correição, Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." O pedido de tutela provisória formulado pelo(a) Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de fls. 13 e seguintes, ora impugnados são realizados desde DEZEMBRO/2011, sem manifestação do requerente, até o ajuizamento da ação, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pelo Autor, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de 8 anos o desconto é realizado, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 04/11/2019, às 14:45h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM), ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM), ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0607335-80.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Aliege Aparecida Marques da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607381-98.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Reinaldo Castro Silva - Vistos permanentes em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os

danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade que envolve significativa dose de subjetividade ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." No caso dos autos, o autor questiona a inscrição de seus dados em cadastros de inadimplentes por parte da Ré, sem que haja qualquer relação jurídica entre as partes. Entretanto, limitou-se a juntar documento do SPC indicando o apontamento restritivo (fls. 23), datado de 17-5-2016, ou seja, há mais de 3 anos, o que afasta a urgência do presente caso, diante do extenso lapso temporal entre a data da negativação e da propositura da ação, não sendo crível que apenas agora o(a) Autor(a) tenha tomado conhecimento da restrição. Ademais, não há qualquer demonstração de que o(a) Autor(a) tenha diligenciado junto ao Réu na tentativa de elucidar e/ou contestar a dívida, o que prejudica a verossimilhança da alegação de que o débito é indevido. Nesse norte, entendo ser necessária a manifestação da Requerida para esclarecer a eventual existência de relação jurídica entre as partes e acautelo-me, por ora, quanto à concessão da tutela pleiteiada. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao Réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para 05/11/2019 às 13:30h, na sede deste Juízo. Intime-se o autor. Cite-se o Réu.

ADV: HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER (OAB 12127/AM), ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM) - Processo 0607421-80.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Djailson Alves da Silva - REQUERIDO: Banco Triângulo S/A - ASSLITISC: G. A Gomes Alimentos (Supermercado Vitória) - Vistos permanente em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." No in casu, a despeito da ilicitude do apontamento realizado, a situação dos autos possui uma peculiaridade, pois, conforme se verifica no documento de fls. 20-21, além das anotações feitas pela requerida junto ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC - há vários outros apontamentos, determinados por pessoas jurídicas diversas e em datas distintas, fato suficiente para obstar a pretensão autoral. Com efeito, a existência de tais apontamentos revela-se capaz de afastar a presunção de ofensa à moral, porquanto já não gozava o autor de bom nome no mercado. Consoante entendimento pacífico deste Juízo, o devedor contumaz não sofre abalo de crédito, eis que já possuía outras dívidas que continuariam a sustentar a sua restrição nos cadastros. Registre-se, por derradeiro, que a(o) Requerente não produziu nenhuma prova capaz de assegurar a ilegitimidade das demais inscrições em seu nome, ou mesmo demonstrar que os débitos se encontram sub judice. De uma forma ou de outra, tal questão deve ser examinada em um juízo de cognição exauriente, após ampla dilação probatória, sob o crivo do contraditório e ampla

defesa. Tem-se, portanto, que os documentos carreados aos autos não formam um acervo probatório suficiente - ao menos para este juízo de cognição sumária - para demonstrar a verossimilhança das alegações do autor. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO o pedido antecipatório pleiteado, com fulcro no § 2º, do art. 300, do CPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 04/11/2019, às 09:30h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRIO JORGE OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 2908/AM), ADV: JÉSSICA LOPES DE LIMA (OAB 10184/AM) - Processo 0607462-47.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Francinete Brandão Alves - REQUERIDO: LOJAS RENNER S/A - Vistos permanentes em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade que envolve significativa dose de subjetividade ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." No caso concreto, o(a) Autor(a) insurge-se contra cobranças direcionadas à si, alegando que nunca firmou qualquer contrato com a requerida. Pela análise dos autos, verifico que a discussão gira em torno da origem da dívida. Constato a impossibilidade de a parte autora produzir prova, não tendo como comprovar aquilo que afirma não ter ocorrido, no caso, a alegação de que as dívidas questionadas não foram contraídas pela requerente. Contudo, quanto à inscrição no SERASA, entendo demonstrada de forma suficiente a probabilidade do direito alegado ao exercício de cognição sumária de urgência, de tal modo que, uma vez controvertida de modo eficaz a higidez da cobrança manejada contra si, deve ser assegurado ao/à Autor(a) a sustação dos efeitos deletérios da anotação restritiva de crédito, dada a sua importância no cotidiano da sociedade moderna. Os elementos de convicção que aparelharam a petição inicial evidenciam suficiente probabilidade do direito alegado ao exercício de cognição sumária de urgência, de tal modo que, uma vez controvertida de modo eficaz a higidez da cobrança manejada contra si, deve ser assegurado à autora a suspensão das cobranças impugnadas nos autos. A tutela de urgência ora assegurada não se afigura, de igual modo, irreversível, superando a vedação do art. 300, §3°, do NCPC. Em todo caso, a parte atingida pela medida excepcional poderá pleitear a reparação de dano processual, além da recomposição dos prejuízos efetivos, decorrentes de sua efetivação, nos termos do art. 302 do NCPC. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, DEFIRO o pedido antecipatório pleiteado, com fulcro no § 2º, do art. 300, do CPC. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício aos Órgãos de restrição ao crédito, indicados às f. 28, para que em até 3 (três) dias, a contar do recebimento desta decisão, excluam dos seus cadastros a restrição anotada em nome da parte autora Francinete Brandão Alves, CPF Nº 01190480271, referente ao CONTRATO Nº 01190480271 (f. 28) pela parte ré, até posterior deliberação, eis que esta questão encontra-se sub judice, sob pena de crime de desobediência, em seguida, informar a este Juízo acerca da satisfação da presente decisão. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 04/11/2019 às 10:00h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0607468-54.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Lucia de Carvalho - Vistos permanente em correição, Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os

danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." O pedido de tutela provisória formulado pelo(a) Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de fls. 21 e seguintes, os descontos impugnados são realizados desde NOVEMBRO/2011, sem manifestação da requerente, até o ajuizamento da ação, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pelo Autor, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de mais de 8(oito) anos o desconto é realizado, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 04/11/2019, às 10:45h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM), ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0607471-77.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Francisca Azevedo Santos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: NAYRA HESTHEFANY DE SOUZA DIAS (OAB 12873/AM) - Processo 0607472-91.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Triciane Pinto Sa - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos permanente em correição. O(a) Requerente Triciane Pinto Sa, ajuizou o(a) presente - Ação Revisional c/c Indenização por danos morais c/c pedido de antecipação de tutela, contra a Requerida Manaus Ambiental S/A, para se ABSTER de inserir o nome da parte autora nos cadastros de inadimplentes SPC e a SERASA, além de interromper o fornecimento de abastecimento de água da Matricula Nº 5248612-5 de titularidade do(a) demandante, por estarem presentes os requisitos do artigo 300 do NCPC, sob pena de multa diária por descumprimento a ser arbitrada pela MMa. Juíza. Passo à análise dos requisitos para sua concessão. Pois bem. A controvérsia se limita em verificar se estão presentes os requisitos previstos no artigo 300 do CPC, de modo a autorizar a concessão da tutela antecipada. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC), in verbis: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem

em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." Alie-se à prova inequívoca que conduza à verossimilhança da alegação da parte, que estejam presentes o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação para o deferimento da antecipação de tutela. Por fim, cabe dizer que os requisitos previstos no artigo 300 do NCPC são cumulativos, ou seja, à falta de algum deles importa em indeferimento da medida. Da análise da petição de ingresso, não vejo óbice à concessão da antecipação da tutela. Aliás, penso que o referido instituto jurídico anda de mãos dadas com esta justiça especial, notadamente quando homenageia-se o princípio da celeridade da prestação jurisdicional. Assim, entendo que enquanto pendente, entre as partes, discussão, sobre débito, revela-se, como medida de cautela, a abstenção da inscrição de nome do(a) devedor(a), nos cadastros de proteção ao crédito - SPC/SERASA, além da suspensão do fornecimento de abastecimento de água. Interpretação sistemática à luz do princípio constitucional da Dignidade da Pessoa Humana, obediência ao contraditório e à ampla defesa. No mais, estando os valores cobrados pela prestadora de serviços submetidos à discussão judicial, com mais razão deve ser mantida, sem alterações, a prestação do serviço de fornecimento de água a cargo da Requerida, assim como nenhum gravame (restrição de crédito, suspensão de fornecimento de água p. exemplo) pode ser imposto ao/à autor(a), até final julgamento. Nem se argumente a requerida, da necessidade de prévio contraditório, como conditio sine qua non, para deferimento da tutela, visto que nosso sistema acolhido pelo CPC e utilizado nas antecipações satisfativas autoriza a concessão da medida sem oitivar o réu, mormente porque o principio constitucional do contraditório não se sobrepõe, por certo, à flagrante lesão à vida civil e aos afazeres do cotidiano do(a) Requerente. No que pertine ao perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, é de se considerar que, diante da complexidade das relações econômicas firmadas nos dias atuais, a inscrição de uma pessoa, seja ela pessoa física ou jurídica, em órgão de restrição cadastral dificulta o desenvolvimento de suas atividades comerciais, não se mostrando, portanto, adequada a inserção de seu nome no rol dos inadimplentes perante o SPC/SERASA com relação a possível débito discutido judicialmente. De outro modo, o provimento antecipado não se reveste do perigo da irreversibilidade, nem é passível de causar dano à parte demandada, fatos estes que recomendam a sua concessão. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, DEFIRO o pedido antecipatório pleiteado, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, para o fim de determinar à empresa prestadora de serviço público essencial para, em 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento desta determinação, se abstenha de suspender o fornecimento de água da Matrícula Nº 5248612-5 de titularidade do(a) Requerente, ou se já a houver executado, restabeleça, incontinenti, além de inserir o nome do(a) demandante nos cadastros de restrições de crédito SPC e a SERASA, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos, até ulterior deliberação judicial, devendo, em seguida, informar a este Juízo acerca da satisfação da presente decisão. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa. Designo audiência de Conciliação, para o dia 04/11/2019, às 10:30h, na sede deste Juízo. Cite-se o réu. Intimem-se Autor e Réu quanto ao inteiro teor deste decisum, dando-se conhecimento aquele e seu advogado sobre a supramencionada audiência.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0607892-67.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Leci Felipe Ferreira - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Vistos, etc., Considerando a manifestação do executado acerca do bloqueio, fls. 342-348, bem como a sentença de fls. 379/380, determino que a quantia bloqueada seja transferida para o autor através de alvará eletrônico. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0608213-05.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Ellen White Lima da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0608410-91.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - EXEQUENTE: Dirce Gomes Garça - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Vistos, etc., Analisando os autos, principalmente o cálculo processual de fl. 272 e o comprovante de pagamento de fls. 298-300, verifico que houve um pagamento A MAIOR de R$ 6.829,26 (seis mil, oitocentos e vinte e nove reais e vinte e seis centavos) realizado pelo executado. Pelo exposto, determino: I) Intime-se o EXECUTADO para, no prazo de 05 dias, informar os dados bancários para que lhe seja devolvido o valor pago A MAIOR, R$ 6.829,26 (seis mil, oitocentos e vinte e nove reais e vinte e seis centavos); II) Expeça-se alvará em favor do AUTOR na quantia de R$ 23.552,44 (vinte e três mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e quarenta e quatro centavos). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0608434-85.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Marilda Craveiro de Araujo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls.92/98, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0608439-10.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Oneide Patricia dos Santos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls.83/89, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM), ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0608770-89.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Dayse Viana Pereira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0608803-79.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Francisco Batalha de Lima - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie,

RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls.96/102, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0609114-70.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Nazare Freire Lima - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem da Dra. Vanessa Leite Mota - Juíza de Direito, titular da 9ª Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, na forma da lei etc., mandou expedir o presente Ato, destinado à Citação de Manaus Ambiental S/A. Comunico-lhe que Nazare Freire Lima, já devidamente qualificado(a), registrou a demanda que tomou o n.º 0609114-70.2017.8.04.0020, neste Juizado, contra Vossa Senhoria. FINALIDADE: Citá-lo(a) para comparecer à Audiência UNA de Conciliação, Instrução e Julgamento da 9ª Vara do Juizado Especial Cível designada para 01/07/2019 às 09:45h no endereço indicado abaixo. Na referida oportunidade, será tentada solução amigável que atenda a seus interesses e aos do Reclamante, sem quaisquer despesas.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM), ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0609114-70.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Nazare Freire Lima - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls.107/114, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0610313-30.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Alan Moraes da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls.96/102, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM), ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM), ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0610610-37.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Jacira Vaes de Oliveira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM), ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM), ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM), ADV: JOÃO RODRIGO AUGUSTO DA SILVA JUNIOR (OAB 8650/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0610687-46.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Francisco dos Santos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM), ADV: JOÃO RODRIGO AUGUSTO DA SILVA JUNIOR (OAB 8650/AM), ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM), ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0610698-75.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Antonia Quiteria da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM), ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0610737-72.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Aurora Tavares da Costa - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM), ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM), ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM), ADV: JOÃO RODRIGO AUGUSTO DA SILVA JUNIOR (OAB 8650/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0610800-97.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Silvia Cabral Esteves - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOÃO RODRIGO AUGUSTO DA SILVA JUNIOR (OAB 8650/AM), ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM), ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM) - Processo 0610817-36.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raimunda de Castro Nogueira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0611040-86.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Elizeu Mendes da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo

os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0611193-22.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Ivone Sousa da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0611201-96.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Socorro Soares da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0611396-81.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Miguel Rodrigues Carlos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Alessandra Taketomi Feitosa (OAB 13625/AM)
Alexandre Moraes da Silva (OAB 8644/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bruna das Chagas de Mendonca (OAB 10474/AM)
Bruno de Freitas Salgueiro (OAB 7708/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 20283/RJ)
Carolina dos Santos Viana (OAB 8361/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Cláudia Sulzbach Portella de Macêdo (OAB 9886/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
DENIS,DANTAS & LOPES ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 91/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego Marinho Moraes (OAB 14664/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Diogo Ribeiro Ayres (OAB 148491/RJ)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Eder Machado Araujo (OAB 14085/AM)
Elisângela Dias Gama (OAB 12349/AM)
EVANDRO LUIS PIPPI KRUEL (OAB 1050A/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hariane Rosari Leal Schroeter (OAB 12127/AM)
HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO)
IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM)
Ikaro Bastos Pedrosa (OAB 11465/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Ítalo Nascimento Nishiyama (OAB 8996/AM)
Jairo Ferreira Sobral Astuto (OAB 10886/AM)
Jessica de Menezes Furtado Astuto (OAB 12772/AM)
Jéssica Lopes de Lima (OAB 10184/AM)
Jéssica Marjorie Lima Costa (OAB 12755/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
João Rodrigo Augusto da Silva Junior (OAB 8650/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
Juliana Rita Gomes da Silva (OAB 14001/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina Lima Moreno (OAB 3932/AM)
Kátia de Oliveira Pinheiro Leitão (OAB 4333/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Leônidas de Abreu (OAB 2635/AM)
Liozete da Silva Santos (OAB 12955/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alexandre Abreu D'abadia (OAB 13495/AM)
Mara Lúcia Lima (OAB 13939/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marco Antônio Portella de Macêdo (OAB 2039/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Mariane Vieira da Silva (OAB 6764/AM)
Mário Jorge Oliveira de Paula Filho (OAB 2908/AM)
Matheus Lima Diniz (OAB 13747/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Melo e Desideri Advogados Associados (OAB 337/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Michele de Melo Freitas e Araújo (OAB 4822/AM)
Mylene Costa Maciel Façanha (OAB 4835/AM)
Nathalia Cristina Santos Gabriel (OAB 13524/AM)
Nayanna Evellyn Pessoa Mendonça (OAB 12723/AM)
Nayra Hesthefany de Souza Dias (OAB 12873/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Rebeca Aguiar Larrat (OAB 9964/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Rozeli Ferreira Sobral Astuto (OAB 5743/AM)
Saskia Silva Ferraz (OAB 12158/AM)
Tatiana Vidal Carepa da Silva (OAB 14824/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wagner Sulzbach Portella de Macêdo (OAB 14555/AM)
Wellinson Cleto de Andrade (OAB 9439/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)

10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0256/2019

ADV: MARCELO AUGUSTO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 3632/AM) - Processo 0200365-61.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - LITSPASSIV: Rubens de Andrade Fernandes - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: SAMANTHA DE SOUZA PENHA (OAB 13297/AM), ADV: MÁRCIA PEIXOTO DE OLIVEIRA BORBA (OAB 9246/AM), ADV: PAULO ROBERTO VIGNA (OAB 173477/SP) - Processo 0600102-61.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Ademar Lobão Benevides - REQUERIDO: Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A - Banrisul - Por não vislumbrar a possibilidade de ocorrência de dano irreparável para a parte, recebo o recurso inominado de fls. 162-167 somente em seu efeito devolutivo, nos termos do art. 43 da Lei nº 9.099/95. Com a publicação, fica a parte recorrida intimada para, no prazo de 10 dias, apresentar, querendo, suas contrarrazões. Após o transcurso do prazo acima, manifestando-se ou não a recorrida, encaminhem-se os autos à Egrégia Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: ROGÉRIO OLIVEIRA DO VALLE (OAB 2361/AM), ADV: NEILDES ARAÚJO AGUIAR DI GESU (OAB 217897/SP) - Processo 0602477-35.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Reinaldo Castro dos Santos - REQUERIDO: Omni S/A Crédito, Financiamento e Investimento - Por não vislumbrar a possibilidade de ocorrência de dano irreparável para a parte, recebo o recurso inominado de fls. 96-104 somente em seu efeito devolutivo, nos termos do art. 43 da Lei nº 9.099/95. Com a publicação, fica a parte recorrida intimada para, no prazo de 10 dias, apresentar, querendo, suas contrarrazões. Após o transcurso do prazo acima, manifestando-se ou não a recorrida, encaminhem-se os autos à Egrégia Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: ARMANDO MICELI FILHO (OAB 48237/RJ) - Processo 0604488-37.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Apesar de não ter sido avaliado o pedido de justiça gratuita anteriormente, conforme tem decidido a jurisprudência pátria, nada obsta a solicitação dos benefícios e/ou sua concessão neste momento processual. Assim, diante da declaração de hipossuficiência da parte autora e, não existindo nos autos elementos capazes de afastar a presunção de verdade atribuída à declaração por lei, defiro a gratuidade processual postulada. Assim, recebo o recurso inominado de fls. 104-131, deixando-lhe de atribuir efeito suspensivo por não vislumbrar a probabilidade de dano de difícil reparação. Dessa feita, encaminho os autos à Secretaria para que sejam procedidas as anotações de praxe, bem como para que seja intimada a parte requerida para, no prazo de dez dias, querendo, apresentar suas contrarrazões. Intime-se. Cumpra-se

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0606689-02.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Marilene Nogueira Gonçalves - Ao compulsar os autos, verifiquei que o presente processo se encontra paralisado sem providência alguma da parte interessada. Com efeito, não obstante esta tenha sido devidamente intimada para apresentar documento idôneo comprobatório de seu domicílio, em seu nome ou em nome de terceiro com declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante para continuidade do processo, consoante se observa às fl. 21 deixou transcorrer in albis o prazo assinado. Assim, com fundamento no artigo 485, III do Código de Processo Civil c/c §1º do art. 51 da Lei n. 9.099/95, julgo extinto o processo sem resolução do mérito. Arquivem-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0607530-94.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Ciro Dias da Silva - Vistos, etc... Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Proceda-se à baixa.

Armando Miceli Filho (OAB 48237/RJ)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcelo Augusto Andrade de Oliveira (OAB 3632/AM)
Márcia Peixoto de Oliveira Borba (OAB 9246/AM)
Neildes Araújo Aguiar Di Gesu (OAB 217897/SP)
Paulo Roberto Vigna (OAB 173477/SP)
ROGÉRIO OLIVEIRA DO VALLE (OAB 2361/AM)
Samantha de Souza Penha (OAB 13297/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO IGOR DE CARVALHO LEAL CAMPAGNOLLI

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL VANESSA OLIVEIRA DOS SANTOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0255/2019

ADV: KARLA PATRÍCIA BRASIL LUZZI (OAB 4714/AM) - Processo 0600762-94.2015.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: AMANDA CARDEAL DOS SANTOS - De ordem, intime-se o requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF ou CNPJ) necessários à expedição de alvará eletrônico para fins de transferência bancária ou para que manifeste interesse pela expedição de alvará eletrônico para levantamento em espécie, bem como para que manifeste-se acerca da satisfação das obrigações.

ADV: SIMONE ALVES DA SILVA (OAB 29016/PE), ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM), ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM), ADV: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JÚNIOR (OAB 20.289/PE) - Processo 0602462-66.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Ferreira - REQUERIDO: Mitsui Sumitomo Seguros S/A - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0602976-19.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jamerson da Silva Marcelino - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0603852-71.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Gutemberg Solart da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: CLAUDINO ALEIXO JUNIOR (OAB 16527/MT), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0604212-06.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Francinaldo Santos da Costa - REQUERIDO: Vivo S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO

IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0604418-20.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Manoel Adinamar Lopes da Silva - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM) - Processo 0604468-46.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rodrigo Maquiné de Souza - REQUERIDO: Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP), ADV: LUIZ GUSTAVO FERNANDES DA COSTA (OAB 149048/MG) - Processo 0604813-12.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Euris Gleuton Elias de Queiroz - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0604819-19.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Wellington Carlos Santos de Brito - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JESSE JAMES LOPES DA SILVA (OAB 9730/AM) - Processo 0604825-26.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jorge Rafael Cabrera Rojo - REQUERIDO: Marcos Braga - Instrução e Julgamento Data: 30/09/2019 Hora 10:45 Local: Sala de audiência do Juiz Situacão: Pendente

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0604841-77.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Felipe Castilho Garcia - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: DIEGO CID VIEIRA PRESTES (OAB 7805/AM) - Processo 0604864-23.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Adriana de Lima Batista Nascimento - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2.º do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0605159-31.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, intime-se a requerida para, no prazo de 10 (dez) dias, informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CNPJ) necessários à expedição de alvará eletrônico para fins de transferência bancária, considerando o valor depositado em excesso.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0605258-30.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Luiz Eduardo de Lima Nunes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Defiro o pedido de julgamento antecipado, formulado pelas partes em audiência conciliatória (fl. 131-132). Nesta oportunidade, determino seja intimada a parte requerente, para juntar novos extratos no prazo de 5 (cinco) dias, após, façam-se os autos conclusos para posterior prolação de sentença.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0605598-71.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: João Bernardo da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Defiro o pedido de julgamento antecipado, formulado pelas partes em audiência conciliatória (fl. 137-138). Nesta oportunidade, determino seja intimada a parte requerente, para juntar substabelecimento no prazo de 5 (cinco) dias, após, façam-se os autos conclusos para posterior prolação de sentença.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 25087/MT) - Processo 0605602-11.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Paulo da Silva Oliveira - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Indefiro o pedido de julgamento antecipado da lide por entender que, consideradas as circunstâncias do caso concreto e analisadas as alegações dos litigantes, resta necessário o esclarecimento de alguns pontos suscitados na inicial e na peça de defesa, principalmente no que concerne aos prints de fls. 94-95 juntados pelo requerido, a ser feito em audiência instrutória, mediante depoimento pessoal das partes, razões por que se afigura necessária a realização do referido ato.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 25087/MT) - Processo 0605602-11.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Paulo da Silva Oliveira - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Instrução e Julgamento Data: 16/09/2019 Hora 10:45 Local: Sala de audiência do Juiz Situacão: Pendente

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0605610-85.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Kadia Andrezze Lima da Silva - REQUERIDO: Claro S/A e outro - Reporto-me ao pedido de reconsideração de fls. 25-26. Analisando os autos, tenho que assiste razão à requerente. No caso presente, percebo que a sentença deixou de verificar o comprovante de residência anexado à fl. 15-17 dos autos, em que demonstra o local onde a Autora reside, qual seja, bairro Cidade de Deus, competência deste Juízo, fazendo-se mister, assim, o acolhimento do pedido de reconsideração para sanar o vício apontado. Forte nesses fundamentos, reconheço a ocorrência de erro material, e por consequência revogo a sentença de fl. 22, determinando o prosseguimento da presente ação. P. R. I. C.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0605610-85.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Kadia Andrezze Lima da Silva - REQUERIDO: Claro S/A - Claro S/A - Conciliação Data: 05/11/2019 Hora 10:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: HAROLDO MALIZIA JÚNIOR (OAB 13447/AM) - Processo 0605613-40.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimunda Lemos de Magalhaes - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nesse elastério, reconheço a complexidade probatória da causa e a consequente incompetência desta Justiça Especial para dirimi-la, nos moldes do artigo do art. 51, III, da Lei nº 9.099/95, pelo que determino a extinção do feito sem o julgamento do mérito. Caso não haja recurso das partes, no prazo da lei, autorizo o imediato arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo. P.R.I.C

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0605638-53.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Perpetua da Costa Lima - REQUERIDO: Icatu Seguros S/A - Banco Bradesco S/A - Indefiro o pedido formulado pela autora e requerida Banco Bradesco S/A por considerar que, em sede de Juizados Especiais, não sendo pautada audiência una para conciliação e instrução do feito, a designação de audiência instrutória é necessária por representar o marco final para oferecimento da resposta do réu, de modo que o julgamento antecipado, na forma pretendida pela requerente e requerida Banco Bradesco S/A, ou seja, sem a observância do prazo para apresentação de resposta, implica verdadeiro cerceamento de defesa da parte requerida Icatu Seguros S/A, passível de nulificar o processo. Paute-se, pois, data para a realização da audiência de instrução e julgamento, com a brevidade que o caso reclama. Providências de praxe pela Secretaria. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0605638-53.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Perpetua da Costa Lima - REQUERIDO: Icatu Seguros S/A - Banco Bradesco S/A - Instrução e Julgamento Data: 30/09/2019 Hora 09:15 Local: Sala de audiência do Juiz Situacão: Pendente

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0605668-88.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Heila Maria Vieira Barbosa - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0605674-95.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Gilglison Emidio de Lima - RECLAMADO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedentes os pedidos constantes da inicial, para: 1 - declarar inexigível o débito discutido na presente demanda; 2 - condenar a demandada ao pagamento da importância de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de indenização pelos danos morais narrados na inicial, com correção monetária (INPC) e juros moratórios de 1% a.m., ambos com marco inicial a partir da data da prolação deste decisum. Por força desta, determino que a parte ré proceda com a exclusão do nome da autora dos registro dos órgãos de restrição creditícia, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa diária no valor de R$ 100,00 (cem reais), até o limite de 15 (quinze) dias, a ser revertido em favor do requerente. Em caso de descumprimento, converta-se a referida multa em perdas e danos. Deixo de condenar a parte requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0605737-23.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Ilsinho Gonçalves da Silva - RECLAMADO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses fundamentos, considerando especialmente a falta de êxito do requerente em demonstrar a existência do prejuízo moral afirmado, notadamente pelo fato de já possuir negativação anterior em seu nome, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais. Outrossim, quanto ao pedido de declaração de inexistência de débito, julgo-o procedente. Sem custas e honorários advocatícios. P. R. I. C.

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0606759-53.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Gleiciane da Sila Freitas - De ordem, intime-se o requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF ou CNPJ) necessários à expedição de alvará eletrônico para fins de transferência bancária ou para que manifeste interesse pela expedição de alvará eletrônico para levantamento em espécie, bem como para que manifeste-se acerca da satisfação das obrigações.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM) - Processo 0607188-20.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Neli Moreira da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: PAULO ALVES DA SILVA NETO (OAB 12368/AM), ADV: GEYSE POLLYANNA MARCAL AZEVEDO (OAB 13140/AM) - Processo 0607403-59.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Alexandre da Cruz Araujo - REQUERIDO: Frank Daniel de Oliveira Queiroz - Conciliação Data: 23/10/2019 Hora 09:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: PAULO ALVES DA SILVA NETO (OAB 12368/AM), ADV: GEYSE POLLYANNA MARCAL AZEVEDO (OAB 13140/AM) - Processo 0607403-59.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Alexandre da Cruz Araujo - REQUERIDO: Frank Daniel de Oliveira Queiroz - In casu, não restando comprovada de plano, o título mostra-se inexigível, implicando o recebimento dos presentes autos como Ação de Cobrança, em homenagem ao princípio da economia processual. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação para data 23/10/2019 às 09:45h, na sede deste Juízo. Citem-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0607469-39.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcondes Freitas dos Santos - Conciliação Data: 30/10/2019 Hora 11:00 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0607471-09.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Izabete dos Santos Pereira - Forte nessas razões e satisfeitos os pressupostos do art. 300 do Código de Processo Civil, determino à parte requerida que restabeleça, no prazo de 48 horas, o fornecimento de água da unidade consumidora da postulante, sob pena de multa diária no valor de R$300,00 (trezentos reais) pelo descumprimento deste preceito, até o limite de dez dias, a ser revertida em favor da suplicante. Sendo verossímeis as alegações do demandante, defiro a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, cabendo à ré a demonstração, no curso do feito, da regularidade e da licitude de seu procedimento ante o requerente. Cumpra-se.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0607471-09.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Izabete dos Santos Pereira - Conciliação Data: 30/10/2019 Hora 10:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: NAYRA HESTHEFANY DE SOUZA DIAS (OAB 12873/AM) - Processo 0607476-31.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE:

Marisa Gonçalves Pereira - Conciliação Data: 30/10/2019 Hora 09:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0607564-69.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria das Dores Trindade de Sousa - Conciliação Data: 30/10/2019 Hora 11:15 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0607580-23.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jeane Duarte Moreira - Conciliação Data: 30/10/2019 Hora 09:15 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM) - Processo 0607581-08.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Mirtha Magalhaes Ferreira - Conciliação Data: 30/10/2019 Hora 09:00 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0607619-20.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jessica Caroline Mota de Oliveira da Silva' - Conciliação Data: 23/10/2019 Hora 10:00 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607632-19.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Ilauana Oliveira Paz - No entanto, compulsando o pedido articulado na vestibular e os documentos que o instruem, verifico que os fatos alegados pela parte autora não restaram suficientemente esclarecidos, daí por que não me convenço, para fins de cognição sumária da pretensão deduzida em juízo, da verossimilhança do alegado, requestando o presente caso, ademais, dilação probatória, a ser feita no curso da instrução processual, o que inviabiliza o acolhimento da medida postulada. Isto posto, indefiro o pedido da tutela de urgência. Tendo em vista o pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora na inicial, cientifico as partes de que o pleito será analisado em audiência de instrução e julgamento, devendo as partes produzir as provas que lhe couber para o melhor deslinde do caso posto sub judice. À Secretaria para as providências de praxe. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607632-19.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Ilauana Oliveira Paz - Conciliação Data: 30/10/2019 Hora 10:00 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607634-86.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - RECLAMANTE: Ilauana Oliveira Paz - No entanto, compulsando o pedido articulado na vestibular e os documentos que o instruem, verifico que os fatos alegados pela parte autora não restaram suficientemente esclarecidos, daí por que não me convenço, para fins de cognição sumária da pretensão deduzida em juízo, da verossimilhança do alegado, requestando o presente caso, ademais, dilação probatória, a ser feita no curso da instrução processual, o que inviabiliza o acolhimento da medida postulada. Isto posto, indefiro o pedido da tutela de urgência. Tendo em vista o pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora na inicial, cientifico as partes de que o pleito será analisado em audiência de instrução e julgamento, devendo as partes produzir as provas que lhe couber para o melhor deslinde do caso posto sub judice. À Secretaria para as providências de praxe. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607634-86.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - RECLAMANTE: Ilauana Oliveira Paz - Conciliação Data: 30/10/2019 Hora 10:15 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607635-71.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Ilauana O. Paz - No entanto, compulsando o pedido articulado na vestibular e os documentos que o instruem, verifico que os fatos alegados pela parte autora não restaram suficientemente esclarecidos, daí por que não me convenço, para fins de cognição sumária da pretensão deduzida em juízo, da verossimilhança do alegado, requestando o presente caso, ademais, dilação probatória, a ser feita no curso da instrução processual, o que inviabiliza o acolhimento da medida postulada. Isto posto, indefiro o pedido da tutela de urgência. Tendo em vista o pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora na inicial, cientifico as partes de que o pleito será analisado em audiência de instrução e julgamento, devendo as partes produzir as provas que lhe couber para o melhor deslinde do caso posto sub judice. À Secretaria para as providências de praxe. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607635-71.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Ilauana O. Paz - Conciliação Data: 30/10/2019 Hora 10:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607636-56.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - RECLAMANTE: Ilauana O. Paz - No entanto, compulsando o pedido articulado na vestibular e os documentos que o instruem, verifico que os fatos alegados pela parte autora não restaram suficientemente esclarecidos, daí por que não me convenço, para fins de cognição sumária da pretensão deduzida em juízo, da verossimilhança do alegado, requestando o presente caso, ademais, dilação probatória, a ser feita no curso da instrução processual, o que inviabiliza o acolhimento da medida postulada. Isto posto, indefiro o pedido da tutela de urgência. Tendo em vista o pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora na inicial, cientifico as partes de que o pleito será analisado em audiência de instrução e julgamento, devendo as partes produzir as provas que lhe couber para o melhor deslinde do caso posto sub judice. À Secretaria para as providências de praxe. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607636-56.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - RECLAMANTE: Ilauana O. Paz - Conciliação Data: 30/10/2019 Hora 09:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607649-55.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Adriana Pontes Tavares - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Dessa forma, tendo em vista a incompetência territorial deste Juízo, bem como a de todos os existentes neste Fórum, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, III, da Lei nº 9.099/95, c/c o art. 485, IV, do Código de Processo Civil Brasileiro e Enunciado FONAJE de n. 89.

ADV: KATIARA CASTRO DOS SANTOS (OAB 14011/AM) - Processo 0607669-46.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Nazaré de Castro Malcher - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S.a - Dessa forma, tendo em vista a incompetência territorial deste Juízo, bem como a de todos os existentes neste Fórum, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, III, da Lei nº 9.099/95, c/c o art. 485, IV, do Código de Processo Civil Brasileiro e Enunciado FONAJE de n. 89.

ADV: EVERSON SOARES RODRIGUES (OAB 10819/AM) - Processo 0607697-14.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extinção - REQUERENTE: Nilton Xavier da Silva - Me (Ifull Informática Ltda) - REQUERIDO: Fagner Eduardo Lima Martins - Me - Sendo assim, determino a intimação da parte autora para, no prazo de dez dias, apresentar, via peticionamento eletrônico, documento idôneo, comprobatório de seu domicílio, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito.

ADV: ALEXANDRE FONSECA DE MELLO (OAB 222219/SP), ADV: AQUILA REISSY ANDRADE DA GAMA (OAB 13463/AM), ADV: VILMA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 542A/AM) - Processo 0609131-72.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Akila Duarte França - REQUERIDO: Motorola do Brasil Ltda - Amazon Cell Serviço Autorizado Motorola - De ordem, intimem-se as partes requerente e requerida para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestarem-se quanto à entrega do aparelho defeituoso.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM),

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0610180-85.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Audenizia Silva e Silva - De ordem, e considerando que o depósito foi realizado tempestivamente, conforme comprovante de depósito de fl. 279, intime-se o requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF) necessários à expedição de alvará eletrônico para fins de transferência bancária ou para que manifeste interesse pela expedição de alvará eletrônico para levantamento em espécie, bem como para que manifeste-se acerca da satisfação das obrigações.

Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Alexandre Fonseca de Mello (OAB 222219/SP)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB 9777/AM)
Aquila Reissy Andrade da Gama (OAB 13463/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Claudino Aleixo Junior (OAB 16527/MT)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diego Cid Vieira Prestes (OAB 7805/AM)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB A1185/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Everson Soares Rodrigues (OAB 10819/AM)
Fábio Renam de Mello Freitas (OAB 2298/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Francisco de Assis Lelis de Moura Júnior (OAB 20.289/PE)
Geyse Pollyanna Marcal Azevedo (OAB 13140/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Haroldo Malizia Júnior (OAB 13447/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Jesse James Lopes da Silva (OAB 9730/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karla Patrícia Brasil Luzzi (OAB 4714/AM)
Katiara Castro dos Santos (OAB 14011/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB 149048/MG)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nayra Hesthefany de Souza Dias (OAB 12873/AM)
Neyla Grance Martins (OAB 25087/MT)
Paulo Alves da Silva Neto (OAB 12368/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Simone Alves da Silva (OAB 29016/PE)
Vilma Oliveira dos Santos (OAB 542A/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO SOARES DE SOUZA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CÍNTIA MARIA STONE DE MESQUITA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0085/2019

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0200230-27.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de astreintes de f. 109/111, visto o aviso de corte juntado à f. 110, fazer referência as contas dos meses de 02/2019, 03/2019 e 04/2019, diverso do estipulado em sentença. Intimem-se. Após, arquive-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0200367-09.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - DISPOSITIVO Posto isto, julgo improcedente o pedido de dano moral e inexigibilidade de cobranças, conforme a fundamentação transata. Condeno a ré na obrigação de parcelar a dívida da autora no total que ora consolido no montante de R$ 3.475,53 (três mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), tendo como entrada o percentual de 5% e as parcelas limitadas ao valor de R$ 50,00 (cinquenta reais), sem aplicação de juros pelo parcelamento, sob pena de multa de R$ 300,00 por cada parcela cobrada à maior. Sem custas e honorários, salvo recurso. Manaus, 21 de agosto de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0200571-53.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Posto isto, com fulcro no art. 48 da Lei 9.099/1995, e por obra de melhor justiça, decido suprir a indigitada omissão e, sendo assim, no 3º § do dispositivo da sentença, onde se lê: Condeno o requerido a retificar as faturas com vencimento em abril e maio de 2019, com base na média de consumo do reclamante dos últimos 6(seis) meses anteriores ao problema, o que deverá ser comprovado nos autos em 5(cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 100,00, leia-se : Condeno o requerido a retificar as faturas com vencimento em abril, maio e junho de 2019, com base na média de consumo do reclamante dos últimos 6(seis) meses anteriores ao problema, o que deverá ser comprovado nos autos em 5(cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CLEMILTON LÚCIO BRAÑA (OAB 10906/AM) - Processo 0200648-62.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERIDO: Kleber Carvalho Rodrigues - Vieram-me os autos conclusos para prolação de Sentença, porém em minuciosa análise verifico a necessidade da realização de audiência de instrução e julgamento. Pelo exposto, CHAMO O PROCESSO À ORDEM, para designar audiência de Instrução e Julgamento para o dia 02/10/2019 às 11:00h, oportunidade em que serão tomados os depoimentos pessoais das partes, juntando-se, querendo, toda a documentação que se fizer necessária para a instrução da lide, podendo ambas as partes apresentarem testemunhas, em número máximo de três (03), independentemente de intimação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0202619-24.2015.8.04.0092 (apensado ao processo 0601208-75.2015.8.04.0092) (processo principal 0601208-75.2015.8.04.0092) - Cumprimento de sentença - Cobrança indevida de ligações - EXECUTADA: Operadora de Serviços de Telefonia Vivo - Expeça-se alvará em favor do réu, conforme a sentença de f. 53/54. Intimem-se. Cumpra-se. Arquivem-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: ADOLFO PRAIA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 10804/AM) - Processo 0601490-11.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Condomínio Residencial Verona Premium - Vieram-me os autos conclusos em razão do pedido de dilação de prazo, formulado pela parte autora. Defiro o aludido pleito, fixando o prazo de 05 dias para que o requerente junte aos autos cópia do termo de entrega do imóvel assinado pela requerida. Intime-se. Após, v. Conclusos.

ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 40004/RS), ADV: RAIMUNDO PAULINO CAVALCANTE (OAB 7576/AM) - Processo 0602106-20.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Virginia Paulino Cavalcante - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Tendo em vista o trânsito em julgado da sentença de f. 493/495, autorizo a expedição

do alvará eletrônico em favor da autora, dos valores bloqueados às f. 420/426. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: SUELEM PENA BENTO DA SILVA (OAB 9796/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0602439-69.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Mario Cesar Soares Timoteo - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Nessa esteira, não há o que se falar em multa relativa ao pagamento voluntário, motivo pelo qual INDEFIRO o pedido de f. 370/371, bem como CHAMO À ORDEM O PROCESSO E TORNO SEM EFEITO o cálculo de f. 353 e, por conseguinte, também a decisão de f. 354. Uma vez que já expedido alvará para pagamento do valor constrito, arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM) - Processo 0602564-66.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Rodrigo Moreira de Souza - De ordem, considerando o pagamento realizado às f. 105/106, intimo a parte EXEQUENTE para, em 02 (dois) dias, indicar dados bancários, com a finalidade de expedição de alvará eletrônico, caso não haja manifestação, o mesmo será expedido para levantamento em espécie. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: EMERSON ABINEÃ DA SILVA (OAB 6393/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0603883-11.2015.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Jose Sandro da Mota Ribeiro - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Verifico que o réu realizou pagamento voluntário, conforme consta às f. 529/531. No entanto, devido ao cálculo retro, nota-se que os valores constantes às f. 520 e 521 não estão corretos. Desta forma, retifico os valores da decisão de f. 521 e determino que seja pago ao exequente R$ 11.157,10 e que o executado seja intimado para informar dados bancários, a fim de lhe ser devolvido o saldo remanescente. Intimem-se. Cumpra-se. Após alvará em favor do executado, arquivem-se os autos.

ADV: CINTHYA ELIZA MAGALHAES DE SOUZA (OAB 12635/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0604093-23.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ivete Pessoa da Cunha - REQUERIDO: Claro S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0604751-18.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Defiro o pedido de f. 358/360 e 380/381. Expeça-se alvará em favor do réu, conforme os dados bancários de f. 380/381. Cumpra-se. Arquivem-se.

ADV: SÉRGIO SAHDO MEIRELES JÚNIOR (OAB 13241/AM), ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: TARCÍSIO NEVES DE SOUZA (OAB 13946/AM) - Processo 0604879-04.2018.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Instituto de Ensino Hilda Ferreira S/s Ltda. - Defiro o pedido de f. 121/122 e 126. Após a transferência dos valores bloqueados, expeça-se alvará em favor do exequente e a penhora de bens via Renajud. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0605082-29.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisca Alves de Andrade - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Converto o julgamento em diligência, por entender necessária a realização de Inspeção Judicial no endereço da UC em evidência, eis que o problema relatado suscita dúvidas e obsta um seguro julgamento, pelo que designo servidor de confiança deste juízo para, em 12.09.2019 às 12:00h, realizar a inspeção judicial quanto a existência de 3 (três) quitinetes, sem ligação individual, tendo seu consumo direcionado ao hidrômetro da autora. Dê-se ciência às partes. Após a juntada do relatório, v. conclusos. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 26 de agosto de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0605255-53.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Dulcimar Almeida de Aquino - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Converto o julgamento em diligência, por entender necessária realização de Inspeção Judicial, em razão do problema relatado suscitar dúvidas e obstar um seguro julgamento, pelo que designo servidor de confiança deste juízo para, na presente data às 11:00 horas, realizar a inspeção judicial no endereço sobre que versa o litígio. Realço que al diligência é determinada sem prévio aviso às partes, a fim de verificar in loco a real situação do imóvel quanto ao fornecimento do serviço de que se cuida, todavia inibindo qualquer atividade com o fito de obsta-la. Cumpra-se.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0605255-53.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Dulcimar Almeida de Aquino - Intime-se a parte requerente para se manifestar, em 03 (três) dias, sobre a certidão jungida às f. 112. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM), ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0605260-75.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Eugenia Oliveira Aquino - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Converto o julgamento em diligência, por entender necessária realização de Inspeção Judicial, em razão do problema relatado suscitar dúvidas e obstar um seguro julgamento, pelo que designo servidor de confiança deste juízo para, na presente data às 11:00 horas, realizar a inspeção judicial no endereço sobre que versa o litígio. Realço que al diligência é determinada sem prévio aviso às partes, a fim de verificar in loco a real situação do imóvel quanto ao fornecimento do serviço de que se cuida, todavia inibindo qualquer atividade com o fito de obsta-la. Cumpra-se.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0605260-75.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Eugenia Oliveira Aquino - Intime-se a parte requerente para se manifestar, em 03 (três) dias, sobre a certidão jungida às f. 101. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0605269-37.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: José Nogueira da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Converto o julgamento em diligência, por entender necessária realização de Inspeção Judicial, em razão do problema relatado suscitar dúvidas e obstar um seguro julgamento, pelo que designo servidor de confiança deste juízo para, na presente data às 11:00 horas, realizar a inspeção judicial no endereço sobre que versa o litígio. Realço que al diligência é determinada sem prévio aviso às partes, a fim de verificar in loco a real situação do imóvel quanto ao fornecimento do serviço de que se cuida, todavia inibindo qualquer atividade com o fito de obsta-la. Cumpra-se.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0605269-37.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: José Nogueira da Silva - Intime-se a parte requerente para se manifestar, em 03 (três) dias, sobre a certidão jungida às f. 173. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0605294-50.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Umbelina Dacio de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Converto o julgamento em diligência, por entender necessária realização de Inspeção Judicial, em razão do problema relatado suscitar dúvidas e obstar um seguro julgamento, pelo que designo servidor de confiança deste juízo para, na presente data às 11:00 horas, realizar a inspeção judicial no endereço sobre que versa o litígio.

Realço que al diligência é determinada sem prévio aviso às partes, a fim de verificar in loco a real situação do imóvel quanto ao fornecimento do serviço de que se cuida, todavia inibindo qualquer atividade com o fito de obsta-la. Cumpra-se.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0605294-50.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Umbelina Dacio de Souza - Intime-se a parte requerente para se manifestar, em 03 (três) dias, sobre a certidão jungida às f. 126. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0605738-20.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Frances Burnett - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 15:00h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0606039-64.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Allegro Clube - REQUERIDO: Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda. e outro - Vieram os autos conclusos, em razão do pedido formulado pela parte requerente em audiência. Decido Tendo em vista a situação processual narrada no termo de audiência, bem como os documentos jungidos aos autos, especificamente, o termo de entrega do imóvel assinado pela primeira demandada, defiro o pleito para excluir da lide a requerida Direcional Rubi Empreendimentos. À secretaria para as providencias cabíveis. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0606377-04.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Examina-se pedido de cancelamento da audiência pautada, formulado pela parte requerida às f. 64, a qual afirma não ter interesse, por ora, na composição da lide. Todavia, conforme o artigo 2º da Lei n° 9.099/95, os processos sob a égide do referido ordenamento jurídico buscarão, sempre que possível, a conciliação ou a transação. Por esta razão, INDEFIRO o sobredito pleito. Intime-se.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE), ADV: LUIZ CARLOS DOS SANTOS MATIAS (OAB 4937/AM) - Processo 0606817-34.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Meiry Jane de Souza Siqueira - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Vistos, etc. Cuida-se de Cumprimento de Sentença, onde a Exequente pleiteia a expedição de alvará do valor pago às f. 257, bem como o prosseguimento da execução por descumprimento da obrigação de fazer. Passo a decidir. Analisando detidamente os autos, vislumbro que não assiste razão a parte exequente. Isso porque, conforme dispositivo de sentença às f. 146-147, o Executado foi condenado a pagar R$ 3.000,00 (três mil reais) referente aos danos morais e abster-se de efetuar novos descontos no contracheque da autora, sob pena de multa diária de R$ 200,00. Logo, a multa fixada só pode ser exigida após o trânsito em julgado da sentença que confirmou sua fixação. Na espécie, considerando que a sentença transitou em julgado em março de 2019 e a exequente requereu a execução dos meses de setembro de 2018 a abril de 2019, não há que se falar em multa por descumprimento dos meses de setembro de 2018 a fevereiro de 2019, mas apenas dos meses de março e abril. Nesse diapasão, tem-se que o valor do débito exequendo, na verdade, corresponde a R$ 400,00, referente à multa dos meses de março e abril, e R$ 251,64 referente a devolução de forma simples dos valores descontados indevidamente, perfazendo R$ 651,64 (seiscentos e cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos). Diante do exposto, CHAMO O PROCESSO A ORDEM, para tornar sem efeito a certidão de f. 227, visto a inexatidão do cálculo em que se lastreia e, consequentemente, a decisão de f. 228. Tendo em vista o comprovante de pagamento as f. 257, determino a expedição de alvará em favor da exequente, bem como o prosseguimento da execução do valor remanescente. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM) - Processo 0606887-85.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Luis Carlos Vilela Cardoso - EXECUTADO: Aliança Incorporadora Ltda. - Vistos etc... Examina-se o requerimento de suspensão do processo em vista da recuperação judicial da executada ALIANÇA INCORPORADORA LTDA. Decido. Em decisão proferida no processo nº 0634238-15.2017.8.04.0001, a executada obteve deferimento no pedido de prorrogação do prazo de suspensão no processamento de sua recuperação judicial, conforme decisão juntada às f. 152/154. Ante o exposto, atendendo à determinação contida na decisão alhures, determino o sobrestamento da presente ação pelo prazo de 180 dias úteis, contados a partir de 14 de agosto de 2019. Findo esse prazo, ou caso ultimado o julgamento do processo nº 0634238-15.2017.8.04.0001, v. conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAROLINE BASILIO KLENKE (OAB 12081/AM) - Processo 0606969-48.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Jeferson Antonio Gama Pinto - Isto posto, constatando a realidade de tal alegativa, necessário se faz o desfazimento de tal comando e, assim, dar ao feito seu curso regular. Por isto. chamo o processo à ordem para tornar sem efeito o decisium de f. 69 . Aguarde-se a realização da audiência de conciliação/instrução e julgamento, cuja designação para o dia 04/10/2019 às 10:30h ora ratifico. Intimem-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: CLEMILTON LÚCIO BRAÑA (OAB 10906/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0607255-26.2019.8.04.0092 (apensado ao processo 0200648-62.2019.8.04.0092) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kleber Carvalho Rodrigues - REQUERIDO: Andrew Jhares Gentil da Costa - LISTPASSIV: Márcia Regina Ribeiro Lima - Vieram-me os autos conclusos para prolação de Sentença, porém em minuciosa análise verifico a necessidade da realização de audiência de instrução e julgamento. Pelo exposto, CHAMO O PROCESSO À ORDEM, para designar audiência de Instrução e Julgamento para o dia 02/10/2019 às 11:00h, oportunidade em que serão tomados os depoimentos pessoais das partes, juntando-se, querendo, toda a documentação que se fizer necessária para a instrução da lide, podendo ambas as partes apresentarem testemunhas, em número máximo de três (03), independentemente de intimação. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 28 de agosto de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0607804-07.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Raimundo Feitosa de Seixas - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Defiro o pedido de f. 255. Expeça-se alvará em favor do autor, prossiga-se a execução com a aplicação de multa sobre o valor remanescente, conforme a decisão de f. 248. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0608505-31.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Regina Maria Sacramento de Souza - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A e outro - Cuida-se de pedido de expedição de alvará formulado pela parte exequente. Decido. Em análise detida dos autos, verifico que o Executado Banco Bradesco S/A realizou o pagamento voluntário da condenação às f. 203-205. Ocorre que, a devedora solidária Companhia de Seguros Previdência do Sul-Previsul já havia comprovado o pagamento integral da condenação às f. 193-197, tendo sido expedido o alvará judicial e arquivado os autos. Diante de tal fato, indefiro a expedição de alvará do valor pago às f. 203-205 em favor da exequente. Intime-se o Executado Banco Bradesco S/A para requerer o que entenda de direito relativamente a tal circunstância. Intimem-se. Cumpra-se.

Adolfo Praia Ferreira do Nascimento (OAB 10804/AM)

Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Caroline Basilio Klenke (OAB 12081/AM)
Cinthya Eliza Magalhaes de Souza (OAB 12635/AM)
Clemilton Lúcio Braña (OAB 10906/AM)
Emerson Abineã da Silva (OAB 6393/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Carlos Souza Alves (OAB 8719/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Carlos dos Santos Matias (OAB 4937/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Orlando Patrício de Sousa (OAB 7705/AM)
RAIMUNDO PAULINO CAVALCANTE (OAB 7576/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Scopel (OAB 40004/RS)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Sérgio Sahdo Meireles Júnior (OAB 13241/AM)
Suelem Pena Bento da Silva (OAB 9796/AM)
Tarcísio Neves de Souza (OAB 13946/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 13º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0162/2019

ADV: WANDERLANN VIEIRA DE SOUZA (OAB 585/AM) - Processo 0203849-70.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Locação de Móvel - EXECUTADO: Capitão Picanha - D L LIRA COMERCIAL - ME - De ordem, ante a penhora realizada nos autos, INTIMO A PARTE EXECUTADA para querendo, APRESENTAR EMBARGOS À EXECUÇÃO, no prazo legal de 15 (quinze) dias, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: JONATHAN SOLON MELO NUNES (OAB 12119/AM) - Processo 0203916-98.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERIDO: Mediclab Serviços Médicos e Laboratoriais(Dr. Consulta) - De ordem, ante a penhora realizada nos autos, INTIMO A PARTE EXECUTADA para querendo, APRESENTAR EMBARGOS À EXECUÇÃO, no prazo legal de 15 (quinze) dias, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0212405-32.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: INFOSTORE - De ordem, ante a penhora realizada nos autos, INTIMO A PARTE EXECUTADA para querendo, APRESENTAR EMBARGOS À EXECUÇÃO, no prazo legal de 15 (quinze) dias, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0600193-06.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Valeria Santos Rodrigues - De ordem, INTIMO a parte autora/exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o valor depositado pela parte ré/executada. Caso queira, no mesmo prazo, poderá indicar os dados bancários completos para confecção do respectivo Alvará Judicial, quando este for autorizado.

ADV: RODOLFO MACHADO REIS (OAB 11036/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0602252-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Karen Cristina Mauricio Peixoto - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar solidariamente as partes rés, a título de compensação por dano moral, a pagarem o valor de R$5.000,00 (Cinco mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0602391-50.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, ante a penhora realizada nos autos, INTIMO A PARTE EXECUTADA para querendo, APRESENTAR EMBARGOS À EXECUÇÃO, no prazo legal de 15 (quinze) dias, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0605985-04.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - De ordem, verificando a ausência de citação, conforme informação contida no AR negativo de fl. retro, INTIMO a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar o endereço atualizado da parte Requerido, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0606410-65.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Jose Milton Alves Costa - De ordem, INTIMO a parte autora/exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o valor depositado pela parte ré/executada. Caso queira, no mesmo prazo, poderá indicar os dados bancários completos para confecção do respectivo Alvará Judicial, quando este for autorizado.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ISADORA LOISE MOTA OLIVEIRA (OAB 10670/AM) - Processo 0607134-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Hilario Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Posto isso, julgo procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$15.000,00 (Quinze mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os

efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: MARLUCE DO SOCORRO SANTANA BRAGA E SILVA (OAB 2680/AM) - Processo 0607718-73.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimunda da Silva Furtado - De ordem, INTIMO a parte autora/exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o valor depositado pela parte ré/executada. Caso queira, no mesmo prazo, poderá indicar os dados bancários completos para confecção do respectivo Alvará Judicial, quando este for autorizado.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0609122-62.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, ante a penhora realizada nos autos, INTIMO A PARTE EXECUTADA para querendo, APRESENTAR EMBARGOS À EXECUÇÃO, no prazo legal de 15 (quinze) dias, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0609567-12.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Prime Desenvolvimento Profissional Eireli - Me - De ordem, fica designado o dia 05/12/2019 às 12:45h para a realização de audiência de Conciliação. Conforme despacho proferido nos autos, in verbis: Cite-se a parte executada para realizar o pagamento no prazo de 03 (três) dias, nos termos do art. 829 do CPC. Após a citação, transcorrido o prazo assinalado e não havendo pagamento voluntário do débito, PAUTE-SE audiência de conciliação, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes, bem como o disposto no Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro Bonito/MS)". Fica ciente a parte executada que na audiência de conciliação a ser designada poderá manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95. Após a referida audiência, voltem-me os autos conclusos. Intime-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0609853-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jhonathas Chatheubrian Maximynno Bezerra - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 10.282,50 (dez mil, duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Por conseguinte, declaro cancelado o seguro objeto da presente demanda. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Julgo improcedente os demais pedidos. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0610591-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ivone Marques Moreira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar as partes rés, a título de compensação por dano moral, a pagarem solidariamente o valor de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo procedente o pedido para condenar as partes rés, a título de restituição por dano material, a pagarem solidariamente o valor de R$ 1.804,00 (Um mil, oitocentos e quatro reais), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Declaro cancelado o contrato de seguro denominado "AQUI/DEV". Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Julgo improcedente os demais pedidos. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0610614-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Gilberto Pimentel de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Posto isso, julgo improcedente os pedidos. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: ISABELLE DOS SANTOS PERASA RIBEIRO (OAB 12079/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0610957-85.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Desconto em folha de pagamento - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, ante a penhora realizada nos autos, INTIMO A PARTE EXECUTADA para querendo, APRESENTAR EMBARGOS À EXECUÇÃO, no prazo legal de 15 (quinze) dias, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: JOYCE HELEN HOLANDA MARINHEIRO (OAB 7519/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0614808-69.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXECUTADO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem, ante a penhora realizada nos autos, INTIMO A PARTE EXECUTADA para querendo, APRESENTAR EMBARGOS À EXECUÇÃO, no prazo legal de 15 (quinze) dias, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0615996-92.2019.8.04.0015 - Execução de Título

Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - De ordem, verificando a ausência de citação, conforme informação contida no AR negativo de fl. retro, INTIMO a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar o endereço atualizado da parte Requerido, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM), ADV: KÁTIA DE OLIVEIRA PINHEIRO LEITÃO (OAB 4333/AM) - Processo 0616099-36.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Franc de Melo Lopes e outro - EXECUTADO: Makro Atacadista S/a. - Ante a manifestação da parte executada de fls. 152/153 e pagamento maior que o devido às fls. 154/156, julgo extinta a execução, nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL do valor indicado no cálculo de fl. 150, em favor da parte exequente. EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL do valor excedente, em favor da parte executada. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: ALONSO OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 1976/AM) - Processo 0616239-36.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - EXEQUENTE: Roberto Hermidas de Aragão Filho - De ordem, verificando a ausência de citação, conforme informação contida no AR negativo de fl. retro, INTIMO a parte Exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar o endereço atualizado da parte Executado, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM) - Processo 0616823-06.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Recanto Interativo - De ordem, verificando a ausência de citação, conforme informação contida no AR negativo de fl. retro, INTIMO a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar o endereço atualizado da parte executada, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0617433-08.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Nilson Gonçalves Miranda - De ordem, INTIMO a parte autora/exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o valor depositado pela parte ré/executada. Caso queira, no mesmo prazo, poderá indicar os dados bancários completos para confecção do respectivo Alvará Judicial, quando este for autorizado.

ADV: CECILIA MARIA VACCARO BRAMBILLA (OAB 44467/PR) - Processo 0617619-94.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: M. L. Leite Me (Vip Formatura) - De ordem, verificando a ausência de citação, conforme informação contida no AR negativo de fl. retro, INTIMO a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar o endereço atualizado da parte Requerido, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0618001-24.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - EXECUTADO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - De ordem, ante a penhora realizada nos autos, INTIMO A PARTE EXECUTADA para querendo, APRESENTAR EMBARGOS À EXECUÇÃO, no prazo legal de 15 (quinze) dias, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: EULLEM SANDRO DE OLIVEIRA FERREIRA (OAB 8140/AM) - Processo 0618320-55.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Lachi Representação e Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda - Epp - De ordem, verificando a ausência de citação, conforme informação contida no AR negativo de fl. retro, INTIMO a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar o endereço atualizado da parte Requerido, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: RAFAEL REIS PEREIRA (OAB 7219/AM), ADV: FRANCYELEM STÉFANY DE ARAÚJO GUIMARÃES (OAB 12166/AM) - Processo 0618751-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Jonathan Queiroz da Silva - REQUERIDA: Vitória Souto Couto Maior de Albuquerque - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, à fl. 23, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0618901-70.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - De ordem, verificando a ausência de citação, conforme informação contida no AR negativo de fl. retro, INTIMO a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar o endereço atualizado da parte executada, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM) - Processo 0619309-61.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Antero Dias Pinheiro - De ordem, verificando a ausência de citação, conforme informação contida no AR negativo de fl. retro, INTIMO a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar o endereço atualizado da parte Requerido, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: TARCISO DA COSTA FREIRE (OAB 10297/AM) - Processo 0619632-66.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Jose Maria Mendes Oliveira - De ordem, verificando a ausência de citação, conforme informação contida no AR negativo de fl. retro, INTIMO a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar o endereço atualizado da parte Requerido, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0619672-82.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, verificando que até a presente data não houve o recolhimento/comprovação do pagamento das custas judiciais, INTIMO A PARTE EXECUTADA para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove nos autos o pagamento das custas no valor da causa, em guia própria disponibilizada no site do Tribunal de Justiça (https://consultasaj.tjam.jus.Br/ccpweb/iniciarCalculoDeCustas.do? CdTipoCusta=31flTipoCusta=1cdServicoCalculoCusta=690301), sob pena de protesto em cartório, conforme determinado na Sentença de fls. retro.

ADV: SÍLVIA ROBERTA PADILHA DE OLIVEIRA (OAB 6664/AM) - Processo 0621298-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jamerson Candido Veiga - Posto isso, julgo extinto o processo sem análise do mérito, com fundamento no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: MÔNICA ANTONY DE QUEIROZ MELO (OAB 2043/AM) - Processo 0621307-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ledir Froes Sodre - Posto isso, julgo extinto o processo sem análise do mérito, com fundamento no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0621496-42.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação. Conforme despacho proferido nos autos, in verbis: Cite-se a parte executada para realizar o pagamento no prazo de 03 (três) dias, nos termos

do art. 829 do CPC. Após a citação, transcorrido o prazo assinalado e não havendo pagamento voluntário do débito, PAUTE-SE audiência de conciliação, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes, bem como o disposto no Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro Bonito/MS)". Fica ciente a parte executada que na audiência de conciliação a ser designada poderá manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95. Após a referida audiência, voltem-me os autos conclusos. Intime-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0621675-73.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 12:15h para a realização de audiência de Conciliação. Conforme despacho proferido nos autos, in verbis: Cite-se a parte executada para realizar o pagamento no prazo de 03 (três) dias, nos termos do art. 829 do CPC. Após a citação, transcorrido o prazo assinalado e não havendo pagamento voluntário do débito, PAUTE-SE audiência de conciliação, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes, bem como o disposto no Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro Bonito/MS)". Fica ciente a parte executada que na audiência de conciliação a ser designada poderá manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95. Após a referida audiência, voltem-me os autos conclusos. Intime-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0622539-14.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - De ordem, verificando a ausência de citação, conforme informação contida no AR negativo de fl. retro, INTIMO a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar o endereço atualizado da parte Requerido, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM), ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM) - Processo 0623850-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Andrea de Souza Bezerra - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: HIAGO DOS SANTOS BUÁS (OAB 11741/AM) - Processo 0624452-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ana Maria Batista de Oliveira - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: RENATO FIORAVANTE DO AMARAL (OAB 349410/SP) - Processo 0624489-58.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Lucas Mendes Silva - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: ELIAS BINDÁ DE CARVALHO JÚNIOR (OAB 8571/AM) - Processo 0624533-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Carlos Alberto Tavares de Brito - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA (OAB 10309/MT) - Processo 0624554-87.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Francisco Rosivaldo Araujo de Lima - De ordem, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o valor depositado voluntariamente pela parte ré. Caso queira, no mesmo prazo, poderá indicar os dados bancários completos para confecção do respectivo Alvará Judicial, quando este for autorizado.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0624573-59.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - Posto isso, julgo extinta a presente demanda sem análise do mérito, nos termos do art. 51, inciso III, da Lei 9.099/95. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0624576-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Stoney Albuquerue da Silva - Posto isso, julgo extinta a presente demanda sem análise do mérito, nos termos do art. 51, inciso III, da Lei 9.099/95. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer

ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: JADSON DA SILVA SANTIAGO (OAB 12942/AM) - Processo 0624643-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: José Francisco do Nascimento - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: MATIAS AZEVEDO RODRIGUES (OAB 14378/AM) - Processo 0624684-43.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: M.a.rodrigues Educação Eireli-me (Centro Educacional Excelente) - Cuida-se de execução de título extrajudicial, sendo atendidos os requisitos dispostos no art. 783 e 784, ambos do CPC. Desse modo, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes em audiência, suspendo por ora os atos executórios, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)". CITE-SE a parte executada para realizar o pagamento voluntário do débito no prazo de 03 (três) dias, nos termos do art. 829 do CPC, ficando desde logo, ciente as partes que a audiência de conciliação está designada para o dia 10/12/2019 às 12:00h, sendo obrigatório o comparecimemento, sob pena de prosseguirem os atos executórios ou de extinção por ausência, no caso da parte exequente. Acrescento que, em audiência de conciliação a parte executada poderá apresentar proposta de pagamento do seu débito ou, conforme o caso, manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir o Juízo para conhecimento do recurso, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após a referida audiência, voltem-me os autos conclusos. CITE-SE. INTIME-SE.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0625936-18.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Pedro Batista de Lima - De ordem, INTIMO a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o valor depositado pela parte ré. Caso queira, no mesmo prazo, poderá indicar os dados bancários completos para confecção do respectivo Alvará Judicial, quando este for autorizado.

ADV: NAGILA PAOLA CARVALHO DE OLIVEIRA LEAO (OAB 13690/AM), ADV: SÉRGIO SAHDO MEIRELES JÚNIOR (OAB 13241/AM) - Processo 0626709-63.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Phelippe Santos Sidi - Ante a certidão de fl. 61, julgo extinta a execução, nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL, do valor transferindo indicado à fl. 51, em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0628607-14.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Ivaneide Pereira de Oliveira - De ordem, INTIMO a parte autora para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o valor depositado pela parte ré. Caso queira, no mesmo prazo, poderá indicar os dados bancários completos para confecção do respectivo Alvará Judicial, quando este for autorizado.

Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alonso Oliveira de Souza (OAB 1976/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Carlos Rossato da Silva Avila (OAB 10309/MT)
Cecilia Maria Vaccaro Brambilla (OAB 44467/PR)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Elias Bindá de Carvalho Júnior (OAB 8571/AM)
Eullem Sandro de Oliveira Ferreira (OAB 8140/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Francisley de Oliveira Salles (OAB 5526/AM)
Francyelem Stéfany de Araújo Guimarães (OAB 12166/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Hiago dos Santos Buás (OAB 11741/AM)
Isabelle dos Santos Perasa Ribeiro (OAB 12079/AM)
Isadora Loise Mota Oliveira (OAB 10670/AM)
Jadson da Silva Santiago (OAB 12942/AM)
Jonathan Solon Melo Nunes (OAB 12119/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
Joyce Helen Holanda Marinheiro (OAB 7519/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kátia de Oliveira Pinheiro Leitão (OAB 4333/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Marluce do Socorro Santana Braga e Silva (OAB 2680/AM)
Matias Azevedo Rodrigues (OAB 14378/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mônica Antony de Queiroz Melo (OAB 2043/AM)
Nagila Paola Carvalho de Oliveira Leao (OAB 13690/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rafael Reis Pereira (OAB 7219/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Renato Fioravante do Amaral (OAB 349410/SP)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Rodolfo Machado Reis (OAB 11036/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Sérgio Sahdo Meireles Júnior (OAB 13241/AM)
Sílvia Roberta Padilha de Oliveira (OAB 6664/AM)
Tarciso da Costa Freire (OAB 10297/AM)
Wanderlann Vieira de Souza (OAB 585/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0140/2019

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0608527-55.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Quintino Dias Nune - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 15/10/2019 às 11:45h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 29 de agosto de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0608902-56.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Marineide da Silva Ribeiro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/10/2019 às 11:00h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 29 de agosto de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0608911-18.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - RECLAMANTE: José Jucivaldo de Souza Marinho - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/10/2019 às 11:15h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 29 de agosto de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0608912-03.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - RECLAMANTE: José Jucivaldo de Souza Marinho - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/10/2019 às 11:30h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 29 de agosto de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0608971-88.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: Paulo Vanderlei Ferreira Cavalcante - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/10/2019 às 10:00h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 29 de agosto de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br

sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0608997-86.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Rubens Pereira Pinho - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/10/2019 às 08:45h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 29 de agosto de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM) - Processo 0609009-03.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ambrozio Farias da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/10/2019 às 10:45h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 29 de agosto de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0609015-10.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Rosilene Serrão - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 15/10/2019 às 09:15h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 29 de agosto de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0609054-07.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Waldinei Rodrigues da Costa - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 15/10/2019 às 10:30h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 29 de agosto de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM) - Processo 0609071-43.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raulino Mendes do Nascimento e Outros - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 15/10/2019 às 11:15h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 29 de agosto de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0609153-74.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Cristovam Gonzales Neto - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 16/10/2019 às 11:30h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 29 de agosto de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mithan Vasconcelos Corrêa (OAB 5784/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)

15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 15º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0187/2019

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0201951-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carolina Paiva Guimarães - REQUERIDO: BradesCard S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ANTÔNIO ARY FRANCO CÉSAR (OAB 123514/SP) - Processo 0204410-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: ANTONIA CAMPOS DE SOUZA - REQUERIDO: CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S.A - Banco Carrefour (Banco CSF S/A) - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PROCEDENTE a ação de cobrança, condenando o Réu ao pagamento de R$ 999,00 (novecentos e noventa e nove reis), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar do ajuizamento da demanda. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por dano material e moral, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0608398-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Life Centro - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: EWERTON ALMEIDA FERREIRA (OAB 6839/AM), ADV: ALESSANDRA DE ALMEIDA FIGUEIREDO (OAB 237754/SP) - Processo 0610783-42.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cyntia Almeida Ferreira - REQUERIDO: Bud Comércio de Eletrodomesticos Ltda - Brastemp - Banco Itaucard S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO os pedidos de obrigação de fazer e de indenização por dano material, proferindo sentença com base no art. 485, VI do CPC. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por dano moral, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 1198A/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO FERNANDES DA COSTA (OAB 149048/MG), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0611751-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Dulcimara Ramos Bentes - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial e o faço nos seguintes termos: a) DECLARAR a quitação do contrato; b) CONDENAR o Réu ao pagamento do valor de R$ 6.767,03 (seis mil, setecentos e sessenta e sete reais e três centavos) e de todo valor comprovadamente descontado no curso do processo, a título de dano material, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da citação; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral, que fixo no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), incidindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar do arbitramento. Determinar à Secretária, que emita ofício à SEAD para baixa definitiva dos descontos realizados no contracheque da parte autora a título OLE Bonsucesso Cartão 10, sem prejuízo da restituição de eventual desconto posterior.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: ALCINARA MARQUES DOS SANTOS (OAB 8665/AM), ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0613375-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Espólio Iracema Marques Pantoja - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial e o faço nos seguintes termos: a) DECLARAR inexigível a fatura com vencimento em 25 de maio de 2019, cabendo ao Réu revisá-la para excluir a cobrança de multa e indenização por conserto, permanecendo somente o faturamento do consumo; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar do arbitramento. Torno definitiva a Decisão de fls. 48.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0613884-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Crizelides da Costa - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM), ADV: FELIPE HASSON (OAB 42682/PR), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: AFRÂNIO AZEVEDO PEREIRA (OAB 4434/AM) - Processo 0614373-27.2018.8.04.0015

- Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Irlande Maria da Silva Correa - REQUERIDO: Berta Comércio de Cosméticos Ltda - O Boticário - Banco Santander Brasil S/A - Banco Itaucard S/A - O BOTICARIO FRANCHISING LTDA - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial em relação aos Réus Boticário e Berta Comércio para: a) DECLARAR inexistente o débito de R$ 275,84 (duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos), referente ao boleto 14/05/2018, b) CONDENAR os Réus, solidariamente, ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar do arbitramento. JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO a demanda em relação ao Réu Santander, proferindo sentença com base no art. 485, VI do CPC.

ADV: KÊNIA BASTOS ANDRADE (OAB 4037/AM), ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: DANIEL BATTIPAGLIA SGAI (OAB 214918/SP) - Processo 0614731-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Juliana Ribeiro Melo - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - DECOLAR.COM LTDA - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido a CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar do arbitramento. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de dano material, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: TEREZA CARMO DE CASTRO (OAB 479A/AM), ADV: ANA LÚCIA DE SOUZA NOGUEIRA (OAB 5054/AM) - Processo 0615271-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Helton Cavalcante da Silva - Tatiana Melo Cavalcante - REQUERIDO: Copa Airlines - Compañia Panameña de Aviacion S.a. - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a demanda, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR (OAB 3236/AM), ADV: ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0615478-39.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: José Maria Barbosa Maia - RECLAMADO: Claro S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedido da inicial para: a) DECLARAR rescindindo o contrato de serviço existente entre as partes a contar de dezembro/2017; b) DECLARAR inexigível qualquer débito posterior a dezembro/2017; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar do arbitramento.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0618255-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Andson de Abreu Melo - REQUERIDO: Claro S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MARIA HELENA AGUIAR COIMBRA (OAB 12931/AM), ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM) - Processo 0618330-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raquel Avelino de Souza - REQUERIDO: Mercadolivre.com Atividades de Internet Ltda. - Mercadopago.com Representações Ltda - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DAVID SALEON GOMES ABECASSIS (OAB 9614/AM) - Processo 0618369-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Anderson Leão Cordeiro - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da inicial para CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral, que fixo no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar do arbitramento.

ADV: CLÁUDIO DE SALLES PUPO DIAS (OAB 46062/DF), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP) - Processo 0618783-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: José Carlos Rossoni Júnior - Mariane Lopes Santiago - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

Afrânio Azevedo Pereira (OAB 4434/AM)
Alcinara Marques dos Santos (OAB 8665/AM)
Alessandra de Almeida Figueiredo (OAB 237754/SP)
Ana Lúcia de Souza Nogueira (OAB 5054/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Ary Franco César (OAB 123514/SP)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Camila Jatahy Araujo (OAB 12602/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 1198A/AM)
Cláudio de Salles Pupo Dias (OAB 46062/DF)
Daniel Battipaglia Sgai (OAB 214918/SP)
David Saleon Gomes Abecassis (OAB 9614/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Ewerton Almeida Ferreira (OAB 6839/AM)
Felipe Hasson (OAB 42682/PR)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
João Ricardo de Souza Dixo Júnior (OAB 3236/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/

AM)
Kênia Bastos Andrade (OAB 4037/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB 149048/MG)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Maria Helena Aguiar Coimbra (OAB 12931/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nathalia Cristina Santos Gabriel (OAB 13524/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Tereza Carmo de Castro (OAB 479A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 15º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO MARIA DO PERPETUO SOCORRO DA SILVA MENEZES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL IVÂNIA PITTALUGA MORENO DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0185/2019

ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM) - Processo 0204473-85.2018.8.04.0015 (processo principal 0608569-49.2016.8.04.0015) - Exceção de Incompetência - Condomínio - EMBARGANTE: Caixa Econômica Federal - CEF - EMBARGADO: CONDOMÍNIO JARDIM PARADÍSO GIRASSOL - Isso posto, indefiro o pedido de adjudicação do bem do imóvel, determinando seja o exequente intimado a indicar bens livres e desembaraçados em nome da executada para o prosseguimento da execução.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0205174-46.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Thiago de Oliveira Zanotto - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - À vista do exposto, e por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar a Requerida SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA. a pagar ao Requerente THIAGO DE OLIVEIRA ZANOTTO a importância de R$ 3.000,00 (Três Mil Reais), a título de danos morais, devidamente atualizada pelo INPC/IBGE e acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data do presente decisum, bem como, a título de restituição do valor pago pelo serviço não prestado, a importância de R$ 389,60 (Trezentos e Oitenta e Nove Reais e Sessenta Centavos), devidamente corrigida pelo INPC/IBGE, a partir do respectivo desembolso e acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data da citação. Nos termos do que dispõe o art. 52, inciso III, da Lei 9.099/95, fica a parte demandada ciente de que deverá cumprir os termos desta sentença tão logo ocorra o seu trânsito em julgado, sob pena de instauração, a requerimento do credor, do competente cumprimento de sentença, nos termos dos arts. 52, inciso IV, da Lei 9.099/95 e 523 do NCPC. Sem ônus sucumbenciais, face ao disposto no art. 55, da Lei n. 9.099/95. Cumprida voluntariamente a sentença, arquivem-se, independentemente de outro despacho. Publique-se, intime-se e cumpra-se.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0205245-48.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: ADRIANA PEDROSA GUIMARÃES - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Em atenção aos princípios do contraditório e da ampla defesa, intime-se a Requerida para que, caso queira, manifeste-se quanto ao Requerimento de fl. 174 no prazo de 15 dias. Após, retornem os autos conclusos para sentença.

ADV: DEJALMA SANTOS DIAS (OAB 13024/AM) - Processo 0601047-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Suellem Paiva de Oliveira - De ordem, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0601957-95.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: WALDENOR DA SILVA GOMES - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0602731-91.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Sidnara Martins Holanda de Pinto - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: KAREN KAROLINY FERREIRA SANTOS (OAB 10893/AM), ADV: RODRIGO SALIGNAC DE SOUZA (OAB 12744/AM) - Processo 0602809-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Leandro Vieira Cerqueira - REQUERIDO: Ataliba Comércio de Peças e Reparação de Veículos Ltda. - Liberty Seguros - América Veículos S/A - De ordem, fica designado o dia 18/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência Una de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0603400-76.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - REQUERIDA: Clotilde Ferreira Palha - Vistos, etc... Trata-se de execução de título extrajudicial, tendo sido tomadas todas as providências para o recebimento do crédito, inclusive aquela relativa à penhora de bens pelo sistema Bacenjud, Renajud e Infojud, bem como por Mandado de Penhora e Avaliação cumprido por Oficial de Justiça, restando todas infrutíferas. Intimado o exequente, requereu penhora de percentual de salário da executada. Em que pese o STJ haver reconhecido a flexibilização da impenhorabilidade dos vencimentos do devedor, estabeleceu um norte a guiar as mais diversas situações em que se deva autorizá-la de forma excepcional, principalmente a premissa que não seja ela capaz de atingir a dignidade ou a subsistência do devedor e de sua família. Ora, esse Juízo não com aferir se a constrição dos rendimentos do devedor, em determinado percentual ou valor, afetará sua subsistência básica ou de sua família, razão pela qual indefiro o pedido. Em casos tais reverbera-se a possibilidade da Exequente pugnar pela expedição de certidão de dívida em desfavor do Executado, desde que por si assumida a inteira responsabilidade por tal medida, segundo o que dita o Enunciado 76 do FONAJE. Enunciado 76 - No processo de execução, esgotados os meios de defesa ou inexistindo os meios de defesa ou inexistindo bens para a garantia do débito, expede-se, a pedido do exequente, certidão de dívida para fins de inscrição no Serviço de Proteção ao Crédito - SPC e SERASA, sob pena de responsabilidade. Desta feita, se a Exequente assim atuar, certifique a Diretora de Secretaria e entregue a certidão de dívida à autora/exequente, que deverá agir às suas expensas e responsabilidade para o cadastro restritivo dos dados do Executado em órgãos restritivos de crédito ou mesmo em cartórios de protestos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: MARIA AMALIA CANDIDO DE ALVARENGA MORAIS (OAB 149111/MG), ADV: MÁRCIO ANDRÉ DE OLIVEIRA SILVA (OAB 5562/AM), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: ALMÉRIO AUGUSTO CABRAL DOS ANJOS DE CASTRO E COSTA (OAB 5171/AM), ADV: ANDREZA ARAÚJO ALBUQUERQUE (OAB 10911/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0603452-09.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível

- Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cícero José Monteiro Carvalho - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: BRENO BARBOSA FERREIRA (OAB A451/AM) - Processo 0603479-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Evandro de Oliveira Silva - De ordem, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

ADV: ANA RITA DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 10121/AM), ADV: PEDRO MORAIS DE BRITO JUNIOR (OAB 10803/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM) - Processo 0603497-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direitos / Deveres do Condômino - REQUERENTE: Condomínio Residencial Parque Ponta Negra - Reserva das Águas - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: LENINE YURI SAMPAIO GUEDES CAVALCANTE (OAB 9517/AM), ADV: AFONSO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (OAB 8455/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: MÁRCIO VINÍCIUS COSTA PEREIRA (OAB 84367/RJ) - Processo 0603870-44.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Leonardo Felipe Rebelo - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: PAULO GEBER DA FROTA (OAB 9485/AM), ADV: LUIS GUSTAVO FRANK BRAZ (OAB 1003A/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: RODRIGO SILVA DE LACERDA (OAB 10964/AM) - Processo 0603871-97.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Isaias Alves da Silva - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0604222-02.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Elizandra Vieira Nunes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF) - Processo 0604484-49.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Karla Sylvana Diniz de Carvalho - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: JAIRO RAFAEL MORAES MUNHOZ (OAB 8703/AM) - Processo 0604518-24.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Josias Cordeiro Pinto - REQUERIDO: Carrefour Comercio e Industria Ltda - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0604819-39.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Janary Sampaio Barbosa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: MARCIO RICARDO DE SOUZA GOMES (OAB 10408/AM) - Processo 0604950-09.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: Maria Telma Teixeira Evangelista - REQUERIDO: James Fabio Gomes de Almeida - De ordem, fica intimada a parte requerida para se manifestar sobre o documento juntado às fls. 39/40 , no prazo de 05 (cinco) dias, querendo.

ADV: VILA & BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 523/AM), ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM) - Processo 0605438-95.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condomínio Residencial Mediterrâneo I - REQUERIDO: V S Serviços de Segurança Empresarial Ltda-Representante Marcus V. Oliveira de Almeida - De ordem, fica designado o dia 15/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0605880-95.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Vanderley Sena Salgado - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA) - Processo 0605943-23.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Antonia do Nascimento Costa - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: FABIANA AMORIM BARROS (OAB 10647/AM) - Processo 0606340-48.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: R.S.T.S. - De ordem, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: DHEYMISON ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 12223/AM), ADV: ANDREZA ARAÚJO ALBUQUERQUE (OAB 10911/AM) - Processo 0606420-12.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Raimundo Nonato Barbosa Fernades Filho - REQUERIDO: Claro S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: JANE SILVA DA SILVEIRA (OAB 6783/AM), ADV: RYLENE ÁLVARES BASTOS RODRIGUES (OAB 10145/AM) - Processo 0608194-43.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Condomínio Residencial Thiago de Mello - REQUERIDA: Alessandra Vasconcelos da Costa - Cristal Engenharia Ltda. - De ordem, fica intimada a parte requerida/executada para se manifestar sobre o documento juntado às fls. 132/135, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RAUL GÓES NETO (OAB 8203/AM) - Processo 0608398-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Life Centro - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: RODRIGO VASCONCELOS PIRES DE CARVALHO (OAB 6669/AM) - Processo 0608635-92.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Carlos José Ferreira Mar - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, expeça-se alvará de levantamento a favor do credor sobre o bloqueio único BACENJUD. Após, intimo as partes para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor) dos honorários de sucumbência arbitrados no acórdão de fls. 300/3040. Intime-se o réu, ainda, para que recolha as custas processuais no prazo de 05 (cinco) dias, conforme sentença de fls. 233.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0609143-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cleonice dos Santos Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0609151-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cleonice dos Santos Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0609162-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cleonice dos Santos Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: CAMILA CEOLIN LIMA (OAB 152308/MG), ADV: LUCAS HARLES DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 13350/AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG) - Processo 0609738-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Willame Bezerra dos Santos - REQUERIDO: Localiza Rent A Car S/A - De ordem, fica designado o dia 15/10/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0610364-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Weekend Club Ponta Negra - REQUERIDA: Cláudia Fátima do Nascimento - Ante o exposto, nos termos do art. 924, II, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Arquivem-se e dê-se baixa na distribuição. Isento de custas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.009/95.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0611312-32.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: REGINA LÚCIA MOTA DOS SANTOS - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: ÉRICO RODRIGO FARIAS PINHEIRO (OAB 8929/AM), ADV: MARCIO MAGALHÃES DA SILVA (OAB 189406/SP), ADV: DEIVID TAVARES CANTO (OAB 10204/AM) - Processo 0612006-30.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcos André Pereira dos Santos - REQUERIDO: Cinepolis Operadora de Cinemas do Brasil Ltda e outro - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: BIANCA MEDRADO DE CARVALHO (OAB 8775/AM), ADV: CHRISTIANO DRUMOND PATRUS ANANIAS (OAB 78403/MG), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0612135-35.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Caroline Lima Colares - REQUERIDO: Itapeva Vii Multicarteira Fundo de Inv. Em Dir. Credit. Não Padronizados - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FLÁVIO EMANOEL DO ESPÍRITO SANTO TERCEIRO (OAB 8515/AM), ADV: BRUNO CLÁUDIO ELESBÃO (OAB 7468/AM), ADV: FLAVIO EMANOEL DO ESPIRITO SANTO TERCEIRO (OAB 8515/AM), ADV: TONY FÉLIX TOMÉ (OAB 7688/AM) - Processo 0612235-24.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Clínica Audição Ltda. - EXECUTADO: Universal Fitness da Amazonia Ltda - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para se manifestar sobre o documento juntado às fls. 112/154, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GLÁUCIO LOPES MONTEIRO (OAB 5781/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM) - Processo 0612489-79.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria José Nobre - REQUERIDO: Xufeng Wang - Indefiro, por ora, o pedido da autora, posto que os autos de nº 4000017-32.2019.8.04.0901, relativos ao Mandado de Segurança impetrado pelo executado, ainda não transitaram em julgado. Assim sendo, fiquem sobrestados os presentes autos até o trânsito em julgado do Mandado de Segurança de nº 4000017-32.2019.8.04.0901. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ANDERSON LUIZ DE ALMEIDA (OAB 4689/AM) - Processo 0612508-03.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Mario Ferreira de Oliveira - REQUERIDA: Leticia do Perpetuo Socorro - De ordem, intime-se o executado para apresentar embargos, no prazo de 15 dias, sobre a penhora de fls. 81/82.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0612640-60.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Verona Premium - EXECUTADA: Maria Adirleia Oliveira da Silva - Em vista à certidão de fls. 162, intime-se o exequente para apresentar a respectiva certidão narrativa do registro do imóvel devidamente atualizada, a fim de viabilizar a realização do leilão do bem. Assinalo prazo de 15 dias para a providência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ELIEZER ALVES DE OLIVEIRA (OAB 10900/AM) - Processo 0612700-67.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: JOSÉ

DA SILVA RIBEIRO - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0612847-93.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Pinagé Marques do Nascimento - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CÉSAR LUIZ CAMPOS DA COSTA (OAB 8026/AM), ADV: MÁXIMO DE CARVALHO JÚNIOR (OAB 14887/CE), ADV: GUSTAVO CARVALHO DE OLIVEIRA (OAB 98206/RJ) - Processo 0612858-88.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luciane Lopes de Souza - REQUERIDO: Previplan Clube - Banco Pan S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: BALTAZAR SOARES DE OLIVEIRA (OAB 14398/AM) - Processo 0613118-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios - REQUERIDA: Gracilene Rodrigues do Nascimento - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0613624-73.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - REQUERIDA: Fernanda Ripardo dos Santos - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para se manifestar sobre o documento juntado às fls. 32, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: BRITO ADVOGADOS (OAB 484/AM), ADV: GABRIELA MARINHO ALVES (OAB 13368/AM), ADV: LÍVIA MARIA ANDRADE PORTO (OAB 11348/AM), ADV: ADÉLCIO SALVALÁGIO (OAB 9585/SC) - Processo 0613650-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jamille Karoline Santos dos Santos - REQUERIDO: Dental Cremer Produtos Odontológicos S.a. - De ordem, retirem-se os presentes autos da pauta de audiência de Instrução e Julgamento, 16/12/2019 às 10:00h e, ato contínuo, redesigno para o dia 12/12/2019 às 10:00h.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0613884-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Crizelides da Costa - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0614010-40.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Marlúcia Oliveira dos Santos - RECLAMADO: Tv Lar Comércio de Motos Ltda. - Banco Yamaha Motor do Brasil S/A - De ordem, dou ciência à parte ré do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e a intimo para, no prazo de (15) quinze dias, cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: AUDREY LOUISE DA MATTA COSTA (OAB 6749/AM), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: VANESSA SILVA LEITE (OAB 14581/AM) - Processo 0614046-82.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Silva e Silva Laranjeiras Esportes Ltda - REQUERIDO: Claro S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MARCOS FÁBIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 11070/AM) - Processo 0614225-84.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Luiz Augusto Mota da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0614959-64.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jose Luiz Fernandes de Oliveira - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: ELCINEY CORRÊA DE SOUZA JÚNIOR (OAB 6443/AM), ADV: EMERSON ABINEÃ DA SILVA (OAB 6393/AM) - Processo 0615030-37.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: José Elisio da Silva Lima - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: FREDERICO OLIVEIRA ALBUQUERQUE (OAB 9146/AM) - Processo 0615264-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marcelo Augusto dos Santos Barros - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 08:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PAULO SEGADILHA FRANÇA (OAB 4729/AM), ADV: LEONARDO SOARES VASCONCELOS (OAB 9859/AM), ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM) - Processo 0615874-84.2016.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Parque Lusitano - EXECUTADA: Misulam de Souza Castro - Tendo em vista a certidão de fls. 400, bem como o requerimento de fls. 401/404, determino seja expedido novo mandado de penhora do imóvel situado na BR 174, KM 2- Ramal do Luso, 01, Condominio Residencial Parque Lusitano, Lote 13A, Tarumã Açu - CEP 69023-170, Manaus-AM, registrado junto ao Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis, matrícula nº 30.126, fls. 05, conforme certidão narrativa de fls. 313, de propriedade de Misulam de Souza Castro, a ser cumprido com o auxílio de FORÇA POLICIAL e autorização de arrombamentos, se necessário, observadas as cautelas legais e a prudência recomendável, vez que demonstrado pelo próprio executado às fls. 287/313 que o imóvel em questão é de sua propriedade, embora não tenha não tenha levado a registro o documento particular de compra e venda de imóvel. Informe-se ao patrono do exequente, pelo telefone n. 92 99120-1622, o nome do oficial responsável pelo cumprimento do mandado para acompanhar a dilignência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM) - Processo 0616023-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: William

Hernando Olortegui Valqui - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro o pedido de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício aos Órgãos de restrição ao crédito, indicados às fls. 14, para que em até 03 (três) dias, a contar do recebimento desta decisão, excluam dos seus cadastros a dívida no valor informado no documento mencionado, anotada em nome da parte autora William Hernando Olortegui Valqui, CPF nº 54050642204 pela parte ré, até posterior deliberação, eis que esta questão encontra-se sub judice, sob pena de crime de desobediência.

ADV: MÔNICA ANTONY DE QUEIROZ MELO (OAB 2043/AM) - Processo 0616038-78.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maurício André Paiva Ponce - REQUERIDA: Andreza Pimenta do Nascimento - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUCAS HARLES DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 13350/AM) - Processo 0616084-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Giovane Teles Belchior Filho - REQUERIDO: Localiza Rent A Car - De ordem, fica designado o dia 15/10/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 11490A/AL), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0616111-50.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Mª de Fatima de Andrade Fernandes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Seguros S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: MILENA PINHEIRO DE LIMA (OAB 11678/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0616161-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Andressa Mota de Oliveira - REQUERIDO: Idaam Educação Superior Ltda - Me - De ordem, fica designado o dia 15/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO PEDREIRA DE QUEIROZ ARAUJO (OAB 22903/BA) - Processo 0616415-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Edson Pedreira de Queiroz - REQUERIDO: Comac Importação e Exportação Ltda. - De ordem, fica designado o dia 01/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0616925-96.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Evaney Alves da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0617203-97.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Roselita de Matos Lima Souza - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM), ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0618114-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Helena Rufino da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - A matéria discutida nos autos não exige produção de prova em audiência, à vista do que anuncio o julgamento antecipado da lide, ex vi do art. 355, I do CPC, do que deverão ser intimadas as partes, para os devidos fins. Assinalo prazo de 10 dias para apresentação de contestação. Preclusa esta decisão, faça-se concluso para sentença. À Secretaria para as diligências necessárias. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ RICARDO ABRANTES BARRETO (OAB 2596/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0618372-85.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Vicente de Paula Pantoja Evangelista - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: CARLOS ALBERTO GUEDES DA SILVA JÚNIOR (OAB 8713/AM), ADV: IGOR ALMEIDA REBELO (OAB 7529/AM), ADV: MÁRIO JOSE CHAGAS PAULAIN JÚNIOR (OAB 7405/AM), ADV: ADRIANA MONTEIRO DE SOUZA (OAB 14269/AM) - Processo 0618378-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior - REQUERIDO: Serviço Nacional de Proteção Ao Crédito - Spc Brasil - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em consequência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquive-se os autos. Manaus, 28 de agosto de 2019

ADV: ADRIANA CALDAS VITAL VALERUZ (OAB 11672/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM) - Processo 0618407-79.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: João Virgílio dos Santos - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: JAMISON BRASIL DO NASCIMENTO (OAB 10466/AM), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB 1140A/AM) - Processo 0618609-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sienne Cunha de Oliveira - REQUERIDO: Pagseguro Internet Ltda - Não vislumbro a necessidade de produção de prova em audiência. A oitiva pessoal do autor é desnecessária, diante dos fatos já articulados na exordial e do conteúdo da prova produzida pelo réu, em contestação. Faça-se conclusão para sentença. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM) - Processo 0618885-53.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Paulo César Fontes - REQUERIDO:

Serasa Experian - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: DAYANA CRISTINA PEREIRA DA SILVA (OAB 8866/AM) - Processo 0620226-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Rogerio Trindade do Nascimento 89209680200 Me - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: THAISA ASSIS DE SOUZA (OAB 14533/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0620284-83.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Fábio Soares Campos - REQUERIDO: Fábio Carneiro Melo - Vistos, examinados. Dispensado o relatório, nos termos do artigo 38 da Lei nº 9.099/95 Trata-se de ação de execução de título judicial espraiado por certidão de crédito expedida nos autos de nº 0006682-48.2014.8.19.0204, que tramitou no 17º JEC de Bangu/RJ. Determina o caput do art. 52 da Lei nº 9.099/95: Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: Isso posto, a presente execução deve ser manejada no Juízo de origem, razão pela qual reconheço a incompetência desse Juízo para seu processamento e JULGO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do art. 51, III, da lei 9099/95. Sem custas e honorário, ex vi legis.

ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: LOUISE CAROLINE MIQUILES GUIMARÃES (OAB 9251/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0620291-12.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Marcelo Ricardo Raposo da Câmara - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0620523-87.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio do Edificio Caravaggio - REQUERIDA: Jeanette Abrahim Rodriguez - CONCLUSÃO: Ante o exposto, nos termos do art. 487, III, b, c/c art. 924, II, e art. 925 do CPC, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Promova-se o desboqueio Bacenjud de fls. 47. Isento de custas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei n. 9.099/95.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: FABÍOLA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 8980/AM) - Processo 0620825-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito Autoral - REQUERENTE: Odilson Marinho Ferreira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - American Express Brasil Assessoria Empresarial Ltda. - Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro o pedido de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício aos Órgãos de restrição ao crédito, indicados às fls. 47/48, para que em até 03 (três) dias, a contar do recebimento desta decisão, excluam dos seus cadastros a dívida no valor informado no documento mencionado, anotada em nome da parte autora O. M. Ferreira, CNPJ nº 17.559.079/0001-98, pela parte ré, até posterior deliberação, eis que esta questão encontra-se sub judice, sob pena de crime de desobediência.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0620914-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raimunda Palheta Daniel - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: VILSON GOMES BENAYON FILHO (OAB 4820/AM) - Processo 0621070-30.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Amazonrios Navegação e Transportes Ltda - REQUERIDO: Marcio Assis Cavalcante Nascimento - De ordem, fica designado o dia 15/10/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Assim, DETERMINO à Secretaria do Juízo que expeça ofício ao Sr. Oficial responsável pela serventia mencionada na inicial (5º Ofício de Protesto de Letras de Manaus) para que SUSPENDA, no prazo de 05 (cinco) dias, EM CARÁTER PROVISÓRIO, o protesto de nº de protocolo 633435 e nº de título 000575, no qual figura como credor atual e original o Réu Marcio Assis Cavalcante Nascimento, e, respectivamente como devedora a parte Autora Amazonrios Navegação e Transportes Ltda, CNPJ 20.708.134/0001-79, ficando ciente o respectivo Tabelião de que, em caso de procedência da demanda, os emolumentos a que fazem jus ficarão a cargo do Réu e, no caso de improcedência, a medida será revertida. Oficie-se ao SERASA para que promova a baixa da anotação atinente ao protesto objeto da presente lide, lavrado junto ao cartório do 5º Ofício, no valor de 6.943,93 (seis mil, novecentos e quarenta e três reais e noventa e três centavos) da Praça de Manaus.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0621237-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Ananias Lima de Oliveira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0621238-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Zequias Dias Correa - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEKSANDER CUESTA DE OLIVEIRA (OAB 5607/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0621782-54.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adrini Bendaham de Abreu - REQUERIDO: Academia Céu Azul Escola de Aviação Civil Ltda - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB), ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 20335/PE), ADV: ALYNE COELHO OLIVEIRA (OAB 731/RR) - Processo 0621808-86.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Alyne Coelho Oliveira - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: ANA CRISTINA DA SILVEIRA GOMES DE FREITAS (OAB 5763/AM) - Processo 0622417-98.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Telefonia - REQUERENTE: Gilson Alves da Silva - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - De ordem, fica designado o dia 15/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: MICHELE BRAGA MIRANDA (OAB 8224/AM), ADV: DIEGO ARAÚJO BENAYON (OAB 10766/AM) - Processo 0622798-43.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Sandra Maria Meira Torres

- REQUERIDO: Moisés de Oliveira Izel - Nos termos da certidão de fl. antecedente, verifico que o recorrente deixou de recolher as custas judiciais exigidas à admissibilidade do recurso inominado de fls. 97/140, conforme determina o art. 3° do Provimento CGJ n. 256/2015 c/c o art. 42, §1.º, da Lei 9.099/95,. Observo, por oportuno, que, em sede de JECCs, não há a previsão de intimação para recolhimento integral do preparo, consoante inovação trazida pelo Novo Código de Processo Civil, no art. 1.007, § 4.º, por falta de previsão legal no art. 42 da Lei n. 9.099/95. Ademais, tal norma não pode ser aplicada ao microssistema, ex vi do Enunciado 168, segundo o qual, "Não se aplica aos recursos dos Juizados Especiais o disposto no artigo 1.007 do CPC 2015". Isto posto, em juízo prévio de admissibilidade, denego seguimento, por deserção, ao recurso inominado. Certifique-se o trânsito em julgado. Intimem-se as partes.

ADV: MICHELE BRAGA MIRANDA (OAB 8224/AM) - Processo 0622798-43.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Sandra Maria Meira Torres - REQUERIDO: Moisés de Oliveira Izel - Diante do requerimento do Exequente às fls. 144, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: BARBARA MONIQUE DE ALENCAR ALMEIDA RODRIGUES (OAB 13022/AM), ADV: LUCIANE DE SOUZA AMAZONAS (OAB 12356/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0623120-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Valdenira de Souza Amazonas - REQUERIDO: Banco Carrefour (Banco CSF S/A) - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 08:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0623233-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Sandra da Silva de Assis Nobre - REQUERIDO: UNIMED-RIO Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro - Qualicorp Administradora de Benefício S/A - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro os pedidos de tutela provisória.

ADV: FERNANDO FRANCISCO MARQUES PEREIRA CUNHA (OAB 13429/AM) - Processo 0623371-47.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Lúcio Moura dos Santos - REQUERIDO: DENTAL SAÚDE ATIVIDADE MÉDICA E ODONTOLÓGICA EPP - De ordem, fica designado o dia 15/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0623539-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Fernando Ferreira da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - Vistos, etc. De análise imediata dos autos, verifico tratar-se o autor FERNANDO FERREIRA DA SILVA, de pessoa interditada judicialmente, postulando em juízo através de sua curadora ZILLA DOS SANTOS SILVA, devidamente habilitada através do processo de nº.0639599-13.2017.8.04.0001. No entanto, o art. 8º, §1º da lei 9.099/95 prevê a incompetência do JEC quando a parte é incapaz. Ante o exposto, JULGO EXTINTO o presente processo. Sem condenação em custas. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0623567-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Melquisedec Freitas Pantoja - REQUERIDO: Recovery do Brasil Consultoria S/A - Fattor Recuperação de Créditos e Gestão de Riscos Ltda - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a alegada inscrição indevida nos cadastros de Órgãos de restrição ao crédito, visto que o Requerente deixou de juntar tela dos órgãos mencionados que demonstrem que seu nome encontra-se efetivamente negativado. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: FRANCYELEM STÉFANY DE ARAÚJO GUIMARÃES (OAB 12166/AM) - Processo 0623599-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Silvane de Pontes Silva - REQUERIDO: Claro S/A - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: CAMILA COELHO GEISSLER (OAB 14649/AM), ADV: MARCUS JOSÉ QUEIROZ FERREIRA (OAB 9930/AM) - Processo 0623734-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Correia de Lima - REQUERIDO: Uber do Brasil Tecnologia Ltda - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o alegado direito do Autor com fulcro nas Políticas e Regras da plataforma do Uber. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória. Paute-se audiência de conciliação. Cite-se e intime-se.

ADV: ALCIDES NEY JOSÉ GOMES (OAB 8659/MS), ADV: CAIO KANAWATI SOARES (OAB 10104/AM), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS) - Processo 0624183-26.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Marlene Ferreira da Silva - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e

Investimento - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: GUSTAVO VISEU (OAB 117417/SP), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0624415-38.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Dayvson Gonçalves de Lima - REQUERIDO: Casa Queiroz Refrigeração - Springer Carrier Ltda - Info Store Computadores da Amazônia Ltda. - Diante do requerimento do Exequente às fls. 134/135, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0624795-61.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Transporte Aéreo - REQUERENTE: Milton Miranda Neto - REQUERIDO: Multiplus S.a. - Tam Linhas Aéreas S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0625105-67.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Any Karoliny Dantas de Souza - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: ULISSES SOARES FERREIRA (OAB 13730/AM) - Processo 0625391-45.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Tania Leão da Cunha - REQUERIDO: Amil Assistencia Medica Internacional S/a, - De ordem, diante da possibilidade de efeitos modificativos, intime-se o embargado para apresentar defesa no prazo legal.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0625880-82.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elen Rose de Oliveira Pinto Muniz - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - De ordem, dou ciência à parte ré do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e a intimo para, no prazo de (15) quinze dias, cumprir voluntariamente o julgado.

ADV: LEONARDO PEREIRA DE MELLO (OAB A898/AM) - Processo 0626978-05.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Ana Maria Pinto Canellas - REQUERIDO: Ivanilson Cladas Meneses - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0627498-62.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Andressa Ferreira de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: VALDELITA MARINHO DA COSTA (OAB 8630/AM) - Processo 0627568-79.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Valdir Marinho da Costa - De ordem, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

Adélcio Salvalágio (OAB 9585/SC)
Adriana Caldas Vital Valeruz (OAB 11672/AM)
Adriana Monteiro de Souza (OAB 14269/AM)
Afonso Ribeiro da Silva Junior (OAB 8455/AM)
Alcides Ney José Gomes (OAB 8659/MS)
Aleksander Cuesta de Oliveira (OAB 5607/AM)
Almério Augusto Cabral dos Anjos de Castro e Costa (OAB 5171/AM)
Alyne Coelho Oliveira (OAB 731/RR)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Ana Cristina da Silveira Gomes de Freitas (OAB 5763/AM)
Ana Rita de Souza Nascimento (OAB 10121/AM)
Anderson Luiz de Almeida (OAB 4689/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM)
Andreza Araújo Albuquerque (OAB 10911/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Audrey Louise da Matta Costa (OAB 6749/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Baltazar Soares de Oliveira (OAB 14398/AM)
Barbara Monique de Alencar Almeida Rodrigues (OAB 13022/AM)
Bianca Medrado de Carvalho (OAB 8775/AM)
Breno Barbosa Ferreira (OAB A451/AM)
Brito Advogados (OAB 484/AM)
Bruna das Chagas de Mendonca (OAB 10474/AM)
Bruno Cláudio Elesbão (OAB 7468/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Bruno Gimack Salgado (OAB 6610/AM)
Caio Kanawati Soares (OAB 10104/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
CAMILA CEOLIN LIMA (OAB 152308/MG)
Camila Coelho Geissler (OAB 14649/AM)
Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior (OAB 8713/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
César Luiz Campos da Costa (OAB 8026/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 20335/PE)
Christiano Drumond Patrus Ananias (OAB 78403/MG)
Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Dayana Cristina Pereira da Silva (OAB 8866/AM)
Deivid Tavares Canto (OAB 10204/AM)
Dejalma Santos Dias (OAB 13024/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Dheymison Albuquerque da Silva (OAB 12223/AM)
Diego Araújo Benayon (OAB 10766/AM)
Diego Marinho Moraes (OAB 14664/AM)
Diego Pedreira de Queiroz Araujo (OAB 22903/BA)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB A1185/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eduardo Chalfin (OAB 1140A/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elciney Corrêa de Souza Júnior (OAB 6443/AM)
Eliezer Alves de Oliveira (OAB 10900/AM)
Emerson Abineã da Silva (OAB 6393/AM)
Érico Rodrigo Farias Pinheiro (OAB 8929/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Fabiana Amorim Barros (OAB 10647/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabíola Ferreira do Nascimento (OAB 8980/AM)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Fernando Francisco Marques Pereira Cunha (OAB 13429/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)

Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Flavio Emanoel do Espirito Santo Terceiro (OAB 8515/AM)
Flávio Emanoel do Espírito Santo Terceiro (OAB 8515/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francyelem Stéfany de Araújo Guimarães (OAB 12166/AM)
Frederico Oliveira Albuquerque (OAB 9146/AM)
Gabriela Marinho Alves (OAB 13368/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Gláucio Lopes Monteiro (OAB 5781/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Gustavo Antonio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)
GUSTAVO CARVALHO DE OLIVEIRA (OAB 98206/RJ)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Viseu (OAB 117417/SP)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Igor Almeida Rebelo (OAB 7529/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Jairo Rafael Moraes Munhoz (OAB 8703/AM)
Jamison Brasil do Nascimento (OAB 10466/AM)
Jane Silva da Silveira (OAB 6783/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Ricardo Abrantes Barreto (OAB 2596/AM)
Karen Karoliny Ferreira Santos (OAB 10893/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Lenine Yuri Sampaio Guedes Cavalcante (OAB 9517/AM)
Leonardo Pereira de Mello (OAB A898/AM)
Leonardo Soares Vasconcelos (OAB 9859/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Lívia Maria Andrade Porto (OAB 11348/AM)
Louise Caroline Miquiles Guimarães (OAB 9251/AM)
Lucas Harles do Nascimento Ribeiro (OAB 13350/AM)
Luciane de Souza Amazonas (OAB 12356/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luis Gustavo Frank Braz (OAB 1003A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Márcio André de Oliveira Silva (OAB 5562/AM)
Marcio Magalhães da Silva (OAB 189406/SP)
Marcio Ricardo de Souza Gomes (OAB 10408/AM)
Márcio Vinícius Costa Pereira (OAB 84367/RJ)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Fábio Oliveira de Lima (OAB 11070/AM)
Marcus José Queiroz Ferreira (OAB 9930/AM)
Maria Amalia Candido de Alvarenga Morais (OAB 149111/MG)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Mário Jose Chagas Paulain Júnior (OAB 7405/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Máximo de Carvalho Júnior (OAB 14887/CE)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
MICHELE BRAGA MIRANDA (OAB 8224/AM)
Milena Pinheiro de Lima (OAB 11678/AM)
Mônica Antony de Queiroz Melo (OAB 2043/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Geber da Frota (OAB 9485/AM)
Paulo Segadilha França (OAB 4729/AM)
Pedro Morais de Brito Junior (OAB 10803/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Raul Góes Neto (OAB 8203/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Salignac de Souza (OAB 12744/AM)
Rodrigo Silva de Lacerda (OAB 10964/AM)
Rodrigo Vasconcelos Pires de Carvalho (OAB 6669/AM)
Rylene Álvares Bastos Rodrigues (OAB 10145/AM)
Thaisa Assis de Souza (OAB 14533/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Tony Félix Tomé (OAB 7688/AM)
Ulisses Soares Ferreira (OAB 13730/AM)
Valdelita Marinho da Costa (OAB 8630/AM)
Vanessa Silva Leite (OAB 14581/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vila & Braga Advogados Associados (OAB 523/AM)
Vilson Gomes Benayon Filho (OAB 4820/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 11490A/AL)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JACI CAVALCANTI GOMES ATANAZIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL IRLÂNDIA MENDES QUEIROZ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0201/2019

ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: JESSICA LOBO SILVA (OAB 158014/MG), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0200078-98.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Maria do Perpétuo Socorro Dacio Paiva - REQUERIDO: Claro S/A - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, caso haja concordância, informar os dados bancários para expedição de alvará eletrônico, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM) - Processo 0202992-77.2015.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXECUTADO: CENTRO INTEGRADO DE ENSINO SUPERIOR DO AMAZONAS - CIESA - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para embargos, no prazo de 15 dias.

ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: SUDJANE DA LUZ RODRIGUES (OAB 6718/AM) - Processo 0600064-49.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Silvana Andreia Magno Guimaraes - REQUERIDO: Murano Veículos Ltda. - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP) - Processo 0600343-35.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível -

Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Missimar Damasceno de Sousa - REQUERIDO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: EMMANUEL MICHAEL HARAQUIAN FILHO (OAB 3342/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO) - Processo 0600807-59.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Ariana Mena Barreto Bragança - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$6.060,11.., nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento deve ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0600946-11.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Diego Rodrigo Rosas Marinho - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 7671/AM) - Processo 0601130-69.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: EVA MARIA ARRAZ DE FREITAS - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$12.833,14, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento deve ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: DAIANE APARECIDA KLAUS (OAB 12860/AM) - Processo 0601471-90.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Glaucio Ney da Silva Feitosa - REQUERIDO: Ativos S.a. Securitizadora de Créditos Financeiros - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOÃO LÚCIO GALVÃO GONÇALVES (OAB 6614/AM) - Processo 0601539-40.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Thamirys Patricio Andrade - Ex positis, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos autorais. Improcedente o pedido contraposto. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Esta sentença deverá ser considerada publicada na data anunciada em audiência, a partir de quando iniciar-se-á a contagem do respectivo prazo recursal.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: ANTONIO PLACIDO PINHEIRO MARTINS (OAB 13035/AM) - Processo 0601592-21.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Wislene da Silva Vieira - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0601774-07.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Kleberson da Silva Oliveira - REQUERIDO: Ns2.com Internet S.a. (netshoes) - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, caso haja concordância, informar os dados bancários para expedição de alvará eletrônico, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento." Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM) - Processo 0601795-17.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Raimundo Riso Magalhães de Almeida - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os depósito realizado (fls. 225), advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: ALAN DE OLIVEIRA SILVA (OAB 208322/SP), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP) - Processo 0601844-24.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jeneuza da Silva Martins - REQUERIDO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO o RECURSO INOMINADO de fls. 160-183 apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Contrarrazões do recorrido já apresentadas de forma regular. Remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: KYARA TRINDADE BARBOSA (OAB 13913/AM), ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM) - Processo 0602278-13.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Sidney Humberto de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - O deslinde da causa possui contornos fáticos que precisam ser dirimidos com maior cautela, atividade cognitiva a ser exercida por ocasião da instrução da causa, razão pela qual, em não havendo acordo em audiência inicial, designo o dia 26/11/2019 às 10:30h para realização de Audiência de Instrução e Julgamento, oportunidade em que serão ouvidas pessoalmente as partes e testemunhas, se houver, em número máximo de 3 (três). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM) - Processo 0602291-17.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - EXEQUENTE: LEONARDO GUERREIRO PRESTES - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre o depósito realizado (fl. 248), advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 190060/RJ), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: KARLA PATRÍCIA BULASLAN DE MENDONÇA (OAB 11742/AM) -

Processo 0602434-35.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Francisco Oviedo - REQUERIDO: Banco Bmg - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$7.825,64, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento deve ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: WALDEMIRA RODRIGUES MATOS (OAB 9750/AM), ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0602881-23.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Jéssica Menezes Monte - REQUERIDO: Netflix Entretenimento Brasil Ltda. - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$10.010,06, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento deve ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0602905-22.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 334/339, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 19.097,92, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0602937-27.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Graca Lina Fernandes - REQUERIDO: BANCO BMG S.A. - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, caso haja concordância, informar os dados bancários para expedição eletrônico, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento." Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0603477-07.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Francisca Roselany de Oliveira Carioca - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$3.000,00, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento deve ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0603677-63.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Flávio Júnior Vilarim - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os depósitos realizados (fl. 170), advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0603692-46.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Edinete Maria Cavalcante - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0604227-72.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Cristiane Figueiredo Ipi - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0604776-19.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Diante do requerimento do Exequente às fls. 249/251, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 8.219,90, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA (OAB 10309/MT), ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA ÁVILA (OAB 1276A/AM) - Processo 0605143-43.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Juliane Tatima da Silva Oliveira - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, caso haja concordância, informar os dados bancários para expedição de alvará eletrônico, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento." Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0605518-44.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Maria Eli Lucas - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre o depósito realizado (fl. 205), advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM) - Processo 0605817-21.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 115, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 15.742,09, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0605919-14.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: ERICK FREITAS DA SILVA - De ordem, fica intimada a parte requerente

para manifestar-se sobre o depósito realizado (fl. 333), advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: SUELEM PENA BENTO DA SILVA (OAB 9796/AM) - Processo 0606333-41.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria Edice Vieira da Silva - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre o depósito realizado (fl. 221), advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0606414-58.2016.8.04.0020 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Instituto de Ensino Hilda Ferreira S/S Ltda. - De ordem, intimo o exequente para tomar ciência da certidão de dívida juntada à fl. 78. Na oportunidade, nada mais restando a ser diligenciado nestes autos, de ordem, remeto os autos à fila de processo encerrados.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0606823-34.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 249/252, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 8.885,03, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal,prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0606839-85.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMADO: Banco BMG S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 276/278, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 2.418,70, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: PEDRO LÚCIO MACHADO CRUZ (OAB 13813/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LÍGIEN LILIAM MENEZES LEAL CRUZ (OAB 13375/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0607120-70.2018.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Leidiceia Ferreira de Andrade - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$4.702,66, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento deve ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP) - Processo 0607207-60.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXECUTADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para embargos, no prazo de 15 dias.

ADV: ADROALDO ALEXANDRE ARRUDA DA SILVA (OAB 5483/AM) - Processo 0607399-22.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Taciane da Silva Matos - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, c/c Portaria Nº 001/2012, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado Amazonas, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (x) o comprovante de residência dentro da competência deste Fórum. (x) determina-se ainda, que a parte requerente apresente cópias legíveis de seu Registro Geral (R.G) e Cadastro de Pessoa Física (C.P.F)

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0607400-07.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Sandra Castro Sena - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM) - Processo 0607417-43.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Maria Izabete Figueira Marialva - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação-Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0607432-12.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Sanderson Queiroz Castro - De ordem, fica designado o dia 12/11/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: EWERTON BARROSO DE SOUZA (OAB 13425/AM) - Processo 0607439-04.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - EXEQUENTE: Raimundo Eleondres Siqueira Queiroz - De ordem, fica designado o dia 12/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0607459-92.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Jonathas Sousa - De ordem, fica designado o dia 12/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0607460-77.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Jonathas Sousa - De ordem, fica designado o dia 12/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: EDINELSON ALVES DE SOUSA (OAB 8225/AM) - Processo 0607470-24.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ediel Alves de Sousa - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0607479-83.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Valcrisio de Macedo Sabba - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0607493-72.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elizeu da Paz de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$6.959,08, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento deve ser feito através de

guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: JÉSSICA BEZERRA LOURENÇO (OAB 13553/AM) - Processo 0607508-36.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Adriana Silva do Amarante - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0607511-88.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marcelo Barroso Borgens - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0607520-50.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rosemberg Alves Prado - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0607540-41.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Pedro Peres Marinho - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0607547-33.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Milene Trindade de Araujo - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: THIAGO FELIPE FERNANDES FERREIRA (OAB 13944/AM) - Processo 0607553-40.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Madson de Oliveira Sobrinho - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação-Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607555-10.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - RECLAMANTE: Cristóvão Rondeiro Guimarães Carvalho - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0608841-91.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 328/332, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 7.598,95, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0613608-75.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Elaine Regina da Silva Gomes - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre o depósito realizado (fl. 153), advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor. Prazo de 05 (cinco) dias.

Adroaldo Alexandre Arruda da Silva (OAB 5483/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan de Oliveira Silva (OAB 208322/SP)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 190060/RJ)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antonio Placido Pinheiro Martins (OAB 13035/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Rossato da Silva Avila (OAB 10309/MT)
Carlos Rossato da Silva Ávila (OAB 1276A/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Daiane Aparecida Klaus (OAB 12860/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Edinelson Alves de Sousa (OAB 8225/AM)
Emmanuel Michael Haraquian Filho (OAB 3342/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Ewerton Barroso de Souza (OAB 13425/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Gustavo Antonio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)
Gustavo Antonio Feres Paixao (OAB 7675-A/TO)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Jéssica Bezerra Lourenço (OAB 13553/AM)
Jessica Lobo Silva (OAB 158014/MG)
João Lúcio Galvão Gonçalves (OAB 6614/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Karla Patrícia Bulaslan de Mendonça (OAB 11742/AM)
Kyara Trindade Barbosa (OAB 13913/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Lígien Liliam Menezes Leal Cruz (OAB 13375/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Pedro Lúcio Machado Cruz (OAB 13813/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Sudjane da Luz Rodrigues (OAB 6718/AM)
Suelem Pena Bento da Silva (OAB 9796/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Thiago Andrade de Oliveira (OAB 7671/AM)
Thiago Felipe Fernandes Ferreira (OAB 13944/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Waldemira Rodrigues Matos (OAB 9750/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0204/2019

ADV: DENISE MORGADO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA (OAB 6999/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0601912-76.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: RAIMUNDO ANTONIO CUNHA LIMA - REQUERIDO: Banco Itauleasing S/A - De ordem, em razão da ausência de manifestação da parte interessada, encaminho os presentes autos para a baixa.

Denise Morgado de Oliveira Junqueira (OAB 6999/AM)

Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)

Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUIZ(A) DE DIREITO ERIVAN DE OLIVEIRA SANTANA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GILBERTO CARVALHO DE ALMEIDA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0047/2019

ADV: SANELMO PEIXOTO SIQUEIRA (OAB 9814/AM) - Processo 0604155-03.2019.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Ameaça - AUTORFATO: Ronaldo Amaral Raiol - Fica V. Sa. intimada da sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito deste Juízo, relativa ao processo em epígrafe. S E N T E N Ç A Reconheço o instituto da decadência, de acordo com artigo 38 do CPP, julgando extinta a punibilidade em relação ao autor(a) do fato, nos termos do artigo 107, IV, 2A figura, do CPB, determinando, consequentemente, o arquivamento dos presentes autos, com a devida baixa na Distribuição.

ADV: MILTON ANTÔNIO RIVERA REYES (OAB 9851/AM) - Processo 0605156-23.2019.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Ameaça - VÍTIMAFATO: Kerly Ferreira Gouveia - Fica V. Sa. Intimada da decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito deste Juízo, relativa ao processo em epígrafe. No termo, foi dito que considerando a ausência das partes, mormente da Vítima, e, considerando ainda, o que dispõe o ENUNCIADO 177, do XXVIII Fórum Nacional dos Juizados Especiais, ocorrido na Bahia, no período de 24 a 26 de novembro de 2010, que diz: “A ausência da vítima na audiência, quando intimada ou não localizada, importará renúncia tácita à representação”, reconhecia a renúncia da Vítima, julgando extinta a punibilidade em relação ao Autor do fato, determinando, consequentemente, o arquivamento dos autos. Nada mais havendo e nada mais foi dito, o MM. Juiz determinou o encerramento do termo.

ADV: GERALDO HENRIQUE DUTRA DE MAGALHÃES (OAB 11072/AM) - Processo 0608927-09.2019.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Injúria - VÍTIMAFATO: Wilma Gomes da Costa e outros - Fica V. Sa. intimada para audiencia Preliminar de Transação Penal marcada para o dia 03/09/2019. obs: fica V.Sa. responsável para informar sua cliente de audiencia pautada.

ADV: JEFFERSON DA PAIXÃO LEITE (OAB 7857/AM) - Processo 0614272-53.2019.8.04.0015 - Petição Criminal - Leve - VÍTIMAFATO: J.P.L. - Fica V. Sa. intimada de sua audiência de Conciliação, relativa ao processo em epígrafe foi designada para o dia 06/11/2019 às 11:00h, na sede deste Juízo.

ADV: MARIA LUIZA SARMENTO DA SILVA (OAB 3097/AM) - Processo 0614561-83.2019.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Injúria - AUTORAFATO: Maria Luiza Sarmento da Silva - Fica V. Sa. intimada da sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito deste Juízo, relativa ao processo em epígrafe. S E N T E N Ç A Vistos, etc... Existem outros processos envolvendo a Vítima e a Autora do fato. No processo de nº 0616915-81.2019.8.04.0015, que tramitou neste Juizado, as partes fizeram um acordo, tendo a Vítima MARIA LUIZA SARMENTO DA SILVA dito que o referido acordo se estenderia a outros procedimentos envolvendo as mesmas partes, o que foi aceito tanto pela Vítima MARIA LUÍZA SARMENTEO DA SILVA como pelo Autor do fato JAIRO DIONÍZIO CUNHA CARRAMANHO, o que foi homologado por este Juízo, conforme termo juntado às fls. 24 destes autos. Nestes autos, as partes são as mesmas, apenas, invertendo os polos ativo e passivo. Ocorre que em se tratando, em tese, do crime de injúria, considerando que o conhecimento da Autoria se deu no dia 22/01/2019, o Querelante teria até o dia 21/07/2019 para oferecer a devida queixa-crime, mas não o fez, operando-se a incidência da decadência. Assim, considerando que o Querelante não ofereceu a queixa-crime dentro do prazo de seis meses, a partir do conhecimento da Autoria, reconheço o instituto da decadência, de acordo com artigo 38 do CPP, declarando extinta a punibilidade em relação à Autora do fato, nos termos do artigo 107, IV, 2A figura, do CPB, determinando, consequentemente, o arquivamento dos presentes autos, com a devida baixa na Distribuição.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0624264-38.2019.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Difamação - VÍTIMAFATO: Kwang Un Song - Fica V. Sa. intimada da audiência de conciliação, relativa ao processo em epígrafe foi designada para o dia 05/11/2019 às 10:00h, na sede deste Juízo.

ADV: RACHEL SIZA TRIBUZY (OAB 6863/AM) - Processo 0624536-32.2019.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Ameaça - VÍTIMAFATO: Raul Marinho de Sena Neto - Fica V. Sa. intimada da audiência de conciliação, relativa ao processo em epígrafe foi designada para o dia 07/11/2019 às 09:00h, na sede deste Juízo.

Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)

Geraldo Henrique Dutra de Magalhães (OAB 11072/AM)

Jefferson da Paixão Leite (OAB 7857/AM)

MARIA LUIZA SARMENTO DA SILVA (OAB 3097/AM)

Milton Antônio Rivera Reyes (OAB 9851/AM)

Rachel Siza Tribuzy (OAB 6863/AM)

Sanelmo Peixoto Siqueira (OAB 9814/AM)

17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUIZ(A) DE DIREITO CAIO CÉSAR CATUNDA DE SOUZA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA MADDY FIGLIUOLO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0176/2019

ADV: EDSON DA SILVA MASSULO (OAB 4687/AM) - Processo 0600461-26.2019.8.04.0015 - Petição Criminal - Calúnia - QUERELANTE: Maria de Fatima Marques de Souza - Fica designada audiência de conciliação e julgamento para às 8:45h do dia 30/09/2019.

Edson da Silva Massulo (OAB 4687/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUIZ(A) DE DIREITO CAIO CÉSAR CATUNDA DE SOUZA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA MADDY FIGLIUOLO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0177/2019

ADV: HILDERSON FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 7364/AM) - Processo 0604161-10.2019.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Injúria - VÍTIMAFATO: Regina Carril Mendonça - AUTORFATO: Ademar Marinho Reis - Certifico para os devidos fins que, a Audiência de Conciliação foi designada para o dia 04/11/2019 às 08:45h.

ADV: BARBARA APARECIDA GUIMARÃES MOTTA CORREIA GOMES (OAB 426108/SP) - Processo 0609202-55.2019.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Difamação - VÍTIMAFATO: Karen Mabel Ramos da Silva - Certifico para os devidos fins que, a Audiência de Conciliação foi designada para o dia 05/11/2019 às 10:00h.

Barbara Aparecida Guimarães Motta Correia Gomes (OAB 426108/SP)

Hilderson Farias de Oliveira (OAB 7364/AM)

18ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUIZ(A) DE DIREITO THEMIS CATUNDA DE SOUZA LOURENÇO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL PAULO MIGUEL DA SILVA ARAUJO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0066/2019

ADV: ELIAS BARROS CAVALCANTE (OAB 5359/AM) - Processo 0600630-10.2019.8.04.0016 - Termo Circunstanciado - Alteração de limites - VÍTIMAFATO: Alberto Ferreira Pinheiro - AUTORFATO: Olavo Moreira de Oliveira - Fica V. Sa. INTIMADO(A) a comparecer nesta 18ª Vara do Juizado Especial Criminal, às 10:00h, do dia 09/10/2019, com o fim de integrar a Audiência de Conciliação na Autuação Sumária n° 0600630-10.2019.8.04.0016 instaurada para apurar, em tese, a prática das infrações de Alteração de limites. Ficando na sua responsabilidade informar seu cliente. Atenciosamente, Paulo Miguel da Silva Araujo. Diretor de Secretaria.

ADV: MAURÍCIO VIEIRA DE CASTRO FILHO (OAB 11035/AM) - Processo 0601066-66.2019.8.04.0016 - Petição Criminal - Difamação - AUTOR: Luis Carlos Honorio de Valois Coelho - RÉ: Kinaia Zenir da Silva Nunes - Fica Vossa Senhoria intimada do teor do Despacho: “Considerando o requerimento de fls. 17/22 e o longo período em que o querelante ficará fora do país, em homenagem aos princípios da celeridade e economia processual, dispenso-o do comparecimento à audiência de conciliação, devendo apresentar sua proposta de composição civil, no prazo de cinco dias, a fim de ser encaminhada à autora do fato. Intime-se. Manaus, 27 de agosto de 2019. Themis Catunda de Souza Lourenço. Juíza de Direito.”

Elias Barros Cavalcante (OAB 5359/AM)

Maurício Vieira de Castro Filho (OAB 11035/AM)

SUMÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Presidente **Desembargador Yedo Simões de Oliveira**
Endereço **Av. André Aráujo s/n - CEP:69060-000**
Telefone **(092) 2129-6666**
Internet **www.tjam.jus.br**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1
SEÇÃO I 1
PRESIDÊNCIA 1
SECRETARIA JUDICIÁRIA 1
Intimações 1
SEÇÃO II 2
TRIBUNAL PLENO 2
Conclusões de Acórdãos 2
Intimações 4
Decisões 5
Pauta de Julgamento Designado 5
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA 6
Intimações 6
SEÇÃO III 7
CÂMARAS REUNIDAS 7
Conclusão de Acórdãos 7
Intimações 10
Pauta de Julgamento Designado 11
SEÇÃO IV 12
CÂMARAS ISOLADAS 12
PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL 12
Pauta de Julgamento Designado 13
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL 16
Intimação 16
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL 44
Conclusão de Acórdãos 44
Despachos 66
Decisões 67
Pauta de Julgamento Virtual 74
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 76
Pauta de Julgamento Virtual 76
Julgamento Virtual 77
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 77
Conclusão de Acórdãos 77
Despachos 78
Intimações 78
Pauta de Julgamento Virtual 78
SEÇÃO V 79
CONSELHO DA MAGISTRATURA 79
Decisões 79
Pauta de Julgamento Virtual 79
SEÇÃO VI 80
VARAS - COMARCA DA CAPITAL 80
2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 80
3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 85
4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 100
5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 111
6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 119
7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 130
8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 134
9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 138
10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 140
11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO 147
12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 155
13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 161
14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 172
15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 185
16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 194
17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 209
18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 212
19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 215
20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 217
1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA 224
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 226
4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 228
5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 229
VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO 233
2ª VARA CRIMINAL 235
6ª VARA CRIMINAL 236
8ª VARA CRIMINAL 237
10ª VARA CRIMINAL 240
11ª VARA CRIMINAL 240
1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 241
2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 245
3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 246
VARA DE EXECUÇÃO PENAL 250
AUDITORIA MILITAR 252
5ª VARA DE FAMÍLIA 252
7ª VARA DE FAMÍLIA 256
8ª VARA DE FAMÍLIA 288
1ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 301
2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 316
4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 321
1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES 322
2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes 322
VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRÁRIAS 324
SEÇÃO VII 325
JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER 325
1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 325
3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 326
VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL 327
SEÇÃO VIII 375
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL 375
1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 375
3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 381
5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 383
6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 387
7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 401
8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 403
9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 407
10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 420
11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 424
13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 427
14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 432
15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 434
16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 444
13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 449
17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 449
18ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 450